



**Aurora Fernanda
Guimarães
Brochado e Silva**

**Design de calçado em Portugal: contributos para o
seu conhecimento entre os séculos XV e XXI**



**Aurora Fernanda
Guimarães
Brochado e Silva**

**Design de calçado em Portugal: contributos para o
seu conhecimento entre os séculos XV e XXI**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Design, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Helena Ferreira Braga Barbosa, Professora Auxiliar do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro

dedicatória

Aos meus pais

o júri

presidente

Prof. Doutor Vítor António Ferreira da Costa
Professor Catedrático, Universidade de Aveiro

Prof. ^a Doutora Maria Helena Ferreira Braga Barbosa
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro

Prof. ^a Doutora Maria Helena Souto
Professora Associada, IADE - Faculdade de Design Tecnologia e Comunicação,
Universidade Europeia

Prof. ^a Doutora Rafaela Noro Grando
Professora Auxiliar Convidada, Universidade da Beira Interior

Prof. ^a Doutora Carla Suzana Correia de Assunção Dias
Professora Adjunta, Escola Superior de Design do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Prof. ^a Doutora Joana Maria Ferreira Pacheco Quental
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Aos meus pais por tornarem todo este percurso possível em absolutamente todos os sentidos.

Ao gémeo Pedro pelo enorme contributo não só na reta final, mas por todo o incentivo, motivação, carinho e amizade.

À minha orientadora Professora Helena pelo incentivo, pela orientação e pela amizade.

Ao Professor Viana pela amizade e carinho, pela disponibilidade total para inúmeras conversas, incentivo constante e contactos proporcionados.

Aos entrevistados: António Sousa, Beatriz Morais, Fátima Faria, Hélder Teixeira, José Rodrigues, Maria Lemos, Salomé Encarnação, Silvério Félix e, em especial, à Fernanda Martins pela amizade, pela prontidão e pelos esclarecimentos preciosos que prestou.

Aos especialistas convidados: Alberto da Cunha, Arnaldo Gomes, Carlos Castro, Joaquim Carvalho, Joaquim Moreira, Jorge Fernandes e Mário Pinto. Um agradecimento singular ao Sr. Cunha, pela amizade gerada, pelo seu interesse, disponibilidade e por todo o contributo que forneceu, não só nos contactos com protagonistas da indústria do calçado de Felgueiras, visitas a empresas ou explicações sobre equipamentos tecnológicos que proporcionou, mas também nas informações valiosas sobre o tema da investigação que partilhou em todos os momentos.

À Joana Mendonça pelo contributo em conversas e nas ilustrações.

À Carla Durães e Joaquina Moniz pela cooperação e ajuda ao acesso a informação relevante para a investigação.

Aos empresários que permitiram as visitas às suas empresas e às conversas que proporcionaram.

Ao Prof. Doutor Rui Brás pela oferta do seu livro e ao Pedro Alves pelo acesso ao arquivo do Semanário de Felgueiras.

Aos amigos e colegas que se disponibilizaram para conversas paralelas e informações sobre 'calçado'.

Ao Sr. Joaquim da Rebelo pela 'botas de pneu' que gentilmente me ofereceu, ao Sr. Costa Leite pela partilha de fotografias das mesmas; e ao Cristiano Oliveira por ter proporcionado esses contactos.

A todos os que não mencionei, mas que igualmente contribuíram para o estudo.

Aos amigos e família pelo apoio e motivação.

palavras-chave

História do Design, Design de calçado, Indústria do Calçado, Portugal, Felgueiras

resumo

A história do design de calçado português representa um projeto secular materializador de programas, sentido de autoria e tecnologias. O caso de Felgueiras, onde a produção de calçado é expressiva tem permanecido com responsabilidades inerentes à prática do design de calçado. Enquanto área do saber traduz uma problemática pela alocação a outras disciplinas e enquadramentos dotando-o de extrema complexidade. Paralelamente, o designer de calçado acolhe um papel indefinido e pratica o seu exercício em regime de co-autoria. Entender o design de calçado sob o ponto de vista do design foi revelador de lacunas, os quais este estudo procurou minimizar e contribuir com um novo conhecimento e novas perspetivas.

Procurou compreender as principais mudanças no espectro dos programas, das evidências técnicas e do papel do profissional que durante séculos concebeu e (re)produziu o calçado dando lugar ao exercício e aplicação do design numa prática cada vez mais consciencializada.

O modelo triangular de Providência, a história do design e as metodologias da história geral e oral formaram os princípios metodológicos da investigação traduzidos na consulta bibliográfica e iconográfica sobre a temática em bibliotecas, bases de dados e repositórios institucionais, entrevistas a especialistas da área do calçado e ao conhecimento empírico da investigadora.

A investigação principia no século XV e culmina no século XXI. Esclarece a definição e o conceito de calçado, aborda um sistema de ofício institucionalizado extinto com vista à implementação de um sistema de indústria, no qual o design e o designer se enquadram nos discursos institucionais do 'calçado'. Por fim, analisa o caso de Felgueiras traduzido em competências desenvolvidas através do desempenho profissional de uma tradição histórica e relações estreitas estabelecidas dentro de uma teia industrial, onde convergem tecnologias, autores e programas. Compreender o design de calçado enquanto área do saber, os seus antecedentes e panorama atual em Portugal permitiu concluir um processo secular de tentativas internas e externas à atividade para a normalizar, regular, estruturar e organizar. O caso de Felgueiras traduzido em competências desenvolvidas através de uma tradição histórica e de relações estreitas estabelecidas dentro de uma teia industrial revelou deixar convergir o designer de calçado compreendido num sentido ajustado ao cliente, difusor de novos programas, adaptado a processos produtivos e às tecnologias disponíveis.

keywords

History of Design, footwear design, Footwear Industry, Portugal, Felgueiras

abstract

The history of Portuguese footwear design represents a secular project materializing programmes, sense of authorship and technologies. The case of Felgueiras, where footwear production is expressive, has remained with responsibilities inherent to the practice of shoe design. As an area of knowledge, it translates into a problem by its allocation to other subjects and frameworks, which endows it with extreme complexity. At the same time, the footwear designer takes on an undefined role and practices it co-authored.

Understanding footwear design from a design point of view revealed gaps which this study sought to minimize and contribute to new knowledge and perspectives.

It sought to understand the major changes in the spectrum of programmes, the technical evidence and the role of the professional who for centuries conceived and (re)produced footwear giving way to the exercise and application of design in an increasingly conscious practice.

The triangular model proposed by Francisco Providência, the history of design and the methodologies of general and oral history formed the methodological principles of research translated into bibliographic and iconographic consultation on the subject in libraries, databases and institutional repositories, on footwear expert interviews and to the empirical knowledge of the researcher.

Research begins in the fifteenth century and culminates in the twenty-first century. It clarifies the definition and concept of footwear, addresses an extinct institutionalized craft system with a view to implementing an industry system in which design and designer fit into the 'footwear' institutional speeches. Finally, it analyzes the case of Felgueiras translated into competences developed through the professional performance of a historical tradition and close relationships established within an industrial web, where technologies, authors and programmes converge.

Understanding footwear design as an area of knowledge, its background and current panorama in Portugal has allowed us to conclude a secular process of internal and external attempts to normalize, regulate, structure and organize it. The Felgueiras case translated into skills, developed through a historical tradition and close relationships established within an industrial web, revealed that the footwear designer understood converge in a customer-adjusted sense, diffuser of new programmes, adapted to production processes and available technologies.

ÍNDICE

p. 1

CAPÍTULO I

Introdução

p. 3

1. O problema

p. 5

1.1 Abordagem ao problema

p. 7

1.2 Metodologia

p. 20

1.3 Estrutura do documento

p. 23

CAPÍTULO II

Uma narrativa sobre o calçado em Portugal à luz do design – Introdução

p. 24

1. Da historiografia da história do design para historiar o calçado

p. 32

2. Enquadramentos disciplinares do design de calçado

p. 33

2.1 Inserção no quadro do design de moda

p. 42

2.2 Inserção no quadro da história da moda

p. 47

2.3 Inserção no quadro da indústria do calçado

p. 66

3. Interdisciplinaridade metodológica: contributos da história

p. 70

4. Precedentes do design de calçado em Portugal

p. 73

4.1 História: história da moda, história do calçado

p. 74

4.2 Do design

p. 84

4.3 Outros contributos disciplinares

p. 86

4.4 Para uma história do design de calçado

p. 91

CAPÍTULO III

Significados do calçado em Portugal – Introdução

p. 100

1. O conceito de calçado: etimologia

p. 102

2. Século XVI

p. 102

2.1 O conceito de calçado: a sua definição no século XVI

p. 104

2.2 Tipologias de calçado dos séculos XVI em Portugal

p. 105

2.2.1 Forma, função, género, material e autoria

p. 110

3. Séculos XVIII – XIX

p. 112

3.1 O conceito de calçado: a sua definição entre os séculos XVIII e XIX

p. 112

3.1.1 O século XVIII

p. 117

3.1.2 O século XIX

p. 119

3.2 Tipologias de calçado conhecidas nos séculos XVIII e XIX em Portugal

p. 120

3.2.1 Forma, função, género, material e autoria

p. 123

3.2.2 Outras considerações

p. 132

4. Século XX

p. 133

4.1 O conceito de calçado: a sua definição no século XX

p. 139

4.2 Tipologias de calçado conhecidas no século XX em Portugal: I República, Estado Novo e III República

p. 139

4.2.1 A forma

p. 148

4.2.2 A função

p. 149

4.2.3 O género

p. 150

4.2.4 O material

p. 151

4.2.5 A autoria

p. 153

4.2.6 Outras considerações

p. 172

5. Século XXI – Parte I

p. 172

5.1 O conceito de calçado: a sua definição no século XXI

p. 173

5.2 Tipologias de calçado conhecidas no século XXI em Portugal:
III República

p. 173

5.2.1 A forma

p. 179

5.2.2 A função

p. 180

5.2.3 O género

p. 181

5.2.4 O material

p. 183

5.2.5 A autoria

p. 184

5.2.6 Outras considerações

p. 188

6. Século XXI – Parte II

p. 191

6.1 A compreensão do calçado na atualidade

p. 191

6.1.1 A forma, função, género, material

p. 206

6.2 A tecnologia

p. 207

6.3 Programa e tecnologia – as ‘fôrmas’

p. 214

6.4 Programa e tecnologia – as costuras

p. 216

6.5 Programa e tecnologia – os solados

p. 217

6.6 Programa e tecnologia – sistemas de produção de montagem

p. 227

CAPÍTULO IV

Momentos da história do design de calçado em Portugal: entre 1489 e 2016

Parte I – Introdução

p. 239

1. Primeiro momento: o ofício de sapateiro e o calçado português entre 1489 e 1834

p. 240

1.1 O ofício de sapateiro e a génese do designer de calçado

p. 241

1.1.1 O contexto das confrarias: constituição da autoria

p. 244

1.1.2 O contexto corporativo: afirmação da autoria, a normalização dos programas e a valorização da técnica

p. 255

1.1.3 O calçado nos discursos da moda

p. 261

2. Segundo momento: as transformações do ofício de sapateiro na pré-indústria do calçado entre 1834 a 1933

p. 262

2.1 A transição para a indústria do calçado: os novos autores, as novas tecnologias, os novos programas

p. 262

2.1.1 O decreto de 7 de Maio de 1834

p. 264

2.1.2 O novo modelo associativo

p. 270

2.1.3 O papel regulador do Estado

p. 275

2.1.3.1 Os programas do calçado português por via de legislação

p. 277

2.1.4 As tecnologias

p. 282

2.1.5 Os autores

p. 284

2.1.6 O calçado nos discursos da moda

p. 297

2.1.7 O século XX

p. 305

3. Terceiro momento: para a construção de uma identidade portuguesa do calçado entre 1933 e 1974

p. 307

3.1 O contexto português e o panorama da indústria do calçado

p. 323

3.2 A normalização dos programas de calçado

p. 325

3.2.1 Por via de legislação

p. 341

3.2.2 Por via de publicações

p. 342

3.2.2.1 Programas

p. 346

3.2.2.2 Programas e tecnologias

p. 351

3.2.2.3 Programas, tecnologias e autores

p. 361

4. Quarto momento: a industrialização e a internacionalização de um novo calçado português entre 1974 e 2016

p. 364

4.1 Os conceitos

p. 369

4.2 Caracterização do setor do calçado

p. 380

4.3 O panorama associativo: a APPICAPS

p. 388

4.3.1 O projeto para a indústria do calçado na III República

p. 389

4.3.1.1 As estratégias principais centradas na tecnologia e programas: entre 1978 e 2007

p. 397

4.3.1.2 As estratégias principais centradas na tecnologia,
programas e autores: a partir de 2007

p. 485

4.3.1.3 Outras estratégias paralelas

p. 411

4.4 O papel do Estado

p. 430

CAPÍTULO IV

Breve retrato da produção de calçado em Felgueiras

Parte II – Introdução

p. 434

1. Narrativas do design de calçado do concelho de Felgueiras

p. 436

1.1 Os primeiros anos do século XX

p. 437

1.2 Década de 40: produção e madeira

p. 443

1.3 Década de 50: produção semi-mecânica

p. 445

1.4 Década de 60: vocação para a indústria do calçado

p. 454

1.5 Década de 70: modernização da indústria do calçado

p. 464

1.6 Década de 80: representatividade da indústria
do calçado – o estilista

p. 469

1.7 Década de 90: disseminação cultural sobre
a indústria do calçado

p. 480

1.8 Século XXI

p. 495

CAPÍTULO V

Conclusões

p. 513

BIBLIOGRAFIA

p. 551

ANEXOS

O índice encontra-se no documento apenso a esta tese

ACRÓNIMOS

ACML

Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa

AM

Arquivo da Muralha

ANTT

Arquivo Nacional Torre do Tombo

APICCAPS

Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos em Pele e seus Sucedâneos.

BAFCG

Biblioteca de Arte / Fundação Calouste Gulbenkian

BNP

Biblioteca Nacional de Portugal

BMF

Biblioteca Municipal de Felgueiras

BPMP

Biblioteca Pública Municipal do Porto

BaSM

Bata Shoe Museum

BSM

Bally Shoe Museum

CDAB

Coleção Digital Aurora Brochado

CEGEA

Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada

CTCP

Centro Tecnológico do Calçado de Portugal

CPF

Centro Português de Fotografia

CFPIC

Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado

CBM

Cristóbal Balenciaga Museo

DGPC

Direção Geral do Património Cultural

DL
Deutsches Ledermuseum

DM
The Design Museum

DRE
Diário da República Eletrónico

DUP
Des Usines à Paris

EFP
Espólio Fotográfico Português

IEFP
Instituto de Emprego e Formação Profissional

EFTA
Associação Europeia de Comércio Livre

ESEIG
Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão

FEP
Faculdade de Economia da Universidade do Porto

FEUC
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

FEUP
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

FLUP
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

FM
Fashion Museum

FMS
Fundação Mário Soares

FSG
Fashion Space Gallery

GM
Gucci Museum

HMA
History Museum of Armenia

IPB
Instituto Politécnico de Bragança

IPV

Instituto Politécnico de Viana

ISCTE

Instituto Universitário de Lisboa

JNPP

Junta Nacional dos Produtos Pecuários

KCI

Kyoto Costume Institute

LAD

Les Arts Décoratifs

LFP

La Fabrique de Paris

LRDCLP

Legislação Régia - Digitalização da Coleção de Legislação Portuguesa

MC

Museo del Calzado

MDC

Museu do Calçado

MET

The Metropolitan Museum of Art

MICPBV

Museo Internazionale della Calzatura Pietro Bertolini Vigevano

MFA

Museum of Fine Arts

ML

Musée du Louvre

MMC

Musée des Metiers de la Chaussure

MT

Meseo del Traje

MYSL

Musée Yves Saint Laurent

MNT

Museu Nacional do Traje

MUDE

Museu do Design e da Moda

NG

National Geographic

NMAG

Northampton Museum and art Gallery

PGMMVP

Palais Galliera Musée de la Mode la Ville Paris

SF

Semanário de Felgueiras

SFM

Salvatore Ferragamo Museo

SS

Shoes or no Shoes

STMA

South Tyrol Museum of Archaeology

TMF

The Museum at Fit

THM

The Shoe Museum

UA

Universidade de Aveiro

UBI

Universidade da Beira Interior

UCP

Universidade Católica Porto

UC

Universidade de Coimbra

UL

Universidade de Lisboa

UM

Universidade do Minho

UP

Universidade do Porto

UTAD

Universidade de Trás os Montes e Alto Douro

VAM

Victoria and Albert Museum

VSM
Virtual Shoe Museum

WWW
World Wide Web

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 Sapato datado do período Calcolítico, entre 3627-3377 a. C., Arménia, na caverna Areni-1, encontrado em 2008. Fonte: HMA.

Fig. 2 Sapato datado de cerca de 3300 a.C., Alpes austríaco-italiano, encontrado em 1991. O sapato (esquerdo) acompanhou o restante vestuário do designado “Icemen”, o corpo humano mais velho e melhor preservado. De acordo com a investigação arqueológica o sapato estava no pé, apertado com cordões. Foi feito por camadas, sendo que sobre a rede foram colocadas ervas secas com vista ao isolamento e, por cima dessas, pele de veado costurada . sola, tal como a rede. Fonte: STMA.

Fig. 3 Bolsa datada de cerca de 2500-2200 a.C. O têxtil desintegrou-se, restando apenas os elementos decorativos. Fonte: NG.

Fig. 4 Sapato datado de cerca de 1250-1290 a. C., Great Salt Lake, Utah, caverna Promontory, encontrado em 1930. Fonte: Grimm, 2011, p. 12.

Fig. 5 Sola de sapato datada entre o século XVII e o terramoto de 1755, necrópole do antigo Convento de Jesus - Academia das Ciências de Lisboa. Fonte: Cardoso, 2004, p. 281.

Fig. 6 Livro de ilustrações de Frederick Worth, 1860. Fonte: VAM.

Fig. 7 Livro de ilustrações de Frederick Worth, 1860. Fonte: VAM.

Fig. 8 Sandálias egípcias, cerca de 1500-1200 a.C. Fonte: BSM.

Fig. 9 Sapatos de Mary Stanhope, 1660. Fonte: NMAG.

Fig. 10 Botas de montar, 1700. Fonte: MICPBV.

Fig. 11 Bota da I Guerra Mundial. Fonte: MICPBV.

Fig. 12 Tênis da marca Nike, pertencentes a Joschka Fischer, na tomada de posse como Ministro do Meio Ambiente, em 1985. Fonte: DL.

Fig. 13 Sapatos, 1993. Designer Vivienne Westwood. Fonte: BSM.

Fig. 14 “Courta Trash”, botas de senhora, fim dos anos 90. Designer Christian Louboutain. Corte em PVC e sola em pele. Fonte: SS.

Fig. 15 Sandálias de senhora, 2005. Designer Manolo Blahnik. Corte e sola em pele. Fonte: SS

Fig. 16 Exposição a diversidade do couro 17 de março a 22 outubro 2017. Fonte: DL.

Fig. 17 Coleção de calçado dos anos 70 da exposição permanente no MDC. Fonte: CDAB.

Fig. 18 Pormenor da exposição permanente no MDC: calçado usado por figuras públicas. Fonte: CDAB.

Fig. 19 Pantógrafo para escalonamento de moldes de calçado exposto no MDC, proveniente da Fábrica de Calçado Dura, Felgueiras. Fonte: CDAB.

Fig. 20 Pormenor da exposição permanente sobre fabrico manual de calçado no MMC. Fonte: MMC.

Fig. 21 Vista parcial da exposição permanente de máquinas de produção de calçado no MMC. Fonte: MMC.

Fig. 22 Patente de Salvatore Ferragamo da ‘alma’ do sapato, 1931. Fonte: SFM.

Fig. 23 Fotografia de Salvatore Ferragamo com ‘fôrmas’ de madeira de clientes famosos, 1955. Fonte: SFM.

Fig. 24 Fotografia da oficina de Salvatore Ferragamo, 1937. Fonte: SFM.

Fig. 25 Exposição “Christian Louboutin: 20 Years”, 2012. Fonte: DM.

Fig. 26 Sandália “Layer by Layer”, 2013. Designer Victoria Spruce. Fonte: FS

Fig. 27 Sandália , 2013. Designers Naim Josefi e Souzan Youssef. Fonte: FSG.

Fig. 28 Sandália de couro com plataforma de cortiça, 1938. Designer Salvatore Ferragamo. Fonte: MET.

Fig. 29 A moda em França na era napoleónica, “robes à la française” de 1770 e 1778. Fonte: Bourhis, 1989, p. 27.

Fig. 30 Vestido para jantar, 1924. Designer Jeanne Lanvin. Fonte: Martin, 1996.

Fig. 31 Gravura de fábrica de François Pinet. Fonte: LFP.

Fig. 32 Marca de fabrico de François Pinet. Fonte: DUP.

Fig. 33 Botas de François Pinet. Fonte: LFP.

Fig. 34 Botas bordadas, 1870. Designer François Pinet. Fonte: BSM.

Fig. 35 Botas bordadas, 1870. Designer François Pinet. Fonte: BSM.

Fig. 36 Chinela de seda bordada e sola de couro, datada do primeiro quartel do século XVII. Fonte: MET.

Fig. 37 Sapatos de senhora, de couro, perfurado no corte e com salto pintado, datados do final do século XVIII. França. Dimensões: 26.5 x 7.9 x 14 cm. Fonte: MFA.

Fig. 38 Sapatos de criança, de couro no corte e sola, aplicação com roseta de seda, datados do final do século XVIII. Inglaterra, marca Seames. Dimensões: 6.5 x 24 cm. Fonte: MFA.

Fig. 39 Retrato de Luís XIV, por Hyacinthe Rigaud, 1701. Fonte: ML.

Fig. 40 Sapatos de seda bordados, com forro de linho e salto de madeira, datados de cerca de 1770. Possuem particularidades relativas a inscrições: no forro, perto do calcanhar “IW/ Brocaded Silk” e “MR”; no peito do pé “JH 5/36”; e na sola “MC”. Foram feitos em Inglaterra e utilizados nos Estados Unidos. Dimensões: 12.5 x 8 x 24.2 cm. Fonte: MFA.

Fig. 41 Sapatos de senhora, de cetim e seda bordados, fio de prata, com forro e sola de couro. Europa, 1750–1760. Dimensões 15.3 x 10 x 22 cm. Fonte: MFA.

Fig. 42 Modelo: linear de senhora. Fonte: CTCP, 2010, p. 7.

Fig. 43 Construção do modelo. Fonte: CTCP, 2010, p. 8.

Fig. 44 Características de montagem de novos perfis de calçado. Fonte: CTCP, 2010, p. 9.

Fig. 45 Modelo da marca Trofal. O calçado dessa marca é, maioritariamente, feito à mão e de produtos naturais, reciclados e biodegradáveis, cosidos com fios naturais, em alternativa do uso de couros curtidos ao crómio e colas de base aquosa. Fonte: CTCP, 2012, p. 27.

Fig. 46 Método de ensaio de determinação da resistência ao escorregamento do calçado. Fonte: CTCP, 2012a, p. 13.

Fig. 47 Pictograma para marcação CE de calçado de bombeiro. Fonte: CTCP, 2012a, p. 25.

Fig. 48 Pictograma para marcação CE de calçado com resistência ao corte por motosserra. Fonte: CTCP, 2012a, p. 28.

Fig. 49 Calçado de segurança, de acordo com a classificação I. Modelo da empresa: Albano Miguel Fernandes, Lda. Fonte: CTCP, 2012a, p. 11.

Fig. 50 Calçado de segurança, de acordo com a EN ISO 20345. Modelo da empresa: Albano Miguel Fernandes, Lda. Fonte: CTCP, 2012a, p. 12.

Fig. 51 Panorama da indústria portuguesa do calçado. Fonte: Almeida, 2005, p. 93.

Fig. 52 Fábrica de calçado do exército, no Panteão Nacional, datada entre 1834 e 1916. Fonte: Jornal Público, 2 de Janeiro de 2014.

Fig. 53 Primeira página do “*Dictionarium latino lusitanicum et lusitanico latinum*”, 1569. Fonte: BNP.

Fig. 54 Tradução dos termos ‘cal.ar’ e ‘calçado’, de português para latim. Fonte: Cardoso, 1569, p. 21.

Fig. 55 Oficina de sapateiro. Fonte: *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, 1763, p. 186.

Fig. 56 Primeira página do “*Vocabulario portuguez e latino*”, de Raphael Bluteau (1712). Fonte: BNP.

Fig. 57 Instrumentos de sapateiro. Fonte: *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, 1763, p. 187.

Fig. 58 Calçado, componentes e instrumentos de sapateiro. Fonte: Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, 1763, p. 187.

Fig. 59 Primeira página do “Dicionário da maior parte dos termos homónimos e equívocos”, de António Couto (1842). Fonte: BNP.

Fig. 60 Farda da Legião Portuguesa sob o comando do Marquês de Alorna desde 1795, 1806. Fonte: BNP.

Fig. 61 Oficial do Exército Português, final do século XIX. Da análise à fotografia identifica-se a ‘fôrma’ alongada e a gáspea inteira e lisa. Fonte: AM.

Fig. 62 Família em estúdio fotográfico, final do século XIX. Da análise à fotografia identifica-se as chinelas em duas crianças e numa personagem feminina. Fonte: AM.

Fig. 63 Pai e filho em estúdio fotográfico, final do século XIX. Fotografia de reprodução. Da análise à fotografia identifica-se as botas de cordões. Fonte: AM.

Fig. 64 Família em espaço rural. Finais do século XIX, início do século XX. Da análise à fotografia identifica-se as botas de cordões nas crianças. Fonte: AM.

Fig. 65 Estabelecimento comercial de sapateiro na Rua da Alfândega, Lisboa [entre 1898 e 1908]. Fonte: AML.

Fig. 66 Oficina de sapateiro na Rua da Mouraria, Lisboa [entre 1898 e 1908]. Fonte: AML.

Fig. 67 Oficina de sapateiro na Praça das Flores, Lisboa [entre 1898 e 1908]. Fonte: AML.

Fig. 68 Traje de lavadeira saloia calça botas pretas de biqueira alongada, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.

Fig. 69 Traje de vendedor de cestos com sapatos pretos de biqueira quadrada e tacão raso, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.

Fig. 70 Traje de polícia civil e guarda noturno com sapatos pretos de atacadores e tacão raso, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.

Fig. 71 Traje de mulher com chinelas pretas, de biqueira bicuda e sola e tacão branco; e homem com sapatos pretos e tacão raso, ambos dos ‘arrabaldes do Porto’, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.

Fig. 72 Traje de pescador do Barreiro e Seixal, com botas pretas, de biqueira quadrada, cano largo, com gola preta, vivo bege e presilha, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.

Fig. 73 Traje de vendedora de carvão no Porto, com chinela preta bicuda, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.

Fig. 74 Traje de homem da ilha do Pico, com chinela bege, constituída por duas tiras laterais e uma tira ao centro, entre os dedos e o peito do pé, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.

Fig. 75 Traje do peditório para a festa do Espírito Santo, com sapatos pretos de biqueira quadrada, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.

Fig. 76 Fotografia de família de Guimarães, com socos e botins, 1910. Da análise à fotografia identifica-se os tamancos nos rapazes, as botas de cordões na criança ao centro e, na criança à esquerda tacão e biqueira bicuda. A figura feminina possui a biqueira bicuda e levantada. Fonte: AM.

Fig. 77 Mulher com crianças num jardim, entre 1900-1910. Da análise à fotografia identifica-se sapatos com aberturas no peito do pé, na criança à esquerda; a figura feminina utiliza botinas com tacão e cordões que iniciam a partir da biqueira; a criança à direita e o menino parecem usar sapatos similares de uma só gáspea e tira por cima do tornozelo à volta da perna. Fonte: AM

Fig. 78 Cartaz c. de 1917. Fonte: BNP.

Fig. 79 Cartaz c. de 1917. Fonte: BNP.

Fig. 80 Ilustração de tipologias que integram a definição de calçado. Fonte: Lello, vol. I, 1988, p. 427.

Fig. 81 Família em estúdio fotográfico, primeira década do século XX. Da análise à fotografia identifica-se chinelas nas personagens femininas. Fonte: AM.

Fig. 82 Criança em estúdio fotográfico, primeira década do século XX. Da análise à fotografia identifica-se sapatos que deixam o peito do pé descoberto e se fixam à volta da perna com laço. Fonte: AM.

Fig. 83 Atores em estúdio fotográfico, entre 1920-30. A análise à fotografia identifica-se sapatos decotados com fivela ao centro. Fonte: AM.

Fig. 84 Crianças em estúdio fotográfico, entre 1920-30. Da análise à fotografia identifica-se as botas de cordões. Fonte: AM.

Fig. 85 Família em estúdio fotográfico, entre 1920-30. Da análise à fotografia identifica-se sapatos, botas e tamancos. Fonte: AM.

Fig. 86 Mulheres em estúdio fotográfico, entre 1930-40. Da análise à fotografia identifica-se sapatos com tacão. Fonte: AM.

Fig. 87 Sapato [19--]. Lima, Alberto Carlos (18--1949). Fonte: AML.

Fig. 88 Sapato [19--]. Lima, Alberto Carlos (18--1949). Fonte: AML.

Fig. 89 Amália Rodrigues com sapato de biqueira aberta e tacão; e Edite Cruz com patins. 1950. Fonte: DGPC.

Fig. 90 Botas de pele preta. Biqueira redonda. Abertas na frente. Cano alto. Salto alto forrado. Apertam na frente com atacadores, onde passam por quatro pares de ilhoses e catorze pares de colchetes de metal pobre pintado de preto, dando nó e laçada na parte superior. 1960. Fonte: DGPC.

Fig. 91 Desenho da 'fôrma' de acordo com aspetos ergonómicos. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 92 Moldes para o desenvolvimento de 'fôrmas'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 93 Desenvolvimento de 'fôrma'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 94 Desenvolvimento de 'fôrma'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 95 Matéria prima para a produção seriada de 'fôrmas'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 96 'Processo de produção de 'fôrmas': primeira fase. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 97 Processo de produção de 'fôrmas': segunda fase. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 98 Processo de produção de 'fôrmas'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 99 'Processo de produção de 'fôrmas'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 100 Processo de produção de 'fôrmas': terceira fase. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 101 Processo de construção de 'fôrmas': primeira fase. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 102 Processo de construção de 'fôrmas': primeira fase. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 103 Processo de construção de 'fôrmas': segunda fase. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 104 Processo de construção de 'fôrmas': terceira fase. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 105 Processo de construção de 'fôrmas': quarta fase. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 106 Pinos para marcação dos tamanhos nas 'fôrmas'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 107 Pinos para marcação dos tamanhos nas 'fôrmas'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 108 Espólio de 'fôrmas' produzidas nas empresas. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 109 Século da costura em empresa de Felgueiras. Fonte: CDAB.

Fig. 110 Centrar a biqueira do sapato na máquina de centrar. Fonte: CDAB.

Fig. 111 Fechar as laterais do corte do sapato e da palmilha, com recurso a turquesa e martelo. Fonte: CDAB.

Fig. 112 Fechar a calcaneira do sapato com recurso a turquesa e martelo. Fonte: CDAB.

Fig. 113 Aplicação da cola na sola e secagem na torre de secagem. Fonte: CDAB.

Fig. 114 Apontar a sola do sapato ao corte. Fonte: CDAB.

Fig. 115 Colocação do sapato na máquina de prensar. Fonte: CDAB.

Fig. 116 Retirar a 'fôrma' do sapato com recurso à máquina de desenformar. Fonte: CDAB.

Fig. 117 Pregar o salto na sola do sapato com recurso à máquina de pregar. Fonte: CDAB.

Fig. 118 (em cima) Par de sapatos montado em montagem plana no Curso de Montagem, 2015, realizado na Academia de Design e Calçado. Fonte: CDAB.

Fig. 119 (à direita) Gama operatória da montagem plana de um modelo de calçado. Fonte: Aurora Brochado.

Fig. 120 Montagem California de bota da Academia de Design e Calçado. Fonte: CDAB.

Fig. 121 Montagem Goodyear de bota da Academia de Design e Calçado. Fonte: CDAB.

Fig. 122 Montagem Tubular de sapato da Academia de Design e Calçado. Fonte: CDAB.

Fig. 123 Montagem Tubular de sapato da Academia de Design e Calçado. Fonte: CDAB.

Fig. 124 Montagem Tubular de sapato da Academia de Design e Calçado. Fonte: CDAB.

Fig. 125 Corte para montagem em 'Pratik'. Fonte: CDAB.

Fig. 126 Montagem São Crispim em botim da Academia de Design e Calçado. Fonte: CDAB.

Fig. 127 Montagem injetado de sapato da Academia de Design e Calçado. Fonte: CDAB.

Fig. 128 Primeira página do "Correio das Modas" (1807). Fonte: BNP.

Fig. 129 Primeira página de "O Toucador" (1822, n. 1). Fonte: BNP.

Fig. 130 Primeira página de "O Correio das Damas" (1836, n. 1). Fonte: BNP.

Fig. 131 Primeira página de "A Estação de Paris" (1895). Fonte: BNP.

Fig. 132 Primeira página de "Recreio das Damas" (1863, n. 1). Fonte: BNP.

Fig. 133 Primeira página do "Jornal das Senhoras" (1896). Fonte: BNP.

Fig. 134 Primeira página da "Gazeta das Damas" (1822). Fonte: BNP.

Fig. 135 Catálogo da Fábrica de Calçado Luso – Belga (1939). Fonte: CDAB.

Fig. 136 Revista Portuguesa de Calçado (1957, n. 2). Fonte: CDAB.

Fig. 137 Revista Portuguesa Soul (2017, n. 1). Fonte: APICCAPS.

Fig. 138 Revista Portuguesa Soul (n. 11). Fonte: APICCAPS.

Fig. 139 Prefácio do livro de poemas "Crítica às modas escusáveis e aos costumes reprehensíveis", de 1805. No sentido em que a beleza é interior supera a beleza exterior, a crítica tecida à moda masculina refere o "(...) calçar muito airosos (...) e os çapatos, que até agora Parecião dous palitos, passarão a ser redondos, porque os julgão mais bonitos" (1805, versos 71-72). Fonte: BN.

Fig. 140 Baile da corte em 1785. Fonte: BNP.

Fig. 141 Sapatos com salto de seda lavrada com fivela, 1770. Da esquerda para a direita: Comp. 21 cm, Alt. salto 3 cm; Comp. 23 cm, Alt. salto 4,5 cm; Comp. 22 cm, Alt. salto 6 cm; Comp. 22,5 cm, Alt. salto 5 cm; Comp. 23 cm, Alt. salto 4,5 cm. Fonte: MNT.

Fig. 142 Sapatos de seda lavrada policroma e fivela de prata e brilhantes, 1770. Comp. 20 cm; Alt. salto 7 cm. Fonte: MNT.

Fig. 143 'Sapatos Império', cetim e seda creme, cetim bordado a fio metálico prateado, cerca de 1800. Comp. 23 cm, Lg. 5 cm; Comp. 23 cm, Lg. 6 cm; Comp. 23 cm, Lg. 7 cm; Comp. 26 cm, Lg. 7,5 cm; Comp. 25 cm, Lg. 6,5 cm. Fonte: MNT.

Fig. 144 Sapatos do fato de caça do Rei, século XIX-XX. Comp. 29 cm. Fonte: MNT.

Fig. 145 Página do "Correio das Modas", descrição do traje parisiense (1807, p. 69). Fonte: BNP.

Fig. 146 Primeira página de “O Toucador” com artigo sobre moda (1822, n. 2). Fonte: BNP.

Fig. 147 ‘Sapatos Império’, de seda azul, amarela, azul clara, verde e preta, cerca de 1800. Comp. 22 cm, Lg. 5 cm; Comp. 24 cm, Lg. 6 cm; Comp. 23 cm, Lg. 7 cm; Comp. 22 cm, Lg. 5 cm. Fonte: MNT.

Fig. 148 Botas de senhora, de meio cano em seda canelada cor-de-rosa e salto alto forrado. A entrada do cano é recordada e guarnecida com vivo de seda. O sistema de aperto é com fitas de algodão branco em ilhoses. O forro é de sarja de algodão branco e tafetá de seda amarela. Cerca de 1900. Comp. 22 cm x Alt. 18 cm. Fonte: MNT.

Fig. 149 Sapatos de cetim de seda creme, missangas, sola de couro e palmilha de pele branca. Aplicação de laço franzido e vestígios de anterior bordado a missangas. Cerca de 1900. Comp. (p.) 24 cm x Alt. (salto) 4 cm 1900. Fonte: MNT.

Fig. 150 ‘Cartaz da campanha pé descalço (c. 1917).
Fonte: LPPS.

Fig. 151 Crianças sentadas no muro, 1950. Fonte: DGPC.

Fig. 152 Decreto de 7 de maio de 1834 (Livro 1833-1834).
Fonte: LRDCLP.

Fig. 153 Pormenor dos Estatutos da Associação dos Sapateiros Lisbonenses. Fonte: Estatutos da Associação dos Sapateiros Lisbonenses, 1880, p. 8-9.

Fig. 154 Resolução 21 de março de 1854. Fonte: LRDCLP.

Fig. 155 Pormenor do Alvará de 24 de março de 1764, dando nova forma ao Fardamento da Tropa (Livro 1763-1774).
Fonte: LRDCLP.

Fig. 156 Pormenor do Decreto de 17 de fevereiro de 1887, aprovando o plano de uniformes para a guarda fiscal (Livro 1887). Fonte: LRDCLP.

Fig. 157 Representação de costumes militares portugueses ‘caçadores – grande uniforme’. Litografia, 1893. Fonte: BNP.

Fig. 158 Representação de costumes militares portugueses ‘caçadores a cavallo’. Litografia, 1893. Fonte: BNP

Fig. 159 Oficina de calçado, Lisboa, [191-?] onde se podem ver mulheres a trabalhar em máquinas de costura. Benoliel, Joshua (1873-1932). Fonte: AML.

Fig. 160 Representação de sapateiro de porta de escada em habitação. Litografia aguarelada, 17,8x12,5cm. 1833.
Fonte: BNP.

Fig. 161 Primeira página da “Sapataria Portuguesa” (1890).
Fonte: BNP.

Fig. 162 O Correio das Damas (1836, n. 12,t.1). Fonte: BND.

Fig. 163 O Correio das Damas (1837, n. 5, t.2). Fonte: BND.

Fig. 164 Ilustração de tendências para o género masculino do periódico “O Correio das Damas” (1839, n. 5, t3).
Fonte: BNP.

Fig. 165 Ilustração de tendências para o género feminino do periódico “O Correio das Damas” (1839, n. 5, t3).
Fonte: BNP.

Fig. 166 Ilustração de tendências para o género masculino do periódico “O Correio das Damas” (1839, n. 23, t.3).
Fonte: BND.

Fig. 167 Ilustração de tendências para o género masculino do periódico “O Correio das Damas” (1839, n. 22, t.3).
Fonte: BND.

Fig. 168 Ilustração de tendências para o género masculino do periódico “O Correio das Damas” (1843, n. 13, t.5).
Fonte: BND.

Fig. 169 Ilustração de tendências para o género masculino do periódico “O Correio das Damas” (1850, n. 17, t.8).
Fonte: BND.

Fig. 170 Ilustração de tendências para o género masculino do periódico “O Correio das Damas” (1843, n. 22, t5).
Fonte: BNP.

Fig. 171 Ilustração de tendências para o género feminino do periódico “O Correio das Damas” (1843, n. 22, t5).
Fonte: BNP.

Fig. 172 Ilustração de tendências para o género feminino, masculino e crianças do periódico “O Correio das Damas” (1851, n. 8, t.9). Fonte: BND.

Fig. 173 Ilustração de tendências para o género feminino, masculino e crianças do periódico “O Correio das Damas” (1851, n. 3, t.9). Fonte: BND.

Fig. 174 Ilustração de tendências para o género feminino e crianças do periódico “O Correio das Damas” (1851, Tomo IX). Fonte: BNP.

Fig. 175 Pormenor do ensaio sobre as modas publicado no “Recreio das Damas” (1863, n. 2). Fonte: BNP.

Fig. 176 Fatos para crianças publicados na “Estação de Paris” (1895). Fonte: BNP.

Fig. 177 Ilustração de tendências de moda no periódico “A Estação de Paris” (1895). Fonte: BNP

Fig. 178 Ilustração de tendências de moda no periódico “A Estação de Paris” (1895). Fonte: BNP.

Fig. 179 Sapateiro [19--]. Bárcia, José Artur Leitão (1871-1945). Fonte: AML.

Fig. 180 Sapateiro à porta de habitação, Lisboa, 1963. Sapateiro [19--]. Bárcia, José Artur Leitão (1871-1945). Fonte: AML.

Fig. 181 Fotografia de sapatos, 1920. Fonte: BAFCG.

Fig. 182 Fotografia de sandálias, 1920. Fonte: BAFCG.

Fig. 183 Fotografia de sapatos, 1920. Fonte: BAFCG.

Fig. 184 Fotografia de sandálias, 1920. Fonte: BAFCG.

Fig. 185 Fotografia de sapato, 1920. Fonte: BAFCG.

Fig. 186 Fotografia de sapatos, 1920. Fonte: BAFCG.

Fig. 187 Fotografia de sapatos e sandálias, 1920. Fonte: BAFCG.

Fig. 188 Oficina de calçado Lisboa [19--]. Fonte: AML.

Fig. 189 Oficina de calçado Lisboa [19--]. Fonte: AML.

Fig. 190 Exposição Industrial e Agrícola de 1923, em Guimarães. Expositor Tamancaria de João Alves de Almeida Araújo, agosto de 1923. Fonte: AM.

Fig. 191 Exposição Industrial e Agrícola de 1923, em Guimarães. Expositor União Vimaranesense - José Caetano Pereira, Carvalho Ca. Lda., agosto de 1923. Fonte: AM.

Fig. 192 Exposição Industrial e Agrícola de 1923, em Guimarães. Expositor Carvalho e Castelar, agosto de 1923. Fonte: AM.

Fig. 193 Exposição Industrial e Agrícola de 1923., em Guimarães. Expositor Fábrica Manual de Calçado António Antunes de Castro, agosto de 1923. Fonte: AM.

Fig. 194 Exposição Industrial e Agrícola de 1923, em Guimarães. Expositor José Luciano da Costa, agosto de 1923. Fonte: AM.

Fig. 195 Anúncio da oficina de calçado de J. Francisco de Oliveira, calçado de luxo e popular. Ver fig. 207. Fonte: Jornal Indústria O Carteiro, fevereiro de 1929.

Fig. 196 Anúncio da oficina de calçado “Josil”, de Joaquim Guedes da Silva. Fonte: Jornal Indústria O Carteiro, fevereiro de 1929.

Fig. 197 Informação sobre modelos de sapatos pretendidos pelas filhas de Bernardino Machado. 5 de agosto de 1933. Fonte: FMS.

Fig. 198 Informação sobre as dificuldades em encontrar os sapatos pretendidos pelas filhas de Bernardino Machado. 5 de agosto de 1933. Fonte: FMS.

Fig. 199 Máquinas para a vulcanização da borracha da empresa E.I. Repenicado & Bengala, Fábrica de Borracha e Calçado, entre 1930 – 1950, Lisboa. Fonte: CPF.

Fig. 200 Operário a trabalhar na preparação para a vulcanização da borracha, na empresa E.I. Repenicado & Bengala, Fábrica de Borracha e Calçado, entre 1930 – 1950, Lisboa. Fonte: CPF.

Fig. 201 Operárias a coser a sola ao tecido da alpargata, E. I. Repenicado & Bengala, Fábrica de Borracha e Calçado, Lisboa, entre 1930-1950. Fonte: CPF.

Fig. 202 Operários a trabalhar na secção de acabamento e embalagem, E. I. Repenicado & Bengala, Fábrica de Borracha e Calçado, Lisboa, entre 1930-1950. Fonte: CPF.

Fig. 203 Oficinas de São José, trabalho de sapateiro, Lisboa, 1953. Fonte: AML.

Fig. 204 Oficinas de São José, trabalho de sapateiro, Lisboa, 1953. Fonte: AML.

Fig. 205 Anúncio do estabelecimento de venda de calçado de homem e criança, de Antero José Rebelo. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940

Fig. 206 Anúncio da fábrica de calçado Etiel de António Leite & C.^a, Lda. e do ponto de venda Sapataria Leite. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

Fig. 207 Anúncio da fábrica manual de calçado Calçado Frasita, de J. Francisco de Oliveira, especialista em calçado de senhora e criança. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

Fig. 208 Anúncio da fábrica de calçado Águia Azul, especializada em calçado de senhora e criança; e do armazém de calçado de senhora, criança e de tamancos A Nova Exportadora Portuense, de Cardoso & C.^a Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

Fig. 209 Anúncio da fábrica de calçado e marca Atlas, onde se evidenciam três tipos de montagens distintas: “Goodyear”, “Blak” e “Stitchdown”. A empresa apresentou-se pelas grandes quantidades de produção de calçado devido à utilização do sistema mecânico e com destaque na participação e prémios obtidos em certames expositivos. Situada no Porto, a Empresa de Calçado Atlas, L.da foi “A maior e mais importante fábrica de calçado portuguesa”. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

Fig. 210 Anúncio da fábrica de calçado Monteiro da Fonseca & Irmão, especializado em calçado de agasalho em ‘montagnac’ nacional e feltros estrangeiros; sandálias de calf; sapatos de feltro, carneira e lona; calçado de criança em verniz e calf de cor, camurça. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

Fig. 211 Anúncio de calçado Estoril, fabrico manual de calçado para senhora e criança, de Justino Gomes Leite, Lda. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

Fig. 212 Anúncio da fábrica José da Costa Andrade & Filhos, especializada em alpargatas; calçado fino, de carneira, lona, feltro; e criança. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

Fig. 213 Anúncio da marca A Nacional, especialista em calçado de agasalho, feltro, montagnac, lona e carneira; sandálias; silenciosos e alpargatas de borracha; de Joaquim Prole. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

Fig. 214 Anúncio da Fábrica de Calçado Rodrigo Moreira, especialista em Calçado de verniz, camurça, carneira, lona, feltro e montanhaque; sandálias; salto; Calçado aberto para verão. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

Fig. 215 Capa da publicação de Paul Dohmen intitulada Curso de Modelagem, apresentada como a primeira obra didática editada em Portugal com vista ao preenchimento de uma lacuna existente, quer ao nível da quantidade de técnicos existentes, quer para o contributo na sua formação; influência para a separação do artesanato que orientava as unidades fabris àquele momento; e referência para o contacto com os princípios científicos, defendidos como a base onde deve assentar a atividade produtividade. Ao nível de conceitos, na publicação foram definidos o desenho; a anatomia do pé e da perna; as medições do pé; a formagem; modelagem; corte, preparação, reunião, costura; corte da sola, fixação, montagem, colocação da sola e salto e acabamento; entendidos como os principais ramos técnicos da profissão de modelador. No decurso da publicação apresentaram-se os respetivos aspetos técnicos da modelação de programas de calçado base: ‘bota’; ‘botim’; ‘Carlos IX’; ‘derby’; ‘escarpim’; ‘mocassim’; e ‘Richelieu’.

Fig. 216 Ferramentas do modelista: fita, régua metálica e esquadro, transferidor, lima, faca de corte, pedra de afiar, pica, compasso de pontas e rolete. Fonte: Paul Dohmen, Curso de modelagem.

Fig. 217 Ferramentas do modelista: fita, régua metálica e esquadro, transferidor e compassos com aberturas distintas. Fonte: Ribeiro, 1972, p. 2.

Fig. 218 Ferramentas do modelista: compasso de pontas, faca de corte, esmeril, rolete pequeno e médio, broca, lima e esmeril. Fonte: Ribeiro, 1972, p. 3.

Fig. 219 Capa da Revista Portuguesa de Calçado (1956), N.º 1. Fonte: BMP.

Fig. 220 Elementos decorativos para gáspeas: ‘perfurações finas’ para programas femininos e masculinos. De acordo com Paul Dohmen, as ‘perfurações largas’ são adequadas ao aspeto sport. Fonte: Paul Dohmen, Curso de modelagem.

Fig. 221 Tipos de biqueiras de ‘fôrmas’: alongado, quadrado, redondo e bicudo. Fonte: Ribeiro (1972, p. 12).

Fig. 222 Fotografia de Gustavo de Matos Sequeira pronunciando a sua conferência nas oficinas gerais de fardamento e calçado, 1935-05-23. Fonte: CPF.

Fig. 223 Farda a Mocidade Portuguesa. 1940. Fonte: DGPC.

Fig. 224 Roteiro de uniformes da Mocidade Portuguesa, género masculino. Fonte: Decreto 28410/38, de 7 de janeiro.

Fig. 225 Calçado da Mocidade Portuguesa: sapatos de cabedal, cor natural, atacados e pregueados nas solas e tac. es, para os Lusitos; botins de cabedal preto, para os Infantes e vanguardistas; e botas de cabedal preto ou polimento, para os dirigentes. Fonte: Decreto 28410/38, de 7 de Janeiro.

Fig. 226 Sapatos da Mocidade Portuguesa: sapatos de cabedal, cor castanha, abotinados, de salto raso ou até 2 cm, conforme as estruturas e idade das filiadas, fechados no calcanhar e na biqueira, para as Lusitas; as mesmas características, mas com o salto máximo de 5 cm para as Lusas. Fonte: Portaria 12858/49, de 17 junho.

Fig. 227 Pneu utilizado atualmente para o desenvolvimento de solas. Fonte: CDAB.

Fig. 228 Solas de pneu atuais, utilizadas para calçado de segurança. Fonte: CDAB.

Fig. 229 Distribuição de calçado e vestuário na Cantina do Bem, 1932. Álbum de Joaquim Agostinho. Fonte: ANTT.

Fig. 230 Crianças contempladas com vestuário e calçado pelo conselho nacional das mulheres portuguesas, 1938. Fonte: ANTT.

Fig. 231 Botas para engenharia, artilharia em campanha, saúde, secretariado e primeiro sargento do exército. Fonte: Decreto n.º 6373/20, de 27 de Janeiro.

Fig. 232 Botas e polainas dos Guardas Prisionais, de cabedal preto. Fonte: Decreto n.º 29929/39, 14 de setembro.

Fig. 233 Bota da Polícia de Segurança Pública. Fonte: Decreto n.º 31930/42, de 19 de março.

Fig. 234 Botas para uniforme de trabalho para guardas prisionais, podendo ser utilizadas em contexto rural ou similar. Fonte: Decreto n.º 36983/48, de 22 de Julho.

Fig. 235 Sapato de calf preto ou polimento, preto, com biqueira, do comissário chefe da Polícia de Segurança Pública; Sapato do género feminino. Fonte: Decreto n.º 41798/58, de 8 de agosto.

Fig. 236 Botas dos motociclistas da Armada, de atanado preto com fole de cabedal interior da mesma cor. Fonte: Portaria n.º 16825/58, de 12 de agosto.

Fig. 237 Botas dos motociclistas da Guarda Nacional Republicana, de pele de vitela preta abertas na frente. Fonte: Portaria n.º 16824/58, de 18 de setembro.

Fig. 238 Botins para oficiais, sargentos e praças de cavalaria, de pele de vitela preta; para serviço rural são de pele de atanado (bezerro) preto. Fonte: Portaria n.º 16824/58, de 18 de setembro

Fig. 239 Botas para o Pessoal Florestal. Fonte: Decreto n.º 42683/59, de 25 de novembro.

Fig. 240 Sapato abotinados do género feminino de pele preta, dos serviços prisionais. Fonte: Portaria n.º 18219/61, de 18 de Janeiro.

Fig. 241 Bota dos Guarda Rios, de cabedal ou vitela. Fonte: Decreto 49303/69, de 14 de outubro.

Fig. 242 Bota de borracha dos auxiliares de tráfego e movimento do aeroporto de Lisboa. Fonte: Portaria n.º 35/71, de 22 de Janeiro.

Fig. 243 Fotografia da oficina de fabrico de calçado da Escola de Artes e Ofícios da Beira, 1942. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Figs. 244-246 Conjunto de sapatos de senhora em “Semili serpente”. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.

Fig. 247 Sapato de senhora de borracha forrados. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.

Fig. 248 Bota alta e bota de neve de senhora envernizadas. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.

Fig. 249-251 Bota para camponês, bota tipo militar e bota alta para pescador meia coxa. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.

Fig. 252 Solas para calçado. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.

Fig. 253-255 Variantes de sapato de senhora em tecido “Velvetone silke”, do 32 ao 39. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.

Fig. 256 Sapatos em têxtil. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.

Fig. 257 Método de medição da altura da ‘fôrma’. Fonte: Paul Dohmen, Curso de Modelagem.

Fig. 258 Principais aspetos na medição da largura do pé para a construção da 'fôrma', sendo que a) linha de dedos; b) baixo peito do pé; c) peito do p.; d) entrada; e) medida do tornozelo; Fonte: Paul Dohmen, [s.d.], p. 17.

Fig. 259 A direção de apoio do calcanhar e do enfranque. Fonte: Paul Dohmen, [s.d.], p. 13.

Fig. 260 Publicação de Paul Dohmen, intitulada O calçante podológico: pé, 'fôrma', calçado. O pé e o seu alojamento [s.d.] onde detalhou o método para o desenho de 'fôrmas' para calçado. Na obra mencionou que respeitando doze critérios na construção de 'fôrmas' seria possível calçar corretamente sessenta e oito por cento dos indivíduos. Fonte: Paul Dohmen, [s.d.], p. 3).

Fig. 261 Ilustração da relação entre pé e 'forma'. Fonte: Paul Dohmen, O calçante podológico: p., forma, calçado. O pé e o seu alojamento [s.d.].

Fig. 262 Ilustração dos elementos considerados vantajosos do calçado podolizado, resultante da proposta do sistema Dohmen. O calçado podolizado está relacionado com a aplicação de conhecimentos relativos à anatomia do pé e com o conforto, tendo sido publicado em 1970 um catálogo onde se procedeu à explicação das características desse tipo de calçado e se apresentou as marcas dotadas com essa qualificação e respetiva patente. A publicação expôs aquelas que possuíam o selo de garantia designado por N.S.D. e atribuído pelo Gabinete português de podolização, tratando-se de um conjunto de vinte marcas, oriundas de Arrifana, Felgueiras, Porto, S. João da Madeira, Vila da Feira e Vila Nova de Gaia. Fonte: O calçado podolizado: pré-selecção inverno 70 [s.d.].

Fig. 263 Programas de calçado da fábrica de calçado Atlas, 1942. Fonte: Espólio Fotográfico Português (EFP).

Fig. 264 Setor do acabamento da fábrica de calçado Atlas, 1942. Fonte: EFP.

Fig. 265 Programas de calçado do género masculino e feminino da fábrica de calçado Atlas, 1942. Na fotografia é possível identificar tipologias 'oxford' e 'derby' para o género masculino e 'decotado' para o feminino, com acabamento 'polido'. Fonte: EFP.

Fig. 266-267 Programas de calçado para o género masculino propostos para o inverno de 1970 da marca Calçado Império. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].

Fig. 268 Programas de calçado para o género masculino propostos para o inverno de 1970 da marca Calçado Oliviersil. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].

Fig. 269 Programas de calçado para o género masculino propostos para o inverno de 1970 da marca Somatos. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].

Fig. 270-271 Programas de calçado para o género feminino propostos para o inverno de 1970 da marca Lunik. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].

Fig. 272-273 Programas de calçado para o género feminino propostos para o inverno de 1970 da marca Pilar. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].

Fig. 274-275 Programas de calçado para o género feminino propostos para o inverno de 1970 da marca Fada. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].

Fig. 276-277 Programas de calçado para o género feminino propostos para o inverno de 1970 da marca A Gaiense. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].

Fig. 278 Programas de calçado para o criança propostos para o inverno de 1970 da marca Cicónia. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].

Fig. 279-280 Programas de calçado para rapaz propostos para o inverno de 1970 da marca Neto. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].

Fig. 281-282 Programas de calçado para rapaz propostos para o inverno de 1970 da marca Pint' Oliveira. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].

Fig. 283 Programas de calçado para o género feminino na "Página do desenhador português", representados por via do desenho. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, N. 1, 1956.

Fig. 284 Programas de calçado para o género feminino na "Página do desenhador português", representados por via do desenho. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, N. 1, 1956.

Fig. 285 Programas de calçado para o género feminino na "Página do desenhador português", representados por via do desenho. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, N. 1, 1956.

Fig. 286 Programas de calçado para o género feminino e masculino na “Página do desenhador português”, representados por via do desenho. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, N. 1, 1956.

Fig. 287 Programas de calçado para o género feminino e masculino na “Página do desenhador português”, representados por via do desenho. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, N. 1, 1956.

Fig. 288 Fotografia de sapato para o género feminino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 1, 1956.

Fig. 289 Fotografia de sapatos para o género feminino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 1, 1956.

Fig. 290 Fotografia de sapato para o género feminino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 1, 1956.

Fig. 291 Fotografia de sapato para o género feminino no âmbito do artigo “Criações portuguesas” Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 1, 1956.

Fig. 292 Fotografia de sapato para o género feminino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 1, 1956.

Fig. 293 Fotografia de botim e sapato para o género masculino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 294 Fotografia de sapato para o género masculino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 295 Fotografia de sapato para o género masculino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 296 Fotografia de botim para o género masculino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 297 Fotografia de botim para o género masculino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 298 Desenho de sapato para o género masculino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 299 Desenhos de sapatos para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 300 Desenhos de sandália e sapato para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 301 Desenhos de sapatos para o género masculino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 302 Desenhos de sapatos para o género masculino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 303 Desenhos de sandália e sapato para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 304 Desenhos de sapatos para o género masculino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 305 Desenho de sapato para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 306 Desenhos de sapatos de criança, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 307 Desenhos de sapatos para o género masculino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 308 Desenho de sapato para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 309 Desenho de sapato de criança, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 310 Desenho de sapato de criança, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 311 Desenho de sapato para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 312 Desenhos de sapatos para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 313 Ilustração de sandálias para o género feminino, por Guido Brustia. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 314 Ilustração de sapatos para o género feminino, por Guido Brustia. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 315 Ilustração de sapatos para o género feminino, por Guido Brustia. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, n. 2, 1957.

Fig. 316-325 Capas da revista Orientações, N.º 0 – 9, 1991-1998. Fonte: CFPIC.

Fig. 326 Botim do designer de calçado Luís Onofre. Fonte: Orientações, 1991, N.º 1, p. 54.

Fig. 327 Calçado do designer de calçado Luís Onofre. Fonte: Orientações, 1993, N.º 3, p. 24.

Fig. 328 Detalhe de saltos para calçado apresentados em artigo intitulado como “Pormenores de design”. Fonte: Orientações, 1992, N.º 2, p. 68, 69.

Fig. 329 Detalhes de acabamentos, formas e materiais aplicados no calcanhar, apresentados em artigo intitulado como “Pormenores de design”. Fonte: Orientações, 1992, N.º 2, p. 70; N.º 7. p. 91.

Fig. 330 Sapato para o género feminino com cosidos manuais da designer de calçado Ana Maria Santos. Fonte: Orientações, 1995, N.º 5, p. 74.

Fig. 331 Botim para o género feminino aberto no calcanhar, com plataforma, da designer de calçado Odete Almeida. Fonte: Orientações, 1995, N.º 5, p. 80.

Fig. 332 Sandália ou chinela customizável, da designer de calçado Felicidade Sousa. Possui biqueira alongada, com vazados e vira com acabamento pespontado. O solado é desportivo com entresola forrada no mesmo material do corte, nubuck. Fonte: Orientações, 1995, N.º 5, p. 14.

Fig. 333 Sandália para o género feminino, com tira amovível, do designer de calçado Paulo Lima. Trata-se de um programa customizável, onde a tira ao ser retirada transforma a sandália em chinela. Fonte: Orientações, 1997, N.º 7, p. 98.

Fig. 334 Sandália premiada com o sétimo lugar no concurso “Sulle Orme dell Cuoio”, do designer de calçado Paulo Tavares. Fonte: Orientações, 1997, N.º 8, p. 113.

Fig. 335 Bota da designer de calçado Carla Martins, inspirada em calçado de montanha, com detalhes em verniz metalizado e nubuck azul e laranja. Fonte: Orientações, 1998, N.º 9, p. 31.

Fig. 336 Botim do designer de calçado Paulo Bento, com sola compensada em nubuck branco gravado e pelo sintético. Fonte: Orientações, 1998, N.º 9, p. 11.

Fig. 337 Botim do designer de calçado Paulo Bento, masculino de biqueira redonda em nubuck azul e pelo sintético, com solado em micro. Fonte: Orientações, 1998, N.º 9, p. 16.

Fig. 338 Botim do designer de calçado Paulo Bento, masculino de biqueira redonda em nubuck castanho e pelo sintético. Fonte: Orientações, 1998, N.º 9, p. 17.

Fig. 339 Botim da designer de calçado Carla Martins onde foram explorados os conceitos ‘doce’, ‘dura’, ‘frágil’ e ‘forte’. Feminino de biqueira redonda em nubuck laranja encerado e gravado. Vivos em verniz cinza metalizado. Cano em meia de lã tricotada. Solado multicolor em microespuma. Fonte: Orientações, 1998, N.º 9, p. 30.

Fig. 340 Botim do designer de calçado Pedro Alves, feminino, desportivo, bicudo em crute, pele, verniz e sintético. Solado em micro espuma. Fonte: Orientações, 1998, N.º 9, p. 36.

Fig. 341 Simulador de marcha para medição de força e pressão, para realização de testes no CTCP. Fonte: CDAB.

Fig. 342 Pé térmico com sudção e aquecimento parametrizáveis para avaliação do conforto térmico, para realização de testes no CTCP. Fonte: CDAB.

Fig. 343 Avaliação de calçado de segurança com resistência ao corte por motosserra, para realização de testes no CTCP. Fonte: CDAB.

Fig. 344 Sistema para medir a resistência ao esmagamento por impacto da biqueira, para realização de testes no CTCP. Fonte: CDAB.

Fig. 345 Sistema para medir a resistência ao impacto na zona do tornozelo, para realização de testes no CTCP. Fonte: CDAB.

Fig. 346-347 Processo de construção de moldes para solas. Fonte: CDAB.

Fig. 348 Moldes para produção de solas. Fonte: CDAB.

Fig. 349 Sapato da marca Dkode, apresentado no Portugal Fashion, em outubro 2012. A coleção em que se enquadrou propôs a exploração de culturas contemporâneas com detalhes tradicionais, peles naturais e diferentes texturas. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 192, outubro 2012.

Fig. 350 Sapato da marca Nobrand, apresentado no Portugal Fashion, outubro 2012. A coleção em que se enquadrou inspirou-se no Harlem Renaissance e apresentou uma versão contemporânea do movimento, explorando texturas, padrões e cores. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 192, outubro 2012.

Fig. 351 Botim aberto na biqueira de Luís Onofre, apresentado no Portugal Fashion, em outubro 2012. A coleção em que se enquadrou propôs a cor como principal elemento, modelos compensados e modelos rasos. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 192, outubro 2012.

Fig. 352 Página divulgada pela APICCAPS de estímulo ao registo das marcas e à promoção do sentido de autoria. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 174, 2011.

Fig. 353 Botins da designer de calçado, Sónia Oliveira. Fonte: CFPIC, Hot New Talents, 2010.

Fig. 354 Botins do designer de calçado, Pedro Resende. Fonte: CFPIC, Hot New Talents, 2010.

Fig. 355 Notícia sobre o lançamento da marca Lemon Jelly, da Procalçado. Fonte: Jornal da APICCPAS, N.º 196, 2013.

Fig. 356-361 Programas de calçado apresentados na Mocap. Fonte: Semanário de Felgueiras, 23 Janeiro 1998; 15 Janeiro 1999; 22 Janeiro 1999.

Fig. 362 Campanhas “Portuguese Shoes”, entre 2013 e 2017. Fonte: Portugal, Portuguese Shoes, 2018.

Fig. 363 Página de campanha promocional do calçado português. Fonte: APICCAPS, Estudo Estatístico, 2009.

Fig. 364 Página de campanha promocional do calçado português. Fonte: APICCAPS, Estudo Estatístico, 2009.

Fig. 365 Fotografia de campanha promocional do calçado português. Fonte: APICCAPS, Estudo Estatístico, 2011.

Fig. 366 Página publicitária da campanha “The sexiest industry in Europe” promovida pela APICCAPS. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 133, Janeiro 2011.

Fig. 367 Página publicitária de divulgação da Academia de Design e Calçado. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 198, abril 2013.

Fig. 368 Fotografia de campanha promocional do calçado português. Fonte: APICCAPS, Estudo Estatístico, 2011.

Fig. 369 Campanha promocional do calçado português. Fonte: APICCAPS, FOOture 2020, 2013.

Fig. 370 Página publicitária da campanha “The sexiest industry in Europe” promovida pela APICCAPS. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 195, Janeiro 2013.

Fig. 371 Campanha promocional do calçado português. Fonte: APICCAPS, FOOture 2020, 2013.

Fig. 372 Divulgação de formação profissional. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 194, dezembro 2012.

Fig. 373 Sandália da designer de calçado de Sara Boa, vencedora da 2ª edição do Prémio Nacional de Design. Fonte: Orientações, N.º 4, 1994, p. 101.

Fig. 374 Sandália da designer de calçado Rute Relvas, vencedora da 4ª edição do Prémio Nacional de Design. Fonte: Orientações, N.º 7, 1997, p. 105.

Fig. 375-388 Gala anual de design de calçado, entre 2004 e 2017, organizada pela escola profissional de Felgueiras e pela câmara municipal. A gala pretendeu apresentar propostas de calçado para senhora, homem e criança, de alunos dessa instituição e de empresas locais. Fonte: Arquivo do Semanário de Felgueiras.

Fig. 389 Definição dos componentes a identificar e correspondentes pictogramas e indicações escritas. Fonte: Decreto-Lei n.º 26/96, de 23 de março.

Fig. 390 Materiais e correspondentes pictogramas e indicações escritas. Fonte: Decreto-Lei n.º 26/96, de 23 de março.

Fig. 391 Sapatos de calfe liso de cor preta, com biqueira e tira de reforço sobre a costura do calcanhar, fechando com atacadores pretos em cinco pares de furos, para a Força Aérea (Decreto n.º 270/78, de 1 de setembro; Portaria n.º 922/91, de 4 de setembro; Portaria n.º 1054/97, de 16 de outubro); para alunos da Escola Superior de Polícia (Portaria n.º 794/84, de 11 de outubro); para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 810/89, de 13 de setembro); para a Polícia Florestal (Portaria n.º 1269/93, de 15 de dezembro); para o Corpo Nacional da Guarda Florestal (Portaria n.º 1026/98, de 12 de dezembro); para a Polícia Municipal (Portaria n.º 533/2000, de 1 de agosto); e para os Bombeiros (Portaria n.º 1314/01, de 24 de novembro; 2001-11-24; Portaria n.º 845/08, de 12 de agosto). Fonte: DRE.

Fig. 392 Sapatos altos de calfe, liso, de cor preta; de gáspea fechada no calcanhar e à frente, decotados até três quartos do comprimento total, para a Força Aérea (Decreto n.º 270/78, de 1 de setembro; Portaria n.º 922/91, de 4 de setembro); para alunas da Escola Superior de Polícia (Portaria n.º 794/84, de 11 de outubro); para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 810/89, de 13 de setembro); para a Polícia Florestal (Portaria n.º 1269/93, de 15 de dezembro); para Força Aérea (Portaria, n.º 1054/97, de 16 de outubro); para o Corpo Nacional da Guarda Florestal (Portaria n.º 1026/98, de 12 de dezembro); e para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 634/10, de 9 de agosto). Fonte: DRE.

Fig. 393 Sapatos de salto alto de calfe preto liso com revestimento de verniz; de gáspea fechada no calcanhar e frente, decotados até três quartos do comprimento total, com salto de 4,5 cm, para os Bombeiros (Portaria 1314/01, de 24 de novembro); para a Guarda Nacional Republicana (Portaria n.º 169/13, de 2 de maio; Portaria n.º 317/16, de 14 de dezembro); e para Pessoal da carreira florestal (Portaria n.º 67/15, de 9 de março). Fonte: DRE.

Fig. 394 Sapato de meio salto calfe preto, liso, com gáspea fechada . frente e no calcanhar, reforçados sobre o peito do pé e no calcanhar sobre a costura, para alunas da Escola Superior de Polícia (Portaria n.º 794/84, de 11 de outubro). Fonte: DRE.

Fig. 395 Sapatos de meio salto de calfe preto, liso, com gáspea fechada no calcanhar e à frente decotados até 3/4 do comprimento total, com salto entre 3,5 cm a 4 cm de altura, para a Força Aérea (Portaria 1054/97, de 16 de outubro); com salto de 4,5 cm de altura para os Bombeiros (Portaria n.º 1314/01, de 24 de novembro; 2001-11-24; Portaria n.º 845/08, de 12 de agosto); com salto de 2,5 cm de altura, para a Guarda Nacional Republicana (Portaria n.º 169/13, de 2 de maio). Fonte: DRE.

Fig. 396 Sapato de salto raso, de calfe preto liso, com gáspeas fechadas à frente e no calcanhar sobre a costura, para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 810/89, de 13 de setembro); para os Guardas Florestais 1269/93, de 15 de dezembro); para o Corpo Nacional da Guarda Florestal (Portaria n.º 1026/98, de 12 de dezembro); e para a Polícia Municipal (Portaria, n.º 533/2000, de 1 de agosto). Fonte: DRE.

Fig. 397 Sapato de salto raso, de calfe liso de cor preta, de gáspea fechada no calcanhar e à frente, decotados até três quartos do comprimento total, com salto de 1,5 cm a 3 cm de altura, para a Força Aérea (Portaria n.º 1054/97, de 16 de outubro). Fonte: DRE.

Fig. 398 Sapato de salto raso, em pele lisa, de cor preta e decotados . frente para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 634/10, de 9 de agosto); e para o Pessoal da Carreira Florestal (Portaria n.º 67/15, de 9 de março). Fonte: DRE.

Fig. 399 Sapatos de lona e atividades desportivas para a Força Aérea (Decreto n.º 270/78, de 1 de setembro; Portaria n.º 922/91, de 4 de setembro); para a Escola Superior de Polícia (Portaria n.º 794/84, de 11 de outubro); para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 810/89, de 13 de setembro); e para os Militares da Marinha (Portaria n.º 145-A/95, de 30 de novembro). Fonte: DRE.

Fig. 400 Botas de lona para atividades desportivas da Guarda Fiscal (Portaria n.º 21/85, de 10 de julho). Fonte: DRE.

Fig. 401 Sapatos de educação física e sapatos de lona, para a Força Aérea (Portaria n.º 1054/97, de 16 de outubro). Fonte: DRE.

Fig. 402 Sapatos de lona, para os Bombeiros (Portaria n.º 1314/01, de 24 de novembro; 2001-11-24; Portaria n.º 845/08, de 12 de agosto). Fonte: DRE.

Fig. 403 Sapatos de educação física e ciclo patrulha, para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 634/10, de 9 de agosto). Fonte: DRE.

Fig. 404 Sapatos de educação física, para os Militares do Exército. Fonte: Portaria n.º 254/11, de 30 de junho.

Fig. 405 Sapatos de ciclista, para a Guarda Nacional Republicana (Portaria n.º 169/13, de 2 de maio; Portaria n.º 317/16, de 14 de dezembro). Fonte: DRE.

Fig. 406 Sapatos de educação física, para a Guarda Nacional Republicana (Portaria n.º 169/13, de 2 de maio; Portaria n.º 317/16, de 14 de dezembro). Fonte: DRE.

Fig. 407 Sapato, para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 294/16, de 22 de novembro). Fonte: DRE.

Fig. 408 Sapato para o Pessoal da Carreira Florestal (Portaria n.º 67/15, de 9 de março); e para 2015-03-09; Guarda Nacional Republicana (Portaria n.º 169/13, de 2 de maio; Portaria n.º 317/16, de 14 de dezembro). Fonte: DRE.

Fig. 409 Sapato para a Proteção Civil. Fonte: Portaria n.º 73/14, de 19 de março.

Fig. 410 Sapato para os Militares do Exército (Portaria n.º 254/11, de 30 de junho); para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 64/10, de 9 de agosto); e para a Guarda Nacional Republicana (Portaria n.º 317/16, de 14 de dezembro). Fonte: DRE.

Fig. 411 José Morais (1893-1944) terá sido o primeiro empresário a fundar e gerir uma oficina em Felgueiras que produzia programas em couro, onde diretamente ao seu serviço se encontrava um conjunto de operários e um vendedor e, indiretamente, um conjunto de sapateiros que operavam em domicílio por conta própria espalhados pelas freguesias do concelho. Fonte: CDAB.

Fig. 412-413 Vista de cima e vista lateral de soco. Sem palmilha, com sola de madeira e corte em couro castanho. Possui um vivo de tom mais claro a toda a volta do corte e um revirão do mesmo tom, fixo com tachas. Propriedade de Silvério Félix. Fonte: CDAB.

Fig. 414-417 Vista de cima, vista lateral, vista de frente e vista de baixo de soco. Sem palmilha, com sola de madeira e corte em couro castanho. Possui elementos decorativos gravados no corte, um vivo de tom mais claro a toda a volta do corte e um revirão do mesmo tom, fixo com tachas na sola. Propriedade de Silvério Félix. Fonte: CDAB.

Fig. 418 Serra, cercador e enchó utilizados por Alberto da Cunha na produção de 'paus'. Fonte: CDAB.

Fig. 419 Pormenor de decoração em jugo de bois, utilizado como elemento decorativo em tacões, na produção de 'paus'. Propriedade de Alberto da Cunha. Fonte: CDAB.

Fig. 420-423 Vista de frente, vista lateral fora, vista lateral dentro e vista de baixo de 'fôrmas' em madeira chapeadas. Foram produzidas pela empresa Raposeira, a primeira empresa de 'fôrmas' do concelho, sediada em Vila Fria. Eram utilizadas para calçado palmilhado a grampo. Doadas por Silvério Félix. Escola Secundária de Felgueiras. Fonte: CDAB.

Fig. 424 Instrumentos de construção do calçado manual.

Fig. 425 Pé de ferro. Doado por Silvério Félix. Escola Secundária de Felgueiras. Fonte: CDAB.

Fig. 426 Pormenor do ofício. Doado por Silvério Félix. Escola Secundária de Felgueiras. Fonte: CDAB.

Fig. 427-428 Banco de sapateiro. Propriedade de Silvério Félix. Fonte: CDAB. Fig. 429-431 Vista de frente, vista lateral e vista de baixo de chanca. O corte é em couro preto com elásticos nas laterais, costuras decorativas e revirão preso com tachas, pretos. A sola é de madeira e o rasto em pneu preto. Foram construídas recentemente pelo Sr. Costa Leite, em Lagares. De acordo com o próprio, obedece ao programa original, mas com alterações ao nível das costuras. O rasto terá sido num primeiro momento de couro velho, sendo mais tarde substituído por pneu. Fonte: CDAB.

Fig. 432-434 Vista de frente, vista de trás e vista de baixo de botas com sola de pneu. O corte . em couro castanho, sendo que o cano é em fole, ajustando com recurso a fivela. A sola é em pneu preto, costurada à palmilha. São atualmente utilizadas e foram construídas pelo Sr. Mário, em Lagares. De acordo com o próprio, obedece ao programa original. Fonte: CDAB.

Fig. 435-437 Vista de frente, vista de cima e vista de baixo de botas com sola de pneu. O corte . em couro preto, constituídas por gáspea e dois talões. O sistema de aperto é cordão, preto. A sola é em pneu preto, costurada é palmilha. Foram construídas pelo Sr. Joaquim, em Lagares. De acordo com o próprio, obedece ao programa original. Fonte: CDAB.

Fig. 438-439 Máquina de lixar sola de pneu, detalhe. Adquirida por António da Cunha, na década de 60, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. Fonte: CDAB.

Fig. 440-443 Levantamento de publicidade de empresas de produção de calçado, componentes e solas de Felgueiras. Terras da Nossa Terra (1965). Dessas empresas laboram na atualidade A Portuguesa, Rolando da Cunha Melo e a Dura. Fonte: CDAB.

Fig. 444-445 Máquina de puxar o corte, demonstração. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Adquirida por António da Cunha, na década de 50, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. Fonte: CDAB.

Fig. 446 Máquina de abrir o rasgo na vira. Considerada como Máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Adquirida por António da Cunha, na década de 50, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. Fonte: CDAB.

Fig. 447-448 Máquina de igualizar viras. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Adquirida por António da Cunha, entre as décadas de 50 e 60, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. Fonte: CDAB.

Fig. 449-450 Máquina de abrir o refendido na palmilha em celeiro. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Adquirida por António da Cunha, na década de 50, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. Fonte: CDAB.

Fig. 451 Máquina de timbrar florões no corte. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Adquirida por António da Cunha, na década de 50, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. Fonte: CDAB.

Fig. 452 Máquina de palmilhar a grampo. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Exigia que as 'fôrmas' fossem chapeadas para ser possível vergar o grampo. Adquirida por António da Cunha, na década de 50, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. De acordo com Alberto da Cunha, a origem da máquina é datada da década de 40. Fonte: CDAB.

Fig. 453-454 Máquina de palmilhar a grampo. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Permitiu obter custos de produção menores comparativamente ao palmilhado a fio. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha. Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 60. Fonte: CDAB.

Fig. 455 Máquina de palmilhar a fio. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Adquirida por António da Cunha, na década de 50, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. De acordo com Alberto da Cunha, num primeiro momento da construção mecânica de calçado foi usado o grampo, posteriormente, o fio. Fonte: CDAB.

Fig. 456 Máquina de palmilhar a fio na década de 60. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 60. Fonte: CDAB.

Fig. 457-458 Modelo de calçado palmilhado a fio. Levaria cortiça para o enchimento na palmilha e enfranques, sendo posteriormente colocada a sola, na qual se abriam frisos para a costura. Reconstrução atual do processo de montagem 'Goodyear' na década de 60. Fonte: CDAB.

Fig. 459-460 Máquina de pontear para montagem em sistema 'Goodyear' ou 'Pratik'. Adquirida por António da Cunha, entre as décadas de 50 e 60, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. De acordo com Alberto da Cunha, todos os fabricantes detinham essa máquina, que além de pontear, daria para colocar a vira. Fonte: CDAB.

Fig. 461-462 Máquina de pontear para montagem em sistema Pratik. Adquirida por António da Cunha, na década de 60, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. De acordo com Alberto da Cunha, todos os fabricantes detinham essa máquina, que além de pontear, daria para colocar a vira. Fonte: CDAB.

Fig. 463 Máquina de agrafar tacões. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 60. Fonte: CDAB

Fig. 464 Máquina de pregar à semilha. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 60. CDAB.

Fig. 465 Máquina de aparar palmilhas à 'fôrma'. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 60. Fonte: CDAB.

Fig. 466 Máquina dos sete instrumentos, adquirida por Francisco Rodrigues na década de 60 para a empresa A Portuguesa. A Alemanha foi o primeiro país a construir a máquina, sendo que Itália se inspirou nela e por sua vez, Portugal inspirou-se na versão italiana da mesma. A Máquina efetuava as seguintes operações: lixava, fresava e escova, proporcionando vários acabamentos no calçado. Fonte: CDAB.

Fig. 467 Máquina de polir, alterada por Silvério Félix. Fonte: CDAB.

Fig. 468-469 Máquina de cravar a sola ao corte, alterada por Silvério Félix. Fonte: CDAB.

Fig. 470-471 Vista lateral e frontal do esqueleto de um pé oferecido por Paul Dohmen à empresa A Industrial dos Carvalhinhos, como elemento de estudo para a aprendizagem da modelação e do desenvolvimento de 'fôrmas'. Fonte: CDAB.

Fig. 472-475 Sapato desenvolvido e modelado por Paul Dohmen. Propriedade da empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 476 Stand de Portugal, Paris, 1960. N. S. D. corresponde à marca atribuída pelo Gabinete português de podolização ao calçado podolizado. Propriedade da empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 477 Stand de Portugal, Paris, 1965. Paul Dohmen está posicionado à direita na fotografia. Propriedade da empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 478 Paul Dohmen, à direita. 1975. Propriedade da empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Fig. 479-480 Programas de calçado propostos para o inverno de 1970 pela fábrica de calçado Regilde. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70.

Fig. 481-482 Programas de calçado propostos para o inverno de 1970 das marcas Ninpha e Mandarim de Amadeu Gonçalves. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70.

Fig. 483-484 Programas de calçado propostos para o inverno de 1970 pela fábrica de calçado Magistral. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70.

Fig. 485-486 Tendências de botas e sapatos para o género feminino. Fonte: Travox: inver 73-74.

Fig. 487-488 Tendências de botas e sapatos para crianças. Fonte: Travox: inver 73-74.

Fig. 489-491 Tendências de botas e sapatos para o género masculino. Fonte: Travox: inver 73-74.

Fig. 492-493 Tendências de botas e sapatos unisexo. Fonte: Travox: inver 73-74.

Fig. 494 Tendências para 'fôrmas'. Fonte: Travox: inver 73-74.

Fig. 495-496 Tendências de atacadores.

Fonte: Travox: inver 73-74.

Fig. 497 Tendências de viras para solas.

Fonte: Travox: inver 73-74.

Fig. 498-500 Tendências de fivelas.

Fonte: Travox: inver 73-74.

Fig. 501-509 Programas de calçado recolhidos em feiras realizadas em Itália, entre finais da década de 80 e década de 90, como inspirações. Fonte: Alberto da Cunha.

Fig. 510-513 Programas de calçado da Gomes e Leite produzidos na atualidade da investigação.

Fonte: Gomes e Leite.

Fig. 514-516 Detalhes das taloeiras. Fonte: CDAB.

Fig. 517-518 Calçado realizado na primeira década do ano 2000, mas de acordo com os programas e técnicas de fabrico utilizadas na década de 70. Os entrançados da pele são manuais. Realizado por Silvério Félix. Fonte: CDAB.

Fig. 519 Detalhe do interior. Fonte: CDAB.

Fig. 520-521 Vista das solas. Fonte: CDAB.

Fig. 522 Máquina de repuxar e rebater para aperfeiçoar as laterais. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada entre as décadas de 60 e 70. Fonte: CDAB.

Fig. 523 Máquina de frezar. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada entre as décadas de 60 e 70. Fonte: CDAB.

Fig. 524-525 Máquina de pregar saltos, detalhe. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada entre as décadas de 60 e 70. Fonte: CDAB.

Fig. 526 Camborea para montar as laterais do calçado. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 70. Fonte: CDAB.

Fig. 527 Máquina de vazar. Adquirida por Alberto da Cunha, entre as décadas de 60 e 70, atualmente usada na empresa Tulipa Negra. Fonte: CDAB.

Fig. 528 Máquina de aplicar ilhós. Adquirida por António da Cunha para a empresa Macaliba, atual Cualvo, entre as décadas de 60 e 70. Fonte: CDAB.

Fig. 529 Máquina de timbrar a quente. Adquirida por Alberto da Cunha atualmente usada na empresa Tulipa Negra, década de 70. Fonte: CDAB.

Fig. 530 Máquina de colar. Adquirida por António da Cunha para a empresa Macaliba, atual Cualvo, em uso, década de 70. Fonte: CDAB.

Fig. 531 Máquina de colar testeiras, uma a uma. Adquirida por António da Cunha para a empresa Macaliba, atual Cualvo, década de 70. Fonte: CDAB.

Fig. 532 Máquina de injetar que permitia fazer apenas um par de cada vez. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 70. Fonte: CDAB.

Fig. 533 Máquina de brunir. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 70. Fonte: CDAB.

Fig. 534 Máquina de aplicar viras. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 70. Fonte: CDAB.

Fig. 535 Máquina de vazar, sendo que permite fazer cinco furos de cada vez. Adquirida por Alberto da Cunha, atualmente usada na empresa Tulipa Negra, década de 70. Trata-se de uma máquina portuguesa, da marca Lirel. Fonte: CDAB.

Fig. 536-537 Máquina de coser 'Pratik'; demonstração da costura do corte . sola. Adquirida por António da Cunha para a empresa Macaliba, atual Cualvo, em uso, década de 70, adaptada posteriormente. Fonte: CDAB.

Fig. 538-539 Programas de calçado para o género masculino da Eject Shoes, apresentados na atualidade da investigação como best sellers da marca. Fonte: Eject.

Fig. 540-541 Programas de calçado para o género feminino da Eject Shoes, apresentados na atualidade da investigação como best sellers da marca. Fonte: Eject.

Fig. 542-543 Programas de calçado da Eject Shoes para o género feminino da coleção Primavera-Verão 2018. Fonte: Eject.

Fig. 544-545 Programas de calçado da Eject Shoes para o género masculino da coleção Primavera-Verão 2018. Fonte: Eject.

Fig. 546 Programas de calçado da Prophecy Shoes para o género feminino da coleção Outono-Inverno 2018/2019. Fonte: Eject.

Fig. 547 Programas de calçado da Prophecy Shoes para o género masculino da coleção Outono-Inverno 2018/2019. Fonte: Eject.

Fig. 548 Máquina de colar testeiras, contrafortes ou panos. Terá sido a primeira máquina giratória que surgiu. Adquirida por António da Cunha para a empresa Macaliba, atual Cualvo, década de 80. Fonte: CDAB.

Fig. 549 Máquina de cardar laterais. Adquirida por Alberto da Cunha, na década de 80, para a empresa Tulipa Negra. Fonte: CDAB.

Fig. 550-551 Máquina de frezar. Demonstração em montagem 'Pratik'. Adquirida por António da Cunha para a empresa Macaliba, atual Cualvo, década de 80. Fonte: CDAB.

Fig. 552 Calçado da década de 90, de Alberto da Cunha, pela empresa Dura. Fonte: CDAB

Fig. 553 Calçado da década de 90, de Alberto da Cunha, pela empresa Dura. Fonte: CDAB

Fig. 554 Calçado da década de 90, de Alberto da Cunha, pela empresa Dura. Fonte: CDAB.

Fig. 555-570 Levantamento de publicidade de empresas de produção de calçado, componentes e solas de Felgueiras. Fonte: Revista Felmostra, 1990-1991; Revista Orientações, N.º 7; Semanário de Felgueiras, 18 Janeiro 1991, 15 junho 1998, 19 junho 1998, 15 Janeiro 1999.

Fig. 571-579 Levantamento de publicidade de empresas de produ..o de calçado, componentes e solas de Felgueiras. Fonte: Revista Felmostra, 1990-1991; Revista Orientações, N.º 7; Semanário de Felgueiras, 18 Janeiro 1991, 15 junho 1998, 19 junho 1998, 15 Janeiro 1999.

Fig. 580 Conjunto de programas definidos pela Savana. Fonte: Savana

Fig. 581-587 Conjunto de cartazes promocionais de participação em feiras de calçado, nas quais a Savana esteve presente. Fonte: savana.pt

Fig. 588 José Neves, Swear. Fonte: Ideias & negócios, n. 18, dezembro 1999, p. 14.

Fig. 589 Programas de calçado produzidos pela empresa Regilde. Fonte: Revista Orientações, 1992, N.º 2, p. 121

Fig. 590-591 Programas de calçado produzidos pela empresa Kilas. Fonte: Revista Orientações, 1994, N.º 4, p. 12-13

Fig. 592 Programas de calçado produzidos pela empresa Jefar's. Fonte: Revista Orientações, 1994, N.º 4, p. 16

Fig. 593-594 Programas de calçado produzidos pela empresa Marina. Fonte: Revista Orientações, 1995, N.º 5, p. 12-13

Fig. 595-596 Programas de calçado produzidos pela empresa Pelcorte. Fonte: Revista Orientações, 1995, N.º 5, p. 26-27

Fig. 597 Programas de solas produzidos pela empresa Bolflex. Fonte: Revista Orientações, 1995, N.º 5, p. 119

Fig. 598 Programas de calçado produzidos pela empresa Exporfel. Fonte: Revista Orientações, 1996, N.º 6, p. 120.

Fig. 599 Programas de calçado produzidos pela empresa Lirifel. Fonte: Revista Orientações, 1996, N.º 6, p. 125.

Fig. 600 Programas de calçado produzidos pela empresa Felfia. Fonte: Revista Orientações, 1996, N.º 6, p. 126

Fig. 601 Programas de calçado produzidos pela empresa Pinfel. Fonte: Revista Orientações, 1996, N.º 6, p. 127.

Fig. 602 Programas de calçado produzidos pela empresa Shoes Gomes. Fonte: Revista Orientações, 1997, N.º 7, p. 128.

Fig. 603 Programas de calçado produzidos pela empresa CalçadoMorris. Fonte: Revista Orientações, 1997, N.º 7, p. 130.

Fig. 604 Programas de calçado produzidos pela empresa Pinto, Fonseca e C.. Lda. Fonte: Revista Orientações, 1997, N.º 7, p. 135.

Fig. 605-606 Programas de calçado da Felmini para a coleção Outono-Inverno 2018/2019. Fonte: Felmini.

Fig. 607 Campanha promocional da Felmini para a coleção Outono-Inverno 2018/2019. Fonte: Felmini.

Fig. 608 Campanha promocional da Felmini para a coleção Primavera-Verão 2018. Fonte: Felmini.

Fig. 609-610 Campanha promocional da Felmini para a coleção Primavera-Verão 2019. Fonte: Felmini.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Listagem da data de nascimento dos entrevistados. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 2 Periodização da legislação portuguesa consultada sobre a regulação do calçado, dos seus profissionais e da estrutura em que ambos assentaram. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 3 Periodização da legislação régia portuguesa encontrada e consultada sobre a regulação do 'calçado', 'indústria do calçado', 'fardamento', 'uniforme' e 'pragmática'. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 4 Periodização da legislação portuguesa da I República encontrada e consultada sobre a regulação do 'calçado', 'indústria do calçado', 'fardamento', 'uniforme' e 'pragmática'. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 5 Periodização da legislação portuguesa do Estado Novo encontrada e consultada sobre a regulação do 'calçado', 'indústria do calçado', 'fardamento' e 'uniforme'. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 6 Periodização da legislação portuguesa da III República encontrada e consultada sobre a regulação do 'calçado', 'indústria do calçado', 'fardamento', 'uniforme' e 'design de calçado'. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 7 Constituição de atos societários entre 1910 e 2016 com designações associadas aos termos 'calçado', 'componentes', 'sapato' e 'indústria' em 'Felgueiras'. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 8 Estilos de tipologias clássicas de calçado: 'oxford', 'derby', 'sandália', 'mule', 'court-shoe' e 'bota'; e sua correspondência com as restantes tipologias enumeradas pelo autor como as mais profusas. Foram elas: o 'monk', 'slip-on', 'mocassin', 'chelsea', 'sneaker', 'boat-shoe', 'desert boot', 'jodhpur boot', 'peep-toe', 'd'orsay', 'Mary Jane', 'platform', 'sling back', 'clog' e 't-bard shoe'. Apesar de serem destinados a ambos os géneros, a 'bota', o 'derby' e o 'oxford' foram graficamente representados aludindo ao género masculino evidenciado na volumetria da 'fôrma' e os restantes remetendo para o género feminino na associação ao salto. O 'mocassin' não evidencia uma correspondência tão evidente quanto ao género. Fonte: Aki Choklat, 2012, p. 46-49.

Quadro 9 Conceitos teóricos e práticos ligados ao design de calçado. Manifestam-se também como os conhecimentos inerentes à atividade do designer de calçado. Subjacente

a esses, podem conotar-se aspetos relacionados com as tecnologias de produção, uma vez que na anatomia do calçado se consideram as especificidades construtivas. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 10 Conceitos teóricos e práticos ligados ao designer de calçado quanto a metodologias projetuais e processuais. A inspiração, a investigação e o processo correspondem ao conceito de pesquisa. Esse percurso ocorre entre paralelismos na inspiração e investigação, os quais por sua vez influenciam o processo e se materializam no desenho da coleção. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 11 Fases correspondentes à moderna fabricação de calçado dentro da unidade industrial. Fonte: Raposo, 1974, p. 38.

Quadro 12 Fases correspondentes à Fabricação de calçado dentro da unidade industrial, sendo que a ‘modelação’ assumiu simultaneamente as funções relativas ao processo criativo e industrialização dos mesmos. Fonte: Ferreira, 1988, p. 13.

Quadro 13 Esquema dos elementos constituintes do corte, da sola e dos materiais utilizados na produção das partes constituintes do artefactos e seus componentes. Fonte: CTCP, 2012, p. 6.

Quadro 14 Definição de calçado entre os séculos XVIII e XXI. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 15 Tipologias de calçado introduzidas em cada cronologia analisada. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 16 Termos correspondentes aos elementos constituintes das tipologias de calçado relacionados com o programa e com tecnologia dos discursos do design de calçado. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 17 Termos que derivam da mesma etimologia de acordo com a análise à obra de Lewis & Short, 1890. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 18 Termos latinos e tradução portuguesa (Cardoso, 1569, p. 29). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 19 Tipologias de calçado do século XVI, caracterização e correspondência latina. O quadro estrutura-se na horizontal, sendo que na p. 108 encontram-se os termos portugueses e na p. 109 a correspondência latina. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 20 Tipologias de calçado que integram a definição de calçado proposta por Bluteau (1712). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 21 Tipologias de calçado que integram a definição de calçado proposta por Moraes da Silva (1789). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 22 Tipologias de calçado que integram a definição de calçado proposta por Couto (1842). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 23 Tipologias de calçado dos séculos XVIII e XIX e sua caracterização sob o ponto de vista do programa e da autoria. Verifica-se que as terminologias apresentadas por Bluteau (1712-1728), comparativamente a Moraes da Silva (1789), Couto ou Viterbo (1865), fornecem informações mais detalhadas sobretudo ao nível do programa, percebendo-se desse modo o predomínio das formas, materiais e géneros. O quadro 23 continua até à p. 129. É estruturado na vertical pela ordem alfabética das tipologias e tem leitura horizontal. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 24 Tipologias de calçado que integram a definição de calçado proposta por Aulete (1925). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 25 Tipologias de calçado que integram a definição de calçado proposta por Morais Silva (1960). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 26 Tipologias de calçado do século XX e sua caracterização sob o ponto de vista do programa e da autoria. Verificou-se que as terminologias apresentadas fornecem informações mais detalhadas sobretudo ao nível do programa, percebendo-se de modo mais claro o predomínio das formas, materiais e géneros. O quadro 26 continua até à p. 169. É estruturado na vertical pela ordem alfabética das tipologias e tem leitura horizontal. Fonte: Aurora Brochado. Quadro 27 Tipologias de calçado que integram a definição de calçado proposta por Houaiss (2003). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 28 Tipologias de calçado dos séculos XXI e sua caracterização sob o ponto de vista do programa e da autoria. O quadro 28 continua na página seguinte. É estruturado na vertical pela ordem alfabética das tipologias e tem leitura horizontal. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 29 Tipologias de calçado ‘clássicas’ do século XXI – II parte e sua caracterização sob o ponto de vista do programa e da autoria. Representa as tipologias de calçado que traduzem a natureza formal e possibilidades de processos de fabrico das que integram o discurso do calçado

atual. Contemplou um novo campo de análise – a tecnologia, tendo sido possível desvendar-se outras realidades no calçado: fruto da tecnologia em si, mas também da sua implicação no programa. O desenho do quadro teve como base as entrevistas realizadas aos especialistas selecionados (Brochado, 2016a,b,c,d,e,f). O quadro 29 continua até à p. 205. É estruturado de acordo com cada tipologia clássica, podendo ter uma leitura entrecruzada na horizontal e na vertical. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 30 Articulação entre programa e tecnologia das tipologias ‘clássicas’ de calçado na contemporaneidade que est. na génese de variantes. O desenho do quadro teve como base as entrevistas realizadas aos especialistas Martins e Encarnação (Brochado, 2016, b, c). O quadro 30 continua na página seguinte. É estruturado de acordo com cada tipologia clássica e tem leitura horizontal. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 31 Processos de fabrico de calçado e sua articulação nos programas. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 32 Articulação entre programa e tecnologia: tipos de fôrmas e correspondências com as tipologias ‘clássicas’. O desenho do quadro teve como base as entrevistas realizadas aos especialistas Martins, Encarnação e Sousa (Brochado, 2016b,c,d). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 33 Articulação entre programa e tecnologia: tipos de costura aplicadas no calçado. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 34 Tipologias de solas: ecológicas, pré-fabricadas e termoplásticas e respetivos materiais habitualmente usados na produção de solas. O desenho do quadro teve como base as entrevistas realizadas aos especialistas Lemos, Martins, Encarnação, Teixeira e Sousa (Brochado, 2016a,b,c,d,f). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 35 Articulação entre tecnologia e programa: métodos de fixação da sola ao corte e sistema de montagem. O desenho do quadro teve como base as entrevistas realizadas aos especialistas Martins, Encarnação, Teixeira e Sousa (Brochado, 2016b,c,d,f). O quadro 35 continua até à página seguinte. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 36 Programas de tipologias de calçado utilitário definidos na Portaria n.º 10308/43, de 5 de Janeiro. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 37 Programas de tipologias de calçado corrente definidos na Portaria n.º 10308/43, de 5 de Janeiro. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 38 Marcação da presença de curtumes nos programas de calçado e respetivas classificações (Decreto n.º 47348/66, de 26 de novembro, p. 2093).

Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 39 Caracterização quantitativa da indústria do calçado quanto ao setor da produção: empresas e emprego ao seu serviço; e qualificação dos trabalhadores do calçado; entre a década de 70 e o ano de 2016, com base nos dados publicados pela APICCAPS nas Monografias Estatísticas de 2003, 2009, 2011 2013, 2014, 2015 e 2016 e no documento “Facts and numbers” de 2017. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 40 Caracterização quantitativa das tipologias produzidas e exportadas em Portugal ao nível do valor total por ano; por tipologias especializadas; por género; e por material. Caracterização quantitativa de registos de propriedade intelectual de novas tipologias de calçado e de marcas, com recurso ao apoio do CTCP; entre a década de 70 e 2016, com base nos dados publicados pela APICCAPS nas “Monografias Estatísticas” (2003, 2009, 2011 2013, 2014, 2015 e 2016) e no documento “Facts and numbers” (2017). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 41 Análise sob o ponto de vista da investigação da estrutura do curso de especialização tecnológica em Design de Calçado (Despacho n.º 2527/10 de 8 de fevereiro). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 42 Análise sob o ponto de vista da investigação da estrutura do curso técnico superior profissional de Design de Calçado (Aviso n.º 13405/2016 de 2016-10-31). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 43 Estabelecimentos ligados a atividades rurais (Inquérito Industrial, 1883, p. 18-24). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 44 Estabelecimentos ligados a atividades artesanais (Inquérito Industrial, 1883, p. 18-24). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 45 Principais atividades industriais e pessoas ao serviço do concelho de Felgueiras, de acordo com o Inquérito de 1959 (p. 29). H – homem; M – mulher. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 46 Principais atividades industriais e pessoas ao serviço do concelho de Felgueiras, de acordo com o Inquérito industrial (1964, p. 59). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 47 Principais atividades industriais e pessoas ao serviço do concelho de Felgueiras, de acordo com o Inquérito industrial (1971, p. 383). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 48 Total de empresas existentes em Felgueiras e empresas do setor do calçado entre 2008 e 2016, de acordo com o INE. Com o decorrer dos anos o total das empresas aumentou devido em parte ao aumento das empresas relacionadas com o couro. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 49 Dados das exportações da produção de calçado em Felgueiras relativamente ao valor total ao nível nacional, entre 1990 e 2016. Valor em milh.es de euros das exportações, com base nos dados das Monografias Estatísticas (2009, p. 52; 2011, p. 62; 2013, p. 70-71; 2014, p. 73; 2016, p. 77; 2017, p. 95). Fonte: Aurora Brochado.

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 Do ponto de vista da investigação, o design de calçado é uma área de estudos do design que se socorre de metodologias inerentes ao design e ferramentas comuns ao design de moda. Paralelamente, a história do design de calçado centra o seu estudo no calçado ao invés de uma compreensão do mesmo como um complemento da moda, mas antes como o objeto principal. Fonte: Aurora Brochado

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Evolução da população no concelho de Felgueiras de acordo com os inquéritos de 1881, 1940 e 1964, os censos de 1981, 1991, 2001 e 2011 e a base de dados por data 2016. Os dados de 2016 correspondem ao número de residentes. Fonte: Aurora Brochado.

Os programas de calçado portugueses foram, progressivamente, ampliados, introduziram-se outras tecnologias associadas à sua (re)produção e o sentido de autoria dilatou-se. Contudo, também se torna possível argumentar o inverso: os principais programas de calçado portugueses mantiveram-se, os aspetos relacionados com instrumentos e técnicas têm perdurado e o sentido de autoria alicerçado no saber-fazer tem resistido. Na contemporaneidade, o calçado português não trata artefactos apenas associados a conceitos como o conforto, ecoeficiência, equilíbrio, estabilidade, funcionalidade, moda e segurança que permitem posicionar e movimentar o pé e a perna de forma natural, mas também a metáfora da expressão ou linguagem humana que traduz a afirmação de identidade e comunicação. Ao nível formal possui uma duração mais curta e enquadrada na efemeridade da moda, dotado de qualidades estéticas particulares e representações simbólicas profundamente culturais.

No quadro da indústria do calçado, designadamente, o caso de Felgueiras, onde a produção de calçado é expressiva no contexto nacional – marcada pela forte orientação para a exportação e vocacionada para mercados europeus competitivos e sofisticados – tem impulsionado a profusão de novos programas, coexistindo empresas onde o recurso a estilistas italianos, espanhóis, ingleses e portugueses para o desenvolvimento de novos produtos tem sido frequente; com empresas que desenvolvem programas em regime de *private label* ou, simplesmente, se dedicam à (re)produção de artefactos sem responsabilidade ao nível do seu desenvolvimento. Nesse contexto, têm permanecido responsabilidades inerentes à prática do design de calçado alocadas, sobretudo, no modelador de calçado. Na atualidade da investigação a expressão que tem perdurado nos discursos dos empresários é a de ‘estilista’, percebendo-se por um lado, um reconhecimento do seu valor, mas por outro, um desfasamento em relação ao significado e à distinção, relativamente, ao conceito de designer de calçado. Esse, considerado um elemento fundamental no quadro da indústria do calçado, tem sido observado com lacunas não só no domínio da criatividade, mas também em relação ao conhecimento das tecnologias inerentes à indústria do calçado e ao seu modo de operar.

A narrativa apresentada no âmbito da investigação não deve ocorrer apenas a partir de uma análise crítica de modos de expressão ou soluções formais de artefactos, mas também com a compreensão de um percurso histórico do próprio artefacto, delimitado no tempo, no espaço e sobretudo num contexto social, económico e político, que coexistiu, motivou e contribuiu para a sua materialização e para a atividade do design. Esses aspetos tratam um elemento chave que pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento da atividade do design de calçado e o crescimento profissional do designer de calçado. Historiar o design de calçado é um elemento propiciador da interação e coesão social na medida em que traz consigo além da história que lhe é intrínseca, a revelação de materiais, processos e sistemas construtivos, formas e funções. Compreender o design de calçado deve refletir essa premissa, na medida em que deve pensar cada artefacto como sendo constituído por histórias ligadas ao contexto económico, social e visual de um povo, determinantes de programas, das tecnologias

disponíveis ao momento que ditam os processos construtivos; e por fim, desenvolvido por um autor, um especialista.

A motivação pelo presente estudo resultou, primeiramente, de uma relação com o tema, quer pela naturalidade e vivência no concelho de Felgueiras, quer pela prática profissional de docência no ensino vocacionado para a área do calçado desde 2005, no qual o design de calçado é o âmbito e o contacto com empresas e seus profissionais, uma consequência. O aprofundamento da relação com o tema fez emergir o objetivo geral de interesse investigativo: um possível contributo para a área disciplinar do design de calçado e, conseqüentemente, colmatar fragilidades nesse quadro de estudos.

A ausência ou presença do design de calçado no panorama da indústria do calçado português revela-se como tópico fundamental para o âmbito da investigação. Nesse contexto, despontaram as seguintes premissas para a realização da investigação:

- a) a consciência da experiência de uma prática enquanto criativa e docente onde as perspectivas do design de calçado são necessárias para a indústria do calçado, podendo permitir aliar práticas de reprodução, ao desenvolvimento de programas, contribuindo desse modo para crescimento dessa indústria e do design de calçado português;
- b) a convicção da possibilidade de despertar o interesse e a valorização da disciplina junto das empresas a partir da formação de designers de calçado com as competências necessárias para operar no seu âmbito;
- c) a ambição de conhecer e perceber mais sobre o modo como o caso de Felgueiras encara e como tem lidado com a indústria do calçado; como encara o design(er) de calçado e o que espera dele;
- d) compreender aspetos sobre o design de calçado ao nível da (re)produção dos artefactos, aspetos formais, estéticos, funcionais ou tecnológicos;
- e) a possibilidade do cruzamento entre a história factual e contextual, o design e o designer ao serviço do desenvolvimento de coleções;
- f) a análise introspectiva da disciplina como contributo para a consciencialização e valorização do design de calçado no contexto nacional.

1. O PROBLEMA

Compreender o design de calçado sobre a perspectiva do design tendo, simultaneamente, como ponto de partida e fio condutor o conhecimento empírico da investigadora, permite antecipar uma narrativa onde essa área disciplinar se revela mesmo antes de a expressão se designar. Considerou-se a possibilidade da reflexão abrangente de um conjunto de conceitos de artefactos nos quais se inscreveram elementos de autoria¹, programas e tecnologias para compreender as suas naturezas, as práticas do design de calçado ou as relações sociais envolvidas em estruturas institucionais², produção e mediação, sustentadas pelos diversos contextos.

O papel do historiador de design, posicionado no design e na história, de modo a tornar possível um equilíbrio metodológico e amplitude de conceitos, privilegiou no quadro da investigação o cruzamento de perspectivas interdisciplinares contribuindo assim para o desenho de uma metodologia que não se centrasse em estudos de autorias ou nos seus artefactos numa leitura puramente estética ou hierárquica.

Teorizar o design de calçado a partir de uma rede instalada numa localização geográfica específica e com um *modus operandi* singular, ou ainda, revelar uma narrativa que compreende essa realidade, mostrou-se de partida ambicioso tendo em linha de conta a escassez, inexatidões ou dispersão da documentação. Entender o design de calçado a partir de metodologias da área do design ou da história enquanto disciplinas deixou perceber que se trata de uma área encarada timidamente em Portugal e com fortes lacunas, ao mesmo tempo que não se verificou a existência de estudos nacionais ou, internacionalmente, similares ao que se apresenta na presente investigação.

O facto de o design de calçado se ter fixado como disciplina do design de moda, acrescentando-se a divulgação recente da expressão, por definir e compreendida com desacertos no quadro português indicia um projeto de investigação arrojado. Posicioná-lo e enquadrá-lo num caso particular – a indústria do calçado em Felgueiras – traduz um desempenho de uma forte relação com o contexto para a construção da narrativa, antecipando-se ao investigador a especificidade cultural do objeto do estudo, bem como o seu sistema de comunicação próprio. Se os designers de moda têm vindo a reclamar o design de calçado nas suas competências profissionais, a indústria do calçado em Felgueiras consegue distingui-los: o designer de calçado distancia-se do designer de moda pelo seu âmbito e envolvimento em processos, meios e técnicas inerentes à própria indústria que não são possíveis de transmitir pelo estudo do design de moda de um modo geral.

¹ A investigação socorre-se da expressão 'autoria' em detrimento da designação 'autor' por dois sentidos: a dimensão de globalidade desse termo e, a não distinção de género na sua utilização. Nesse âmbito, valerá ainda esclarecer que não se encontrou referência à presença do género feminino até à introdução da mecanização do calçado em Portugal.

² Ver Dick Hebdige (1988) *Hiding in the Light: On Images and Things*.

O concelho de Felgueiras caracteriza-se por uma forte especialização económica direcionada para as exportações no setor do calçado. Este posicionamento não se traduz apenas em competências adquiridas através do desempenho profissional, mas também de uma tradição histórica e relações estreitas estabelecidas dentro de uma teia industrial. O tecido empresarial é marcado pelo modelo de subcontratação, mas havendo espaço para o desenvolvimento de programas. Ao nível do design o panorama é caracterizado pela pouca sensibilidade relativamente ao recurso a designers de calçado, delegando-se no modelador a responsabilidade da introdução dos programas e confundindo assim a sua atividade com a do designer, projetista ou estilista. A principal caracterização dos programas é a ‘linha latina’ de influência italiana e espanhola e o ‘conforto’, que caracteriza o mercado nórdico, resultantes do contacto estreito com estes mercados.

É comumente aceite perante a comunidade empresarial, bem como perante a associação que tutela essa indústria, a necessidade da intervenção de designers de calçado para o desenvolvimento de novos produtos, na tentativa de um posicionamento diferenciado no mercado cada vez mais elevado. Contudo, o reconhecimento dessa necessidade deixa constatar a dificuldade em encontrar esses profissionais com competências para responder aos problemas.

Apesar de alguma abundância de estudos publicados verifica-se um enquadramento dos mesmos tendencialmente numa abordagem à indústria do calçado de modo geral, particularizando com estudos de caso empresas de acordo com a perspetiva em que se adscvem. Continuam por responder questões como: Porquê da profusão de programas instalados geograficamente em certas zonas de Portugal? Qual a causa e onde se posiciona essa origem? Qual tem sido a chave de sucesso para a permanência dessa indústria em Felgueiras? Qual a relação entre os artefactos e o acesso à matéria prima específica na zona? Qual a ligação entre autores, tecnologias e programas? Como implementar o designer de calçado no desenvolvimento de programas?

A análise aos documentos e estudos que discursam a indústria de calçado portuguesa permitiu verificar o reflexo de abordagens distintas e à luz da área em que se enquadram, como sendo a história, a sociologia, a economia, a gestão, a engenharia e o design. Do contacto com as investigações que analisam a indústria do calçado de Felgueiras, apurou-se o enquadramento em áreas como a gestão, administração empresarial e engenharia, sendo centradas em casos de estudo sobre estratégias de sucesso com novos materiais para calçado ou sistemas de automatização para a produção, com vista ao contributo de novas práticas empresariais. Constatou-se a ausência de uma visão, ao momento, que historicize o design de calçado e o caso de Felgueiras sobre a perspetiva do design, bem como reflexões em torno do design de calçado numa perspetiva que o compreenda enquanto área de conhecimento.

Tendo em consideração o exposto manifestou-se a possibilidade de estudar o calçado de modo abrangente, balizando o momento da publicação “Regimento dos Borzeguyeyros, (...) por parte dos borzeguyeyros, (...) çapa-

teiros, chapineiros e de todos os outros oficiais do ofício dos prill de Sam Viçente desta cidade de Lisboa (...)” para o princípio cronológico do estudo — desde o século XV até ao século XXI.

Tomando como principal ponto de partida o conhecimento empírico da investigadora partiu-se das seguintes hipóteses:

- H1 — A expressão ‘calçado’ compreendida à luz do design materializa uma narrativa sobre diferentes representações dos programas relacionando o registo formal, com a função, o género e o material dos artefactos.
- H2 — A história portuguesa do design de calçado representa um desenho de um projeto secular, no qual os contextos sociais, económicos e políticos que marcaram a história do país traduziram momentos particulares aos discursos do calçado.
- H3 — O design de calçado assenta na capacidade de recondução gradual da transformação de um ofício que acompanhou a tecnologia, na resposta ao consumo através de novos programas, na emergência de autores e também de um conjunto de co-autores.
- H4 — O calçado (re)produzido por via da mecanização compreende em si o designer de calçado enquanto autor, mas acompanhado por um leque de outros profissionais em sentido de co-autoria, os quais num sentido progressivo dão origem à concretização física de um programa.
- H5 — O design de calçado fundamenta-se no princípio onde a autoria compreende sempre a ligação com a tecnologia e o programa.
- H6 — A indústria de calçado em Felgueiras tem dificuldades em recorrer a designers de calçado, muito se devendo ao facto de estes não serem portugueses, tendo como consequência um investimento que as empresas não tem possibilidades de fazer. Essa procura ao exterior permanece dada à existência de designers de calçado qualificados com as competências necessárias e intrínsecas à própria indústria.

1.1 ABORDAGEM AO PROBLEMA

A indústria do calçado portuguesa traduz um contributo relevante para a economia nacional. O caso de Felgueiras situa-se na linha da frente da produção e exportação de calçado a esse nível e manifesta-se essencial em contexto local.

O entendimento do design de calçado enquanto catalisador à inovação traduz uma possibilidade e um contributo na expansão da indústria portuguesa de calçado. A sua prática por designers especializados poderá ajudar a alcançar outro patamar de sucesso no quadro da internacionalização do calçado português. Integrar o design de calçado num contexto onde assenta a tradição e a experiência e, por sua vez, onde o domínio técnico assume o principal destaque, valida os seguintes panoramas: competitividade, inovação e afirmação do design de calçado português.

A presente narrativa sobre design de calçado envolveu um conjunto de tópicos onde se considerou a triangulação dos seguintes vértices: o historiador de design, o enquadramento disciplinar do design de calçado e a interdisciplinaridade metodológica. Assim, a experiência profissional e

conhecimento empírico da investigadora traduziram o ponto de partida para a reconstituição de uma problemática do presente, onde a responsabilidade de esclarecimento histórico, mas também de ética pessoal foram tidas em consideração perante o conhecimento *in loco* do contexto atual da investigação. O confronto entre o conhecimento empírico pela relação com a indústria do calçado de Felgueiras, juntamente com o confronto de dados e factos históricos consultados e a informação recolhida mediante a aplicação de metodologias da história oral, manifestaram-se como um dos maiores desafios do estudo. Quanto ao padrão multidisciplinar que enquadrou o estudo em torno do calçado não apenas o historiou, mas também o problematizou. O recurso à multiplicidade de documentos e técnicas traduziu um papel ativo na procura de outros especialistas para a troca de informações e, desse modo, para levantar questões, não cabendo julgar.

O estudo do calçado ligado a outras bases disciplinares, apesar de não relacionado diretamente com os discursos do design, foi pertinente e esclarecedor para a sua contextualização e prática em Portugal. O enfoque em três elementos principais: a autoria, os programas e as tecnologias, nortearam a escrita de uma narrativa que procurou dar resposta ao seguinte conjunto de questões: O que é o calçado? Como tem sido caracterizado? Que evolução formal se foi associando à sua definição? Que outras tipologias de calçado surgiram e quais romperam com o passado? Que tipologias existiram e entraram em desuso ou desapareceram? Como têm vindo a ser constituídas?

Dessas orientações, a constatação de momentos particulares e intrínsecos aos discursos do calçado incitou a considerar uma delimitação em quatro momentos, os quais se subdividiram na sua própria exposição noutros sentidos, refletindo a oficialização de uma atividade profissional inteiramente artesanal até à sua substituição por uma atividade mecânica, onde o autor emergiu, se adaptou e transformou. Nesse sentido, com a divisão cronológica, o estudo ambiciona mostrar as circunstâncias onde a história do calçado português se foi construindo e a relação dos momentos de viragem e de introdução de novos paradigmas ao nível de programas, tecnologias e sentido de autoria na compreensão do calçado, com os contextos políticos, económicos e sociais. A análise ao caso de Felgueiras pretende fornecer um contributo ao design de calçado como área de investigação. A sua história passada e atual, documental e etnográfica poderá trazer uma possibilidade de retrato diacrónico acerca do exercício do designer de calçado, contribuindo também para o esclarecimento do seu papel. Paralelamente, o apontamento das suas fragilidades arriscará a reflexão para as colmatar ou minimizar.

Pretendeu-se uma atuação no domínio da história, entendida enquanto herança cultural futura e entendida como especial contributo para uma proposta cultural com implicações futuras, tornando o conhecimento organizado e acessível, contribuindo para a investigação na área do design de calçado enquanto área do saber.

1.2. METODOLOGIA

Tendo em conta as abordagens aplicadas a presente investigação pode classificar-se como investigação qualitativa, fundamentada em metodologias do design e da história, seus instrumentos e técnicas de investigação; na consulta bibliográfica e iconográfica sobre o temática do estudo; nos relatos recolhidos a partir de entrevistas semi-estruturadas a um conjunto de personalidades ligadas à indústria do calçado; e no conhecimento empírico da investigadora resultante não só pela atividade profissional, mas também de um conjunto de visitas realizadas a empresas de ‘fôrmas’³, de produção de calçado, de embalagens e de componentes, assim como da realização de formação na área da modelação, da costura e da montagem de calçado.

Num sentido transversal à investigação recorreu-se a pesquisas na Biblioteca Municipal de Felgueiras (BMF), na Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), na Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento (BSMS), à consulta do catálogo acessível pela World Wide Web da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e do Arquivo Distrital do Porto (ADP). Também a base de dados disponibilizada pela Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos (APICCAPS), pelo Centro Português Tecnológico do Calçado (CPTC), pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), pela PORDATA, Diário da República Eletrónico (DRE) e Legislação Régia - Digitalização da Colecção de Legislação Portuguesa (LRDCLP) foram consultadas através da WWW e forneceram documentos sobre a indústria do calçado portuguesa e, particularmente, informações sobre a sua caracterização em Felgueiras. Contemplou-se ainda a consulta ao catálogo de repositórios institucionais de investigações académicas na área do design, gestão, sociologia, engenharia, economia, finanças, marketing, negócios internacionais ou sociologia, tratando-se de publicações que, além de fornecerem informações que circunscreveram a temática da investigação, permitiram perceber as diversas abordagens que têm sido tecidas num passado recente ao calçado em geral. Foram eles: Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG), Instituto Politécnico de Bragança (IPB), Instituto Politécnico de Viana (IPV), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Universidade de Aveiro (UA), Universidade da Beira Interior (UBI), Universidade Católica – Porto (UCP), Universidade de Coimbra (UC), Universidade de Lisboa (UL), Universidade do Minho (UM), Universidade do Porto (UP) e Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD).

Igualmente, procedeu-se a uma consulta aos repositórios digitais de museus e outras instituições que compreendem nas suas coleções artefactos de calçado ou relacionados com a indústria do calçado e, particularmente,

³ Na investigação distinguiu-se o termo ‘fôrma’ de ‘forma’ com vista a não gerar dúvidas na sua interpretação. A ‘fôrma’ refere-se ao artefacto a partir do qual emerge a volumetria, altura, formato da biqueira, articulação e tamanho de qualquer tipologia de calçado; assim como se trata do artefacto indispensável para a produção das tipologias, no quadro dos processos de fabrico/montagem.

imagens ilustrativas dos mesmos. Foram eles: Arquivo da Muralha (AM), Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa (ACML), Bally Shoe Museum (BSM), Bata Shoe Museum (BaSM), Biblioteca de Arte - Fundação Calouste Gulbenkian (BAFCG), Centro Português de Fotografia (CPF), Des Usines à Paris (DUP), Cristóbal Balenciaga Museo (CBM), Deutsches Ledermuseum (DL), Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Espólio Fotográfico Português (EFP), Fashion Museum (FM), Fashion Space Gallery (FSG), Fundação Mário Soares (FMS), Gucci Museum (GM), History Museum of Armenia (HMA), Kyoto Costume Institute (KCI), Les Arts Décoratifs (LAD), La Fabrique de Paris (LFP), Musée des Métiers de la Chaussure (MNC), Musée du Louvre (ML), Musée Yves Saint Laurent (MYSL), Museo del Calzado (MC), Museo Internazionale della Calzatura Pietro Bertolini di Vigevano (MICPBV), Museu do Calçado (MDC), Museu do Design e da Moda (MUDE), Museu Nacional do Traje (MNT), Museum of Fine Arts (MFA), Northampton Museum Art Gallery (NMAG), Palais Galliera Musée de la Mode la Ville Paris (PGMMVP), Salvatore Ferragamo Museo (SFM), Shoes or no Shoes (SS), South Tyrol Museum of Archaeology (STMA), The Design Museum (DM) The Metropolitan Museum of Art (MET), The Museum at Fit (TMF), Victoria and Albert Museum (VAM). Recorreu-se também ao arquivo físico do jornal *Semanário de Felgueiras* (SF).

Foram efetuadas um conjunto de visitas a empresas que produzem calçado com marca própria e/ou em regime de subcontratação e a empresas de componentes para calçado, nos concelhos de Fafe, Felgueiras, Guimarães e S. João da Madeira⁴. Tendo em conta que o estudo se debruça no caso de Felgueiras, incidiu-se nos registos fotográficos recolhidos no concelho de Felgueiras, nas empresas que o permitiram.

Como complemento à investigação, realizaram-se quatro formações profissionais: modelação de calçado – homem (2014), modelação de calçado – senhora (2014), costura de calçado (2015) e montagem de calçado (2015)⁵.

Caracterizando o quadro metodológico, relativamente ao segundo capítulo, a investigação partiu do levantamento de estudos sobre a indústria do calçado em Portugal, de uma maneira geral e incidentes no caso de Felgueiras, num sentido particularizado. Dada a escassez de bibliografia especializada em design de calçado optou-se pela consulta do mesmo no quadro do design de moda. Ao longo da investigação as publicações do enquadramento disciplinar da história manifestaram-se, em alguns casos, como fundamentais para a compreensão dos contextos e dos antecedentes do design de calçado. Apesar de a investigação internacional não ter sido o enfoque do presente estudo, o estado da arte relevou o quadro engenharia

⁴ Foram visitadas no concelho de Felgueiras um conjunto de vinte empresas, quatro em Fafe, uma em Guimarães e uma em S. João da Madeira. As visitas decorreram de modo informal e a escolha das mesmas foi relacionada com o sentido de oportunidade pela conveniência da investigação. Por questões de salvaguarda da investigação, optou-se por não identificar as empresas.

⁵ Decorreram na *Academia de Design e Calçado*, em Felgueiras.

de produção, do desenvolvimento de calçados relacionados com o fator da saúde, conforto e questões sociais como as principais áreas de estudo do calçado, inspirando também investigações nacionais.

Ambicionando-se uma abordagem ao design(er) de calçado e aos seus antecedentes, compreendidos na sua essência e como reflexo de uma identidade ainda em construção, o presente estudo assentou nos princípios adjacentes à triangulação metodológica proposta por Providência (2003) que privilegiou a compreensão do design a partir dos conceitos de autoria, tecnologia e programa. Essa relação triangular no âmbito da investigação ajudou a analisar o design de calçado, mesmo antes da designação da expressão ser conhecida, onde as evidências identitárias e o sentido de tradição foram encontrados ao longo de seis séculos contextuais.

O terceiro capítulo incide na compreensão do calçado enquanto expressão conhecida no léxico português entre 1712 e 2003. Ao realizar o estudo a esse termo surgiu de modo rizomático as suas inúmeras derivações que permitiram a ampliação da investigação desse vocábulo, tornando-se, conseqüentemente, mais rica. Importará, de resto, salientar que, tal como Barbosa reiterou (2011, p. 144) a palavra discursada será sempre desfazada da realidade. Foi com base nessa perspectiva que se propôs um entendimento das significações do calçado à luz da história do design, com incidência na triangulação metodológica proposta por Providência (2003) e sob um ponto de vista que privilegiou uma narrativa acerca do design de calçado. A partir do léxico português traduzido nas publicações de Cardoso (1659), Bluteau (1712 - 1728), Moraes Silva (1789), Couto (1842), Viterbo (1865), Aulete (1925), Bivar (1948), Morais da Silva (1961), Lello (1988) e Houaiss (2003) seguiu-se a metodologia proposta por Barbosa (2011), tendo-se assim entendido essas publicações como indicadores que possibilitaram interpretar programas e autores, bem como posicioná-los no tempo e no espaço.

Reconhecendo-se a importância do contributo da história oral enquanto metodologia pertinente em estudos de história do design e considerando que o estudo se poderia traduzir imperfeito pela fundamentação apenas nas fontes primárias impressas, realizou-se um conjunto de seis entrevistas a especialistas do calçado ligados ao concelho de Felgueiras, sendo eles: uma designer – Maria Lemos (1970-), três modeladores – Fernanda Martins (1967-), Salomé Encarnação (1965-) e José Teixeira (1978-), uma encarregada de costura – Fátima Faria (1982-) e um montador – António Sousa (1962-). Objetivou-se com a recolha de informação um esclarecimento das tipologias que na contemporaneidade fazem parte do discurso do calçado. Igualmente, a pretensa de estudar o caso de Felgueiras, levou ao levantamento de dados no seio dessa realidade com vista a encontrar respostas além das informações presentes em publicações, não só no que concerne ao entendimento das formas, mas também das tecnologias de fabrico, uma vez que o grau de implicação nos programas do calçado é relevante, sobretudo ao nível formal, merecendo por isso a sua explanação na investigação. Além desse esclarecimento pretendeu-se perceber em cronologias anteriores quais as tipologias que se encontram industrializadas e, conseqüentemente, em uso. Além da procura de uma representação

de diferentes fases do processo de desenvolvimento/construção, a escolha desses especialistas recaiu nos seguintes pressupostos:

- Com a designer de calçado pretendeu-se um contributo que visasse a perspetiva dessa profissional essencialmente sobre os programas propostos e perceber a existência de constrangimentos e como estes se refletem no design de calçado. A designer de calçado selecionada relacionou-se com duas vertentes: a experiência profissional noutras áreas de atuação no âmbito do calçado (gestão da qualidade, agente e designer de calçado) e a detenção de duas marcas de calçado reconhecidas internacionalmente, designadas por: Catarina Martins e Bernardo M42;
- Os modeladores de calçado selecionados foram considerados por fornecerem duas dimensões de conhecimento: a teoria e a prática. As duas modeladoras atuam como profissionais dedicadas ao ensino da modelação e de outras áreas relativas à produção do calçado na Academia de Design de Calçado em Felgueiras e o modelador, com formação na área, quer ao nível da aprendizagem quer ao nível profissional, colabora diretamente com as empresas, sendo responsável pela modelação de calçado para empresas distintas do concelho, fornecendo assim perspetivas distintas dessas dimensões;
- Justifica-se a pertinência para a investigação da entrevista a um profissional de costura e a um montador de calçado, ambas as atividades enquadradas na produção de calçado, pela tradução nas implicações que esses domínios relacionados com a tecnologia exercem no design de calçado e indissociáveis dos seus programas. Escolheu-se um profissional de cada uma dessas áreas, sendo que: o profissional de costura possui um percurso e experiência relevantes na atividade uma vez que exerceu as duas fases existentes na secção da costura numa unidade de produção de calçado, a saber, ‘pré-costura’ e ‘costura’ e, ao momento, é encarregada de uma secção de costura; o montador, é um profissional com quatro décadas de experiência em montagem de calçado, sendo, ao momento, encarregado de uma secção de montagem numa unidade de produção.

Conforme referido, tendo em conta o percurso académico e profissional da investigadora, que a seu modo se enquadra em ambas as realidades dos entrevistados, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, mas igualmente com grande liberdade uma vez que a comunicação se teceu com uma linguagem semelhante entre entrevistador e entrevistados.

Valerá mencionar que a opção de selecionar mais modeladores de calçado que designers de calçado se deveu por um lado devido à dificuldade em conseguir entrevistas com esses profissionais e, por outro lado, a discursos inerentes ao modelador de calçado, o qual pelo conhecimento intrínseco da técnica — entendendo-se essa como o elemento que circunscreve a forma de qualquer calçado — poderia revelar aspetos mais esclarecedores desse ponto de vista no caso das tipologias que se encontram industrializadas e, conseqüentemente, em uso na atualidade.

As questões centrais tratadas tiveram como objetivo principal esclarecer, essencialmente, o programa e a tecnologia dos artefactos, particularizando-se outros aspetos, como conhecer que tipologias de calçado são enten-

didadas enquanto base formal, que elementos constituem cada uma, quais tipologias podem dar origem a variações formais e que tecnologias de fabrico se ligam a esse universo.

O capítulo IV foi delimitado em duas partes, sendo que a primeira parte se constituiu em quatro momentos⁶, os quais abrangeram a cronologia 1489 até 2016. Perante a dimensão cronológica tornou-se necessário que as fontes consultadas fossem centradas nos momentos em evidência e em distintas perspetivas, procurando-se a amplitude nos dados e nos contextos.

A pesquisa principiou pela consulta de legislação régia; seguiram-se os estudos inauguradores sobre as temáticas das ‘confrarias’ e ‘corporações de mesteres sapateiros’ em Portugal, sobretudo pela presença de registos de documentos originais de períodos diversos da profissão e, conseqüentemente, de alterações nos artefactos; aos periódicos nos quais os propósitos de publicação se ligaram aos discursos de moda que compreenderam o calçado; à imprensa operária; aos inquéritos industriais; à base de dados da DRE; por fim, consultaram-se investigações mais recentes centradas na perspetiva da história económica e social enquanto área de investigação e sobre o sistema corporativo português. As publicações foram consultadas na BNP, BPMP, BSMS, DRE e LRDCLP. O estudo do terceiro e quarto momentos deram continuidade à aplicação de metodologias fundamentadas no design, tendo compreendido dois tópicos principais 1) análise da indústria do calçado sustentada pela produção legislativa do próprio Estado – inscrita em leis gerais e leis específicas, publicadas pelos órgãos institucionais do Estado, destinadas a regular os discursos do ‘calçado’ propriamente ditos. Sob o ponto de vista da ênfase dada à sua estrutura organizacional e aos programas, tornou-se possível perceber os entendimentos dados à indústria do calçado e a linguagem definida pelo Estado Novo para uniformização dos costumes do calçado em Portugal, designadamente, ao nível dos seus materiais, das tipologias formais e de sistemas de fabrico. Os discursos foram direccionados, fundamentalmente, para os fabricantes, para os vendedores de calçado e, conseqüentemente, influíram na sociedade civil. A sua consulta abrangeu todos os momentos e a interpretação ocorreu com base em metodologias ligadas à história do design. Tendo em conta o carácter transversal desse tipo de fontes ao longo do capítulo, esclarece-se mais adiante a sua análise; 2) em publicações de forte relevância para a investigação, onde veicularam discursos próprios do design de calçado, como comunicações em congressos dos quais as perspetivas assentaram em discursos de agentes ligados ao calçado; o vasto conjunto de publicações da APICCAPS; publicações periódicas de sindicatos e temáticas relacionadas com programas, autores e tecnologias; publicações especializadas no domínio da profusão de

⁶ Designadamente, primeiro momento entre 1489 a 1834, à publicação do “Regimento dos Borzegueyros, (...) por parte dos borzegueyros, çapateiros, chapineiros e de todolos outros ofiçiais do ofiçiodosprital de Sam Viçente desta çidade de lixboa (...)” até à extinção dos ofiçios pelo Decreto de 7 de Maio de 1834; segundo momento entre 1834 a 1933, o fim do sistema corporativo de ofiçios até ao começo do Estado Novo; terceiro momento entre 1933 a 1974, correspondente ao Estado Novo; o quarto momento entre 1974 a 2016, a industrialização e a internacionalização do calçado português.

técnicas e de moda, as quais, a seu modo e no caso do terceiro momento, difundiram igualmente um discurso complementar e assente ideologicamente na visão corporativista do Estado, dando continuidade àquelas que foram as suas pretensões reveladas através de procedimentos reguladores. Na segunda parte do capítulo o estudo incidiu no século XX e XXI tendo-se optado por uma divisão cronológica em décadas.

Recorreu-se aos dados disponibilizados pela APICCAPS, à BMF, BNP, BPMP, DRE, INE, PORDATA e repositórios académicos. Considerando a compreensão da história da indústria do calçado em Felgueiras onde o design de calçado é o foco desse entendimento, definiu-se a incidência num quadro de pesquisa documental física, assente no cruzamento de outras perspetivas disciplinares e, num enquadramento de recolha da memória oral, pessoal e histórica de um conjunto de entrevistados, com uma ligação, proximidade e experiência no âmbito da temática em estudo. Numa primeira fase e num sentido sincrónico, efetuaram-se as pesquisas bibliográficas e a recolha de dados e num segundo momento procedeu-se à estruturação e realização das entrevistas. O conjunto de informação recolhida deu origem a uma narrativa que pretende explicar num sentido cronológico, sempre que possível, a história do design de calçado em Felgueiras.

A pesquisa à BMF teve em vista a recolha de informação específica sobre a indústria do calçado em Felgueiras no círculo da investigação. Pretendeu-se perceber quais os antecedentes do design(er) de calçado em Felgueiras e quais os contextos. Encontrou-se um conjunto de publicações sobre várias temáticas alusivas ao concelho, tendo-se privilegiado a consulta àquelas onde fosse tecida qualquer abordagem ao design, ao calçado e à sua indústria dominante.

Objetivou-se a recolha de dados estatísticos de modo a definir outros âmbitos relativos aos contextos, tendo-se consultado as bases de dados PORDATA e do INE, onde foi possível aceder aos inquéritos industriais, aos censos e aos recenseamentos industriais que forneceram dados específicos sobre Felgueiras. Os dados com maior longevidade reportam a 1959 e prolongam-se até 2011. A natureza dos dados encontrados nesse conjunto de documentação alocou-se sobretudo a informações relevantes para o estudo dos contextos, designadamente, ao fornecer dados sobre valores de produção, empresas, peso dos componentes e dados do emprego no contexto social e económico do concelho.

A pesquisa documental foi complementada com a consulta aos estudos de natureza estatística igualmente abrangentes ao concelho de Felgueiras, realizados pela APICCAPS entre 2009 e 2017, pela pesquisa em repositórios de publicações académicas e pelo arquivo do “Semanário de Felgueiras”. Esses dados forneceram informações sobre a caracterização demográfica do concelho e da atividade de fabricação de calçado nos períodos correspondentes e permitiram tecer considerações sobre o percurso temporal e a evolução desse setor.

O segundo momento da pesquisa foi marcado pelo recurso a metodologias da história local e oral enquadradas na perspetiva da história do design,

as quais permitiram a condução da recolha de informações em primeira voz sobre elementos fundamentais para a escrita sobre a história do design de calçado. A pretensão do resgate da memória histórica, tendo por base o conhecimento empírico da investigadora direcionou a procura dos especialistas e dos discursos sobre programas, tecnologias e sentido de autoria no quadro da indústria do calçado em Felgueiras. A pesquisa documental foi assim complementada com dez entrevistas, sendo que desse conjunto dois entrevistados forneceram um contributo, essencialmente, ao nível de esclarecimentos sobre tecnologias e uma entrevistada facultou considerações sobre aspetos alusivos à compreensão de contextos. Foram entrevistados os seguintes especialistas: Carlos Castro (1926-)⁷, Alberto da Cunha (1935-)⁸, Arnaldo Gomes (1946-)⁹, Joaquim Moreira (1950-)¹⁰, Joaquim Carvalho (1950-)¹¹, Mário Pinto (1960-)¹² e Jorge Fernandes (1965-)^{13,14}.

O processo de amostragem foi conduzido mediante a definição da população e determinação da dimensão da amostra necessária, de acordo com cinco critérios principais para a seleção dos especialistas: 1) diversificação geracional; 2) detentores ou impulsionadores de marcas próprias; 3) relação com os programas de calçado; 4) relação com os componentes; 5) relação com as tecnologias de construção.

1) Com base no conhecimento empírico da investigadora, alicerçado numa primeira pesquisa de campo, foi possível perceber qual a geração de industriais posicionada no passado mais distante, nomeadamente a primeira geração de industriais de calçado a laborar em Felgueiras, bem como identificar atores subsequentes que proporcionaram a continuidade dos esforços iniciais e que atualmente integram o tecido industrial no concelho, com relevância para a investigação.

⁷ Fundador da fábrica de calçado *Marina* na década de 40.

⁸ Fundou a fábrica de calçado *Dura* em 1962 e adquiriu a fábrica de calçado *Tulipa Negra* em 1974.

⁹ Fundador da fábrica de calçado *Gomes e Leite – calçado S. Martinho* em 1976.

¹⁰ Fundador da empresa e marca *Felmini* em 1973.

¹¹ Estabelecido na década de 80 e fundador das marcas *Eject Shoes* e *Prophecy Shoes*.

¹² Sócio da empresa de produção de 'fôrmas' para calçado *A Industrial dos Carvalhinhos*, fundada em 1974.

¹³ Estruturou a empresa *Savana* em 1987, abrindo portas em 1988. Fundou as marcas *Telmee & Telyoh*.

¹⁴ No âmbito do trabalho de campo, consultaram-se ainda José Rodrigues (1948-), filho do fundador da empresa e marca de calçado *A Portuguesa* em 1960; Silvério Félix (1953-), intervém em máquinas para calçado já existentes; e Beatriz Morais (1934-) filha de José Morais, o qual se pôde concluir ter sido o primeiro empresário de calçado em Felgueiras. Apesar de não mencionados no principal conjunto de entrevistados na investigação, forneceram um contributo para o desenho da mesma.

Nesse âmbito e de acordo com a disponibilidade dos mesmos, aliada às conveniências do estudo, os entrevistados enquadraram-se na seguinte listagem cronológica:

Quadro 1 Listagem da data de nascimento dos entrevistados. Fonte: Aurora Brochado.

DÉCADA	ANO DE NASCIMENTO
20	1926
30	1935
40	1946
50	1950 — 1953 — 1955
60	1960 — 1965

A presença de diversidade de gerações dos vários atores no palco da indústria do calçado em Felgueiras foi encarada como um contributo fundamental para a investigação, uma vez que se pretendeu a construção de uma história do design de calçado em Felgueiras com base no levantamento da memória, discursos próprios e relatos em primeira voz daqueles que vivenciaram e acompanharam o percurso do 'calçado', de modo a que essa se pudesse revelar o mais fiel possível. Manifestaram-se preponderantes para o desenho da narrativa, sendo que os seus testemunhos permitiram além do resgate da memória mais distante possível, traçar uma linha de tempo sobretudo quanto aos programas e às tecnologias, o cruzamento de visões, percursos, direções e contributos para a génese e para o desenvolvimento do design de calçado. Igualmente permitiram revelar uma relação com a formação técnica de cada um, com momentos distintos da fundação de empresas e, conseqüentemente, com o desenvolvimento de programas ou marcas próprias.

- 2) Tendo em conta que o percurso da indústria do calçado foi e é atualmente marcado sobretudo pelo panorama de subcontratação, na seleção dos entrevistados importou perceber quais aqueles que estiveram na génese do desenvolvimento de marcas ou de programas tipológicos, considerando que foram ou são dependentes de tecnologias específicas e que materializaram o sentido de autoria. O contacto com esses especialistas manifestou-se essencial para a compreensão de uma relação muito estreita sobretudo entre programas, autores e tecnologias disponíveis na produção de calçado, revelando ainda um sentido de tradição cultural na compreensão e ação veiculada no próprio mecanismo interno da indústria do calçado em Felgueiras.
- 3) Procurou-se estabelecer na escolha dos especialistas um critério relacionado também com a diversificação ao nível da produção dos programas, designadamente quanto ao género, à natureza tipológica e à técnica construtiva, com vista a tornar a abordagem o mais abrangente possível. Nesse sentido, foi possível o cruzamento de perspetivas referentes aos que produzem calçado para os géneros feminino, masculino, calçado unissexo e calçado de criança; como também calçado clássico, desportivo, casual ou urbano; os quais se produzem de acordo com diversos tipos de montagem, como os 'montados',

‘Goodyear’, ‘mocassin’, ‘Pratik’ ou ‘São Crispim’, evidenciando-se processos inteiramente mecânicos, mas também ainda artesanais.

- 4) Considerou-se fundamental incluir o setor dos componentes, designadamente, as ‘fôrmas’, por conveniência dos recursos da investigação, mas também pela relevância que a mesma atribui a esse artefacto, dada a sua implicação no desenvolvimento de programas¹⁵.
- 5) Com vista a que a recolha da informação e consequentes esclarecimentos fossem os mais completos possíveis, considerou-se vantajoso que os especialistas tivessem contacto com tecnologias de produção, uma vez que esse contacto se traduz, consequentemente, no real conhecimento sobre o processo e métodos de desenvolvimento do calçado, instrumentos e máquinas que integraram e integram o desenvolvimento tecnológico da indústria do calçado no concelho. Foi transversal a todos os especialistas entrevistados a presença desse conhecimento, deixando revelar que o mesmo parece integrar o leque de competências necessárias ao gestor de uma empresa ou de uma marca.

Através da amostra não probabilística, intencional e de conveniência para a investigação foram planeadas e realizadas um conjunto de sete entrevistas semi-estruturadas com questões abertas, comuns a todos os entrevistados, mas também com questões específicas nos casos onde se justificou, perfazendo um total de dezanove horas e cinquenta e cinco minutos de conversação.

Relativamente às questões orientadoras das entrevistas, no caso dos especialistas enquadrados na geração mais distante – nascidos nas décadas de 20, 30 e 40 – particularizaram-se aspetos sobre a emergência da produção de calçado no concelho e suas especificidades, com ênfase nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial até ao seu final e a partir da década de 50, quando a mecanização do calçado se começou a fazer sentir. No caso dos especialistas posicionados geracionalmente nas décadas de 50 e 60, num eixo de atuação enquadrado no pós 25 de Abril, incidiu-se em elementos relacionados com a compreensão do desenvolvimento da indústria do calçado, o contexto de fábrica, o domínio da técnica, a emergência de marcas e a evidência do design de calçado. Comum a todos os entrevistados, ocorreu a incidência na temática da prática do design(er) de calçado *avant la lettre*, do seu contributo na evolução da empresa, dos benefícios e resultados a par do seu desempenho.

Com base nos testemunhos de Carlos Castro (1926-), Alberto da Cunha (1935-) e Arnaldo Gomes (1946-) — têm em comum entre si o início de um percurso no quadro familiar em contexto de oficina em domicílio e onde a produção do calçado foi manual, seguindo um sentido evolutivo de

¹⁵ Tendo em consideração a impossibilidade da realização de outras entrevistas no âmbito do setor dos componentes, procedeu-se, no desenrolar da investigação, a um conjunto de visitas e empresas desse setor, designadamente, a uma empresa que se dedica ao desenvolvimento e produção de solados; a uma empresa que distribui acessórios para aplicação no calçado; a uma empresa que produz embalagens para calçado; e a uma unidade de produção de cordões. Apesar de não explanadas na investigação, traduziram um contributo para a mesma, ajudando na sua construção e na compreensão de discursos e dos modos de operar da indústria do calçado.

contexto de fábrica e consequente produção mecânica do calçado — traçou-se um retrato do concelho de Felgueiras relativamente ao panorama inicial, mas também subsequente, dado os principais aspetos que marcaram o trajeto individual de cada um. Valerá mencionar que apesar das empresas que instituíram se encontrarem na atualidade da investigação sob a responsabilidade da respetiva segunda geração, os três especialistas mantêm-se presentes nas empresas. Os testemunhos de Joaquim Moreira (1950-), Joaquim Carvalho (1955-), Mário Pinto (1960-) e Jorge Fernandes (1965-) — tendo em comum entre si o início de um percurso enquadrado na produção mecânica do calçado em contexto de fábrica, a participação ou fundação de empresas e desenvolvimento de marcas e, a construção individual do sentido de autoria equivalente ao designer de calçado com base na experiência pessoal e no conhecimento empírico da realidade industrial — permitiram a compreensão da evolução da indústria do calçado do concelho, bem como traçar os principais aspetos que envolvem o entendimento do design de calçado, a sua importância para o futuro dessa mesma indústria e as suas fragilidades.

O levantamento da historiografia, o cruzamento de dados e os discursos em primeira voz recolhidos junto de especialistas permitiram tecer uma possibilidade para a compreensão do design(er) de calçado, a partir de uma narrativa sobre o próprio percurso histórico da indústria do calçado em Felgueiras. Tendo em conta o grau de implicação da investigadora considerou-se pertinente que o conhecimento empírico da mesma fosse igualmente envolvido na construção do segundo momento.

Transversalmente aos momentos que orientaram o quarto capítulo e, simultaneamente, refletiram os marcos fundamentais de um percurso cronológico, quer dos profissionais, quer das estruturas em que assentaram e ainda quer dos artefactos produzidos, verificaram-se ao longo de toda a cronologia estudada outros sentidos nos discursos do calçado que não dos agentes mais próximos, mas também por parte daquele que foi um dos principais orientadores, impulsionadores e normalizadores — o Estado. Da sua regulação definiram-se atributos, caracterizações e sobretudo padrões normativos no calçado português.

Pretendeu-se entender em que medida os normativos régios e a legislação publicada a partir da República traduziram formalmente as estruturas profissionais ligadas ao calçado, privilegiavam a importância dos programas e da técnica, bem como a proteção e a afirmação dos seus autores. Objetivou-se que esses documentos integrassem a narrativa do capítulo a partir da sua interpretação à luz do modelo triangular de Providência (2003), estruturado numa base conceptual que articulasse os conceitos de autoria, os programas e as tecnologias do calçado.

Procedeu-se a uma pesquisa na *Legislação Régia (Digitalização da Coleção da Legislação Portuguesa desde 1603 a 1910)* e na legislação portuguesa no *Diário da República Eletrónico (DRE)* entre 1910 e 2016 onde se encontraram elementos que permitiram abrir perspectivas à história do design de calçado em Portugal, contribuindo assim para a escrita de uma narrativa concisa, reveladora e esclarecedora dos pressupostos enunciados. Assim, sobre a temática do calçado verificou-se o seguinte quadro legislativo:

- Atos societários;
- Classificação de calçado, qualidade, componentes e seus materiais;
- Códigos de indumentária civil;
- Comércio interno, importação e exportação de calçado;
- Patentes de invenção;
- Programas de calçado português adotado pelo Estado no que respeitou aos uniformes dos demais organismos que exigem a adoção de um código de indumentária estrito;
- Regulamentação dos programas, das tipologias de calçado e volumes de produção;
- Sistemas associativos;
- E legislação com vista a averiguar o estado da indústria do calçado.

Tendo em conta a abrangência dos documentos encontrados optou-se, primeiramente, por proceder à realização de um quadro onde veiculasse a estrutura cronológica entendida no direito português e ao mesmo tempo o reflexo dos momentos onde se produziu legislação sobre a temática do calçado em estudo na presente investigação:

Quadro 2 Periodização da legislação portuguesa consultada sobre a regulação do calçado, dos seus profissionais e da estrutura em que ambos assentaram.
Fonte: Aurora Brochado.

LEGISLAÇÃO RÉGIA	Reinado de D. Filipe II e reinado de D. Pedro II	Século XVII
	Reinado de D. José	Século XVIII
	Reinado de D. João Regente do Reino	Século XIX
LEGISLAÇÃO I REPÚBLICA E DITADURA MILITAR	1910-1926	Século XX
	1926-1933	Século XX
LEGISLAÇÃO ESTADO NOVO	1933-1974	Século XX
LEGISLAÇÃO III REPÚBLICA	1974-2000	Século XX
	2001-2016	Século XXI

Seguiu-se uma pesquisa exaustiva por palavras-chave no “sumário” dos diversos documentos de natureza jurídica com as seguintes expressões: ‘calçado’, ‘indústria do calçado’, ‘fardamento’, ‘pragmática’, ‘uniforme’, ‘componentes de calçado’, ‘felgueiras calçado’, ‘design de calçado’ e ‘sapateiro’ pela hipótese de relação de proximidade com a temática em estudo, de modo a que a partir dessa recolha fosse possível uma filtragem que de facto revelasse os aspetos coadunados com a investigação.

Tendo em conta que se trataram de fontes ligadas à própria natureza política, considerou-se que a pesquisa a efetuar se organizasse e estruturasse com base nas divisões e enquadramentos que lhe são próprios, sendo que a sua interpretação no capítulo IV assentou no quadro dos momentos delimitados para a sua narrativa:

- Assim, no estudo dos documentos enquadrados na legislação régia o documento mais antigo analisado, datado de 1609, referiu-se à *Pragmática* “sobre as cousas cujo uso seria defeso” (Alvará, 29 de Outubro de 1609). Manifestou-se como o documento que se replicou ao longo do tempo e, nesse sentido, foi relevante ao contribuir para o entendimento da normalização tecida aos programas de calçado portugueses, assim como para a direção dos gostos e costumes da sociedade civil — essencialmente ao nível da regulamentação dos materiais empregues nas tipologias de calçado.¹⁶ Os demais documentos publicados que se relacionaram com a investigação abrangendo o período da monarquia foram centrados em matéria associada aos uniformes militares, nos quais os programas de ‘calçado’ igualmente se normalizaram;
- Na I República, entendida entre 5 de Outubro de 1910 e 10 de Abril de 1926 e no período da Ditadura Militar, entre 1926 e 1933, foi no âmbito do ‘uniforme’ e ‘fardamento’ que, igualmente, o calçado foi alvo de maior intervenção legislativa, não existindo nesse período menções à ‘indústria do calçado’;
- Durante o Estado Novo, entre 11 de Abril de 1933 e 24 de Abril de 1974, a expressão ‘calçado’ manifestou-se como a mais mencionada do conjunto de termos analisados, seguindo-se o ‘uniforme’ e o ‘fardamento’. Verificou-se pela primeira vez a existência de legislação que designou a ‘indústria do calçado’, apesar de bastante distanciada no que respeita ao volume de legislação comparado com as outras expressões.

Por fim, a III República, dividida entre o século XX e XXI, com as datas de 25 de Abril de 1974 a 31 de Dezembro de 2000 e 1 de Janeiro de 2001 a 31 de Dezembro de 2016, manifestou-se como período de excelência para a aprovação de legislação sobre calçado e em âmbitos mais alargados. No século XX, a expressão ‘calçado’ figurou exponencialmente, seguindo-se ‘uniformes’ e ‘indústria do calçado’, novamente com distanciamento acentuado; no século XXI o ‘calçado’ continuou a destacar-se e com um aumento exponencial, seguindo-se ‘uniformes’ e ‘indústria do calçado’. Foi no contexto da III República que se encontraram ‘atos societários’ alusivos à indústria do calçado. Efetuou-se uma pesquisa aos mesmos através do uso de ‘palavras-chave’ nas quais se incluiu a cidade de ‘Felgueiras’.

¹⁶ A legislação ‘pragmática’ foi publicada até ao século XIX.

Os quadros que se seguem realizaram-se de modo a facilitar a interpretação dos dados recolhidos. Pretenderam traduzir a quantificação de documentos encontrados por termo e cronologia, bem como a quantificação dos documentos analisados, selecionados de acordo com o grau de relevância na presente investigação, sobretudo no tipo de informação que permitisse a interpretação de estudos de programa, autoria e tecnologia, mas também da regulamentação da atividade, estrutura e orgânica inerentes ao discurso sobre o calçado. Foi importante os dados serem coligidos de forma a construir um discurso sustentado para os diferentes períodos em estudo.

a) Legislação Régia

Quadro 3 Periodização da legislação régia portuguesa encontrada e consultada sobre a regulação do 'calçado', 'indústria do calçado', 'fardamento', 'uniforme' e 'pragmática'. Fonte: Aurora Brochado.

TERMO DA PESQUISA	CALÇADO	INDÚSTRIA DO CALÇADO	FARDAMENTO	UNIFORME	PRAGMÁTICA
SÉC. XVII ENCONTRADOS	0	0	0	0	17
SÉC. XVII CONSULTADOS	0	0	0	0	3
SÉC. XVIII ENCONTRADOS	0	0	1	5	6
SÉC. XVIII CONSULTADOS	0	0	1	0	1
SÉC. XIX ENCONTRADOS	10	2	33	116	1
SÉC. XIX CONSULTADOS	6	2	1	14	0
SÉC. XX ENCONTRADOS	5	2	9	19	0
SÉC. XX CONSULTADOS	5	2	1	5	0
TOTAL DOCS. ENCONTRADOS	15	4	43	140	24
TOTAL DOCS. CONSULTADOS	11	4	3	19	4

b) Legislação I República

Quadro 4 Periodização da legislação portuguesa da I República encontrada e consultada sobre a regulação do 'calçado', 'indústria do calçado', 'fardamento', 'uniforme' e 'pragmática'. Fonte: Aurora Brochado.

TERMO DA PESQUISA	CALÇADO	INDÚSTRIA DO CALÇADO	FARDAMENTO	UNIFORME	PRAGMÁTICA
1910 - 1926 ENCONTRADOS	1	0	17	31	0
1910 - 1926 CONSULTADOS	1	0	0	0	0

c) Legislação Estado Novo

Quadro 5 Periodização da legislação portuguesa do Estado Novo encontrada e consultada sobre a regulação do 'calçado', 'indústria do calçado', 'fardamento' e 'uniforme'. Fonte: Aurora Brochado.

TERMO DA PESQUISA	CALÇADO	INDÚSTRIA DO CALÇADO	FARDAMENTO	UNIFORME
1933 - 1974 ENCONTRADOS	475	66	259	352
1933 - 1974 CONSULTADOS	13	4	2	4

d) Legislação III República século XX e século XXI

Quadro 6 Periodização da legislação portuguesa da III República encontrada e consultada sobre a regulação do 'calçado', 'indústria do calçado', 'fardamento', 'uniforme' e 'design de calçado'.
Fonte: Aurora Brochado.

TERMO DA PESQUISA	CALÇADO	INDÚSTRIA DO CALÇADO	FARDAMENTO	UNIFORME	DESIGN DE CALÇADO
SÉC. XX 1974 - 2000 ENCONTRADOS	2 525	603	376	4 053	5
SÉC. XX 1974 - 2000 CONSULTADOS	4	3	0	0	5
SÉC. XXI 2001 - 2016 ENCONTRADOS	15 632 — 14 030 (2001/2010)	2 935	1 074	3 515	12
SÉC. XXI 2001 - 2016 CONSULTADOS	2	15	0	0	12

e) Legislação — atos societários

Quadro 7 Constituição de atos societários entre 1910 e 2016 com designações associadas aos termos 'calçado', 'componentes', 'sapato' e 'indústria' em 'Felgueiras'. Fonte: Aurora Brochado.

TERMO DA PESQUISA	SÉC. XX / 1910 - 1926 / ENCONTRADOS
COMPONENTES + CALÇADO + FELGUEIRAS	290
COMPONENTES + FELGUEIRAS	309
INDÚSTRIA DO CALÇADO + FELGUEIRAS	414
SAPATO + FELGUEIRAS	2
CALÇADO + FELGUEIRAS	2 175
INDÚSTRIA DO CALÇADO	2 014
CALÇADO	13 273

1.3 ESTRUTURA DO DOCUMENTO

Perceber a gênese do design(er) de calçado implicou procurar entender as transformações fundamentais decorridas no âmbito das relações sociais, dos programas seguidos, das evidências técnicas e do trabalho na esfera do calçado, do profissional que durante séculos o concebeu e (re)produziu. Interessou conhecer a estrutura de cariz artesanal e em pequena escala e as revoluções fundamentais, quer ao nível de pensamento, organização, economia, política, quer ao nível da técnica e tecnologias que decorreram da atividade de sapateiro e que contribuiriam para dar lugar ao exercício e aplicação do design numa prática cada vez mais consciencializada. A estrutura secular fôra transformada tornando-se muito mais mecanizada que manual, muito mais fabril que oficinal. Nesse sentido, teceu-se o estudo da tradição do sistema oficinal para uma prática mecânica, a normalização e regulação dos programas e da sua produção, o panorama associativo, as questões técnicas, as tendências de moda ou as interferências dos contextos históricos e sociais. A análise ao caso de Felgueiras permitiu estudar uma natureza concreta, a qual assimilou e reinterpretou de acordo com valores sociais, identitários, económicos e políticos o calçado.

O documento resultante do estudo sobre o calçado em Portugal sob o ponto de vista do design foi estruturado em cinco capítulos e um anexo onde se integraram unidades alusivas a cada capítulo como complemento dos mesmos.

O presente capítulo introduz o problema da investigação e apresenta as hipóteses delineadas para o estudo. Prossegue com a metodologia de investigação, a qual pretendeu delinear um modelo de análise do design onde não somente fosse contemplado o estudo dos artefactos em si, mas que também analisasse as suas designações e significações ao longo do tempo, no contexto nacional, bem como os antecedentes da atividade do design de calçado e dos contextos onde se enquadrou como contributo e parte indissociável da história dos artefactos.

O capítulo II é constituído por quatro tópicos de análise nos quais se tentou perceber os enquadramentos disciplinares do design de calçado, uma vez que o estudo do mesmo tem sido ligado a outras bases disciplinares, tendo-se referenciado o design de moda, a história e os discursos proferidos pela indústria do calçado. Esses enquadramentos envolveram, paralelamente, a compreensão da esfera do historiador de design para a compreensão do seu papel no quadro da investigação. Privilegiou uma análise a publicações de dimensões analíticas distintas no contexto de estudos em design ou sob perspectivas que interessam ao design onde o calçado foi objeto de estudo; por fim, procurou-se retirar as principais lições, delimitar temáticas e esclarecer conceitos com vista a esclarecer o decurso da investigação.

O capítulo III traduz o estudo do conjunto de designações veiculadas no léxico português revelando as expressões que correspondem à compreensão do calçado sob o ponto de vista da sua definição, tendo conduzido à compreensão dos artefactos e seus constituintes, entre os séculos XVI e XXI. O suporte no modelo de análise pretendeu o reforço do discurso em torno do design de modo a tentar construir uma narrativa sobre si próprio. A incidência do estudo foi no âmbito da compreensão dos programas, para a qual se elaboraram instrumentos analíticos que ajudaram a ilustrar aspetos da forma, função, género, material, autoria e outras observações relacionadas com a existência do calçado no decorrer do tempo. Essa categorização permitiu perceber a transformação do artefacto, a sua reinvenção ou destituição, a sua caracterização num percurso temporal e a sua constituição física.

A delimitação cronológica para o estudo ocorreu com base na informação disponibilizada. Assim, considerou-se para o desenho do capítulo III:

- a) o século XVI;
- b) os séculos XVIII - XIX;
- c) o século XX, sendo que se dividiu em três períodos — I República, Estado Novo e III República;
- d) o século XXI — parte I e parte II.

Com base na sistematização da informação e nas entrevistas definiu-se o calçado ao longo da cronologia em epígrafe, a evolução dos programas e do sentido de autoria. O contexto do século XX permitiu a amplitude do modelo de análise, sendo que as dimensões da tecnologia e da autoria se evidenciaram. O estudo do século XXI proporcionou o contacto com especialistas e, com eles, a extensão dos recursos documentais, tendo permitido perceber em que medida a tecnologia comprometeu os programas.

O capítulo IV foi organizado em duas partes, de acordo com a definição de uma estrutura cronológica, tendo assentado a primeira parte em quatro momentos, associados a acontecimentos que refletiram momentos próprios de ruturas e continuidades na evolução dos artefactos e, a segunda parte em seis décadas juntamente com o estudo do século XXI:

Parte I

- a) I momento: 1489 - 1834;
- b) II momento 1834 - 1933;
- c) III momento 1933 - 1974;
- d) IV momento 1974 - 2016.

Parte II

- a) Década de 40: produção em madeira;
- b) Década de 50: produção semi-mecânica;
- c) Década de 60: vocação para a indústria do calçado;
- d) Década de 70: modernização da indústria do calçado;
- e) Década de 80: representatividade da indústria de calçado — o estilista;
- f) Década de 90: disseminação cultural sobre a indústria de calçado;
- g) Século XXI.

Procurou-se entender o sentido de autoria ligado aos artefactos. Evidenciou-se na procura dos antecedentes da atividade do designer de calçado, a qual traduziu, igualmente, programas e tecnologias associados ao seu desempenho, entre os séculos XV e XXI no contexto nacional. Consequentemente, a inscrição do percurso da atividade acompanhou relações sociais, associativas, com a técnica, com as tecnologias, com os programas e com condições estatutárias dos autores.

Em cada momento e em cada década privilegiou-se o estudo dos contextos e a narrativa de cada um seguiu os sentidos de acordo com as fontes encontradas. Procurou traduzir não só momentos de rutura, mas também de continuidade e evolução dos programas, das tecnologias de fabrico e simultaneamente das mudanças no sentido de autoria. O calçado foi percebido nas suas dimensões física e concetual como uma fonte documental podendo materializar aspetos que se ligam à etimologia do termo e à sua significação ao longo do tempo histórico, mas também à sua estrutura material e formal, igualmente, num percurso cronológico. A sua natureza concreta ou simbólica verificou-se indissociável do espaço geográfico que o assimilou e reinterpretou de acordo com valores sociais, identitários, económicos e políticos.

O capítulo V reflete uma síntese da investigação e apresenta as considerações finais alusivas a cada capítulo e hipóteses de investigação.

Por fim, em anexo incluíram-se elementos complementares referentes a cada capítulo, destacando-se a construção do *Glossário dos principais programas de calçado portugueses* e o *Glossário dos elementos constituintes de calçado português*.

CAPÍTULO II

UMA NARRATIVA SOBRE O CALÇADO EM PORTUGAL À LUZ DO DESIGN

INTRODUÇÃO

Pensar a história no campo do design, a mesma atende a um discurso, primeiramente, centrado na atividade do designer, na conceção de artefactos, dos processos, produção e mediação, como propõe Grace Lees-Maffei e D. J. Huppertz (2012, p. 1). A história do design é compreendida como o estudo de artefactos, práticas, comportamentos e discursos que a circunscrevem desenvolvidos à luz de outras perspetivas, como da antropologia, da cultura popular material e imaterial, de estudos feministas, da filosofia, história (económica, da arte, política ou social) e da literatura (Walker, 1989). O intuito de situar o design no seu contexto histórico, tecnológico ou político, com vista à emergência da memória do passado, da contextualização do presente e de indícios do futuro são igualmente conjunturas da própria história do design. A história do design foi preenchida de contributos para a sua construção e a pertinência da aplicação de metodologias de investigação de outras áreas do saber tem vindo a ser reconhecida.

Uma narrativa sobre design de calçado envolve um conjunto de temáticas nas quais se considera o enfoque em três elementos principais: a autoria (os designers *avant la lettre*¹⁷ e os designers), os programas (desenho¹⁸, tipologias, forma, função, material, componentes, acessórios e género) e as tecnologias (associadas simultaneamente ao desenvolvimento dos programas em si, mas também aos processos de fabrico).

Dessas constatações, com vista ao desenho do quadro metodológico orientador da investigação, tornou-se fundamental uma pesquisa à historiografia da história do design. A premissa da inscrição do design de calçado no enquadramento da área disciplinar do design de moda, mas também como uma prática observada pela indústria do calçado, traduziu o ponto de partida para a pesquisa dessa compreensão e procurou extrair as ilações principais para a expansão da investigação. A temática específica do estudo do calçado ligada a outras bases disciplinares, apesar de não relacionado diretamente com os discursos do design, tem sido bastante profusa e esclarecedora da sua contextualização e prática em Portugal. Optou-se, por isso, não suspender a ligação a essas perspetivas, tendo assim sido consideradas na investigação. Esse enquadramento inicial envolveu a esfera do historiador de design e justificou a procura da sua essência em bibliografia da especialidade para a compreensão do seu papel e sua consolidação, no contexto da investigação.

¹⁷ *Avant la lettre* é uma expressão francesa comumente utilizada para designar “antes do termo existir”. No quadro da investigação consideraram-se os profissionais que desempenharam a atividade de designer de calçado antes da expressão ser conhecida, sendo assim compreendidos como designers de calçado *avant la lettre*.

¹⁸ Esse aspeto é associado à componente de criação de uma resposta de uma solução que não se dissocia do resultado final do produto.

1. DA HISTORIOGRAFIA DA HISTÓRIA DO DESIGN PARA HISTORIANAR O CALÇADO

“A first stage in developing this knowledge [knowledge should involve and relate to people, and it should relate to the practical knowledge involved in making and using design] is distinguishing the different ‘histories of design’ extant in design history, or which need to be developed in order to meet the demands placed upon it.”

FRAN HANNAH E TIM PUTMAN (1980, p. 267).

A consciência que escrever sobre a história do design “deixa em aberto um campo fértil de possibilidades de investigação” (Barbosa, 2011, p. 35), implica a compreensão da historiografia e dos métodos fundamentais da história do design, com vista a delinear as orientações estruturais para a construção de uma narrativa histórica sobre o design de calçado. A inscrição da disciplina do design nos discursos que lhe são próprios permite ao desenho uma perspectiva assente em metodologias que igualmente lhe são próprias. A sua abrangência, as relações e reciprocidade de conhecimento contribuíram para a procura da interdisciplinaridade na investigação. Por sua vez, a inscrição do design em discursos da história permite a compreensão e o cruzamento de métodos que podem enriquecer e alargar o seu campo de investigação, designadamente, as metodologias da história local e da história oral. Considerou-se a abordagem de um ponto de vista historiográfico, com vista à geometria das principais linhas orientadoras de uma investigação sobre o calçado, à luz do design, mas também, sobre a compreensão do papel do historiador de design e dos métodos para historiar o design de calçado.

Revelaram-se essenciais as análises de publicações internacionais dos autores Nikolaus Pevsner (1936), Fran Hannah e Tim Putman (1980)¹⁹, Clive Dilnot (1984)²⁰, Adrian Forty (1986), John A. Walker (1989)²¹, Jacques Le Goff (1984;1998), Hazel Clark e David Brody (2009), Susan Wyche, Phoebe Sengers, e Rebecca Grinter (2006), Kjetil Fallan (2010, 2013) e Lees-Maffei e Huppertz (2012); e nacionais de Rui Afonso Santos (1995), do Centro Português de Design (2000), Vitor Manaças (2005), Ana Margarida Fragoso (2008), Helena Souto (2009) e Helena Barbosa (2011) pelo contributo aos esclarecimentos necessários ao entendimento da história do design e, paralelamente, pelo reflexo das problemáticas enquadradas no tempo histórico no qual as questões foram levantadas, numa cronologia que principia nos primeiros ensaios sobre a disciplina estendidos até à atualidade da investigação. Esse conjunto de publicações manifestou-se um contributo fundamental para o ponto de partida da investigação na medida em que permitiu esclarecer e conduzir perspectivas do quadro disciplinar onde a investigação se inscreve.

¹⁹ Artigo datado de 1980, mas consultado na publicação de Grace Lees-Maffei e Rebecca Houze (2010, p. 268-272).

²⁰ Artigo datado de 1984, mas consultado na publicação de Lees-Maffei e Houze (2010, p. 273-278).

²¹ Artigo datado de 1989, mas consultado na publicação de Lees-Maffei e Houze (2010, p. 279-285).

Foi igualmente essencial para a definição de metodologias, bem como ajudou na compreensão do design de calçado como área disciplinar. A história revela as preocupações da preservação da memória e os estudos dos elementos do passado que permitiram recuperá-la e circunscrever um dos seus campos de atuação: perpetuar tradições, conhecimento e identidade. A mesma tem como base estruturante contextualizar elementos de tipologias distintas que, simultaneamente, assinalam e memorizam o passado, os quais ao recuperar programas anteriores permitem a construção de novos paradigmas revelando-se, também eles, uma base estruturante para constituir novos entendimentos. Perante esse entendimento, a investigação partiu da premissa defendida por Jacques Le Goff (1984, 1990) acerca da compreensão da história como a ciência que explica as mudanças. Segundo o autor o valor da memória manifesta-se na capacidade de salvar o passado para servir o presente e o futuro e, essa clarificação demonstra a importância do papel que a memória pode desempenhar nas sociedades (1984). Considerando-se que a memória trazida pela história dá o sentido de prosseguir, tornou-se fundamental compreender as raízes e distinguir as percepções de cada período, com vista a ser possível uma definição e representação do passado até ao presente. A compreensão da história ligada às diferentes conceções de tempo que existem numa sociedade e da memória coletiva, como de resto defendeu Le Goff (1990), manifestam uma relação com a temática da investigação, sendo, igualmente, pertinente como orientação metodológica em estudos sobre design de calçado.

A historiografia da história do design posiciona o seu nascimento na década de 30 do século XX e as considerações iniciais devem-se a Nikolaus Pevsner²². No entanto, trata-se de uma área do conhecimento recente, tendo sido sobretudo a partir da década de 70 que a disciplina se ensimesmou na esfera da sua própria compreensão e que se reuniram as condições para alcançar o estatuto de área de especialização. Das motivações para o seu impulso, Dilnot no texto “The state of design history” (1984)²³ apontou o despontar de conceitos de organização do design, tecnologia e da relação do design com a sociedade e economia; Clark e Brody (2009) complementaram essa ideia ao atribuir os distanciamentos ideológicos

²² A história do design tem como antecedente académico a obra “Pioneers of Modern Design” (1936) de Nikolaus Pevsner, republicada mais tarde intitulada como “Pionners of modern movement from William Morris to John Ruskin” (1939). De acordo com e Whoodham (2006) e Clark e Brody (2009), a publicação de Pevsner enquadra-se num contexto histórico cultural da época em que foi publicada, vincada pela emergência da profissão de designer e por uma postura europeia e americana que encarava o Funcionalismo como corrente dominante. De acordo com esses autores, Pevsner caracterizou a modernidade fundamentado nas opções artísticas, na arquitetura e objetos funcionalistas dotados de qualidade estética superior à época anterior de predomínio vitoriano (2006, p. 5; 2009, p. 8). O seu discurso foi vincado pela procura do sublime como narrativa do movimento moderno, fundamentando em métodos que misturaram a história da arte e a filosofia germânica, enfatizando a preponderância da criatividade individual de artistas, designers e arquitetos enquanto precursores e salvadores da estética e da moral; assim como os estilos e movimentos. As principais ideologias que defendeu foram apontadas por Dilnot (1984) pela importância social e ontológica que trouxeram (1984, p. 273). As suas reflexões foram relevantes na construção da disciplina e prevaleceram durante a década de 60, como apontou Margolin (1992, p. 286). Apesar da importância e estatuto reconhecido a Pevsner, verificaram-se também críticas e o afastamento a linhas de pensamento que o caracterizaram, sobretudo pela exclusão de objetos do quotidiano, separando-os de objetos dotados de qualidade extraordinária, como referiu Margolin (1992, p. 286).

²³ cujo artigo foi republicado duas décadas depois no livro “The design history reader” de Lees-Maffei e Houze (2010, p. 275-278).

àqueles que encararam o design de um modo mais distinto do que apenas em termos dos seus objetos, geografia e inteligência individual (2009, p. 8); Fallan (2013)²⁴, Victor Margolin (1995), Hannah e Putman (1980) e John Woodham (1995)²⁵ foram perentórios ao apontar o contributo trazido com a reforma da educação no Reino Unido nos anos 60 e 70 como o grande impulsionador da disciplina²⁶. Da origem da história do design importa extrair, além das motivações ocorridas no quadro das perspetivas do design, lições perante a análise crítica aos tipos de narrativas praticados. Segundo Dilnot (1984), esse período foi marcado pelas perspetivas assentes no entendimento do resultado da atividade, os artefactos e as imagens, em detrimento da atividade em si, apresentando, por isso, fragilidades históricas, metodológicas ou reflexão crítica. Essas conclusões anotadas pelo autor podem influir na definição de premissas para a investigação, onde em termos do objeto de estudo se ambicionou não só o estudo dos artefactos em si, mas também o esclarecimento dos antecedentes da atividade do design de calçado e, com ela, os contextos onde se enquadrou como contributo e parte indissociável da história dos artefactos.

Pretendeu-se no quadro da ampliação de estudos em história do design a construção de um modelo de análise onde se evidenciassem metodologias da história e do design para o estudo dos artefactos. Perante o enunciado, destacou-se a obra de Hannah e Putman (1980) pelas reflexões acerca das metodologias mais pertinentes para historiar o design, as quais foram relevantes para o presente estudo pela possibilidade de abrangência de meios de investigação que traduz. De acordo com os autores, historiar o design aloca o pensamento sobre design como uma rede social interligada com outras relações, uma vez que o encerramento na “estrutura interna da disciplina” (1980, p. 267) pode tornar a tarefa complexa e simultaneamente incompleta. A consciência da multiplicidade de relações deve conduzir a procura das mesmas e, conseqüentemente, indiciar novas metodologias de investigação. O facto de a temática da investigação determinar, por si só, o cruzamento disciplinar e, com ele, pressupor múltiplos encadeamentos tornou as considerações de Hannah e Putman (1980) fundamentais para a compreensão da dimensão de ‘rede social’ abrangida pelo design de calçado.

²⁴ “Academie and Design Writing De-tooling Design History: To What Purpose and for Whom Do We Write?”, 2013.

²⁵ Artigo datado de 1995, mas consultado na publicação de Lees-Maffei e Rebecca Houze (2010, p. 291-297).

²⁶ O levantamento efetuado por Lees-Maffei e Huppatz (2012, p. 2) apresentou outros contributos de destaque para a explicação da origem da história do design. Os autores apontaram que essa emergência enquanto campo distinto de investigação surgiu no Reino Unido a propósito da criação de estudos superiores em design e dos programas de pós graduação, conferências e debates académicos; juntando-se o impulso trazido com a criação de cursos da *Design History Society*, em 1977. Os EUA foram também relevantes, sobretudo nos anos 80, com o lançamento das publicações “Design Forum” e do “Design Issues” incidentes na história do design, assim como os museus foram também um contributo significativo para o seu desenvolvimento. A estes aspetos acrescentou-se o esclarecimento de Hannah e Putman (1980) onde constataram os esforços efetuados pelos primeiros historiadores de design desta época como igualmente essenciais para a emergência da disciplina, na medida que perceberam a necessidade de definir a sua área de estudo e se afastarem da história da arte, defendendo assim que o designer não podia ser considerado um artista-herói e, não poderia ser por isso, tratado como um objeto artístico (1980, p. 267). Ao estabelecer um paralelismo com a afirmação do design de calçado em Portugal, poderá encontrar-se igualmente uma relação com o sistema educativo, designadamente, a formação profissional, mas também pela multiplicação de estabelecimentos de produção de calçado, a ambição da internacionalização dos mesmos e os conceitos e a prática da competitividade.

Sob o ponto de vista das perspetivas destacadas, de acordo com Clark e Brody (2009), Forty foi um dos primeiros historiadores a reconhecer os artefactos produzidos sob a perspetiva de “what design does, as opposed to who did it” (2009, p. 8), privilegiando assim no seu discurso a importância a uma análise do objeto em si em detrimento de uma análise biográfica, estruturando um pensamento histórico compreendido a partir de ambientes de consumo onde se articulam pessoas e objetos e, os contextos sociais, políticos e económicos sendo estes as estruturas que circunscrevem a produção de artefactos. Forty revelou que para descrever a sua componente estética é necessário entender o porquê do seu surgimento e situá-lo num entendimento de interesses e reflexos sociais e não por sensibilidades visuais entre designers (Forty, 1986). As perspetivas defendidas pelo autor, motivado pela consciência que a história do design se havia narrado sobretudo através de métodos biográficos, assentaram na proposta da escrita de uma história social que situa o design entre o produtor e o consumidor e o inscreve numa trama social onde os seus atores em permanente tensão têm a consciência de que o lucro é o principal motor (Clark e Brody, 2009, p. 8-9). Por sua vez, o designer traduz nos artefactos os padrões indicativos de comportamentos de consumo, também eles associados ao capitalismo (Forty, 1986). Os pressupostos defendidos por esse autor manifestaram-se interessantes numa investigação desta natureza uma vez que se ambicionou perceber uma das áreas de atuação do design num contexto particular, na qual o seu profissional atua em consonância com os utilizadores dos artefactos que desenvolve. Paralelamente, a compreensão do design de calçado com base numa relação de proximidade não só com a indústria do calçado, mas também pelos contextos históricos, sociais, económicos ou políticos onde se tem vindo a enquadrar, poderão traduzir um contributo para a compreensão dos artefactos como os principais mediadores entre o produtor e o consumidor, aos quais se conota o designer²⁷. A compreensão do seu papel deverá assim, igualmente, ter em conta os aspetos sociais, políticos e económicos. No panorama atual, as questões relacionadas com economia e finanças fazem parte dos discursos que lhe são próprios e influenciam indubitavelmente o desenvolvimento e a produção dos artefactos, designadamente, do calçado.

Na década passada Wyche, Sengers e Grinter (2006) e Clark e Brody (2009) refletiram sobre outros aspetos relativamente à dimensão da valorização da própria disciplina, onde foram abordadas reflexões acerca dos benefícios trazidos com a profusão da história do design. As primeiras

²⁷ A abordagem de Forty (1986) ‘à escrita de uma história social’ remeteu para uma pesquisa a esse género da história, onde se encontraram perspetivas metodológicas relacionadas com a *Escola dos Annales*. A história social foi marcada por vários períodos, correntes de pensamento ou metodologias, importando destacar sobretudo as décadas de 60 e Edward Palmer Thompson. O historiador cunhou com a obra “History from below” (1966) a perspetiva da história ‘vista de baixo’ onde as noções de experiência e cultura se defendem para o cerne das análises, mas na compreensão da experiência das pessoas comuns, recorrendo para tal a metodologias de história oral e ligações à antropologia. Essas constatações permitem uma relação com a investigação, na medida em que contemplou o testemunho de atores relacionados com a prática do desenvolvimento e produção de calçado, na verdade, documentos históricos imprescindíveis para a construção da narrativa e consolidação de perspetivas. Igualmente podem fundamentar as ideias de Forty (1986) e a sua relevância em estudos sobre design de calçado.

considerações incidem no contributo para a prática do design, ou seja, no campo da investigação e no incentivo à criatividade, fornecendo panoramas e identificando temas de trabalho que ajudam a evitar o re-inventar e estabelecer um quadro teórico antes do trabalho em campo (Wyche, Sengers e Grinter, 2006, p. 36). Posteriormente, Clark e Brody (2009) destacaram o contributo no espectro do campo disciplinar, considerando assim o papel da história do design como fundamental para a compreensão do passado e para a reflexão sobre o futuro. Partilhando das perspetivas dos historiadores, considera-se ainda que a história do design poderá contribuir nas questões de identidade e memória, na compreensão da identidade enraizada no tempo e no espaço e na promoção da continuidade e coerência histórica. Uma narrativa sobre design de calçado poderá ajudar na compreensão das origens e promoção de legados do passado e do presente, bem como numa das dimensões do design de calçado, o artefacto em si. A sua esfera compreende a dimensão do conceito de artefacto, na qual se associa o seu programa, as tecnologias e as técnicas construtivas e as autorias, inscritos num panorama histórico, cultural, económico e social.

A análise aos entendimentos sobre as metodologias de investigação trouxe a evidência da obra de Fallan²⁸ (2010). O autor levantou questões e refletiu sobre problemáticas que permitiram perceber também o posicionamento da história do design, das suas fragilidades e do papel do historiador, contribuindo como referência metodológica na investigação. A publicação “Design History: Understanding Theory and Method” divulgou o uso de métodos da antropologia, etnografia, museologia, arqueologia e história, da ciência e da tecnologia não só para a história do design se fortalecer, mas também para o contributo da expansão do seu conceito ou para a base teórica do roteiro de análise. De acordo com o autor, a história do design deve ser considerada não só como a história de objetos dotados de qualidade estética, de designers, ideias, movimentos e instituições que os conceberam, mas também como uma história da cultura do design que engloba um leque de assuntos, de práticas e fenómenos (2010). Essa amplitude da narrativa do design aos objetos permite argumentar a compreensão do calçado sob uma perspetiva que assenta em três dimensões: o programa, tecnologia e autoria²⁹, indissociáveis do seu próprio passado e dos contextos e momentos que percorreram. Pretendeu-se que a investigação se socorresse da interdisciplinaridade metodológica para a sua construção considerando assim a pertinência de contributos provenientes de áreas disciplinares externas à história do design para estudar o calçado.

Concordando com a perspetivas de Wyche, Sengers e Grinter (2006) a propósito dos benefícios que a história do design poderá trazer aos

²⁸ Considera-se que o conjunto de perspetivas defendidas por Fallan (2010;2013) traduzem esclarecimentos fundamentais relativos à compreensão e percurso da disciplina de história do design e acerca do historiador de design.

²⁹ Modelo triangular de análise proposto por Francisco Providência (2003).

designers, Fallan (2013) foi mais longe ao abordar também a esfera do historiador. Apesar de reconhecer que a história do design ainda não se encontra independente da educação e do designer, acrescenta que o entendimento deverá ser outro³⁰. Para Fallan (2013) a figura do historiador é fundamental para uma escrita concisa e esse aspeto deve ser evidenciado no exercício da mesma. Quer a escrita, quer o ensino da história do design devem ser constituídos com termos da 'história' e não dos designers (2013, p. 13-16). Essas chamadas de atenção sobre o exercício de historiar e ensinar história do design pretendem contribuir para o reconhecimento e valorização da disciplina perante pares, mas também para a validação dos discursos propostas mediante metodologias orientadoras posicionadas no quadro das ciências sociais no âmbito do design. De facto, a história do design poderá contribuir para a construção do conhecimento dos valores culturais dos designers; propiciar outra interação entre os artefactos historiados e o designer; ajudar a desenvolver aspetos interpessoais e interculturais; e aumentar o conhecimento factual do design. No entanto, as perspetivas devem ser exploradas e fundamentadas não só em aspetos relativos ao design e linguagem referente ao designer, mas sobretudo na história e no historiador, de modo a abrir, ampliar e fazer emergir a disciplina. A construção de uma narrativa que valoriza o design, mas através da interpretação das peculiaridades da sua identidade num determinado quadro torna-se possível mediante abordagens posicionadas num contexto explicado pela história, pelos recursos a metodologias e a fontes autênticas dotadas de diversas linguagens simbólicas. Considera-se que a história deverá fornecer a leitura dos panoramas que envolvem, antecedem ou procedem o objeto de estudo; e o design deve ser a lente que se debruça na interpretação das linguagens por ela traduzidas.

A obra de Fallan (2013) é também relevante pelas considerações acerca da procura de referências dos campos de investigação. As reflexões do autor perante as direções a seguir na condução das narrativas reiteram a ideia da adoção de perspetivas por parte do historiador de design não centradas apenas em aspetos de individualidade de artefactos de referência, nem na procura das suas bases intelectuais apenas nas reflexões que provêm da sua esfera, mas antes naquelas que têm origem fora do seu campo (2013). Os aspetos enunciados elucidam elementos relevantes acerca da escrita da história do design e, por sua vez, ao exercício do papel do historiador. Nesse sentido, adequam-se ao âmbito da escrita de uma narrativa sobre calçado e na procura de outros significados exteriores ao seu domínio enquanto compreensão tipológica ou formal.

³⁰ A análise de Fallan (2013) partiu de um balizamento histórico da emergência da disciplina a partir dos anos 60 e 70, com a reforma da educação no Reino Unido. Para o autor esse momento contribuiu para o facto de atualmente os historiadores de design fossem na sua maioria professores e, uma parte menor pertencente a departamentos de investigação. Dessa contextualização, revelou que as condições não são as ideais para o estabelecimento da disciplina, apesar de considerar vantajoso o testemunho ou a prática de um professor de história do design pode trazer a um estudante de design.

No seguimento das perspetivas anteriores, a compreensão de Fallan (2013) sobre a história do design como área do conhecimento e sobre o historiador de design, incide na premissa que classificar a disciplina como investigação em design mais do que em história e, considerar o historiador de design como uma sub-categoria de designers, mais do que uma categoria de humanidades, pode trazer implicações menos favoráveis (2013, p. 15)³¹. O autor especifica ainda essa temática do posicionamento disciplinar argumentando que a disciplina necessita de alcançar reconhecimento como um ramo de estudo da história e, nesse âmbito não se deve colocar à margem das humanidades e das ciências sociais, pois é mais dependente de um diálogo com essas, do que com a prática, a educação e os estudos em design; quanto ao historiador, defende que esse deve enquadrar-se na orientação disciplinar, sendo parceiro no mundo das ciências sociais e nas humanidades (2013, p. 17-18). Essas reflexões manifestaram-se relevantes para o quadro teórico da investigação, sustentando assim o desenho de metodologias nas quais a postura e o papel a desempenhar pelo historiador de design deveria assentar no equilíbrio entre ambas as disciplinas.

O presente estudo pretende explicar um tema que também pertence à história do design em Portugal e, nesse sentido, tendo em conta a escassez de referências nesse quadro e nessa temática, as obras de Rui Afonso Santos (1995), do Centro Português de Design (2000), de Vitor Manaças (2005), Ana Margarida Fragoço (2008), Helena Souto (2009) e Helena Barbosa (2011) identificaram-se como fundamentais.

Das dimensões da disciplina da história do design abordadas pelos autores internacionais, complementa-se a perspetiva defendida por Barbosa (2011) na qual reconhece a definição pouco clara dos contornos da disciplina, justificando assim a procura de pistas metodológicas para a sua construção (2011, p. 40). No âmbito da escrita da história do design, nomeadamente, sobre a identificação dos aspetos ligados à conceção dos artefactos, a autora destaca a dimensão conceptual dos artefactos, defendendo que “(...) não se trata de disponibilizar as propriedades físicas que os objetos propõem, mas sim de os recolocar no quotidiano das pessoas, no desenho de um desígnio” (2011, p. 45). Dessas constatações, com vista a de estabelecer diretrizes que harmonizassem e contemplassem com o maior rigor possível o estudo do calçado em Portugal sob o ponto de vista do design, não só na compreensão do seu aspeto ao nível do desenho da forma, mas antes na sua ligação com dimensões contextuais, a investigação seguiu a indicação metodológica de “deduzir uma teoria

³¹ O autor mencionou a publicação de Gerda Gemser [et al.] de 2012, onde o historiador de design foi compreendido como uma sub-categoria dos designers (2013, p. 15). Esse sentido é claramente oposto à perspetiva de Fallan (2013), onde o enquadramento da história do design e do historiador deve ser compreendido num sentido equilibrado. Considerando-se que de facto, ao compreender essa perspetiva sob o ponto de vista do quadro metodológico, ao recusar a história como fonte para a identidade de uma disciplina, quando ela própria se enquadra na história compromete o seu desenvolvimento e, conseqüentemente, implica na compreensão de qualquer realidade por parte de um historiador. Contudo, isso não implica que o historiador não seja conhecedor das metodologias do design. Na verdade, essas são o complemento fundamental para uma narrativa onde design é o principal objeto de estudo. Estabelecendo um paralelismo com o caso português, destaca-se a obra de Helena Souto onde nos seus discursos se evidencia o diálogo entre o design e a história. Ver SOUTO, Maria Helena (2009) - *História do Design em Portugal I*.

ou modelo que explique o próprio design” (2011, p. 74), para a sua narrativa. No estudo sobre a história do calzão em Portugal levado a cabo pela autora foi aplicado o modelo explicativo do design proposto por Providência (2003), o qual assenta a compreensão do design a partir de uma origem tripartida dos vértices determinados pela autoria, programa e pela tecnologia. A investigação fundamentou-se nessa indicação teórica para explicar o design, tendo, igualmente, recorrido a outras áreas disciplinares, designadamente para a compreensão dos panoramas contextuais, à história. Considera-se que a construção de uma ligação com os contextos através de quadros teóricos onde o design como lente se manifesta em evidência poderá contribuir para o estudo do design de calçado em Portugal. Nesse sentido, ambicionou-se compreender o calçado como uma área do conhecimento do design, reflexo de uma origem e percurso particular no tempo histórico a par de outras áreas, atividades e artefactos delas resultantes, procurando para isso estudar não só o sentido formal e físico do artefacto, mas também nas suas dimensões específicas relacionadas com a origem, a evolução e a relação contextual tradutora dos ‘quotidianos’ referidos por Barbosa (2011, p. 45) que se emparelham com as tecnologias, os programas e com o sentido de autoria. Por sua vez, a trilogia conceptual entendida como instrumento analítico adequa-se ao estudo do calçado. As dimensões da autoria são alusivas ao designer de calçado. No enquadramento da indústria do calçado, incluindo a sua identidade e as metodologias próprias relativas ao processo criativo, materializando-se nos programas. Esses, além de relacionados com aspetos específicos que devem considerar-se na sua compreensão, tais como: a tipologia em si e as funções que lhe são destinadas, a sua ‘fôrma’, os elementos do corte e as dimensões dos elementos constituintes, os solados, os componentes e acessórios, as propriedades e cromatismos dos materiais; relacionam-se também com a dimensão das tecnologias de fabrico que se alocam aos processos de corte, costura, montagem e acabamento, comprometendo por vezes o programa. No âmbito do estudo dos programas, os artefactos não deverão ser analisados unicamente na sua relação com intencionalidades de natureza estética, mas simultaneamente dependentes de aspetos fundamentais relativos às tecnologias de fabrico disponibilizadas, às quais acrescem o sentido de autoria do designer de calçado implicado pelas opções tomadas em cada um dos parâmetros definidos.

As obras consultadas em epígrafe foram essenciais no quadro metodológico para a construção de uma narrativa sobre design de calçado inscrita na história do design.

2. ENQUADRAMENTOS DISCIPLINARES DO DESIGN DE CALÇADO

O design de moda estende-se aos acessórios, onde o calçado se integra, traduzindo assim uma área disciplinar onde são os discursos associados ao vestuário que se destacam, assim como esse elemento traduz o quadro principal da prática efetiva do designer de moda. Consequentemente, essa temática prevalece nos estudos publicados em contexto nacional.³²

No sentido da investigação, o grau de complexidade associado a esse artefacto e, juntamente com ele, o exercício da atividade, primeiro do 'sapateiro' e posteriormente pelo designer que atua na indústria portuguesa do calçado, distingue-se com essa caracterização da atividade enunciada no âmbito do design de moda. Pretendeu-se assim refletir sobre a possibilidade de compreender essa matéria enquadrada num âmbito disciplinar próprio. De facto, foi no contexto do desempenho da indústria do calçado portuguesa onde se verificou o maior contributo para arregaçamento do design de calçado, para a sua proeminência e para a formação dos designers com atividade no desenvolvimento do calçado português, integrados ou não nos quadros das empresas do setor.

A expressão design de calçado tem-se evidenciado, sobretudo na oralidade no contexto da indústria do calçado, resultante do processo de formação profissional de designers de calçado levado a cabo pelos esforços do setor empresarial do calçado português; mas também a partir do momento que a indústria do calçado passou a caracterizar-se pela capacidade de resposta à produção de pequenas coleções de designers que não exercem atividade profissional integrada em empresas e que contribuiram para a abertura e para o estímulo à produção de artefactos de marcas autorais da própria empresa e também para a possibilidade da integração do designer de calçado nas empresas.

Ao ter reunido as condições necessárias para o incremento de metodologias projetuais do design de calçado no desenvolvimento dos programas de calçado, o setor do calçado impulsionou a possibilidade de o design de calçado se fortalecer e assumir discursos que lhe são próprios. Se por um lado se evidencia esse surgimento socorrido de métodos inerentes a todo o espectro dimensional do artefacto - a saber, tecnologia, programa e autoria, ao que acresce um posicionamento do design de calçado no contexto industrial do setor do calçado e dos componentes em Portugal e, consequentemente, outra prática onde é assumida outra designação - verifica-se por outro lado a ligação ao nível dos discursos teóricos a forte ligação e o sentido de perspetivas da área do design de moda. Essa dualidade, ainda indefinida, contribui para a convivência de ambas as designações – designer de moda e designer de calçado - para modos de atuação bem distintos e parece balizar ou até encerrar nas suas perspetivas

³² O calçado, compreendido na generalidade enquanto artefacto poderá inscrever-se também na área do design de produto. A investigação procurou balizar a compreensão disciplinar do design de calçado não se tendo optado por essa abordagem, sob pena de dispersão.

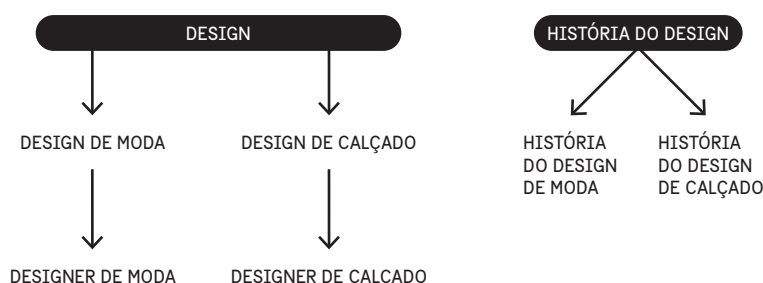
a compreensão do design de calçado, comprometendo a sua prática, como contribui para a incerteza da prática e da compreensão do designer de calçado.

Apesar de, a expressão ‘designer de calçado’ não prevalecer nos discursos publicados, quer nos discursos da indústria do calçado, quer nos discursos disciplinares do design de moda em Portugal, foi no âmbito dos discursos da indústria do calçado onde o ‘design de calçado’ pareceu distinguir-se e, com ela, a expressão ‘designer de calçado’ se manifestou cada vez mais proeminente. Nesse sentido, a investigação, considerou perspectivas sobre o calçado entendido como um ‘acessório’, mas enfatizou os discursos disseminados pela indústria do calçado, uma vez que foi nesses onde o design de calçado evidencia ser entendido como uma prática específica, com um sentido de tradição, história, memória, inovação e moda.

No contexto do presente estudo, efetuou-se uma pesquisa à bibliografia de especialidade no âmbito da disciplina de design de moda, onde se procurou compreender qual o entendimento dessa área sobre o design de calçado e o designer de calçado. Tendo como base a ligação à moda foram consideradas publicações referenciadas em matéria de história da moda com relevância para o contexto internacional. Procurou-se perceber os antecedentes da atividade profissional do designer à luz da compreensão do design de moda e da história da moda e, paralelamente, estabeleceram-se as mesmas preocupações na consulta de publicações onde o design de calçado se alocou aos discursos da indústria portuguesa do calçado.

2.1 INSERÇÃO NO QUADRO DO DESIGN DE MODA

Historiar o design de calçado implica reconhecer uma grande proximidade com o design e designer de moda e, conseqüentemente, com a história da moda, uma vez que tem sido nesse género da história que a moda e seus autores tem sido abordados. Esse reconhecimento envolve entender a adjacência ao design de moda, mas também, o enquadramento disciplinar com a história para a definição de metodologias ajustadas ao desenho uma narrativa sobre o design de calçado, inscrita no quadro da história do design (esquema 1). Para isso, privilegiou-se uma análise historiográfica.



Esquema 1 Do ponto de vista da investigação, o design de calçado é uma área de estudos do design que se socorre de metodologias inerentes ao design e ferramentas comuns ao design de moda. Paralelamente, a história do design de calçado centra o seu estudo no calçado ao invés de uma compreensão do mesmo como um complemento da moda, mas antes como o objeto principal. Fonte: Aurora Brochado

O design de moda pode entender-se a partir do momento que a humanidade teve a necessidade de envolver o corpo com peles e fibras com vista a protegê-lo, influenciado e dependente dos modos de produção conhecidos (fig. 1, 2, 3, 4 e 5). Assumiu diferentes estruturas, questões simbólicas, tipologias, materiais e modos de produção que refletem a passagem do



Fig. 1 Sapato datado do período Calcolítico, entre 3627-3377 a. C., Arménia, na caverna Areni-1, encontrado em 2008. Fonte: HMA.



Fig. 2 Sapato datado de cerca de 3300 a.C., Alpes austríaco-italiano, encontrado em 1991. O sapato (esquerdo) acompanhou o restante vestuário do designado "Icemen", o corpo humano mais velho e melhor preservado. De acordo com a investigação arqueológica o sapato estava no pé, apertado com cordão. Foi feito por camadas, sendo que sobre a rede foram colocadas ervas secas com vista ao isolamento e, por cima dessas, pele de veado costurada à sola, tal como a rede. Fonte: STMA.



Fig. 3 Bolsa datada de cerca de 2500-2200 a.C. O têxtil desintegrou-se, restando apenas os elementos decorativos. Fonte: NG.



Fig. 4 Sapato datado de cerca de 1250-1290 a. C., Great Salt Lake, Utah, caverna Promontory, encontrado em 1930. Fonte: Grimm, 2011, p. 12.



Fig. 5 Sola de sapato datada entre o século XVII e o terramoto de 1755, necrópole do antigo Convento de Jesus - Academia das Ciências de Lisboa. Fonte: Cardoso, 2004, p. 281.

tempo, mudanças de mentalidades, fenómenos ou paradigmas³³. O design de moda produz cultura material, acompanha o ritmo de evolução das sociedades e reflete as suas tecnologias, os programas e autores, compreendendo no seu desígnio os artefactos do domínio do vestir e os acessórios, onde se posiciona o calçado³⁴, a par da marroquinaria³⁵. Dessa premissa, evidencia-se a relação entre o designer de moda com o calçado.

A obra de Ruppert-Stroescu (2009) sobre o entendimento do design de moda esclarece que a disciplina engloba várias áreas como a estética, o design, desenvolvimento de produto, economia, gestão, marketing, antropologia, psicologia e sociologia (2009, p. 4-5), sendo mais tarde complementada essa ideia por Jane Morley (2013), onde acrescentou a literatura, história, história da arte, economia ou estudos de design (2013, p. 13). No entanto, não se encontrou menções ao calçado.

O predomínio de investigações à luz da história ou da sociologia têm vindo a caracterizar os estudos sobre design de moda³⁶ e, num sentido generalizado, são caracterizados pela interdisciplinaridade metodológica. Na obra “Making time: toward a historical materialist fashion” de Jennifer Cohen (2006) a interdisciplinaridade tem recebido contributos fundamentais para a construção da disciplina, onde se destacam autores como Thomas Carlyle, Charles Baudelaire, Thorstein Veblen, Georg Simmel, Walter Benjamin ou Roland Barthes (Cohen, 2006, p. 7).

Cohen (2006) releva para a dificuldade da investigação, independentemente da perspectiva que se segue, dada a complexidade do objeto de estudo da disciplina, designadamente pelas significações do conceito de moda

³³ A arqueologia comprova a existência de um par de calças com 3000 anos, sendo o artefacto do quadro do vestuário o mais antigo encontrado. Pelas evidências arqueológicas suporta-se a ideia que se trata das antecessoras das calças de equitação atuais, posicionada na passagem das túnicas para calças como meio facilitador para montar a cavalo (Beck et al, 2014, p. 228).

³⁴ A história desse artefacto tem início no período Calcolítico, entre 3627-3377 a. C., mais propriamente na Arménia, na caverna Areni-1, tendo sido encontrado em 2008. De acordo com Pinhasi et al. (2010) tratou-se de um sapato de couro de vaca, em forma de pé direito, do género feminino. Da análise ao seu registo podem tecer-se algumas considerações sob o ponto de vista de análise ao seu programa. Verificou-se que se trata da tipologia ‘luva’, feito numa peça única, costurado ao centro, desde a biqueira até ao topo e, na parte de trás percorrendo o calcanhar ‘taloeira’. São costuras posicionadas ao centro das áreas onde foram aplicadas. Percebem-se as aberturas circulares, ou seja, os ‘vazados’ no peito do pé com a função de receber o sistema de aperto - os cordões, os quais por cima vez tem início na biqueira, prolongando-se pelo peito do pé, até à perna. Segundo os autores, o cordão é feito do mesmo material que o sapato (2010, p. 3). A análise formal ao artefacto revela tratar-se de um sapato que se formou a partir de uma pele que envolve o pé, sendo fixada nas suas extremidades com costura de modo a que o artefacto se ajustasse. Curiosamente, o sapato foi encontrado com o preenchimento interior de gramíneas. De acordo com os autores, esses elementos foram colocados aleatoriamente sugerindo o objetivo de manter a sua forma ou prepará-lo para armazenagem (2010, p. 2). Eventualmente, poderia acrescentar-se evidências simbólicas e associadas a ritos, uma vez que é desconhecida a produção de calçado no período de datação do artefacto, além de se tratar de um exemplar único dessa cronologia. O maior conjunto de calçado encontrado foi em Great Salt Lake, no Utah, datando o período de 1250-1290 a. C., em escavações realizadas em 1930 e 2010 (Nielsen-Grimm, 2011, p. 1). Tratam-se de duzentos e sete artefactos, onde o programa traduz a tipologia ‘mocassin’, correspondendo maioritariamente a calçado para crianças de doze anos (2011, p. 2). São costurados na ‘taloeira’ e apresentam marcas de reparação entre a zona do ‘corte’ e a ‘sola’, bem como ‘palmilhas’, sendo que alguns são decorados com franjas ou elementos de origem vegetal (2011, p. 1-13). Em Portugal, o artefacto com maior longevidade foi situado cronologicamente entre o século XVII e o terramoto de 1755. Tratou-se de uma ‘sola’ de ‘sapato’ ou ‘sandália’ correspondente ao calçado dos inumados da necrópole do antigo Convento de Jesus (Academia das Ciências de Lisboa). Foram encontradas igualmente fivelas metálicas (Cardoso, 2008, p. 281). Da análise formal ao artefacto verificou-se uma ‘sola’ onde o formato evidenciou ser redondo na biqueira acompanhando o desenho da planta do pé. Possui ‘salto’ e costuras em toda a extensão da ‘sola’ e do ‘salto’, as quais parecem ter fixado o ‘corte’ à ‘sola’.

³⁵ O registo arqueológico mais antigo de marroquinaria data entre 2500 a 220 a. C. e corresponde a uma bolsa em têxtil, decorada com dentes caninos. Ver Andrew Curry (2012) National Geographic.

³⁶ Como se concluiu no simpósio *Fashion in Words – A Theoretical Approach to Fashion Design*, sobre a abordagem teórica ao design de moda, realizado em 24 de maio de 2013, pela Haute école d’Art et de design – Genève.

e, conseqüentemente, para a perspectiva seguida induzir a definições e metodologias extremas (p. 4-5). Ao que se acrescenta a complexidade da própria disciplina de design e, particularmente, no caso da investigação, do calçado.



Fig. 6 Livro de ilustrações de Frederick Worth, 1860. Fonte: VAM.



Fig. 7 Livro de ilustrações de Frederick Worth, 1860. Fonte: VAM.

Na sua generalidade, o design de moda compreende a gênese da atividade do designer através de duas transformações fundamentais: do ofício de alfaiate para a alta costura³⁷ e, a partir das décadas de 50/60 do século XX, perante o enquadramento da lógica industrial em série com coleções sazonais, onde a lógica da produção industrial emergiu (fig. 6 e 7). A moda democratizou-se e os designers de moda associaram-se a marcas ou a coleções próprias. Em Portugal, terá sido a partir da década de 80 onde proliferou formalmente a sua atuação no campo dos acessórios, onde se engloba o calçado. A designação que prevalece nos discursos da moda é a de designer de moda.

Essas constatações levantaram questões que se procuraram compreender, tais como: onde se posiciona o designer de calçado? Quando emergiu com essa designação? Não foi também o antecedente do designer de calçado um profissional com um percurso individualizado e distinto do designer de moda? Como se fundiu a designação da atividade? Ou que sintomas permitem perceber as evidências recentes da diluição da atividade e, conseqüentemente, da designação? E por fim, não estará a história a ser compreendida apenas por uma perspectiva – a da moda, ecoando assim a compreensão do calçado como um acessório, omitindo, por sua vez, uma realidade que ocorreu paralelamente aquela que foi a história das roupas?

³⁷ Alta costura' deriva da tradução do termo 'houte-couture' referindo-se à criatividade e atividade artesanal de vestuário personalizado, sob encomenda e realizado com materiais ímpares. De acordo com Dunlop (2011) reconhece-se a atividade de Charles Worth (1825, 1895) como pioneiro na alta costura, tendo o seu nome começado a figurar com frequência em publicações de moda, alcançando sobretudo clientes fora dos círculos da corte. A metodologia de Worth fundamentou-se na relação inovadora estabelecida com os clientes, quebrando o hábito da procura do cliente nas suas casas e instituindo a prática de apresentar no seu salão duas vezes por ano os seus 'modelos', o qual os clientes visitavam, escolhiam e poderiam adquirir (Dunlop, 2011, p. 36). As repercussões dos novos métodos traduziram em 1868 o surgimento do *Chambre Syndicale de la Haute Couture* institucionalizando essa prática e a sua regulação. Ver Jessa Krick (2004) "Charles Frederick Worth (1825–1895) and the House of Worth".

O calçado poderá ser compreendido também nas suas dimensões simbólicas, antropológicas, etnográficas, culturais e históricas, sem perder com isso uma interpretação que liga programas autores e tecnologias. Emergiu uma prática de colecionismo desses artefactos que esteve na génese do surgimento de núcleos museológicos que se dedicam à temática do calçado. A sua ligação com o vestuário e o enquadramento no campo dos acessórios de moda foi igualmente impulsionador da presença do calçado em coleções onde o vestuário predomina. A valorização do sentido de autoria no quadro do design de calçado levou também ao surgimento de espaços dedicados à apresentação de calçado de designers reconhecidos internacionalmente. Dessas constatações considerou-se pertinente efetuar uma pesquisa a núcleos museológicos nacionais e internacionais no sentido de perceber a compreensão e o sentido atribuído ao calçado no quadro dessas instituições culturais.



Fig. 8 Sandálias egípcias, cerca de 1500-1200 a.C. Fonte: BSM.



Fig. 9 Sapatos de Mary Stanhope, 1660. Fonte: NMAG.



Fig. 10 Botas de montar, 1700. Fonte: MICPBV.



Fig. 11 Bota da I Guerra Mundial. Fonte: MICPBV.



Fig. 12 Tênis da marca Nike, pertencentes a Joschka Fischer, na tomada de posse como Ministro do Meio Ambiente, em 1985. Fonte: DL.



Fig. 13 Sapatos, 1993. Designer Vivienne Westwood. Fonte: BSM.

Encontrou-se um conjunto de museus dedicados em exclusividade ao calçado enquanto temática da coleção, onde se entende a sua evolução histórica ou etnográfica e onde se contemplam aspetos formais, tecnologias ou autores alusivos aos artefactos: o NMAG corresponde à coleção com mais antiguidade encontrada, a saber, na década de 70 do século XIX, dando origem em 1884 ao atual museu, em Inglaterra (fig.9). Seguiu-se o DL, na Alemanha em 1917 (fig.12 e 16); o BSM, na Suíça em 1942 (fig.8); o MICPBV, em Itália em 1948 (fig.10 e 11); TSM, em Inglaterra em 1974; o BaSM, no Canadá em 1979 (fig.13); o MC em Espanha em 1991; o MMC em França em 1995 (fig.20 e 21); o VSM, na Holanda em 2005; SS, na

Bélgica em 2009 (fig.14 e 15); e, por fim, o MuC em Portugal no ano de 2016 (fig.17-19)³⁸.



Fig. 14 "Courta Trash", botas de senhora, fim dos anos 90. Designer Christian Louboutain. Corte em PVC e sola em pele. Fonte: SS.



Fig. 15 Sandálias de senhora, 2005. Designer Manolo Blahnik. Corte e sola em pele. Fonte: SS.



Fig. 16 Exposição a diversidade do couro 17 de março a 22 outubro 2017. Fonte: DL.

Essas instituições destacaram-se na sua generalidade pela antiguidade de fundação e pelo cariz relevante das coleções no panorama internacional quanto à abrangência cronológica, proveniência geográfica e tipológica que detêm. Particularmente acrescem outros aspetos que se tornam importantes de mencionar alusivos a instituições específicas, como o facto do NMAG que possui uma coleção bastante expressiva e se encontra ao momento a efetuar a catalogação digital da mesma para disponibilização on-line; a prestação do BaSM traduzindo um dos mais

³⁸ O NMAG possui uma das maiores coleções de calçado, com cerca de doze mil artefactos, desde o período egípcio até ao período atual. O museu expõe a atividade dos sapateiros e a recriação de uma unidade de produção industrial. A coleção abrange ainda pinturas onde o calçado ou a atividade do sapateiro foi representada. A cidade de Northampton possui a particularidade de estar fortemente ligada à produção industrial de calçado (Inglaterra, Northampton Museum and Art Gallery, 2017); o DL foi fundado em 1917 na cidade de Offenbach am Main, originalmente como uma coleção de artefactos históricos para a formação de jovens designers, artesãos e produtores de artigos de couro, tornando-se assim ímpar nesse sentido perante os demais. A coleção possui cerca de trinta mil artefactos, onde o calçado corresponde a cerca de quinze mil peças que percorrem quatro mil anos de contexto histórico (Alemanha, Deutsches Ledermuseum, 2017); O BSM foi fundado em 1942 em Schönenwerd, pelo empresário de calçado Carl Franz Bally. A coleção abrange uma vasta cronologia, sendo possível traçar a história do desenvolvimento do calçado durante um período de cerca de três mil anos. Igualmente compreende artefactos elaborados noutras escalas ou materiais que representam calçado, como artefactos relativos à atividade de produzir calçado, desde mestres artesãos a fabricantes industriais (Suíça, Bally Shoe Museum, 2018); o MICPBV dedica-se à história dos artefactos. Foi fundado em 1948 pelo industrial Peter Bertolini na cidade de Vigevano. A coleção abrange desde o período do renascimento até à atualidade, sendo possível aceder à mesma online (Itália, Museo Internazionale della Calzatura, 2018); TSM foi fundado em 1974 pela marca Clark, em Street. Possui uma coleção de cerca de mil e quinhentos artefactos, datados a partir do período romano (Inglaterra, The Shoe Museum, 2018); o BaSM foi fundado em Toronto, 1979, para albergar a coleção iniciada na década de 40. Possui cerca de treze mil artefactos que percorrem quatro mil e quinhentos anos de contextos históricos (Canadá, Bata Shoe Museum, 2015); o MC surgiu em Elda, 1991, a partir da vontade de criar um museu para preservar a essência e o trabalho de uma indústria local. Desde o final do ano 80 que o trabalho de coleta e catalogação de produtos associados com o calçado teve início. O museu alberga além do calçado, ferramentas, acessórios e máquinas de produção de calçado (Espanha, Museo del Calzado, 2017); o MMC foi fundado em Sèvres, 1991, tendo surgido por motivações similares ao museu espanhol. Possui cerca de mil artefactos e cento e cinquenta máquinas. A coleção de calçado agrupa-se por calçado de criança, desportivo, trançado, artesanato, miniaturas e calçado do mundo, tendo sido o único onde foi possível verificar essa organização e estrutura de coleção. O museu está instalado numa fábrica de calçado construída em 1919 dando a conhecer as várias fases artesanal e mecânica do calçado (França, Musée des Métiers de la Chaussure, s.d.); O VSM é um projeto da designer holandesa Liza Snook criado em 2005, onde é possível pesquisar imagens de calçado ou representações de calçado a partir de uma vasta lista de designers; calçado elaborado com materiais e cores específicos; natureza do registo; tipologia; e estilo (Holanda, Virtual Shoe Museum, 2005); SS é um museu privado, fundado em 2009, em Kruishoutem. A coleção possui cerca de mil e duzentos artefactos realizados por artistas contemporâneos; cerca de dois mil e setecentos artefactos de cariz etnográfico de cerca de cento e cinquenta e cinco países e regiões, tornando-se a maior do mundo nesse tema; e cerca de trezentos e cinquenta artefactos de designers do século XX (Bélgica, Shoes or no shoes, 2009); e por fim, o MDC foi fundado em S. João da Madeira, 2016. O museu pretende retratar a memória da indústria do calçado em S. João da Madeira e a realidade do design de calçado em Portugal no século XX. Possui áreas expositivas dedicadas ao fabrico tradicional e industrial, à "(...) evolução dos sapatos desde a pré-história até ao final do século XX", "(...) sapatos produzidos pelos principais designers de todo o mundo e muitas histórias de sapatos notáveis e "(...) diversas obras de artistas nacionais e internacionais que tiveram como inspiração o sapato" (Portugal, Museu do Calçado, 2017). O acervo do museu conta com cerca de sete mil peças, sendo quinhentas as que se encontram em exposição (Portugal, Turismo Industrial, 2016).

importantes difusores de publicações sobre o calçado, numa perspetiva que o entende com um elemento fundamental para a compreensão da história da humanidade; o DL por se dedicar além do artefacto, ao material predominante no calçado, a saber, o couro; e o MDC por indicar o primeiro museu no país inteiramente dedicado ao estudo do calçado e o mais recente no quadro internacional. O espaço expositivo apresenta artefactos de calçado e meios técnicos sobre o fabrico tradicional e da produção industrial; a evolução dos ‘sapatos’ desde a pré-história até ao final do século XX por via de réplicas de artefactos; ‘sapatos’ dos principais designers internacionais; e a relação do artefacto com a arte, apresentando obras onde a inspiração foi o ‘sapato’³⁹. O museu integra assim o panorama internacional de instituições que compreendem o calçado nas suas dimensões relacionadas com a finalidade do uso, com cronologias, na relação com a autoria que lhe está associada, no reconhecimento e valorização associado ao estatuto de quem o utilizou e também pela sua representação por via de outros meios e técnicas externas ao artefacto em si.



Fig. 17 Coleção de calçado dos anos 70 da exposição permanente no MDC. Fonte: CDAB.



Fig. 18 Pormenor da exposição permanente no MDC: calçado usado por figuras públicas. Fonte: CDAB.



Fig. 19 Pantógrafo para escalonamento de moldes de calçado exposto no MDC, proveniente da Fábrica de Calçado Dura, Felgueiras. Fonte: CDAB.

O decurso do século XX e XXI viu surgir unidades museológicas onde a história e a preservação da memória passada ou recente do calçado se evidenciaram. Tratam-se de instituições que emergiram face a motivações trazidas como sentido de autenticidade histórica, da tradição, da presença de indústrias locais de produção de calçado e de marcas próprias de calçado. As coleções são constituídas por artefactos desse passado histórico onde se atribui por natureza esse valor, mas também pela amplitude a premissas que compreendem o calçado noutras dimensões.

³⁹ Ver Museu do Calçado (Portugal, Museu do Calçado, 2018). Na análise à génese dos museus enunciados encontrou-se paralelismo entre o museu português com o “Bally Shoe Museum”, “Museo Internazionale della Calzatura”, “Museo del Calzado” e com o “Northampton Museum and Art Gallery” por geograficamente se situarem em locais onde a produção de calçado foi expressiva e originou a sua fundação.



Fig. 20 Pormenor da exposição permanente sobre fabrico manual de calçado no Musée des Metiers de la Chaussure (MMC).
Fonte: MMC.



Fig. 21 Vista parcial da exposição permanente de máquinas de produção de calçado no MMC. Fonte: MMC.

O designer de calçado foi reconhecido no quadro do colecionismo, sendo a dimensão da autoria um dos aspetos associados à valorização das coleções. Paralelamente, o desenvolvimento da atividade tem sido alvo de preservação, sendo frequente nas coleções instrumentos e meios de produção de calçado, com incidência em ambos fabricos – artesanal e industrial.

Consequentemente, o sentido colecionista da forma terá provocado o interesse na recolha de artefactos contemporâneos elaborados em materiais que não se destinam ao calçado no sentido do uso, sendo elaborados no princípio do objeto artístico. Verificou-se ainda o destaque à valorização do artefacto através da relação da personalidade do seu utilizador. Os artefactos usados por celebridades ou outras personalidades reconhecidas publicamente traduzem juntamente com calçado de designers de calçado ou marcas a ampliação dos sentidos atribuídos e valorizados no artefacto. Esse conjunto de aspetos têm vindo a contribuir para a expansão das mesmas quantitativamente, ao nível formal, ao nível material ou ao nível dos registos.

Por fim, encontrou-se um museu dedicado a um designer de calçado, o SFM, fundado em Florença em 1995 (fig. 22-24); um grupo de museus onde se evidenciaram abordagens à moda e ao designer num sentido de pertença aos discursos do design e assentes em perspetivas onde o vestuário predomina na compreensão do design de moda, dos quais se destacaram na investigação o DM (fig. 25), a FSG (fig. 26 e 27), MUDE e o FM⁴⁰; e três museus onde a abordagem segue essas perspetivas, mas centradas no designer de moda, como o GM, CBM e MYSL⁴¹. Verificou-se que se

⁴⁰ O DM foi fundado em Londres. A coleção teve origem em 1982 e foi sendo ampliada através da aquisição de artefactos que reflitam os momentos fulcrais da história do design a partir do século XIX, abrangendo também a moda (Inglaterra, Design Museum, s.d.); a FSG no London College of Fashion surgiu em 2003 e dedica-se a exposições de designers de moda contemporâneos. O programa de exposições contempla também exposições coletivas, performances e instalações (Inglaterra, Fashion Space Gallery, 2017); o MUDE foi fundado em Lisboa, 2009 e apresenta na sua coleção núcleos de peças designers nacionais, com artefactos datados a partir da década de 60 (Portugal, MUDE, 2014); e o FM foi fundado em Bath, 2011, a partir do "Costume Museum" fundado em 1963. A coleção possui cerca de cem mil artefactos a partir do século XVI (Inglaterra, Fashion Museum, 2017). Das coleções enunciadas faz parte também o calçado.

⁴¹ O GM, fundado em Florença, 2011 (Itália, Gucci Museo, 2017); o CBM, fundado em Gataria, 2011 (Espanha, Cristóbal Balenciaga Museo, 2015); e o MYSL fundado em 2017 em Paris e em Marraquexe (França, Musée Yves Saint Laurent, 2017). As coleções dessas instituições de cariz privado são exibidas no âmbito de retrospectivas e exposições temáticas sobre a obra do designer correspondente. Apesar de se debruçarem no vestuário, também incluem calçado.

tratam de instituições onde o calçado corresponde a um pequeno núcleo em coleções que primam pela incidência no vestuário, excetuando o SFM, onde o foco da coleção é o designer de calçado.

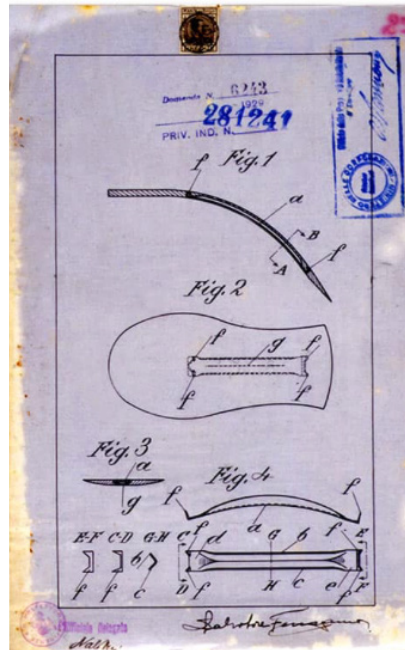


Fig. 22 Patente de Salvatore Ferragamo da 'alma' do sapato, 1931. Fonte: SFM.



Fig. 23 Fotografia de Salvatore Ferragamo com 'fôrmas' de madeira de clientes famosos, 1955. Fonte: SFM.



Fig. 24 Fotografia da oficina de Salvatore Ferragamo, 1937. Fonte: SFM.

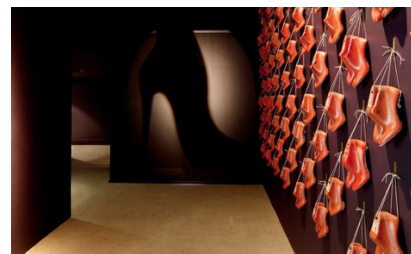


Fig. 25 Exposição "Christian Louboutin: 20 Years", 2012. Fonte: DM.



Fig. 26 Sandália “Layer by Layer”, 2013. Designer Victoria Spruce. Fonte: FSG.



Fig. 27 Sandália , 2013. Designers Naim Josefi e Souzan Youssouf. Fonte: FSG.



Fig. 28 Sandália de couro com plataforma de cortiça, 1938. Designer Salvatore Ferragamo. Fonte: MET.

A análise ao conjunto de museus enunciados permitiu perceber o sentido que o calçado passou a adquirir. O artefacto adquiriu sentidos alusivos ao património a par da emergência da disciplina de arqueologia, no século XIX, justificando assim o colecionismo, tal como foi de resto, prática na época. O sentido arqueológico da museificação do calçado alterou-se no decurso do século XX, a partir do momento que a autoria se sobressaiu e, com ela, outras perspectivas foram alocadas à compreensão dos artefactos. Arthur Danto (1981) na obra “A transfiguração do lugar comum” explicou o conceito de transfiguração de objetos através da interpretação em objeto artístico. Ao calçado associam-se ainda o seu utilizador, podendo esse também traduzir um elemento condutor às transfigurações do objeto.

2.2 INSERÇÃO NO QUADRO DA HISTÓRIA DA MODA

No âmbito de estudos de história da moda ao nível internacional verificou-se que os mesmos são centrados, essencialmente, na evolução do vestuário no quadro de períodos cronológicos e geográficos, agrupados por temas, em biografias de designers, histórias de marcas e seu funcionamento, aos quais se conota a evolução do calçado sob o ponto de vista do seu desenvolvimento formal relativamente às temáticas de análise⁴². Assentam

⁴² Destacaram-se na investigação as seguintes publicações internacionais inscritas no quadro da evolução geral histórica da moda: “The history of fashion in france - the dress of women from the gallo-roman period to the present time” de Augustin Challamel (1882); “Costume through the ages” de James Laver (1967); “The Imperial Style: Fashions of the Hapsburg Era” do Metropolitan Museum of Art (MET) (1980); “The age of Napoleon costume from Revolution to Empire 1789-1815” de Katell Le Bourhis (1989); “Haute Couture” e “Wordrobe” de Richard Martin (1996; 1997); “História da moda do século XX” de Peter Deliu (2001); “Fashion from the 18th to the 20th century”, de Tamami Suoh e Akiko Fukai (2004); “Fashion, Costume, and Culture: Clothing, Headwear, Body Decorations, and Footwear through the Ages” de Sarah Hermsen (2004); “A History of Fashion and Costume The Twentieth Century” de Adam e Clare Hibbert (2005); “Historia del traje en occidente: desde los orígenes hasta la actualidad” de François Boucher (2009); e “História da indumentária e da moda: da Antiguidade aos dias atuais” de Bronwyn Cosgrave (2012). Manifestam-se como fontes fundamentais para a compreensão da moda sob perspectivas da história, onde privilegiam a análise, a descrição e evolução geral da moda ou o caso particular de artefactos, ambos relacionados com enquadramentos históricos e contextos cronológicos ou geográficos específicos. Fundamentam-se nos artefactos materiais existentes, como através do recurso à pintura. No quadro de estudos biográficos de designers de moda salientaram-se as publicações: “Versace” de Richard Martin (1997); “Contemporary fashion” de Taryn Benbow-Pfalzgraf (2002); “Greek and Roman dress, from A to Z” de Liza Cleland, Glenys Davies e Llewellyn-Jones (2007); e “Christian Louboutin” de Louboutin (2011). Tratam-se de publicações reveladoras do reconhecimento do seu objeto de estudo como marcos para a história da moda, onde a biografia, coleções, temas ou artefactos específicos desenvolvidos pelos designers são analisados. Sublinha-se a publicação de Louboutin (2011) por se tratar de um designer de calçado. Por fim, destacaram-se também as seguintes obras no âmbito de estudos sobre metodologias de história da moda, as quais forneceram pistas metodológicas e a compreensão de perspectivas defendidas pela disciplina, como: “A handbook of costume” de Janet Arnold (1980); “The Study of Dress History” de Lou Taylor (2002); “The Fashion System” e “The Language of Fashion” de Roland Barthes (1985; 2004); e “Fashion Classics from Carlyle to Barthes” de Michael Carter (2003).

sobretudo em perspectivas onde a moda é compreendida numa forte relação com a história e, emergiram a partir da década de 60 até aos anos 90, eventualmente, a par da profusão de escolas de design, instituições de formação técnica ao serviço da indústria da moda e da expansão das coleções museológicas⁴³.



Fig. 29 A moda em França na era napoleónica, "robes à la française" de 1770 e 1778. Fonte: Bourhis, 1989, p. 27.



Fig. 30 Vestido para jantar, 1924. Designer Jeanne Lanvin. Fonte: Martin, 1996.

⁴³ Encontrou-se um conjunto de museus responsáveis não só por albergar vastas coleções de moda, onde se inclui o calçado, mas também pela difusão de publicações relativas à história da moda. Da realização de uma lista de museus e, conseqüentemente, à sua análise, salientaram-se na investigação as coleções das seguintes organizações, apresentadas mediante a longevidade cronológica: VAM, LAD, o MDT, o MET, o PGMMP, TMF, o MT e o KCI, sobretudo pela presença de calçado. Em comum, essas instituições posicionam o calçado no âmbito dos acessórios de moda, sendo como expectável, as peças que menos predominam nas coleções. a) O VAM, em Londres, fundado em 1852, possui o maior e mais vasto conjunto de vestidos no mundo, enquadrados na coleção nacional de têxteis e de moda, onde se englobam acessórios – chapéus e calçado, a partir do século XV, num total de cerca de setenta e cinco mil artefactos que abrangem uma grande área geográfica (Inglaterra, Victoria & Albert Museum, 2017). Em 2015 o museu apresentou uma exposição intitulada "Shoes: pleasure and pain" com duzentos pares de calçado que percorreram toda a cronologia da história do calçado a partir da civilização egípcia. Ver Helen Persson (2015) "Pleasure and pain". O museu possui inúmeras publicações sobre história da moda das quais se destacam no âmbito do calçado uma publicação onde se aborda uma tipologia de calçado particular; uma publicação dedicada à história e tecnologia; outra publicação sobre calçado icónico; e uma publicação dedicada ao calçado existente na coleção. Ver Hannah Rochell (2012) "En brogue: love fashion, love hells, hate hells"; Nancy MacDonnell (2014) "The shoe book"; Helen Persson (2015) "Shoes: Pleasure and pain"; e Lucy Johnston and Linda Woolley (2017) "Shoes"; b) a instituição cultural LAD, fundada em 1901, em Paris. Possui uma coleção com cerca de sessenta mil e duzentas peças de vestuário, acessórios e têxteis, desde o século III. Compreende os artefactos da coleção original da "Union française des arts du costume", criada sob o impulso de François Boucher, bem como lhe deu continuidade (França, Les Arts Décoratifs); c) o MT foi fundado em 1925 e possui uma coleção com cerca de trinta mil peças, das quais se destaca no panorama internacional o conjunto de artefactos do século XVIII onde se encontraram os trajes regionais, alta costura e prêt-à-porter nacionais e internacionais (Espanha, Museo del Traje, s. d.); d) o MET, em Nova Iorque, fundiu-se com Costume Institute, em 1946. Manifesta-se relevante pela abrangência da coleção de cerca de trinta e cinco mil peças, datadas a partir do século XV e provenientes dos cinco continentes. Verificou-se a presença do calçado, no entanto não se conseguiu apurar a correspondência quantitativa. A coleção teve origem em 1937 com a fundação do "Museum of Costume Art". Trata-se de uma das instituições com maior longevidade (Estados Unidos, Met Museum, 2017); e) o atual PGMMP, em Paris, foi fundado em 1977 com vista a albergar a coleção iniciada em 1907. Possui cerca de trinta mil artefactos organizados por grupos temáticos e cronológicos, a partir do século XVII até à atualidade. Possui um departamento de acessórios, no qual o estudo do calçado, juntamente com bolsas, leques, guarda sóis, luvas, botões ou fivelas se enquadra (França, Palais Galliera Musée de la Mode de La Ville de Paris); f) TMF, fundado em 1969 em Nova Iorque, associado ao ensino superior, designadamente, ao Fashion Institute of Technology. Possui uma coleção com cerca de cinquenta mil peças de vestuário, sendo que quinze mil correspondem a acessórios, datados a partir de meados do século XVII, mas com destaque para a segunda metade do século XX. Sendo a coleção de acessórios maioritariamente constituída por chapéus, luvas, cintos, meias e joalheria, o calçado traduz cerca de quatro mil peças. O museu possui um fundo específico para o estudo e conservação dos acessórios. Destaca-se a publicação de Valerie Steele e Collen Hill (2013) "Shoes obsession" (Nova Iorque, The Museum at FIT, 2017); g) O MDT, em Lisboa foi fundado em 1976. Possui uma coleção de indumentária histórica e acessórios, desde o séc. XVIII à atualidade de cerca de trinta e oito mil peças onde se incluem traje civil e respetivos acessórios, traje popular, feminino, masculino, criança e interior (Portugal, Museu do Traje, 2017); h) o KCI, fundado em 1978, em Kyoto. Possui uma coleção com cerca de doze mil peças de vestuário e dezasseis mil documentos, a partir do século XVII. Colecciona sobretudo vestuário ocidental e possui uma grande quantidade de peças doadas por designers de moda, incluindo calçado (Japão, Kyoto Costume Institute).

Igualmente se denotaram publicações que abordaram o tema a partir de perspectivas disciplinares externas⁴⁴, tendo-se assistido à introdução de novos conceitos e teorias com vista a ampliar o discurso, verificando-se assim um maior número de publicações sobre história da moda.

O calçado, abordado na história da moda evidencia o sentido atribuído de 'acessório', sendo enfatizado nos discursos a temática das roupas. Dado tratar-se de uma disciplina que tem como objeto de estudo artefactos percíveis, as metodologias evidenciam o predomínio do recurso à pintura enquanto documento histórico, em certos casos à escultura e no âmbito do estudo de cronologias recentes, à fotografia e artefactos que de algum modo perduraram para a construção das narrativas. A história da moda traduz-se assim numa área de estudos onde a cultura material sobretudo de cronologias passadas escasseia, a variedade tipológica ou numérica por país é igualmente uma realidade, ao que acrescem artefactos ainda arreigados ao quadro disciplinar da arqueologia, os quais não foram ainda 'descobertos' pela história; e no âmbito dos museus, os quais encerram nas suas coleções conjuntos de artefactos de proveniências e cronologias distintas, tornando-os tão dispersos quanto a localização física das instituições, tendo ainda em conta que por razões de conservação se encontram em certos casos protegidos nos acervos. Essas constatações poderão implicar o recurso a fontes que traduzem por via do desenho e da pintura, os artefactos. Perante metodologias que se fundamentam apenas em registos visuais para escrever sobre história da moda aumenta o risco de omissão de outras fontes documentais, comprometendo considerações acerca dos artefactos, enquadramentos, conceitos e caracterizações, tornando assim imperfeita à luz do design a compreensão da própria narrativa dos artefactos.

Ao se refletir sobre essas opções metodológicas, verificam-se aspetos relevantes quanto ao seu uso pelo carácter de 'imagem', mas também determinadas fragilidades, sobretudo quando são a fonte que prevalece. A análise aos artefactos a partir dessas fontes poderá incentivar a perspectivas que incidem sobre a sua existência isolada; as perspectivas que os agrupa em conjuntos; e entendimentos que combinam entre si estilos formais, tornando grande o esforço ou até mesmo impossível a tarefa entre a relação histórica e contextual: a natureza de cada documento visual tem implícita uma cronologia específica, uma ligação geográfica, um contexto social, cultural, político ou religioso; bem como o facto de se inscrever em quadros temáticos ou géneros, engloba informações ao nível geográfico, de cromatismos, detalhes ou evidências de materiais dos artefactos, dos momentos e das circunstâncias onde o conjunto dos artefactos se envolve, ou ainda dos valores simbólicos que lhes possam

⁴⁴ A moda foi também objeto de estudo no âmbito da história social e cultural onde se destacou: "Chic Thrills: A Fashion Reader" de Juliet Ash (1993); e "The Culture of Fashion" de Christopher Breward (1995). Traduzem abordagens a momentos cronológicos históricos, aspetos económicos e refletem as motivações dos designers e dos utilizadores. Permitem compreender que o vestuário sempre desempenhou um papel fundamental na definição da identidade e da sociedade. Associam questões simbólicas acerca dos artefactos, relacionam materiais, estilos de vida, o corpo a moda e o estatuto social, no quadro do sistema da moda.

estar associados. Enquanto obra de arte, por si só, subentende-se uma narrativa além do conteúdo visual *per si*, como a dimensão do autor, em certos casos do encomendador, do contexto histórico, cultural, artístico, político, económico ou social do momento. O conhecimento de todas essas dimensões para cada documento visual, como se pode perceber, torna a tarefa de historiar a moda e, sobretudo, o calçado uma tarefa morosa e árdua. Considera-se que recorrer apenas às representações visuais enquanto documento histórico principal para escrever sobre história da moda evidencia fragilidades sob o ponto de vista das perspetivas metodológicas defendidas na investigação:

- Por si só, tratando-se de uma representação visual, na maioria dos casos, apenas é possível analisar uma secção dos artefactos e, designadamente, no caso do calçado do género feminino, uma parte dessa secção⁴⁵ ou até a ausência de qualquer elemento;
- O facto de até ao século XIX a pintura incidir maioritariamente nas representações religiosas ou áulicas e institucionais da sociedade não deixa evidenciar outras estruturas sociais;
- A iniquidade quantitativa desses documentos relativamente aos países de origem igualmente traduz uma análise imperfeita, onde a tendência se direciona para a generalização das perspetivas;
- Outra questão pertinente resulta da veracidade da natureza da representação, no sentido da correta correspondência dos artefactos à circunstância que denota, com base na premissa da circulação internacional de artistas e de obras e, com esses, replicações dos estilos ou de artefactos similares;
- Por fim, qualquer manifestação artística e qualquer autor se relaciona indubitavelmente com o momento a que se reporta, ao qual se associa a identidade ou o estilo do seu autor, assim como o contexto onde se posicionou ditou os modos de representação, o conhecimento e o domínio da técnica de representação, a valorização de determinados elementos gráficos, temas, significações ou naturezas de representação.

Com efeito, na generalidade das publicações sobre história da moda consultadas, verificou-se nos discursos os recursos menos frequentes a outros documentos históricos, privilegiando-se assim a pintura e escultura como a fonte principal em estudos centrados na história. No caso do calçado em particular, é compreendido com um sentido secundário, sem destaque e como complemento do vestuário. Justificou-se assim a pertinência de uma investigação inscrita em estudos sobre o calçado onde o quadro metodológico privilegiasse o recurso a outras fontes documentais além da pintura.

⁴⁵ Foi partir do século XX, a par da redução do comprimento dos vestidos que o calçado feminino de destacou em fontes dessa natureza.

Sob a perspectiva da investigação, o calçado não pode ser compreendido unicamente no sentido de acessório, mas antes como artefacto principal que, apesar de permanecer indissociável da moda, reconhece a ligação a outras áreas disciplinares contextuais, como o caso da história, da antropologia, mas também da economia ou da engenharia. Pensar o artefacto na sua especificidade, autenticidade e nas suas ligações aos contextos deixa sobressair a designação de uma área disciplinar que poderá manifestar-se como um campo de estudo em aberto que se socorreu da disciplina do design de moda⁴⁶ para efetivamente despontar.

Em contextos de autoria, dos programas e das tecnologias, o antecedente do designer de calçado não foi o alfaiate, mas antes o sapateiro, o que poderá contribuir para a justificação do argumento acerca da distinção da disciplina do design de calçado. Apesar de o designer de calçado recorrer a metodologias comuns à área do design de moda, o design de calçado centra-se num conjunto de metodologias inerentes à dimensão dos artefactos ao nível dos programas e das tecnologias que lhe são próprios; bem como é intrínseca a necessidade de especialização profissional técnica para praticar o design de calçado⁴⁷.

Perante essas constatações, o estudo do calçado é compreendido na área disciplinar do design de calçado em detrimento do entendimento do calçado como uma sub-área do design de moda por se considerar não se manifestar absoluto no âmbito do design de moda. O calçado é uma especialização da área da moda necessária para a compreensão dos programas e para uma atuação eficaz nesse contexto. Considera-se que na ausência desses conhecimentos, o designer de moda desenvolve os artefactos em co-autoria, não assumida, com o modelador de calçado, predominando efetivamente a sua intervenção no sentido de criatividade com a definição de um 'estilo' no artefacto, sendo esse desenvolvido pelo modelador de calçado, o qual tornará viável e proporcionará o conforto, a funcionalidade, definirá os aspetos técnicos, tecnologias e processos construtivos. Como se poderá verificar no decorrer da presente investigação, esses aspetos implicam o programa. Na verdade, o programa manifesta-se quase inteiramente definido pelo modelador. A designação mais frequente para essa prática é a de 'estilista'. O designer de calçado é o autor dos artefactos, na medida em que o conhecimento da técnica e das tecnologias alusivas ao desenvolvimento faz parte do processo criativo. O designer de calçado poderá desempenhar a profissão diretamente no setor, ou usufruindo desse para uma prática autoral individual. O

⁴⁶ Eventualmente, o recurso a metodologias similares do design de moda tem traduzido o arreigamento do design de calçado ao design de moda e, conseqüentemente, a sua compreensão como 'acessório' em detrimento do entendimento do calçado como objeto de estudo principal.

⁴⁷ Nesse sentido, encontra-se um panorama paralelo com a área da joalheria, a qual apesar de socorrer de metodologias projetuais comuns ao design de moda para o desenvolvimento dos artefactos, se afirma como distinta da mesma, especificando-se que tal como no design de calçado é requerido o domínio da prototipagem.

designer de moda, define o estilo e recorre ao setor para proceder ao desenvolvimento dos artefactos.

O designer de calçado, vinculado na sua génese ao sistema de ofício de sapateiro, associou-se à alta costura, onde se aproximou do design de moda. Recentemente ligou-se à indústria do calçado e, consequentemente, emergiram outros conceitos. A sua atividade distingue-se do designer de moda, sendo compreendido também no domínio da criatividade, mas à qual acresce os elementos fundamentais da esfera do design de calçado, ou seja, o conhecimento sobre a técnica e as tecnologias alusivas ao desenvolvimento dos artefactos e sobre os programas tipológicos.

2.3 INSERÇÃO NO QUADRO DA INDÚSTRIA DO CALÇADO

A compreensão do calçado no quadro de estudos internacionais liga-se ao design e ao sistema de produção dos artefactos e componentes que lhe são intrínsecos. Foi no enquadramento do sistema industrial do calçado onde a figura do designer de calçado se assumiu, tratando-se de uma indústria que, cronologicamente, antecedeu a indústria da moda. A modernidade industrial permitiu a profusão da atividade designers, bem como a difusão de marcas reveladoras de estilos particulares que contribuíram para o desenvolvimento de um mercado consciente, onde opera como um árbitro cultural, um criador que associa marca, prestígio e liberdade individual às formas.



Fig. 31 Gravura de fábrica de François Pinet. Fonte: LFP.



Fig. 32 Marca de fabrico de François Pinet. Fonte: DUP.



Fig. 33 Botas de François Pinet. Fonte: LFP.



Fig. 34 Botas bordadas, 1870. Designer François Pinet. Fonte: BSM.



Fig. 35 Botas bordadas, 1870. Designer François Pinet. Fonte: BSM.

- O princípio da atividade do designer de calçado no enquadramento industrial poderá ser atribuída às metodologias de François Pinet⁴⁸, reconhecido como o primeiro designer de calçado (fig. 31-35). De acordo com Xavier Gille (2011), o designer inventou a ‘bota sofisticada’ e reinventou o sapato para o género feminino, através do desenvolvimento de um salto; contribuiu para a inovação técnica do calçado e dos equipamentos, sendo-lhe atribuído a criação de uma máquina de fazer saltos mais leves e sólidos; criou a sua marca; instalou uma fábrica de calçado; democratizou o calçado; e terá alocado à significação do calçado o conceito de produto de moda e de sazonalidade (2011, p. 35-43).
- O percurso da atividade do designer de calçado seguiu um panorama marcado sobretudo pela produção de calçado paralela ao segmento da alta costura. Na primeira metade do século XX emergiu a democratização do fabrico de calçado tendo sido relevantes dois designers de calçado no processo de industrialização da produção do calçado: Salvatore Ferragamo⁴⁹, pela procura do conhecimento interdisciplinar para o desenvolvimento dos programas, designadamente com as áreas da anatomia e da química, pelo contributo à técnica de construção do calçado de salto alto, através da aplicação da ‘alma’⁵⁰, pela re-invenção das ‘plataformas’, ou pelo uso de metodologias projetuais inerentes ao design de calçado no desenvolvimento dos artefactos; e Roger Vivier⁵¹ pela prática do desenho de coleções de calçado para empresas desenvolvidas pelo seu atelier, mas não assinadas, considerado um dos principais responsáveis pelo elo entre o design de calçado e sistema do *prêt-à-porter*⁵². Esses designers de calçado destacaram-se ainda na história do design pelas suas perspetivas na compreensão das possibilidades do design de calçado enquanto prática e do papel do designer de calçado.

⁴⁸ François Pinet (1817-1897) – França. Além de ter desenvolvido a sua atividade de designer de calçado para clientes particulares, realizando calçado por medida, instalou uma fábrica de calçado para a produção seriada dos artefactos em 1855, sendo que 1862 a produção foi de cinquenta mil pares por ano (Gille, 2011). De acordo com Gille (2011), a insatisfação de Pinet perante a circunscrição da venda de calçado por medida ao público parisiense, motivou a implementação da fábrica com vista a produzir calçado elegante, de materiais delicados, acessível à pequena burguesia (2011). O Bata Shoe Museum deu conta que o designer empregou setecentos bordadores que desenvolveram padrões florais de elevada precisão para aplicação no calçado (Canadá, Bata Shoe Museum, 2015).

⁴⁹ Salvatore Ferragamo (1898-1960) – Itália. O designer emigrou para os Estados Unidos no início do século XX, onde trabalhou numa loja de consertos e de calçados feitos sob medida, começando a fazer calçado de época para figurinos do cinema. De volta a Itália reuniu uma equipa de trabalhadores especializados produzindo grandes volumes de produção. Ver Stefania Ricci (1992) Salvatore Ferragamo: The Art of the Shoe 1898-1960. De acordo com Aki Choklat (2012) terá sido o primeiro a inspirar-se no seu contexto para criar calçado, como nas descobertas arqueológicas ou na arte contemporânea, traduzindo assim aspetos paralelos às inspirações e aos métodos criativos utilizados no desenvolvimento de calçado atualmente (2012, p. 14).

⁵⁰ A ‘alma’ é uma estrutura metálica que assenta na palmilha de montagem e fornece a estrutura ao sapato.

⁵¹ Roger Vivier (1913-1998) – Paris. Com Vivier e Ferragamo surgiu o ‘stiletto’ – salto alto e fino, proporcionados pela tecnologia do pós-guerra (Aki Choklat, 2012, p. 14). Vivier terá sido responsável pela introdução de plástico transparente no calçado ou pelo salto em forma de vírgula. O designer de calçado abriu a sua primeira loja em 1937 onde desenhava também coleções para outras marcas. Em 1953 foi contratado por Christian Dior como designer de calçado, sendo a primeira vez que um designer de moda contratou um especialista para promover uma linha de calçado. Ver Roger Vivier (França, Roger Vivier, 2015).

⁵² A expressão ‘prêt-à-porter’ é traduzida por ‘pronto a vestir’. Enquanto conceito reflete o distanciamento da ‘alta-costura’ e a produção industrial para passar a difundir a moda e as tendências de moda facilitando, também, a sua acessibilidade. Ver “A cultural history of fashion in the 20th century”, de Bonnie English (2007).

O estudo mais relevante encontrado onde se reconheceu a atividade e a prática do design de calçado no enquadramento da indústria e, conseqüentemente, como uma área disciplinar foi a publicação “Footwear design” de Aki Choklat (2012⁵³). Manifesta-se um documento primordial uma vez que reflete os principais conceitos e aspetos do design de calçado enquanto área e sobre o exercício e as práticas da atividade em si. Tendo como base a premissa que o design de calçado é uma das mais antigas atividades conhecidas do Homem (2012, p. 10), a obra foi organizada em seis capítulos, onde os dois primeiros são centrados no estudo dos programas, sob o ponto de vista de alguns aspetos da evolução histórica, de elementos que relacionam a anatomia do pé com os artefactos, a ‘fôrma’, a modelação e os materiais. Os restantes capítulos abordam a atividade do designer de calçado, esclarecendo conceitos inerentes ao processo criativo, aos métodos para o desenvolvimento de uma coleção e sua apresentação e, por fim, na aprendizagem e formação do designer de calçado e integração na indústria do calçado. A obra incidiu, também, na linguagem gráfica do desenho e da ilustração como meios para o processo de desenvolvimento e apresentação das coleções, como elemento basilar entre criatividade, desenvolvimento e produção dos artefactos.

A compreensão dos programas de calçado por Aki Choklat (2012) contemplou as tipologias ‘clássicas’, entre as quais foi possível estabelecer um paralelismo com o entendimento dessa matéria no quadro nacional. Na obra foram considerados a ‘bota’, o ‘court-shoe’⁵⁴, o ‘derby’, o ‘oxford’, o ‘mule’⁵⁵ e a ‘sandália’. Desse conjunto, excetuando o ‘mule’ as restantes tipologias são as mesmas reconhecidas em Portugal, onde faltaria mencionar o ‘mocassim-luva’ para se encontrar a correspondência⁵⁶ (quadro 8).

O conjunto de ‘estilos clássicos’ foi considerado para ambos os géneros e as descrições apresentadas evidenciaram uma compreensão dos mesmos a partir de aspetos particulares relativos aos programas, como o caso do posicionamento de dois elementos constituintes para distinguir o ‘derby’ e o ‘oxford’⁵⁷; alusivos à forma, como o ‘mule’ e a ‘sandália’⁵⁸; ao número de peças, como o caso do ‘decotado’⁵⁹; ou relativamente à altura do corte, onde o tornozelo se revelou a charneira entre o ‘sapato’ e a ‘bota’. Foram

⁵³ Aki Choklat (1963-) é designer de calçado com marca própria, apesar de estender a sua atividade para outras marcas. É também professor convidado pelo London College of Fashion e pela Polímoda Internacional Institute of Fashion Design and Marketing de Florencia.

⁵⁴ O ‘court-shoe’ possui correspondência com o ‘decotado’.

⁵⁵ Possui correspondência formal com o ‘chinelos’ diferindo na finalidade ou ocasião do uso.

⁵⁶ Ver capítulo IV da presente investigação.

⁵⁷ O ‘derby’ tem os ‘talões’ costurados sobrepondo a ‘gáspea’ e o ‘oxford’ possui a ‘gáspea’ costurada de modo a sobrepor os ‘talões’. Ver Aki Choklat (2012, p. 46).

⁵⁸ O ‘mule’ traduz qualquer ‘sapato’ que cobre os dedos e expõe o calcanhar e, a ‘sandália’ corresponde a qualquer ‘sapato’ que possua os dedos expostos. Ver Aki Choklat (2012, p. 46).

⁵⁹ Constituído por uma linha fechada no bordo superior. Ver Aki Choklat (2012, p. 49).

também contemplados aspetos sobre as tecnologias como a designação do meio de fixação entre as peças nos casos do ‘derby’ e do ‘oxford’, a saber, através de costuras. As ilustrações indicaram também essas expressões e paralelamente revelaram outros elementos que sugeriram uma análise formal, técnica e construtiva dos artefactos. Apesar da atribuição dos artefactos a ambos os géneros, o registo visual dos ‘clássicos’ permitiu associar três tipologias diretamente ao género feminino devido à aplicação do salto alto (quadro 8).

A visualização do conjunto das seis tipologias ‘clássicas’ deixou primeiramente perceber que em todas as ilustrações se tratou de calçado produzido através da ‘montagem plana’ e costuras de ‘junção simples’ na fixação das peças do corte. Todas as peças possuem igualmente nos bordos superiores ou nas delimitações das mesmas a aplicação de costuras de ‘junção simples’. No caso do ‘mocassin’, verificam-se também o uso de costuras manuais. No que respeita às volumetrias, de modo geral, os programas evidenciam a presença de ‘fôrmas’ ajustadas ao pé. O ‘derby’ e o ‘oxford’ aparentaram a mesma ‘fôrma’, sendo que os restantes artefactos afiguram ‘fôrmas’ distintas, associadas à altura do salto e à volumetria, designadamente para o caso da ‘bota’. As tipologias são constituídas por poucos elementos no corte, sendo ao ‘bota’ e o ‘oxford’ os mais que apresentam o maior número de peças – quatro (quadro 8).






















Os registos não contemplam elementos decorativos ou evidências da presença de texturas ou ainda grandes espessuras de materiais, deixando assim esse campo em aberto. Desse conjunto, valerá por fim referir o sistema de aperto, presente no ‘derby’ e o ‘oxford’ sob a forma de cordões e na sandália por via de uma tira com fivela, sendo que os restantes dispensam qualquer sistema para serem calçáveis (quadro 8).

Além dessas tipologias o autor contemplou ilustrações referentes aos programas que ao momento da publicação se manifestaram como os mais representativos. Apesar de derivarem dos ‘clássicos’, possuem uma terminologia específica⁶⁰. Tratam-se de um grupo de quatro sapatos, sendo dois rasos e dois com tacão; quatro botas de cano baixo, sendo que três possuem tacão e uma é rasa, representando a ‘sapatilha’; e um grupo de sete sapatos alusivos ao género feminino, sendo que cinco possuem salto, um possui tacão e outro uma plataforma. Tratam-se de artefactos que evidenciam a montagem plana, com a exceção do ‘clog’, uma vez que o corte é fixo à sola através de tachas; e onde são privilegiadas as costuras de junção simples, excetuando os casos da ‘desert boot’ e ‘boat-shoe’ onde se aplicaram pormenores com costuras manuais. Na exceção do ‘clog’ e do ‘sneaker’ e, na pala da ‘desert boot’ e ‘boat shoe’ e tira da ‘jodhpur boot’, todas as peças possuem nos bordos superiores ou nas delimitações das mesmas a aplicação de costuras de ‘junção simples’ que evidenciam a fixação do corte ao forro. Quanto às volumetrias os programas mantêm

⁶⁰ Foram elas: o ‘monk’, ‘slip-on’, ‘mocassin’, ‘chelsea’, ‘sneaker’, ‘boat-shoe’, ‘desert boot’, ‘jodhpur boot’, ‘peep-toe’, ‘d’Orsay’, ‘Mary Jane’, ‘platform’, ‘sling back’, ‘clog’ e ‘t-bard shoe’ (2012, p. 46-49).

‘fôrmas’ ajustadas ao pé e incluem maior volume, como as ‘jodhpur boot’, ‘chelsea boot’ ou o ‘clog’; variando na altura do salto e procurando uma harmonia quanto ao tacão. As tipologias são constituídas por poucos elementos no corte, sendo o ‘sneaker’ que apresenta maior complexidade - cinco elementos. Os cordões e tiras com fivelas manifestam-se como o sistema de aperto utilizado e verificou-se a presença de elementos decorativos, como o ‘berloque’ usado no ‘slip-on’ e o cordão no ‘boat-shoe’ (quadro 8).

O quadro seguinte pretendeu apresentar o grafismo das tipologias ‘clássicas’ na correspondência com as tipologias mais relevantes ao momento da publicação. Optou-se por manter as designações na língua inglesa nos termos onde não se encontrou tradução para o português.

CLÁSSICOS	 MULE	 OXFORD	 DERBY	 MOCASSIN	 BOTA	 COURT-SHOE	 SANDÁLIA
OUTRAS TIPOLOGIAS	 CLOG	 SNEAKER	 DESERT BOOT	 BOAT SHOE	 JODHPUR BOOT	 D'ORSAY	 PLATAFORMA
OUTRAS TIPOLOGIAS	—	—	 MONK	 SLIP-ON	 CHELSEA BOOT	 T-BAR SHOE	 PEEP-TOE
OUTRAS TIPOLOGIAS	—	—	—	—	—	 SLING BACK	—
OUTRAS TIPOLOGIAS	—	—	—	—	—	 MARY JANE	—

Quadro 8 Estilos de tipologias clássicas de calçado: ‘oxford’, ‘derby’, ‘sandália’, ‘mule’, ‘court-shoe’ e ‘bota’; e sua correspondência com as restantes tipologias enumeradas pelo autor como as mais profusas. Foram elas: o ‘monk’, ‘slip-on’, ‘moccasin’, ‘chelsea’, ‘sneaker’, ‘boat-shoe’, ‘desert boot’, ‘jodhpur boot’, ‘peep-toe’, ‘d’orsay’, ‘Mary Jane’, ‘platform’, ‘slingshoe’, ‘clog’ e ‘t-bar shoe’. Apesar de serem destinados a ambos os géneros, a ‘bota’, o ‘derby’ e o ‘oxford’ foram graficamente representados aludindo ao género masculino evidenciado na volumetria da ‘fôrma’ e os restantes remetendo para o género feminino na associação ao salto. O ‘moccasin’ não evidencia uma correspondência tão evidente quanto ao género. Fonte: Aki Choklat, 2012, p. 46-49.

No âmbito da investigação examinaram-se outros aspetos fundamentais para a compreensão do design de calçado, do seu passado e dos métodos inerentes à sua prática, integrado quer no sistema da indústria do calçado, quer no sentido do exercício individual da atividade, na atualidade. Numa resenha cronológica destacaram-se aspetos representativos da história do calçado dos séculos XIX e XX, os quais permitiram esclarecer a origem da moda, no sentido de seguir determinada tendência no campo dos contextos internacionais, bem como considerar um paralelismo com os contextos portugueses. As perspetivas refletiram também premissas que podem traduzir a origem das tendências e a relação dos artefactos com o poder. Choklat (2012) considerou que no século XVII e XVIII a

alta sociedade assistiu à introdução de materiais, como bordados, sedas e aplicações preciosas para combinar com a extravagância das roupas (fig. 36-38, 40 e 41), tendo provocado a sua imitação com recurso a materiais menos valiosos pelas classes mais baixas (p. 13). Na verdade, o couro, era o material predominante nos artefactos dessas classes. A referência ao salto vermelho de Luís XIV como símbolo da aristocracia e a sua ausência como o fim do seu domínio permitiu justificar questões simbólicas conotadas aos fatores externos dos artefactos que lhe tem sido atribuído ao longo da sua evolução formal, anatómica e material (fig. 39).



Fig. 36 Chinela de seda bordada e sola de couro, datada do primeiro quartel do século XVII. Fonte: MET.



Fig. 37 Sapatos de senhora, de couro, perfurado no corte e com salto pintado, datados do final do século XVIII. França. Dimensões: 26.5 x 7.9 x 14 cm. Fonte: MFA.



Fig. 38 Sapatos de criança, de couro no corte e sola, aplicação com roseta de seda, datados do final do século XVIII. Inglaterra, marca Seames. Dimensões: 6.5 x 24 cm. Fonte: MFA.



Fig. 39 Retrato de Luís XIV, por Hyacinthe Rigaud, 1701. Fonte: ML.



Fig. 40 Sapatos de seda bordados, com forro de linho e salto de madeira, datados de cerca de 1770. Possuem particularidades relativas a inscrições: no forro, perto do calcanhar "IW/ Brocaded Silk" e "MR"; no peito do pé "JH 5/36"; e na sola "MC". Foram feitos em Inglaterra e utilizados nos Estados Unidos. Dimensões: 12.5 x 8 x 24.2 cm. Fonte: MFA.



Fig. 41 Sapatos de senhora, de cetim e seda bordados, fio de prata, com forro e sola de couro. Europa, 1750–1760. Dimensões 15.3 x 10 x 22 cm. Fonte: MFA.

As grandes inovações do século XIX foram sobretudo ao nível dos programas.

O autor apontou o surgimento do calçado sazonal e do calçado desportivo e, o desenvolvimento de uma silhueta próxima ao calçado contemporâneo (2012, p. 13), como aspetos que marcaram esse século. Já no século XX, a história do calçado foi ao encontro das tecnologias, inovação nos materiais, nas formas, em métodos próprios de profusão e difusão da moda e também do conceito de autoria. Choklat (2012) sublinhou a industrialização do calçado como a principal mudança a par da introdução americana nos programas de solas de borracha noutras tipologias além do calçado desportivo (2012, p. 14), as quais permitiram a multiplicação de programas de calçado e o desenvolvimento de técnicas e tecnologias de produção, traduzindo assim as sinergias que caracterizam tecnologias e programas de calçado. A ascensão de Londres como capital da moda, em detrimento da preponderância exercida por Paris na segunda metade do século, ao propor programas de calçado que corresponderam a artefactos ligados aos contextos da música e da televisão, incluindo o tacão no calçado masculino e a divulgação no calçado do estilo urbano; bem como a profusão das sapatilhas desportivas para o género feminino na década de 80 e sua consequente adaptação ao estilo urbano (2012, p. 14-15), introduzindo assim num novo programa na história do design de calçado em permanente crescimento, desenvolvimento e inovação; manifestaram-se como os aspetos mais relevantes no âmbito das alterações do programa ou do desenvolvimento de novas tipologias. No decorrer da década de 90 o sentido de autoria no calçado emergiu, sendo que a responsabilidade foi atribuída ao papel exercido pela indústria televisiva norte americana ao promover a paixão e compra de calçado de luxo, a identidade do designer de calçado, assim como através da introdução de novas tecnologias nos artefactos e materiais inovadores (2012, p. 16-18).

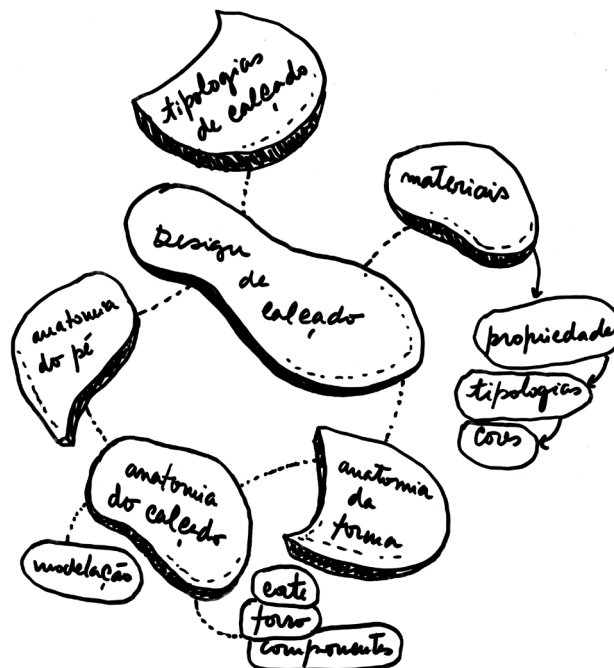
Das constatações enunciadas evidenciou-se uma linha de pensamento que compreendeu o calçado como uma área complexa e ligada a outras áreas que evoluiu no decurso do século XX a partir do desenvolvimento das tecnologias, dos contextos históricos, sociais e culturais associados. O contexto nacional acompanhou a seu modo os momentos internacionais,

podendo considerar-se que terá sido a partir da década de 90 que a área do calçado atingiu um estatuto elevado e estruturalmente organizado, desde o sistema de desenvolvimento, produção, divulgação e venda, como também o momento a partir do qual se reuniram condições para os discursos do design de calçado se manifestarem com maior eloquência.

Na esfera da compreensão do artefacto no contexto da contemporaneidade sublinhou-se o tema da inovação. Assente no esclarecimento da limitação trazida pela barreira do sistema produtivo de poucas quantidades de calçado, evidenciaram-se os materiais e os processos construtivos como sendo os elementos fulcrais para a inovação nos artefactos. O autor sugeriu por um lado a reinvenção ao nível técnico e tecnológico do sistema produtivo e de montagem de calçado; o desenvolvimento ao nível das características e propriedades dos materiais, mais ecológicos e biodegradáveis, nos programas e nas respetivas embalagens (2012, p. 19) como os elementos fundamentais para ocorrer a inovação em calçado.

No âmbito do esclarecimento das competências do designer de calçado, o autor definiu aspetos que traduziram, simultaneamente, conhecimentos que são próprios ao design de calçado. O esquema que se segue traduz os elementos que se relacionam com princípios da ergonomia, no conhecimento da anatomia do pé; da anatomia do calçado, ou seja, da modelação e dos elementos que constituem os artefactos; a anatomia 'fôrma', o seu volume, especificidades técnicas e adequação à tipologia; os tipos de materiais, as suas propriedades, características e cores existentes; e as tipologias de calçado mais profusas, sendo apresentadas vinte e uma⁶¹.

Quadro 9 Conceitos teóricos e práticos ligados ao design de calçado. Manifestam-se também como os conhecimentos inerentes à atividade do designer de calçado. Subjacente a esses, podem conotar-se aspetos relacionados com as tecnologias de produção, uma vez que na anatomia do calçado se consideram as especificidades construtivas.
Fonte: Aurora Brochado.



⁶¹ Ver nota 59. O autor enunciou: o 'monk', 'slip-on', 'mocassin', 'chelsea', 'sneaker', 'boat-shoe', 'desert boot', 'jodhpur boot', 'peep-toe', 'd'orsay', 'Mary Jane', 'platform', 'sling back', 'clog' e 't-bard shoe' (2012, p. 46-49).

Quanto aos processos metodológicos inerentes ao exercício do design de calçado explorou os processos para o desenvolvimento dos artefactos, focando-se novamente na anatomia humana e no desenvolvimento da 'fôrma', nos processos criativos e metodológicos, na pesquisa e no desenho das coleções, onde se centrou nos elementos que constituem o artefacto e proporcionam a sua volumetria e forma e, por fim, na sua apresentação. O mapa seguinte sintetiza as principais expressões e conceitos associados a esses aspetos traduzindo os processos inerentes ao desenvolvimento de tipologias de calçado e de coleções.



Quadro 10 Conceitos teóricos e práticos ligados ao designer de calçado quanto a metodologias projetuais e processuais. A inspiração, a investigação e o processo correspondem ao conceito de pesquisa. Esse percurso ocorre entre paralelismos na inspiração e investigação, os quais por sua vez influenciam o processo e se materializam no desenho da coleção. Fonte: Aurora Brochado.

Em Portugal a transformação do conceito de autoria, a partir do século XIX⁶², possibilitou à indústria do calçado considerar o papel do designer de calçado. Num passado recente tem vindo a enquadrá-lo, ainda que timidamente, na sua estrutura organizacional. Terá sido o final do século XX onde o esclarecimento de competências e capacidades necessárias

⁶² Ver capítulo IV da investigação.

para o design e a moda se implementarem ressoou, consignando-se assim nos discursos sobre a temática do calçado os conceitos de qualidade, modernização, capacidade técnica e tecnológica e a competitividade. Sob o ponto de vista da análise aos documentos mais recentes, a necessidade e o aparecimento do designer de calçado alocado às empresas resultou apenas após ser possível alcançar primeiramente outros aspetos, a saber, a capacidade de resposta rápida, de elaboração de amostras, reposições ou volumes de produção limitados e sentido de flexibilidade (Plano Estratégico, 2007, p. 34). Desse contexto, emergiram perspetivas em torno da capacidade criativa no calçado aliada à moda.

Paralelamente, encontraram-se um conjunto de publicações que relacionaram a compreensão do calçado com perspetivas de interesse no quadro do estudo das tecnologias as quais despertaram interesse na investigação. Trataram-se dos estudos de António Ribeiro (1972), de Eduardo Raposo (1974) e de Luís Ferreira (1988), os quais forneceram um contributo fundamental para a compreensão da atividade do designer de calçado nos contextos da indústria portuguesa do calçado, como refletiram os contextos de pertença, conotando-se os principais panoramas relativos a práticas e o esclarecimento de conceitos.

A publicação “Manual de modelação de calçado” de Ribeiro (1972) pretendeu dar a conhecer ao Portugal do ainda Estado Novo os processos mais modernos da modelação àquele momento. Paralelamente, caracterizou a atividade do modelador na qual permitiu constatar aspetos que deixam relacionar a sua atividade como o sucessor do sapateiro e, por sua vez, do antecedente do designer de calçado. Na publicação foram explicados os processos técnicos da modelação e os instrumentos que o modelador se socorre para proceder à modelação do calçado, destacando-se nesse sentido a extensão da publicação. Tratam-se de cerca de oitocentas páginas de textos explicativos e cerca de mil ilustrações tradutoras dos procedimentos técnicos que antecedem a industrialização dos artefactos nas “grandes fábricas de calçado da Europa” (1972, p. 7). A publicação justificou-se no seu quadro cronológico pela necessidade de “medidas coletivas” (1972, p. 8) racionais a seguir pela indústria portuguesa de calçado com vista a alcançar melhores resultados e maior qualidade. A perspetiva defendida assentou na premência do abandono de métodos pessoais e empíricos, dando lugar à simplificação de processos metodológicos inerentes ao desenvolvimento dos programas de calçado e demonstrou um modelo de simplificação das técnicas de modelação, reiterando que a sua aplicação implicaria no aumento eficaz da produção.

A figura do ‘modelista’ surgiu associada a um perfil e a uma atividade prática baseada em diversos processos projetuais. Evidenciou possuir um estatuto elevado e apresentou-se como um elemento fundamental para a modernização da industrialização do calçado português, em detrimento do sentido artesanal da produção e como solução ao desafio de concorrência com países evoluídos tecnicamente (Ribeiro, 1972). Verificou-se uma ligação estreita entre a compreensão da atividade do designer e a sua relação com o domínio da técnica, parecendo relevar essa apologia como aspeto fundamental de um progresso ambicionado.

Da definição do ‘modelista’ salientaram-se aspetos que se poderão relacionar com o design de calçado interpretados à luz das perspetivas veiculadas na investigação alusivas aos conceitos de autoria, dos programas e das tecnologias em plena conexão entre si. Nesse quadro caracterizador das capacidades e competências do ‘modelista’ privilegiaram-se elementos relacionados com o domínio da criatividade e com uma especialidade técnica no âmbito da modelação e do conhecimento das tecnologias de produção para a materialização do artefacto. O ‘modelista’ cria os modelos e procede ao seu desenvolvimento, ou seja, à sua industrialização. Nesse sentido, destacaram-se as seguintes reflexões:

- a aplicação dos termos ‘desenhador’, ‘conceber’ e ‘criar’ para definir o ‘modelista’ e, a sugestão para a condução do processo criativo de “inclinando a imaginação para modelos simples, mas com arte e sempre com um toque de originalidade” (1972, p. 4), remetem para aspetos relacionados com as dimensões da criatividade evidenciando assim uma relação com as práticas do designer de calçado atual. Sublinhou-se uma relação com o desenho, um elemento fundamental do design de calçado como o seu principal meio de registo, como fator indissociável do próprio processo criativo e ao qual se conota também a autenticidade e individualidade do designer de calçado. A valorização da simplicidade foi enunciada, com efeito, na compreensão dos valores estéticos dos artefactos ao referir-se “(...) tudo o que seja simples e de bom gosto, é do agrado geral (...) e a sua execução é mais fácil, atingindo assim uma maior perfeição e conseqüentemente uma maior produção” (1972, p. 4), podendo traduzir um dos princípios elementares da indústria do calçado portuguesa relativamente às bases dos processos metodológicos inerentes ao desenvolvimento de artefactos: o ‘bom gosto’ aliado à perfeição técnica e aos volumes de produção.
- Além dessa relação conotada com o sentido de autoria relacionaram-se elementos que poderão aludir aos programas, os quais contribuíram para a compreensão dos aspetos mais relevantes a considerar nesse tópico, traduzindo assim uma pista metodológica à investigação. Foram definidos pelo autor através de seis elementos principais: ‘fôrma’, salto, solado, estilo do decote, linhas⁶³ e cor, partes essas que, poderão tornar um ‘modelo clássico’ num ‘modelo novo’ (1972, p. 4). Ribeiro (1972) indicou possibilidades para o desenvolvimento dos programas, destacando os conhecimentos que o ‘modelista’ deveria possuir relativamente sobre a “harmoniosa combinação” das cores (1972, p. 4), a ligação da ‘fôrma’ ao artefacto e ao pé, bem como preocupações relativamente ao sentido ergonómico pretendido com o calçado. O ‘bom modelista’ foi caracterizado pelo conhecimento do pé e da ‘fôrma’, já que “é para o pé e para a ‘fôrma’ que vamos trabalhar” (1972, p. 3). Das indicações tecidas para o desenvolvimento dos programas e do papel do seu ‘modelista’ encontrou-se implícito o sentido de criatividade, o conhecimento da

⁶³ Linhas: sentido figurado usado pelo autor que remete para o desenho e, conseqüentemente, para as formas e estilo do calçado em si. A expressão utilizada foi “elegância das linhas do modelo” (Ribeiro, 1972, p. 4).

anatomia do pé, dos componentes, do sentido estético e dos estilos formais do calçado;

- O cruzamento de conceitos inerentes aos estudos do programa, autoria e da tecnologia destacou-se, igualmente, na definição da atividade do ‘modelista’ onde a procura por excelência da autenticidade e da qualidade técnica, quer no interior, quer no exterior dos artefactos se salientaram como aspetos considerados fundamentais no desempenho desse profissional. Nesse contexto, foi referido que a “reputação de um bom modelista, vem, exactamente, de pequenos retoques, menos prezados por um modelista vulgar” (1972, p. 5). O autor refere-se assim a dois tipos de profissionais, denotando-se que a boa reputação advém do modo como os artefactos se compreenderam, ou seja, o exterior e interior do corte com a mesma valorização e relevância, nos quais os detalhes se salientaram também como elementos que contribuíram para a sua distinção perante os demais. Também a responsabilização e a valorização da autoria sobre os aspetos relacionados com as tecnologias foram tidas em conta, sendo remetido, inteiramente, para o ‘modelista’ eventuais falhas das ‘máquinas’, mas também, a aceleração da produção e a qualidade dos artefactos. Evidencia-se uma prática onde o ‘modelista’ deverá ser conhecedor das implicações existentes entre programas e tecnologias, na medida em que se defende o conhecimento profundo sobre a ‘técnica do molde’ e o saber executar todas as operações de ‘corte’, ‘costura’ e ‘montagem’ (1972, p. 4) como os meios através dos quais poderá alcançar um desempenho elevado.

A publicação de Raposo (1974) “A indústria portuguesa de calçado” pretendeu “analisar a situação, problemas e perspectivas da indústria portuguesa de calçado de couro ou pele, tecido ou madeira” (1974, p. 3) relativamente ao momento da publicação, tecendo uma abordagem crítica, mas também reflexões sobre possibilidades futuras para a indústria do calçado. Foi nesse sentido que manifestou interesse na investigação, tendo explorado aspetos inerentes ao design considerado no estudo como contributo e valorização da indústria portuguesa de calçado. Observaram-se as seguintes considerações onde se relacionam programas e técnicas:

- do ponto de vista dos sentidos relacionados com o programa encontrou-se nos discursos em torno dos materiais o principal aspeto para caracterizar o calçado português. O entendimento da indústria do calçado com reflexo para os materiais utilizados nos artefactos - couro, tecido e madeira, excluiu assumidamente o ‘calçado de borracha’, na verdade, o mais dependente das tecnologias industriais para a sua produção. A delimitação da indústria do calçado a esses materiais sublinhou o papel do couro como um dos elementos que continuou a expressar a sua identidade e o sentido de memória histórica, já que esse caracterizara também o ofício do ‘sapateiro’⁶⁴. Por um lado, as questões técnicas e os processos de produção e, por outro, as questões estéticas, a tradição e a persistência da memória.

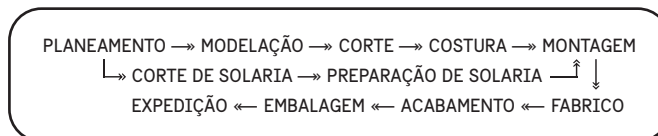
⁶⁴ Conforme se poderá constatar nos capítulos III e IV.

A compreensão do artefacto contemplando os materiais, componentes, a comercialização e a caracterização das unidades industriais de produção, explanadas numa relação com o contexto ao momento a que reportou, forneceram igualmente pistas para a investigação.

Foi no quadro da descrição dos departamentos das unidades industriais onde se encontrou a expressão ‘design’, referindo-se a uma das atividades presentes na indústria de calçado. Entendido como ‘criação de modelos’ (1974, p. 38), o design foi também caracterizado como ‘complemento’ no quadro físico das unidades industriais, a par da modelação, eventualmente devido ao panorama de subcontratação que expressou o foco da indústria portuguesa do calçado nesse momento, apresentando-se assim como uma secção que poderia integrar a estrutura das empresas, ao invés de mencionado a par das restantes secções designadas para descrever a fábrica moderna.

A explicação da moderna fabricação de calçado incidiu ao nível dos processos ou fases de produção dos artefactos, não tendo contemplado o design, mas acrescentando o ‘planeamento’ (quadro 11). Raposo (1974) descreveu o processo e as técnicas de produção dos artefactos num sentido de enquadramento paralelo com a organização entre as secções de fabrico das unidades industriais. As explicações traduziram também o tipo de fabrico mais proeminente, a saber programas de couro ou têxtil no corte e solas de borracha crepe ou resinosa e plásticos, com ilhós, laços e botões (1974, p. 39).

Quadro 11 Fases correspondentes à moderna fabricação de calçado dentro da unidade industrial.
Fonte: Raposo, 1974, p. 38.



O estudo de Raposo (1974) defendeu três aspetos fundamentais sobre as dificuldades inerentes ao desenvolvimento do artefacto e que poderá traduzir a compreensão dos elementos mais valorizados e requerentes de intervenção àquele momento. Foram eles: as barreiras técnicas trazidas pelos materiais usados para a produção dos artefactos e sua implicação na ergonomia e no conforto; a implicação dos materiais no quadro da tecnologia, no que respeita à fixação do ‘corte’ com a sola; e nos aspetos formais do artefacto (1974, p. 37-38). Como se pode verificar, o material continua a ser um dos elementos de destaque, no caso, com repercussões nas tecnologias, na ergonomia e na forma. No primeiro aspeto destacou-se o apontamento da dificuldade existente para alcançar uma “superfície lisa que retenha a complexa forma do pé humano, de molde” (1974, p. 37), deduzindo-se outras fragilidades trazidas com o uso do couro, como ao nível das ‘fôrmas’, da modelação e da montagem e, da génese da problemática da ergonomia no calçado. De modo a não se comprometer o movimento do pé, também a diferença existente entre as propriedades dos materiais aplicados no corte e no solado foram aspetos destacados pelo facto de provocarem implicações ou especificidades no processo de montagem para a junção de ambos. Complementando esses aspetos,

a atratividade do artefacto em si manifestou-se como outro elemento ponderado como fundamental para o estímulo da compra de determinado artefacto. Esse último aspeto foi, curiosamente, associado a uma fase da produção que se liga, simultaneamente, às tecnologias e aos programas, a saber, o acabamento. Raposo (1974) aludindo às questões relacionadas com a estética, com a durabilidade e com o conforto⁶⁵ evidenciou esse processo como o mais relevante no que respeitou à tradução de valor acrescentado no artefacto.

Valerá referir a menção ao ‘calçado de moda’ e de ‘alta qualidade’ como sendo tradutores de uma especialização no carácter operativo das empresas de produção de calçado. Essa constatação baseou-se na conclusão do autor sobre a análise aos volumes de produção, a qual expôs a produção em ampla escala e de diversidade tipológica como impulso para o aumento de unidades de produção e, conseqüentemente, para a abertura às unidades especializadas (1974, p. 42-45). Manifesta-se interessante a perspectiva da diversidade tipológica na génese da abertura ao calçado de moda e, simultaneamente, perceber-se a possibilidade de com essa expansão produtiva dar-se início a um processo de aperfeiçoamento técnico evidenciando-se a ideia que através da reprodução de artefactos distintos seria possível alcançar um sistema de produção relacionado com moda e com qualidade. Na verdade, terá sido esse um dos percursos trilhados das décadas subsequentes com a abertura trazida com o 25 de abril de 1974.

Por fim, resta mencionar a publicação de Luís Ferreira (1988) intitulada “Funções de corte e de costura na indústria de calçado com base no sexo”⁶⁶. Trata-se de um manual que caracterizou as atividades específicas do corte e da costura, destacando as exigências técnicas requeridas no seu desempenho. Manifestou-se como a primeira publicação onde funções anteriormente atribuídas ao sapateiro foram analisadas à luz da divisão da prática profissional para a construção dos artefactos no enquadramento da indústria do calçado. No âmbito da investigação o estudo despertou interesse pelo facto de se ter verificado não só as fases de produção dos artefactos (quadro 11), tendo permitido verificar que se simplificaram comparativamente à década anterior, mas também o retorno da compreensão passada sobre o papel do ‘modelista’. Ferreira (1988) definiu esse profissional como o responsável pela ‘conceção do modelo’ (1988, p. 13) e reiterou assim, no final da década de 80, o sentido de autoria dos artefactos atribuído ao modelador (quadro 12).

⁶⁵ Designadamente, fixação dos tacões, aplicações e fivelas, limpeza, escovagem, pintura, gravações de números e de marcas e, palmilhas de acabamento (Raposo, 1974, p. 71). Note-se que essas características do ‘acabamento’ se relacionam com elementos decorativos, sistemas de aperto, plástica dos materiais e conforto.

⁶⁶ Apesar da publicação incidir em aspetos sobre a valoração do trabalho e particularizar a inserção dos profissionais de corte e da costura da indústria do calçado portuguesa na evolução legislativa, relacionados com a discriminação entre géneros, caracterizou as funções de corte e costura no contexto da organização industrial do calçado em Portugal ao momento que se situou fornecendo assim um contributo no estudo dos contextos.

Os estudos mais recentes sobre a temática do calçado no quadro da sua indústria em Portugal foram publicados sobretudo pela APICCAPS. Traduziram os discursos internos e próprios da indústria do calçado, em articulação com demais áreas de estudo, a partir da premissa que a indústria do calçado se compreende além do setor da produção do artefacto, sendo que o setor dos componentes, de outros artigos de pele, como a marroquinaria, ou os equipamentos tecnológicos são, igualmente, parte integrante de uma teia (APICCAPS, 2013). Fornecem a visão global de uma estrutura dotada de grande complexidade.

Quadro 12 Fases correspondentes à fabricação de calçado dentro da unidade industrial, sendo que a 'modelação' assumiu simultaneamente as funções relativas ao processo criativo e industrialização dos mesmos.
Fonte: Ferreira, 1988, p. 13.

MODELAÇÃO → CORTE → COSTURA → MONTAGEM → ACABAMENTO

Os documentos da APICCAPS manifestam-se como um contributo essencial para estudos sobre calçado perante qualquer perspectiva que uma investigação se possa debruçar, dada a pluralidade de dados passíveis de analisar e cruzar. Sob o ponto de vista do design fornecem a compreensão do calçado e do design inscritos no sistema industrial português facultando o olhar a uma estrutura de raízes seculares, no qual se denotou o seu desenvolvimento e evolução num primeiro período no quadro das tecnologias e, conseqüentemente, em aspetos relacionados com o sentido dos programas; e num segundo período, designadamente na primeira década do século XX, os auspícios do sentido de autoria atribuído ao designer de calçado.

Destacaram-se assim: o conjunto de “Plano Estratégico”, sobretudo os mais recentes (2007; 2014) contribuindo diretamente para a compreensão do panorama atual do design de calçado; o caso do grupo de “Monografia Estatística” (2009 e 2011, 2013, 2014, 2015, 2016) permitindo a caracterização da indústria do calçado, dos programas, das conjunturas económicas, produção e emprego, exportações, mercado português e, estrutura e estratégias; e o “Jornal da APICCAPS” publicado desde 1997, de periodicidade mensal, pelo seu carácter noticioso e de atualização de outros dados como novas empresas, estratégias de sucesso, notícias de feiras internacionais, responsabilidades sociais, formação, moda, entre outras referências ou publicidades relacionadas com a indústria e seus panoramas cronológicos contextuais. As publicações revelam a compreensão do design e da moda evidenciando sentidos independentes, não afastando a moda do calçado, mas pretendendo aproximar-se ao design, enquanto disciplina⁶⁷. Foi na década de 90 que os conceitos do design de calçado figuraram nos discursos da APICCAPS. No entanto, a expressão utilizada para se referir concretamente o design de calçado, tem sido o termo ‘design’ (Plano Estratégico, 2007 e 2013). A sua abordagem ocorreu mediante o desenho e aplicação de um projeto

⁶⁷ Como se pode verificar na ideia veiculada no “Plano Estratégico” (2007): “o design e a moda são um dos domínios essenciais que a indústria tem de se fortalecer” (2007, p. 26).

permanente na indústria do calçado, onde foram contempladas diretrizes para a valorização dos artefactos. Consequentemente, aos artefactos alocaram-se outros aspetos, como a qualidade técnica da sua construção e os materiais aplicados, a introdução do design, da moda e a inovação (Monografia Estatística, 2013) de modo a traduzirem o valor acrescentado. A valorização dos artefactos induz, consequentemente, à valorização da indústria portuguesa do calçado.

Constatou-se que as áreas de atuação da APICCAPS veiculadas nas estratégias, sobretudo a partir do princípio do século XXI, se misturam com a própria história da indústria portuguesa do calçado, uma vez que a sua intervenção tem surtido os efeitos pretendidos. O enfoque dos discursos tem sido cada vez mais direcionado para o reforço das capacidades de criação e design nas empresas, assim como a compreensão do artefacto se evidencia aproximar de um sistema de valor, encarado como elemento fundamental para a competitividade portuguesa no quadro internacional da produção de calçado (Monografia Estatística, 2013, p. 67). A componente criativa tem também sido entendida como elemento fundamental para a afirmação de identidade já que foi considerada responsável pela emergência da criação de marcas próprias⁶⁸, ao mesmo tempo que traduziu um novo cenário na indústria do calçado portuguesa: a de se libertar progressivamente de uma prática de “mera replicadora de modelos criados por outrem” (Monografia Estatística, 2013, p. 68). As questões de autoria foram relevadas pouco a pouco, por um lado justificada a pertinência através da crítica da cópia e da imitação, mas também discutível, por outro lado, dado ao reconhecimento do investimento de capital elevado para acolher o designer nas empresas.

Além da disseminação do design na indústria do calçado com base em metodologias estratégicas por via de publicações, verificou-se que têm sido levados a cabo outras estratégias onde se evidenciaram aspetos inerentes a esforços para o incremento do designer de calçado enquadrado na indústria que lhe corresponde, sobretudo na área da formação⁶⁹. De facto, apesar de se considerar uma compreensão recente e, por isso, ainda em amadurecimento, sobre o design de calçado e sobre o designer de calçado assim designado, foi a partir das entrelinhas dos estudos da APICCAPS onde o papel desse profissional se pôde compreender de modo mais global.

⁶⁸ No período de 2002 a 2009 foram criadas cento e quinze marcas nacionais, quarenta e duas comunitárias e vinte e uma internacionais (Portugal, APICCAPS, 2009).

⁶⁹ As ações da APICCAPS têm-se traduzido na realização de campanhas publicitárias com distribuição em vários países, divulgação e sensibilização nas redes sociais e nos média e, promoção e incentivo à presença em feiras e novos mercados internacionais, onde se divulga o design de calçado português. Paralelamente, no contexto nacional, através da formação, do estímulo à inovação e modernização das unidades empresariais, bem como pelo impulso ao desenvolvimento de materiais e tecnologias inovadoras, contribuiu para o sentido de pertença do designer de calçado no enquadramento da indústria do calçado portuguesa e para o valor acrescentado dos artefactos portugueses. Valerá mencionar ao momento que a parceria com o Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (CFPIC), atualmente designada Academia de Design e Calçado, tem contribuído para a especialização na área da formação em design de calçado e nas técnicas de produção. Situada em S. João da Madeira e em Felgueiras, a Academia dispõe de todos os recursos tecnológicos inerentes à fabricação do calçado, o que a torna ímpar no seu modelo de ensino.



Fig. 42 Modelo: linear de senhora.
Fonte: CTCP, 2010, p. 7.

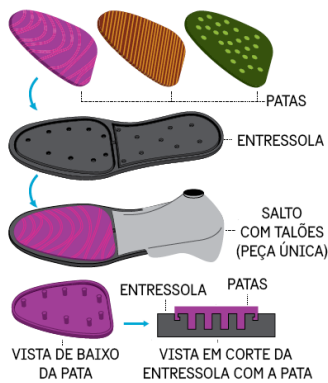


Fig. 43 Construção do modelo.
Fonte: CTCP, 2010, p. 8.



Fig. 44 Características de montagem de novos perfis de calçado.
Fonte: CTCP, 2010, p. 9.

Por fim, os discursos proferidos pelo CTCP, fundado pela APICCAPS, nos quais o principal objetivo se tem centrado na proximidade e no desenvolvimento da indústria do calçado portuguesa, tem privilegiado a investigação e a inovação no desenvolvimento dos materiais e na garantia do seu desempenho. Do conjunto de publicações do CTCP destacaram-se seis documentos que podem contribuir no estudo dos programas, pelo destaque relativamente ao estudo dos materiais. As publicações revelaram não só os contextos, uma vez que traduziram o estado da arte ao nível da inovação tecnológica e de novos materiais ao momento a que se referiram, mas também permitiram a reflexão sobre a estratégia que tem vindo a ser implementada no tecido industrial do calçado no que respeita à área da técnica, dos equipamentos, materiais inovadores e pela garantia da manutenção do sentido de qualidade dos artefactos e dos processos que caracterizam o calçado português.

A procura de alternativas ao couro evidenciou-se com o estudo “Novos perfis do calçado” (2010). As perspetivas exploradas defenderam essencialmente a aplicação de sintéticos nos programas de calçado desenvolvidos, por sua vez, com base na procura das propriedades naturais do couro e do aumento do seu desempenho, designadamente ao nível de um peso menor e de elevada resistência. A natureza plástica desses materiais foi igualmente um dos aspetos destacados, sendo caracterizada como contributo à criatividade de “formas mais expressivas ou essencialistas” (2010, p. 5)⁷⁰. Evidenciou-se a compreensão do material como a base no desenvolvimento dos artefactos, onde os sintéticos foram explanados pela sua viabilidade e cumprimento de requisitos por comparação ao material predominante na produção de calçado; a par da sua validação dada a articulação com as novas tecnologias no quadro da customização de produtos (fig. 42, 43 e 44).

Em 2012 foi publicado o artigo “Novos materiais para calçado vegan e calçado biodegradável” e em 2016 “A revolução vegan” que manifestaram a continuidade da procura de materiais alternativos ao couro, destacando-se os de origem biodegradável e *vegan*. As perspetivas defendidas poderão justificar-se pelo reconhecimento da emergência de um contexto de tendência de mercado, responsabilidade social e proteção ambiental validando assim a possibilidade de produção de calçado devidamente certificado a partir desses materiais (fig. 45).

Sob o ponto de vista da inovação, salientou-se a “Evolução dos materiais termoplásticos na indústria do calçado” (2012), onde além do estudo particular desses materiais, por sua vez associado a calçado específico, privilegiou a análise histórica do mesmo e estabeleceu analogias articuladas com as tecnologias de fabrico disponíveis. A publicação forneceu informações sobre as possibilidades de aplicação de materiais

⁷⁰ No estudo foram também apresentadas tipologias de calçado enquadradas nas seguintes categorias: formas lineares; formas orgânicas; formas lúdicas; e formas urbanas (CTCP, 2010, p. 7-57). Em cada categoria foi definida além do desenho do modelo, os processos e detalhes ao nível da montagem e materiais dos componentes de cada artefacto. Revelam possibilidades de sistemas de representação visuais e informativos de coleções, úteis ao designer de calçado.



Fig. 45 Modelo da marca Trofal. O calçado dessa marca é, maioritariamente, feito à mão e de produtos naturais, reciclados e biodegradáveis, cosidos com fios naturais, em alternativa do uso de couros curtidos ao crómio e colas de base aquosa. Fonte: CTCP, 2012, p. 27.

relacionadas com as diferentes partes constituintes do calçado e manifestou-se como contributo ao esclarecimento de aspetos inerentes ao estudo dos programas. Ao momento da publicação foram reconhecidos “cerca de 40 materiais diferentes, agrupados por grandes grupos como o couro, borracha, termoplásticos, espumas, têxteis e componentes metálicos” (2012, p. 5). Esses grupos traduziram uma relação com os dois principais elementos que caracterizam o calçado, a saber, o corte e a sola, mas também com calçado específico. Da análise ao quadro seguinte pode concluir-se que os componentes metálicos se associaram ao calçado de segurança; os termoplásticos, borracha e couro, aos solados; e o couro, espumas ou têxteis, ao corte; esclarecendo assim no âmbito dos materiais passíveis de aplicar nos programas as respetivas correspondências. O estudo reconheceu que a indústria do calçado seguiu a tendência de ampliação da lista de materiais disponíveis para aplicação nos programas, agrupando os mesmos de acordo com as propriedades físicas principais.

MATERIAIS NORMALMENTE UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DE CALÇADO			
CORTE	MATERIAL	SOLA	MATERIAL
ESPELHO PALA GOLA CORTE TALÃO	COURO, TÊXTEIS, SINTÉTICOS	BIQUEIRA	AÇO, ALUMÍNIO, OU MATERIAIS COMPOSTOS.
		SOLA	BORRACHA, POLIURETANO (PU), BORRACHA TERMOPLÁSTICA (TR), ACETATO DE VINIL ETILENO (EVA), POLICLORETO DE VINILO (PVC), POLIURETANO TERMOPLÁSTICO (TPU).
		RASTO	
		PALMILHA DE PROTEÇÃO	AÇO, KEVLAR®
		TACÃO	BORRACHA, POLIURETANO E TERMOPLÁSTICOS MADEIRA, TERMOPLÁSTICOS RÍGIDOS (p. ex. ABS, PP).
		SALTO	

Quadro 13 Esquema dos elementos constituintes do corte, da sola e dos materiais utilizados na produção das partes constituintes do artefacto e seus componentes. Fonte: CTCP, 2012, p. 6.

Sublinhou-se a publicação “Laboratory Tests for Materials, Components and Footwear” (2015) por ter apresentado o levantamento dos testes laboratoriais desenvolvidos para materiais e componentes de calçado elaborados pelo CTCP, permitindo esclarecer quais as propriedades necessárias ou expectáveis nos vários elementos que constituem sobretudo o calçado especializado, a saber, análises químicas⁷¹, microbiológicas⁷² físicas; e propriedades físicas relacionados com aspetos inerentes à resistência, à função e à estética⁷³. O esclarecimento das propriedades

⁷¹ Designadamente, ao nível de pH, volatilidade, crómio, metais pesados, elementos químicos e resistência à corrosão (CTCP, 2015).

⁷² Designadamente, ao nível de atividades antimicrobianas e biodegradabilidade (CTCP, 2015).

⁷³ No âmbito da investigação, considerou-se que os testes analisados às ‘capacidades abrasivas’, de ‘proteção ao fogo’ e ‘dureza’, correspondem ao conceito de resistência; a ‘capacidade de adesão’, ‘absorção’, ‘flexibilidade’, ‘permeabilidade’, ‘conforto biomecânico’, ‘conforto térmico’ e ‘ergonomia’ a aspetos relativos à função; e por fim, os testes à ‘manutenção da cor’ referem-se à estética (CTCP, 2015).

de materiais emergentes para a produção do calçado em Portugal, poderá contribuir para a compreensão desse no quadro da disciplina do design pelo reflexo de conceitos inerentes às dimensões e amplitude do artefacto. Os materiais são efetivamente um dos elementos mais relevantes e, paralelamente, são aqueles que fornecem mais implicações na construção dos artefactos e na experiência do mesmo.

Por fim, restará mencionar as publicações “Novos perfis de segurança, proteção e ocupacional” (2012a) e o “Estudo das tendências de calçado técnico / profissional (2012b) por refletirem a análise sobre programas e tecnologias específicas: o calçado de segurança e de proteção. Pode constatar-se que existem duas classificações para esse tipo de calçado: classificação I – constituído por corte em pele ou outros materiais, excluindo-se o fabricado todo em borracha, poliuretano ou PVC; e II – inteiramente de borracha, poliuretano ou PVC, através de processos de vulcanização ou moldagem por injeção; às quais se associam quatro categorias na classificação I e três na classificação II (fig. 47 e 48) (2012a, p. 11-15). Os aspetos a considerar na seleção de ‘calçado de segurança, proteção e ocupacional’: corte, forro, testeira, palmilha, calcanheira, talão, sola e aperto (2012a, p. 7). Foram caracterizadas tipologias específicas ao nível das propriedades dos materiais e sua ligação com a atividade a que se associam na medida em que requerem especificidades quanto aos aspetos enunciados, como o ‘calçado de bombeiro’, ‘calçado de soldadura e fundição’, ‘calçado de proteção ao corte por motosserra’ (2012a, p. 21-29), calçado aplicado às unidades de saúde, calçado para a atividade da recolha do lixo e para a limpeza, sapatilhas para dança/ballet e calçado para companhias de aviação (fig. 46-50) (2012b, p. 9-17).



Fig. 46 Método de ensaio de determinação da resistência ao escorregamento do calçado. Fonte: CTCP, 2012a, p. 13.



Fig. 47 Pictograma para marcação CE de calçado de bombeiro. Fonte: CTCP, 2012a, p. 25.



Fig. 48 Pictograma para marcação CE de calçado com resistência ao corte por motosserra. Fonte: CTCP, 2012a, p. 28.



Fig. 49 Calçado de segurança, de acordo com a classificação I. Modelo da empresa: Albano Miguel Fernandes, Lda. Fonte: CTCP, 2012a, p. 11.



Fig. 50 Calçado de segurança, de acordo com a EN ISO 20345. Modelo da empresa: Albano Miguel Fernandes, Lda. Fonte: CTCP, 2012a, p. 12.

As perspetivas difundidas por essa unidade de investigação, desenvolvimento e inovação do calçado transpareceram uma articulação perante as necessidades do panorama do setor do calçado ao nível dos materiais e a par das tecnologias⁷⁴ com vista a dar resposta à inovação, assumindo que ambos refletem as sinergias principais do sistema industrial. Dessa maneira, os materiais desenvolvidos revelaram essencialmente possibilidades para alternativa ao uso do couro acrescentando propriedades inovadoras.

3. INTERDISCIPLINARIDADE METODOLÓGICA: CONTRIBUTOS DA HISTÓRIA

No desenho da investigação definiu-se a interdisciplinaridade metodológica para o estudo do design de calçado. Nesse âmbito manifestou-se pertinente aproximar perspetivas e métodos da história geral e dos seus géneros, designadamente, da história local e da história oral para a construção do quadro metodológico. Sendo que:

a) Da história em geral

De acordo com a principal linha de pensamento que percorre a investigação no quadro da história do design, conforme referido, destacou-se o contributo de Jacques Le Goff⁷⁵. Considerando-se a pertinência das suas perspetivas não apenas no presente estudo, mas também para a história do design enquanto área disciplinar, deu-se particular relevância aos discursos que traduziram a sua compreensão da história e dos métodos de historiar, de modo a estabelecer um paralelismo com os sentidos da presente investigação. A regeneração da ideia tradicional das fontes históricas, ou seja, do documento escrito, o afastamento da 'longa duração braudeliiana'⁷⁶, a ampliação no conceito de fontes históricas, o alargamento à interdisciplinaridade e a aproximação da micro-história⁷⁷ foram aspetos defendidos pelo autor considerados pelos autores relevantes para a investigação, uma vez que ao implicar a ampliação do conceito de

⁷⁴ A atuação do CTCP engloba também a inovação ao nível da responsabilidade ambiental do setor do calçado. Ver "Guia de boas práticas ambientais na fileira do calçado" (2012).

⁷⁵ Jacques Le Goff (1924-2014) foi um historiador francês que se enquadrou na terceira geração da *Escola dos Annales*. A obra de Le Goff forneceu um contributo fundamental para a construção das narrativas da história, tendo apresentado novas perspetivas sobre historiografia, sobre momentos particulares da história e da sua periodização e, ampliado a própria noção de fonte histórica. O seu contributo foi elementar para a abertura a novos campos de pesquisa.

⁷⁶ Fernand Braudel (1902-1985) foi um historiador francês que se enquadrou na geração anterior a Le Goff na *Escola dos Annales*. Uma das principais perspetivas defendidas pelo autor refere-se à ideia que certas mudanças históricas só seriam perceptíveis após passarem dezenas de anos e, para serem compreendidas o historiador deveria olhar para a história a partir de um ponto de vista da 'longa duração', distanciado no tempo em que decorrem os acontecimentos (Braudel, 1978, p. 41-78).

⁷⁷ A micro-história emergiu entre 1981 e 1988, em Itália. Distingue-se pela escala de observação reduzida, foco no quotidiano, biografias, objetos específicos, delimitados em questão de temporalidade e de espaço com vista a revelar outros factos. Fundamenta-se numa profunda exploração das fontes, utilizando os artifícios da narrativa, mas também da descrição etnográfica. Ver Carlo Ginzburg (1989) - "A Micro-História da Arte e outros ensaios". Emmanuel Le Roy (1929-) foi considerado um dos primeiros historiadores a elaborar um estudo histórico sobre uma comunidade no sentido antropológico. O historiador adotou métodos que cruzaram história quantitativa e económica com história política, religiosa e psicológica para a escrita das narrativas (Burke, 1990, p. 54).

documento⁷⁸, permitiu a abertura aos recursos metodológicos interdisciplinares.

Paralelamente à afirmação da disciplina da história do design, emergiu em França a “Nova História”⁷⁹, onde o historiador Jacques Le Goff direcionou novos métodos e, conseqüentemente, outros objetos antes reservados à antropologia. A ideia da antropologia histórica proposta por Le Goff (1990) para o posicionamento da disciplina num sentido analítico do percurso da civilização, dos destinos coletivos, da evolução das sociedades, os costumes ou os acontecimentos, mas também a amplitude do historiador na “intercepção dos três eixos principais (...): a história económica e social, a história das mentalidades, as investigações interdisciplinares” (1990, p. 111) deixaram perceber uma relação com a história do design. De acordo com o autor os novos problemas não devem definir as técnicas (1992, p. 54) e, os novos documentos e ampliação de conceitos devem ser encarados e questionados, demolindo-se a ideia da linearidade do tempo e percebendo-se a duração da eficácia do fenómeno, fundamentados na antropologia e nos diálogos com várias áreas (1992, p. 55-65). Esses aspetos evidenciam incentivar a ampliação de conceitos e do documento histórico para a escrita das narrativas. Assim, no âmbito da presente investigação, considerou-se a pertinência do recurso a fontes de natureza diversificada com vista a ser possível tecer uma análise que incidisse na compreensão da história do design de calçado em Portugal, sob o ponto de vista antropológico.

Ao defender que a história também é passível de narrar mesmo quando os documentos escritos não existem, Le Goff (1990) sugere a amplitude dos processos históricos e de horizontes temáticos, a partir de várias perspetivas e da interdisciplinaridade, que por seu turno levarão à expansão das possibilidades de utilização de diversos tipos de fontes históricas, socorrendo-se de todas as técnicas possíveis, cabendo ao historiador decidir sobre aquilo que irá considerar como documento e o que irá rejeitar (1990, p. 88). Ao historiador de design o recurso à amplitude de horizontes temáticos pode manifestar-se como contributo fundamental para a procura da interdisciplinaridade na construção dos discursos.

⁷⁸ O conceito de ‘documento’ foi defendido por Le Goff (2008) com base na definição apontada por Michelle Foucault no livro “A arqueologia do saber” (1969). Para a compreensão da finalidade e dos métodos da história, o autor considerou o documento histórico associado a uma vasta materialidade, onde “livros, textos, narrações, registos, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes” são apontados como possibilidades documentais na escrita da história (2008, p.7). Nesse sentido, alcançou-se com essa abertura a possibilidade de a história definir no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries e relações, não se limitando apenas a interpretação ou determinação da verdade de um documento (2008).

⁷⁹ A expressão “Nova História” herdeira da “Escola dos Annales” manifestou-se como a corrente ideológica da terceira geração que a marcou, onde se destacou Le Goff. Valerá esclarecer que: a linha de pensamento de maior relevo ao longo do século XX agrupou três gerações de historiadores que corresponderam à direção da revista *Annales d’histoire économique et sociale*, fundada em 1929 e que estiveram na origem da “Escola dos Annales”. A primeira geração (entre a década de 20 ao fim da 2ª Guerra Mundial) foi liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre e caracterizou-se pela ampliação de um olhar distinto sobre as fontes e pela compreensão mais ampla da história, da sua interdisciplinaridade e da abertura a novas áreas como a história económica ou história social; a segunda geração foi liderada por Fernand Braudel e Labrousse (depois da II Guerra Mundial até ao final da década de 60), onde através de novos conceitos e métodos introduziram a história serial; na terceira geração (1968-1989) destacou-se Le Goff e foi vencedora na antropologia (Burke, 1992, p. 421-432). A geração de Le Goff centrou-se na reação à história tradicional metódica ou “positivista” na tentativa de construir “uma história do poder sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, que incluía notadamente o simbólico e o imaginário” (Le Goff, 1998, p. 8).

b) Da história local no contexto nacional

O interesse pela história local ocorreu a par da criação da Academia Real da História, mas tendo sido mais profusos a partir do século XIX, onde o ambiente cultural romântico impulsionou Alexandre Herculano e Oliveira Martins⁸⁰ a inferir para a necessidade da história local e das monografias locais enquanto um contributo valioso ao que havia ainda para historiar no país. No início do século XX destacam-se os esforços levados a cabo por Alberto Sampaio ou Martins Sarmiento na divulgação de estudos locais em Portugal, nos quais se encontram contributos sobre o calçado e sobre o ofício do sapateiro na cidade de Guimarães. A história local tem tido uma abordagem cada vez mais ampla e diversificada nos temas, assim como tem complementado outras áreas como a história económica e social, das mentalidades, dos costumes, política ou militar⁸¹. A pertinência na investigação de uma relação com a história local pode justificar-se a partir das premissas que definem esse género da história. A história local, como referiu Francisco Silva (1999) não pretende encontrar uma verdade universal e por isso tem sobretudo uma função pedagógica no desenvolvimento da consciência de integração e intervenção necessárias das realidades em estudo (1999, p. 386); e como complementou Amado Mendes (2000) manifesta-se como meio facilitador à visão do conjunto para tornar possível análises de realidades concretas, definidas e localizadas, enriquecer conteúdos ou até mesmo corrigi-los. Como se pode verificar, essa caracterização fornece aspetos que evidenciam uma direção dos discursos e deixam subentender questões a ter em conta na construção das narrativas.

Para o desenho metodológico, importou considerar os elementos enumerados por Silva (1999)⁸² relativamente à essência dos estudos da história local, uma vez que traduzem linhas orientadoras e metodologias que poderão interessar à investigação: os estudos que se enquadram na história local são flexíveis e libertos dos modelos eruditos da escrita da história, o que permite o desenho de uma narrativa que cruze não só várias áreas do conhecimento e metodologias interdisciplinares, mas também se mostre mais concreta pela aproximação à vida quotidiana e pela procura em atingir o invisível, ou seja, aquilo que um olhar do exterior não consegue captar e, diferencial para se manifestar como uma história comparada (1999, p. 389). A presente investigação ao estudar aspetos particulares que se relacionam com o design a partir de focos diferenciados, como os atores sociais, evidências adquiridas por outras áreas do conhecimento, a experiência e o conhecimento empírico do investigador que se direciona para uma realidade concreta

⁸⁰ O historiador escreveu a propósito das monografias locais: "Considerarei sempre que um dos subsídios principais para a história geral do país consiste nas monografias locais, onde se estuda a arqueologia e a história, as biografias e as tradições, com os documentos à vista e à mão os arquivos municipais e particulares" (Mendes, 2000, p. 356).

⁸¹ Ver Nunes (1996); Silva (1999); Mendes (2000);

⁸² O historiador fundamenta-se nas obras de referência para a história local de Guy Thuillier e Jean Tulard intituladas "Histoire local et politique de l'histoire" (1974) e "Histoire local et regional" (1992).

propôs a aplicação de métodos de investigação que viabilizassem e complementassem os discursos.

c) Da história oral no contexto nacional

A história oral em Portugal expressou-se nos anos 80, mas foi sobretudo a partir da segunda metade da década de 90 que se afirmou⁸³. Trata-se de uma disciplina que aplica metodologias complementares em investigação, permitindo acrescentar elementos à história de uma comunidade de forma alargada, inovadora e dinâmica. Pelo facto de se reconhecerem múltiplos descritores e se aliar a fontes documentais podem gerar-se novas fontes históricas relevantes nos estudos onde as suas metodologias se implementam, manifestando-se por isso de interesse em estudos de design. A aplicação das suas metodologias tem sido reconhecida como pertinentes em estudos de diversas áreas do saber. De acordo com Oliveira (2010) a sua presença tem-se destacado na sociologia, nas ciências políticas, na arquitetura e na antropologia, sendo nessa última onde a importância das experiências de cada indivíduo é mais vincada (2010, p. 149-152). De facto, o discurso dos atores sociais pode revelar-se como um elemento fundamental ao permitir o desenho do passado em primeira voz, mais rico, autêntico, integrado no corpo de texto e na componente crítica.

Tendo em conta os três géneros que refletem o quadro disciplinar da história oral, a saber, tradição oral, história de vida e história temática (Freitas, 2002, p. 11) poderá encontrar-se um paralelismo em estudos sobre design de calçado na medida em que essas perspetivas poderão integrar a construção da narrativa em torno da compreensão dos antecedentes do design e do designer de calçado, dos programas dos artefactos e das suas tecnologias.

A entrevista é, segundo Alistair Thompson (1998) reconhecida como técnica e principal instrumento da história oral para o investigador. Nesse sentido, um dos aspetos mais relevantes para a sua validação consiste na sua preparação mediante a temática. A premissa que o recurso à técnica da entrevista para a escrita da narrativa envolve, como apontou Thompson (1998) a seleção dos entrevistados e, por isso, a possibilidade de o historiador se debater ou mesmo ser forçado a escolher entre a responsabilidade para com os seus entrevistados e frente à história e à sociedade (1998, p. 61) manifestou-se como a primeira chamada de atenção acerca do risco da utilização desse recurso, no sentido de prevenção de eventuais ocorrências. Partilhando dessa premissa, a investigação procurou um equilíbrio entre ambas as situações de modo a tentar respeitar o compromisso estabelecido com os entrevistados, mas também perante a história. Tendo em consideração o conhecimento empírico da investigadora optou-se por conduzir as

⁸³ Luísa Oliveira (2010) apresentou os estudos de Nancy Bermeo ou Charles Downs realizados na década de 80 sobre a conjuntura revolucionária portuguesa, os quais utilizaram e citaram as fontes orais. Esses estudos validaram a indução que existiu 'história oral sobre Portugal' antes de existir 'história oral em Portugal'.

entrevistas de modo a não levantar questões suscetíveis de provocar situações de escolha.

Verona Alberti (2007) no “Manual de História Oral” dedicou à entrevista uma importância acrescida concentrando as suas perspetivas em três estados fundamentais no sistema que envolve a sua estrutura: a escolha e o número dos entrevistados; a escolha do tipo de entrevista⁸⁴; e os papéis do investigador e da equipa que complementam os eixos estruturantes do seu processo (2007, p. 30). Em estudos de design poderia acrescentar-se a importância de compreender em que medida a caracterização desses estados contribuiria para a estruturação do seu objeto de estudo. A investigação partilhou as considerações de Alberti (2007) acerca da seleção dos entrevistados, defendendo a necessidade de, primeiramente, determinar o tipo de pessoa a entrevistar para posteriormente selecionar, perante a qual essa seleção não deve ser norteada por critérios quantitativos ou preocupações de amostragens, mas antes a partir do grau de relevância, função e relação do entrevistado no seu conjunto com o tema a estudar (2007, p. 31). A chamada de atenção perante implicações trazidas com a aplicação da entrevista, como alterar o rumo do projeto, substituir ou adicionar outros entrevistados (2007, p. 33), manifestou relevância na investigação uma vez que permitiu a consciencialização que poderiam ocorrer eventuais intervenções, as quais por sua vez deveriam ser avaliadas e reformuladas, por forma a validar os procedimentos e métodos.

Nesse sentido, a investigação seguiu estrutura metodológica compreendida no quadro da história oral para a organização das entrevistas conforme se referiu de forma detalhada no capítulo I. Importou nesta parte evidenciar a importância das narrativas recolhidas no contexto da investigação de forma a conseguir testemunhos dos ‘atores’ imbuídos na realidade da área do calçado.

4. PRECEDENTES DO DESIGN DE CALÇADO EM PORTUGAL

No contexto da investigação sobre o design de calçado português, as publicações onde esse tem vindo a ser estudado privilegiam dimensões analíticas distintas. Encontraram-se essencialmente trabalhos académicos – artigos, dissertações e teses – e publicações da APICCAPS e do CTCP, os quais, além de traduzirem os primeiros estudos centrados na temática do calçado, inscritos em perspetivas do design, ou sob perspetivas que interessam ao design, foram reveladores dos primeiros interesses temáticos e perspetivas sobre o assunto. Mostram-se relevantes para o

⁸⁴ A autora considerou a necessidade da elaboração da lista de entrevistados, justificação de cada caso e definição do número de entrevistados, apesar de ser de partida impossível de estabelecer como correspondentes à primeira fase de preparação da entrevista (Alberti, 2007, p. 35-36). A segunda fase relaciona-se com o tipo de entrevista - entrevistas temáticas ou entrevistas de história de vida (2007, p. 37-38), a qual deve ser selecionada de acordo com os propósitos da investigação, evidenciando-se também a possibilidade de aplicação de ambas. As primeiras referem-se à participação do entrevistado numa conjuntura específica, como a função desempenhada, o envolvimento ou a experiência, na qual o tema se torna o centro e o objeto da entrevista. A segunda tipologia envolve o eixo biográfico e apesar de focada no próprio indivíduo e na sua trajetória, contém na sua génese uma relação com o tema.

estudo do design de calçado em Portugal, apesar de se enquadrarem em áreas disciplinares distintas do design, mas que pela abordagem ao tema se tornam pertinentes às perspetivas do design.

No conjunto de dissertações e artigos consultados prevaleceram abordagens temáticas alusivas ao design de calçado sob o ponto de vista das possibilidades e da valoração que pode trazer ao setor do calçado; da gestão do design nas empresas de produção de calçado; do desenvolvimento de artefactos ou pequenas coleções; estudos sobre marcas portuguesas de calçado; e possibilidades de aplicação de outros materiais no calçado relacionados com preocupações ecológicas ou inovação. Paralelamente, verificam-se algumas preocupações relacionadas com os contextos históricos relativos ao 'calçado', como o caso do levantamento da sua evolução formal histórica ao nível internacional generalizada; com fatores ergonómicos; o conforto; ou os processos de fabrico. Isoladamente ou articulados, essas perspetivas de abordagem manifestaram-se como os principais conteúdos dissertados, os quais apesar de não incidirem na problemática e nas metodologias seguidas na presente investigação, refletem a ampliação da compreensão do calçado em Portugal e permitem uma análise aos aspetos que mais se têm destacado em contexto de investigação⁸⁵. Salientaram-se, nesse âmbito, duas publicações: a dissertação de mestrado e a tese de doutoramento de Pedro Almeida (2005; 2012), onde a compreensão do calçado incluiu tópicos que se intersejam com perspetivas partilhadas na presente investigação. Consideram-se os primeiros estudos relevantes no quadro do design de calçado, inscritos em estudos sobre *branding*, por se debruçarem na análise das dimensões do design de uma marca portuguesa de calçado. Manifestaram-se fundamentais na investigação tendo fornecido pistas para a compreensão do calçado em Portugal.

Verificou-se uma grande profusão de dissertações provenientes da Universidade do Minho, as quais, apesar de o calçado ser objeto de estudo, ou em alguns casos, o principal objeto de análise, evidenciam abordagens metodológicas direcionadas para perspetivas de projeto em design. Manifestam-se com um grupo significativo de documentos consultados, uma vez que traduzem fases ou processos de trabalho inerentes ao desenvolvimento e produção do calçado em si e ao desenvolvimento ou experimentação de outros materiais; e refletiram um contributo para o panorama do estado da arte em estudos sobre calçado. Valerá referir que prevalece uma abordagem que não demonstra a distinção do design de calçado e do designer de calçado, assumindo assim as temáticas num enquadramento de pertença ao design de moda, ou seja, a compreensão do artefacto enquanto acessório. Não se evidenciou a compreensão da dimensão de conceitos e a abordagem ao designer de calçado e ao design

⁸⁵ Considerando-se um contributo para a construção de discursos sobre design de calçado, realizou-se um quadro onde se organizou esse levantamento bibliográfico. A sua estrutura assenta na ordem cronológica. Contemplou-se a área de investigação, instituição, autor e elaborou-se um resumo da mesma. Ver anexo ao capítulo II.

de calçado, do ponto de vista das perspetivas defendidas no presente estudo.

A associação que representa o setor, pela sua compreensão da cultura do calçado como espelho de uma identidade nacional, industrial e estratégica tem difundido campanhas de divulgação e internacionalização dos artefactos e das marcas, bem como ao nível da inovação de artefactos, materiais ou tecnologias através do CTCP, as quais assumem um conjunto de publicações que retrata in loco o setor da indústria do calçado, tornando-se uma das principais fontes primárias para estudos sobre o design de calçado.

Por sua vez, têm vindo a ser difundidos outros documentos institucionais com o propósito de contribuir para a veiculação de informação dentro do setor do calçado, as quais se evidenciam como o principal reflexo da indústria do calçado e, conseqüentemente, do panorama do design de calçado em Portugal. De igual modo, tem-se verificado que a comunicação social se tem debruçado sobre a temática dado a relevância que a indústria do calçado tem vindo a demonstrar na economia portuguesa, sendo frequentes a publicação de notícias, breves análises ao setor ou programas de televisão.

A última década assistiu à profusão de estudos nacionais sobre calçado aumentar consideravelmente, revelando a relevância que a temática do calçado em Portugal tem vindo a suscitar. Apesar de se distanciarem das perspetivas da investigação, tendo em linha de conta a procura de uma compreensão o mais plural possível, a multiplicidade de interpretações poderá manifestar-se como uma mais valia à investigação. Selecionou-se um grupo de textos provenientes da área das ciências empresariais e económicas, da gestão, das finanças, da economia, do marketing, da engenharia, da sociologia e da história. Na verdade, foram esses sentidos à luz das disciplinas onde se posicionam, onde as abordagens ao tema foram mais profusas, predominando as investigações de cariz académico.

As publicações consultadas são apresentadas pela ordem mencionada em epígrafe e, dentro dessa, sob o ponto de vista cronológico. Privilegiou-se a análise aos estudos onde os discursos se manifestaram relevantes ao design de calçado.

4.1 HISTÓRIA: HISTÓRIA DA MODA, HISTÓRIA DO CALÇADO

As publicações, sobretudo provenientes da área da história manifestaram-se, em alguns casos, fontes primárias para a compreensão da indústria portuguesa do calçado e do design de calçado. Inscrevem-se em estudos gerais sobre a moda relativamente a análises formais, biografias de designers, cronologias específicas.

No âmbito de estudos nacionais sobre história da moda na sua generalidade destacou-se “A moda em Portugal nos últimos trinta anos”, de Tereza Coelho e Assunção Avillez (1987) e “Fashion, design, cultura e identidade: a costura social da moda em Portugal no século XX”, de Valter Cardim (1998); no quadro do estudo do vestuário, enquanto compreensão do conceito de ‘traje’⁸⁶, encontrou-se um conjunto de estudos centrados em períodos e tipologias particulares, dos quais valerá mencionar: “O traje regional português e o folclore” de Madalena Teixeira ([s.d.]), “A moda e o traje militar: a génese do uniforme no século XVII” de Paulo Morais ([s.d.]), “A moda e o traje militar: a génese do uniforme no século XVII” de Paulo Morais ([s.d.]), “Modelos e modas – traje de corte em Portugal nos séculos XVII e XVIII” de Alberto Silva (1993), “O traje dos lentes: memória pra a história da veste dos universitários portugueses – séculos XIX – XX” de Armando Carvalho Homem (2004), “O traje de corte feminino em Portugal da época de D. Manuel I a D. Pedro II” de Maria João Fialho (2011) e a dissertação “A Moda feminina no Estado Novo: a relação da moda e da política nos anos sessenta em Portugal” de Margarida Garcia (2011); no quadro de estudos biográficos, as publicações “15 histórias de hábitos: criadores de moda em Portugal” e “O que é a moda”, de Cristina Duarte (2003; 2004). Desse conjunto de publicações, as menções ao calçado são pontuais, sendo que os conteúdos destacados são o vestuário.

Os estudos que incidiram particularmente sobre calçado no âmbito da história exploraram aspetos que permitem compreender os antecedentes do design e do designer de calçado nos respetivos contextos. Destacou-se nessa área:

- A dissertação de Maria Helena Mendes da Rocha Oliveira, “A Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano e o seu Hospital na Idade Média” (2001) por se debruçar na história dessa confraria traçando o retrato do sapateiro e com isso revelar o antecedente do design de calçado.
- O estudo de Geraldo Coelho Dias (2003) intitulado “A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano: uma relíquia da Idade Média no Porto moderno”, por mostrar um retrato integral da irmandade dos sapateiros criada no Porto medievo por esses profissionais; e a tese de doutoramento de Arnaldo Sousa Melo intitulada “Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415” (2009), por caracterizar e propor

⁸⁶ O termo traje é definido por Houaiss (2003) como “a roupa que se veste habitualmente; vestuário próprio de uma profissão” (2003, tomo XVII, p. 7855).

interpretações sobre a organização do trabalho e produção industrial ou artesanal no Porto do século XIV. Ambos forneceram um contributo para o estudo do ofício.

- A publicação de Joaquim Vieira “A vida, o trabalho e a luta dos sapateiros de Loulé (1890 -1945)” (2011) aborda a história do ofício, o seu desenvolvimento, o modo de operar, o nascimento das associações e o paralelismo com o contexto histórico, manifestou-se importante pelo carácter comparativo, ao mesmo tempo que a apresentação de uma lista bibliográfica sobre o assunto permitiu um alargamento temático.
- A dissertação “A indústria do calçado em S. João da Madeira (1881-1953): estudo e mediação”, de Susana Carvalho (2012) pelo carácter paralelo, onde organizou conteúdos relativos à presença da indústria do calçado em S. João da Madeira, socorrendo-se de fontes escritas documentais como método histórico e fornecendo um retrato da tradição da produção de calçado incrementada nessa cidade.

Os estudos mencionados contribuíram para o esclarecimento sobre os contextos abrangidos pela cronologia da investigação, ao mesmo tempo que forneceram outras fontes históricas e perspectivas de interesse a estudos sobre calçado.

Valerá mencionar que se encontrou uma publicação sobre tipologias de calçado, sob o ponto de vista da sua evolução ao longo da história, intitulada “História do calçado: da antiguidade caminhando até ao presente” de Jorge Ribeiro ([s.d.]), a qual resulta de um trabalho de pesquisa sobre calçado histórico, num sentido generalista e com o recurso a fontes e metodologias inerentes à história pouco clarificadas.

4.2 DO DESIGN

O conjunto de publicações académicas inscritas em estudos de design, tradutoras de diversas perspectivas de abordagem à compreensão do calçado são alocadas às seguintes áreas disciplinares:

- Design, Materiais e Gestão do Produto;
- Design e Marketing;
- Design de Comunicação de Moda;
- Design de Equipamento;
- Design;
- Design de Moda.

Enquadrados nessas áreas, os estudos são centrados no *branding*, no design sustentável, na gestão do design, no design de moda, no design social e no *ecodesign*. Apesar de distanciados das perspectivas propostas na investigação, manifestam-se relevantes sob o ponto de vista em que são tradutores da emergência de estudos em Portugal sobre o calçado e onde o design é o enquadramento teórico dos mesmos. O facto de ser frequente os estudos traduzirem a materialização da essência do design de calçado, ou seja, os artefactos, uma vez que é comum serem acompanhados de

protótipos⁸⁷, sobretudo em propostas de aplicação de novos materiais no âmbito da verificação de resultados, observando-se complementarmente processos criativos, as publicações encontradas manifestam-se interessantes. Esse aspeto da construção de protótipos torna-se relevante pela premissa que a tridimensionalidade é inerente ao artefacto e, com a construção do mesmo é possível verificar a diversidade de possibilidades de materialização de processo criativo aplicados ao desenvolvimento de calçado. Na sua generalidade, não traduzem, contudo, aplicabilidade ao quadro de produção da indústria do calçado portuguesa com vista à sua reprodução seriada, ou ainda, relativamente a aspetos ergonómicos, de conforto, flexibilidade ou resistência.

Procedeu-se a uma breve análise dos mesmos, sendo apresentada por ordem cronológica em cada área de onde se enquadram.

A dissertação “Identidade e marca: recursos estratégicos para a competitividade das organizações, na indústria portuguesa do calçado em particular”, de Pedro Almeida (2005)⁸⁸ e a tese de doutoramento do mesmo autor, intitulada “Brand archives: the rescuing of locally specific brand imagery as a graphic design response to the globalization of visual identity” (2012)⁸⁹ manifestam-se como os primeiros estudos do calçado em Portugal à luz do design e, por isso, fundamentais para o estudo do design de calçado nacional. Verificaram-se preocupações relativas ao domínio da implementação das estratégias de produto e de imagem na indústria do calçado em Portugal (2005, p. 74), sendo que a dissertação traduziu o estudo do calçado, partindo da premissa do distanciamento entre a indústria e o design, designadamente, “o défice de imagem de marcas e de produtos portugueses de calçado” (2005, p. 11). O autor procurou na relação entre design e indústria um contributo para essa fragilidade, incidindo na compreensão do *branding* enquanto disciplina e fundamentação para a continuidade e evolução das marcas. Privilegiou uma perspetiva onde relacionou o calçado como produto e, o conceito de identidade cultural particularizada na marca portuguesa ‘Sanjo’. Almeida (2005) destacou o potencial de evolução de produtos tradicionais e marcas portuguesas através da reinterpretção do design, em direção à indústria e vice-versa (2005, p. 117). Com base em metodologias partilhadas na presente investigação, o estudo reconheceu também o crescimento da indústria portuguesa ao nível técnico e tecnológico, identificando marcas portuguesas com identidade e discurso próprios e recursos estratégicos ao nível do design. Nesse quadro e relativamente à compreensão dos programas, incidiu em tipologias de carácter desportivo, designadamente, o caso das sapatilhas, posicionando assim a abordagem cronologicamente nos séculos XX e XXI. O autor desenhou mapas concetuais sobre aspetos

⁸⁷ As publicações de Sílvia Saraiva (2012), Ângela Silva e Pedro Souto (2014), Bernardete Soares (2015), Graça Grave (2015), Maria Morim (2015) e Catarina Vicente (2016).

⁸⁸ Realizada na UA.

⁸⁹ Realizada na Central Saint Martins College of Art & Design, University of the Arts London.

intrínsecos à temática em evidência, tendo-se destacado o mapa do panorama geral da indústria do calçado, o qual traduziu um registo relevante pela objetividade dos conceitos (fig. 51).

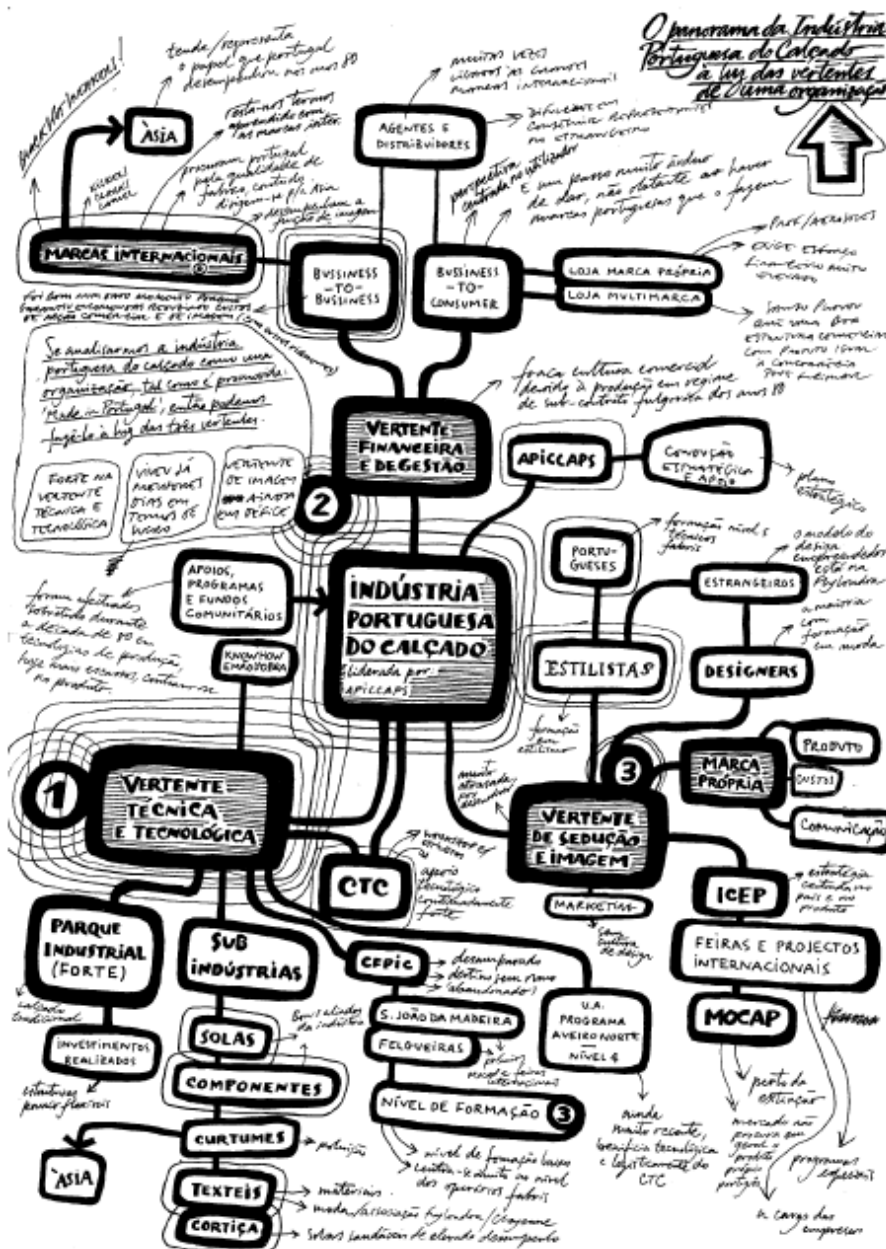


Fig. 51 Panorama da indústria portuguesa do calçado.
Fonte: Almeida, 2005, p. 93.

Importará destacar a chamada de atenção que teceu ao modelo dominante àquele momento em Portugal ao nível do desenvolvimento de novos produtos: “o design é uma competência afastada da indústria, prevalecendo as competências de carácter técnico e tecnológico e da engenharia face as de criação pura de produto e comunicação. Não obstante os exímios estilistas e modeladores portugueses, com mérito na obtenção de prémios em feiras internacionais de calçado, a realidade competitiva das marcas demonstra que essas competências são insuficientes” (2005, p. 104). Volvida mais de uma década, essas considerações continuam a manifestar-se ao momento atuais, onde as competências de carácter técnico parecem continuar no topo das preocupações da indústria do calçado sendo-lhe

reconhecido o fator de qualidade de fabrico. Igualmente, o sentido de aproximação e articulação de competências em design e a produção de calçado como aspeto fundamental para a competitividade, sobretudo ao nível da imagem dos produtos portugueses foram aspetos considerados, os quais continuam a revelar-se essenciais para o desenvolvimento da indústria do calçado. Apesar da manutenção de conceitos defendidos pelo autor, torna-se importante mencionar que a indústria tem também mostrado resultados positivos ao nível da inovação, desenvolvimento de produto, materiais e processos de fabrico; a criação de novas marcas tem sido também bastante profusa e o crescimento constante e progressivo; o preço médio de par de calçado tem igualmente aumentado; e, por fim, os volumes de produção encontram-se em crescimento.

Considerando a compreensão do autor sobre a ‘herança pesada’ que a história permitiu recordar – o panorama contextual das décadas de 80 e 90 marcadas pela produção de grandes quantidades de calçado e, por isso, com um peso elevado e de grande responsabilidade nas dificuldades que a indústria atravessou aquando do abandono da produção em Portugal por parte das marcas multinacionais no momento seguinte (2005, p. 138), evidencia-se, sob o ponto de vista da investigação que se poderá também compreender esse momento da história do design de calçado em Portugal a partir de uma perspetiva que a entende como reflexo das mentalidades, da conjuntura e das visões políticas, da economia externa e interna, da tecnologia, formação e especialistas disponíveis. Por um lado, só no século XXI a indústria encarou com mais seriedade o design. Por outro lado, também o design não se terá aproximado da indústria para o delinear de caminhos paralelos tanto quanto desejável. Nesse sentido, a investigação distancia-se metodologicamente e de pressupostos defendidos pelo autor. À história do design, essas constatações permitem uma reflexão, não sobre o porquê, já que esse se enuncia nas premissas anteriores, mas sobre a compreensão de um percurso que se traduziu numa estratégia traçada para a indústria do calçado: a qualidade técnica. Eventualmente, a manutenção da identidade da própria produção de calçado portuguesa está alocada a esse aspeto. O presente estudo pretende traduzir outros pressupostos na compreensão dos factos, partindo assim nesse âmbito do reconhecimento dos factos como resultado de estratégias, de intenções.

Por sua vez, a tese de Almeida (2012) “Brand archives: The rescuing of locally specific brand imagery as a graphic design response to the globalization of visual identity” traduz a continuidade e ampliação da investigação iniciada com a dissertação, assentando nos estudos da marca e da identidade cultural por via do resgate da memória histórica. Além da realização da tese, o projeto de investigação estendeu-se numa componente expositiva onde foram apresentadas pesquisas e interpretações com vista à análise da identidade visual da marca portuguesa e também na publicação do respetivo catálogo. Exprime elevada relevância no quadro de estudos do branding em design de calçado. A realização da exposição contribuiu para a materialização dos conceitos defendidos pelo autor, sendo no caso do calçado em particular uma mais valia para eventuais estudos de programas.

Centrado na abordagem ao design enquanto resgate de uma marca, o autor seguiu metodologias visuais e o estudo de caso para análise interpretativa e da memória histórica na imagem de marca e, a etnografia e métodos de design gráfico para a recuperação dos dados visuais e contextuais, demonstrando que a prática atual do design gráfico pode efetivamente contribuir para a contextualização histórica e relevância cultural ao recuperar a memória histórica e cultural, os elementos e visuais e a análise contextual. A metodologia seguida aplica-se a estudos de marcas, designadamente, a análise da marca de calçado desportivo - ‘Sanjo’ - compreendida através da sua relação local específica, com o panorama nacional marcado pelo Estado Novo e, as semelhanças internacionais, sendo por isso relevante em estudos de design de calçado. Evidenciaram-se relações de identidade, a memória histórica na imagem de marca e o significado cultural que o artefacto trouxe consigo, os quais sustentam a compreensão dos artefactos. O estudo de Almeida (2005, 2012) ao analisar uma marca de calçado desportivo, conseqüentemente, abordou um conjunto de programas específicos que circunscrevem as ‘sapatilhas’, inaugurando assim essa temática em Portugal sob o ponto de vista do design. No entanto, enquadra-se essencialmente na área de estudos do *branding*. A compreensão da memória histórica apresentada revelou-se como aspeto potenciador para a valorização das marcas, para a atividade dos designers e das empresas, contribuindo também para a ‘consciência identitária’ e para a preservação da memória cultural.

A presente investigação pretendeu estudar o calçado sob a interpretação dos artefactos nas suas dimensões ao nível de conceitos, programas, autores e tecnologias. Considerou-se que a abordagem às marcas, à sua individualização comprometeria a delimitação da investigação. Nesse sentido, optou-se por não se particularizar marcas enquanto análise identitária e suas relações ao *branding*, mas antes na sua dimensão contextual no estudo de caso de Felgueiras e tradutoras de uma vertente expressiva nessa cidade.

Do ponto de vista da gestão do design, o primeiro estudo encontrado foi a dissertação de mestrado em Design, intitulada “Design como estratégia de inovação no sector do calçado” de Graça Silva (2007)⁹⁰, onde se reconheceu as vantagens da implementação do design nas diferentes fases da cadeia de valor do setor do calçado. A autora considerou a ‘componente e produção’, ‘distribuição e retalho’ e o ‘design’ como sendo as fases dessa cadeia de valor, apresentando três marcas de calçado portuguesas onde evidencia, sucintamente, a identidade das mesmas e opções firmadas, identificando o contributo positivo que a implementação do design no tecido empresarial do calçado poderá trazer ao setor. Considera-se relevante, sobretudo pelo foco na compreensão o design como elemento potenciador da indústria do calçado portuguesa

⁹⁰ Realizado na UA.

com vista a seu fortalecimento, seguindo assim uma interpretação que será recorrente nos estudos sobre calçado.

Foi no âmbito de estudos em design e marketing onde se encontrou o maior grupo de publicações, sublinhando-se os seguintes:

- A dissertação “Novas abordagens do processo criativo na aplicação da técnica do laser” de Tatiana Martins (2008)⁹¹, tendo seguido “metodologias e estratégias do design gráfico” (2008, p. 1), evidenciou as fases projetuais do design com vista à aplicação de elementos gráficos decorativos proporcionados pela tecnologia do laser, onde também se demonstrou aplicabilidade no calçado. A dissertação, inscrita na ‘área de conhecimento têxtil’ é significativa por apresentar através de metodologias projetuais inerentes a outra área do design aplicadas ao vestuário e ao calçado, onde através da aplicação de uma tecnologia dá a conhecer uma possibilidade para desenvolver elementos gráficos para o calçado.
- A dissertação “Conforto no calçado feminino com ênfase no conforto psico-social” de Mariana Righetto (2013)⁹² apresenta uma abordagem aos artefactos com características particulares e suas associações simbólicas. Tece reflexões sobre o ‘sapato de salto alto’ para o género feminino, aborda a sua significação e a temática do conforto, utilizando metodologias alusivas a estudos exploratórios por questionário onde realçou emoções, sensações, hábitos e atitudes relativamente a essa tipologia. Mostrou-se interessante a procura da relação do género feminino com o salto alto, a sua ligação psicológica e os problemas que causa, articulando o artefacto com a dimensão de função simbólica, em detrimento do conforto.
- A dissertação “Desenvolvimento de materiais têxteis com propriedades antimicrobianas para revestimento de calçado” de Joaquim Matos (2014)⁹³, tem como objeto de estudo “o desempenho das fibras e acabamentos na sua interação com a pele e o meio bacteriológico e o impacto ambiental que estas soluções produzem no ecossistema” (2014, p. 10) para aplicação no interior dos artefactos. O estudo releva interesse no quadro da análise de design de calçado na medida em que incide na temática dos materiais, com recurso a técnicas laboratoriais para comprovar resultados relativamente a materiais passíveis de aplicar no calçado. Sob o mesmo sentido temático, o artigo “Estudo da substituição do couro pela pele de cortiça para aplicação em calçado – vestuário” de Ângela Silva e Pedro Souto (2014)⁹⁴ resulta da análise às propriedades dos materiais, do ponto de vista das questões ambientais, tendo como finalidade principal apresentar vantagens do uso da “cortiça, membrana e têxtil” (2014, p. 8), em detrimento do uso do couro mantendo as propriedades inerentes ao calçado. Apesar da

⁹¹ Realizado na UM.

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem.

metodologia projetual relativamente ao desenvolvimento do calçado não ter sido indiciada, foram elaborados dois protótipos exemplificativos da aplicação desses materiais, a saber, uma ‘sabrina’ e uma ‘bota’ em cortiça, membrana e têxtil. Ainda no mesmo tópico, a dissertação de Meire Santos (2015)⁹⁵, intitulada “Sustentabilidade no Design: uma abordagem aos resíduos limpos das indústrias do calçado” e a dissertação “Da Moda ao Resíduo e do Resíduo à Moda: um contributo sustentável no uso da pele residual na Indústria do calçado” de Bernardete Soares (2015)⁹⁶, traduzem propostas para a re-utilização de matérias primas provenientes da produção do calçado. O primeiro estudo sugere a aplicação desses materiais em “objetos de decoração de interiores, vestuário e acessórios de moda” através dos “princípios do upcycling aliados ao método do design modular resíduos limpos” (2015, resumo); e o segundo direciona-se para os “acessórios de moda”, ou seja, calçado e a marroquinaria, igualmente através aplicação do processo “upcycling em projetos de design na indústria têxtil” (2015, p. 75). Esse conjunto de estudos reflete no quadro de análise dos programas e da tecnologia os materiais, aquilo que são as problemáticas atuais relativamente ao couro, no sentido da procura de materiais alternativos ao seu uso, mas também com o uso dos seus excedentes no âmbito da produção.

— Por fim, a dissertação “Impacto das redes sociais e website no desempenho competitivo das empresas portuguesas de calçado. Presença digital como vantagem competitiva” de Gintare Hermanavičiute (2016)⁹⁷ que defendeu a compreensão dos meios digitais como uma das condições necessárias para o crescimento das marcas e vantagens competitivas das mesmas. O autor analisou o impacto da presença digital nas empresas de moda, designadamente no setor de calçado, demonstrando que as marcas emergentes de nichos de mercado têm uma necessidade maior, uma adaptação mais fácil e um melhor desempenho em plataformas digitais do que as empresas estabelecidas com mercado de massas.

O conjunto de perspetivas e metodologias presentes nos estudos de design e marketing permitiram refletir acerca do desempenho da presente investigação: a pretensão foi centrada na tradução de uma narrativa onde o discurso da verdade histórica fosse privilegiado, mas também o recurso a áreas transversais do conhecimento para o desenho e a construção de ideias e conceitos fosse uma realidade.

Na área da moda foram encontrados um conjunto de estudos que igualmente se enquadram no *branding* e em comunicação⁹⁸, os quais incidiram no

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Realizados na UBI em design de moda: os estudos de Sílvia Saraiva (2012), Catarina Vicente (2016), Letícia Gonçalves (2016); em branding e design de moda, os estudos de Catarina Freitas (2014) e Mariana Tôsco (2017), na Universidade da Beira Interior. Os estudos provenientes da Universidade do Minho em design de comunicação de moda, de Inês Oliveira (2014) e Sofia Martins (2015).

desenvolvimento de coleções conceptuais com materiais alternativos à produção de calçado, na criação conceptual de marca e calçado, com base em marca e artefactos existentes e em métodos de estudos de caso de marcas portuguesas destacadas na indústria do calçado atual:

- “Tucker’s – Coleção de calçado conceptual: dos polímeros aos têxteis”, de Sílvia Saraiva (2012) no qual apresentou esboços de uma pequena coleção de coleção conceptual onde os solados seriam construídos com resina de poliéster, tendo sido realizado um protótipo;
- “Criação de uma marca de calçado de luxo: Catarina Cruz”, de Catarina Freitas (2014) onde analisou a marca Luís Onofre, fez uma proposta de criação de uma marca assente nos mesmos pressupostos e desenvolveu modelos de calçado inspirados em programas já existentes;
- A dissertação “A estratégia de comunicação na construção de uma marca de moda: estudo de caso - projeto para a marca Nobrand” de Inês Oliveira (2014)⁹⁹ onde analisa a marca, o seu plano de comunicação e o processo de internacionalização da mesma, tendo elaborado uma proposta de estratégia de comunicação para a mesma;
- A dissertação “Impacto do ponto de venda da marca de calçado nacional Eureka no comportamento do consumidor” de Sofia Martins (2015) analisa a marca sob o ponto de vista dos seus pontos de venda e o seu impacto no comportamento do consumidor;
- “O design de calçado e a impressão 3D”, de Catarina Vicente (2016) demonstrou a possibilidade do recurso à impressão 3D para criar calçado. No estudo foram prototipados uma parte de par de sandálias, tendo sido necessárias aproximadamente 26h para a sua concretização. A autora concluiu que é possível criar mais pares de sapatos num espaço de tempo mais reduzido através deste recurso;
- “Acessórios no design de moda: o culto do calçado feminino. Moda versus saúde e conforto”, de Letícia Gonçalves (2016), examinou as motivações para a resignação relativamente ao desconforto provocado pelo calçado, nomeadamente, nas jovens, tendo apresentado uma pequena coleção de calçado e casacos interligados;
- E a publicação “Criação do design de calçado para a Burberry The Cape Reimagined”, de Mariana Tôsco (2017) onde apresenta uma coleção inspirada na marca Burberry, com base em programas de calçado existentes.

⁹⁹ A marca Nobrand é proveniente de Felgueiras.

Nesse conjunto de estudos da área da moda o design de calçado foi mencionado como o enquadramento e a temática de estudo, tendo sido encontrado com frequência a expressão ‘design de calçado’, incluindo-se nos títulos das publicações. Traduziram essencialmente exemplos de exercícios em contexto académico em design de calçado, como os casos de desenvolvimento uma marca de calçado inspirada na análise de uma marca existente; proposta de uma coleção de calçado para uma marca existente, com base em artefactos existentes; ou realização de um protótipo em 3D. De forma generalizada, apresentam lacunas quanto aos apontamentos históricos e contextuais; na elaboração de fichas técnicas; na viabilidade dos projetos em aplicação ou concretização em indústria/massificação; na nomenclatura dos elementos constituintes dos artefactos; na distinção das tipologias de calçado; na explicação da construção dos mesmos; ao mesmo tempo que parecem misturar o contexto internacional com a realidade nacional. Com a pretensão de resposta à indústria do calçado, ou enquadrados nela evidenciam um quadro distanciado dessa realidade nacional e, de certo modo, desfasado das suas possibilidades de resposta, de processos técnicos ou tecnológicos ou até dos mercados. O design de calçado foi inserido na categoria de design de acessórios, a par de “malas, joalharia, lenços, relógios, óculos, luvas, chapéus, ornamentos para o cabelo, gravatas e objetos em pele como as estolas, golas, entre outros” (Tôscó, 2017, p. 27).

No quadro de estudos em design de equipamento encontrou-se a dissertação “A importância do design na indústria do calçado português” de Manuela Barbosa (2014)¹⁰⁰ na qual apresentou a evolução histórica do calçado, a relação entre o calçado e o pé, a referência a um conjunto de quinze empresas e, uma abordagem ao design na indústria do calçado português através do recurso a entrevistas. Foram consideradas as entidades institucionais – CTCP e APICCAPS – e uma designer. Verificou-se no documento referências ao design de produto, design de moda e design de calçado, aludindo esse último ao sentido do “circuito da cultura e do design” (2014, p. 84).

Em design integrado, a publicação “O design como veiculador cultural no desenvolvimento de um produto de calçado” de Maria Morim (2015)¹⁰¹ pretendeu através da relação entre a cultura material da região do Minho e o calçado “a criação um produto mestiço entre estas duas atividades produtivas e culturais (...) através da reflexão projetual do design” (2015, p. 2). Objetivou acentuar a correspondência entre o design e o artesanato para a criação de produtos diferenciados, com foco para o calçado.

Em design salientou-se “Estigma no uso do calçado ortopédico: um estudo de caso em ambiente empresarial” de Graça Grave (2015)¹⁰² pela reflexão da experiência e das metodologias da designer enquadrada numa

¹⁰⁰ Realizado na UL.

¹⁰¹ Realizado no IPV.

¹⁰² Realizado na UA.

empresa de desenvolvimento e produção de calçado específico - o calçado ortopédico. Fundamentada no quadro do *branding*, refletiu acerca das fragilidades estéticas desses artefactos. Grave (2015) recorreu a métodos do estudo de caso e incidiu “nas vertentes financeira, de gestão, vertente técnica e tecnológica e vertente de sedução e imagem” da empresa “Nimco Made4you” (2015, p. 21). O objeto de estudo compreendeu o ciclo do design, traduzindo-se pelos aspetos contextuais, conceito, produção e tecnologia, tipologias de produto e distribuição. Pretendeu desenvolver um produto que se adequasse e minimizasse as restrições físicas, compreendo que esse é o papel do design e do fazer design com responsabilidade (2015, p. 13). Propôs a criação de produto para dois segmentos inexistentes na empresa e traduziu os processos criativos para o desenvolvimento de calçado ortopédico. Desse projeto reconheceu que a ausência de conhecimentos no âmbito da modelação de calçado condicionou o exercício de design de calçado. Traduziu um caso particular onde o incremento do design, sobretudo nos programas e sua articulação com a tecnologia pode ser uma mais valia para as empresas. Da experiência vivenciada na empresa, a autora concluiu que a abordagem à relação entre os conceitos da estética e da função transformou a empresa, tendo sido conduzido um novo entendimento do papel e das soluções do design.

Numa análise crítica generalizada, os trabalhos podem traduzir uma interpretação analítica nuclear: a relação com o contexto económico recente e posicionamento da indústria do calçado e, por isso, abertura ao design e ao designer. No entanto, na sua génese, dificilmente parecem dar conta do papel dos intermediários culturais na transformação desse campo de atividade, da sua origem e emergência, do papel do designer de calçado e até das menções expressas aos termos ‘design de calçado’ e ‘designer de calçado’. De modo antagónico o design de calçado propriamente dito parece assim no quadro de análise efetuado aos estudos publicados tratar-se de uma área de estudos que ainda não terá emergido.

O facto de se tratarem de estudos muito recentes e de a temática ser pouco explorada e explanada, também a natureza das mesmas e as perspetivas que se circunscrevem poderão ter-se traduzido em barreiras limitadoras, não permitindo a preocupação central e em certos casos, também periférica, sobre o design de calçado e sobre o designer de calçado; ou ainda esclarecimentos sobre as fronteiras do designer e do estilista, dos conceitos de designer e autoria, do seu enquadramento ou distanciamento no quadro da indústria, ao seu serviço ou seu recurso.

Considera-se que as publicações referenciadas em epígrafe abordam contextos cronológicos recentes, com pouco ou nenhum recuo na tentativa de compreensão do passado histórico; não incidem em processos criativos e metodologias em design de calçado relativas ao desenvolvimento dos artefactos; não compreendem os processos de fabrico e a sua implicação nos programas; e combinam a história dos artefactos internacionais assumindo uma história dos artefactos portugueses. Apesar de deixarem evidenciar a profusão da temática do calçado à luz do design, não parecem esclarecer os conceitos inerentes ao mesmo ou a gramática alusiva ao ‘calçado’. As menções tecidas ao quadro da indústria evidenciam súmulas

de dados estatísticos difundidos pela APICCAPS, ao invés de uma análise dos mesmos à luz do design.

A abertura a uma nova área disciplinar recente poderá justificar as abordagens onde o recurso a fontes é limitado. Igualmente, o facto do design de calçado se posicionar no limbo, entre um acessório do design de moda e uma área disciplinar, poderá explicar a indefinição e incoerência de discursos.

4.3 OUTROS CONTRIBUTOS DISCIPLINARES

Os estudos publicados por Gualter Gouveia (2005), Nuno Cardeal (2010)¹⁰³ e Ana Rocha (2012) no âmbito das ciências empresariais e económicas destacaram-se pelo facto de tratarem no seu objeto de análise a explanação ao setor do calçado em Portugal com base em metodologias de estudo de casos, onde se encontraram empresas de Felgueiras. Refletem possibilidades para fatores de sucesso e manifestaram-se pertinentes para a investigação como meio facilitador da compreensão organizacional e estrutural do setor do calçado em Portugal.

A temática da inovação e internacionalização como principal estratégia das marcas e das empresas de calçado também tem vindo a ser um assunto recorrente à luz da gestão, das finanças, economia ou marketing. Podem esclarecer os aspetos contextuais e conjunturais da indústria do calçado portuguesa e traduzem igualmente análises de diversas marcas portuguesas de calçado à luz das perspetivas que se enquadram. Salientam-se nesse âmbito as dissertações dos seguintes autores: Luís Abrantes (2004)¹⁰⁴, Pedro Marcos (2010), Inês Leite (2013), Hélder Maias (2013), Catarina Martins (2014), Catarina Carvalho (2014), Carlos Coelho (2015)¹⁰⁵, Sarah Aly (2016), Isabel Rebocho (2016), Ana Cardoso (2016), Pedro Cohen (2017), Maria Cardal (2017).

Outros contributos se destacaram na área da economia tendo ajudado na caracterização do setor nas décadas de 80 e 90, como o estudo preparatório do Ministério da Economia, por Margarida Melo e Teresinha Duarte (2001) intitulado “O calçado em Portugal: uma análise da competitividade” e o estudo de Amado Mendes, António Amaro e Manuel Rodrigues (2001) intitulado “A indústria transformadora na região Norte: efeitos da integração europeia, 1986-1995” sobre uma perspetiva de desenvolvimento económico abordou o desenvolvimento

¹⁰³ O estudo “PME’s em ‘clusters’: desenvolvimento de vantagens competitivas em indústrias maduras, em mudança lenta. O caso da indústria portuguesa de calçado” (2010), particulariza a análise do tecido empresarial do concelho abordando as vantagens competitivas criadas ao longo do tempo.

¹⁰⁴ O estudo “Estratégias de internacionalização de empresas portuguesas de calçado: em busca de estratégias metanacionais num sector tradicional: estudo de caso” (2004) particulariza o caso de Felgueiras ao identificar empresas como exemplos da adoção de estratégias de internacionalização.

¹⁰⁵ O estudo “Os grandes desafios à internacionalização: o caso da NOBRAND” (2015) particulariza o caso de Felgueiras ao estudar a marca Nobrand. A partir do recurso à observação direta da empresa propôs um novo plano de comunicação e desenvolveu um manual de normas para marca.

industrial entre as décadas de 80 e 90, com destaque para os ramos mais significativos, ou seja, o têxtil, vestuário e calçado. Por fim, o estudo da Central de Balanços do Banco de Portugal intitulado a “Análise sectorial da indústria do calçado” (2012) por ter apresentado um retrato recente da situação e económica e financeira do setor, revelando-se pertinente para a compreensão da caracterização da indústria do calçado naquele contexto.

O estudo “Identidades culturais e práticas sociais na indústria do calçado” (1989), de Elísio Estanque, apresentando uma análise comparativa entre S. João da Madeira e Felgueiras, compreende o meio operário na indústria do calçado em articulação com o modelo cultural que a rodeia, contribuindo como complemento ao estudo dos contextos; o estudo “Construção de Sistema de Avaliação de Funções e Remunerações no Calçado CCTFESETE-APICCAPS”, coordenado por Francisca Vidal (2012) centrou-se na classificação das categorias profissionais e visou a avaliação de funções no setor, fornecendo dados para o entendimento da estrutura de emprego na indústria do calçado; e o programa “Campanha para a melhoria contínua das condições de trabalho na indústria do calçado” publicado pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) (2013), o qual se mostrou relevante pela chamada de atenção acerca das necessidades do setor ao nível de condições de trabalho no quadro da compreensão dos contextos da indústria do calçado.

A par dos estudos enunciados encontrou-se um vasto grupo de publicações na área da engenharia. A investigação inscrita nessa disciplina enfoca sobretudo tecnologia associada à produção, aos materiais ou a tipo de calçado específicos. Forneceu o panorama das necessidades e dos avanços tecnológicas da indústria do calçado. Dentro dessas perspetivas salientam-se as obras de: António Gonçalves (1994), Maria Barros (2008), João Santos (2009), Bruno Moura (2011), Élia Carvalho (2013), António Nogueira (2013), João Almeida (2015), Roberto Soares (2015), José Marques (2015), Sónia Oliveira (2015), Sandra Ramos (2015) e Tânia Salgado (2013).

Por fim, revelaram-se fundamentais um conjunto de publicações encontradas na BMF, onde a indústria no concelho é a temática principal: uma coleção de revistas e recortes de imprensa abrangendo os anos de 1992 e o ano 2017; um conjunto de quatro estudos assentes em perspetivas económicas, sociais e históricas intitulados: “Felgueiras: 20 anos de poder local” (1997), “Felgueiras: consolidação da vocação industrial” (1998), “Felgueiras: tradição com futuro” (1998), o “Programa rede social: diagnóstico social” (2004) e o “Estudo prospetivo” (2007) elaborados pela Câmara Municipal; uma publicação enquadrada em estudos de história local designada “Memorial histórico de Rande e Alfozes de Felgueiras”, de Armando Pinto (1997), a qual abordou a história da freguesia de Rande e, conseqüentemente, da indústria do calçado nesse local; e a monografia “Felgueiras, 500 anos de concelho: dados e perspetivas”, coordenada por Pedro Tavares (2015), onde se encontrou um artigo sobre o setor do calçado no concelho.

Desse conjunto de documentos consultados para a caracterização do concelho de Felgueiras importará especificar as seguintes publicações:

- “Felmostra das potencialidades do concelho” (1989; 1990; 1991), pelas reflexões sobre o setor do calçado nos momentos a que se reportou;
- A coleção dos recortes de imprensa referente ao período compreendido entre 1992 até 2017, por traduzir o maior conjunto de documentos sobre a temática em estudo, tendo-se analisado um grupo de cinco artigos que abordaram marcas de calçado com origem no concelho; sete artigos sobre a caracterização do setor do calçado em Felgueiras; e quinze artigos assentes em discursos políticos locais sobre a indústria do calçado.¹⁰⁶
- E a monografia “Felgueiras, 500 anos de concelho: dados e perspetivas” (2015), publicada no âmbito das comemorações da Carta foral de Felgueiras, por se tratar de um contributo fundamental a narrativas que abordem a história do concelho, uma vez que apresentou um conjunto de abordagens temáticas aos aspetos mais proeminentes do seu percurso histórico dando a conhecer também o património cultural material e imaterial. Foi nesse documento onde se encontrou um artigo sobre as indústrias do concelho, o qual contemplou a indústria do calçado em Felgueiras, fornecendo assim elementos para um alinhamento histórico e esclarecimentos adicionais sobre a compreensão do percurso do calçado em Felgueiras.

A organização dessa obra revelou vários aspetos temáticos que marcaram a história do concelho, alertando assim para a falta de evidências da escrita da história da indústria do calçado e para as fragilidades referentes à documentação oficial, tendo constado que essa, além de escassa se encontra dispersa; a natureza da informação presente nas estatísticas oficiais limita análises e dados específicos; e a memória industrial local ainda não foi levantada (2015, p. 141). Esses aspetos enunciados manifestaram relevância no quadro da investigação uma vez que reiteraram a pertinência de uma narrativa que aborde a indústria do calçado com base em metodologias da história do design.

4.4 PARA UMA HISTÓRIA DO DESIGN DE CALÇADO

Pretendeu-se analisar os sentidos atribuídos ao design de calçado tendo como pressuposto a premissa que esse campo de estudo poderia integrar outros quadros disciplinares. Nesse sentido, privilegiou-se o contributo

¹⁰⁶ Valerá mencionar a consulta de um conjunto de dez artigos sobre a MOCAP, os quais apesar de refletirem acerca da participação de empresas do concelho, não se manifestaram relevantes para análise, uma vez que incidiram em dados sobre o contexto nacional do setor. Designadamente, Felgueiras é. *Jornal Semanário de Felgueiras*. Felgueiras, 24 janeiro 1992, p. 8; Mocap: o mais importante certame do sector. *Jornal Labor*. 19 junho 1997. p. 7; Felgueiras: indústria do calçado mostra-se na Mocap. *Comércio do Porto*, 18 junho 1999. p. 10; Pina Moura de regresso à Mocap. *Semanário de Felgueiras*, 18 junho 1999, p. 10; Mocap 43 decorreu sob o signo da esperança. *Jornal O Soveia*. Felgueiras. 25 junho 1999, p. 12; Pina Moura inaugura a Mocap 42. *Jornal O Soveia*. Felgueiras, 15 janeiro 1999, p. 8; Qualidade marcou Mocap 42. *Semanário de Felgueiras*, 22 janeiro 1999, p. 6; Ministro Pina Moura tranquilo quanto ao futuro do calçado. *Semanário de Felgueiras*, 22 janeiro 1999, p. 8; O certame foi-se afirmando como uma mostra do nosso trabalho. *Felgueiras*. *Semanário de Felgueiras*, 18 junho 1999, p. 17; e A indústria do calçado é uma aposta. *Jornal O Soveia*. Felgueiras, 29 janeiro 1999, p. 6.

de perspetivas, conceitos, metodologias e recursos convenientes no âmbito desta investigação. Consequentemente, considerou-se o papel do historiador de design, bem como se tornou preponderante verificar o panorama dos estudos sobre o calçado português e sobre o design de calçado através de vários eixos de referência e clarificar desse modo conceitos associados ao design de calçado e ao designer de calçado.

A análise das publicações enunciadas em epígrafe teve como objetivo definir sentidos e estudar ideias, tendo como ponto de partida o enquadramento metodológico principal da história do design. Dada a abrangência inerente à temática deste estudo tornou-se pertinente sistematizar a sua estrutura numa primeira fase para compreender o design de calçado enquadrado noutros campos disciplinares, tendo-se definido o design de moda, a história e nos discursos proferidos pela indústria do calçado; e, numa segunda fase aprofundar essa compreensão através das perspetivas académicas -teses e dissertações, inseridas sobretudo no campo do design. Complementarmente, considerou-se a análise a ideias sobre calçado no âmbito de áreas dissemelhantes ao design, mas que revelaram interesse e complementaram a construção dos discursos. Assente na análise historiográfica procurou-se retirar as principais lições, delimitar temáticas e esclarecer conceitos. O recurso a métodos da história e os seus géneros, como a história oral e história local, sublinharam o cruzamento metodológico sistematizado na disciplina de história do design, tendo permitido elucidar o decurso da investigação, designadamente no âmbito do estudo de caso que se debruça – a indústria do calçado em Felgueiras. A tarefa de historiar o design de calçado conduziu necessariamente à consolidação de perspetivas sobre o historiador de design e, no caso em particular, dessa posição e desempenho perante o conhecimento empírico do tema e a sua abordagem. O quadro metodológico da investigação assentou fundamentalmente em premissas, meios e técnicas de investigação intrínsecos à história do design, à história e ao design de calçado. O conjunto de publicações observadas contribuiu não só para o desenho desse quadro, mas também para a compreensão dos contextos históricos e sociais. Com efeito, apoiou nos limites do espaço temático e na construção de uma narrativa que auspiciou historiar o design de calçado numa relação com o sentido de sistema de ofício e com a indústria do calçado. Mediante o exposto, considerou-se estudar o design de calçado no quadro cultural dos contextos onde se enquadrou e, paralelamente, no sentido de evolução de conceitos; no entendimento dos programas, do sentido de autoria e da influência das dimensões e do desempenho da técnica como elo fulcral, quer na dimensão física dos artefactos, quer nos sentidos que lhe foram atribuídos no tempo e no espaço.

Face ao exposto, sublinham-se as principais ideias tendo a história do design como ponto de partida na investigação:

- a crença na história do design como perpetuação da memória coletiva, onde a prática do design, as tecnologias, sociedade, economia, contextos políticos e geográficos e, o artefacto se interligam como um fio condutor nas narrativas (Dilnot, 1984; Clark e Brody, 2009). Esse eixo realçou-se no decurso da investigação, designadamente, na procura da compreensão

daqueles que foram os antecedentes do design(er) de calçado e do momento em que essas expressões passaram a integrar o léxico da indústria portuguesa do calçado. Igualmente, essa visão resultou na compreensão dos artefactos e a dimensão dos sentidos do calçado, associado a um saber e prática artesanal e, posteriormente, à indústria no quadro da sociedade portuguesa, numa relação intrínseca com os aspetos políticos, sociais e económicos (fig. 52).

- A ideia que historiar o design determina uma rede interligada com outras relações (Hannah e Putman, 1980) e o recurso a metodologias de outras áreas disciplinares (Fallan, 2010). Essas premissas traduzem, eventualmente, uma das principais considerações a ter em estudos sobre design de calçado, já que ao tratar-se de uma área que persiste sobretudo devido as relações (inter)disciplinares mantidas, implicará per si uma pesquisa não só aos discursos do design, mas também de discursos onde se privilegiaram outras perspetivas em torno do calçado. A procura e o cruzamento de outras práticas metodológicas disciplinares, onde se contemplaram também modos de perspetivar a história, ocorreu na interseção por um lado com a história oral e com a história local e, por outro com o modelo triangular autoria-tecnologia-programa (Providência, 2003).



Fig. 52 Fábrica de calçado do exército, no Panteão Nacional, datada entre 1834 e 1916. Fonte: *Jornal Público*, 2 de janeiro de 2014.

- A importância a uma análise do objeto em si em detrimento de uma análise biográfica e a necessidade de entender o porquê do seu surgimento e posicionamento no contexto (Forty, 1986). Esses aspetos expressaram-se na opção de não se particularizar designers ou marcas de calçado na investigação pois não se pretendia realizar um estudo assente na biografia de designers, mas antes, em torno da compreensão do conceito de autoria na sua globalidade, ou seja, na procura da identidade do design de calçado em Portugal. Também a análise aos artefactos na sua relação com os programas e, quando possível, interligado com as tecnologias,

procurou respostas nos contextos ideológicos ou sociais e nas dimensões do artefacto em si para a sua compreensão.

- O historiador de design reconduz a disciplina na amplitude temática e de perspectivas (Dilnot, 1989) e a escrita da história do design assenta nos termos da ‘história’ (Fallan, 2013). Procurou-se contribuir com a investigação para o conhecimento sobre a temática do design de calçado em Portugal, à luz do design, mas também à luz da história e cimentada no seu discurso simbólico. A reflexão acerca do papel a desempenhar e a postura a seguir percorreu a investigação dado o grau de implicação da investigadora. O conhecimento empírico despoletou a procura incessante de um equilíbrio entre os discursos da história, do design, os institucionais e a vivência com o tema ao longo da realização da investigação. Essa última, relativa à proximidade com o meio e com o espaço manifestou-se como ponto de partida principal e, paralelamente, na recondução da investigação, remetendo para aspetos de metodologias de investigação-ação. A reconstituição de uma problemática, na qual a subjetividade no recurso a visões distintas com outros especialistas para a troca de informações (Mattoso, 1988; Block, 1993; Silva, 1999) foi, igualmente, procurada na investigação através do conjunto de entrevistas realizadas, mas também visitas a unidades de produção, frequência de formação técnica especializada em calçado ou testemunhos informais, os quais apesar de não referenciados diretamente, contribuíram para a investigação.
- O modelo triangular autoria-tecnologia-programa (Providência, 2003) fundamentou o quadro metodológico da investigação. A incidência numa perspectiva onde o estudo do design de calçado no quadro da indústria do calçado portuguesa levou à procura da origem da sua atividade: através da compreensão do percurso do ofício de sapateiro percebeu-se a relação com o designer de calçado e quais as principais ruturas e continuidades no desempenho da atividade. Esse modelo, usado como lente na estrutura e na escrita da narrativa, demarcou o sentido global do conceito de autoria, ao invés de particularizar intervenientes; no caso da tecnologia, relacionou-se com a compreensão de técnicas e tecnologias de fabrico associadas a níveis de saber e, conseqüentemente, a estatutos; e quanto ao programa, perspectivaram-se análises onde se contemplou, essencialmente, informações sobre forma, função, cor, género, material, componentes e autoria.

As publicações sobre o calçado inscritas no âmbito de estudos em design de moda compreendem-no como um acessório, sendo o vestuário o principal foco das análises e o designer de moda o profissional deduzido nesse desígnio. A abordagem da história da moda ao calçado tem ocorrido num sentido paralelo ao principal objeto de observação dessa área de estudo, no qual as opções metodológicas, dada a natureza perecível dos artefactos, se tem apoiado sobretudo no recurso à pintura e à escultura para o desenho das narrativas. Os estudos académicos onde as perspectivas sobre calçado assentam em proposições do design, designadamente, no branding, no design sustentável e eco-design, na gestão do design, no design de moda, no design social e no design de equipamento careceram

do uso da expressão ‘design de calçado’ e da conotação ao ‘designer de calçado’, de modo traduzir um contributo para o reconhecimento disciplinar. Notavelmente, essas evidências foram identificadas no painel de discursos oriundos da indústria do calçado onde se identificou. Na investigação, o argumento do calçado ser absorvido similarmente nas suas dimensões simbólicas, antropológicas, etnográficas, colecionistas, culturais e históricas, tornou-o contíguo aos sentidos de interpretação firmados nos eixos que aliam programas, autorias e tecnologias em torno do pensamento sobre a projeção dos artefactos.

A investigação considerou o calçado como artefacto principal no quadro de análise, não se enfatizando o seu entendimento de acessório apropriado pelo design de moda, mas antes uma compreensão da sua especificidade, autenticidade e nas ligações a outros campos disciplinares e a contextos que permitiram deixar sobressair a designação de uma área disciplinar que poderá manifestar-se como um campo de estudo em aberto e em construção.

INTRODUÇÃO

“The manufacture of hats and of shoes exists on a great scale, in order to supply the demands made by the country, Brazil and Spain. The superior kind of shoes made in Lisbon quite equal the best Parisian. The expositions at London and Paris acknowledged the skill of the Portuguese shoe-makers”.

BARÃO DE SANT'ANNA (1876), NOTES ON PORTUGAL.
PHILADELPHIA: PHILADELPHIA CATHOLIC PUBLISHING COMPANY, p. 95.

O termo calçado, sob o ponto de vista etimológico, poderá ser associado a outras terminologias nas quais se destaca a expressão que denomina o profissional que produz esses artefactos. Mas, sob o ponto de vista da sua definição associam-se entendimentos distintos entre os séculos XVI a XXI, relacionados com o registo formal, função, género, material e autor de cada artefacto que traduz o espectro da palavra calçado. No entanto, além das tipologias que integram o âmbito da significação do calçado existem artefactos que, igualmente, são denominados no mesmo sentido, mas que não se enunciam aquando da definição do calçado. O presente capítulo pretende traduzir um estudo que partiu desse vocábulo e privilegiou primeiramente a explanação da sua etimologia, seguindo-se a sua definição do longo do tempo, bem como a abrangência de tipologias que a ela se ligam direta ou indiretamente.

Partindo da premissa que o território do calçado se tem vindo a transformar num campo expandido pretendeu-se a construção de uma narrativa que espelhasse as várias significações e entendimentos sobre o calçado em Portugal, da qual deram origem a um conjunto de questões como: o que é o calçado? Como tem sido caracterizado? Que evolução formal se foi associando à sua definição? Que outras tipologias de calçado surgiram e quais romperam com o passado? Que tipologias existiram e entraram em desuso ou desapareceram? Como têm vindo a ser constituídos?

Seguiram-se as orientações metodológicas de Barbosa (2011, p. 121) para o desenho deste capítulo, consultando-se assim enciclopédias e dicionários de vários tipos de diferentes épocas. Com vista a perceber quais as direções que foram dadas ao conceito de calçado, mas também, em que artefactos se foi revendo e que caracterização assumiram entre os séculos XVI e XXI, tendo como fonte os dicionários disponíveis na BNP e na BMF. Principiou-se a consulta no “*Dictionarium latino lusitanicum et lusitanico latinum*” de Jerónimo Cardoso (1569), percorrendo outras publicações como o “*Vocabulario portuguez e latino*” de Rafael Bluteau (1712-1728) e o “*Diccionario da lingua portugueza*” de Antonio Moraes Silva (1789), para o estudo do século XVIII; o “*Dicionário da maior parte dos termos homónimos e equívocos*” de António Couto (1842) e o “*Elucidário das palavras*” de Santa Rosa de Viterbo (1865) foram consultados para o estudo do século

XIX¹⁰⁷; o “Diccionario contemporaneo da lingua portugueza” de Caldas Aulete publicado em 1925, o “Dicionário geral e analógico da língua portuguesa” de Artur Bivar (1948), o “Novo dicionário compacto da língua portuguesa” de Morais Silva (1961) e o “Dicionário enciclopédico luso-brasileiro” editado pela Lello Universal (1988) para cobrir o estudo do século XX; culminando no “Dicionário Houaiss da língua portuguesa” (2003). Como publicações da especialidade que contribuíram para esclarecer dúvidas levantadas pelas publicações portuguesas em epígrafe consultou-se ainda o “Dictionary of Greek and Roman Antiquities”, de William Smith (1859), o “Elementary Latin Dictionary” de Lewis & Short (1890), para a tradução de termos latinos, a publicação “The World of Roman Costume” de Lynn e Bonfante (1994) e o “Dictionary of Costume and Fashion: Historic and Modern” de Mary Picken (1998). Importará referir que não se encontraram publicações relevantes para se realizar uma abordagem ao século XVII.

Considerando que o estudo da história das formas do calçado neste capítulo se traduziria imperfeito com uma fundamentação apenas em fontes primárias impressas, sobretudo para a análise da atualidade, realizaram-se um conjunto de entrevistas a profissionais do calçado, procurando uma representação de diferentes fases do processo.

Pretendeu-se efetuar um estudo comparativo de diferentes autores acerca do significado de calçado, consequentemente, permitindo o desenho de uma narrativa da história das diferentes componentes e representações que materializam o calçado, conhecidos em Portugal nos séculos em análise.

Por fim, interessa mencionar que o estudo do século XXI foi dividido em duas partes, sendo que na primeira se privilegiou as fontes escritas e na segunda as fontes orais. Considerou-se que essa opção permitiria uma maior distinção entre os discursos escritos e os discursos orais, os quais no caso da investigação, se manifestaram fundamentais para a compreensão do calçado sob o ponto de vista da história do design.

O presente capítulo reflete assim uma investigação em quatro núcleos temáticos:

1. A análise etimológica do termo entre os séculos XVI e XXI;
2. As significações do calçado entre os séculos XVI e XXI;
3. As tipologias de calçado conhecidas entre os séculos XVI e XXI;
4. Os programas e as tecnologias das principais tipologias de calçado entre os séculos XVI e XXI.

Para perceber a origem da palavra calçado partiu-se da sua etimologia latina, seguindo-se o estudo da evolução do seu significado a partir do século XVI e até ao século XXI. Tendo em linha de conta a abrangência do termo, uma vez que compreendeu na sua definição a associação a tipologias de calçado particulares que por sua vez assumiram caracterizações distintas ao longo

¹⁰⁷ Rosa de Viterbo (1865) apesar de não fornecer uma definição de calçado em geral, nem definir todas as tipologias apresentadas pelos autores anteriores, fornece informações adicionais que permitiram complementar a investigação dos termos do século XIX.

do tempo, igualmente se pretendeu perceber além dessas significações, a relação com outras tipologias de calçado conhecidas em Portugal e em que momento estão em evidência. A explanação desses termos é apresentada numa perspectiva diacrónica que reflete oito momentos e consequentemente, oito caracterizações do conceito de calçado distintas.

A organização do quadro seguinte pretende enunciar, sucintamente, as significações desse conceito em Portugal tendo como base a consulta de dicionários e enciclopédias entendidos como reflexo da compilação do léxico português enquadrado no discurso do calçado. Uma vez que a publicação consultada referente ao século XVI não possui informações sobre a definição do termo ‘calçado’, nem se encontraram outras relevantes para essa cronologia, a investigação principiou, nesse âmbito, no século XVIII.

SÉCULOS	DEFINIÇÃO DE CALÇADO ENQUANTO:
XVIII	— “todos os géneros de sapatos” (Bluteau, 1712, vol. II, p. 50).
XVIII	— “toda a sorte de sapatos, tamancos, botas e botins, etc.” (Morais da Silva, 1789, p. 324).
XIX	— “toda a qualidade de botas, botins, brozeguins, tãmancos, galochas e sapatos” (Couto, 1842, p.36).
XX	— “diferentes espécies botas e sapatos” (Aulete, 1925, p. 379).
XX	— “peça de vestuário que cobre o pé por todos os lados” (Bivar, 1948, p. 369).
XX	— “tudo o que, afora meias, serve para calçar os pés, como sapatos, botas, etc.” (Morais, 1960, vol. I, p. 440).
XX	— “tudo o que serve para calçar os pés” (Lello, 1988, p. vol. I, 427).
XXI	— “ter os pés vestidos, cobertos ou protegidos por sapatos, sandálias, botas, etc.” (Houaiss, 2003, tomo IV, p. 1633).

Quadro 14 Definição de calçado entre os séculos XVIII e XXI. Fonte: Aurora Brochado.

Em virtude das ruturas e (des)continuidades associadas ao entendimento do termo tencionou-se também esclarecer as tipologias que a ele se vão agregando no decorrer das publicações. Para uma melhor compreensão dessas tipologias optou-se pela realização de quadros para os momentos analisados que contêm conteúdos portadores de informação sucinta, por forma a ilustrar a forma, a função, género, material, autoria e outras observações relacionadas com a existência do calçado no decorrer do tempo. Para a estrutura dos mesmos seguiu-se o modelo de Providência (2003) uma vez que se pretendeu um esclarecimento sob o ponto de vista do design. Destacou-se a influência do programa e partiu-se assim da interpretação de Barbosa (2011) desse modelo para investigação em estudos de história do design:

o “projecto em design é um processo de construção de sentido – de significação – interpretando (autoria/sintaxe), pelo desenho, o conjunto de constrangimentos que derivam, por um lado, da encomenda que lhe é proposta (programa/semântica) e, por outro, do momento tecnológico que circunscreve a possibilidade de uma solução (tecnologia/pragmática)”

(2011, p. 75).

No caso da aplicação desse modelo enquanto metodologia para o desenho deste capítulo sobre a história do design de calçado português entende-se que o momento tecnológico circunscreve soluções formais (programa) resultantes de uma especialização (autoria), sendo que foi ao nível da desagregação dos conceitos inerentes dos aspetos enunciados se tornou possível uma análise que pretendeu integrar os discursos do design de calçado. Assim, os quadros refletem sob o domínio do programa:

- a explicação da forma, onde se descreve a natureza da tipologia sob esse ponto de vista, entendida enquanto ‘calçado’, ‘sapato’, ‘bota’ ou ‘sandália’ e que nesse âmbito esclarece a principal descrição formal que caracteriza a diversidade das tipologias de calçado, mas também perante a exposição dos seus componentes, sistemas de aperto ou alusão ao modo como figura no pé e/ou na perna, os quais, igualmente, evidenciam a sua essência formal;
- a explanação da função dos artefactos ao nível da sua função primária, tal como proteger o pé ou a perna; ou funções particulares acrescidas a essa função básica, como especificações para a proteção em determinados terrenos ou situações climatéricas adversas, e ainda para atividades peculiares, como desportivas ou até relacionadas com a saúde, que exigem elementos distintos aplicados nas tipologias de modo a responderem a essas práticas. As analogias daí recorrentes permitiram, também, contribuir para uma representação formal dos artefactos, enunciando distinções;
- a tradução do género, sendo que se contemplam vários termos para a sua indicação, como ‘homem’, ‘mulher’, ‘senhora’ ou ‘criança’, mas também menções a situações de distinção através da ocupação do tempo/atividade como ‘frades’ ou ‘religiosas’ e consequentemente as ordens, que permitem a revelação do género. Ainda no âmbito da análise a esse parâmetro se exprimem características de natureza social e de crítica ligada à moralidade. A revelação do género e desse tipo de características a ele associadas permitiu uma associação com a natureza formal dos artefactos e articulação com a função inerente;
- por fim, a expressão dos materiais que se manifestam através do corte, dos solados ou em elementos ligados à própria natureza dos artefactos, deixam perceber quais são aqueles prevalecem na história do calçado em Portugal, mas também que ligação estabelecem entre si, com a forma, a função e o género a que se destinam.

A consecução da aplicação desse modelo ocorreu com o entendimento do ofício envolto no tema da autoria. O autor propriamente dito poderá eventualmente permanecer no presente sem a sua aura, mas o ofício ao qual pertencia ainda permanece com ela. Assim, a especificidade de um determinado ‘saber-fazer’, alicerçada numa aprendizagem prática de uma técnica em contexto de trabalho e uniformizada com exames finais, ambas as situações devidamente regulamentadas, permitiu a organização e estruturação de ofícios e oficinas, mestres, oficiais e aprendizes, que se traduziram na prática em ‘sapateiros’, ‘borzegueiros’, ‘tamanqueiros’, ‘chineleiros’ e ‘chapineiros’. Pode entender-se como uma autoria coletiva

em cada uma das distinções assinaladas na medida em que essas menções traduzem a ideia de especialização em formas e materiais particulares, deduzindo-se também tecnologias a eles associadas. Por outro lado, ainda que não tenha sido privilegiado uma assinatura individual dos artefactos, alimentou-se a procura de um título, a procura de um estatuto, a procura de estabelecimento próprio, que não seria acessível a todos, mas apenas a alguns e desse modo origina uma autoria.

Os quadros são estruturados na vertical e poderão induzir a uma leitura horizontal com um entendimento dos artefactos sob o ponto de vista do programa das tipologias que poderão inspirar a uma leitura vertical na qual se pode tecer um entendimento comparativo entre os parâmetros enunciados¹⁰⁸.

O quadro 15¹⁰⁹ pretende traduzir uma orientação para a consulta dos termos analisados ao longo deste capítulo distribuídos conforme os momentos cronológicos que os introduziram o seu uso, assim como ilustrar a ampliação da pesquisa em cada um desses momentos deixando antever desde já os períodos mais abrangentes, a saber as primeiras duas décadas do século XVIII e a década de 80 do século XX, bem como os que espelham uma menor ampliação ao nível de tipologias de calçado. O facto de se terem encontrado tipologias de calçado na publicação de Lello (1988) referentes a artefactos usados em cronologias distintas da época que corresponde a sua menção, motivou que as referências a essas tipologias fossem incluídas e analisadas no momento cronológico referido, iniciando o estudo a partir do século XVI. Assim, figuram no quadro todas as tipologias encontradas nas publicações de Cardoso (1569), Bluteau (1712-1728), vols. I a 8, Moraes Silva (1789), 2 vols., Couto (1842), Aulete (1925) 2 vols., Bivar (1948), 2 vols., Morais (1960), 5 vols., Lello (1988) 2 vols., Houaiss (2003) XVIII tomos e nas entrevistas realizadas a especialistas da área do calçado.

¹⁰⁸ A título de exemplo ver quadro 20, p. 114.

¹⁰⁹ Ver p. 96.

SÉC. XVI	SÉC. XVIII	SÉC. XX	SÉC. XXI	ANACRONISMOS ¹¹⁹
1569 ¹¹⁰	1712 - 1728 ¹¹¹	1925 ¹¹³	2003 (1ª PARTE) ¹¹⁷	
Borzeguim	Alparca	Alcorque	Bota de cano curto	Bota de aviador
Botas	Bota atacada	Botas de montar	Bota de cano longo	Borzeguim grego
Botas de caminho	Bota de água	Botim	Bota ortopédica	Borzeguim romano
Botina	Bota de montar à inglesa ou de postilhão ¹²⁰	Carapim	Chuteira	Borzeguim gaulês
Chapim	Botas polainas	Chalocas	Mocassin	Sandália eclesiástica
Pantufo	Chinela	Patim	Sapato abotinado	Sandália egípcia
Sapato	Chispo	Tamanca	Sapato Anabela	Sandália grega
—	Escarpim	1945 ¹¹⁴	Sapato cara-de-gato	Sapato Luís XIV
—	Galocha	Sapatilha	Sapato de quarto	Sapato patim
—	Sandália	1961 ¹¹⁵	Sapato raso	—
—	Sapata	Alpargata	Ténis	—
—	Sapato de malhão	Soca	2016 (2ª PARTE) ¹¹⁸	—
—	Servilha	1988 ¹¹⁶	Bota alta	—
—	Soco	Alpercata	Carlos IX	—
—	Tamanco	Bota à Amazona	Decotado	—
—	1789 ¹¹²	Bota à Soworov	Derby e derby com biqueira	—
—	Alabarca ou abarca	Bota de bombeiro	Mocassin	—
—	—	Bota de borracha	Richelieu e Richelieu com biqueira	—
—	—	Bota de caça	—	—
—	—	Bota de cano rígido	—	—
—	—	Bota de esqui	—	—
—	—	Bota de futebol	—	—
—	—	Bota de marinheiro	—	—
—	—	Bota de neve	—	—
—	—	Bota de montar à Chantilly	—	—
—	—	Bota de montar à Frederico	—	—
—	—	Bota de montar à Marialva	—	—
—	—	Botas de montar de água	—	—
—	—	Bota de montar de jóquei	—	—
—	—	Bota grande de cano flexível	—	—
—	—	Botina de botões	—	—
—	—	Botina de cordão	—	—
—	—	Botina de elástico	—	—
—	—	Chinelo	—	—
—	—	Chinelo de sola de feltro	—	—
—	—	Chinelo de quarto	—	—
—	—	Patim de rodízios	—	—
—	—	Patim de gelo	—	—
—	—	Sapato de ciclista	—	—
—	—	Sapato de baile	—	—
—	—	Sapato de passeio	—	—
—	—	Sapato de homem	—	—
—	—	Sapato de criança	—	—
—	—	Sapato baixo	—	—
—	—	Tamanco de couro	—	—
—	—	Tamanco de meia ponta	—	—
—	—	Tamanco de ponta inteira	—	—

Quadro 15 Tipologias de calçado introduzidas em cada cronologia analisada. Fonte: Aurora Brochado.

O conjunto de termos presentes no quadro 15 deu origem ao desenho de seis quadros, sendo que um corresponde ao século XVI, outro aos séculos XVIII e XIX, um para o século XX, dois para o século XXI e um quadro que apresenta as tipologias encontradas nas publicações consultadas, mas que não se inserem nas cronologias abrangidas pela investigação. Os quadros 19, 23, 26 e 28 fundamentaram-se nas publicações mencionadas em epígrafe¹²¹; o quadro 29 foi desenhado com base nas entrevistas realizadas a especialistas¹²²; o quadro 5 abrange as tipologias de calçado não enquadradas na cronologia em estudo, mas que contribuíram para um entendimento do calçado em Portugal¹²³. Perante a informação recolhida em cada quadro foram tecidas considerações por forma a contribuir para o estudo do design de calçado português. Essa narrativa percorreu a seguinte linha de orientação:

- a) Contextualização e apresentação geral de dados, privilegiando-se aspetos como quantificação de tipologias presentes, onde a natureza do registo formal prevalece¹²⁴. Ou seja, quais os tipos de informação que são apresentadas nos quadros e quais as tipologias que manifestam informação mais detalhada ou menos completa.
- b) Entendimento do ‘programa – forma’: tipo de biqueiras, ‘fôrmas’ presentes em cada um dos quadros; tipos de sistemas de aperto; elementos decorativos; solados; análise dos programas de ‘botas’ e sapatos; e particularização de casos de tipologias que são mencionadas pela primeira vez no século em análise e tipologias que permanecem de momentos anteriores.

¹¹⁰ Cardoso, 1569.

¹¹¹ Bluteau, 1712 - 1728, vols. I - VIII.

¹¹² Moraes da Silva, 1789, vols. I - II.

¹¹³ Aulete, 1925, vols. I - II.

¹¹⁴ Bivar, 1948, vols. I - II.

¹¹⁵ Morais, 1961, vols. I - V.

¹¹⁶ Lello, 1988, vol. I - II.

¹¹⁷ Houaiss, 2003, tomos I - XVIII.

¹¹⁸ Entrevistas aos especialistas: Maria Lemos, Fernanda Martins, Salomé Encarnação, Hélder Teixeira e António Sousa.

¹¹⁹ (Lello, 1988, vol. I, p. 369).

¹²⁰ (Lello, 1988, volume I, p. 369).

¹²¹ Ver pp. 108-109; 118; 155-169; e 185-186.

¹²² Ver pp. 200-203.

¹²³ Ver quadro 5 em Anexo.

¹²⁴ Perante todo o conjunto de tipologias encontradas verificou-se que os registos principais do calçado se ligam a duas formas dominantes - o ‘sapato’ e a ‘bota’, mas também a outras, como ‘sandália’ e ‘chinelos’. Consequentemente, considerou-se pertinente entender cada conjunto recolhido de cada cronologia com esse pano de fundo, contribuindo como meio facilitador para a organização de conteúdos.

- c) Entendimento do ‘programa – função’ ao nível da natureza da função das tipologias e sua relação com a designação e com elementos formais.
- d) Entendimento do ‘programa – género’ ao nível da sua atribuição a tipologias de calçado e sua relação com a forma, a função e os materiais.
- e) entendimento do ‘programa – material’¹²⁵ ao nível dos materiais que prevalecem ou têm uma presença menos vinculada, quer ao nível do corte, quer ao nível de solados e sua relação com os aspetos formais, funcionais e de género.
- g) entendimento do ‘programa – autoria’ dos artefactos ao nível da relação dos autores com as tipologias de calçado ou com os materiais, na génese das especializações.
- h) ‘outras considerações’, onde se particularizam tipologias e outras associações que se encontraram, mas que se distanciam dos campos anteriores.

Valerá, no entanto, clarificar que a estrutura aqui apresentada depende em cada cronologia e perante cada artefacto da quantidade e do tipo de informação recolhida. Assim, apesar de se ter tentado manter sempre uma estrutura similar de análise, a ordem das alíneas apresentadas nem sempre foi seguida. Em alguns casos permitiu um aprofundamento maior de certos conteúdos.

Em relação às entrevistas realizadas sobre o estudo da atualidade ocorreu com base nos testemunhos de especialistas da área do calçado. O século XXI figura dividido em duas partes, de modo a que as tipologias de calçado que fazem parte léxico atual, fundamentado em metodologias de história oral, são apresentadas numa proposta distinta da primeira parte desse século, fundamentada na publicação de Houaiss (2003). Ambas as partes seguiram as metodologias e estruturas anteriores, sendo que a segunda parte do estudo do século XXI, tendo em conta a natureza da informação recolhida, foi reajustada perante a possibilidade de abrangência da investigação, nomeadamente, pela presença de informações no âmbito da tecnologia. O momento atual traduziu-se numa narrativa que se fundamentou no seguimento de perspetivas anteriores, mas que acrescentou novas direções proporcionadas pelo complemento da tecnologia. Constatou-se quais as tecnologias aplicadas à construção do calçado, bem como as suas implicações no programa, muitas vezes dadas pelos elementos inerentes aos processos construtivos como: ‘fôrmas’; costuras ou solas; e pelos sistemas de construção em si, igualmente, dotados de programas próprios. Assim, não se pretendeu uma narrativa exaustiva dos sistemas de construção em si, mas antes dos aspetos que se manifestam como o seu programa. O mesmo sucedeu com a presença de tipologias de calçado que não se enquadravam na cronologia em evidência, mas que se manifestaram pertinentes ao contexto da investigação.

¹²⁵ O material surge neste caso, relacionado com o programa e não com a tecnologia, porque é apenas identificado o material aplicado, não se explicando as suas propriedades e a sua relação com a produção de calçado. Essa vertente será explorada no ponto 5.2.4 deste capítulo.

No documento apenso à investigação apresenta-se uma proposta de história comparada que visou essencialmente a procura de particularidades a cada momento cronológico analisado ao longo do capítulo III. Ambicionou-se uma perspectiva que se centrou em artefactos caracterizados distintamente durante o tempo, revelando com isso uma génese, um desenvolvimento e um estado que caracteriza e integra a história desse artefacto. Igualmente, procurou-se obter uma perspectiva comparada perante o conceito de calçado no sentido da investigação ao longo do tempo. As ilustrações usadas são reflexo de uma pesquisa que seguiu os mesmos parâmetros, com vista a complementar o estudo dos contextos, sendo por isso irrelevante a sua análise em detalhe. Nesse sentido nem sempre existe uma conotação direta entre o texto apresentado e a imagem.

Finalmente, tendo em conta a descrição do programa das tipologias mencionadas no quadro 15, considerou-se pertinente uma análise aos termos que referem as partes constituintes do calçado e seus componentes, uma vez que a partir dessa informação foi possível identificar elementos particulares que caracterizam esses artefactos ou esclarecê-los sob o ponto de vista do programa. Mostra-se uma perspectiva que os apresenta, também cronologicamente, de modo a transparecer diferentes entendimentos ao longo dos períodos em análise. O quadro 16¹²⁶ enuncia esses termos agrupados pelo âmbito que se inscrevem: elementos que se enquadram no corte; nos solados; nos sistemas de aperto; elementos decorativos; materiais; elementos construtivos; e relacionados com a ação de construir. O conjunto de informação detalhada desses conceitos inseriu-se também em anexo, uma vez que não se pretendia o seu estudo exaustivo, mas antes a tradução de um meio facilitador de linguagem da descrição dos artefactos enunciados ao longo deste capítulo.

¹²⁶ Ver p. 100.

CORTE ¹²⁷	SOLADOS ¹²⁸	SISTEMAS DE APERTO ¹²⁹	ELEMENTOS DECORATIVOS ¹³⁰	MATERIAIS ¹³¹	ELEMENTOS CONSTRUTIVOS ¹³²	AÇÃO DE CONSTRUIR ¹³³
Biqueira	Entressola	Fivela	Alpercate	Borracha	Alça	Ajuntadeira
Botinos	Enfranke	Cordão	Rocada	Cabedal	Encóspias	Arrunhar
Canhão	Palmilha	Correia	Rebicado	Couro	Fôrma	—
Cano da Bota	Revirão	Ilhó	Vazado	Guttapercha	Enfranke	—
Circo	Sola	Rebite	—	Lona	—	—
Contraforte	Salto	—	—	Ourelo	—	—
Enchimento	Salto Entranhado	—	—	—	—	—
Empenha	Tacão	—	—	—	—	—
Forro	Vira	—	—	—	—	—
Gáspea	—	—	—	—	—	—
Joelheira	—	—	—	—	—	—
Orelha	—	—	—	—	—	—
Pala	—	—	—	—	—	—
Polaina	—	—	—	—	—	—
Rosto	—	—	—	—	—	—
Talão	—	—	—	—	—	—
Taloeira	—	—	—	—	—	—
Gola	—	—	—	—	—	—

Quadro 16 Termos correspondentes aos elementos constituintes das tipologias de calçado relacionados com o programa e com tecnologia dos discursos do design de calçado. Fonte: Aurora Brochado.

1. O CONCEITO DE CALÇADO: ETIMOLOGIA

“Calceum eundem omni pedi induere”.¹³⁴

(JERÓNIMO CARDOSO, 1569, p. 29).

No estudo da etimologia da palavra calçado verifica-se a origem latina no elemento composto antepositivo, a saber, *calx* ou *calcis* (Houaiss, 2005, p. 1632) que significa calcanhar, como fonte de várias palavras e que se associam no seu significado ao corpo humano; a pavimentos; a tipologias de bases ou sustentação; e aos artefactos sandálias, sapatos e botas.

¹²⁷ Bluteau, 1712 - 1728, vols. I - VIII; Moraes da Silva, 1789, vols. I - II; Couto, 1842; Aulete, 1925, vols. I - II; Bivar, 1948, vols. I - II; Morais, 1961, vols. I - V.; Lello, 1988, vols. I - II; Houaiss, 2003 tomos I - XVIII; Entrevistas aos especialistas.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Bluteau, 1712 - 1728, vols. I - VIII; Moraes da Silva, 1789, vols. I - II; Aulete, 1925, vols. I - II; Lello, 1988, vols. I - II; Houaiss, 2003 tomos I - XVIII; Entrevistas aos especialistas.

¹³¹ Bluteau, 1712 - 1728, vols. I - VIII; Moraes da Silva, 1789, vols. I - II; Couto, 1842; Aulete, 1925, vols. I - II; Bivar, 1948, vols. I - II; Morais, 1961, vols. I - V.; Lello, 1988, vols. I - II; Houaiss, 2003, tomo I - XVIII; Entrevistas aos especialistas.

¹³² Idem.

¹³³ Moraes da Silva, 1789, vols. I - II; Aulete, 1925, vols. I - II; Lello, 1988, vols. I - II; Houaiss, 2003, tomos I - XVIII; Entrevistas aos especialistas.

¹³⁴ “Dir-se-á daquele que quer cumprir com todos com uma coisa, como o sapateiro ruim, que quer que uma fôrma venha boa a todos”. Tradução de Jerónimo Cardoso (1539, p. 29).

Enquanto artefacto o ‘calçado’, inclui sandálias, sapatos e botas, desambiguou em vários termos: *calceamen*, *calceamentarius*, *calceamentum*, *calcearia*, *calciarium*, *calcearius*, *calceator*, *calceatus*, *calceo*, *calceolus*, *calceus* e *calceus muliebris* (Lewis e Short, 1890). No contexto dos termos latinos são palavras da mesma família que permanecem com o mesmo sentido usando termo ‘sapato’, à exceção dos casos ‘calcanhar’ que mantém a origem do termo latino; ‘cobertura para o pé’; e ‘dinheiro para sapatos’.

Quadro 17 Termos que derivam da mesma etimologia de acordo com a análise à obra de Lewis & Short, 1890. Fonte: Aurora Brochado.

TERMO LATINO	TERMO PORTUGUÊS
<i>calx, calcis</i>	calcanhar
<i>calceamen</i>	sapato
<i>calceamentarius</i>	sapateiro
<i>calceamentum</i>	cobertura para o pé
<i>calcearia</i>	sapataria
<i>calciarium</i>	dinheiro para sapatos
<i>calcearius</i>	sapateiro
<i>calceator</i>	sapateiro
<i>calceatus</i>	sapato
<i>calceo</i>	sapato
<i>calceolus</i>	sapatinho
<i>calceus</i>	sapato
<i>calceus muliebris</i>	sapato de mulher

Do termo *calx, calcis* surgiram assim outros vocábulos que pretendem referir-se a artefactos que de um modo particular cobrem o calcanhar e podem assumir formas distintas nas restantes partes do pé. A origem da palavra reside na analogia com a parte do corpo sobre a qual o calçado se firma.

Ao se analisar os termos do quadro 17, no seu conjunto, é possível perceber que se está perante a configuração de uma linguagem e um discurso próprio do calçado. É a expressão latina ‘*calceamentum*’ que evidencia corresponder à designação de calçado pelo facto de se entender sob o ponto de vista da função base do calçado de cobrir o pé. O termo calçado, analisado assim na grafia portuguesa só viria a ser considerado no sentido substantivado a partir do século XIV (Houaiss, 2005, p. 1633)¹³⁵.

Do conjunto dos termos apresentados nesse quadro e suas significações pode denotar-se uma forte ligação a situações distintas: refere-se o sapato, mas também o local físico onde pode ser adquirido, o dinheiro para o comprar e ao seu autor — o sapateiro.

Cabe assim ao sapato traduzir a tipologia que se ligou primeiramente ao termo por derivar da mesma raiz etimológica, dando assim origem à aquisição de um estatuto ao sapato enquanto ‘espelho do calçado’, enquanto a forma mais comum. Traduz-se numa determinada cobertura para o pé e abrange

¹³⁵ No entanto, além dessa menção em Houaiss, não se encontraram publicações dessa cronologia onde esse sentido se verificasse.

outras designações como ‘calceo’, ‘calceus’, ‘calceus muliebris’ ‘calceatus’ e ‘calceamentum’ que correspondem ao sentido de programa propriamente dito.

2. SÉCULO XVI

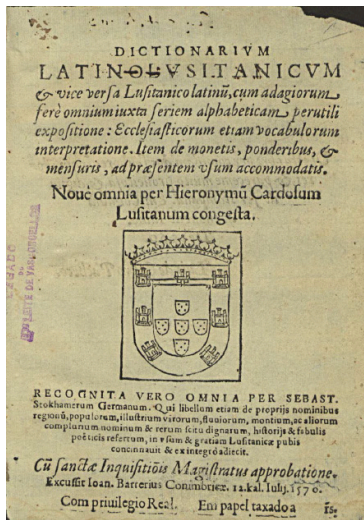


Fig. 53 Primeira página do “Dictionarium latino lusitanicum et lusitanico latinum”, 1569. Fonte: BNP.

O estudo do século XVI realizou-se com base na análise ao *Dictionarium latino lusitanicum et lusitanico latinum* (1569) de Jerónimo Cardoso (fig. 53). Pretendeu-se perceber a definição de calçado bem como as tipologias encontradas em evidência nesse momento.

Tendo em conta a ambição de um esclarecimento dos termos que integram o discurso do calçado enquanto artefactos dotados de um determinado programa, ou autoria, a publicação em epígrafe por se tratar de um dicionário de tradução, não fornece respostas nesse âmbito, sendo necessário recorrer a publicações de especialidade, como ao “Dictionary of Greek and Roman Antiquities”, de William Smith (1859), à publicação “The World of Roman Costume de Lynn e Bonfante” (1994); e ao “Dictionary of Costume and Fashion: Historic and Modern” de Mary Picken (1998). Objetivou-se encontrar respostas que pudessem levar à caracterização de tipologias de calçado, para assim ser possível perceber que opções formais se revelaram mais comuns em Portugal no século XVI.

Para um melhor entendimento dos conteúdos afluídos, realizou-se o quadro 19¹³⁶ onde se apresentam os termos que correspondem a tipologias de calçado mencionadas na língua portuguesa e conseqüentemente com uma relação com tipologias latinas. Igualmente, se consideraram os termos encontrados no dicionário de Lello (1988) que se referem a tipologias de calçado do século XVI – ‘bota’ e ‘sapato’. O quadro apresenta essa correspondência de termos bem como a sua caracterização com base num entendimento que articula o programa revelado através da forma, função, género e do material, bem como ao nível da autoria.

Seguiu-se uma análise geral aos dados recolhidos e a uma interpretação mais detalhada dos mesmos. Considerou-se pertinente que a sua explanação ocorresse numa narrativa conjunta tendo em linha de conta as conclusões obtidas no estudo dos campos de análise contemplados nos quadros.

2.1 O CONCEITO DE CALÇADO: A SUA DEFINIÇÃO NO SÉCULO XVI

A publicação mais antiga encontrada para se entender a expressão ‘calçado’ é do século XVI e trata-se do “Dictionarium latino lusitanicum et lusitanico latinum” (1569) de Jerónimo Cardoso. Nessa obra verifica-se mais que uma designação para a tradução do termo, a saber, “calciarium” e “calceamentum” (1569, p. 29). A presença de duas expressões distintas traduz a significações díspares onde a primeira, de acordo com Lewis e Short (1890), reside no âmbito militar e se refere ao dinheiro recebido

¹³⁶ Ver p. 108 e seguintes.

pelos soldados para a manutenção dos seus sapatos e a segunda expressão corresponde ao sapato entendido no sentido lato de cobertura do pé (1890, p. 267). Apesar do vocábulo calçado se encontrar presente no léxico português manifesta simultaneamente uma ligação e um afastamento com a correspondência latina.

Cardoso (1569) apresenta os seguintes termos com o mesmo elemento antepositivo etimológico do vocábulo ‘calçado’, os quais dessa maneira traduzem as expressões conhecidas em Portugal enquadradas nesse discurso apresentadas no quadro 18.

Quadro 18 Termos latinos e tradução portuguesa (Cardoso, 1569, p. 29). Fonte: Aurora Brochado.

TERMO LATINO	TERMO PORTUGUÊS
<i>calceamentum, calcearium</i>	o calçado
<i>calcearius</i>	o sapateiro
<i>calceo</i>	calçar
<i>calceolus</i>	o sapatinho
<i>calceus</i>	o sapato

Da análise efetuada verifica-se uma proximidade fonética entre ‘calceo’ e *calceus* traduzida numa associação entre o único termo mencionado que remete para uma tipologia de calçado e a ação de calçar.

Dessas premissas entre o *calceus* e o ‘sapato’ encontraram-se paralelismos ao nível das traduções na publicação de Cardoso, as quais parecem transpor uma correspondência de tipologias da antiguidade clássica de calçado morfológicamente próximas de tipologias portuguesas. Igualmente se dá conta da menção às especializações na produção dessas tipologias formais de calçado, em ambas as línguas:

- O vocábulo “botas” (Cardoso, 1569, p. 16), assim referido no plural, é traduzido para o latim como *ocreae* que por sua vez se traduz como ‘botas de caminho’ e alude a uma funcionalidade dependendo tratar-se de um calçado associado ao género masculino (1569, p. 152).
- O vocábulo “chapim” corresponde a dois artefactos pelo facto de diferenciar o género. Assim a *sandalium* é a sua correspondência latina enquanto artefacto para uso feminino e *crepida* a tipologia que corresponde ao género masculino (1569, p. 216).
- Quanto ao vocábulo “borzeguim” é referido sem menção ao género e traduz-se para *cothurnos* (1569, p. 47). O ofício a eles associado reitera a especialização em vertentes formais, com as particularidades de género igualmente relacionadas: o ‘borzegueiro’ é firmado como o sapateiro de *cothurnos* (1569, p. 16); enquanto o ‘chapineiro’ se distingue como *sadaliari* para o género feminino e o *crepidarius* como o ‘chapineiro’ em geral (1569, p. 30).
- Por seu turno, ao se verificar as traduções de latim para português e de português para latim desses termos, encontra-se ‘chapim’ ou ‘pantufo de homem’ para traduzir *crepida* (1569, p. 47); quanto aos *cothurnos* (1569, p. 46) além da tradução para ‘borzeguim’ acresce uma explicação que

esse artefacto na antiguidade clássica era usado pelos dois géneros e sem diferenciação entre o pé esquerdo e o pé direito.

- Por fim, a *sandalium* (1569, p. 216) corresponde ao ‘chapim’ feminino. Valerá apenas referir que desse termo desambiguam o ofício, a rua dos chapineiros e a criada que leva os ‘chapins’ (1569, p. 216), tratando-se de resto do único artefacto nomeado.

Da análise à expressão ‘calçado’ enquanto significação de um conjunto de tipologias que inclui ‘sandálias’, ‘sapatos’ e ‘botas’, verifica-se a ligação ao correspondente ‘sapato’ enquanto programa para a sua representação, sendo da única tipologia derivada etimologicamente da mesma expressão. Essa singularidade deixa, no entanto, subentender tratar-se de um precedente para uma definição mais abrangente e com a necessidade de se estender a outras derivações.

2.2 TIPOLOGIAS DE CALÇADO DOS SÉCULOS XVI EM PORTUGAL

As terminologias latinas encontradas no dicionário de Cardoso (1569) permitiram a realização do quadro 19¹³⁷ onde se pode verificar a sua correspondência para a língua portuguesa e qual a relação entre os significados de tipologias latinas e portuguesas. Optou-se pela consulta de dicionários da especialidade para um esclarecimento mais abrangente dos termos. Como referido, dada a inexistência de publicações dessa natureza no quadro nacional recorreu-se para a explicação dos termos latinos à obra de Smith (1859) e para a correspondência dos mesmos à publicação de Picken (1998). Por fim, a obra de Lello (1988) acrescentou ao estudo das tipologias do século XVI em Portugal a representação formal da ‘bota’ e do ‘sapato’ permitindo assim uma abordagem mais detalhada e centrada sobretudo no programa, tendo em conta a natureza do registo desse artefacto.

Mediante o exposto, da interpretação das significações dos termos foi possível tecer uma narrativa que se centrou no âmbito do programa na análise da forma, da função, do género, do material e da autoria das tipologias de calçado, sendo que no caso das tipologias de calçado ilustradas nessa análise foi tecida a partir da interpretação dessas ilustrações. O quadro 19¹³⁸ organiza-se através da correspondência de terminologias latinas e portuguesa, apresentadas por ordem alfabética. Tendo em conta que dos termos estudados na publicação de Lello (1988) se verifica a sua correspondência com os vocábulos encontrados em Cardoso (1569), as ilustrações foram inseridas nos mesmos campos de análise.

Assim, as designações latinas e portuguesas das expressões, a autoria e dois casos relativos ao género das tipologias – *calceus muliebris* e da *crepida*

¹³⁷ Ver p. 108 e seguintes.

¹³⁸ *Idem*.

– correspondem a significações encontradas na publicação de Cardoso (1569), sendo que os restantes campos analisados dessa correspondência se fundamentam nas publicações de Smith (1853) e de Picken (1998). Os casos das ilustrações provenientes da publicação de Lello (1988), apresentam-se com base na interpretação das mesmas.

Segue-se a análise aos conteúdos dos programas e paralelamente sobre a autoria. Optou-se por tecer considerações no mesmo ponto uma vez que a natureza da informação relativa à autoria não justificou uma abordagem isolada.

2.2.1 FORMA, FUNÇÃO, GÉNERO MATERIAL E AUTORIA

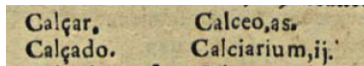


Fig. 54 Tradução dos termos 'calçar' e 'calçado', de português para latim.
Fonte: Cardoso, 1569, p. 21.

Analisaram-se no quadro 19¹³⁹ catorze termos, dos quais oito correspondem a termos portugueses e seis a termos latinos¹⁴⁰. As suas caracterizações agrupam-se em apenas dois vértices do modelo de Providência (2003), sendo eles o programa, na incidência de perspectivas que salientaram a forma, a função, os materiais e o género; e a autoria que fornece informação do ofício que produz os diferentes artefactos¹⁴¹. Pôde perceber-se com a sua análise a presença de uma relação entre analogias formais na base da tradução e conseqüente comparação de tipologias de calçado português e latino.

Encontraram-se as expressões 'bota', 'chapim', 'chinela', 'pantufo' e 'sapato' para caracterizar as demais tipologias. Dos termos analisados sob este ponto de vista, verifica-se que à exceção do *calceus muliebris* e da *ocrea* em todas as tipologias é tecida uma abordagem ao nível do registo formal; quanto à alusão à função verificam-se mais exceções comparativamente ao registo formal, deixando assim por caracterizar a 'botina', o 'borzeguim', o *calceus*, o *calceus muliebris*, os *cothurnos*, a *sandalium* e o 'sapato'. Acerca do género ocorreram menções na maioria dos termos analisados, ficando por caracterizar nesse aspeto as tipologias 'borzeguim', *calceus*, *cothurnos*, *ocrea* e 'pantufo'; e ao nível dos materiais apenas o *calceus*, o *calceus muliebris*, a *crepida* e o 'sapato' não são caracterizados. Ao nível da autoria, todos as tipologias mencionadas por Cardoso (1569) recebem a designação do seu autor em expressões portuguesas e latinas, exceto as tipologias *ocrea* e o *calceus muliebris*.

A natureza dos conteúdos analisados permitiu esboçar uma perspetiva que os entende com base na associação tecida entre as correspondências latinas e portuguesas. Apresentam-se as particularidades das tipologias de calçado

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Os termos portugueses são o 'sapato', 'botina de mulher', 'borzeguim', 'chapim', 'pantufo de homem', 'botas', 'botas de caminho' e 'chapim de mulher'; os termos latinos correspondentes são *calceus*, *calceus muliebris*, *cothurnos*, *crepida*, *ocrea* e *sandalium*.

¹⁴¹ O vértice da tecnologia conforme foi referido não foi explicado por este estudo não se dedicar à explanação das propriedades dos materiais e aos processos construtivos do 'calçado'. Por vezes a investigação aflora conteúdos desta natureza, sem os aprofundar, sempre que necessário para esclarecer alguns assuntos.

enunciadas com base na relação entre os diversos campos de análise. A ordem seguida fundamenta-se na articulação desses campos.

Percebeu-se entre as tipologias latinas e sua correspondência com as portuguesas uma relação de proximidade entre si, sendo que perante a distância cronológica, a qual separa os termos se pôde verificar que se esclarecem aspetos. Encontraram-se essas relações entre as tipologias ‘crepida’ e ‘chapim’ pela associação à forma da chinela que deixa o calcanhar a descoberto; entre as ‘ocreae’ e as ‘botas’ pela analogia similar à função, onde se deduz pelo facto de terem uma utilidade inicial ligada a atividades militares se generalizaram para um uso em atividades mais pesadas; e entre *calceus muliebris* e ‘botina de mulher’, apenas se verifica como denominador comum o género. Esclarecerem-se aspetos com a tradução, como a forma e função das ‘botas’, o género ao ‘borzeguim’ e também o material para a botina em relação à tipologia latina correspondente. Não se denotou sugestões de análise similares entre a *sandalium* e o ‘chapim de mulher’.

Entre *crepida* e o ‘chapim’ ou ‘pantufo de homem’ a comparação tece-se com base na função, o uso no domínio privado e num paralelismo formal pelo calcanhar aberto. Quanto às *ocreae* associadas a botas ou ‘botinas de mulher’ parece relacionar-se com aspetos funcionais. Ou seja, à sua utilização em situações que exigiam maior proteção, tal como no caso militar. Contudo, julga-se que as ‘polainas’¹⁴² se poderiam traduzir formalmente no artefacto de maior semelhança com as ‘ocreae’, não se tratando de uma tipologia, mas de uma aplicação que se pode colocar sob os sapatos. Por fim, no que respeita à associação entre *sandalium* e ‘chapim’ evidencia-se uma relação com o uso apenas pelo género feminino.

Como se pode verificar na relação entre ‘*cothurno*’ e ‘borzeguim’, *crepida* e ‘chapim’ ou ‘pantufo de homem’ e entre ‘botas’, ‘botas de caminho’ e *ocreae*, Cardoso (1569) estabelece uma afinidade com a forma, a função e os materiais desses artefactos. A resistência do artefacto, as formas abertas ou fechadas e de altura variável ao nível da sola ou do corte, os materiais e a função estão na base dos paralelismos do autor, revelando assim um esforço de correspondência e associação de tipologias presentes à época com tipologias de calçado da antiguidade clássica. Uma análise mais aprofundada a esses termos permitiu denotar uma maior relação quer ao nível da forma ou materiais entre os ‘cothurnos’ e o ‘borzeguim’. Nesse caso, tipologicamente os primeiros precederam os segundos, mantendo-se ainda a constituição de cano de altura variável e a aplicação de material resistente, mas acrescentando-se a atribuição do género feminino para o uso deste tipo de calçado.

O conjunto de ideias enunciadas permitiu concluir que o calçado foi representado perante uma associação a tipologias formais entre o passado e o presente; por uma estreita ligação do calçado e o profissional que o faz,

¹⁴² Cobertura de perna de altura variável que se prende por baixo do sapato com uma tira (Picken, 1998, p. 80).




do artefacto e o ofício e, do sapato e sapateiro; com funções definidas e distintas em relação ao género e sua associação com a forma.

Perante o enunciado, particularizam-se essas tipologias que se esclareceram através da interpretação das ilustrações, sob o ponto de vista do seu programa. Desses artefactos percebeu-se a coexistência de três ‘fôrmas’ distintas: alongada, bicuda e quadrada¹⁴³, reveladoras no caso das duas primeiras justas ao pé e à perna e, no caso da última, numa ‘fôrma’ larga. Quanto ao corte, no caso do cano das botas alcança uma altura acima do joelho, no caso do sapato até ao tornozelo, sendo que uma parte do peito de pé se descobre para receber uma tira ajustável ao pé, traduzindo a presença do sistema de aperto. A quantificação de peças constituintes do corte do conjunto de tipologias de calçado em análise revelou serem utilizadas poucas peças em cada artefacto, na verdade distinguiu-se uma peça em cada artefacto, verificando-se assim a opção por elementos de uma dimensão considerável traduzidos no corte completo, eliminando uma possível combinação e complexificação formal. O caso da ‘bota’ particulariza-se na presença de elementos decorativos através de perfurados que assumem formatos, tamanhos e dimensões distintas, posicionados em zonas onde habitualmente são colocadas peças: na biqueira, gáspea e gola; e no ‘sapato’ através da presença de padrão decorativo e de ‘vivos’ na extensão do corte que refletindo assim os seus limites.




As ‘botas’, ‘botas de caminho’, ‘botina de mulher’, ‘borzeguim’, ‘chapim de homem’, ‘chapim de mulher’, ‘pantufo de homem’ e o ‘sapato’ traduzem-se como as tipologias de calçado conhecidas no léxico português do século XVI. O século XX permitiu a representação visual de duas dessas tipologias - ‘bota’ e ‘sapato’ - trazendo outras particularidades na análise desses artefactos.

Valerá, por fim, uma breve referência à expressão latina *Calceum eundem omni pedi induere* através da qual se deu início a esta explanação, traduzida por Cardoso “(...) como o sapateiro ruim, que quer que uma fôrma venha boa a todos”. A expressão deixa antever uma consideração acerca da atividade do sapateiro: a existência de sapateiros de boa e fraca qualidade, bem como a valorização da diferença e simultaneamente da individualidade de cada artefacto produzido.

¹⁴³ Alongada e bicuda nas ‘botas’ e quadrada no ‘sapato’.

Século XVI Tipologias portuguesas	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria	Representação
Sapato ¹⁴⁴	Sapato largo com biqueira quadrada. Constituído por gáspea com vivo em toda a sua extensão. Termina a meio do peito do pé, e abre-se para dar origem a duas tiras que ficam sobrepostas de modo a ajustar o pé. Prolonga-se para os calcanhares, deixando a descoberto a zona dos tornozelos.	—	Evidencia-se como sendo masculina.	—	“Sapateiro” (Cardoso, 1569, p. 29).	 Lello (1988, vol. I, p. 369).
Botina de mulher ¹⁴⁶	Botas; Pelo tornozelo ou joelho (Picken, 1998, p. 29-31).	—	Mulher (Picken, 1998, p. 29-31).	Couro resistente (Picken, 1998, p. 29-31).	—	—
Borzeguim ¹⁴⁸	Botas pelo tornozelo ou joelho; Com atacadores (Picken, 1998, p. 28).	—	Mulher (Picken, 1998, p. 28).	Couro resistente (Picken, 1998, p. 28).	—	—
Chapim ou pantufo de homem ¹⁵⁰	Chapim: Chinelas com biqueira larga e redonda; Abertos no calcanhar; Altura variável (Picken, 1998, p. 313). Pantufo: Moldado ao pé; Entre dois e quatro dedos de altura (Picken, 1998, p. 515).	Uso por cima dos sapatos (Picken, 1998, p. 313).	Homem (Cardoso, 1569, p. 47). Homem (Cardoso, 1569, p. 47).	Sola de couro ou cortiça (Picken, 1998, p. 313). Materiais finos; Seda (Picken, 1998, p. 515).	“Chapineiro de mulheres” (Cardoso, 1569, p. 47); “Chapineiro de homens” (Cardoso, 1569, p. 47).	—
Botas	Bota de altura acima do joelho, de forma justa ao pé e à perna, de biqueira redonda. Constituída por cano e esporins. Denota-se a forma da perna e do pé como se de uma meia com espessura se tratasse. O cano é mais baixo na parte de trás e termina na zona do joelho com forma ondulada. Possui esporins compostos por tira e estrela. Envolvem o calcanhar nas laterais e no topo do peito do pé. Na parte de trás do calcanhar terminam com uma estrela provavelmente de metal. Solado fino e tacão raso.	Atividades mais árduas (Picken, 1998, p. 29-31).	—	—	—	 Lello (1988, vol. I, p. 369).
Botas de caminho ¹⁵²	Bota de altura acima do joelho, de forma justa ao pé e à perna e bicuda. Constituída por cano com elementos decorativos. São perfurados circulares ou ovais que assumem tamanhos e dimensões distintas, posicionados em zonas onde habitualmente são colocadas peças: na biqueira, gáspea e gola. No caso da gola dispõem-se como se formassem duas, uma em cima e outra debaixo do joelho. Denota-se a forma da perna e do pé como se de uma meia rígida se tratasse. Solado fino.	—	—	—	—	 Lello (1988, vol. I, p. 369).
Chapim de mulher ¹⁵⁴	Chapim; Chinelas com sola em plataforma de couro ou cortiça; Altura variável; Biqueira larga e redonda, fechada ou aberta, podendo ser abertos ou fechados no calcanhar e até ao tornozelo (Picken, 1998, p. 62).	—	Mulher (Cardoso, p. 29).	Couro; Cortiça (Picken, 1998, p. 62).	“Chapineiro” (Cardoso, 1569, p. 30).	—

Quadro 19 Tipologias de calçado do século XVI, caracterização e correspondência latina. O quadro estrutura-se na horizontal, sendo que na p. 108 encontram-se os termos portugueses e na p. 109 a correspondência latina. Fonte: Aurora Brochado.

Século XVI Correspondência Tipologias latinas	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria	Representação
Calceus ¹⁴⁵	Sapato ou bota; De cano curto; Possui solado (Smith, 1853, p. 354); (Lynn e Bonfante, 1994, p. 57).	—	—	—	“Calcearius” (Cardoso, 1569, p. 29).	 (Smith, 1859, p. 221).
Calceus muliebris ¹⁴⁷		—	Mulher (Cardoso, 1569, p. 29).	—	—	—
Cothurnos ¹⁴⁹	Bota que se caracteriza no geral pela altura do cano e espessura do material, ou altura da sola; Sem distinção do pé direito e do esquerdo (Smith, 1853, p. 366); (Lynn e Bonfante, 1994, p. 89).	—	—	Couro; Cortiça (Smith, 1853, p. 366).	Cothurnarius sutor (Cardoso, 1569, p. 16).	—
Crepida ¹⁵¹	Chinelas; Com a biqueira aberta (Smith, 1853, p. 368); (Lynn e Bonfante, 1994, p. 121).	Usada com a túnica; Uso doméstico (Smith, 1853, p. 368); (Lynn e Bonfante, 1994, p. 121).	Mulher; Homem (Smith, 1853, p. 368).	—	“Crepidarius sutor” (Cardoso, 1569, p. 47).	 Lello (1989, vol. I, p. 369).
Ocreae ¹⁵³	—	Equipamento militar; Proteção de perna (Smith, 1853, p. 822).	—	Couro; Metal (Smith, 1853, p. 822).	—	 (Smith, 1853, p. 822).
Sandalium ¹⁵⁵	Sola e peça de couro que cobre os dedos dos pés e tiras ajustáveis ao pé (Smith, 1853, p. 1007); (Lynn e Bonfante, 1994, p. 320).	—	Primeiramente para serem utilizadas por ambos os géneros e num segundo momento só por mulheres (Smith, 1853, p. 1007); (Lynn e Bonfante, 1994, p. 320).	Couro (Smith, 1853, p. 1007).	“Sadaliari” (Cardoso, 1569, p. 214).	—

3. SÉCULOS XVIII - XIX

Tendo em conta que para o estudo do século XIX a informação recolhida não se manifestava distante cronológica e morfologicamente da análise ao século XVIII optou-se por tecer um estudo em conjunto a ambos os séculos. A investigação ao século XVIII realizou-se com base na análise a duas publicações que se posicionam no início e no final do século: o “Vocabulario portuguez e latino” de Rafael Bluteau (1712–1728) pela abrangência do corpus lexical e o “Diccionario da lingua portugueza” de Moraes da Silva (1789), por se tratar do primeiro dicionário moderno da lexicografia portuguesa.

O estudo do século XIX contemplou duas cronologias que pretenderam ilustrar a primeira metade e o final do século: o “Dicionário da maior parte dos termos homónimos e equívocos” de António Couto (1842) surge no contexto desta investigação pelo seu interesse enquanto reflexo da língua e o “Elucidário das palavras” de Viterbo (1865) pela compilação que reúne o português arcaico¹⁵⁶. Tendo sido encontradas tipologias de calçado referentes aos séculos XVIII e XIX na publicação de Lello (1988), foram também incluídas na análise desses séculos.

Procurou-se perceber a definição de calçado através das publicações enunciadas, analisando e comparando quatro definições de calçado, a partir da mais antiga até à mais recente. Considerando a menção a outros termos que integram o discurso do calçado ao longo de cada definição, a investigação alargou-se não só aos termos que caracterizam o calçado em geral, mas também a todas as tipologias que foi possível encontrar, como o caso de elementos ou componentes de calçado presentes nas publicações em epígrafe, de modo a que a tarefa de caracterizar à luz do design o calçado português fosse além de abrangente, mais fiel. Tentou entender-

¹⁴⁴ (Cardoso, 1569, p. 29). Termo e ilustração publicados em Lello (1988, vol. I, p. 369), mas sem definição associada, sendo que a caracterização resulta da interpretação da ilustração.

¹⁴⁵ (Cardoso, 1569, p. 29).

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ (Cardoso, 1569, p. 16).

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ (Cardoso, 1569, p. 47).

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² (Cardoso, 1569, p. 152). Termo e ilustração publicados em Lello (1988, vol. I, p. 369), mas sem definição associada, sendo que a caracterização resulta da interpretação da ilustração.

¹⁵³ (Cardoso, 1569, p. 152).

¹⁵⁴ (Cardoso, 1569, p. 30).

¹⁵⁵ (Cardoso, 1569, p. 216).

¹⁵⁶ Ver Verdilho (2002, pp. 15-64).

se quais tipologias se evidenciaram, quando, quais tiveram continuidade, o que permaneceu ou se alterou, ou ainda, quais desapareceram.

Essas notações motivaram o desenho do quadro 23¹⁵⁷ com base nas terminologias expostas nas publicações de Bluteau (1712-1728), Moraes da Silva (1789), António Couto (1842), Viterbo (1865) e Lello (1988), as quais permitiram historiar dois séculos sobre o calçado em Portugal. O quadro segue a estrutura utilizada para a investigação ao século XVI, mas contemplando apenas termos portugueses, uma vez que se tratam de publicações de língua portuguesa. Pretendeu traduzir significações articuladoras o programa revelado através da forma, da função, do género e do material, bem como ao nível da autoria. Acrescentou-se outro campo designado por 'outras considerações' uma vez que existia informação pertinente à investigação, mas que não se enquadrava nos restantes campos. Valerá referir que se vão encontrar repetições ao longo do quadro porque existem autores diferentes que retratam termos iguais. Desses vocábulos resulta a correspondência e caracterização das principais tipologias conhecidas e presentes às épocas. A partir das ilustrações de termos mencionados por Lello (1988) resultaram as interpretações apresentadas nesse quadro.

Neste ponto seguiu-se uma análise que teve como pano de fundo contextual o programa – forma, função, género e material – e autoria e uma interpretação mais detalhada aos mesmos que será explorada no ponto 3.2.1 deste capítulo. Tendo em conta as conclusões obtidas perante os campos de análise contemplados no quadro 23¹⁵⁸, conforme referido considerou-se a sua explanação numa narrativa conjunta. O outro ponto de análise derivado da inclusão de considerações complementares ao design de calçado em Portugal entre os séculos XVIII e XIX mereceu uma explanação distanciada do estudo do programa e da autoria.

¹⁵⁷ Ver pp. 126-129.

¹⁵⁸ *Idem*.

3.1 O CONCEITO DE CALÇADO: A SUA DEFINIÇÃO ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX



Fig. 55 Oficina de sapateiro. Fonte: Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, 1763, p. 186.

3.1.1 O SÉCULO XVIII

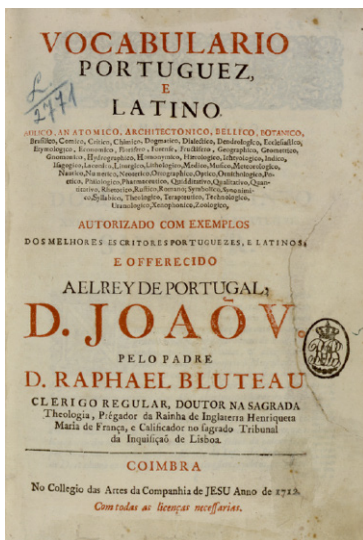


Fig. 56 Primeira página do “Vocabulário português e latino”, de Raphael Bluteau (1712). Fonte: BNP.

No século XVIII Bluteau (1712) na página 50 da publicação “Vocabulário português e latino” (fig. 56) apresentou a primeira definição de calçado em Portugal, indiciando tratar-se da mais abrangente das analisadas no decorrer desta investigação¹⁵⁹. Além de permitir perceber que termos a ele se associam, conduziu a esclarecimentos de outras derivações de calçado, enunciando tipologias além do ‘sapato’ como parte integrante do significado de calçado. Igualmente o ‘calçado’ foi documentado pela primeira vez com o sentido qualificador, recorrendo-se a tipologias distintas para essa qualificação.

Surge pela primeira vez documentado em Portugal sob o ponto de vista formal e tem como significado “todos os géneros de sapatos (...)” (Bluteau, 1712, vol. II, p. 50). Essa ideia foi reiterada com a enumeração de “(...) borzeguins, sapatos, pantufos, botas, etc” (p. 50)¹⁶⁰ deixando antever que o sapato tem uma significação que se desloca além da própria forma. Paralelamente, enuncia uma analogia entre os vários artefactos na medida em que os refere sob o ponto de vista das principais características formais que os distinguem.

O ‘calçado’ representado como “todo o conjunto de géneros de sapatos” (1712, vol. II, p. 50) permite considerar que se atribuiu ao sapato uma posição fundamental no conceito de calçado e de centro gerador, deixando revelar que a sua forma e função permanece na gênese das tipologias de calçado existentes à época. São assim claramente associados artefactos distintos à definição de calçado resultantes sobretudo de evoluções técnicas, funcionais, formais e estéticas do ‘sapato’. De facto, na definição

¹⁵⁹ Acrescenta-se às obras e autores já referidos, o “Dicionário Português e Latino”, de Carlos Folqman (1755). Valerá, contudo, referir que à definição proposta por Lello (1988) acresce a ilustração com várias tipologias de calçado, que a torna indubitavelmente mais rica, apesar da interpretação desses artefactos resultar da análise às ilustrações e não tanto às definições apresentadas pelo autor.

¹⁶⁰ Com a expressão ‘etc’ a terminar a enumeração dos artefactos o autor deixa em aberto a possibilidade de outras opções formais.

de ‘género’ apresentada pelo autor pode ler-se “o que tendo tudo a mesma natureza, se separa de tudo, não lhe é semelhante” (Bluteau, 1712, vol. II, p. 51).

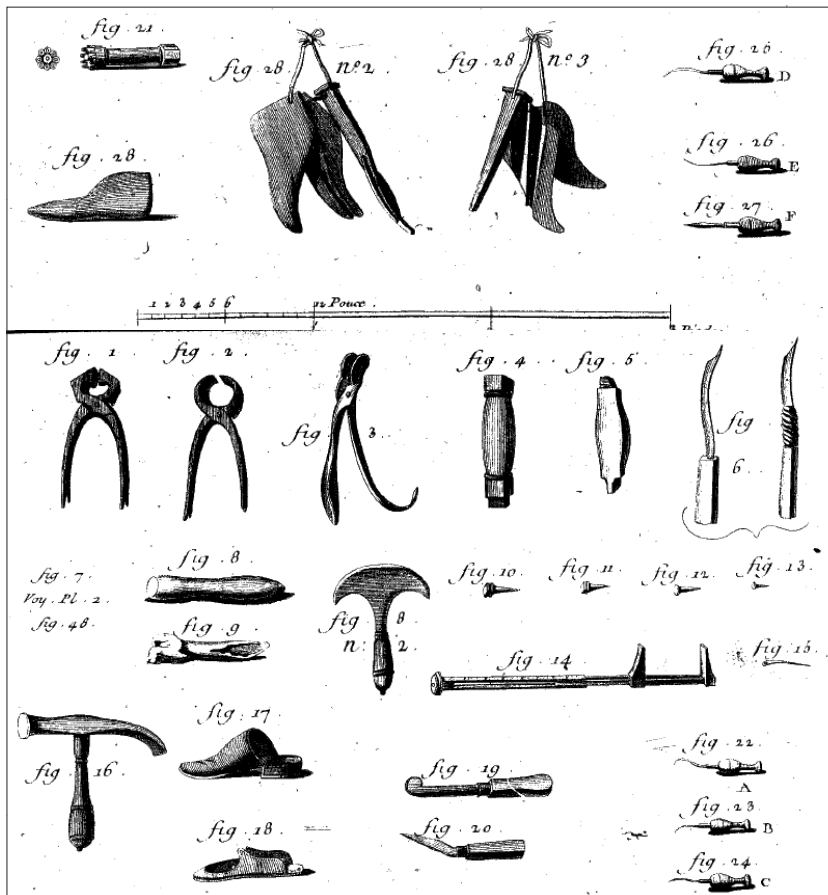


Fig. 57 Instrumentos de sapateiro.

- 1 – Pinça;
- 2 – Alicate;
- 3 – Aquecedor de inglês;
- 4 – Tronco;
- 5 – Buxo;
- 6 – Sovela;
- 8 – Buxo;
- 9 – Osso;
- 8/2 – Faca;
- 10 – Prego com três cabeças;
- 11 – Prego com duas cabeças;
- 12 – Alfinete;
- 13 – Prego para marcar;
- 14 – Compasso;
- 15 – Carrelet;
- 16 – Martelo;
- 17 – Calçado de homem;
- 18 – Calçado de mulher;
- 19 – Agulha inglesa;
- 20 – Navalha;
- 21 – Estrela;
- 22, 23, 24, 25, 26 e 27 – Sovelas;
- 28 – ‘Fôrma’ de montar;
- 28 n°2 – ‘Fôrma’ de enformar;
- 28 n°3 – ‘Forma’ de montar.

Fonte: Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, 1763, p. 187.

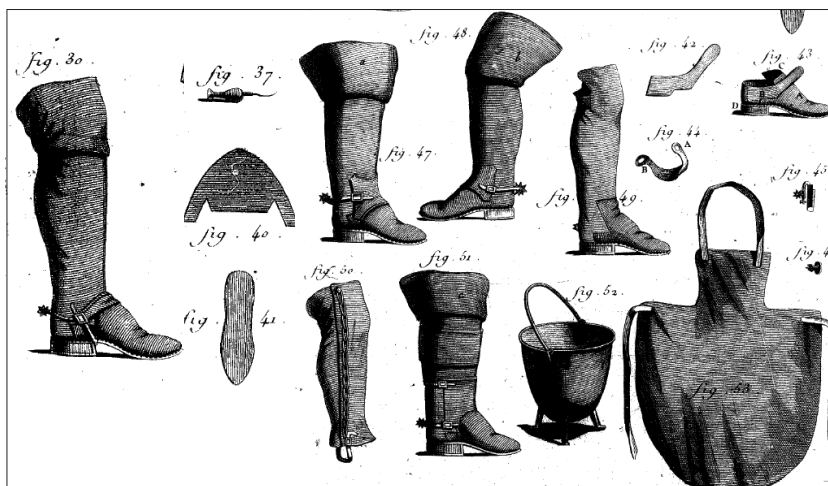


Fig. 58 Calçado, componentes e instrumentos de sapateiro.

- 30 – Botas;
- 37 – Sovela;
- 40 – Gáspea;
- 41 – Sola;
- 42 – Talão;
- 43 – Sapato;
- 44 – Esporim;
- 45 e 46 – Esporim inglês;
- 47 – Bota forte;
- 48 – Bota de couro;
- 49 – Bota;
- 50 – Bota à dragão;
- 51 – Botas de carteiro com joelheira;
- 52 – Pote para graxa;
- 53 – Avental.

Fonte: Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, 1763, p. 187.

Não poderia deixar de se estender esta investigação a essas primeiras tipologias que integram os ‘géneros’ enunciados por Bluteau, sob pena do esclarecimento das várias significações do calçado em Portugal se revelar imperfeito. O quadro seguinte traduz as tipologias de calçado enumerados pelo autor para descrever a significação de ‘calçado’.

Como se pode verificar no quadro 20:

- o ‘borzeguim’ é caracterizado ao nível da função, forma e material e assemelha-se ao registo da ‘bota’ (1712, vol. II, p. 167). No entanto, a ‘bota’ (1712, vol. II, p. 165) distingue-se desse artefacto ao nível do sistema de aperto e da variedade formal relacionada com a altura do cano que a caracteriza.
- o ‘sapato’ composto por sola, salto e corte que cobre o pé (vol. VII, p. 490) é apresentado ao nível do material, da função e da descrição das peças constituintes e revela-se como a única tipologia onde os elementos formais específicos organizados e fixados o constituem. Entende-se novamente a sua correlação com as restantes tipologias, mas particulariza-se, formalmente, enquanto um género de calçado.
- por fim os ‘pantufos’ (1720, vol. VI, p. 227) distintos do ‘sapato’ pela particularidade da introdução de outro material que não o couro nos solados, a saber a cortiça e consequente altura variável do solado do ‘sapato’.

Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria
Bota ¹⁶⁵	Cobre a perna até ao joelho, ou ultrapassa-o.	Cobrir a perna.	—	Couro.	—
Borzeguim ¹⁶⁵	Bota mourisca; Meia grossa com sola delgada.	—	—	Couro.	—
Sapato ¹⁶⁷	Calçado constituído por rosto, pala, orelhas, talão, solas e salto; Forma pela qual o sapateiro corta e cose sapatos.	Guardar o pé.	Evidencia-se para mulher e homem.	Couro.	Sapateiro.
Pantufo ¹⁶⁸	O mesmo que chapim; Quatro a cinco solas; Compridos e fechados; Bordados; Ornamentos.	—	Mulher.	Cortiça.	—

Quadro 20 Tipologias de calçado que integram a definição de calçado proposta por Bluteau (1712). Fonte: Aurora Brochado.

Arriscou-se traduzir um entendimento formal do ‘sapato’ enquanto a base que dá origem às tipologias de calçado, como o caso das ‘botas’ que se tratam de um prolongamento vertical; a abertura no corte do ‘sapato’ deu lugar a ‘pantufos’; ou ainda ‘sapatos’ com elevações na sola que originaram os ‘chapins’. Esses exemplos tratam, por isso, outros tipos que se distinguem formal ou tecnicamente do artefacto de base e assim passaram a integrar o âmbito da definição de ‘calçado’.

Pôde concluir-se que se tratam das principais formas presentes à época, posicionando-se também elas como fonte distintas na origem de outros tipos de calçado. Vejam-se as especificidades correspondentes a essas principais formas que podem ser, no entanto, agrupadas em dois conjuntos - ‘bota’ e ‘sapato’, nos quais o primeiro se associa ao

¹⁶¹ (Bluteau, 1712, vol. II, p. 167).

¹⁶² (Bluteau, 1712, vol. II, p. 165).

¹⁶³ (Bluteau, 1720, vol. VII, p. 490).

¹⁶⁴ (Bluteau, 1713, vol. II, p. 276; Bluteau, 1720, vol. VI, p. 227).

‘borzeguim’ e o segundo ao ‘pantufo’; e dois autores – o ‘borzegueiro’¹⁶⁵ e o ‘sapateiro’.

Consequentemente, ao calçado é conferido com o cruzamento dessas tipologias três características principais ao nível da função: cobrir o pé, ou o pé e a perna, e conferir altura ou elevação à estatura. Acresce nesses princípios caracterizadores a possibilidade de alturas variáveis ao nível da proteção da perna, bem como elevações distintas e materiais associados. O calçado parece assim interligado à ideia de forma e simultaneamente função que preenche o pé e o protege¹⁶⁶, em todo seu volume, extensão ou em partes, sendo que dele derivaram outras formas, tamanhos, alturas, materiais e técnicas.

Verificou-se também uma correlação entre formas, materiais e função na sua definição, as quais sob o mesmo ponto de vista se complementam. O autor refere a atribuição de outras interpretações que a palavra pode conter “(...) com sapatos, (...) com chinelas (...), com pantufos (...)” (1712, vol. VI, p. 227), acrescentando, de resto, outro artefacto - as chinelas¹⁶⁷. Essa menção, ainda que não entre primeiramente na definição do calçado em si, figura como entrada no seguimento dessa definição, trazendo consigo um elemento comparativo à sua função: as ‘chinelas’ eram usadas em contexto habitacional por ambos os géneros (vol. VI, p. 227), sendo que as restantes citadas se usavam em contextos civis ou religiosos. Pelo seu princípio formal as ‘chinelas’ assemelham-se a um ‘sapato’, mas sem taloeira, ou seja, deixando o calcanhar a descoberto.

Além disso, as denominações latinas das tipologias apresentadas no entendimento da palavra permitem verificar a persistência de uma associação de tipologias com origem em calçado da antiguidade clássica¹⁶⁸, onde de resto, já se tinha percebido pela análise efetuada anteriormente e baseada nas significações expostas no dicionário Cardoso (1569). As definições de Bluteau (1712) a propósito do ‘calçado’ não se esgotam por aqui, tendo sido acrescentadas informações mais específicas sobre essa generalidade de artefactos em entradas específicas, parecendo manifestar-se, no seguimento do que já se enunciou, como derivações de botas e sapatos, como se poderá verificar mais adiante no quadro 22¹⁶⁹.

Com efeito, percebe-se a relevância da atividade, bem como do ofício e as tipologias a ele correspondentes. Denota-se a presença de duas especializações na atividade prática do calçado: o “sapateiro” (1720,

¹⁶⁵ A expressão figura de formas distintas conforme o autor.

¹⁶⁶ Essa alusão à função de proteção deixa de parte um sentido que possa remeter para conceitos relacionados com o gosto.

¹⁶⁷ Bluteau reitera novamente os termos ‘pantufo’ e ‘sapato’ (1712, vol. II, p. 50). Denote-se que se tratam de artefactos relevantes, na medida em que integravam parte do exame necessário para obtenção do grau de oficial. Ver o I momento do capítulo IV.

¹⁶⁸ Bluteau apresenta as expressões latinas “calceatus”, “soleatus” e “crepidatus” para se referir a ‘sapatos’, ‘chinelas’ e ‘pantufos’, respetivamente (1712, vol. II, p. 50). Reitera-se que os termos “calceus”, “solea” e “crepida”, correspondem a tipologias de calçado da antiguidade clássica.

¹⁶⁹ Ver p. 118.

vol. VII, p. 490), ou seja, o oficial que faz ‘sapatos’ e ‘chinelas’ e, o “borzegueiro” (1712, vol. II, p. 165) que faz os ‘borzeguins’. Como se pode verificar na distinção da forma encontra-se a correlação para as especializações do ofício.

Contudo, ainda no século XVIII ao calçado foram atribuídos outros significados, associações ou registos distintos, não fechando assim a sua significação. Com António Moraes da Silva (1789) o ‘calçado’ foi definido como sendo “(...) toda a sorte de sapatos, tamancos, botas, botins, etc” (vol. I, p. 324)¹⁷⁰. Nessa definição prevalece também um entendimento abrangente de artefactos no qual se encontra uma linha de pensamento similar aos significados fornecidos por Bluteau (1712), na medida em que também as formas, a função e os materiais particulares continuam a caracterizar e distinguir a generalidade do calçado enunciado. Moraes da Silva mantém na definição de ‘calçado’ os ‘sapatos’ e as ‘botas’ para clarificar a “sorte de calçado” (1789, p. 234), mas referencia esclarecimentos à informação já conhecida, acrescentando três novas tipologias à sua definição:

- Assim, no que respeita às ‘botas’ verifica-se um entendimento ao nível do registo formal com a referência às derivações ‘bota atacada’ e ‘bota de água’, bem como à sua descrição. Coexiste a ‘bota de canhão’ ou de cano, larga; a que é “aberta por um lado e apertada com fivelas ou cordões”; e as que são “fortes” e “que a água não passe com facilidade” (1789, vol. I, p. 294);
- Ao ‘sapato’ amplia-se o seu conhecimento formal na medida em que se percebe a existência e o tipo de sistema de aperto do mesmo, nesse caso, fivelas; como a presença de ornamentos que seguiam estilos, como “picados e golpes ao modo antigo” (1789, vol. II, p. 668);
- Nos ‘tamancos’ denota-se a presença da cortiça e da madeira, como se evidencia a funcionalidade, ou seja de se usarem para “caminhar na lama” (1789, vol. 2, p. 753);
- Apesar da referência aos ‘botins’, tal como em Bluteau, ainda não são caracterizados.

Poderá deduzir-se que a introdução do tamanco na definição de calçado traz consigo uma valorização e destaque ao nível da forma, do material, mas também por questões relacionadas com a função. O desenho mental passível de realizar com a caracterização desses artefactos induz a um reflexo artesanal e rústico, um eco elegante e equilibrado e, por fim, um prolongamento de uma cobertura do pé que percorre a perna até ao joelho.

Considerando os conteúdos apresentados pode concluir-se que a definição de calçado no século XVIII parece remeter num primeiro momento aos sapatos enquanto tradutores de um vasto conjunto de artefactos que podem englobar opções formais distintas ao nível de cobertura do pé em si, mas também ao nível da função ou materiais dos mesmos. A

¹⁷⁰ Ver quadro 21, p. 117.

exemplificação com tipologias de natureza distinta de sapatos enquanto ‘géneros de sapatos’ (Bluteau, 1712, vol. II, p. 50) reitera a ideia anterior de o calçado ser entendido através do programa do ‘sapato’ (Cardoso, 1569) enquanto elemento estrutural base para os demais artefactos. Por outro lado, verifica-se um segundo momento que vem corroborar esse entendimento na medida em que a par dos sapatos em si outras tipologias vão adquirir a mesma posição assumida por esse até à primeira metade do século XVIII.

Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria
Bota ¹⁷¹	Calçado que cobre o pé, perna acima, ou bem junto do joelho.	Cobrir a perna.	—	—	—
Bota atacada ¹⁷²	Aberta por um lado e apertada com fivelas ou cordões.	—	—	Fivelas; Cordões.	—
Bota de água ¹⁷³	Fortes.	Não passa a água facilmente.	—	—	—
Sapato ¹⁷⁴	Sapato ordinário constituído por rosto, pala, salto, talão, orelhas, e se aperta com fivelas.	—	—	Couro; Fivelas.	Sapateiro.
Tamancos ¹⁷⁵	Calçado rústico; Em vez de sola tem uma peça de cortiça ou outra madeira, alta.	Usado para andar na lama.	—	Cortiça; Madeira.	—

Quadro 21 Tipologias de calçado que integram a definição de calçado proposta por Moraes da Silva (1789). Fonte: Aurora Brochado.

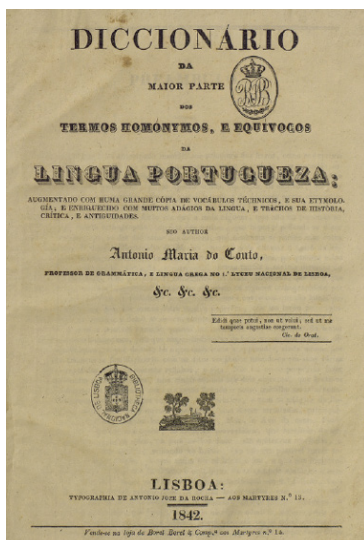


Fig. 59 Primeira página do “Dicionário da maior parte dos termos homónimos e equívocos”, de António Couto (1842). Fonte: BNP.

3.1.2 O SÉCULO XIX

O século XIX traria consigo uma significação de calçado similar às anteriores, mas ampliada.

Narrada com base nas sugestões de António Couto, no “Dicionário da maior parte dos termos homónimos e equívocos” (1842) (fig. 59) passa a ser utilizado o termo ‘qualidade’ para se referir os ‘géneros’ e introduz-se uma nova tipologia para descrever e caracterizar o calçado – a ‘galocha’ (p. 36). Assim, aos artefactos mencionados por Bluteau e Moraes exclui-se o ‘pantuflo’ e mantém-se os restantes. Apesar do autor não ter definido três das tipologias acrescentadas, contribuiu para a condução de um alargamento da pesquisa e avanço cronológico nas fontes. Decorrente

¹⁷¹ (Moraes Silva, 1789, vol. I, p. 294).

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ (Moraes Silva, 1789, vol. II, p. 668).

¹⁷⁵ (Moraes Silva, 1789, vol. II, p. 753).

dessa constatação verificou-se que a ‘galocha’¹⁷⁶ apenas viria a ser caracterizada ao nível do programa no século seguinte.

Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria
Bota ¹⁷⁷	Calçado largo.	Descalça sem dificuldade.	—	—	—
Sapato ¹⁷⁸	Calçado geral, deste ou daquele feitio, segundo o uso; Diz-se também da parte da bota que encerra o pé e a que a ela se prende o cano que cobre a perna, independentemente da altura.	Calçado que só encerra todo o pé.	Mulher e homem.	—	Sapateiro.
Tamanco ¹⁷⁹	Madeira em lugar de solas; Prende ao pé com correas (tiras de couro).	—	—	Madeira; Couro.	—

Quadro 22 Tipologias de calçado que integram a definição de calçado proposta por Couto (1842). Fonte: Aurora Brochado.

Quanto aos artefactos que se enunciam relativos à definição de calçado valerá referir que:

- o ‘sapato’, apesar de não ser referido quanto aos materiais é abordado numa caracterização genérica formal enquanto calçado que encerra todo o pé, deixando em aberto a possibilidade de várias opções formais associadas ao uso no sentido utilitário. O autor indica o “feitio” (1842, p. 348) seguindo uma linha de pensamento que parece remeter para as deias antes mencionadas e presentes no “género” (Bluteau, 1712, vol. II, p. 50) e na “qualidade” (Couto, 1842, p. 36) enquanto caracterização de distintos registos formais. Trata-se da primeira vez que é atribuído a ambos os géneros.
- a ‘bota’ passa a ser entendida quanto ao registo formal de modo genérico sendo apresentada como “larga e descalçada sem dificuldade” (Couto, 1842, p. 29). Pela sua menção no âmbito da definição do calçado denota-se que é constituída por ‘sapato’ que encerra o pé ao qual se prende o cano que cobre a perna numa altura varável;
- o ‘tamanco’ parece voltar ao entendimento dado por Bluteau (1721, vol. VIII, p. 683), na medida em que perde a referencia à cortiça encontrada em Moraes da Silva (1789, vol. II, 753), permanecendo a madeira, bem como a associação ao uso para caminhar na lama. Denota-se uma significação que privilegia um registo formal de menção aos elementos constituintes. Manifesta-se interessante o facto de a madeira, tal como com Bluteau (1721, vol. VIII, p. 683), figurar não como solado, mas antes como um material que substitui a sola. Essa situação evidencia uma ligação ao couro enquanto o material predominante nos solados, sem margem para alteração;

¹⁷⁶ Cf. Aulete, 1925, vol. I, p. 1120.

¹⁷⁷ (Couto, 1842, p. 29).

¹⁷⁸ (Couto, 1842, p. 348).

¹⁷⁹ (Couto, 1842, p. 359).

— a ‘galocha’ e o ‘botim’ apesar de mencionados como artefactos agregados à definição do calçado, não são definidos no século XIX.

O estudo da definição do calçado no século XIX e dos artefactos que a ele se agrupam fica, essencialmente, confinado às propostas de Couto (1842) concluindo-se que o entendimento do calçado se associa naquela época com artefactos distintos nos quais se inclui o ‘sapato’ e a ‘bota’, deixando a ligação inicial a esses artefactos enquanto elementos que agregam os demais artefactos do espectro do calçado.

3.2 TIPOLOGIAS DE CALÇADO CONHECIDAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX EM PORTUGAL



Fig. 60 Farda da Legião Portuguesa sob o comando do Marquês de Alorna desde 1795, 1806. Fonte: BNP.

O quadro 23¹⁸⁰ estruturou-se com base nas terminologias caracterizadoras do calçado em geral, mas que também integram e ampliaram o seu discurso, expostas nas publicações de Bluteau (1712-1728), Moraes da Silva (1789), Couto (1842) e de Viterbo (1865). Acrescenta-se, de resto, as tipologias correspondentes a essa cronologia mencionadas por Lello (1988). A abordagem tecida centrou-se em aspetos do programa, ou seja, na análise da forma, da função, do género e do material; e no âmbito da autoria desses artefactos, por não se ter encontrado registos indiciadores de tecnologia. Os termos apresentam-se por ordem alfabética e verificam-se repetições porque existem autores diferentes que retratam termos iguais, sendo assim ordenados do mais antigo ao mais recente. Desses vocábulos resulta assim a correspondência e caracterização das principais tipologias conhecidas em cada época.

Apresenta-se de seguida uma análise geral dos termos presentes no quadro 23¹⁸¹ que particularizam as expressões utilizadas pelos autores para caracterizar as tipologias de calçado. Segue-se uma interpretação formal do conjunto, onde se especificam aspetos do corte e dos solados, sendo esses os elementos mais destacados os artefactos da cronologia em estudo. A função, género, materiais e autoria das tipologias de calçado são também analisadas, especificando, quando necessário, aspetos relevantes. A análise tecida pretendeu seguir a ordem de leitura horizontal do quadro, sendo indispensável a ligação à leitura vertical entre os termos e suas características, uma vez que se ambicionou uma visão global dos artefactos da cronologia em estudo. Tendo em conta a especificidade das tipologias de calçado estudadas e conseqüente ligação e articulação entre si, os campos presentes no quadro podem incorrer em ordens distintas de enumeração na análise.

Tal como no ponto anterior optou-se por tecer considerações conjuntas sobre programa e autoria uma vez que a natureza da informação relativa à autoria não justificou uma abordagem isolada.

¹⁸⁰ Ver pp. 126-129.

¹⁸¹ Idem.

3.2.1 FORMA, FUNÇÃO, GÉNERO, MATERIAL E AUTORIA



Fig. 61 Oficial do Exército Português, final do século XIX. Da análise à fotografia identifica-se a 'fôrma' alongada e a gáspea inteira e lisa. Fonte: AM.



Fig. 62 Família em estúdio fotográfico, final do século XIX. Da análise à fotografia identifica-se as chinelas em duas crianças e numa personagem feminina. Fonte: AM.

Analisaram-se no quadro 23¹⁸² cinquenta e um termos, dos quais quarenta e um correspondem ao século XVIII e dez ao século XIX¹⁸³. Apresentam-se por ordem cronológica e alfabética e a natureza da informação fornecida pelos autores foi distribuída no referenciado modelo de Providência (2003). Nessa análise, encontraram-se, outras informações complementares à caracterização dos diferentes tipos. Três tipologias são caracterizadas a partir da ilustração correspondente encontradas na publicação de Lello (1988), sendo, as restantes baseadas nas publicações já mencionadas para o estudo desta cronologia.

Encontraram-se as expressões 'bota', 'chinela' e 'sapato' associadas aos demais artefactos para os definir, circunscrevendo-os assim, de partida, numa representação enquadrada nessas tipologias de calçado base. No entanto, também a expressão 'calçado' é utilizada, sendo aquela que se destaca perante as tipologias enunciadas nessa caracterização inicial. Dos termos analisados sob este ponto de vista, pode verificar-se que em todas as tipologias é tecida uma abordagem implícita ou explícita ao nível do registo formal; assim como, excetuando o caso das tipologias 'bota atacada', do 'borzeguim', 'pantufo', 'sandália', 'sapata', 'soco' e 'tamanco' todas as restantes analisadas são mencionadas também ao nível da função. Esse aspeto é revelador da importância dada à forma e à função dos artefactos aquando da sua descrição, podendo traduzir o papel preponderante do calçado e do ofício que o representava. Mas, é também um fio que pode ser conduzido para a contemporaneidade na medida em que ao design de calçado se associam indubitavelmente a forma e a função.

Uma análise aos aspetos formais dos artefactos presentes no quadro 23, permitiu constatar a coexistência tipos de biqueiras, ou seja, biqueiras redondas, alongadas ou pontiagudas, abertas ou fechadas; assim como a parte de trás, moldada pelo calcanhar poderia ser aberta ou com um talão.

Assim, à 'fôrma' poderão associar-se três características fundamentais que a distingue na base das principais tipologias de calçado:

1. Elevação ou nivelamento raso das solas;
2. Altura variável do corte;
3. Presença de aberturas, ou não, no calçado.

Essa leitura resulta da interpretação das partes constituintes do calçado e que ditam o seu programa formal, onde se pode separar a sola do corte e onde se modifica a sua altura dada pelo salto ou pelo tacão, que parecem associar-se a questões funcionais, justificadas na possibilidade

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Os termos mencionados no século XVIII são a 'alabarca', 'alparca', 'bota', 'bota atacada', 'bota de água', 'bota de montar à postilhão', 'botas polainas', 'botinas', 'borzeguim', 'chapim', 'chinela', 'chispo', 'escarpim', 'galocho' e 'pantufo', 'sandália', 'sapata', 'sapato', 'sapato de malhão', 'tamanco', 'servilha' e 'soco'. Os termos do século XIX são 'alabarca', 'bota', 'chapim', 'chispo', 'sandália', 'sapata', 'sapato'.

de elevação e também de proteção, na origem de ‘chapins’, ‘borzeguins’, ‘tamancos’ ou ‘pantufos’. Também a altura do corte é variável de acordo com a função a que se destinam - proteção do joelho ou para montar a cavalo; ou as aberturas que possuiu - totalmente fechado, abertos na frente e atrás e fechados na frente e abertos atrás. Afirmam-se como características essenciais do calçado no que respeita à sua forma. Como se poderá verificar mais adiante esse entendimento transpõe-se para o século XX e XXI tendo em vista as tipologias que se associam à definição de calçado e consequentemente traduzem os modelos mais proeminentes ao momento.



Fig. 63 Pai e filho em estúdio fotográfico, final do século XIX. Fotografia de reprodução. Da análise à fotografia identifica-se as botas de cordões Fonte: AM.



Fig. 64 Família em espaço rural. Finais do século XIX, início do século XX. Da análise à fotografia identifica-se as botas de cordões nas crianças. Fonte: AM.

Esses elementos articulam-se dando origem a artefactos distintos, com corte de altura variável, bem como solas de diversa altura, ao que acresce a possibilidade da inclusão de materiais distintos. É ao nível dos solados onde os materiais comuns nessa cronologia, como sendo o couro, cortiça e madeira, poderiam ser todos utilizados, independentemente, da tipologia em questão.

Também os ornamentos são referenciados e, nesse caso, associados a tipologias femininas, sendo apenas na ‘chinela’, ‘chapins’ e ‘pantufos’ verificando-se a referência a elementos decorativos, sob o formato de ornamentos, deixando denotar a prevalência de apenas texturas na pele e menor recurso ao uso de padrões decorativos. Surpreendentemente, essas tipologias são as que se destacam pela integração da cortiça na sua composição e, a altura variável das solas. Essa constatação pode traduzir uma ligação entre essa elevação e os ornamentos.

Mediante o exposto, denota-se na ‘bota’, na ‘chinela’ e ao ‘sapato’ uma caracterização formal mais detalhada, pelo facto desse último ter sido quantificado perante o conjunto de elementos do corte que o constituem e todos serem representados através de ilustração, destacando-se do conjunto total de artefactos analisados pela natureza da informação. As ‘botas’ ilustram possibilidades de sobreposição de peças no corte aplicadas sob modo decorativo, a ‘chinela’ elucida a presença de bordados, bem como os ‘sapatos’ dos séculos IX e XV traduzem, formalmente, padrões e o ‘sapato’ do século XIX permite visualizar um programa distinto perante cronologias anteriores.

No que respeita ao entendimento da função dos artefactos estudados, as tipologias que advieram foram na prática resultantes sobretudo de necessidades como a de cobrir apenas o pé e partes da perna ou proteger o próprio calçado de pavimentos adversos. Apenas no caso dos sapatos se verifica a menção à designação genérica ao nível da função, ou seja, a de guardar o pé. Por outro lado, os restantes artefactos caracterizados transparecem além dessa generalização outros aspetos, como o caso das botas onde se denotam possibilidades do uso mediante o género, a altura da cobertura, a função, o peso e materiais. Ou ainda para proteção de terrenos ou da necessidade de impermeabilização dá-se resposta com



Fig. 65 Estabelecimento comercial de sapateiro na Rua da Alfândega, Lisboa [entre 1898 e 1908]. Fonte: AML.



Fig. 66 Oficina de sapateiro na Rua da Mouraria, Lisboa [entre 1898 e 1908]. Fonte: AML.

artefactos¹⁸⁴ adequados que se podem associar à presença da madeira nos solados e ainda de evidência impermeável. Também para montar a cavalo se evidencia a ‘bota de postilhão’. Igualmente curioso é a presença de um artefacto com vista a proteger outro artefacto, ou seja, a ‘galocha’ calçava-se por cima de ‘sapatos’ para os proteger da água.

Simultaneamente, verificou-se a presença de tipologias com correspondência ao uso doméstico, como no caso da ‘chinela’, manifestando-se como a única tipologia de calçado com essa função. Valerá a referência às tipologias de calçado associadas a grupos particulares com ligações a funções religiosas no século XVIII, como os casos da ‘alparca’, ‘sapata’, ‘servilha’ e ‘socco’; a localizações geográficas de algumas tipologias, como os casos da ‘alabarca’, da ‘galocha’ ou da ‘sapata’; a influências externas, sobretudo ‘mourisca’, como o caso do ‘borzeguim’ e da ‘sapata’; e por fim a grupos sociais, como os camponeses, em tipologias como ‘alabarca’, ‘galocha’, ‘sapata’ e ‘tamancos’. A ‘alabarca’ ou ‘abarca’, no caso de Moraes da Silva (1789, vol. I, p. 4) é ainda atribuída aos “humildes” verificando-se uma distinção mais vincada ao nível social de pertença.

Encontraram-se artefactos com vista a interferir na estatura do género feminino, de modo a elevar, quer realçar, como o ‘chapim’ e o ‘chispo’, que são constituídos por sobreposição de solados e salto alto agudo, respetivamente. Denota-se que se tratam de opções formais que pretenderam uma associação à elegância por um lado e vaidade por outro.

Quanto ao género confirmam-se tipologias para ambos, como a ‘alabarca’, ‘botina’, ‘chinela’, ‘sandália’, ‘sapata’, ‘sapato’ e ‘socco’, outras destinadas apenas para o género masculino e outras apenas ao género feminino. A elevação dos solados e os ornamentos parecem tratar-se de evidências na distinção de ambos, aplicadas no género feminino.

Sob o ponto de vista dos materiais verifica-se que a matéria prima associada a uma grande parte das tipologias em epígrafe é o couro¹⁸⁵. Outros materiais se agregam como a cortiça e a madeira e a estes se associam funções distintas. As mesmas evocam características alusivas à leveza, resistência ou para a impermeabilidade, deixando perceber uma estreita ligação com associações à função dos materiais em determinadas tipologias e subentender que o material compromete a natureza do artefacto.

Encontrou-se no ‘chapim’ uma descrição que apesar de não detalhada ao nível dos seus elementos compositivos, pode ser entendida ao nível do valor simbólico no calçado feminino, permitindo que este artefacto se destaque também na análise tecida. O ‘chapim’ traz assim uma dimensão acrescida e uma valorização de um produto como reflexo de estatuto social, ao qual poderá ainda atribuir-se uma relação com a representação do poder, a saber, em Portugal com a rainha D. Leonor (1458-1525)¹⁸⁶.

¹⁸⁴ São eles a ‘alabarca’, ‘bota de água’, ‘galocha’ e ‘tamancos’.

¹⁸⁵ Utilizado na ‘alabarca’, ‘alparca’, ‘botas polainas’, ‘botinas’, ‘borzeguim’, ‘chapim’, ‘galocha sandália’, ‘sapata’, ‘sapato’, ‘tamanco’ e ‘servilha’.

¹⁸⁶ A rainha recebia uma taxa dos direitos alfandegários pelas joias que entravam no reino sendo que os chapins figuravam



Fig. 67 Oficina de sapateiro na Praça das Flores, Lisboa [entre 1898 e 1908]. Fonte: AML.

Com efeito, a caracterização de uma tipologia de calçado enquanto artefacto dotado de valor acrescentado traduz uma visão do calçado distinta da verificada nas restantes tipologias analisadas. Esse aspeto é revelador de alguns sentidos: por um lado haveria entrada deste calçado em Portugal, através da importação, que justificasse a atribuição de uma parte das taxas à rainha; por outro, pode entender-se que a cedência desse imposto, significa que não apenas a sua figura fazia uso dessa tipologia, mas eventualmente pela nobreza portuguesa; e por fim, o valor acrescentado atribuído a essa tipologia (Bluteau, 1712, vol. II, p. 276).

Por conseguinte, acresce outra constatação, ainda que possa assumir um contorno figurado, mas a propósito da relação dos ‘chapins’ com a corte portuguesa. A partir de Afonso III (1210-1279) a vila de Alenquer pagava um tributo às rainhas portuguesas, denominado os “chapins da rainha ou da princesa” (Bluteau, 1712, vol. II, p. 276; Viterbo, 1864, p. 184), cuja finalidade era financiar a compra desse calçado por parte da família Real, dado esse ser considerado como um dos ornamentos femininos que requer, nas palavras de Bluteau (1712, vol. II, p. 276), um maior “luzimento”. Dessa maneira o calçado afirma-se como um elemento de destaque com uma função particular, nesse caso, de adornar a mulher.

Por fim, associado à prática da construção do calçado encontram-se as referências aos ofícios e aos que nele operavam, como o caso dos ‘borzegueiros’, ‘chineleiros’ e ‘sapateiros’, denotando-se uma autoria reconhecida através de uma especialização, sobretudo no século XVIII.

3.2.2 OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Da análise realizada do ponto de vista cronológico verificou-se uma maior presença de informação no século XVIII, comparativamente ao século XIX. Contudo, esse aspeto revela as tipologias mencionadas no século XIX centradas num primeiro momento (Couto, 1842) em artefactos sintetizadores da generalidade de existências formais enquanto cobertura do pé, da presença de materiais menos comuns e especificidades de género nesse conjunto, tais como, a ‘bota’, a ‘sapata’, o ‘sapato’ e o ‘soco’, onde:

- a ‘bota’ é mencionada pela sua forma larga que descalça sem dificuldade;
- a ‘sapata’ como um sapato rústico feminino;
- os ‘sapatos’ para ambos os géneros de feitos distintos;
- e o ‘soco’ como um calçado vulgar de madeira.

Num segundo momento com Viterbo (1865) os artefactos mencionados permitiram entender uma ligação relacionada com a origem formal, tais como a ‘alabarca’, do ‘chapim’, ‘chispo’ e ‘sandália’. Revelam-se com particularidades interessantes sobretudo com a ‘alabarca’, ‘chapim’ e o

nessa lista, sendo assim considerados como joias (Sousa, 1993, p. 23-52).

'chispo': o primeiro pelo esclarecimento que vem trazer à interpretação de tipologias com nomeações semelhantes - como a 'alpargata', 'alpergate' ou 'alparcas', na medida que coloca as suas origens nesse 'modelo' usado pelos rústicos de Trás-os-Montes. Pela primeira vez uma tipologia é mencionada como um 'modelo', num âmbito de extensão formal, sobretudo devido à aplicação de outros materiais evidenciadores de custos inferiores ao couro, enquanto característicos de indumentárias religiosas; o segundo pela descrição dos solados "formosamente cobertos e pespontados" destinados a senhoras e a outras que não o eram" (Viterbo, 1865, vol. 1, p. 184) e o terceiro pelo material muito polido e de salto elevado. Destacam-se características estatutárias ou sociais, mas também de traços de personalidade. Essa associação do calçado de mulher a formas e registos particulares é mencionada pela primeira vez com Viterbo (1865, vol. 1, p. 15) com esse tipo de descrição. Apesar do autor não os posicionar cronologicamente, excetuando o 'chapim' ambos parecem referir-se a calçado em desuso nesse momento¹⁸⁷.

Como se pode concluir privilegia-se uma compilação de artefactos destacados sobretudo ao nível formal, material e do género, posicionada no tempo e em alguns casos no espaço.

Verifica-se que alguns termos possuem a possibilidade de serem mencionados com outra nomenclatura como o caso do 'borzegueiro' (Bluteau, 1712, vol. II, p. 165) e 'borzegueiro' (Moraes Silva (1789, vol. I, 294); 'chapim' (Bluteau, 1712, vol. II, p. 276; Moraes Silva, vol. I, p. 284) e 'chapins' (Viterbo, 1865, p. 184); e por fim 'socco' (Bluteau, 1712, vol. 2, p. 683; Couto, 1842, p. 359) e 'soco' (Moraes da Silva, 1789, vol. II, p. 712). Igualmente se enunciam correspondências com outros artefactos, tais como entre o 'borzeguim' e o 'botim' (Moraes da Silva, 1789, vol. I, p. 294), entre 'chapim' e 'cothurno' (Couto, 1842, p. 359), entre 'chinela' e 'crepida' (Bluteau, 1720, vol. VI, p. 227) e entre 'soco' e 'tamanco' (Moraes da Silva, 1789, vol. I, p. 384).

Igualmente, associaram-se expressões para contribuir na caracterização de artefactos e nos quais se denota que particularizam os estatutos sociais à época, como de resto se encontra no calçado usado "por donas viúvas" (Bluteau, 1712, vol. VI, p. 227), "usado por humildes" (Moraes da Silva, 1789, vol. I, p. 4), "pelas mais vaidosas e menos sisudas" (Viterbo, 1865, vol. I, p. 15) e ainda "por senhoras e outras que não o eram" (Viterbo, 1865 vol. II, p. 184)¹⁸⁸. Acresce informação relacionada com o panorama internacional ou com o passado, também com vista a descrever os artefactos, bem como a reposiciona-los cronologicamente no tempo e no espaço.

Desse modo, a definição de calçado remete, primeiramente, para o sapato como elemento aglutinador de todas as possibilidades formais e de seguida

¹⁸⁷ A 'sandália' é definida com a mesma linha de pensamento evidenciada pelo autor (1865, vol. I, p. 15), figurando enquanto denominação antiga com origem em representações de um episódio bíblico.

¹⁸⁸ Essas expressões estão presentes nas tipologias 'pantufo', 'alabarca', 'chapim' e 'chispo' respetivamente.



Fig. 68 Traje de lavadeira salaia calça botas pretas de biqueira alongada, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.



Fig. 69 Traje de vendedor de cestos com sapatos pretos de biqueira quadrada e tacão raso, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.



Fig. 70 Traje de polícia civil e guarda noturno com sapatos pretos de atacadores e tacão raso, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.



Fig. 71 Traje de mulher com chinelas pretas, de biqueira bicuda e sola e tacão branco; e homem com sapatos pretos e tacão raso, ambos dos 'arrabaldes do Porto', por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.



Fig. 72 Traje de pescador do Barreiro e Seixal, com botas pretas, de biqueira quadrada, cano largo, com gola preta, vivo beje e presilha, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.




Fig. 73 Traje de vendedora de carvão no Porto, com chinela preta bicuda, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.




Fig. 74 Traje de homem da ilha do Pico, com chinela beje, constituída por duas tiras laterais e uma tira ao centro, entre os dedos e o peito do pé, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.




Fig. 75 Traje do peditário para a festa do Espírito Santo, com sapatos pretos de biqueira quadrada, por João Palhares, litografia aguarelada, ca 1850. Fonte: BNP.

Séc. Data	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (ofício)	Outras Observações
XVIII	Alabarca ou abarca ¹⁸⁹	Calçado “rústico” ¹⁹⁰ .	Usado pelos “humildes”.	—	Couro.	—	—
XIX	Alabarca ¹⁹¹	Côncavo na sola; Sola de madeira e couro cru atados com cordéis por baixo dos quais entram o pé; Forma de barca.	“Ideal para caminhos fragosos e montes com neve”; “Calçado usado pelos rústicos de Trás-os-Montes”.	Homem e mulher.	Madeira; Couro cru; Cordéis.	—	“Sobre este modelo se formaram as alpargatas, alpergates ou alparcas, de linho ou de couro que usam algumas religiões mais austeras”.
XVIII	Alparca ¹⁹²	Sola de sapato com tiras de couro ou de esparto em vez da pala.	“Usada pelos religiosos de São Francisco e por pastores”.	Evidencia-se como sendo masculino.	Couro; Veludo e ouro no passado.	—	“Calçado antigo”.
XVIII	Alparca ¹⁹³	Calçado; “Rosto com buracos”; “Também há alparcas rústicas de cânhamo trançado”.	—	—	Couro; Seda; Cânhamo.	—	“Como os que usam os frades capuchos”.
XVIII	Bota ¹⁹⁴	Cobre a perna até ao joelho, ou ultrapassa-o;	Cobrir a perna.	—	Couro.	—	—
XVIII	Bota ¹⁹⁵	Calçado que cobre o pé, perna acima, ou bem junto do joelho.	Cobrir a perna.	—	—	—	—
XIX	Bota ¹⁹⁶	“Calçado largo”.	Descalça sem dificuldade.	—	—	—	—
XVIII	Bota atacada ¹⁹⁷	Aberta num lado e apertada com fivelas ou cordões.	—	—	Fivelas; Cordões.	—	—
XVIII	Bota de água ¹⁹⁸	“Fortes”.	“Não passa a água facilmente”.	—	—	—	—
XVIII	Botas de montar à inglesa ou de postilhão ¹⁹⁹	Botas de cano largo até ao joelho.	Montar.	Homem.	—	—	Usadas no século XVIII. O postilhão era um mensageiro que viajava a cavalo para entregar a correspondência, correspondendo ao atual carteiro.
XVIII	Botas de montar à postilhão ²⁰⁰	Bota de altura até ao joelho, de forma justa ao pé e bicuda e muito larga no cano. Constituída por cano, pala e gola. Aparenta uma bota robusta e rígida, de biqueira alongada com cano muito largo. Possui uma pala grande sobreposta no limite do peito do pé, abraçando-o. A forma é ondulada. O cano alarga progressivamente e a gola dá-lhe continuidade. A gola fixa ao cano é larga e mais volumosa. É semicircular na parte da frente, possui vivo na sua extensão e deixa a parte de trás do joelho a descoberto. Possui elementos decorativos na pala e uma flor de lis como elemento decorativo na gola. Solado fino.	Montar.	Evidencia-se como sendo masculina.	—	—	 Lello (1988, volume I, p. 369).
XVIII	Botas polainas ²⁰¹	“Botas presas com fivelas”.	“Descalça com mais facilidade”.	—	Couro; Pano; Fivelas ou material semelhante.	—	—

Quadro 23 Tipologias de calçado dos séculos XVIII e XIX e sua caracterização sob o ponto de vista do programa e da autoria. Verifica-se que as terminologias apresentadas por Bluteau (1712-1728), comparativamente a Moraes da Silva (1789), Couto ou Viterbo (1865), fornecem informações mais detalhadas sobretudo ao nível do programa, percebendo-se desse modo o predomínio das formas, materiais e géneros. O quadro 23 continua até à p. 129. É estruturado na vertical pela ordem alfabética das tipologias e tem leitura horizontal. Fonte: Aurora Brochado.

Séc. Data	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (ofício)	Outras Observações
XVIII	Botinas ²⁰²	Cobrem o joelho; Possuem joelheira, salto; Base de sapato.	"Sapato, guardar o pé". "Leves"; "Para homem montar a cavalo".	Homem.	Couro.	—	"Antigamente eram um calçado de carneira sem sola nem salto, a modo de meias de pés que chegavam a meia perna ou mais. Usavam delas mulheres com chapins ou pantufos".
XVIII	Botinas ²⁰³	Botas ligeiras.	Leves.	Mulher.	—	—	—
XVIII	Borzeguim ²⁰⁴	"Bota mourisca"; "Meia grossa com sola delgada".	—	—	Couro.	Borzegueiro.	—
XVIII	Borzeguim ²⁰⁵	"Bota justa atacada que chega a metade da perna".	Justas.	—	—	Borzegueiro.	Também denominadas de botins.
XVIII	Chapim ²⁰⁶	Quatro a cinco solas; Redondo e aberto; Ornamentos;	Para elevar a estatura.	Mulher.	Cortiça; Couro.	—	Em Itália as solas eram de sobreiro; Na antiguidade clássica usavam-se cothurnos para representar nas tragédias.
XVIII	Chapim ²⁰⁷	Calçado de 4 ou 5 solas.	Para realçar a estatura.	Mulher.	Solas de sobreiro.	Chapineiro.	Origem no cothurno trágico.
XIX	Chapins ²⁰⁸	"Espécie de calçado distinto de chinelas ou pantufos"; "Quatro a cinco solas, formosamente cobertas e pespontadas".	"Acrescentar um covado à estatura, sendo que um covado corresponde a 3 palmos";	"Senhoras e outras que não o eram".	—	—	Em Itália as solas eram de pinheiro.
XVIII	Chinela ²⁰⁹	Calçado sem quartos que cubram o calcanhar; Calcanhar aberto.	Uso em casa.	Mulher e homem.	—	Chineleiro.	"Os antigos também a traziam em casa, mas eram diferentes e denominavam-se crépida".
XVIII	Chinela ²¹⁰	Calçado sem tacão.	—	Mulher e homem.	—	Chineleiro.	—
XVIII	Chinela ²¹¹	Sapato de forma ligeiramente bicuda. Constituído por gáspea decorada com padrões e que cobre apenas o peito do pé, ficando o calcanhar a descoberto. Possui palmilha e a sola é em plataforma de aparente maleabilidade, mais alta na zona do calcanhar.	Uso doméstico.	Evidencia-se como sendo feminina.	—	—	 Lello (1988, volume I, p. 369).
XVIII	Chispo ²¹²	Sapato muito polido e alto; Salto agudo.	—	Mulher.	"Pau".	—	Usado no passado.
XVIII	Chispo ²¹³	Calçado com muita elevação e bicudo.	Elevar a estatura.	Mulher.	—	—	Usado no passado.
XIX	Chispo ²¹⁴	"Sapato muito polido e alto".	"Sapato, guardar o pé"; "Usado pelas mais vaidosas e menos sisudas".	Mulher.	—	—	Calçado usado no passado.
XVIII	Escarpim ²¹⁵	"Calçado que cobre o pé, debaixo da meia".	—	—	Linho.	—	—
XVIII	Escarpim ²¹⁶	"Calçado de ponto de meia que cobre o peito do pé e forra a planta"; "Põe-se debaixo da meia".	—	—	—	—	—
XVIII	Galocha ²¹⁷	Sola de madeira e couro por cima; Poderão ser tamancos ou chinelas;	"Usadas pelos rústicos em França"; "Usados também no Minho e na Beira".	—	Couro; Madeira.	—	"O Minho e a Beira devem esclarecer o que são galochas".
XVIII	Galocha ²¹⁸	"Espécie de chinela que se calça por cima do sapato".	"Para o sapato não repassar a humidade".	—	—	—	—
XVIII	Pantufos ²¹⁹	"O mesmo que chapim"; "Quatro a cinco solas"; "Compridos e fechados"; Bordados; Ornamentos.	—	Mulher.	Cortiça.	—	"No passado as donas viúvas traziam pantufos por casa e eram mais altos que chinelas".

Séc. Data	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (ofício)	Outras Observações
XVIII	Pantufo ²²⁰	"Assento de cortiça em vez de solas".	—	—	Cortiça.	—	Usado no passado.
XVIII	Sandália ²²¹	"Sola de sapato com correias até à garganta do pé".	"Pontífices e sacerdotes em celebração".	Homem.	Couro; Correias.	—	"Usado antes da riqueza e luxo de Atenas por Matronas"; Usado nas pinturas por profetas e apóstolos.
XVIII	Sandália ²²²	Calçado constituído por sola de sapato, atada por baixo da planta de pé com correias repassadas por cima do peito do pé.	—	Senhora.	Couro; Correias.	—	Semelhança com abarca; Usado no passado.
XIX	Sandália ²²³	"Calçado que alude às sandálias de Judith que arrebataram os olhos de Holofernes".	—	Mulheres senhoras.	—	—	"Denominação antiga".
XVIII	Sapata ²²⁴	"Bota sem canhão"; "Sapato de saloya".	"Sapato, guardar o pé".	Homem; Mulher.	—	—	"Usada no passado pelos padres de S. Vicente". Subentende-se as influências mouriscas sendo que os saloyos se tratavam de descendentes dos Mouros que D. Afonso Henriques terá deixado ficar no termo de Lisboa ²²⁵ .
XVIII	Sapatas ²²⁶	Sapatos; "Espécie de bota sem canhão".	—	Mulher.	Couro.	—	—
XIX	Sapata ²²⁷	"Sapato rústico".	—	Mulheres.	—	—	—
XVIII	Sapato ²²⁸	"Calçado constituído por rosto, pala, orelhas, talão, solas e salto"; "Forma pela qual o sapateiro corta e cose sapatos".	"Guardar o pé".	Evidencia-se para mulher e homem.	Couro.	Sapateiro.	O rosto ²²⁹ é a parte da frente das botas e dos sapatos; a pala ²³⁰ é parte do rosto, que cobre o peito do pé e se prende até cima; o talão ²³¹ é a peça posterior do couro que assenta no salto e é costurado nele; o salto ²³² , a parte posterior que eleva a partir do chão; a sola ²³³ , o couro inteiro; e o tacão ²³⁴ , um bocado sola que se coloca como se fosse um remendo no sapato. Não se encontra definição para as orelhas no âmbito da investigação.
XVIII	Sapato ²³⁵	"Sapato ordinário constituído por rosto, pala, salto, talão, orelhas, e se aberta com fivelas".	—	—	Couro; Fivelas.	Sapateiro.	O rosto ²³⁶ é a parte dianteira que cobre o peito do pé; a pala ²³⁷ é parte do couro pregada ao rosto e onde assenta a fivela; o salto ²³⁸ é a peça que fica por baixo do talão e o faz erguer do chão; o talão ²³⁹ , a parte do couro que se levanta para cobrir o calcanhar. Não se encontra definição para as orelhas no âmbito da investigação.

Séc. Data	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (ofício)	Outras Observações
XIX	Sapato ²⁴⁰	“Calçado geral, deste ou daquele feitio, segundo o uso”; “Diz-se também da parte da bota que encerra o pé e a que a ela se prende o cano que cobre a perna, independentemente da altura”.	“Calçado que só encerra todo o pé”.	Mulher e homem.	—	Sapateiro.	—
XIX	Sapato ²⁴¹	Sapato justo ao pé, de forma alongada e bicudo. Constituído por biqueira, gáspea, tira, talões e taloeira. A biqueira prolonga-se até à zona do calcanhar, e com um vivo em toda a sua extensão. Possui elemento decorativo ao centro, sobre ela e sobre a gáspea. É fixa à taloeira, talão e ao solado. A gáspea tem padrões decorativos, é fixa à biqueira e a uma tira decorada no topo. Os talões possuem a abertura no lado de fora, são mais altos na zona do peito do pé, formando uma pala, e da taloeira. Possuem costuras manuais na lateral e são fixos à taloeira, à tira e à gáspea. A taloeira é baixa e possui um vivo em toda a sua extensão. Solado fino e tacão.	—	Homem.	—	—	 <p>Lello (1988, volume I, p. 369).</p>
XVIII	Sapato de malhão ²⁴²	Sapatos “fortes e grossos”.	“Usado por rústicos”.	—	—	—	—
XVIII	Sapato de malhão ²⁴³	“Fortes e grossos”.	—	—	—	—	—
XVIII	Servilha ²⁴⁴	“Sapatinhos de couro fino”; Sem solas.	Usado por anjos em procissões.	—	Couro fino.	—	—
XVIII	Servilha ²⁴⁵	“Sapato de couro branco com sola sorvida” (engolida)	—	—	Couro branco.	—	—
XVIII	Socco ²⁴⁶	“Sapato de soleta de comediante”; “Podia ser mais baixo que um cothurno”.	Usado para as comédias em Roma.	Homens e mulheres.	—	—	“Em Portugal as freiras Capuchas chamam soccos aos seus tamancos”.
XVIII	Soco ²⁴⁷	“Calçado vulgar e baixo”.	—	—	—	—	—
XIX	Socco ou Tamanco ²⁴⁸	“Calçado vulgar”.	—	—	Madeira.	—	“Conhecido pela plebe como tamancos, ou târocas em algumas terras”; “Calçado dos comediantes romanos”.
XVIII	Tamanco ²⁴⁹	“Madeira em lugar de solas”; “Prende ao pé com correas” (tiras de couro).	—	—	Madeira; Couro.	—	—
XVIII	Tamancos ²⁵⁰	“Calçado rústico”; “Em vez de sola tem uma peça de cortiça ou outra madeira, alta”.	Usado para “andar na lama”.	—	Cortiça; Madeira.	—	—
XIX	Tamanco ²⁵¹	“Madeira em lugar de solas”; “Prende ao pé com correas”.	—	—	Madeira; Couro.	—	—

- ¹⁸⁹ (Moraes Silva, 1789, vol. I, p. 4).
- ¹⁹⁰ Utilizam-se as aspas em situações de transcrições dos autores, sendo que a sua não utilização resulta de interpretações das suas definições. Ambas as situações no quadro correspondem à bibliografia referida em cada entrada de tipologias.
- ¹⁹¹ (Rosa de Viterbo, 1865, vol. I, p. 15).
- ¹⁹² (Bluteau, 1712, vol. I, p. 279).
- ¹⁹³ (Moraes Silva, 1789, vol. I, p. 104).
- ¹⁹⁴ (Bluteau, 1712, vol. II, p. 167).
- ¹⁹⁵ (Moraes Silva, 1789, vol. I, p. 294).
- ¹⁹⁶ (Couto, 1842, p. 29).
- ¹⁹⁷ (Moraes Silva, 1789, vol. I, p. 294).
- ¹⁹⁸ Idem.
- ¹⁹⁹ Lello, 1988, vol. I, p. 369).
- ²⁰⁰ Termo e ilustração publicados em Lello (1988, vol. I, p. 369), mas sem definição associada, sendo que a caracterização resulta da interpretação da ilustração.
- ²⁰¹ (Bluteau, 1712, vol. II, p. 167). As polainas são no século XVII uma meia grossa de pano, sem palmilhas, que se usavam por cima das meias e cobriam meio pé por cima do sapato; e no século XIX, uma meia de pano de linho encerado, abotoada num lado, e colocadas como no século anterior. Acresce que eram utilizadas por soldados. Ver Bluteau, 1712, vol. VI, p. 571; Moraes Silva, 1789, vol. II, p. 463.
- ²⁰² (Bluteau, 1712, vol. II, p. 170).
- ²⁰³ (Moraes Silva, 1789, vol. I, p. 365).
- ²⁰⁴ (Bluteau, 1712, vol. II, p. 165).
- ²⁰⁵ (Moraes Silva, 1789, vol. I, p. 294).
- ²⁰⁶ (Bluteau, 1712, vol. II, p. 276).
- ²⁰⁷ (Moraes Silva, 1789, vol. I, p. 384).
- ²⁰⁸ (Rosa de Viterbo, 1865, p. 184).
- ²⁰⁹ (Bluteau, 1720, vol. VI, p. 227).
- ²¹⁰ (Moraes Silva, 1789, vol. I, p. 389).
- ²¹¹ Termo e ilustração publicados em Lello (1988, vol. I, p. 369), mas sem definição associada, sendo que a caracterização resulta da interpretação da ilustração.
- ²¹² (Bluteau, 1712, vol. II, p. 292).
- ²¹³ (Moraes Silva, 1789, vol. I, p. 389).
- ²¹⁴ (Rosa de Viterbo, 1865, vol. I, p. 15).
- ²¹⁵ (Bluteau, 1713, vol. III, p. 213).
- ²¹⁶ (Moraes Silva, 1789, vol. I, p. 738).
- ²¹⁷ Bluteau, 1727, suplemento I, p. 447).
- ²¹⁸ (Moraes Silva, 1789, vol. II, p. 76).

- 219 (Bluteau, 1712, vol. II, p. 276; Bluteau, 1720, vol. VI, p. 227).
- 220 (Moraes Silva, 1789, vol. II, p. 193).
- 221 (Bluteau, 1720, vol. VII, p. 467).
- 222 (Moraes Silva, 1789, vol. II, p. 664).
- 223 (Rosa de Viterbo, 1865, vol. II, p. 15).
- 224 (Bluteau, 1720, vol. VII, p. 399).
- 225 (Bluteau, 1710, vol. VII, p. 450).
- 226 (Moraes Silva, 1789, vol. II, p. 667-668).
- 227 (Couto, 1842, p. 348).
- 228 (Bluteau, 1720, vol. VII, p. 490).
- 229 (Bluteau, 1720, vol. VII, p. 381).
- 230 (Bluteau, 1720, vol. VI, p. 189).
- 231 (Bluteau, 1721, vol. VIII, p. 19).
- 232 (Bluteau, 1712, vol. VI, p. 445).
- 233 (Bluteau, 1720, vol. VI, p. 696-697).
- 234 (Bluteau, 1721, vol. VIII, p. 13).
- 235 (Moraes Silva, 1789, vol. II, p. 668).
- 236 (Moraes Silva, 1789, vol. VII, p. 645).
- 237 (Moraes Silva, 1789, vol. VII, p. 384).
- 238 (Moraes Silva, 1789, vol. VII, p. 662).
- 239 (Moraes Silva, 1789, vol. VII, p. 750).
- 240 (Couto, 1842, p. 348).
- 241 Termo e ilustração publicados em Lello (1988, vol. I, p. 369), mas sem definição associada, sendo que a caracterização resulta da interpretação da ilustração.
- 242 (Bluteau, 1720, vol. VII, p. 490).
- 243 (Moraes Silva, 1789, vol. II, p. 491).
- 244 (Bluteau, 1720, vol. VII, p. 616).
- 245 (Moraes Silva, 1789, vol. II, p. 694).
- 246 (Bluteau, 1720, vol. VII, p. 683).
- 247 (Moraes Silva, 1789, vol. II, p. 712).
- 248 (Couto, 1842, p. 359).
- 249 (Bluteau, 1721, vol. VIII, p. 683).
- 250 (Moraes Silva, 1789, vol. II, p. 753).
- 251 (Couto, 1842, p. 359).

4. SÉCULO XX

Tendo como ponto de partida os artefactos analisados nos períodos anteriores, para colmatar o estudo do calçado sob o ponto de vista do seu entendimento ao longo do século XX associou-se uma divisão cronológica em três momentos históricos portugueses, como a I República, o Estado Novo e III República. Intervalando-se a consulta de publicações a cada duas décadas, efetuou-se uma pesquisa às publicações de Caldas Aulete (1925) – o “Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa”, por se tratar de uma publicação que rompe com o passado e introduz um âmbito mais alargado e atualizado; ao “Dicionário geral e analógico da língua portuguesa”, de Artur Bivar (1948) e à edição revista de Morais Silva (1961), o “Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa”, enquanto representativas do período do Estado Novo e resultantes de atualizações e ampliação de vocabulário especializado²⁵²; e por fim à publicação “Lello Universal” (1988)²⁵³ pela natureza do seu conteúdo, onde além do acompanhamento com ilustrações dos termos são introduzidos outros artefactos e demais variações ao nível da forma, material ou função através da ilustração e que enriqueceram e alargaram o presente estudo.



Fig. 76 Fotografia de família de Guimarães, com socos e botins, 1910. Da análise à fotografia identifica-se os tamancos nos rapazes, as botas de cordões na criança ao centro e, na criança à esquerda tacão e biqueira bicuda. A figura feminina possui a biqueira bicuda e levantada. Fonte: AM.



Fig. 77 Mulher com crianças num jardim, entre 1900-1910. Da análise à fotografia identifica-se sapatos com aberturas no peito do pé, na criança à esquerda; a figura feminina utiliza botinas com tacão e cordões que iniciam a partir da biqueira; a criança à direita e o menino parecem usar sapatos similares de uma só gáspea e tira por cima do tornozelo à volta da perna. Fonte: AM.

²⁵² Ver Verdilho (2002, p. 15-64).

²⁵³ Apesar de se terem encontrado dez publicações da década de 90, considerou-se que a opção por essa publicação seria mais pertinente no âmbito da investigação, dado ao acompanhamento de ilustrações, as quais por sua vez acabariam por revelar outras tipologias de calçado. Por outro lado, sendo que se iriam consultar publicações da primeira década do século XXI tornou-se mais coerente manter o intervalo de duas décadas entre as publicações analisadas. Valerá também referir que se encontrou uma publicação da década de 40, uma da década de 60 e três da década de 80.

Elaborou-se o quadro 26²⁵⁴ de acordo com as ideias caracterizadoras do entendimento do calçado no princípio e no decorrer do século XX. Assim, além de se acrescentar, esclarecimentos ou até romper com tipologias já conhecidas, abrangeram-se outras terminologias que se traduziram em novos artefactos, ou outra linguagem inerente ao calçado. Analisaram-se os termos perante os mesmos princípios dos quadros anteriores, mas desta vez procedeu-se a uma divisão por décadas. A partir das ilustrações encontradas na publicação de Lello (1988) elaboraram-se interpretações com o recurso ao desenho. As ilustrações encontradas nessa publicação deram origem ao (re)desenho sendo considerado que através desse processo se alcançaria um contributo elementar à compreensão das tipologias de calçado, manifestando assim a pertinência da praxis do desenho em estudos desta natureza. Encontraram-se termos definidos no sentido lato, associados a ilustrações correspondentes a cada termo. Também se verificaram termos que expressam apenas a própria designação e são acompanhados de ilustração. Em ambas as situações é tecida uma caracterização baseada na ilustração correspondente, perante os princípios anteriormente mencionados, ao que acresce o conhecimento da investigadora. Nesse quadro foram assim analisados cento e quarenta e cinco termos²⁵⁵, sendo que:

- vinte e um são provenientes da I República;
- vinte e um da década de 40 do Estado Novo;
- vinte e três da década de 60 do Estado Novo;
- oitenta da III República, em que em trinta se fundamentam na definição escrita, e cinquenta são provenientes da análise às ilustrações sob o ponto de vista da caracterização ao mantendo o modelo de Providência (2003).

4.1 O CONCEITO DE CALÇADO: A SUA DEFINIÇÃO NO SÉCULO XX

No seguimento do entendimento dos séculos anteriores acerca do ‘calçado’, Aulete (1925) distinguiu no princípio do século XX duas tipologias de base que figuram num conjunto mais alargado para o definir no “Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa” “diferentes espécies de botas e sapatos” (vol. I, p. 379).

Os “géneros” (Bluteau, 1712, vol. II, p. 50) são ali substituídos por “espécies” (Aulete, 1925, vol. I, p. 379) e aludem assim a variações com origem nessas duas tipologias. De facto, como se pôde constatar anteriormente, as botas e os sapatos parecem traduzir os princípios construtivos e formais generalizados naquele momento, a julgar pelo seu significado na caracterização dessas ‘espécies’. Na descrição de ambos acrescentaram-

²⁵⁴ Ver pp. 155-169

²⁵⁵ Que se referem no decorrer do tempo em função da informação disponibilizada nas diversas publicações consultadas.



Fig. 78 Cartaz c. de 1917.
Fonte: BNP



Fig. 79 Cartaz c. de 1917.
Fonte: BNP

se novas particularidades complementares ao conhecimento já existente, bem como se dá conta de outras especificidades:

- As “botas” (1925, vol. I, p. 336) são mencionadas quanto à sua funcionalidade genérica de cobertura de pé e perna, referindo-se expressamente pela primeira vez o seu uso por ambos os géneros. Acrescentaram-se ainda duas variações formais aliadas à função com a introdução das ‘botas de água’ onde o cano cobre a coxa e ‘botas de montar’ onde o cano é largo até ao joelho, usado por fora das calças (1925, vol. I, p. 336). Trata-se igualmente da primeira vez que se menciona uma ligação entre peças de vestuário e calçado quanto ao modo de uso. Também no que comporta ao material se refere o vocábulo ‘cabedal’²⁵⁶ em substituição do termo ‘couro’ verificado em maior evidência no passado. De facto, o termo “cabedal” (1925, vol. I, p. 362) figura associado diretamente ao material para fazer calçado distinguindo-se assim do “couro” entendido num sentido lato de “pele surrada” (1925, p. 592). Não são, contudo, mencionados os elementos esclarecedores do sistema construtivo da ‘bota’.
- Nos “sapatos” (1925, vol. II, p. 834) conhece-se a forma, o género e as peças constituintes. A principal singularidade introduzida pelo autor encontra-se na descrição formal desse artefacto através das peças que lhe conferem a forma e esclarecimentos ao nível da função, evidenciando alterações em relação ao programa dos séculos anteriores. Verifica-se assim a introdução da palmilha, a possibilidade da aplicação de tacão e a eliminação das orelhas. Esclarece o seu uso por ambos os géneros e menciona o aspeto desse artefacto cobrir apenas o pé, introduzindo-se uma referência quanto à forma no que respeita à sua altura. Valerá de resto referir que Aulete (1925) e Bluteau (1712-1728), dos autores consultados para a investigação, se manifestem como os primeiros a enunciar diretamente as peças constituintes do calçado, embora se restrinjam à tipologia do ‘sapato’.

A definição de calçado ficou assim confinada no início do século XX às variedades de ‘botas’ e ‘sapatos’ sendo possível perceber-se o programa dos mesmos, através das caracterizações tecidas. No entanto, tal como nos séculos anteriores encontraram-se outros artefactos alusivos a essas diferentes ‘espécies’, assim como outras que não se encontram nesse registo formal, mas são caracterizadas enquanto ‘calçado’.

²⁵⁶ De referir que esse termo figura no século XVI na publicação de Jerónimo Cardoso (1569, p. 20) apesar de não se ter encontrado alguma ligação com o calçado.

²⁵⁷ (Aulete, 1925, vol. I, p. 336).

²⁵⁸ (Aulete, 1925, vol. II, p. 834).

Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (ofício)
Bota ²⁵⁹	Calçado que cobre o pé e parte da perna.	Cobrir o pé e a perna.	Homem e mulher.	Cabedal.	Sapateiro.
Sapato ²⁶⁰	Tem principalmente, talão, palas, solas e palmilha, e em geral tacão e salto.	Cobrir só o pé.	Homem; Mulher.	—	Sapateira; Sapateiro.

Quadro 24 Tipologias de calçado que integram a definição de calçado proposta por Aulete (1925).
Fonte: Aurora Brochado.

Já no período do Estado Novo, Artur Bivar (1948) no “Dicionário geral e analógico da língua portuguesa” deixaria pela primeira vez de lado as conotações com as tipologias na sua significação para o entender na generalidade do termo como uma “peça de vestuário que cobre os pés por todos os lados” (vol. 1, p. 566). É assim tecido um enquadramento ao calçado posicionando-o no domínio do vestuário, não sendo enunciados novos artefactos para a sua compreensão, mas antes a alusão a uma forma que cobre apenas o pé, deixando de parte as pernas e outras que deixam partes do pé a descoberto, ao mesmo tempo que o enquadra como um elemento do vestuário. Curiosamente, dos autores analisados, é Aulete (1925) quem define primeiramente o vestuário e entendeu-o como o “conjunto dos objetos precisos para qualquer pessoa se vestir” (1925, vol. II, p. 1145). É nesse significado onde se encontra uma aproximação à relação que Bivar (1948) estabeleceu com o calçado.²⁵⁹ Denota-se, paralelamente, um retorno ao passado na medida que se circunscreve o calçado aos artefactos que cobrem todo o pé, subentendendo-se com isso reminiscências ao ‘sapato’.

Duas décadas depois Morais Silva (1961) no “Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa” voltaria a um entendimento de retorno ao passado numa proximidade com Aulete (1925), mas afastada da definição proposta por Bivar (1948), marcando o calçado enquanto “tudo o que serve para calçar os pés, exceto meias, como sapatos, botas, etc” (vol. I, p. 440). As ‘espécies’, os ‘géneros’ e a ‘peça de vestuário’ passariam a ser compreendidas como “tudo o que serve para calçar os pés (...)”, reiterando tratar-se de artefactos análogos a sapatos e botas retomando tipologias exemplificativas do significado do calçado e a expressão “(...) etc” que deixa em aberto outras formas que cobrem os pés. No entanto, aludindo a ‘sapatos’ e ‘botas’ verifica-se a prevalência de formas que ora cobrem apenas o pé, ou o pé e parte da perna (vol. V, p. 92; vol. I, p. 394) e ao deixar de parte as “meias” revela a importância dada à função e ao material que caracterizadoras desse artefacto.²⁶⁰

²⁵⁹ Valerá, no entanto, esclarecer que para Bivar (1948) o vestuário “é o conjunto de peças de roupa que se vestem” (vol. II, p. 1352) reiterando-se assim a ideia do calçado aliado ao vestuário.

²⁶⁰ Bluteau e Moraes da Silva referem-se às ‘meias’ como como um “calçado para as pernas e parte da vestidura que cobre a perna e o pé” (1716, vol. V, p. 378; 1789, vol. II, p. 282). Couto define como um “vestuário para as pernas” (1842, p. 254). Aulete apresenta uma “obra têxtil posta dentro das botas e sapatos” (1925, p. 270) e por fim, Bivar e Morais Silva, como um “tecido de malha para cobrir o pé e parte da perna” (1948, vol. II, p. 401; 1961, vol. IV, p. 467).

A definição de calçado no período do Estado Novo com base na análise de ambos os autores revela caracterizações tecidas ao ‘sapato’ e à ‘bota’ mais imperfeitas, relativamente, às apresentadas no final da I República, na medida em que carecem de dados ao nível do programa, como da forma, função ou género, permitindo conclusões pouco esclarecedoras dos artefactos explicativos da significação do calçado.

Assim, a bota é definida como “calçado que envolve ou cobre parte da perna” (1948, vol. I, p. 505; 1961, vol. I, 394) e o sapato como uma “peça de calçado que cobre o pé” (1948, vol. II, p. 1016) ou, efetivamente, como “calçado que cobre o pé e se prende com atacadores” (1961, vol. V, p. 92). De facto, a novidade reside na presença de atacadores nos sapatos, evidenciando-se assim o sistema de aperto e distinguindo-se dos séculos anteriores em que esse seria com fivelas. Por outro lado, verifica-se nesses artefactos a prevalência da função de proteção para os pés ou pernas.

Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (ofício)
Bota ²⁶³	Calçado que cobre o pé e parte da perna.	Cobrir o pé e a perna.	—	—	—
Sapato ²⁶⁴	Calçado que cobre apenas o pé, que se prende por meio de atacadores.	Cobrir só o pé.	—	Atacadores.	Sapateira; Sapateiro.

Quadro 25 Tipologias de calçado que integram a definição de calçado proposta por Morais Silva (1960).
Fonte: Aurora Brochado.

No período da III República verifica-se a primeira definição de calçado que se encontrou no decorrer da investigação com ilustrações de diferentes tipologias num conjunto mais alargado. Paralelamente, o ‘calçado’ passaria a ser caracterizado pela menção na década de 80, da “designação genérica de tudo o que serve para calçar os pés” (Lello & Irmão, 1988, vol. I, 427). Pode assim antever-se uma abrangência de tipologias que ficam em aberto, complementado com uma ilustração que abrange um conjunto vasto de artefactos que calçam os pés perante vários tipos de situações, funções ou aspetos particulares. Verificou-se a introdução de novas tipologias, até ao momento por referenciar, como o caso da ‘bota de aviador’, ‘bota de borracha’, ‘bota de caça’, ‘bota de esqui’, ‘bota de futebol’, ‘bota de neve’, ‘carapim’, chinelo’, ‘chinelo de quarto’, ‘sapato de baile’, ‘sapato de ciclista’, ‘sapato de criança’ e o ‘tamanco de couro’, consideradas reflexo das tipologias que integraram a definição de calçado²⁶³.

Tendo em linha de conta que o extenso conjunto de termos que se associam à definição de calçado são dotados da respetiva ilustração, aliando-se

²⁶¹ (Morais Silva, 1961, vol. I, p. 394).

²⁶² (Morais Silva, 1961, vol. V, p. 92).

²⁶³ Permanecem as seguintes tipologias de calçado com origem em cronologias anteriores e se incluem nesse conjunto: a ‘alpercata’, a ‘chinela’, a ‘galocha’, o ‘sapato’, o ‘soco’ e o ‘tamanco de madeira’.

o facto de igualmente se traduzirem em tipologias de calçado, as quais quase na sua totalidade não são caracterizadas pelo autor, optou-se por apresentar neste momento essas ilustrações, deixando assim a menção à sua caracterização no quadro 26²⁶⁴.

Valerá, no entanto, a referência a alguns aspetos que se consideram pertinentes e que se evidenciam numa análise preliminar. O conjunto das ilustrações permite uma distribuição das mesmas em três conjuntos: ‘botas’, ‘chinelas’ e ‘sapatos’, sendo sobretudo nos conjuntos das ‘botas’ e ‘sapatos’ que são introduzidas outras tipologias.

- No que respeita ao conjunto das ‘botas’, figuram a ‘bota de aviador’, ‘bota de borracha’, ‘bota de caça’, ‘bota de ciclista’, ‘bota de esquí’, ‘bota de futebol’, ‘bota de neve’ e o ‘carapim’. Verificaram-se formas distintas as quais parecem adaptar-se e adequar-se à função que correspondem. Assim, denotou-se tratar de calçado especializado e direcionado para uma função traduzida pela nomenclatura ou mesmo pela forma ou material que deixam evidenciar. À exceção da ‘bota de borracha’ todas as restantes parecem aludir a calçado para o género masculino, seja pelo que respeita ao desporto onde enquadram ou atividade que representam. Verificaram-se materiais de espessura e aspeto diferentes entre si, outras aplicações ou sistemas de aperto. Prevaecem artefactos com aspetos que remetem para ambientes geográficos adversos. Por fim, a alusão ao ‘carapim’ introduzido no fim da I República²⁶⁵ como um “sapato de liga” (Aulete, 1925, vol. I, p. 412), o qual figura no período em estudo como uma ‘bota’ pelo tornozelo para uso doméstico, constituída por material têxtil.
- Quanto aos ‘sapatos’, além do ‘sapato de criança’²⁶⁶, acresce o ‘sapato de ciclista’ e ‘sapato para baile’, onde o primeiro remete para um calçado especializado e o segundo para um calçado comum, mas associado a um momento festivo. Ambos deixam antever uma resposta a outros aspetos, podendo ainda associar-se o primeiro ao calçado para ambos os géneros, mas o segundo ao género feminino pela presença do salto com elevação.
- Quanto às tipologias enquadradas no grupo dos ‘chinelos’, introduz-se o ‘chinelo de quarto’, o qual formalmente se assemelha ao princípio dos ‘chapins’, mas sem as elevadas solas.

Como se pode verificar a presença das ilustrações dos diferentes artefactos permitiu ampliar a definição de calçado e revelar uma abrangência bem mais alargada. Enquanto reflexo da sua própria expansão o conjunto de artefactos que englobam o calçado não se encerra nesse primeiro grupo de análise alcançando ao longo da publicação outras tipologias.

²⁶⁴ Ver pp. 155-169

²⁶⁵ Por ‘carapim’ entende-se um pequeno saco de liga (combinações de metais) onde se começa a fabricação de ‘sapatos de liga’ (Aulete, 1925, vol. I, p. 412).

²⁶⁶ O ‘sapato de criança’ traduz a primeira referência a uma tipologia específica para elas. Em Aulete (1925) verificou-se as ‘botinas’ direcionadas para crianças, no entanto, não só, pois também se destinavam a mulheres (vol. I, p. 338).



- | | |
|----------------------------|---------------------------------|
| 1 – Carapim; | 10 – Tamanco de couro; |
| 2 – Sapato de criança; | 11 – Sapato de baile (mulher); |
| 3 – Bota de futebol; | 12 – Bota de borracha (mulher); |
| 4 – Alpercata; | 13 – Bota de caça; |
| 5 – Chinelo; | 14 – Chinela; |
| 6 – Sapato baixo (mulher); | 15 – Bota de esqui; |
| 7 – Bota de neve; | 16 – Sapato (homem); |
| 8 – Galocha; | 17 – Soco (mulher); |
| 9 – Sapato de ciclista; | 18 – Tamanco de madeira; |
| | 19 – Chinelo de quarto; |
| | 20 – Bota de aviador (antiga); |

Fig. 80 Ilustração de tipologias que integram a definição de calçado. Fonte: Lello, vol. I, 1988, p. 427.

4.2 TIPOLOGIAS DE CALÇADO CONHECIDAS NO SÉCULO XX EM PORTUGAL: I REPÚBLICA, ESTADO NOVO E III REPÚBLICA

4.2.1 A FORMA

A construção do quadro 26²⁶⁷ permitiu prosseguir com a análise ao programa nesta parte dedicada à forma, com muita profundidade de conteúdos. Evidenciaram-se sobretudo caracterizações através da interpretação das definições e das ilustrações publicadas na década de 80.

Dos cento e quarenta e cinco termos analisados verificou-se que os artefactos poderiam categorizar-se na sua relação direta com a forma do pé, ou seja, com as partes que o cobre ou protege. Foram encontradas cinco situações: o pé e a perna cobertos; o pé totalmente coberto; coberto em toda a sua extensão e descoberto no peito do pé; coberto no peito do pé e descoberto nas laterais e no calcanhar; e o pé parcialmente coberto. Poderão associar-se botas, chinelas, sandálias e sapatos, com o conjunto de artefactos representativos de um universo de tipologias de calçado. Quantificando esses artefactos, encontraram-se trinta tipologias de botas, quinze de sapatos, nove chinelas e cinco sandálias.

São mencionadas tipologias pela primeira vez²⁶⁸ as quais aparentam ser usadas e inseridas nas opções formais de 'bota' e 'sapato' manifestando-se como variantes que se alteram para dar resposta a novas formas, mas também novas funções.

— Perante esses dois grupos é possível uma categorização ao nível do registo formal que caracterizam os artefactos que se registam formalmente como 'bota', agrupados mediante a altura do cano, variável desde a cobertura do tornozelo²⁶⁹ até meio da perna²⁷⁰, até ao joelho²⁷¹ e cobrindo-o²⁷² e, por fim até à coxa²⁷³. Respondem sobretudo a situações particulares de terreno ou climas mais rigorosos. Valerá destacar a menção ao termo 'montar' na nomeação de cinco artefactos²⁷⁴ distintos formalmente mas maioritariamente com a mesma função. A alusão à expressão 'botas de montar' remete para a descrição da largura e altura do cano, estabelecida

²⁶⁷ Ver pp. 155-169.

²⁶⁸ São introduzidas as seguintes entradas e que refletem novos termos: 'abarca', 'alpargata', 'alpercata', 'bota à amazona', 'bota à marinheiro', 'bota à Sowarov', 'bota de bombeiro', 'bota de borracha', 'bota de caça', 'bota de cano flexível', 'bota de cano rígido', 'bota de esqui', 'bota de futebol', 'bota de montar' (cinco variantes), 'bota de neve', 'botina' (quatro variantes), 'chaloca', 'chinelos', 'chinelos de quarto', 'sapatilha', 'sapato' (dez variantes) e 'tamanco' (quatro variantes); ou traduzem especificidades a termos conhecidos, tais como: 'chinela', 'patim' (quatro variantes), 'sandália' e 'soco'.

²⁶⁹ Trata-se do 'carapim', 'borzeguim atual', 'bota de caça', 'bota de esqui', 'bota de futebol', 'bota de neve' e 'botinas'.

²⁷⁰ A 'bota de bombeiro'.

²⁷¹ A 'bota à swarov' e 'botas de montar'.

²⁷² A 'bota à amazona' e 'bota de cano rígido'.

²⁷³ A 'bota de cano flexível' e 'bota de marinheiro'.

²⁷⁴ São elas a 'bota de montar de água', à 'bota de montar à Marialva', à 'bota de montar à chantilly', à 'bota de montar à Frederico' e à 'bota de montar de jóquei'. De salientar que a 'bota à inglesa e de postilhão' é também mencionada por Lello (1988, vol. 1, p. 369), mas corresponde ao século XVIII.



Fig. 81 Família em estúdio fotográfico, primeira década do século XX. Da análise à fotografia identifica-se chinelas nas personagens femininas. Fonte: AM.



Fig. 82 Criança em estúdio fotográfico, primeira década do século XX. Da análise à fotografia identifica-se sapatos que deixam o peito do pé descoberto e se fixam à volta da perna com laço. Fonte: AM.

até ao joelho e largo, bem como sugestiona a função ligada à prática equestre. Igualmente, a relação com os nomes desses artefactos se distingue as do género masculino e do género feminino.

- Quanto aos ‘sapatos’ encontraram-se aqueles que cobrem todo o pé, deixam partes a descoberto ou particularmente o calcanhar: na primeira opção verificam-se tipologias que respondem a necessidades quotidianas, de diferenciação de género e de natureza desportiva²⁷⁵; na segunda situação²⁷⁶ respondem sobretudo a questões relacionadas com o conforto e o agasalho para uso doméstico; e por fim, no que respeita a ‘sapatos’ onde partes do pé ficam a descoberto devido a serem formalmente compostas por sistemas de tiras ao invés de peças inteiras conhecem-se variantes alusivas à sandália²⁷⁷.

De acordo com a caracterização dos artefactos, foi na I República onde se encontraram informações mais completas no programa ao nível da forma, função, género e material²⁷⁸. Principiando assim um análise à informação recolhida, após a sua breve contextualização, sob uma perspectiva que a classifica pelas referências ao nível do programa e acerca da forma e dos elementos que permitem a sua representação, encontraram-se dois termos dos quais essa análise²⁷⁹.

No que respeita às ‘fôrmas’ verificam-se situações que deixam antever as seguintes possibilidades: artefactos construídos em ‘fôrmas’ largas ou justas ao pé, ou ainda, num mesmo artefacto a combinação de ambas, quer em tipologias que aludem ao passado, quer nas que permaneceram ao longo do século XX. Também se encontraram alterações na ‘fôrma’ paralelamente ao percurso histórico de artefactos, como se encontraram tipologias que se mantiveram associadas à própria natureza tipológica.

O caso do ‘sapato’ traduz um vínculo formal às ‘fôrmas’ justas ao pé e alongadas. Foram prevalecendo com essa forma incluindo os conhecidos na década de 80 que parecem respeitar o formato da planta do pé, ora mais alongadas ou menos acentuadas na biqueira, mas seguindo a mesma forma, como ilustram o ‘sapato de baile’, ‘sapato de passeio’, ‘sapato de ciclista’ ou ‘sapato de criança’. Na verdade, os vínculos de ‘fôrmas’ justas ao pé verificam-se em diversas situações: se por um lado as tipologias que mantiveram o seu registo formal justo ao pé no decorrer do tempo, como

²⁷⁵ Como o ‘chispo’, ‘sapato baixo’, ‘sapato de passeio para homem e para mulher’, o ‘sapato de baile de mulher’, ‘sapato de criança’, o ‘sapato de ciclista’, a ‘sapatilha’ e a ‘alpercata’.

²⁷⁶ Como se pode verificar com a ‘chinelas’, o ‘chinelos’, no ‘chinelos de quarto’, o ‘chinelos de sola de feltro’, o ‘soco’ e o ‘tamanco’, apesar de o ‘chinelos’ e a ‘chinelas’ poderem ser também fechados no calcanhar.

²⁷⁷ O caso a ‘abarcas’, ‘alpargatas’ e a ‘sandálias’.

²⁷⁸ O quadro 26 foi revelador que além da caracterização formal prevalecer em todas as décadas, percebe-se que os novos artefactos surgem com nomenclaturas, sobretudo no último período de análise, que o podem associar à função. Essa ligação revelou a introdução de programas específicos para funções particulares. Esta situação acontece com a descrição da bota e, na verdade, trata-se do único termo analisado em que a caracterização se revelou em todos os tópicos do programa. Tal como se havia já verificado no estudo dos termos dos séculos XVIII e XIX denota-se uma maior presença de elementos que remetem sobretudo para o registo formal.

²⁷⁹ Trata-se do ‘patim’ e a ‘galocha’, ambos na década de 40. Vale a referência que das ‘botas de água’ apenas se sabe que se tratam de botas de montar, ou seja, botas de cano largo e até ao joelho.

o caso da 'abarca', 'alparca', 'chispo', 'chapim', 'escarpim' ou 'sandália', por outro, as introduzidas na década de 80 caracterizam-se por 'fôrmas' justas, como a 'alpercata', as 'botinas de cordão', 'botinas de botões' ou 'botinas de elástico', o 'soco' ou a 'chinela'. Também a 'galocha', subentendida na I República como uma tipologia larga por se calçar por cima do calçado, passa na III República a coexistir com uma variante distinta da original por ser mais justa.



Fig. 83 Atores em estúdio fotográfico, entre 1920-30. A análise à fotografia identifica-se sapatos decorados com fivela ao centro. Fonte: AM.



Fig. 84 Crianças em estúdio fotográfico, entre 1920-30. Da análise à fotografia identifica-se as botas de cordões. Fonte: AM.

Outra situação que se encontrou foram artefactos que remetem para 'fôrmas' justas na sua génese e, progressivamente, deram lugar à presença paralela num mesmo artefacto de 'fôrmas' largas e justas. Essa situação justifica a sua viabilidade por se entender o princípio formal da 'bota' enquanto constituída por sapato e cano, ou seja uma forma justa ao pé – 'sapato' e, uma forma larga no cano²⁸⁰. A 'bota' manifesta-se como a única tipologia que torna possível um registo formal justo e simultaneamente largo.

A 'fôrma' larga pode ser categorizada em dois sentidos, ou seja, entendida na sua vertente física, mas também visual registando-se um cruzamento entre materiais, texturas e formas. Encontraram-se artefactos de 'fôrma' larga, como o 'borzeguim moderno', a 'bota de caça' e de 'esqui' e a 'bota de marinheiro', revelando o espectro de formas largas se estendeu também às botas, podendo o seu cano variar de muito curto até à coxa correspondendo a termos da década de 80. No século XX apenas figuram dois termos registados como calçado largo²⁸¹ e a análise ao quadro 26 permite comprovar que o 'tamanco' se trata, efetivamente, de um artefacto largo na sua génese e no percurso de tempo em estudo na investigação. Encontraram-se outros, como o 'carapim', a 'chinela moderna' e 'chinela atual' e os 'pantufos' evidenciados como tipologias dotadas de uma aparência mais volumosa mas, igualmente, moldados ao pé. Esse conjunto amplo de artefactos são destinados a usos específicos situados na necessidade de proteção do pé e da perna perante situações singulares. Manifesta-se interessante tratar-se de tipologias com semelhança formal de proximidade à 'chinela', mas construídos com materiais distintos, como a borracha, madeira e o couro.

Perante os aspetos acima descritos pode perceber-se uma maior presença de tipologias caracterizadas por 'fôrmas' justas e moldadas ao pé, quer em calçado com origem no passado, quer em calçado dos períodos em análise.

Quanto aos artefactos que a sua forma cobre a perna verificam-se botas de cano alto²⁸² e botas de cano baixo²⁸³, onde canos mais baixos abrangem um maior número de tipologias revelando o predomínio dos mesmos em relação a canos que cobrem toda a perna. Podem ser construídas com um

²⁸⁰ Verifica-se nas 'botas à Amazona', à 'Chantilly', 'bota de cano rígido', 'bota de cano flexível', 'bota de bombeiro' e na 'bota de borracha'.

²⁸¹ São a 'galocha' e a 'sapata'.

²⁸² Sendo elas a 'bota de marinheiro', 'bota de bombeiro', 'bota de cano flexível', 'bota de cano rígido' e da 'bota de borracha'.

²⁸³ Sendo elas o 'carapim', 'bota de futebol', 'bota de neve', 'bota de caça', 'bota de esqui', 'borzeguim' moderno, 'botina de cordão', 'botina de botão' e 'botina de elástico'.



Fig. 85 Família em estúdio fotográfico, entre 1920-30. Da análise à fotografia identifica-se sapatos, botas e tamancos. Fonte: AM.



Fig. 86 Mulheres em estúdio fotográfico, entre 1930-40. Da análise à fotografia identifica-se sapatos com tacão. Fonte: AM.

mesmo material e evidenciam uma constituição entre duas ou três peças. Destacam-se pela aplicação de uma tira larga na extremidade do cano onde se denota o uso de outro material e cor.

No que respeita aos sistemas de aperto prevalecem artefactos sem esse sistema, ou ainda no âmbito de formas que remetem para 'botas, 'chinelas', 'sandálias' ou 'sapatos' com cano de altura a partir do meio da perna²⁸⁴. Apesar de presença menos vincada, confirmaram-se também tipologias onde os sistemas de aperto são os: cordões, fivelas, botões e tiras²⁸⁵. Verificou-se uma maior presença do cordão em relação aos restantes sistemas de aperto em artefactos que se pretendam ajustáveis ao pé, como para jogar futebol ou para uso corrente, nos casos feminino ou masculino. Foi, igualmente, atribuída ao cordão uma função decorativa no âmbito do surgimento do 'sapato de passeio' de mulher. As fivelas revelam uma presença mais ténue estando presentes sobretudo em calçado feminino e de criança²⁸⁶.

Percebe-se um conjunto de tipologias como a 'abarca', 'alparca', 'alpargata' e 'sandália' pela simplicidade formal e construtiva e por uma composição a partir de solados e tiras; ou então de artefactos apenas constituídos por solados e uma gáspea maior ou menor, como os casos do 'chapim', da 'chinel', do 'soco' ou dos 'tamancos'; compostos pelo solado e por uma peça aparentemente inteira que forma tipologias que se assemelham ao princípio do sapato, como, o 'chinel', 'chinel de quarto', 'escarpim', 'galocha', 'sapato de criança' ou 'sapato de baile', para homem ou mulher. Seguem-se as tipologias com elementos de maior complexidade, evidência industrial, mais detalhe e elaboração, como a bota de borracha, 'bota de esqui', 'bota de futebol', 'bota de neve', 'botins', o 'sapato de baile', 'sapato de ciclista', 'sapato clássico', 'sapato criança' e 'sapato de passeio'.

Quanto à presença de ornamentos, padrões, acessórios ou mais que um mesmo material em cada tipologia, verificou-se a aplicação de elementos decorativos sob o modo de tiras sobrepostas numa peça de base ou aplicadas em vazados, palas e cordões, quer em sapatos, quer em botas, ainda que timidamente²⁸⁷. Na verdade, na década de 80 apenas se enunciam três artefactos que evidenciam elementos remetendo para questões decorativas.

É nos 'sapatos de baile' ou 'sapato de passeio' onde os padrões figuram. No caso do 'sapato de passeio' encontra-se a particularidade de esse se posicionar na pala, a qual além do padrão possui um vivo e cordões

²⁸⁴ São eles: a 'alpercata', todas as 'botas de montar', a 'bota à amazona', 'bota de bombeiro', 'bota de borracha', 'bota de marinheiro', 'bota à sowarov', 'bota de cano rígido', 'bota de cano flexível', a 'chaloca', o 'chapim', 'chispo', a 'chinel', 'chinel', 'chinelos de quarto', 'escarpim', 'galocha', 'sapato de baile', 'sapato de criança', 'soco' e 'tamancos'.

²⁸⁵ Com cordões são a 'bota de esqui', 'bota de futebol' e 'bota de neve', a 'botina', o 'borzeguim' moderno, o carapim, o 'sapato baixo', 'sapato de passeio' de homem; com fivelas encontram-se a 'bota de esqui', o 'sapato de criança', 'sapato de ciclista', 'sapato de passeio' de mulher e as 'sandálias' atuais; com botões figura apenas a 'botina'; e com tiras a 'abarca', 'alparca', 'bota de marinheiro' e 'sandália'.

²⁸⁶ Apesar de se referirem tiras ou correias não se menciona se são apertadas com fivelas ou com nó/laço.

²⁸⁷ Trata-se da 'alpercata' e da 'bota de neve' para o caso das tiras e, dos 'sapatos de passeio' para o uso de cordões decorativos.

decorativos, manifestando-se como a tipologia que abrange uma maior variedade de elementos decorativos. Aos padrões acrescem vivos de material distinto do usado no resto do corte, como no caso da ‘galocha’, ‘sapato de criança’, ‘sapato de baile’ ou ‘sapato de passeio’ femininos; e vazados, podendo ser aplicados diretamente nas peças do corte, quer nas extremidades, quer no centro das mesmas, como o caso do ‘sapato de passeio’ para ambos os géneros e ainda nos vivos.

Os elementos decorativos estão, essencialmente, presentes nos artefactos para o género feminino sendo os vazados aqueles que são comuns a ambos. No entanto, também o exagero ao nível do tamanho das peças do corte – como no caso da pala, origina em si uma presença também ela decorativa. Esse destaque aparece no ‘sapato de passeio’ de mulher na III República²⁸⁸.



Fig. 87 Sapato [19--]. Lima, Alberto Carlos (18--1949). Fonte: AML.



Fig. 88 Sapato [19--]. Lima, Alberto Carlos (18--1949). Fonte: AML.

Por fim, no que diz respeito aos solados das tipologias evidencia-se a presença apenas de solados sem tacão ao longo das décadas analisadas²⁸⁹ em artefactos que abrangem os principais registos formais: ‘bota’, ‘sandália’ e ‘sapato’. Manifestam-se como um conjunto de artefactos onde os materiais predominantes são o couro, madeira ou trança de cordão. Encontram-se inscritos no grupo da ‘bota’ enquanto artefactos que cobrem o pé e perna em altura variável; e no ‘sapato’ como tipologias de calçado que podem deixar o calcanhar a descoberto ou cobrir o pé na sua extensão. Cabe assim ao ‘chineló’, um artefacto com origem na I República, abranger na III República uma maior variedade de modelos, seguido pela ‘sandália’, em que a sola é o único elemento situado na parte de baixo do pé. Verificam-se também ‘tacões rasos’²⁹⁰, ‘meio tacão’²⁹¹, ‘tacão Luís XV’²⁹² e ‘salto alto’²⁹³, onde se incluem o ‘salto Luís XV’, mas mais alto e mais fino e o salto em cone. É com o ‘tacão raso’ onde se verifica um maior número de tipologias, sobretudo nos casos de ‘botas’ e ‘sapatos’. Constituem-se por um solado de couro ou borracha onde lhes é acrescentado um tacão. Tratam-se de ‘botas’ com cano variável na altura apesar de prevalecer no joelho, meia perna ou acima do peito do pé, para funções específicas associadas à sua proteção; e ‘sapatos’ clássicos do quotidiano, mas também para desporto, de proteção ou criança. Em ambos os casos, são direcionados para o género masculino.

²⁸⁸ Curiosamente, a pala enquanto elemento decorativo teve uma presença evidenciada nos séculos XVII e XVIII em botas para o género masculino.

²⁸⁹ Os casos da ‘abarca’, ‘alparca’, ‘alpargata’, ‘bota de bombeiro’, todas as ‘bota de montar’ com exceção das de jóquei, ‘bota de cano flexível’, ‘carapim’, da ‘chaloca’, ‘chinela’, do ‘chineló’, ‘chineló de quarto’, ‘chineló de sola de feltro’, do ‘sapato de criança’ e da ‘sandália’.

²⁹⁰ A sua presença encontra-se no ‘borzequim moderno’, ‘bota de montar à Chantilly’, ‘bota de montar à Sowarov’, ‘bota de montar à jóquei’, ‘bota à amazona’, ‘bota de marinheiro’, ‘bota de cano rígido’, ‘bota de aviador’, ‘bota de neve’, ‘botina de cordão’, ‘botina de elástico’, ‘botina de botões’, ‘escarpim’, ‘sapato de criança’, ‘sapato de ciclista’ e para ‘sapato de passeio de homem’.

²⁹¹ Na ‘bota de borracha’ e ‘sapato baixo de mulher’.

²⁹² No ‘sapato de baile’ e ‘sapato de passeio de mulher’.

²⁹³ No ‘chapim’, ‘chispo’ e ‘sapato de baile’.

O meio tacão parece ter sido pouco utilizado sendo encontrado em três artefactos posicionados na década de 80, como o ‘tacão Luís XV’. Contudo, nesse caso é apresentada uma variante, sendo mais alto e mais fino, mas mantendo a mesma configuração. Verificou-se ainda a introdução do salto em cone, mais largo na base do sapato e mais fino no final, arredondado na parte de trás; e tacões incorporados nas solas como o caso do ‘chinelo’ atual, ‘bota de caça’ e ‘bota de esqui’, ‘tamanco de couro’ e o ‘soco’, feitas de borracha ou madeira.

Restará ao momento tecer uma análise à evolução formal de artefactos que do ponto de vista desta investigação se manifestam como tipologias fundamentais para o entendimento do calçado: a diversidade formal de sapatos e botas. Particularizam-se os mais relevantes:

a) as botas



Fig. 89 Amália Rodrigues com sapato de biqueira aberta e tacão; e Edite Cruz com patins. 1950. Fonte: DGPC.

Caracterizados pela cobertura de todas as partes do pé e da perna parcial ou totalmente, para uso quotidiano e de exterior, importará referir, primeiramente, a existência de treze tipologias distintas²⁹⁴. Como mencionado, esses artefactos classificaram-se perante a altura do cano onde se verificam ‘botas’ de cano baixo que cobrem o tornozelo, até meio da perna, até ao joelho ou cobrindo-o e até à coxa. Essa constatação permitiu concluir que os artefactos atuais deixaram a perna a descoberto e por isso prevaleceram botas onde o cano se posicionou pelo tornozelo, para ambos os géneros, associados a funções específicas e dotadas de um programa formal largo, no qual os materiais evidenciam propriedades de resistência.

Quanto às ‘fôrmas’ verifica-se uma maior presença das justas ao pé e largas na perna. Excetuando as ‘botas de futebol’ e as ‘botinas atuais’, as tipologias justas ao pé e à perna pertencem a calçado do passado. Tal como nos sapatos prevalecem as ‘fôrmas’ bicudas²⁹⁵ associadas a canos altos e largos; as biqueiras redondas²⁹⁶ ligam-se sobretudo a calçado de proteção do frio ou da água. Das ‘fôrmas’ alongadas²⁹⁷ apenas a ‘bota de bombeiro’ remete para calçado atual e referem-se a tipologias que não ultrapassam metade da perna na altura do cano. Por fim, é introduzida uma nova ‘fôrma’ – a de biqueira quadrada. Verificam-se artefactos²⁹⁸ que remetem para calçado caracterizado pela altura do cano até ao tornozelo e a funções específicas.

No caso das botas foi interessante perceber os canos combinados com golas em canos altos, com palas ou ainda com talões e presilhas em botas

²⁹⁴ São elas o ‘borzeguim’, todas as ‘botas de montar’, ‘bota à amazona’, ‘bota sowarov’, ‘bota de bombeiro’, ‘bota de cano flexível’, ‘bota de cano rígido’, ‘bota de caça’, ‘bota de esqui’, ‘bota de futebol’, ‘bota de marinheiro’, ‘bota de neve’ e ‘botinas’.

²⁹⁵ Na ‘bota à amazona’, ‘bota Sowarov’, ‘bota de borracha’, ‘bota de cano rígido’, ‘bota de cano flexível’, ‘bota de montar de jóquei’ e ‘botinas’.

²⁹⁶ Sendo elas o ‘carapim’, ‘bota de caça’, ‘bota de neve’ e ‘bota de marinheiro’.

²⁹⁷ Trata-se da ‘bota de bombeiro’.

²⁹⁸ São eles o ‘borzeguim atual’, ‘bota de esqui’ e ‘bota de futebol’.

de cano baixo. Tal como no caso dos sapatos, foi no século XX onde o número de peças por artefacto se ampliou, não se excedendo para além de quatro, caso que apenas se verificou na 'botinas de botões' para o género masculino²⁹⁹.

No que respeita aos elementos decorativos são relacionados com tiras e vivos, sendo menos presentes nas botas por comparação às restantes tipologias de calçado.

Quanto aos sistemas de aperto, tal como nos sapatos, prevaleceram botas sem sistema de aperto³⁰⁰. Os atacadores³⁰¹ foram encontrados no calçado para ambos os géneros, acrescentando-se artefactos com cordões e fivelas simultaneamente ou uma tira ajustável no cano. As 'botas' sem sistema de aperto são naturalmente de canos largos, com aparente rigidez ou maleabilidade e acompanham o desenho da perna em fole ou moldado e prevalecem para o género masculino nos quais se destaca também a presença de tacão raso³⁰² que também prevalece em relação ao tacão alto³⁰³.

De modo generalizado podem ser caracterizadas quanto à sua função: associadas a atividades físicas, atividades profissionais, como proteção ou resistência para situações de climas adversos e uso quotidiano.

Vale a particularização do conjunto das botas de montar: são caracterizadas pelo cano longo até ao joelho denominadas como 'à Chantilly', 'à Frederico', 'à Marialva', 'à postilhão', 'de Jóquei' e 'de água'. Com a função de montar a cavalo verificada na conotação entre as suas nomenclaturas e significados, exceto no caso do termo 'Chantilly' uma vez que alude às rendas de bilros (Lello, 1988, vol. I, p. 533) e esse material não é evidente na caracterização dessa tipologia. Apesar de não ser caracterizada por bota de montar mas, seguindo-se o raciocínio anterior arrisca-se considerar que a 'bota à Amazona' se trata de uma versão feminina das botas de montar. A alusão à 'Amazona' perante o conjunto parece apontar para essa evidência. Esse artefacto apresenta maior maleabilidade do cano por oposição às formas rígidas que evidenciam ser masculinas. Eventualmente, tal como as 'botas de montar de jóquei' subentendidas para a prática específica das corridas de cavalos, as 'botas de montar à Marialva' poderão remeter para a prática de montar à gineta³⁰⁴. As 'botas de água', na verdade não



Fig. 90 Botas de pele preta. Biqueira redonda. Abertas na frente. Cano alto. Salto alto forrado. Apertam na frente com atacadores, onde passam por quatro pares de ilhoses e catorze pares de colchetes de metal pobre pintado de preto, dando nó e laçada na parte superior. 1960. Fonte: DGPC.

²⁹⁹ Quanto às peças que compõem as botas verificam-se quatro artefactos compostos por uma só peça; seis com duas peças; cinco artefactos com três; e um com quatro peças.

³⁰⁰ São eles as 'botas de montar', 'bota à sowarov', 'bota à amazona', 'bota de bombeiro', 'bota de borracha', 'bota de cano flexível', 'bota de cano rígido' e 'botina de elástico'.

³⁰¹ O 'borzeguim atual', a 'bota de caça', 'bota de futebol', 'bota de neve' e 'botina'.

³⁰² São eles, 'borzeguim atual', 'botinas', 'bota à amazona', 'bota sowarov', 'bota de caça', 'bota de cano rígido', 'bota de cano flexível', 'bota de esqui', 'bota de montar de jóquei', 'bota de neve' e 'bota de marinheiro'.

³⁰³ Referem-se a calçado feminino e trata-se da 'botina de botões' e a 'bota de borracha'. De todo o conjunto de botas analisadas encontraram-se artefactos que evidenciam ser constituídos apenas por um solado raso, como a 'bota de bombeiro' e o 'carapim'.

³⁰⁴ De acordo com Lello (1988) Marialva tem como significado as regras de montar à gineta estabelecidas pelo Marquês da Marialva (vol. II, p. 172). Montar à gineta é regra geral montar um cavalo com os estribos curtos de modo a que pernas do cavaleiro fiquem encolhidas em cima do cavalo, não tanto como as da posição de jóquei (IRURZUN; SANZ, 1791, p. 342).

parecem enquadrar-se neste conjunto, no entanto, talvez o facto de as botas de montar também remeterem para uma largura e altura de cano particulares possa justificar a sua inclusão.

b) os sapatos

Caracterizados pela cobertura do pé, para uso quotidiano e de exterior foram encontrados treze artefactos³⁰⁵ com estas características. Nesse conjunto, prevalecem os que formalmente cobrem todo o peito do pé com gáspeas ou talões. No entanto, também se verificam casos de cobertura parcial do pé ou se assumem como decotados³⁰⁶. Essa constatação permite concluir que foi com artefactos recentes onde o peito do pé se descobriu e essa não cobertura do pé se associa a calçado feminino.

Quanto às formas encontrou-se um maior registo de artefactos com a 'fôrma' bicuda³⁰⁷, figurando também alongadas³⁰⁸ e redondas³⁰⁹. Do calçado bicudo são oito as tipologias consideradas atuais e predominam em ambos os géneros associados a elementos decorativos, sem sistema de aperto ou com atacadores, tacão e sobretudo com o mesmo material no corte em sapatos de uma, duas, três ou cinco peças, em que a gáspea se encontra em todos. O calçado redondo figura como a 'fôrma' de criança, sendo que apenas para elas se encontraram biqueiras redondas em 'sapatos'. Por fim, o calçado alongado considerando como uma forma que medeia o calçado bicudo e o redondo, prevalece em calçado passado e é composto apenas por um solado raso sem tacão.

Dos artefactos analisados predominam configurações simples, constituídas por uma a três peças e trata-se, essencialmente, de calçado para o género feminino, ao qual se destaca a presença do tacão. O elemento predominante é a gáspea, a qual quando combinada é com talões, palas ou tiras. Foi no século XX onde o número de elementos por tipologia se ampliou, não se excedendo para além de cinco peças, no 'sapato de passeio' de homem revelando-se como o único artefacto onde que se aplicam todas os elementos exteriores conhecidos: biqueira, gáspea, talões, orelhas e taloeira. Acresce além da fragmentação do corte do sapato a inclusão de tiras e vazados decorativos.³¹⁰

³⁰⁵ Tratam-se das tipologias: 'alpercata', 'escarpim', 'galocha', 'sapato baixo', dois 'sapatos de criança', dois 'sapatos de baile', 'sapato de ciclista', 'sapato de homem' e três 'sapatos de passeio'.

³⁰⁶ A 'galocha', o 'sapato de passeio de mulher' e de 'sapato de criança' cobrem sensivelmente até meio do peito do pé e, o 'escarpim', 'sapatos de baile' e 'sapatos de criança' são decotados.

³⁰⁷ São eles o 'chispo', a 'galocha', 'escarpim', 'sapatos de baile', 'sapato' de homem e 'sapato de passeio de homem'.

³⁰⁸ São a 'alpercata' e 'sapato de ciclista'.

³⁰⁹ Trata-se dos 'sapatos de criança'.

³¹⁰ Do calçado referente ao século em estudo verificam-se cinco tipologias construídas apenas por uma peça e cinco com duas. Seguem-se dois artefactos com três peças e um com cinco.

A presença de elementos decorativos³¹¹ foi também encontrada nos sapatos sem sistema de aperto e tratam-se de vazados, vivos e padrões que figuram em calçado de ambos os géneros. Os padrões nos artefactos do século XX são caracterizados apenas no calçado feminino, os vazados em ambos os géneros e para criança e, os vivos no calçado para o género feminino e criança.

Quanto aos sistemas de aperto prevalecem ‘sapatos’ sem qualquer sistema³¹², sobretudo, em calçado feminino no qual continua a destacar-se a presença do tacão, verificando-se também tipologias sob o modo de atacadores para ambos os géneros³¹³, com tiras e fivelas³¹⁴ no calçado de homem e de criança e combinação de fivela e atacador³¹⁵ com vista a ajustar o sapato ao peito do pé para ambos os géneros.

A elevação dos sapatos merece igual análise tendo-se encontrado seis artefactos com tacão raso³¹⁶, cinco com tacão alto³¹⁷, dois sem tacão³¹⁸ e um com tacão baixo³¹⁹. Essa quantificação permite perceber um equilíbrio entre os conjuntos de variedades formais com tacão alto, raso ou mesmo sem ele.

Perante a abordagem aos artefactos mais reveladores do espectro formal do calçado em Portugal caracterizados, formalmente, por cobrirem o pé, importará, de resto, uma nota às tipologias, onde as partes do pé ficam a descoberto pelo facto de serem compostos por solado e tiras, ou pelo uso de apenas uma gáspea sobre o peito do pé e sobre o solado. Esses sapatos ‘inacabados’ distinguem-se também nas funções a eles associadas e, conseqüentemente, ao nível da forma que geraram, peças utilizadas e materiais. Assim, a respeito das ‘sandálias’ verifica-se uma presença reduzida ao longo do século XX e, semelhanças formais entre si ao nível de peças, sistema de aperto e solados. O principal destaque encontra-se na biqueira aberta ou fechada, tratando-se do único artefacto onde existe uma biqueira com uma abertura. Associam-se ao verão e aparentam maleabilidade e ajustamento ao pé. Igualmente, ‘chinelas’, ‘socos’ e ‘tamancos’ são artefactos com aberturas no calcanhar. Cobrem parcialmente o peito do pé apesar de evidenciarem uma abertura larga, possuem solados rasos, com tacão ou sola com tacão incorporado, ‘fôrmas’ redondas associadas a calçado rústico ou doméstico e o único

³¹¹ Verifica-se na ‘alpercata’, ‘escarpim’, ‘sapato de baile’, ‘sapato de criança’, ‘sapato de passeio para homem’ e ‘sapato de passeio para mulher’.

³¹² São eles a ‘alpercata’, ‘escarpim’, ‘galocha’, ‘sapatos de baile’ e ‘sapato de passeio’.

³¹³ O sapato baixo e de passeio.

³¹⁴ ‘Sapatos de criança’ e ‘sapato de passeio de mulher’.

³¹⁵ Apenas se verifica no ‘sapato de ciclista’.

³¹⁶ Sendo eles o ‘escarpim’, ‘galocha’, ‘sapato de ciclista’, ‘sapato de criança’, ‘sapato’ de homem e ‘sapato de passeio’.

³¹⁷ Trata-se do ‘chispo’, dois ‘sapatos de baile’ e dois ‘sapatos de passeio’.

³¹⁸ São eles a ‘alpercata’ e o ‘sapato de criança’.

³¹⁹ O ‘sapato baixo’.

elemento decorativo são os vivos. Acresce o ‘chineló’ com um leque de possibilidades formais que servem necessidades domésticas. São constituídos por gáspeas avivadas em toda a sua extensão, mais baixas nas laterais e cobrem o peito do pé na forma de pala. As ‘fôrmas’ são alongadas e ligeiramente redondas, o material é liso e distingue-se nos vivos, os solados são rasos e aparentam conforto, maleabilidade e aquecimento. Esses artefactos parecem ser similares aos ‘pantufos’, contudo, distintos por serem encorpados com estofo no material.

4.2.2 A FUNÇÃO

À luz da perspectiva anterior, ao nível da caracterização da função verificou-se que as nomenclaturas das tipologias foram um contributo para a dedução acerca da articulação entre o registo formal e a função dos artefactos. Essa situação é apontada nas tipologias introduzidas na década de 80 e cujos nomes se ligam a uma atividade profissional ou de lazer como os casos de ‘bombeiro’, ‘ciclista’, ‘esqui’, ‘futebol’, ‘jôquei’, ‘marinheiro’, ‘montar’ e ‘postilhão’. Excetuando o caso do ‘sapato de ciclista’, todas as restantes se tratam de tipologias onde o registo formal está relacionado com ‘botas’. Denotam-se opções formais associadas a novas funções percebendo-se outros sistemas de aperto, alturas e aplicações reposicionadas pelo pé de modo a se adequarem à função que devem cumprir.

Por outro lado, evidências como a ‘rusticidade’, o ‘conforto’, ‘maleabilidade’ ou ‘dureza’ e ‘proteção’ revelam também informações acerca das características funcionais. Encontram-se artefactos associados a ambientes ou situações envolvendo ‘fôrmas’ rústicas, como a ‘abarca’ e ‘alparca’ que desapareceram na década de 80, dando lugar a novas opções como o ‘soco’, o ‘tamanco de couro’, ‘tamanco de ponta inteira’, ‘tamanco de meia ponta’ nos quais se introduz o couro e com isso passariam a moldar-se adaptando-se com mais facilidade ao pé; e para a resposta a necessidades relacionadas como uso doméstico pressupondo conforto e agasalho. Surgem novos tipos e diversas variantes, como o caso do ‘carapim’, da ‘chinela’, ‘chineló’, ‘chineló de quarto’, ‘pantufo’ e ‘pantufa’.

Relacionado com a proteção do pé no âmbito de situações climatéricas distintas, como ambientes com humidade e conseqüente necessidade de impermeabilidade coexistem a ‘bota de água’, ‘bota de borracha’, ‘bota de marinheiro’ e a ‘galocha’.

A ‘sandália’ na década de 20 e a ‘alparca’ na década de 60 manifestam-se como os únicos artefactos associados a necessidades religiosas femininas e masculinas. Trata-se de uma presença reduzida de calçado com vista a ser usado por um público circunscrito onde se subentende os votos de simplicidade³²⁰.

³²⁰ A associação desses artefactos à religião foi igualmente verificada no século XVIII, justificando-se eventualmente pela simplicidade formal e quantidade de material utilizada para a sua construção, cumprindo essencialmente a função de proteção da sola do pé.

Na década de 80 verificam-se tipologias centradas no uso quotidiano com momentos distintos, permanecendo o 'sapato' clássico de homem e surgindo o 'sapato baixo de mulher', distinto desse pela ausência de biqueira e tacão com alguma elevação; 'sapato para passeio' para ambos os géneros; e 'sapato de baile' para o género feminino. Esse conjunto de artefactos distingue-se no género pelo tipo e altura de tacão utilizado, onde os de mulher variam entre o meio tacão, Luís XV e tacão alto; e os modelos masculinos são todos de tacão raso. Nos elementos decorativos denota-se uma relação com a função associada à tipologia em si e maior ausência desses elementos no calçado masculino, limitando-se aos vazados. Os sapatos femininos recebem padrões decorativos, vazados, acessórios e presença de mais de um material no corte do sapato. Essas constatações reiteram a permanência da importância dada à função dos artefactos³²¹, verificando-se também com isso novas respostas ao nível das necessidades quotidianas existentes. Assim, dessa realidade fazem parte o calçado que no limite protege o pé e a perna, impermeabiliza-o, mantém-no quente, confortável, adapta-se a situações relacionadas com o esforço físico, a solos ou atividades de natureza quotidiana e festiva.

4.2.3 O GÉNERO

Verifica-se no quadro 15 a referência expressa a tipologias para ambos os géneros, sendo elas a 'bota', 'bota de água', 'botina', 'chispe' e 'sapato'. No entanto, tendo em conta as informações recolhidas a partir da análise visual às ilustrações e interpretação das legendas mencionadas por Lello (1988), torna-se possível remeter também outros artefactos para o uso de ambos os géneros, sobretudo pela função associada ou mesmo pelo programa formal seguido³²². Também se verificam artefactos direcionados para o uso masculino evidenciados pelo seu registo formal, nomenclatura e função³²³, bem como para o uso feminino³²⁴. Contudo, confirma-se a presença maior de não menções ao género que propriamente ao seu esclarecimento.

O calçado caracterizado como sendo do género feminino traduz uma maior presença de tipologias associadas a 'botas', 'chinelas' e 'sapatos'³²⁵, introduzidas na III República, mas também continuadas de períodos anteriores. O caso da 'botina' e da 'chinela' são reveladores da existência

³²¹ Das tipologias analisadas o 'berzeguim', 'bota', e 'bota de água' evidenciam apenas informação relativa aos conceitos de base do calçado enquanto cobertura de pé ou perna.

³²² Trata-se da 'alpercata', 'bota de bombeiro', 'bota de esquí', 'bota de neve', 'carapim', 'chapim', 'chinelo de quarto', 'pantufo', 'patins', 'sapato de ciclista' e 'sapato de criança'.

³²³ São elas a 'bota à amazona', 'bota de montar à chantilly', 'bota à sowarov', 'bota de caça', 'bota de marinheiro', 'bota de cano flexível' e 'bota de cano rígido'.

³²⁴ A 'bota à Amazona', a 'chinela', 'galocha', 'escarpim', 'sandália atual' e 'tamanco de couro' evidenciam ser tipologias para o género feminino.

³²⁵ São a 'bota de borracha' e 'bota de à amazona', 'botina de botões', 'chapim', 'chinela', 'sandália', 'sapato da regência', 'sapato baixo', 'sapato de baile', 'sapato de passeio', 'soco' e 'tamanco'.

de tipologias femininas que vêm surgir variantes para o género masculino; também o século em estudo vê surgir sapatos só para esse género mantendo de igual modo tipologias anteriores³²⁶. O calçado feminino é ainda caracterizado pelo emprego de tacão com elevação como elemento principal de distinção com o calçado de homem e a presença de tiras. Nesse âmbito o tacão raso figura em calçado para ambos e a sua ausência refere-se a calçado de homem.

Na década de 80 faz-se referência ao calçado para criança, atribuindo-se as 'botinas', o 'carapim' e o 'sapato'. Tratam-se assim de tipologias que se caracterizam, no caso das 'botinas' de uma bota com o cano pouco acima do tornozelo; o 'carapim' como um sapato de agasalho de uso doméstico; e um 'sapato' para uso no quotidiano que deixa parte do pé a descoberto e se segura a esse através de tira ou fivela. Julga-se que os 'tamancos' e os 'socos' teriam, eventualmente, versões em tamanhos mais pequenas.

4.2.4 O MATERIAL

Ainda no âmbito da análise aos programas, no que respeita à identificação dos materiais correspondentes, averiguou-se a continuidade do couro como a matéria prima associada a uma grande parte das tipologias definidas e ilustradas, ao nível do corte ou dos solados. Figura em diferentes tipos de 'botas' de cano alto ou baixo; e diferentes tipos de 'sapatos', sejam eles todos fechados, decotados, abertos no calcanhar ou que deixam o pé a descoberto.

Além do couro confirma-se o emprego do têxtil e da borracha no corte. Quanto aos solados prevalece o couro, mas aplica-se madeira, cortiça, cordão trançado e a borracha. A madeira, a cortiça e a borracha aparecem em tipologias associadas à proteção do calçado em si ou do pé, no caso dos 'socos' devido à sua adequação à lama ou humidade³²⁷. Denota-se a presença de outros materiais em aplicações ou sistemas de aperto como: elástico, fivela metálica, atacador, cordel e cordão.

São ainda introduzidos dois novos termos ao nível do material: o 'cabedal'³²⁸ como material de excelência para descrever as 'botas' e os 'botins' e a 'gutta-percha'³²⁹ para as 'galochas'. Trata-se de um sintoma do contributo da indústria ao nível dos materiais para o calçado, deixando subentender o comprometimento do material com a natureza e função do artefacto.

³²⁶ São elas a 'botina de cordão', 'botina de botão', 'botina de elástico', 'chinela', 'chinela de quarto', 'sapato clássico' e 'sapato de passeio'.

³²⁷ São referidas vinte tipologias com a presença do couro; onze com madeira; cinco com borracha; quatro com cortiça; e três com tecido.

³²⁸ O cabedal é definido como pele preparada para fazer calçado, enquanto que o couro é a pele depois de surrada (Aulete, 1925, vol. I, p. 362; 507). Essa definição encontra-se no glossário em anexo onde se pode igualmente verificar qual o entendimento que lhe foi dado ao longo dos períodos em análise.

³²⁹ A 'gutta-percha' é definida como sendo uma substância gomosa de várias aplicações na indústria (Aulete, 1925, vol. I, p. 1186).

A análise ao material contribui para a caracterização formal dos artefactos e espelha uma possibilidade no entendimento da combinação dos mesmos. Assim, no que respeita ao modo como o material foi aplicado percebe-se que cada artefacto poderia ser construído com mais que um material, ao nível do corte e dos solados; E refletem informações acerca da conjugação dos mesmos, pelo menos ao nível da rigidez ou maleabilidade. No entanto, conclui-se o predomínio de um material para o corte, o qual de partida será o mesmo na sola, apesar de passível de alteração: combina-se couro no corte e borracha no solado, como o caso da ‘bota de caça’; têxtil com corda, como na ‘alpercata’; ou madeira e cortiça com couro, como com os ‘tamancos’. Cabe ao couro o predomínio no corte e nos solados. É ao nível do corte de sapatos e botas onde se verifica a presença de mais que um material. Salienta-se o calçado da III República tendo funções particulares associadas, como a ‘bota de montar de jóquei’ a qual evidencia um material mais rígido no topo do cano, sendo que ambos remetem para o couro; a ‘bota de neve’ com um forro de material têxtil quente, com espessura e natureza distinta do resto do corte, em couro; e o ‘sapato de passeio de mulher’ onde o material com padrões da gáspea remete para o têxtil sendo distinto dos talões em couro.

A partir da interpretação dos materiais sob o ponto de vista de questões estético formais restará, por fim, a referência às texturas visuais, sugestionadoras de contrastes, seja o couro, o cabedal, a fazenda, a madeira, o pano, os cordões trançados, os metais dos ilhós ou fivelas, ou ainda a borracha, a madeira e a cortiça dos solados; e à aparente maleabilidade ou rigidez do material em si que contribuindo para a sua caracterização formal ao nível de volumes ajustados ao pé e largos na perna.

4.2.5 A AUTORIA

Por fim, quando às questões de autoria foi no século em análise onde se expressaram menções que remetem para a indústria. A primeira referência surge na I República com a passagem do “oficial que faz” para o fabricante e, eventualmente, para o vendedor (Aulete, 1925, vol. II, p. 834). Essa situação verifica-se com os ‘borzeguins’, aos quais acresce a partir do Estado Novo o ‘alpargateiro’, aquele que fabrica ‘alparca’, ‘alpercata’ e ‘alpargata’ e, o ‘chineleiro’ que fabrica a ‘chinela’.

Na análise efetuada percebeu-se as referências aos termos que remetem para o conceito de autoria iniciadas no princípio do século são mantidas ao longo das décadas, com a exceção do ‘chineleiro’ por desaparecer na década de 40 e o ‘chapineiro’ na década de 80³³⁰.

Verificou-se um equilíbrio na posição dos autores, relativo à bibliografia consultada, às referências daqueles que atuam no calçado do século XX. Tratam-se de ‘fazedores’, ‘fabricantes’ e ‘vendedores’ de calçado,

³³⁰ As autorias profissionais mencionadas são: ‘alpargateiro’, ‘alparqueiro’, o ‘borzegueiro’, ‘chapineiro’, ‘chineleiro’, ‘sapateira’ e ‘sapateiro’.

os quais assumem a função de fazer calçado, ou com as atividades de fazer e vender, ser fabricante e vendedor. Cabe aos 'borzegueiros', 'chineiros', 'sapateiros' e 'tamanqueiros' a particularidade do fazer e vender calçado. O 'sapateiro' e a 'sapateira' foram sempre os que se relacionaram apenas com o ato do fazer, do construir e eventualmente, no caso do 'sapateiro', da sua venda. Já o 'chineiro', pode fazer, mas pode ser também um fabricante de 'chinelos'; o 'borzegueiro' e o 'alpargateiro' apenas fabricantes e vendedores, ou seja, não evidenciam ser construtores artesanais do artefacto. Quanto ao 'tamanqueiro', a designação de 'fabricante' e 'vendedor' na década de 40 manteve-se, alterando-se o tempo verbal utilizado.

Dessas considerações, constatou-se a evidência de autoria individual, ligada ao fazer; e ao coletivo, ligada ao fabricar. Ao invés da associação ao sistema de ofícios, passa a ser referida através da alusão "aquele que faz", denotando-se uma mudança nos conceitos³³¹.

Curiosamente, o sapateiro, na génese das demais autorias, distingue-se por não se remeter para um sistema que se liga à industrialização. No entanto, poderá também tratar-se daquele que possui uma loja de venda de calçado³³². Nesse contexto, é com a 'sapateira' onde as questões de autoria compreendem em si eventualmente uma direção e um carácter artesanal e de individualidade mais vincada, ao assumir-se como a 'mulher que faz sapatos'³³³. Trata-se ainda de uma associação àquela que é a génese da representação mental do calçado, os sapatos.

O caso do 'sapateiro' manifesta importância acrescida pelas características assumidas ao longo das quatro décadas. É no princípio do século onde se posiciona com uma maior abrangência de atributos uma vez que se define como sendo aquele que faz botas e sapatos³³⁴, trabalha em calçado, conserta-o e tem uma loja onde o vende³³⁵. Trata-se na verdade de destacar outra tipologia que não os sapatos (Aulete, 1925, vol. I, p. 834); mas sobretudo de anunciar a abrangência do conceito ao ser mencionado três fases: fazê-lo, vendê-lo e acompanhá-lo garantindo renovações³³⁶. Paralelamente, fica em aberto o leque de possibilidades advindas da expressão "trabalhar em calçado" (1925, vol. I, p. 834). No entanto, durante o Estado Novo essa extensão diminui e o sapateiro passa ser apenas aquele que faz, vende ou trabalha em calçado (Bivar, 1948, vol. II, 1016). Será no final do século XX onde as competências de um 'sapateiro' se objetivam, sendo ele aquele que faz, conserta ou vende calçado (Lello, 1988, vol. II, p. 845).

³³¹ Cf. Bluteau, vol. VI, p. 47 com Aulete, 1925, Tomo II, p. 408.

³³² Aulete, 1925, vol. I, p. 834.

³³³ A referência à mulher figura pela primeira vez no início do século XX como sendo também a mulher do sapateiro (Aulete, 1925, Vol. II, p. 834).

³³⁴ No que respeita à menção de tipologias que o sapateiro faz verifica-se essa referência inicial a botas e sapatos, mas predomina ao longo do século o termo calçado para essa caracterização.

³³⁵ Aulete, 1925, vol. I, p. 834; Bivar, 1948, vol. II, 1016; Morais Silva, 1961, vol. V, p. 92; Lello, 1988, p. vol. II, p. 845.

³³⁶ Idem.

4.2.6 OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Importa destacar que nas décadas em estudo alguns artefactos adquirem conotações figuradas, como a ‘abarca’ e o ‘chinelo’, como atributos como ‘grosseiro’, ‘largo’ ou ‘grosso’ identificados na caracterização de algumas tipologias, como a ‘sapata’, o ‘tamanco’ e o ‘soco’. O denominador comum é a presença da madeira e a simplicidade construtiva.

Valerá a menção acerca da inclusão do ‘patim’ como artefacto incluído na esfera das tipologias do calçado, justificada pela menção do sapato patim como ‘calçado próprio’³³⁷ (Lello, 1988, vol. II, p. 845). Trata-se assim de uma evidência clara a calçado especializado, apesar de também ser mencionado como um ‘chapim de ferro’. Foi primeiramente (Aulete, 1925, vol. II, p. 464) um artefacto onde a evolução formal tendeu de um sapato onde o couro e o metal se combinaram – na verdade possuía um solado com uma tira fixa que o segurava ao peito do pé, mas especial por se tratar de um calçado para resvalar e cortar o gelo, tão distinto dos restantes tipos de calçado conhecidos. Na III República (Lello, 1988, vol. 2, p. 481) adquiriu rodas (duas, três ou quatro) para patinar em pavimentos lisos, sendo composto por uma sola fixa ou tiras, e coexistindo com o patim de lâminas de ferro arredondadas para o gelo. Continuará a associar-se a outros artefactos no decorrer do século XX como com o ‘chapim’. Essa alusão parece tratar-se de uma ligação com a questão da elevação do patim com base na sola, entendendo-a como um mediador entre o solo e o pé. Esse artefacto, pelas suas características físicas e tipos de materiais utilizados remete, indubitavelmente, para um calçado especializado destacado perante os restantes artefactos.

O século XX refere-se à ‘galocha’ como sendo um calçado próprio devido às suas características ao nível dos materiais. Com efeito, apesar de não se terem encontrado adjetivos similares na classificação das demais tipologias, considera-se os mesmos pressupostos de análise encontrados nesse caso, a ‘bota de água’, de neve’, ‘esqui ou ‘marinheiro’ evidenciam tratar-se igualmente de calçado *próprio*.

Diante disso, importa esclarecer situações com os mesmos termos ao longo dos três períodos em análise, mas de significados distintos³³⁸; tratam-se das referências dos anos 40 mas que não se desvirtuam das restantes de modo relevante. Os casos da ‘alparca’ e do ‘pantufo’ merecem uma nota: a ‘alparca’, ‘alparcata’ e ‘alpargata’ são nas décadas de 20 e 40 sinónimos entre si e nas décadas seguintes, a segunda desaparece e as restantes assumem-se com um programa distinto entre si ao nível das formas, função, género e materiais; por sua vez, o ‘pantufo’ foi caracterizado distintamente em todas as décadas. Na de 20 tratava-se de um ‘sapato’ ou ‘chinela’, durante o Estado Novo assume-se como

³³⁷ Essa tipologia evidenciou figurar no século XV apesar de mencionada pela primeira vez na III República. Ver quadro 5 em anexo sobre tipologias de calçado de cronologias indefinidas ou anacrónicas à investigação, situadas a partir da civilização egípcia até ao século XX.

³³⁸ Essas situações verificam-se na ‘alparca’, ‘carapim’, ‘pantufa’ e ‘sapatilha’.

'sapato' e 'bota' e por fim, na década de 80 como 'chinela' de estofado encorpado.

Aparaceram também termos onde a concordância dos autores é plena³³⁹; situações utilizando o feminino e o masculino para o mesmo termo, mas com as mesmas significações³⁴⁰; e outros apresentados de formas distintas, mas também, com o mesmo significado³⁴¹.

Nessa análise foi possível perceber que os termos 'sapato' e 'chinela' são mencionados pelos autores para contribuir na caracterização de alguns artefactos³⁴² colaborando para o entendimento ao nível da forma mais completo ou da função elementar de cobrir do pé ou parte dele.

O calçado foi entendido ao longo do século XX como sendo constituído por duas formas dominantes, a 'bota' e o 'sapato', onde ambos agregam novas funcionalidades e derivações formais. Foi com as ilustrações de Lello (1988) que se tornou possível perceber peças, solados, tacões, aberturas, elementos decorativos e 'fôrmas'.


As tipologias analisadas funcionam como uma listagem de possibilidades várias, um princípio normativo que não parece de todo fechado ou limitado, mas que em certa medida se instituiu em Portugal, ampliando-se no período do III República. As combinações encontradas parecem dar resposta à moda, mas também a valores estabelecidos de acordo com as funções que transparecem, ou pelo menos contribuírem para ela.

³³⁹ Sendo ela acerca da 'abarca', 'alpargata', 'borzeguim', 'bota', 'botim', 'escarpim', 'sandália', 'servilha', 'soca', 'soco' e 'tamanco'.





³⁴⁰ Como 'soca' e 'soco', 'tamanca' e 'tamanco', 'pantufa' e 'pantufo'.






³⁴¹ Tais como a 'alparca', 'alparcata' ou 'alpargata'.





³⁴² Referem-se aos 'sapatos' os termos 'carapim', 'chapim', 'chinela', 'escarpim', 'galocha', 'sapatos', 'sapata', 'sapatilha', 'servilha' e 'soco'. Quanto à chinela, são mencionados o 'carapim', 'escarpim', 'galocha', 'pantufa', 'sandália', 'sapata', 'soca' e 'soco'.



Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
I República	Abarca ³⁴³	“Calçado rústico”; “Sola atada ao peito do pé” com tiras de couro.	—	—	Couro.	—	Adjetivo para qualificar “calçado largo”.	—
Estado Novo	Abarca ³⁴⁴	“Calçado rústico”; “Sola segura ao peito do pé com correias ou fitas”.	—	—	Couro; Fitas.	—	Sentido figurado: “calçado largo e mal feito”.	—
Estado Novo	Abarca ³⁴⁵	Calçado constituído por “sola e alguns pedaços de couro cru atados com cordéis”; Tamanco.	—	—	Couro cru; Cordéis.	—	—	—
III República	Abarca ou alabarca ³⁴⁶	“Calçado feito de uma sola e ligado ao pé por correias”; Tamanco.	—	—	—	—	Sentido figurado: “calçado largo e mal feito”.	—
I República	Alparca, alparcata ou alpargata ³⁴⁷	“Espécie de calçado cuja sola se ajusta ao pé por meio de tiras de couro ou de algum tecido”.	—	—	Couro; Tecido.	Alparqueiro ou alpargateiro (aquele que faz).	—	—
Estado Novo	Alparca, alparcata ou alpargata ³⁴⁸	“Espécie de sandália”; Rasto de borracha, cânhamo ou esparto; Apertada ao meio com tiras ou nastros que se ligam à perna, cruzam e atam no peito do pé.	—	—	Cânhamo, esparto ou borracha no rasto; Pano ou couro nas tiras.	Alpargateiro (o fabricante ou vendedor).	—	—
Estado Novo	Alparca ³⁴⁹	“Espécie de calçado”; “Calçado rústico”.	Usado por frades.	Homem.	—	Alparqueiro (aquele que faz).	—	—
III República	Alparca ³⁵⁰	“Espécie de calçado cuja sola se ajusta ao pé por meio de tiras de couro ou pano”.	—	—	Couro; Pano.	—	—	—
III República	Alpercata	Calçado de ‘fôrma’ alongada em que o corte é constituído por gáspea e talões. Semelhança formal ao sapato cobrindo o peito do pé, as laterais e o calcanhar. Evidência conforto, maleabilidade e leveza. Tiras decorativas no topo da gáspea e nos topos dos talões. Solado entrançado de corda.	—	Evidencia-se como sendo para homem e mulher.	Solado entrançado de corda.	Alpercateiro (o que fabrica ou vende).	Atual.	
Estado Novo	Alpargata ³⁵¹	“Sandália de fazenda com sola trançada de cordão”.	—	—	Fazenda; Cordão	—	—	—
III República	Alpargata ³⁵²	“Sandália de fazenda ou de couro, com sola trançada de cordão ou outro material”.	—	—	Fazenda; Couro; Cordão.	Alpargateiro ou Alparqueiro (aquele que fabrica ou vende).	—	—
I República	Borzeguim ³⁵³	“Cobre o pé e metade da perna”.	Cobrir o pé e metade da perna.	—	—	Borzeguineiro (o fabricante).	Calçado antigo.	—
Estado Novo	Borzeguim ³⁵⁴	“Espécie de bota com atacadores”.	—	—	Atacadores.	Borzeguineiro (aquele que faz ou vende).	“Espécie antiga, meia grossa com sola de couro” usada pelos Mouros.	—
Estado Novo	Borzeguim ³⁵⁵	“Espécie de bota com atacadores”; “Botinas”.	—	—	—	Borzeguineiro (o fabricante ou vendedor).	“Espécie antiga”.	—





Quadro 26 Tipologias de calçado do século XX e sua caracterização sob o ponto de vista do programa e da autoria. Verificou-se que as terminologias apresentadas fornecem informações mais detalhadas sobretudo ao nível do programa, percebendo-se de modo mais claro o predomínio das formas, materiais e géneros. O quadro 26 continua até à p. 169. É estruturado na vertical pela ordem alfabética das tipologias e tem leitura horizontal. Fonte: Aurora Brochado.



Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
III República	Borzeguim ³⁵⁶	Calçado com atacadores; Cobre o pé e parte da perna; "Bota mourisca com sola delgada de couro".	Cobrir o pé e parte da perna.	—	Couro.	Borzeguieiro (o fabricante).	Calçado antigo; Calçado das "personagens da comédia antiga", por "oposição ao coturno da tragédia".	—
III República	Borzeguim moderno ³⁵⁷	Bota de altura acima do tornozelo, de 'fôrma' larga e biqueira ligeiramente quadrada. Possui gáspea que cobre o peito do pé, as laterais e termina em pala; e dois talões avivados em toda a sua extensão e fixos à sola e à gáspea. O sistema de aperto é com atacadores posicionados ao centro e sobre a perna, nos talões. Solado e tacão baixo.	—	—	—	—	Moderno.	
III República	Bota ³⁵⁸	Calçado que cobre o pé e parte da perna.	Cobrir o pé e parte da perna.	Homem e mulher.	Cabedal.	—	Sapateiro ³⁵⁹ .	—
Estado Novo	Bota ³⁶⁰	Calçado que envolve o pé e parte da perna.	—	—	—	—	—	—
Estado Novo	Bota ³⁶¹	Calçado que cobre o pé e parte da perna.	Cobrir o pé e a perna.	—	—	—	—	—
III República	Bota ³⁶²	Calçado que envolve o pé e parte da perna.	—	—	—	—	—	—
III República	Bota à amazona	Bota de altura até ao joelho, de 'fôrma' justa ao pé e bicuda. Constituída por cano, gola e presilhas. O cano alarga progressivamente a partir do limite o peito do pé, é de aparente maleabilidade e em fole, o que deixa antever uma altura regulável que pode ultrapassar o joelho. Possui uma gola aparentemente rígida de material distinto na qual se fixam lateralmente as presilhas. Solado fino e tacão raso.	Evidencia-se como sendo feminina.	—	—	—	Amazona é a designação dada à mulher que monta a cavalo.	
III República	Bota à sowarov	Bota de altura pelo joelho, de 'fôrma' justa ao pé e biqueira quadrada. O cano evidencia tratar-se de uma polaina fixa a uma gáspea. É em fole na zona acima do tornozelo, e alarga-se progressivamente tornando-se mais rígido. Termina com vivo e a forma é ondulada na frente cobrindo o joelho, de modo e a tornar-se mais baixa na zona de trás, tendo assim duas alturas distintas. Do vivo, no meio do topo do cano identifica-se um elemento decorativo. Evidencia a presença de esporim. Solado e tacão raso.	Evidencia-se como sendo masculina.	—	—	—	—	
III República	Bota de bombeiro	Bota de altura até meio da perna, de 'fôrma' justa ao pé e ligeiramente bicuda. Constituída por um cano em fole a partir do tornozelo e de aparente maleabilidade. Solado em cunha mais baixo na zona da frente e mais alto na zona do calcanhar.	Para bombeiros.	Evidencia-se como sendo para homem e mulher.	—	—	—	







Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
III República	Bota de borracha	Bota de altura até meio da perna, de 'fôrma' justa ao pé e bicuda. Constituída por gáspea e cano. O cano é largo, fixo à gáspea, termina com vivo e é de aparente rigidez. A gáspea termina no topo do peito do pé com a semelhança formal de uma pala. Solado fino e meio tacão.	Proteger o pé e a perna em condições climáticas adversas.	Mulher.	Borracha.	—	—	
III República	Bota de caça	Bota de altura acima do tornozelo, de 'fôrma' larga e biqueira redonda. Constituída por cano e pala a partir do meio do peito do pé e da mesma altura que o cano, de material distinto. A pala é fixa ao cano, em fole. Sistema de aperto com vazado e rebites para atacadores sobre a gáspea. Solado com vira, dentado e tacão raso, de borracha.	Calçado para caça.	Evidencia-se como sendo masculina.	Solado de borracha com vira; Atacadores; Rebites.	—	—	
III República	Bota grande de cano flexível	Bota de altura até à coxa, de 'fôrma' justa ao pé e bicuda. Constituída por cano e duas golas. O cano é até meio da perna, em fole e de material maleável; segue-se uma gola larga em cima do joelho que aparenta mais rigidez e por fim uma segunda gola sobre a coxa, que aparenta maleabilidade e é mais baixa na parte de trás e com uma abertura ovalada. Os elementos da cobertura da perna deixam revelar no seu conjunto uma forma que acompanha a morfologia dessa. Solado fino e tacão raso.	—	Evidencia-se como sendo masculina.	—	—	—	
III República	Bota de cano rígido	Bota de altura que cobre o joelho, de 'fôrma' justa ao pé e bicuda. Constituída por cano que alarga, progressivamente, a partir do tornozelo com aparente rigidez, sendo mais baixo na parte de trás da perna. Termina cobrindo a parte da frente e as laterais da perna. Solado e tacão raso.	—	Evidencia-se como sendo masculina.	—	—	Atual.	
III República	Bota de esqui	Bota de altura acima do tornozelo, de 'fôrma' larga e biqueira quadrada. Constituída por gáspea, talões, presilha na parte de trás e tira sobreposta nos talões que atravessa o peito do pé e se prende com fivela. O sistema de aperto são rebites com atacadores nos talões, exceto na tira que ajusta os talões ao pé. Solado com vira e tacão baixo.	Calçado para esqui.	Evidencia-se como sendo para homem e mulher.	Rebites; Fivela.	—	Atual.	



Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
III República	Bota de futebol	Botim de altura que cobre o tornozelo, de 'fôrma' justa ao pé e biqueira ligeiramente quadrada. Constituída por cano, tiras ou costuras na zona da linha de dedos e presilha na parte de trás. O sistema de aperto é com atacadores, desde a linha de dedos até ao topo do cano, posicionados na zona lateral de dentro. Solado e pitões visíveis na biqueira e no calcanhar.	Jogar futebol.	Evidencia-se como sendo para homem e mulher.	Pitões; Atacadores.	—	Atual.	
III República	Bota de marinheiro	Bota de altura até à coxa, de 'fôrma' larga no pé e redonda. Constituída por cano largo em folo e gola. O cano possui alguma rigidez, mas aparenta flexibilidade. É apertado com uma tira com fivela abaixo do joelho. A gola evidencia outro material de maior dureza. Possui presilhas laterais soltas e altas no topo do cano. Solado e tacão baixo.	Relacionada com atividades marítimas.	Evidencia-se como sendo masculina.	Fivela.	—	—	
III República	Bota de neve	Bota de altura acima do tornozelo, de 'fôrma' larga e biqueira redonda. Constituída por gáspea, taloeira, talões com tiras finas decorativas e pala. Os talões possuem um vivo em toda a sua extensão. A pala é redonda, solta e fixa à gáspea. Sistema de aperto com cordão. O forro aparenta um têxtil de material têxtil, quente. Solado e tacão baixo.	Proteger para a neve ou para o frio.	Evidencia-se como sendo para homem e mulher.	Forro de material têxtil.	—	Atual.	
III República	Botas de água ³⁶³	Bota em que o cano cobre a coxa; Calça-se por cima de embotadeira (meia até ao joelho).	Impermeável; Cobrir a coxa.	Homem e mulher.	—	—	—	—
III República	Botas de montar ³⁶⁴	Bota de cano largo até ao joelho.	Calçar por cima das calças ou com meias e calções.	Evidencia-se como sendo masculina.	—	—	—	—
III República	Botas de montar ³⁶⁵	Botas de cano largo até ao joelho: - à Chantilly; - à Frederico; - à Marialva; - de água; - de Jóquei.	—	—	—	—	—	—
III República	Bota de montar à Chantilly	Bota de montar de altura abaixo do joelho, de 'fôrma' justa ao pé e bicuda. Constituída por cano e fivela. O cano alarga progressivamente a partir do tornozelo e é de aparente maleabilidade. Possui uma tira sobreposta que aperta o peito do pé e o tornozelo sobre o cano. Solado fino e tacão raso.	Montar.	Evidencia-se como sendo masculina.	Fivela.	—	Chantilly é uma renda de fio branco ou seda preta elaborada com grande delicadeza (Lello, vol. I, p. 533).	




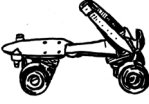
Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
III República	Botas de montar à Frederico	Botas de cano largo até ao joelho.	Montar.	—	—	—	Encontraram-se 28 entradas com o termo Frederico (Lello, vol. I, p. 1058-59). Em nenhuma se verifica uma ligação com esse tipo de calçado, contudo, todas aludem a indivíduos associados ao poder régio entre os séculos XII a XIX.	—
III República	Bota de montar à Marialva	Botas de cano largo até ao joelho.	Montar.	—	—	—	Marialva significa as regras de montar estabelecidas pelo Marquês da Marialva (Lello, vol. II, p. 172).	—
III República	Bota de montar à postilhão	Bota de altura até ao joelho, de 'fôrma' alta no peito do pé e bicuda. Constituída por gáspea que cobre o peito do pé e mais baixa nos calcanhares, cano e gola. O cano alarga progressivamente acompanhando o desenho da perna e possui elementos decorativos geométricos semelhantes a tiras e a gola é de outro material. Apresenta rigidez. Solado.	—	Evidencia-se como sendo masculina.	—	—	—	
III República	Botas de montar de água ³⁶⁶	Botas de cano largo até ao joelho.	Montar.	Evidencia-se como sendo masculina.	—	—	—	—
III República	Bota de montar de jóquei	Bota de altura até ao joelho, de 'fôrma' justa ao pé e bicuda. Constituída por gáspea, cano e gola. A gáspea termina em forma de pala acima do peito do pé, e com forma de losango. O cano é fixo à gáspea. A gola é de outro material e possui presilhas laterais no topo e fixas. Apresenta rigidez. Solado e tacão raso.	Montar.	Evidencia-se como sendo masculina.	—	—	Atual.	
I República	Botim ou Bute	Bota que cobre o pé e parte da perna; Cano baixo com elásticos.	Cobrir o pé e parte da perna.	—	Cabedal; Elásticos ³⁶⁷ .	—	—	—
Estado Novo	Botim ³⁶⁸	Bota de cano baixo.	—	—	—	—	—	—
Estado Novo	Botim ³⁶⁹	Pequena bota que chega pouco acima do tornozelo.	Cobrir o pé e o tornozelo.	—	—	—	—	—
III República	Botim ³⁷⁰	Bota de cano baixo.	—	—	—	—	—	—
I República	Botina ³⁷¹	Bota que cobre o pé e parte da perna.	Cobrir o pé e a perna.	Mulher; Criança.	—	—	—	—
Estado Novo	Botina ³⁷²	Bota de cano curta; "Bota ligeira".	—	Mulher; Criança.	—	—	—	—




Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
Estado Novo	Botina ³⁷³	"Pequena bota" que chega pouco acima do tornozelo.	—	Mulher; Criança.	—	—	—	—
III República	Botina ³⁷⁴	"Bota pequena".	—	Senhora; Homem.	—	—	—	—
III República	Botina de botões	Bota de altura acima do tornozelo, de 'fôrma' justa ao pé e à perna e bicuda. Constituído por biqueira pequena, gáspea que cobre o peito do pé as laterais e talões. Os talões são fixos à gáspea e à sola na zona do calcanhar. O talão da parte de dentro é maior e sobrepõe-se ao de fora, cobrindo a parte da frente do peito do pé e da perna. A sua extremidade é de forma ondulada, sobre a qual se posicionam os botões. Solado fino com tacão Luís XV baixo.	—	Mulher.	—	—	Atual.	
III República	Botina de botões para homem	Bota de altura acima do tornozelo, de 'fôrma' justa ao pé e à perna e bicuda. Constituída por biqueira pequena, gáspea, talões e presilha. Os talões são fixos à gáspea. O talão da parte de dentro é maior e sobrepõe-se ao de fora, cobrindo a parte da frente do peito do pé e da perna. A sua forma é semicircular e sobre as extremidades posicionam-se os botões. A presilha é fixa à sola até ao topo do talão. Solado fino com tacão raso.	—	Homem.	Botões.	—	Atual.	
III República	Botina de cordão	Bota de altura acima do tornozelo, de 'fôrma' justa ao pé e à perna e bicuda. Constituída por biqueira pequena, gáspea, talões e orelhas. Os talões são fixos à gáspea, assentam na parte lateral do peito do pé e possuem orelha com vazados para os atacadores, posicionados ao centro. No topo possuem um vivo. Solado fino com tacão raso.	—	Homem.	Cordão.	—	Atual.	
III República	Botina de elástico	Bota de altura acima do tornozelo, de 'fôrma' justa ao pé e à perna e bicuda. Constituída por cano sobre o qual se abre nas laterais uma forma em "u" até ao tornozelo, onde se fixam elásticos. Possui presilhas, sendo que uma é fixa à sola até ao topo do talão e a outra se posiciona na parte da frente do ano. Solado fino com tacão raso.	—	Homem.	Elástico.	—	Atual.	
I República	Carapim ³⁷⁵	Pequeno saco de liga com que se começa a fabricação de sapatos de liga.	—	—	—	—	—	—
Estado Novo	Carapim ³⁷⁶	Pequeno saco de liga com que se começa a fabricação de sapatos de liga.	—	—	—	—	—	—
Estado Novo	Carapim ³⁷⁷	Chinela de liga; Sapatinho de malha de lã para criança.	—	Criança.	—	—	—	—


Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
III República	Carapim ³⁷⁸	Pequeno saco de liga com que se começa a fabricação de sapatos de liga.	—	—	—	—	—	—
III República	Carapim	Botim de altura até ao tornozelo, de 'fôrma' larga e biqueira redonda. Constituída por dois canos fixos no centro do pé, em toda a sua extensão. O cano no topo é voltado para fora em forma de gola. O sistema de aperto é com atacador no topo. Solado fino e raso.	Uso doméstico; Proteger do frio.	Evidencia-se como sendo para homem e mulher.	Têxtil; Atacador.	—	Atual.	
I República	Chalocas ³⁷⁹	"Sapatos de orelho com solas de pau" "Galochas".	—	—	Ourelo; Madeira.	—	—	—
Estado Novo	Chalocas ³⁸⁰	"Sapato de orelho com rastos de pau".	—	—	Ourelo; Madeira.	—	—	—
Estado Novo	Chalocas ³⁸¹	"Sapato de orelho com solas de pau, muito em uso no Algarve"; Tamancos e socos.	—	—	Ourelo; Madeira.	—	—	—
III República	Chalocas ³⁸²	"Sapato de orelho com rastos de pau".	—	—	Ourelo; Madeira.	—	—	—
I República	Chapim ³⁸³	Sola muito alta; Calçado de sola em forma de quilha para resvalar sobre gelo – patim.	Elevação; Resvalar sobre o gelo.	Mulher.	Metal.	Chapineiro (faz ou vende).	"Calçado antigo para as damas".	—
Estado Novo	Chapim ³⁸⁴	Sapatinho elegante; Sola alta; Calçado em forma de quilha para resvalar no gelo.	Elevação; Resvalar sobre o gelo.	Mulher.	—	Chapineiro (o que faz ou vende).	Calçado antigo.	—
Estado Novo	Chapim ³⁸⁵	Sola alta; Sapatinho elegante;	—	Mulher.	—	Chapineiro (o que faz ou vende).	Calçado antigo.	—
III República	Chapim ³⁸⁶	Sola alta.	—	Mulher.	—	—	Calçado antigo; "Antigo coturno usado na representação das tragédias".	—
III República	Chapim	Sapato alto de biqueira curta e bicuda. Constituído por gáspea de aparente maleabilidade que cobre o peito do pé e laterais deixando o calcanhar descoberto. Solado fino com tacão mais largo no calcanhar e que afunila formando um cilindro.	—	Evidencia-se como sendo feminina.	—	—	—	
I República	Chinela ou Chinelo ou Sapateta ³⁸⁷	Sapato sem tacão e sem contraforte; Raso.	Calçar em casa.	—	—	Chineleiro (aquele que faz chinelas e chinelos).	—	—
Estado Novo	Chinela ³⁸⁸	Calçado sem tacão.	—	—	—	—	No masculino o termo adquire um sentido figurado de "sapato velho e acalcanhado".	—
Estado Novo	Chinela, Chinelo ou tamanguinha ³⁸⁹	Calçado sem tacão e sem contraforte; Deixa o peito do pé a descoberto.	Uso dentro de casa.	Mulher.	—	Chineleiro (o fabricante de chinelas ou chinelos).	Sentido figurado: "Sapato velho e acalcanhado".	—
III República	Chinela ou chinelo ³⁹⁰	Sapato sem tacão; Geralmente acalcanhado.	Para uso doméstico.	—	—	Chineleiro (aquele que faz chinelas e chinelos).	Sentido figurado: "sapato velho e acalcanhado".	—







Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (gênero)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
III República	Chinela	Calçado de 'fôrma' alongada. Constituído por gáspea que cobre apenas o peito do pé, ficando o calcanhar a descoberto. Possui vivo em toda a sua extensão. Solado fino e raso.	Para uso doméstico.	Evidencia-se como sendo feminina.	—	—	Atual.	
III República	Chinela	Sapato largo e de 'fôrma' redonda. Constituído por gáspea que cobre o peito do pé, as laterais e o calcanhar. Possui uma gola nas laterais da gáspea e um ornamento com o mesmo material centrado sobre o peito do pé. Aparenta a maleabilidade e volume do têxtil e um padrão geométrizado, exceto na gola. Solado fino e raso.	Uso doméstico.	Mulher.	Têxtil.	—	Moderna.	
III República	Chinela	Sapato de 'fôrma' larga, levantada na biqueira e ligeiramente redonda. Constituído por duas peças, gáspea que cobre parte do peito do pé até às laterais e taloeira. A gáspea é fixa à sola e taloeira e a taloeira fixa à gáspea e à sola. Aparenta a maleabilidade e simultaneamente dureza do couro. Solado fino e raso.	Uso doméstico.	Homem.	Couro.	—	Moderna.	
III República	Chinela	Sapato de 'fôrma' não muito justa e biqueira alongada e ligeiramente bicuda. Constituída por gáspea com vivo em toda a extensão. O peito do pé é coberto por uma forma que se assemelha à pala de formato redondo que acompanha o peito do pé. Possui forro de outro material. Solado fino e raso.	Uso doméstico.	Homem.	Evidencia têxtil.	—	Moderna.	
III República	Chinela de sola de feltro	Sapato de 'fôrma' não muito justa e biqueira alongada. Constituído por gáspea mais alta na parte de trás da perna. Cobre acima do peito do pé, com uma forma que se assemelha a uma pala alta de formato redondo, mais baixa na zona dos calcanhars e alta na zona da taloeira de modo a envolvê-la, acima do tornozelo. O forro, de outro material é virado para fora na parte do tornozelo e taloeira. Envolve a parte de trás do pé. Solado de feltro.	Uso doméstico.	Homem.	Feltro.	—	Atual.	
III República	Chinelo	Sapato de 'fôrma' não muito justa e biqueira alongada. Constituída por gáspea com vivo em toda a extensão. O peito do pé é coberto por uma forma que se assemelha à pala de formato retangular que acompanha o peito do pé. Possui forro de outro material. Solado fino e raso, com demarcação do tacão.	Uso doméstico.	Homem.	Evidencia têxtil.	—	Atual.	




Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
III República	Chinelo de quarto	Sapato de 'fôrma' não muito justa e biqueira alongada e ligeiramente redonda. Constituída por gáspea com vivo em toda a extensão. O peito do pé é coberto por uma forma que se assemelha à pala de formato retangular, mas mais estreito do topo e que acompanha o peito do pé. Possui forro de outro material. Solado fino e raso.	Uso doméstico.	Homem.	Evidencia têxtil.	—	Atual.	
Estado Novo	Chispo ³⁹¹	Sapatinho polido e alto que usavam as mulheres dissolutas.	—	Mulher.	—	—	—	—
Estado Novo	Chispo ³⁹²	Sapatinho polido, alto e bicudo de mulher.	—	Mulher.	—	—	—	—
III República	Chispo ³⁹³	Sapato de mulher alto e bicudo.	—	Mulher.	—	—	—	—
I República	Escarpim ³⁹⁴	Sapato que deixa o calcanhar a descoberto.	—	—	—	—	—	—
Estado Novo	Escarpim ³⁹⁵	Sapato que deixa o calcanhar a descoberto.	—	—	—	—	—	—
Estado Novo	Escarpim ³⁹⁶	Espécie de chinela; Sapato que deixa o calcanhar a descoberto; Sola muito fina.	—	—	—	—	—	—
III República	Escarpim ³⁹⁷	Espécie de chinela; Pé de meia; Sapato que deixa o calcanhar a descoberto.	Calçar por baixo das meias.	—	—	—	—	—
III República	Escarpim	Sapato decotado de 'fôrma' justa ao pé e bicudo. Constituído por gáspea e vivo com vazados em toda a sua extensão. Cobre até meio do calcanhar a entrada é larga e deixa o peito do pé a descoberto. Aparenta pequeno ornamento centrado no topo da gáspea com o mesmo material. Solado fino e tacão baixo.	—	Evidencia-se como sendo feminino.	—	—	Atual.	
I República	Galocha ³⁹⁸	Calçado de couro; Sola de madeira; Semelhança formal à chinela.	"Preservar da humidade"; "Calça por cima dos sapatos ou botas".	—	Couro; Madeira; Gutta-percha.	—	—	—
Estado Novo	Galocha ³⁹⁹	—	"Calçado próprio para preservar da humidade".	—	—	—	—	—
Estado Novo	Galocha ⁴⁰⁰	Calçado de couro e sola de madeira; Espécie de chinela impermeável.	Preservar da humidade; "Usa-se por cima de outro calçado para que a água não repasse".	—	Couro; Madeira.	—	—	—
III República	Galocha ⁴⁰¹	Calçado de borracha.	"Usado por cima do calçado vulgar para preservar da humidade".	—	Borracha; Sola de madeira ou borracha.	—	—	—





Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (gênero)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
III República	Galocha	Sapato de 'fôrma' justa ao pé e bicuda. Constituído por gáspea e vivo em toda a sua extensão. Cobre até meio do peito do pé de forma reta e nas laterais. Na zona da taloeira a gáspea é baixa. Solado fino com tacão raso.		Evidencia-se como sendo feminina.	Borracha.	—	Atual.	
I República	Patim ⁴⁰²	Lâminas arredondadas na extremidade anterior; Calçado próprio para patinar.	Patinar; Resvalar e cortar o gelo.	—	Couro; Metal.	—	"Calçado próprio para patinar".	—
Estado Novo	Patim ⁴⁰³	—	"Aparelho que se calça para andar sobre o gelo ou para patinar".	—	Lâmina.	—	—	—
Estado Novo	Patim ⁴⁰⁴	Chapim de ferro; Lâmina vertical ou rodas.	Para resvalar sobre gelo; Para "rolar sobre pavimento liso".	—	Ferro.	—	—	—
III República	Patim ⁴⁰⁵	Sola guarneçada na parte inferior com lâmina de ferro vertical; Sola fixa ao calçado. Rodas para rolar sobre solo liso.	—	—	Sola de madeira ou metal; Ferro.	—	A lâmina é fixa na sola para patinar no gelo.	—
III República	Patim de rodízios	Sola metálica, aparentemente fina e dobrada nas laterais, mais estreita na parte da frente de trás. Possui tiras também em metal que se fixam ao calçado e duas rodas centradas na parte de baixo.	—	Evidencia-se como sendo para homem e mulher.	Metal; Rodas.	—	Atual.	
III República	Patim de rodízios	Sola metálica com espessura, mais estreita nas laterais do pé. Possui quatro tiras: tira na parte da biqueira fixa à sola, a partir da qual, ao centro, uma outra percorre o meio do peito do pé. No topo deste, passa uma tira que abraça o pé até ao calcanhar e o ajusta. De lá, na zona da taloeira outra tira segura o calcanhar da parte de trás. Possui três rodas, duas dispostas paralelamente nas laterais da frente e uma centrada na parte de trás fora da sola.	—	Evidencia-se como sendo para homem e mulher.	—	—	Atual.	
III República	Patim de rodízios	Sola metálica, aparentemente fina e mais estreita nas laterais do pé. A biqueira é alongada. Possui uma tira com fivela e vazados para ajustar ao pé, que se posiciona na parte do calcanhar e abraça o peito do pé. Tem quatro rodas, sendo duas dispostas paralelamente nas laterais e as outras duas na parte de trás.	—	Evidencia-se como sendo para homem e mulher.	—	—	Atual.	

Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
III República	Patim para gelo	Sola com lâmina vertical e que levanta extremidade da frente. Possui duas bases finas posicionadas em cima da lâmina, sendo mais larga a da zona da biqueira.	—	Evidencia-se como sendo para homem e mulher.	—	—	Atual.	
I República	Pantufa ou Pantufo ⁴⁰⁶	Sapato sem tacão e sem contraforte; Raso; Normalmente bordado; Chinela bordada.	Calçar em casa.	—	—	—	—	—
I República	Pantufo ⁴⁰⁷	Sapato de estofado encorpado.	Para agasalho.	—	Estofado.	—	—	—
Estado Novo	Pantufa ou pantufo ⁴⁰⁸	Sapatos com sola de cortiça; Botas apantufadas; Sapato de quarto.	Para agasalho; Uso doméstico.	—	Cortiça.	—	—	—
III República	Pantufa ou pantufo ⁴⁰⁹	Chinela de estofado encorpado e geralmente bordada.	—	—	Estofado.	—	—	—
I República	Sandália ⁴¹⁰	Sola e correias que o prendem ao pé.	—	Mulher.	Correias.	—	“Calçado de algumas religiosas”.	—
Estado Novo	Sandália ⁴¹¹	Espécie de calçado; Sola ligada ao pé por correias.	—	—	Correias.	—	—	—
Estado Novo	Sandália ou sandalha ⁴¹²	Espécie de calçado; Sola ligada ao pé por correias.	—	—	Correias.	—	—	—
III República	Sandália ⁴¹³	Calçado; Sola ligada ao pé por correias.	—	—	Correias.	—	—	—
III República	Sandália atual	Sandália ajustável no tornozelo, de 'fôrma' alongada e ligeiramente bicuda. Constituída por tiras e taloeira. Sobre o peito do pé posicionam-se três tiras, progressivamente, mais largas a partir da sola e que envolvem o pé. Os dedos ficam a descoberto. Alinhada pelo centro das mesmas passa na parte de baixo uma tira em toda a extensão do peito do pé. A taloeira é estreita e cobre apenas a parte de trás do calcanhar. Dela surgem duas tiras: a de dentro mais longa de modo a envolver o pé e cobrir a lateral de fora, passando pela tira central posicionada no peito do pé. Essa tira é o sistema de aperto e possui fivela. Solado fino na parte da frente do pé e mais alta no calcanhar.	—	Evidencia-se como sendo feminina.	Fivela.	—	Atual.	
III República	Sandália atual	Sandália de 'fôrma' ajustável de biqueira ligeiramente redonda. Constituída por biqueira, tiras e taloeira. A biqueira é fechada, e do seu limite, ao centro, fixa-se uma tira por toda a extensão do peito do pé. No meio dessa tira surge uma outra que se fixa às laterais da sola e sendo mais larga nessa parte. A taloeira cobre todo o calcanhar e dela surge uma tira do lado de dentro que envolve toda essa zona, passa pelo peito do pé e termina no lado de fora da taloeira onde se fixa a fivela. Essa tira é o sistema de aperto e uma delas possui fivela. Solado fino com vira e sem palmilha.	—	Evidencia-se como sendo feminina.	Fivela.	—	Atual.	

Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (gênero)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
I República	Sapata ⁴¹⁴	Sapato largo e grosso sem tacão ou de tacão raso.	Cobrir só o pé.	—	—	—	—	—
Estado Novo	Sapata ⁴¹⁵	Chinela.	—	—	Couro.	—	—	—
Estado Novo	Sapata ⁴¹⁶	Tipo especial de chinela; Sapato largo sem tacão ou tacão raso.	—	—	—	—	—	—
III República	Sapata ⁴¹⁷	Sapato largo e grosso.	—	—	—	—	—	—
Estado Novo	Sapatilha ⁴¹⁸	Alpercata.	—	—	—	—	—	—
Estado Novo	Sapatilha ⁴¹⁹	Sapato de sola de corda ou borracha.	—	—	Corda; Borracha.	—	—	—
III República	Sapatilha ⁴²⁰	Sapato de sola de corda ou borracha.	—	—	Corda; Borracha.	—	—	—
I República	Sapato ⁴²¹	Tem, principalmente, talão, palas, solas e palmilha, e em geral tacão e salto.	Cobrir só o pé.	Homem; Mulher.	—	Sapateira (mulher que faz sapatos; mulher do sapateiro). Sapateiro (trabalha em calçado, faz botas, sapatos, etc.; conserta calçado; o que tem loja onde se vende calçado).	—	—
Estado Novo	Sapato ⁴²²	Peça de calçado.	Cobrir só o pé.	—	—	Sapateira (mulher que faz sapatos; mulher de sapateiro); Sapateiro (aquele que faz ou vende calçado).	—	—
Estado Novo	Sapato ⁴²³	Calçado cobre apenas o pé e prende-se por meio de atacadores.	Cobrir só o pé.	—	Atacadores.	Sapateira (mulher de sapateiro; mulher que faz sapatos); Sapateiro (aquele que faz sapatos ou trabalha em calçado; vendedor de calçado; dono de sapataria).	—	—
III República	Sapato ⁴²⁴	Calçado que cobre só o pé ou parte dele.	Cobrir só o pé ou parte dele.	—	—	Sapateira (mulher de sapateiro; mulher que faz sapatos); Sapateiro (faz, conserta ou vende calçado).	—	—
III República	Sapato	Sapato justo ao pé, de 'fôrma' alongada e, ligeiramente, bicuda. Constituído por biqueira, gáspea, talões e atacadores. Os talões são fixos à gáspea a partir de meio do peito do pé. O sistema de aperto é com vazados e atacadores na parte da frente dos talões. Solado fino e tacão raso.	—	Homem.	Evidencia do couro; Atacador.	—	Atual.	

Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
III República	Sapato baixo	Sapato justo ao pé e de 'fôrma' bicuda. Constituído por gáspea, talões, taloeira e atacadores. Os talões são fixos à gáspea a partir de meio do peito do pé. Denotam-se as costuras. O sistema de aperto é com vazados e atacadores na parte da frente dos talões. Possui vivo na taloeira. Solado fino e meio tacão.	—	Mulher.	Evidencia do couro; Atacador.	—	Atual.	
III República	Sapato de baile	Sapato de 'fôrma' justa ao pé e bicudo. Constituído por gáspea que se prolonga até meio do peito do pé até às laterias, onde é mais baixa, voltando a ser mais alta na parte de trás do pé. Solado fino e salto em cone com capa. Fica mais estreito a partir do calcanhar até ao chão, é reto na parte de trás.	—	Mulher.	—	—	Atual.	
III República	Sapato de baile	Sapato decotado justo ao pé de 'fôrma' alongada e biqueira ligeiramente redonda. Possui uma um vivo em toda a sua extensão de outro material. Apresenta padrões decorativos por toda a gáspea. Solado fino e salto Luís XV em cone com capa. Fica mais estreito a partir do calcanhar até ao chão, é semicircular na parte de trás.	—	Mulher.	—	—	—	
III República	Sapato de ciclista	As orelhas são fixas à sola e aos talões. O sistema de aperto é com atacadores. Possui uma pala redonda e mais alta que as orelhas. A taloeira é sobreposta nos talões. Da parte do tornozelo do lado de dentro sai uma tira que envolve o peito do pé e que ajusta com fivela na lateral de fora. Solado fino e raso.	—	Evidencia-se como sendo para homem e mulher.	Fivela; Atacador.	—	—	
III República	Sapato de criança	Sapato decotado, de 'fôrma' justa ao pé e de biqueira redonda. Constituído por gáspea. Deixa a descoberto o peito do pé e na parte da taloeira é mais alta de modo a dar origem a uma tira que envolve as laterias e a parte da frente do pé. Possui vivo em todos os limites do corte. Ornamento na biqueira. Solado raso.	—	Criança.	Ornamento; Solado.	—	—	
III República	Sapato de criança	Sapato de 'fôrma' justa ao pé e de biqueira redonda. Constituído por gáspea, talões e tira. A gáspea vai até meio do peito do pé e é fixa à sola e aos talões. talões. Na sua extensão possui uma tira decorativa sobreposta e com vivo no topo. Ao talão do lado de dentro é fixa uma tira com os mesmos padrões decorativos e que ajusta com mola no lado de fora. Solado fino e tacão.	—	Criança.	—	—	—	

Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
III República	Sapato de passeio	Sapato decotado, de 'fôrma' justa ao pé e alongada. Constituído por gáspea e tira. A gáspea cobre ate meio do peito do pé e possui uma tira sobreposta em toda a sua extensão decorada com vazados. Ao centro posiciona-se uma tira que surge do lado de dentro e aperta do lado de fora com botão ou mola. Solado fino e salto Luís XV em cone com capa. Fica mais estreito a partir do calcanhar até ao chão, é semicircular na parte de trás.	—	Mulher.	Evidencia couro.	—	—	
III República	Sapato de passeio	Sapato de 'fôrma' justa ao pé com biqueira ligeiramente redonda. Constituído por uma pala fixa à sola e dois talões. A pala posiciona-se na parte da biqueira e cobre o peito do pé, fixa nas laterais ao talão. Possui um vivo em toda a sua extensão, é mais alta que os talões e a sua forma é sinuosa e ondulada. É de material e padrões distintos dos talões. Os talões possuem um vazado largo onde se coloca um cordão decorativo que assenta no centro da pala. Solado fino e salto em cone com capa. Fica mais estreito a partir do calcanhar até ao chão, é semicircular na parte de trás.	—	Mulher.	—	—	—	
III República	Sapato de passeio	Sapato de 'fôrma' justa ao pé e biqueira alongada. Constituído por biqueira, gáspea, orelhas, talões e taloeira. Entre a biqueira e gáspea, gáspea e talões, e entre taloeira e talões possui tira sobreposta com vazados decorativos. O sistema de aperto é nas orelhas com atacadores. Solado com vira e tacão raso.	—	Homem.	Evidencia couro.	—	—	
I República	Servilha ⁴²⁵	Sapato.	—	—	Couro.	—	—	—
Estado Novo	Servilha ⁴²⁶	Sapato.	—	—	Couro.	—	—	—
III República	Servilha ⁴²⁷	Sapato de couro.	—	—	Couro.	—	—	—
Estado Novo	Soca ⁴²⁸	Chinela.	—	—	—	—	—	—
III República	Soca ⁴²⁹	Chinela; Tamanco.	—	—	—	—	—	—
I República	Soco ⁴³⁰	Espécie de chinelo com palmilha de madeira; Sapato grosseiro; Tamanco.	—	—	Madeira.	—	—	—
Estado Novo	Soco ⁴³¹	Calçado ordinário; Espécie de sandália com palmilhas de madeira; Calçado grosseiro com a planta de madeira; Tamanco ou chapim.	"Usado por atores cómicos gregos e romanos".	—	Madeira.	Origem no calçado usado por atores gregos e romanos.	—	—

Período	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que produz)	Outras Observações	Ilustração
III República	Soco	Calçado de 'fôrma' redonda. Constituído por gáspea justa ao pé que cobre a zona da biqueira e tira que cobre o peito do pé. O calcanhar fica a descoberto, bem como entre a biqueira e o meio do peito do pé. Sola com espessura de madeira, com elevação na parte de trás.	—	Evidencia-se como sendo feminino.	Couro; Madeira.	—	—	—
III República	Tamanca ⁴³²	Tamanca baixo e de entrada muito aberta.	—	Mulheres.	—	—	—	—
I República	Tamanca ou tamanco ⁴³³	Espécie de calçado que tem em vez de sola madeira ou cortiça.	Para caminhar na lama.	—	Madeira; Cortiça.	—	—	—
Estado Novo	Tamanca ou taroca ⁴³⁴	Calçado grosseiro; Sem talão ou com talão baixo; Base de madeira.	—	—	Madeira; Couro.	Fabricante ou vendedor de tamancos.	—	—
Estado Novo	Tamanca ou taroca ⁴³⁵	Calçado grosseiro; Sem talão ou com talão baixo; Base inteiriça de madeira ou cortiça.	—	—	Madeira; Cortiça.	Tamanqueiro (aquele que faz ou vende tamancos).	Também é usado pelos rurais holandeses talhado num bloco de madeira.	—
III República	Tamanca ⁴³⁶	Soco; Calçado grosseiro feito de um só pedaço de madeira ou de couro grosso; Sola de madeira.	—	—	Madeira; Couro.	Tamanqueiro (aquele que faz ou vende tamancos).	—	—
III República	Tamanca de couro	Calçado de 'fôrma' larga e biqueira redonda. Constituído por gáspea que cobre o peito do pé, e taloeira baixa. De couro e com vivo em toda a extensão. Sola com espessura de madeira com elevação na parte de trás.	—	Evidencia-se como sendo feminino.	Couro; Madeira.	—	—	
III República	Tamanca de madeira	Calçado largo em 'fôrma' de barco. A parte da biqueira torna-se ligeiramente bicuda. Feito numa só peça de madeira, remetendo para uma gáspea que cobre o peito do pé e é mais larga na parte da taloeira. Apresenta elevação a parte de trás.	—	Evidencia-se como sendo para homem e mulher.	Madeira.	—	—	
III República	Tamanca de meia ponta	Calçado de 'fôrma' larga e biqueira redonda. Constituído por gáspea que cobre o peito do pé e percorre as laterais ficando progressivamente mais baixa, até desaparecer deixando a parte de trás do pé a descoberto. Possui vivo e toda a sua extensão com material distinto da gáspea. A palmilha cobre apenas na zona onde assenta o calcanhar. Solado de madeira, com vira, tacão baixo e largo.	—	Evidencia-se como sendo feminina.	—	—	—	
III República	Tamanca de ponta inteira	Calçado de 'fôrma' larga e biqueira redonda. Constituído por gáspea que cobre o peito do pé e percorre as laterais ficando, progressivamente, mais baixa em toda a extensão da sola. Remata na parte de trás do pé, ao centro. Possui vivo e toda a sua extensão com material distinto da gáspea. A palmilha cobre apenas na zona onde assenta o calcanhar. Solado de madeira, com vira, tacão baixo e largo.	—	Evidencia-se como sendo feminina.	—	—	—	

- 343 (Aulete, 1925, vol. I, p. 6).
- 344 (Bivar, 1948, vol. I, p. 7).
- 345 (Morais Silva, 1961, vol. I, p. 19).
- 346 (Lello, 1988, vol. I, p. 13).
- 347 Aulete, 1925, vol. I, p. 98).
- 348 (Bivar, 1948, vol. I, p. 163).
- 349 (Morais Silva, 1961, vol. I, p. 153).
- 350 (Lello, 1988, vol. I, p. 112).
- 351 (Morais Silva, 1961, vol. I, p. 153).
- 352 (Lello, 1988, vol. I, p. 112).
- 353 (Aulete, 1925, vol. I, p. 336).
- 354 (Bivar, 1948, vol. I, p. 504).
- 355 (Morais Silva, 1961, vol. I, p. 394).
- 356 (Lello, 1988, vol. I, p. 368).
- 357 (Aulete, 1925, vol. I, p. 336).
- 358 (Aulete, 1925, vol. II, p. 834).
- 359 (Bivar, 1948, vol. I, p. 505).
- 360 (Morais Silva, 1961, vol. I, p. 394).
- 361 (Lello, 1988, vol. I, p. 369).
- 362 (Aulete, 1925, vol. I, p. 336; 790).
- 363 (Aulete, 1925, vol. I, p. 336).
- 364 (Lello, 1988, vol. I, p. 369).
- 365 (Lello, 1988, vol. I, p. 369).
- 366 (Aulete, 1925, vol. I, p. 338).
- 367 (Bivar, 1948, vol. I, p. 507).
- 368 (Morais Silva, 1961, vol. I, p. 395).
- 369 (Lello, 1988, vol. I, p. 371).
- 370 (Aulete, 1925, vol. I, p. 338).
- 371 (Bivar, 1948, vol. I, p. 395).
- 372 (Morais Silva, 1961, vol. I, p. 395).
- 373 (Lello, 1988, vol. I, p. 371).
- 374 (Aulete, 1925, vol. I, p. 412).
- 375 (Bivar, 1948, vol. I, p. 619).
- 376 (Morais Silva, 1961, vol. I, p. 479).
- 377 (Lello, 1988, vol. I, p. 465).
- 378 (Aulete, 1925, vol. I, p. 460).
- 379 (Bivar, 1948, vol. I, p. 694).
- 380 (Morais Silva, 1961, vol. II, p. 16).
- 381 (Lello, vol. I, p. 530).
- 382 (Aulete, 1925, vol. I, p. 464).
- 383 (Bivar, 1948, vol. I, p. 699).
- 384 (Morais Silva, 1961, vol. II, p. 20).
- 385 (Lello, 1988, vol. I, p. 534).
- 386 (Aulete, 1925, vol. I, p. 473).
- 387 (Bivar, 1948, vol. I, p. 710).
- 388 Idem.
- 389 (Morais Silva, 1961, vol. II, p. 30).
- 390 (Lello, 1988, vol. I, p. 544).
- 391 (Bivar, vol. I, p. 712).
- 392 (Morais Silva, 1961, vol. II, p. 32).
- 393 (Lello, vol. I, p. 545).
- 394 (Aulete, 1925, vol. I, p. 890).
- 395 (Bivar, 1948, vol. I, p. 1296).
- 396 (Morais Silva, 1961, vol. II, p. 448).
- 397 (Lello, 1988, vol. I, p. 867).
- 398 (Aulete, 1925, vol. I, p. 1120).
- 399 (Bivar, 1948, vol. I, p. 1584).
- 400 (Morais Silva, 1961, vol. III, p. 110-111).
- 401 (Lello, 1988, vol. I, p. 1092).
- 402 (Aulete, 1925, vol. I, p. 464; vol. II, p. 485).
- 403 (Bivar, 1948, vol. II, p. 656).
- 404 (Morais Silva, 1961, vol. IV, p. 210).
- 405 (Lello, 1988, vol. II, p. 481).
- 406 (Aulete, 1925, vol. II, p. 459).
- 407 (Bivar, 1948, vol. II, p. 626).
- 408 (Morais Silva, 1961, vol. IV, p. 175).
- 409 (Lello, 1988, vol. II, p. 435).
- 410 (Aulete, 1925, vol. II, p. 827).
- 411 (Bivar, 1948, vol. II, p. 1010).
- 412 (Morais Silva, 1961, vol. V, p. 85).
- 413 (Lello, 1988, vol. II, p. 828).
- 414 (Aulete, 1925, vol. II, p. 834).
- 415 (Bivar, 1948, vol. II, p. 1015).
- 416 (Morais Silva, 1961, vol. V, p. 91).

- ⁴¹⁷ (Lello, 1988, vol. II, p. 845).
- ⁴¹⁸ (Bivar, 1948, vol. II, p. 1016).
- ⁴¹⁹ (Morais Silva, 1961, vol. V, p. 91).
- ⁴²⁰ (Lello, 1988, vol. II, p. 845).
- ⁴²¹ (Aulete, 1925, vol. II, p. 834).
- ⁴²² (Bivar, 1948, vol. II, p. 1016).
- ⁴²³ (Morais Silva, 1961, vol. V, p. 92).
- ⁴²⁴ (Lello, 1988, vol. II, p. 845).
- ⁴²⁵ (Aulete, 1925, vol. II, p. 878).
- ⁴²⁶ (Morais Silva, 1961, vol. V, p. 134).
- ⁴²⁷ (Lello, 1988, vol. II, p. 888).
- ⁴²⁸ (Morais Silva, 1961, vol. V, p. 169).
- ⁴²⁹ (Lello, 1988, vol. II, p. 922).
- ⁴³⁰ (Aulete, 1925, vol. II, p. 904).
- ⁴³¹ (Lello, 1988, vol. II, p. 923).
- ⁴³² (Lello, 1988, vol. II, p. 973).
- ⁴³³ (Aulete, 1925, vol. II, p. 904).
- ⁴³⁴ (Bivar, 1948, vol. II, p. 1147).
- ⁴³⁵ (Morais Silva, 1961, vol. V, p. 237, 250).
- ⁴³⁶ (Lello, 1988, vol. II, p. 845).

5. SÉCULO XXI - PARTE I

O estudo da definição do calçado no século XXI ficou confinado às propostas do “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa” (2003) registadas no quadro 28⁴³⁷. O estudo das tipologias de calçado do século XXI é apresentado em duas partes, uma vez que num primeiro momento percorreu a mesma publicação e no segundo momento fundamentou-se no levantamento de informações através das entrevistas junto de especialistas de calçado, justificando-se uma divisão dentro deste capítulo. A investigação seguiu as metodologias anteriores para este século.

5.1 O CONCEITO DE CALÇADO: A SUA DEFINIÇÃO NO SÉCULO XXI

O termo calçado é traduzido pela designação de “pés vestidos, cobertos ou protegidos por sapatos, sandálias, botas, etc” (Houaiss, 2003, tomo IV, p. 1633), recuperando uma ligação ao vestuário (Bivar, 1948, vol. 1, p. 566) ao mesmo tempo que refere outros atributos e, conseqüentemente, funcionalidades como cobertura e proteção ligados diretamente ao calçado.

Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria
Bota ⁴⁴¹	Calçado que cobre o pé e parte da perna, chegando por vezes à coxa.	Cobrir o pé e a perna; Para proteger do frio; Para montar a cavalo, etc.	Homem; Mulher.	—	—
Sandália ⁴⁴²	Calçado feito de uma sola com tiras que a prendem ao pé.	—	—	—	—
Sapato ⁴⁴³	Calçado, geralmente de sola dura, que cobre o pé, parcialmente ou completamente.	Cobrir o pé, parcialmente ou completamente.	—	—	Sapateira (mulher de sapateiro); Sapateiro (fabrica, vende ou conserta).

Quadro 27 Tipologias de calçado que integram a definição de calçado proposta por Houaiss (2003).
Fonte: Aurora Brochado.

Apesar da definição sugerir uma abertura para possibilidades formais, são referidos três artefactos que parecem sintetizar os três principais registos formais do calçado: ‘bota’, ‘sandália’ e ‘sapato’. Esses artefactos assumem particularidades, nomeadamente, ao nível da forma e da função. Trata-se da primeira vez que a ‘sandália’ ou algum artefacto de natureza similar é mencionado na definição do termo.

⁴³⁷ Ver quadro 28, pp. 185-186.

⁴³⁸ (Houaiss., 2003, tomo IV, p. 1417).

⁴³⁹ (Houaiss., 2003, tomo XVI, p. 7171).

⁴⁴⁰ (Houaiss., 2003, tomo XVI, p. 7194).

Da análise a esse conjunto de artefactos apurou-se que a natureza da informação é menos abrangente por comparação aos séculos anteriores:

- o caso da ‘bota’ trata a primeira referência tecida acerca da limitação da altura do cano aquando da sua definição. No estudo dos séculos anteriores esse balizamento foi possível apenas com a análise a todo o conjunto de botas conhecidas. No século XXI a ‘bota’ registada como um artefacto que cobre o pé e parte da perna, até à coxa. Acrescem, igualmente, pela primeira vez funcionalidades na sua caracterização alusivas à cobertura, proteção e adequação ao clima ou atividades físicas; E retoma-se a descrição de calçado para ambos os géneros iniciada no princípio do século passado.
- quanto ao ‘sapato’ define-se a forma principal que o caracteriza, ou seja, cobrir completa ou parcialmente o pé, deixando antever a possibilidade de entradas distintas no corte. Paralelamente, estabelece-se a sola dura como requisito geral, ficando em aberto a possibilidade de maleabilidade;
- a ‘sandália’ permanece com a simplicidade formal e eventualmente construtiva de um solado com tiras fixas que o prendem ao pé;

Ao calçado é conferido, novamente, um cruzamento entre artefactos que continuam a salientar-se pelas características principais formais e, simultaneamente, funcionais de cobrir o pé, ou o pé e a perna, ou descobri-lo. Não se apurou os materiais ou as elevações como elementos relevantes nesse conjunto.

5.2 TIPOLOGIAS DE CALÇADO CONHECIDAS NO SÉCULO XXI EM PORTUGAL: III REPÚBLICA

5.2.1 A FORMA

A construção do quadro 28⁴⁴¹ permitiu agrupar e categorizar a informação de trinta e quatro termos seguindo as estruturas anteriores. Prevaecem, no entanto, caracterizações a partir da interpretação das definições. Foram analisados trinta e quatro termos.

Desses termos verificou-se com a análise ao programa, sob o ponto de vista da forma, que os artefactos poderiam categorizar-se na sua relação direta com a forma do pé, ou seja, com as partes que o cobrem ou protegem. Assim, encontraram-se quatro situações na génese dos principais registos formais: o pé e a perna cobertos, sendo estabelecidos também limites para essa cobertura, entre o tornozelo e a coxa; o pé coberto; o peito do pé descoberto; e parcialmente coberto⁴⁴². Poderão associar-se a registos formais de ‘botas’, ‘chinelos’, ‘sapatos’ e ‘sandálias’ como o conjunto de artefactos representativos de um universo de tipologias de calçado⁴⁴³.

⁴⁴¹ Ver quadro 28, pp. 185-186.

⁴⁴² Importará referir onde se verificam seis tipologias que não é possível enquadrar nas diferentes situações acima descritas uma vez que não são evidenciadas o tipo de cobertura na definição. São elas: o ‘chapim’, ‘chinelos’, ‘pantufa’, ‘sapato de quarto’ e ‘tamanco’.

⁴⁴³ Trata-se do ‘borzeguim’, ‘bota’, ‘bota de cano curto’, ‘bota de cano longo’, ‘bota ortopédica’, ‘botim’, ‘botina’, ‘chuteira’ e

Da análise aos artefactos verificou-se apenas para o caso do ‘chapim’ informações para todos os níveis de análise sugeridos no quadro. No entanto, também a ‘bota’, a ‘chuteira’, a ‘galocha’, o ‘mocassim’, o ‘patim’ e o ‘ténis’ permitiram uma recolha de informações, manifestamente, mais perfeita, relacionada com a informação sobre a forma, função, género e material. A caracterização ao nível da forma manifesta-se em todos os artefactos apurando-se, contudo, informações de natureza distinta. Em certos casos, encontraram-se artefactos caracterizados apenas quanto ao registo formal, como os casos da ‘bota de cano curto’, ‘bota de cano longo’, da ‘sandália’, ‘sapato abotinado’ ou ‘sapato raso’; Bem como se aferiu importância acrescida à menção de informações ao nível do programa acerca da forma e da função, que permitiram caracterizar dezasseis artefactos. Esses dados mostram alguma escassez de informação na medida em que apesar da quantificação parecer relevante, na verdade, a informação encontra-se dispersa, comparativamente, a quadros anteriores similares, não tendo permitido uma maior incidência e abrangência no estudo dos artefactos que correspondem ao momento atual.

Com efeito, sob uma perspetiva que classifica os artefactos pelas referências ao programa acerca dos elementos constituintes confirmaram-se esclarecimentos mais abrangentes evidenciados na ‘abarca’, ‘chuteira’, ‘mocassim’, ‘ténis’ e ‘sandália’. As restantes tipologias prevalecem caracterizadas sobretudo ao nível dos solados. De facto, no que respeita ao entendimento desses componentes no século XXI a informação parece menos incidente. No entanto, antevê-se que apesar dessa lacuna podem caracterizar-se as tipologias presentes pela aparente simplicidade formal e construtiva, sugeridos pela descrição genérica alusiva a uma cobertura parcial do pé⁴⁴⁴, mas também tipologias que manifestam elementos demonstradores de maior complexidade, mais detalhe e elaboração pelos sistemas de aperto ou tacões⁴⁴⁵.

Apesar de não ser mencionada diretamente a ‘fôrma’ dos artefactos, manifesta-se possível entender a caracterização dos mesmos a esse nível, denotando-se duas situações: artefactos construídos em ‘fôrmas’ justas ou largas ao pé, quer em tipologias alusivas ao passado, quer nas que permaneceram ao longo do século XX⁴⁴⁶. Averiguou-se nos artefactos de

‘galocha’. Para o caso da caracterização de artefactos como ‘chinelos’, encontrou-se a ‘chinelas’, ‘chinelos’, ‘sapatas’ e ‘pantufas’. Enquanto ‘sapatos’ figuram o ‘chispe’, ‘chuteira’, ‘escarpim’, ‘mocassim’, ‘sapata’, ‘sapatilha’, ‘sapato’, ‘sapato abotinado’, ‘sapato Anabela’, ‘sapato cara-de-gato’, ‘sapato raso’, ‘sapato de quarto’ e ‘ténis’. A ‘sandália’ que caracteriza formalmente a ‘abarca’, ‘alcorque’, ‘alparca’ e a ‘sandália’. Por fim, valerá a referência a um artefacto – a ‘chaloca’ – que figura como sendo um ‘tamanco’. Denote-se que os casos da ‘sapata’ e da ‘chuteira’ se manifestam como artefactos detentores de registos distintos. Da totalidade de tipologias figura ainda o ‘patim’ composto apenas por um solado e rodas, não se enquadrando nessa caracterização.

⁴⁴⁴ São elas a ‘abarca’, ‘alcorque’, ‘alparca’, ‘chaloca’, ‘chinelas’, ‘chinelos’, ‘mocassim’, ‘pantufa’, ‘sapato de quarto’, ‘sapato raso’, ‘soco’ e ‘tamanco’.

⁴⁴⁵ Verificam-se na ‘bota de cano curto’, ‘bota de cano longo’, ‘bota ortopédica’, ‘botina’, ‘chispo’, ‘chuteira’, ‘escarpim’, ‘galocha’, ‘sapata’, ‘sapatilha’, ‘sapato’, ‘sapato abotinado’, ‘sapato Anabela’, ‘sapato-cara-de-gato’ e ‘ténis’.

⁴⁴⁶ Como formas justas ao pé evidenciam-se o ‘alcorque’, a ‘alparca’, ‘botina’, ‘chispo’, ‘chuteira’, ‘escarpim’, ‘sandália’ e ‘sapatilha’.

‘fôrma’ ajustada ao pé que remetem para uma caracterização aproximada ao registo formal das sandálias por ficarem ajustadas e presas ao pé por tiras, mas também para o apontamento formal do sapato como resposta a funções específicas; e artefactos que são mais largos⁴⁴⁷ referenciados sobretudo pela cobertura o pé e parte da perna, nos adjetivos empregues para a sua caracterização como ‘grosseiro’ ou ‘rústico’, mas também pelas particularidades de serem construídos com solados de madeira⁴⁴⁸, ou ainda, para calçar por cima de outro calçado. Aparentam um volume acrescido e peso visual levando a uma ligação desse calçado a uma caracterização de ‘fôrma’ larga.

Os artefactos introduzidos no século XXI tratam conjuntos de ‘botas’ e ‘sapatos’⁴⁴⁹ onde o primeiro se traduz em calçado que a altura do cano se posiciona entre o tornozelo, até ao joelho ou acima dele e o segundo com uma altura de corte que pode chegar ao tornozelo e o peito do pé poderá ficar a descoberto além da elevação através da plataforma ou aplicação de tacões rasos. Pela primeira vez encontrou-se uma referência direta ao uso de cores, ainda que sem menção ao cromatismo em si. Trata-se do ‘sapato cara-de-gato’ que parece substituir o ‘carapim’ de malha, sendo, igualmente, o único artefacto que compreende a presença desse material.

À exceção do ‘soco’, de semelhança formal à ‘chinela’⁴⁵⁰ passa a ser entendido como uma variante do ‘borzeguim’, ou seja, uma ‘bota’. Os artefactos com origem anterior ao século XXI presentes no quadro mantêm as suas características principais no que respeita à forma permanecer aberta ou fechada. Pelo facto de as novas tipologias se tratarem genericamente de artefactos associados a botas e sapatos prevalecem naturalmente formas fechadas, não se denotando aberturas. Pode também analisar-se a persistência de formas fechadas ligadas ao registo visual de cada artefacto que varia quanto às partes da perna e do pé que se cobrem ou descobrem⁴⁵¹.

No que respeita aos sistemas de aperto aferiu-se que prevalecem artefactos sem qualquer evidência dessa característica, seja em tipologias de uso no passado ou para aqueles apresentados com evidência de uso no século em análise. Valerá a referência que nos casos onde se verificam apertos prevalecem cordéis e atacadores, tiras e botões⁴⁵². Igualmente, percebeu-se

⁴⁴⁷ Encontrou-se a ‘abarca’, ‘chaloca’, ‘galocha’, ‘sapata’, ‘soco’ e ‘tamanco’.

⁴⁴⁸ Valerá referir que a ‘sapata’ é o único artefacto onde não se emprega madeira, como o único que é expressamente classificado como largo.

⁴⁴⁹ Trata-se da ‘bota de cano curto’, ‘bota de cano longo’, ‘bota ortopédica’, ‘chuteira’ e ‘galocha’. Enquanto sapatos a ‘chuteira’, ‘mocassim’, ‘sapato abotinado’, ‘sapato Anabela’, ‘sapato cara-de-gato’, ‘sapato raso’ ou ‘sapato de quarto’ e ‘ténis’.

⁴⁵⁰ Apesar de não ser descrita a sua caracterização formal detalhada, a ‘chinela’ descreve-se como um ‘chinelos’, mas também como ‘calçado típico regional’. A particularidade do ‘chinelos’ se tratar de calçado para uso doméstico, macio e confortável evidencia poder tratar-se do mesmo registo formal, alterando-se eventualmente os materiais.

⁴⁵¹ De um modo geral perante a totalidade de artefactos analisados no quadro 28 prevalecem as formas fechadas e tal como mencionado para o caso das tipologias introduzidas no século XXI e que podem ser analisados nesse sentido, traduzem-se nos casos da ‘bota ortopédica’, ‘bota de cano curto’ ou o ‘sapato abotinado’ que cobrem o pé até ao tornozelo; o ‘sapato raso’ descobre o peito do pé; e a ‘bota de cano longo’ situa-se entre o joelho e a coxa.

⁴⁵² Os cordéis e atacadores foram notados na ‘abarca’, ‘botina’, ‘borzeguim’ e na ‘chuteira’; tiras na ‘alparca’, ‘chuteira’ e na ‘sandália’; e botões na ‘botina’.

que a ‘botina’ e a ‘chuteira’ tratam artefactos que podem receber dois tipos de sistema de aperto, sendo eles atacadores ou botões e tiras ou cordoes, respetivamente. O caso da ‘botina’ mostra ser singular na aplicação de botões e traduz-se em calçado para o género feminino e criança.

Não se conseguiu apurar a presença de ornamentos, padrões ou mais que um mesmo material no corte de cada tipologia. No entanto, averiguou-se a possibilidade de acessórios como pedrarias, tecidos preciosos ou bordados num artefacto usado até à Idade Média – o ‘borzeguim’. Igualmente referido como artefacto posicionado no passado, o caso do ‘escarpim’ poderá evidenciar a presença de características alusivas a elementos decorativos, uma vez que se distingue dos demais artefactos pelo facto de se ter tratado de um calçado que acompanhou o traje de baile masculino. O caso da ‘chinela’, entendida enquanto “calçado típico de trajes regionais” (Houaiss, 2003, Tomo V, p. 2012) poderá também evidenciar a aplicação de ornamentos. Por fim, quanto aos artefactos referenciados pela primeira vez no século XXI, o ‘sapato-cara-de-gato’ manifesta-se como sendo o único onde a presença de um ornamento foi mencionada, narrado como um desenho colorido, o qual origina a própria nomenclatura. Desse conjunto de artefactos não se denota no ‘borzeguim’ nem na ‘chinela’ o género a que correspondem e o escarpim terá sido usado por ambos os géneros⁴⁵³. Conclui-se que os elementos decorativos ou materiais distintos não manifestam relevância nas caracterizações tecidas a outros artefactos da mesma cronologia nem associações entre esses e os géneros.

Quanto aos solados em evidência na totalidade de artefactos presentes no quadro 28⁴⁵⁴ confirmaram-se apenas treze casos que refletem duas situações: apenas solas⁴⁵⁵ ou tacão e salto⁴⁵⁶. Assim, os que mencionam solados enquadram-se no conjunto de tipologias que remetem para o ponto de vista formal dos ‘sapatos’ – ‘chuteira’, ‘escarpim’, ‘sapata’, ‘sapatilha’, ‘sapato’ e ‘sapato Anabela’, nos quais é possível encontrar solados finos, duros, meláveis, rasos ou plataformas revestidas. Quanto ao tacão é mencionado em artefactos de semelhança formal à ‘chinela’ que podem ser construídos sem a sua presença. Prevalece o tipo de tacão baixo sendo que o salto alto se encontra apenas no ‘chispe’, ao qual se associa, formalmente, o bico fino.

Seguindo o mesmo modelo de análise restará tecer uma análise formal ao conjunto de artefactos, os quais do ponto de vista desta investigação se manifestam como tipologias fundamentais para o entendimento do calçado: a diversidade de sapatos e botas. Particularizam-se os aspetos mais relevantes:

⁴⁵³ Na verdade, não foi possível caracterizar os ‘borzeguins’ nos quadros anteriores quanto ao género; e a ‘chinela’ figura como calçado feminino na década de 60 sendo que na década de 80 é para ambos os géneros.

⁴⁵⁴ Ver quadro 28, pp. 185-186.

⁴⁵⁵ Trata-se da ‘abarca’, ‘alcorque’, ‘chapim’, ‘escarpim’, ‘mocassim’, ‘sandália’, ‘sapata’, ‘sapatilha’, ‘sapato’, ‘sapato Anabela’, ‘soco’, ‘tamanco’ e ‘ténis’.

⁴⁵⁶ São eles o ‘chispe’, ‘chinelos’ e o ‘tamanco’.

a) as botas

Quanto às 'botas' caracterizados pela cobertura de todas as partes do pé e da perna parcial ou totalmente, para uso quotidiano e de exterior, importará referir a presença de nove tipologias⁴⁵⁷ onde duas se referem a calçado usado no passado. Esses artefactos classificam-se perante a altura do cano existindo 'botas de cano curto'⁴⁵⁸; 'até meio da perna'⁴⁵⁹ e que 'cobrem o joelho'⁴⁶⁰. Evidencia-se uma generalização do vasto conjunto dessa natureza de calçado encontrado no quadro 28⁴⁶¹, apresentado ao momento com termos fundamentados na altura do cano, parecendo que passaram a englobar esse leque de artefactos conhecidos anteriormente. Caracterizam-se ao nível do programa pelo predomínio do cano curto. Não se denotaram as peças constituintes das botas à exceção do cano, como não foram referenciados solados e tacões a seu propósito; em relação aos sistemas de aperto encontraram-se atacadores nos 'borzeguins' e nas 'botinas' e possibilidade de aperto com botões também nas botinas; quanto à função genérica ligada às botas trata-se da proteção do pé e da perna do frio, remetendo para a sua ligação com o inverno. Verificaram-se funções particulares associadas a atividades físicas como montar, praticar ténis e futebol, proteção contra a humidade e correção física do pé.

Igualmente se revelou como a 'fôrma' mais adequada ao calçado ortopédico, o qual valerá uma nota por se tratar de uma tipologia com uma função distinta das conhecidas até ao momento, figurando com a caracterização de calçado especializado, projetado e fabricado com vista a interferir em patologias particulares. Trata-se, de facto, da primeira vez que se mencionam considerações alusivas para uma parte do processo do design por se expressar o projeto e o fabrico, como se verifica uma associação entre calçado e saúde.

Valerá referir o caso da 'galocha', a qual ao momento se apresenta como uma bota, deduzindo-se por isso que poderá ter cano variável. Trata-se de uma chinela que havia dado lugar a uma variante tipológica em forma de sapato justo ao pé passando apenas a ser uma bota que continua a dar resposta à proteção da humidade. Na verdade, a 'galocha' é o único artefacto onde se nota que o seu programa formal assumiu ao longo do tempo três registos formais bem distintos: 'bota', 'chinela' e 'sapato'. Tendo em linha de conta a função inicial de se calçar por cima de outro calçado, evidencia assim tratar-se de calçado largo.

Por fim, no que respeita a tipologias de calçado enquadradas nas 'botas' conclui-se que o século XXI mantém a altura de referência desde o

⁴⁵⁷ São eles os 'borzeguins', 'bota', 'bota de cano curto', 'bota de cano longo', 'bota ortopédica', 'botim', 'botina', 'galocha' e 'soco'.

⁴⁵⁸ O 'borzeguim', 'bota de cano curto', 'bota ortopédica' e a 'botina'.

⁴⁵⁹ O 'botim'.

⁴⁶⁰ A 'bota de cano longo'.

⁴⁶¹ Ver quadro 28, pp. 185-186.

tornozelo até à coxa e de um modo geral as tipologias já conhecidas não sofrem alterações vincadas. Esclarecem-se alguns pontos, como no caso do ‘borzequim’ onde se percebe os atacadores posicionados na parte da frente da ‘bota’, como se expressa feitiços diversos; ou no caso do ‘botim’ onde se caracteriza o cano como sendo ‘maleável’. A ‘botina’, tal como mencionado, assumiu na sua caracterização as descrições das suas variantes anteriores, num retorno ao passado que volta a adotar um posicionamento no calçado feminino e de criança.

b) os sapatos

Quanto aos ‘sapatos’ caracterizados pela cobertura do pé, para uso quotidiano e de exterior, traduzem sete tipologias⁴⁶² referentes a calçado conhecido no século XXI e uma referente a calçado usado no passado – o ‘escarpim’. Dessas tipologias, esse último deixa o peito do pé a descoberto, bem como apenas um artefacto evidencia a presença de elemento decorativo - o ‘sapato-cara-de-gato’. Não se revelam, como mencionado, as peças constituintes desses artefactos como parecem não possuir sistema de aperto. Quanto aos solados, apenas o ‘sapato-cara-de-gato’ e o ‘sapato abotinado’ não são possíveis de caracterizar, sendo que os restantes são dotados de solas finas, sola rasa, dura, maleável e em plataforma. Apenas a ‘chuteira’ através da aplicação das travas nos solados, o ‘sapato Anabela’ pela plataforma e o ‘chispe’ através de salto alto manifestam elevação. Verificou-se a evidência de ‘fôrmas’ justas nos casos da ‘chuteira’, do ‘escarpim’, da ‘sapatilha’ e do ‘sapato’; a presença de ‘fôrma’ larga apenas na ‘sapata’; não se conseguindo caracterizar as restantes tipologias de ‘sapatos’. Dos artefactos introduzidos no século XXI encontrou-se um definido pela altura do corte, dois definidos pelo tipo de sola, um pela construção em tecido de malha e um para uso doméstico. Apesar da informação se manifestar dispersa ao ser analisada isoladamente e ao interpretar-se os dados em conjunto, podem tecer-se considerações sobre programas distintos de ‘sapatos’, os quais, independentemente, da combinação praticada dos seus elementos poderão continuar a tratar-se de sapatos e a fornecer respostas a diversas situações, como uso quotidiano, prática desportiva e elevação de estatura.

Em relação aos artefactos que deixam partes do pé a descoberto atestam-se cinco⁴⁶³ tipologias compostas por solado e tiras. Não demonstram funções ou género, mas distingue-se o sistema de aperto levado a cabo pelas tiras de couro que prendem, igualmente, ao pé os solados de madeira ou cortiça. Como se pode denotar, permanece em relação ao século anterior uma presença reduzida desse tipo de calçado no século em estudo. Particularizando-se os casos da ‘abarca’, ‘alcorque’, ‘alparca’ e ‘sandália’ verificou-se a sua caracterização ao longo dos períodos em análise deixando em aberto as partes do pé que ficam a descoberto, excetuando

⁴⁶² A ‘sapata’, ‘sapatilha’, ‘sapato’, ‘sapato abotinado’, ‘sapato Anabela’, ‘sapato-cara-de-gato’ e ‘servilha’.

⁴⁶³ A ‘abarca’, ‘alcorque’, ‘alparca’, ‘sandália’ e ‘servilha’.

as sandálias analisadas a partir das ilustrações. A sandália deixou cair as associações anteriores relacionadas com a religião, género ou com um determinado período histórico, tratando-se de calçado comum; enquanto que a ‘abarca’ vê esclarecido o seu enquadramento, uma vez que fora definida no passado como ‘calçado’⁴⁶⁴ apesar de evidenciar tratar-se de uma ‘sandália’ perante a análise ao seu programa; o ‘alcorque’ do qual se havia percebido tratar-se de um calçado do passado com sola de cortiça é aqui encarado como uma ‘sandália’ com sola de cortiça; e a ‘alparca’ como referido assimila outras tipologias, como a ‘alpercata’ e ‘alpargata’, assumindo-se como uma ‘sandália’ que pode receber a presença do têxtil, ao mesmo tempo que se dá nota de mais duas denominações possíveis – ‘alpercata’ e ‘alpergate’ os restantes artefactos do conjunto em análise se mantiveram.

Por conseguinte, valerá mencionar a relação do ‘sapato’ com a informação apresentada nos quadros anteriores. Se num primeiro momento a sua função elementar passava apenas por guardar o pé ou cobri-lo, acrescenta-se também que essa cobertura pode ser parcial ou completa, tratando-se de um sapato. Introduziram-se novas variantes de sapatos que evidenciam respostas a necessidades de uso doméstico e no exterior, rasos e com elevação, sem que se antevejam peças, sistemas de aperto ou elementos decorativos.

5.2.2 A FUNÇÃO

À luz da perspetiva anterior e perante a totalidade dos termos encontrados no século XXI encontraram-se catorze artefactos⁴⁶⁵ que revelam informações acerca da função associada. Desse conjunto, apenas um artefacto remete para uso no passado – o ‘chapim’ e, são introduzidas quatro novas tipologias. Tratam-se de registos formais que remetem para botas, sapatos e chinelos.

Ao nível da caracterização geral verificou-se nomenclaturas aplicadas não muito vincadas à função, como aconteceu no passado, destacando-se apenas ‘bota ortopédica’, ‘sapato de quarto’, ‘ténis’ e ‘chuteira’. Manifestam-se como o espelho de funções particulares onde o primeiro serve para corrigir ou minimizar problemas nos pés e tornozelos e o segundo para uso doméstico. Quanto ao ‘ténis’ figura como calçado orientado para prática desportiva da modalidade traduzida na sua nomeação, apesar de existir lugar a um uso corrente da linguagem oral. Parece evidenciar-se que essa passagem se deve ao facto de se tratar da característica de solado leve, maleabilidade e conforto. Restará referir a ‘chuteira’, tratando-se de um artefacto conhecido no século anterior

⁴⁶⁴ Cf. Aulete, 1925, vol. I, p. 6; Bivar, 1948, vol. I, p. 7; Morais Silva, 1961, vol. I, p. 19; Lello, 1988, vol. I, p. 13.

⁴⁶⁵ Trata-se da ‘bota’, ‘bota ortopédica’, ‘chapim’, ‘chinelas’, ‘chinelos’, ‘chuteira’, ‘galocha’, ‘pantufa’, ‘patim’, ‘sapatilha’, ‘sapato Anabela’, ‘sapato-de-quarto’, ‘soco’ e ‘ténis’.

com outra nomenclatura. No entanto, o nome utilizado remete uma das características principais do futebol através do ato de chutar.

Ao nível dos artefactos com resposta a funções genéricas enquanto uma proteção para o pé e para perna, como se verifica nos casos do ‘borzeguim’, no ‘sapato’ e na ‘bota’, mas também a funções mais estreitas, como para o uso doméstico onde figuram o ‘chinelos’, a ‘sapatilha’, o ‘pantufo’ e o ‘sapato de quarto’, manifestando-se de resto, como a funcionalidade que engloba mais variedade de artefactos. Acrescem outras caracterizações onde se encontram artefactos que remetem para a proteção da água e do frio, como a ‘galocha’ ou o ‘pantufo’; com enquadramento em determinado tipo de indumentária, como a ‘chinelos’; para elevar a estatura como o ‘chapim’ e o ‘sapato Anabela’; para representações teatrais, como o caso do ‘soco’; a ‘chuteira’ para jogar futebol o mocassim para oferecer conforto; e o ‘patim’ para patinar. Referem-se os casos da ‘sapatilha’ e do ‘tênis’, tratando-se de calçado que assume a resposta a mais que uma função⁴⁶⁶.

Não se destacaram sistemas de aperto, mas encontraram-se elementos que contribuíam, também, para um entendimento ao nível do registo formal e sua articulação com a questão da função nos casos da ‘sapatilha’, da ‘chuteira’ e do ‘tênis’. A ‘sapatilha’ manifesta-se como um sapato flexível e macio próprio para *ballet*, a ‘chuteira’ possui travas de materiais variados adequados à prática do futebol e, o ‘tênis’ possui sola flexível e corte em lona, tornando-os assim moldáveis ao pé. Por outro lado, mantêm-se ainda evidências como a rusticidade, o conforto, maleabilidade ou dureza e, proteção que revelam aspetos pertinente nas questões sobre as funções que ao calçado têm vindo a ser atribuídas.

Quanto ao tipo de uso manifestam-se tipologias que continuam a mostrar um uso quotidiano, mas sem elevada evidência da alusão a momentos distintos, como sucedeu no século XX. Os sapatos são apresentados num sentido onde os seus elementos já não se destacam por particularizar situações específicas, apesar de na prática evidenciarem manter possibilidades anteriores. Apenas se apresentam genericamente informações termo a termo, mas que analisadas em conjunto se consegue perceber essas hipóteses.

5.2.3 O GÉNERO

Quanto ao género verificou-se nos termos do quadro 28⁴⁶⁷ que são cinco aqueles que possuem referência expressa: ‘chispe’, ‘botina’, ‘chapim’, ‘escarpim’ e ‘sapato Anabela’. Enquadram-se em registos formais de ‘botas’ e ‘sapatos’, sendo que dois referem calçado do passado onde o ‘chapim’ permanece como feminino e ao escarpim acresce o esclarecimento de passar a ser

⁴⁶⁶ O caso do ‘tênis’ serve para praticar essa atividade ou para uso quotidiano e a ‘sapatilha’ além do uso doméstico responde ao ballet.

⁴⁶⁷ Ver pp. 185-186.

calçado usado por ambos os géneros. O ‘chispe’ recupera a atribuição de calçado feminino e de criança; por fim, o ‘sapato Anabela’ manifesta-se como sendo o único artefacto introduzido pela primeira vez⁴⁶⁸ revelador do género a que corresponde. As menções tecidas são ao calçado feminino e de criança. Note-se que o elemento predominante é a elevação desses artefactos, o qual permitiu concluir que o calçado feminino continua a ser caracterizado pelo emprego de elevação como elemento principal de distinção quando comparado com o calçado de homem.

Por outro lado, encontraram-se tipologias que evidenciaram corresponder a calçado de registo formal de ‘botas’ e ‘sapatos’ existentes para ambos os géneros⁴⁶⁹, bem como outras que não fornecem essa evidência⁴⁷⁰ tratando-se, essencialmente, de tipologias que deixam partes do pé descobertas. Particularizam-se como artefactos para ambos os géneros onde o conjunto de botas introduzidas no século XXI pelas funções de correção de patologias, proteção do clima, montar ou jogar futebol, mas também em tipologias conhecidas anteriormente como os casos do ‘chineló’, do ‘pantufo’ e da ‘sapatilha’ - por se tratarem de calçado de uso doméstico e por fim o ‘patim’ pela sua finalidade.

Dos artefactos não classificados ao nível do género percebeu-se que serão os mesmos que têm vindo a ser mencionados nos séculos passados sem essa referência⁴⁷¹.

O calçado para criança continua associado às ‘botinas’, no entanto, poderá deduzir-se artefactos que evidenciam tratar-se de calçado para ambos os géneros, uma vez que as funções parecem remeter-se também a atividades de crianças.

5.2.4 O MATERIAL

Quanto aos materiais correspondentes constata-se a presença desses em dezassete artefactos⁴⁷² – ‘alumínio’, ‘borracha’, ‘cortiça’, ‘couro’, ‘madeira’, ‘plástico’ ou ‘têxteis’, referentes a calçado do passado e atual, tendo-se constatado que o calçado designado por ‘grossoiro’ utiliza sempre a madeira. Correspondem a tipologias abrangentes a ‘botas’, ‘sapatos’, ‘chinelas’ e ‘sandálias’.

Verificou-se que o couro perdeu o estatuto de matéria prima em destaque mantendo-se, contudo, a sua aplicação nos casos da ‘alparca’, ‘abarca’, ‘borzeguim’ e ‘servilha’. No caso da ‘chuteira’ a possibilidade do emprego

⁴⁶⁸ Ver quadro 15, p. 96.

⁴⁶⁹ Trata-se da ‘bota’, ‘bota de cano curto’, ‘bota de cano largo’, ‘bota ortopédica’, ‘botim’, ‘chineló’, ‘chuteira’, ‘galocha’, ‘mocassim’, ‘pantufo’, ‘patim’, ‘sapatilha’, ‘sapato’, ‘sapato abotinado’, ‘sapato-cara-de-gato’, ‘sapato de quarto’, ‘sapato raso’ e o ‘ténis’.

⁴⁷⁰ São eles a ‘abarca’, ‘alcorque’, ‘borzeguim’, ‘botim’, ‘sandália’, ‘sapata’, ‘servilha’, ‘soco’ e ‘tamanco’.

⁴⁷¹ Como se pode verificar nos casos da ‘abarca’, o ‘alcorque’, o ‘borzeguim’, a ‘servilha’ e o ‘tamanco’.

⁴⁷² Dos trinta e quatro artefactos, dezassete foram referenciados com o material, impossibilitando a compreensão completa usada nas restantes tipologias.

do couro nas 'travas', mas em alternância com borracha, alumínio ou plástico deixando-se perceber novas alternativas a esse material. De facto, se estabelecer uma comparação entre cronologias analisadas a menção ao couro tem uma presença muito tímida, eventualmente, pelo leque de possibilidades ao dispor no presente.

Quanto à cortiça encontrou-se a sua menção no 'alcorque', no 'chapim', no 'sapato Anabela' e no 'tamanco'. Figura no calçado feminino antigo e atual com vista à elevação da estatura, correspondendo aos solados desse conjunto de artefactos.

A madeira continuou a figurar no calçado para elevar a estatura feminina, mas apenas no passado, como no 'chapim'; em calçado 'grosseiro' como no 'soco' no 'tamanco'; e esclarece-se a sua presença na 'abarca' caracterizada como 'rústica' apesar de não ter referência ao material.

Os têxteis permanecem ligados à 'alparca', mas são também introduzidos em novas tipologias - o 'sapato-cara-de-gato' e o 'ténis'. Também, são mencionados pela primeira vez no 'borzeguim' e na 'servilha' caracterizados por cobrirem até uma parte da perna ou parcialmente o pé.

Quanto a materiais de presença mais tímida verificam-se o metal que continua a figurar no patim e se inclui também na 'chuteira'; a borracha mantém a sua aplicação na 'galocha' apesar de a forma se ter alterado e se introduz no 'ténis'; e os tecidos preciosos, bordados e predarias que pela primeira vez são caracterizados no 'borzeguim'.

Verificou-se ainda a possibilidade de certos artefactos coexistirem com outros similares, mas com a particularidade de alteração do material. Esses casos encontram-se no 'chapim' e no 'tamanco' os quais poderiam ter solados de madeira ou cortiça, na 'alparca' que poderia possuir no corte tiras de pano ou de couro, na 'servilha' que poderia ser de couro ou de 'ourela' e na 'chuteira' que poderia possuir tiras ou cordões e travas de couro, borracha, alumínio ou material similar.

Quanto aos materiais presentes nos solados verifica-se que prevalece a madeira, a cortiça e o couro. As constituídas de madeira aplicam-se a calçado que aparenta uma construção simples, como a abarca, o soco e o tamanco evidenciando calçado que não cobre o pé na sua totalidade e ligado a calçado "grosseiro". Já a cortiça apesar de figurar também no 'alcorque' associa-se a calçado feminino com vista a elevar a estatura, como no chapim ou no 'sapato Anabela'. Quanto ao couro apenas se menciona no caso do 'borzeguim' enquanto calçado mouro. Esse aspeto manifesta que o couro perdera o papel dominante secular nessa matéria. No entanto, com base na análise do quadro 28, a caracterização do 'sapato' com sola dura e da 'sapata' com a sola rasa poderá deixar subentender esse material⁴⁷³. A borracha sendo presente na 'chuteira', na 'galocha' e no 'ténis', onde esses refletem calçado próprio para situações particulares, continua ligada à proteção da humidade e acresce a maleabilidade dos solados. A madeira

⁴⁷³ O 'escarpim', sendo encarado no período em análise como calçado do passado e a 'sapatilha' como uma tipologia distinta daquela que fora a sua abordagem no século anterior não permitem uma conclusão a esse nível (ver pp. 185-186).

e a cortiça para elevação, ou no caso ainda da madeira em calçado rústico e, os têxteis a calçado de construção simples, excetuando o caso do ténis por se tratar de uma construção distinta onde a sola é injetada no corte, necessitando-se por isso de outros recursos.

O couro, a borracha, a cortiça e o têxtil poderão estar presentes no corte e ou nos solados. No que respeita à sua caracterização verificam-se termos como acolchoado, dura, flexível, leve, macio, mole e lâmina que ajudam a remeter para o tipo de material, mas também, para a representação formal dos artefactos ligando-se às suas funções elementares.

Encontrou-se também a presença de outros materiais que fazem parte de aplicações e elementos integrantes dos artefactos como o caso de pedrarias, ou sistemas de aperto como tiras, atacadores, cordéis e botões.

Na análise ao material não se revelou possível um entendimento acerca da combinação dos mesmos. Fica em aberto possibilidades distintas, contudo, obrigatoriamente, os artefactos que nos solados incluem borracha, plástico, madeira e cortiça são construídos com mais que um material. Apenas quando se trata de couro se torna possível construir calçado com esse material de modo a não interferir na saúde do pé.

5.2.5 A AUTORIA

Principia-se esta análise com a referência à agregação da autoria do século XX encontrado no ‘alparcateiro’. Tal como se verificou na junção do conjunto de artefactos agora correspondentes ‘alparca’, também o ‘alpercateiro’, ‘alparcateiro’, ‘alpargateiro’ e ‘alparqueiro’ são uma e a mesma coisa e fabricam e vendem ‘alpercatas’. Parece assim ficar de fora as ‘alpergatas’, deduzindo-se, no entanto, que se associem também ao ‘alparcateiro’.

Permanecem menções alusivas indústria no âmbito do fabrico de calçado onde na maioria dos casos acresce a venda. Assim, o termo ‘faz’ nesse contexto é substituído por ‘fabrica’.

Encontraram-se alterações ao nível do ‘chapineiro’ e no ‘chineleiro’. O ‘chapineiro’ passa daquele que ‘faz’ e vende para aquele que fabrica, mas não vende (Houaiss, 2003, Tomo V, p. 1983); o ‘chineleiro’ passa daquele que faz também para aquele que ‘fabrica’ (2003, p. 2012).

O caso do sapateiro requer uma maior atenção perdendo a caracterização de funções mais detalhadas, passando assim a manifestar-se como aquele que fabrica, vende ou conserta calçados (Houaiss, 2003, Tomo XVI, p. 7194). Consequentemente, deixa de ser aquele que faz, quer o lojista que tem uma sapataria, quer o vendedor⁴⁷⁴. Se por um lado parece tratar-se de um perfil de um profissional da indústria do calçado na sua caracterização genérica daquele que fabrica e vende o seu produto, por outro também há lugar para aqueles que ainda mantêm um espaço onde apenas consertam o calçado. O caso da ‘sapateira’ traz consigo, igualmente, uma

⁴⁷⁴ Cf. Aulete, 1925, vol. II, p. 834; Bivar, 1948, vol. II, p. 1016; Morais Silva, 1961, vol. V, p. 92; Lello, 1988, vol. II, p. 845.

particularidade pois perde a caracterização daquela que faz calçado para assumir apenas o lugar da ‘mulher do sapateiro’. O ‘sapateiro’ ou aquele que está na génese das demais autorias, distingue-se aqui por se remeter para um sistema ligado à industrialização. Parece, de facto, tratar-se do fim de um ofício secular.

5.2.6 OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Importa destacar um artefacto que mantém a conotação de sentido figurado – a ‘abarca’. Dos adjetivos mencionados para a caracterização do calçado mantém o uso da expressão ‘grosseiro’ que passa a caracterizar além da ‘sapata’, a ‘abarca’, o ‘soco’ e o ‘tamanco’. O denominador comum de ambos permanece na presença da madeira e da simplicidade construtiva.

São associados os termos ‘bota’, ‘calçado’, ‘chinelo’, ‘sandália’, ‘sapato’ e ‘tamanco’ para a caracterização dos artefactos: as tipologias nomeadas como ‘botas’, à exceção da própria ‘bota’, são todos os artefactos que integram o conjunto de calçado de cobertura do pé e a perna, a partir do tornozelo. O mesmo ocorre no caso da ‘sandália’; o ‘chinelo’ caracteriza o ‘sapato de quarto’; e os ‘sapatos’ não nomeiam todos os artefactos que possuem o seu registo formal, como se verifica com o ‘mocassim’ e com o ‘sapato raso’. Cabe ao termo ‘calçado’ abranger o maior grupo de artefactos, ou seja, os principais tipos formais.

Séc.	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que faz)	Outras Observações
XXI	Abarca ⁴⁷⁵	"Sandália rústica cuja sola é atada ao peito do pé por cordéis ou correias"; "Calçado grosseiro de sola de madeira".	—	—	Cordéis; Correias de couro; Madeira.	—	Sentido figurado: qualquer calçado largo e mal feito.
XXI	Alcorque ⁴⁷⁶	"Espécie de sandália com sola de cortiça".	—	—	Cortiça.	—	—
XXI	Alparca, alparcata, alpercata, alpargata, alpargate ⁴⁷⁷	"Sandália que se prende ao pé por tiras de couro ou pano".	—	—	Tiras de couro; Tiras de pano.	Alpercateiro (fabrica ou vende alpercatas) ou alpercateiro, alpargateiro e alparqueiro.	—
XXI	Borzeguim ⁴⁷⁸	"Tipo de calçado de feitiços diversos que cobria o pé e parte da perna"; Calçado do tipo da bota ou botim; Bota ou botim fechado à frente por atacadores.	Cobrir o pé e parte da perna.	—	Couro macio ou tecido; Atacadores; Tecidos preciosos e bordados; Pedrarias.	—	Desde o tempo dos assírios que procedem as botas e afins; Usado desde a Antiguidade até à Idade Média; Antigo calçado mouro que consistia numa espécie de meia grossa, com sola de couro fino ou pele curtida; De acordo com as classes sociais poderia ser feito com materiais ricos.
XXI	Bota ⁴⁷⁹	"Calçado que cobre o pé e parte da perna, chegando por vezes à coxa".	Cobrir o pé e a perna; Para proteger do frio; Para montar a cavalo, etc.	Homem; Mulher.	—	—	Bute; Botim; Botinas.
XXI	Bota de cano curto ⁴⁸⁰	Bota em que o cano se situa até ao tornozelo.	—	—	—	—	—
XXI	Bota de cano longo ⁴⁸¹	Bota em que o cano se situa no joelho ou acima dele.	—	—	—	—	—
XXI	Bota ortopédica ⁴⁸²	Bota de cano curto, até aos tornozelos.	Corrigir e atenuar defeitos nos pés ou pernas.	Evidencia homem, mulher e criança.	—	—	Especializada; Projetada e fabricada para corrigir e atenuar defeitos nos pés ou pernas.
XXI	Botim ⁴⁸³	"Bota de cano mole que chega até meio da perna"; Botina.	—	—	—	—	—
XXI	Botina ⁴⁸⁴	Bota de cano baixo; Fechada por botões, atacadores, etc.	—	Mulher; Criança.	Couro fino; Botões; Atacadores.	—	"No século XVI eram botas de cano baixo, geralmente de couro, fechadas por atacadores ou elásticos, usadas mais por homens".
XXI	Chaloca ⁴⁸⁵	Tamanco fechado de pano.	—	—	Pano; Madeira; Cortiça.	—	—
XXI	Chapim ⁴⁸⁶	"Antigo calçado feminino de sola grossa, de madeira, cortiça, etc."	Para realçar a estatura das mulheres.	Mulher.	Madeira; Cortiça.	Chapineiro (fabrica ou vende)	"Coturno usado nas tragédias gregas". "Patim de gelo".
XXI	Chinela ⁴⁸⁷	Chinelo. "Pequeno calçado típico de certos trajes regionais". Não cobre o calcanhar.	—	Homem; Mulher.	—	Chineleiro (fabrica chinelas ou chinelos).	—
XXI	Chinelo ⁴⁸⁸	"Calçado macio e confortável, com ou sem salto".	Uso doméstico.	—	—	Chineleiro (fabrica chinelas ou chinelos).	Sapato velho usado como chinelo.

Quadro 28 Tipologias de calçado dos séculos XXI e sua caracterização sob o ponto de vista do programa e da autoria. O quadro 28 continua na página seguinte. É estruturado na vertical pela ordem alfabética das tipologias e tem leitura horizontal. Fonte: Aurora Brochado.

Séc.	Tipologia	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria (aquele que faz)	Outras Observações
XXI	Chispe ⁴⁸⁹	Sapato lustroso de mulher; Bico fino e salto alto.	—	Mulher.	—	—	—
XXI	Chuteira ⁴⁹⁰	Sapato fechado por tiras ou cadarços e dotado de travas de couro, borracha, alumínio, plástico ou material similar; Bota.	Usado para jogar futebol.	—	Couro; Borracha; Alumínio; Plástico.	Substitui as antigas botinas.	—
XXI	Escarpim ⁴⁹¹	Sapato de entrada baixa, e solado fino; "Sapato descoberto e decotado usado mais por mulheres".	—	Homem; Mulher.	—	—	Usado no século XVIII; "Durante um certo tempo acompanhava o traje de baile masculino".
XXI	Galocha ⁴⁹²	"Bota de borracha que se calça por cima de outro calçado para protegê-lo do contacto com a água".	Proteger o calçado da água.	—	Borracha.	—	—
XXI	Mocassim ⁴⁹³	"Típico calçado dos indígenas norte americanos feito de couro cru que envolvia o pé sem sola dura e sem salto". Sapato baixo confortável que se assemelha na forma ao mocassim indígena.	Conforto.	—	Couro cru.	—	—
XXI	Pantufa ou pantufo ⁴⁹⁴	Chinelo acolchoado.	Para agasalhar os pés; Uso doméstico.	Homem; Mulher.	—	—	—
XXI	Patim ⁴⁹⁵	Calçado provido de uma ou mais lâminas metálicas fixadas na sola; "No lugar de lâminas são colocadas rodinhas para patinar no cimento, madeira, etc."	Próprio para patinar no gelo ou superfícies lisas.	Homem; Mulher.	Lâminas metálicas; Rodas.	—	—
XXI	Sandália ⁴⁹⁶	Calçado feito de uma sola com tiras que a prendem ao pé	—	—	—	—	—
XXI	Sapata ⁴⁹⁷	Sapato largo, raso e grosseiro; Chinelo de couro.	—	—	Couro.	—	—
XXI	Sapatilha ⁴⁹⁸	Sapato flexível e macio, de sola fina.	Próprio para bailarinos; Uso doméstico.	Homem; Mulher.	—	—	—
XXI	Sapato ⁴⁹⁹	"Calçado, geralmente de sola dura, que cobre o pé, parcialmente ou completamente."	Cobrir o pé, parcialmente ou completamente.	—	—	Sapateira (mulher de sapateiro); Sapateiro (fabrica, vende ou conserta).	—
XXI	Sapato abotinado ⁵⁰⁰	Sapato em que o corte possui a altura pele tornozelo.	—	—	—	—	—
XXI	Sapato Anabela ⁵⁰¹	"Sapato feminino de plataforma alta, geralmente revestida de cortiça".	—	Mulher.	Cortiça.	—	—
XXI	Sapato cara-de-gato ⁵⁰²	"Sapato de trança, feito em tecido de malha e geralmente com uma cara de gato desenhada a cores".	—	—	Tecido de malha.	—	—
XXI	Sapato de quarto ⁵⁰³	Chinelo.	Uso doméstico.	—	—	—	—
XXI	Sapato raso ⁵⁰⁴	Calçado que não cobre o peito do pé e que não tem tacão ou salto.	—	—	—	—	—
XXI	Servilha ⁵⁰⁵	"Calçado de couro"; "Calçado de orelho".	—	—	Couro; Ourelo ⁵⁰⁶ .	—	Etimologicamente tem origem no termo <i>servilia</i> que corresponde a sapatos de escravos ou sandália de escravos.
XXI	Soco ⁵⁰⁷	"Calçado grosseiro do tipo do borzeuim"; Calçado grosseiro com sola de madeira.	Usado pelos atores cómicos gregos nas suas representações teatrais.	—	Madeira.	—	—
XXI	Tamanco ⁵⁰⁸	"Calçado grosseiro desprovido de tacão, ou com tacão baixo, e cuja base é de madeira ou cortiça"; Soco, tamanca, taroca.	—	—	Madeira; Cortiça.	Tamanqueiro (fabrica ou vende).	Característico dos camponeses da Holanda.
XXI	Ténis ⁵⁰⁹	"Sapato de lona com sola flexível de borracha próprio para jogar ténis". "Sapato de material leve com lona e sola de borracha ou too em plástico para uso desportivo e geral".	Uso desportivo; Uso geral.	—	Lona; Borracha; Plástico.	—	—

- 475 (Houaiss., 2003, Tomo I, p. 22).
- 476 (Houaiss., 2003, Tomo II, p. 415).
- 477 (Houaiss., 2003, Tomo II, p. 477-478).
- 478 (Houaiss., 2003, Tomo IV, p. 1414).
- 479 (Houaiss., 2003, Tomo IV, p. 1417).
- 480 Idem.
- 481 Idem.
- 482 Idem.
- 483 (Houaiss., 2003, Tomo IV, p. 1423).
- 484 (Houaiss., 2003, Tomo IV, p. 1417).
- 485 (Houaiss., 2003, Tomo V, p. 1967).
- 486 (Houaiss., 2003, Tomo V, p. 1983).
- 487 (Houaiss., 2003, Tomo V, p. 2012).
- 488 Idem.
- 489 (Houaiss., 2003, Tomo V, p. 2015).
- 490 (Houaiss., 2003, Tomo V, p. 2035).
- 491 (Houaiss., 2003, Tomo VIII, p. 3456).
- 492 (Houaiss., 2003, Tomo IX, p. 4081).
- 493 (Houaiss., 2003, Tomo XIII, p. 5554).
- 494 (Houaiss., 2003, Tomo XIV, p. 6062).
- 495 (Houaiss., 2003, Tomo XIV, p. 6149).
- 496 (Houaiss., 2003, Tomo XVI, p. 7171).
- 497 (Houaiss., 2003, Tomo XVI, p. 7193).
- 498 (Houaiss., 2003, Tomo XVI, p. 7194).
- 499 Idem.
- 500 Idem.
- 501 Idem.
- 502 (Houaiss., 2003, Tomo XVI, p. 7193).
- 503 Idem.
- 504 Idem.
- 505 (Houaiss., 2003, Tomo XVI, p. 7319).
- 506 O 'ourello' é um pano grosso do qual se faz calçado para inverno (Houaiss, Tomo XIII, p. 5987)
- 507 (Houaiss., 2003, Tomo XVI, p. 7423).
- 508 (Houaiss., 2003, Tomo XVI, p. 7615).
- 509 (Houaiss., 2003, Tomo XVII, p. 7703).

6. SÉCULO XXI — PARTE II

Pretendendo-se no presente capítulo associar uma outra narrativa à história do design de calçado em Portugal, o estudo tecido aos termos e às suas significações ao longo do tempo manifestou-se incompleto se fundamentado apenas nas fontes impressas para a análise das tipologias de calçado na atualidade. Essa constatação deve-se ao facto de o conjunto total de artefactos até agora estudados não traduzir a totalidade das tipologias de calçado entendidas na atualidade da investigação e naquela que é a realidade da indústria do calçado portuguesa.

Tendo sido selecionado o cenário de Felgueiras, as metodologias de história oral foram um contributo para a compreensão do presente e forneceram o contacto com fontes primárias para a compreensão das significações atuais do calçado. Objetivou-se junto dos entrevistados um esclarecimento das tipologias que ao momento fazem parte do discurso do calçado, presentes em processo de industrialização e perceber as tecnologias implicadas nos processos construtivos. Compreender a indústria e o design de calçado perante as tipologias que lhe conferem identidade, poderá passar pela uniformização de um determinado artefacto ao nível do programa, mas também na multiplicação de variações com especificidades ao nível da tecnologia, onde com base nesses pressupostos também se multiplicam inúmeras variações no programa, pois a própria tecnologia origina um programa. Procurou-se conhecer as 'tipologias 'clássicas' de calçado representativas das demais tipologias conhecidas ao momento, dotadas de programas estruturais bem definidos, bem como a autoria e o seu papel perante os programas já pré-definidos.

A partir das entrevistas e do conhecimento dessa matéria por parte da investigadora foi possível organizar a informação recolhida através da construção de quadros de modo a ajustar a metodologia aplicada anteriormente. A informação é apresentada seguindo os mesmos modelos de análise tecidos para o estudo das cronologias anteriores.

Para consolidar de forma ainda mais sustentada esta investigação a investigadora frequentou um curso de formação profissional de *Modelação de Calçado – homem e senhora*, um curso de *Costura* e um curso de *Montagem*, na Academia de Design de Calçado, em Felgueiras, onde leciona desde 2005. O conhecimento e competências adquiridas com a formação serviram, igualmente, para o desenho desta narrativa. Juntamente com os especialistas do calçado entrevistados tentou perceber-se que artefactos são considerados enquanto a base geradora para todo um leque de possibilidades, partindo-se do entendimento que no caso da indústria do calçado o programa se subordina à tecnologia, na medida que o tipo de montagem escolhida influenciará sempre o programa, o qual pode, contudo, variar quanto à 'fôrma', à função, materiais e género. Nesse sentido, ao refletir o 'calçado' junto dos entrevistados revelou-se interessante perceber a relação entre os seus programas estruturais, a qual de resto se tem manifestado como o conceito que melhor traduz a sua definição, com considerações a propósito da tecnologia.

Tendo em consideração a abrangência da informação recolhida, por uma questão de apresentação, tratamento e interpretação dos dados desenharam-se sete quadros onde se revelam as tipologias de calçado que fazem parte léxico atual e os aspetos particulares articuladores de elementos do programa com tecnologias onde se pulverizam os processos de fabrico. Como mencionado, seguiram-se os princípios estruturais anteriores, mas havendo lugar a uma adequação aos conteúdos.

O quadro 29⁵¹⁰ referente ao programa, autoria e à tecnologia das tipologias de calçado designadas como ‘modelos clássicos’ na contemporaneidade, apresenta os artefactos por ordem alfabética e possui as seguintes especificidades e estrutura:

— designa-se a expressão ‘clássico’ e não o termo ‘tipologia’ utilizado em quadros anteriores para a referência aos artefactos uma vez que nos discursos atuais a expressão ‘clássico’ designa a base ou o ponto de partida para o desenho ou construção de qualquer calçado. Essa denominação traz consigo uma significação conotada⁵¹¹ ao ‘padrão’ ou ao ‘modelo’. Aos ‘clássicos’ estabelece-se também uma ligação aos ‘uniformes’ portugueses de corporações e instituições do Estado, ou ainda, como reiterou Lemos “a tradução de artefactos que estão e estarão sempre na moda” (Brochado, 2016a).

— quanto à estrutura do quadro definiram-se os campos – programa, autoria e tecnologia:

a) sendo que ao nível do programa se analisou a ‘fôrma’, considerada como elemento essencial no estudo de qualquer tipologia de calçado, a função, o género e também os materiais. Importa referir que as tipologias ‘clássicas’ se manifestam originalmente atribuídas a cada um dos géneros, podendo, no entanto, ser adaptadas a um e a outro⁵¹² e perdendo com isso a designação de ‘clássicas’. No quadro, respeitou-se a caracterização ‘clássica’ correspondente e, por esse fator, essa é mencionada primeiramente, podendo ser apresentada depois outras possibilidades. Verifica-se uma situação similar com o caso dos materiais, uma vez que a construção de qualquer calçado pode ser elaborada com qualquer material sem comprometer a sua natureza de ‘clássico’ (Brochado, 2016b,c). Sendo, no entanto, o couro o material de excelência caracterizador de qualquer ‘clássico’⁵¹³ (Brochado, 2016a,b) apresenta-se na especificação desse campo, primeiramente, essa menção ao couro, seguindo-se outras possibilidades comuns de aplicação, mas que não traduzem implicações na designação das tipologias;

⁵¹⁰ Ver quadro 29, pp. 200-203 e quadro 30, pp. 204-205.

⁵¹¹ A expressão ‘clássico’ é definida pela “originalidade, pureza da linguagem e forma irrepreensível, constitui modelo digno de imitação” (Machado, 1981, vol. III, p. 239).

⁵¹² Fernanda Martins esclareceu que “poderá excetuar-se neste caso o decotado”, como se poderá entender mais adiante, “dado o seu registo formal ser sobretudo associado ao género feminino” (Brochado, 2016b).

⁵¹³ O couro não é exclusivo para definir o clássico, no entanto, esse material continua a ser uma característica predominante para definir o conceito a partir da manutenção de aspetos alusivos à sua génese.

- b) ao nível da autoria contemplaram-se as duas atividades profissionais que estão na génese da realização do calçado – designer de calçado e modelador de calçado;
- c) no estudo da tecnologia, tendo em conta as ligações existentes com o programa, nomeadamente entre as costuras e as ‘fôrmas’, portadoras de especificidades que tanto podem ser analisadas do ponto de vista do programa como da tecnologia, revelou-se pertinente introduzir um tópico designado por ‘programa-tecnologia’ para cada uma dessas particularidades. A tecnologia entendida, isoladamente, compreendeu ainda dois tópicos - o processo de fabrico, correspondente às fases da construção do calçado na indústria e às montagens que os ‘clássicos’ podem receber. A caracterização do programa apresenta, primeiramente, a montagem, originalmente, associada a cada tipologia e abrindo possibilidades a outros desenhos. Deve ter-se em conta que perante os tipos de montagens os artefactos podem ser traduzidos em ‘variantes’ perdendo assim a designação ‘clássico’. Esse aspeto não se manifestou como um problema, tendo-se considerado pertinente perceber quais as possibilidades de montagem existentes perante a natureza do corte e dos solados do calçado, uma vez que se revela de partida qual a montagem original de cada ‘clássico’. De igual modo, a natureza da ‘fôrma’ poderá ser alterada perante o tipo montagem seguida, no entanto, optou-se por utilizar a ilustração da ‘fôrma’ adequada ao processo de montagem original de cada tipologia ‘clássica’.

O quadro 30⁵¹⁴ particulariza possibilidades de articulação entre o programa (‘fôrma’, género e materiais) e a tecnologia das tipologias ‘clássicas’ de calçado, as quais estão na génese de variantes. Uma vez que as combinações são infundáveis, não se pretendeu apresentar essas caracterizações formais em particular tradutoras de cada ‘variante’, mas antes mostrar essa amplitude de possibilidades de articulação entre as formas, géneros, materiais e tecnologias.

O quadro 31⁵¹⁵ traduz os processos de fabrico do calçado dotados de aspetos particulares, os quais tanto podem ser analisadas sob um ponto de vista que os posiciona no âmbito da tecnologia, uma vez que se tratam de elementos próprios dos processos de fabrico e implicam nos procedimentos, mas também nos programas, por se relacionarem com características formais e linguagem visual. Tratam-se dos tipos de ‘fôrmas’, tipos de costura, solados e tipos de montagem. Tendo em conta a amplitude da informação, apresenta-se uma distribuição dos conteúdos onde o ‘processo’ pretende traduzir a articulação do momento do fabrico do calçado com o programa.

Esses aspetos estão na génese de um vasto conjunto de opções tipológicas – as ‘variantes’: as quais como Martins explicou são baseadas na

⁵¹⁴ Ver pp. 204-205.

⁵¹⁵ Ver p. 206.

possibilidade de combinação e articulação desses elementos (Brochado, 2016b). O quadro 32⁵¹⁶ apresenta as ‘fôrmas’ ao nível do entendimento do seu programa- forma e função e da tecnologia- montagem.

O quadro 33⁵¹⁷ representa visualmente os tipos de costura praticados no calçado; o quadro 34⁵¹⁸ reflete os materiais aplicados nos três conjuntos de tipos de solas existentes, pré-fabricadas, ecológicas e termoplásticas; e por fim o quadro 35⁵¹⁹ caracteriza os tipos de montagens utilizados e suas principais características.

Foi possível caracterizar todos os campos de análise, sendo o quadro 29⁵²⁰ aquele que se manifestou com mais particularidades e detalhes, comparativamente, a quadros anteriores com estrutura similar⁵²¹. Com efeito, sob uma perspetiva que classifica os artefactos pelas referências ao seu programa nos aspetos caracterizadores das tipologias ‘clássicas’ encontraram-se esclarecimentos em todos os parâmetros até agora seguidos: ao nível da forma foi possível perceber o tipo de biqueiras, ‘fôrmas’, elementos do corte, sistemas de aperto, elementos decorativos e solados; ao nível da função, qual a sua natureza; função; a atribuição de tipologias de calçado ao género e suas relações; as possibilidades dos materiais, quer ao nível do corte, quer ao nível de solados; e o autor desses artefactos.

6.1 A COMPREENSÃO DO CALÇADO NA ATUALIDADE

6.1.1 A FORMA, FUNÇÃO, GÉNERO, MATERIAL

A construção do quadro 29⁵²² permitiu agrupar e categorizar a informação de oito tipologias ‘clássicas’, a saber, ‘bota alta’, ‘Carlos IX’, ‘decotado’, ‘derby’, ‘derby com biqueira’, ‘mocassim’ e ‘Richelieu ou Oxford’ e ‘Richelieu ou Oxford com biqueira’, as quais com exceção do ‘mocassim’, são mencionadas pela primeira vez na presente investigação. As tipologias estudadas correspondem essencialmente, a registos formais de ‘sapatos’ e a uma ‘bota’ e traduzem o conjunto de artefactos representativos de um universo maior de ‘variantes’ de calçado. Da sua análise verificou-se que o ‘derby’ se manifesta com um registo formal similar ao ‘sapato’, ‘sapato baixo’ e ‘sapato de passeio’ da III República e o ‘mocassim’ se liga

⁵¹⁶ Ver p. 213.

⁵¹⁷ Ver p. 215.

⁵¹⁸ Ver p. 217.

⁵¹⁹ Ver pp. 225-226.

⁵²⁰ Ver pp. 200-203.

⁵²¹ Decorrente desse aspeto surgiria a necessidade de elaborar o desenho de um novo quadro apresentado neste tópico e perante o qual foi possível apresentar uma ampliação dos conteúdos provenientes do quadro 29.

⁵²² Ver pp. 200-203.

à tipologia com a mesma designação, mencionada pela primeira vez no estudo da I parte do século XXI⁵²³.

Os ‘clássicos’ correspondem aos discursos da contemporaneidade e manifestam na sua essência elementos que evidenciam complexidade, detalhe, elaboração e princípios bem definidos e estruturais, justificando e permitindo a compreensão da democratização desses artefactos enquanto base tipológica na génese das demais tipologias de calçado conhecidas ao momento, ao nível da perspectiva de qualquer utilizador.

Do conjunto total de artefactos analisados com a análise ao programa, sob o ponto de vista da ‘fôrma’, que poderiam categorizar-se, primeiramente, na sua relação com os sistemas de aperto, mais propriamente, com os elementos que o recebem, com o tipo de aperto em si, ou então, com a ausência de qualquer meio para esse fim. Encontrou-se uma relação entre o corte e as partes que cobrem o pé, verificando-se cinco situações distintas: o pé coberto em toda a sua extensão abaixo do tornozelo⁵²⁴; o peito do pé coberto e as laterais mais baixas⁵²⁵; o peito do pé descoberto⁵²⁶; o peito do pé coberto parcialmente⁵²⁷; e o pé e a perna cobertos⁵²⁸.

Da análise às ‘fôrmas’ como as mais comuns nos ‘clássicos’, notaram-se dois aspetos essenciais: conforme explicou Martins são “justas ao pé e à perna e mais alongadas que redondas na biqueira, de *cambré* elevado para o género feminino ou raso para o masculino” (2016b). Será com essa caracterização que as tipologias ‘clássicas’ são consideradas originalmente, como referiu Encarnação, no entanto, a especialista explicou também que esses “aspetos de base podem sofrer alterações, incluindo ao nível da altura— o designado *cambré*”, a saber, a altura entre o calcanhar e o chão (Brochado, 2016c). Desse modo, pode constatar-se que qualquer artefacto, dos presentes no quadro 29⁵²⁹, não deixa de continuar a ser denominado como ‘clássico’ nem assume a designação – ‘variante de’ motivada pela alteração da ‘fôrma’. E nessa perspectiva como poderá verificar-se mais adiante, os elementos decorativos e os materiais são os restantes fatores que igualmente não trazem implicações para se cumprir uma qualquer das tipologias designadas na sua essência enquanto ‘clássicas’. De facto, sob o ponto de vista da ‘fôrma’, o que confere essa designação aos artefactos são aspetos relacionados com sistemas de aperto, com o decote do sapato

⁵²³ A propósito das designações de cada ‘clássico’ valerá mencionar que no sentido de aceção das expressões se verificou entre elas ligações com aspetos relativos à linguagem que caracteriza o calçado, como os casos da do ‘decotado’ e com a ‘bota alta’ por remeterem para a altura do corte (onde que a primeira induz para o peito do pé descoberto e a segunda para uma cobertura de perna de tamanho indefinido); ligações com a natureza da montagem, como com o caso do ‘mocassim’; ou ligações com figuras públicas ou locais geográficos, como os casos do Carlos IX ou Richelieu/Oxford.

⁵²⁴ Trata-se do ‘derby’, ‘derby com biqueira’, ‘Richelieu ou Oxford’ e ‘Richelieu ou Oxford com biqueira’.

⁵²⁵ Trata-se do ‘decotado’.

⁵²⁶ Trata-se do ‘mocassim luva’.

⁵²⁷ Trata-se do ‘Carlos IX’.

⁵²⁸ Trata-se da ‘bota alta’.

⁵²⁹ Ver pp. 200-203.

feminino que lhe destapa o pé e a presença do cano alto, abaixo do Joelho. Nesse sentido, devem ser mantidas ao nível da caracterização formal para os artefactos permanecerem assim designados, variáveis como a sobreposição dos talões sobre a gáspea nos casos do ‘derby’, ‘derby com biqueira’, ‘Richelieu ou Oxford’ e ‘Richelieu ou Oxford com biqueira’, a presença da tira no ‘Carlos IX’, a amplitude na abertura do ‘decotado’ e o cano alto na ‘bota’, assim como os tacões e saltos correspondente⁵³⁰, conferindo identidade às tipologias ‘clássicas’ sob o ponto de vista da forma e, por isso, ao serem mantidos permitem que a designação possa continuar a permanecer igual.

Há, no entanto, determinados aspetos que ao serem alterados vão originar na sua designação uma expressão que a antecede: ‘variante de’. Tratando-se, efetivamente, do cruzamento de inúmeras variáveis torna impossível a tarefa de nomear todas as possibilidades. Considera-se, contudo, importante esclarecer que ‘variantes’ são alterações inscritas em questões formais, ao nível dos elementos constituintes, como a natureza das peças que fazem parte de cada tipologia. Martins enunciou o “formato, a quantidade, sistema de junção e sobreposição dada pela costura, mas também mutações mais complexas, como transformar um sapato numa bota em que o programa formal do sapato se mantém na sua essência e o corte se prolonga em termos de elevação apenas para dar origem a um cano de qualquer tamanho” (Brochado, 2016b). A alteração dos solados por si só traduz uma ‘variante’ e com isso, associando a ideia da elevação dos solados ao género feminino, qualquer tipologia ‘clássica’ masculina ao se adaptar ao género feminino e vice-versa, passa a designar-se como ‘variante’.

Existem casos particulares onde as alterações são mais vincadas ainda, sobretudo pela inclusão ou extração de peças elementares às quais se associam também materiais particulares que recebem outras designações e não se enquadram nas anteriores. De facto, à primeira vista poderá causar alguma estranheza tipologias como o ‘chineló’, a ‘galocha’, o ‘pantufo’, a ‘sandália’ e uma qualquer tipologia direcionada para o desporto, apenas para citar as eventualmente mais comuns, não se enquadrem no conjunto em estudo de ‘clássicos’. Ao se analisar o princípio formal de cada um desses artefactos, é possível encontrar uma resposta: um ‘chineló’ não deixa de ser um registo formal constituído pela gáspea de um ‘sapato’, a ‘galocha’ uma bota de cano alto e o ‘pantufo’ uma bota pelo tornozelo. A ‘sandália’ poderá ser, no limite, um sapato construído por uma gáspea só, com extrações totais de algumas partes, onde o resultado final é um conjunto de tiras igualmente presas ao solado, ou de biqueira e tiras, como uma das exemplificações possíveis. Um calçado desportivo parte de um registo formal de ‘sapato’, onde mediante a natureza do sistema de aperto, o posicionamento dos talões, ou o tipo de gáspea se percebe a tipologia ‘clássica’ que lhe deu origem. Assim, apesar de sofrerem novas

⁵³⁰ Aos quais se acrescenta o género.

designações, esses artefactos tratam-se, na verdade, de ‘variantes’. Parece tratar-se de uma simplificação ao nível de estruturas inerentes ao calçado, permitindo assim uma articulação entre os programas com os modos uniformizados do operar da indústria.

Os modelos ‘clássicos’ possuem elementos fundamentais que merecem destaque, como os já enunciados sistemas de aperto. São um dos fatores que os individualiza e verificaram-se no conjunto analisado a presença de cordões que prevalece nos ‘derbys’ e ‘oxfords’, a tira e fivela para o ‘Carlos IX’ e fecho para a ‘bota alta’. Por outro lado, a ausência de qualquer sistema é também reveladora dessa identidade e pode ser encontrada no ‘decotado’ e no ‘mocassim-luva’. Percebe-se a presença do cordão para o género masculino; e a tira com fivela ou um fecho para o género feminino. Também se verifica a possibilidade de não inclusão de qualquer sistema de aperto para ambos os géneros. Manifestam-se, de resto, como elementares para a manutenção da designação de ‘clássico’.

As tipologias ‘clássicas’ podem apresentar elementos de aparente simplicidade, mas são, de resto, dotadas de extrema complexidade, evidência industrial e também de carácter artesanal, como se verificou pela aplicação de cosidos manuais.

Podem ainda ser incluídos elementos decorativos, ou não, sob o modo de vazados em biqueiras, gáspeas, nos contornos e junção de peças; rentilhados nas junções ou extremidades de peças; espelho ou orelhas fingidas; travessão; e costuras manuais. Prevalencem nas tipologias do género masculino, podendo, contudo, aplicar-se igualmente no calçado feminino vazados ou rendilhados.

Quanto aos solados destaca-se a presença de solas baixas com tacão raso para o género feminino e sola fina combinada com salto alto para o género feminino.

Com base nas entrevistas realizadas aos especialistas da área da modelação, do conjunto de artefactos presentes no quadro descrevem-se, de resto, duas opções formais - ‘bota’ e ‘sapato’:

- quanto ao registo formal da ‘bota’ verifica-se a existência de uma tipologia dessa natureza – a ‘bota alta’ na qual a alusão à expressão ‘alta’ remete para a descrição da altura do cano, estabelecida abaixo do joelho. De acordo com Martins, Encarnação e Teixeira, esse artefacto é constituído por quatro elementos no corte exterior – a gáspea, canos, taloeira e forra do salto; e possui sistema de aperto de fecho, solado fino e salto elevado forrado (Brochado, 2016b,c,d). Apesar de o salto associar por si só o registo formal da bota alta ao género feminino, essa tipologia pode permanecer ‘clássica’ com qualquer solado e ser também associada ao género masculino.
- quanto aos ‘sapatos’, os mesmos especialistas consideram-nos com base na seguinte descrição: os artefactos que cobrem todo o pé, os que o peito do pé é coberto, mas as laterais são mais baixas, os que deixam o peito do pé descoberto e aqueles em que o pé é coberto parcialmente. Na primeira opção verificaram-se quatro tipologias similares formalmente, nas quais o número de peças varia entre cinco a sete elementos no

corte exterior, possuem sistema de aperto de cordões, solado baixo e tação raso⁵³¹ (Brochado, 2016b,c,d). Na segunda opção, encontrou-se o ‘mocassim’. Trata-se de uma tipologia constituída por seis elementos no corte exterior - o ‘mocassim’ tem um espelho, gáspea, vivo, taloeira e geralmente travessão - sem sistema de aperto e com a particularidade de que a ligação entre gáspea, espelho e travessão é feita através de cosido manual⁵³² (Brochado, 2016b,c,d). Na terceira situação verificou-se o ‘decotado’ constituído por “três elementos – ou seja, a gáspea, lingueta, talão interior, talão exterior, orelhas ou orelhas fingidas, taloeira e pode ter ou não biqueira - sem sistema de aperto, com solado fino e salto alto” (Brochado, 2016b,c,d). Por fim, em relação à cobertura parcial do peito do pé, o ‘Carlos IX’, distinguiu-se do ‘decotado’ pela aplicação de uma tira sobre o peito de pé, conferindo-lhe a presença de um sistema de aperto e pela divisão da gáspea que dá origem ao talão exterior (Brochado, 2016b,c,d). Tal como se sucede no caso da ‘bota alta’ esse conjunto de tipologias pode permanecer ‘clássico’ com qualquer solado e ser também associado a ambos os géneros.

Como se pode perceber, o programa das tipologias ‘clássicas’ manifesta-se alicerçado e estruturalmente definido. No entanto, é permitido combinar determinadas variáveis e alterar um artefacto, dando origem por sua vez a outro que poderá receber a mesma designação, mas antecedendo-lhe a expressão ‘variante de’. Igualmente é ainda possível quebrar a estrutura clássica dando resposta a novas formas e funções de tal modo significativas nesses âmbitos que passam a assumir outras nomenclaturas. Trata-se apenas de distinguir o ‘padrão’ original de uma das características elementares de cada tipologia, uma vez que a forma pode ser categorizada na sua vertente visual pelo cruzamento entre materiais, texturas, elementos do corte e dos solados que igualmente vão contribuir para uma leitura singular de cada tipologia.

A premissa mencionada pela designer e pelos modeladores entrevistados relativa à função do ‘calçado’ associada ao conjunto de tipologias ‘clássicas’ de ‘proteger e cobrir o pé acompanhando a moda’ trouxe a pertinência de uma análise paralela ao registo formal dos ‘clássicos’ para se perceber possibilidades de relação com a função⁵³³. Encontrou-se, implicitamente, uma relação com a ergonomia, mais propriamente com um dos aspetos mais relevantes do pé, a saber, o volume. Essa articulação com a ergonomia verificou-se nos casos do ‘derby’ e ‘Richelieu ou Oxford’:

— ‘derby’ – poderá surgir do ‘Richelieu ou Oxford’ na medida em que fornece

⁵³¹ Martins esclareceu ainda que o ‘derby’ possui gáspea, lingueta, talão interior e talão exterior, taloeira e pode ter ou não biqueira; e o ‘Richelieu ou Oxford’ é constituído por gáspea, lingueta, talão interior, talão exterior, orelhas ou orelhas fingidas, taloeira e pode ter ou não biqueira (Brochado, 2016b).

⁵³² Martins destacou “esse cosido é elementar nesse clássico” (Brochado, 2016b).

⁵³³ Analisando-se os ‘clássicos’ ao nível da relação entre evidências da função verificou-se que essas não se manifestaram com clareza, excetuando-se o caso do ‘mocassim luva’, no qual essa designação se direciona no primeiro caso para a forma e no segundo, pelo emprego da expressão ‘luva’, para a ação de calçar e, simultaneamente, para a ideia de um artefacto moldável ao pé.

uma alternativa aos utilizadores com o peito do pé mais alto, uma vez que os talões e a pala se movimentam livremente ao calçar.

- ‘Richelieu ou Oxford’ — o facto de os talões permanecerem ‘fechados’ ao alargar os cordões os utilizadores com o peito do pé alto terão dificuldades em calçar essa tipologia, sendo que se manifesta mais adequado a peitos do pé onde o arco possui menos volume.

Essas tipologias apresentam assim outras funções alicerçadas numa teia que relaciona a forma com a função e ergonomia do artefacto. Nesse contexto, cruzam-se ainda sistemas de aperto e outros aspetos do programa, como costuras ou elementos decorativos. Encontraram-se ainda outras evidências como o conforto, a facilidade de calçar ou ainda prender o calçado ao pé mantendo um registo formal que pretende destapar o pé, mas ao mesmo tempo fixar-lhe o calçado e ainda proteger a pernas, como nos casos do ‘mocassim luva’, ‘decotado’, ‘Carlos IX’ ou ‘bota alta’, respetivamente. Em relação à finalidade do uso atribuído aos ‘clássicos’ evidenciou tratar-se de artefactos que dada a sua natureza poderá ser utilizado no quotidiano e adequado para o exterior. No entanto, não significa que as estruturas ‘clássicas’ não possam ser aplicadas em calçado de outra natureza, como o desportivo, de proteção e segurança. Passam, contudo, a designar-se como ‘variantes’ e são entendidas sobretudo pelas ligações nas suas nomeações à função, aos materiais e consequentemente, à tecnologia.

Quanto ao estudo do género verificou-se com o desenho do quadro 29⁵³⁴ a referência expressa a ‘clássicos’ para o género feminino, sendo eles a ‘bota alta’, o ‘decotado’ e ‘Carlos IX’ e para o género masculino o ‘derby’, ‘derby com biqueira’, ‘Richelieu ou Oxford’ e ‘Richelieu ou Oxford com biqueira’. Manifesta-se pertinente referir que no conjunto de tipologias a ‘bota’ apenas aparece associada ao género feminino, como o salto alto, que figura nas três tipologias ‘clássicas’, ou a presença de tiras ou fecho que igualmente apenas se verificam no género feminino. O calçado do género masculino possui um sistema de aperto de cordões e a sua ausência, solados baixos e tacões rasos. Cabe a essas tipologias do género masculino a inclusão de elementos decorativos nos sapatos.

Contudo, apesar das tipologias apresentadas corresponderem de partida a uma ligação ao género, essa não se torna fechada. Assim, o ‘derby’, ‘derby com biqueira’, ‘mocassim luva’, ‘Richelieu ou Oxford’ e ‘Richelieu ou Oxford com biqueira’, com qualquer tipo de solados, poderão corresponder a ‘variantes’ para o género feminino. Das tipologias femininas, o género masculino poder usar a ‘bota alta’ ou o ‘Carlos IX’, com a alteração ao nível dos solados, originando assim outras ‘variantes’. Ambos os géneros utilizam as mesmas tipologias, sendo que o elemento mais destacado nesse âmbito é a inclusão ou não do salto no solado.

⁵³⁴ Ver pp. 200-203.

No que respeita ao tipo de materiais, os especialistas concordam que o couro se liga diretamente às tipologias ‘clássicas’ ao nível do corte ou dos solados, ele próprio enquanto reflexo dessa designação ‘clássica’ (Brochado, 2016a,b,c,d). De facto, é aceite que a qualidade do calçado português é traduzida, a par das considerações técnicas, pelo tipo de material utilizado – o couro. Trata-se de um material que se ajusta com facilidade, é macio e poroso permitindo que o pé e a perna possam respirar. Possui como propriedades principais a absorção da humidade, elasticidade, maleabilidade e plasticidade, utilizando-se com mais frequência couros provenientes de ‘bovinos’, ‘caprinos’, ‘equinos’, ‘suínos’ ou outros como de ‘antílope’, ‘avestruz’, ‘cobra’, ‘crocodilo’ ou ‘peixe’ (Brochado, 2016a,d), entre outras possibilidades, sendo que mediante o processo de curtimenta⁵³⁵, categorias⁵³⁶ ou acabamento dado⁵³⁷ se obtêm couros distintos. No entanto, qualquer material ‘avançado’, ‘inovador’, ‘experimental’, ‘sustentável’ e ‘tradicional’⁵³⁸ é passível de ser aplicado no corte e nos solados, desde que corresponda às funções a que se destina. Lemos destaca que atualmente se valoriza a aplicação de materiais alternativos ao couro e dando com isso origem ao desenvolvimento de materiais com capacidade de resistência e leveza (Brochado, 2016a), devendo essas ser, de resto, características do ‘calçado’ em geral. Os materiais utilizados podem ser entendidos como um desenvolvimento de propriedades do couro no sentido desse desenvolvimento se fundamentar nas capacidades melhoradas a partir das propriedades inerentes ao couro, dando assim origem a novas alternativas. Além do couro vegetal⁵³⁹, Sousa destacou os seguintes materiais viáveis: borrachas (natural, sintética ou termoplástica)⁵⁴⁰, cortiça⁵⁴¹, couros sintéticos⁵⁴², fibras⁵⁴³, madeiras⁵⁴⁴,

⁵³⁵ O couro para o calçado pode ser curtido através de processos de curtimenta ao crómio, mineral ou vegetal (Brochado, 2016f).

⁵³⁶ O couro pode possuir duas faces distintas, ‘flor’ e ‘carnaz’, sendo a primeira é macia e corresponde à parte que se coloca, habitualmente, voltada para o exterior no corte do calçado e o ‘carnaz’ corresponde à face interior e é rugoso; pode também possuir as duas faces rugosas, tratando-se de ‘acamuçados’ (Brochado, 2016f).

⁵³⁷ O couro disponível no mercado poder ser ‘escovado’, ‘graxo ou oleado’, ‘napa’, ‘liso’, ‘nobuck’, ‘veludo’ ou ‘verniz’ (Brochado, 2016f).

⁵³⁸ In, DESIGN E MATERIAIS 2016 – I Congresso Internacional | VII Workshop São Paulo, 16-19/05/2016, Univ. Anhembi Morumbi

⁵³⁹ Utilizado no corte, enfranque, forros, palmilhas, solados, solas intermédias e viras (Brochado, 2016f).

⁵⁴⁰ Escolhidas em função dos requisitos técnicos e do custeio do calçado a produzir. A borracha pode ser utilizada em contrafortes, no corte, em palmilhas, solados, solas intermédias, tacões, testeiras, viras e em calçado específico como a ‘galocha’. A borracha termoplástica pode ser utilizada em contrafortes, no corte, nos enfranques, em palmilhas, plataformas, solados, solas intermédias, tacões, testeiras e viras (Brochado, 2016f).

⁵⁴¹ Usada sobretudo em cunhas, palmilhas, plataformas e solados (Brochado, 2016f).

⁵⁴² Mário Caetano (2011) sobre a temática do ‘couro sintético’ atestou que as suas características são a “micro-porosidade, a adsorção e desorção de vapor e água e a sua flexibilidade” sendo constituído por uma “base fibrosa – geralmente de poliéster – e revestimento superficial – geralmente um poliuretano (...) uma vez que esse material reúne características de elevada flexibilidade, resistência à fadiga, ao envelhecimento, à tração e resistência ao rasgo, à abrasão, uma micro-porosidade adequada (...) é mais leve, lavável e mais económico do que o couro natural” (Portugal, Ct borracha, 2011)

⁵⁴³ De origem vegetal, animal e sintéticas utilizadas sobretudo no corte (Brochado, 2016f).

⁵⁴⁴ Utilizada nos enfranques, plataformas, solados e tacões sendo as mais frequentes a de amieiro, choupo, salgueiro e videiro (Brochado, 2016f).

metais⁵⁴⁵, termoplásticos⁵⁴⁶ e têxteis⁵⁴⁷ (Brochado, 2016f).

Uma vez mais, a utilização de qualquer material em qualquer das tipologias ‘clássicas’ não vai interferir na sua designação, revelando que o material, de facto, não traz implicações ao ‘programa – forma’ que caracteriza cada artefacto. Os materiais podem até proporcionar ao calçado associações que cruzam texturas táteis ou visuais, assim como traduzem a criatividade nas sensações que podem provocar. No entanto, poderão existir comprometimentos quanto à função, uma vez que os materiais influenciam o tipo de proteção conferido ao pé em situações particulares, como no caso das estações do ano a que se destinam ou uma atividade que associe tipos de pavimentos e esforço físico. Quanto ao envolvimento com o género qualquer dos materiais mencionados se aplica em calçado para ambos os géneros.

Perante o descrito considera-se que aos materiais se deve continuar a conferir um grau de importância elevado no desempenho do design de calçado, uma vez que através da sua aplicação se unifica, se delimita ou até expande uma forma. O material é, simultaneamente, uma realidade tátil e visual e é nessa última que se deve vislumbrar uma forma e superfícies racionalizadas, mas repletas de metáforas e tecnologias.

As inúmeras possibilidades de alterar o programa das tipologias ‘clássicas’ podem contribuir para que se sinta dificuldades numa análise que perspetive a diferenciação da base formal fundamental do calçado e aquilo que é transitório.

Quanto ao conceito e autoria, é consensual que se integra nas tipologias ‘clássicas’ apesar de instituídas com programas próprios. De facto, em qualquer tipologia pode existir um designer de calçado e um modelador de calçado, os quais permitem com o desempenho profissional inerente a cada um a existência física do artefacto.

No âmbito do contexto atual, o ‘sapateiro’ – antes o ‘fazedor’, ‘fabricante’ e também ‘vendedor’ de calçado não é enquadrado no seu léxico. O designer e modelador de calçado são aqueles que na atualidade encontram paralelo com o ‘sapateiro’, quer ao nível da continuidade e também adaptação do seu percurso, quer também ao nível da correspondência na linguagem atual. De facto, o designer de calçado não atua no âmbito da sua manufatura, no entanto, deve conhecer os seus pressupostos teóricos. Assim, elimina-se o ‘fazer’, no entanto, permanece o ‘saber’ do ‘sapateiro’

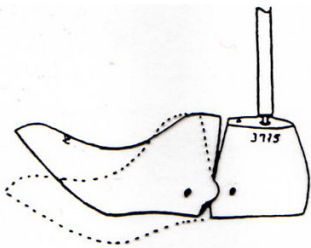

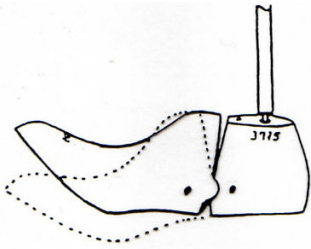

⁵⁴⁵ Os metais utilizam-se sobretudo em componentes de calçado, como na biqueira, nos enfranques, ilhós, fechos de correr, fivelas, molas, plantar, passadores, revestimento de solados, rívetes ou em elementos decorativos.

⁵⁴⁶ De acordo com Silva e Oliveira (2012), os mais comuns são: Bio TPU - TPUs Biodegradáveis; EVA – Acetato de Etileno-Vinilo; LR – Borracha de Látex; NR – Borracha Natural; TPE – Elastómeros Termoplásticos; TPU – Poliuretano Termoplástico; TR – Borracha Termoplástica; VR – Borracha Vulcanizada; PU – Poliuretano; PVC – Policloreto de vinilo; e SBR- Borracha por vulcanização (2012). Podem ser utilizados em contrafortes, enfranques, palmilhas, solados, solas intermédias, tacões e testeiras (Brochado, 2016f).

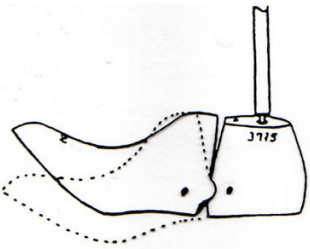

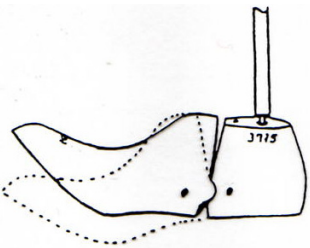

⁵⁴⁷ O algodão, o acrílico, o cânhamo, o elastano, a juta, a lã, o linho, poliéster, poliamida (nylon), sisal e veludo são têxteis passíveis de utilizar no calçado (CTCP (2012a). Podem ser aplicados em contrafortes, corte, forros, palmilhas, solados, solas intermédias, tipos de aperto e testeiras (Brochado, 2016f).

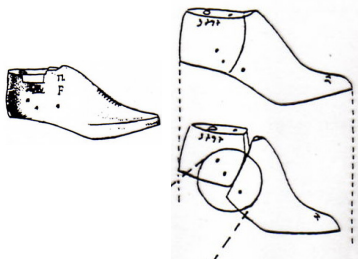

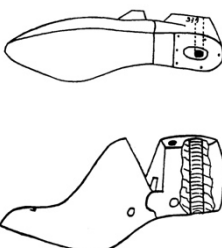

e acrescentam-se as necessidades de capacidades de entendimentos ao nível da função, traduzidos ao momento na figura do designer de calçado. Em tom de resenha, na prática, o designer de calçado desenvolve as ideias eventualmente a partir do desenho e o modelador de calçado projeta as tipologias através da desconstrução desse desenho para o transformar em peças que se associam mediante sistemas de adesão no calçado, para dar forma ao calçado. Ambos se ligam diretamente ao sistema industrial e dessa constatação pode depreender-se uma evidência da autoria partilhada⁵⁴⁸. Apesar de se tratarem de tipologias já instituídas o designer de calçado aprofunda o programa, o pensamento estratégico para a coleção, organiza, coordena e lidera os processos de moda e conceitos de design, apoiando-se com o modelador em estratégias criativas de resolução de problemas, técnicas, estruturas e materiais. Na prática do design de calçado aliam-se a cooperação multidisciplinar para a procura de possibilidades de novas tecnologias e soluções inovadoras e a comunicação no desenvolvimento dos artefactos, a compreensão do sistema de moda, das práticas atuais, das diferentes culturas e a sua sustentabilidade e impacto na sociedade e nos negócios.

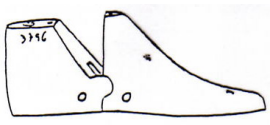

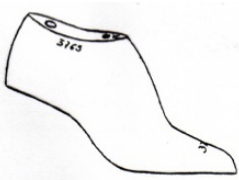

⁵⁴⁸ Na prática ela é traduzida no designer de calçado ou na figura da marca, deixando assim de parte a ligação ao modelador.

Clássicos	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria
Derby	<p>Origem: inglesa; Todos os artefactos que assumem a opção formal de um sapato no qual: os talões são fixos lateralmente à gáspea de modo a que as partes da frente (orelhas e talões) ficam livres e abrem na totalidade sobre o peito do pé; os talões levam quatro vazados; elementos constituintes do corte – gáspea, lingueta, talão interior e talão exterior e taloeira; elementos constituintes do forro – gáspea, lingueta, talão interior, talão exterior e taloeira; elementos inerentes ao fabrico – palmilha, solado e reforços (testeira, contraforte); elementos decorativos - vazados na biqueira e ou gáspea; palmilha e solado.</p>	<p>Proteger e cobrir o pé de acordo com a moda.</p>	<p>Homem, mas também mulher.</p>	<p>Couro; Sintéticos; Borrachas; Têxteis; Cortiça.</p>	<p>Designer de calçado; Modelador.</p>
	<p>Programa (tecnologia-forma)</p> 	<p>Programa (tecnologia-costuras)</p> <p>Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de zizag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.</p>	<p>Tecnologia (processos)</p> <p>Modelação; Corte; Pré-costura; Costura; Montagem; Acabamento.</p>	<p>Tecnologia (montagens)</p> <p>Montagem Plana, mas também: Blake ou Mckay; California; Com cosido norueguês; Goodyear; Pratik; Por injeção; Tipo mocassim ou tubular; Por vulcanização; São Crispim; Strobel.</p>	<p>Representação</p> 
Derby com biqueira	<p>Programa (forma)</p> <p>Origem: inglesa; Todos os artefactos que assumem a opção formal de um sapato no qual: os talões são fixos lateralmente à gáspea de modo a que as partes da frente (orelhas e talões) ficam livres e abrem na totalidade sobre o peito do pé; os talões levam quatro vazados; elementos constituintes do corte – biqueira, gáspea, lingueta, talão interior, talão exterior e taloeira; elementos constituintes do forro – gáspea, lingueta, talão interior, talão exterior e taloeira; elementos inerentes ao fabrico – palmilha, solado e reforços (testeira, contraforte); elementos decorativos - vazados na biqueira e ou gáspea; palmilha e solado.</p>	<p>Programa (função)</p> <p>Proteger e cobrir o pé de acordo com a moda.</p>	<p>Programa (género)</p> <p>Homem, mas também mulher.</p>	<p>Programa (material)</p> <p>Couro; Sintéticos; Borrachas; Têxteis; Cortiça.</p>	<p>Autoria</p> <p>Designer de calçado; Modelador.</p>
	<p>Programa (tecnologia-forma)</p> 	<p>Programa (tecnologia-costuras)</p> <p>Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de zizag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.</p>	<p>Tecnologia (processos)</p> <p>Modelação; Corte; Costura; Montagem; Acabamento.</p>	<p>Tecnologia (montagens)</p> <p>Montagem Plana, mas também: Blake ou Mckay; California; Com cosido norueguês; Goodyear; Pratik; Por injeção; Tipo mocassim ou tubular; Por vulcanização; São Crispim; Strobel.</p>	<p>Representação</p> 

Quadro 29 Tipologias de calçado 'clássicas' do século XXI – II parte e sua caracterização sob o ponto de vista do programa e da autoria. Representa as tipologias de calçado que traduzem a natureza formal e possibilidades de processos de fabrico das que integram o discurso do calçado atual. Contemplou um novo campo de análise – a tecnologia, tendo sido possível desvendar-se outras realidades no calçado: fruto da tecnologia em si, mas também da sua implicação no programa. O desenho do quadro teve como base as entrevistas realizadas aos especialistas selecionados (Brochado, 2016a,b,c,d,e,f). O quadro 29 continua até à p. 203. É estruturado de acordo com cada tipologia clássica, podendo ter uma leitura entrecruzada na horizontal e na vertical.
Fonte: Aurora Brochado.

Clássicos	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria
Richelieu ou Oxford	<p>Origem: francesa; todos os artefactos que assumem a opção formal de um sapato no qual: a gáspea se sobrepõe ou faz parte dos talões e lhas é fixa em toda a sua extensão; os talões levam cinco vazados; as orelhas abrem parcialmente; elementos constituintes do corte – gáspea, lingueta, talão interior, talão exterior, orelas e taloeira; elementos constituintes do forro – gáspea, talão interior, talão exterior e taloeira; elementos inerentes ao fabrico - palmilha, solado e reforços (testeira, contraforte); elementos decorativos - vazados na biqueira e ou gáspea; palmilha e solado.</p>	Proteger e cobrir o pé de acordo com a moda.	Homem, mas também mulher.	Couro; Sintéticos; Borrachas; Têxteis; Cortiça.	Designer de calçado; Modelador.
	Programa (tecnologia-forma)	Programa (tecnologia-costuras)	Tecnologia (processos)	Tecnologia (montagens)	Representação
		<p>Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de zigzag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.</p>	<p>Modelação; Corte; Costura; Montagem; Acabamento.</p>	<p>Montagem Plana, mas também: Blake ou Mckay; California; Com cosido norueguês; Goodyear; Pratik; Por injeção; Tipo mocassim ou tubular; Por vulcanização; São Crispim; Strobel.</p>	
Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria	
Richelieu ou Oxford com biqueira	<p>Origem: inglesa; Todos os artefactos que assumem a opção formal de um sapato no qual: os talões são fixos lateralmente à gáspea de modo a que as partes da frente (orelhas e talões) ficam livres e abrem na totalidade sobre o peito do pé; os talões levam quatro vazados; elementos constituintes do corte – biqueira, gáspea, lingueta, talão interior, talão exterior e taloeira; elementos constituintes do forro – gáspea, lingueta, talão interior, talão exterior e taloeira; elementos inerentes ao fabrico - palmilha, solado e reforços (testeira, contraforte); elementos decorativos - vazados na biqueira e ou gáspea; palmilha e solado.</p>	Proteger e cobrir o pé de acordo com a moda.	Homem, mas também mulher.	Couro; Sintéticos; Borrachas; Têxteis; Cortiça.	Designer de calçado; Modelador.
	Programa (tecnologia-forma)	Programa (tecnologia-costuras)	Tecnologia (processos)	Tecnologia (montagens)	Representação
		<p>Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de zigzag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.</p>	<p>Modelação; Corte; Costura; Montagem; Acabamento.</p>	<p>Montagem Plana, mas também: Blake ou Mckay; California; Com cosido norueguês; Goodyear; Pratik; Por injeção; Tipo mocassim ou tubular; Por vulcanização; São Crispim; Strobel.</p>	

Clássicos	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria
Mocassin (luva)	<p>Origem: em forma de saco que envolvia totalmente o pé, era voltado e cosido sobre os dedos. O material era espesso e por isso assumia a função de solado; consideram-se 'mocassin' todos os artefactos que assumem a opção formal de um sapato de aspeto idêntico à tipologia original; possui um espelho real ou fingido, pala e geralmente travessão; elementos constituintes do corte – espelho real ou fingido, pala, gáspea, vivo, taloeira e geralmente travessão. a ligação entre gáspea, espelho e travessão é feita através de cosido manual; elementos constituintes do forro – gáspea, taloeira e espelho. elementos inerentes ao fabrico - palmilha, solado e reforços (testeira, contraforte); palmilha e solado.</p>	Proteger e cobrir o pé de acordo com a moda.	Homem, mas também mulher.	Couro; Sintéticos; Borrachas; Têxteis; Cortiça.	Designer de calçado; Modelador.
	Programa (tecnologia-forma)	Programa (tecnologia-costuras)	Tecnologia (processos)	Tecnologia (montagens)	Representação
		<p>Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de zig-zag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.</p>	<p>Modelação; Corte; Costura; Montagem; Acabamento.</p>	<p>Montagem tipo mocassin ou tubular; Dispensa palmilha de montagem, só necessitando de calcanheira de montagem; Ou também: Montagem plana; por injeção; por vulcanização.</p>	
Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria	
Carlos IX	<p>Todos os artefactos que assumem a opção formal de um sapato ou sandália com tiras simples, cruzadas ou entrelaçadas sobre o peito do pé ou perna; Os sistemas de aperto presentes nas tiras podem ser através de mola, botão, aplicação, velcro, fivela, etc; elementos constituintes do corte – gáspea, tira, talão interior, talão exterior e forra do salto; elementos constituintes do forro – gáspea, tira e taloeira; elementos inerentes ao fabrico - palmilha, solado e reforços (testeira, contraforte, alma); palmilha e solado.</p>	Proteger, cobrir e elevar o pé de acordo com a moda.	Mulher.	Couro; Sintéticos; Borrachas; Têxteis; Cortiça.	Designer de calçado; Modelador.
	Programa (tecnologia-forma)	Programa (tecnologia-costuras)	Tecnologia (processos)	Tecnologia (montagens)	Representação
		<p>Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de zig-zag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.</p>	<p>Modelação; Corte; Costura; Montagem; Acabamento.</p>	<p>Montagem Plana, mas também: Blake ou Mckay; California; Com cosido norueguês; Goodyear; Pratik; Por injeção; Tipo mocassin ou tubular; Por vulcanização; São Crispim; Strobel.</p>	

Clássicos	Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria
Bota alta	Todas as botas que tenham cano alto e que sejam compostas de gáspea, canos e taloeira; Têm um fecho do lado de dentro da perna que permite o ajuste do cano à perna e também à entrada do pé; elementos constituintes do corte – gáspea, cano interior, cano exterior, taloeira e forra do salto; elementos constituintes do forro – gáspea, cano interior, cano exterior e taloeira; elementos inerentes ao fabrico - palmilha, solado e reforços (testeira, contraforte, alma); palmilha e solado.	Proteger e cobrir o pé e a perna de acordo com a moda.	Mulher.	Couro; Sintéticos; Borrachas; Têxteis; Cortiça.	Designer de calçado; Modelador.
	Programa (tecnologia-forma)	Programa (tecnologia-costuras)	Tecnologia (processos)	Tecnologia (montagens)	Representação
		Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de zizag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.	Modelação; Corte; Costura; Montagem; Acabamento.	Montagem Plana, mas também: Blake ou Mckay; Califórnia; Com cosido norueguês; Goodyear; Pratik; Por injeção; Tipo mocassim ou tubular; Por vulcanização; São Crispim; Strobel.	
Programa (forma)	Programa (função)	Programa (género)	Programa (material)	Autoria	
Decotado	Todos os artefactos que assumem a opção formal de um sapato com decote acentuado e que dispensam qualquer sistema de aperto; elementos constituintes do corte – gáspea, talão interior e forra do salto; elementos constituintes do forro – gáspea e taloeira; elementos inerentes ao fabrico - palmilha, solado e reforços (testeira, contraforte, alma); palmilha e solado.	Proteger, cobrir e elevar o pé de acordo com a moda.	Mulher.	Couro; Sintéticos; Borrachas; Têxteis; Cortiça.	Designer de calçado; Modelador.
	Programa (tecnologia-forma)	Programa (tecnologia-costuras)	Tecnologia (processos)	Tecnologia (montagens)	Representação
		Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de zizag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.	Modelação; Corte; Costura; Montagem; Acabamento.	Montagem Plana, mas também: Blake ou Mckay; Califórnia; Com cosido norueguês; Goodyear; Pratik; Por injeção; Tipo mocassim ou tubular; Por vulcanização; São Crispim; Strobel.	

Variantes	Programa (variantes)	Programa (género)	Tecnologia (costura)	Programa (material)
Derby	Sapatos e botas com cano de altura variável. Com ou sem elementos decorativos como padrões realizados a partir de vazados ou aplicações incrustadas; Com atacadores, fechos, fivelas, velcro ou elásticos no sistema de aperto; ou sem sistema de aperto; Com ou sem biqueira; Com ou sem pala; Com ou sem taloeira; Com ou sem vivos; Com qualquer material; Com qualquer tipo de costura; Com qualquer tipo de solado; Com qualquer tipo de montagem.	Homem; Mulher.	Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de zi-zag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.	Montagem Blake ou McKay; Montagem California; Montagem com cosido norueguês; Montagem Goodyear; Montagem Pratik; Montagem por injeção; Montagem tipo mocassin ou tubular; Montagem por vulcanização; Montagem São Crispim; Montagem Strobel.
Richelieu ou Oxford	Sapatos e botas com cano de altura variável. Com ou sem elementos decorativos como padrões realizados a partir de vazados ou aplicações incrustadas; Com atacadores, fechos, fivelas, velcro ou elásticos no sistema de aperto; ou sem sistema de aperto; Com ou sem biqueira; Com ou sem pala; Com ou sem taloeira; Com ou sem vivos; Com qualquer material; Com qualquer tipo de costura; Com qualquer tipo de solado; Com qualquer tipo de montagem.	Homem; Mulher.	Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de zi-zag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.	Montagem Blake ou McKay; Montagem California; Montagem com cosido norueguês; Montagem Goodyear; Montagem Pratik; Montagem por injeção; Montagem tipo mocassin ou tubular; Montagem por vulcanização; Montagem São Crispim; Montagem Strobel.
Mocassin	Sapatos: Com o espelho real ou fingido; Com gáspea e pala; Com ou sem travessão; Com ou sem taloeira; Com ou sem vivos; Com qualquer material; Com qualquer tipo de solado em material maleável; Com qualquer tipo de montagem.	Homem; Mulher.	Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de ziz-zag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.	Montagem plana; Montagem por injeção; Montagem por vulcanização; Montagem tipo mocassin ou tubular.

Quadro 30 Articulação entre programa e tecnologia das tipologias ‘clássicas’ de calçado na contemporaneidade que está na génese de variantes. O desenho do quadro teve como base as entrevistas realizadas aos especialistas Martins e Encarnação (Brochado, 2016, b,c). O quadro 30 continua na página seguinte. É estruturado de acordo com cada tipologia clássica e tem leitura horizontal. Fonte: Aurora Brochado.

Variantes	Programa (variantes)	Programa (género)	Tecnologia (costura)	Programa (material)
Carlos IX	Sapatos, sandálias e botas com cano de altura variável: Com elevação do solado (mulher) ou rasa (homem e mulher). Com ou sem biqueira; Com ou sem pala; Com ou sem taloeira; Com ou sem talões; Com ou sem gáspea; Com ou sem vivos; Com qualquer material; Com qualquer tipo de costura; Com qualquer tipo de solado; Com qualquer tipo de montagem.	Mulher.		Montagem Blake ou Mckay; Montagem Califórnia; Montagem com cosido norueguês; Montagem Goodyear; Montagem Pratik; Montagem por injeção; Montagem tipo mocassim ou tubular; Montagem por vulcanização; Montagem São Crispim; Montagem Strobel.
Bota alta	Botas: Com altura variável do cano; Com ou sem elementos decorativos como padrões realizados a partir de vazados ou aplicações incrustadas; Com atacadores, fechos, fivelas, velcro ou elásticos no sistema de aperto; ou sem sistema de aperto; Com ou sem biqueira; Com ou sem pala; Com ou sem taloeira; Com ou sem talões; Com ou sem gáspea; Com ou sem vivos; Com qualquer material; Com qualquer tipo de costura; Com qualquer tipo de solado; Com qualquer tipo de montagem.	Homem; Mulher.	Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples ; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de zi-zag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.	Montagem Blake ou Mckay; Montagem Califórnia; Montagem com cosido norueguês; Montagem Goodyear; Montagem Pratik; Montagem por injeção; Montagem tipo mocassim ou tubular; Montagem por vulcanização; Montagem São Crispim; Montagem Strobel.
Decotado	Sapatos: Com ou sem elementos decorativos como padrões realizados a partir de vazados ou aplicações incrustadas; Com ou sem biqueira; Com ou sem taloeira; Com ou sem gáspea; Com ou sem talões; Com ou sem vivos; Com qualquer material; Com qualquer tipo de costura; Com qualquer tipo de solado.	Mulher.	Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de zi-zag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.	Montagem Blake ou Mckay; Montagem Califórnia; Montagem com cosido norueguês; Montagem Goodyear; Montagem Pratik; Montagem por injeção; Montagem tipo mocassim ou tubular; Montagem por vulcanização; Montagem São Crispim; Montagem Strobel.

6.2 A TECNOLOGIA

Sobre a tecnologia, importará referir que a ela se associam três elementos fundamentais do calçado assim como se ligam ao programa- as ‘fôrmas’, as costuras, os solados e tipos de montagem.

Os quadros 30 e 31⁵⁴⁹ pretenderam sintetizar esses elementos inerentes ao desenvolvimento de artefactos de calçado relacionados com o programa e com a tecnologia, podendo ainda além de ser entendidos em ambas as perspetivas, influenciar-se mutuamente e trazendo com isso constrangimentos, na medida em que:

- a ‘fôrma’ possui o seu próprio programa, como uma tecnologia própria, que a torna mais ou menos adequada para determinadas tipologias de calçado; pode ser analisada enquanto o artefacto que dita um dos aspetos formais do calçado; como pode ser entendida sob o ponto de vista da sua tecnologia a qual por sua vez implica a modelação e o processo da montagem.
- a costura trata simultaneamente uma tecnologia de fabrico de calçado com vista, essencialmente, fixar o corte e um elemento que corresponde a características visuais presentes no calçado;
- o tipo de montagem é um dos principais representantes do processo de fabrico, contribuindo para o programa pelas características formais e visuais que fornece ao calçado;
- os solados apesar de serem uma das fases da montagem no processo de fabrico, onde a sua natureza formal e material implicará esse processo, igualmente é uma das características principais do calçado⁵⁵⁰.

Processo	Programa (tecnologia)	Processo	Programa (tecnologia)
Modelação Montagem	'Fôrma' articulada descendente; 'Fôrma' articulada ascendente; 'Fôrma' de cunho; 'Fôrmas' específicas; 'Fôrma' monobloco.	Solados	Sola; Tacão; Salto; Palmilha; Palmilha de montagem.
Costura	Cosido e virado; Costura a cavalo; Costura aberta; Costura aberta com cravados a ladear; Costura avivada; Costura com vivo intercalado; Costura de crista; Costura de crista recoberta; Costura de junção simples; Costura de junção simples com cravados a ladear; Costura de sobreposição com costura dupla; Costura de verdugo ou golfo; Costura de zi-zag topo a topo; Costura fingida; Costura invisível; Costura manual.	Montagem	Montagem Blake ou Mckay; Montagem California; Montagem com cosido norueguês; Montagem Goodyear; Montagem plana; Montagem por injeção; Montagem por vulcanização; Montagem Pratik; Montagem São Crispim; Montagem tipo mocassim ou tubular.

Quadro 31 Processos de fabrico de calçado e sua articulação nos programas. Fonte: Aurora Brochado.

⁵⁴⁹ Ver p. 206; 213.

⁵⁵⁰ De acordo com Sousa “considera-se ‘solado’ o conjunto de elementos que se posicionam na parte de baixo do corte, em contacto com o chão. São eles, a sola (rasa, cunha ou plataforma), tacão (raso ou alto), salto (grosso, fino, com inclinação e altura variável), palmilha e palmilha de montagem” (Brochado, 2016f).

6.3 PROGRAMA E TECNOLOGIA — AS 'FÔRMAS'

As 'fôrmas' traduzem o conjunto de artefactos ligados, indubitavelmente, ao calçado, mais propriamente à sua génese enquanto programa formal, trazendo consigo a necessidade de uma análise mais detalhada. É a 'fôrma' que corresponde ao elemento principal do calçado, sendo a partir dela que se torna possível garantir a prossecução dos programas. Trata-se de um artefacto que pretende representar anatomicamente o pé e, simultaneamente, permite visualizar o formato do calçado na parte do pé e ou, em parte da perna.

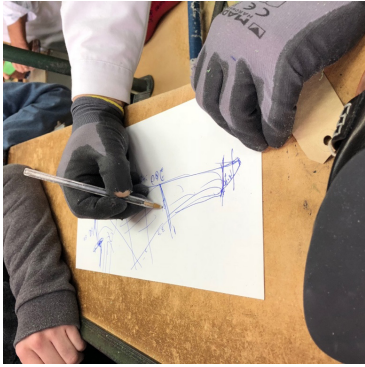


Fig. 91 Desenho da 'fôrma' de acordo com aspetos ergonómicos. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.



Fig. 92 Moldes para o desenvolvimento de 'fôrmas'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Primeiramente, foi feita de madeira de carvalho e faia o que resultou num artefacto leve, mas com reações a mudanças climáticas tendo sido, progressivamente, substituída pelo plástico de modo a que na atualidade a madeira é usada pontualmente. De acordo com Sousa, o plástico pela sua dureza e resistência à temperatura, às condições atmosféricas ou situações abrasivas, feito de polietileno permite a manutenção da uniformização das dimensões, podendo ser continuamente reutilizado (Brochado, 2016f). Essas propriedades tornam-nas mais vantajosas, sendo por isso, as mais utilizadas para o fabrico de calçado. Consequentemente, a indústria prevê outra uniformização de dimensões ao nível de componentes indispensáveis ao fabrico e a elas associadas diretamente como as “palmilhas, contrafortes, testeiras, solados ou enfustes” (Brochado, 2016f). As 'fôrmas' em alumínio são também utilizadas, mas apenas para a produção de “luvas e artefactos vulcanizados e injetados” (Brochado, 2016f) por atingirem temperaturas muito elevadas.

O prevalectimento de 'fôrmas' de plástico induz a uma análise aos seus programas ditados em função da tecnologia a ser utilizada na produção de determinada tipologia de calçado. Conforme os especialistas Encarnação, Martins e Teixeira existem quatro tipos de 'fôrmas' principais: monobloco, de cunho, articulada descendente ou ascendente; e 'fôrmas' consideradas específicas na medida em que partem de elementos comuns das principais para se adaptarem a tecnologias de fabrico específicas (Brochado, 2016b,c,d). Assim, a 'fôrma' utilizada para produzir calçado liga-se à evidência formal que se pretende conferir ao artefacto, mas também à tecnologia de montagem a ser aplicada na sua construção. Nesse sentido, a 'fôrma' pode comprometer o programa do artefacto como as tecnologias necessárias para a sua elaboração. Como referiu Lemos “é necessário no momento criativo ter presente a noção da ampla articulação entre a tecnologia construtiva e o tipo de 'fôrma' que se adequam ao modelo pretendido de modo a não comprometer o resultado final ou até mesmo inviabilizar a própria produção” (Brochado, 2016a). Na verdade, no sentido metodológico prático, tendo em conta por um lado a uniformização trazida pela indústria das 'fôrmas' e por outro a amplitude de artefactos que delas têm surgido, é sobretudo a partir da 'fôrma' que já existe nos formeiros que nasce o calçado. Parece tratar-se apenas de uma garantia que não se irão correr riscos em termos da tecnologia de fabrico do calçado ou da resposta das indústrias de componentes, bem como da



Fig. 93 Desenvolvimento de 'fôrma'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.



Fig. 94 Desenvolvimento de 'fôrma'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.



Fig. 95 Matéria prima para a produção seriada de 'fôrmas'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.



Fig. 96 'Processo de produção de 'fôrmas': primeira fase. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

consciência que da mesma forma é possível a multiplicação de programas, desde que se cumpram os requisitos. Essa uniformização resulta de uma articulação com os solados, sobretudo os de borracha, pelo facto de o preço dos moldes utilizados para esses terem um preço bastante elevado, sendo por isso frequente que se adequem as 'fôrmas' aos solados. É, contudo, possível e, eventualmente, desejável, desenhar uma forma, inteiramente, de raiz acompanhando as tendências de moda, interferem no seu volume, ou seja, no bico, na parte da frente e no 'cambré'.

Conforme Sousa, do ponto de vista da tecnologia inerente às 'fôrmas', conhecem-se as seguintes tipologias: 'articulada', 'cunho', 'específicas' e 'monobloco' (Brochado, 2016f). Essas, por sua vez, irão integrar processos de montagem e são adequadas em função da natureza da tipologia de calçado bem como ao tipo de montagem pretendida.

É a partir das 'fôrmas' que se planificam os moldes do corte de qualquer calçado, bem como é com elas onde se finaliza a sua construção no processo de montagem. O especialista esclareceu que, na prática,

- a) a 'fôrma articulada' pode ser 'ascendente' significando que no momento de desenformar a parte da frente da 'fôrma' ascende e caracterizando-se por ser constituída por duas partes que unidas por uma mola e se fixa por três eixos. Distingue-se da 'fôrma ascendente' pela inclusão de uma chapa que aciona a mola. A localização da articulação corresponde à parte dos enfranques o que provoca uma diminuição do seu tamanho em cerca de três pontos. Consequentemente, essa redução retira tensão na costura e permite que não haja distorção no momento de desenformar. Utiliza-se sobretudo em tipologias de calçado 'mocassim' e montagem "Califórnia".
- b) a 'fôrma articulada' pode ser também descendente, ou seja, no momento de desenformar a parte da frente desce e caracteriza-se por ser constituída por duas partes que se unem por uma mola e se fixam por dois eixos. Possui os mesmos elementos que a 'fôrma monobloco' ao que acresce uma divisão da sua forma em duas partes designadas pela parte da frente que corresponde à cobertura total do peito de pé e a parte de trás que corresponde ao calcanhar e a uma parte da perna, mola e cavilhas para fixação das partes. A localização da articulação corresponde à parte dos enfranques o que se torna num contributo maior para desenformar o artefacto. É a 'fôrma' adequada para sapatos onde a abertura é mais fechada, tendo em conta que é na parte da taloeira da parte da frente do sapato até à zona da linha de dedos onde se exerce uma maior tensão no momento de desenformar, devendo-se com isso definir de modo adequado a natureza das peças do corte, bem como tipo de sistema de fixação, a saber costuras ou cola.
- c) a 'fôrma de cunho' caracteriza-se por possuir um cunho na zona do peito do pé removível para desenformar, uma vez que a sua ausência diminui o volume da 'fôrma' sem se alterar ao tamanho, correspondendo assim a um meio facilitador dessa operação. Possui os mesmos elementos que a 'fôrma monobloco' ao que acresce uma divisão do bloco para dar origem ao cunho, uma mola, cavilha e orifício para o fixar ao bloco, um orifício para retirá-lo do bloco e outro para desenformar manualmente o artefacto



Fig. 97 Processo de produção de 'fôrmas': segunda fase. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.



Fig. 98 Processo de produção de 'fôrmas'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

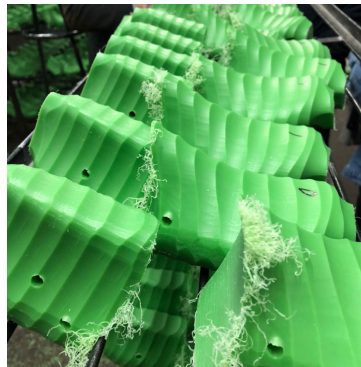


Fig. 99 'Processo de produção de 'fôrmas'. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

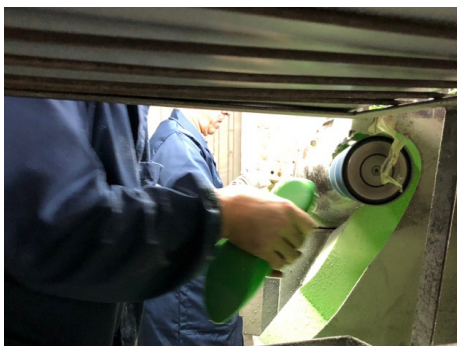


Fig. 100 Processo de produção de 'fôrmas': terceira fase. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.



Fig. 101 Processo de construção de 'fôrmas': primeira fase. Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

construído sobre a forma. Utiliza-se para calçado fechado, como botas ou sapatos em que a altura do talão e da gáspea sejam mais elevadas.

- d) as ‘formas específicas’ traduzem a evolução da sua própria tecnologia, mas também a evolução que o calçado tem vindo a percorrer. Mediante a tecnologia de fabrico as ‘fôrmas’ podem ser adaptadas a partir das já existentes. Conhecem-se as seguintes adaptações: ‘fôrma’ articulada adequada ao fabrico de ‘botas de ski’, constituída por cunho de modo a que quando esse se retira o ângulo de articulação aumenta, tornando assim o desenformar mais fácil; ‘fôrma’ ascendente com marcação da altura do peito do pé para a fabricação de sapatos luva enformados, com menores dimensões que o comprimento de modo a não alargar o sapato; ‘fôrma’ articulada ascendente para injeção direta constituída pelo posicionamento inverso da mola fazendo com que seja a parte de trás a subir; ‘fôrma’ para bota caracterizada por um volume superior às da ‘fôrma’ utilizada no fabrico do sapato; bem como formas em que o tubo metálico atravessa a forma do topo até a base plantar, ideal para sapatos femininos em que o cambré é mais acentuado funcionando assim como um meio facilitador da fixação dos saltos através de parafusos.
- e) a ‘fôrma monobloco’ traduz-se em termos de programa por um bloco inteiro com implicações ao nível da tecnologia, especialmente, no momento de desenformar, adequada por isso a programas em que abertura se pretende larga e os materiais possuam distensão. As tipologias que, habitualmente, são desenhadas perante esse artefacto são as ‘sandálias’, ‘chinelos’, ‘tênis’, ‘decotados’ e ‘pantufas’, uma vez que em calçado de pouca abertura, este tipo de forma poderá forçar a sua estrutura inicial deformando-a. Possui um tubo metálico para desenformar mecanicamente, a impressão numérica do tamanho na zona da biqueira e a inclusão de um ponto de cor no topo que também o representa, a referência do formeiro e um reforço metálico na zona da calcanheira. (Brochado, 2016f).

Independentemente dos tipos de ‘fôrmas’ enunciadas, o especialista acrescentou ainda um elemento que pode ser variável: os reforços metálicos posicionados pela base plantar com pequenos recortes que a visam proteger nas operações da montagem. Podem ser aplicados na calcanheira; na calcanheira e no bico; na calcanheira, enfranques e bico; na calcanheira e enfranques; e em toda a base plantar; cada um com seu recorte de modo a facilitar a fixação da palmilha (Brochado, 2016f).

Conforme Lemos, as ‘fôrmas’ têm como objetivo traduzir “o volume do pé de modo a que o calçado possa ter conforto e o seu aspeto final seja o desejável, não esquecendo a moda” (Brochado, 2016a). Lemos mencionou que a ‘fôrma’ também serve de base para o desenho e dimensionamento das peças que constituem o calçado (Brochado, 2016a), o que deixa revelar um dos processos criativos do calçado – desenhar os ‘modelos’ na ‘fôrma’ tridimensional. Sob uma perspetiva que incide no desenho da ‘fôrma’, importará primeiro referir que o volume formal a que se referiu Lemos é fundamentado nas medidas do pé e da perna, correspondendo a partes particulares e pré-estabelecidos, sob pena de comprometer a harmonia entre forma e proporção.



Fig. 102 Processo de construção de 'fôrmas': primeira fase.
Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.



Fig. 103 Processo de construção de 'fôrmas': segunda fase.
Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.



Fig. 104 Processo de construção de 'fôrmas': terceira fase.
Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.



Fig. 105 Processo de construção de 'fôrmas': quarta fase.
Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

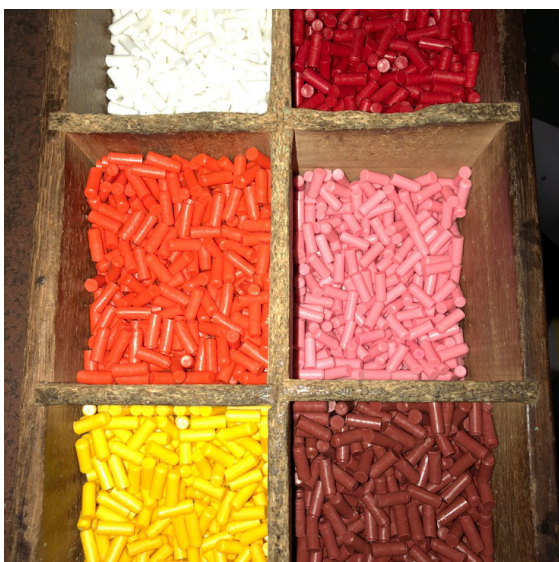


Fig. 106 Pinos para marcação dos tamanhos nas 'fôrmas'.
Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

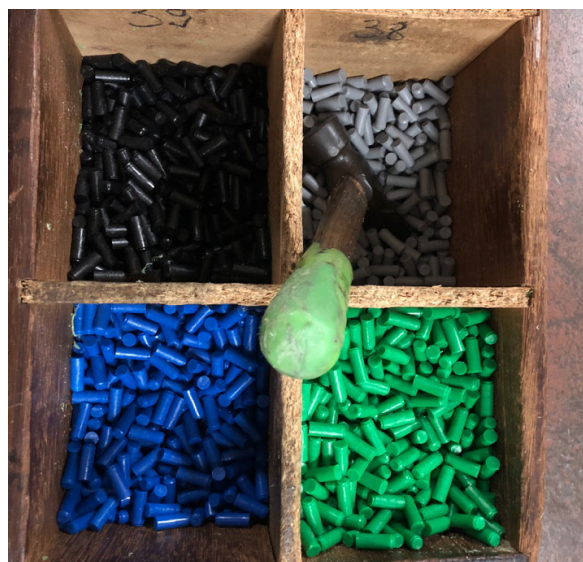


Fig. 107 Pinos para marcação dos tamanhos nas 'fôrmas'.
Empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

Os especialistas da área da modelação traduzem os aspetos elementares do desenho da ‘fôrma’ em ‘três dimensões’:

- a) pela largura da ‘fôrma’ em seis zonas – linha de dedos, peito do pé, chave de entrada, perna, barriga da perna e jarrete;
- b) pelas dimensões quantificadas em pontos do comprimento plantar, os quais dão origem ao tamanho. No entanto, a medida da face plantar na verdade raras vezes corresponderá ao tamanho devido à forma do bico e à curva traseira;
- c) como pela altura do salto e da perna e pela elevação do bico. Por sua vez, é com a elevação do salto onde se verificam particularidades na medida em trazem consequências nas dimensões das mesmas. Mediante a elevação do salto é necessário adequar e corresponder a curvatura traseira e o comprimento da face plantar. A adequada elevação do bico é calculada através do tamanho e da altura do salto. (Brochado, 2016b,c,d).



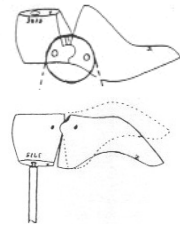
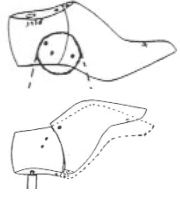

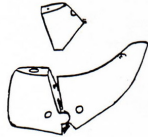

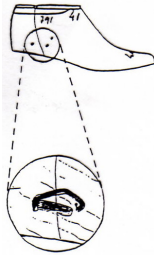
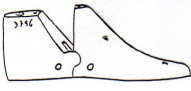
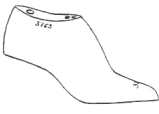
Fig. 108 Espólio de ‘fôrmas’ produzidas nas empresas. Empresa A Industrial dos Carvalinhos. Fonte: CDAB.

Ao nível formal do bico, generalizam-se como principais – ‘normal’, ‘quadrado’ e ‘aguçado’ (Brochado, 2016b,c,d). Particularizam-se pelo modo como o primeiro dedo se posiciona perante o bico da ‘fôrma’ considerando-se que é quanto toca, no caso do bico quadrado, que torna mais confortável para o pé. De acordo com os especialistas na área da modelação, com o bico normal e com o bico aguçado a face plantar mede mais que o tamanho, levando por vezes a variações de tamanho do calçado no mesmo utilizador. No entanto, os especialistas concordam com a presença de designações distintas e que particularizam outros tipos de bicos como alto, baixo, chato, largo, arredondado, redondo, inclinado, quinado, dupla quina ou triangular (Brochado, 2016b,c,d).

A base plantar assume quatro divisões, sendo a primeira correspondente ao bico, a segunda aos flancos, ou seja, à zona limite exterior que não toca no solo, a terceira aos enfranques e a última à calcanheira que corresponde à zona do salto. A quina pode ainda ser arredondada dependendo assim dos materiais do corte e do tipo de montagem.

É através do cálculo da ‘chave de largura’, ou seja, do “volume da ‘fôrma’ perante dimensões da linha de dedos e do tamanho, que essa se caracteriza como sendo magra, média ou cheia” (Brochado, 2016c). Encarnação e Martins esclareceram ainda que “na escala francesa, ou seja, a adotada em Portugal, uma forma magra possui de chave de largura entre 5 a 6,5 pontos; a média entre 7 a 8 pontos; e a cheia a partir de 8,5 pontos” (Brochado, 2016b,c). Independentemente da opção formal seguida, o calçado deve ajustar-se ao pé normalizado.

A ‘fôrma’ manifesta-se como um dos elementos centrais do ‘calçado’. A possibilidade da sua reprodução, readaptação ou reciclagem, facilita os processos criativos e os processos de montagem, assim como o facto de estarem na génese da estandardização de certos componentes que o calçado, tais como: “palmilhas, contrafortes, testeiras, solados ou enfustes” conforme apontou Sousa (Brochado, 2016f), tornam o seu papel de maior relevância e de articulação entre as áreas do setor do calçado da indústria portuguesa.

Fôrmas	Programa (forma)	Programa (função)	Representação
'Fôrma' articulada descendente		Sapatos em que a abertura é mais fechada.	
'Fôrma' articulada ascendente		Calçado 'mocassim' e montagem "California".	
Fôrma de cunho		Calçado fechado (devido à altura do talão e da gáspea), como também para botas.	
'Fôrmas' específicas: articulada com cunho	Bicos: alto, baixo, chato, largo, arredondado, redondo, inclinado, quinado, dupla quina ou triangular. bico, normal, quadrado e aguçado.	Botas de esquí.	
'Fôrmas' específicas: com marcação da altura do peito do pé	Volume: largura da fôrma em seis zonas – linha de dedos, peito do pé, chave de entrada, perna, barriga da perna e jarrete. Altura: altura do salto. Reforços na base plantar.	Luvas.	
'Fôrmas' específicas: articulada ascendente		Para injeção direta.	
Fôrmas específicas: Para bota		Botas.	
'Fôrmas' específicas: Com alteração no tubo metálico de desenformar mecanicamente		Sapatos com cambré acentuado.	
'Fôrma' monobloco		Sandálias, chinelos, tênis, decotados e pantufas.	

Quadro 32 Articulação entre programa e tecnologia: tipos de fôrmas e correspondências com as tipologias 'classicas'. O desenho do quadro teve como base as entrevistas realizadas aos especialistas Martins, Encarnação e Sousa (Brochado, 2016b,c,d). Fonte: Aurora Brochado.

6.4 PROGRAMA E TECNOLOGIA — AS COSTURAS

Quanto às costuras aplicadas no corte, Martins e Faria esclareceram que são utilizadas na indústria do calçado as seguintes: ‘cosido e virado’, ‘costura a cavalo’, ‘costura aberta’, ‘costura aberta com cravados a ladear’, ‘costura avivada’, ‘costura com vivo intercalado’, ‘costura de crista’, ‘costura de crista recoberta’, ‘costura de junção simples’, ‘costura de junção simples com cravados a ladear’, ‘costura de sobreposição com costura dupla ou só com uma’, ‘costura de verdugo ou golfo’, ‘costura de zi-zag topo a topo’, ‘costura fingida’, ‘costura invisível’ e ‘costura manual’ (Brochado, 2016b,e). Conforme Faria, além de proporcionarem uma resposta à “necessidade de junção e fixação das peças e se adequarem ao tipo de montagem” que o artefacto irá receber, as costuras “podem ser meramente decorativas ou até simular peças no corte” (Brochado, 2016e). Por si só, cada costura é efetuada com linhas de espessuras variadas, o que contribui igualmente para um registo visual distinto.



Fig. 109 Secção da costura em empresa de Felgueiras. Fonte: CDAB.

Do conjunto de tipologias ‘clássicas’ analisadas verifica-se que todas podem receber qualquer tipo de costura, não sendo assim esse fator um elemento que implica a mudança na sua designação. No entanto, essa situação já não se verifica com o ‘mocassim-luva’ tratando-se da única tipologia que compreende no seu programa a obrigatoriedade da aplicação do cosido manual, como esclareceu Martins (Brochado, 2016b).

O quadro nº 32⁵⁵¹ teve como base os resultados obtidos com a frequência de uma formação em “Costura”⁵⁵², realizada, entre outras motivações, com o objetivo de contribuir para aperfeiçoar o conhecimento da

⁵⁵¹ Ver p. 216.

⁵⁵² Ministrada na Academia de Design e Calçado, em Felgueiras, entre janeiro e fevereiro de 2014.

Tipos de costura	Registo visual	Tipos de costura	Registo visual
Costura crista recoberta		Costura invisível	
Costura crista		Costura avivada	
Costura aberta		Costura fingida	
Costura de zig-zag topo a topo		Costura a cavalo	
Cosido e virado		Costura manual	
Costura de sobreposição com costura dupla		Costura de verdugo ou golfo	
Costura com vivo intercalado		Costura de junção simples	

Quadro 33 Articulação entre programa e tecnologia: tipos de costura aplicadas no calçado. Fonte: Aurora Brochado.

investigadora sobre essa matéria no âmbito da realização do programa doutoral. Pretende ilustrar, visualmente, os tipos de costura aplicados em qualquer tipologia de calçado. Como se pode verificar a costura manifesta uma linguagem visual própria, mas também técnica. A sua aplicação no calçado relaciona-se como já mencionado com a junção dos elementos do corte ou com questões decorativas, no entanto está dependente além das especificidades da montagem da natureza do material ou da sua adaptação de modo a ser possível receber determinada costura, devendo também manter as suas características físicas e visuais. A costura deve ainda adequar-se ao tipo de montagem pretendida, de modo a que o calçado fique selado e se desenforme mantendo a configuração pretendida. Pelos processos técnicos inerentes é necessário que o registo visual pretendido não seja comprometido perante as situações acima descrita, devendo para tal estar articuladas.

6.5 PROGRAMA E TECNOLOGIA — OS SOLADOS

Os solados correspondem a uma fase das técnicas de montagem, ligam-se às ‘fôrmas’ e associam-se ao programa de cada tipologia de calçado. Consequentemente, uma parte implicará sempre a outra.

Como enunciado, o ‘solado’ resulta do conjunto de elementos posicionados na parte de baixo do corte, em contacto com o plantar. São eles: a ‘palmilha’, a ‘palmilha de montagem’, a ‘sola’ e o ‘tacão’ (Brochado, 2016f). Pode possuir formas variadas, funcionalidades distintas, materiais singulares, adequação anatómica e características específicas ligadas a tecnologias de fabrico. Tal como é caracterizado aos ‘clássicos’, Lemos destaca “também as solas e tacões devem acompanhar a moda” (Brochado, 2016a) e Martins salienta “a anatomia do pé, ajuste, conforto e requisitos biomecânicos para o calçado” (Brochado, 2016b).

As ‘solas’ são dotadas de uma forma a qual pode ser caracterizada pelo tipo de biqueira, espessura, *cambré*, tacão, capa, rasto, vira ou entressola. Se por um lado a sua forma acompanha o desenho do pé na zona onde o corte assenta, a zona de contacto com o chão poderá assumir outros formatos. Possui funções associadas, como resistência, dureza, proteção, maleabilidade e saúde; direciona-se para o género feminino, masculino ou ainda para ambos e pode receber ‘tacões’ de formatos, espessuras e alturas distintas. Uma sola pode figurar em qualquer calçado sem a presença de um tacão. A escolha das mesmas pode incidir num conjunto de fatores, onde se interligam a adequação à natureza do calçado, ou seja, ao seu programa formal, material e às características pretendidas ao nível de resistência, tipo de proteção pretendida, formas e aspetos visuais, bem como ao sistema de montagem. As ‘solas’ e os ‘tacões’ podem ainda ser caracterizados quanto aos materiais, onde os principais conjuntos se classificam em: ecológicas, pré-fabricadas e termoplásticas.

Conforma Sousa, as solas ecológicas, pré-fabricadas e termoplásticas, podem também caracterizar-se perante as vantagens que oferecem:

- as solas ecológicas contribuem como alternativa ambiental mais sustentável, acrescentam valor aos artefactos, diminuem tempos e custos de produção e permitem reduzir a produção da borracha. Podem ser em borracha natural ou reciclada, com fibras naturais e outros materiais biodegradáveis.
- a vantagem da aplicação de solas pré-fabricadas reside na possibilidade de desenvolvimento das mesmas com várias combinações de materiais, paralelamente, a fornecem uma alternativa às solas em borracha, uma vez que dispensam a realização de moldes de custos muitos elevados. As combinações relacionam-se com as características dos materiais, sendo frequente a junção de acetato de etileno-vinilo (EVA) com ‘neolite’: ‘EVA’ fornece a combinação da leveza, da absorção de choque e da resistência e do conforto; e o ‘neolite’ é encarado como uma boa alternativa ao couro. As solas pré-fabricadas permitem conjugar os vários tipos de materiais enumerados no quadro para dar origem a solas com formas, cores e espessuras distintas. O caso dos ‘metais’ enquadra-se em aplicações no bordo das solas.

— a vantagem dos termoplásticos manifesta-se na flexibilidade desse material e associa-se, primeiramente, ao calçado desportivo ou de proteção. No entanto, também o calçado urbano/casual que procura igualmente o conforto e a resistência encontra nos materiais termoplásticos mencionados a sua adequação e aplicabilidade. As características desses materiais são vastas e ligam-se à proteção e à segurança. Destacam-se as solas em poliuretano termoplástico por possuírem propriedades anti-estáticas, anti-UV e mecânicas que podem receber cromatismos vários; em borracha termoplástica por ser possível possuírem durezas distintas, cromatismo, transparências e opacidades, passível de ser aplicado com outros materiais e de boa relação de qualidade-preço; em borracha de estireno-butadieno pelas propriedades anti-estáticas, anti-UV, resistência ao fogo, de durezas várias e cromatismos e opacidades várias. (Brochado, 2016f).

Restará, por fim, a referência à fixação das solas ecológicas, pré-fabricadas e termoplásticas ao corte. Essa, depende da ligação já existente entre os vários aspetos do programa enunciados anteriormente e de uma nova articulação com as ‘fôrmas’ e com as ‘palmilhas de montagem’ e ‘sistemas de produção de montagem’⁵⁵³

SOLAS			
	ECOLÓGICAS	PRÉ-FABRICADOS	TERMOPLÁSTICOS
COMPONENTES	Podem ser construídas com fibras naturais, materiais biodegradáveis, borracha natural ou reciclada.	Podem incluir-se numa sola vários materiais, tais como: Couros; Mazonite; Metais; Crepe; Micro (EVA); Neolites; TPU ou TR injetado sobre couro ou neolites.	EVA – Acetato de Etileno-Vinilo; LR – Borracha de Látex; NR – Borracha Natural; SBR – Borracha de estireno-butadieno TPE – Elastómeros Termoplásticos; TPU – Poliuretano Termoplástico; TR – Borracha Termoplástica; VR – Borracha Vulcanizada; PU – Poliuretano; PVC – Policloreto de vinilo.

Quadro 34 Tipologias de solas: ecológicas, pré-fabricadas e termoplásticas e respetivos materiais habitualmente usados na produção de solas. O desenho do quadro teve como base as entrevistas realizadas aos especialistas Lemos, Martins, Encarnação, Teixeira e Sousa (Brochado, 2016a,b,c,d,f).
Fonte: Aurora Brochado.

6.6 PROGRAMA E TECNOLOGIA — SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE MONTAGEM

A complexidade com origem no cruzamento de variáveis que se implicam e constroem entre si, traduz-se também em três técnicas de montagem classificadas quanto à natureza do método de fixação da sola ao corte: através de cola, de cosidos, injetados e vulcanizados. A montagem traduz um conjunto de operações realizados na produção do calçado e os tipos de montagens utilizados refletem um programa próprio, que pode ser caracterizado perante a natureza da ‘fôrma’, da linguagem formal e visual que a individualiza, dos acabamentos, função ou materiais.

⁵⁵³ Como esclareceu Sousa, as ‘fôrmas’ devem adequar-se ao tipo de montagem, no que respeita ao material que a constitui, à articulação para desenformar e ao programa formal do calçado que vai dar origem. Receberá o corte e as palmilhas de montagem. Deverão ser adequados um ao outro, bem como ao sistema de montagem pretendida. As solas deverão por sua vez adequar-se ao sistema de montagem, à palmilha de montagem e ao corte. (Brochado, 2016f).

O quadro 35⁵⁵⁴ pretende traduzir a ilustração dos programas dos tipos de montagem mais comuns e as suas particularidades. A montagem compreende um conjunto de processos utilizados para a união de todas as partes do corte e da sola de modo a construir o artefacto. Compreende sistemas de construção, aos quais se associam métodos com sequências definidas de operações inerentes para a fixação do corte à 'fôrma' e, paralelamente, a métodos de fixação da sola ao corte.



Fig. 110 Centrar a biqueira do sapato na máquina de centrar. Fonte: CDAB.



Fig. 111 Fechar as laterais do corte do sapato e da palmilha, com recurso a turquesa e martelo. Fonte: CDAB.

Nos vários sistemas de construção do calçado associa-se um conjunto de características relacionadas com a função, com os materiais, com a moda e com os custos associados. Os métodos de montagem representam sistemas de construção complexos, definidos por inúmeros procedimentos cronometrados e, necessariamente, dotados de perfeição técnica. Além de traduzirem por si só o meio indispensável para a construção do calçado, os sistemas de construção podem ser selecionados de acordo com um programa pretendido, onde esse compreende uma interligação entre forma, função, material e com o 'fator moda' subjacente. De facto, esses aspetos do programa manifestam-se como elementos caracterizadores dos sistemas de construção de calçado.

Verifica-se também a adequação a um conjunto de características gerais e uniformizadas pretendidas para o calçado em geral, como a resistência ou durabilidade, sendo apontadas nos sistemas de construção presentes no quadro 34⁵⁵⁵ traduzindo o principal objetivo de qualquer sistema de construção.

⁵⁵⁴ Ver pp. 225-226.

⁵⁵⁵ Ver p. 217.

Dos sistemas apresentados e no âmbito da sua correspondência às tipologias ‘clássicas’, cabe à montagem ‘mocassim luva tubular’ para a fabricação de ‘mocassim luva’ e à ‘montagem plana’ e ao ‘Goodyear’ para as restantes tipologias ‘clássicas’, traduzir a conclusão da normalização do ‘clássico’. Conforme os especialistas, valerá mencionar que o sistema de montagem ‘Goodyear’ se associa a calçado de luxo e a ‘montagem plana’ manifesta-se, comparativamente, à ‘Goodyear’ mais económica e rápida de construir calçado⁵⁵⁶. Os sistemas de construção podem assim dar origem a variantes de ‘clássicos’ na medida em que bastará manter o corte e aplicar um outro sistema de montagem, para essa surgir.



Fig. 112 Fechar a calcanheira do sapato com recurso a turquesa e martelo. Fonte: CDAB.



Fig. 113 Aplicação da cola na sola e secagem na torre de secagem. Fonte: CDAB.



Fig. 114 Apontar a sola do sapato ao corte. Fonte: CDAB.

Os sistemas de construção agrupam-se pelo modo de fixação da sola ao corte: colagem, cosido ou injetados e vulcanizados⁵⁵⁷. Esses processos são automatizados, mas, no entanto, predomina uma forte componente manual que exige a qualificação do operador de modo a se alcançar a perfeição, quer técnica, quer visual. Em cada sistema podem distinguir-se evidências relacionadas com a ‘fôrma’ ou com a função pretendida para o calçado, uma vez que os tipos de montagem possuem características que contribuem para esses parâmetros:

a) colagem

Apesar de na generalidade todas as montagens envolverem a aplicação da cola, verificou-se um sistema que apenas utiliza esse meio para a montagem do calçado. O sistema de ‘montagem plana’ destaca-se pela ‘fixação direta’ com a colagem do corte à sola, traduzindo uma montagem que não acrescenta elementos físicos visuais aos programas. De acordo com os especialistas, essa montagem adequa-se a qualquer tipologia ‘clássica’ e, excetuando o caso do ‘mocassim/luva’, é um dos sistemas de montagem que habitualmente as representa (Brochado, 2016c,f).

⁵⁵⁶ Como explicou Sousa “o corte é fixo à sola através do uso da cola e traduz a ‘montagem plana’; o corte cosido à sola aplica-se nos sistemas ‘Blake ou McKay’, ‘Califórnia’, ‘cosido e virado’, ‘cosido norueguês’ ‘Goodyear’, ‘mocassim ou tubular’, ‘Pratik’, ‘São Crispim’ e ‘Strobel’ - apesar que nessas montagens também se usa cola; o vulcanizado em autoclave e a vulcanização moldada encontram-se em sapatilhas por exemplo, ou pantufas de sola de borracha. Claro que a montagem plana é a mais económica pelo processo em si” (Brochado, 2016f).

⁵⁵⁷ Sobre processos de vulcanização do calçado: ver Portugal, Ct Borracha, 2001; Sobre a evolução dos polímeros e os materiais termoplásticos para o calçado ver Silva (2012)



Fig. 115 Colocação do sapato na máquina de prensar. Fonte: CDAB.

Quanto às variantes dos ‘clássicos’ não se aplica com solas vulcanizadas ou injetadas. Uma vez que o corte é fixo à sola através de cola, depende da qualidade do material adesivo e da técnica de colagem para proporcionar resistência ou durabilidade. A ‘montagem plana’ é considerada como a mais utilizada na indústria do calçado e traduz-se num sistema de montagem com poucas operações, comparativamente, aos restantes sistemas construtivos (Brochado, 2016c,f).



Fig. 116 Retirar a ‘fôrma’ do sapato com recurso à máquina de desenformar. Fonte: CDAB.



Fig. 117 Pregar o salto na sola do sapato com recurso à máquina de pregar. Fonte: CDAB.



Fig. 118 (em cima) Par de sapatos montado em montagem plana no Curso de Montagem, 2015, realizado na Academia de Design e Calçado. Fonte: CDAB.

FORMANDO: Aurora Brochado Nº: _____
 DISCIPLINA: Tecnologia MODELO Ref. 20.10 DATA: 16/10/2015

Formadores: _____ Classificação: _____

Nº	Operação a executar	Materia-prima utilizada	Equipamento / Utilitários	Observações
1	Fixar palmilha	Palmilha	maq. de fixar	
2	Fixar e montar (colar)	Coste, costeador	maq. de montar	
3	Humidificar coste	Coste	Humidificador	
4	Reunir a supercorte	Coste	maq. de costurar	
5	Aplicar cola	Coste e palmilha	cola, pincel	Cola 4111/R
6	Trilhar laçadas	Coste e palmilha	Trinquice, martelo	
7	Fechar calcanhete	Coste e palmilha	Trinquice, martelo	
8	Formar	Coste e palmilha	Forno	
9	Repassagem/Suflar	Coste	Suflador	
10	Rebater	Coste	maq. rebater	
11	Polir o dor bilho	Coste	Escuradeira	escova de feltro
12	Preparação de Superfície (caldas, lixar)	Coste	lixadeira	
13	Aplicar cola	Coste	cola; pincel	Cola 4111
14	Aplicar sola	Sola	cola; pincel	Cola 4111
15	Surgimento da sola	Coste; sola	Forno de surgimento	
16	Reativação	Coste; sola	Reativador	10 segundos
17	Montar (Coste e palmilha)	Coste; sola	operação manual	
18	Prensar	Sapato	Passara	5 Kg/bax 10 segundos

AGÊNCIA DE QUALIDADE E INOVAÇÃO

GAMA OPERATÓRIA

Nº	Operação a executar	Materia-prima utilizada	Equipamento / Utilitários	Observações
19	Forno frio	sapato	Forno a frio	
20	Desenformar	Sapato	maq. desenformar	
21	Pregar o salto	Sapato; cola	maq. de pregar	
22	Coste e palmilha	Coste; pincel	operação manual	
23	Repassagem			
24	Colar a sola quente	Sapato	maq. colar solas	
25	Colar os acessórios	Sapato	maq. acessórios	
26	Colar etiqueta (etiqueta de identificação)			
27	Controlo qualidade			
28	Embalagem	Sapato	caixa	

Fig. 119 (à direita) Gama operatória da montagem plana de um modelo de calçado. Fonte: Aurora Brochado.

b) cosidos

As montagens onde a sola e o corte se fixam por cosidos utilizam, igualmente, a cola como o meio para uma melhor aderência dos elementos inerentes à montagem. Traduzem-se como os sistemas onde o custo se manifesta mais elevado devido ao número de operações envolvidas e também à tecnologia necessária (Brochado, 2016c,f). Dentro desse conjunto existem métodos distintos de construir o calçado, os quais por seu turno acrescentam elementos aos programas e deixam a sua ‘marca’ física e visual. Os registos mais evidentes tornam possível identificar o sistema de montagem utilizado.

Inserem-se como sistemas construtivos onde o corte é cosido à sola as montagens: ‘Blake ou Mckay’, ‘California’, ‘cosido e virado’, ‘cosido norueguês’ ‘Goodyear’, ‘mocassim ou tubular’, ‘Pratik’, ‘São Crispim’ e ‘Strobel’ (Brochado, 2016b,c,d,f). Os mais complexos relacionam-se com aspetos que se prendem com a qualidade técnica da construção e dos materiais utilizados, além de fatores económicos mais elevados.

Em relação ao programa, o sistema de montagem ‘Blake ou Mckay’ destaca-se pela presença de uma linha de costura que traduz o formato da sola, mas situada no interior, próxima da extremidade, em toda a extensão até ao salto; ou poderá ser escondida com um rasto (Brochado, 2016d,f). Nessa situação, será o programa formal definido para o calçado a construir que poderá definir a opção a tomar. A sola será sempre mais larga que o corte e possuirá uma vira, podendo receber padrões gravados ou permanecer uma superfície lisa, conferindo assim uma margem em toda a extensão da sola entre o corte e a extremidade da mesma. O facto de o corte ser colado à sola permitirá uma fixação invisível no exterior do calçado (Brochado, 2016f). Assim, caso não exista um registo na sola da presença da costura, o sistema ‘Blake ou Mckay’ poderá assemelhar-se à ‘montagem plana’ ou até mesmo confundir-se na vertente visual com essa. Trata-se de uma construção adequada às tipologias ‘clássicas’ e é aplicada, habitualmente, em solas de couro (Brochado, 2016c).



Fig. 120 Montagem California de bota da Academia de Design e Calçado.
Fonte: CDAB.

O sistema de montagem ‘California’ (fig. 120) é caracterizado pela costura do corte a um revirão, posteriormente, virado e colado na palmilha de montagem. Uma vez que a costura é posicionada na extremidade da ‘fôrma’, ao virar o revirão para a parte do plantar e com a espessura da palmilha de montagem, o revirão ficará com a altura e extensão da palmilha de montagem, sendo assim visível após a colagem da sola (Brochado, 2016d,f). Esse sistema liga-se a questões relacionadas com o conforto, uma vez que a palmilha é flexível, mas também ao custo associado, por ser similar ao sistema ‘Goodyear’, mas possuir menos operações, sendo por isso mais acessível. O sistema ‘California’ adequa-se às variantes tipológicas de botas, ‘derby’, ‘Richelieu ou Oxford’ ou ‘Carlos IX’ e pode ser aplicado em solas de couro, pré-fabricadas ou termoplásticas, exceto injetada e vulcanizada (Brochado, 2016c). É, igualmente, característico em calçado para criança.

O sistema de montagem ‘cosido e virado’ é caracterizado por se tratar de um tipo de montagem onde o corte é fixo à sola diretamente e feita com o



Fig. 121 Montagem Goodyear de bota da Academia de Design e Calçado.
Fonte: CDAB.



Fig. 122 Montagem Tubular de sapato da Academia de Design e Calçado.
Fonte: CDAB.



Fig. 123 Montagem Tubular de sapato da Academia de Design e Calçado.
Fonte: CDAB.



Fig. 124 Montagem Tubular de sapato da Academia de Design e Calçado.
Fonte: CDAB.

forro voltado para o exterior, sendo que desse modo, a montagem começa no setor da costura uma vez só após a sola ser fixa ao corte é enformado (Brochado, 2016b). Outra particularidade é o facto de a palmilha de montagem se manifestar, simultaneamente, palmilha de acabamento. Em termos de registo visual final não são visíveis elementos adicionados por esse sistema de construção. Ao nível do programa, o ‘cosido e virado’ traz consigo um conjunto de consequências pois, dada a natureza desse sistema de construção será necessário intervir após a montagem nos materiais utilizados no corte uma vez que surgem engelhas, os poros dilatam-se, sendo necessário obstruí-los e proceder à uniformização da cor, aplicar massa e escovar para conferir um acabamento uniforme (Brochado, 2016f). Aplica-se em calçado onde a função principal pretendida seja o conforto.

O sistema de montagem ‘Goodyear’ (fig. 121) traduz-se num método de fixação indireta do corte à sola: o corte é fixado através de costura à palmilha de montagem e esta fixa-se à sola através cola e de costura (Brochado, 2016d). O resultado formal é a visibilidade da costura da sola à palmilha e canal por ela efetuado e de uma margem desenhada pela presença da linha de costura na sola em toda a sua extensão e até aos enfranques. Tendo em conta o aspeto desse sistema construtivo utilizar a vira na fixação do corte à sola, esse elemento vai ser visível entre a sola e o corte do calçado. A montagem ‘Goodyear’ liga-se ao conforto, a transpiração do pé, flexibilidade e com isolamento do frio ou calor uma vez que contempla a inclusão de cortiça. O sistema ‘Goodyear’ adequa-se às variantes tipológicas de botas, do ‘derby’, ‘Richelieu ou Oxford’ e pode ser aplicado em solas de couro (Brochado, 2016d). No entanto é mais frequente a sua aplicação no couro pela “associação de um processo de montagem nobre, manual, com inúmeras operações, com um material também nobre” (Brochado, 2016d).

O sistema de montagem com ‘cosido norueguês’ é uma ‘variante’ da montagem ‘Goodyear’ e distingue-se no seu programa formal pela particularidade da costura horizontal com fio encerado, a qual liga a vira à palmilha de montagem e fica assim visível na sola. A particularidade da espessura e acabamento do fio utilizado nessa costura implica vai traduzir-se na presença física com algum peso visual, volume e contorno no calçado, uma vez que se posiciona em toda a extensão do corte e da sola (Brochado, 2016c).

A montagem ‘mocassim ou tubular’ (fig. 122-124) traduz um tipo de montagem identificada, visualmente, com facilidade. São de facto as costuras que permitem identificar essa montagem e com a particularidade de se aplicarem no corte. A base do calçado é fixada por costuras na gáspea: a gáspea é cosida ao espelho manualmente, assemelhando-se a um ‘saco’ e dando assim uma forma específica a esse tipo de calçado (Brochado, 2016b). A fixação da sola pode acontecer por colagem, injeção direta ao corte ou colagem e cosido, proporcionando registos distintos e solas de materiais igualmente dispares (Brochado, 2016f). A este sistema construtivo se liga ainda a flexibilidade, tratando-se da única montagem que não se aplica palmilha de montagem, mas sim ‘calcanheira’ proporcionando conforto acrescido (Brochado, 2016b).



Fig. 125 Corte para montagem em 'Pratik'.
Fonte: CDAB.

O sistema de montagem 'Pratik' (fig. 125) traduz-se num método de fixação indireta do corte à sola: o corte é fixado através de costura à palmilha de montagem, necessariamente, mais larga que o plantar da 'fôrma' e, posteriormente, a palmilha é fixa à sola através de colagem (Brochado, 2016c). O resultado formal é a visibilidade da costura do corte à palmilha, que por sua vez assentará na sola, bem como de uma margem de largura entre a costura e até à extremidade da sola, em toda a sua extensão. Essa margem é naturalmente do mesmo material do corte, proporcionando assim um prolongamento do mesmo na vertente física, mas também visual e estética das peças constituintes o modelo em montagem. Pode ser em qualquer tipo de sola, exceto injetada e vulcanizada (Brochado, 2016f). Esse sistema foi, primeiramente, manual com a entrada da mecanização passou a ser montado a 'grampo' e, atualmente, mediante o uso de uma máquina de montagem.



Fig. 126 Montagem São Crispim em botim da Academia de Design e Calçado.
Fonte: CDAB.

A montagem 'São Crispim' (fig. 126) traduz um programa que acrescenta espessura ao artefacto, mais propriamente entre o corte e a sola. O processo técnico particularizado pelo corte ser costurado na palmilha de montagem, mais larga que o plantar, virado para o exterior e depois para o interior, de modo a 'forrar' e acrescentar espessura, traduz a introdução de dois elementos visuais, o prolongamento do corte e costura que permite a sua fixação à palmilha de montagem (Brochado, 2016b). Ao corte é colada a sola, sendo que ficará visível um contorno entre o corte e a sola, dado pela montagem anterior. À montagem 'São Crispim' associa-se o conforto e durabilidade.

A montagem 'Strobel' caracteriza-se por um cosido especial do corte com a palmilha, mas que não será visível no final (Brochado, 2016b). A sola poderá ser injetada ou vulcanizada, normalmente, com paredes laterais mais altas, de modo a permitir uma boa colagem. Esse sistema de construção distingue-se principalmente pelo conforto final obtido e pela flexibilidade que proporciona ao calçado.

c) injetados

As montagens onde a sola é injetada no corte (fig. 127) correspondem a níveis elevados de produtividade. Aplicam-se com mais frequência em calçado desportivo e nas 'botas de água', podendo utilizar-se qualquer tipo de montagem como base. As mais usadas são a montagem tipo 'Califórnia', 'cosido e virado', 'mocassin ou tubular', 'montagem plana' e 'Strobel', significando assim que a montagem de base poderá revelar evidências físicas visuais no calçado.



Fig. 127 Montagem injetado de sapato da Academia de Design e Calçado.
Fonte: CDAB.

d) vulcanizados






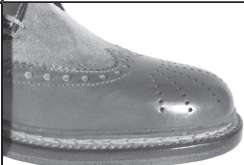

As montagens onde a sola é vulcanizada podem receber como base a montagem 'Califórnia', 'cosido e virado', 'mocassin ou tubular' ou 'Strobel' significando assim que a montagem de base poderá revelar evidências físicas visuais no calçado.

Valerá uma referência aos reforços utilizados na montagem uma vez que integram os diversos sistemas construtivos do calçado e contribuem para a manutenção dos aspetos formais após se desenformar, sendo destinados

a suportar os ‘esforços’ sofridos durante o seu fabrico e posteriormente como o seu uso. Apesar de não serem elementos visíveis, proporcionam que o corte do calçado mantenha a ‘gravidade’, ou seja, a sua forma original, bem como ajudam na proteção do pé. Esses reforços podem ser construídos de materiais distintos, onde a opção a tomar deverá ser adequada ao tipo de registo visual e função pretendidos. Como explicou Sousa, tratam-se de ‘testeiras’ - permitem dar firmeza à biqueira, protegem os dedos do pé e mantêm a ‘fôrma’, podem ser fabricadas de tela, couro (pele), metal, policloreto de vinilo (PVC) ou carbono; ‘contrafortes’ – dão resistência à taloeira, evitam o encolher do corte nessa parte e mantêm o calcanhar bem posicionado evitando assim que o pé saia ou se desloque; sendo feitos de tela, couro (celeiro), aglomerado de couro, aglomerado de cartão e PVC; e ‘palmilha de montagem’ – representa a base plantar do pé, situada sobre a sola, reforçando-a e servindo de suporte ao bordo de montagem do corte. Possui plantar (base plantar do pé, de cortiça, têxtil, celeiro, cartão prensado), enfuste (de aço, madeira ou plástico, com vista a proporcionar firmeza no caminhar e sustentar a planta do pé) e reforço da palmilha ou calcanheira (permite a fixação correta do enfuste e do salto). É fabricada com aglomerado de cartão, couro (celeiro), têxtil, tela, carbono ou aço (Brochado, 2016f).

Por fim, restará mencionar os acabamentos dados ao calçado, durante e/ou após a montagem, uma vez que esses permitem adicionar ou retirar características aos materiais utilizados no corte e na sola.

Os sistemas de montagem trazem por si só a necessidade de algum acabamento, uma vez que o uso da cola e das costuras podem provocar consigo vestígios de cola visíveis no corte e na sola ou linhas soltas. Assim, faz parte do acabamento remover esses vestígios, mas também resolver outras situações provocadas pela montagem, como retocar superfícies danificadas pelos processos, passar a ferro, colocar a palmilha de acabamento, aplicar cordões ou uniformizar o corte e a sola. O tipo de acabamento dado ao calçado e que significa uma alteração à aparência após a montagem é dependente da natureza dos materiais utilizados na sua construção, sendo que nem todos podem receber determinados acabamentos pela não adequação de combinação de propriedades entre uns e outros. Perante isso, é possível adicionar aspetos relacionados com o polimento dos materiais do calçado com ceras, óleos, brilhos ou plastificados, através de escovas distintas que proporcionam texturas diversificadas, mas também intensificar a cor e tingir os bordos. Igualmente é possível desgastar os materiais através de lixadeiras ou escovadeiras, com níveis abrasivos distintos de modo a tornar possível outras linguagens visuais e texturais.

Montagem	Método fixação de sola ao corte	Tecnologia - Programa	Programa - forma
Montagem plana	Cola	O bordo de montagem é virado para o interior da fôrma e colado à palmilha. Por sua vez, a sola irá fixar-se à palmilha também através cola; Não necessita de palmilha de acabamento; Depende fundamentalmente da realização de uma preparação cuidada dos materiais a colar e da qualidade do adesivo aplicado; O corte e a sola são fixos de modo a nenhum dos meios que constituiu a montagem em si fique visível.	
Montagem Blake ou Mckay	Cosido	A costura é efetuada com uma máquina desenvolvida por Lyman Blake. O bordo de montagem é virado para o interior do sapato; A sola é fixa ao corte e à palmilha de montagem simultaneamente através de uma costura e cola assegurando desse modo maior resistência; Para possibilitar a costura, a sola tem um fendido e é levantada/aberta em toda a sua extensão nas extremidades, de modo a ser fixo o interior. Assim, a costura de montagem não será visível. No entanto, é frequente a gravação de motivos decorativos na sola, mais propriamente na zona a que corresponde o posicionamento da costura de montagem, bem como nos bordos e também em toda a extensão, que lhe conferem a espessura.	
Montagem 'Califórnia'	Cosido	A palmilha deve ser em têxtil ou couro; É costurado ao corte um revirão, topo a topo. Toda a construção assenta nessa costura; É muito utilizado no fabrico de calçado para criança; A montagem 'Califórnia' traduz calçado muito confortável e durável; O processo de fabrico é mais económico que o do sistema 'Goodyear'.	
Cosido e virado	Cosido	Caracterizado por se tratar de um tipo de montagem feita com o interior do corte voltado para o exterior. Por esse motivo, o princípio dessa montagem começa ainda no setor da costura. Após essa operação o calçado é virado e os bordos do corte são colados à sola manualmente. Segue-se a colagem da palmilha de montagem e palmilha de acabamento. Só após esses processos o calçado é enformado para ser possível prensá-lo de modo a fixar a sola corretamente. O acabamento é necessário para retirar engelhas que surgiram no processo de fabrico, uniformizar a cor da pele, tapar os poros, aplicar massa e escovar.	
Goodyear	Cosido	A construção 'Goodyear' é caracterizada pela costura (de uma tira de couro - vira - ao corte (parte superior do calçado) e à palmilha de montagem, sendo a vira novamente cosida à entressola e/ou sola; Essa costura é visível no sapato acabado; É criado um espaço entre a palmilha de montagem e a entressola/sola que se preenche com material de enchimento (normalmente cortiça). Oferece por isso conforto, proteção aos pés e possui elevada durabilidade; Elevado custo de produção, pois envolve um grande número de operações; Exige o uso de matérias-primas de qualidade; Possui qualidade superior e aspeto artesanal; Considerado como sendo o melhor sistema de montagem; Pretende reproduzir o processo artesanal manual de palmilhar; Este cosido pode ser feito com ou sem vira; A vira é costurada e pode ser fabricada com recurso a diferentes matérias-primas, como EVA, SBR, PVC e TR, mas habitualmente é de couro.	
Montagem com cosido norueguês	Cosido	Variante do sistema 'Goodyear', mas com mais operações manuais e com a particularidade da costura horizontal com fio encerado que liga a vira à palmilha de montagem e que fica visível; O bordo de montagem é virado para fora e é cosido à entressola (verticalmente); A sola é colada; O calçado tem um aspeto robusto; Esse cosido pode ser feito com ou sem vira. A vira é costurada e pode ser fabricada com recurso a diferentes matérias-primas, como EVA, SBR, PVC e TR, mas habitualmente é de couro.	
Montagem tipo mocassim ou tubular	Cosido	Na construção tubular, a base é fixada por costuras que são executadas sob a gáspea: a gáspea é costura ao espelho, assemelhando-se a um 'saco'; Só após esse processo o calçado é enformado para ser possível prensá-lo de modo a fixar a sola corretamente. A sola pode ser fixada por colagem, por injeção direta ao corte ou por colagem e cosido. Por norma não se utilizam solas de caixa. Traduz-se como a única montagem que não tem palmilha de montagem, mas apenas calcanheira; Calçado de boa qualidade, durabilidade e muito confortável; É um tipo montagem que muito facilmente se identifica, uma vez que as suas características são muito particulares. Sistema de produção moderadamente económico.	

Quadro 35 Articulação entre tecnologia e programa: métodos de fixação da sola ao corte e sistema de montagem. O desenho do quadro teve como base as entrevistas realizadas aos especialistas Martins, Encarnação, Teixeira e Sousa (Brochado, 2016b,c,d,f). O quadro 35 continua até à página seguinte.
Fonte: Aurora Brochado.

Montagem	Método fixação de sola ao corte	Tecnologia - Programa	Programa - forma
Montagem Pratik	Cosido	O bordo de montagem é virado para o exterior do sapato e cosido na sola, ficando assim visível no seu bordo; O calçado produzido por este sistema é confortável e durável; Utilizado com mais frequência no fabrico de calçado para criança; O processo de fabrico é relativamente económico.	
Montagem São Crispim	Cosido	O corte é costurado na sola, virado para o exterior do sapato e depois para o interior. O registo visual traduz-se no prolongamento do corte, forrando a espessura da sola; O bordo é costurado a palmilha, ficando visíveis as costuras, sendo a sola posteriormente colada; O calçado produzido por este sistema é confortável e durável e o processo de fabrico é relativamente económico.	
Montagem Strobel	Cosido	Caracterizado por se tratar de um cosido especial da palmilha com o corte – a gáspea, mas que não será visível; A palmilha pode ainda fixar-se à gáspea através do sistema de construção tubular; Só após esse processo o calçado é enformado para ser possível prensá-lo de modo a fixar a sola corretamente. É um sistema moderadamente económico e apresenta uma durabilidade média; Utiliza-se sobretudo no calçado para desporto; Devido às rugas que surgem nas arestas da fôrma na zona da biqueira e calcanhar utilizam-se solas com parede lateral mais elevada. Por norma não se utilizam solas de caixa; Este processo de construção distingue-se principalmente pelo conforto final obtido e pela flexibilidade que o sapato apresenta.	
Montagem por injeção Vantagem não descola	Injetado	O processo de injeção direta de borracha ao corte surgiu como um desenvolvimento do processo de vulcanização de borracha aplicado à indústria do calçado; O granulado é liquidificado, injetado e depois solidifica no molde da sola, que é fechado pelo corte.; Pode utilizar-se qualquer tipo de montagem como base, no entanto as mais usadas são a montagem tipo 'mocassim ou tubular', 'Strobel', 'cosido e virado', 'California' e 'montagem plana', significando assim que a montagem de base poderá revelar evidências físicas e visuais no calçado.	
Montagem por vulcanização	Vulcanizado	A preparação do corte é frequentemente utilizada com 'Strobel', 'cosido e virado', 'California' ou tipo 'mocassim ou tubular', significando assim que a montagem de base poderá revelar evidências físicas visuais no calçado; O processo consiste na vulcanização de borracha através da aplicação de tiras ou com a forma da base plantar num molde que é fechado por tampa.	

O presente capítulo organizou-se em duas partes, sendo a primeira delimitada por quatro momentos considerados no âmbito da investigação da história do design de calçado em Portugal, subdivididos na sua própria narrativa de acordo com as fontes encontradas. Estabeleceu-se uma divisão cronológica de acordo com o estudo e análise efetuados ao conjunto de documentação consultada sobre a temática do ‘calçado’, a qual pretendeu refletir as circunstâncias onde a história do calçado português se foi construindo. Nesse sentido, o desenho sincrónico foi efetuado mediante os conteúdos e a natureza da própria investigação que, igualmente, estruturaram a apresentação da presente narrativa.

Na investigação não se pretendeu apenas contemplar uma divisão cronológica inteiramente baseada no quadro político que a historiografia, habitualmente, assenta tendo-se, por isso, a par da consciência dos principais marcos que representaram ou contribuíram para a organização da própria história de Portugal, associado uma narrativa da história do calçado ligada também aos seus acontecimentos ‘internos’ que traduziram igualmente momentos próprios essenciais para as delimitações cronológicas. Essas, ambicionaram traduzir não só momentos de rutura, mas também de continuidade e evolução dos programas, das tecnologias de fabrico e, simultaneamente, das mudanças da condição do autor. Definiram-se os seguintes momentos e respetiva fundamentação:

Visão alargada dos enquadramentos históricos

a) Primeiro momento entre 1489 a 1834

Correspondeu à publicação do documento que formalizou o ofício dos sapateiros em Portugal o “Regimento dos Borzeguyeyros, (...) por parte dos borzeguyeyros, çapateiros, chapineiros e de todos os outros ofiçiais do ofiçiodosprital de Sam Viçente desta çidade de lixboa (...)” em 1489, até à sua extinção pelo decreto de 7 de maio de 1834.

A delimitação desse intervalo de tempo justificou-se, no ponto de partida por corresponder a uma cronologia onde o documento com maior longevidade sobre o ‘ofício de sapateiro’ se encontrou, o qual oficializou a profissão e ao mesmo tempo a regulou; a última data, por demarcar a extinção desse ofício, veiculado num percurso secular e geracional, por publicação de decreto de lei.⁵⁵⁸

⁵⁵⁸ Apesar da primeira abordagem institucional ao ofício de sapateiro se ter encontrado onde a legislação portuguesa tem início, ou seja, nas Ordenações Afonsinas (1446-1448), considerou-se que dado a natureza da informação contida no documento, se manifestaria relevante balizar cronologicamente a investigação a partir do documento subsequente – o Regimento de 1489, por esse esse revelar informação mais pertinente à história do design de calçado. Valerá o esclarecimento que os dados contidos no “Livro dos Vereadores das Cidades, e Villas, e cousas que a seu Officio pertencem” acerca do ofício dos sapateiros foram centrados no ponto de vista da tutela na sua regulamentação e fiscalização por parte das câmaras, mas também revelaram duas tipologias de artefactos produzidos àquele momento – os ‘sapatos esfolados ou de ponta’ (Livro I, Título XXVII, p. 176).

b) Segundo momento entre 1834 a 1933

Correspondeu ao fim do sistema corporativo de ofícios, ao primeiro processo de 'industrialização' do calçado em Portugal até ao começo do Estado Novo.

A delimitação desse intervalo de tempo justificou-se na primeira data pela correspondência com a suspensão de um complexo sistema de ofício e, simultaneamente, da permanência de todos os seus autores e demais relações com os artefactos, tendo sido entendido numa perspetiva que destacou a génese de uma nova identidade e o aparecimento de outras, como perspetivas que remeteram para um sentido de proximidade aos discursos próprios do design de calçado atual; e a última data, por demarcar o princípio do Estado Novo o qual por sua vez marcaria, inevitavelmente, uma nova fase nos discursos do design de calçado.

c) Terceiro momento entre 1933 a 1974

O terceiro momento foi entendido sob a égide do sistema político que vigorou em Portugal entre 1933 e 1974, correspondente ao Estado Novo.

Tratou-se de um momento que herdou do passado o hábito da regulação por parte do poder político nos discursos do calçado, mas levando essa regulação ao quadro operativo de normalização da indústria do calçado, numa intervenção profunda na iniciativa privada e consequências diretas ao nível da organização administrativa e interna da indústria, dos volumes de produção, dos programas de calçado realizados, dos materiais, preços, mercados e do incremento tecnológico

d) Quarto momento entre 1974 a 2016

O quarto momento foi balizado entre 1974 e 2016 e enquadrou-se no contexto político da III República. Foi marcado pelos primeiros esforços efetivos não só para o incremento do design de calçado na indústria do calçado, para a mecanização da produção de calçado em ampla escala, para a introdução do marketing e a internacionalização de artefactos de origem portuguesa. O percurso foi de libertação para a indústria do calçado e, conseqüentemente, para o seu reconhecimento internacional e contributo fundamental na economia nacional.

O presente capítulo estruturou-se com base nos momentos acima descritos, sendo a partir das fontes consultadas para o seu estudo onde se consideram divisões temáticas dentro de cada momento. Tendo em conta a influência que o contexto histórico de cada momento ocorreu e, em vista disso, os aspetos culturais dele decorrente, não foi possível manter os mesmos tópicos de análise em cada um deles. O princípio metodológico de análise apesar de ter seguido o modelo triangular proposto por Providência (2003) declinado em todas as divisões cronológicas, permitiu liberdade para a organização de cada espaço temporal de acordo com os elementos que melhor o caracterizaram, tentando-se, contudo, seguir uma estrutura similar, sempre que possível. Tendo em conta que os temas analisados em cada momento correspondem por si só a uma posição no tempo, pretendeu-se que os mesmos se entrecruzassem por forma a serem complementares.

Visão aprofundada dos enquadramentos históricos

a) Primeiro momento entre 1489 a 1834

Principiou-se a narrativa deste momento com o esclarecimento do ofício de sapateiro em Portugal através de uma análise ao contexto onde esse emergiu. Para tal, foi necessário recuar na cronologia definida pelo documento que ‘oficializou’ a sua atividade profissional por, simultaneamente, refletir o contexto que o antecedeu e o contexto presente àquele momento do desenvolvimento de uma estrutura que perdurou com uma identidade vincada durante aproximadamente quatro séculos. Assim, do sistema associativo em regime de confrarias despontou o sistema corporativo onde o autor, os programas e as tecnologias enquadraram e direcionaram os discursos do design de calçado. Num quadro paralelo, os programas de calçado, sobretudo por via de publicações periódicas, foram reclamados para o sentido da moda.

A abordagem tecida centrou-se numa análise que privilegiou o estudo do conceito de autoria no calçado, sem deixar de parte a relação entre tecnologias e programas. Essa incidência relacionou-se com a natureza dos dados recolhidos, tendo-se concluído que esse momento foi aquele que o autor emergiu, se afirmou e ao mesmo tempo se encobriu sendo, por isso, marcado pelos discursos centrados nessa perspetiva. A relação de pertença com a técnica e, portanto, inseparável dos programas exerceu um papel relevante e permitiu estruturar toda uma identidade, a qual na verdade, terá perdurado por consequência da manutenção da qualidade dos artefactos.

AS FONTES

Como mencionado, o estudo deste capítulo principiou cronologicamente em 1489. Além de data correspondente à oficialização de um primeiro momento da estrutura associativa e profissional do sapateiro – no sentido do estatuto do autor, analogamente refletiu o mais antigo documento que revela informações de algum ofício português. Tratou-se do “Regimento dos Borzeguyeyros, (...) por parte dos borzeguyeyros, çapateiros, chapineiros e de todos os outros ofíciais do ofiçiodospitall de Sam Viçente desta çidade de lixboa” (...) e manifestou-se como o primeiro documento, no sentido de antiguidade, que a história do design pode reclamar para o campo de análise do calçado. O documento em epígrafe originou a primeira alteração num contexto de ofício enquadrado num sistema de ‘confrarias’, o qual passou a lidar além dessa estrutura que protegia os indivíduos com a mesma prática profissional, mas de índole voluntária, caritativa e de fraternidade, com a integração num sistema de ‘corporações’. Esse novo enquadramento, de carácter obrigatório regulamentou o estatuto do autor, determinou os programas e protegeu a técnica, preservando assim durante séculos um saber-fazer de calçado trazido geracionalmente de pais para filhos. Perante essas constatações, o documento foi entendido como base orientadora e reguladora dos parâmetros estruturais da atividade de ‘fazer calçado’, mas também da manutenção da qualidade dos programas, sob o ponto de vista da técnica

ou da permanência das especificações que conduziram a uma conservação e paralelamente evolução de um design de calçado português.

No mesmo sentido anterior, analisou-se o “Livro dos Regimentos dos oficiais mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa” (1572), publicado por Vergílio Correia (1926)⁵⁵⁹ que refletiu também um marco no primeiro momento da história do design de calçado em Portugal. Primeiro, porque se tratou de um documento que além de regulamentar, normalizou a profissão do sapateiro no reino português; segundo, pela materialização da primeira grande intervenção do poder régio nos ofícios, solidificando desde logo o que foram os esforços levados a cabo no âmbito do sistema anterior de ‘confrarias’ e por isso, de intervenção a partir de um vínculo a uma religião; terceiro, pela reiteração da valorização da técnica e da organização dos programas de calçado, tendo servido como o documento orientador não só para os sapateiros, mas também para a evolução da própria estrutura profissional, sempre assente na manutenção da tradição e da qualidade técnica na realização dos artefactos.

Ainda no cariz de fontes inscritas na legislação, consultaram-se os despachos de 26 de agosto de 1620 e de 16 novembro de 1638 e o Regimento de 1736 tratando-se de documentos que deixaram revelar a classificação dos programas sob o ponto de vista da aprovação necessária para o ingresso na profissão, reiterando assim uma relação estreita entre programas, tecnologias e autores. Por fim, consultou-se o decreto de 7 de maio de 1834, que publicou a extinção das corporações em Portugal.

Paralelamente, analisaram-se os estudos inauguradores sobre os ofícios em Portugal, como o caso das publicações

- “A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa” (1942) e “As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua História”, de Marcelo Caetano (1943-46). Traduziram-se como fonte incontornável para o estudo do tema e foram também reveladores da transcrição de documentos régios que incidiram, essencialmente, sobre Lisboa;
- “Os Mesteres do Porto no século XV. Aspectos da sua actividade e taxas de ofícios mecânicos” e “Os mesteres do Porto: subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos” de António Cruz (1943) por esclarecer a temática do ofício de sapateiro no Porto;
- “Guimarães, Apontamentos para a sua História” de António Caldas (1881); “Estatutos dos mestres sapateiros e mais ofícios anexos à sua bandeira desta vila de Guimarães” (1887); “Regimento dos mestres sarradores anexos à nossa bandeira” e o “Regimento dos mestres tamanqueiros que fazem paus de socos anexo à nossa bandeira” de Avelino Guimarães (1888); “Os mesteres na antiguidade de Guimarães: I Sapateiros e artes correlativas” e “Os Mesteres de Guimarães III” de A.L. Carvalho (1937; 1942), pelos esclarecimentos complementares ao contexto nacional;

⁵⁵⁹ Vergílio Correia tornou acessível a transcrição do “Livro dos Regimentos de Lisboa” de 1572, manifestando-se assim como fonte para o entendimento das corporações de ofícios portuguesas, nomeadamente a dos ‘sapateiros’.

— E estudos mais recentes que abordaram a profissão ainda enquadrada em sistema de confrarias, tendo fornecido sinais sobre as formas de organização do trabalho e da produção de artefactos como “A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano: uma relíquia da Idade Média no Porto moderno” de Geraldo Coelho Dias (2006) e “Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415” de Arnaldo Sousa Melo (2009).

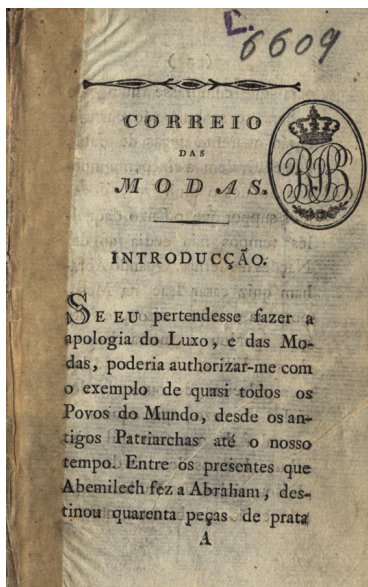


Fig. 128 Primeira página do “Correio das Modas” (1807). Fonte: BNP.

Encontraram-se publicações periódicas portuguesas no espólio da BNP posicionadas, cronologicamente, no momento em análise consideradas e inscritas em estudos de design de calçado. Do vasto conjunto de periódicos encontrados nesse arquivo selecionaram-se os que se ligaram ao espectro da investigação, uma vez que nem em todos se destacou o assunto da ‘moda’ incidindo, abundantemente, na literatura. As informações sobre o calçado nas publicações que abordaram a moda não foram alvo de destaque, mas encontraram-se referências a tipologias, cores e materiais, bem como ligações, no sentido de ‘combinação’ com as roupas. Salientaram-se o nesse âmbito o “Correio das Modas” e “O Toucador”:

- 1) O “Correio das Modas” foi o primeiro jornal feminino português e surgiu em Lisboa, em 1807 (fig. 128). Teve como finalidade publicar a “moda nos trajes das senhoras e dos homens, e em móveis elegantes no seu género” (1807, p. 5). Apesar de não se tratar de uma publicação apenas sobre moda, o periódico distinguiu trajes para ocasiões distintas, mas também modelos do exterior, como descrições e ‘observações gerais’ de trajes parisienses, no sentido de orientar e esclarecer os usos de um público alvo português posicionado no topo da hierarquia social, a julgar pela presença do ouro e da prata como elementos presentes na descrição dos trajes.
- 2) “O Toucador” foi publicado em fevereiro e março 1822 em Lisboa, dirigido por Almeida Garrett (fig. 129). Foi um periódico que abrangeu o campo da moda e da atualização das boas maneiras e hábitos sociais com vista à instrução do género feminino, de influência francesa (p. 3). A publicação tratou não só a temática da moda - onde incluiu a moda - últimas modas de Paris e o uso em Lisboa, mas também o namoro, bailes, variedades, teatro, passeios ou jogos.

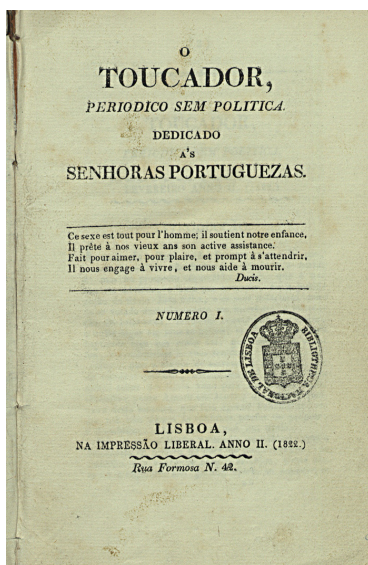


Fig. 129 Primeira página de “O Toucador” (1822, nº 1). Fonte: BNP.

Por fim, consultaram-se também outras fontes para esclarecimento e complemento dos contextos histórico e social de Portugal na cronologia que o primeiro momento deste capítulo abrangeu: “Portugal illustrated: in a series of letters”, por William Kinsey (1829); “História de Portugal - Estado, Pátria e Nação (1080-1415)”, de Joaquim Serrão (1977); “O quadro económico: configuração estrutural e tendências de evolução”, de José Serrão (1994); “Onde nasceu a indústria do calçado: subsídios para o estudo da arqueologia industrial do calçado no triângulo de Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis” e “Os sapateiros no contexto económico político e religioso do reino”, de António Mesquita (1995; 2003).

b) Segundo momento entre 1834 a 1933

A abordagem ao segundo momento principiou com explicação das implicações trazidas por esse documento na organização profissional e estatutária secular do ofício dos 'sapateiros'. Seguiu-se a caracterização do novo modelo de sistema associativo que vincou o momento em estudo, uma vez que esse terá sido, novamente, o mote para uma ligação entre aqueles que integravam um mesmo quadro operativo. Foi também analisado o papel do estado português na sua função reguladora da indústria do calçado, precedendo essa temática os discursos centrados em perspetivas que se direccionaram para os novos autores, novos programas e novas tecnologias, fruto de um contexto que se tentou normalizar. Igualmente, se investigou o propósito dos discursos do calçado no panorama da moda. Por fim teceu-se uma abordagem à caracterização da malha industrial no final do século XIX e aos acontecimentos que marcaram o século XX, sob a mesma linha análise anterior. Optou-se pela divisão da temática do século XX pelo facto do seu contexto englobar a alteração do regime político a República e nesse sentido, os discursos reguladores alteraram-se e representaram a efervescência de uma súpula de discursos anteriores.

AS FONTES

Transversalmente, ao longo do estudo do segundo momento consultaram-se os dicionários de Raphael Bluteau (1712-1728), Moraes Silva (1789) e Caldas Aulete (1925) e a Enciclopédia Luso Brasileira (1966, Vol. XII) para o esclarecimento de termos específicos; bem como a extensa legislação régia e republicana abrangente ao período sobre a temática do calçado que revelasse interesse ao sentido do presente estudo, sendo explicadas mais adiante dada a presença dessa natureza de fontes ao longo de todo o capítulo.

Analísaram-se outras fontes à luz de metodologias da história do design que evidenciaram dados passíveis de abranger a contextualização do momento. Enunciam-se de seguida respeitando a ordem cronológica de publicação. Foram elas:

- O *Inquérito industrial* realizado em 1881 foi uma fonte basilar na investigação. O documento evidenciou-se como o mais completo dos inquéritos realizados no contexto onde se posicionou e foi portador de informações relativas não só a cronologias passadas, mas também das necessidades para a protecção da indústria ou outras chamadas de atenção⁵⁶⁰. Tratou-se de uma fonte incontornável para a análise da indústria portuguesa do calçado no século XIX tendo permitido compreender o seu estado a partir de dados concretos relativos à estrutura industrial e aos artefactos em si. Tendo em conta que se trataram de inquéritos diretos, os elementos que corresponderntes às fragilidades encontradas na indústria do calçado espelharam as ideologias

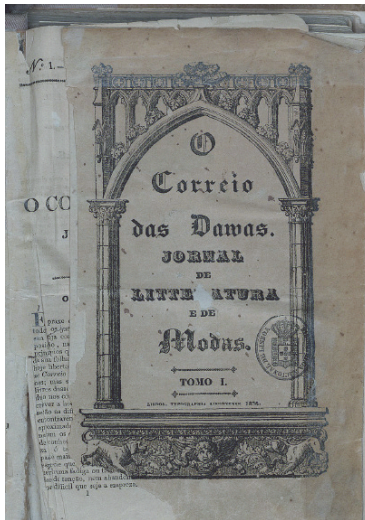


Fig. 130 Primeira página de "O Correio das Damas" (1836, nº 1). Fonte: BNP.

⁵⁶⁰ Esse inquérito fornece outras cronologias através de dados provenientes de inquéritos realizados anteriormente, sendo reveladores da ligação dos discursos do calçado e dos curtumes, deixando perceber que os focos da produção de curtumes corresponderam aos pontos geográficos onde a atividade de produzir calçado mais se difundiu.



Fig. 131 Primeira página de "A Estação de Paris" (1895). Fonte: BNP.



Fig. 132 Primeira página de "Recreio das Damas" (1863, n.º 1). Fonte: BNP.

mencionadas nas associações existentes, no entanto, a linguagem utilizada para enumerar os mesmos da indústria do calçado foram designações que corresponderam ao enquadramento do sistema corporativo;

- As publicações "A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária 1850-1934" e "Capitalistas e industriais (1870-1914)" de Filomena Mónica (1982, 1986); e artigos publicados nos periódicos "A Sapataria Portuguesa" (1891) e a "Voz do Operário: órgão dos fabricantes de calçado da classe operária em geral" (1896), pelo seu carácter antológico permitiram analisar artigos provenientes de jornais associativos ligados ao calçado, deixando revelar perspectivas procedentes da classe dos operários do calçado em primeira voz;
- Os artigos de Jaime Reis (1984) "O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)" e de Aurélio Oliveira (1998) "As Indústrias no Porto nos finais do século XVIII" manifestaram relevância pelos dados sobre o contexto económico português dos séculos XVIII e XIX;
- "O império do efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas" de Gilles Lipovetsky (1989), "Uniformologia: O jogo da aparência e da realidade" de Sérgio Coelho (1998) e a "Historia del traje en occidente: desde los orígenes hasta la actualidad" de Francois Boucher (2009) contribuíram para os esclarecimentos sobre a moda e sobre programas no contexto do século XX. A primeira edição da última obra é francesa e editada após um ano a morte do autor. Foi consultada a edição espanhola;
- A publicação do historiador Rui Brás (2004) "Formas institucionais e sistemas de valores na classe dos sapateiros" pronunciou-se relevante na investigação, tendo expressado uma linha orientadora na compreensão da evolução das significações, atributos e estrutura que o 'sapateiro' recebeu perante o enquadramento em sistema associativo.

Tendo em conta que se percebeu uma vasta quantidade de publicações periódicas portuguesas provenientes da cronologia em análise no espólio da BNP⁵⁶¹ destinadas ao público feminino e com probabilidade

⁵⁶¹ Com base no levantamento efetuado na BNP apresenta-se de seguida uma lista de publicações que fornecem destaque aos conteúdos de moda, a partir da segunda década do século XIX, tendo traduzido as tendências para os momentos em que se publicavam:

- a) A "Gazeta das Damas" foi um periódico publicado em Lisboa, entre novembro e dezembro de 1822, com três números e teve como objetivo instruir as mulheres acerca dos negócios políticos, operações levadas a cabo pelo governo e notícias relevantes (fig. 134).
- b) "O Toucador" foi publicado fevereiro e março 1822, dirigido por Almeida Garrett. Foi um "periódico sem política" que abrangia o campo da moda e das boas maneiras (N.º 1, p. 3).
- c) "O Correio das Damas" foi publicado entre 1836 e 1852 tendo como finalidade esclarecer a "história das modas", assim como apresentar as últimas tendências inglesas e francesas em cada volume (fig. 130).
- d) "O Judeu Errante" foi um jornal de moda e literatura publicado em Lisboa, com apenas um número em 1851.
- e) "A Quinzena" foi uma publicação que abrangia a literatura, moda e o teatro, em Lisboa.
- f) O "Mensageiro das Damas" foi um jornal de modas, costumes e curiosidades, mensal e publicado em Lisboa, entre 1853 e 1862.
- g) "O mundo elegante" foi um periódico de moda, literatura, teatros e belas-artes publicado em entre 1858-1860. Trata-se da primeira publicação conhecida do século XIX proveniente do Porto.
- h) O "Recreio das Damas" foi um periódico semanal, publicado em Nova Goa, entre maio e outubro de 1863 e "oferecido às damas portuguesas de toda a Índia" com dezasseis números (1863). Apesar de ter como finalidade abranger também a moda e de assumidamente ser uma publicação mais "amena dada à quantidade de publicações já existentes sobre moda" (1863, n.º 1) àquele momento, apenas no n.º 2 se publicou um artigo sobre a temática da moda (fig. 132).
- i) "O Elegante" foi o primeiro periódico destinado ao público masculino, incidiu na roupa e destinou-se a alfaiates e costureiras, publicado em Lisboa em 1883.
- j) A "Estação de Paris" foi um periódico que incidiu na moda, publicado em Lisboa em 1895 com três números. Apresenta e



Fig. 133 Primeira página do "Jornal das Senhoras" (1896). Fonte: BNP.

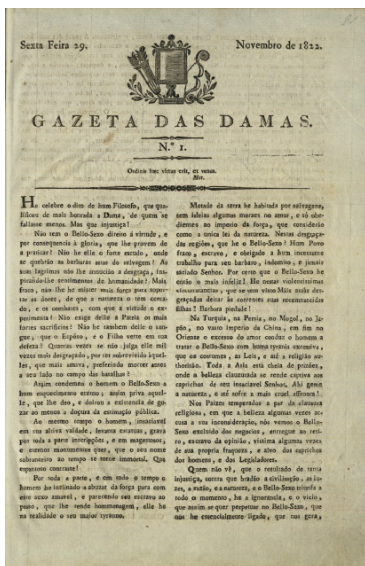


Fig. 134 Primeira página da "Gazeta das Damas" (1822). Fonte: BNP.

de abordagem a temáticas da área de estudos do design de calçado, foi necessário definir critérios de pesquisa, uma vez que além da moda nessas publicações, também a cultura literária contemporânea foi foco de abordagem, se não, assunto dominante. Nesse sentido, optou-se por uma consulta mais detalhada a publicações que evidenciaram, quer pelo título, quer pela descrição associada a esse, a presença de registos sobre moda. Essa seleção possibilitou perceber que esses meios de divulgação e regulação da moda em Portugal uma das vias pela qual se difundiram e sugeriram códigos de vestir numa sociedade que ambicionou acompanhar os contextos internacionais; como se considerou a moda portuguesa; que soluções se poderiam tomar; os paradigmas que se romperam perante o passado e quais se introduziram. Analisaram-se os artigos mais relevantes de cada publicação com vista à interpretação não só do enquadramento do calçado nos discursos da moda, mas também os seus programas ligados a especificidades com materiais e cores associadas ao momento do uso e à relação com a restante indumentária. Foram assim consultados os seguintes periódicos:

- “O Correio das Damas” (1836-1852), com periodicidade quinzenal até 1837 e mensal a partir desse ano e até 1852, correspondendo a um total de cento e oitenta e três volumes nos quais foi dado um lugar de destaque para moda, tendo salientado na sua pretensão fundamental o esclarecimento da história da moda, assim como a apresentação de tendências complementadas com litografias coloridas e ilustradoras de tendências de moda, acompanhadas com descrições dos figurinos (fig. 130);
- O “Recreio das Damas” (1863) foi um periódico semanal com dezasseis números, o qual pelo facto de incidir na promoção do gosto das “bellas-letras” (1863, n.º 1, 9 maio) publicou o primeiro ensaio que caracterizou claramente a ‘moda portuguesa’ (fig. 132);
- “A Estação de Paris” (1895) foi uma revista com número único de “modas, litteratura, elegancia e bom tom” editada por Guiomar Torrezão com vista a trazer para Portugal as tendências de Paris onde manifestou um enquadramento do calçado de estreita ligação com a restante indumentária (fig. 131).

Verificou-se que a historiografia se tem centrado no estudo das corporações de ofício de modo generalizado, ficando em aberto uma possibilidade de estudos centrados nas confrarias e corporações de sapateiros portugueses à luz da história do design. A narrativa que se teceu no primeiro momento teve como pano de fundo o sistema corporativo, apesar das confrarias se terem mantido a par da sua existência, mas o qual se considerou onde o ofício do sapateiro se desenvolveu e consolidou, até ao ano de 1834. Os discursos provenientes desse contexto foram centrados na perspectiva do autor, apesar de relacionarem programas e tecnologias. O segundo

descreve figurinos, bem como detalhes dos mesmos (fig. 131).

k) O “Jornal das Senhoras” foi um semanário que incidiu essencialmente na literatura, mas com uma coluna sobre moda, publicado apenas em três números, entre janeiro e fevereiro de 1896 (fig. 133).

momento, enveredou num processo de industrialização ao nível nacional, que inaugurou um período de atividade técnica distinta nos processos e sistemas construtivos dos artefactos, assim como dos programas, mas que manteve nos seus conceitos a designação e as significações do ‘sapateiro’ no enquadramento do ‘ofício’ não o deixando assim desaparecer. Na verdade, o estudo ao segundo momento revelou que só no século XX se traduziram discursos, verdadeiramente, centrados no sentido da indústria do calçado, apesar de ainda se ter sentido reminiscências de um pensamento assente em significações próprias do contexto do primeiro momento. Os discursos institucionais reguladores e normalizadores publicados eventualmente não terão tido um efeito tão rápido quanto o desejável, como se verificou com os discursos internos que ecoaram até à I República.

c) Terceiro momento entre 1933 a 1974

Situado no período do Estado Novo, o terceiro momento foi um dos períodos onde se encontrou um retrato da indústria de calçado mais detalhado devido à vigência de um sentido corporativista e regulador por parte do poder político, o qual levou a cabo publicações de diversos documentos de carácter legislativo em, praticamente, todos os sentidos possíveis de associação ao ‘calçado’. A abordagem ao momento teve início com a explicação do quadro ideológico onde a indústria do calçado se posicionou e os esforços efetuados com vista à orientação e desenvolvimento do setor, de modo a esse enquadramento contribuir para a compreensão dos sentidos que os discursos do ‘calçado’ adotaram ao longo do terceiro momento da história do design de calçado em Portugal. Assim, apesar de integrar o contexto da indústria portuguesa entendida na sua generalidade, o calçado destacou-se pelo sentido orientador que o Estado lhe forneceu, quer por via de regulamentação quer por via dos sistemas associativos que igualmente inspirou, com um direcionamento muito particular pelo reflexo da ocorrência de uma intervenção em [quase] todos os seus eixos de atuação possíveis. Na verdade, a exaustiva produção legislativa ligou-se ao carácter ditatorial extremamente regulador que foi baluarte do Estado Novo. Nesse sentido, encontraram-se documentos reguladores que se debruçaram perante um carácter mais abstrato em determinadas matérias, mas também orientações que especificaram elementos mais particularidades, próprios da natureza de cada lei.

AS FONTES

O grande objetivo para o âmbito da temática do calçado no segundo momento da narrativa da história do calçado em Portugal relacionou-se com a definição de uma linguagem comum assente num padrão estrutural e uma prática profissional regularizados. Dos aspetos mais relevantes encontrados pelas consequências que trouxeram para a cronologia em análise, como o desenvolvimento da indústria do calçado, destacaram-se a realização da “Exposição do Mundo Português”, em 1940, por ter contribuído para a inauguração de uma prática de normalização dos programas por parte do Estado e pela proteção aos artefactos de origem nacional (fig. 135); a publicação da primeira “Revista de Calçado



Fig. 135 Catálogo da Fábrica de Calçado Luso – Belga (1939). Fonte: CDAB.



Fig. 136 Revista Portuguesa de Calçado (1957, nº 2). Fonte: CDAB.

Portuguesa” (1956-1957) pela tradução de uma mentalidade aberta ao exterior e numa só voz associada ao quadro da indústria do calçado e da moda, contribuindo assim para a profusão de perspetivas que aliou programas – tendências, estilos, linhas, cores e materiais; tecnologias – equipamentos, técnicas e processos de fabrico; e autores – modelista, desenhador, fabricante e mestre (fig. 136); o “II Congresso da Indústria Portuguesa” realizado em 1957 por ter dado voz aos agentes do calçado, trazendo consigo uma abertura ao país e ao exterior da indústria do calçado veiculada pela revista mencionada em epígrafe, quer no sentido de aquisição não só de matérias primas, quer com vista ao desenvolvimento de novas tipologias formais e sua exportação; a integração de Portugal no *Modeurop*⁵⁶², em 1960 onde a partir do qual se passariam a seguir as cores dos materiais para o calçado da época; e a normalização das ‘fôrmas’ relativamente aos princípios anatómicos e uniformização de dimensões a partir de 1961 com a adoção da ‘Normalização – SINFAC – Dohmen’⁵⁶³.

Do conjunto de comunicações apresentadas no II Congresso da Indústria do Calçado (1957) e proferidas em primeira voz pelos agentes que operavam diretamente na indústria do calçado, consideram-se indispensáveis para a investigação as seguintes comunicações pela incidência nos efeitos da mecanização na produção de calçado, soluções e propostas concretas de reorganização da indústria, a partir de uma perspetiva baseada na experiência direta que possuíam com a produção de calçado:

- “Problemas da indústria do calçado”, por João Reinaldo (1957); “Soluções para as dificuldades da indústria do calçado”, por Serafim Ferreira Santos (1957); “A mecanização total da indústria do calçado”, por António Alberto Ribeiro (1957). Das considerações difundidas nessas comunicações, analisou-se a publicação “Indústria do calçado de cabedal: subsídios para o seu estudo”, por António Bravo (1957) como resultado da análise das ideias debatidas no congresso e enquanto proposta para uma organização da indústria do calçado.

As fontes mereceram especial atenção por se relacionarem com sentidos alocados aos programas, autores e tecnologias de outra natureza editorial, apesar do seu enquadramento ideológico e das regulações abordadas anteriormente foram fundamentais à investigação tendo proporcionado outras interpretações complementares ao restante enquadramento bibliográfico, destacando-se as seguintes:

- o catálogo da coleção de calçado da fábrica Lusbel intitulado “1640-1940” (1939); e, novamente, a “Revista Portuguesa de Calçado” (1956-1957);
- publicações sobre acabamentos de calçado – “Gomas e graxas, colas e

⁵⁶² Apesar de ser abordada ainda em 1965 não foi, no entanto, possível apurar se terá sido efetivamente posta em prática. Ver *Boletim do Grémio dos Industriais de Calçado*, 1965, p. 19.

⁵⁶³ Essa normalização das medições e volumetrias das ‘fôrmas’ para a indústria do calçado resultaram de um amplo estudo que relacionou os princípios ergonómicos e as principais patologias detetadas, o qual se traduziu numa proposta de normalização das ‘fôrmas’ e que o seu autor, Paul Dohmen teve a possibilidade de o apresentar em Portugal na década de 60 e acompanhar a sua implementação (fig. 478). Ver terceiro momento da investigação.

betumes, cimentos, mastiques, lustrinas, cremes e pomadas para calçado” de Marcel Verdum (1938); “O que é a normalização?” de Paul Dohmen (1965) e o “Manual de modelação de calçado” de António Ribeiro (1972).

Do conjunto de periódicos ligados à imprensa associativa destacou-se o “Boletim da associação dos industriais de calçado” (1965). Analisaram-se ainda outras fontes mais recentes e relevantes à luz de metodologias de história do design que permitiram outras interpretações para a compreensão contextual do terceiro momento, tais como:

- as publicações “A industrialização em Portugal” de Ferreira do Amaral (1966); e “A evolução do sistema corporativo português: o salazarismo” de Manuel Lucena (1976); o artigo “Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária” de Fernando Rosas (1994); o estudo “O crescimento da produtividade da indústria portuguesa do século XX” de Álvaro Aguiar e Manuel Martins (2004); o artigo “Crise, Nacionalismo e Ditadura: Memória da grande Depressão em Portugal (I) Portugueses, patriotas, preferi produtos portugueses” de Fernanda Rollo (2008); o artigo “Sindicatos Nacionais” publicado no “Dicionário de História de Portugal” sob a edição de A. Barreto e Filomena Mónica (2000); e o estudo intitulado “A nova ordem industrial. Da fábrica ao território de Lisboa 1933-1968” por Deolinda Folgado (2009).

c) Quarto momento entre 1974 a 2016

Foi no decorrer do quarto momento onde se considerou o desenvolvimento industrial efetivo do setor do calçado, tendo sido esse período onde a sua produção se mecanizou inteiramente, assim como também o contexto de afirmação de discursos ligados ao design se salientou. Considerou-se pertinente na abordagem a efetuar na investigação esclarecer o conceito institucional de ‘indústria’ em Portugal, designadamente, ‘indústria de calçado’. A premissa que o ‘setor do calçado representa um território complexo e que opera de modo particular, comparativamente a outros setores industriais de natureza similar; o facto de se terem encontrado novos conceitos associados aos discursos do ‘calçado’, precisaram ser esclarecidos, quer no sentido da sua própria definição, mas quer também perante os preceitos da linguagem correspondente a esse momento e, portanto, também inerentes ao contexto atual. Consequentemente, a afirmação da produção de calçado mecanizado trouxe consigo outros profissionais para o setor com papéis bem distintos daqueles que até ao momento marcaram a atividade profissional e os quais se pretenderam igualmente estudar.

AS FONTES

O sentido encontrado nos esclarecimentos generalizados da ‘indústria’ verificou-se nos discursos de normalização e regulação efetuados pelo Estado. Percebeu-se, contudo, uma alteração contextual de fundo: a diminuição do grau de participação e implicação do poder político na regulamentação do setor em si. De uma intervenção exaustiva e em todos os sentidos ligados ao ‘calçado’ vinculados no terceiro momento,



Fig. 137 Revista Portuguese Soul (2017, nº 1).
Fonte: APICCAPS.



Fig. 138 Revista Portuguese Soul (nº 11).
Fonte: APICCAPS.

esse papel minorou no momento seguinte e traduziu-se em eixos estruturais de perspectivas incidentes na classificação e na caracterização das atividades económicas portuguesas. As fontes de natureza legislativa manifestaram-se fundamentais para a caracterização e enquadramento da indústria do calçado sob o ponto de vista da investigação, tendo na verdade, contribuído para a organização da indústria em si. Foi através da consulta bibliográfica sobre as atividades económicas e profissionais portuguesas, designadamente: a “Classificação Nacional de Profissões” (1994), a “Classificação Portuguesa das Atividades Económicas” (2007)⁵⁶⁴ e o “Contrato Coletivo de Trabalho do Calçado, Componentes e Artigos em Pele” (2010) que se esclareceu o conceito de indústria do calçado, as competências dos profissionais ao seu serviço, a normalização da identificação e classificação dos materiais. A informação manifestou-se, fundamentada perante um ponto de vista que diferenciou estádios de atividade, tais como referentes a processos tecnológicos, tipologia de matéria prima, produto final e tipo de serviço prestado. Nesse contexto, pode perceber-se que os aspetos contemplados para as classificações foram passíveis de se relacionar com as perspectivas tidas em conta na investigação, nomeadamente, com o modelo triangular apontado por Providência (2003).

No desenho do quarto momento considerou-se além dessas clarificações contextuais a possibilidade de perceber o enquadramento da indústria no novo panorama associativo, trazido com o surgimento da APICCAPS, em 1975. A APICCAPS foi compreendida na investigação através de uma perspectiva que procurou entender o seu papel e as consequências trazidas com o seu grau de implicação no setor e responsabilidade de introdução do design no setor do calçado, num percurso temporal de aproximadamente quatro décadas. Trata-se de uma organização associativa assente em perspectivas trazidas por agentes do calçado enquadrados também no contexto do terceiro momento com vista a contribuir para a real industrialização do calçado em Portugal, manifestada no contexto do Pós 25 de abril num sentido de atuação onde esses agentes difundiram e colocaram em prática os seus ideais para o desenvolvimento do setor. A relevância do retorno de um panorama associativo fundamental para o ensimesmamento da indústria do calçado em Portugal poderá ser ligada a aspetos encontrados no primeiro momento da investigação, através do paralelismo com o sistema corporativo, no qual a manutenção de uma atividade de forte disciplina técnica foi reflexo dos esforços levados a cabo por uma agremiação de profissionais da área do calçado, os quais ao se associarem recuperaram e reorganizaram os discursos do ‘calçado’ em primeira voz, num contexto histórico e social também peculiar. Partindo dessas premissas, encontrou-se um sentido similar no momento em estudo, no qual se constatou um papel análogo, ainda que adaptado ao

⁵⁶⁴ Valerá o esclarecimento que a “Classificação portuguesa das atividades económicas” (2007) apresentou as atividades económicas organizadas em secções, divisões, grupos, classes e subclasses. O sistema de codificação adotado pode dividir-se em duas partes: uma alfabética com um nível – secção; e outra numérica com quatro níveis: divisão, grupo, classe e subclasse.

contexto onde se posiciona, materializado pela APICCAPS. O momento em análise pretendeu assim a procura dessa relação no enquadramento associativo e no seu contributo para a emergência de uma indústria marcada cada vez mais por um sentido disciplinar técnico. Igualmente se ambicionou perceber as perspetivas ligadas ao contexto recente e atual, bem como aos aspetos salientados num discurso que já não assentou em ideias inerentes ao contexto social do ‘ofício de sapateiro’ e ao seu cariz artesanal tornando-se antes ligado a um contexto social de ‘industriais’ inteiramente mecânico e com grandes volumes de produção anuais. Foi assim marcado pela orientação da APICCAPS, a qual ao interceder no setor que ao interceder em articulação com os seus associados através da definição de eixos estratégicos, provocou por sua vez o sucesso, o sentimento e os efeitos da competitividade também nas empresas não associadas, contribuindo para o crescimento progressivo da indústria do calçado. Das evidências enunciadas na interdependência existente entre associação e indústria e vice-versa, manifestou-se relevante a caracterização da associação e a interpretação aos seus eixos estratégicos de atuação com vista a desenhar a história do design de calçado. Nesse ciclo constante os dados acerca da indústria portuguesa do calçado têm vindo a revelar-se cada vez mais com distinção.

Consultou-se para o desenho do quarto momento o vasto conjunto de publicações levadas a cabo pela APICCAPS tendo-se interpretados as suas propostas para a reorganização e orientação do setor e consequentemente compreendeu-se o crescimento e o desenvolvimento do setor do calçado, numa análise que incidiu em perspetivas relacionadas com as tecnologias, os autores e os programas. Consultaram-se assim: os *Planos Estratégicos* de 1978, 1983, 1994, 1999, 2003, 2007 e 2013; as *Monografias Estatísticas* de 2009, 2011, 2013, 2014, 2015, 2016; o “Jornal da APICCAPS”, desde 1997; o documento “Facts and Numbers” de 2017; o “Contrato Coletivo de Trabalho para o Sector do Calçado” (2010); o “Boletim de Conjuntura” e a publicação “FootGrafia”, ambas publicações trimestrais, de 2011 até 2017; e a revista “Portuguese Soul”, publicada a partir de 2017 (fig. 137-138).

1. PRIMEIRO MOMENTO: O OFÍCIO DE SAPATEIRO E O CALÇADO PORTUGUÊS ENTRE 1489 E 1834

A importância acrescida ao calçado ao longo do tempo, como as novas perspetivas do seu entendimento deram lugar a outra interpretação à sua história e ao seu percurso marcado por momentos de viragem e de introdução de novos paradigmas. Esses, apesar de a seu modo acompanharem os contextos políticos que marcaram a história do país, permitiram o desenho de uma narrativa própria, como momentos particulares e intrínsecos aos discursos do calçado. Foi nesse sentido que se considerou na presente investigação uma divisão cronológica enquadrada nos próprios aspetos que integraram o percurso do ‘calçado’ em Portugal. Conforme foi referido, definiram-se os quatro momentos que compreenderam desde a oficialização de uma atividade profissional inteiramente artesanal até à sua substituição por uma atividade mecânica.

Nesse percurso emergiu o autor que se adaptou e transformou em cada momento de modo a dar resposta às mudanças operativas inerentes ao desenvolvimento da atividade.

- O primeiro momento foi balizado para a presente narrativa sobre o percurso profissional e temporal dos ‘autores’ em Portugal, produtores de artefactos onde a natureza formal, funcional, material e técnica referente ao calçado, entre 1489 e 1834. Ambicionou-se na escrita desse momento perceber a génese do designer de calçado, as relações com a técnica e com os programas e a natureza do sentido corporativo que enquadrou a atividade, ou seja, regulação e normalização de programas de calçado, técnica e autores.

1.1 O OFÍCIO DE SAPATEIRO E A GÉNESE DO DESIGNER DE CALÇADO

“No século XIV os artesãos ou mesterais ganham uma nova força no quadro social português. Fabricando objetos para uso da população ou servindo as necessidades da vida quotidiana, a sua existência testemunha uma mudança operada na sociedade portuguesa”.

JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO (1977, P. 335-336)

Como se pode depreender perante as considerações tecidas no capítulo anterior e os sentidos que a contemporaneidade acrescentou o ‘calçado’ reflete, claramente, um conjunto de artefactos potenciais carregados de significados culturais, associações, estereótipos e conexões às quais se poderá acrescentar sentidos pessoais, reveladores de estados emotivos que implicam o sujeito no artefacto. O calçado transmite o espírito do tempo e ilustra o estilo e a sua estreita relação com os modos de vida. Pode ser entendido enquanto metáfora e enquanto artefacto que é portador de características próprias de um contexto sociológico, ao qual poderá incluir-se modelos que centram as teorias da moda, noções ou conceitos de imagem associadas à representação da experiência real. Para alguns, a principal consideração é o estilo. Para outros, a função ou o conforto. E para outros, pode ainda tratar-se de reunir todas essas vertentes. Se inicialmente serviu uma necessidade de proteção, ligando-se assim a uma função materializada num artefacto que integrou o dia a dia do ser humano, entretanto o seu valor e atributo deixou de ser apenas utilitário no sentido de proteção, mobilidade ou apoio para o pé e alcançou, sob o ponto de vista da história do design aspetos de pertença ao tempo e ao espaço, um estatuto, expressão de significados, ganhando outras necessidades reais como conforto, robustez e conotações como estatuto social, aliados às mudanças dinâmicas na forma do pé e da perna, melhorando o seu desempenho. A importância progressiva dada ao calçado, aos novos entendimentos e relações várias que se estabeleceram em Portugal puderam ser verificadas e associadas em vários momentos – num percurso quase milenar - que o seu ‘fazedor’ explorou, difundiu e protegeu.

- O ‘calçado’ foi um dos precursores na customização de artefactos ergonomicamente desenvolvidos, com uma função relacionada e princípios estéticos associados. Considerou-se que a génese do designer

de calçado poderá posicionar-se no desempenho da atividade de produzir calçado, enquadrada no sistema de ofício na idade medieval portuguesa e as direções do seu percurso, fundamentos, crenças e modos de atuação foram-se alterando ao longo dos séculos, sendo que, no presente, arrisca-se afirmar: o que um e outro possuem em comum é centrado no mesmo objetivo e os meios, os métodos e os processos criativos para o atingir é que se tornaram distintos. Para o desenho do primeiro momento foram tidos em conta os aspetos que mais se destacaram sob o ponto de vista do design e que terão contribuído para o incremento de uma identidade e especificidades de uma prática que apesar de enquadradas num estágio primário, viriam a integrar os discursos veiculados nos momentos subsequentes. Abordou-se o enquadramento contextual da constituição da autoria a partir do surgimento de uma estrutura associativa assente numa organização em confrarias e, mais tarde, no regime corporativo, no qual a autoria se afirmou, os programas se normalizaram e a técnica se difundiu.

1.1.1 O CONTEXTO DAS CONFRARIAS: CONSTITUIÇÃO DA AUTORIA

O estudo à história do designer de calçado português revelou que a sua narrativa terá oficialmente tido início no princípio do século XIII e começou por representar, fundamentalmente, um grupo de homens com necessidade de proteção, afirmação e valorização da sua atividade profissional perante a sociedade. Na origem do seu reconhecimento enquanto 'autoria' encontrou-se um aspeto que se destacou essencial para o impulso de afirmação: a união espontânea de grupos de indivíduos por localizações geográficas numa analogia da mesma área de atividade profissional e crença religiosa. Essa ligação terá permitido o despontar de uma estrutura associativa designada de 'confraria'⁵⁶⁵, onde assentaram princípios ideológicos de ajuda mútua e na solidariedade, como se definiram os estatutos que protegeram a comunidade do ofício, sobre a qual viria a figurar o 'compromisso'⁵⁶⁶ o qual apesar de remeter para os estatutos associativos, teve também a função de regulamentar a profissão. Além dessa união motivada pelas afinidades mencionadas entre os 'autores' dedicados à realização da 'arte do couro'⁵⁶⁷, como referiu Caetano (1942) no estudo inaugurador sobre matéria de ofícios

⁵⁶⁵ Numa definição mais ampla, as 'confrarias' foram compostas por elementos que desempenhavam a mesma atividade profissional e possuíram enquanto sistema associativo uma componente sociológica entre os membros, quer em circunstâncias profissionais ou na solidariedade assistencial e caritativa. Ver Houaiss (2003) Tomo VI, p. 2292.

⁵⁶⁶ O 'compromisso' tratou a oficialização da orgânica e de definir os objetivos de cada confraria, com o sentido de estreitar os laços de solidariedade entre os artesãos, na assistência em vida e com a morte, sendo que para tal foram confirmados pelo poder régio e aprovados pelas provedorias geográficas correspondentes (Coelho Dias, 2006, p. 154-155). Da análise efetuada ao compromisso da confraria da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano no Porto, Dias (2006) descreveu tratar-se de "um código precioso, artisticamente elaborado (...) com desenhos a ouro (...) ao longo de 40 títulos e vários capítulos" (2006, p. 156).

⁵⁶⁷ Essa expressão foi encontrada com frequência nas publicações consultadas ao longo do presente capítulo, sendo usada no contexto de caracterização do ofício e mais tarde no sentido de atributo do próprio artefacto.

em Portugal, a semelhança técnica inerente à profissão permitiu também essa orgânica (1942, p. XXXIII), podendo com esse aspeto constatar-se que a autoria se terá fortalecido, reunindo-se assim as condições para o seu reconhecimento e valorização. Tam'b'ém as especificidades dos programas, designadamente, a utilização do 'couro' poderá ter contribuído para essa agremiação de autorias. De facto, dos 'sapateiros' distinguiram-se os 'borzegueiros' e os 'tamanqueiros', eventualmente, pelo distanciamento entre um dos aspetos mais relevantes encontrados nos programas das tipologias de calçado – o material utilizado, no caso do sapateiro, o couro, nos outros casos, a madeira e, em vista das suas propriedades, no desempenho da técnica.

Essa primeira estrutura gerada permitiu que os 'sapateiros' começassem a organizar não só a sua atividade profissional, mas também a sua distribuição geográfica, dispondo-se assim por arruamentos nas cidades de modo a facilitar o acesso aos clientes, a compor também a malha urbana da cidade e enquanto meio facilitador da articulação entre oficinas e também entre outros ofícios⁵⁶⁸. Paralelamente, na sedimentação da profissão, o conjunto de 'sapateiros' a ela associados obedeceu a normativos régios ou municipais que contribuíram, a seu modo, para a estrutura e organização do ofício. A intervenção centrou-se nas questões financeiras, fixando salários para os produtores e preços para os artefactos⁵⁶⁹. Dessa constatação percebeu-se que foi perante os programas seguidos onde se distinguiam os valores quantitativos das tipologias de calçado destacando-se a 'fôrma' e o tipo de material utilizado e, nesse, a cor e o género do animal a que correspondeu⁵⁷⁰.

⁵⁶⁸ Veja-se no caso de Guimarães a existência da Rua da Sapateira pelo menos desde 1167 (Monumenta histórica, vol. II, 1929, p. 90) e o caso da cidade do Porto onde a organização profissional no espaço foi também por arruamentos, mas disseminada pela cidade numa ocupação do burgo alargada (Melo, 2009, p. 234) justificada, eventualmente, pelo maior número de sapateiros e pela própria dimensão física e urbanística da cidade, comparativamente a Guimarães. Como concluiu Dias (2006) a história da atividade dos sapateiros no Porto "é, sem dúvida, das mais antigas da cidade do Porto, senão mesmo a mais antiga, e conta-se entre as 8 dos séculos XII-XIII conhecidas em Portugal" (2006, p. 154) composta juntamente com outros profissionais do género dos sapateiros, todos ligados ao comércio dos couros, das peles, dos soqueiros e tamanqueiros (2006, p. 155). Em 1829, William Kinsey numa publicação que pretendeu ilustrar Portugal referiu tam'b'ém que naquele momento em cada cidade portuguesa os 'sapateiros' se organizavam por ruas, tendo destacado um aspeto desses arruamentos relacionado com o ambiente urbano existente no seio dos 'sapateiros', ao comparar o silêncio que acontecia na 'rua dos livreiros', se fazia tam'b'ém sentir nas 'ruas dos sapateiros' (1829, p. 208).

⁵⁶⁹ Do levantamento efetuado por Ferreira (2007) aos livros de vereações que traduziram preços e salários portugueses entre os séculos XIV e XV, acerca das cidades do Porto, Lisboa, Loulé e na zona entre Tejo e Guadiana, bem como a partir das taxas para a vila de Guimarães (Caldas, 1881), desenhou-se um quadro que se apresenta em anexo com as informações alusivas ao calçado sob o ponto de vista da interpretação da presente investigação e à luz de metodologias adequadas à história do design, centradas numa perspetiva de explanação dos programas. Ver quadro 10 em anexo.

⁵⁷⁰ Valerá uma nota sobre o entendimento que foi dado para os aspetos a valorizar na designação dos preços a praticar nos artefactos. Verificou-se que por tipologia, entre fins de século XIV e o século XV as 'botas' destacaram-se como o artefacto onde os preços praticados foram mais elevados. Os valores de cada 'bota' alteraram-se consoante os materiais empregues, mas mantendo-se ainda assim como a tipologia de excelência. Seguiram-se os 'borzequins', os 'pantufos', os 'chapins', os 'sapatos', as 'botinas' e as 'servilhas'. Tendo em conta os materiais aplicados, os preços sofreram alterações, iniciando assim que competia aos materiais o papel preponderante na interferência nos preços praticados. O 'cordovão' manifestou-se junto com as "pelles da Jha ou de ca do Regno" (Ferreira, 2007, p. 117) como os materiais mais dispendiosos e as peles de 'vaca' ou 'caneiro' como as mais acessíveis. Valerá referir que as cores utilizadas influenciavam também nos preços praticados, sendo assim o 'preto' a cor que traduziu os artefactos mais acessíveis e a aplicação de mais que uma cor, como a combinação com o branco ou "outras cores" como os mais caros. Denotou-se nas tipologias que formalmente assumem um maior volume físico, ou seja, necessitam de maior quantidade de material para se construir se manifestam como as mais caras. Ver quadro 10 em anexo.

Terá sido do Porto⁵⁷¹ que as ‘confrarias’ se disseminaram, estruturalmente, até outras localidades portuguesas, ao mesmo tempo que se reiterou a distinção profissional dos ‘sapateiros’ como os profissionais que produziram artefactos inscritos no quadro do calçado feito de couro, de outros profissionais que produziam calçado, mas feito de madeira⁵⁷². Considerando as conclusões de Melo (2009) no seu estudo intitulado “Trabalho e produção em Portugal na Idade Média” ocorreu uma distinção na sua designação mediante o tipo de materiais que esses profissionais usavam na produção dos artefactos: os que trabalhavam o couro, mantinham a designação de ‘sapateiro’, complementada pela caracterização da origem do material utilizado – ‘vaca’ ou ‘cordovão’, associando-se assim um sentido de especialização dentro da profissão (2009, p. 267-268). Manifestou-se curioso perceber que foi de acordo com o vínculo ao programa, no que respeitou ao material, onde essa distinção profissional. Nesse âmbito se revelou singular perceber que além da especialização em programas com materiais específicos os ‘sapateiros’ poderiam ser também os ‘curtidores’ dos materiais que aplicava nos seus artefactos, como dedicar-se ao seu comércio⁵⁷³. Como se pode verificar os ‘materiais’ foram de facto o aspeto que desde logo desempenhou um papel elementar na distinção da profissão e na construção do seu profissional – o ‘artesão’. A possibilidade de o material poder ser preparado pelo artesão que construiu o artefacto acrescentou um elemento fundamental

⁵⁷¹ Da análise ao conjunto de documentos consultados a confraria mais antiga que se tem conhecimento em Portugal é a Confraria de S. Crispim e Crispiniano, fundada na cidade do Porto, em 1224 (Coelho Dias, 2006, p. 155; Melo, 2009, p. 248), seguindo-se a Confraria de Santa Maria dos Sapateiros de Guimarães em 1269 (Carvalho, 1937, p. 268). Posicionam-se no norte do país – Douro e Minho. No entanto, no decorrer da investigação deu-se encontrou-se um aspeto que chamou a atenção perante esse assunto: a existência da Rua da Zapateira em Guimarães, no ano de 1167 (Revista Monumenta Histórica, 1929, vol. II, p. 90). Ainda que não seja intuito da investigação responder à questão levantada pelos registos existentes sobre a antiguidade ou a existência de um centro difusor da atividade dos sapateiros em Portugal; e apesar da historiografia posicionar o princípio agremiativo do ofício dos sapateiros no século XIII, encontraram-se dados que indiciam que essa organização profissional possa ser associada a Guimarães, pelo menos desde 1167. Ao partir da premissa da organização geográfica da concentração de ofícios por arruamentos e a julgar por evidência em Guimarães nessa cronologia deixou perceber que terá existido a representatividade numérica, bem como relações profissionais estreitas de um conjunto de indivíduos que produziram artefactos da mesma natureza terem sido representativas de modo ao arruamento ter recebido precocemente, por comparação ao resto do país, essa designação. A história da atividade da cidade foi de grande relevância nos séculos seguintes, tendo sido junto com o setor dos curtumes o ofício com maior representação de mestres naquele local. Tendo em conta a solidez do percurso do ofício em Guimarães no acompanhamento dos outros centros produtores do país e o distanciamento dos mesmos pelo facto de se tratar, simultaneamente, um grande produtor de curtumes e antecedente na organização profissional por arruamento específico, tudo indica que terá sido a partir de Guimarães que o ofício se começou a estruturar em Portugal. Note-se que na atualidade, continua a destacar-se de Lisboa e do Porto, uma vez que ainda existe uma forte presença da indústria do calçado e, por conseguinte, onde se pratica amplamente o design de calçado. Ver “Guimarães, Apontamentos para a sua História” (1881) de António Caldas; “Estatutos dos mestres sapateiros e mais ofícios anexos à sua bandeira desta vila de Guimarães” (1887); “Regimento dos mestres surradores anexos à nossa bandeira e o Regimento dos mestres tamanqueiros que fazem paus de socos anexo à nossa bandeira” (1888) de Avelino Guimarães; “Os Mesteres na Antiguidade de Guimarães: I Sapateiros e artes correlativas” (1937) e “Os Mesteres de Guimarães III” (1942) de A.L. Carvalho.

⁵⁷² Associados à atividade da produção de calçado encontrou-se um conjunto de profissionais designados com outras expressões, a saber, os ‘borzequeiros’, ‘soqueiros’ e ‘tamanqueiros’. Distinguíram-se pelo recurso a outras técnicas distintas das usadas pelos ‘sapateiros’, por sua vez ditadas pelo material específico dos seus programas – a madeira. Apesar dessa distinção profissional no âmbito do enquadramento do sistema de ofício estruturado em confrarias associaram-se todos os profissionais que produziram calçado, independentemente, do material predominante tendo-se com isso percebido uma interdependência e relação profissional entre todos. Nesse sentido, poderá ainda assumir-se que a distinção dos ‘sapateiros’ com o conjunto de profissionais que trabalhou o calçado feito de madeira se centrou ao nível do programa e da técnica, no âmbito da ligação aos materiais e ao nível das tecnologias de construção do calçado. Ver A. L. de Carvalho (1942, p. 51-148) sobre as relações profissionais entre ‘correeiros’, ‘tamanqueiros’ e ‘soqueiros’; ou Isabel Fernandes, António Oliveira, (2004, p. 83) sobre a relação entre ‘sapateiros’ e ‘cutileiros’ pela realização dos utensílios de trabalho e entre ‘barbeiros’, uma vez que eram esses que amolavam os seus instrumentos.

⁵⁷³ Ver “Regimento dos sapateiros de 1489”, de Vergílio Correia (1926); Carvalho (1942, III: 141-152); e Melo (2009, p. 251-281).

na caracterização do ‘sapateiro’, tornando-o mais ligado à matéria prima. A natureza física do material terá contribuído para o desenvolvimento de uma atividade particular que se distinguiu e solicitou uma especialização técnica. Dessas constatações, pode concluir-se que o ‘sapateiro’ poderia produzir um artefacto no qual a sua origem ocorreu no momento da preparação da matéria prima e não apenas no momento da construção do artefacto.

O contexto referido que antecedeu a regulação oficial da atividade de produção de calçado considerado no sentido da investigação, com a publicação do *Regimento* de 1489, terá sido onde a primeira estrutura profissional emergiu, fortalecendo assim os seus ‘autores’. Foi-se alterando, sendo que de ‘confrades’ passariam a ‘oficiais’ estruturados em ‘mesteres’⁵⁷⁴ ocupando, progressivamente, uma posição social de importância e peso na sociedade portuguesa⁵⁷⁵. Tratou-se de um conjunto de autores que se associaram novamente e formaram um organismo alargado, estruturado e, hierarquicamente, definido que haveria de proteger e promover uma prática artesanal. Paralelamente, às alterações dentro da sua própria estrutura, ocorridas da passagem do contexto de confrarias para uma estrutura em corporações, na qual o ‘sapateiro’ se evidenciou, lidaram com a atualização de tecnologias, métodos, novas aprendizagens normas ao nível dos contratos e remunerações, costumes e preços dos artefactos, onde se verificou um desenvolvimento e evolução da profissão, a afirmação dos autores e normalização dos programas.

1.1.2 O CONTEXTO CORPORATIVO: AFIRMAÇÃO DA AUTORIA, A NORMALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS E A VALORIZAÇÃO DA TÉCNICA

Poderá entender-se uma segunda fase na atividade do ‘sapateiro’ a partir do século XV com uma mudança ocorrida a partir de uma organização distinta designada por corporação de ofício, a qual ao emergir não eliminou de todo o sistema anterior, mas antes manteve-o complementarmente⁵⁷⁶. Nesse contexto, o Estado terá sido decisivo para a estruturação dos ofícios dos ‘sapateiros’ e os municípios para a regulamentação e fiscalização do

⁵⁷⁴ No sentido de clarificação, o ‘mester’ correspondeu ao ofício mecânico em si e os ‘mesteirais’ aos homens adstritos a um mester (Dias, 2006, p. 152).

⁵⁷⁵ De facto, como se pode deduzir com a constatação da possibilidade que os sapateiros tinham de assistir às sessões de câmara pelo menos em 1285; pelo direito oficial de participar nas mesmas desde 1368; pelo lugar de assento na organização da casa dos vinte e quatro desde 1384 com vista à participação no governo da cidade e o direito de voto a partir de 1460; manifestaram-se, certamente, como um grupo que recebeu reconhecimento do poder régio, mas também social no contexto histórico português. Ver “As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua História” (Caetano, 1943, vol. 1, pp. 55-62); “A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa. Subsídios para a sua História” (Caetano, 1948, p. 22-23); “A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano: uma relíquia da Idade Média no Porto moderno - Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques” (Dias, 2006 vol. 2, 2006, p. 152-153).

⁵⁷⁶ Apesar do novo modelo associativo, não se eliminaram as confrarias, coexistindo assim ambas as realidades. Como atestou Caetano (1926) as corporações mantiveram como sede o hospital que cada confraria detinha sendo que, institucionalmente, se distinguiram desse organismo pela imposição estatutária régia ou municipal que obedeciam enquanto mesteirais em oposição à adesão livre, voluntária e individual que havia ocorrido nas confrarias (1926, p. 38). Foi através desse novo modelo associativo que se redefiniram também processos de aprendizagem e contratos e salários, materializados sob a forma de ‘regimentos’, como se poderá perceber mais adiante.

desempenho dentro dos seus profissionais na prática da sua atividade. Terá sido nesse panorama que também a sociedade portuguesa iniciou uma fase de normalização dos seus costumes, através do papel regulador do Estado que iria acompanhar os discursos do calçado pelos séculos subsequentes⁵⁷⁷. Assim, os ofícios materializaram os ‘sapateiros’ como um ‘mester’ e as corporações como uma agregação de vários ‘mesteres’ especializados em áreas similares.

O sistema que se impôs gradualmente nas atividades artesanais portuguesas, encontrou na forma dos ‘regimentos’ o modo mais adequado para a materialização e alcance das suas normas, junto das comunidades de ofício. O primeiro regimento de ofícios surgido em Portugal foi, curiosamente, o “*Regimento dos Borzeguyeyros, (...) por parte dos borzeguyeyros, çapateiros, chapineiros e de todos os outros ofiçiais do ofiçiodosprital de Sam Viçente desta çidade de lixboa (...)*”, datado de 1489 (Langhans, 1943, v. 1, p. 373-377), tendo veiculado por si só a relevância do que o ofício exerceu perante os demais ofícios portugueses, bem como oficializou o sistema corporativo e um enquadramento com os ofícios que produziam a mesma natureza de artefacto. Da sua análise⁵⁷⁸, verificou-se a regulamentação de parâmetros necessários e inerentes às condições de trabalho, salários, recrutamento de mão-de-obra, mas também à importância da realização de artefactos com qualidade e a especificações dos programas, sobretudo no que respeitou aos materiais. Registou-se com esse documento as primeiras implicações no desenvolvimento dos programas, tendo sido assim estabelecida a impossibilidade do uso de materiais com origem no ‘carneiro preto’, a possibilidade do uso de ‘carneiro branco’ e o estabelecimento de ‘carneiro de cor’ para “moços até dez anos” em ‘servilhas’ (1943, p. 374). Essa constatação revelou assim as primeiras imposições encontradas para os programas de calçado e inaugurou um conjunto de repercussões que, eventualmente, só deixariam de vigorar a partir do 25 de abril de 1974. As limitações aos programas, designadamente, aos materiais revelaram a continuidade da importância dada a esses elementos e, por conseguinte, inferências noutra sentido dos programas, uma vez que a esses materiais se acrescentou a particularidade cromática enquanto fator de destaque. Assim, a questão da cor e o material em si foram elementos de superior relevância em detrimento das formas ou funções.

Se o norte do país deu conta da antiguidade dos ‘sapateiros’ e das suas primeiras agremiações em confraria, Lisboa manifestou-se no novo panorama como pioneira na formalização das estruturas corporativas. Tendo provocado ecos noutros pontos geográficos, os momentos seguintes à publicação desse documento inaugurador ditaram uma proliferação de corporações de ofícios decorrentes regimentos nas principais cidades portuguesas⁵⁷⁹, não só de ‘sapateiros’, mas também de diversos ofícios mecânicos. À parte

⁵⁷⁷ Ver “A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa” (Caetano, 1943, vol. I).

⁵⁷⁸ A consulta desse documento ocorreu através da sua publicação em Caetano (1943).

⁵⁷⁹ Ver Melo, 2009, p. 405-406.

de outros aspetos, essa estrutura corporativa alicerçou-se na proteção e garantia da qualidade técnica advinda de gerações anteriores a qual se percebeu ter-se mantido pelo menos até à extinção dos ofícios no século XIX.

A multiplicação dos regimentos pelo reino induziria a que no final do século XVI, sob alçada régia e através de Duarte Nunes de Leão⁵⁸⁰, se levasse a cabo uma compilação e consequente reorganização e sistematização de informação dos regimentos existentes. Esses princípios deram origem à publicação, em 1572, do "Livro dos Regimentos dos Officiaes Mecanicos da Mui Excelente e sempre Leal Cidade de Lisboa refromados per ordenança do Ilustrissimo Senado della pello Ldo Drte nunez de liam. Ano. MDLxxij", acessível por Vergílio Correia (1926). Essa publicação definiu-se como matriz para regular todos os ofícios e acrescentou as especificações correspondentes a cada prática profissional. Dessa reorganização, o ofício dos 'sapateiros' terá assistido à valorização da técnica que lhe foi inerente, à validação de um processo intrínseco para o reconhecimento enquanto autor e a normalização quanto aos programas do calçado. Evidenciou-se nesse âmbito uma primeira tentativa para o estabelecimento de uma designação que esclarecesse os artefactos, tendo sido privilegiada a relação com a matéria prima utilizada para a significação dos mesmos. Procedeu-se assim a uma divisão em 'obra prima', 'obra grossa', 'obra de correia' e 'obra de chapins' que terá inaugurado uma nova nomenclatura para o calçado produzido onde se agrupou as tipologias mediante as qualidades do material aplicado (1926, p. 26). Essa necessidade de organização dos programas ocorreu também no que respeitou aos materiais, tal como se havia já manifestado no *regimento* de 1489. Foi assim mantida a continuidade da proibição⁵⁸¹ do uso de 'pele de carneiro preta' em calçado para ambos os géneros, mas possibilitou-se a sua aplicação em calçado para criança até aos dez anos de idade, no 'calçado de agasalho' e no 'forro de palmilhas' para o género feminino, tendo-se limitado o uso de pele de 'bezerro preto' vinda de fora apenas para aplicações (1926, p. 56). O documento deu também nota do tipo de materiais utilizados no calçado em geral – 'carneira', 'cordovão', 'cortiça', 'couro' e 'vaca', das cores predominantes utilizadas para os sapatos do género feminino – 'preto' e 'vermelho' e associou a qualidade dos artefactos a preços mais elevados (1926, p. 62)⁵⁸² deixando assim revelar uma ampliação quanto às possibilidades de aplicação dos materiais, continuando, contudo, a interferir nos programas de calçado portugueses, e, consequentemente na liberdade do autor. Além de determinações nos programas, sobretudo ao nível de materiais, particularidades de género e cores, subentende-se a alusão à técnica como elemento valorizador do artefacto, tendo sido esse o fator que traduziu o aspeto principal caracterizador do autor. Encontrou-se

⁵⁸⁰ Duarte Nunes de Leão foi jurista, linguista e historiador. Nasceu em Évora em 1530 (?) e morreu em Lisboa em 1608. Foi responsável pela reorganização dos regimentos de ofícios mecânicos existentes em Portugal. Ver Portugal, Infopédia, 2016.

⁵⁸¹ Desconhece-se os motivos dessa proibição.

⁵⁸² Ainda no sentido das especificações sobre a temática dos materiais, verificou-se a necessidade de eleição de 'compradores' de matéria prima entre os 'sapateiros' reiterando-se, novamente, a estreita ligação aos curtumes (Correia, 1926, p. 70).

uma ligação com o processo de aprendizagem e validação de competências para o exercício da atividade profissional no qual o aprendiz se tornou ‘oficial’ e poderia proceder à abertura de ‘tenda’⁵⁸³. Num sentido de análise às alterações veiculadas no autor em si, percebeu-se com os ideais difundidos no “Livro dos Regimentos” (Correia, 1926) a sua valorização através do complexo processo de aprendizagem necessário para lhe ser reconhecido um papel entre os seus pares na sociedade, destacando-se um conjunto de fases que tanto contribuíram para a ‘construção’ dos autores, como para a manutenção, continuidade da própria profissão e de toda a realidade que lhe foi intrínseca. Assim, entendeu-se um ciclo revelador quer dessa complexidade em linha temporal alongada necessária a cada ‘autor’ num sentido contínuo dentro da profissão. Da análise ao processo de construção do autor que se detalhou no documento, pode concluir-se que esse se resumiu a um percurso delimitado no tempo e num determinado espaço, onde um ‘aprendiz’ ingressou, aprendeu, realizou exame, ingressou noutra estabelecimento para experienciar a profissão com outro estatuto e outras competências, afirmou-se como ‘oficial’⁵⁸⁴ e caso reunisse as condições financeiras necessárias abriria a sua ‘tenda’ e receberia outros aprendizes que teriam, por sua vez, um percurso similar ao seu.

Ao longo dos séculos subsequentes o “Livro dos Regimentos” (Correia, 1926) foi recebendo aditamentos ou alterações, tendo-se verificado destaque no caso dos sapateiros e no sentido de continuidade na regulação que abrangeu programas, reiterou a valorização do autor, a preservação da técnica e a capacidade de evolução dos discursos próprios do calçado, do seu entendimento. Os aditamentos mais significativos ocorreram ao longo da centúria de setecentos. Como se verificou em Caetano (1943) adaptaram-se outras disposições que os contextos sociais e políticos trouxeram consigo até à extinção das corporações em função da necessidade de atualização de exames, preços, matérias primas ou taxas, dada a própria experiência geracional acumulada, da evolução do programa ou de tecnologias, bem como pelo aperfeiçoamento de métodos de administração ou legislação associada (1943, p. 484-535). Importará abordar no sentido da investigação as novas disposições registadas no que respeitou à redefinição do autor, com base nas tipologias exigidas para o exame de ingresso na profissão. No “Regimento de 1736” (Caetano, 1943, p. 484-535) deu-se continuidade à simplificação do processo de validação estatutária do autor, mas também à sua própria valorização.

⁵⁸³ Essa constatação adveio do facto de se ter verificado como requisito para um aprendiz se tornar ‘oficial’ a realização de exame em tipologias inscritas nesses conjuntos, nomeadamente os tipos ‘sapatos de quartel’ e ‘borzequins’ (Correia, 1926, p. 76).

⁵⁸⁴ No documento em análise verificou-se que o ‘oficial’ na sua prática profissional foi habilitado na realização das tipologias ‘alcorques de cortiça’, ‘borzequins’, ‘cervilhas’, ‘chapins de cortiça’ e de ‘feitio português’, ‘pantufadas’, ‘pantufos’ para os dois géneros, ‘sapatas’, ‘sapatos’ e aplicar ‘cabeças’ e ‘solas’ (Correia, 1926, p. 89). Esse conjunto manifestou-se de grande amplitude formal e material a julgar pelos entendimentos que, oportunamente, se abordaram no terceiro capítulo da presente investigação.

Se por um lado se percebeu a tradução de uma tentativa de proteção daqueles que já haviam alcançado um estatuto, como o caso do ‘mestre’ que se dedicava à atividade de examinador não só de validar os exames, mas também da verificação de lojas e administração de interesses comuns, também se percebeu a ‘construção’ de um autor cada vez mais especializado, levando-se a cabo um balizamento das tipologias passíveis de realizar pelos oficiais e outra definição na regulação dos tempos de aprendizagem. Assim, constatou-se da análise às novas disposições um sentido de especialização e de simplificação do processo em sentido generalizado: após um momento de aprendizagem primário e validado o ‘sapateiro’ poderia alcançar o estatuto de ‘oficial jornaleiro’, assim caracterizado durante tempo indeterminado⁵⁸⁵. Percebeu-se que poderia nunca chegar a alcançá-lo e optar por seguir uma das duas especializações possíveis, tendo-se para tal estabelecido a realização de um conjunto menor de artefactos em exame e assim formar um especialista num determinado tipo de calçado. Essa foi, novamente, associada à matéria prima: ‘oficial’ de ‘obra prima’ e de ‘obra grossa’ (1943, p. 484). Passaram então a ser contempladas a realização de um par de ‘botas’, um par de ‘borzeguins’ e uns ‘sapatos vulgares’, na categoria de ‘obra prima’; um par de ‘botas’ e uns ‘sapatos de vaca’ na categoria de ‘obra grossa’ (1943, p. 484-486). A proibição da venda de calçado fora das lojas ‘oficiais’ e do calçado estrangeiro que se manifestava à época prejudicial para o ofício e para o reino; mas também a interdição da venda de ‘obra prima’ por parte daqueles que se haviam especializado em ‘obra grossa’ (1943, p. 492); contribuíram para essa valorização do ‘autor’, manutenção e garantia da qualidade dos artefactos.

Por outro lado, foi possível perceber a sua própria generalização, deixando com isso antever aspetos que remeteram para os auspícios da industrialização e com ela a eventual perda de privilégios, direitos e garantias seculares, as quais viriam a integrar os próximos discursos. Um aspeto singular nesse âmbito foi ter-se percebido que com a nova organização foi possível a abertura das ‘lojas’ sem a realização dos exames de oficiais, dando assim uma maior abertura ao escoamento dos artefactos e renunciando também a pré-indústria do calçado. Desse regimento restará mencionar outras alterações encontradas no quadro da reiteração da garantia da qualidade dos artefactos, onde se voltou a regular os programas de calçado ao nível dos seus materiais, justificado em razões que se prenderam com a qualidade. Foi assim definido que os ‘sapateiros’ deveriam adquirir os materiais em feiras públicas ao invés de o fazerem em locais fechados, assim como foi interdita a aplicação de ‘bezerro surrado’ preto de origem estrangeira por ser caracterizada pela fraca resistência⁵⁸⁶.

⁵⁸⁵ Uma vez que não se definiu oficialmente um balizamento para tal e esse tempo terá sido assim determinado pelo mestre enquanto aguardava autorização desse para se submeter ao exame de mestria e, efetivamente alcançar, esse estatuto.

⁵⁸⁶ Essa ideia de controlar a origem da proveniência do material poderá encontrar paralelismo com a ideia veiculada no Decreto de 17 de março de 1680 e com o Aviso do Secretario de Estado dos negócios do Reino de 26 de junho 1739, os quais regulamentaram a proibição do trabalho em “solla, atanados e bezerras que não fossem fabricados nestes Reinos, ou no Brasil”.

A par dessa regulamentação do sistema corporativo, a normalização ocorreu também pela dependência dos municípios e pela publicação direta de outros normativos régios. O Estado português deu continuidade às disposições veiculadas nos regimentos, à media que aperfeiçoou e cimentou uma perspetiva que entendeu o ofício como uma estrutura que deveria ser regulada economicamente. Esse entendimento foi materializado na intervenção disciplinas dos usos e costumes portugueses e expressões dos programas; na regulação do acesso à profissão e na sua ampliação. Encontrou-se nesse âmbito um conjunto de regulamentos a partir do poder régio, posicionados ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, os quais se consideraram pertinentes ao sentido da investigação, tendo correspondido a diferentes aspetos contextuais que direcionaram a narrativa do calçado, sob a forma de alvarás, despachos e leis nos seguintes eixos de atuação pelo poder régio:

- a) No reinado de D. Sebastião declarou-se pelo Alvará de 22 de novembro de 1566 que os oficiais das câmaras taxassem o calçado que se fazia nas suas jurisdições. Resultou numa tentativa de uniformização dos preços do calçado praticados no reino levada a cargo pelas instituições públicas, ao invés de definidas pelos autores dos artefactos. Esse aspeto terá sido, conseqüentemente, revelador da intervenção do Estado nos programas realizados em Portugal ao interferir diretamente nos custos passíveis de praticar;
- b) Na figura de Filipe III de Espanha, em 1609 legislou-se e normalizou-se os 'usos' e os 'costumes' em Portugal, designadamente aspetos do âmbito dos códigos da indumentária⁵⁸⁷ que abrangeram os programas do calçado. Da análise à “Pragmática, sobre as cousas cujo uso seria defeso” (Alvará de 29 de outubro de 1609) verificou-se que a intervenção terá ocorrido no calçado ao nível dos materiais, destacando-se a limitação da aplicação da seda a tipologias específicas e, conseqüentemente, os elementos decorativos característicos desses programas⁵⁸⁸;
- c) Ainda com Filipe III e seguindo-se com Filipe IV de Espanha, respetivamente em 1620 e 1638 ocorreram preocupações centradas na autoria, na sua aprendizagem e, conseqüentemente, nos programas do calçado. A intervenção régia formalizou-se com a aprovação dos despachos

⁵⁸⁷ Inserem-se nas designadas Leis Pragmáticas, aprovadas para normalizar as práticas sociais, o combate ao luxo e a repressão do excesso. No âmbito dos elementos que se podem ter ligado ao calçado destacaram-se 'brocados', 'telas', 'sedas', 'fios de ouro' e 'prata', proibidos por remeterem para a ostentação e para o despesismo. Destacaram-se nessa temática as seguintes leis pragmáticas de: 1 de junho de 1340, no reinado de Afonso IV; 22 de março de 1487 e 1491, no reinado de D. João II; 27 de junho de 1504 e 1 de agosto de 1520, no reinado de D. Manuel; 25 de junho de 1560 e 20 de novembro de 1565, no reinado de D. Sebastião; 29 de outubro de 1609, na vigência de Filipe III de Espanha; 17 de julho de 1643, no reinado de D. João IV; 3 de abril de 1668, 21 de janeiro de 1677, 9 de agosto de 1686, 14 de novembro de 1698 e 6 de maio de 1708, no reinado de D. Pedro II; 1749, no reinado de D. João V; 21 de abril de 1751 e 24 de março de 1764, no reinado de D. José; e por fim o Alvará de 4 de junho de 1825, no reinado de D. João VI onde se eliminaram as proibições estabelecidas nas pragmáticas anteriores e se definiram outras diretrizes na permissão dos 'usos' centradas sobretudo em promover os produtos manufaturados no reino, como as 'rendas' e os 'bordados'.

⁵⁸⁸ A seda foi permitida apenas em 'pantufos' e 'sapatos' e foi proibida a aplicação corrente de bordados com fios de ouro ou prata, bem como fios de cor dourada ou prateada (Alvará de 29 de outubro de 1609).

de 26 de agosto de 1620 e de 16 de novembro de 1638⁵⁸⁹, publicados em Caetano (1942), tendo traduzido a necessidade de redefinir as tipologias a considerar para o exame de ‘oficial’, a saber os ‘sapatos de quartel’ e ‘borzeguins’, estabelecidas no “*Livro dos Regimentos*” (Correia, 1926), bem como a reiteração da qualidade técnica desejável. Assim, nesse normativo atentou-se um novo e vasto conjunto de programas particulares inscritos no quadro da ‘obra prima’:

“Saber muito bem de uns borzeguins, uns sapatos de quartel e uns pantufos de homem de cortiça, umas servilhas e umas sapatas de mulher, uns pantufos de mulher de dois dedos de altura, uns alcorques e umas pantufadas.”

CAETANO (1942, p. 497)

Particularizam-se nessas tipologias de calçado especificidades que revelaram perspectivas do entendimento do calçado mais abrangentes no sentido de serem tidos em conta outros aspetos e, em vista disso, uma avaliação com novos critérios e outro rigor. Verificou-se um discurso com preocupações associadas ao ‘saber-fazer’, à presença de programas que abrangessem ambos os géneros, de outros materiais que não apenas o couro ou naturezas formais distintas de tipologias, bem como a presença não só de solados rasos, mas também com elevação no salto. O conjunto de tipologias definidas evidenciou ainda um cariz formal que compreendeu as três formas principais do calçado: a ‘bota’, ‘sapato’ e o ‘pantufo’.

No Despacho de 16 de novembro de 1638 as disposições publicadas na década anterior foram novamente alteradas, sendo as possibilidades para a validação da autoria a realização de dois pares de ‘botas’, das quais umas teriam ‘joelheiras forradas e orladas’ e ‘outras que se pudessem calçar’, uns ‘borzeguins’, uns ‘pantufos’ para o género masculino, um par de ‘sapatos de meia perna’, com os ‘talões forrados e orlados’, um par de ‘sapatos polidos que se pudessem calçar’, um par de ‘sapatos de três solas’ e um par de ‘palmilha redonda’ (Caetano, 1942, p. 484). Denotou-se nesse conjunto a inclusão de detalhes que aliaram programa e técnica e particularizam-se outras tipologias, comparativamente, ao despacho de 26 de agosto de 1620, como as ‘botas’, que substituíram o ‘borzeguim’, os ‘pantufos’ para o género masculino já não foram, especificamente, de cortiça e os ‘sapatos de meia perna, polidos e de três solas’ substituíram os ‘sapatos de quartel’ e as ‘sapatas’ que figuraram na década anterior (1942, p. 485). Assim prevaleceram, aparentemente, tipologias rasas, a julgar pelas conclusões tecidas em capítulo anterior, para o género masculino. Ao nível dos materiais subentendeu-se o couro e a cortiça, evidenciando-se assim a distinção de destreza técnica perante a realização dos artefactos em materiais diferentes. Manifestou-se curioso a existência do requisito de um dos pares de ‘botas’ e de ‘sapatos polidos’ serem calçáveis, podendo revelar que o calçado realizado nesse tipo de exames nem sempre o fosse, não se avaliando assim o aspeto funcional dos mesmos em todos mas antes

⁵⁸⁹ Consultados em Caetano (1942).

em alguns casos particulares como na ‘bota’ e no ‘sapato’. Perante essa constatação, parece ter-se exigido esse parâmetro conforme as tipologias, dando a ideia da necessidade de o examinando se focar em diferentes aspetos incidentes em especificidades do programa ou em detalhes de perícia técnica ao longo do exame⁵⁹⁰. No limite, tratou-se de uma avaliação à qualidade da técnica de programas pré-definidos, entendida como complemento e a via que lhe deu um corpo físico. E se por um lado esse documento deixou perceber uma amplitude e outro grau de dificuldade ao nível tipológico para o ‘sapateiro de obra prima’, igualmente veiculou o conceito de especialização, onde o ‘sapateiro’ através da realização de uma única tipologia poderia tornar-se um especialista. Esse aspeto significou que foi possível tornar-se ‘oficial’ sendo examinado apenas pela realização de um único tipo de calçado, mediante o qual iria praticar o seu ofício⁵⁹¹, deixando assim indiciar-se uma simplificação do processo de acesso à profissão, perante a atribuição de novos ‘títulos’. Na verdade, o incremento de especialistas no ofício numa das três principais formas tipológicas de calçado – ‘bota’, ‘sapato’ e ‘pantufos’. A possibilidade dessa prática eventualmente terá contribuído para o aumento de profissionais ao serviço do ofício dos ‘sapateiros’, alargando-se assim o espectro da profissão com especializações, formalmente, instituídas;

- d) Em 1668, D. Pedro II através da “Lei pragmática dos vestidos e trajas” (Alvará 8 de junho de 1668) deu continuidade a disposições das pragmáticas anteriores incidindo no calçado. Reiterou a proibição de bordados com ‘ouro’ e ‘prata’, acrescentando o ‘fio de seda’ e as ‘rendas’ e particularizando essas proibições também para os botões. Curiosamente, esse normativo estabeleceu ainda diretrizes para os oficiais mecânicos, designadamente, para os ‘sapateiros’ e seus familiares diretos – mulher, filhos e filhas – impossibilitando-os de “vestir seda negra ou de cor”, demonstrando assim uma distinção estatutária para os ‘sapateiros’ através do vestir. Esse normativo tratou também a primeira exceção expressa ao calçado no âmbito das demais proibições efetuadas em que esse se enquadrou – tratou-se do caso das fitas dos vestidos, sendo assim aceite o seu uso no calçado, mas “somente as necessárias para se atarem”;
- e) Na centúria seguinte, ainda antes da criação da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação⁵⁹² legislou-se a última “Lei Pragmática do anno de 1749”, publicada apenas a 21 de abril de 1751 e voltou-se a interferir nos programas de calçado no que respeitou aos materiais,

⁵⁹⁰ Um dos aspetos onde se pode verificar essa constatação foi no facto de o calçado no qual os programas envolviam peças ‘forradas’ ou ‘orladas’ não se exigia o aspeto de ser calçável, sendo que por si só forrar e orlar representavam especificidades onde a técnica se evidenciava.

⁵⁹¹ Essa constatação adveio do facto de se ter constatado no documento que um oficial de ‘borzequins’ ficaria examinado para todo o ‘género de botas’, como por uns ‘sapatos de quartel’ ficaria examinado para todos os ‘sapatos’ e por uns ‘pantufos’ ficaria “tao bem examinado de toda a invenção de chinelas assim grandes como pequenas” (Caetano, p. 497).

⁵⁹² A Real Junta do Comércio do Reino de Portugal teve em vista dar resposta às consequências trazidas pelo terramoto para o fornecimento de serviços e bens por parte dos ofícios. Teve ainda como obrigação manter a Aula de Comércio que se tornou a primeira escola técnica oficial portuguesa. Foi extinta em 1834 por se considerar incompatível com a forma governamental estabelecida na Carta Constitucional de 1826 (Inquérito Industrial de 1881, 1883, p. XVI).

sistemas de aperto ou elementos decorativos tridimensionais, no sentido de permissões de restrições anteriores, como a autorização do uso da seda e a aplicação de fivelas de ouro, prata e outros metais, podendo ao nível do seu aspeto ser lisas, batidas ou fundidas; mas também através de novas limitações, como a proibição do uso de joias com cristais, pedras ou vidros falsos, tendo-se aludindo, expressamente, ao ‘sapateiro’, no sentido da referência às sanções que poderiam receber por incumprimento das diretrizes mencionadas, a saber, ficaria sem a ‘obra’ e pagaria uma multa;

- f) A cronologia de 1755 estabeleceu um novo momento no ofício do ‘sapateiro’, bem como nos demais ofícios, derivado à criação da *Junta do Comércio*, onde com a qual se retirou às câmaras jurisdição sobre esses profissionais e se concretizou, novamente, a intervenção do Estado, dessa vez na evolução dos sentidos profissionais anteriores, ou seja, na área industrial, fomentando assim o surgimento de fábricas, a atribuição de subsídios ou benefícios fiscais, privilégios e a aposta na experiência de técnicos e homens vindos do estrangeiro, num contexto onde se acreditava poder contribuir para a implementação e desenvolvimento da indústria em Portugal⁵⁹³. Assim, a *Junta do Comércio*, como atestou Caetano (1942) pressagiu uma crise no regime corporativo tradicional, com autoridade e objetivos disciplinares como acontecia com a estrutura anterior do sistema de ofícios, mas num sentido de transformação da área de intervenção municipal de economia urbana fechada numa escala que abrangeu o plano nacional com vista a se adaptar às circunstâncias do tempo (1942, p. XXV).

Como se pode verificar, se os regimentos normalizaram os programas dos artefactos, as tecnologias e o conceito de autoria, a regulação através de diretrizes de outra natureza diretamente por parte do poder político no ofício e no desempenho profissional dos ‘sapateiros’ terá contribuído para o ‘desenvolvimento’ de uma prática oficial, ao mesmo tempo que instituiu uma relação com um ofício que viria a acompanhar os entendimentos subsequentes da sua orgânica, assim como o estabelecimento de uma ligação entre os vetores dos programas ligados ao domínio da técnica que precisaria ser dominada para se alcançar o estatuto da autoria.

Por fim, manifestou-se, significativo perceber no contexto da lexicografia portuguesa, nomeadamente, em Bluteau (1716) e Moraes Silva (1789) no âmbito dos contextos do estudo do léxico as reflexões acerca dos conceitos associados aos autores e evidência ao longo do momento em estudo. O facto de se tratarem de publicações, cronologicamente, próximas da promulgação do decreto de 1834 e se distanciaram da natureza das fontes consultadas para o desenho do momento, complementaram as significações interpretadas com os discursos internos. Assim, sendo que os estatutos hierárquicos dos autores no seio do ofício encontrados foram o ‘aprendiz’, o ‘obreiro’, o ‘oficial’ e o ‘mestre’ considerou-se a análise desse conjunto de termos, a qual permitiu constatar que a significação fornecida pelos autores correspondeu ao mesmo entendimento que as

⁵⁹³ Ver Inquérito Industrial de 1881, 1883.

próprias corporações lhe atribuíram, num sentido generalizado, com a exceção da significação do ‘aprendiz’ pelo facto de ter traduzido uma leitura demasiado sumário na sua definição. A saber,

- a) O termo ‘aprendiz’ foi associado na sua significação por Bluteau (1712) aos ofícios no quadro de qualquer estágio de aprendizagem, como sendo “aquele que ainda não sabe bem algum ofício”, deixando revelar um sentido generalista (1712, n.º 1, p. 459). Moraes Silva (1789) teceu um significado de maior simplicidade ao defini-lo como “o que aprende” (1789, n.º 1, p. 164);
- b) O ‘mestre’ foi definido por ambos os autores como “aquele que sabe bem e ensina qualquer arte, ou ciência. Não pode ser bom mestre, quem primeiro não foi discípulo” (Bluteau, 1716, vol. V, p. 455; Moraes Silva, 1789, Vol. II, p. 294). Note-se a referência implícita à aprendizagem com o uso da expressão ‘discípulo’ na definição, mas também uma associação à perfeição, à qualidade e ao conhecimento ao mencionar o termo ‘bom’ para qualificar o ‘mestre’, destacado assim pelas várias capacidades e funções. Implicitamente e num sentido comparativo com as restantes definições dos estatutos dos autores no âmbito da atividade de produzir calçado, a caracterização do ‘mestre’ ligou-se sobretudo ao ensino, a uma verdade absoluta ligada à figura do professor: ‘aquele que sabe e ensina’. Na prática, essa não foi uma realidade acessível a todos. A juntar ao grau de exigência técnica para a realização do exame que lhe daria acesso, o facto de esse ser pago pelo próprio examinando, constituiu uma filtragem e por isso as corporações veiculavam o seu caminho para uma valorização acrescida aos que alcançavam o estatuto de ‘mestre’. Esse ‘autor’ viu, ao longo do seu percurso ‘institucional’ o seu estatuto afirmado e terá sido a figura mais relevante. Os artefactos produzidos na sua oficina assumiram a sua autoria e os seus aprendizes ou oficiais gozariam da presença dele no seu ‘currículo’. Momentos antes do rompimento com mais de quatro séculos de tradições e habitus, a figura do ‘mestre’ antecipou-se à própria fragmentação e afirmou-se, demonstrou o peso do seu estatuto, o destaque, a valorização, a seriedade e a responsabilidade no panorama da profissão;
- c) O caso do ‘obreiro’ foi definido por Bluteau (1720) como aquele que “trabalha para ganhar a vida” (1720, vol. VI, p. 18) e para Moraes Silva (1789) como aquele que “trabalha em obras” (1789, vol. II, p. 355), não deixando evidenciar uma relação de tanta proximidade com o sentido atribuído pelo sistema corporativo – correspondendo à significação no seio das corporações em 1812, a nova designação para o estatuto de ‘oficial’ como se constatou com Mesquita (1995, p. 179). Verificou-se que esse entendimento não foi vincado nas publicações de Bluteau e Moraes Silva, eventualmente, por a sua caracterização ter ocorrido num momento anterior ao novo léxico que se pretendeu inserir na designação de um estatuto da hierarquia profissional, tendo representado assim uma compreensão que não se ligou aos artefactos ou à evidência da técnica;
- d) Noutro sentido, o ‘oficial’ definiu-se pelo relevo da evidência de uma técnica, mas também de um artefacto. No caso do enquadramento em discursos do âmbito do calçado poderia falar-se em programas e, diante

disso, em tipologias de calçado. Bluteau (1720) usou a expressão “qualquer obra de mãos” (1720, vol. VI, p. 47), deixando perceber uma significação que tendeu para uma relação menos estreita no âmbito do conceito de ‘autoria’, na medida em que deixou evidenciar a ligação entre artefacto e técnica. O ‘oficial’ era, no entanto, um ‘autor’ enquadrado num contexto marcado por um longo percurso de aprendizagem e de prática constante de uma técnica. Findo o processo de aprendizagem, seria aquele que se ‘contrapunha ao mestre’ (Moraes Silva, 1789, vol. II, p. 360);

Como se pode constatar, os estatutos hierárquicos dos autores no seio do ofício do calçado definidos por Bluteau e Moraes Silva registaram as diferenças entre si correspondentes às significações que ocorreram no seio do sistema oficinal, nomeadamente, entre aqueles que ainda procuravam a aquisição de competências, os que não tinham obtido ainda a sua validação e aqueles que haviam alcançado um padrão de elevado nível no ‘processo de construção do autor’.

1.1.3 O CALÇADO NOS DISCURSOS DA MODA

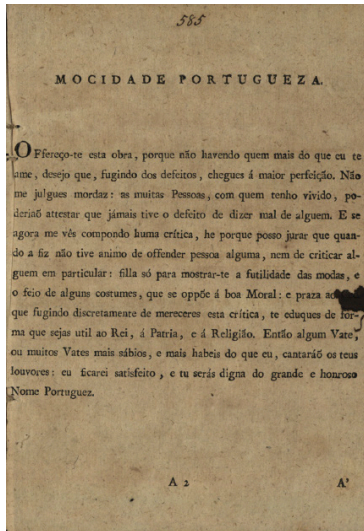


Fig. 139 Prefácio do livro de poemas “Crítica às modas escusáveis e aos costumes reprehensíveis”, de 1805. No sentido em que a beleza é interior supera a beleza exterior, a crítica tecida à moda masculina refere o “(...) calçar muito airosos (...) e os çapatos, que até agora Pareião dous palitos, passarão a ser redondos, porque os julgão mais bonitos” (1805, versos 71-72). Fonte: BNP.

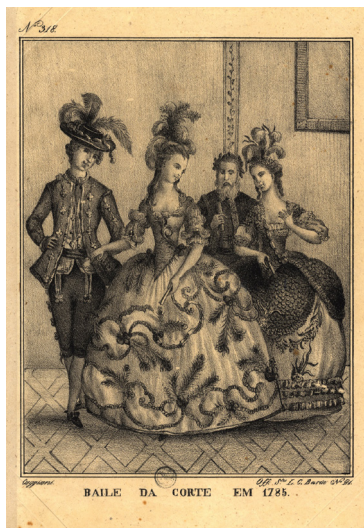


Fig. 140 Baile da corte em 1785. Fonte: BNP.

Considerou-se que a inscrição dos discursos do calçado no quadro da moda proporcionou e contribuiu para o desenho de outros contornos e sentido inteiramente novo. No quadro da investigação encontraram-se duas publicações que permitiram perceber que essa ligação entre os dois quadros – o do calçado e o da moda, se difundiu em Portugal a partir de 1807. Curiosamente, foi esse o ano da primeira invasão francesa e, simultaneamente, próximo da fragilização da prática da mestria oficial, em detrimento da liberdade para o surto industrial.

Como mencionado, a inscrição do calçado no campo da moda difundiu-se através da literatura, essencialmente, por via de publicações periódicas inauguradas no seu género, onde foi possível verificar o princípio de uma relação a partir da qual o ‘calçado’ passou timidamente a integrar outro sentido de pertença, distinto do entendimento dado no seio oficial ou de sentido legislativo. A reclamação do calçado para outro campo que não o daqueles que produziam os artefactos terá sido relacionada com outras compreensões enquadradas no seio da própria moda, na qual se ampliou um sentido além da roupa e considerou um conjunto de partes que, juntamente, com a roupa significavam um todo. Foi nesse enquadramento que se entendeu o calçado e terá sido por via dos periódicos relacionados com a moda e difundidos ao longo do século XIX que os programas de calçado terão também emergido renovados nesse quadro.

Esse enquadramento do calçado numa área dotada de complexidade trouxe outros materiais passíveis de aplicar nos artefactos enquanto resposta aos novos ambientes culturais que equitativamente emergiram. Assim, numa forte ligação com a restante indumentária difundiu-se na sociedade portuguesa o calçado ditado pela moda francesa e pela moda inglesa. Eventualmente, o contexto das invasões francesas, a presença inglesa em Portugal e a consequente circulação de pessoas e trocas comerciais, terão sido relevantes para que tivessem sido essas as influências sentidas. Foi nesse espaço que se encontraram duas publicações – o “Correio das Modas” (1807) e “O Toucador” (1822), as quais expressaram o princípio de uma relação entre o calçado e a moda, mas também exploraram os principais conceitos associados à moda, o seu percurso no tempo e as tendências da atualidade do momento que representaram, inaugurando assim a divulgação de programas com origem noutros países, os quais Portugal, a seu modo, seguiu. Essas perspetivas inerentes à moda, mais tarde, viriam a ecoar em sentidos similares, mas nos discursos do calçado como primeira voz.

O “Correio das Modas” (1807) correspondeu à publicação com maior longevidade encontrada e tratou-se da primeira publicação periódica portuguesa destinada a promover a moda para o público feminino e masculino, entendida sob o ponto de vista da natureza dos artefactos como as roupas, o calçado, a joalharia, os chapéus, acessórios e os penteados (fig. 145). Manifestou-se como a primeira publicação, cronologicamente, mais distante encontrada e aquela onde se percebeu além dos sentidos já mencionados uma relação com o ‘luxo’ e com a ‘indústria’. O sentido



Fig. 141 Sapatos com salto de seda lavrada com fivela, 1770. Da esquerda para a direita: Comp. 21 cm, Alt. salto 3 cm; Comp. 23 cm, Alt. salto 4,5 cm; Comp. 22 cm, Alt. salto 6 cm; Comp. 22,5 cm, Alt. salto 5 cm; Comp. 23 cm, Alt. salto 4,5 cm. Fonte: MNT.



Fig. 142 Sapatos de seda lavrada policroma e fivela de prata e brilhantes, 1770. Comp. 20 cm; Alt. salto 7 cm. Fonte: MNT.

expresso na publicação da atribuição à moda de uma relação direta com a apologia ao ‘luxo’ foi justificado através do seu valor histórico como sendo uma característica que terá integrado a moda “desde sempre” a qual se poderia comprovar em “todos os povos do mundo” (1807, p. 1). Esse entendimento do luxo e da moda num só sentido deixou revelar um fundamento na crença que ambos os conceitos permitiriam a profusão de programas inscritos nesse quadro, trazendo consigo grandes vantagens como a promoção do “progresso das Artes (...) e o fomento de diferentes ramos de indústria” (1807, p. 4). Foi através dessa apologia que àquele momento foi caracterizadora dos ambientes das “cortes e bailes” observados em Paris e em Londres e noticiados na publicação, a partir dos quais se auspiciaram os ecos para a libertação da regulação do modo de vestir por parte do poder régio e se introduziram outro tipo de códigos de indumentária em Portugal (1807, p. 20). Da análise ao periódico pode perceber-se que revelou uma uniformização de programas de roupas, mas também ao calçado “desejáveis para a alta sociedade portuguesa” (1807, p. 4). De igual maneira, também deixou subentender o conceito de ‘ciclos’ de moda, manifestados a par da frequência da publicação, assim como foram tecidas ‘observações gerais’ inauguradores a difusão de comentários sobre moda e tendências que poderiam revelar esses ciclos vindas de Londres e de Paris assumindo-se, formalmente, uma influência externa nos programas que poderiam, gradualmente, adotar-se nas oficinas com vista a dar resposta a um novo tipo de clientela. Valerá, de resto, mencionar que a relação encontrada no âmbito dos contextos em evidência entre o calçado e a moda, tendo em conta o detalhe dos conteúdos associados ao vestir publicados no periódico ocorreu, timidamente, tendo-se encontrado poucas menções ao calçado, quanto as desejáveis⁵⁹⁴.

⁵⁹⁴ Essa caracterização de ‘timidez’ encontrada nos primeiros discursos do calçado no quadro da moda não se considera ter manifestado entrave ao contributo da narrativa pretendida. Por si só, essa emergência subtil foi reveladora do contexto histórico do país e justificada com um sentido relacionado com a própria identidade secular do ‘calçado’. Perante as menções tecidas ao calçado e por comparação às restantes descrições presentes na publicação, sendo que nem sempre se dissertou sobre ele nos comentários tecidos, não pode deixar de referir que o comprimento dos vestidos se manifestou como uma das causas para que se ocultasse a caracterização do calçado, uma vez pouco mais além das biqueiras e respetivas cores puderam observar no calçado feminino apresentado para acompanhar, designadamente ‘vestidos de gala’, ‘vestidos de passeio’ e ‘vestido sério’ (1807). Esse aspeto de facto, tem vindo a refletir uma das fragilidades encontradas para a realização de estudos de calçado com recurso a metodologias assentes na análise de imagens, como o caso da pintura. Nesse seguimento, eventualmente, poderá justificar-se o estatuto do calçado na indumentária ter alcançado a condição fundamental para a sua valorização nesse contexto a partir do momento que os vestidos se tornaram mais curtos e esse passou a integrar visual e formalmente a indumentária feminina.



Fig. 143 'Sapatos Império', cetim e seda creme, cetim bordado a fio metálico prateado, cerca de 1800. Comp. 23 cm, Lg. 5 cm; Comp. 23 cm, Lg. 6 cm; Comp. 23 cm, Lg. 7 cm; Comp. 26 cm, Lg. 7,5 cm; Comp. 25 cm, Lg. 6,5 cm. Fonte: MNT.



Fig. 144 Sapatos do fato de caça do Rei, século XIX-XX. Comp. 29 cm. Fonte: MNT.

No âmbito do estudo dos programas de calçado difundidos encontraram-se informações acerca de tipologias, materiais e cores que deveriam ser usadas de modo a seguir as tendências estrangeiras. Curiosamente, pela vigência das Leis Pragmáticas que regulavam os costumes portugueses, no caso do calçado incidentes nos materiais, só mais tarde seriam legalmente possíveis de aplicar⁵⁹⁵. Verificou-se na publicação a presença uma perspectiva que entendeu a ligação da moda com o calçado por meio de três vetores fundamentais: a natureza formal da tipologia, um material e a uma cor⁵⁹⁶, deixando marcado um sentido de ligação entre todas as partes. Essa constatação ocorreu pela notação da relevância fornecida entre as opções formais por sua vez ligadas à função, juntamente, com aspetos inerentes à restante indumentária. Dessa relação resultou, fundamentalmente, um elemento de particular relevância relacionado com o espectro cromático⁵⁹⁷. Da sua análise percebeu-se que nas principais tendências para o calçado deixou marcado o sentido de ligação entre todas as partes. Verificou-se assim que não só os contrastes foram procurados, amplamente, através da combinação de vestidos de cores fortes e do calçado com o negro, como se apresentou com o caso do dominante do vestido, mas também a harmonia através do uso de tonalidades cromáticas similares em ambos os artefactos. O calçado pareceu assim assumir o elemento de equilíbrio visual, assim como se ligou ao sentido de sobriedade, tão particular aos costumes portugueses.

Da análise à publicação foi possível perceber que se pretendeu o esclarecimento do gosto e do requinte dos costumes, estimulando o uso desses artefactos portadores de programas específicos, ao invés dos discursos veiculados legalmente que se centraram a sua atuação numa regulação através da proibição⁵⁹⁸.

A segunda publicação enquadrada no sentido dos princípios enunciados, foi posicionada na década que antecedeu o final da protecção do sistema corporativo. Tratou-se de um periódico com sete números editado em

⁵⁹⁵ O conceito do luxo ou o reconhecimento e validação do mesmo aconteceu oficialmente em Portugal mais tarde, relativamente, à data da publicação do periódico. Foi no Alvará de 4 de junho de 1825 onde se permitiu o uso das rendas e os bordados com matérias preciosas e com o Decreto de 7 de maio de 1834 que permitiu que as técnicas de produzir calçado se ajustassem à indústria. Esse entendimento anacrónico poderá justificar a divulgação de trajes ainda não permitidos por via da legislação, pelo facto de conterem bordados de ouro ou prata, adornos com plumas ou peles raras, como a de marta ou arminho (Correio das Modas, 1807, p. 9), assim como com pedras preciosas, como o diamante (Correio das Modas, 1807, p. 20). Apesar dessa constatação, verificou-se que nas considerações tecidas à moda se associaram preceitos ligados à "força irresistível do costume por que esse he a principal base da opinião pública" (Correio das Modas, 1807, p. 4).

⁵⁹⁶ Da análise ao periódico percebeu-se que foi privilegiada uma tipologia – o 'sapato' para representar o 'calçado' de excelência e a seda branca como sinónimo do seu luxo, refinamento e mestria. A expressão utilizada foi "os sapatos mais da moda são os de cetim branco" (1807, p. 21).

⁵⁹⁷ Destacaram-se como casos relevantes as seguintes correspondências entre calçado e a restante indumentária: os 'sapatos' acompanharam o 'vestido sério' e os 'botins' associaram-se ao 'vestido de passeio'; para o género masculino, os 'sapatos com fivelas integraram o vestido grave' e a 'botinas' para o de passeio. Associaram-se ainda a esses aspetos que reiteraram a ligação do calçado com a roupa outros elementos singrados no sentido da finalidade do uso e às opções formais e cromáticas – como "sapatos de entrada alta ou botinas para passeio, cor de laranja desvanecida" em paralelismo com o "vestido de tafetá cor de laranja desmaiada" ao qual correspondia, numa procura de homogeneidade (1807, p. 9); ou 'vestido de cor carmim', com forro de 'tafetá branco' e 'sapatos de cetim preto' que se destacavam perante a cor do vestido, num sentido de contraste visual.

⁵⁹⁸ Por sua vez com incidência em elementos que se consideravam associados ao luxo e que eram provenientes do ambiente que se sentia nas cortes europeias.

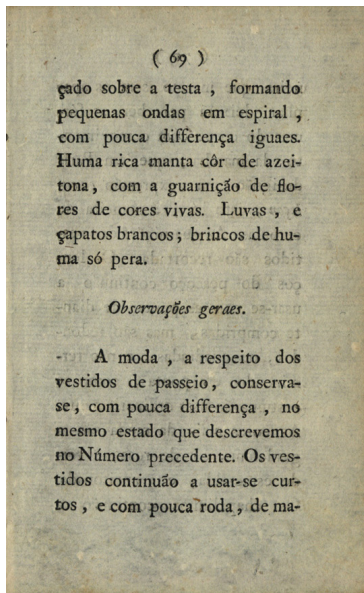


Fig. 145 Página do “Correio das Modas”, descrição do traje parisiense (1807, p. 69).
Fonte: BNP.

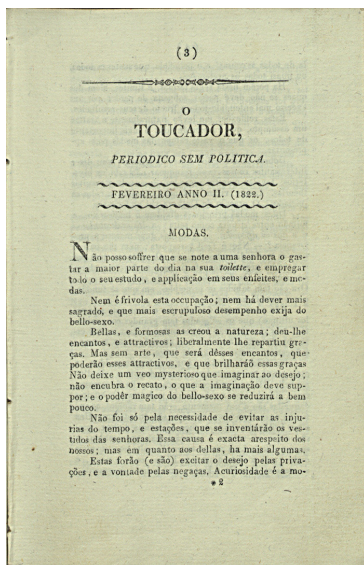


Fig. 146 Primeira página de “O Toucador” com artigo sobre moda (1822, nº 2).
Fonte: BNP.

Lisboa por Almeida Garrett⁵⁹⁹, intitulado “O Toucador (1822). A publicação seguiu os preceitos presentes no “Correio das Modas”, contudo, foi direcionada para a instrução do género feminino no que comportou não só à moda, mas também às boas maneiras, códigos de etiqueta e obras de referência literária, com base no que vigorava em França (fig. 146). Apresentou-se como um “periódico sem política” dedicado às ‘senhoras portuguesas’ (1822, n.º 1, p. 3) motivado pelo facto de em Lisboa não existirem “jornaes de modas, nem diários da chronica secreta” e por isso pertinente a sua circulação, assim designada de ‘toucador’ pelo facto desse termo ter sido entendido pela correspondência ao local onde as senhoras mais incidiam “em seus cuidados” (1822, n.º 1, p. 4) pretendendo com isso o estabelecimento de uma associação entre os preceitos da moda e o momento onde ela formalmente começou por ocorrer. A constatação que as “senhoras de Lisboa [que não] empregavam o tato fino nas modas” (1822, n.º 2, p. 4) trouxe consigo a justificação para um sentido de instrução atribuído à publicação, deixando antever que as temáticas e o perfil do seu destinatário se iriam centrar também em esclarecimentos concetuais de modo a revelar um perfil com eventual abertura na sociedade portuguesa e contribuir assim para o acompanhamento do que se passava no exterior. A análise à publicação revelou uma narrativa que dissertou sobre “a invenção humana mais espirituosa e brilhante” (1822, n.º 2, p. 2-3) através da apologia à variedade, criada para o género feminino, primeiramente, com vista a dar resposta a várias ocasiões e circunstâncias onde se requeria a tradução de um gosto fino com a articulação dos acessórios e adornos, ligados com a finalidade do uso (1822, n.º 2, p. 3). Encontrou-se no primeiro volume uma breve história da moda, principiada no contexto da criação da humanidade e percorrendo uma linha no tempo em sentido evolutivo até à atualidade do momento em que foi apresentada. Essa contextualização funcionou como mote para uma história mais alargada e detalhada que se começou a escrever naquela época espelhando por si só uma perspetiva sobre moda e, conseqüentemente, sobre calçado, assim como foi onde se encontrou os primeiros registos fornecidos ao calçado sem um vínculo a aspetos de foro legais, da técnica ou inscrito no quadro de estruturas associativas, diretamente ligadas aos autores. Eventualmente, tiveram repercussões não só no seio do público feminino e num sentido de procura enquanto ‘consumidor’, mas também nas próprias oficinas, na medida em que para a influência ocorrer no consumo, primeiro terá que ter acontecido no autor do artefacto. Foi com “O Toucador” (1822) que se deu continuidade ao sentido dos ‘ciclos da moda’ divulgados no periódico que o antecedeu, mas no caso, ligado à efemeridade alocada no conceito da moda. A publicação poderá ser analisada como um ‘breviário

⁵⁹⁹ Almeida Garrett (1799 – 1854) foi um escritor e político português inscrito no quadro inaugurador do Romantismo em Portugal. Da sua nota biográfica são frequentes as caracterizações do poeta enquanto um vanguardista, homem irónico e muito requintado que não foi arreigado aos costumes absolutistas. Sabe-se dos seus pensamentos ideológicos liberais, bem como o exílio em Inglaterra e, posteriormente, em França decorrente dessas ideias, do qual essa vivencia poderá ter cultivado o sentido crítico para a moda. Curiosamente, a publicação “O Toucador” ocorreu antes de alguma dessas viagens rumo ao exílio.



Fig. 147 'Sapatos Império', de seda azul, amarela, azul clara, verde e preta, cerca de 1800. Comp. 22 cm, Lg. 5 cm; Comp. 24 cm, Lg. 6 cm; Comp. 23 cm, Lg. 7 cm; Comp. 22 cm, Lg. 5 cm. Fonte: MNT.



Fig. 148 Botas de senhora, de meio cano em seda canelada cor-de-rosa e salto alto forrado. A entrada do cano é recordada e guarnecida com vivo de seda. O sistema de aperto é com fitas de algodão branco em ilhoses. O forro é de sarja de algodão branco e tafetá de seda amarela. Cerca de 1900. Comp. 22 cm x Alt. 18 cm. Fonte: MNT.



Fig. 149 Sapatos de cetim de seda creme, missangas, sola de couro e palmilha de pele branca. Aplicação de laço franzido e vestígios de anterior bordado a missangas. Cerca de 1900. Comp. (pé) 24 cm x Alt. (salto) 4 cm 1900. Fonte: MNT.

da história da moda' onde através de um percurso histórico marcado por mudanças num sentido cada vez mais progressivo narrou em tempo [quase] real as mais recentes evoluções àquele momento sentidas ao nível formal, proporcionada pelo conjunto de aspetos anteriores conquistados e ultrapassados. Denotou-se um discurso inscrito no quadro do romantismo em Portugal, onde tentou explicar a sua origem e evolução, levando a concluir no sentido da investigação que a compreensão dada ao seu percurso se centrou numa relação estreita com os materiais, com gosto e com o clima. Essas constatações foram encontradas na relação que o autor estabeleceu ao longo de uma narrativa sobre o percurso da história da moda, sendo que terá sido através do princípio funcional inerente a características dos materiais que ela terá emergido, nomeadamente, na transferência de funções e na multiplicidade que poderiam ser encontradas mediante os materiais a usar nos artefactos. Na perspetiva de Garrett foi através das mudanças ocorridas com a matéria prima, no âmbito da caracterização da moda, que ela própria se desenvolveu e alcançou a importância e o peso na atualidade do momento vivenciado pelo autor. A narrativa publicada não escondeu o discurso *romântico* que abraçava, contando a história da moda como se de uma história se tratasse. Com efeito, o percurso traçado pelo autor recordou o momento onde a nudez do corpo foi sinónimo da ausência dos materiais até que a natureza passou a fornecer os elementos necessários à função de proteção do corpo. Terá sido com esse aspeto que a moda surgiu materializada no primeiro material utilizado pelo Homem para esse efeito – as folhas⁶⁰⁰. No entanto, na perspetiva do autor as alterações climáticas e as alterações dos materiais naturais disponíveis exerceram a responsabilidade de motivar a procura de novos materiais, tendo-se reinventando a moda nas mudanças de estações, dando origem à introdução de uma mudança de ciclo e ao surgimento do próprio conceito. Se no inverno a recolha e as propriedades desses materiais se comprometiam e tornaram inadequadas para o vestir, as penas e as peles terão sido os seus sucessores (1822, n.º 1, p. 5). Foi com essa constatação que Garrett considerou que a 'civilização' terá começado e com a qual ocorreu uma alteração nos conceitos associados à função da moda: se até então ela foi apenas 'necessária', com a introdução desses materiais ela tornou-se "agradável e comoda" (p. 5). Tendo sido encontrado o sentido de procura de outros materiais e se verificado outro entendimento da função e do uso e para a caracterização da moda. Em torno de explicações centradas no clima, encontrou-se um motivo não só para justificar a profusão de formas distintas, mas também noções de autoria e lançamento de tendências, uma vez que a profusão de outros materiais se destacou e terá sido através da procura de povos que viviam em zonas geográficas caracterizadas por 'clima temperado' que a sua disseminação ocorreu, uma vez que nessas regiões não se

⁶⁰⁰ Esse primeiro material ligado à moda enquanto um elemento da natureza foi qualificado pelo autor pela sua vantagem económica e caracterizado por ter proporcionado a facilidade e "prontidão em mudar" que terão permitido o vestir "conforme o gosto" justificando, por isso, o princípio da mudança constante da moda assente nas características que esses materiais inteiramente naturais proporcionavam (1822, p. 4-5).

adequava o uso de penas ou peles, provocando assim outras alternativas (p. 6). Decorrente desse fator multiplicaram-se formas “inventadas pelas modistas” e dessas, a origem da cópia perante as outras nações⁶⁰¹ (p. 6) e nesse estádio alcançado pela moda onde se reuniram as condições para se coltar a reclamar o papel que a mulher exerceu no seu arbítrio. A mulher emergiu e foi caracterizada por dois aspetos fundamentais: o peso histórico do seu papel exercido no passado com responsabilidades no poder de lançar a moda e dado ao seu atributo de ‘personalidade ligada ao espírito’⁶⁰². No caso do calçado foi por oposição a esse sentido feminino, sendo que sempre se tratou de uma estrutura ligada ao género masculino, mas que terão seguido as tendências lançadas no que respeitou às que viriam de Paris⁶⁰³. À medida que as tendências foram descritas ao longo do periódico, o autor teceu comentários sobre as formas presentes em Lisboa àquele momento, no sentido de análise às práticas portuguesas e ao acompanhamento da moda, nos quais se pode constatar uma adaptação de conceitos aos costumes portugueses. Esse aspeto verificou-se com o caso particular da cobertura do pé em calçado feminino: se a partir de Paris chegavam as ‘chinelas’ que revelavam uma parte do pé para um contexto que não o doméstico, em Lisboa os ‘sapatos’ assistiram a uma alteração fundamental na sua forma, na qual as ‘entradas’ haviam descido e o peito do pé se destapou, evidenciando assim uma inspiração no conceito em detrimento da tipologia em si⁶⁰⁴. O conceito de cópia passaria a não integrar o entendimento português da moda, percebendo-se antes o sentido de seguimento, mas que manteve o carácter de autenticidade próprio dos costumes portugueses.

⁶⁰¹ Foi nesse âmbito que Paris notória pela “delicadeza, e tacto fino” terá emergido, sendo que cedo Espanha e Itália terão também exercido um papel no contexto europeu e, de acordo com Garrett superaram a influência francesa (1822, n.º 2, p. 2).

⁶⁰² Note-se que essa responsabilidade de definir a moda terá sido reservada apenas às “senhoras de espírito”, ou seja, mulheres instruídas e dotadas da cultura apreciada no século XIX (1822, p. 3). Por oposição, evidenciou-se que o papel masculino foi ligado apenas ao gosto, manifestando assim uma diferença quanto aos deveres e responsabilidades de género perante a moda. Garrett recorreu ao passado histórico da presença da mulher na moda para justificar a sua emergência àquele momento, recuando até ao período do ‘senado romano’ para evocar um órgão legislador feminino de moda e explicar a antiguidade do poder feminino na aprovação da moda; ou ainda, ao papel que terá exercido, mais tarde, com a “cavalaria andante” onde começou a “exercer a sua autoridade sobre as modas” (1822, n.º 1, p. 6).

⁶⁰³ Percebeu-se, contudo, que chegaram até ao país ‘bonecas inglesas’ onde foi possível observar os figurinos tridimensionalmente, com vista a outra promoção das suas tendências de moda. De acordo com o autor a moda inglesa teve uma breve passagem em Portugal, apesar de ter ido recusada por toda a europa (1822, n.º 1, p. 6).

⁶⁰⁴ Deu-se nota que em Lisboa as entradas dos sapatos desceram “conhecidamente” (1822, n.º 5, p. 5).

2. SEGUNDO MOMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES DO OFÍCIO DE SAPATEIRO NA PRÉ-INDÚSTRIA DO CALÇADO ENTRE 1834 A 1933



Fig. 150 'Cartaz da campanha pé descalço (c. 1917). Fonte: LPPS.



Fig. 151 Crianças sentadas no muro, 1950. Fonte: DGPC.

Tendo até ao instante da presente investigação sido tecida uma perspetiva assente na esfera de temáticas sobre autores e programas do calçado em Portugal ocorridas sobretudo entre os séculos XV a XVIII, o segundo momento pretendeu a continuidade dos processos metodológicos para historiar o design de calçado, tendo-se principiado cronológica e contextualmente a partir da publicação do Decreto de 1834 (1833-1834, p. 162), o qual promulgou o fim dos ofícios em Portugal. A abordagem terminou no ano de 1933 com a aprovação da Constituição de 1933 que deu início ao Estado Novo. Apesar da consciência de dois períodos políticos relevantes na extensão da cronologia definida – a Instauração da República, em 1910 e a Ditadura Militar, entre 1926 e 1933, não se revelou oportuno um estudo isolado a esses períodos, uma vez que os dados encontrados manifestaram uma continuidade nos discursos que se fizeram sentir antes dessas mudanças políticas e sem interferências relevantes, não justificando por isso a análise isolada desses períodos⁶⁰⁵. No entanto, manifestou-se pertinente proceder no âmbito do período cronológico em análise o estudo, isoladamente, para o século XX, pelo facto de nesse contexto os conteúdos se terem circunscrito noutra singularidade e por isso distanciados do século anterior.

O princípio do segundo momento tem início com a explicação das implicações trazidas com o decreto de 7 de maio de 1834 na organização profissional e estatutária secular dos 'sapateiros'. Seguiu-se a caracterização do novo modelo de sistema associativo e das designações profissionais, uma vez que esse terá sido, novamente, o mote para uma ligação entre aqueles que integravam um mesmo quadro operativo. Foi também explorado o papel do Estado e a sua função reguladora no âmbito da profusão de tecnologias e da normalização dos programas, com vista a abordar os demais discursos centrados em perspetivas que se direccionaram para os novos autores, novos programas e novas tecnologias. Igualmente se investigou o propósito dos discursos do calçado no quadro da moda. Das fontes consultadas destacou-se o estudo realizado pelo historiador Rui Brás (2004) aos novos modelos associativos, bem como a artigos provenientes de publicações da imprensa operária e o conjunto de documentos de natureza legislativa que regulou os principais sentidos alocados ao calçado que têm vindo a ser defendidos ao longo da investigação – os autores, as tecnologias e os programas, enquanto resultado de novas significações atribuídas perante um conjunto de aspetos, como a regulação da prática da atividade em si, a classificação dos artefactos ou os preços que regularam e normalizaram a atividade da 'pré-indústria' do calçado. Os inquéritos industriais de 1881 foram um documento fundamental para

⁶⁰⁵ Valerá apenas a referência à Liga de Profilaxia Nacional (agora Liga Portuguesa de Profilaxia Social), fundada em 1928 com vista ao combate do 'Pé Descalço' que se continuou a praticar em Portugal até ao final do Estado Novo (fig. 150). Ver Portugal, Liga Portuguesa de Profilaxia Social, 2017.

a recolha de dados que por sua vez analisados à luz de metodologias de história do design evidencaram um complemento subjacente às demais fontes e perspectivas consultadas para a fundamentação da narrativa. O facto desse documento traduzir o contexto cronológico onde foi publicado, permitiu uma interpretação da malha industrial em Portugal não só desse momento enquanto consequência do desenrolar de uma grande parte do século XIX, mas também da caracterização do primeiro contexto onde a industrialização do calçado já se fazia sentir. Nesse seguimento, foi transversal às perspectivas tecidas à narrativa ao longo do estudo do segundo momento. Com vista ao estudo da relação que se afirmou, progressivamente, entre moda e calçado deu-se continuidade à consulta de periódicos nos quais a temática se inscreveu, tendo o estudo efetuado permitido um sentido de análise evolutiva em percurso temporal do desenvolvimento da relação entre ambos. O desenho do texto que se segue apresenta perspectivas de análise isoladas de modo a poder tornar a sua leitura e entendimento de toda a teia que envolve o sentido do ‘calçado’ mais facilitada. No entanto, não se pretendeu que essas divisões se encerrassem nelas próprias, mas antes um cruzamento e complemento entre si. Deverá ser também entendido perante uma lógica de evolução cronológica, sendo que cada tópico de análise foi interpretado perante as evidências temporais existentes.

2.1 A TRANSIÇÃO PARA A INDÚSTRIA DO CALÇADO: OS NOVOS AUTORES, AS NOVAS TECNOLOGIAS, OS NOVOS PROGRAMAS

2.1.1 O DECRETO DE 7 DE MAIO DE 1834

DECRETO.

Não se coadunando com os principios da Carta Constitucional da Monarchia, base, em que devem assentar todas as disposições Legislativas, a instituição de Juiz e Procuradores do Povo, Mestres, Casa dos Vinte e quatro, e classificação dos diferentes gremios; outros tantos estorvos á industria Nacional, que para medrar, muito carece da liberdade, que a desenvolva, e da protecção, que a defenda: Hei por bem, em Nome da Rainha, Decretar o seguinte:

Artigo 1.º Ficam extinctos os Logares de Juiz, e Procuradores do Povo, Mestres, Casa dos Vinte e quatro, e os gremios dos diferentes Officios.

Art. 2.º As Camaras Municipaes darão as providencias que julgarem mais acertadas para se levar a effeito o disposto no Artigo 1.º sem inconveniente do serviço público. E se algumas dessas providencias excederem suas attribuições, Me consultarão para as tomar na consideração que merecerem.

Art. 3.º Ficam revogadas todas as Leis em contrario, como se dellas fizesse expressa, e declarada menção. O Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Ramalhão, em 7 de Maio de 1834. — D. PEDRO, DUQUE DE BRAGANÇA. — Bento Pereira do Carmo.

Fig. 152 Decreto de 7 de maio de 1834 (Livro 1833-1834). Fonte: LRDCLP.

Partiu-se da abordagem ao ‘ofício de sapateiro em Portugal’ tecida anteriormente para se poder perceber os aspetos motivadores da delimitação cronológica de 1834 para o início de uma nova era na história do calçado. Importará mencionar que essa data, simultaneamente, significou o final do primeiro momento na história dos produtores de calçado no país, rompendo com os seus preceitos inauguradores e dando origem ao ponto de

partida para o desenrolar do segundo momento. O Decreto de 7 de maio de 1834 (1833-1834, p. 162) ou mais propriamente aquilo que significou, terá provocado implicações brutais nos protagonistas dos demais discursos do calçado, ditando o final daquela que foi a história dos ofícios em Portugal, tal como se tem vindo a narrar (fig. 152). Consequentemente, essas implicações repercutiram-se não só aos níveis estruturais, mas também ao nível de programas, tecnologias e técnicas de produção de calçado. Na verdade, poderá considerar-se que os antecedentes para a promulgação desse documento despoletaram no século XVII, tendo esse sido o contexto inaugurador das primeiras manifestações da indústria em Portugal⁶⁰⁶. Diante disso, poderia facilmente prenunciar-se o enfraquecimento ou a perda de uma aura que envolveu o conceito de ‘autoria’, no entanto, essa situação não se verificou e enquanto o poder régio regulou os ofícios, os valores das corporações foram garantidos. O novo sistema designou-se de industrial e para se afirmar foi necessário um contexto social e político que proporcionasse a liberdade de um ‘mundo novo’ absorver um ‘mundo antigo’. Foi ao longo do século XIX que essa aura, progressivamente, se suspendeu, não só pela publicação do decreto em epígrafe, mas também pela da desatualização e desfasamento da técnica, de todo um sistema de orientação corporativa e da necessidade do acompanhamento dos pares internacionais. O contexto regulador alterou para sempre a profissão e a técnica e os autores passaram para um palco secundário sendo que toda a estrutura, tal como se conhecia, ruiu. Deu origem a outra, a novos modos de atuação, a atividades distintas, a novos autores, novas técnicas e tecnologias, novos programas e novos modelos de sistemas associativos.

A coroa portuguesa promoveu um novo sentido à produção de artefactos transferindo para isso os privilégios atribuídos aos ofícios para uma mancha industrial que emergiu tecnologicamente e se diversificou (Serrão, 1994, pp. 89-93). O papel do poder político permaneceu assim vincado nesse domínio fosse pela publicação de legislação que regulamentasse a indústria, fosse pela realização de inquéritos industriais que forneciam os dados mais concretos para eventual intervenção. Lisboa terá tido o primeiro ‘palco’ de atuações⁶⁰⁷ no caso do setor do calçado.

⁶⁰⁶ Nesse sentido, o período onde o sistema corporativo português eclodiu coexistiu com o processo de industrialização do país. Os primeiros esforços corresponderam a uma primeira fase do complexo processo de industrialização encetado em Portugal e foram levados a cabo pelo Conde da Ericeira num contexto marcado pela a crise interna na 2.^a metade do século XVII que o país atravessava, fruto das Guerras da Restauração, dos problemas de escoamento dos bens do comércio colonial e da conjuntura de depressão monetária que afetava os mercados europeus. D. Luís de Meneses propôs medidas para a reorganização do comércio, a reforma monetária e o desenvolvimento da indústria manufatureira sediada em locais estratégicos e novos moldes, apoiada diretamente pela coroa. Ver Portugal, Infopédia, 2014. Numa segunda fase desse processo, o contexto ficaria marcado pela interrupção na exploração do ouro brasileiro que havia provocado dificuldades económicas na Coroa e obrigaria o Marquês de Pombal a retomar a política de fomento industrial que havia sido iniciada com o conde da Ericeira, sendo que esse desenvolvimento industrial continuou com o Reinado de D. Maria e contribuiu para o impulso da indústria até cerca de 1834. Ver Portugal, Infopédia, 2014b. Sob o ponto de vista geográfico, de acordo com o historiador Aurélio Oliveira (1998) o Porto passaria a assumir uma posição pioneira e de destaque, posicionando-se na dianteira do esforço de industrialização portuguesa, depois retomado por Lisboa a partir de 1842 (1998, p. 285).

⁶⁰⁷ O setor do calçado e dos curtumes teve uma forte presença na cidade. Note-se que no início do século XIX o setor do calçado foi naquela cidade o mais numeroso e o mais forte perante os restantes: de acordo com o Inquérito Industrial de 1881, num universo de quatro mil cento e oitenta e cinco estabelecimentos os sapateiros contavam com mil cento e cinquenta e nove lojas (Inquérito Industrial 1881,1883, p. XIII) em 1852, existiam trezentas e sessenta e duas fábricas com mais de dez operários, sendo que desse conjunto trezentas e cinquenta e duas correspondem à atividade dos curtumes (Inquérito industrial de 1881, 1883, p. XIX).

No entanto, sendo certo o peso da herança geracional secular do ofício em amplos sentidos, como se pôde perceber na premissa inicial do presente capítulo, a saber, acerca da necessidade de um conjunto de profissionais que operaram no mesmo sentido se agruparem perante o novo contexto de desresponsabilização, com os incentivos à indústria e a conseqüente extinção do sistema de trabalho que conheciam, os profissionais de calçado, a seu modo, não permitiram uma rutura definitiva. Na verdade, esses profissionais não desapareceram: os atores foram os mesmos, o saber que possuíam não foi omitido, bem como não se suspenderia a necessidade de se vincularem a uma estrutura organizacional que os defendesse e, simultaneamente, conduzisse num novo contexto. Em suma, tratou-se de uma atitude de resistência, de salvaguarda e valorização de um saber, de uma manutenção da ordem que haviam conhecido e no qual sentiam uma zona de conforto, uma resposta a outro carácter operativo perante o novo quadro, mas também a resposta possível tendo em conta o grau de envolvimento exequível da indústria no calçado, no sentido de inovação tecnológica. De facto, só no final do século XIX se começou a manifestar processos de mecanização na produção de calçado. Esse intervalo de tempo, entre a publicação do decreto e os primeiros sinais de mecanização foi necessário para os autores que percorreram esse quadro se pudessem, verdadeiramente, adaptar a uma nova ordem.

2.1.2 O NOVO MODELO ASSOCIATIVO

Sem a proteção institucional existente no sistema corporativo, os produtores do calçado voltariam a associaram-se para manter, de certa forma, um vínculo ao passado numa manifestação que poderia ser interpretada também por oposição ao novo contexto e uma tentativa de retorno ao passado, de recuperação de valores e de profusão de técnica ou manutenção da técnica. Contudo, o paradigma alterou-se: de ‘proteção’ passara-se a necessidade de ‘defesa’, não do ofício, mas do operário.

Na publicação do historiador Rui Brás (2004) intitulada “Formas institucionais e sistemas de valores: as associações dos sapateiros de Lisboa, da segunda metade do século XIX ao Estado Novo” (2004) foi possível perceber o contexto associativo desses profissionais no panorama do século XIX após do fim das corporações. Foi a partir da análise ao estudo desse autor que se deu início à compreensão dos diversos agentes do calçado e do seu carácter operativo a partir do decreto de 1834 que ditou a liberdade para a indústria e considerou os ‘mesteres’ um “estorvo” (1834).

A publicação de Brás (2004), interpretada mediante uma perspectiva onde o design foi usado como lente, deixou revelar como a ‘nova’ profissão de ‘sapateiro’ se desenvolveu e adaptou perante os demais contextos políticos, económicos, sociais e também de inovações tecnológicas, onde se destacou a introdução do fabrico mecânico para a reprodução dos programas, as novas significações do conceito de autoria ou até a sua suspensão desse discurso, perante a comparação à evidência e centralidade durante o primeiro momento do presente capítulo.

Tendo em conta a complexidade do panorama que rompeu com o modelo anterior, traduzido na obrigação de encarar que terminara um ofício com uma carga histórica, de tradição geracional, valorizada, reconhecida e presente na memória dos seus atores, certamente ocorreu um sentimento de fragilidade da condição profissional, de dúvidas ou incertezas, mas também de fraqueza perante a nova dimensão dos conceitos que o ‘calçado’ adquiriu. Igualmente, a implementação e desenvolvimento da indústria e da máquina, de novos processos resultantes do trabalho manufaturado, enquanto fatores de aceleração de métodos e consequentemente, a elevação dos volumes de produção, implicaram alterações no seio hierarquizado da profissão, novas aprendizagens e desenvolvimento de processos de fabrico, que puderam sintetizar o quadro geral até ao século XX e fundamentar o início de um período de adaptação, marcado pela insegurança e pela resistência.

O caso de Lisboa traduziu-se como o palco principal onde as mudanças se fizeram sentir no imediato e de modo mais vincado, quer pela condição de capital do reino, sendo tudo o que isso acarretou por si só, quer por se manifestar como sede do poder político e, em certa medida, do poder eclesiástico, quer ainda por ter sido nessa cidade que o surto industrial do calçado se terá manifestando primeiramente. Foram os mesmos atores do sistema anterior perante o novo modo de atuação dentro da profissão que impulsionaram a continuidade de estruturas associativas, inevitavelmente, seguindo os padrões da época, abrangendo por isso, os novos conceitos e, simultaneamente, outros agentes que o discurso do calçado passou a integrar: industriais e lojistas.

Mediante o exposto, a abordagem ao segundo momento pode ser fundamentado na análise do novo modelo de sistema associativo, uma vez que esse terá sido, novamente, o mote para se ter estabelecido uma ligação, ou uma continuidade, entre aqueles que operaram profissionalmente no mesmo sentido e dessa ligação resultaram ideais veiculados nas próprias organizações, que analisadas no seu conjunto permitiram perceber de que modo a estrutura dos primeiros sistemas associativos⁶⁰⁸ e os novos profissionais, oriundos do anterior ofício de sapateiro, ou também sem experiência passada, se adaptaram às condições que se veicularam e como foi possível preservar os valores anteriores inerentes, quer aos discursos próprios do design que se têm vindo a tratar, quer acerca dos modos de atuação dessas estruturas.

⁶⁰⁸ Na consulta da legislação régia publicada após o fim do sistema corporativo e até 1910 encontrou-se referência à criação de um vasto conjunto de associações: a) Associação Fraternal dos Sapateiros, em 24 de agosto de 1852; b) Associação dos Sapateiros e mais artes que trabalham o couro do Porto, em 1853; c) Associação dos Sapateiros, em 24 de agosto de 1854; d) Associação Philanthropica portuense dos sapateiros e mais artistas que trabalham as pelles cruas ou curtidas, em 17 de abril de 1856; e) Associação dos Sapateiros Lisbonenses, em 1857; f) Associação de Trabalho dos Artistas Sapateiros, em 1858 até 1859; g) Montepio do ofício de sapateiro e anexos da associação mencionada em a), a 25 de fevereiro em 1862; h) Associação União dos Sapateiros e mais artistas portuenses, em 19 de julho de 1862; i) Associação da Classe dos Sapateiros e Ofícios Correlativos, em 25 fevereiro de 1869, proveniente da fusão da Associação Fraternal dos Sapateiros e do Montepio; j) Associação de Socorros Mútuos dos Sapateiros Lisbonenses e Artes Correlativas, em 1898, substituiu a Associação dos Sapateiros Lisbonenses; l) Associação de Classe dos Fabricantes de Calçado, em 1891; m) Associação da Classe dos Operários Sapateiros, em 1896; n) Associação da Classe dos Operários Manufaturadores do Calçado, em 1909, fundindo l) e m).

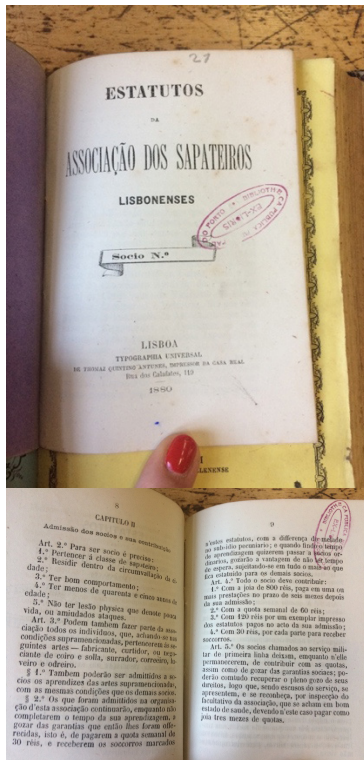


Fig. 153 Pormenor dos Estatutos da Associação dos Sapateiros Lisbonenses. Fonte: Estatutos da Associação dos Sapateiros Lisbonenses, 1880, p. 8-9.

Verificou-se que foram necessárias, aproximadamente, duas décadas após o fim do sistema corporativo, em 1852⁶⁰⁹, para surgir a primeira estrutura associativa com vista a contribuir para no panorama que se fazia sentir - a *Associação Fraternal dos Sapateiros*. Como se pode concluir com Brás (2004), os aspetos presentes na caracterização dessa associação liberal e as ocorrências que dela surgiram, conduziram à liberdade do surgimento de outras associações compostas por associados que ‘circularam’ entre elas, de acordo com a concordância de ideais, interesses ou com os melhores benefícios, em alguns casos dando origem à continuidade de umas, fusões ou extinções de outras. A Associação Fraternal dos Sapateiros, usando na sua designação as expressões ‘fraternal’ e ‘sapateiro’ traduziu de uma estrutura associativa onde a sua base assentou nos mesmos atores da estrutura anterior, mas num quadro onde as normas estatutárias do desempenho da profissão se haviam alterado ou extinguido.

Os principais atores da indústria assumiram outras designações e com elas outras responsabilidades e desempenhos. Subjacente a esse novo panorama acentuaram-se duas classes – ‘operária’ e ‘patronal’ – resultantes da distinção do fabrico e do escoamento dos artefactos e com essa separação, uma natural necessidade de distinção. Na verdade, tratou-se de preservar o distanciamento de um momento entendido pela associação à componente técnica, perante a fase da venda ou escoamento dos artefactos ao público, anteriormente, a cargo dos mestres donos de oficina, para passar a ficar a cargo, principalmente, de lojistas⁶¹⁰. Entre ambos, os propósitos eram opostos e as ambições passaram a traduzir-se por um lado na tentativa de proteção da técnica ou manutenção da qualidade e por outro em conflitos de ordem financeira. Esse aspeto revelou-se particular tendo mostrado um dos princípios que os ‘sapateiros’ tentaram sempre preservar: a autoria.

Com base na valorização da técnica de produção manual enquanto sinónimo de qualidade na resposta a uma função que os modos de vida requeriam, os ‘sapateiros’ assumiram dois papéis distintos: uns tentaram a preservação do passado e distanciaram-se do ‘sistema capitalista’ e outros procuram enquadrar-se nele. Ambas as posturas adotadas aconteceram de modo inato, mas não irrefletido. Se a origem das antigas corporações de ofício residiu nas confrarias, ou seja, com alicerces de ideais assistenciais e religiosos, nas novas associações essa situação também se verificou, porém, a liberdade associativa permitiu aquelas que se tentaram distanciar desse vínculo religioso. Consequentemente, essa coexistência gerou conflitos entre os associados e entre associações⁶¹¹. Não foi, no entanto, esse o

⁶⁰⁹ Em 1864 foi promulgada legislação que permitiu a constituição de associações de socorros mútuos, na verdade com uma prática que refletiu verdadeiras associações sindicais (Autoridade para as Condições do Trabalho, 2016, p. 6).

⁶¹⁰ Esse aspeto pode verificar-se com a Associação dos Sapateiros Lisbonenses (fig. 153). Tratava-se de uma associação composta, de acordo com Brás (2004) “quase exclusivamente” por lojistas (2004, p. 38), manifestando-se assim o surgimento dos discursos distintos e, eventualmente, opostos na indústria: por parte dos subordinados – os operários – e subordinantes – os lojistas, traduzidos no surgimento das designadas ‘associações de classe’.

⁶¹¹ Ver Brás (2004) a propósito do estudo à Associação Fraternal dos Sapateiros.

único aspeto que motivou os desentendimentos entre os associados. A julgar pelo número de associações que surgiram na segunda metade do século XIX⁶¹² influi-se que o sentido de união e os entendimentos entre os novos atores do calçado foram distintos dos que vigoraram no passado e a coexistência de várias perspectivas a propósito do entendimento do contexto profissional tornou necessária a presença de mais que um organismo institucionalizado para representar os vários ideais⁶¹³.

A linha de fronteira entre as ideologias nem sempre terá sido bem vincada no seio das próprias associações, uma vez que foram constituídas por vários agentes do ‘calçado’: aqueles que, efetivamente, o produziam, independentemente, das técnicas praticadas em contexto de fábrica ou oficina, os donos das fábricas e os lojistas, originando ruturas e, em vista disso, avanços, mas também recuos. Esses progressos e retrocessos encontrados no seio do sistema associativo foram reveladores do panorama heterogéneo que se fez sentir até bem tarde. O caso da *Associação de Classe dos Fabricantes de Calçado*⁶¹⁴ foi um dos principais exemplos que ilustrou por um lado o sentido do próprio panorama associativo e, por outro, as linhas de pensamento que acompanharam ao princípio do segundo momento da história do design de calçado que se tem vindo a narrar, ou seja, na altura em que industrialização do calçado se começava, lentamente, a implementar. Essa associação teve várias ruturas ao longo da sua existência e deu origem a várias designações⁶¹⁵, tendo inaugurado uma linguagem que veio a permanecer nos discursos da indústria do calçado que lhe corresponde até à atualidade. Descontinuou-se assim o conceito do ‘autor’, mas permitiu-se o entendimento de uma área abrangente de atuação – o fabrico de calçado, que a expressão ‘sapateiro’ poderia limitar num processo de industrialização cada vez mais profundo. Mas, a presença de ideias de resistência e desfavor da ambição dos industriais, contribuiriam para o desmembramento da associação, surgindo assim uma outra que representava apenas os ‘operários’⁶¹⁶. Apesar de consentir assim os atributos trazidos pela contemporaneidade a que se reportou, recuperou o termo ‘sapateiro’ para tentar reconquistar um estatuto e diferenciar-se pela técnica praticada. As narrativas de ambas as associações haveriam de encontrar pontos em comum para, em 1909, se fundirem como “um sindicato de indústria” compreendido por

⁶¹² Ver nota 608.

⁶¹³ Ver Brás (2004). Numa análise generalizada aos percursos do conjunto de associações que surgiram nesse período encontraram-se situações onde a proximidade de ideais defendidos terá dado também lugar à fusão entre associações numa tentativa de promoção de sentidos comuns de modo a que pudessem ter uma maior abrangência, ou ainda ao desmembramento de outras.

⁶¹⁴ A associação foi fundada em 1891 e refletiu a primeira vez o emprego dos termos ‘fabricante’ e ‘calçado’ na designação.

⁶¹⁵ De facto, uma interpretação preliminar a propósito da elaboração da lista de designações utilizadas para apresentar as associações que enquadraram no momento em evidência deixou revelar o uso de expressões que se por um lado induziram a sentidos generalistas, por outro lado, tentavam romper com o passado ou recuperá-lo de algum modo.

⁶¹⁶ Tratou-se da Associação da Classe Operária de Sapateiros. Ver Brás (2004, p. 51-53).

operários e pequenos patrões (Brás, 2004, p. 53)⁶¹⁷. Pareceu revelar-se que se terá alcançado um equilíbrio ao nível de entendimentos e ideais através do uso da expressão ‘manufaturador’ para a designação das estruturas que se interligaram, encontrando-se uma ligação entre os processos manuais e mecânicos. A nova designação não deixou cair a ideia do ‘autor’ e evidenciou uma atividade que compreendeu a aplicação de tecnologias de fabrico mecânicas e de manuais. O ‘sapateiro’ e o ‘operário’ passariam a designar-se ‘manufaturador’⁶¹⁸, numa altura que a república ecoava, a monarquia se dissipava e industrialização do calçado se afirmava. Percebeu-se que os discursos do ‘calçado’ foram pronunciados em caminhos díspares, marcados pela defesa da técnica e de uma ‘classe’ enquadrada num contexto oficial que coexistiu com a indústria da fábrica provocando por isso, entendimentos e posições diferentes. Contudo, terá sido essa diferenciação que contribuiu para, entretanto, se ter encontrado uma compreensão mais próxima de todos e, nesse seguimento, uma homogeneidade no teor dos discursos e da linguagem.

De um modo geral, a análise aos novos modelos associativos caracterizadas por Brás (2004) permitiu perceber que os objetivos das estruturas associativas seguiram a continuidade das preocupações que marcaram o primeiro momento, no entanto, como a capacidade de adaptação à nova realidade, de modo a lhe dar resposta. Pretendia-se a

“instrução, aperfeiçoamento de costumes e maneiras, (...) desenvolvimento de novos processos de trabalho, introdução de maquinaria e obtenção de matérias primas com melhor preparação e mais baratas.”

BRÁS (2004, p. 36)

A valorização da profissão, a evolução da técnica, o desenvolvimento dos programas com a procura por novos materiais e a dignificação dos artefactos inaugurou uma nova direção e sentido aos discursos do ‘calçado’. Denote-se que se pretendeu a aprendizagem, designada por outro vocábulo, como uma relação com o sentido de dignificar a atividade e a qualidade dos artefactos. O reconhecimento da aprendizagem da técnica manual, mostrou-se no âmbito de uma prática em ‘regime de sucessão hereditária’, perante uma narrativa centrada na manutenção da qualidade que esse modo de produzir calçado refletia. O historiador constatou que em 1902 o panorama associativo exigia “dois anos de experiência” (p. 40) para ‘trabalhar no calçado’⁶¹⁹ e na prática, o efeito surtido poderá ter sido subliminar, uma vez que nada comprometeria a possibilidade do desempenho da profissão, já que as associações foram de adesão voluntária.

⁶¹⁷ Tratou-se da Associação da Classe dos Operários Manufatureiros do Calçado. Ver Brás (2004, p. 53-55).

⁶¹⁸ Valerá mencionar que a expressão mais similar encontrada com ‘manufator’ foi publicada no dicionário de Bluteau (1716) como ‘manufatura’ para designar o “lugar que muitos do mesmo ofício se juntam, a fazer obras do mesmo género” (vol. V, p. 304). No dicionário de Couto (1842, p. 249-250) definiu-se ‘manufatores’ como “fabricantes que fazem artefactos” e foi no século XX com Aulete (1925) que o ‘manufator’ se firmou como relativo à indústria manufatora e foi caracterizado como o “fabricante, o que fabrica ou faz fabricar”.

⁶¹⁹ No mesmo sentido, percebeu-se que as associações exigiam o requisito da frequência de períodos de aprendizagem para um ‘operário’ se tornar ‘associado’.

Na verdade, o acesso à ‘fábrica’ e em alguns casos a ‘oficinas’ foi definido pelos industriais ou pelos seus responsáveis, ficando assim a cargo desses estabelecer os requisitos e regulamentos da atividade na sua fábrica ou oficina. O sistema industrial distanciou-se nesse aspeto, uma vez que a aprendizagem requerida não implicava a complexidade antes necessária. A instrução do operário de cada secção, por sua vez definida pela tecnologia correspondente aconteceu em contexto de trabalho, com direitos e deveres, mas sem carecer do acompanhamento e da proximidade do ‘mestre’, sem ter em vista a realização de um exame e com um volume de produção distinto, já que a produção dos artefactos deixara de ser, inteiramente artesanal.

O panorama associativo deixou revelar o ambiente sentido com a libertação da indústria vincado, sobretudo, pelo descontentamento e por tentativas de recuo ao passado, à valorização daquilo que haviam sido. Revelou que apesar desse vínculo houve adaptações reveladoras de alguma capacidade para tal, bem como para outras aberturas ou mesmo cedências. O momento terá sido de fragilidade, insatisfação e indefinição.

Restará por fim abordar, brevemente, um dos elementos que distinguiu a atividade associativa no final do século XIX⁶²⁰: a publicação de periódicos onde se difundiram os ideais mais relevantes assentes nas perspetivas de lojistas, fabricantes ou operários, com vista a se fazerem ouvir, a ‘educarem’, mas também no sentido de apelar a uma união entre os intervenientes. Através da imprensa associativa chegaram a Portugal notícias que apresentaram histórias de fábricas de calçado estrangeiras, desde a sua caracterização física, natureza evolutiva e descrição da organização da edificação como também os volumes de produção e estrutura económica, com vista a ilustrar os modos de atuação mais eficazes; e novas técnicas na produção do calçado, como o caso da secção das ‘fôrmas’, corte, costura, montagem ou acabamento⁶²¹. Igualmente terá sido com a imprensa que o ‘calçado’ começara a ser publicitado – fabricantes de ‘fôrmas’, de componentes, de produtos de acabamento, de máquinas, mas também fábricas de calçado e ‘lojistas’. Como modelo ilustrativo consideraram-se na investigação duas publicações de natureza associativa: “A Sapataria Portuguesa”⁶²² e a “Voz do Operário”⁶²³, com vista a um breve esclarecimento acerca dos ideais defendidos no âmbito daquelas que foram as exposições públicas de temáticas relacionadas com os vários sentidos de estudo do ‘calçado’. Perceberam-se ideais difundidos

⁶²⁰ Foi apenas em 1891 que se deu legitimidade para a existência de associações de classe natureza sindical de trabalhadores e patrões (Decreto de 9 de maio de 1891, p. 207-210).

⁶²¹ Ver o periódico “A Sapataria Portuguesa: jornal profissional interessando a indústria do calçado, e as outras que lhe são relativas” (1891), N.º 1 e N.º 23.

⁶²² “A Sapataria Portuguesa” foi um jornal corporativo direcionado para os trabalhadores do calçado. Surgiu no seguimento do atraso português de quatro décadas perante a homónima imprensa estrangeira. As secções temáticas exploradas envolveram os novos processos técnicos, considerações sobre a modernização da indústria sobre a associação, notícias de exposições e anúncios publicitários incidentes na indústria do calçado. Publicou-se entre 1890 e 1894 cinquenta e quatro volumes.

⁶²³ Foi um órgão dos fabricantes de calçado e da classe operária em geral. Publicaram-se trinta e um volumes, entre 1896 a 1899, sob a edição de Paulo Fonseca.

divergentes que se manifestaram alocados ao facto de o primeiro jornal ter sido ligado aos 'lojistas', perspetivando os apontamentos e fragilidades da indústria do calçado sob o ponto de vista da sua relação com o setor no sentido reivindicativo da situação financeira tributária, mas também com os fabricantes, deixando evidenciar uma perspetiva crítica perante os programas de tipologias de calçado tão díspares que se fabricavam em Portugal⁶²⁴; assim como ideais ligados às perspetivas do operário e do fabricante, deixando revelar um discurso assente, fundamentalmente, na base de um sentimento de mágoa perante a perda da individualidade e de toda a aura profissional do passado para uma nova realidade que não foi melhor aos seus olhos e se manifestava debilitada⁶²⁵.

A indústria do calçado foi posicionada pela visão dos seus fabricantes como uma realidade que precisava ser alterada com vista a não desaparecer; e pelos vendedores através da necessidade da manutenção da qualidade e do estímulo a programas portugueses em detrimento da importação de calçado estrangeiro. Tendo em conta o enquadramento associativo das publicações, as soluções para as reivindicações de ambos não passariam apenas por esforços individuais, mas antes pelas próprias 'associações' e com a 'imprensa' por elas criada, entendidas como as "grandes forças dos tempos modernos" para a classe poder progredir (Voz do Operário, 1896, n.º 1, p. 3).

2.1.3 O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

Perante os novos contextos resultantes da liberdade dada para a implementação da industrialização do país, a coroa portuguesa deu continuidade à sua prática reguladora sobretudo no que disse respeito aos programas e aos autores do calçado, traduzindo um sentido contínuo à própria história. No limite, suspendeu-se uma estrutura corporativa que por si só foi regulamentada pelo próprio Estado e deu-se origem a outra que se regulamentou, dessa vez por mais que uma estrutura institucional que representou o Estado. No âmbito da análise à legislação

⁶²⁴ Os discursos dos lojistas refletiram o início de uma prática de circulação entre cidades com vista à observação das tipologias que se expunham nas montras para o poder analisar e criticar com vista a corrigir as diferenças residuais que encontrava. Esse aspeto encontrou-se num artigo publicado na "A Sapataria Portuguesa" (1891, N.º 1) que traduziu uma narrativa tecida após a visita de um lojista de Lisboa ao Porto. A primeira crítica foi tecida ao excesso de tipologias importadas, considerando-se que o Porto não contribuía para a indústria nacional, uma vez que o 'calçado à moda' vinha do exterior do país e a 'bota inglesa' foi considerada de inferior qualidade e gosto em relação à portuguesa, no entanto, vendia-se pelo dobro do preço (1891, N.º 1, p. 3). Pelas considerações tecidas, evidenciou-se que a qualidade das 'botas' encontradas no Porto não foi razoável, ao comparada com o que se praticava em Lisboa, justificando por isso a presença desses artefactos. No entanto, no Porto o calçado de homem primava pela qualidade, perfeição e "esmero nos acabamentos" da manufatura, sendo que as tipologias não se vendiam engraxadas como em Lisboa, mas antes com "um preparado de sêbo e jaspe que torna a obra macia e acetinada" (p. 3).

⁶²⁵ Na "Voz do Operário" publicaram-se um conjunto de artigos de opinião sobre as várias áreas de interesse dos fabricantes de calçado, destacando-se no número inaugurador o artigo de Conceição Pires, em 1896, onde descreveu a classe dos 'fabricantes de calçado' num panorama muito negativo. Foi designada como a classe dos "desditosos", a mais oprimida pela "miséria económica" enquadrada numa indústria de "estado caseiro (...) e condições de liberdade relativa" (1896, n.º 1, p. 2). Os 'sapateiros' não eram livres, mas antes libertos, sendo por isso imperativo que todos eles [do país] se unissem (1896, n.º 1, p. 4). Nas ideias proferidas, subentendeu-se um possível atraso nas tecnologias de fabrico na medida em que se teve uma comparação com as demais indústrias que haviam já pertencido a um 'estado caseiro' e se encontravam ao momento em regime de produção fabril. Nesse sentido, reclamou-se a introdução da máquina tal como a preocupação da sua chegada e da não capacidade para a sua localização.

consultada referente ao momento em estudo, verificou-se a amplitude do exercício do poder regulador do Estado, tendo-se optado pela análise aos documentos alocados aos princípios orientadores metodológicos da investigação, que permitissem perceber um sentido evolutivo de pensamentos e áreas de atuação que mais não foram o reflexo do princípio da ‘construção’ de uma nova estrutura, da primeira ‘organização’ da indústria do calçado portuguesa ocorrida ao longo de, aproximadamente, um século. Foi possível perceber outro sentido atribuído ao calçado, tendo sido responsável pela introdução de novos programas, além de assumir a qualidade de encomendador pela definição de padrões que serviram para a representação do poder e para a distinção institucional, bem como requisitos em aspetos relacionados com carácter operativo da produção do calçado. Foi ainda inaugurada a sua inscrição no quadro das pautas aduaneiras revelando por si só a sua significação nesse âmbito e adicionando outros entendimentos já que refletiu aquilo que chegou ou que saiu de Portugal. Por fim, a coroa portuguesa de modo a contribuir para o desenvolvimento da indústria, levou a cabo a realização de inquéritos para se inteirar do seu estado com dados reais e os quais revelaram o panorama geral da indústria do calçado portuguesa e as suas principais necessidades⁶²⁶.

Assim, do novo sentido traduzido pela ação do Estado foi no âmbito da realização das *Pautas alfandegárias* que o calçado recebeu a primeira regulamentação encontrada no âmbito do momento em estudo. Nesse contexto, foi-lhe atribuído um valor quantitativo e uma classificação. O conjunto de legislação publicada e consultada nesse enquadramento foi resultante dos recursos impostos à *Comissão de Pautas da Alfândega* por parte de fabricantes que tentavam intervir nos regulamentos através de propostas distanciadas do sentido das *pautas*, para as classificações do calçado. Esses documentos decorrentes de interposições individuais manifestaram à investigação outros esclarecimentos sobre os programas de calçado e sobre os componentes que se importaram em Portugal nos períodos correspondentes às suas publicações⁶²⁷. Assim, da análise ao sentido dado ao calçado encontrado no quadro das taxas alfandegárias,

⁶²⁶ Terá sido em 1788 que o primeiro inquérito oficial intitulado como “Relação das Fábricas” foi elaborado pela Real Junta do Comércio e Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres. Encontraram-se outros documentos de natureza similar datados de 1814, 1839, 1852, 1860, 1881 e 1890 para o século XIX. Valerá mencionar que o inquérito de 1839 que não chegaria ser publicado dado aos resultados parciais e incompletos (Inquérito industrial 1881, 1883, p. XVIII). No período da república, os anos de 1930, 1956 e 1980 correspondem aos inquéritos realizados para o século XX. Destacou-ser na investigação o inquérito concretizado em 1881 e publicado em 1883, tendo entendido a a indústria portuguesa dividida em quatro categorias - indústria extrativa, indústria agrícola, indústria fabril e indústria comercial. Comportou dados gerais, como também particularizou regiões e apresentou a indústria fabril correspondente a fábricas; referiu a indústria em oficinas e aponta a indústria em domicílio segundo o número de grupos de industriais. Organizou-se em duas partes: direto, na medida em que foram visitados estabelecimentos, ouvidos depoimentos, observação e recolha de dados; e indireto, tendo ficado a cargo dos industriais o preenchimento de um questionário (1883, p. XXVII-XXVIII).

⁶²⁷ Note-se que as Pautas alfandegárias poderiam ser alvo de interposição de recursos em oposição aos critérios definidos nas pautas, o qual caso fosse aprovado originava a publicação de legislação com as alterações nas mesmas. A publicação de normativos com essas alterações foi encontrada ao longo da pesquisa nas fontes para a investigação, tendo-se destacado pelo detalhe do seu teor e tendo sido com elas possível perceber a existência de duas perspectivas opostas, ou seja, por um lado o sentido normalizado e geral dado pelo Estado aos artefactos e por outro lado, o discurso dos fabricantes assente nas particulares de certos artefactos e no enquadramento paralelo dos mesmos no seio da atividade profissional. Adicionalmente, um elemento que se destacou do conjunto de normativos que revogaram ou reprovaram os recursos interpostos foi a evidência do acompanhamento da ‘amostra’ junto com a reclamação e notada como o fator fundamental para a resolução do conflito.

pode constatar-se que foi considerado independente à distinção de género e idade dos destinatários e sujeito ao pagamento de taxas calculadas através do seu peso; e que a mesma natureza formal de cada artefactos poderia deter uma classificação díspar, mediante o material aplicado tendo, por isso, as designações escolhidas privilegiado os materiais como elemento fulcral para a classificação, não só de tipologias, mas também de componentes de calçado. Encontraram-se quatro documentos relevantes sobre as considerações tecidas, os quais valerão uma breve abordagem:

- Com a resolução de 21 de março de 1854 (fig. 154) pode perceber-se dois aspetos, primeiro que o peso dos artefactos nos quais os programas compreendem determinado material na sua composição foi um dos fatores relevantes para a determinação das taxas, em segundo, do ponto de vista tributário o material foi o elemento que particularizou o enquadramento de tipologias na classificação enquanto ‘calçado’, como se verificou com o caso dos ‘sapatos de gutta-percha’ calculados pelo peso e se esclareceu que os “sapatos e botinhas de borracha e tecidos de lã, ou de borracha e tecido de algodão, porque não eram obra somente de ‘cautchuc’, nem tecido mixto de cautchuc” deveriam ser classificados como ‘calçado’;

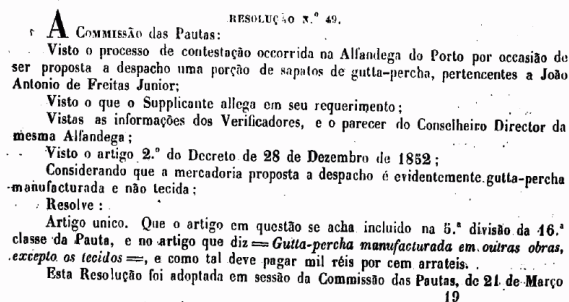


Fig. 154 Resolução 21 de março de 1854.
Fonte: LRDCLP.

- Também se assistiu à tentativa de classificação de ‘calçado’ feito de ‘cautchuc’ ou de ‘gutta-percha’, importado de Boston, com a resolução n.º 436/1867, de 30 de dezembro, mas sendo que nesse caso foram entendidos num sentido comparativo à resolução anterior como “diferentes dos sapatos”, tendo-se classificado como “obra de cautchuc ou gutta-percha, não especificada”, devendo essa designação atribuir-se aos sapatos feitos “pura e simplesmente” desses materiais (Resolução n.º 436/1867, de 30 de dezembro);
- O calçado de criança foi igualmente matéria de evocação para efeitos de classificação, sendo contestada no Porto, a propósito de ‘dois pares’ vindos de Liverpool “numa caixa marca Gordon”, mas sem sucesso no recurso uma vez que o ‘calçado’ foi entendido no âmbito das pautas alfandegárias “mesmo por acabar, e sem distinção de sexo e idade das pessoas para que é destinado” (Resolução n.º 179/1870, de 11 de agosto);
- Ao nível dos componentes para o calçado nas pautas aduaneiras verificaram-se menções às ‘fôrmas’, ‘saltos’, ‘tacões’ e pinos de madeira (Resolução n.º 302/1866, de 7 de fevereiro), usados para pregar os saltos dos sapatos. Evidenciou-se que as ‘fôrmas’ de madeira suscitavam um novo entendimento: foram consideradas que dado ao facto de ditarem a natureza visual das tipologias deveriam passar a caracterizar-se como ‘obra miúda’ ao

invés de um ‘instrumento’ para fabrico de calçado⁶²⁸; e os pinos aplicados nos saltos, se designados como ‘obra miúda’, revelariam a presença de uma linguagem uniformizada na avaliação dos componentes, ligando-se assim ao artefacto. Dos componentes importados o denominador comum foi o material dos quais foram feitos, a saber, a madeira.

A responsabilidade e exercício regulador do Estado foi encontrada no momento em estudo noutra ângulo de atuação ao quadro da produção de calçado. Motivado pelo contexto social à época, mais propriamente com as preocupações com a saúde pública, surgiu a primeira regulação associada ao calçado com esse princípio orientador. O Estado interferiu no fabrico do calçado através da imposição de normas para os materiais utilizados, mas também na definição de regras para os lojistas, enquanto responsáveis pelas vendas ao público dos artefactos. O legislador reuniu para tal ‘oficiais’ e a ‘junta consultiva de saúde pública’, revelando a pertinência de especialistas para a discussão do tema e tomada de decisão conjunta, para a proibição da venda e exposição de artefactos fabricados com ‘palmilhas’, ‘contrafortes’ ou ‘cabedal’ proveniente de calçado usado, sem ser devidamente desinfetados e depois certificados através da colocação de um ‘selo’⁶²⁹. Essa preocupação e medida preventiva perante as questões de saúde pública deixou repassar outras perspetivas que conduziram o sentido de uma prática do design no calçado, tais como: o reaproveitamento de materiais com vista a diminuir os consumos, os recursos públicos para o tratamento dos materiais, o reconhecimento de uma relação entre o calçado e a saúde e, conseqüentemente, métodos e tempos de fabrico associados. A exigência nos artefactos de um ‘selo de garantia’⁶³⁰ que certificasse a desinfecção manifestou a autorização para a produção de calçado com materiais usados, fazendo parte integrante dos padrões de qualidade.

Valerá mencionar que a historiografia do século XIX tem vindo a revelar aspetos sobre a intervenção do Estado sob o ponto de vista da regulação

⁶²⁸ Como se mencionou em capítulo anterior, as ‘fôrmas’ de calçado ditam a forma geral dos programas e são também um elemento que permite a construção das tipologias, ligando-se assim ao domínio das tecnologias de fabrico. Foram classificadas como “obra miúda de madeira”, manifestando assim uma interpretação enquanto um elemento de valor formal, em detrimento da classificação que o requerente pretendeu de “aparelho ou instrumento para as artes” (Resolução de 27 agosto de 1863). Note-se que o contexto do regulamento em análise se tratou da resposta a um recurso imposto a um conjunto de artefactos que procedia de França num navio português com destino ao Porto, no qual o seu requerente considerava as ‘fôrmas’ enquanto meio para construir o calçado, não lhe atribuindo assim valor formal.

⁶²⁹ Tendo em conta a existência de artefactos nessas condições àquele momento e a vigência da nova regulamentação, terá sido dada a possibilidade de higienização do calçado no “posto de desinfecção pública” (Decreto de 4 de outubro de 1899). Deduziu-se na análise ao documento que os elementos reutilizados para a construção de novo calçado foram as ‘palmilhas’ e ‘contrafortes’ presentes no interior do artefacto e o ‘cabedal’ do corte exterior e do forro, sendo que o processo de desinfecção terá acontecido com o artefacto ainda intacto. Sobre esse assunto, encontrou-se a publicação de um artigo em 1893 no periódico “A Sapataria Portuguesa”, no qual a Associação dos lojistas de calçado chamava a atenção para esse assunto, solicitando a sua resolução. No artigo referido foi possível perceber outros elementos relevantes, como o caso da proveniência desse calçado, a saber, “doentes que faleciam em hospitais, de cemitérios quando se revolviam sepulturas, dos trapeiros que remexem nos barris do lixo, dos ferros velhos, etc” e os elementos que integravam os programas de ‘calçado barato’, como as “solas para palmilhas, contrafortes e peças das partes externas” justificando-se assim a importação da higienização do calçado (1893, n.º 48, p. 185).

⁶³⁰ Note-se que a própria sanção promoveu a ação e higienização. Essa aconteceria mediante a apreensão dos artefactos para se efetuar esse procedimento, sob a responsabilidade do governador civil, com vista a colocá-los novamente em circulação, revertendo-lhe as receitas (Decreto de 4 de outubro de 1889).

da indústria nos seus termos gerais, com vista a atenuar o desfasamento tecnológico português. À medida que a indústria evoluía ou a concorrência de desvendava, quer nos industriais, quer nos operários, a aprendizagem e a necessidade de atualização evidenciaram-se e foram tomadas iniciativas que regulamentaram o ensino da técnica associada a essas lacunas⁶³¹. Contudo, não se encontraram relações diretas sob o ponto de vista da aprendizagem no contexto da indústria do calçado, tendo sido esse aspeto sinónimo da qualificação dos operários um elemento, continuamente, reiterado na história da indústria do calçado portuguesa.

Quanto ao sentido proferido ao ‘autor’ por via de normalização de sentidos atribuídos por parte do poder político, foi em 1852 que ocorreu a continuidade da ação do Estado, mas num sentido de proteção dos seus artefactos ou tecnologias. As evidências industriais trouxeram a acentuação de uma necessidade de exclusividade. Essa proteção da autoria requerida e concedida quer ao nível dos programas ‘criados’, mas também quer ao nível das tecnologias de fabrico, surgiu associada ao conceito de ‘patente’, tendo passado a regulamentar-se para efeito de proteção do autor, por via de legislação. A primeira patente de invenção encontrada foi, curiosamente, atribuída a um dinamarquês e enquadrou-se no âmbito de discursos sobre o programa. James Schmit, “sem exame prévio e sem garantir a realidade” obteve por um período de cinco anos a ‘patente de invenção’⁶³² de um ‘aperfeiçoamento’ no calçado através da aplicação de solas de chifre e da fabricação das mesmas⁶³³. Tratou-se da única patente enquadrada em discursos sobre programas de calçado, nomeadamente no que respeitou aos solados. Frederico Braga & C.^a, da cidade do Porto, terá sido a primeira fábrica a solicitar a ‘patente de introdução’ já no final do século XIX contemplou a introdução de máquina a vapor na fabricação de ‘fôrmas’, ‘saltos’ e ‘tacões’ de madeira, designadas no seu conjunto como ‘componentes de calçado’⁶³⁴, revelando assim além das tecnologias ao dispor para a construção dos artefactos a presença dos ‘componentes’.

⁶³¹ Como o decreto de 18 de novembro de 1836 a partir do qual Passos Manuel criara os Conservatórios de artes e ofícios de Lisboa e Porto; as medidas legislativas de Fontes Pereira de Melo, como a criação do Instituto industrial de Lisboa e a Escola industrial no Porto com o decreto de 30 de dezembro de 1852, ou ainda em 1864 a criação das escolas industriais de Guimarães, Covilhã e Portalegre por João Crisóstomo (1883, p. XVI-XVII); recrutaram-se professores estrangeiros e mantinha-se a prática de enviar operários para fora com vista a desenvolver o aperfeiçoamento e desenvolvimento das indústrias e habilitar operários para influírem no aperfeiçoamento das técnicas. No final do século XIX foi promovido um concurso por António Augusto de Aguiar com vista a financiar e a proporcionar a oito operários ou aprendizes para uma prática de trabalho em grandes oficinas estrangeiras, durante dois anos. Ver Portaria de 15 dezembro de 1883. Dos 46 concorrentes, um foi ‘sapateiro’ e dessa experiência concluiu-se que a resistência de alguns países, como a Grã-Bretanha e França em aceitar esses operários portugueses devido ao interesse em manter um mercado português, não ofereceu os efeitos desejados na indústria portuguesa em geral (Mendes, 1980, p. 52).

⁶³² O Estado distinguia duas patentes: patente de descoberta – reprodução de processo industrial conhecido no passado e ignorado no presente; patente de invenção – confeção de novo produto e confeção de produto conhecido por meios diferentes; e patente de introdução – prática de qualquer invento, descoberta ou aplicação que não esteja em exercício no país (Decreto de 31 de dezembro de 1852).

⁶³³ Ver Decreto de 26 de janeiro de 1869.

⁶³⁴ A ‘patente de introdução’ foi concedida com as seguintes imposições: pagamento da caução e da fiscalização adstrita ao exercício da atividade; na obrigatoriedade da produção de mil pares de ‘fôrmas’ e dois mil pares tacões por ano; e na cessação do privilégio mediante a alteração efetuada a cabo nas pautas para a importação das ‘fôrmas’ ou tacões estrangeiros. No entanto, o seu autor teceu um pedido de anulação motivado por esse último aspeto. Ver Alvará de 10 de maio de 1899; e Decreto de 7 novembro de 1899. A constatação do valor das taxas alfandegárias ser variável na importação e, com isso, motivar um pedido de anulação de uma patente poderá deixar revelar que seria a partir desses componentes importados que a fábrica se iria cimentar, eventualmente, para o desenvolvimento de novos modelos formais.

2.1.3.1 OS PROGRAMAS DO CALÇADO PORTUGUÊS POR VIA DA LEGISLAÇÃO

Fig. 155 Pormenor do Alvará de 24 de março de 1764, dando nova forma ao Fardamento da Tropa (Livro 1763-1774). Fonte: LRDCLP.

EU ELREI Faço saber aos que este Alvará virem, que attendendo ao muito que convem ao Meu Real serviço, e á conservação, e decencia das Minhas Tropas, que os Fardamentos dellas se achem promptos nos seus devidos tempos; de sorte que não faltem ás mesmas Tropas nam a commodidade nem o asseio, que convitueum huma tão importante parte da Disciplina Militar: Sou Servido Ordenar, ao dito respeito, pelo que pertence aos Regimenros da Infantaria, Marinha, e Artilharia o seguinte.

I. Mando, que no *Arsenal Real do Exército*, (sito na Cidade de Lisboa) que até agora se chamou a *Tenencia*, seja estabelecido o Armazem Geral dos Fardamentos de todas as Minhas Tropas: Para delle serem providos os outros dous Armazens Provincias que tambem Mando estabelecer: Isto he, para os Uniformes das Tropas da Provincia do Alentejo, e Reino do Algarve, na Praça de Estremoz, e Vêdoria Geral da

Botas

De couro de bezerro, com sola dobrada não taxeada, tacão raso de 0^m,02 de altura com bastante assento; mosca para sustentar a espora de correia. O cano é composto de duas folhas reunidas por duas costuras, uma anterior e outra posterior; o pé é formado por uma pala com floreta, que sobe até meio do cano e por um contraforte exterior prolongado até á altura precisa para cobrir toda a costura posterior. No lado exterior do cano ha uma abertura coberta por uma pestana, á qual estão cosidas tres pontas de couro, que vão prender em outras tantas fivelas de ferro envernizado de preto. O cano deve ter uma altura tal que fique 0^m,06 abaixo da curva da perna (fig. 24).

Fig. 156 Pormenor do Decreto de 17 de fevereiro de 1887, aprovando o plano de uniformes para a guarda fiscal (Livro 1887). Fonte: LRDCLP.

Sapatos

De couro de bezerro, com sola dobrada e taxeada; meio salto de prateleira, apertando no peito do pé por uma ponta de couro e competente fivela (fig. 25).

Com o fim das pragmáticas que ditaram os costumes da sociedade portuguesa, as intervenções nos programas até ao final do século XIX continuaram a fazer-se sentir por parte do poder régio, no que respeitou aos uniformes militares, através da publicação de legislação para o efeito⁶³⁵ e da qual foi

⁶³⁵ A regulação foi extensa e percorreu toda a cronologia em análise no segundo momento da investigação. Nem sempre o 'calçado' foi definido para as instituições do Estado, no entanto, encontraram-se diversos documentos que o contemplaram. Foram assim publicadas as seguintes normas regulamentares até ao final do século XIX que incluíram a caracterização do calçado para as forças militares portuguesas, levadas a cabo pelos vários ministérios do reino: Nova fôrma ao Fardamento da Tropa, por D. José (Alvará de 24 de março de 1764) (fig. 155); Uniformes dos Empregados Diplomáticos se observe o Plano anexo a este Decreto, por D. João VI (Decreto de 4 de agosto de 1824); Uniformes dos Empregado – Administrativos, sem entidade (Decreto de 13 de julho 1842); Plano de uniformes para os Officiaes Generaes, e infantaria do Exército, pelo Ministério da Guerra (Decreto de 6 de fevereiro de 1856, continuado pela Ordem do Exército de 6 de maio de 1856 e pelo Decreto de 1 de outubro de 1885); Plano de uniformes para o corpo da guarda fiscal, pelo Ministério da Fazenda (Decreto de 21 de abril de 1886, continuado pelo Decreto de 17 de fevereiro de 1887) (fig. 156); Novo plano de uniformes para o exército, pelo Ministério da Guerra (Decreto de 10 de setembro de 1892); Novo plano de uniformes para a guarda fiscal, pelo Ministério da Fazenda (Decreto de 18 de maio de 1893); Uniformes dos empregados telegrapho-postaes, pelo Ministério das Obras Públicas (Decreto de 5 de agosto de 1893); Novo regulamento dos uniformes dos officiaes e praças de pret das guardas municipaes, pelo Ministério do Reino (Decreto de 10 de agosto de 1893); Plano de uniformes para os officiaes da armada, pelo Ministério da Marinha e Ultramar (Decreto de 7 de julho de 1898); e o Plano de uniformes para as forças Ultramarinas, pelo Ministério da Marinha e Ultramar (Decreto de 8 de novembro de 1900). Da análise geral a esse conjunto de publicações verificou-se uma relação entre a uniformologia e o cruzamento de influências advindas da moda civil, como pelas condicionantes geográficas, económicas, militares, culturais e políticas a que corresponderam. Foi possível concluir com base na análise ao calçado atribuído às instituições do Estado que esse se adaptou às funções quer ao nível da prática de determinada atividade, quer para integrar a distinção estatutária no seio das próprias instituições. Ver Sérgio Coelho (1998, p. 229-250) "Uniformologia: O jogo da aparência e da realidade", a propósito das influências externas presentes nos uniformes portugueses. O autor concluiu que apesar das alterações constantes provenientes do experimentalismo, Portugal acompanhou a moda militar ao longo do século XIX, tendo na última década tentado inovar através de um estilo nacional assente na influência prussiana combinada "com uma inesperada influência do figurino italiano" (1998, p. 242). Contudo, não poderá deixar de se mencionar que se encontrou



Fig. 157 Representação de costumes militares portugueses 'caçadores – grande uniforme'. Litografia, 1893. Fonte: BNP.

possível perceber que no caso do calçado pareceu existir uma maior cuidado na seleção dos 'modelos', por comparação ao restante uniforme⁶³⁶. Tal como o restante uniforme definia ou pelo menos, pretendia-se que representasse o estatuto ou área a que correspondia, além de se adequar às estações do ano, também ao calçado coube essas particularidades, atribuindo-se um valor simbólico, verificado no uso do 'sapato' e na introdução das 'botas compridas' e das 'botifarras'⁶³⁷ reguladas no princípio do século XIX. A especificação de outros aspetos dos programas, como os materiais aconteceu mais tarde e permitiu encontrar uma ligação com elementos ao nível dos materiais ou opções formais com o calçado usado à época pela sociedade civil em Portugal, tais como: o 'bezerro', 'vitela', 'lona', 'correia' e 'esporas', 'contrafortes', 'virolas', 'fivelas envernizadas' e 'atacadores'; 'gáspea' ou 'biqueira' (Ministério da Fazenda, 17 de fevereiro de 1887). Foram ainda estabelecidas dimensões, formatos de peças que integraram os programas, especificidades construtivas e componentes⁶³⁸ e cores⁶³⁹. Verificou-se que existiu uma preocupação na adoção de a terminologia específica usada no contexto do calçado, onde as tipologias se ligaram ao estatuto ocupado pelo utilizador definindo para tal materiais, cores e formas correspondentes ao contexto português.

um artigo no periódico *A sapataria portuguesa* (1893), onde as forças militares portuguesas foram caracterizadas como "mal calçadas (...) sem firmeza, obrigados a marchas demoradas (...) e pés feridos" devido ao uso das 'botas' que não eram feitas para os pés dos soldados (1893, n.º 44, p. 157-158).

⁶³⁶ Essa situação pode constatar-se na Nova fôrma ao Fardamento da Tropa (Alvará de 24 de março de 1764) onde se decidiu manter os 'sapatos' e as 'polainas' aplicadas sobre os mesmos, em detrimento da introdução das 'botinas', uma vez que não se conhecia a pertinência do uso das mesmas no âmbito militar e a sua aplicação imediata poderia interferir na função pretendida e na comodidade para os utilizadores. No decreto pode ler-se o seguinte: "em quanto Eu não resolver da mesma sorte a outra dúvida que verte sobre ser, ou não ser mais útil ao Meu serviço, e mais comodo para os Soldados o uso das Botinas; Ordeno, que no princípio de cada Semestre se forneça aos sobreditos (...) hum par de Çapatos (...)" (Alvará, 24 de março de 1764). Essa preocupação contraria a tendência geral adotada ao longo do século XIX. Como concluiu Coelho (1998) ligaram-se aos uniformes do exército português o "seguimento das modas contra as especificidades e exigências das realidades do soldado, a seleção dos materiais, confeção e acabamento" (1998, p. 244), podendo assim verificar-se que perante o calçado se teve em conta a função, bem como o conforto necessário. Esse aspeto evidenciou ter continuado nos modos de atuação do Estado, sendo que se encontrou um normativo de 1906 revelador de organização de um grupo de trabalho com vista à realização de um "estudo e realização de experiências que julgar indispensáveis para a escolha de um novo modelo de calçado próprio para as tropas apeadas, de forma a assegurar-lhes uma maior facilidade na execução de todas as marchas" (Portaria de 21 de setembro de 1906). Esse estudo terá sido realizado pelos altos membros do Estado do corpo de infantaria, artilharia e por um médico capitão. Assumiu-se desse modo um projeto levado a cabo por especialistas para o desenvolvimento estruturado do artefacto.

⁶³⁷ No Plano dos Uniformes do Exército publicado pelo Decreto de 19 de maio de 1806 vincou-se a atribuição das tipologias de calçado, sobretudo de acordo com o estatuto. Essa situação verificou-se com o facto de o documento revelar que os sapatos eram atribuídos aos praças e as botas aos soldados e oficiais. Nessa separação encontrou-se ainda a distinção das botas compridas para a cavalaria e as botifarras para infantaria, artilharia, milícias e ordenanças, como se distinguiu que o soldado usaria apenas as polainas curtas.

⁶³⁸ Essas especificações ocorrem já próximo do final do século XIX com a publicação do Plano de uniformes da guarda fiscal, decretado pelo Ministério da Fazenda, 17 de fevereiro de 1887.

⁶³⁹ No que respeitou às cores do calçado verificou-se a possibilidade do emprego de duas cores subentendendo-se o predomínio do preto e permitido o uso de calçado branco se combinado com uniforme branco, apenas nos climas quentes (Alvará de 10 maio de 1899).



Fig. 158 Representação de costumes militares portugueses 'caçadores a cavallo'. Litografia, 1893. Fonte: BNP.

2.1.4 AS TECNOLOGIAS

A utilização da máquina trouxe, foi certo, mudanças vincadas no que respeitou aos processos de reprodução do calçado, mas terá trazido também alterações aos programas, aos quais se alocaram um conjunto de outras dimensões fosse ao nível de 'fôrmas', formas ou solas, ou ainda ao nível dos materiais que foram conduzidos à inovação e multiplicação, interferindo na qualidade, nas cores, texturas ou combinações. Terá sido a temática da tecnologia onde se poderão ter despoletado todas as mudanças ocorridas na atividade do 'sapateiro'.

Não poderia deixar de se mencionar que a introdução do fabrico mecânico, apesar das vantagens que trouxe ao nível do desenvolvimento da indústria do calçado em Portugal, ampliou também a natureza da mão de obra, tendo sido nesse âmbito que as mulheres⁶⁴⁰ passaram a integrar a profissão antes dominada apenas pelo género masculino e foi nessa sequência que a idade já não se terá manifestado como um entrave no ingresso da profissão e suas demais vertentes. Perante essa constatação, o conceito de autoria abrangeu ambos os géneros, ainda que se tenha percebido que a atividade praticada pelo género feminino no momento em análise se tenha associado às operações relativas à costura do corte do 'calçado'.

O entendimento da qualidade dos artefactos proveniente das fábricas pareceu evidenciar uma perspetiva que não a acolheu tão bem a máquina por parte daqueles que ainda integravam o sistema oficial e por isso possuíam padrões distintos perante a análise os artefactos produzidos em série. O material continuou como um dos elementos de destaque no âmbito da própria qualidade e do preço praticado nas oficinas, num sentido de 'contrarresposta' à indústria e ao público. Os 'autores' e a sua resistência à falta da qualidade nos artefactos através da tentativa de colmatá-las no ainda sistema oficial intervieram na através da instrução, na reinvenção de novos métodos de trabalho, novas técnicas e novas matérias primas, de modo a que a 'tradição' da profissão não se extinguisse. A valorização do artefacto ocorreu com a consciência da necessidade de valorização da técnica e dos materiais e dos programas.

Da análise às fontes consultadas para a narrativa do presente momento, foi possível perceber que a ausência do sistema corporativo e a introdução da máquina para o fabrico do calçado trouxeram uma alteração fulcral nas tecnologias e técnicas de fabrico e, com ela dificuldades no alcance da qualidade dos artefactos. Essa natureza de informação tão específica a partir do próprio sistema corporativo, não foi encontrada com o mesmo teor nos discursos da pré-indústria do calçado ao longo do

⁶⁴⁰ A 'sapateira' foi mencionada pela primeira vez entendida como "a mulher do sapateiro" com Moraes Silva (1789, vol. II, p. 668). Foi definida pela primeira vez como "mulher que faz sapatos" no "Dicionário contemporâneo da língua portuguesa" de Aulete (1925, vol. II, p. 833). Foi em 1891 que se promulgou o trabalho da mulher, juntamente com o trabalho de menores nos estabelecimentos industriais. Ver Decreto de 14 de abril de 1891. Em 1894, no jornal "A Sapataria Portuguesa" encontrou-se um artigo onde são mencionadas as costureiras, a par dos maquinistas e paralelamente aos oficiais e aprendizes. Ver "A Sapataria Portuguesa" (1894, n.º 54, p. 44).

século XIX. No entanto, foi no quadro regulador do Estado face às suas instituições militares onde se denotaram elementos dando a conhecer, detalhadamente, os processos de fabrico utilizados na indústria do calçado. Apesar da investigação não pretender abranger o estudo do calçado no âmbito do seu enquadramento nas forças militares portuguesas, a legislação publicada que regulou a encomenda do calçado institucional a fabricantes portugueses manifestou informações muito particulares das possibilidades técnicas face ao desenvolvimento do calçado em Portugal e foi nesse sentido considerada nas perspetivas sobre a tecnologia. Dessa consulta destacou-se a Portaria de 30 de janeiro de 1906, a qual traduziu as condições para um concurso público de aquisição de calçado para o exército e para a guarda fiscal, com vista a estimular a produção nacional, com base naqueles que foram os seus recursos e capacidade de resposta a padrões alocados no campo da qualidade.

O documento, enquadrado no âmbito do exercício do poder régio em Portugal perante os códigos dos fardamentos das instituições de natureza militar que tutelava e por isso definiu, revelou-se como a primeira publicação encontrada onde além de expressar os programas e a importância que o Estado conferiu ao calçado no quadro da uniformologia, expôs uma abordagem detalhada aos materiais e aos processos técnicos praticáveis de construção de calçado em Portugal, àquele momento, ou seja através dos meios e métodos, habitualmente, usados na construção do calçado para a sociedade civil. Com vista a alcançar a normalização do calçado, ou seja, da sua reprodução idêntica perante o conceito de múltiplo, encontraram-se aspetos que permitiram entender-se um discurso alicerçado numa estrutura dividida em três partes, à luz do modelo seguido na investigação: a abordagem ao material no sentido da qualidade das suas propriedades físicas, funcionais e visuais, inscrito no quadro da definição de programas tipológicos; à especificação das 'fôrmas' sob uma perspetiva que visou a correspondência dos programas tipológicos com o artefacto que lhe deu origem, num sentido programático, mas também técnico; e por fim as indicações técnicas para a elaboração das tipologias, ligadas à construção dos artefactos em si, mas também aos resultados formais e visuais pretendidos. Esses aspetos manifestaram-se com particular interesse e permitiram o entendimento de especificidades dos materiais, sendo que o facto de ter sido requisito para o concurso de aquisição de materiais de origem portuguesa, pode deixar perceber que materiais foram esses, quais as possibilidades cromáticas, de resistência, de acabamento e sobretudo, quais os padrões de qualidade tecidos; bem como permitiram perceber os aspetos relevantes ao nível das 'fôrmas', dos processos inerentes ao corte e à costura⁶⁴¹, numa relação com a qualidade. Concluiu-se que as exigências pretendidas pelo Estado aos artefactos poderão ter-se funcionado como um estímulo e incentivo do vigor técnico sinónimo

⁶⁴¹ Foi através dos requisitos pretendidos para os programas calçado que se encontraram dois aspetos relativos à fase da montagem. A saber, verificou-se que se pretendeu que a curvatura do cano fosse efetuada "a frio" o que descartou assim a utilização de maquinaria nesse processo (1906, p. 98-99); e a proibição do uso de pregos, devendo ser substituídos por 'pinos de madeira' (1906, p. 100).

de qualidade, um reflexo daquelas que foram as capacidades existentes à época, os materiais ao dispor e, no limite, origens, reminiscências e possibilidades de adaptações de programas de artefactos da mesma natureza, mas destinados a uso civil. Também o facto de o Estado ter optado por determinados processos e técnicas em detrimento de outros, deixou revelar a coexistência de várias práticas distintas na manufatura da indústria, bem como uma ligação entre eventuais opções tomadas perante necessidades relacionadas com a resistência e adequação dos programas e tecnologias às instituições militares.

As primeiras instruções tecidas para a verificação do calçado deixaram evidenciar uma ligação entre os programas centradas nos materiais e nas tecnologias e técnicas que lhe são inerentes para se tornarem passíveis de aplicar no calçado, bem como as propriedades que deveriam possuir, numa associação direta à função a que se destinavam⁶⁴², numa ligação visual e estética que permitisse identificar técnicas utilizadas para a sua construção.

As especificações da temática dos materiais revelaram um discurso especializado, complexo e detalhado, dando-se a conhecer não só a designação dos materiais que não seriam adequados para o fabrico de calçado, sendo eles:

“de touro, ôco, molle e sem cohesão, quebradiço, ardido, acido, com estrias de verdura ou córneas, cujo córte tiver a côr cinzenta, esverdeada ou vermelha vinosa; bem como o coiro mal descarnado, de flor áspera e espessa, de grão grosseiro e empolado, de côr desigual, de veias ou manchas escuras ou esbranquiçadas, e muito hygrometrico”

(1906, p. 97)

mas também anunciando as primeiras preocupações com os produtos químicos utilizados no calçado relacionadas com a manutenção das propriedades dos artefactos e da sua qualidade. O uso de couros curtidos com elementos como os ácidos revelaram também uma preocupação acrescida nesse âmbito, tendo-se optado por couros de uma curtição através de processos naturais e manuais uma vez que esses poderiam salvaguardar as propriedades pretendidas referentes a uniformidade, flexibilidade, boa conservação e boa manutenção.⁶⁴³ A qualidade visual do material foi também caracterizada e associou-se às características físicas, ou seja mediante aspeto visual ‘uniforme’ e ‘lustroso’, aliado a aspetos físicos de ‘uniformidade’, ‘ausência de defeitos’, ‘peso’, ‘flexibilidade’ e ‘resistência’, sendo, de resto, esses os aspetos que mais reiterados ao longo

⁶⁴² O documento principiou a abordagem aos materiais com um esclarecimento alargado sobre as características dos mesmos, desde o seu processo de transformação, passando pelas suas propriedades até ser aplicado no calçado. Uma vez que os parâmetros de verificação incidiram nesse domínio, justifica-se a inclusão da explicação dos processos de curtição do couro, de modo a que a verificação dos requisitos pretendidos fosse eficaz. Enfatizou-se nesse âmbito a proibição do uso de ácidos (1906, p. 97) podendo deduzir-se que se considerava que o seu uso interferia nas propriedades dos materiais de modo não desejável. Esse aspeto reiterou-se ainda pela a pretensão de características muito específicas nos materiais suscetíveis de alteração dado a sua aplicação. Note-se que são explicados também os testes que deveriam ser feitos aos materiais para verificação.

⁶⁴³ Manifesta-se relevante mencionar que sobre os materiais foi ainda explorada os dois lados do couro, a saber, flor e carnaz, de modo a que visualmente se evidenciassem os processos da curtidura do material.

dos parâmetros desejados para o calçado (1906, p. 97-100). Entendeu-se quais os parâmetros considerados por um lado esclarecedores e de significação da qualidade dos materiais empregues para o calçado e, por outro lado, uma reiteração da adequação dos materiais perante a função a que se destinavam, revelando assim um entendimento dos artefactos que ligou propriedades físicas e visuais nos materiais com os aspetos relativos aos modos de produção.

No que respeitou ao sentido que privilegiou a descrição da técnica, o discurso incidiu novamente na procura da qualidade da sua execução e do resultado formal, como se mencionou, tendo sido assim esclarecidas as seguintes especificidades das 'fôrmas' e duas fases relativas ao fabrico - o corte e costura:

- A direção da abordagem tecida às 'fôrmas' conferiu-lhe grande importância, sobretudo pelo facto de se ter exigido que as mesmas deviam acompanhar as tipologias para validação no concurso⁶⁴⁴ ou pelo entendimento que lhe foi dado de associação à sua função: adequação ao artefacto em si e à produção. Foi assim valorizado o formeiro, entendido enquanto elemento integrante da tecnologia de fabrico de calçado, formalmente inseparável e correspondente ao artefacto. As 'fôrmas' deveriam dar resposta também aos requisitos ao nível do material de que foram feitas e seus elementos constitutivos, obedecendo a um padrão normalizado de marcação - no caso de "madeira muito seca" e constituída por duas peças, o corpo da 'fôrma' e o cunho (1906, p. 98), marcadas pelo fabricante com a correspondência aos tipos regulamentados a que pertencem. Essa marcação nas 'fôrmas' manifestou-se, de resto, com relevância, uma vez que essa é ainda uma prática usada na atualidade. Pareceu justificar-se, por um lado através da manifestação expressa da não concordância da prática dos fabricantes utilizarem o mesmo 'cunho' em várias 'fôrmas', obrigando assim ao uso na produção de calçado da 'fôrma' completa, sendo que, por outro lado, o facto de as 'fôrmas' deverem também ter a marcação do tamanho e o tipo a que correspondiam, permitiria uma identificação e associação ao artefacto de maior facilidade;
- A perfeição e qualidade técnica pretendidos para os artefactos ao nível do corte e para um domínio exímio da técnica de uma operação manual dos modos de produção de calçado deveria ser "homogéneo, sem estrias e sem diferenças de côr" (1906, p. 97). Foi também sob o ponto de vista da reiteração da qualidade do corte e conseqüentemente no artefacto em si, que se evidenciou uma relação também com os materiais, na medida em que se revelou o corte dos programas ligado às partes constituintes do material⁶⁴⁵;

⁶⁴⁴ As 'fôrmas' seriam igualmente examinadas, tal como as tipologias (1906, p. 98).

⁶⁴⁵ Essa constatação advém das orientações dadas que especificam o local da pele onde as diversas peças deveriam ser cortadas, percebendo-se que se pretendeu uma procura da adequação entre as propriedades das diversas zonas da pele com a peça e respetiva função a que se destina na construção do artefacto. Assim, as partes que não são visíveis, como o caso das 'palmilhas' ou das 'almas' deveriam ser cortadas na zona das 'barrigas' da pele ou das partes mais ordinárias; a entressola deveria ser na cabeça ou pescoço da pele; os contrafortes dos espaldares; o caso do 'cano', 'florete', 'presilhas'

— Partindo-se da premissa que a costura foi, na perspectiva do estudo da tecnologia a técnica que integra a construção do calçado, primeiramente, alterada com a introdução da máquina, percebeu-se a necessidade de no contexto em que o documento foi publicado se ter estabelecido uma distinção entre ‘cosidos’ e ‘costuras’⁶⁴⁶. Assim, a primeira expressão aludiu à competência da tecnologia, ou seja, às atividades manuais e mecânicas - designada também de ‘operação de ajuntar’ e a segunda remeteu para o programa onde as ‘costuras’ foram entendidas pela sua descrição visual e pelas propriedades da sua matéria prima. O uso de processos mecânicos na construção do calçado, seria utilizado na base do corte, ou seja, na ligação das peças elementares que constituíam o programa pretendido⁶⁴⁷; e o uso de cosidos manuais seriam nos elementos dos programas com função decorativa – como a ‘florete’, peças que são sobrepostas ao corte principal - como o caso contraforte ou das presilhas, ou ainda a fixação dos palmilhados e a fixação do corte ao solado, foram efetuados por meio de cosidos manuais (1906, p. 99). Pode ainda perceber-se outras particularidades alusivas aos tipos de linhas utilizadas nessas operações, como ao nível das espessuras, resistência e acabamento, como acerca da sua adequação perante o local ou material que seria aplicado, ou até ao número de pontos a colocar por centímetro.

Como se pôde perceber os aspetos definidos demonstraram que para a exigência de rigor e qualidade foi necessário um conhecimento rigoroso dos materiais aplicados e das técnicas de construção. Pode concluir-se que a verificação do calçado assentou em dois princípios elementares: programas e técnicas - correspondência formal das tipologias através da qualidade dos materiais e dos tipos de cosidos; e paralelamente qualidade de execução técnica manual e mecânica. Nesse sentido, o calçado no enquadramento do documento em análise, terá refletido o contexto em que se posicionou, quer ao nível dos recursos tecnológicos ao dispor, quer também ao nível do entendimento e da exigência de padrões de qualidade, mostrando assim que os pressupostos dos primeiros ‘regulamentos’ tecidos ao calçado, com a introdução da máquina, mantiveram-se.

O documento manifestou-se essencial na descoberta da técnica do ‘fabrico misto’ dos modos de produção de calçado disponíveis usados em Portugal no princípio do século XX, tendo fornecido pistas que levaram à compreensão sobre a produção de calçado no princípio da sua industrialização. Os requisitos definidos para programas e tecnologias terão refletido uma relação com a técnica praticada para calçado civil, desvendada nas instruções exigidas para o calçado a ser usado pelos

e a ‘sola’ deveriam ser cortadas na parte central da pele (1906, p. 99). Essa distribuição pela pele dos diferentes elementos dos programas que constituem o calçado deixou encontrar um paralelismo com uma prática que na atualidade ainda é tida em consideração.

⁶⁴⁶ Esse aspeto reiterou o entendimento tecido no capítulo anterior que integrou o domínio técnico, mas também do programa e que precisou no contexto da publicação em análise ser identificado enquanto tal.

⁶⁴⁷ Para se perceber melhor, note-se: uma bota foi constituída por dois canos que se fixavam lateralmente. Essa costura seria a única feita através de máquina de costura.

representantes da ordem, através do exercício do poder do Estado e sua regulação. Foi no decreto em epígrafe que se verificou o uso da expressão 'novo padrão' para a designação de artefactos que sofressem alterações, indicadas pelo Estado, nos seus programas. O uso dessa expressão deixou remeter o sentido de múltiplo, pretendido no âmbito do contexto em que se enquadra e passível de concretizar face ao desenvolvimento técnico à época, veiculando também uma normalização nos discursos do calçado⁶⁴⁸.

2.1.5 OS AUTORES



Fig. 159 Oficina de calçado, Lisboa, [191-?] onde se podem ver mulheres a trabalhar em máquinas de costura. Benoliel, Joshua (1873-1932). Fonte: AML.

De facto, como consequência da publicação do decreto de 7 de maio de 1834, a natureza da proteção da autoria alterou-se amplamente. A condição principal em que o 'mestre', 'oficial', 'obreiro' ou 'aprendiz' se haviam transformado - num 'operário' ou num 'manufaturador', levaria para segundo plano, senão mesmo eliminando, os aspetos encontrados no passado com os conceitos de autoria no então designado 'sistema de fábrica', mas também nas oficinas que operaram em regime de subcontratação com fábricas. O sistema industrial trouxe consigo o 'fabricante', o 'operário' e o 'manufaturador', ao mesmo tempo que recuperou e reinventou a figura do 'obreiro' nas oficinas. Até ao momento em estudo, a 'autoria' é associada ao género masculino, sendo necessário aguardar a difusão da costura mecânica para a introdução do género feminino na produção do 'calçado' (fig. 159). No conjunto de publicações consultadas referentes à cronologia em análise, apesar de se ter verificado a profusão de uma linguagem com as novas terminologias nos discursos do calçado, verificou-se também que se manteve o uso de uma linguagem

⁶⁴⁸ A propósito da designação utilizada valerá o esclarecimento que a expressão 'novo padrão' aludiu a alterações pontuais ao nível do programa que pudessem ocorrer. Encontrou-se também a expressão 'modelo de calçado', de resto ainda atualmente usada, com um sentido distinto, uma vez que dessa premissa se entendeu o desenvolvimento estruturado de um artefacto que seria reproduzido com base no resultado de um projeto levado a cabo por especialistas ligados ao conhecimento profundo das finalidades principais desses artefactos (Portaria de 21 de setembro de 1906). Nesse sentido, o contexto do desenvolvimento de um 'novo modelo' manifestou-se como a primeira formalização da produção de calçado especializado em Portugal.

relativa e própria do sistema anterior. Na verdade, a indiferença estatutária foi uma das maiores fragilidades encontrada no seio daqueles que produziram calçado provocada com a mecanização dos processos construtivos e daí possa eventualmente justificar-se essa manutenção de designações ou a tentativa de correspondência entre os estatutos de ambos os sistemas.

Como se mencionou, a figura do ‘obreiro’, a saber, o ‘oficial por examinar’ ressurgiu após o sistema corporativo, mas associado ao novo quadro concetual próprio do sistema industrial. No periódico “A Sapataria Portugueza” encontrou-se uma breve resenha histórica daquele que havia sido o seu percurso associando juntamente com os seus pares a um dos principais motivos causadores da ‘crise da sapataria’ (1894, n.º 54, p. 44) (fig. 161). De facto, a origem do problema pareceu residir nos ‘mestres’ e nos ‘oficiais’, na medida em que a sua postura seria de passividade perante a lacuna que se fazia sentir no âmbito da inexistência da distinção estatutária. Consequentemente, como se explicou no artigo, apesar da falta efetiva da figura do ‘mestre’, os ‘aprendizes’ continuaram a existir, agravando-se o facto de serem cada vez mais novos e diante disso sem a frequência da instrução primária, uma vez que o objetivo se centrava apenas na procura da jorna, realizando assim ‘recados’ e quando oportuno ‘solarias’ para fabricantes industriais, comerciantes ou particulares (p. 44). Terá sido o ‘aprendiz’ enquadrado nesse contexto que se transformou em ‘obreiro’. Igualmente se percebeu que esse ‘obreiro’, entretanto teve outro papel além da realização de artefactos, como a tentativa do seu escoamento a quem os pudesse vender a um público mais vasto. No decorrer dessa atividade, rapidamente abandonou a prática oficial, transformando-se num intermediário entre os ‘operários’ - e os ‘comerciantes’, com acesso a todo o tipo de manufaturas (Brás, 2004, p. 16), nas quais se começaram a destacar as de inferior qualidade uma vez que praticavam preços mais baixos. Esses aspetos manifestaram-se essenciais para uma análise à introdução desse ‘autor’ dos e nos discursos do calçado que vigoravam no momento em estudo. O ‘obreiro’ foi um intermediário entre fabricantes e vendedores, reclamando assim para si a responsabilidade de programas tipológicos em articulação com a parte que representava o consumo e a parte que dava resposta através de determinados padrões técnicos disponíveis. Na verdade, com a procura dos preços baixos, diminuía a qualidade e, como já referido, esse foi um dos fatores que mais se havia evidenciado desde os primeiros discursos do calçado português. Naturalmente, o ‘obreiro’ tornou-se alguém que não usufruía de boa reputação na comunidade mais vinculada aos ideais do passado, pelo facto de promover mão de obra desqualificada e ignorar padrões de qualidade, estimular a concorrência entre os trabalhadores, o fracionamento da indústria e a quebra de solidariedade na classe, que fabricava cada vez mais pares com menos preocupações (2004, p. 17-19).

Com a introdução das figuras do ‘obreiro’ e do ‘industrial’ também a modos de operar se alteraram. Foram esses que forneciam as matérias primas aos ‘operários’ (Enciclopédia Luso Brasileira, 1966, p. 735) e terá sido a principal responsabilidade desses intervenientes assumir as encomendas



Fig. 160 Representação de sapateiro de porta de escada em habitação. Litografia aquarelada, 17,8x12,5cm. 1833. Fonte: BNP.



Fig. 161 Primeira página da “Sapataria Portugueza” (1890). Fonte: BNP.

dos artefactos, direcionando assim a produção. Dariam as indicações ao nível do programa e processos técnicos pretendidos, proporcionando para tal além das matérias primas, os instrumentos⁶⁴⁹. Foi nesse âmbito que se falou em ‘indústria a domicílio’ na qual o posto de trabalho do ‘operário’ foi geralmente na habitação (fig. 160), efetuando operações que foram necessariamente manuais e por isso estavam deslocadas das fábricas, com os salários calculados à peça (Inquérito industrial 1881, 1883, p. 231-232).

2.1.6 O CALÇADO NOS DISCURSOS DA MODA

Paralelamente aos contextos já mencionados no âmbito da presente narrativa sobre a história do design de calçado que a reconduziram ao longo do século XIX e princípio de XX em Portugal, importará referir o sentido dado pelas publicações periódicas nacionais incidentes na temática da moda, tendo sido observadas com um sentido de prossecução dos discursos veiculados em publicações anteriores homólogas. O vasto conjunto de publicações periódicas encontradas nessa temática foram motivadas pelo reflexo de um novo panorama marcado pela passagem da produção de manual para a manufatura e de soluções consideradas necessárias na orientação do gosto e dos costumes, numa altura em que o Estado deixou de intervir sob via de estruturas institucionalizadas na uniformização dos programas para a sociedade civil nos moldes que se conheceu anteriormente com a publicação das pragmáticas. Passaria assim a pertencer a uma pequena fasquia da sociedade portuguesa a responsabilidade de divulgar as ‘normas’ do vestir, sob uma perspetiva pessoal, de interpretação e reflexão das temáticas de moda e do que acontecia no estrangeiro. Assim, a moda e as tendências internacionais continuaram a difundir em Portugal aliadas à divulgação da literatura, através de periódicos que tentaram conduzir os usos e redirecionar os costumes, mantendo-se o intuito de instrução e um sentido distinto do que foi praticado no âmbito dos discursos do poder político no que respeitou aos programas de calçado: o acompanhamento da moda foi, aparentemente, de adesão livre quer para o fabricante, quer para o consumidor. Tendo em conta que as publicações se inscreveram no quadro do *Romantismo* em Portugal, percebeu-se de partida uma linha de pensamento que se organizou de modo a divulgar conhecimento sobre moda, literatura ou até música, através de uma linguagem inerente ao contexto literário que se inscreveram. Manifestaram-se como um suporte para a história do design de calçado revelando além das inspirações da moda que se difundiu em Portugal, um paralelismo com outras dinâmicas sociais, mentalidades e ideias, assim como o acompanhamento da valorização e evolução das tipologias de calçado, a par da introdução do conceito de ‘manufatura’, mas também sobretudo pelo facto de coincidirem com a fase em que o tamanho dos vestidos feminino se encurtou, levando a descobrir o calçado feminino e, conseqüentemente, esse fator terá contribuído para que o calçado alcançasse outra autonomia

⁶⁴⁹ Note-se que esses aspetos enunciados eram da responsabilidade dos ‘mestres’.



Fig. 162 O Correio das Damas (1836, nº 12, t.1). Fonte: BND.



Fig. 163 O Correio das Damas (1837, nº 5, t.2). Fonte: BND.

no seio dos discursos da moda. Tratando-se de publicações de natureza periódica encararam-se por isso como instrumentos de representação social e possibilitaram uma análise aos conteúdos sobre a moda em Portugal proferidos numa linha temporal evolutiva. Dois anos após a extinção das corporações, surgiu a primeira. A presente investigação considerou para análise três publicações que percorreram o século XIX: “O Correio das Damas” (1836-1852), o “Recreio das Damas” (1863) e “A Estação de Paris” (1895), nas quais residiram aspetos que incidiram nos tópicos importantes àquele momento sobre a moda portuguesa e forneceram dados relevantes ao nível da abordagem e entendimentos de tendências que se lançaram, do gosto e da emancipação de novos conceitos que se desenvolveram a par da evolução da indústria e, por isso, também na génese de outros artefactos, por sua vez tradutores de novos contextos e vanguarda. Tendo em consideração que o primeiro periódico percorreu duas décadas, a sua análise foi, naturalmente, mais extensa por comparação às restantes publicações analisadas.

As temáticas publicadas sobre moda pretenderam alcançar um reflexo na sociedade portuguesa⁶⁵⁰ e manifestaram a necessidade de dissertar acerca do seu próprio passado histórico para a explicação e validação ambicionada naquele período. Foi através da história da moda enquanto meio principal e da explanação dos contextos inerentes dos países de origem, mais propriamente da procura dos ‘enfeites’ e ‘adornos’ que a inovaram, onde se explicou o próprio conceito da moda, bem como se tentou introduzir novos programas e influenciar o direcionamento da moda em Portugal no século XIX, pelo menos nos locais onde os periódicos atuavam. As publicações foram analisadas num sentido cronológico e apenas nos conteúdos correspondentes à moda, com vista a perceber não só os sentidos atribuídos ao calçado no campo da moda, mas também que programas de calçado se divulgaram.

1. “O Correio das Damas” (1836-1852) manifestou-se como a mais extensa publicação destinada ao público feminino, quer ao nível de conteúdos, quer no percurso temporal (fig. 163-175). Ao longo das duas décadas percorreu um contexto cultural ‘romântico’ e ‘liberal’ e, com ele os seus conteúdos foram-se redefinindo trazendo para os discursos da moda em Portugal outros aspetos proeminentes. O periódico começou por se apresentar com periodicidade quinzenal, mantendo-se assim até ao ano seguinte da sua publicação, onde passaria a assumir-se como publicação mensal. Publicou-se um total de cento e oitenta e três jornais nos quais progressivamente se aprofundaram os temas no âmbito dos discursos associados à moda, abrangendo o assunto cada vez mais proeminente – os bailes em Lisboa onde se relataram roupas, toucados ou ambientes, mas também notícias de interesse social, textos sobre aspetos culturais

⁶⁵⁰ “O Correio das Damas” tinha pontos de subscrição em Lisboa, Porto, Braga, Lamego, Coimbra e nas províncias, manifestando-se como o periódico mais abrangente em termos geográficos nacionais; o “Recreio das Damas”(1863) foi uma publicação com a finalidade de levar a moda às portuguesas na Índia; e a Estação de Paris (1863) abrangeu além do público de Lisboa, público português em África, Brasil e Índia.



Fig. 164 Ilustração de tendências para o género masculino do periódico "O Correio das Damas" (1839, nº 5, t.3). Fonte: BNP.



Fig. 165 Ilustração de tendências para o género feminino do periódico "O Correio das Damas" (1839, nº 5, t.3). Fonte: BNP.

e históricos, artigos traduzidos, poesia, glossário, histórias ou contos que percorreram continuamente vários números. Foi um periódico com um lugar de destaque não só aos conteúdos teóricos sobre a moda, mas também a informações de natureza visual, tendo-se tratado da primeira publicação complementada com litografias coloridas e ilustradoras de tendências de moda não só para o género feminino, mas também masculino e para crianças⁶⁵¹. Analisaram-se os artigos sobre moda e, tendo em conta o vasto conjunto de tipologias encontradas ao longo das publicações manifestou-se relevante o estudo dos seus programas no sentido de perceber as tendências divulgadas. Recolheu-se para tal ao longo dos volumes da publicação dados das formas através da designação da tipologia, sobre os materiais, a cor e, menos frequente, a função, entendida no mesmo enquadramento da roupa e correspondente ao género masculino e feminino. Por fim, a presença de um vasto conjunto de litografias a cores que acompanharam publicação ao tornar possível a visualização dos figurinos que foram tendência em Portugal permitiu uma análise complementar a dois aspetos principais - as tipologias representadas no género feminino, masculino e crianças, com incidência nos seus programas acerca de materiais, cores, aplicações, solados e função associada ao momento do uso e aos ambientes compositivos em que se enquadraram as representações do calçado. A publicação designou-se como um recurso que, simbolicamente, deveria integrar o toucador feminino, entendido como o lugar ideal para receber as invenções das modas francesa e inglesa, bem como a que os bailes de Lisboa traduziam, pronunciando-se assim uma ligação a programas internacionais e com ela, a importação de tendências para Portugal (1936, n.º 1, p. 1). Essa perspetiva recordou os desígnios presente na publicação anterior, editada por Garrett, mas num enquadramento que se posicionou no princípio da mecanização do fabrico de calçado ao longo de duas décadas, no qual outros aspetos proeminentes foram trazidos pelo novo contexto, mas também pelos novos discursos.

O primeiro volume foi inaugurado com uma narrativa que traduziu a história da moda e procurou refletir sobre a sua origem, reiterando a pertinência, reconhecimento e importância dessa área do conhecimento para ser possível uma compreensão assertiva das tendências que se avizinhavam. O artigo intitulado "Moda" destacou-se de outros conteúdos pela perspetiva que difundiu demarcada do artigo homónimo publicado no periódico "O Toucador" (1822). As disposições fundamentais veiculadas nesse novo entendimento trouxe outros sentidos, trocas de papéis ou relações profissionais. O facto de não se ter evidenciado a responsabilidade da mulher na condução da moda, tendo-se antes reclamado para si

⁶⁵¹ As ilustrações foram acompanhadas com descrições dos figurinos representados. A primeira litografia de moda feminina foi publicada em 1936 (1936, n.º 4); a representação masculina chegaria no ano seguinte (1937, fevereiro, n.º 3) tal como a de criança (1937, junho, n.º 11). Apesar da presença do género masculino, a incidência das representações de figurinos nos números seguintes será a mulher. A partir de 1849 a publicação contemplou duas ilustrações por número, sendo que uma corresponde ao género feminino e outra ao masculino. Por comparação, a presença de crianças é menos frequente e quando se representam são integradas em litografias que apresentam ambos os géneros.



Fig. 166 Ilustração de tendências para o género masculino do periódico "O Correio das Damas" (1839, n.º 23, t.3). Fonte: BND.



Fig. 167 Ilustração de tendências para o género masculino do periódico "O Correio das Damas" (1839, n.º 22, t.3). Fonte: BND.

a tarefa de fruir dela foi um desses aspetos⁶⁵², assim como também a justificação para a variedade da moda assente no conceito de 'imitação', mas manifestado com a conotação do sentido de 'inspiração', de modo a ser possível superar a origem. Portugal deveria assim seguir o "gosto fino e delicado" associado ao género feminino francês e a "simplicidade e elegância" inglesa associada ao género masculino (1836, p. 4). Essa motivação, de carácter tanto social como psicológico poderá reclamar para si as motivações nacionalistas, associadas ao contexto cultural e social da época, atribuindo-se o carácter de um elo que unia um coletivo. Essa motivação para os programas portugueses foi assumida ao longo da publicação com base nas influências desses dois países, eventualmente, pelas relações estreitas que Portugal detinha com França e Inglaterra. Manifestou-se como uma tentativa de melhorar o calçado português, no sentido de esse acompanhar o contexto europeu.

Da análise ao conjunto de artigos publicados no periódico sobre moda, enquanto conceito entendido na sua generalidade, pode concluir-se que a perspetiva na qual se centraram os primeiros discursos compreendeu um fenómeno inconstante mas, simultaneamente, evolutivo onde o paralelismo mais interessante encontrado para a sua compreensão aconteceu com a comparação da moda às 'borboletas' (1836, n.º 16, Tomo I, p. 121). Primeiramente, não se pode esquecer que esse entendimento traduziu o ideal do 'espírito romântico'⁶⁵³, onde a ansiedade pela mudança e a experiência dessa, encarados como num sentido de atitude individual e única de descontentamento poderá possuir similaridades com o entendimento que foi dado à moda, encontrando-se na sua experiência uma capacidade de resposta rápida a essa insatisfação. A moda começou assim a possuir ciclos cada vez mais curtos, sendo que de acordo com o estudo ao conjunto de periódicos encontrados após o decreto de 7 de maio de 1834, se verificou que os programas dos artefactos que caracterizaram o vestir se multiplicaram. Sob o esse ponto de vista, foi tecida na publicação uma comparação para a explicação dessa multiplicidade inscrita em ciclos efémeros⁶⁵⁴.

No que aos autores do calçado disse respeito, a referência aludiu-se à técnica utilizada para a sua produção, através do foco no 'sapateiro' enquanto o seu autor. No mesmo artigo mencionado em epígrafe verificou-se um apontamento a erros cometidos num passado recente pelos responsáveis

⁶⁵² De acordo com Gilles Lipovetsky (1989) o papel da mulher na moda evidenciou-se a partir da Revolução Francesa, em finais do século XVIII, entre evoluções e revoluções, preponderante no século XIX e cuja consolidação aconteceu ao longo do século XX (1989, p. 85). No conjunto de publicações analisadas esse aspeto foi evidenciado em princípios do século XIX, tendo sido esquecido nos momentos seguintes. Foi também relevante o facto de se ter percebido que os editoriais das publicações em análise foram marcados pelo género masculino.

⁶⁵³ O 'espírito romântico' é, comumente, caracterizado pelo 'não-conformismo' e pela insatisfação, ambicionando a fuga constante à realidade para um mundo imaginário criado a partir de sonhos e emoções.

⁶⁵⁴ A comparação tecida com as 'borboletas' firmou também o conceito de efemeridade, eventualmente um daqueles que melhor caracteriz(a)u a moda - ainda que esse conceito no quadro da moda tenha compreendido em si progressivamente um sentido temporal cada vez mais curto. Ver sobre o conceito de efemeridade a publicação de François Boucher (2009) onde particularizou aspetos que contribuíram para essa aceleração, designando assim as novas formas de energia, aperfeiçoamento e as inovações de técnicas de produção anteriormente existentes e a descoberta de corantes sintéticos em muito terão contribuído para que a 'efemeridade' se acelerasse (2009, p. 354).



Fig. 168 Ilustração de tendências para o gênero masculino do periódico "O Correio das Damas" (1843, nº 13, t.5). Fonte: BND.

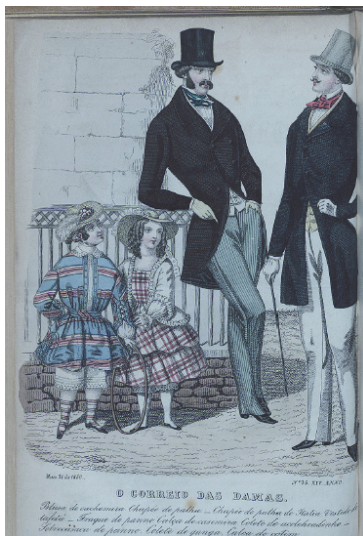


Fig. 169 Ilustração de tendências para o gênero masculino do periódico "O Correio das Damas" (1850, nº 17, t.8). Fonte: BND.

dos artefactos de moda: “costureiras” e “çapateiros” (1836, n.º 16, Tomo I, p. 122). Tratou-se de uma chamada de atenção aos ‘sapateiros’, um incentivo aos ideais de mudança necessários às suas práticas de atuação. Manifestou-se como a primeira consideração encontrada na qual ambos os profissionais foram entendidos como pares e assim, assumidamente, como os responsáveis pelos artefactos que compreendem os discursos da moda. O artigo distinguiu no domínio das roupas as designações “modistas”⁶⁵⁵ e “costureiras” e no domínio do calçado os “sapateiros” (1836, p. 121-122). Com esse aspeto, redefiniu-se uma profissão feminina num contexto social que terá permitido a abertura suficiente da curiosidade e o acesso das costureiras à moda. Assim, anunciou-se o papel da modista consequente ao acréscimo na atuação da sua predecessora um aditamento à capacidade técnica e de produção - o conhecimento, o entendimento, a interpretação e a projeção da moda, aliados à técnica. Com base nessa premissa pode concluir-se que a evolução aconteceu no que respeitou aos programas. Ainda que esse contexto possa ter tido paralelismo com a atividade dos sapateiros, essa distinção não ocorreu na abordagem. No entanto, tendo em conta a narrativa que se tem vindo a tecer, as alterações ocorridas no âmbito do desempenho profissional dos sapateiros, por comparação, revelaram-se mais complexas. A par da evolução dos novos programas, a técnica também evoluiu. Tratou-se de uma resolução na modelação, apontada no princípio do processo de fabrico de qualquer calçado – a ‘fôrma’ (1836, p. 122), que havia deixado de se manifestar como um artefacto que isoladamente deu origem a uma tipologia de calçado, tornando-se assim necessário dois, um para cada pé. Essa falha na capacidade de resolução técnica e de modelação foi retoricamente justificada pela economia de modos de produção, apesar da crítica sublinhada. Salientou-se no artigo que o erro cometido, num passado não inferior a um século, foi demasiado custoso (1836, p. 121). De facto, esse aspeto relacionou-se com um dado que já se encarava como elementar àquele momento: a distinção dos pés direito e esquerdo no calçado. Essa diferenciação trouxe consigo alterações ao nível dos programas, assim como terá surgido o acompanhamento por parte dos sapateiros das tendências da moda.

O entendimento do calçado propriamente dito enquanto artefacto que integrou a descrição das tendências, a par das roupas, nas publicações do “O Correio das Damas” foi gradual. A primeira menção aos seus programas ocorreu em 1837 quando se aludiu que a “geração dos nossos avós usou tacões altos e afunilados, que as fez caminhar em grande risco” (1837, Tomo II, n.º 9, p. 84), deixando com essa afirmação entender que esses tacões já não seriam usados pelo gênero feminino. De facto, ao longo da publicação não se encontraram tipologias que evidenciassem a presença de tacões elevados. No entanto, encontrou-se um artigo que os mencionou,

⁶⁵⁵ Dos dicionários consultados na presente investigação, a expressão ‘modista’ foi definida com Caldas Aulete como “mulher que tem por ofício reparar e fazer tudo o que diz respeito ao vestuário de uma senhora” (1925, vol. II, p. 313).

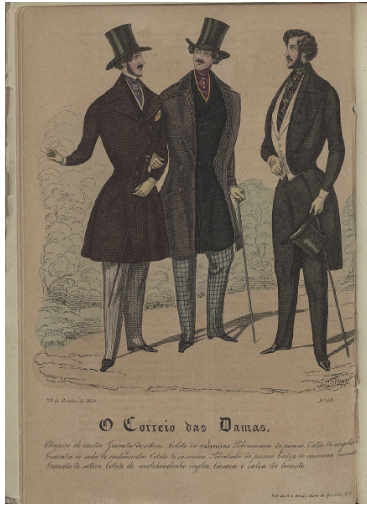


Fig. 170 Ilustração de tendências para o género masculino do periódico "O Correio das Damas" (1843, nº 22, t5). Fonte: BNP.



Fig. 171 Ilustração de tendências para o género feminino do periódico "O Correio das Damas" (1843, nº 22, t5). Fonte: BNP.

mas no âmbito da sua aplicação nas botas do género masculino⁶⁵⁶. Até 1842, as referências ao calçado foram pontuais ao longo dos volumes consultados, tendo sido a partir do ano seguinte que as tipologias foram descritas nas tendências explicitamente como um artefacto de moda que acompanhava os preceitos igualmente dados à roupa. O calçado adquiriu assim um lugar nos discursos de moda, passando a ser entendido como parte integrante e indissociável de qualquer figurino, marcando presença em todas as 'ditas' ou 'toilettes'⁶⁵⁷ presentes na publicação. Foi referido por último quer nas descrições que explicaram as tendências de moda e quer nas situações onde havia lugar à presença das luvas, mantas ou lenços. O tipo de abordagem tecida ao calçado não revelou ter sido similar ao longo do periódico, mas centrou-se no esclarecimento dos programas dos artefactos, no que respeitou à sua forma, material e cor, tendo assim permitido perceber que a multiplicação de programas por tipologias terá contribuído para o calçado ter ganho um lugar em discursos de moda, que até ali compreendia roupa, chapéus, toucados e joalharia.

Da análise às tendências de calçado feminino entre 1837 e 1851⁶⁵⁸ verificou-se que ao longo dessa cronologia não revelaram grande variedade formal. Coexistiram o 'sapato', 'botinha' e menos frequente, o 'pantufó', refletindo as três formas elementares do calçado, conforme três tipos de cobertura do pé e perna, como abordado no capítulo anterior. Essas tipologias em particular foram associadas a momentos sociais, festivos ou de foro privado e manifestaram-se como o reflexo formal de um conjunto alargado que primou pela diversidade cromática⁶⁵⁹. No que respeitou aos materiais, manifestaram-se como um o elemento principal que deixou perceber a profusão de um calçado distinto daquele que se tem vindo a caracterizar, uma vez que o material predominante – o couro - cederia o seu lugar para a aplicação do têxtil e interferindo ao nível dos processos de fabrico. No conjunto das tipologias difundidas predominou o cetim no corte exterior⁶⁶⁰ e com a sua aplicação, as ligações ao requinte e à delicadeza foram evidenciadas, tendo o calçado

⁶⁵⁶ Curiosamente, o seu uso no género masculino foi criticado pelo barulho provocado pelo utilizador ao caminhar (1838, Tomo III, n.º 5, p. 39).

⁶⁵⁷ A partir da 1ª publicação de março de 1837, as 'ditas' recebem também outras designações, tais como: 'toilettes de manhã', 'toilettes de noite', 'toilette de visita', 'toilette de baile' ou 'dita de negligé'.

⁶⁵⁸ Privilegiou-se na análise a abordagem às tendências de calçado feminino, pois, apesar de entre 1839 e 1845 se caracterizar a moda masculina na 'coluna' dos artigos sobre moda no 'O Correio das Damas', não foram tecidas menções ao calçado. Esse evidenciou-se apenas nas litografias, a partir de 1837, onde foram representadas 'botas', 'polainas' e 'sapatos'.

⁶⁵⁹ As tendências de calçado nas 'ditas' deixaram assim prevalecer o sapato enquanto tipologia que mais se destacou, acompanhado, pontualmente, com os pantufos no final do inverno (1838, Tomo III, n.º 2, fevereiro; 1841, Tomo IV, n.º 14, fevereiro). A 'botinha' foi tendência no final do Verão de 1839 (1830, Tomo III, n.º 21, setembro) figurando a partir desse momento junto com o 'sapato' como tendência em todos os meses subsequentes. Os sapatos pretos, brancos ou apenas sapatos de cetim mantiveram-se no conjunto das 'ditas' de todas as publicações analisadas, a partir de 1837 e foram a tipologia, material e cores que mais prevaleceram.

⁶⁶⁰ O cetim foi, até 1848, o material que prevaleceu nas tendências para o 'sapato'; e divulgado no outono apenas uma vez para a 'botinha' (setembro, 1839). Verificou-se também o uso de veludo bordado no inverno para 'pantufos' com solado de pele (1838, Tomo III, n.º 1, janeiro), assim como o uso de outros têxteis como o 'cotim', o 'duraque' e a 'casimira' (1841, Tomo III, n.º 14 e n.º 21, fevereiro e setembro).



Fig. 172 Ilustração de tendências para o género feminino, masculino e crianças do periódico "O Correio das Damas" (1851, nº 8, t.9). Fonte: BND.

acompanhado o material e o cromatismo das roupas, estabelecendo com isso relações cada vez mais estreitas com outros profissionais que poderão ter influenciado a sua reclamação para os discurso da moda. A pele⁶⁶¹ integrou a composição dos solados deixando revelar a aplicação de mais que um material e cromatismo em cada artefacto que proporcionava contraste visual no figurino completo. O corte assumiu um efeito mais frágil e maleável na parte de cima e nas laterais do pé e um aspeto, visualmente, mais resistente e pesado na base. Além de esse efeito ser proveniente da natureza tátil dos materiais, o destaque visual foi ainda dado através da combinação de cores entre corte e solado, os quais por sua vez se combinavam com o resto do figurino. A análise às cores divulgadas como tendência entre 1837 e 1851 deixou verificar que entre 1837 a 1839 e em 1845 o branco e o preto foram as únicas cores apontadas para o calçado e manifestaram-se também como sempre presentes ao longo de todas as estações do ano da cronologia em estudo, numa relação com a função a que se destinou em conjunto com o vestido. A primeira cor a introduzir-se excetuando as mencionadas, foi o castanho, em 1840⁶⁶².

Numa associação estreita com as estações do ano verificou-se que durante a primavera as tendências difundidas foram o sapato de cor preta ou branca. Apesar de ter havido lugar para o uso da botinha, foi o programa formal do sapato que prevaleceu sempre; as publicações dos meses de verão revelaram uma maior variedade de botinhas, distintas não só ao nível cromático, mas também quanto aos materiais ou acabamento; as tendências do calçado no outono refletiram que prevaleceu o uso do sapato de cores preto, branco ou verde, mas aparentemente porque se multiplicou a variedade cromática com possibilidade de combinar a cor dos sapatos com os vestidos; no inverno o sapato continuou a destacar-se, mas a bota também marcou presença.

Do conjunto de litografias analisadas privilegiou-se o estudo do calçado feminino, uma vez que foi aquele que predominou nas representações⁶⁶³.

⁶⁶¹ Houve também lugar a emprego das peles no corte, apesar de menos frequente. Figuraram associadas a materiais nobres de proveniência estrangeira - a 'pellica inglesa' para a primavera (1837, tomo II, n.º 6). A 'pellica', de acordo com Bluteau tratou-se uma pele forrada com pelo (1720, vol. VI, p. 381). O couro associou-se também ao calçado, mas com particularidades no que respeitou ao acabamento - polidos para as 'botinhas' na primavera e envernizados para os 'sapatos' no outono (1839, tomo III, n.º 17 e 21, maio e setembro).

⁶⁶² Seguiu-se o cinza e azul em 1841 (tomo IV, n.º 21, setembro) e foi já no final da década de 40 que se introduziu e se deu continuidade na divulgação de variedade de cores no calçado (1849, tomo VIII, n.º 9, setembro). Difundiu-se o azul claro, o verde e o rosa e a sugestão de combinar a cor do 'sapato' com a do vestido tendo, certamente, aberto um leque de possibilidades cromáticas. No final da década de 40 e até 1851, o preto prevaleceu perante as outras cores, quer na 'botinha', quer no 'sapato'. Valerá a referência que a cor rosa foi, expressamente, destinada a sapatos para 'toilettes de baile' (1849, tomo VIII, n.º 11, novembro). A combinação de duas cores aconteceu com as polainas, divulgando-se em cor cinzento ou castanho aplicada em sapato preto. Pelo facto de tons serem sóbrios, tal como nas roupas, essa combinação aponta o contraste pela cor em si, não deixando assim que o calçado se destacasse na indumentária. O branco e azul foram divulgados nos figurinos a partir de 1843 (1843, tomo V, n.º 14, fevereiro). O vermelho e o amarelo figuraram em 1845, apenas associados a trajes de fantasia ou gregos, em sapatos e botas (1845, tomo VI, n.º 13, janeiro).

⁶⁶³ Se por um lado os artigos sobre moda abordaram, pontualmente, o calçado masculino, foi nas litografias onde esse melhor se apresentou. No entanto, a representação de calçado do género feminino foi de maior evidência. Salienta-se, contudo o seguinte: o calçado masculino foi similar entre si, tendo-se apresentado sapatos pretos, de forma alongada, com biqueira quadrada e tacão. Pontualmente recebeu uma polaina cinzenta, castanha ou bege com botões, ou ainda decote no corte e com laço na biqueira, tendo sido os tacões um dos elementos que melhor o caracterizou. Em 1844 divulgaram-se duas tipologias de sapatos com soluções formais distintas e que se destacaram pelo facto de terem sido únicas. Tratou-se de um sapato



Fig. 173 Ilustração de tendências para o gênero feminino, masculino e crianças do periódico "O Correio das Damas" (1851, nº 3, t.9). Fonte: BND.



Fig. 174 Ilustração de tendências para o gênero feminino e crianças do periódico "O Correio das Damas" (1851, Tomo IX). Fonte: BNP.

Pode denotar-se um complemento aos discursos escritos, deixando exprimir como se divulgou o calçado, que enquadramentos, de que modo comunicou para o público e o que se pretendeu evidenciar nas ilustrações. Com o seu estudo, compreendeu-se não só a moda no sentido do vestir ou calçar, mas também atividades ou novas rotinas sociais, reclamando cada vez mais para o seu território ligações entre formas e funções do calçado que foram gradualmente surgindo e se proliferando.

Assim, os programas do gênero feminino, manifestaram-se de certa complexidade, tendo-se entendido uma relação entre cada programa formal, ao nível cromático, das silhuetas ou evidências materiais, com o tipo de composições gerais e o tipo de representação utilizado para o apresentar, inaugurando assim um novo sistema de difusão da moda. Dessa apreciação percebeu-se que prevaleceu calçado enquanto tendência para uso corrente e para momentos específicos onde ao nível formal prevaleceu a biqueira alongada e quadrada e a cor preta, pontualmente, com lugar ao branco e ao azul, evidenciando-se o cetim.

Proporcionalmente às dimensões dos corpos representados, o calçado foi desenhado em escala reduzida e distante da realidade, o que não permitiu a mesma natureza de análise que se poderia tecer à roupa ou aos acessórios⁶⁶⁴. Essa inconstância da proporção deixou perceber um sentido de delicadeza e ao mesmo tempo de fragilidade. Quanto às composições onde se representaram, foram privilegiadas representações femininas, de corpo inteiro, isoladas ou acompanhadas, sobretudo com outras mulheres, mas também com crianças ou homens de corpo inteiro. O predomínio de figurinos destinados ao gênero feminino deixou evocar um destaque ao papel da mulher, não só enquanto seguidora das tendências, mas também enquanto alguém com responsabilidade de como 'mãe' e 'esposa' poder direcionar a moda 'dentro de portas'. Os ambientes criados para a divulgação dos figurinos foram ambientes de interior e exterior, tais como domésticos, de jardim ou cidade, de grande simplicidade e meramente ilustrativos do contexto em que a tendência seria adequada. As figuras foram representadas ora de frente, ora de costa voltadas para o espectador, de modo a apresentar vistas distintas dos figurinos, assim como, pontualmente, se verificam representações de detalhes dos vestidos ou toucados. As representações em grupo as figuras

branco com golpes no corte e com uma rosácea volumosa, feita de dois materiais, um verde e outro branco e que assentou no peito do pé; e de um sapato decotado, onde do corte surgem tiras que envolvem até meio da perna (1844, tomo VI, n.º 5, maio). Os sapatos aparentam uma ligeira alteração ao nível das formas, deixando perceber que não são tão justos ao pé, mas mantendo as biqueiras quadradas a partir de 1850 (1850, tomo VIII, n.º 13, janeiro). Também o calçado das crianças se revelou no mesmo sentido, tendo sido similar ao dos adultos: ao nível de formas, materiais e cores - preto, castanho, azul e branco, assim como idêntico entre si, no que respeitou às idades ou gênero.

⁶⁶⁴ A esse aspeto acrescenta-se que no estudo do calçado para o gênero feminino, dado o cumprimento dos vestidos, suscitou algumas fragilidades na análise. Perceberam-se, essencialmente, biqueiras, cores e materiais. Encontrou-se, contudo, uma tipologia de calçado feminina visível, destinada a 'passeio' e da qual se percebeu tratar-se de um sapato preto, com salto vermelho, feito com uma gáspea inteira que cobriu o peito do pé até aos calcanhares, não sendo esses cobertos na sua totalidade, encimada por uma fivela do mesmo material e cor, ao centro (1845, tomo VI, n.º 13, janeiro). Esse artefacto representou o único exemplar que divulgou uma tendência de calçado em que o vestido foi mais curto e nesse sentido, o calçado para o gênero feminino foi passível de ser visualizado com pormenor, deixando assim revelar o salto e o corte do sapato.

foram posicionadas de pé, encostadas a algum objeto ou mesmo sentadas nas composições, deixando assim perceber outros ângulos e aspetos visuais no calçado, como as laterais de dentro ou fora, solados, biqueiras e comprimentos, diferenças de materiais ou cores, formas ou volumes, sobretudo nos casos do calçado masculino.

Por fim, valerá abordar que se encontrou nas litografias analisadas, um grupo de tipologias especificamente destinadas aos bailes de fantasia, tendo refletido por isso conceitos e com eles, programas distintos. A análise a esse conjunto permitiu verificar que foi nessas tipologias onde os vestidos femininos foram mais curtos e as calças masculinas não foram fixas por baixo da sola, destapando assim o calçado. Esses programas manifestaram-se como documento histórico sobre a moda que chegou a Portugal vinda de outros países que não a Inglaterra ou a França, uma vez que os conceitos dos trajes apresentados se relacionaram com a apresentação identitária ou histórica do país que representava. Desse quadro, encontraram-se 'botas', 'sapatos' e 'chinelas' caracterizados pela diversidade de cores – o castanho, branco, azul, amarelo, vermelho e o preto e por biqueiras que mantiveram a forma alongada e quadrada, deixando evidências que se tratava do mesmo formeiro⁶⁶⁵. Os sapatos cobriram na sua generalidade o peito do pé e o corte continuou com uma peça só até ao calcanhar, mas havendo lugar para sapatos com decote maior. Encontrou-se apenas uma tipologia com salto, sendo que as restantes possuíam solado fino sem tacão.

A análise à publicação "O Correio das Damas", pelos seus conteúdos escritos e visuais, bem como pela natureza e longevidade editorial manifestou-se como um documento valioso para o estudo do design de calçado em Portugal e permitiu traçar um percurso do calçado, posicionado num tempo expresso e subsequente, sob o ponto de vista da sua ligação com a moda e com os programas que ela reclamou para determinado momento. A divulgação de várias possibilidades a cada mês, num sentido de

⁶⁶⁵ Apesar de o calçado em questão ter representado uma origem e pretender nesse sentido associar-se aos costumes do país a que correspondeu, considerou-se pertinente tecer algumas considerações acerca das tipologias encontradas, uma vez que poderão permitir uma interpretação comparativa. Foram divulgadas tendências de tipologias de calçado para ambos os géneros ligadas a um uso e temática particular, sem paralelismos com as conclusões provenientes da análise aos artigos publicados, ou com as tipologias representadas no conjunto de litografias existentes: a) 'chinelas' de biqueira mais alongada e quadrada que cobriram o peito do pé para o género feminino; 'sapatos' de homem com tacão e biqueira quadrada, onde do topo da gáspea, sobre o peito do pé se aplicaram franjas e sapatos brancos de criança, com biqueira alongada e bicuda, solado fino com tacão e gáspea com roseta amarela, no topo e posicionada ao centro, com vista a traduzir uma tendência para o traje de fantasia de inspiração flamenga do século XIV (1839, tomo III, n.º 13, janeiro); b) 'chinelas' pretas com biqueira quadrada e tacão para o género feminino; 'botas' castanhas de biqueira quadrada, solado fino e cano acima do tornozelo, largo para o género masculino, destinados aos cantores de ópera; e 'sapatos' pretos com biqueira quadrada, solado fino e laço decorativo no topo e ao centro da gáspea, representado o traje bretão (1841, tomo IV, n.º 13, janeiro). c) 'chinelas' para 'traje de fantasia' feminino onde se aplicou um vivo mais claro, solado fino e uns 'sapatos' de gáspea inteira que cobriram o peito do pé e terminou em forma de pala, de solado fino, sendo ambos pretos, alongados e de biqueira quadrada (1844, tomo VI, n.º 1, janeiro); d) 'sapato' que não cobriu todo o peito do pé, a biqueira foi quadrada e curta, com solado fino, todo vermelho para o género feminino; e de uma 'chinela' masculina de fantasia amarela que seguiu os preceitos das femininas no uso corrente, destinado a bailes e de inspiração no traje grego (1845, tomo VI, n.º 13, janeiro); e) por fim, o 'sapato' do traje mexicano para 'mulheres jovens', sendo que corresponderam aos programas masculinos encontrados no decorrer do periódico, encimados com uma fivela no peito do pé com a mesma cor e evidência material; o 'sapato' masculino do traje francês do século XV, caracterizado pelos golpes decorativos no corte do calçado, característicos nas roupas desse período; e o calçado de traje húngaro, onde as 'botas' vermelhas, bicudas, justas ao pé e à perna, possuíam solado fino, com tacão raso também vermelho. O cano terminou próximo do meio da perna, deixando visível a própria perna, até o vestido findar. O remate do cano foi através de cortes em forma de triângulos, desvendando também a perna nos espaços negativos (1851, tomo IX, n.º 1).

diversidade e atualização para com o momento anterior permitiu o acesso a um tipo de informação atualizada e num relativo curto espaço de tempo as exigências aumentam e os artefactos são cada vez mais detalhados e variados. No caso do calçado, esse aspeto foi relevante, tendo-se verificado uma multiplicação progressiva de tipologias que variaram ao nível de materiais, mas sobretudo de cores ao longo da cronologia em análise. Quanto mais se multiplicaram vestidos, mais se alteraram os programas do calçado. O calçado passou a figurar num discurso que não foi elaborado pelos seus autores, sendo assim ‘reclamado’ para os discursos da moda, enquadrado com outros artefactos, como acessórios, aplicações, chapéus ou luvas; ou elementos como padrões, rendas e tipos de mangas; ou características de materiais, como forros, acolchoados, cores e transparências; por fim, associado a um vestido e em vista disso, a uma ocasião ou momento do dia ou noite.

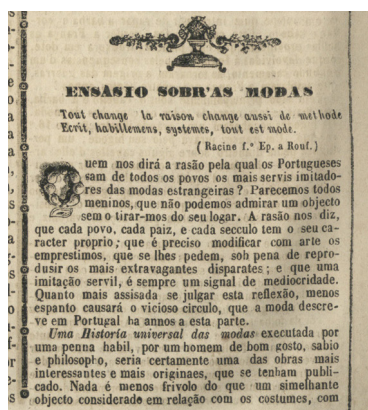


Fig. 175 Pormenor do ensaio sobre as modas publicado no “Recreio das Damas” (1863, nº 2). Fonte: BNP.

2. O “*Recreio das Damas*” (1863)⁶⁶⁶ foi um periódico semanal com dezasseis números e distanciou-se da estrutura estudada na publicação analisada anteriormente, onde apesar ter dado lugar à divulgação da moda e de figurinos, teve como objetivo principal promover o gosto das “bellas-letras” (1863, n.º 1, 9 maio) (fig. 176). Apesar de se tratar de uma publicação com poucos números, comparativamente à abordada no ponto anterior, foi nesse semanário que se encontrou o primeiro ensaio sobre moda que explicitamente caracterizou a moda portuguesa, tecendo-lhe duras críticas: [os portugueses] “de todos os povos os mais servis imitadores das modas estrangeiras. Parecemos todos meninos, que não podemos admirar um objecto sem o tirar-mos do seu logar. A razão nos diz, que cada povo, cada paiz, e cada seculo tem o seu character proprio; que é preciso modificar com arte os emprestimos, que se lhes pedem, sob pena de reproduzir os mais extravagantes dispartes; e que uma imitação servil, é sempre um signal de mediocridade. Quanto mais assidua se julgar esta reflexão, menos espanto causará o vicioso círculo, que a moda descreve em Portugal ha annos a esta parte. Uma *Historia universal das modas* executada por uma penna habil, por um homem de bom gosto, sabio e philosopho, seria certamente uma das obras mais interessantes e mais originaes, que se tenham publicado. Nada é menos frivolo do que um semelhante objecto considerado em relação com os costumes, com

⁶⁶⁶ “O *Recreio das Damas*” apesar de ter como finalidade abranger também a moda e de assumidamente ser uma publicação mais “amena dada à quantidade de publicações já existentes sobre moda” (1863, n.º 1), apenas no segundo número se publicou um artigo sobre o tema. Na verdade, não se conseguiu confirmar essa ‘quantidade’, a qual remeteu para ‘numero elevado’, sendo que não se encontraram outras publicações sobre moda além do periódico “O *Correio das Damas*” nessa cronologia (fig. 176).

métodos e processos criativos, remetendo para o re-design de calçado. Essa caracterização de um processo criativo validado foi evidenciada ao mesmo tempo que foram dadas pistas para a procura de uma linguagem portuguesa centradas pela exemplificação de extravagâncias costumeiras ou momentâneas de figuras ou países, para reconduzir à valorização da simplicidade e o sentido de nacionalidade, refletindo assim um gosto e uma aproximação aos costumes do passado que caracterizaram a moda portuguesa, como se verificou com as Leis Pragmáticas, mencionadas anteriormente.



Fig. 176 Fatos para crianças publicados na "Estação de Paris" (1895). Fonte: BNP.



Fig. 177 Ilustração de tendências de moda no periódico "A Estação de Paris" (1895). Fonte: BNP.

3. "A Estação de Paris" (1895) foi uma revista com número único de "modas, litteratura, elegancia e bom tom" tendo-se destacado a moda, sobretudo na praticada em Paris, nos hábitos e costumes culturais dessa cidade, sob a forma da inclusão de gravuras, textos explicativos e noticiosos (1895, p. 1) (fig. 162, 177-178). Posicionou-se, cronologicamente, no final do

século XIX e foi editada por Guiomar Torrezão⁶⁶⁷. Apresentou e descreveu os figurinos e deu a conhecer outras tipologias de calçado ou seus elementos usados em Portugal pelo género feminino e por crianças. Foi possível verificar que os programas de calçado divulgados na publicação, se associaram à roupa e foram, formalmente, similares entre si.



Fig. 178 Ilustração de tendências de moda no periódico "A Estação de Paris" (1895).
Fonte: BNP.

A distinção entre o género feminino e o masculino ocorreu sobretudo pelo tipo das biqueiras de botas e sapatos: quadradas para o género masculino e bicudas para o género feminino. Para ambos os géneros, as botas possuíram cano baixo, com sistema de aperto através de botões em toda a extensão lateral de fora, sendo constituídas por duas peças - gáspea que cobre até meio o peito do pé e o cano, sensivelmente um palmo acima do tornozelo, feito de material distinto com aparente maleabilidade, por comparação ao material da gáspea; e os sapatos foram constituídos por uma gáspea que deixou o peito do pé a descoberto. Dos programas analisados, verificou-se que o calçado de meninas, rapazes e mulheres foram os mesmos, obedeceram aos mesmos critérios e semelhanças formais e materiais, exceto com as biqueiras no caso dos rapazes. Manifestaram-se ainda outros aspetos que mereceram atenção, como a aplicação de elementos do calçado, anteriormente, usados pelo género masculino, como as 'polainas', em calçado feminino, inaugurando assim o uso desse elemento a ambos os géneros; outro aspeto relevante foi o incentivo mencionado para o uso de palmilhas higiénicas e de materiais

⁶⁶⁷ Guiomar Torrezão (1844-1898) foi uma escritora, fundadora e colaboradora de periódicos portugueses.

resistentes e “fortes” nas ‘botinas’, apelando assim ao uso da pele nessa tipologia (1895, p. 3); e a divulgação de ‘botinas da Rússia’ distintas perante os formeiros até ao momento encontrados, quer pela ‘fôrma’ que anatomicamente acompanhou o pé com mais naturalidade e ao mesmo tempo o geometrismo do seu desenho no que respeitou ao corte da gáspea e do cano (1895, p. 2)⁶⁶⁸. Note-se que essas tipologias foram selecionadas pela direção do periódico, sem evidenciar ligações à moda de Paris, sendo destinadas ao género feminino para momentos de caça, evidenciando assim tratar-se de tipologias que não seriam destinadas a todo o público feminino.

Perante os pressupostos da presente investigação, constatou-se que cada publicação revelou perspectivas distintas do entendimento da moda e, conseqüentemente, dos novos enquadramentos proporcionados ao calçado no seio dessa compreensão. Além dos sentidos explorados, também os programas, as técnicas e ou autores ao longo do século XIX receberam novas caracterizações, as quais deixaram antever uma realidade comprometida pelo seu discurso principal veiculado no seio oficial. Desses aspetos, valerá mencionar o conjunto de elementos que no espectro do calçado enquanto artefacto, simultaneamente, entendido por uma leitura quer ao nível do programa ou quer ao nível da técnica contribuíram para que se tenha assistido à emergência de elementos que se interligaram e relacionaram também com o rompimento de aspetos peculiares, tais como: o uso de dois formeiros distintos para produzir cada tipologia e, conseqüentemente, os novos programas daí decorrentes; a sua inclusão nos discursos da moda; a sua relação com a estação do ano; o acompanhamento perante a evolução programas das roupas. Num sentido generalizado, com a nova prática inspiradora, os cortes, os materiais, os elementos decorativos e as cores seguiram concomitantemente o mesmo percurso.

Num sentido conclusivo, uma abordagem ao século XIX português poderá traduzir um panorama marcado pela carência de indústria moderna, especialização produtiva e protecionismo alfandegário (Reis, 1984, p. 9-10) que se terá vincado no caso do calçado. Esse, permaneceu, essencialmente, artesanal e manual, sem qualificação para os seus produtores e sem a relação entre ‘mestre’ e ‘aprendiz’. No entanto, pelos dados do inquérito, apesar das diferenças entre os polos industriais de Lisboa e Porto e das assimetrias regionais, os dados revelaram que aumentaram os estabelecimentos fabris, o número de operários e o incremento no nível tecnológico (Inquérito industrial, 1883, p. 231-233).

⁶⁶⁸ Trataram-se de duas tipologias de ‘fôrmas’ bicudas, justas ao pé e à perna, de altura até ao joelho, com sola e de tação baixo. As diferenças entre si residiram na altura do cano e em elementos decorativos: cano até ao joelho apertadas por botões, posicionados em toda a extensão das laterais de fora, evidenciando uma taleira baixa que não cobriu o calcanhar na sua totalidade e também uma gola decorada a acompanhar o desenho da zona do joelho, aparentemente feita do mesmo material, mas não perceptível na sua totalidade devido ao comprimento da saia. O outro par de ‘botinas’ possuiu um cano com a altura mais baixa, até meio da perna sensivelmente. Ao centro uma faixa longitudinal decorada com motivos geométricos e o cano foi encimado por uma gola estreita e lisa, feita do mesmo material. Ambas as botinas evidenciam a construção com dois materiais distintos, um material mais resistente para a gáspea, posicionada até meio do peito do pé, a partir da qual o cano, de material aparentemente maleável, foi fixado.

Igualmente, apesar do século XIX se poder circunscrever no âmbito do calçado na ‘pequena indústria de ofício’, foi certo que também nessa cronologia começaram a afirmar-se a indústria em domicílio e as fábricas. Foi real que as novas instituições industriais com o uso da máquina contribuíram para uma transformação no tecido socioeconómico e tecnológico do setor industrial português. No entanto, a cultura artesanal, apesar de ter sentido uma ‘ameaça’ por uma tendência de industrialização, terá tido também a abertura perante a inovação técnica e os novos processos, não tendo esgotado todas as potencialidades e permitindo assim uma conjugação entre os processos tradicionais e os modernos. Valerá referir, que se tentou sempre sublinhar, que a técnica, comparável à ‘arte’ esteve sempre em evidência, foi disciplinada, singular e complexa, devendo obedecer a padrões de qualidade e do saber pois destinava-se a funções específicas que exigiam esse rigor e domínio. Essa parece ter sido a essência que se tentou sempre preservar, sendo que com ela também a autoria se protegeu.

2.1.7 SÉCULO XX



Fig. 179 Sapateiro [19--].
Bárcia, José Artur Leitão (1871-1945).
Fonte: AML.

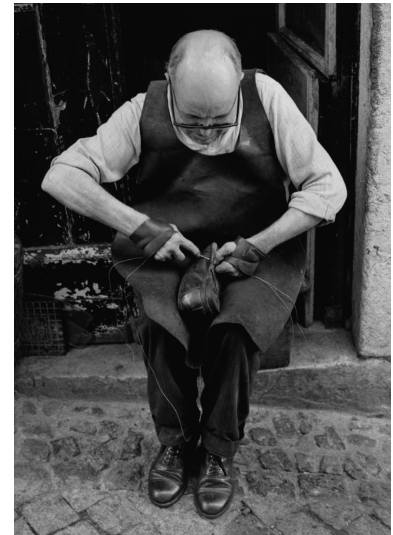


Fig. 180 Sapateiro, à porta de habitação,
Lisboa, 1963. Sapateiro [19--]. Bárcia, José
Artur Leitão (1871-1945). Fonte: AML.

Tendo em conta que se perceberam outras implicações ocorridas já no contexto cronológico do século XX, decorrentes de todo o conjunto de elementos encontrados com a extinção das corporações considerou-se pertinente tecer algumas considerações prévias ao século XX. Como mencionado, por questões relacionadas com a organização da linha de pensamento que encarou a história enquanto um relato de sintomas e mudanças de paradigmas ao longo do tempo, do qual o século XX foi resultado em termos dos percursos envolvidos ao ‘calçado’, optou-se por uma análise em ponto isolado da restante mancha de texto.



Fig. 181 Fotografía de zapatos, 1920. Fonte: BAFCG.



Fig. 182 Fotografía de sandálias, 1920. Fonte: BAFCG.



Fig. 183 Fotografía de zapatos, 1920. Fonte: BAFCG.



Fig. 184 Fotografía de sandálias, 1920. Fonte: BAFCG.



Fig. 185 Fotografia de sapato, 1920. Fonte: BAFCG.



Fig. 186 Fotografia de sapatos, 1920. Fonte: BAFCG.



Fig. 187 Fotografia de sapatos e sandálias, 1920. Fonte: BAFCG.

O século XX foi um palco onde as perspectivas não se centraram ao nível dos programas, mas antes na dissertação de novos conceitos trazidos pela mecanização do fabrico do calçado (fig. 188-189) e, em vista disso, da reivindicação operária. Os ideais difundidos através da imprensa operária portuguesa e o estudo realizado por Brás (2004) manifestaram-se como fontes fundamentais para o estudo das três primeiras décadas do século XX.

Com o início do século XX, as dificuldades acentuaram-se e o ambiente social foi de crispação política, económica e social, justificado pelas

“consequências da perda das colónias e a devastação causada pelas invasões napoleónicas (...); a concorrência estrangeira (...); um mercado interno baseado numa economia agrária atrasada; uma burguesia débil e dividida (...); uma escassez de capital para fins industriais; a deficiência do ensino ao nível elementar técnico”

(REIS, 1984, p. 208)



Fig. 188 Oficina de calçado Lisboa [19--].
Fonte: AML.



Fig. 189 Oficina de calçado Lisboa [19--].
Fonte: AML.

A implantação da República traria, por um lado, alterações qualitativas nas condições de trabalho dos profissionais do calçado⁶⁶⁹, as quais, tal como apontou Filomena Mónica na publicação “Capitalistas e industriais 1870-1914” (1987) se alocaram num panorama geral que não se terá manifestado como um momento positivo, uma vez que o desemprego nos ‘sapateiros’ foi acentuado e mal pago àqueles que conseguiam trabalhar (1987, p. 848-849).

Contudo, no contexto da Primeira Guerra Mundial de 1914 a 1918 Brás (2004) apontou uma expansão da indústria dos curtumes e com ela os investimentos em fábricas no norte do país, como em S. João da Madeira, Porto, Braga e Guimarães, tendo-se percebido que esse aspeto se terá manifestado claramente como um contribuído para o melhoramento na indústria do calçado. Foi a partir desse contexto que se passou a combinar na indústria a combinação do fabrico manual e industrial para a multiplicação de artefactos: a indústria teve assim máquinas para a secção do corte - para cortar contrafortes, solas, palmilhas ou tacões feitos de couro sobreposto; para a costura - cravar a pele e as solas; e para a secção da montagem para pregar os saltos ou fixar as solas ao corte (Brás, 2004).

Da coletânea de artigos da época difundidos pela imprensa operária, centrados na caracterização social dos operários da indústria do calçado apresentados no livro “Artesãos e operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal 1870-1934” (1986), de Filomena Mónica, constatou-se que o princípio do século XX deixou revelar o momento onde os resultados da introdução da máquina se fizeram sentir no campo de atuação dos ‘operários’ e donos de oficinas, mas também no domínio dos programas do calçado. Destacaram-se no sentido da investigação três artigos merecedores de algumas considerações pela sua incidência no âmbito de perspectivas centradas no estudo dos autores e da tecnologia

⁶⁶⁹ Veja-se a Lei n.º 494/16, de 16 de março, que criou o Ministério do Trabalho e Previdência Social e da Inspeção do Trabalho, ou o Decreto n.º 5516/19, de 7 de maio, onde estabeleceu um dia de trabalho com 8 horas e a semana de 48 horas para todos os sectores de atividade, exceto agricultura e serviço doméstico.



Fig. 190 Exposição Industrial e Agrícola de 1923, em Guimarães. Expositor Tamancaria de João Alves de Almeida Araújo, agosto de 1923. Fonte: AM.



Fig. 191 Exposição Industrial e Agrícola de 1923, em Guimarães. Expositor União Vimarãense - José Caetano Pereira, Carvalho Ca. Lda., agosto de 1923. Fonte: AM.

posicionados, cronologicamente, nos momentos subsequentes à República, sob um ponto de vista traçado por ‘voz’ própria⁶⁷⁰: “As consequências funestas da máquina: a mecânica na indústria de sapataria em Portugal” apresentada no 1º congresso nacional cooperativo da indústria do calçado, pelo relator Manuel Joaquim de Sousa⁶⁷¹; “Um sapateiro em 1905”⁶⁷²; e “Por fábricas e oficinas”⁶⁷³.

Da análise à tese proferida no 1º Congresso Nacional Cooperativo da Indústria do Calçado, realizado em 1913 (1986)⁶⁷⁴ salientaram-se dois pontos de vista – o dos operários e dos donos das oficinas, sobre uma mesma temática, fornecendo uma interpretação mais abrangente, mas também mais assertiva. Na generalidade salientou-se um panorama de descontentamento e também preocupação com as consequências trazidas pelas novas tecnologias na produção de calçado. Pela perspectiva dos operários a máquina usufruía de um estatuto negativo pois repercutira o desemprego e motivava do encerramento de oficinas. Apesar de evidenciar que se assumiu o desvincular de uma ligação ao ‘mérito artístico’ antes exigida, também se contestou as novas práticas e os novos profissionais: a recente realidade foi marcada por homens e mulheres que não nasceram nem tão pouco percorreram uma experimentação da técnica de construir calçado e “mal sabem consertar um par de calçado” (1986, p. 63), sendo que as preocupações centraram-se em situações particulares ligadas à ausência da técnica, juntamente, com os novos modos de operar para a concretização do artefacto, mostrando-se esse último como fator que continuava a desagradar no seio daqueles ainda vinculados ao passado. Foi nesse sentido que se contestou a especialização em processos de construção do calçado e a perda da sua autoria no entendimento dado às novas profissões que emergiam a par da introdução da máquina, considerando-se as aprendizagens dentro das fábricas de atividades relacionadas com a fase de produção da costura, como ajuntadeira’, ‘pespontadeira’, ‘costureira’, ‘gaspeadeira’, ‘alinhavadeira’ e ‘arrematadeira’ e no âmbito da montagem, o ‘palmilhador’, ‘montador’ e ‘acabador’ provocadoras da “humilhação do indivíduo (...)” (1986, p. 62)⁶⁷⁵. Paralelamente, o desemprego foi uma realidade pois a máquina traria a redução da mão de obra antes necessária nas oficinas, acrescentando-se o facto de as fábricas

⁶⁷⁰ Considerou-se que para o efeito se dispensaria a consulta dos documentos originais, dada a natureza da compilação levada a cabo pela autora.

⁶⁷¹ O Manufactor, Lisboa, 6 de abril de 1913. In Filomena Mónica, 1986, p. 60-64.

⁶⁷² O Sapateiro, Porto, 18 março de 1908. In Filomena Mónica, 1986, p. 81-85.

⁶⁷³ O Tirapé, Lisboa, 14 de novembro de 1909. In Filomena Mónica, 1986, p. 93-94.

⁶⁷⁴ Manuel Joaquim de Sousa (relator) A mecânica na indústria de sapataria em Portugal – 5ª tese apresentada ao “1º congresso nacional cooperativo da indústria do calçado”, O Manufactor, Lisboa, 6 de abril de 1913, In Filomena Mónica (1986, p. 60-64).

⁶⁷⁵ Note-se que mais tarde, no mesmo jornal apontaram-se ainda o trabalho realizado em prisões e em casas de correção igualmente como aspetos negativos que prejudicavam a permanência dos autores anteriores na profissão. Ver Questões da classe; a situação da indústria do calçado, Jornal O Manufactor, Lisboa, 1 dezembro de 1912. In Filomena Mónica, 1986, p. 93-97.

exigirem qualificações que ainda não existiam⁶⁷⁶. Sob o ponto de vista dos donos de oficinas, foi a ausência da máquina que havia conduzido ao desfalecimento ou enfraquecimento das oficinas onde não houve oportunidade de investir na sua aquisição. No discurso apontaram-se aspectos essenciais que deixaram revelar nas entrelinhas a grande dimensão que a indústria do calçado começara a sentir: a emergência dos industriais e, efetivamente, a fragilização do ‘mestre’, dono de oficina. O problema residia no acesso que a indústria tinha a materiais e mão de obra baratos, pois

“poucos são os que labutam nas três fabricas existentes no País que sejam perfeitos na técnica (...) e os industriais mecânicos aproveitam-se disso para nelas introduzirem os menos hábeis e não profissionais e até mulheres”

(In FILOMENA MÓNICA, 1986, p. 62)



Fig. 192 Exposição Industrial e Agrícola de 1923, em Guimarães. Expositor Carvalho e Castelar, agosto de 1923. Fonte: AM.

A indústria mecânica deu assim outra resposta para a exportação do calçado que as oficinas não conseguiam dar, mencionando-se como exemplo uma baixa muito significativa em encomendas de calçado manual que se exportava para o Brasil e para África, uma vez que esse mercado passou a pretender calçado de fabrico mecânico em detrimento do calçado manual (In Filomena Mónica, 1986, p. 61). Essa manifestação deixou ainda perceber que as encomendas para esses destinatários seriam relevantes nos volumes de produção, sendo que terão mesmo encerrado oficinas devido à perda desses mercados. A introdução da máquina foi ainda encarada como a responsável pelo estabelecimento de categorias e consequentemente correspondência de baixos salários, contribuindo também para o enfraquecimento vivo no seio dos operários.

A análise ao artigo “Um sapateiro em 1905” publicado no jornal “O Sapateiro”⁶⁷⁷ manifestou particular interesse uma vez que introduziu as novas designações que qualificaram os ‘operários’ da ‘indústria da sapataria’. Foram assim mencionadas categorias associação ao desempenho profissional, tendo-se dado conta da existência de quatro nos ‘operários’ do calçado - 1º, 2º, 3º e 4ª classes e aprendiz e ajudante de qualquer uma dessas classes. De acordo com a análise efetuada ao artigo em epígrafe, na prática as exigências ao nível da ‘qualidade’ e da ‘segurança’ aos operários distribuídos por essas classes foram similares, assim como os salários também não divergiam (1986, p. 81-83)⁶⁷⁸. No entanto, terá sido no contexto em análise que as classes profissionais do calçado se assumiram e, dessa sequência, percebeu-se a existência de outros profissionais, com outras funções também elas enquadradas

⁶⁷⁶ De facto, a aprendizagem terá sido uma das fragilidades que se apontou à indústria do calçado. Em 1908 publicou-se no jornal O Sapateiro “para um aprendiz estar apto para fazer uma obra em condições que exige a moderna estética da indústria, leva-lhe mais anos, do que para se formar um doutor” (1986, p. 82). Note-se que esse aspeto manifestou por si só a dificuldade da aprendizagem ao serviço da indústria, mas também poderá ser encarado pela demonstração da valorização da profissão e do seu especialista. Ver Um sapateiro em 1905, jornal O Sapateiro, 18 de março de 1908, In Filomena Mónica (1986, p. 81-85).

⁶⁷⁷ Jornal O Sapateiro, Porto, 18 março de 1908. In Filomena Mónica, 1986, p. 81-85.

⁶⁷⁸ Em tom de apontamento esse aspeto foi alvo de discussão e, descontentamento, no sentido comparativo entre os preços e horas variáveis de “casa para casa, terra para terra (...) entre 11h a 16h por dia” (In Filomena Mónica, 1986, p. 85).



Fig. 193 Exposição Industrial e Agrícola de 1923, em Guimarães. Expositor Fábrica Manual de Calçado António Antunes de Castro, agosto de 1923. Fonte: AM.



Fig. 194 Exposição Industrial e Agrícola de 1923, em Guimarães. Expositor José Luciano da Costa, agosto de 1923. Fonte: AM.

na classe 'operária', como os 'conserteiros', os 'viradeiros' e aqueles que realizavam 'obra de feira'⁶⁷⁹ (1986, p. 83-84).

Paralelamente, aos discursos dos 'operários' e dos 'donos de oficinas' sobressaem-se os discursos de outro conjunto de profissionais muito relevantes inscritos na área do calçado - os lojistas, proferidos na publicação "O Tirapé" (1909). O seu enquadramento foi distinto, verificando-se tentativas e estratégias de comercialização de calçado, por vezes antagónicas. Na primeira década do século XX, em Lisboa, assistiu-se a um esforço para dificultar a entrada de calçado estrangeiro na cidade ao mesmo tempo que se recebiam viajantes de casas americanas com preços muito atrativos (1909, p. 8). Essa atitude foi alvo de crítica e argumentava-se com o domínio do gosto, da estética e dos valores, subentendendo-se a valorização do calçado português, naturalmente alicerçado nas raízes da tradição. Na verdade, perante a incidência dos discursos nas fragilidades, foi no sentido do reconhecimento da perfeição dos programas das tipologias de calçado portugueses que se verificaram perspectivas mais positivas de análise. No jornal "O Tirapé"⁶⁸⁰, em 1909, mencionou-se que em Lisboa as sapatarias ostentavam vitrinas luxuosas com artefactos que foram o "encanto da burguesia e provocavam a admiração dos estrangeiros, rivalizando assim com o que havia de mais chique e moderno e proporcionando aos fregueses todos os confortos e solitudes" (1986, p. 94) e em 1912 publicou-se no jornal "O Manufactor" que o calçado americano "não tem gosto, é uma coisa onde a arte caducou e deveriam envergonhar-se por o ter em exposição" (1982, p. 361-364). O contacto com esses produtos motivou a compreensão que a indústria do calçado portuguesa foi considerada como a mais aperfeiçoada, podendo competir, diretamente, com produtos similares estrangeiros, uma vez que os artefactos apresentavam qualidade, resistência suficiente, perfeição e ostentavam o luxo⁶⁸¹.

Restará, por fim, mencionar as diretrizes veiculadas no documento com maior longevidade do momento republicano português que regulamentaram matéria da exportação do calçado. O decreto de 4 de março de 1920 revelou as fragilidades da coexistência de um panorama marcado pela exportação e pela importação de calçado, tendo em conta a pouca resposta para a capacidade de produção e as consequências que esse aspeto poderia provocar no custo de vida. Essa constatação motivou a proibição

⁶⁷⁹ Os 'conserteiros' dedicavam-se a arranjar o calçado usado, tendo-se percebido que deram continuidade à atividade de substituição de 'gáspeas', 'solas' e 'tacões' a recém classe dos 'viradeiros', ou seja, daqueles que colocavam as tiras de couro na extremidade das solas. Essa 'classe' terá surgido no Porto em 1901 e poderia, na verdade, ser considerada no passado, no entanto, o trabalho que praticaram foi sazonal, intercalado com a 'obra de ourelo', mas com a introdução de uma fábrica na cidade, os volumes de produção terão aumentado, dando origem a essa atividade todo o ano; por fim, a atividade da produção da 'obra de feira' foi correspondente ao fabrico de calçado de senhora. Mencionou-se os programas "clássico de sola e vira" e a "bota fina", tecnicamente, perfeitos. Manifestou-se relevante a aplicação da expressão 'clássico' mostrando pela primeira vez uma classificação para programas, assim como a evidência dos elementos que puderam integrar a linguagem 'clássica', no caso, a 'sola' e a 'vira' e a característica 'fina'.

⁶⁸⁰ Por fábricas e oficinas, jornal "O Tirapé", Lisboa, 14 de novembro de 1909. In Filomena Mónica, 1986, p. 93-94.

⁶⁸¹ Rebaixando a indústria nacional, "Jornal O Manufactor" de 1 de novembro de 1912. Nesse propósito, note-se que já em 1909 se havia publicado acerca do 'bom gosto' e do 'luxo' que caracterizava o calçado vendido em Lisboa (O Tirapé, Lisboa, 14 de novembro de 1909). In Maria Filomena Mónica (1982, p. 94).

da exportação de ‘calçado’ para os países estrangeiros, entendendo-se pela natureza dos discursos que se mantiveram as exportações para as colónias (1920). Eventualmente, a crença da ‘não exportação’ para não ser necessária a ‘importação’ poderá ter contribuído para que Portugal desse início a um processo de ‘fechamento’ ao ‘calçado’ vindo do exterior, sendo através das publicações de moda que esses artefactos se difundiram em Portugal podendo ter influenciado os seus programas.



Fig. 195 Anúncio da oficina de calçado de J. Francisco de Oliveira, calçado de luxo e popular. Ver fig. 207. Fonte: Jornal Indústria O Carteiro, fevereiro de 1929.



Fig. 196 Anúncio da oficina de calçado “Josil”, de Joaquim Guedes da Silva. Fonte: Jornal Indústria O Carteiro, fevereiro de 1929.

A estrutura do setor do calçado estava fragilizada devido à coexistência de quadros distintos, mas interligados: a) a concorrência entre operários, advinda do trabalho realizado pelo género feminino, por indivíduos não qualificados e pelo baixo custo de mão de obra vinda de prisões⁶⁸²; e a concorrência provocada pelos fabricantes com a ambição industrial e a importação de calçado estrangeiro; b) as alterações nas condições de trabalho em várias frentes: nos operários que trabalhavam em fábricas e apenas se especializavam em processos e funções singulares; nos operários aprendizes em regime de trabalho em domicílio, onde apesar

⁶⁸² Como se verificou na publicação “A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária 1850-1934” de Maria Filomena Mónica, os prisioneiros trabalham muito mais barato e faziam bastante concorrência, dando como referência que entre fevereiro de 1909 a julho de 1910 manufaturaram quarenta e dois mil pares de botas para soldados (Filomena Mónica, 1982, p. 354-356).

de receberem uma aprendizagem mais generalista, no contexto de desemprego trabalhavam a baixo custo; e nos operários proprietários de pequenas oficinas em domicílio, em que o contexto competitivo e de disputa pela aquisição de encomendas, ou o não acompanhamento da mecanização dos processos, levaria a uma prática essencialmente nas fases em que a máquina ainda não dava resposta, reorganizando assim processos e métodos; c) o fabrico de calçado mecanizado havia trazido consigo novos processos e com eles a consciência da falta de competências técnicas ou dificuldades na sua aplicação, juntando-se uma aprendizagem normalizada que não contemplava a oportunidade de aprender além de processos singulares.

3. TERCEIRO MOMENTO: PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PORTUGUESA DO CALÇADO ENTRE 1933 E 1974

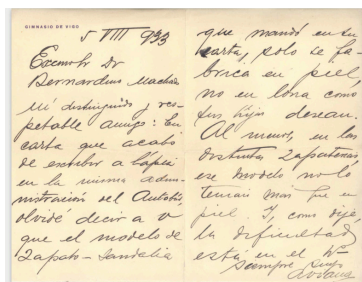


Fig. 197 Informação sobre modelos de sapatos pretendidos pelas filhas de Bernardino Machado. 5 de agosto de 1933. Fonte: FMS.

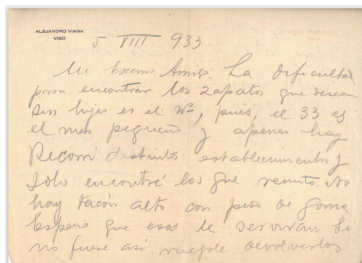


Fig. 198 Informação sobre as dificuldades em encontrar os sapatos pretendidos pelas filhas de Bernardino Machado. 5 de agosto de 1933. Fonte: FMS.

O terceiro momento definido para a investigação foi demarcado a partir da Constituição de 1933 já que esse documento deu, formalmente, início ao Estado Novo, até ao 25 de abril de 1974 que lhe pôs termo.

A intervenção do Estado Novo na indústria do calçado ocorreu em vários eixos de atuação, de modo direto ou de modo indireto, como se poderá verificar adiante através da análise aos sentidos possíveis do domínio do calçado. O incentivo à industrialização do calçado foi exercido de acordo com os princípios ideológicos onde assentou e através de um papel de normalização, de regulação da estrutura organizacional e da prática da atividade, implicando o incremento da tecnologia e desenvolvimento de técnicas de produção; não só o sentido burocrático e administrativo, mas também os dividendos económicos daí recolhidos; de uma condução dos programas, sobretudo ao nível de tipologias, formas e materiais, fosse ao nível das instituições públicas que tutelou, fosse para a sociedade civil. A regulação da indústria do calçado teve destaque, em 1940, quando se legislou o enquadramento da dependência das exportações do calçado⁶⁸³ perante a tutela da *Junta Nacional dos Produtos Pecuários* (JNPP) que também protegia os curtumes. O exercício da JNPP teve um papel fundamental no que concerniu à indústria do calçado, não só regulando as exportações dos artefactos, materiais ou seus componentes, mas abrangendo ainda os programas, volumes de produção e consequente organização logística através do registo ou preços. Contudo, foi efetivamente, foi em 1943 que a intervenção do Estado provocou alterações relevantes no sistema industrial de calçado português. Regulou-se o tipo de fabrico, a compra e a venda de calçado. Não só essas mudanças se verificaram na organização e nas estruturas industriais, mas também nos programas de tipologias

⁶⁸³ As exportações foram desde 1940 tuteladas pelo Ministério da Economia (Portaria n.º 9670/40, de 21 de outubro, p. 1226) através do Conselho técnico corporativo do comércio e da indústria, tendo sido a sua tutela atribuída a outro órgão desse ministério 1942, a saber, a Junta Nacional dos Produtos Pecuários (Portaria n.º 10183/42, de 1 de setembro, p. 1226). Essa alteração apesar de não ter ocorrido com justificação, parece ter ocorrido pela ligação à principal matéria prima do calçado – as peles preparadas, uma vez que essas se encontravam reguladas pela junta.

de calçado da sociedade civil. Do mesmo modo que o Estado regulou as suas instituições públicas no sentido do vestir e do calçar e, igualmente em conformidade com os sentidos anteriores presentes nas publicações das Pragmáticas, toda a comunidade assistiria, novamente, a uma normalização dos programas de tipologias calçado ao dispor.



Fig. 199 Máquinas para a vulcanização da borracha da empresa E.I. Repenicado & Bengala, Fábrica de Borracha e Calçado, entre 1930 – 1950, Lisboa. Fonte: CPF.

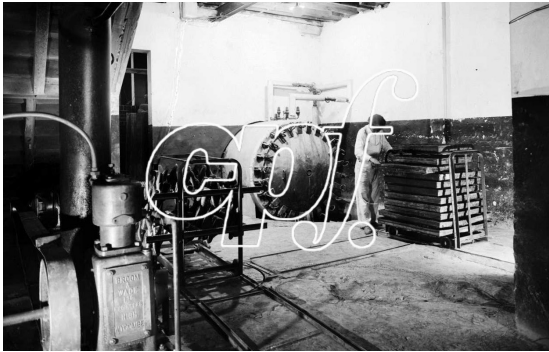


Fig. 200 Operário a trabalhar na preparação para a vulcanização da borracha, na empresa E.I. Repenicado & Bengala, Fábrica de Borracha e Calçado, entre 1930 – 1950, Lisboa. Fonte: CPF.



Fig. 201 Operárias a coser a sola ao tecido da alpargata, E. I. Repenicado & Bengala, Fábrica de Borracha e Calçado, Lisboa, entre 1930-1950. Fonte: CPF.

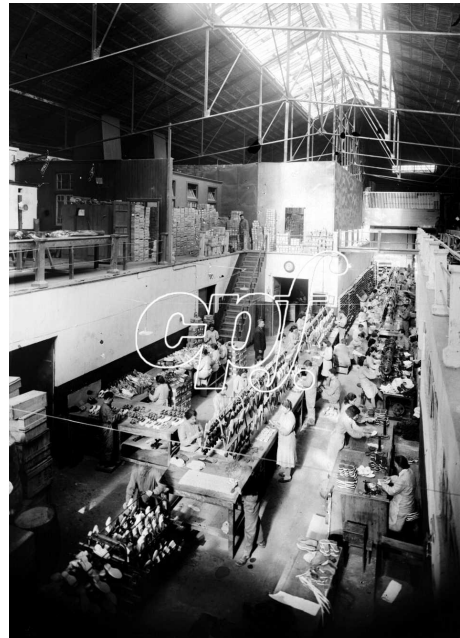


Fig. 202 Operários a trabalhar na secção de acabamento e embalagem, E. I. Repenicado & Bengala, Fábrica de Borracha e Calçado, Lisboa, entre 1930-1950. Fonte: CPF.

3.1 O CONTEXTO PORTUGUÊS E O PANORAMA DA INDÚSTRIA DO CALÇADO

A emergência de ‘um Portugal orgulhosamente só’ seguiu os modos de produção trazidos pela máquina a vapor, nos auspícios daquelas que viriam a ser as pretensões do Estado Novo. Em 1935 o Estado português encetou um projeto para a década seguinte: investimento na defesa nacional, conclusão dos caminhos de ferro, aeroportos, portos, rede telegráfica, hidráulica agrícola, escolas, reparações de monumentos e urbanização das cidades de Lisboa e do Porto (Lei n.º1914/35, de 24 de maio, p. 731-732). Na verdade, não se verificou nesse período inicial o incentivo à industrialização do calçado, tendo-se antes salientado a difusão dos “interesses ruralistas” e a “emergente força social - os engenheiros, que encetaram a reivindicação de uma ideologia industrializante e produtivista” para o país, curiosamente, inspirados em modelos de industrialização americanos e distanciados de implicações que se haviam sofrido em décadas anteriores, como apontou a historiadora Deolinda Folgado (2009, p. 89) no estudo efetuado à emergência da indústria portuguesa durante o Estado Novo.



Fig. 203 Oficinas de São José, trabalho de sapateiro, Lisboa, 1953. Fonte: AML.



Fig. 204 Oficinas de São José, trabalho de sapateiro, Lisboa, 1953. Fonte: AML.

Com a tomada de consciência das necessidades que a indústria portuguesa carecia, surgiu a continuidade de ações políticas conhecidas já desde o século XIX, com vista ao incentivo e ao seu melhoramento. Portugal precisaria para se emancipar de encetar novos sistemas tecnológicos, definir estratégias para a implementação de novos processos e qualificar profissionais para desempenhar os sistemas de produção que a modernidade havia trazido. O arranque da industrialização pareceu tardar e se por um lado existiu a consciência do desenvolvimento, por outro o panorama que permaneceu foi relutante e avesso à indústria constituída por estruturas débeis e insuficientes, unidades fabris de dimensões reduzidas e trabalho não qualificado. De acordo com o historiador Fernando Rosas (1994) essa dualidade que marcou o período inicial do Estado Novo não pode dissociar-se do contexto internacional da primeira guerra e da depressão de 1929 por terem influenciado a conjuntura portuguesa e contribuído para que a década de 30 ficasse marcada sobretudo nos ‘princípios oficinais’ enquanto cenário de uma “indústria caseira” (1994, p. 67). Essa fase foi caracterizada num sentido de paralelismo com o início da história da humanidade, como definiu Ferreira do Amaral (1966) em pleno Estado Novo, a “pré-história da indústria nacional” (1966, p. 15).

Como nos momentos anteriores, o processo de industrialização assentou em posições políticas, tendo para tal sido publicados instrumentos legais no quadro da autoridade e controlo do Estado que contribuíram, a par dos principais agentes da indústria portuguesa, para o seu incremento. Assim, a década de 40 ficaria marcada pela emersão de uma política industrial expandida e regulada assente na definição de objetivos a alcançar⁶⁸⁴.

⁶⁸⁴ Como através da Lei n.º 2005/45 de 14 de março, onde se evidenciou um projeto de industrialização de acordo com



Fig. 205 Anúncio do estabelecimento de venda de calçado de homem e criança, de Antero José Rebelo.
Fonte: *Jornal Indústria do Calçado*, 1940.

A reorganização decorrente do incentivo à industrialização visou o aperfeiçoamento das atividades através de princípios básicos e definição de estratégias, como a modernização tecnológica e a definição e criação de um conjunto de indústrias base. Portugal levaria a cabo a elaboração dos *Planos de Fomento*⁶⁸⁵ a partir da década de 50, integrados nas consequências de adesão ao *Plano Marshall* (Rollo, 2008) que viriam a traduzir os documentos orientadores da atividade económica portuguesa até ao final do momento em estudo. Na sequência da execução dos planos de fomento salientou-se ainda na década de 50 a criação do Instituto Nacional de Investigação Industrial⁶⁸⁶, vocacionado para articular a ciência com o desenvolvimento industrial e, na década seguinte, a posição de Portugal enquanto membro fundador da Associação Europeia do Comércio Livre (EFTA), na tentativa de adaptar políticas em conformidade com o panorama europeu e a criação do Espaço Económico Português, a par de discursos que aludiram à ampliação, reorganização e concentração das indústrias transformadoras existentes ou das novas⁶⁸⁷.

Apesar desse contexto e do sentido dos esforços que foram levados a cabo para o ressurgimento da indústria portuguesa, como se concluiu com Rosas (1994) o fator do seu enquadramento no qual o Estado foi a “proteção, o árbitro, a polícia, o banqueiro omnipresente como autoridade supletiva das debilidades endémicas da indústria e dos industriais, substituindo-se às suas carências de capital, de conhecimentos, de tecnologia e até de imaginação e iniciativas criadoras” (1994, p. 885) terá contribuído para que o seu desígnio de ‘intervencionismo’ marcasse não só ideologias, mas também as práticas industriais em Portugal. A intervenção do Estado na indústria em geral e na do calçado em particular ocorreu no cruzamento de várias frentes, tendo sido vinculada a tentativas de normalização, ainda que o efeito pretendido possa não ter sido o desejável. Os eixos de atuação ou de influência no carácter operativo e ideológico por parte do Estado no âmbito dos discursos do calçado além de terem acontecido

viabilidades técnicas e económicas, tendo traduzido pela primeira vez a necessidade do “estabelecimento de novas indústrias e a reorganização das existentes” (Lei n.º 2005/45 de 14 de março, p. 153).

⁶⁸⁵ A saber, o I Plano de fomento (1953-1958) centrou-se na agricultura, nas vias de comunicação e meios de transporte, escolas técnicas, fomento do crédito ultramarino e no apoio do Estado, para a instalação de novas indústrias e desenvolvimento das existentes (Lei n.º 2058/52, de 29 de dezembro); O II Plano de Fomento (1959-1964) propôs a continuidade das premissas anteriores e a veiculação de um pensamento para as indústrias transformadoras do país que procurava o crescimento do produto nacional e o seu escoamento. Na referência às indústrias transformadoras apresentadas nesse documento verificou-se que nenhuma delas expressou o setor do calçado (Lei n.º 2094/58, de 25 de novembro; O Plano Intercalar (1965-1967) apesar de se ter enquadrado numa fase de instabilidade foi o primeiro documento onde a indústria se afirmou como o setor prioritário em detrimento da agricultura (Presidência do Conselho, 1964); O III Plano de Fomento (1968-73) traduziu a necessidade de internacionalização da economia portuguesa, a substituição do condicionalismo industrial e o apoio à indústria privada como setor dominante (Lei n.º 2133/67, de 20 de dezembro); Por fim, o IV Plano de Fomento (1974-79) ambicionou a aceleração do ritmo dos processos de desenvolvimento económico e a promoção do progresso social, tendo vigorado até ao ano seguinte da sua publicação (Lei n.º 8/73, de 26 de dezembro).

⁶⁸⁶ A criação do Instituto Nacional de Investigação Industrial pelo Ministério da Economia ocorreu com a Lei n.º 2089/57, de 8 de junho. Ver Portugal, UNIDCOM-IADE, 2017.

⁶⁸⁷ Das instituições mencionadas destacou-se a EFTA, a qual terá amplamente contribuído para a alteração do cenário económico caracterizador de Portugal. Aguiar e Martins (2004) apontaram que a adesão à EFTA trouxe consigo os incentivos públicos e a vantagens competitivas que Portugal poderia recorrer, como os recursos naturais, os fatores geográficos ou baixo custo do trabalho, enquadramento esse onde se destacou o vestuário e o calçado e se deu início a uma fase de modernização, apesar de tardia em relação aos seus pares no seio da indústria transformadora (Aguiar; Martins, 2004, p. 24-25).

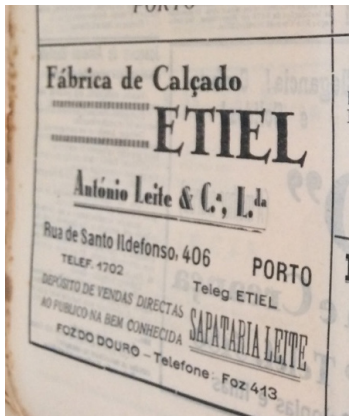


Fig. 206 Anúncio da fábrica de calçado Etel de António Leite & C.ª, Lda. e do ponto de venda Sapataria Leite.
Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

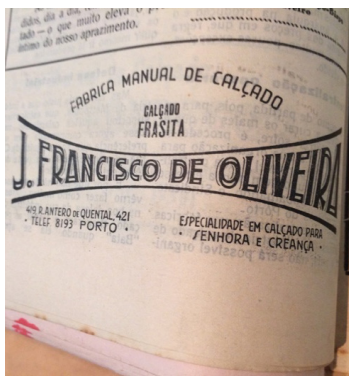


Fig. 207 Anúncio da fábrica manual de calçado Calçado Frasita, de J. Francisco de Oliveira, especialista em calçado de senhora e criança.
Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

por via de uma densa publicação de legislação provida de ministérios distintos ou instituições por esse tuteladas, advieram ainda da sua influência institucional noutros quadrantes. Encontraram-se elementos que refletiram essa situação, como o caso dos sindicatos, os grêmios, a imprensa ou as feiras e os congressos, os quais deixaram perceber uma caracterização mais detalhadas das temáticas do calçado e revelaram os aspetos que contribuíram para a explicação de uma intervenção de fundo na tentativa de normalização do setor, fosse ao nível da evolução estrutural, dos volumes de produção, da qualidade dos artefactos ou de melhores condições de vida àqueles que operavam no ramo:

- Assim, quanto aos sindicatos, apesar de terem surgido, de acordo com Barreto e Mónica (2000)⁶⁸⁸, tendo sucedido as associações de classe ou sindicatos livres que assinalaram os períodos anteriores, ficaram marcados pelos estatutos enquadrados no contexto da tutela e das ideologias do Estado. Com eles foram extintas a liberdade sindical em Portugal, tendo-se redefinido as orientações e princípios das mesmas⁶⁸⁹, as normas de funcionamento e organização geográfica associadas à sua existência. Continuou a traduzir-se os principais eixos no domínio social e humano tão arreigados ao panorama associativo da área do calçado como o auxílio mútuo entre operário e patrão, mas também as características produtivas “em boa ordem, com métodos antigos e de confiança” e a venda dos artefactos a preços “honestamente compensadores” (Jornal Redenção, 1938)⁶⁹⁰. Tendo em conta que a temática das associações foi, amplamente, analisada nos momentos anteriores perante o papel preponderante que forneceu na reiteração e manutenção da valorização de um estatuto profissional ou da habilidade técnica, valerá mencionar que além dos aspetos já enunciados, o modo de entender a profissão também se modificou, justificando-se por isso uma centralização em teses que defenderam a valorização da condição do operário, mas no âmbito da sua relação contratual e salarial, deixando assim de figurar em primeiro plano a importância e o estatuto da profissão, antes assunto dominante nos discursos associativos;
- O sentido corporativista do Estado terá estado também na génese da agremiação das atividades industriais em organismos corporativos através da criação de instituições corporativas que regularam funções económicas e profissionais, provocaram interferências na produção, na distribuição e

⁶⁸⁸ “Sindicatos Nacionais”, publicado em A. Barreto e F. Mónica (eds.), Dicionário de História de Portugal – Suplemento, vol. IX, Porto: Figueirinhas, 2000, pp. 436-445.

⁶⁸⁹ De acordo com Lucena (1976) os sindicatos nacionais assentaram em três princípios fundamentais: 1) a subordinação dos interesses particulares aos interesses da economia nacional; 2) o dever da colaboração entre classes; 3) e o princípio do nacionalismo corporativo (1976, p. 235-239), manifestando assim um distanciamento dos princípios que regeram os sistemas associativos anteriores.

⁶⁹⁰ Valerá mencionar que essas ideias foram publicadas no “Jornal Redenção” do Sindicato nacional dos empregados do comércio, por Américo Fernandes dos Santos, empresário da Santos & Paixão. O empresário foi apresentado como um fabricante experiente de “obra de senhora e criança, imparciais nos seus conceitos”, onde o seu sucesso pareceu evidenciar-se pela qualidade técnica dos artefactos que produziu e da componente social para com os seus operários, validando com esses aspetos o teor do seu discurso (Jornal Redenção, 1938).

nos preços dos artefactos⁶⁹¹;

- Também a imprensa operária e associativa portuguesa atuou em paralelo na profusão dos discursos complementando os princípios defendidos pelo Estado e pelos sindicatos, estando como mencionaram Mónica e Barreto (2000) “submetida desde junho de 1926 a uma censura intolerante” (2000, p. 442).

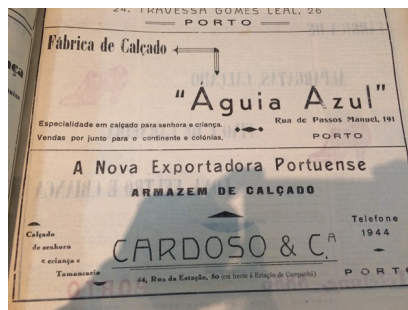


Fig. 208 Anúncio da fábrica de calçado Águia Azul, especializada em calçado de senhora e criança; e do armazém de calçado de senhora, criança e de tamancos A Nova Exportadora Portuense, de Cardoso & C.ª. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

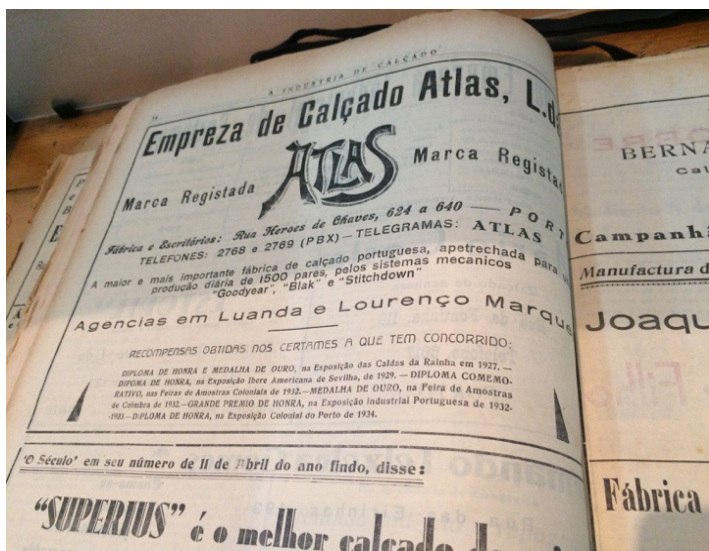


Fig. 209 Anúncio da fábrica de calçado e marca Atlas, onde se evidenciam três tipos de montagens distintas: "Goodyear", "Blak" e "Stitchdown". A empresa apresentou-se pelas grandes quantidades de produção de calçado devido à utilização do sistema mecânico e com destaque na participação e prémios obtidos em certames expositivos. Situada no Porto, a Empresa de Calçado Atlas, Lda foi "A maior e mais importante fábrica de calçado portuguesa". Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

Tendo em conta o padrão ideológico e os meios através dos quais se propagaram as estratégias do terceiro momento, verificou-se que a ação do Estado foi ampla de modo a absorver 'toda a realidade envolvente do calçado', podendo ser reclamado em certa medida para si o papel de guia. De facto, o Estado redefiniu uma linguagem e termos próprios acerca do calçado; os aspetos legais desde o licenciamento para a atividade da produção do calçado poder acontecer; os procedimentos para a aquisição de materiais, a quantidade e os tipos passíveis de usar nos programas; os programas e os volumes de produção obrigatórios por unidades de

⁶⁹¹ Ver a seguinte legislação publicada ainda 1933 e que inaugurou o sentido corporativo do Estado: o Decreto-Lei 23049/33, de 23 de setembro, organizador dos grêmios; o Decreto-Lei 23050/33, de 23 de setembro, criou os sindicatos nacionais; o Decreto-Lei 23051/33, de 23 de setembro, para as casas do povo; o Decreto-Lei 23052/33, de 23 de setembro, as casas económicas e o Decreto-Lei 23053/33, de 23 de setembro, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

exploração; o escoamento e o preço dos artefactos; as estruturas, os meios e as técnicas; e formalizou os princípios de uma coleção de calçado onde criou dez tipologias base⁶⁹² que puderam ser replicadas e alteradas de acordo com um padrão particular de normas.

Volvidas três décadas de uma política interventiva perante as grandes unidades de produção, tendo-lhe reconhecido vantagens económicas e superioridade técnica, relativamente, às pequenas explorações, mas tendo considerado os benefícios da iniciativa individual como estímulo e fonte de riqueza denotou-se que as interferências levadas a cabo não foram suficientes para o desenvolvimento de ambas as realidades produtivas, conduzindo a um momento crítico, fosse no que respeitou ao plano tecnológico ou aos planos social e humano.



Fig. 210 Anúncio da fábrica de calçado Monteiro da Fonseca & Irmão, especializado em calçado de agasalho em 'montagnac' nacional e feltros estrangeiros; sandálias de calf; sapatos de feltro, carneira e lona; calçado de criança em verniz e calf de cor, camurça. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

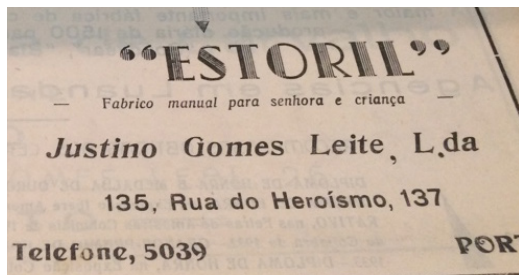


Fig. 211 Anúncio de calçado Estoril, fabrico manual de calçado para senhora e criança, de Justino Gomes Leite, L.da. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

Paralelamente, aos discursos legais proferidos durante a vigência do Estado Novo, esses aspetos fizeram sentir-se e replicaram-se nesse âmbito outros esforços, no sentido de alertar ou tentar colmatar as dificuldades que assolavam. Nesse sentido, destacou-se o *II Congresso da Indústria do Calçado*, realizado em 1957, cujas repercussões marcariam a década de 60, respeitante a um encontro da “a elite política e económica portuguesa da época” para debater o passado e o presente da situação da indústria e assim perspetivar as necessidades de atuação futura (Rollo, 2007). O Estado abriu a possibilidade de os agentes industriais ou seus representantes apresentarem as perspetivas advindas desse contacto direto que detinham com a indústria. Da análise às comunicações efetuadas

⁶⁹² Portaria n.º 10308/43, de 5 de janeiro. Ver quadro 36, p. 330.

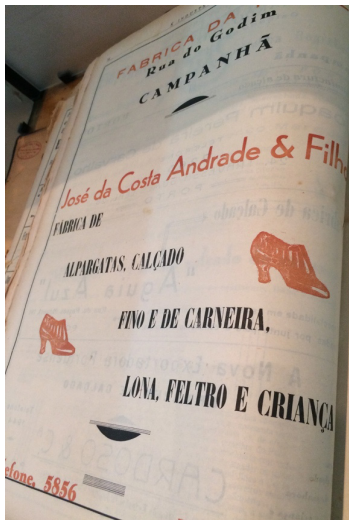


Fig. 212 Anúncio da fábrica José da Costa Andrade & Filhos, especializada em alpargatas; calçado fino, de carneira, lona, feltro; e criança. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

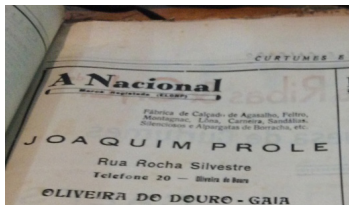


Fig. 213 Anúncio da marca A Nacional, especialista em calçado de agasalho, feltro, montagnac, lona e carneira; sandálias; silenciosos e alpargatas de borracha; de Joaquim Prole. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

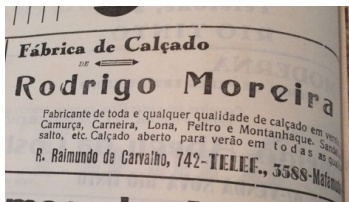


Fig. 214 Anúncio da Fábrica de Calçado Rodrigo Moreira, especialista em calçado de verniz, camurça, carneira, lona, feltro e montanhaque; sandálias; salto; calçado aberto para verão. Fonte: Jornal Indústria do Calçado, 1940.

durante esse congresso destacaram-se três participações incidentes no âmbito da problemática e em estudos sobre a tecnologia do calçado, ao nível dos meios ao dispor e da técnica: a) “Soluções para as dificuldades da indústria do calçado”, proferida por Serafim Santos (1957), b) a comunicação “A mecanização total da indústria do calçado” (1957), por António Ribeiro e a comunicação c) “Problemas da indústria do calçado” (1957) por João Pacheco. Os congressistas dissertaram sobre os efeitos da mecanização na produção de calçado, soluções e propostas concretas de reorganização da indústria que lhe correspondeu e manifestaram uma perspectiva baseada na experiência direta que possuíam com a produção de calçado. Consequentemente, do conjunto de comunicações proferidas foi publicado um documento intitulado “Indústria do calçado de cabedal: subsídios para o seu estudo”, por António Bravo (1957)⁶⁹³, o qual pretendeu traduzir um ‘momento’ de reflexão das perspectivas dos agentes do calçado, mas também a apresentação de linhas orientadoras, descolocadas das perspectivas iniciais para se enquadrarem, ideologicamente, naquele que foi o discurso do Estado Novo.

- a) A comunicação proferida por Serafim Santos (1957) principiou com a memória do passado liberal, evidenciando um sentido comparativo com a sua atualidade e emitindo um pedido de ajuda para a saída do “marasmo” e da “desorganização” do setor que representava “cerca de três dezenas de milhares operário” e mobilizava “mais de meio milhão de contos anuais” (1957, p. 1). De facto, a génese do *Grémio nacional dos industriais de calçado* ocorreu com o auxílio do Ministério das Corporações para um contributo ao desenvolvimento da indústria, sendo lícita a clamação e a manifestação de contestação perante uma atuação que não estaria a ser de acordo com a esperada, nem tão pouco desvendava os princípios de igualdade no âmbito da indústria do calçado (1957, p. 4). A indústria do calçado foi descrita na comunicação sob um ponto de vista bastante negativo e enfatizado nas debilidades que ocorreram no seio do setor desde a introdução da indústria mecânica. Serafim Santos (1957) afirmou que pouco se progrediu desde então e considerou que os elementos de propulsão foram numa primeira fase resumidos às alterações na condição do trabalho, fruto da condição da entidade patronal ausente quer nas estruturas de trabalho em domicílio, quer em unidades fabris e na falta de proteção estatal (1957, p. 2)⁶⁹⁴. O ponto mais relevante da perspectiva do industrial residiu nas sugestões que teceu ao Estado para o melhoramento da indústria do calçado, revelando um discurso assente em perspectivas alocadas em si e nos empresários do calçado português que também representou e igualmente ambicionariam crescer. Foram

⁶⁹³ António Bravo além da publicação mencionada foi o autor de uma publicação editada pela J. N. P. P. intitulada *As economias modernas e a pecuária: o caso português* (contribuição para o seu estudo) (1969).

⁶⁹⁴ Note-se que foi tecida uma dura crítica ao regime corporativo, na medida em que recorda num duplo sentido que a esperança trazida com o seu princípio cedo esteve na génese de conflitos com os horários de trabalho, as férias, declarações de rendimentos às finanças e salários tendo ocorrido primeiro entre a indústria caseira regulamentada e os operários a domicílio, para passar a acontecer em unidades fabris de maior dimensão (1957, p. 3).

assim sugestionadas pela primeira vez de um modo coerente as seguintes possibilidades para a indústria: a) abertura ao exterior, designadamente, mercados e feiras no sentido de Portugal mostrar o que se produzia no país; b) prospeção de mercados externos; c) formação para técnicos de calçado, sobretudo os modeladores e cortadores, uma vez que esses continuavam a operar perante a sua habilidade pessoal⁶⁹⁵ (fig. 215-218); d) definição de acordos comerciais com vista à aquisição de calçado português por parte dos países fornecedores de matéria prima; e) anulação dos direitos de exportação; e por fim, f) investir na divulgação do calçado português uma vez que esse já gozava de boa fama em “quase todo o mundo pelo seu bom gosto e perfeito acabamento” (1957, comunicação 5, p. 6). Esses eixos de atuação, encarados em simultâneo por um fabricante de calçado e representante dos seus pares, retrataram uma indústria do calçado com potencial, mas fragilizada, a qual através de esforços focados na liberalização e facilitação económica, na instrução e mostra ao exterior poderia com facilidade ser ultrapassada. No entanto, as perspetivas foram eventualmente demasiado ambiciosas para a época, como foi possível perceber com a análise ao documento publicado por Bravo (1957) e que na verdade permitiu antever aquilo que iram ser os períodos subsequentes.

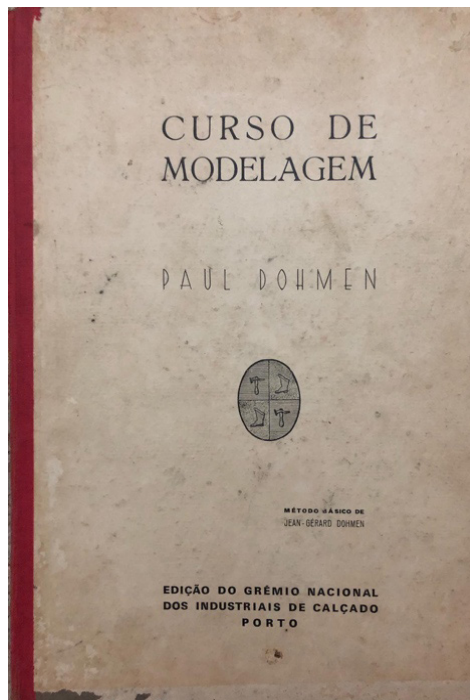


Fig. 215 Capa da publicação de Paul Dohmen intitulada Curso de Modelagem, apresentada como a primeira obra didática editada em Portugal com vista ao preenchimento de uma lacuna existente, quer ao nível da quantidade de técnicos existentes, quer para o contributo na sua formação; influência para a separação do artesanato que orientava as unidades fabris àquele momento; e referência para o contacto com os princípios científicos, defendidos como a base onde deve assentar a atividade produtividade. Ao nível de conceitos, na publicação foram definidos o desenho; a anatomia do pé e da perna; as medições do pé; a formagem; modelagem; corte, preparação, reunião, costura; corte da sola, fixação, montagem, colocação da sola e salto e acabamento; entendidos como os principais ramos técnicos da profissão de modelador. No decurso da publicação apresentaram-se os respetivos aspetos técnicos da modelação de programas de calçado base: 'bota'; 'botim'; 'Carlos IX'; 'derby'; 'escarpim'; 'mocassim'; e 'Richelieu'.

⁶⁹⁵ Encontrou-se um documento da autoria de Paul Dohmen intitulado “Curso de modelagem” publicado pelo Grémio nacional dos industriais do calçado [s.d.], o qual apesar de não datado, evidencia tratar-se da primeira publicação que chegou a Portugal sobre a temática da aprendizagem da modelação de calçado (fig. 218). A mesma resulta da tradução de uma publicação datada de 1946, em Bruxelas, por Gérard Dohmen. Foi na década de 70 onde se encontraram outros elementos associados ao ensino-aprendizagem dessa área, tendo ocorrido com a publicação intitulada “Manual de modelação de calçado”, por António Ribeiro (1972) onde ao longo de oitocentas páginas se explicam todos os processos da modelação de calçado. O manual publicado manifestou além dos princípios técnicos elementares para a prática da modelação de calçado, os esclarecimentos fundamentais da caracterização e do entendimento do autor da indústria do calçado.

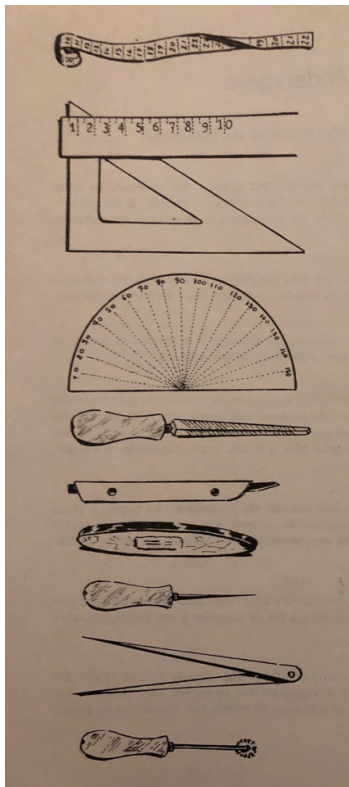


Fig. 216 Ferramentas do modelista: fita, régua metálica e esquadro, transferidor, lima, faca de corte, pedra de afiar, pica, compasso de pontas e rolete.
 Fonte: Paul Dohmen, Curso de modelagem.

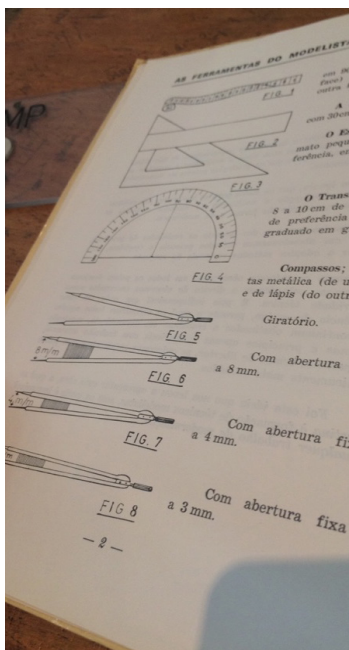


Fig. 217 Ferramentas do modelista: fita, régua metálica e esquadro, transferidor e compassos com aberturas distintas.
 Fonte: Ribeiro, 1972, p. 2.

b) A comunicação de António Ribeiro, intitulada “A mecanização total da indústria do calçado” (1957) trouxe para o congresso uma perspetiva inteiramente nova pelas qualidades que atribuiu aos artefactos distinta por incidir noutra temática ao traçar um retrato das fragilidades da indústria do calçado e das consequências da mecanização total da mesma. Na perspetiva do autor o sistema manual com máquinas auxiliares contribuía para que o calçado português fosse encarado no estrangeiro com carácter único e com valor acrescentado, podendo ser prejudicado com os auspícios da mecanização total, pelos efeitos nefastos que esse panorama poderia trazer. A sua narrativa recordou um passado associado à técnica artesanal, ao calçado entendido como unidade e não um múltiplo. Ribeiro (1957) principiou a sua comunicação do geral para o particular, ou seja, da indústria para o artefacto onde percebeu que esses se cruzaram, influenciaram e dependeram um do outro. A caracterização tecida não foi de todo positiva ao retrato da indústria do calçado, expondo-a como sendo a mais desorganizada, por comparação às restantes existentes na ‘metrópole’.

A perspetiva do autor deixou perceber um sintoma provocado pela concorrência entre as entidades patronais, no sentido da sua caracterização enquanto modo de atuação que não terá sido saudável tanto quanto desejável pelo facto de ter interferido no consumidor final ao proporcionar hábitos que prejudicaram a manutenção da ordem e a organização das produções de calçado. Apontou um aspeto essencial que se manifestou relevante no sentido da investigação: a quantidade excessiva de modelos por estação e, por conseguinte, consequências no espectro do público e do comerciante - a exigência de o fabricante produzir “dezenas de modelos de homem, senhora e criança por coleção” (1957, p. 1), verificando-se uma posição de discordância com a constante alteração dos programas, sob a justificação dessa multiplicidade atrasar o fluxo produtivo. De acordo com o autor, o público e o comerciante estariam mais interessados na diversidade do que na qualidade, reiterando esse aspeto com a expressão “não se vendem sapatos, vendem-se modelos” e revelando com ela uma mudança de paradigma e sentido crítico perante o momento atravessado com o alcance da mecanização do fabrico de calçado - a produção em série e com ela o acumular de “centenas de milhares” de pares em stock nos estabelecimentos de venda (1957, p. 1-2). Portugal, na perspetiva de Ribeiro (1957) não estaria preparado para mecanização total que se avizinhava, quer pela falta de estruturas físicas, operários especializados, custo das máquinas ou competição com os mercados estrangeiros. A diferença do singramento dos elevados volumes de produção oriunda dos Estados Unidos ou de outros países europeus e sul-africanos em relação a Portugal residiu na facilidade de aquisição de matérias primas a baixo custo mas também no número de habitantes e nível de vida que permitia o escoamento das grandes quantidades de produção (1957, p. 2). Da análise efetuada aos ideais defendidos salientou-se outro aspeto de importância elevada, uma vez que recuperou outros sentidos proferidos em períodos anteriores do reconhecimento daquela que foi talvez a maior mudança de paradigma - à valorização do autor que se havia debilitado e corria o risco

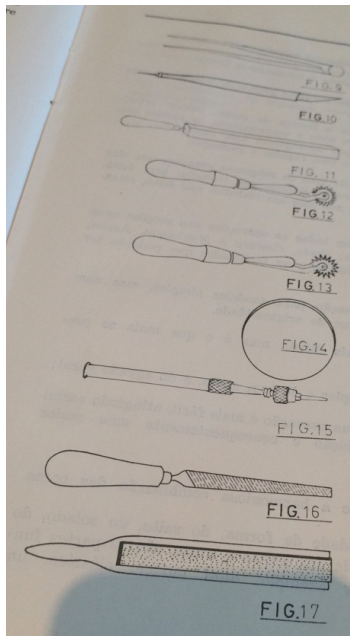


Fig. 218 Ferramentas do modelista: compasso de pontas, faca de corte, esmeril, rolete pequeno e médio, broca, lima e esmeril.
 Fonte: Ribeiro, 1972, p. 3.

de perder com a mecanização total. O anterior ‘sapateiro’ que trabalhou na oficina foi caracterizado como um ‘artista’ que criou e executou e o ‘operário’ que operou numa unidade fabril saberia apenas ‘lixar solas’ ou conhecer a ‘máquina de pregar’ ou outra pequena porção de todo o processo (1957, p. 2-3). Pela primeira vez mencionaram-se ideias que aludiram aos processos criativos e aos resultados que se espera alcançar com os artefactos realizados por esses ‘artistas’ os quais por sua vez, progressivamente, deixaram de ter lugar na indústria, quer pela falta de vocação que se fazia sentir para o efeito, quer também pelo ambiente fabril que não permitia esse desenvolvimento. O ‘artista’ foi designado como o ‘criador’ que através do seu gosto e do amor pela profissão executava um ‘sapato leve e elegante’ (1957, p. 3). Essa ideia veiculou assim o retorno da valorização do autor e a reclamação da sua posição, subentendendo-se uma definição que associou a ideia, ou seja, os programas a uma tipologia particular – o ‘sapato’ e a duas características fundamentais: a leveza física do artefacto e a elegância formal.

- c) O discurso apresentado por João Pacheco (1957) intitulado *Problemas da indústria do calçado* revelou uma posição desfavorável perante o panorama do momento. O contexto do ‘trabalho em domicílio por conta de outrem’ que ainda vigorou a par da ‘indústria caseira’ e representou a fuga à fiscalização, ao espírito de coesão e colaborativo, às más condições de trabalho para os operários e a concorrência desleal que prejudicava o setor em larga medida foram os primeiros aspetos apontados como elementos prejudiciais ao desenvolvimento da indústria (1957, p. 16). O cenário marcado pelo fabrico de calçado ainda manual e desorganizado careceu a superação, até porque a mecanização parcial estava a ‘dar os primeiros passos’ na produção de calçado de homem e senhora. Na perspetiva do autor um sistema não deveria ser substituído por outro, sendo que a solução apresentada privilegiou a coexistência dos três tipos considerados no fabrico na produção de calçado correspondentes também ao tipo de infraestruturas existentes: o fabrico manual para dar resposta aos tipos de calçado apreciados pelos estrangeiros e por isso deveria posicionar-se num mercado de abertura a exportações; o fabrico misto, estava a começar a surgir com mais presença, apesar de desorganizado; e o fabrico inteiramente mecânico, uma realidade no calçado de criança, mas que poderia ser ampliada mediante regulamentação necessária e alcançar o sucesso que já havia marcado o passado (1957, p. 18-20). Tal como na comunicação de Ribeiro (1957) verificou-se uma direção no seu pensamento para a recuperação do valor do autor. Pacheco (1957) propôs que esse estatuto fosse recuperado através da criação nas escolas técnicas de cursos de modelação e de contra-mestre, as quais além de poderem permitir que o ‘sapateiro’ deixasse de ser descrito como “ser inepto e desprezível (...) analfabeto”, assistindo à valorização das suas competências e se contribuísse para a melhoria dos aspetos técnicos (1957, p. 18). Tal como Santos (1957), Pacheco (1957) defendeu uma abertura do setor às exportações como reflexo propagandístico do calçado português, através de dois aspetos: a participação em certames de mostras internacionais e a obrigatoriedade da identificação portuguesa nos

artefactos a exportar⁶⁹⁶.

Da análise ao conjunto de comunicações mencionadas em epígrafe verificou-se um sentido crítico por parte dos congressistas perante o sistema corporativo do Estado Novo onde se inseriram, mas também conscientes da sua necessidade e intervenção. De facto, ao Estado foi cobrado a responsabilidade de intervenção para obtenção de resultados, sendo o seu papel de igual ou superior relevância no âmbito da indústria do calçado em relação aos industriais em si. A perspectiva que assentou na abertura do 'calçado' ao exterior e ao acesso a outras matérias primas, com vista a aumentar os volumes de produção pela diminuição do custo, pareceu ser rebatida com a perspectiva que defendeu as consequências nefastas da mecanização total – sendo esse o meio que permitiria o aumento exponencial da produção, defendendo um sistema de fabrico misto com predomínio do manual. Evidenciaram-se ideais díspares no seio da própria instituição gremial, ambicionando-se por um lado o crescimento do setor, mas por outro pretendendo-se a manutenção da ordem existente.

Como mencionado, foi a partir das premissas proferidas no *Congresso da indústria portuguesa* que António Bravo (1957) elaborou o documento que visou traçar o perfil da indústria do calçado e propor a sua reorganização. Com base nos testemunhos dos agentes do calçado e de acordo com as ideologias políticas que representou assumiu um sentido de análise e proposta baseadas não só nas fragilidades apontadas pelos agentes, mas também no apuramento dos factos, mediante postura imparcial. De salientar que destacou no título do seu estudo a designação 'calçado de cabedal', remetendo para a ligação secular de uma indústria manual ancorada nos materiais dominantes dos programas de calçado. Foram apresentados dados precisos, situações concretas e detalhadas ao nível da produtividade, das características da produção, dos preços, mercados e consumo interno português⁶⁹⁷, tendo sido perante a recolha da informação respeitante a esses aspetos que teceu as suas propostas de reorganização da indústria do calçado de cabedal suggestionando, discretamente, soluções específicas. O autor analisou o seu contexto estabelecendo uma relação com o passado que lhe correspondeu caracterizado pela introdução do fabrico mecânico e com vista a explorar as possibilidades e cenários futuros para a indústria. Recorreu a exemplos estrangeiros e centrou-se numa perspectiva de evolução tecnológica na produção de calçado num sentido 'maciço' e não 'total'. Esse aspeto mereceu especial destaque tendo sido a partir dele que o autor refletiu sobre os diversos inconvenientes que a

⁶⁹⁶ Essa proposta foi legislada ainda em 1957 pela JNPP através da Portaria n.º 12005/57, de 29 de agosto.

⁶⁹⁷ Perante os quais a indústria do calçado foi definida pelos seguintes dados: existiam em Portugal 1200 unidades fabris, num rácio de uma para cada sete mil habitantes, das quais cinco eram altamente mecanizadas e correspondiam a 5% da produção total portuguesa - cinco milhões de pares, sendo que quinhentos mil se destinavam a exportação e os restantes pares para consumo interno num rácio de 0,5 pares por habitante; cada unidade fabril mecânica produzia em média quinhentos pares e as restantes conseguiam onze; ao serviço da indústria existiam cerca de trinta mil operários, num rácio de três em cada mil habitantes, distribuídos em unidades fabris mecanizadas com uma média de vinte operários, sendo certo que eram contratados mais operários em determinadas alturas do ano e as restantes unidades, pouco mecanizadas não ultrapassavam os dez operários; o volume de negócios equivalia a quinhentos e cinquenta mil contos, sendo necessários trezentos e cinquenta mil contos nos materiais elementares - couro, borracha, fio e pregos para o fabrico dos artefactos (Bravo, 1957, p. 1-2).

produção em série significava ao momento para Portugal - desejável, mas que o país não estava preparado para efetuar (1957, p. 5). Assim, destacou os motivos para justificar o estado da indústria como uma não zona de conforto acerca do tema dos grandes volumes de produção, ou pelo menos não aconselhava o aumento exponencial das existentes. Essa posição e fundamentação residiram na crença do peso que a herança passada havia exercido em várias expressões e fatores, por sua vez interligados e ainda preponderantes.

A história recente da introdução da máquina foi assinalada por um panorama, sob o ponto de vista dos operários, de mão de obra barata, baixos salários e pelo trabalho a domicílio sem horários; do ponto de vista dos fabricantes resultado de uma falta de adaptabilidade e de uma tentativa de continuidade no ramo, mas sem os conhecimentos e constatações certas, uma vez que haviam acompanhado as diretrizes do fabrico manual num contexto que não foi de todo adequado; e do ponto de vista do mercado o qual foi a princípio marcado por uma maior exigência na qualidade e de seguida pelos preços baixos. Na verdade, a máquina não havia melhorado a qualidade dos artefactos nem diminuídos os custos e o autor foi mais longe que os seus antecessores ao afirmar que o fabrico misto que caracterizava os processos produtivos do calçado do momento não havia representado algum progresso (1957, p. 4).

Tratando-se de um *modo operandi* o qual pressuponha o trabalho em série e a multiplicidade de modelos, Bravo (1957) apontou o lançamento de protótipos com pouca frequência, além de impróprios para o fabrico mecânico e, por conseguinte, de influencia ao ritmo necessário à produção provocando em certos casos o preço mais elevado em calçado de fabrico mecânico que em fabrico manual (1957, p. 5-6). Foi com base nesses pressupostos onde estabeleceu algumas considerações perante a produção portuguesa de acordo com o uso dado às tecnologias existentes e da sugestão daquilo que deveria a ser realizado.

O calçado português caracterizou-se por numerosos processos de fabrico usados, indiscriminadamente, com conseqüências no atraso da produtividade, mas também por uma despersonalização do fabrico em si. Esse último aspeto manifestou-se relevante numa sugestão subentendida subentendeu de estímulo a uma identidade e linguagem técnica e formal nacional por via dos processos de fabrico característicos⁶⁹⁸. De facto, os sistemas de fabrico são evidentes nos artefactos, evidenciam a sua qualidade e cada qual corresponde a uma linguagem formal distinta e, por conseguinte, uma identidade, como se pôde verificar em capítulo anterior. Nas palavras do autor “o calçado português caracterizou-se pela falta de características” (1957, p. 2) e foi nesse sentido que encetou sugestões designando as tipologias que poderiam ser mecanizadas quantos aos programas, formas, aos modos e tipos de produção. Em relativo acordo

⁶⁹⁸ Note-se que os artefactos foram caracterizados por não conseguirem manter o nível técnico constante, uma vez que se adulteravam os materiais e tipos de construção ou ainda pelo aspeto do abastecimento dos materiais ser fracionado e de origens distintas (1957, p. 2).

com Ribeiro (1957) defendeu que a mecanização deveria ser ‘maciça’ e as empresas deveriam apostar na produção imediata de tipologias para criação do ‘tipo rural’, uma vez que se tratavam de tipologias de fácil normalização dado ao número de padrões reduzidos, à facilidade com que poderia ser mecanizado e à qualidade preços; eventualmente, esse tipo de ‘calçado rural’ para o género masculino destinado a cidade também poderia ser mecanizado, apesar do mercado correspondente exigir uma maior variedade de modelos, mas que através de pequenas alterações periódicas nos ‘clássicos’ e correta adaptação ao fabrico, seria passível de se começar também a produzir por via da mecanização (Bravo, 1957, p. 6). No que respeitou ao calçado do género feminino percebeu-se uma retração da sua perspectiva acerca da mecanização maciça, aconselhando apenas o fabrico misto para possibilitar a pequena série nas renovações dos protótipos de calçado clássico tipo ‘Luís XV’ (1957, p. 7).

O equilíbrio entre o fabrico manual e mecânico nas unidades de produção evidenciou ser a solução mais acreditada para a manutenção dos artefactos regulados, seriados e renovados, periodicamente. No entanto, apenas adequado ao fornecimento de calçado para consumo interno e para as províncias ultramarinas, a julgar pela chamada de atenção à dificuldade da exportação pelo facto de não existirem ‘fôrmas’ adequadas aos tamanhos caracterizadores de outros países ou regiões⁶⁹⁹.

Não obstante, foi sobre ao incentivo à produção de calçado em fabrico manual onde incidiu na explicação mais pormenorizada dos programas, no caso do designado calçado de luxo. Esse calçado, cumprindo determinadas características contribuiria para que esse tipo de produção não desaparecesse, ao mesmo tempo que as tipologias produzidas sob essa égide evidenciavam ser aquelas pelo permitiam reclamar o papel do ‘autor’ – o desenhador. A reclamação desse sentido de ‘autoria’ no calçado pareceu associar-se ao sistema de fabrico, nesse caso, à manualidade, a características específicas programáticas que pareceram destacar-se quando os artefactos se faziam mediante os processos manuais e para um tipo de público elegante com capacidades para pagar o luxo – uma ideia, um material e uma construção artesanal. O calçado aparentou assim uma ligação com o fazer artístico e o carácter de unidade e, em vista disso, autenticidade. Na verdade, as máquinas limitavam os programas – por si só já limitados - no sentido dos materiais e componentes utilizados aliados aos sistemas de construção. A profusão do calçado de luxo, a qual não foi possível apurar a sua representação quantitativa em termos de volume de produção, comparativamente, ao calçado de fabrico misto ou, inteiramente, mecânico, foi um meio encontrado através do qual a atividade oficial, inteiramente, manual foi persistindo. Bravo (1957)

⁶⁹⁹ Note-se o exemplo elucidativo que foi fornecido perante essa matéria e que a seu modo deixou revelar uma posição do autor desfavorável às exportações para o estrangeiro pelo facto de Portugal não conseguir dar resposta adequada. A propósito da Feira de Chicago de 1950, onde se mostraram os produtos europeus, Portugal não conseguiu realizar encomendas devido à exigência da grande variedade de medidas das ‘fôrmas’ no que respeitou às alturas e larguras de cada comprimento (1957, p. 3). O seu discurso remete para um sentido que se opõe aos pressupostos de Serafim Santos (1957) perante a abertura dos mercados portugueses à exportação e participação em certames internacionais.

assinalou o tipo de calçado realizado nesse enquadramento oficial como um produto de fantasia do seu desenhador com distinção nas particularidades do seu programa com materiais e componente de qualidade superior aos utilizados no fabrico industrial, dando origem a um artefacto de “gosto requintado e um acabamento esmerado, gracioso, leve e perfeito de pormenores e de ornatos”, feito por medida para um tipo de público elegante e que teria capacidades para pagar esse luxo (1957, p. 7)⁷⁰⁰.

Por fim, um comentário à crítica negativa fornecida ao modo como a indústria do calçado tentava alcançar novos mercados e estimular o consumo interno através da exposição do calçado nas montras do Chiado em Lisboa (1957, p. 8). A exposição da diversidade nas montras dos estabelecimentos de venda de calçado poderá deixar revelar de facto uma tentativa de mostra do que se produzia em Portugal, sendo Lisboa o seu representante de excelência. Se por um lado se ambicionou seduzir o consumo interno, por outro, a presença de estrangeiros na capital se poderia manifestar como uma possibilidade para apresentar e vender calçado. Desse modo pode ter-se tratado de uma tentativa de inter-nacionalização do calçado português intramuros que foi capaz de responder a várias funções e linguagens formais. A tentativa de acompanhamento das tendências do gosto e a abrangência formal sentida considerou-se como um dos aspetos de excelência por se perceber que traduziu a multiplicação de programas, consequentemente, de tipologias. No entanto, Bravo (1957) teceu uma leitura noutra direção à dos agentes do calçado por não ser defensor do mesmo conceito de diversidade desejado por esses profissionais ou abertura ao exterior, reiterando a crítica ao uso das ‘fôrmas’ para qualquer tipo de calçado e pondo em causa o ‘gosto’ português, ironizando a sua justificação através da uma caracterização dos programas expostos nos seguintes termos:

“calçado para climas nórdicos ou tropicais, para regiões montanhosas ou planas, para povos latinos ou saxónicos, como se o Chiado fosse o padrão internacional do gosto e das exigências do vestuário e o pé lusíada, um modelo anatómico universal”

(1957, p. 8)

Dos efeitos das perspetivas lançadas no *II Congresso da Indústria Portuguesa* e da reorganização proposta por Bravo (1957), encontraram-se na década seguinte três documentos fundamentais que delas ocorreram – a Portaria n.º 17880/60, de 4 de agosto, tradutora da nomeação de uma comissão para reorganizar a indústria do calçado; o decreto-lei n.º 260/73, de 25 de maio liberalizador das taxas do couro e da borracha aplicadas na importação desses materiais aos fabricantes de calçado e o despacho n.º 58/75, de 10 de março, onde se formalizou a constituição de um grupo multidisciplinar para estudar a problemática geral da indústria do calçado,

⁷⁰⁰ A essa descrição acresceu o facto de esse poder ser apenas adquirido diretamente na oficina ou então em espaço anexo exclusivamente abastecido por ela, por via de garantir o serviço personalizado e a garantia e qualidade do produto (1957, p. 8).

o qual apesar de ser publicado no período da III República apresentou uma caracterização que refletiu os ideias veiculados no *congresso*, mas sobretudo espelhou o resultado e efeito das políticas aplicadas durante o período do Estado Novo. Esses documentos permitiram a compreensão das perspetivas orientadoras da indústria e o incentivo dados, fornecendo as informações que complementaram a caracterização do ‘calçado’.

Assim, no destaque à problemática da indústria do calçado em si, os discursos difundidos nesses documentos incidiram, primeiramente, no reconhecimento do valor da atividade do calçado no panorama nacional. Foi identificado que essa atividade refletiu uma produção anual representativa no panorama económico de Portugal para, em vista disso, se poder afirmar que a sua estrutura não foi adequada, nem a importância que lhe foi dada estava de acordo o patenteado, justificando-se, portanto, a intervenção do Estado. Foi nesse sentido que a portaria n.º 17880/60, de 4 de agosto, fundamentou a nomeação de uma comissão para o estudo do estado da indústria e da sua reorganização.⁷⁰¹ Esse documento resultou dos pressupostos trazidos por Bravo (1957) e permitiu perceber não só a caracterização da atividade da produção de calçado, mas também aspetos relacionados com a tecnologia ao dispor, desde o processo de introdução da máquina na sua fabricação, a capacidade produtiva portuguesa ao momento e um sentido comparativo de posicionamento do país face ao estrangeiro. A exposição tecida pelo ministro da economia para a validação da nomeação de uma comissão promulgada nesse regulamento visou a reorganização da indústria do calçado a partir de um discurso fundamentado na história da indústria do calçado em Portugal de modo a se perceber bem os aspetos que levaram ao ponto de rutura. Constatou-se que o processo de industrialização do calçado, com início na década de 20, foi pautado pela introdução da máquina no fabrico e a partir da qual se desenvolveram os processos técnicos e de montagem reveladoras de uma capacidade de adaptação aos contextos atuais àquelas circunstâncias. Evidenciou-se ser reconhecida a vontade e a motivação que os agentes da ‘indústria caseira’ e ‘trabalho familiar autónomo’ haviam tido para aumentar os volumes de produção e obter melhores preços para a construção dos artefactos (Portaria n.º 17880/60, de 4 de agosto, p. 1834). Dessa constatação pôde concluir-se que no final da década de 50 os esforços das décadas anteriores resultaram na construção do calçado em Portugal por via de máquinas específicas para a costura dos elementos que integram o corte e para a fixação do mesmo à sola⁷⁰².

⁷⁰¹ Valerá mencionar que não se encontrou a continuidade ou os resultados efetivos do documento em análise.

⁷⁰² A consulta à portaria n.º 16274/57, de 1 de maio, revelou que os processos de fabrico se caracterizaram pelos métodos de fixação do corte à sola através de processos técnicos distintos. Percebeu-se os processos “palmilhado a fio mecânico”, “palmilhado a fio manual”, “grampeado”, “semilhado”, “pratic” e “colado” (1957, p. 484) que terão perdurado nas décadas seguintes e em certos casos até à atualidade, como o caso do sistema ‘pratic’ e ‘colado’, esse último atualmente designado por ‘montagem plana’.

Apesar de a indústria do calçado ter espelhado uma evolução ao nível de volumes de produção ao longo das décadas e a sua atividade se ter manifestado como aspeto relevante na economia do país evidenciou-se que esse crescimento progressivo aconteceu com as pequenas e médias explorações, na verdade, com o sistema oficinal que sempre acompanhou a história dos produtores de calçado e que, pontualmente, foi figurando na legislação publicada. Contudo, como se pôde perceber nos argumentos do documento em análise, a revolução tecnológica para a produção do calçado não foi acompanhada pelas infraestruturas, tendo ocorrido num espaço sem preparação para novos modos de operar, trazendo com isso implicações na produção e rendimento subaproveitado. A motivação pela tentativa do acompanhamento da progressão da ainda pequena ‘indústria concentrada’ levou a que a indústria do calçado caseira e artesanal evoluísse para a mecanização e fosse caracterizada por “estabelecimentos de tamanho equilibrado” e por “unidades muito pequenas” a qual devido ao espaço físico não traria o rendimento desejável (Portaria n.º 17880/60, de 4 de agosto, p. 1834). Nesse sentido, seriam necessários edifícios apropriados à produção, mas também um ‘esquema técnico’ definido que permitisse a organização dos processos de construção do calçado no espaço físico. Esses aspetos poderiam contribuir não só no aumento da produção, uma vez que cada operário produzia “cerca 1/3” do que o seu homónimo italiano produzia – o caso do país (já) comparável à altura do documento com a indústria portuguesa, mas também para que não fosse necessário recorrer a uma “falsa indústria caseira” para a produção dos artefactos (Portaria n.º 17880/60, de 4 de agosto, p. 1834). A reorganização pretendida abrangiu o plano do incremento da tecnologia em si na produção de calçado e a orientação das ‘linhas’ relativas aos processos de fabrico.

Dessas constatações, complementou-se outro aspeto relevante, mas veiculado na década seguinte com o decreto-lei n.º 260/73, de 25 de maio, o qual colocou em prática as solicitações tecida no congresso de 1957 no que respeitou às exportações de calçado, entendidas desde o final da década de 60 com necessidade de intensificação e capacidade de resposta à aceitação de encomendas⁷⁰³. Mediante o exposto levou-se a cabo a liberalização da importação de ‘peles curtidas’ e da ‘borracha crepe’ revelando benefícios para os fabricantes perante a libertação da carga fiscal para a aquisição de materiais vindos do exterior, designadamente, dessas matérias primas principais tendo-se também reduzido os direitos aduaneiros que incidiam sobre outros componentes integradores dos programas de calçado (Decreto-Lei n.º 260/73, de 25 de maio, p. 881).

⁷⁰³ Note-se que o escoamento dos artefactos foi primeiro direcionado para os mercados “nacionais continental e ultramarino” e no final da década de 60 terão acontecido de modo “assinalável” para o estrangeiro (Decreto-Lei n.º 260/73, de 25 de maio, p. 881).

Apesar da regulação efetuada e dos meios para a reorganização da indústria do calçado, com o despontar da III República, as fragilidades que se fizeram sentir parecem ter sido mais evidentes e também mais profundas, sendo que as averiguações não diferiram em grande monta do que já se havia percebido durante a vigência do Estado Novo. Contudo, a natureza da comunicação alterou-se em alguns aspetos fundamentais centrados na descrição das estruturas fabris e no tipo de trabalho por elas praticados. O setor do calçado foi no princípio da terceira república caracterizado face ao resultado das políticas seguidas durante o Estado Novo num despacho pela presença vincada de empresas de pequena e média dimensão que ainda operavam num sentido artesanal de grande falta de mão-de-obra especializada, com constrangimentos nos programas trazidos pela dificuldade de acessos aos materiais e na falta de equipamentos mecânicos que pudessem aumentar os volumes e a qualidade de produção dos artefactos (Despacho 58/75, de 10 de março, p. 373). Os seus autores evidenciaram uma oposição no quadro da indústria enquanto a base, ou seja, fundamentados perante a prática profissional que representavam e se pretendia especializada no sentido da formação técnica em dois campos de atuação – na ‘modelação’ e na ‘produção’ (p. 373). Ou seja, no momento criativo e no momento em que se formula o programa; e no momento que se reproduz esse programa através de tecnologias ao dispor e técnicas adequadas⁷⁰⁴. Poderia considerar-se que se esteve perante os primeiros esforços de valorização e entendimento de uma profissão que pertenceu ao enquadramento da indústria, mas que reconheceu e adaptou os pressupostos da prática que antecedeu a mecanização da produção de calçado. Apesar de não se ter tecido uma menção expressa ao designer, o documento evidenciou tratar-se da primeira publicação institucional onde se verificou a fundamentação de discursos perante um entendimento de processos intrínsecos ao design de calçado.

Também ao nível da temática dos programas de calçado, nomeadamente, no que respeitou ao fornecimento de materiais para a construção das tipologias, se verificou que existiam dificuldades ao seu acesso, tornando-se um constrangimento nos programas. De facto, a existência no passado de uma correlação muito estreita entre o setor dos curtumes e dos sapateiros ao momento da publicação do documento em epígrafe evidenciou-se que a mesma estaria dispersa manifestando-se como um dos fatores que prejudicava a indústria do calçado. Com efeito, os curtumes mostraram-se sempre com relevância na atividade de produção de calçado, deixando transparecer uma relação marcada pela influência da sua condição perante os fabricantes de calçado trazendo com isso os aspetos negativos, mas também os positivos⁷⁰⁵. O abastecimento de matérias primas bem como os

⁷⁰⁴ Foi mencionado que nas cerca de mil e cem empresas dispersas em Portugal escasseavam “modelistas e técnicos de produção” para a construção dos artefactos, mas também de quadros de gestão empresarial, sendo que a esse propósito se expressou o desconhecimento “das mais elementares técnicas de gestão” nas empresas portuguesas (Despacho 58/75, de 10 de março, p. 373).

⁷⁰⁵ Como se encontrou no primeiro momento do estudonas vantagens apontadas à proximidade geográfica de ambas as atividades para a circulação dos materiais com facilidade entre os seus agentes ou até da possibilidade do sapateiro preparar as peles que usava nos seus programas. Contudo, também como se percebeu que quando a crise assolava os curtumes os

acessórios foi assim um problema que deixou perceber não só o afastamento do setor dos curtumes, mas também às dificuldades que esses atravessavam e à inexistência de ramos industriais subsidiários ao setor do calçado (Despacho 58/75, de 10 de março, p. 374).

3.2 A NORMALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CALÇADO

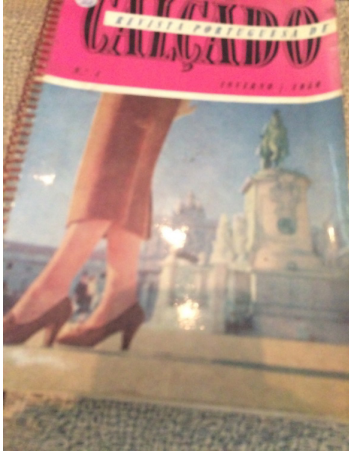


Fig. 219 Capa da Revista Portuguesa de Calçado (1956), N.º 1. Fonte: BMP.

Apesar de ao analisar a intervenção do Estado na indústria do calçado se ter percebido a presença de alguns constrangimentos no que respeitou aos programas, encontraram-se documentos que incidiram nesse aspeto. Percebeu-se eixos de atuação relevantes e tradutores de uma linguagem formal de ‘modelos de calçado’ portugueses: os meios pelos quais a interferência do Estado se fez sentir, diretamente, de modo mais rápido e mais eficaz, aconteceram por via legal com a publicação de vários documentos normativos emitidos pelos vários ministérios ou instituições tuteladas pelo Estado. Analisou-se um conjunto de documentos, sob a forma de decretos, leis ou portarias, que incidiram nos programas, bem como, a seu modo, contribuíram para a organização da indústria do calçado. Além dessas publicações normativas, encontraram-se outros documentos que apesar de não obedecerem a um vínculo legal, igualmente regularam os discursos inerentes à história do design de calçado e mereceram análise na presente investigação pelos dados complementares aos documentos legais, ou outros aspetos relevantes, traduzindo por si só como marcos elementares na própria história. Saliu-se para o estudo o primeiro catálogo que apresentou uma coleção de calçado portuguesa – “1640-1940” (1939) da fábrica da borracha Luso-Belga; um livro sobre acabamentos de calçado – “Gomas e graxas, colas e betumes, cimentos, mastiques, lustrinas, cremes e pomadas para calçado” de Marcel Verdum (1938); a primeira revista de calçado publicada em Portugal – “Revista Portuguesa de Calçado” (1956-1957); um artigo sobre o conceito de normalização anatómica inscrito nos programas de calçado em Portugal - “O que é a normalização?” de Paul Dohmen (1965); e um documento publicado sobre o ensino da modelação - “Manual de modelação de calçado” de António Ribeiro (1972)⁷⁰⁶; as quais mereceram especial atenção pelo facto de refletirem outra natureza editorial, apesar do seu enquadramento ideológico e das regulações abordadas anteriormente.

produtores do calçado eram os primeiros a sofrer as consequências desse aspeto. Encontrou-se no momento em análise, na comunicação de Pacheco (1957) apresentada no II Congresso da indústria portuguesa, essa reiteração da ligação às matérias primas verificadas em momentos anteriores: a falta de qualidade nos curtumes portugueses e a necessidade de recurso ao estrangeiro para a aquisição de materiais por parte dos fabricantes de calçado, rejeitando-se assim as matérias primas nacionais e interferindo, consequentemente, na quebra produtiva no setor dos curtumes; bem como a falta de contacto entre ambos os setores sujeitos aos “caprichos da moda e das “vicissitudes das estações do ano” que não os permitia elaborar projetos de trabalho comuns, reclamando assim com novos argumentos a necessidade da relação de proximidade entre os fabricantes do calçado e dos curtumes (1957, p. 20).

⁷⁰⁶ Consultou-se um documento da autoria de Paul Dohmen, intitulado Curso de modelagem, publicado pelo Grémio nacional dos industriais do calçado [s.d.], o qual evidencia tratar-se da primeira publicação portuguesa direcionada para a aprendizagem da modelação de calçado. Igualmente, ocorreu a oportunidade de visualizar um programa de calçado realizado pelo autor (fig. 472-475). O manual de António Ribeiro parece tratar-se de um aprofundamento dos conteúdos abordados por Paul Dohmen na publicação em epígrafe.

Tendo em conta a natureza da informação consideraram-se tópicos de análise baseados nas temáticas discursivas que se inscreveram. Analisaram-se assim dois pontos principais: a normalização dos discursos por via da legislação e por via de outras publicações. Apesar do estudo em espaço distinto, chama-se a atenção que se pretendeu na narrativa o sentido de continuidade e o cruzamento de informação histórica com vista a perceber a linguagem formal definida pelo Estado Novo para um padrão de calçado português, designadamente, ao nível dos materiais e das tipologias formais. No que respeitou à análise de publicações não inscritas no quadro legal, optou-se por definir três sub-tópicos de análise pela essência temática de cada publicação: programas; programas e tecnologias; e programas tecnologias e autores.

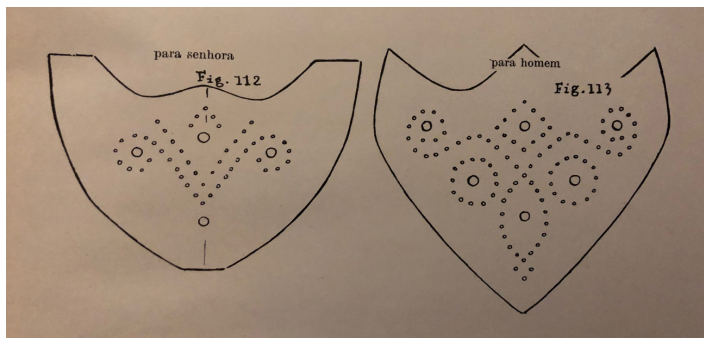


Fig. 220 Elementos decorativos para gá-speas: 'perfurações finas' para programas femininos e masculinos. De acordo com Paul Dohmen, as 'perfurações largas' são adequadas ao aspeto sport. Fonte: Paul Dohmen, Curso de modelagem.

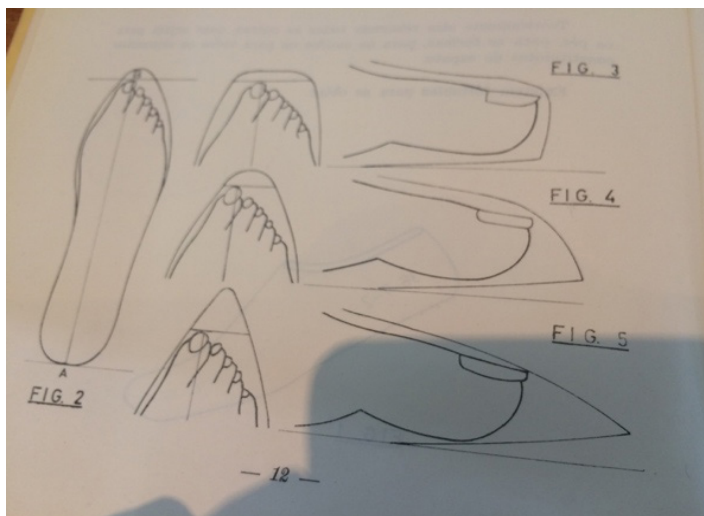


Fig. 221 Tipos de biqueiras de 'fôrmas': alongado, quadrado, redondo e bicudo. Fonte: Ribeiro (1972, p. 12).

3.2.1 POR VIA DE LEGISLAÇÃO



Fig. 222 Fotografia de Gustavo de Matos Sequeira pronunciando a sua conferência nas oficinas gerais de fardamento e calçado, 1935-05-23. Fonte: CPF.

No sentido do interesse da presente investigação, encontrou-se um documento de 1938⁷⁰⁷ que regulou os programas de calçado definidos para a Mocidade Portuguesa⁷⁰⁸ (fig. 223-226) dando continuidade a uma atividade de normalização por parte do Estado nos programas de calçado para as mais diversas instituições que tutelava, como as diferentes forças militares, serviços de alfândegas ou aeroportos e pessoal civil ao seu serviço perante uma perspetiva que entendeu os artefactos numa relação entre o seu programa: formas e cores com o estatuto entre pares ou entre instituições⁷⁰⁹ (fig. 231-242). Esse documento manifestou particular relevância pois terá sido a partir dos programas definidos nesse contexto que mais adiante o Estado viria a fundamentar-se para definir programas para a sociedade em geral, na medida em que a sua obrigatoriedade no fabrico levaria, conseqüentemente, ao seu consumo.

A regulação dos padrões para a sociedade geral aludida ocorreu com a Portaria n.º 10308/43, de 5 de janeiro, a qual teve como principal função

⁷⁰⁷ Na verdade, o documento com maior longevidade encontrado no quadro do terceiro momento da investigação datou de 1933. No entanto, relacionou-se com autorização da venda de um terreno às oficinas gerais de calçado e fardamento de Lisboa para a instalação da sua atividade, o qual não manifestou relevante a sua abordagem (Decreto-Lei n.º 23408/33, de 27 de dezembro).

⁷⁰⁸ A Mocidade Portuguesa foi uma organização criada em 1936 para os jovens do género masculino entre os sete e catorze anos de idade. A frequência das suas atividades tinha carácter obrigatório e com vista ao adestramento militar. Foi ainda criada outra extensão entre os dezassete e vinte anos. O ramo feminino da Mocidade Portuguesa foi criado em 1938. Obedeceu a orientações religiosas católicas com vista à instrução do futuro exercício do papel de mãe de família e de dona de casa. Ver Portugal, INFOPÉDIA, 2017b.

⁷⁰⁹ Ver Ministério da Educação Nacional – Secretaria geral, Decreto 28410/38, de 7 de janeiro. Foram definidas para o género masculino as seguintes tipologias que tinham em comum o material - o cabedal: 'botas' pretas ou de polimento para os 'dirigentes'; 'sapatos' de cor natural, atacados e pregueados nas solas e tacões para os 'lusitos', 'botins' pretos para os 'vanguardistas'. Manifesta-se relevante no mesmo âmbito mencionar que as tipologias de calçado feminino mantiveram o cabedal como matéria prima e foram: 'sapatos' castanhos, abotinados, de salto raso ou até dois centímetros, conforme as estaturas e idade das filiadas, fechados no calcanhar e na biqueira, para as lusitas e infantas; e com alteração apenas no salto para até um máximo de cinco centímetros, para as vanguardistas. Ver Ministério da Educação Nacional – Secretaria geral, Portaria n.º 12858/49, de 17 de junho.

re-definir o licenciamento das fábricas de calçado de cabedal, regulando o seu fabrico, a compra e a venda de calçado, assim como os programas dos mesmos. Esse documento preconizou as primeiras ações por parte do Estado Novo no âmbito da indústria do calçado, onde além de se ter denotado um modo de atuação nas raízes no sistema político vigente, anteriormente, ou seja, na regulação e fiscalização da produção de calçado, pode compreender-se o conceito de ‘fábrica de calçado’, quais os requisitos para o enquadramento de uma estrutura empresarial na malha da indústria do calçado, que programas se deveriam executar ou que classificação lhes foi atribuída.

Da análise ao documento, percebeu-se a caracterização de um sistema industrial sob o ponto de vista da sua estrutura organizacional e no sentido da tecnologia em que se enquadrou, a saber, empresas singulares ou coletivas, de fabrico mecânico ou mistas e oficinas de trabalho manual com mais de seis operários, sendo que a regulação efetuada se direcionou para as unidades de produção com essas características (Portaria n.º 10308/43, de 5 de janeiro, p. 6). Em qualquer das situações enunciadas, todas as unidades de produção integradas no quadro mencionado teriam que produzir ‘calçado utilitário’ e ‘calçado corrente’ para homem, senhora e criança, nas quantidades fixadas pelo órgão competente “em conformidade com os dados do consumo” (Portaria n.º 10308/43, de 5 de janeiro, p. 6-7). Dessa normalização definiram-se programas obrigatórios como ‘botas’, ‘botins’, ‘sapatos’ e ‘sapato rural’ nas tipologias ‘utilitárias’ e ‘botas’ e ‘sapatos’ enquanto tipologias de calçado ‘corrente’; a validação das tipologias nos enfranques “com a marca do tipo fabricado aprovada pela J.N.P.P.”; a regulação dos preços através da sua fixação para a venda ao público em estabelecimentos e para a porta da fábrica; e a regulação da venda do calçado nos estabelecimentos (Portaria n.º 10308/43, de 5 de janeiro, p. 8-9). A Junta manifestou assim uma grande abrangência aos ‘territórios’ dos artefactos, sendo a sua atuação desde a autorização para licenciar a produção do calçado, no sentido da instalação e modificação de ‘fábricas de calçado de cabedal’, até ao seu escoamento.



Fig. 223 Farda a Mocidade Portuguesa. 1940. Fonte: DGPC.

Para a compreensão da informação relativa aos programas contidas nas portarias em análise considerou-se pertinente o desenho de dois quadros. Organizaram-se com base nas tipologias definidas e caracterizadas nos conjuntos de calçado ‘utilitário’ e ‘corrente’ tendo pretendido traduzir os programas veiculados pelo Estado Novo para o fabrico e venda em Portugal. Interpretaram-se perante uma perspectiva que procurou entender as formas e os ‘modelos’ – assim designadas as tipologias de calçado, os materiais, o género a que se destinaram, as cores passíveis de aplicar e as costuras, essas últimas também pelo sentido da caracterização técnica. Igualmente, se interpretou os modos de fabricos praticados.

Da sua análise encontraram-se três tipologias distintas, as quais por si só representaram vários ‘modelos’ de calçado para homem e rapaz enquadrados na classificação de ‘calçado utilitário’ - ‘botas’, ‘botins’ e ‘sapatos’; e duas tipologias para senhora – ‘sapatos’ corrente e utilitário e ‘sapato rural’ utilitário. Deixaram em evidência possibilidade de alterações ao nível das ‘fôrmas’, elementos do corte, como a presença



Fig. 224 Roteiro de uniformes da Mocidade Portuguesa, gênero masculino.
Fonte: Decreto 28410/38, de 7 de janeiro.

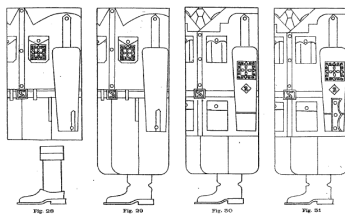


Fig. 225 Calçado da Mocidade Portuguesa: sapatos de cabedal, cor natural, atacados e pregueados nas solas e tacões, para os Lusitos; botins de cabedal preto, para os Infantes e vanguardistas; e botas de cabedal preto ou polimento, para os dirigentes. Fonte: Decreto 28410/38, de 7 de janeiro.



Fig. 226 Sapatos da Mocidade Portuguesa: sapatos de cabedal, cor castanha, abotinados, de salto raso ou até 2 cm, conforme as estruturas e idade das filiadas, fechados no calcanhar e na biqueira, para as Lusitas; as mesmas características, mas com o salto máximo de 5 cm para as Lusas. Fonte: Portaria 12858/49, de 17 junho.

ou não da ‘biqueira’ ou ainda os materiais do corte e solados no que respeitou aos programas das tipologias; e ao nível das espessuras e alturas de entressolas, viras e tacões, uma vez que se limitou um valor máximo. Dessa combinação de hipóteses evidenciou-se ainda que ao nível do corte, ou seja, dos elementos que constituem cada tipologia, haveria a possibilidade de combinações também elas diversas. A condição seria a de não gastar mais material por tipologia do que aquele que, igualmente, foi definido no documento.

Quanto às tipologias de calçado apresentadas em ambas os quadros, correspondentes às classificações ‘corrente’ e ‘utilitário’ se verificaram pontos em comum ou especificidades ao nível dos programas e das técnicas de construção ou montagem, tais como:

- a) a presença apenas de opções formais de ‘sapatos’ para o gênero feminino e ‘botas’ para o gênero masculino. No entanto, no caso do gênero feminino foram regulamentadas duas tipologias distintas, ao que se apurou, não no sentido formal, mas ao nível dos materiais empregues e do forro;
- b) Liberdade ao nível das ‘fôrmas’, uso de ‘cores habituais’ e o preto;
- c) A vira existe em todas as tipologias, exceto no ‘sapato’ de criança de ambos os tipos e no ‘sapato rural’;
- d) Todos possuem forro, no qual o da gáspea é em têxtil e nos outros elementos (palmilha, talões e calcanheira) são em capicua. Exceto o ‘sapato rural’ que não leva forro nem palmilha e a ‘bota utilitária’ poderá ser produzida sem forro;
- e) O couro foi o material predominante;
- f) Exceto o calçado de atanado que poderia ter uma sola e meia, todos os outros só poderia ter uma sola;
- g) A borracha poderá ser incluída nos solados de sapatos utilitários e corrente de homem; nas botas são todas de atanado;
- h) O calçado de criança é o único que leva capa e aquele onde os materiais podem ser os usados em qualquer calçado feminino ou masculino, desde que proveniente de aproveitamento de ‘sobras’;
- i) Todos as tipologias de ‘sapatos’, ‘botas’ e ‘botins’ são ponteados e palmilhados, exceto os ‘sapatos’ do gênero feminino e o ‘sapato rural’, ambos na classificação do calçado utilitário;
- j) As tipologias femininas não são mencionadas ao nível da técnica de montagem.

Numa análise específica a cada conjunto de tipologias de calçado presentes em cada quadro, percebeu-se distinções entre o calçado destinado ao gênero masculino e feminino, sendo que também se designaram especificidades no calçado de criança – menina ou rapaz:

1. Os programas masculinos foram de maior amplitude podendo perceber-se de partida por outra possibilidade tipológica além do ‘sapato’, a ‘bota’ e o ‘botim’. As tipologias masculinas distinguiram-se no calçado utilitário pelas referências formais de ‘borzeguins’ de

inspiração francesa ou adotados do calçado já estabelecido para a ‘mocidade portuguesa’ e pelos materiais empregues. Foram feitos de vaca e cabra nos ‘sapatos’ e de atinado nas ‘botas’ e ‘botins’. Já o calçado feminino se salientou pelo emprego do salto de madeira forrado e de uma sola particular – do modelo Luís XV. Quanto aos materiais do corte, acresceu a possibilidade de incluir o calfe. Em ambos os géneros e acerca dos sapatos, foram ao nível construtivo palmilhados e ponteados, cosidos a ponto furtado, ponto passado, cravados de juntado ou apenas costura. No caso do calçado de criança a palmilha poderia ser pregada com semilhas e não costuras ou montada através do sistema *pratik*;

2. O calçado corrente compreendeu ‘modelos’ de ‘botas’ e ‘sapatos’ para o género masculino e rapazes e ‘sapatos’ para o feminino e para crianças. No calçado corrente, as tipologias masculinas também se manifestaram com a inspiração formal francesa para as ‘botas’ ou para a possibilidade de produção de tipologias com mais variedade de material, como pelicas, calces, vernizes e gravados, assim como couro e borracha para os solados. O calçado feminino integrou na sua construção um elemento também de inspiração francesa - a solaría, permanecendo o salto de madeira e forrado a pele. Os materiais a aplicar deveriam ser as ‘primeiras escolhas’ de calfes, vernizes, pelicas e camurças, podendo o forro ser de cabra. No caso do conjunto das tipologias correntes, em ambos os géneros se inclui a vira e acresce no ‘sapato’ feminino o revirão.

O modelo de avaliação que se encontrou para justificar a distinção dos preços das tipologias verificou-se com a relação existente entre materiais e enquadramento na classificação, sendo que os ‘botins’, ‘sapatos’ e as ‘botas’ do género masculino se manifestaram por essa ordem como o calçado mais dispendioso e o calçado corrente mais custoso que o utilitário. Entre todas as tipologias, o ‘sapato’ para criança foi o mais barato, seguindo-se o de menina e o de senhora.

De facto, na generalidade o calçado feminino foi de certa simplicidade: ‘modelos’ lisos com salto até o máximo de três centímetros, no qual o material variava entre a madeira e a pele com altura limitada. Foram feitos de pelarias provenientes de vaca ou cabra no corte e materiais menos dispendiosos no forro, como pano na gáspea e capicua nos talões e calcanheira. A constatação de ‘modelos’ simplificados enquanto opção formal encontrou-se também com a chamada de atenção ocorrida na caracterização das tipologias femininas enquanto aquelas onde se reiterou o uso indispensável do material, não sendo permitido exceder as dimensões estipuladas de material para cada tipologia. Acrescenta-se ainda que a tipologia ‘sapato rural’ destinada ao género feminino se manifestou perante todas as tipologias definidas em ambas as classificações como a mais simples ao nível formal ou construtivo - feita de atinado não possuiu forro e foi cosida a ponto furtado, apesar de ter mantido a especificidade presente nas demais tipologias no que respeitou à espessura de sola e salto.

O desenho dos quadros revelou que se incidiu de modo mais rígido e esclarecedor na regulação aos materiais passíveis de integrar os programas enquadrados nas duas classificações. Essa constatação pode ser analisada perante outros aspetos elucidativos encontrados no documento acerca daquilo que não foi permitido ser aplicado no calçado, tendo sido nesse âmbito formalizada a proibição de aplicação de ‘cascas de árvore’ ou ‘papelão’, ‘bovino caseiro’, os ‘revirões cobertos a cabedal’ e, mais tarde os ‘curtidos de bovinos’⁷¹⁰ evidenciando-se nesses casos a manutenção da qualidade do calçado produzido (Portaria n.º 10308/43, de 5 de janeiro, p. 7-8).

À regulação dos programas de tipologias de calçado acrescentaram-se especificações técnicas complementares aos programas como as medidas – os ‘pés quadrados’, necessários para material de forro e para material de corte e o peso em quilogramas das solas (Portaria n.º 10308/43, de 5 de janeiro, p. 8), assim como o processo seguinte à produção, o escoamento do produto.

As vendas do calçado e o regulamento para os lojistas foram normalizados no documento em estudo o qual dá nota de uma tabela de preços máximos que os artefactos de ambas as classificações poderiam ter, à ‘porta da fábrica’ e na ‘venda ao público’, assim como a quantidade de calçado de cada classificação deveria existir nos estabelecimentos. A atividade profissional do lojista contemplava além da venda direta ao consumidor do calçado regulado – ‘corrente’ e ‘utilitário’, o lojista poderia ainda vender ‘calçado de luxo’⁷¹¹ ou realizar encomendas por medida com curtidos de maior qualidade, designadamente em ‘calçado corrente’ e com um aumento do preço de 10% (Portaria n.º 10308/43, de 5 de janeiro, p. 9).

Os quadros seguintes apresentam a recolha de dados perante os seguintes parâmetros de análise das tipologias definidas para calçado ‘utilitário’ e ‘corrente’: ao nível do programa sob o ponto de vista da forma e do modelo, sob o ponto de vista dos materiais e das suas cores, do género a que se destinou; e ao nível da tecnologia no que respeitou ao domínio da técnica da costura, mas também à sua implicação formal e visual com os programas, bem como acerca dos modos de fabrico de calçado – os sistemas e técnicas de montagem.

⁷¹⁰ A proibição dos ‘curtidos de bovino’ em revirões foi acrescentada mais tarde pela portaria n.º 10908/45, de 27 de março, p. 207.

⁷¹¹ Quanto ao ‘calçado de luxo’ foi designado sem especificação tipológica ou de outras particularidades. Subentendeu-se tratar-se das mesmas tipologias do calçado corrente, até 20% mais caras que os preços praticados nas restantes tipologias. Os estabelecimentos que vendiam esse calçado precisavam de licença oficial para o vender e ter a correspondência de 50% de ‘calçado corrente’ para venda (Portaria n.º 10308/43, de 5 de janeiro, p. 9). Como informação complementar valerá mencionar que se proibiu às fábricas a venda direta ao público, exigindo assim que a aquisição do calçado fosse através de estabelecimentos licenciados para o efeito. Na aquisição dos artefactos caberia ao lojista a responsabilidade da sua embalagem (p. 9).

Tipologia	Programa: formal - modelos	Programa: materiais	Programa: cromatismo	Programa: gênero	Programa Tecnologia: costura	Tecnologia: Modo fabrico
Sapatos	Modelos: lisos; biqueira, gáspea e talão (borzeguim à francesa); Forro: talões, calcanheira ou palmilha e gáspea. Liberdade nas 'fôrmas'.	Corte: vacas calfes; cabras. Forro: em capicua nos talões e calcanheira ou palmilha, em pano na gáspea. Enfranche: madeira.	Cores habituais; preto.	Homem; rapaz.	Cravados de juntado ou costura.	Palmitados e ponteados; salto encostado; Salto de borracha ou de sola não inferior a 3 milímetros; vira não superior a 3 milímetros.
Botas	Modelos: borzeguim ou in-teiros; com fole; à francesa, com ou sem biqueira.	Corte: atanado. Forro: pano ou sem forro. Enfranche: madeira.	—	Homem; rapaz.	—	Palmitadas e ponteadas; salto encostado; meia entresola de espessura não inferior a 4 milímetros; vira não superior a 3 milímetros.
Botins	Modelos: Mocidade Portuguesa	Corte: atanado. Forro: capicua.	—	Homem; rapaz.	—	Palmitadas e ponteadas; salto encostado; meia entresola de espessura não inferior a 4 milímetros; vira não superior a 3 milímetros.
Sapatos	Modelos: lisos (cujo gasto não exceda a pelaria). Com salto de madeira (à francesa) forrado a capicua e solaria do modelo Luís XV. Forro: talões, calcanheira ou palmilha e gáspea.	Corte: vacas calfes; cabras. Forro: em capicua nos talões e calcanheira ou palmilha, em pano na gáspea; Salto: pele e madeira.	Cores habituais; preto.	Senhora; menina.	—	Palmita, vira e sola; espessura da vira não superior a 3 milímetros; espessura da sola não inferior a 2 milímetros; salto de sola ou madeira até altura de 3 centímetros, sendo 2 centímetros para menina.
Sapato Rural	Sem forro.	Atanado.	—	Senhora.	Cosido a ponto furtado	Sola de espessura mínima de 4 milímetros; salto de sola não superior a 3 centímetros, sendo 2 centímetros para menina.
Sapatos	Modelos: lisos ou quaisquer outros; com liberdade de 'fôrmas'.	Aproveitamento de pelaria de calçado de homem, menino, senhora e menina; cabras; vacas-calfe; calfes; vernizes. Sola: coiro. Forro: capicua.	—	Criança 17/33.	Ponto passado.	Palmitado e ponteado; palmilha pregada à semilha ou no sistema praktik. sola com capa até ao n.º 27, podendo ter duas, do n.º 28 ao 33.

Quadro 36 Programas de tipologias de calçado utilitário definidos na Portaria n.º 10308/43, de 5 de janeiro.
Fonte: Aurora Brochado.

As regulações veiculadas nesse documento foram revogadas ainda no final da década, em 1947, pela Portaria n.º 12005/47, de 29 de agosto), que lhe deu continuidade e alterou pressupostos acerca nos programas, destacando-se a criação de três tipos de calçado de cabedal, ou outras disposições relativas ao seu fabrico, venda, verificação da qualidade e a classificação dos estabelecimentos de venda.

Foram mantidos na generalidade alguns aspetos⁷¹², no entanto, com aperfeiçoamentos, tais como:

⁷¹² Foi ao nível da matéria dos licenciamentos que se verificou o mesmo sentido do documento revogado, mantendo-se assim a obrigatoriedade de inscrição na JNPP para as fábricas e as oficinas de calçado de cabedal que operavam de modo mecânico ou manual, com mais de seis operários em regime de salariado ou de tarefa (Portaria n.º 12005/47, de 29 de agosto, p. 833).

Tipologia	Programa: formal - modelos	Programa: materiais	Programa: cromatismo	Programa: género	Programa Tecnologia: costura	Tecnologia: Modo fabrico
Sapatos	Modelos: lisos ou com sobrepostos (cujo gasto não exceda a pelaria). Forro: talões, calcanheira, palmilha e gáspea.	Corte: Pelicas; calfes; vernizes; gravados das primeiras escolhas. Forro: em capicua nos talões e calcanheira ou palmilha, em pano na gáspea. Sola: coiro.	Cores habituais; Preto.	Homem; Rapaz.	Ponto passado.	Palmilhados e ponteados; com ou sem salto de borracha; com sola de coiro de espessura não superior a 3 milímetros; vira até 3 milímetros.
Botas	Modelos: borzeguim; à francesa. Forro: talões, calcanheira, palmilha e gáspea.	Corte: calfes; pelicas. Forro: em capicua nos talões e calcanheira ou palmilha, em pano na gáspea. Enfranque: madeira.	—	Homem; Rapaz.	—	Palmilhado e ponteados; sola de espessura superior a 4 milímetros; vira até 3 milímetros
Sapatos	Modelos: lisos cujo gasto não exceda a pelaria). Revirões, mas não cobertos a cabedal. Com salto de madeira (à francesa) é forrado a capicua e solaría do modelo Luís XV. Forro: talões, calcanheira ou palmilha e gáspea.	Corte: Calfes; vernizes; pelicas; camurças; das primeiras escolhas. Forro: em capicua ou cabra nos talões e calcanheira ou palmilha, em pano na gáspea; Salto: pele ou madeira.	Cores habituais; Preto.	Senhora; Menina.	—	Palmilhado e ponteados; espessura da vira superior a 2 milímetros; sola de espessura inferior a 2 milímetros; salto de sola até altura de 3 centímetros, sendo 2 centímetros para menina.
Sapatos	Modelos: lisos ou quaisquer outros; Com liberdade de 'fôrmas'.	Aproveitamento de pelaria de calçado de homem, menino, senhora e menina; calfes; pelicas; camurças; gravados; vernizes. Sola: coiro. Forro: capicua.	—	Criança 17/33.	Ponto passado.	Palmilhado e ponteados; sola com capa até ao n.º 27, podendo ter duas dos n.º 27 ao 33.

Quadro 37 Programas de tipologias de calçado corrente definidos na Portaria n.º 10308/43, de 5 de janeiro.
Fonte: Aurora Brochado.

- a) ao nível dos materiais proibidos na aplicação em calçado de cabedal preservou-se a proibição da inclusão de 'cascas de árvore', 'papelão' ou outros artigos suscetíveis de inferiorizar a qualidade dos artefactos, tendo-se acrescentando, no entanto, nesse parâmetro o aspeto da duração do artefacto como um dos elementos que foi influenciado pela qualidade dos materiais que se aplicavam (Portaria n.º 12005/47, de 29 de agosto, p. 834);
- b) a marcação do calçado, apesar se ter mantido e de ter continuado a destinar-se aos enfranques, foram legislados os princípios orientadores para o processo que antecede a aplicação da marca dos fabricantes de calçado de cabedal - a sua 'adoção' e o seu o 'registo' e submissão a aprovação. Se o documento revogado se remeteu para a "marca do tipo fabricado aprovada pela J. N. P. P.", na portaria promulgada o enunciado

sugestionou a expressão ‘adotar’ para a alusão a uma designação e consequente imagem corporativa (1947, p. 834)⁷¹³. O documento veiculou ainda outro aspeto relevante a propósito do assunto em estudo - a inclusão de etiquetas no calçado que se encontrava tabelado com a indicação do ‘tipo’ e do ‘preço máximo’ de venda ao público.

Foi ao nível da classificação dos programas e da ‘liberdade’ da produção ou venda de outros onde se registaram alterações mais vincadas. Manteve-se assim a classificação de calçado ‘corrente’ e introduziu-se as classificações de calçado ‘popular’ e ‘rural’. Foi promulgada a possibilidade de os fabricantes fabricarem e os lojistas venderem calçado que não obedecesse a essas classificações, ou ainda calçado por medida, ressaltando-se que os preços praticados seriam outros, uma vez que esses artefactos ficariam ao abrigo de legislação aplicada a “mercadorias não tabeladas” e para o caso do calçado por medida, um acréscimo de 10% (1947, p. 833).

O conjunto de tipologias de calçado no quadro do calçado do ‘tipo corrente’ compreendeu as mesmas tipologias definidas no documento que antecedeu a nova classificação tendo-se por um lado mantido os mesmos destinatários no que respeitou ao género e por outro, definido particularidades acerca dos materiais. Foram assim designados ‘sapatos’ para homem, senhora, criança, rapaz e menina e ‘botas’ para homem. Ao nível dos programas, essas tipologias deveriam ser, obrigatoriamente, forradas, podendo ser com capicua ou carneira de primeira escolha para os talões, para a calcanheira e para a palmilha, mantendo-se a possibilidade de aplicação têxtil nas gáspeas (1947, p. 835). Contudo, trata-se nesse caso de uma possibilidade e não num carácter obrigatório, como se havia verificado no documento que a portaria em estudo revogou (1947, p. 833-835):

- a) Quanto aos ‘sapatos’ de senhora foi no quadro do calçado do ‘tipo corrente’ que a altura dos saltos sofreu alterações tendo sido pela primeira vez permitido o fabrico, a venda e o uso de calçado de senhora com um salto de seis centímetros altura de no caso de esse ser feito de madeira, ou quatro centímetros quando se aplicasse sola. No calçado de homem e rapaz o tacão poderia ser de sola ou de borracha e os ‘modelos’ inteiriços com ‘borzeguim’ ou à ‘francesa’. Em qualquer tipologia do conjunto da classificação em análise, os materiais curtidos deveriam ser provenientes da ‘primeira escolha’.
- b) O calçado que se posicionou no ‘tipo rural’ compreendeu ‘sapatos’ para senhora e para rapaz, ‘botas’ e ‘botins’ para homem. Ao nível dos programas o ‘tipo rural’ deveria ser fabricado com atanados e sola de bovinos; os forros da gáspea poderiam ser em têxtil e a palmilha em capicua ou carneira; e as calcanheiras e canos das ‘botas’ e ‘botins’ poderiam não ser

⁷¹³ Manifestou-se curioso o facto de se ter percebido que a documentação consultada até ao momento cronológico da investigação, nomeadamente as publicações periódicas onde encontram os anúncios publicitários de fábricas de calçado portuguesas ou até de componentes ou máquinas, revelou que as marcas são sobretudo de natureza patronímica, ao que é complementado pelo esclarecimento do quadro em que se inscrevem, como ‘fábrica de calçado’, ‘fabricante de calçado’, ‘fabricante de fôrmas’ ou ‘máquinas de costura para calçado’ (fig. 195-196, 205-214).

forradas. Os ‘sapatos’ das senhoras mantiveram a possibilidade do salto até três centímetros de altura, forçosamente feito de sola.

- c) O calçado do ‘tipo popular’ representou as tipologias ‘sapato’ para homem, senhora, criança, rapaz e menina e ‘botas’ para homem, tal como no ‘tipo corrente’. O salto do calçado de senhora seguiu os padrões do ‘tipo rural’, sendo que a distinção ocorreu quanto ao material utilizado no aspeto de as tipologias mencionadas na classificação em evidência poderem ser fabricadas sem forro, sendo necessário uma menor quantidade de material.

Do conjunto de tipologias que integram os ‘tipos corrente, ‘rural’ ou ‘popular’ recaíram outros aspetos relativos aos materiais para qualquer classificação. Foi assim possível o uso de bovinos e definiu-se que os artefactos fabricados com curtidos de crómio nos seus programas, esses deveriam ser provenientes de caprino ou equídeos. Quanto às solas foram dadas as opções do bovino ou de ‘borracha de qualidade’.

No que respeitou aos preços taxados para os tipos mencionados, verificou-se que o calçado mais dispendioso foram as tipologias enquadradas no ‘tipo corrente’⁷¹⁴, seguindo-se o ‘rural’ e o ‘popular’. As ‘botas’ assumiram o preço mais elevado praticado em qualquer classificação e os ‘sapatos’ de homem foram mais caros que os de senhora.

No quadro das disposições obrigatórias aos lojistas, encontrou-se o tema da afixação dos preços, a exposição do calçado e a existência de calçado corrente nos locais de venda.⁷¹⁵ Para a classificação dos seus estabelecimentos designaram-se alterações no âmbito da venda do calçado ‘rural’ e ‘popular’, cabendo aos grêmios concelhios dos comerciantes de sapataria de Lisboa, Porto e de Coimbra esse processo, cada uma correspondendo a uma geografia do território entendida como norte, centro e sul, de modo a assegurar o abastecimento desse calçado ao público, sendo que o ‘corrente’ seria obrigatório estar presente em qualquer local de venda⁷¹⁶.

⁷¹⁴ Para se alcançar uma maior precisão na compreensão dos dados esclarece-se através da apresentação do caso da ‘bota’ de homem e do ‘sapato’ de senhora presentes nesse documento - a) bota: corrente 175\$; rural 137\$; e popular 125\$; b) sapato: corrente 132\$; rural 102\$50; e popular 85\$. No caso do ‘tipo corrente’ e ‘tipo popular’ o mais caro foi a ‘bota’, o ‘sapato’ de homem, o ‘sapato’ de senhora, o de menina, o rapaz e criança, respetivamente; e no calçado ‘tipo rural’ os mais caros foram os ‘botins’, as ‘botas’ e os ‘sapatos’ de senhora. Acrescenta-se que se manteve o acréscimo de 10% no calçado produzido por medida (Portaria n.º 12005/47, de 29 de agosto, p. 834-835).

⁷¹⁵ Sobre este assunto, encontrou-se um documento publicado em 1947 onde apontou que existiam estabelecimentos que não exibiam o calçado tabelado ou o expunham onde não se via, tratando-se ainda de tipologias que contrastavam com a “exuberância e a variedade dos modelos do artigo não tabelado”, não tendo por isso a aceitação por parte do público. Nesse sentido, foi proibida durante trinta dias a exposição de ‘calçado não tabelado’ nas montras e após esse prazo seria obrigatório que 50% de calçado fosse tabelado. Em 1949 voltou a reiterar-se essa ideia com a referência à necessidade de adoção de medidas para o esclarecimento do público sobre o calçado existente e os seus preços nos estabelecimentos. Ver Despacho n.º 239/47, de 14 de outubro e Despacho n.º 73/49, de 8 de abril.

⁷¹⁶ Verificou-se que se insistiu no aspeto da garantia de artefactos da classificação proposta nos estabelecimentos de venda de calçado, na medida em se definiram regras que não beneficiavam os lojistas no caso de não possuírem os artefactos para a venda ao público. Foi assim obrigatória a existência de calçado do tipo ‘corrente’ em qualquer estabelecimento e caso não existisse esse tipo de calçado nos tamanhos que um cliente precisasse, o lojista teria que o vender ao preço do calçado não tabelado. Num local de venda designado para ‘popular’ se a mesma situação ocorresse o cliente compraria o calçado ‘corrente’ ao preço do ‘popular’. Ver Portaria n.º 12005/47, de 29 de agosto, p. 834-835.

Foi a Junta a quem caberia a fiscalização da qualidade dos materiais dos artefactos para venda⁷¹⁷.



Fig. 227 Pneu utilizado atualmente para o desenvolvimento de solas. Fonte: CDAB.



Fig. 228 Solas de pneu atuais, utilizadas para calçado de segurança. Fonte: CDAB.

Tendo em conta a evolução da mecanização, o aumento dos volumes de produção e a utilização de materiais de qualidade superior na fabricação do calçado, em 1957 foi necessário revogar a Portaria n.º 12005/47, de 29 de agosto. O documento que a substituiu, a Portaria n.º 16274/57, de 1 de maio, revelou alterações profundas comparativamente à matéria que revogou traduzindo aspetos fulcrais sobretudo ao entendimento dos programas numa possível perspetiva da história do design de calçado, ou pistas para o conhecimento das ‘fases’ pelas quais a indústria do calçado percorreu. Os recuos na história e o cruzamento entre a informação contribuíram para esclarecimentos adicionais na investigação. Da análise ao documento constatou-se que as mudanças ocorridas no panorama da indústria do calçado, entre ambas as portarias foram acentuadas pelo facto de se ter cessado a obrigatoriedade do fabrico dos programas tabelados, mediante a justificação de esse não ter já procura por parte do público, uma vez que a indústria àquele momento “produzia artigos de preço mais baixo e de superior qualidade” (Portaria n.º 16274/57, de 1 de maio, p. 484).

De facto, apesar de se ter percebido que além dos programas definidos pelo Estado em 1947, portanto tabelados, os fabricantes poderiam produzir outro calçado que não constasse nesse quadro legal, também foi possível perceber, quer pela legislação⁷¹⁸ publicada para a obrigatoriedade da presença desse calçado nos estabelecimentos de venda, quer pelo facto de em 1957 se considerar que o calçado não tabelado superava as vendas, os programas que o Estado tentou impor deixaram aos poucos de ser fabricados, levando mesmo a questionar se terão mesmo surtido algum efeito. Foi assim regulada na sua generalidade a liberdade dos fabricantes quanto ao desenvolvimento dos programas, como o Estado se afastou da fixação dos preços⁷¹⁹.

O documento em estudo foi desenhado perante o alinhamento daqueles que o antecederam e principiou com os esclarecimentos sobre o licenciamento da estrutura industrial - passando assim a partir desse momento a ser obrigatória a inscrição de todas as “empresas singulares ou coletivas” de calçado que utilizassem curtumes nos programas tipológicos de calçado (Portaria n.º 16274/57, de 1 de maio, p. 483). As exceções continuaram a existir e destinaram-se às oficinas de trabalho familiar ou caseiro autónomas, já não se colocando o requisito do número mínimo de operá-

⁷¹⁷ Valerá mencionar que no seguimento desses documentos foram acrescentados aditamentos ao nível dos aspetos relacionados com os materiais, designadamente, o uso do ‘cuerson’ em qualquer tipologia de calçado (Portaria n.º 12008/47, de 30 de agosto) e ‘pneus usados’ em solas e em saltos para calçado ‘grosseiro’ (Decreto n.º 36591/47, de 19 de novembro). O uso dos pneus usados em solas de calçado foi mencionado em 1947 e traduziu a introdução da taxa a esse material comumente usado no calçado, não só importado das colónias ou do estrangeiro, mas também existente na ‘metrópole’ (Decreto n.º 36591/47, de 19 de novembro).

⁷¹⁸ Ver Despacho n.º 239/47, de 14 de outubro e Despacho n.º 73/49, de 8 de abril.

⁷¹⁹ Nesse âmbito regulou-se apenas que no caso de calçado por medida poderiam cobrar-se nos estabelecimentos de venda 15% dos preços habitualmente praticados (Portaria n.º 16274/57, de 1 de maio, p. 484).

rios para acontecer o licenciamento. A designação de 'fábrica' ou 'oficina' fora substituída por 'empresa' e o discurso difundido no regulamento em análise contemplou os conceitos introduzidos em 1952, onde para efeito do 'condicionamento industrial' passou a caracterizar-se dois tipos de indústria em Portugal, da qual o calçado foi um dos representantes que melhor traduziu esses conceitos: a indústria concentrada e a pequena indústria, também designada de indústria familiar encontrada definida no decreto n.º 38783/52, de 16 de junho, p. 647-648)⁷²⁰.



Fig. 229 Distribuição de calçado e vestuário na Cantina do Bem, 1932. Álbum de Joaquim Agostinho. Fonte: ANTT.



Fig. 230 Crianças contempladas com vestuário e calçado pelo conselho nacional das mulheres portuguesas, 1938. Fonte: ANTT.

⁷²⁰ O 'trabalho caseiro familiar e autónomo' foi definido como sendo realizado na residência ou em dependências anexas por parentes que vivessem em conjunto e exercessem a profissão por conta do chefe de família ou cônjuge (Decreto 38783/52, de 16 de junho). Apesar do regulamento desse sistema de trabalho não ter obedecido aos mesmos parâmetros que o 'sistema de fábrica' foram regulados com vista ao seu desenvolvimento, ficando obrigados ao cumprimento dos preceitos da qualidade dos artefactos aquando da sua aquisição ou momento de venda, de acordo com as normas inerentes dos materiais utilizados. Ver Portaria n.º 16274/57, de 1 de maio.

Foram reguladas as vendas do calçado, perante as quais se percebeu o incentivo à indústria caseira, mas também à profusão do conceito de qualidade no calçado português. Independentemente da estrutura de produção que correspondiam, os fabricantes ficariam obrigados a evitar o comércio de artefactos ‘defeituosos’ ou ‘descuidados’, assim como a fabricação de calçado de baixa qualidade para venda no período de saldos do calçado, deixando evidenciar que existiria essa prática, mas também que os artefactos que dela resultavam comprometiam o restante calçado português.⁷²¹ Com vista ao favorecimento das oficinas de trabalho caseiro e familiar autónomo regulou-se a permissão da venda do calçado que produziam em estabelecimentos comerciais, em feiras e em mercados regionais, tornando assim mais abrangentes os locais e ocasiões de venda, podendo diante disso aumentar as suas produções.⁷²²

Como mencionado, enunciaram-se elementos ao longo do documento que deixaram constatar um sentido e um estímulo à prática da qualidade na produção dos artefactos, justificados perante as consternações dos consumidores. As medidas regulamentadas no documento passaram pela proibição da venda de artefactos de baixa qualidade, comprometidos pelo uso de determinados materiais ou da sua quantidade excessiva. Assim, apesar de não se definirem programas formais, tentou-se a continuidade da normalização da linguagem do calçado ao nível de características físicas dos materiais e da sua influência nos processos técnicos de construção. O calçado pretendia-se com solidez e durabilidade e foi nesse sentido que se proibiu ou permitiu o uso de materiais para aplicação no corte exterior ou no forro e nas técnicas de montagem de tipologias de calçado. Em vista disso, defiram-se regras centradas em tipologias específicas e no calçado em geral, como se verificou nos casos do calçado ‘caseiro’, de ‘quarto’ ou de ‘criança até ao número 32’ sendo os únicos passíveis de produzidos no corte com curtidos de ovinos, assim como certos elementos que integravam as tipologias os poderiam receber, como em ‘forros’, ‘vivos’ ou ‘enchimentos’; na proibição de ‘sola’ ou *croute* sem a resistência adequada ao fim que tipologia se destina; e de enchimentos de cartão ou cascas de árvore no processo de montagem (Portaria n.º 16274/57, de 1 de maio, p. 484). No caso dos enchimentos, a ‘cortiça’ laminada ou em aglomerados, ‘fio’, ‘arame’ ou ‘prego’ foram permitidos desde que em quantidade ou qualidade adequados (p. 484)⁷²³.

⁷²¹ No documento foi estabelecido o período de saldos para o calçado. Calendarizou-se entre 15 de janeiro ao último dia de fevereiro e durante o mês de setembro e foi permitido apenas aos estabelecimentos comerciais (Portaria n.º 16274/57, de 1 de maio, p. 484).

⁷²² No espectro da atividade de produção de calçado dessas oficinas enquadraram-se também aquelas que se dedicavam aos consertos de calçado e que igualmente foram regulamentadas, tendo-se verificado que essa medida ocorreu através da fixação dos preços máximos a praticar na manutenção de calçado de homem e de senhora. A saber, meias solas e capas de salto, sendo que no calçado de homem os consertos são mais caros (Despacho n.º 212/47, de 12 de setembro).

⁷²³ Valerá mencionar que o Estado regulou não só os materiais a aplicar em tipologias para o consumo interno, mas também para as exportações. As implicações relacionaram-se com os processos de montagem. Foi assim proibida a exportação com ‘vira cravada a semilha’, sendo que a alternativa seria a cola ou a costura (Portaria n.º 16274/57, de 1 de maio, p. 484). Essa regulação ocorreu, posteriormente, tendo-se encontrado dois documentos que manifestaram a possibilidade de importação de materiais para aplicar em calçado a exportar. Foi assim possível importar ‘folhas de borracha microcelular’ (Portaria n.º 20982/64, de 17 de dezembro) e ‘folhas de borracha crepe’ (Portaria n.º 21954/66, de 15 de abril) para produzir solas e

No mesmo seguimento, o princípio da década de 70 ficaria marcado por nova regulação das pautas aduaneiras, sendo alteradas as avaliações da matéria prima do calçado. Como mencionado anteriormente, as exportações de calçado a vigorar a partir do final da década de 60 passariam a ser entendidas com a necessidade de se intensificarem devido à crescente aceitação de encomendas, levando o Estado a liberalizar as taxas da importação de peles curtidas e da borracha crepe e reduzir os direitos aduaneiros que incidem sobre alguns outros componentes de calçado (Decreto-Lei n.º 260/73, 25 de maio de 1973), fornecendo assim um incentivo à produção e conseqüentemente, ao consumo. Da regulação dos materiais de calçado foi possível perceber os materiais alvo de normalização aduaneira, tradutores da matéria prima que entrava em Portugal para a produção do calçado, sendo relacionados com materiais provenientes sobretudo de outras indústrias que não estavam desenvolvidas àquele momento no país e se refletiram igualmente nos artefactos desejados através da sua importação: folhas ou tiras de borracha vulcanizada, tecidos de malha elástica, sem borracha, de fibras têxteis sintéticas ou artificiais, contínuas, impregnados, revestidos ou cobertos de derivados da celulose ou de outras matérias plásticas artificiais (Decreto-Lei n.º 260/73, 25 de maio, p. 881-883).⁷²⁴

Além da normalização tecida aos programas, quanto às tipologias, materiais ou sistema de fabrico, como se pode verificar ao longo da narrativa tecida, pode considerar-se que se regulou também, no sentido convencional, a identidade portuguesa do/no calçado. Restará, em vista dessa constatação, tecer algumas considerações acerca de um aspeto que de facto marcou os discursos da uniformização dos programas de calçado durante o Estado Novo. Tratou-se da obrigatoriedade da marcação do calçado e que aconteceu em vários sentidos e meios: no calçado em si, através da presença da marca do fabricante em local designado de acordo com material que a recebia e através da identificação dos materiais nos vários elementos constituintes das tipologias; e também com o contexto administrativo que enquadrava os artefactos – os registos escritos em suporte papel.

Esse aspeto que tem vindo a acompanhar a história dos artefactos até à atualidade foi institucionalizado a partir de 1943 quando a “marca” do fabricante passou a ser obrigatória no artefacto, verificando-se que temática da ‘garantia’ e ‘certificação’ da qualidade, bem como a denominação de origem dada através da marcação do calçado foi de particular relevância nos esforços do Estado por essa demanda,

tacões a incorporar em calçado destinado a exportação). Acresce que esses documentos regularam também os direitos para a conservação dos desperdícios por parte dos fabricantes, obrigando a sua aplicação noutra calçado de modo a que o material tivesse o maior aproveitamento possível.

⁷²⁴ Na investigação efetuada percebeu-se que em Portugal existiram na indústria da transformação da borracha cinco fábricas que se dedicaram à produção de calçado e suas componentes nessa matéria prima, designadamente solas de borracha como a Fábrica de Borracha Luso-Belga, a partir de 1943; a Alpergateira do Norte, Lda, fundada em 1928 e localizada no Porto (designada a partir de 1954, Fábrica Portuense de Borracha, Lda. – Fapobol); A. Henriques & Cª Lda., em S. João da Madeira, fundada em 1929; Repenicado & Bengala, Lda. e Companhia Portuguesa de Alpergatas, Lda., localizadas em Lisboa e fundadas em 1930, foram das primeiras empresas portuguesas a produzir calçado em borracha e lona.

fornecendo para tal as indicações para a sua aplicação mediante os materiais dominantes das tipologias ou condição de venda. Encontraram-se, além do documento que veiculou essa marcação, um conjunto de três documentos que traduziram a evolução desse primeiro quadro regulador, publicado em 1947, 1957 e 1966, manifestando-se progressivamente com especificidades nessa matéria⁷²⁵. Foi nesse âmbito que se definiu que o calçado de couro receberia a punção com a marca nos enfranques; no calçado de borracha a marcação poderia ser na face interna dos enfranques ou nos talões e deveria ser feita a “carimbo de tinta”; e o calçado para exportação deveria ter obrigatoriamente a “aposição da palavra Portugal” caso a marca não aludisse ao país de origem (1957, p. 484), percebendo-se assim a profusão de marcas, a diferenciação, identificação, garantia e certificação dos artefactos. Além da presença da marca do fabricante nas tipologias, o calçado poderia ainda ser diferenciado aquando a utilização de certos materiais nos seus programas, como se verificou com o calçado ‘ligeiro’ e de ‘praia’, no qual foi permitido o uso da ‘pele de carneiro’, sendo que para tal deveria ser colocado no rasto da sola um carimbo legível com essa designação (Portaria n.º 16274/57 de 1 de maio, p. 484). Juntamente a essas ‘marcações’ irreversíveis nos artefactos que lhe conferiam de certo modo autenticidade, foi também obrigatório a colocação de selo numerado, fornecido pela entidade competente (1957, p. 484), deixando evidenciar que existia ou pelo menos tentava-se que existisse um controlo rigoroso dos artefactos que chegavam ao público, com vista a ser garantida a supervisão da sua qualidade, mas também um modo de o Estado controlar os volumes de produção e o cumprimento da regulação associada.

A regulação do calçado de couro produzido em Portugal passaria na década de 60 a traduzir elementos mais complexos na sua identificação, fundamentada na defesa do consumidor perante o uso de materiais que se assemelhavam ao couro, ou seja, da aplicação de sintéticos que se assumiam como couro. O decreto n.º 47348/66, de 26 de novembro, veio nesse sentido promulgar a obrigatoriedade da inclusão de elementos que esclarecessem o público acerca dos materiais que foram utilizados nas diversas partes constituintes do calçado, deixando evidenciar várias possibilidades de combinação entre o couro e outros materiais nos artefactos.

Desenhou-se um quadro com essa informação onde se distribuiu o material predominante nos programas, ao nível do corte, forro e sola, bem como a sua correspondência à designação da classificação e respetivo local ou meio para efetuar a punção. Foi possível perceber o tipo de combinações entre o couro, sintéticos e com a borracha nos programas dos artefactos, bem como entender a consideração dada ao couro através da necessidade da sua ‘marcação em tipo e local visível’ (1966, p. 2093) sempre que a sua aplicação integrava os programas.

⁷²⁵ São eles: Portaria n.º 10308/43, de 5 de janeiro; Portaria n.º 12005/47, de 29 de agosto; Portaria n.º 16274/57, de 1 de maio; Decreto n.º 47348/66, de 26 de novembro.

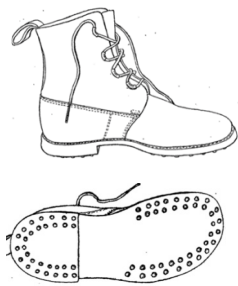


Fig. 231 Botas para engenharia, artilharia em campanha, saúde, secretariado e primeiro sargento do exército. Fonte: Decreto n.º 6373/20, de 27 de janeiro.

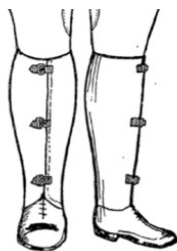


Fig. 232 Botas e polainas dos Guardas Prisionais, de cabedal preto. Fonte: Decreto n.º 29929/39, 14 de setembro.

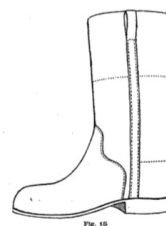


Fig. 233 Bota da Polícia de Segurança Pública. Fonte: Decreto n.º 31930/42, de 19 de março.

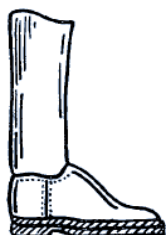


Fig. 234 Botas para uniforme de trabalho para guardas prisionais, podendo ser utilizadas em contexto rural ou similar. Fonte: Decreto n.º 36983/48, de 22 de julho.



Fig. 235 Sapato de calf preto ou polimento, preto, com biqueira, do comissário chefe da Polícia de Segurança Pública; Sapato do género feminino. Fonte: Decreto n.º 41798/58, de 8 de agosto.

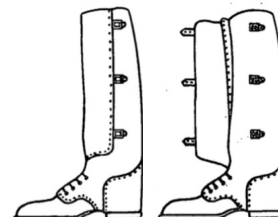


Fig. 236 Botas dos motociclistas da Armada, de atinado preto com fole de cabedal interior da mesma cor. Fonte: Portaria n.º 16825/58, de 12 de agosto.



Fig. 237 Botas dos motociclistas da Guarda Nacional Republicana, de pele de vitela preta abertas na frente. Fonte: Portaria n.º 16824/58, de 18 de setembro.



Fig. 238 Botins para oficiais, sargentos e praças de cavalaria, de pele de vitela preta; para serviço rural são de pele de atinado (bezerro) preto. Fonte: Portaria n.º 16824/58, de 18 de setembro.



Fig. 239 Botas para o Pessoal Florestal. Fonte: Decreto n.º 42683/59, de 25 de novembro.



Fig. 240 Sapato abotinados do género feminino de pele preta, dos serviços prisionais. Fonte: Portaria n.º 18219/61, de 18 de janeiro.

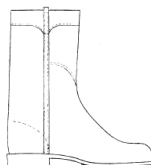


Fig. 241 Bota dos Guarda Rios, de cabedal ou vitela. Fonte: Decreto 49303/69, de 14 de outubro.



Fig. 242 Bota de borracha dos auxiliares de tráfego e movimento do aeroporto de Lisboa. Fonte: Portaria n.º 35/71, de 22 de janeiro.

Verificou-se que a marcação efetuada seria de acordo com os materiais associados aos elementos do calçado, a saber, a gáspea (no caso entendida como o corte exterior, ou seja, da biqueira até ao calcanhar), o corte interior (o forro) e a sola e que as punções deveriam ser gravadas no rasto da sola, podendo as seguintes designações: ‘calçado de couro’ para o calçado feito inteiramente desse material, ‘sola de couro’ para os artefactos feitos com outro material que não o couro na gáspea e no forro, e ‘sola e gáspea de couro’ quando o forro fosse de outro material que não couro; a designação ‘gáspea de couro’ em calçado com outros materiais no forro e na sola poderia igualmente ser marcada através de gravação, mas também através de carimbo a tinta de óleo, eventualmente mais adequado à borracha; e por fim, a designação ‘forros de couro’, obrigatória a acompanhar todas as designações mencionadas, com a exceção no ‘calçado de couro’ uma vez que já pressuponha o uso desse material, podendo ser feita a marcação através de grifagem ou de carimbo a tinta de óleo no próprio forro.



Fig. 243 Fotografia da oficina de fabrico de calçado da Escola de Artes e Ofícios da Beira, 1942. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

A par da importância dada a esse aspeto da marcação da presença dos curtumes nos programas de calçado, restará mencionar que o processo de normalização dos programas dos artefactos encerrou com a formalização através de um registo na fatura que acompanhava os artefactos que indicasse o tipo de fabrico aplicado - “palmilhado a fio mecânico”, “palmilhado a fio manual”, “grampeado”, “semilhado”, “pratic” e “colado” (1957, p. 484), com vista a informar o lojista e esse esclarecesse o consumidor, tendo traduzido um complemento ao artefacto, valorizando-o e creditando-o através da componente técnica.

Designação do calçado	Programa - material gáspeas (corte)	Programa - material forros	Programa - material solas	Punção
Calçado de couro	Couro.	Couro.	Couro.	Gravação na sola.
Sola de couro	Outro.	Outro.	Couro.	Gravação na sola.
Sola e gáspeas de couro	Couro.	Outro.	Couro.	Gravação na sola.
Gáspeas de couro	Couro.	Outro.	Outro.	Gravação na sola ou de carimbo a tinta de óleo, conforme a natureza do artigo o aconselhe.
Forros de couro	Outro.	Couro.	Outro.	Grifagem ou carimbo a tinta de óleo, no próprio forro.

Quadro 38 Marcação da presença de curtumes nos programas de calçado e respetivas classificações (Decreto n.º 47348/66, de 26 de novembro, p. 2093). Fonte: Aurora Brochado.

3.2.2 POR VIA DE PUBLICAÇÕES

O complemento da linguagem e uniformização definida pelo Estado Novo nos programas de calçado verificado no conjunto de legislação promulgada dirigida aos fabricantes e vendedores, com consequências diretas no consumo, fosse interno ou fosse para exportar, foi ancorado noutros aspetos, os quais se traduziram na profusão de publicações com vista a alcançar o consumidor final e os agentes do calçado. Essas publicações sem natureza legislativa, a seu modo, poderão ter sido um reflexo nos e dos discursos ideológicos difundidos pelo Estado.

Foi nesse conjunto de publicações encontradas sob o estudo do calçado e posicionadas ainda na década de 50, onde se encontraram os primeiros discursos reveladores de uma certa abertura do país aos paradigmas da indústria do calçado estrangeira, dos quais se percebeu que resultaram a médio prazo. Desse modo, trouxeram-se para Portugal aspetos fundamentais da inovação e das mentalidades sentidas na indústria do calçado estrangeira e esse contacto com o exterior, ocorrido ao nível da presença em feiras, do contacto com escolas, modelistas, investigadores fabricantes e instituições oficiais estrangeiras foi, progressivamente, ecoando e propagou-se na mentalidade indústria do país. As primeiras tentativas ocorreram com a publicação do primeiro catálogo de uma coleção de calçado e com um manual para o acabamento do mesmo, difundidos em finais da década de 30. Terá sido, contudo, na década de 50 que se inaugurou um sentido para o calçado que o aproximou do design, através dos esforços levados a cabo por José Manuel Cota Dias e José da Conceição Rodrigues com a publicação da “Revista portuguesa de calçado”, em 1956, manifestando assim o princípio de um ponto de viragem na história do design de calçado em Portugal. Dos princípios que apresentaram seguiram na mesma linha outros marcos que viriam a contribuir para a materialização das perspetivas expostas, como a realização do II Congresso da Indústria Portuguesa, em 1957, onde se mostrou apoiar e difundir as ideias apresentadas pela revista; a integração de Portugal no Modeurop⁷²⁶, em 1960 onde se estabeleciam as cores dos materiais para o calçado da época seguinte, tornando assim acessível a moda no que respeitou aos materiais; ou a adoção da normalização das ‘fôrmas’, em 1961 pela indústria correspondente trazendo a anatomia para o desenvolvimento do calçado. Esses esforços efetuados por vários agentes contribuíram para o incremento de métodos e processos de trabalho, os quais apesar de se terem sentido na década de 70 e seguintes, permitiram a base da construção de uma nova mentalidade. Um aspeto igualmente relevante foi a consolidação do

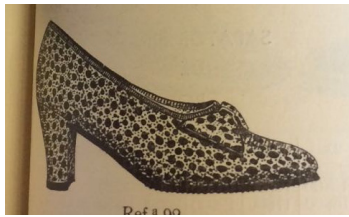
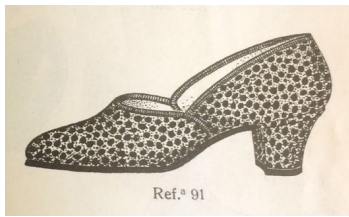
⁷²⁶ Na década de 60 chegaram a Portugal informações sobre as cores da moda definidas para os materiais de calçado. Foi através da criação do Instituto de coordenação de moda e do couro, na Suíça em 1960, o qual Portugal tinha um representante nos congressos que decorriam periodicamente duas vezes por ano, onde com base na análise das tendências de moda internacionais para cada época se passou a definir as cores para a indústria dos curtumes. O modelo de atuação do comité passaria pelo envio de amostras das tendências dos materiais para todos os fabricantes do couro. Foi em 1965 que se tentou em Portugal implementar essa prática, da qual não foi, no entanto, possível apurar se terá sido posta em prática. Ver Boletim do Grémio dos Industriais de Calçado, 1965, p. 19.

estatuto do ‘modelista’ que completou o sentido ideológico difundido pela *Revista portuguesa de calçado* (1956-1957), tendo sido o último tema a ser efetivamente validado através da divulgação detalhada da normalização da sua atividade, dando-se assim início a um novo ciclo no ‘calçado’ português. O calçado, esse artefacto complexo e enquadrado numa estrutura tão complexa quanto ele próprio foi difundido a partir de um entendimento baseado no ponto de vista de um potencial de ampliação de perspectivas sociológicas e (re)estabelecimento de uma disciplina. Essa herança proveniente do contexto Estado Novo manifesta-se ainda, na atualidade, com um forte sentido.

Verificou-se assim a presença de publicações com conteúdos assentes em perspectivas inovadoras e distintas entre si temáticas distintas sobre o ‘calçado’ que deixaram subentender outros padrões nos artefactos e mudanças de comportamentos e mentalidades dos produtores em geral. Foram interpretadas no presente estudo seguindo uma orientação inscrita nos seguintes quadros operativos: a) programas; b) programas e tecnologias; c) programas, tecnologias e autores. Por razões de conveniência da investigação cada temática poderá ter recebido contributos provenientes de várias publicações, assim como tendo em conta que se encontrou o cruzamento de temáticas e, por conseguinte, enquadramentos distintos de algumas publicações, tornou-se necessária a repetição dos temas. Assim, foram analisadas 1. no quadro dos programas, o catálogo de calçado da época de inverno para 1940 da fábrica da borracha Luso-Belga publicado em 1939, intitulado “1640 – 1940”; 2. no quadro do estudo de programas e tecnologias analisou-se a publicação “Gomas e graxas, colas e betumes, cimentos, mastiques, lustrinhas, cremes e pomadas para calçado”, de Marcel Verdum, em 1938 e um artigo intitulado “O que é a normalização”, de Paul Dohmen, publicado pelo “Grémio dos industriais de calçado”, em 1965; e por fim, 3. no enquadramento da temática dos programas, tecnologias e autores foram estudados os dois números publicados da “Revista portuguesa de calçado”, em 1956 e 1957, respetivamente, dirigida por José Manuel Cota Dias e editada por José da Conceição Rodrigues e o “Manual de modelação de calçado” de António Ribeiro, publicado em 1972.

3.2.2.1 PROGRAMAS

O documento com maior longevidade encontrado e único no seu género - o catálogo da fábrica Luso-Belga – apresentou uma coleção de calçado e respetiva identificação da marca de calçado. Posicionou-se nos primeiros anos da vigência do Estado Novo, sendo que o título, imagem ilustrativa para o mesmo e logótipo nos rastos das solas, foram deveras sugestivos e enquadrados, ideologicamente, com o sentido nacionalista do Estado.



Figs. 244-246 Conjunto de sapatos de senhora em “Semili serpente”. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.



Fig. 247 Sapato de senhora de borracha forrados. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.

A primeira coleção de calçado foi publicada pela fábrica de calçado luso – belga designada *Lusbel*⁷²⁷, uma fábrica de borracha com setor de calçado, situada em Lisboa, com o objetivo de apresentar a coleção para o inverno de 1939 (fig. 244-256). Foi intitulada 1640 – 1940 e evidenciou ter uma forte ligação com a *Exposição do Mundo Português*⁷²⁸, remetendo para o desenvolvimento de uma coleção com aspetos que se ligaram às ideias difundidas pelo Estado. Além do teor nacionalista de recuperação da identidade nacional na primeira data que integrou o título e de consolidação de um poder político na última, a adoção dessa nomenclatura revelou o acompanhamento e resposta positiva da indústria perante o sentido que o Estado pretendeu, tendo sido acompanhada com uma gravura que ilustrou o Mosteiro dos Jerónimos. Esse aspeto, reiterou a ligação encontrada com a *Exposição*, uma vez que foi nas proximidades do mosteiro que a exposição ocorreria, bem como se apresentou um logótipo marcado no rasto das tipologias com a cruz da ordem de cristo e o enquadramento da sigla do nome da fábrica - FBLB. O catálogo apresentou na página de rosto o título e a gravura a cores ilustrativos da coleção, seguindo-se a apresentação da empresa com vista a se apresentarem as tipologias de calçado. Principia com tipologias feitas em tecido para o género feminino e segue-se o resto da coleção de calçado de borracha destinado a funções específicas, tipologias calçado de borracha forrado, calçado de borracha moldado, calçado em *semile* serpente, tacões, rastos e solas, outros produtos fabricados na empresa. Por fim, o resumo dos setores de atuação da Lusbel e uma ilustração em aguarela a cores representativa das instalações. O desenho do catálogo ocorreu ao longo de dezassete páginas, sendo que em todas se verificou a inscrição “Calçado Lusbel”. Nas páginas onde se apresentam as tipologias, acompanham os desenhos a preto uma referência numérica para cada uma, a designação do material, os tamanhos fabricados, o preço, a designação da tipologia e em certos casos outras informações adicionais, como a escolha do material, o tipo de solado ou a tradução da designação da tipologia para a língua inglesa:

- a) O conjunto total de tipologias que integraram a coleção de calçado correspondeu a trinta e um artefactos distintos, dos quais sete poderiam ser alterados ao nível do material e solado;
- b) Dos componentes para calçado foram apresentadas uma sola, um rasto e dois tacões os quais foram marcados com o logótipo da cruz da Ordem de Cristo, sendo designado como ‘corrente’ ou ‘qualidade extra’;
- c) Do conjunto de tipologias destinadas a senhora encontraram-se quinze ‘sapatos’, dos quais três poderiam ser destinados a criança e um também

⁷²⁷ Foi fundada em 1895 como “Companhia da Borracha” e em 1905 passou a designar-se “Victor C. Cordier, Lda.” com a marca Fábrica Nacional de Borracha. Em 1939 a empresa sob a designação de “Fábrica de Borracha Luso-Belga, de Victor C. Cordier, Lda.”, fabricava calçado em borracha, com a marca “Lusbel”. A empresa laborou até 1974, tendo encerrado em 1975.

⁷²⁸ A *Exposição do Mundo Português* foi organizada durante o Estado Novo e ocorreu em 1940 na zona circundante do Mosteiro dos Jerónimos de grande teor propagandístico que lançou as comemorações do duplo centenário da nacionalidade (1140-1640). António Ferro sintetizaria a esse propósito: «1140 [...] explica 1640, como 1640 prepara 1940» (Portugal, HEMEROTECA, 2016).



Fig. 248 Bota alta e bota de neve de senhora envernizadas. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.

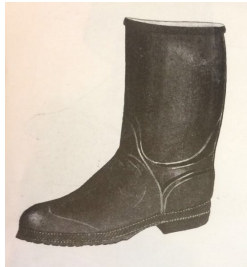


Fig. 249-251 Bota para camponês, bota tipo militar e bota alta para pescador meia coxa. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.



Fig. 252 Solas para calçado. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.

destinado a homem; cinco botas com tacão, das quais três poderiam ser destinadas também a criança ou homem, mediante aplicação de sola rasa para criança; e uma sandália. Nos sapatos, as ‘fôrmas’ são semelhantes nas biqueiras, revelando distinção ao nível da altura, prevalecendo tacão em detrimento de solas rasas, ainda que mantendo um padrão considerado baixo. Na maioria dos artefactos os sistemas de aperto estão presentes e foram funcionais e decorativos, através da aplicação de efeitos esfiapados nas extremidades dos mesmo com aplicação esférica. No caso dos artefactos sem sistema de aperto, são de construção simples com duas peças – gáspea e talão, podendo, por vezes, receber um laço decorativo do mesmo material no topo da gáspea e ao centro. Predominaram materiais lisos em tecido, borracha –forrados, borracha envernizada e borracha branca, cinzento, azul e castanho sendo que as tipologias se enquadraram nas tipologias clássicas de calçado, oportunamente, abordadas em capítulo anterior. As botas designaram-se ‘bota alta’ e ‘bota de neve’ são de ‘fôrma’ larga e evidenciaram cuidado ao nível dos solados com uma vira decorativa, mas também nível decorativo. Apesar de a borracha envernizada não possuir padrões, foram marcadas no molde a sugestão das peças que compreendem as tipologias, sendo visível o relevo que demarcava a gáspea, o cano, a gola e o calcanhar. Foi possível no caso da ‘bota alta’ a sua fabricação com ou sem elevação no tacão. Do conjunto analisado, encontrou-se uma bota alta. A sandália, apenas um exemplar na coleção foi apresentado mediante técnicas distintas das restantes tipologias sendo fabricada, inteiramente, a partir de molde em várias possibilidades cromáticas. Manifestou-se como uma tipologia com um programa formal desenhado a partir de um sapato com elevação constituído por uma gáspea inteira, na qual se efetuaram várias aberturas, no talão do lado exterior, na biqueira e no peito do pé simetricamente, deixando assim pequenas partes do pé a descoberto;

- d) Do conjunto de tipologias para homem encontraram-se cinco sapatos, sendo dois destinados apenas a homem e dois a rapazes, quatro botas, uma galocha e uma chanca em borracha, destinadas a funções particulares, como para a pesca, sendo possível a escolha de dois tamanhos de cano, para camponês e tipo militar e outras funções ligadas ao mar e à agricultura. Nos sapatos distingue-se as ‘fôrmas’ de homem e as de rapaz, sendo as primeiras mais bicudas e as segundas alongadas de modo a respeitar a anatomia do pé. O calçado de homem, por comparação ao de senhora possui mais elementos no corte destacando-se a presença de biqueiras, palas e taloeiras, sendo que no calçado de senhora manifestou-se uma presença sobretudo de gáspeas e talões. Em todos os artefactos destinados ao género masculino os sistemas de aperto estão presentes, sendo no calçado para rapaz que encontrou paralelismo com o calçado para senhora sendo funcionais e decorativos, através da aplicação de efeitos esfiapados nas extremidades dos mesmo com aplicação esférica. Predominaram materiais lisos em tecido, borracha–forrados e borracha envernizada sendo que as tipologias de homem também se enquadraram nas tipologias clássicas de calçado oportunamente abordadas em capítulo anterior.

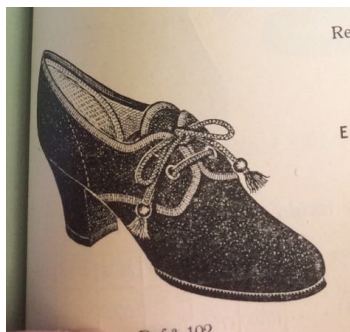
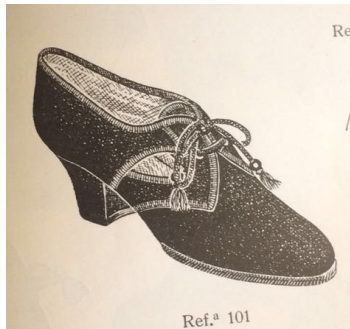


Fig. 253-255 Variantes de sapato de senhora em tecido "Velvetone silke", do 32 ao 39. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.



Fig. 256 Sapatos em têxtil. Fonte: Catálogo Fábrica de Calçado Luso Belga, 1940.

Da análise efetuada ao catálogo da coleção de calçado da Lusbel pode concluir-se que apresentou na sua organização princípios similares na prática do design de calçado, atualmente, no que respeita à organização das coleções de calçado. A coleção foi marcada por uma linguagem formal e técnica uniformizada, com semelhanças ao nível materiais e elementos decorativos nas tipologias, formeiros, corte, solados e dos processos construtivos, que analisadas em conjunto permitiram perceber a homogeneização e harmonia formal que se pretende obter numa coleção de calçado, mas também com a presença de uma pequena quantidade de tipologias que mantendo ligações formais às restantes, possuem características específicas que contribuem para que se destaquem, desejável numa coleção de calçado. A coleção da Lusbel foi abrangente ao nível do público-alvo, tendo desenvolvido tipologias para homem, senhora e criança, identificáveis com certa facilidade no catálogo devido ao quadro que acompanhou as tipologias onde se dava a conhecer o preço e os tamanhos disponíveis, uma vez que as dimensões ocupadas pelas ilustrações não permitiram essa diferenciação e, na verdade, o calçado de criança foi de todo similar ao calçado de adultos, sendo que bastaria essencialmente retirar o salto para se considerem adequados a crianças que calçassem a partir do 'tamanho 18'.

Abrangeu calçado com opções formais inscritas no quadro do material que representou a empresa, mas também com a introdução de outros componentes ou técnicas de fabrico. O ponto de partida formal de uma coleção de calçado com um material inteiramente distinto daquele que acompanhou, secularmente, o costume do calçado em Portugal terá sido esse mesmo. Percebeu-se que as tipologias da coleção da Lusbel se fundamentam nos princípios formais do calçado praticado em oficina e que poderão ter estado na génese dos programas veiculados pelo Estado, legislados pela primeira vez em 1943, como se abordou. A coleção compreendeu desde tipologias clássicas, calçado adequado a situações climáticas de neve ou chuva, calçado para atividades profissionais relacionadas com o mar e com o campo e tipologias de material e padrões decorativos no mesmo associados a 'calçado de luxo', abordado mais adiante na investigação. Foram caracterizados pelo uso de tecido no corte e com solados de borracha e inteiramente de borracha, podendo possuir forro em tecido. Acerca das especificidades formais valerá mencionar que a coleção distinguiu no formeiro dos sapatos o género, sendo o calçado de senhora com a mesma biqueira que o calçado de criança, distinguindo-se na altura do cambré e no caso das botas com a aplicação do tacão. Verificou-se que o calçado feminino predominou na coleção tendo-se encontrado três naturezas distintas associadas à função a que se destinou: sapatos para o dia a dia, sapatos mais exuberantes para situações festivas, botas de borracha citadinas e sapatos e botas de borracha associadas a atividades agrícolas. Esses aspetos manifestaram particular relevância na sua análise tendo-se associado aos formeiros utilizados e ao material, mas conseguindo manter uma linguagem formal similar.

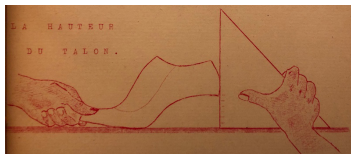


Fig. 257 Método de medição da altura da 'fôrma'. Fonte: Paul Dohmen, Curso de Modelagem.

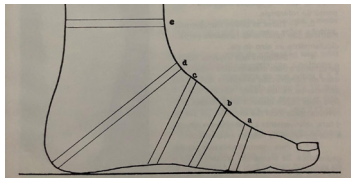


Fig. 258 Principais aspetos na medição da largura do pé para a construção da 'fôrma', sendo que a) linha de dedos; b) baixo peito do pé; c) peito do pé; d) entrada; e) medida do tornozelo; Fonte: Paul Dohmen, [s.d.], p. 17.

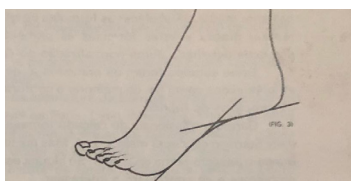


Fig. 259 A direção de apoio do calcanhar e do enfranque. Fonte: Paul Dohmen, [s.d.], p. 13.

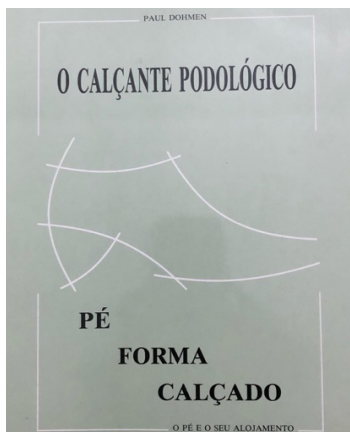


Fig. 260 Publicação de Paul Dohmen, intitulada O calçante podológico: pé, forma, calçado. O pé e o seu alojamento [s.d.] onde detalhou o método para o desenho de 'fôrmas' para calçado. Na obra mencionou que respeitando doze critérios na construção de 'fôrmas' seria possível calçar corretamente sessenta e oito por cento dos indivíduos. Fonte: Paul Dohmen, [s.d.], p. 3).

A julgar pelos desenhos ilustrativos das tipologias os elementos constituintes do corte apresentam simetria, sendo que as peças parecem acompanhar as volumetrias do pé. Verificou-se que o pé é todo coberto na maioria dos artefactos ou pelo menos no caso do calçado feminino até acima do meio do peito do pé possuindo, por vezes, aberturas nos talões que o deixaram parcialmente visível. Considera-se que a coleção se manifestou homogênea ao nível dos materiais no conjunto total de tipos, prevalecendo os materiais liso e apenas pequenos apontamentos decorativos como vivos ao longo do corte, costuras ou relevos que simulam peças do corte, viras nas solas e elementos gráficos no rasto. Apesar de as ilustrações apresentadas serem a preto, a julgar pelas possibilidades cromáticas em calçado moldado seria possível que as cores correspondentes pudessem ter sido aplicadas nas restantes tipologias.

3.2.2.2 PROGRAMAS E TECNOLOGIAS

Enquadrados na área de estudos de programas e tecnologias do calçado encontraram-se duas publicações relevantes à investigação, correspondentes aos primeiros anos do Estado Novo e aos momentos finais da sua vigência. A primeira foi um catálogo intitulado "Gomas e graxas, colas e betumes, cimentos, mastiques, lustrinas, cremes e pomadas para calçado" (1938), traduzido para português a partir da língua francesa, em 1938, o qual incidiu em fórmulas e dicas para a manutenção e reparação do calçado, num sentido *do it yourself*. O objetivo da publicação prendeu-se com o prolongamento e o ciclo de durabilidade do artefacto⁷²⁹, revelando para isso características não só físicas e de propriedades do material, mas também visuais passíveis de aplicar no calçado.

A segunda publicação compreendeu um conjunto de artigos inseridos num boletim de carácter informativo do Grémio Nacional dos Industriais do Calçado, de 1965, dos quais traduziu especial importância a tradução de um artigo de Paul Dohmen intitulado "O que é a normalização", onde o autor apresentou as metodologias do seu estudo para o desenho de uma proposta de normalização das 'fôrmas' de calçado para aplicação industrial, a qual estaria a ser implementada em Portugal.

As publicações manifestaram interesse ao contexto da investigação, tendo deixado revelar particularidades e atributos dos artefactos inseridos na cronologia do momento em estudo, nos quais os discursos do calçado foram enquadrados não só ao nível da técnica, mas também sob o ponto de vista do estudo dos programas, designadamente as temáticas do acabamento, materiais para solados, unidades de medida e 'fôrmas' de

⁷²⁹ Valerá acrescentar que se encontrou um artigo publicado no jornal A Sapataria Portuguesa (1894, n.º 54, p. 44-45) a reclamar que um dos motivos que levava ao pouco consumo do calçado em Portugal se relacionou por um lado pela opção do 'pé descalço' e por outro, pelo zelo excessivo na manutenção e constante reparação do calçado por parte daqueles que o usavam. Apesar de a publicação em análise eventualmente poder não ter chegado a uma maioria populacional, destacou-se a significação subliminar de paralelismo a ideologias políticas vigentes.

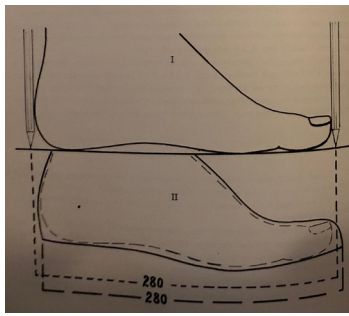


Fig. 261 Ilustração da relação entre pé e 'fôrma'. Fonte: Paul Dohmen, O calçante podológico: pé, forma, calçado. O pé e o seu alojamento [s.d.].

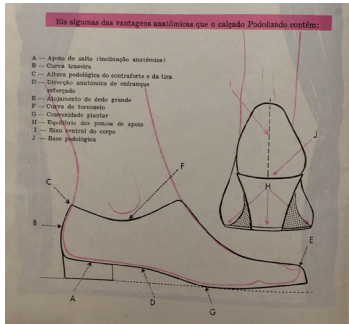


Fig. 262 Ilustração dos elementos considerados vantajosos do calçado podolizado, resultante da proposta do sistema Dohmen. O calçado podolizado está relacionado com a aplicação de conhecimentos relativos à anatomia do pé e com o conforto, tendo sido publicado em 1970 um catálogo onde se procedeu à explicação das características desse tipo de calçado e se apresentou as marcas dotadas com essa qualificação e respetiva patente. A publicação expôs aquelas que possuíam o selo de garantia designado por N.S.D. e atribuído pelo Gabinete português de podolização, tratando-se de um conjunto de vinte marcas, oriundas de Arrifana, Felgueiras, Porto, S. João da Madeira, Vila da Feira e Vila Nova de Gaia. Fonte: O calçado podolizado: pré-selecção inverno 70 [s.d.].

calçado. Deram-se a revelar meios e técnicas que pretendiam acrescentar, no limite, qualidade aos artefactos.

Assim, por conveniência de coerência cronológica analisou-se o documento “Gomas e graxas, colas e betumes, cimentos, mastiques, lustrinas, cremes e pomadas para calçado” (1938), tendo-se também revelado como a publicação com maior longevidade a divulgar um vasto conjunto de possibilidades de acabamentos nas tipologias de calçado e manifestando-se como um contributo para o ‘desenrolar’ da história do calçado. Enquadrou-se no âmbito do conhecimento das especificidades técnicas alusivas aos acabamentos das tipologias, tradutores não só de aspetos particulares visuais, mas também táteis e funcionais. Paralelamente, pronunciou a promoção e o estímulo da conservação, manutenção e reparação dos artefactos com a indicação de ‘dicas’ para o leitor. Apesar de apresentar meios e técnicas passíveis para conservação de outros artefactos, como loiça ou ourivesaria, a publicação incidiu no discurso centrado nos materiais e suas necessidades de conservação através das temáticas ‘gomas e graxas’, ‘colas’, ‘lustrinas’, ‘cremes’ e ‘pomadas’. Foi destinada a qualquer “leitor”, subentendendo-se numa análise às expressões ao longo dos textos tratar-se de partida do utilizador comum que poderia “em sua casa”, facilmente, reproduzir as fórmulas que se difundiam, com vista a poder conservar os artefactos com o aspeto de “novo” ou repará-lo sem recurso a utensílios ou máquinas perante eventuais situações de desgaste nos elementos constituintes (1938, p. 15). No entanto, tendo em linha de conta a especificidade técnica verificada em elementos relacionados com as particularidades das reparações do calçado ao nível da temática das ‘colas’, onde se denotou um grau de complexidade exigido perante o conhecimento das propriedades dos materiais e a realização das fórmulas adequadas, ou ainda pela aplicação técnica igualmente evidenciando complexidade, a publicação poderia inscrever-se no quadro destinado também aos profissionais que se dedicavam à reparação e produção de calçado. Da sua análise percebeu-se por um lado a veiculação de um incentivo educacional moral e técnico ao sentido da preservação e conservação do calçado de modo económico e caseiro dirigido ao consumidor em geral, que na verdade correspondeu ao sentido ideológico propagado no Estado Novo; e por outro lado a profusão de determinados tipos de acabamento passíveis de aplicar nos programas de calçado, quer no momento da produção, quer no âmbito da sua manutenção, mediante a natureza dos materiais ou a cor que possuíam.

No sentido da investigação percebeu-se a natureza do aspeto visual veiculada nos programas, compreendendo-se assim o sentido da sua manutenção diária – limpar e engraxar o corte do calçado, as solas e os tacões - e os contributos que traria ao nível visual – polido, ao nível da sua função – impermeabilidade e durabilidade⁷³⁰. Encontraram-se também outros

⁷³⁰ A saber, os quatro principais elementos a utilizar para os polimentos eram as graxas, lustrinas, cremes e pomadas, as quais se adequavam a partes do calçado e proporcionavam resultados distintos: as graxas forneciam aspetos relacionados



Fig. 263 Programas de calçado da fábrica de calçado Atlas, 1942. Fonte: Espólio Fotográfico Português (EFP).



Fig. 264 Setor do acabamento da fábrica de calçado Atlas, 1942. Fonte: EFP.



Fig. 265 Programas de calçado do género masculino e feminino da fábrica de calçado Atlas, 1942. Na fotografia é possível identificar tipologias 'oxford' e 'derby' para o género masculino e 'decotado' para o feminino, com acabamento 'polido'. Fonte: EFP.

meios passíveis de alterar as propriedades dos materiais e, em vista disso, o aspeto físico e visual dos artefactos, tendo-se verificado a possibilidade de tornar o calçado mais 'forte' e 'macio', 'impermeável' ou 'endurecer solas' (1938, p. 26-28).

Do conjunto de artigos publicados no “Boletim do grémio nacional dos industriais de calçado” (1965), como de resto já mencionado, encontrou-se um artigo com vantagem para a presente narrativa no sentido da abordagem aos discursos do calçado centrados em perspetivas que cruzaram sentidos do programa e da tecnologia. Tratou-se dos primeiros esclarecimentos encontrados acerca da normalização dos formeiros para a indústria do calçado na sua relação com a ergonomia, no âmbito das afeções do pé causadas pelas suas irregularidades mais notáveis. Portugal revelou-se pioneiro na aceitação e contributo na promoção dessa normalização proposta na década de 60 para as ‘formas’ fabricadas no país e no estrangeiro, feita por Paul Dohmen. O autor definiu o processo de normalização das medidas para o “calçado europeu” ocorrido com base em estudos realizados por si e publicados em 1960⁷³¹ (fig. 257-262). De acordo com o artigo publicado no boletim, o projeto de Dohmen terá sido apresentado ao Sindicato Interprofissional Nacional dos Fabricantes de Artigos Manufacturados para Calçado (SINFAC), onde esse, com base na sua aceitação organizou a realização de conferências nos três principais centros industriais de produção de calçado em Portugal - Porto, S. João da Madeira e Lisboa de modo a promover também a sua aceitação e adaptação por parte dos fabricantes. Dessa difusão, seguiu-se a apresentação do projeto noutros países com vista a ampliar o processo de normalização e unificação das marcações das ‘fôrmas’ e dos quais se deu conta que as firmas “francesas e estrangeiras” teriam acolhido o projeto e aplicavam a normalização proposta, fazendo para tal uso da concessão de uma licença de controle do centro técnico da “Normalização – SINFAC – Dohmen” (1965, p. 30). A indústria do calçado portuguesa, em 1963 contava com catorze novos tipos de ‘fôrmas’ decorrentes dos estudos de Dohmen, correspondendo assim a um total de cinquenta e quatro formeiros de base utilizados na produção de calçado, bem como se verificava a adequação de respetivas cotas de fabrico para os elementos pré-fabricados dependentes das suas medições, como palmilhas, contrafortes, almas, saltos ou solas (1965, p. 30). Na verdade, parece ter sido com esse projeto que Portugal

com o brilho, ao mesmo tempo que poderiam impermeabilizar e eram ideais para aplicar nos canos das botas; as lustrinas eram adequadas para canos de botas altas e canos brancos; os cremes para sapatos de lona branca, sapatos brancos de pele e calçado de cor; e as pomadas destinavam-se a impermeabilizar calçado preto (1938, p. 17-25). No documento são fornecidas todas as fórmulas, método de realização e de aplicação dos produtos.

⁷³¹ Para o esclarecimento e validação do projeto foi especificado o processo de trabalho levado a cabo pelo autor. Assim, a partir da realização de várias medições já efetuadas com base nas estatísticas de 1938 que estabeleceram as normas médias para o calçado europeu e no estudo do contexto do pós-guerra por outros autores, Paul Dohmen realizou entre 1951-1961 em vários países e entre diversos meios rurais e urbanos “mais de duas mil medições e moldagens” do pé, tendo cruzado essas informações com casos anormais do foro da ortopedia (1965, p. 29). Os dados, complementados com o controlo de um conjunto superior a seiscentas ‘fôrmas’ francesas, correspondentes à realização de cerca de vinte e quatro milhões de pares realizados por ano, permitiram definir doze elementos essenciais nas ‘fôrmas’ os quais corresponderam à proposta da sua normalização com valores muito precisos (1965, p. 29-30).

interveio no ‘estrangeiro’, tendo indubitavelmente essas volumetrias definidas contribuído para as novas formas dos programas portugueses de calçado, já que caberá à ‘fôrma’ ditar a principal forma de qualquer tipologia ou as particularidades de cada componente.



Fig. 266-267 Programas de calçado para o género masculino propostos para o inverno de 1970 da marca Calçado Império. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].



Fig. 268 Programas de calçado para o género masculino propostos para o inverno de 1970 da marca Calçado Olivertil. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].



Fig. 269 Programas de calçado para o género masculino propostos para o inverno de 1970 da marca Somatos. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].



Fig. 270-271 Programas de calçado para o género feminino propostos para o inverno de 1970 da marca Lunik. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].



Fig. 272-273 Programas de calçado para o género feminino propostos para o inverno de 1970 da marca Pilar. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].



Fig. 274-275 Programas de calçado para o género feminino propostos para o inverno de 1970 da marca Fada. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].



Fig. 276-277 Programas de calçado para o género feminino propostos para o inverno de 1970 da marca A Gaiense. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].



Fig. 278 Programas de calçado para o criança propostos para o inverno de 1970 da marca Cicónia. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].



Fig. 279-280 Programas de calçado para rapaz propostos para o inverno de 1970 da marca Neto. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].



Fig. 281-282 Programas de calçado para rapaz propostos para o inverno de 1970 da marca Pint' Oliveira. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70 [s.d.].

3.2.2.3 PROGRAMAS, TECNOLOGIAS E AUTORES



Fig. 283 Programas de calçado para o género feminino na “Página do desenhador português”, representados por via do desenho. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, Nº 1, 1956.



Fig. 284 Programas de calçado para o género feminino na “Página do desenhador português”, representados por via do desenho. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, Nº 1, 1956.

Precedente às ideologias proferidas no II Congresso da Indústria Portuguesa, essencialmente no que respeitou consciencialização da valorização do calçado de fabrico manual português no estrangeiro e na necessidade de escolas técnicas para os vários setores do calçado, foi publicada a primeira Revista Portuguesa de Calçado⁷³². Difundiram-se dois números, sendo o primeiro lançado no inverno de 1956 e o segundo no Verão de 1957, posicionado no pós-congresso. Foi uma publicação bilingue – português e inglês, destinada a ‘curtidores’, ‘fabricantes’ e retalhistas’, tendo-se manifestado como um elemento fundamental naquele momento, pretendendo difundir a recuperação da ligação entre os curtumes e os produtores de calçado, no sentido de atuação conjunta no âmbito da veiculação das tendências de moda; juntamente com outros agentes que resultaram no processo de industrialização como entre os produtores e os lojistas⁷³³ que traduziam o meio de informação do fabricante para perceber as tipologias que se vendiam; ou ainda entre o produtor enquadrado no sistema de fábrica – ‘fabricante’ e em pequenas unidades de produção – o ‘mestre’, uma vez que ambos traduziram o papel de “estilistas criadores” (Bemvinda seja a revista portuguesa de calçado, 1956) e a relação entre ambos permitiria ultrapassar a suspensão da autoria, podendo trazer assim a recuperação do seu papel e conseqüente valorização. Manifestou-se fundamental o facto de todas as tipologias de calçado portuguesas apresentados por via de fotografia na revista serem descritas como ‘calçado de fabrico manual’ pretendendo inspirar novos programas a realizar por via da mecanização total num contexto marcado por equipamento muito rudimentar onde a mecanização parcial dava ainda os primeiros passos. O documento, único no seu género e tipo de público a que se destinou, foi essencial para a presente investigação pelos discursos veiculados e estruturados num sentido de esclarecimento de programas – tendências, estilos, linhas, cores e materiais; tecnologias – equipamentos, técnicas e processos de fabrico; e autores – modelista, desenhador, fabricante e mestre.

Apesar do entendimento paralelo que se tem vindo a mencionar acerca da qualificação dos operários portugueses e da lacuna que esse aspeto representou na indústria do calçado, num contexto onde as exportações do calçado ainda não foram uma realidade desejável, nem tão pouco a mecanização, a publicação em epígrafe deixou perceber a capacidade

⁷³² A edição foi da responsabilidade de João Manuel Dias e José da Conceição. A par da publicação da revista os editores foram responsáveis pela organização da I Exposição técnica de calçado, ocorrida também em 1956 na Sociedade Nacional de Belas Artes de Lisboa, onde se demonstraram métodos de fabrico mecânicos e mistos por técnicos e operários alemães, italianos e portugueses. O apoio dos meios de comunicação viria a tornar público os problemas da indústria: o sub-consumo no país, baixa exportação, atraso nos métodos de organização da produção e distribuição e na formação de profissionais. Um dos aspetos que se destacou nesse evento relacionou-se com a presença do presidente da JNPP e de outros representantes oficiais na sua inauguração revelando uma articulação de ideias.

⁷³³ Na publicação deu-se conta que na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, o consumo de calçado foi mais elevado pois caberia ao lojista a escolha de ‘calçado atraente’, com cores e estilo sobretudo para o género feminino. Uma chamada de atenção para os lojistas portugueses no sentido do estímulo ao estabelecimento de relações de proximidade desse com o fabricante (1956, p. 3).



Fig. 285 Programas de calçado para o género feminino na "Página do desenhador português", representados por via do desenho. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, Nº 1, 1956.



Fig. 286 Programas de calçado para o género feminino e masculino na "Página do desenhador português", representados por via do desenho. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, Nº 1, 1956.

e qualidade técnica que o calçado português acolhia no exterior e da possibilidade de esse reclamar para si o estatuto de inspiração para a Europa e América, a par da moda difundida por Itália, França e Espanha. Nesse âmbito, caberia à publicação tratar de divulgar a moda portuguesa não só no estrangeiro, mas também em Portugal. Terá sido esse o mote para a sua formalização assente na divulgação do design de calçado a partir de um sentido que ambicionou refletir uma resposta às fragilidades encontradas em Portugal, mediante os padrões comparativos com indústrias homónimas de sucesso noutros países. Os dois números publicados basearam-se nos casos de sucesso europeu no âmbito da indústria do calçado, tendo traduzido artigos sobre calçado publicados em Inglaterra, Alemanha e Itália⁷³⁴, publicado breves textos de carácter noticioso sobre da temática do calçado e sua regulação noutros países e artigos de origem nacional, fundamentados na premissa da inovação, do ensino da técnica, da evolução e desenvolvimento do setor e da profusão das tendências de moda e dos processos criativos, a partir do desenho enquanto ferramenta da criatividade. Poderá considerar-se como uma publicação anacrónica, no sentido que terá surgido em Portugal antes da verdadeira indústria do calçado.

Elencaram-se temáticas ao nível da linguagem 'globalizada' na génese da emersão da profusão de novas classificações tipológicas para distinguir programas associados a funções distintas⁷³⁵, bem como ao nível da linguagem gráfica para registos de calçado do 'desenhador português' de inspiração italiana; a apresentação de tendências e marcas portuguesas e estrangeiras de calçado para ambos os géneros e para criança; ao nível dos materiais e suas propriedades num sentido de promoção à qualidade dos artefactos; ao nível de soluções técnicas para processos de fabrico trazidas pelo emprego dos novos materiais ou componentes; sobre o ensino técnico inglês e italiano como modelos a adotar em Portugal, designadamente, o modelo inglês para a organização da produção e o modelo italiano enquanto indicador do papel do Estado; e ao nível da parte administrativa das fábricas no sentido da organização contabilística; na crença que os modos de operar exteriores, quer ao nível da realidade do fabrico manual e mecânico poderiam contribuir para o desenho de uma nova mentalidade

⁷³⁴ Os artigos que a "Revista de Calçado" publicou foram traduzidos das publicações "Footwear" e "Ars Sutoria", inglesa e italiana respetivamente. O artigo alemão foi traduzido da publicação "Schuh-Technick".

⁷³⁵ O 'calçado' entendido na publicação enquanto expressão para designar um conjunto de tipologias, manifestou a compreensão de grupos programáticos associados a um uso em momentos particulares. Foram eles: 'sapatos para trabalho', 'sapatos para passeio', 'sapatos para cerimónia', 'sapatos caseiros', 'sapatos para desporto' (Bemvinda seja a revista portuguesa de calçado, 1957).

e modos de atuação dos agentes de calçado em Portugal⁷³⁶: a multiplicação de programas dos criadores e operários portugueses.



Fig. 287 Programas de calçado para o género feminino e masculino na “Página do desenhador português”, representados por via do desenho. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, Nº 1, 1956.

Da análise à revista constatou-se uma publicação abrangente ao nível dos discursos tecidos enquadrados num sentido mais próximo aos da atualidade, no âmbito do design no calçado, ainda que eventualmente sem essa consciência. Foram abordados na “Revista Portuguesa de Calçado” os elementos fundamentais para a afirmação portuguesa na área do calçado elencados entre si, os quais analisados como um todo deixaram concluir a sugestão de um percurso para a indústria do calçado: a formação teórica e prática na área, acompanhar e lançar tendências, aplicar novos materiais, componentes e adaptar processos de fabrico; num panorama que àquele momento começara a abrir-se a um exterior que não apenas as colónias, trazendo ‘novidades’ para Portugal ao mesmo tempo que, timidamente, se tenta mostrar. No sentido da investigação, as soluções encontradas na publicação poderão antes traduzir o princípio dos discursos do design de calçado de relativa proximidade com o entendimento e com a sua narrativa na atualidade em Portugal. A fórmula veiculada na publicação em epígrafe viria a manifestar-se como a fórmula certa para o calçado português se expandir e alcançar o sucesso, mas, noutra momento – o atual.

Do conjunto de artigos publicados no primeiro número⁷³⁷, manifestou-se relevante à investigação o destaque a aspetos que permitiram perceber a consciencialização dos discursos formais inerentes ao design de calçado português e, conseqüentemente ao designer. Enquadraram-se nos sentidos do programa e apresentaram coleções de calçado de empresas estrangeiras e empresas portuguesas enquanto tendência de moda; e nos novos materiais e sua aplicabilidade.

⁷³⁶ Na publicação mencionaram-se três aspetos fundamentais no âmbito da influência estrangeira que deveria ser seguida pela indústria portuguesa e que a Revista tinha a função de divulgar: o primeiro relacionado com o incentivo para àqueles que operavam no mesmo sentido que o ‘mestre’ operou, ou seja, de modo artesanal com vista a satisfazer os interesses específicos dos clientes, ocupando àquele momento um lugar de destaque, uma vez que no estrangeiro a inspiração dos programas que se produzidos massivamente ocorria de tipologias de calçado feitas manualmente por esses ‘mestres’. Assim, os ‘mestres portugueses’ deveriam enveredar por esse caminho, de modo a os seus artefactos se tornassem uma inspiração para a produção em massa. O segundo aspeto ligou-se com o esclarecimento da antecipação da produção mediante a época de venda do calçado, exemplificando-se que em Inglaterra em outubro começava a produzir-se o calçado de verão e em fevereiro, o de inverno para, em vista disso, sugerir o acompanhamento português desse método de fabrico. Por fim, o terceiro aspeto relacionou-se quer com as pequenas unidades de produção, quer com as fábricas, para as quais urgia a necessidade de conhecimento sobre ‘fôrmas’, tendências de estilo e cor, informação sobre tamanhos e para os vários grupos de idade (1956). Esses aspetos mencionados deixaram mostraram preocupações enquadradas, diretamente, em discursos próprios do calçado.

⁷³⁷ Uma vez que todos os artigos se manifestaram de certo modo relevantes para a investigação, mas que não iria ser possível proceder a uma análise minuciosa na sua íntegra, considerou-se que seria relevante uma breve referência ao índice da revista, com vista a revelar as temáticas que a integraram: a publicação principiou com um texto de apresentação por F. K. Longworth, editor da revista “Footwear” onde apresentou as vantagens e a pertinência da revista; seguiu-se a apresentação de tendências de calçado femininas, através do desenho como meio, publicadas na revista italiana “Ars Sutoria” para inverno de 1956/1957 a par de um conjunto de “criações portuguesas” onde se apresentaram fotografias de calçado exposto em montras portuguesas, provenientes de fabricantes distintos devidamente identificados. No decorrer da publicação foram publicados mais artigos onde se apresentam fotografias de tendências de moda para calçado, como para ‘calçado de noite’ e para calçado de homem. O índice prosseguiu com um texto proveniente da empresa belga de curtumes - H. Schotte & Fills onde deu a conhecer a possibilidade de utilização no verniz no calçado, um artigo português sobre as vantagens do uso de um produto inovador para palmilhas - o latex, bem como outro artigo acerca da utilização de novos meios tecnológicos - os raios infravermelhos - para o setor da montagem. Seguiram-se dois artigos ingleses, sendo que o primeiro incidiu no modelo de aprendizagem do Colégio de tecnologia de Northampton e o segundo no sucesso mundial das exportações britânicas. Foi ainda publicada a primeira parte de um artigo designado Plano contabilístico para uma fábrica de calçado e a publicação encerrou o primeiro número noticiando o sucesso da I Exposição técnica de calçado portuguesa, organizada pelos editores da revista.



Fig. 288 Fotografia de sapato para o género feminino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 1, 1956.



Fig. 289 Fotografia de sapatos para o género feminino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 1, 1956.

Um dos artigos de forte relevância pela natureza do seu conteúdo intitulou-se “Página do desenhador português” (fig. 283-287), onde apresentou grafismos distintos de modelos de calçado do género feminino em várias vistas, de modo a se perceber os detalhes de cada artefacto perante determinados ângulos ou linguagens visuais de apresentação dos mesmos. Representaram-se sapatos e sandálias de salto alto ilustrados com registos distintos na natureza ilustrativa dos artefactos. Esse artigo não tencionou evidenciar tendências de moda materializadas, mas antes modos de representação de ideias e manifestou-se o primeiro no género que se encontrou. Tratou-se de um documento destinado ao autor deixando revelar uma possibilidade inerente ao processo criativo.

Assim, o primeiro artigo apresentado sobre os programas intitulou-se “Criações portuguesas” (fig. 288-297), no qual foram apresentadas tipologias de calçado com origem em cinco empresas – Lusbel, F. C. D., Moura, Foncipril e Lys Calçado Ltd., acompanhados e harmonizados com marroquinaria, primando pelo uso de materiais de qualidade ou menos comuns na habitual produção de calçado. Apresentaram-se fotografias legendadas, nas quais além da identificação da tipologia, cores ou materiais⁷³⁸ presentes nos artefactos, ou outras possibilidades de combinação desses últimos aspetos na tipologia em evidência, remetendo para ‘variantes tipológicas’, se aludiu a sentidos qualificadores do calçado, tais como ‘leveza’, ‘requite’, ‘sobriedade’, ‘elegância’ ou ‘decoração graciosa’, atribuindo assim elementos do gosto e características relacionadas com o resultado final dos artefactos. O artigo inscreveu-se no quadro das tendências, no caso, das tendências que Portugal ambicionou transportar para o exterior e difundir no seu seio. Na mesma sequência, enquadrou-se outro artigo sobre programas, mas que incidiu na reflexão das tendências vindas do exterior, destacando-se nesse âmbito a importância da importação da moda da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e de Itália e sua conseqüente sugestão para uso no país⁷³⁹ (Notas sobre as tendências de moda femininas, 1956). Apesar da consciência da impossibilidade de produção em Portugal dos artefactos que se fabricavam nesses centros, expressou-se a sua análise com vista a que os “operários portugueses e a imaginação prodigiosa dos fabricantes” pudessem adaptar-se e ultrapassar as dificuldades sentidas e acompanhar outras produções, dando-se para isso sugestões ao nível de elementos que o calçado poderia possuir alterando desde logo a sua caracterização. Para o género masculino foi publicado um artigo onde se apresentou

⁷³⁸ Os materiais usados no calçado apresentado remeteram como enunciado para materiais associados a padrões de qualidade mais elevados, não significando, no entanto, que se tratasse de uma elevação do preço, sendo que são por vezes mencionados aspetos ao ‘baixo preço’ das tipologias. Foram assim referidos, ‘calfes metalizados’, ‘calfes caramelos’, ‘cetim estampado’, ‘chumbo com verniz’, ‘lagarto’, ‘camurça’, ‘trout do pearce’ ou ‘combinações de pelarias’ (Criações portuguesas, 1956).

⁷³⁹ Foram enunciados aspetos específicos como a biqueira alongada e salto de sola em estilo sóbrio, com materiais ao nível das pelarias e têxteis, cintilantes, dourados e brilhantes, mas também acessórios como o caso de fivelas, aplicações metálicas, filigrana, pérolas ou pedras preciosas para gáspeas e saltos. Os mesmos pressupostos são aplicados ao calçado de menina, com distinção na altura do salto e ao nível de pelarias, sugerindo-se deldi e antílope para aplicar no corte, vivos, golas ou vistas. No caso masculino apresentou-se calçado produzido à mão, com duas solas, pretos, em pelarias zebu, búfalo, calfe, deldi e arizona, como tendências principais.



Fig. 290 Fotografia de sapato para o género feminino no âmbito do artigo "Criações portuguesas". Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 1, 1956.

calçado português no mesmo sentido da promoção do calçado feminino, caracterizado pela construção sólida e materiais selecionados (Calçado para homem, 1956). Com incidência nos materiais destacaram-se dois artigos: o primeiro artigo traduzido da revista alemã "Schuh Technik", assentou em material para o corte, destinado quer ao setor dos curtumes, quer ao setor da produção de calçado - tratou-se da promoção do verniz no âmbito do seu fabrico e aplicação no calçado realizado em contexto português. O detalhe do artigo foi evidente, destacando-se o processo da transformação da pele em verniz, as características desse material, ou as indicações para o seu embalamento e armazenamento, assim como as especificidades técnicas necessárias nas várias fases de produção de artefactos com esse material, designadamente corte, reforços, costura, montagem e acabamento⁷⁴⁰; o segundo artigo de proveniência nacional incidiu num novo material integrado e relacionado com o sistema de montagem do calçado, difundidos nos Estados Unidos e em Inglaterra – espuma de látex. Deu-se indicação dos vários usos e funcionalidades que poderia ter no âmbito dos processos construtivos, com vista à sua profusão em calçado nacional⁷⁴¹. Esse material manifestou-se como um marco fundamental, quer ao nível das suas propriedades e vantagens daí ocorrentes para o utilizador, como também ao nível da produção, sendo na atualidade amplamente utilizado pela indústria.

Do conjunto de artigos publicados no segundo número⁷⁴² constatou-se a incidência, novamente, nos autores e nos programas. Se no primeiro

⁷⁴⁰ Da análise às considerações tecidas a esse material pode perceber-se que a maior preocupação residia na eventual quebra do verniz. Foi nesse sentido que se tentou contrariar a resistência ao seu uso, deixando revelar todos os detalhes necessários a que essa situação na ocorresse, apresentando-se por oposição inúmeras vantagens de aplicação ao nível de qualquer tipologia, especificando-se o 'sapato de toilette', 'sandálias', 'califórnia', 'colados' e 'ballets'.

⁷⁴¹ A espuma de latex foi apresentada como sendo um material altamente vantajoso, portador de características que o calçado deveria traduzir, como conforto, leveza, flexibilidade, durabilidade, facilitador no caminhar, no amortecimento e fricção. Igualmente se manifestou como um elemento que poderia facilitar os processos de fabrico, como para a atividade do corte, de fresar, facear, coser ou colar; nos processos técnicos inerentes à montagem, como nos reforços – calcanheiras ou revirões; na combinação com outros materiais - como têxteis, cortiça ou cabedais; ou no acabamento, na medida em que poderia ser utilizado enquanto revestimento, passível de lavado, dando assim origem a um "efeito mousse" de várias cores, como bege, azul celeste, branco, preto, laranja, rosa ou cognac, em qualquer calçado de qualquer tipo de fabrico; ou de enchimento nos processos de fabrico (Espumas de latex, 1956).

⁷⁴² O número 2 foi publicado em 1957 e a revista evidencia tratar-se de uma continuidade do primeiro número. Tendo-se percebido que se tratou de uma publicação enquadrada nos discursos do design de calçado, onde se destacou a vontade de difundir o que melhor se produzia em Portugal, a primeira publicação incidiu no modelo inglês enquanto paradigma da grande capacidade em termos de volume de produção, organização e infra-estruturas, a segunda publicação evidenciou um destaque centrado no modelo do "génio artístico italiano (...) bom gosto com espírito da perfeição", tendo assim incidido no sentido do autor (A escola de modelistas da Ars Sutoria, 1957). A revista principiou com o modelo de ensino italiano, seguindo-se uma entrevista a um consagrado "modelista de sapatos" italiano (Guido Brustia, 1957). Seguem-se tendências de calçado, sem indicação da proveniência em todas as tipologias apresentadas, sob o suporte de desenho e fotografia. O artigo que procedeu as "tendências modernas de modelos" alemães, franceses e ingleses intitulou-se *Raios infra-vermelhos na indústria de calçado* tendo sido a continuidade do artigo publicado no número anterior. Seguiu-se *Criações portuguesas* onde se apresenta um vasto conjunto de desenhos detalhados de tipologias de calçado para o género masculino, feminino e para crianças, respetivamente, os quais foram apresentados através do desenho de contorno a preto. No decorrer da publicação serão ainda publicados um vasto conjunto de desenhos de modelos de calçado designados *Tendências italianas*, seguindo uma linguagem gráfica que se aproximou à linguagem veiculada nas criações portuguesas e nos desenhos apresentados no âmbito da entrevista ao modelista Guido Brustia. Apresentou-se o artigo *As cores da moda ditadas por Paris* e seguiu-se a temática do calçado de criança, remetendo para o contributo que a indústria portuguesa produtora desse calçado forneceu para o setor, tratando-se da produção de calçado mais mecanizada como já se pode verificar, mas também para a difusão dos 'modelos' portugueses. O artigo intitulou-se *O calçado de criança produzido no nosso país prestigia a indústria nacional*, no qual foram apresentados um conjunto de fotografias de tipologias de rapaz e menina da marca Jip para a época de inverno de 1957. O índice prosseguiu com um texto dedicado ao processo de montagem, Considerações sobre a importância dos fios de palmilhar e de pontear na indústria de calçado mecânico e à segunda parte do artigo *Plano contabilístico para uma fábrica de calçado* e a encerrou com os pontos fundamentais das ideias apresentadas do II Congresso da Indústria Portuguesa Sobre a Indústria de Calçado.



Fig. 291 Fotografia de sapato para o género feminino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 1, 1956.



Fig. 292 Fotografia de sapato para o género feminino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 1, 1956.



Fig. 293 Fotografia de botim e sapato para o género masculino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.

número se verificou uma maior presença de calçado português, assim como traduções para inglês de toda a mancha de texto presente, o segundo número foi escrito apenas em língua portuguesa e prevaleceu além do calçado português, o calçado italiano. Esse aspeto deixou concluir que a primeira publicação incidiu na profusão de tipologias realizadas em Portugal destinadas à sua promoção no exterior, apesar de também se pretender ser mostrado no país e a segunda publicação voltou-se só para o país, revelando-lhe o “bom gosto” do quadro das “criações italianas” e o conceito do autor (1957). Nesse sentido, assentou na profusão desse conceito assente em dois pontos de vista, designadamente, através da perspectiva da prática do ‘modelista’ italiano e o autor ‘desenhador’ português. Foram considerados na investigação dois artigos centrados nesse conceito de autoria, pela sua relevância na tradução do seu entendimento no contexto industrial analisando-se, primeiramente, o autor português e ulteriormente o autor italiano. Valerá de partida esclarecer que se trataram de autores contemporâneos entre si.

Assim, se na primeira revista, no âmbito das “Criações portuguesas” (1956) a atmosfera, a luz e a cor de Lisboa foram apresentadas como inspiração para os artefactos construídos pelos ‘sapateiros’ daquela cidade, no segundo número deu-se a conhecer não os artefactos construídos manualmente em Portugal, mas os primeiros desenhos encontrados num quadro que assumiu a figura do autor enquanto ‘criador de modelos’ através do seu desenvolvimento a partir do desenho como meio (fig. 288-297). Tratou-se de dar a conhecer a primeira figura portuguesa mais próxima ao designer de calçado entendido no sentido da atualidade, naquele que foi considerado um “difícil setor da criação de modelos” e por isso, esse novo profissional deveria ser acolhido “carinhosamente de modo a estimular outros jovens a seguir-lhe as pisadas” (Criações portuguesas, 1957). Ocorreu assim a grande viragem no paradigma do discurso do calçado em Portugal, onde de um momento de suspensão do conceito de autoria, entendido no passado pelo domínio da técnica, se passou para uma nova compreensão, onde foi contemplado o aspeto criativo. No seguimento da rubrica em epígrafe foi assim apresentado Francisco Martins, um “jovem vimaranense” que ‘criava’ modelos de calçado para alguns fabricantes de calçado e colaborava com uma revista espanhola, sendo designado esse autor como o inaugurador de um “precedente profissional” (Criações portuguesas, 1957). Foram publicadas na revista um vasto conjunto de desenhos de tipologias de calçado por Francisco Martins (fig. 298-312), onde se encontraram programas diversos de homem, senhora e criança, esses mesmos representados por meio do desenho tradutores de uma linguagem gráfica dotada de aspetos particulares: um sentido impessoal e não expressivo, onde os artefactos são contornados a preto caracterizados por diferentes espessuras da linha com vista a distinguir as várias partes constituintes dos artefactos: solados, corte e elementos decorativos, sendo certas superfícies de cada artefacto preenchidas a cheio, tais como: forros, vivos, solas, tacões, viras, palmilhas ou partes do corte, prevalecendo, contudo, mais elementos a contorno em cada artefacto, do que preenchidos na sua totalidade. O calçado foi representado essencialmente pelas



Fig. 294 Fotografia de sapato para o género masculino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 295 Fotografia de sapato para o género masculino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 296 Fotografia de botim para o género masculino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 297 Fotografia de botim para o género masculino no âmbito do artigo “Criações portuguesas”. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.

vistas laterais de fora, dispostas em sentido aleatório na página, sendo que por vezes são inseridos elementos gráficos que remetem para a representação da textura de material a utilizar em elementos de determinados artefactos, os quais são passíveis de identificar, uma vez que apresentam o mesmo registo que esses apontamentos. Os programas apresentados possuem opções de formeiro distintas em cada género, como ao nível de solas e tacões e naturezas tipológicas, detalhes de padrões, perfurados, costuras, acessórios ou solados. A sua representação remeteu para uma linguagem visual muito estreita com a linguagem do desenho técnico de calçado, onde evidenciaram processos de montagem, tipos de costuras, ou esclarecimento de sobreposições das peças que compõem os artefactos. Não são apresentados cromatismos, além do preto em certos elementos do programa, parecendo ter como objetivo o esclarecimento de formas ou peças, em detrimento de fornecer a indicação de cor ou materiais. Se o artigo remeteu para a profusão de programas, não terá sido despropositado que o artigo subsequente apresentasse as tendências de cores e materiais, deixando assim uma sugestão de adaptação dos desenhos de Francisco Martins com as tendências ditadas pela Comissão da Moda do Conselho Nacional do Couro para o inverno de 1957-58 aos fabricantes portugueses (As Cores da Moda ditadas por Paris, 1957). Um olhar atual perante a natureza das representações permitiu interpretar que a linguagem e esclarecimentos veiculados por esses desenhos manifestaram-se elucidativos para o entendimento do programa pelos agentes necessários e intrínsecos à construção do calçado.

A apresentação do ‘criador’ português revelou uma distinção entre aquele que fabrica e aquele que desenvolveu um conceito, deixando perceber o seguimento do modelo italiano de sucesso nesse âmbito do domínio da criatividade. Pode assim perceber-se que a Portugal interessava por um lado os ensinamentos de toda uma estrutura industrial massivamente produtiva e fortemente mecanizada, como foi a realidade americana ou inglesa e por outro lado, a criatividade, os seus processos o (re) conhecimento do estatuto de um autor que centra a sua atividade nos aspetos criativos e de desenvolvimento do produto, como acontecia em Itália. Vale mencionar que se perspetivou ainda um estímulo, pela primeira vez, a esses novos autores, tendo para tal sido sugerida a criação de “escolas de contra-mestre modelistas”, duas bibliotecas técnicas dotadas com revistas de calçado internacionais, respetivamente no Porto e em Lisboa, na Associação dos Industriais do Calçado e a promoção de um concurso de Desenhadores de Calçado de cariz nacional. Apesar de se tratar de sugestões de teor anacrónico ao momento a que corresponderam, traduziram não só um esforço, mas também um papel educador para aqueles que se dedicaram à “criação de modelos”⁷⁴³.

⁷⁴³ Nessa perspetiva o artigo tem uma chamada de atenção a propósito do modo como a consulta das tendências de moda deveria ser efetuada e em que medida deveriam ser entendidas. Foi defendido que o objetivo seria o ‘criador de modelos’ acompanhar as tendências de moda internacionais, mas “nunca abandonadas as características do seu ego artístico” (Criações portuguesas, 1957). Essa afirmação deixou perceber um sentido de proteção da identidade criativa do autor (português) uma vez que não se trataria de copiar, mas antes perceber uma tendência.

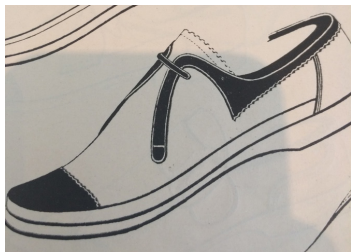


Fig. 298 Desenho de sapato para o género masculino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 299 Desenhos de sapatos para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 300 Desenhos de sandália e sapato para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 301 Desenhos de sapatos para o género masculino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 302 Desenhos de sapatos para o género masculino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 303 Desenhos de sandália e sapato para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.

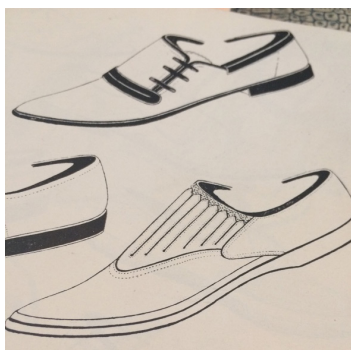


Fig. 304 Desenhos de sapatos para o género masculino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 305 Desenho de sapato para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 306 Desenhos de sapatos de criança, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 307 Desenhos de sapatos para o género masculino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 308 Desenho de sapato para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.

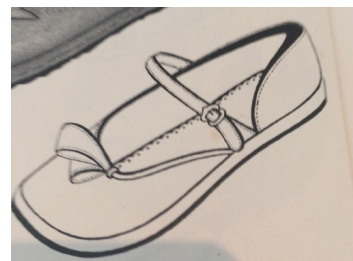


Fig. 309 Desenho de sapato de criança, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.

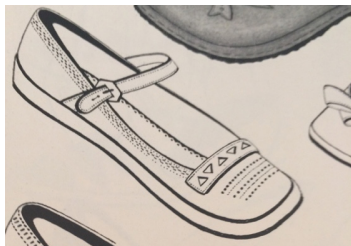


Fig. 310 Desenho de sapato de criança, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.

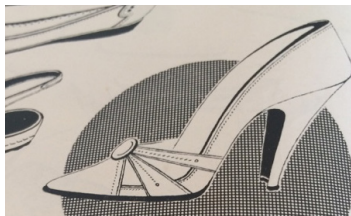


Fig. 311 Desenho de sapato para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 312 Desenhos de sapatos para o género feminino, por Francisco Martins. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.

Por analogia, se o ‘português ‘tinha ‘espírito criador’, o ‘italiano’ tinha o ‘espírito da perfeição’, o ‘génio artístico’ e o ‘bom gosto’. Foi perante essa premissa que o ‘modelista de sapatos’ Guido Brustia, um jovem italiano⁷⁴⁴ se apresentou ao público português e se publicaram os seus próprios ‘modelos’ e os ‘modelos’ que desenhou para uma marca francesa.

Os desenhos apresentados do ‘modelista’ Guido Brustia (fig. 313-315) refletiram a profusão de duas linguagens gráficas distintas perante os ‘modelos’ apresentados através do seu nome próprio e aqueles que apresentou para a marca *Jean*. Os primeiros, realizados por meio de desenho de composição apresentaram uma coleção de calçado através de um registo de contorno a rosa, com certos elementos das tipologias preenchidos na totalidade com a mesma cor. Denotou-se nessa linguagem compositiva uma preocupação de dispor, ritmicamente, as tipologias no espaço físico de registo, com vista a juntamente com outros registos correspondesse aos enquadramentos de cada um dos três conjuntos tipológicos apresentados: foram assim apresentados grafismos fluídos provenientes de registos a pincel de elementos arquitetónicos da renascença italiana associados ao calçado clássico, elementos que remetem para ambientes para o uso de calçado de verão ou de praia e elementos geométricos associados a calçado para uso em casa. Esses elementos contrastaram com a linguagem visual veiculada no calçado, no entanto contribuíram para a organização da coleção de calçado agrupada de acordo com a finalidade do uso. Apesar de o calçado ter apresentado detalhes de padrões, perfurados, acessórios e solados, remeteu para uma linguagem visual mais estilizada, por comparação à identidade de Francisco Martins. Essa estilização foi reconhecida de partida pela análise efetuada ao formeiro utilizado por ambos, sendo – e continuam a ser – as ‘fôrmas’ italianas por si só mais estilizadas. Perante essa constatação, assim como pela confirmação de outras diferenças acentuadas nos programas formais em si, percebeu-se que os registos portugueses são também mais detalhados e esclarecedores, deixando por si só esse aspeto também contribuir para essa distinção formal. O calçado português revelou a presença de mais elementos decorativos resultantes de especificidades técnicas que se praticava em Portugal, dado o seu enquadramento que primava por mais opções manuais que mecânicas, como a aplicação de vazados, perfurados, rebicados ou a aplicação da vira puncionada em toda a extensão do seu bordo; ao que se acrescentou as ‘fôrmas’ de calçado portuguesas serem mais largas e por isso com maior volumetria, tendo assim contribuído para a profusão desses elementos; o segundo conjunto de desenhos apresentados por Guido Brustia apresentaram não os modelos finais, mas o processo criativo do autor através do desenho. Foram representadas várias vistas de um mesmo formeiro e solado de senhora, apenas com alterações ao nível do corte, deixando revelar os

⁷⁴⁴ No artigo foi dado destaque à origem geográfica de Guido Brustia. Sendo uma figura que emergiu no contexto de Vigevano, onde se realizava uma feira de calçado internacional, na qual participavam “centenas de fabricantes” e com eles “criações originais de modelos” (*Guido Brustia veio a Portugal*, 1957). Guido emergiu como fabricante e como prestador de serviços à indústria do calçado italiana, inglesa e francesa.



Fig. 313 Ilustração de sandálias para o gênero feminino, por Guido Brustia. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 314 Ilustração de sapatos para o gênero feminino, por Guido Brustia. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.



Fig. 315 Ilustração de sapatos para o gênero feminino, por Guido Brustia. Fonte: Revista Portuguesa de Calçado, nº 2, 1957.

primeiros esboços. Curiosamente, foi tecido um comentário no artigo sobre esse aspeto, sendo mencionado que “os apontamentos rápidos revelam a perícia do seu cryon” (Guido Brustia veio a Portugal, 1957).

Poderá considerar-se que os discursos da esfera do design de calçado foram difundidos pela primeira vez na publicação analisada. Com vista a alcançar o sucesso deveriam aplicar-se duas fórmulas: a) o modelo de industrialização inglês, marcado pelo conhecimento da anatomia do pé; da standardização de ‘fôrmas’; do uso de novos materiais e da combinação dos velhos processos manuais com os modernos de produção em massa, como o corte, as tendências e as cores adaptados aos eficientes métodos de produção; do estudo para o aperfeiçoamento dos curtumes; da análise das condições atmosféricas de outros locais; na estrutura dos polos industriais e no escoamento dos artefactos através das exportações; assim como na sua inspiração quanto à existência do ensino especializado no calçado⁷⁴⁵; e o modelo italiano para adoção na indústria portuguesa do “verdadeiro criador de modelos de calçado – o modelista de sapatos”, onde se reconhecia além do papel criativo, um papel de “técnico da indústria, cujos ideais de conceção se harmonizam com as realizações das técnicas da produção” (Guido Brustia veio a Portugal, 1957). Foi assim reclamada como solução fundamental uma atuação em três frentes: autores, tecnologias e programas.

Valerá mencionar que os conceitos de ‘modelista’ e de ‘desenhador’ foram na década de 70 ‘fundidos’ por António Ribeiro (1972), deixando revelar que as ideias apresentadas na publicação em epígrafe continuaram a ser reiteradas, dessa vez no tom de um discurso que já não precisava de aliciar ou difundir a introdução do ‘autor’ na indústria portuguesa, como se pode verificar com o teor da narrativa veiculada na revista de calçado, mas antes, tendo em conta a evolução ocorrida na indústria entre ambas as publicações e, em vista disso, a atividade do ‘modelista’ precisou esclarecer e difundir o conhecimento ‘científico’ associado à sua prática profissional. Foi através de um cariz educativo, de estímulo ao abandono de métodos empíricos e pessoais e à implementação de métodos racionais e ‘universais’ de uma técnica inerente à produção de calçado – a modelação. Assim, de acordo com Ribeiro o “modelista é o desenhador que concebe e cria o modelo” devendo seguir a seguinte prática de atuação em dois sentidos distintos: no campo criativo e do desenvolvimento de modelos e no campo das técnicas inerentes à sua ação e à atividade do fabrico. De acordo com o autor, o modelista deveria imaginar modelos simples, mas caracterizados pela “arte a originalidade” como linhas orientadoras (1972, p. 3). Consequentemente, a execução sendo mais fácil, atingir-se-

⁷⁴⁵ O modelo de ensino inglês ocorrido no Colégio de Northampton assentou na componente de formação técnica, sendo o desenho, a modelação, o corte, a costura, a montagem e o acabamento as principais áreas de ensino. De acordo com o artigo o colégio estava dotado com máquinas para todo o tipo de montagem e salas com os equipamentos necessários a cada área de ensino. A formação foi vocacionada para trabalhadores no ativo em ensino noturno, para trabalhadores no ativo, mas com possibilidades de frequentar aulas em regime diurno e para estudantes de todo o mundo. Além da componente prática, o ensino incidiu na componente teórica, incidindo no estudo dos materiais, processos de curtimenta, nas teorias alusivas ao fabrico, em chefia de secções de fabrico, métodos e custos de produção.

ia um maior a perfeição e maior produção. Esse aspeto foi apontado como sendo o mais difícil, contudo aquele o mais necessário. O ‘modelista’ deveria ser capaz de transformar um ‘modelo clássico’ num ‘modelo novo’ e para tal precisava ser educado sobre a harmonia da combinação de cores no calçado e sobre os elementos específicos que integram a sua construção e contribuem por isso para o que o ‘todo’ seja de agrado ao consumidor. Foram nesse contexto mencionados a “originalidade da ‘fôrma’, do salto, do solado, do estudo do decote, da elegância das linhas e da cor” como os elementos chave de análise e incidência do ‘modelista’ (1972, p. 4). No campo das técnicas inerentes ao momento de colocar em prática a passagem do desenho do artefacto para os moldes que dão origem ao artefacto, o ‘modelista’ deveria estudar e conhecer a técnica do molde de modo a que o artefacto fosse dotado de perfeição e contribuísse para a rapidez da sua reprodução. Para tal, precisava saber como se executam todas as operações das seções do fabrico dos modelos, tais como: o corte, costura e montagem de modo a prevenir as dificuldades e facilidades de produção que poderão acontecer nessas seções (1972, p. 2). Esse aspeto manifestou-se indissociável do momento criativo, uma vez que eventualmente o condiciona e interfere no resultado final.

4. QUARTO MOMENTO: A INDUSTRIALIZAÇÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DE UM NOVO CALÇADO PORTUGUÊS ENTRE 1974 E 2016

Como se pôde verificar, a mudança de paradigma nos discursos do ‘calçado’ ocorreu na década de 60, mas sendo o final da década de 50 onde começou a estruturar-se essa renovação, fruto de uma abertura proporcionada às perspetivas dos próprios agentes do calçado, ligados ou não à produção, deixando assim o principal papel normalizador de pertencer somente ao poder político. Na verdade, retomaram-se aspetos do passado, onde, apesar da intervenção do estado os ‘sapateiros’ sob forma de agremiações ou, individualmente, exerceram com efeito também esse papel. A orientação para a exportação do setor difundida nos anos 60 ampliou-se, gradualmente, na década de 70, no pós 25 de abril, como se pôde constatar através da existência de matéria extensa de regulação no que respeitou aos protocolos das designadas ‘trocas comerciais internacionais’⁷⁴⁶. O período que abrangeu o final da década de 50 e a década de 70 terá, no âmbito do enquadramento dos auspícios da real industrialização do calçado, sido a fase em que essa assistiu ao primeiro ciclo positivo e na qual a mecanização total do calçado reuniu as condições para se manifestar como panorama predominante.

⁷⁴⁶ Como ocorreu com a Bulgária, Jugoslávia, Alemanha, Cuba ou Angola, apenas para ilustrar alguns protocolos estabelecidos. Ver Aviso n.º 169/76, de 21 de julho; Aviso n.º 173/76, de 26 de julho; Aviso n.º 34/77, de 10 e fevereiro; Decreto n.º 35/77, de 11 de março; Decreto n.º 27/79, de 10 de abril.

O Pós 25 de abril não significou, contudo, uma mudança imediata na indústria do calçado, tendo sido necessário ultrapassar o processo de democratização, descolonização e desenvolvimento. De facto, entre 1974 e 1984 desenvolveu-se um ciclo negativo da tendência da produtividade industrial, relacionado não só com os aspetos internos, mas também externos⁷⁴⁷. Portugal, enquadrado num panorama internacional marcado por várias fragilidades assistiu ao prelúdio de mudanças sobretudo na década de 90. O tecido da indústria do calçado caracterizou-se por uma distribuição geográfica entre Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vila Nova de Gaia, Guimarães e Felgueiras, onde se enquadraram estruturas de produção classificadas como PME⁷⁴⁸, em geral de propriedade familiar, com destaque para uma atuação em mercados como a Alemanha, França e Reino Unido (Plano Estratégico, 1994, p. 14-18). Foi através dessas referências onde se continuou a verificar uma estreita ligação entre a indústria do calçado e o Estado, tendo sido no âmbito dos objetivos definidos para os setores tradicionais da indústria portuguesa, onde se difundiu a introdução de novas tecnologias, do design, das marcas, da comercialização e do marketing, os quais através do financiamento proporcionado pelo Estado viriam a abranger a indústria do calçado atravessando assim fatores políticos, sociais, tecnológicos e económicos (1994, p. 27-29). No entanto, esse período de vigor acabaria também por padecer, na década seguinte, à deslocalização das empresas estrangeiras que se haviam sediado no país em unidades fabris de grandes dimensões, grande capacidade produtiva e de recursos humanos para países asiáticos⁷⁴⁹ nos quais o custo de produção foi inferior⁷⁵⁰. Nesse sentido, a indústria do calçado, na primeira década do século XXI, ficaria marcada essencialmente por dois cenários no país: o encerramento de algumas empresas e a continuidade na aposta nas exportações por parte das que ultrapassaram essa fase menos positiva (Monografia 2004, p. 8) tendo sido a partir dessas que

⁷⁴⁷ Recorde-se os factos históricos das consequências internas imediatas do 25 de abril de 1974, mas também o panorama internacional. De acordo com Mateus (1985) no artigo *25 de abril, transição política e crise económica: que desafios dez anos depois?*, no qual analisou as mudanças ocorridas em Portugal no Pós 25 de abril, deu conta de um contexto de crise económica: a década de 70 foi moldada a partir das transições políticas e na década de 80 a crise económica foi quem conduziu as transições económicas (1985, p. 285). O mesmo autor teceu uma “viragem à escala mundial” marcada também considerações perante o cenário internacional elucidando que ocorreu nessa década igualmente pela crise económica, mas também de grandes transformações políticas, militares, culturais e sociais, na génese de uma “crise estrutural, duradoura e multifacetada” (1985, p. 281).

⁷⁴⁸ A respeito das PME^s valerá o esclarecimento da Comissão Europeia para a definição do enquadramento das empresas. Assim, a categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede cinquenta milhões de euros, ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros, sendo que: uma pequena empresa emprega menos de cinquenta pessoas e o volume de negócios anual ou balanço total anual não excede dez milhões de euros; uma microempresa emprega menos de dez pessoas e o volume de negócios anual ou balanço total anual não excede dois milhões de euros (Recomendação da Comissão Europeia, 2003, p. 39). Do universo de empresas analisadas no plano estratégico em análise, deu-se conta de apenas doze empresas com mais de quinhentos funcionários e cento e dois com um número de funcionários superior a cem (Plano estratégico, 1994, p. 14).

⁷⁴⁹ Note-se que em 2012 a China foi responsável por 60% da produção mundial de calçado (Monografia Estatística, 2013, p. 12).

⁷⁵⁰ De acordo com os dados fornecidos pela APICCAPS verificou-se progressão em sentido descendente nos momentos seguintes: na década de 90 se manifestou o aumento do desemprego em termos internacionais na ordem dos 17% em Itália e mais de 30% em Espanha, na Polónia e na Roménia; em 2006 a economia externa cresceu apenas 3,3% ao ano; e em 2008 a recessão ocorreu (Footure, 2013, p. 17).

a indústria ressurgiu. Em vista disso, aumentou o peso de empresas mais pequenas caracterizadas pela produção de pequenas séries de produtos de elevado valor acrescentado (Monografia Estatística, 2013, p. 14), sendo que o preço médio do calçado português passou de 19,30 em 2006 para 22,70 em 2012 (Footure 2020, 2013, p. 17). Paralelamente, reconheceu-se que a aposta na rapidez e flexibilidade (2013, p. 26) foram também argumentos da indústria portuguesa do calçado fundamentais a que a competitividade passasse a integrar os seus discursos. Os princípios da segunda década do século XXI têm vindo a ser marcados pelo reforço de competências ao nível criativo, do design, da moda e do marketing. Surgiriam marcas e levou-se a cabo uma renovação da “imagem coletiva” (2013, p. 21) pelo novo sentido corporativo que o ‘calçado’ reencontrou. A distância cronológica ao momento da investigação poderá ser considerada recente para tecer análises às reais consequências desses factos, no entanto, tem sido certo que o avanço alcançado tem sido qualitativo e o calçado português é encarado de outro modo ao nível internacional sendo que o design e a moda são já associados a Portugal (2013, p. 21), bem como a capacidade de desenvolvimento de produto e introdução de valor acrescentado e qualidade, ou a resposta rápida e flexibilidade (2013, p. 28) são características que têm vindo a ser reiteradas para caracterizar a indústria portuguesa de calçado.

O presente momento foi analisado com base no desenho de duas fases, onde a primeira abrangeu a cronologia entre 1975 e 2007 e a segunda fase, entre 2007 e 2016. Essas, por sua vez, compreenderam uma divisão interna, num total de seis períodos: em que quatro correspondem à primeira fase e traduzem um panorama centrado na tecnologia, mas também com destaque ao nível dos programas; e dois períodos correspondem à segunda fase, traduzindo novas perspetivas centradas não só da tecnologia e dos programas, mas também dos autores. As fases delimitaram-se, cronologicamente, com base na publicação de um conjunto de documentos designados por “Plano Estratégico”, respetivamente, em 1975, 1983, 1994, 2001, 2007 e 2013 e, fundamentaram-se na interpretação desses documentos à luz do design. Esse conjunto de documentos deixou verificar o desenho permanente de um projeto para a indústria do calçado, entendida como um todo, o qual refletiu a capacidade de recondução gradual do setor, o qual através da definição de prazos para o cumprimento das várias etapas do projeto delineado pela APICCAPS traduziu os períodos analisados no quarto momento.

Tendo em conta que se pretendeu estudar a indústria do calçado no enquadramento do quarto momento considerou-se pertinente esclarecer e delimitar o conceito da indústria do calçado no âmbito da investigação, com vista a clarificar os termos e as expressões da linguagem atual nos discursos do ‘calçado’. Manifestou-se com essa análise a possibilidade de uma interpretação aos eixos de atuação onde o design foi entendido como um contributo. Recorreu-se para tal a fontes de natureza legislativa, tendo sido essas as quais validaram e veicularam um dos sentidos que o ‘calçado’ assumiu, mas também um dos principais aspetos encontrados no âmbito do papel regulador do Estado, no caso, divulgado por via de

publicações editadas pelas suas instituições. A premissa que entendeu a indústria do calçado enquanto significado de uma transformação de um ofício encontrou como primeiras motivações o acompanhamento da tecnologia, a resposta ao consumo através de novos programas, a emergência de autores e também de um conjunto de co-autores. A história de um artefacto produzido por via da mecanização poderá compreender em si o designer de calçado enquanto o autor, acompanhado por um leque de outros profissionais que num sentido progressivo deram origem à concretização física de uma tipologia de calçado. Além de um novo sentido inerente à (re)produção dos artefactos, encontraram-se ainda outras correlações de bastante relevância e sem as quais essa (re) produção estaria comprometida, como sendo as actividades económicas que não visaram construir o calçado, mas antes fornecer os meios para tal, estabelecendo uma interdependência fundamental.

O recurso a documentação bibliográfica específica a vigorar ao presente da investigação pretendeu contribuir na interpretação desses documentos e no confronto do conhecimento empírico da investigadora. Foi possível constatar a presença de imperfeições, sendo que alguma da informação publicada carece de atualização, ou outra considerada relevante não foi contemplada.

4.1 OS CONCEITOS

Analisando a generalidade do termo 'indústria' definido pela "Enciclopédia luso brasileira" (1966) encontrou-se a seguinte significação, a qual deixou prevalecer aspetos ligados com a técnica: "no sentido primitivo da palavra como o conjunto dos esforços humanos para empregar as suas faculdades; atividade; obra, ação, ato; intervenção; aplicação" (1966, vol. XIII, p. 734)".

Com base nas demais desambiguações do termo⁷⁵¹ verificadas nessa enciclopédia e através da sua interpretação fundamentada em metodologias que usaram no design como lente, tornou-se possível uma interpretação: a indústria poderá representar o conjunto das instalações fabris de um país, caracterizadoras da produção desse e dotadas de meios para (re)produzir e transformar matérias primas para a sua adaptação às necessidades dos utilizadores, com fins lucrativos (Vol. XIII, p. 734-735). Essa significação do termo em sentido generalizado contribui para o desenho do conceito de indústria do calçado, sendo que ao acrescentar a designação 'calçado', de resto, esclarecida no capítulo III, esse sentido pode redefinir-se e deixar perceber correlações mais complexas dada à inscrição dos artefactos em discursos do design. Assim, a indústria do calçado ligada a aspetos inerentes aos programas, tecnologias e autores, evidência alocar-se numa

⁷⁵¹ Valerá clarificar que no enquadramento da significação da indústria no âmbito dos discursos económicos, a explicação ocorre a partir de uma divisão em três ramos de atividade: extrativa; manufatureira; e comercial; mais tarde corrigida e separada a 'agricultura' das indústrias extrativas, contribuindo para a classificação mais detalhada, tendo passado a dividir-se em: extrativa, agrícola, manufatureira ou fabril; comerciais; e transportes (Luso Brasileira, 1966, Vol. XIII, p. 735). Atualmente, divide-se em 'extrativa' e 'transformadora' (CAE 2007).

teia dotada de grande complexidade onde se englobam o âmbito das matérias primas, o setor dos componentes e tecnologias disponíveis e os recursos humanos ligados ao domínio da técnica, os quais articulados com metodologias próprias do design, dão origem a tipologias de calçado adequadas a um perfil de utilizador e a uma função específica.

A indústria do calçado inscrita nesses três vetores materializou um puzzle composto por um conjunto de unidades fabris que produzem matérias primas e componentes, tornando possível a existência de outras unidades para efetivamente (re) produzir e escoar os artefactos. Essa teia parece evidenciar uma conotação direta às partes que constituem os programas dos artefactos enquadrados no momento em análise, já que esses elementos constituintes deram origem a setores especializados na área da produção de componentes. A indústria do calçado compreende assim uma articulação entre atividades profissionais correspondentes a outros setores a par da produção de calçado, por sua vez, ambos dotados de tecnologias próprias com vista a dar resposta a programas específicos. O designer ao serviço da indústria do calçado emergiu dando origem ao desenvolvimento de tipologias de acordo com o princípio do equilíbrio entre vetores inerentes ao design de calçado.

A “Classificação das Atividades Económicas Portuguesas” (CAE)⁷⁵² ajudou na compreensão do conceito da indústria do calçado em Portugal ao momento da investigação com base na fundamentação em discursos institucionais. O documento em epígrafe refletiu a formalização da regulação das atividades económicas no país, na qual se inscreveu a ‘indústria do calçado’⁷⁵³ e manifestou-se como instrumento que permitiu perceber como essa se estruturou e organizou, deixando evidenciar a rede que a caracterizou. Da sua análise verificou-se, todavia, que a ‘indústria do calçado’ em si, enquanto atividade designada por essa expressão figurou generalizada englobando apenas dois setores: o setor da produção do calçado em qualquer material e a produção dos seus componentes a partir do couro enquanto matéria prima (CAE, 2007).

⁷⁵² Designa-se, frequentemente, por CAE-Revisão 3 (2007). O documento fundamentou-se em modelos internacionais, tendo sido publicado pela primeira vez em Portugal em 1953, sendo ao longo do tempo adaptado à realidade da economia nacional. A última revisão ocorreu em 2007, em sincronia com as últimas classificações das Nações Unidas, (CITA-Rev.4) e da União Europeia (NACE-Rev.2). A atividade económica é o resultado da combinação dos fatores produtivos, ou seja, mão-de-obra, matérias primas, equipamentos, entre outros, com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos, um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída dos mesmos (CAE, 2007, p. 16). Apesar de se assumir como um instrumento ligado sobretudo à estatística, tendo nesse enquadramento em vista “a organização da informação estatística económico-social, por ramo de atividade económica e em diversos domínios (produção, emprego, energia, investimento, etc.)” ou a sua “comparabilidade estatística a nível nacional, comunitário e mundial” (CAE, 2007, p. 10), manifestou um contributo distinto desse propósito na investigação, já que revelou o desenho da caracterização das atividades e tecido industrial do setor da produção do calçado e dos componentes.

⁷⁵³ A atividade da ‘indústria’ foi apresentada mediante duas significações, a saber, ‘extrativa’ e ‘transformadora’. A indústria transformadora inscreveu a ‘indústria do calçado’ num dos vinte e cinco tópicos e compreendeu as atividades que alteram, renovam ou reconstróem qualquer bem, por via de qualquer processo e de matérias-primas provenientes de várias atividades económicas em novos produtos (CAE, 2007, p. 92).

Foi pela constatação do enquadramento da ‘indústria do calçado’ na ‘divisão’ da ‘indústria do couro’ e dos ‘produtos do couro’⁷⁵⁴, onde se revelou o sentido de continuidade à ligação existente desde o sistema de ofícios entre o setor do ‘couro’ enquanto contexto de matéria prima ligado, diretamente, ao produtor de calçado. A indústria do calçado inscreveu-se, institucionalmente, no âmbito da indústria do couro, tendo compreendido no seu espectro duas ‘subclasses’ a ‘fabricação de calçado’ e a ‘fabricação de componentes para calçado’ (CAE, 2007, p. 110). No entanto, se o fabrico de calçado se classificou perante a sua concretização por meio de materiais de natureza diversa, o caso da inclusão da produção dos componentes para calçado no enquadramento classificativo da ‘indústria do calçado’ compreendeu apenas os que se fabricaram a partir do couro como matéria prima. No âmbito da investigação, analisaram-se os conceitos para uma melhor clarificação:

- a fabricação de calçado em diferentes matérias (couro, borracha, plástico, têxteis, madeira, etc.) para todos os fins e qualquer que seja o processo de produção (corte e costura de peças, colagem, montagem, vulcanização, injeção, moldação, etc.). Inclui serviços de acabamento de calçado. Não inclui: fabricação de calçado de matérias sem aplicação de solas⁷⁵⁵; Fabricação de calçado para esqui⁷⁵⁶; fabricação de calçado ortopédico por prescrição médica⁷⁵⁷; reparação de calçado⁷⁵⁸ (CAE, 2007, p. 110).
- a fabricação de partes ou componentes para calçado (solas, partes superiores de calçado, palmilhas, tacões, saltos, contra-fortes, biqueiras, etc.) em couro. Não inclui: fabricação de partes de calçado em madeira; fabricação de graxa e pomada para calçado; fabricação de tacões, solas e outras partes de calçado de borracha; fabricação de partes para calçado de plástico; fabricação de partes metálicas para calçado; fabricação de componentes ortopédicos por prescrição médica (CAE, 2007, p. 111).

A partir dessas determinações pode considerar-se a ‘indústria do calçado’ organizada em dois sentidos: a produção dos artefactos em si e a produção das partes que constituem o calçado. Na primeira parte da definição adotada na classificação, encontrou-se uma perspectiva assente em esclarecimentos inscritos em dois vetores inerentes ao design de calçado, a saber, na temática dos programas e no âmbito das tecnologias, tendo considerado o calçado enquanto artefacto que implica e prevê um processo

⁷⁵⁴ Enquadrou-se nessa ‘divisão’, juntamente, com o grupo da produção e do acabamento dos curtumes designado “Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo e com pêlo; fabricação de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, de correeiro e de seleiro” - compreendeu duas classes, a saber, a classe da “curtimenta e acabamento de peles sem pêlo e com pelo”, que por sua vez englobou as subclasses da “curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; fabricação de couro reconstituído; curtimenta e acabamento de peles com pêlo”; e a classe da “fabricação de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, de correeiro e de seleiro” (CAE, 2007, p. 48).

⁷⁵⁵ Como a “fabricação de calçado de materiais têxteis” (2007, p. 109).

⁷⁵⁶ Enquadrada no setor da “fabricação de artigos para desporto” (2007, p. 162).

⁷⁵⁷ Correspondente ao setor da “fabricação de material ortopédico e próteses e de instrumentos médico- cirúrgicos” (2007, p. 55).

⁷⁵⁸ Compreende as “actividades de reparação de sapatos, botas, malas de viagem e de mão e de outros artigos de couro” (2007, p. 270).

de montagem entre as suas duas principais partes constituintes - o corte e a sola. Nesse esclarecimento foram contempladas a menção a diferentes matérias primas que não apenas o couro, designadamente, borracha, plásticos, têxteis ou madeira para caracterizar a natureza material dos artefactos e mostrar o seu não comprometimento para a classificação do setor por via do material utilizado nas tipologias. Também se revelou, no mesmo sentido, o aspeto da função dos artefactos, denotando-se uma extensão no conceito perante a abrangência das funções para a utilização dos artefactos, apesar de se ter verificado a presença de duas exceções – ao calçado ortopédico com prescrição médica e às botas de esqui. Por fim, identicamente, foram compreendidos na significação veiculada no documento diversos processos de produção e de montagem para caracterizar o calçado que se inscreve no quadro da ‘indústria do calçado’. A alusão do sentido exposto direccionou-se para a multiplicidade de programas combinadas com outra pluralidade de técnicas e sistemas de montagem para representar o ‘calçado’. Nessa significação não se manifestou relevante a distinção do ‘couro’ como elemento diferenciador para a caracterização do conceito. A segunda parte correspondeu à restante atividade da ‘indústria do calçado’ revelou dois aspetos fundamentais, o entendimento dado aos ‘componentes’, a saber, as ‘solas’, ‘partes superiores de calçado’, ‘palmilhas’, ‘tacões’, ‘saltos’, ‘contrafortes’ ou ‘biqueiras’ produzidos através do couro e a compreensão da sua ligação diretamente ao sentido dos programas e dos elementos que os constituem, ao nível de peças exteriores, interiores ou que se tornam invisíveis após a montagem. Assim, evidenciou-se uma estrutura produtiva que emergiu a partir da desconstrução física do artefacto, ou seja, especializada em cada uma das partes que o pode constituir, mas com a particularidade de apenas a institucionalmente enquadrarem aqueles elementos que são produzidos com couro. Foi com essa perspectiva que se percebeu, novamente, uma significação da ‘indústria do calçado’ associada ao ‘couro’, sendo que no caso, englobaram não só o fator da sua bidimensionalidade, mas também já transformado para integrar os elementos dos programas de calçado. A presença de elementos constituintes a partir de outros materiais, determinou outro enquadramento para certos componentes, reiterando-se a tradição secular da ligação ao couro e demarcando-se ligações diretas entre os setores⁷⁵⁹. O facto de a designação não ter incluído os componentes produzidos de madeira, borracha, plástico, metal, ou até mesmo os produtos de acabamento, circunscreveu-se a atividade com base na manutenção dessa ligação. Pode concluir-se que a ‘indústria do calçado’ compreende em si a fabricação de tipologias em qualquer material

⁷⁵⁹ Num sentido de clarificação dos ‘componentes’ de ‘borracha’ ou ‘plásticos’ para calçado valerá referir que esses componentes se encontraram na divisão da “fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas” onde se encontrou a “fabricação de componentes de borracha para calçado” (2007, p. 40) Essa subclasse compreendeu a “fabricação de solas, tacões e de outras partes de calçado em borracha” (2007, p. 124). O grupo da “fabricação de artigos de matérias plásticas” deteve a sub-classe da “fabricação de componentes de plástico para calçado”, tendo compreendido a “fabricação de solas e de outras partes de calçado em matérias plásticas” (2007, p. 126). No caso dos ‘componentes de madeira’ encontraram-se no âmbito da sub-classe da “fabricação de outras obras de madeira” (2007, p. 48) e das ‘partes metálicas’ a sub-classe “fabricação de outros produtos metálicos diversos” (2007, p. 53).

e para qualquer função, bem como a fabricação de componentes de couro, sendo que os restantes materiais foram enquadrados noutras indústrias.

A classificação das atividades da 'indústria do calçado' manifestou-se para a significação procurada no âmbito da investigação incompleta. Partindo do reconhecimento de uma teia bem mais complexa onde se englobam outras dimensões que não apenas os componentes de couro para se tornar possível o fabrico do calçado nos moldes apresentados, considerou-se a possibilidade de propor uma perspetiva que abrangesse e agrupasse os setores não apenas pelas matérias primas que se inscreveram, mas também por outros aspetos dos programas: os seus elementos constituintes⁷⁶⁰. De facto, a dependência e articulação, entre a indústria do calçado e o setor do fabrico de componentes poderiam justificar um enquadramento no mesmo grupo de atividade. Se ao momento as tecnologias de fabrico se articulam com os programas ou vice-versa, então a indústria do calçado poderá compreender também essa relação com os setores dos componentes com vista a dar resposta aos elementos dos programas e às tecnologias inerentes ao setor da produção de calçado. De facto, na prática essa relação de proximidade e numa prática de atividade conjunta existe entre unidades especializadas de produção de elementos dos programas e unidades especializadas na produção dos artefactos em si⁷⁶¹. A definição de 'indústria do calçado' ao compreender em si uma ligação aos componentes dos programas poderá ser comparada a uma 'teia', onde o artefacto continuou a corresponder ao elemento principal, uma vez que todos os restantes setores ou indústrias foram dependentes dos seus programas, operando em função das direções por ele veiculadas. Inerente à indústria do calçado da sua produção e dos seus componentes, encontram-se associados outro conjunto e atividades transversais como a produção de embalagens para os artefactos, a sua comercialização ou a comercialização dos próprios componentes, a reparação ou manutenção dos equipamentos ao dispor⁷⁶² e, recentemente, a atividade do designer, ou seja, a atividade que orienta a atividade entre todos os aspetos inerentes a programas e a tecnologias. A indústria do calçado compreende, na

⁷⁶⁰ Estabeleceu-se a seguinte analogia: o setor dos 'curtumes' não tem sido apenas utilizado para a produção do calçado, no entanto foi inscrito com a 'indústria do calçado'; por comparação, o 'fabrico do calçado de borracha' foi inscrito na 'indústria do calçado', mas o 'fabrico das solas de borracha para o calçado', foi inscrito no setor da 'borracha'. Essa constatação manifestou-se reveladora da necessidade de uma nova abrangência à definição de indústria do calçado perante a sua classificação institucional.

⁷⁶¹ Note-se que o setor dos componentes, tal como o setor do calçado integram as áreas de atuação da APICCPAS, sendo que a associação entende os componentes enquanto um elemento que compõe a indústria do calçado. Desse modo, o contributo da APICCPAS para a promoção de um sentido de proximidade entre setores foi preponderante, tendo-se verificado ao longo dos discursos analisados a veiculação de perspetivas que salientaram a cooperação e articulação entre setores como um dos aspetos fundamentais para o funcionamento de ambos os setores e, consequentemente, da indústria do calçado.

⁷⁶² Designadamente, o setor da fabricação de componentes para calçado; de componentes de borracha para calçado (2007, p. 40); componentes de plástico para calçado (p. 124); fabricação de partes de calçado em madeira (p. 112); fabricação de embalagens de papel e de cartão para calçado (p. 49); a reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos (p. 165); o setor da comercialização, como os agentes do comércio por grosso de têxteis, vestuário, calçado e artigos de couro (p. 156); o comércio por grosso de outros bens intermédios, onde se encontraram as componentes e acessórios para calçado; comércio por grosso de calçado (p. 187-188); o comércio a retalho de calçado e artigos de couro, ambos em estabelecimentos especializados (p. 198); fabricação de outros têxteis diversos não especificados – para a atividade da fabricação de atacadores para sapatos (p. 107); e confeção de outros artigos e acessórios de vestuário - fabricação calçado de materiais têxteis sem a aplicação das solas (p. 109).

prática, um vasto conjunto de atividades fulcrais que se articulam com vista à construção de tipologias de calçado.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR DO CALÇADO

Um século preenchido de episódios da história do design de calçado deixou revelar um percurso onde as mudanças ocorridas foram mais acentuadas, ao comparadas com os quatro séculos de atividade correspondentes aos momentos I e II. Em 1912, havia já sido anunciado que a crise do calçado se acentuava de ano para ano, motivada entre outros aspetos pela concorrência interna e externa, pelas dificuldades relacionadas com a técnica e a pelas lacunas na aprendizagem devido à introdução do fabrico mecânico (I Congresso Nacional Corporativo da Indústria do calçado - O Manufactor, Lisboa, 16/03/1913), revelando-se a consciência da falta de competências técnicas e de uma aprendizagem normalizada que permitisse a implementação da mecanização do calçado e o sucesso da aplicação de novos processos de construção de calçado. Essa capacidade reflexiva e de autocrítica ocorrida no início do século XX alicerçou-se num paradigma profissional anterior bem distinto daquele que se fazia sentir e rigoroso ao nível do estatuto dos seus autores e da qualidade dos programas, sob o ponto de vista da execução da técnica, traduziu as primeiras necessidades apontadas ao sistema industrial de mecanização da produção de tipologias de calçado. Percorrido o século XX na procura de resolução não só da qualidade técnica, mas também de aspetos estruturais do sistema industrial, o panorama português foi marcado por um cenário totalmente díspar, onde o design e a moda integraram a normalidade dos discursos do setor do calçado. Apesar de se ter verificado uma ligação aos discursos da moda ao longo do século XIX, foi no contexto do Estado Novo onde se verificou uma nova tentativa dessa aproximação. Contudo, terá sido com o Pós 25 de abril onde a indústria do calçado efetivamente se ligou à indústria da moda e ao design, traduzindo uma relação que se tem propagado e difundido progressivamente até à atualidade da realização da investigação no setor. O design tem figurado nos discursos do calçado enquanto um dos principais motores para o valor acrescentado dos artefactos, numa relação indissociável à moda. Apesar de se contemplar a designação 'design de calçado' nos discursos analisados ao longo do IV momento, essa menção tem ocorrido no âmbito da aprendizagem, designadamente para denominar as formações profissionais para a indústria do calçado. Essa constatação deixou perceber que os discursos provenientes do setor incidiram no design e na moda, não esclarecendo ou dissertando acerca do design de calçado em si.

Delimitando períodos, foi no Pós 25 de abril que o desenvolvimento e o progresso ao nível tecnologias e programas, a valorização do autor, os conceitos de qualificação e estratégias para a gestão, comércio e internacionalização ocorreram de modo significativo, tendo contribuído para um posicionamento de destaque e cotação internacional da indústria portuguesa de calçado. Nesse enquadramento internacional, o setor do calçado manifestou-se como um setor especializado na produção de programas onde o couro foi o material de excelência. Na verdade, em 2012

Portugal teve uma capacidade produtiva de “setenta e quatro milhões de pares” (Monografia Estatística, 2013, p. 13). Além desse reconhecimento ou da qualidade produtiva, onde predominaram sobretudo tipologias de calçado destinadas ao género feminino, contribuindo para uma tendência de especialização nesse tipo de calçado, alcançado ao longo de um século, a indústria do calçado viria a contribuir, significativamente, para a economia portuguesa e através da introdução do design os artefactos passaram, progressivamente, a traduzir-se cada vez mais um produto de valor acrescentado. Com trinta e cinco mil pessoas (2013, p. 14) ao seu serviço da indústria do calçado, no princípio da segunda década do século XXI refletiram-se além da qualificação do seus diversos profissionais e decorrente da evolução tecnológica ocorrida a uma capacidade produtiva por trabalhador a atingir um valor histórico máximo. No espaço temporal de um século preenchido de mudanças sociais, políticas, económicas e tecnológicas acompanhou essas alterações e transformou-se, tornando possível o lugar nos mercados internacionais como um dos principais exportadores de calçado. No contexto nacional, tornou-se eventualmente uma das mais proeminentes.

Para o desenho de uma narrativa que caracterizasse a indústria do calçado no quarto momento da investigação quanto à sua estrutura e caracterização consideraram-se um conjunto de oito documentos publicados pela APICCAPS⁷⁶³, tais como o conjunto de “Monografias Estatísticas”⁷⁶⁴ e “Facts and numbers” (2017). A presença de dados provenientes de discursos da própria indústria do calçado manifestou-se uma mais valia para a investigação pela abrangência aos vários quadrantes estruturais e eixos temáticos distintos da sua própria teia. A sua natureza quantitativa permitiu o desenho do panorama português entre 1974 e 2016 e sem o vínculo a outros comprometimentos, uma vez que análise se centrou numa recolha de elementos quantitativos apresentados nas publicações. Foram assim interpretados com base na orientação metodológica seguida na investigação, tendo-se para tal desenhado dois quadros de modo a compreender os sentidos pretendidos. Numa análise preliminar aos dados pôde perceber-se os aspetos mais relevantes e, conseqüentemente mais proeminentes dos discursos da indústria do calçado no Pós 25 de abril: a capacidade produtiva de artefactos, a orientação para uma especialização sobretudo ao nível dos materiais utilizados e a abertura portuguesa ao exterior através da exportação dessa produção.

⁷⁶³ Na p. 373 do presente capítulo analisa-se a APICCAPS no âmbito do retorno do panorama associativo que marcou a atividade do calçado na III República, dada a sua relevância perante as direções e o desenvolvimento que marcaram a indústria do calçado.

⁷⁶⁴ Em 2003 o gabinete de estudos da APICCAPS publicou a primeira “Análise estatística” (2003), de um conjunto de edições subsequentes, de periodicidade anual a partir de 2013. Além da apresentação de dados sobre o posicionamento da indústria do calçado, aos níveis interno e externo ou das estratégias seguidas, os documentos revelaram informações sobre a conjuntura a que corresponderam. O objetivo central da publicação, além de pretender difundir a informação no seio da indústria do calçado, relacionou-se com o contributo que a análise desses dados poderia trazer ao seu próprio desenvolvimento e para a (re)definição de estratégias necessárias em prol do seu melhoramento e posicionamento internacional. Foram publicadas em 2003, 2009, 2011 2013, 2014, 2015 e 2016.

O quadro 39⁷⁶⁵ permitiu caracterizar a evolução do surgimento de novas empresas, os recursos humanos ao serviço do calçado, relacionados com quatro vetores alusivos à sua qualificação: quadros médios, superiores e chefias; trabalhadores qualificados; trabalhadores semiquilificados; e trabalhadores não qualificados, aprendizes e outros; e o quadro 40⁷⁶⁶ permitiu analisar a produção portuguesa ao nível de especificidades dos programas de calçado e correspondente exportação dos mesmos, por anos. Contemplaram-se os dados de tipologias onde o material predominante foi o couro; tipologias especializadas: calçado para desporto ou segurança; tipologias correspondentes ao género: feminino, masculino, criança e unissexo; e a caracterização de tipologias ligadas aos materiais aplicados: têxtil, impermeáveis e plásticos. Foi possível encontrar informações expressivas sobre a quantificação de novos programas de calçado ou novas marcas registadas⁷⁶⁷ ao longo do momento analisado, os quais foram também apresentados no quadro.

Como se poderá verificar no quadro 39⁷⁶⁸, as últimas décadas do século XX manifestaram-se como períodos de grande crescimento e evolução da indústria do calçado ao nível do surgimento de empresas e da caracterização dos recursos humanos. Todavia, o século XXI principiou dando início a uma tendência de descida ao nível do número empresas e de trabalhadores, pressupondo-se uma quebra no volume de produção e nas exportações, face ao final do século XX. Foi a partir de 2013 onde a tendência de crescimento se voltou a verificar e a indústria do calçado poderá por isso ser caracterizada sob o ponto de vista da evolução do surgimento de novas empresas a cada ano. A análise aos dados da quantificação anual de empresas relacionadas com a produção de calçado deixou perceber uma evolução progressiva e cada vez mais significativa ao longo da cronologia contemplada no quarto momento. Apesar de períodos de quebras, onde as perdas foram num sentido progressivo, a recuperação fez-se sentir, acentuadamente, percebendo-se um sentido cíclico nesse âmbito. O ano de 1974 inaugurou o quarto momento com o registo de seiscentas e setenta e três empresas, sendo que uma década após, esse valor aumentou para novecentas e setenta e uma. Foi no final da década de 90, designadamente, em 1999 onde o número máximo de empresas de produção de calçado registadas se alcançou em Portugal, a saber mil seiscentas e quarenta e cinco empresas, quantificação essa que ainda não foi superada⁷⁶⁹. O panorama atual poderá ser justificado perante a conjuntura económica menos positiva da primeira década do século XXI, do contexto onde o mercado português se enquadrou, motivando

⁷⁶⁵ Ver p. 373.

⁷⁶⁶ Ver p. 379.

⁷⁶⁷ Os dados remetem para o registo de novas tipologias de calçado e de marcas apoiadas nesse processo pelo CTCP, podendo assim esse valor não ser o correspondente à totalidade do panorama nacional.

⁷⁶⁸ Ver p. 373.

⁷⁶⁹ Nos dados mais recentes - 2016 - contabilizaram-se mil quatrocentas e setenta e três empresas. Ver quadro 39, p. 373.

assim uma quebra relativa à quantificação de empresas existentes de produção de calçado. De facto, entre 2000 e 2010 perderam-se cerca de quatrocentas empresas e ao momento da investigação, ainda se manifesta necessário surgir cento e sessenta e duas empresas para se igualar o máximo alcançado.

A par da quantificação de empresas sob o ponto de vista de análise aos seus recursos humanos, os dados apresentados revelaram um aumento progressivo de profissionais, tendo-se percebido que acompanharam as tendências no sentido da existência de empresas⁷⁷⁰. A existência de dados a partir da década de 90 e até ao ano de 2014 permite analisar os reflexos significativos dos profissionais qualificados: uma parte maior dos recursos humanos inscritos na classificação de ‘trabalhadores semiqualeificados’ entre 1991 e 2006, seguindo-se os ‘trabalhadores não qualificados, aprendizes e outros’, os ‘trabalhadores qualificados’ e por fim, bastante distanciados em termos de quantificação, os ‘quadros médios, superiores e chefias’. A partir de 2008 os ‘trabalhadores qualificados’ passariam a significar o grupo predominante na indústria, revelando pela primeira vez um panorama positivo desde o momento de introdução da mecanização do calçado. A seguinte comparação de dados deixa verificar a evolução significativa da qualificação dos profissionais ao serviço da produção de tipologias de calçado: se em 1991 se verificou num universo de 53286 profissionais, 20.249 trabalhadores qualificados e 15.945 profissionais não qualificados; em 2014, verificou-se num universo de 37.981 profissionais, 22.358 profissionais qualificados e 4.391 não qualificados. Apesar de esse último universo ser menor, proporcionalmente o número de trabalhadores não qualificados manifestou-se reduzido.

O desenho do quadro 40⁷⁷¹ permitiu analisar a produção portuguesa quanto ao seu volume, perceber o escoamento dos artefactos para exportação e relacionar os dados do número de empresas registadas com os valores de produção. Dessa relação verificaram-se os períodos com maior incidência, os quais por sua vez deixaram compreender onde se posicionou o período do efetivo arranque da industrialização do calçado em Portugal. Partindo-se do levantamento dos dados de 1974 relativos ao volume de produção de quinze milhões de pares, provenientes de seiscentas e setenta e três empresas, para setenta e nove milhões e duzentos e dois mil pares em 2015, procedentes de mil quatrocentos e setenta e três empresas, poderá verificar-se que se esteve perante um sentido de desenvolvimento e crescimento ao nível das empresas e da sua capacidade tecnológica e de recursos humanos, num patamar elevado, alcançado na capacidade produtiva. Particularizando décadas nesse percurso temporal, posicionaram-se períodos onde se pode compreender o sentido progressivo da evolução ocorrida. Em apenas uma

⁷⁷⁰ Se em 1974 se deu conta de 15229 trabalhadores, em 1984 esse valor quase duplicou, em 1994 alcançou máximos históricos com 59099 trabalhadores; baixando para 40255 em 2004 e continuando essa tendência até 2010; tendo aumentado a partir desse ano. Os dados mais recentes, relativos a 2016, contabilizaram 38661 profissionais. Ver quadro 39, pg. 373.

⁷⁷¹ Ver p. 379.

Datas	Empresas	Empregos	Qualificação: quadros médios, superiores e chefias	Qualificação: trabalhadores qualificados	Qualificação: trabalhadores semi-qualificados	Qualificação: Trabalhadores não-qualificados, aprendizes e outros
1974	673	15299	—	—	—	—
1984	971	30850	—	—	—	—
1991	—	53286	1299	15793	20249	15945
1992	—	57431	1581	16570	23116	16164
1994	1635	59099	1225	16612	23950	15318
1996	—	50083	1814	15073	25556	7640
1998	—	54622	3687	16319	26195	8421
1999	1645	—	—	—	—	—
2000	—	53375	4043	14751	27256	7325
2002	—	43603	3688	12209	22554	5152
2004	1432	40255	3396	11478	21461	3920
2006	1448	36221	3294	14151	15566	3210
2008	1407	35398	3011	16073	13217	3097
2009	1346	32510	2828	14630	12181	2871
2010	1245	32132	22867	15467	11171	2627
2011	1324	34509	2982	16604	11717	3206
2012	1322	34 624	3043	19920	8309	3352
2013	1399	36 889	3138	21308	8527	3916
2014	1441	38594	3180	22358	8665	4391
2015	1446	38727	—	—	—	—
2016	1473	38661	—	—	—	—

Quadro 39 Caracterização quantitativa da indústria do calçado quanto ao setor da produção: empresas e emprego ao seu serviço; e qualificação dos trabalhadores do calçado; entre a década de 70 e o ano de 2016, com base nos dados publicados pela APICCAPS nas Monografias Estatísticas de 2003, 2009, 2011 2013, 2014, 2015 e 2016 e no documento "Facts and numbers" de 2017. Fonte: Aurora Brochado.

década, entre 1974 e 1984, a produção de calçado triplicou, traduzindo-se no primeiro aumento significativo ocorrido em termos de capacidade produtiva do setor do calçado; 1994 traduziu o segundo período de evolução, mas também o auge da produção de calçado, com o máximo histórico de cento e oito milhões de pares e oitocentos e sessenta e seis mil pares, produzidos por mil seiscentos e trinta e cinco empresas; entre 2004 e 2011 ocorreu um período de quebra desses valores⁷⁷², sendo que a partir de 2012 verificaram-se aumentos progressivos, inaugurando um terceiro período de crescimento ao nível da produção e o qual tem vindo a progredir anualmente⁷⁷³. Proporcionalmente, o número de empresas em 2016 praticamente duplicou face a 1974 e a capacidade produtiva em 2015, face a 1974, multiplicou-se por cinco.

Com base no levantamento de dados nos discursos proferidos pela indústria do calçado, sob o ponto de vista da metodologia seguida na investigação, verificou-se uma compreensão do setor do calçado assente

⁷⁷² De acordo com o "Plano Estratégico" (2007), a indústria do calçado sofreu um abrandamento da produtividade, justificado sobretudo pelo abandono de multinacionais do país e deslocalização de grandes produções para a Ásia (Plano Estratégico 2007-2013, p. 22). O período entre 2004 e 2011 enquadrou-se nesse contexto.

⁷⁷³ Apesar de ainda não ter alcançado os valores produtivos da primeira década do século XXI - em 2015, Portugal produziu setenta e nove mil duzentos e dois milhões de pares. Ver quadro 40, p. 379.

em características dos programas de calçado. Os artefactos produzidos foram entendidos e objeto de análise mediante a definição de designações alusivas a um enquadramento com a natureza do material predominante nos programas, tais como a ‘pele’ ou ‘outros materiais’. Tendo em conta a relevância do calçado em pele no panorama da produção portuguesa de calçado, ocorreu a necessidade de proceder a delimitações quanto à natureza das tipologias produzidas, relacionadas com o género que os programas representaram e com a finalidade do uso dos artefactos em si. No caso dos ‘outros materiais’, essa designação correspondeu ao conjunto de programas que compreenderam materiais de natureza física distinta ou propriedades específicas. Assim, dos programas onde a pele foi o material predominante, as designações que distinguiram o ‘calçado’ foram associadas ao género, como o ‘calçado de senhora’, ‘calçado de homem’, ‘calçado de criança’ e ‘calçado unissexo’. Foram associados à função, o ‘calçado de segurança’ e ‘calçado de desporto’; e num sentido mais abrangente, tipologias designadas por ‘outro calçado em pele’. As designações para calçado de outros materiais, compreendeu o ‘calçado em têxtil’, ‘calçado impermeável’, ‘outro calçado de plástico’ e ‘calçado de outros materiais’. As distinções adotadas pela APICCAPS manifestaram uma grande abrangência, revelando não ter existido a pretensão de uma linguagem assente na distinção das formas ou numa classificação que particularizasse tipologias em si, mas antes, contribuir para a continuidade de um sistema de designações onde se associam materiais, finalidades de uso e funções específicas, distribuídas por género. Essa constatação deixou perceber assim uma continuidade de uma perspectiva de entendimento do ‘calçado’ que se tem vindo a desvelar ao longo do estudo dos momentos anteriores da investigação.

A indústria portuguesa do calçado poderá ser caracterizada quanto aos tipos de calçado produzidos sob essa perspectiva do material enquanto o elemento mais significativo para designar ou descrever o ‘calçado’, sendo esses, por sua vez, que também traduzem especificidades alusivas às funções e ao uso. Desenhou-se um universo generalizado de tipologias de calçado de couro; tipologias para atividades particulares como desporto; tipologias de segurança ou com funções particulares, como a impermeabilização; e tipologias de outros materiais. Esses conjuntos traduzem as principais designações e elementos que orientam os programas, bem como representam o conjunto de tipos de calçado produzidos industrialmente em Portugal. Perante a abrangência encontrada nos termos utilizados, foi possível compreender um panorama ao nível da caracterização geral dos programas.

Numa análise aos dados quantificados apresentados no quadro 39⁷⁷⁴ pode concluir-se quanto aos volumes de produção de calçado em Portugal que foram as tipologias para o género feminino construídas em couro as predominantes na indústria portuguesa entre 1974 até 2016.

⁷⁷⁴ Ver quadro 39, p. 379.

Seguiram-se as tipologias para o género masculino, criança e unissexo, respetivamente. Em relação ao calçado produzido com outros materiais, o panorama foi-se alterando ao longo da linha de tempo em evidência: se em 1974 se destacou o calçado produzido em têxtil, seguindo-se calçado noutros materiais, em plástico e por fim calçado impermeável; em 2015 as tipologias que lideraram a produção foram as de plástico, seguindo-se o calçado impermeável, têxtil e por fim as tipologias construídas com outros materiais não designados. Como mencionado, o calçado de couro manifestou-se como a especialização da indústria do calçado portuguesa correspondeu ao material ou tipo de calçado onde a rentabilidade foi maior⁷⁷⁵. No entanto, o maior dinamismo tem vindo a verificar-se no calçado de têxtil e de plásticos, justificando-se a partir da matéria prima uma relevância menor em termos de valor⁷⁷⁶.

Do crescimento da produção de calçado aumentou a quantificação das exportações. Na verdade, esse último foi um dos centros dos discursos da indústria do calçado em Portugal, tendo merecido destaque sobretudo a partir da década de 60. Foi com a abertura do país ao exterior onde teve início o percurso da exportação de calçado produzido pela indústria portuguesa. Esse trajeto, tal como o surgimento de novas empresas ou o aumento da capacidade de produção foi marcado por um crescimento progressivo em períodos: se em 1974 se exportaram cinco milhões e duzentos mil pares, na década seguinte exportaram-se trinta e um milhões e cem mil pares, atingindo-se os máximos históricos em 1994 com, aproximadamente, noventa milhões de pares. Acompanhando o sentido produtivo, até 2010 esses valores foram, tendencialmente, diminuindo, sendo que a partir de 2011 a tendência foi de evolução, revelando os dados de 2016 da exportação de oitenta e dois milhões de pares⁷⁷⁷.

⁷⁷⁵ Note-se que o calçado de couro correspondeu em 2003 a 81% da produção total (cerca de 74 milhões de pares), no valor de mil e quatrocentos milhões de euros (90% no total) sendo que em 2010, quatro em cada cinco pares de calçado foram construídos em couro, correspondendo a mais de 85% do volume de vendas do setor (Monografia estatística, 2011, p. 12-16); 79,52% em 2012 (Monografia estatística 2013, p. 19); e 79,52% em 2013 (Monografia estatística, 2014, p. 21).

⁷⁷⁶ O calçado de outros materiais, como o têxtil e os plásticos apesar de terem correspondido a 1/5 da produção nacional, o facto do seu preço médio se situar entre os cinco e os dez euros apenas correspondeu a 13% do valor total (Monografia estatística 2011, p. 13).

⁷⁷⁷ Valerá uma nota sobre os dados relativos às exportações numa perspetiva de análise relacionada com a sua relevância económica no setor e a caracterização dos programas exportados. No conjunto de publicações consultadas verificou-se que a valorização do calçado português resultou da abertura a outros segmentos de mercado, tendo contribuído não só para o aumento das exportações, mas também para um posicionamento de destaque perante a concorrência internacional. Seguindo uma análise aos valores monetários relativos a cada década correspondente ao quarto momento da investigação, verificou-se que: em 1974 o valor das exportações representou 3 093 milhares de euros; 1984, 164 060 milhares de euros; 1994, 1 283 867 milhares de euros; 2004, 1 273 252 milhares de euros; em 2014, 1 845 568 milhares de euros; e 2016, 1,923 milhões de euros. Como se pode verificar a cada década mencionada e ao ano de 2016, correspondendo esse à cronologia mais recente com dados revelados, existiu uma evolução constante e progressiva. Apesar de a produção ter oscilado e, em 2016 o volume produtivo ter sido inferior ao de 2004, a valorização dos programas foi mais elevada. Os principais destinos das exportações foram entre 1998 e 2003 a Alemanha, sendo que em 1998 o valor correspondeu a 23,80% e em 2003 a 22,86% (Annual Report, 2003, p. 57). Em 2005 as exportações para a Alemanha baixaram para 19,30%, em 2010 foram de 14,47% (Monografia estatística, 2011, p. 40) e em 2013, 16,75% (Monografia, 2014, 50). Seguiu-se o Reino Unido que em 1998 recebeu 21,95% do calçado português exportado, tendo em 2003 diminuído para 18,92% (Annual Report, 2003, p. 57), em 2005 para 15,17%, 2010 para 9,27% (Monografia estatística, 2011, p. 40) e em 2013 para 7,72% (Monografia, 2014, p. 50). França acolheu em 1998 18,30% das exportações de calçado, em 2003 viu esse valor aumentado para 20,52%, em contrapartida a ter recuado para a Alemanha (Annual Report, 2003, p. 57; Monografia estatística, 2011, p. 26), em 2005 subiu para 24,54%, 2010 para 27,47% (Monografia estatística, 2011, p. 40) e em 2013 liderou com 21,94% de peso total (Monografia, 2014, p. 50). Os restantes valores distribuem-se pelo resto do mundo sendo referidos a Holanda, Espanha, Dinamarca, Estados Unidos, Suécia, Bélgica, Itália, Irlanda, Noruega, Grécia, Suíça, Canadá, Angola, Finlândia, Áustria, Turquia, Israel e Austrália (Annual Report, 2003,

Os mercados internacionais que marcaram o panorama industrial português das exportações oscilaram, mas também foram mais abrangentes a outros espaços geográficos. Se entre 1998 e 2003 a Alemanha e o Reino Unido se manifestaram com perdas progressivas, por seu turno a indústria do calçado assistiu ao aumento de produção para França, sendo que em 2013 liderava o destino das exportações portuguesas. Na sua generalidade, França, Espanha, Alemanha, Holanda e Reino Unido, manifestam-se como os principais destinos de exportação na atualidade da investigação. Tendo em conta o posicionamento português positivo a esse nível, manifesta-se relevante mencionar que na sua caracterização se atribuiu ao design e à moda a responsabilidade por esse sucesso e com ele o aumento, a partir da década de 90, do preço médio de exportação para “quase 100%” (Monografia Estatística, 2013).

Restará referir os dados relativos ao registo de novos programas de calçado ou novas marcas registadas. A primeira menção à proteção da propriedade intelectual na indústria do calçado no Pós 25 de abril evidenciou-se na Monografia Estatística (2009), a partir do momento que se considerou ter alcançado os méritos relativos à produção em si e à capacidade de resposta da mesma. Nesse âmbito, a ambição de produzir moda e desenvolver marcas próprias manifestaram-se como a grande preocupação a partir da primeira década do século XXI. O entendimento da “não tradição” (2009, p. 50) no que respeitou ao contexto da proteção da propriedade intelectual na indústria de calçado portuguesa foi constatado e apontado como uma fragilidade num panorama onde emergiram marcas e programas. As informações encontradas a partir da Monografia Estatística (2009) reafirmaram a valorização da propriedade intelectual e permitiram compreender o arranque e o crescimento de marcas e programas de calçado de identidade nacional. O panorama que marcou o princípio da industrialização do calçado em Portugal, ou seja, um contexto marcado pela direção proporcionada do objetivo de alcançar uma grande capacidade produtiva, no qual as empresas se alicerçaram num sistema de subcontratação, onde o espaço para o desenvolvimento de programas próprios foi ocultado por essa prática de atuação, poderá traduzir a justificação para que o impulso da emergência de marcas e programas ocorresse cronologicamente na primeira década do século XXI, quando os volumes de produção baixaram. Tendo em conta uma linha de pensamento subjacente, na qual se percebeu a eloquência dos discursos do design na indústria do calçado, sensivelmente após três décadas desde o 25 de abril, poderá reclamar-se de facto para esse o contributo para a valorização dos artefactos e, conseqüentemente de toda a teia. Foi através da divulgação e da prática de registos de propriedade intelectual onde

p. 57). Por continente, em 2010, as exportações para Europa corresponderam a 95,98% do principal destino das exportações, destacando-se cinco mercados, a saber, França, Alemanha, Holanda, Espanha e Reino Unido, num contexto em que exceto para a Alemanha, as exportações para esses países aumentaram (Monografia estatística, 2011, p. 26-39); em 2013 diminuiu a exportação para a Europa em si, sendo o valor de 91,85% e alcançando os restantes valores os outros continentes, tendo assim os valores para esses aumentado (Monografia estatística 2014, p. 49). Em 2009 Portugal exportou para aproximadamente 130 países (Monografia estatística 2009, p. 20) e os dados mais recentes mostraram que em 2014 Portugal se enquadrou em mercados de 150 países (Monografia estatística, 2016).

se pôde verificar os efeitos da profusão do cruzamento dos discursos do design com a indústria do calçado. O sentido de inovação por via da elevação dos níveis de criatividade e do desenvolvimento e aplicação de materiais, como o têxtil e o plástico, mas também outras potencialidades ligadas ao couro que tem prevalecido como o material mais utilizado, materializaram assim novos programas. Articulou-se, formalmente, na indústria do calçado os principais eixos orientadores do design: tecnologias, autores e programas.

A necessidade iminente dos registos surgiu no contexto de motivação pela crescente caracterização da ‘capacidade criativa’ da indústria portuguesa de calçado no enquadramento internacional e, conseqüentemente, sujeita à cópia dos seus artefactos⁷⁷⁸ (2009, p. 50), trazendo consigo uma nova fase para o setor do calçado. Essa, poderá ser compreendida através da ligação a um novo posicionamento da indústria portuguesa face aos seus concorrentes, sustentado pela profusão de novos ‘modelos’ e, por conseguinte, novas marcas. Manifesta-se importante mencionar que se verificou o reconhecimento por parte da APICCAPS da identificação de dificuldades inerentes ou mesmo inacessibilidade à disseminação de programas ou marcas pelo esforço financeiro necessário por parte de *muitas empresas*, as quais seguem uma direcção de sentido produtivo, na qual a “imitação e cópia ilegítima” ainda se manifestam como um meio apetecível e uma solução exequível (Monografia, 2013, p. 67).

Contudo, pode constatar-se que as condições existentes permitiram o surgimento de uma procura gradual da visibilidade internacional por parte das empresas portuguesas, alcançada através do incremento da criatividade e do design, a partir dos quais se veicularam perspectivas centradas na renovação de uma identidade como elemento fundamental de competitividade. O desenvolvimento de novos programas trouxe consigo outro aspeto, como o caso da necessidade de afirmação não só da identidade do artefacto em si, mas também do conjunto de artefactos que passaram a integrar as marcas. Assim, as empresas materializaram novas marcas, tendo sido sobretudo a partir de meados da primeira década do século XXI onde essas se difundiram e contribuíram assim para a evolução da indústria do calçado no sentido de diferenciação dos seus produtos, ao invés de manter apenas uma prática de reprodução de calçado para outras marcas.

Ao analisar a cronologia do quadro 39 percebeu-se não ter sido possível manter os valores alcançados em 2006 ou 2007 nos anos subsequentes, assim como não tem sido possível manter de ano para ano uma tendência de crescimento. Verificou-se que foi em 2011 onde o número de registos diminuiu consideravelmente, encontrando-se a partir desse ano uma tendência de subida num ano e descida no ano seguinte. Assim, em 2015 os dados revelaram um valor mais baixo face ao ano anterior, sendo ao momento da realização da investigação os dados mais recentes, ao nível de

⁷⁷⁸ Esse assunto tem sido delicado à indústria portuguesa, uma vez que a cópia de programas é por si só um ato de grande facilidade, juntando-se o aspeto de se manifestar difícil fazer prova da réplica, não sendo por isso uma garantia de total eficácia dos mecanismos existentes de proteção da propriedade intelectual.

registros de marcas e logótipos onde apesar da oscilação que acompanhou o crescimento e subida do número de programas registados, se manteve uma frequência mais constante e, os anos de 2011 e 2015 respetivamente, as datas onde a quebra foi mais significativa. Tendo em conta a condição da indústria do calçado enquadrada no IV momento e as perspetivas introduzidas num passado recente ao da realização da presente investigação, a quantificação de novos programas revelou crescimento, mas também as marcas se analisadas na sua totalidade manifestam um valor bastante relevante no espaço de uma década: aproximadamente trezentas marcas, para mil quatrocentas e setenta e três empresas.

PROGRAMA									
Datas	Tipologias produzidas (milhares de pares)	Tipologias exportadas (milhares de pares)	Material - Pele						
			Tipologias de desporto	Tipologias de segurança	Tipologias género feminino	Tipologias género masculino	Tipologias de criança	Tipologias unissexo	Outras tipologias de couro
1974	15000	5200	—	—	—	—	—	—	—
1984	48000	31100	—	—	—	—	—	—	—
1994	108866	89368	—	—	—	—	—	—	—
2002	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2004	84897	75159	365	1.246	32.407	21.489	8.356	1.925	2.488
2005	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2006	71643	63784	—	—	—	—	—	—	—
2007	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2008	69101	64651	424	1298	24.159	16.321	5.350	1.313	2.497
2009	67044	63346	346	1032	22.237	15909	4683	1057	2082
2010	62012	68671	268	785	23468	18586	4877	889	860
2011	69491	78226	—	—	—	—	—	—	—
2012	75178	70974	740	1 034	27 119	21 770	5 721	1 485	1 099
2013	73974	74500	660	1 081	28 420	21 702	5 603	1 635	683
2014	75249	76913	707	944	28 464	22 864	5 855	1 875	661
2015	79202	79394	709	738	28 967	23 302	5 625	2 272	927
2016	81600	82000	—	—	—	—	—	—	—

PROGRAMA									
Datas	Tipologias produzidas (milhares de pares)	Tipologias exportadas (milhares de pares)	Material - Outros				Registos		
			Tipologias têxteis	Tipologias impermeáveis	Outras tipologias de plástico	Tipologias de outros materiais	Tipologias	Marcas	
1974	15000	5200	—	—	—	—	—	—	
1984	48000	31100	—	—	—	—	—	—	
1994	108866	89368	—	—	—	—	—	—	
2002	—	—	—	—	—	—	8	2	
2004	84897	75159	5899	3423	3464	3835	—	—	
2005	—	—	—	—	—	—	140	40	
2006	71643	63784	—	—	—	—	375	40	
2007	—	—	—	—	—	—	375	50	
2008	69101	64651	6.180	3.592	4.679	3.286	235	35	
2009	67044	63346	5463	3402	4122	3318	240	40	
2010	62012	68671	6 199	2 399	2 058	1 155	190	20	
2011	69491	78226	—	—	—	—	135	10	
2012	75178	70974	3 782	3 696	3 985	3 724	210	25	
2013	73974	74500	3 013	4 701	4 366	3 661	190	35	
2014	75249	76913	1 801	5 349	2 609	4 067	259	40	
2015	79202	79394	3 043	4 764	6 067	2 788	185	15	
2016	81600	82000	—	—	—	—	—	—	

Quadro 40 Caracterização quantitativa das tipologias produzidas e exportadas em Portugal ao nível do valor total por ano; por tipologias especializadas; por género; e por material. Caracterização quantitativa de registos de propriedade intelectual de novas tipologias de calçado e de marcas, com recurso ao apoio do CTCP, entre a década de 70 e 2016, com base nos dados publicados pela APICCAPS nas "Monografias Estatísticas" (2003, 2009, 2011-2013, 2014, 2015 e 2016) e no documento "Facts and numbers" (2017). Fonte: Aurora Brochado.

4.3 O PANORAMA ASSOCIATIVO: A APICCAPS

Tal como o primeiro e segundo momento já abordados, o quarto momento ficou marcado pelo contexto e contributos conduzidos por um enquadramento associativo que protegeu e orientou a indústria do calçado. Perante um panorama de instabilidade devido às repercussões imediatas trazidas com o 25 de abril e que acabariam por caracterizar o contexto da década de 70 em Portugal, também na indústria do calçado essa viragem se repercutiu. Assistiu-se assim, em 1975, à agremiação de um conjunto de fabricantes de calçado em torno de novo modelo associativo, com vista a promover e contribuir para o desenvolvimento das atividades ligadas à indústria do calçado - a APICCAPS. A relevância da associação no setor do calçado em Portugal, não só no período em que surgiu, mas também ao longo do momento em análise, no que comportou ao contributo fornecido para o crescimento do mesmo, justificará uma abordagem mais extensa aos seus modos de atuação e à compreensão dos esforços empreendidos com vista a alcançar os objetivos a que se foi propondo desde a sua emergência. Justificou-se a sua explanação mediante o sentido de continuidade de perspetivas anteriores, encontrado no âmbito do panorama associativo nos discursos do setor, logo a partir da sua génese. Não só enquanto principal representante institucional da indústria do calçado, mas também enquanto disseminador de perspetivas para a recondução do sentido de uma indústria de calçado que se afirmasse em Portugal e, internacionalmente, a associação definiu metodologias próprias de atuação, das quais fez parte o levantamento de dados estatísticos em aspetos e áreas distintas da indústria do calçado e respetivas perspetivas de análise com vista à reorganização e ao desenvolvimento do setor. Nesse seguimento, surgiram um conjunto de publicações de distintas periodicidades⁷⁷⁹ que se manifestaram fundamentais para a investigação, tendo refletido as perspetivas internas, a articulação com o design de calçado e permitido uma compreensão detalhada da esfera da indústria do calçado, tendo em conta a abrangência temática e temporal presente nesse conjunto de documentos.

O modelo associativo encontrado nos discursos do ‘calçado’ ao longo do quarto momento revelou que as perspetivas foram difundidas com o objetivo de alcançar o sucesso, delineando-se para tal um projeto principal

⁷⁷⁹ Tais como: de natureza mensal através do Jornal da APICCAPS, no qual se noticiam os aspetos mais relevantes ocorridos na indústria do calçado desde 1997; trimestral, como o “Boletim de Conjuntura” – um boletim de análise de conjuntura à indústria do calçado, coordenado pela Universidade Católica, ou ainda o “FootGragia” – uma publicação onde se apresentam as dinâmicas do setor através da comparação ao trimestre anterior, bem como as previsões para o trimestre seguinte, incidindo sobretudo no mercado externo. Ambos foram publicados a partir de 2011; de periodicidade anual como as análises estatísticas “Facts and Numbers” – um boletim de análise estatística editado apenas na língua inglesa, desde 2014, a “Monografia Estatística” – uma publicação onde se analisam os dados estatísticos relacionados com a produção e os mercados de toda a indústria desde 2009, ou o “World Footwear Yearbook” – uma publicação de análise da indústria do calçado internacional, desde 2012, a qual esteve na génese da plataforma digital, disponibilizada em 2014, dedicada exclusivamente à indústria do calçado internacional, desenhada pela APICCAPS e com o contributo de parcerias e contactos com as organizações de calçado de cada país e outras entidades, com atualizações regulares; publicações de periodicidade bianual, como a publicação “Shoes must go on” – uma edição relativa à avaliação do projeto de promoção externa do setor do calçado, desde 2009; ou ainda o conjunto de “Planos estratégicos” publicados desde 1978.

reajustado à medida em que o contexto assim o exigiu. Diante disso, o percurso efetuado pela indústria do calçado foi conduzido pela associação ao longo do momento em estudo, tendo-se assistido a um contributo para a afirmação do design enquadrado no setor do calçado. O entendimento ao projeto da APICCAPS foi encontrado com a interpretação do conjunto de planos estratégicos elaborados, nos quais se verificou o espaço para a evolução e para alargamento de novas perspetivas ou objetivos, num sentido progressivo e não radical. Não poderá esquecer-se também, a par do papel desempenhado pela associação, o sentido de concertação social do poder político, o qual se manifestou como um dos principais agentes de mudança no que respeitou a incentivos estratégicos e financeiros para a modernização tecnológica ou para o incremento da formação no design de calçado.

A APICCAPS sucedeu o Grémio dos Industriais do Calçado e englobou o alargamento da compreensão da indústria que representou enquanto setor, o qual, além da produção de calçado em qualquer material, se estendeu às áreas de atuação até ao domínio dos componentes, outros artigos em pele e seus sucedâneos, assim como os seus equipamentos. O intuito principal da associação relacionou-se com a aglutinação de áreas afins à produção do calçado em si, de modo a que através da união do setor fosse possível alcançar o aumento da competitividade, a dimensão e a representatividade⁷⁸⁰. Se a CAE (2007) entendeu a indústria do calçado no sentido da produção dos artefactos, ou da produção de componentes em couro, a APICCAPS estendeu o sentido estrutural da atividade industrial alusiva não só à produção de calçado ou dos componentes, mas também a outros artefactos, como os que se inscrevem no quadro da marroquinaria⁷⁸¹, aos materiais e às tecnologias inerentes, num paradigma marcado pela articulação entre toda a teia. Como se pode verificar com designação do acrónimo, a estreita relação que tem vindo a acompanhar os discursos do calçado com o setor do couro desde sempre evidenciou novamente essa valorização, ao ser promovida uma agremiação não só de produtores de calçado, mas também com ligação à produção de artefactos de marroquinaria, aproximada ao calçado pelo uso de materiais de base, tecnologias similares e a ligação à condição de 'acessório'. A afirmação dessa relação contribuiu assim para outros sentidos do discursos do 'calçado', a qual na prática, se traduziu num alargamento do setor e onde outros artefactos com funções e usos distintos integraram o quadro da indústria do calçado⁷⁸². A compreensão do novo modelo associativo deixou também perceber uma relação veiculada com o

⁷⁸⁰ Ver APICCAPS, Brochura institucional, s/data, 16 p.

⁷⁸¹ De acordo com a APICCAPS, por marroquinaria designam-se 'malas', 'carteiras', 'luvas', 'cintos', entre outros. Ver APICCAPS, Brochura institucional, s/ data, p. 3

⁷⁸² Foram primeiro encontradas na "Revista portuguesa da indústria do calçado" (1957), ainda que se percebendo a evidência que a marroquinaria apresentada na revista fosse produzida pelos mesmos fabricantes de calçado, na qual os programas das 'carteiras' obedeceram a uma correspondência com os programas de calçado. Essa situação não caracteriza a atualidade, uma vez que, regra geral, as empresas são especializadas na produção de 'calçado' ou na produção de marroquinaria.

comércio dos equipamentos, revelando-se assim uma aproximação com as tecnologias, tendo-se verificado com esse aspeto uma articulação entre a as técnicas de produção de calçado e o desenvolvimento tecnológico, exercendo um papel preponderante para a evolução e acompanhamento da produção dos artefactos. O novo modelo associativo inaugurado com a APICCAPS evidenciou ter-se centrado na promoção do ‘desenvolvimento sustentado’ do setor do calçado e das empresas a ela associadas⁷⁸³. As perspectivas difundidas ao longo de vários períodos no momento em análise, corresponderam a novas direções ou a aspetos complementares articulados com as necessidades aferidas tendo, conseqüentemente, dado origem a várias fases do setor, definidas por objetivos relacionados com o desenvolvimento e a inovação. Essa constatação foi verificada ao longo dos documentos publicados pela associação, nomeadamente, os “Planos Estratégicos”, os quais através das linhas de pensamento estruturais e da definição de eixos de atuação para o setor deixaram perceber o sentido evolutivo e cada vez mais aprimorado em eixos de atuação, mas também os resultados das intervenções e dos esforços provenientes do seguimento das perspectivas defendidas. Percebeu-se assim um modelo associativo caracterizado por uma grande abertura ao entendimento do conceito de ‘indústria do calçado’, revelado ao longo não só dos Planos, mas também através de outras publicações e, igualmente, de abertura para o contributo de outras áreas externas à ‘indústria do calçado’, designadamente com outros organismos institucionais ou especialistas para o desenho das estratégias de atuação ou realização de estudos de várias ordens relacionados com o setor. De facto, poderá a partir do momento em que essa abertura se oficializou considerar-se, verdadeiramente, que o ‘calçado’ português se mostrou a outros contextos e a outras áreas, mas também se revelou no seio dos seus próprios discursos. O princípio metodológico seguido pela APICCAPS evidenciou modelos de investigação-ação assente na emergência de instrumentos apostos à indústria do calçado que permitiram a re-condução constante, como metodologias que reconheceram a interdisciplinaridade como um elemento fundamental e impulsionador para o desenho de diagnósticos e definição das prioridades de atuação na resolução de problemas.

A associação foi também responsável pelo contributo no domínio das aprendizagens, primeiramente no quadro técnico da produção de calçado e, em meados da década de 80 na área do design de calçado, *avant la lettre*. O conceito de aprendizagem vigorou nos discursos da indústria do calçado por via da expressão ‘qualificação’, revelando-se um dos principais sentidos encontrados, ao longo das demais publicações consultadas, como eixos prioritários a interencionar⁷⁸⁴. A sua materialização ocorreu

⁷⁸³ Ver <http://www.apiccaps.pt>

⁷⁸⁴ Essa constatação deixou revelar uma ligação com valores que haviam logrado no passado. De facto, como se pode perceber nos momentos anteriores, essa temática foi sensível ao sistema industrial do fabrico de calçado desde 1834, tendo-se difundido no Congresso da Indústria (1957) e na “Revista Portuguesa de Calçado II” (1956- 1957). Igualmente, ao retroceder ao estudo dos momentos anteriores se verifica a relevância da aprendizagem da técnica.

por via da formação profissional, deixando sobressair uma finalidade: cada vez mais adequada aos requisitos da indústria do calçado.

Alicerçado na ambição de igualar o modelo de tutela e do ensino técnico em si praticado em Inglaterra e em Itália, com vista a formar profissionais para dar resposta às necessidades existentes no setor do calçado e acompanhar assim outros países produtores de calçado foi inaugurado, em 1966, o Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (CFPIC)⁷⁸⁵. Tutelado pela APICCAPS, o CFPIC emergiu como uma instituição de ensino particular, onde a atividade de formação principiou com a aprendizagem da costura e, posteriormente, da modelação e na década seguinte seguiram-se cursos para quadros médios técnicos. Na eminência e no contexto do pós 25 de abril a instituição estendeu-se, fisicamente, a outros polos geográficos a partir do ponto de origem - S. João da Madeira, mantendo na atualidade as unidades de S. João da Madeira e Felgueiras⁷⁸⁶.

Na década de 80 a APICCAPS realizou um protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)⁷⁸⁷ que viria a materializar um retorno efetivo e fundamental à valorização da aprendizagem e num sentido de resposta à especialização inerente que começava a caracterizar o sistema industrial de calçado português.⁷⁸⁸ Foi nessa sequência que surgiu a formação especializada em 'estilista-modelista', em 1986⁷⁸⁹, num plano de estudos com a duração de dois anos e assente na premissa de uma formação principiada nas áreas do fabrico, traduzindo o ponto de partida da criatividade e a necessidade para a materialização da ideia⁷⁹⁰.

Assistiu-se a um novo modelo de aprendizagem para a área do calçado em Portugal em articulação com o tecido empresarial e o desenvolvimento de competências que o setor exigiu, inspirado no modelo do Colégio de Tecnologia de Northampton e na Escola de Modelistas ARS Sutoria⁷⁹¹. A primeira fase de atuação da instituição foi centrada nos aspetos técnicos relacionados com o domínio da (re)produção dos artefactos. Na verdade, a formação técnica terá sido aquela que mais predominou ao longo da

⁷⁸⁵ O CFPIC foi criado ao abrigo de um protocolo datado de 23 de dezembro de 1965, entre o Fundo de Desenvolvimento de Mão de Obra, Federação Nacional do Sindicato dos Operários Sapateiros e o Grémio Nacional dos Industriais de Calçado, contextualizando-se por isso no terceiro momento da investigação. Tendo em conta o percurso e relevância dessa entidade no IV momento da investigação considerou-se a sua explanação ocorresse nesse contexto.

⁷⁸⁶ O polo de Oliveira do Douro surgiu em 1967, o de Felgueiras em 1972, nos Carvalhos em 1985, na Benedita e em Guimarães em 1986 e em Oliveira de Azeméis em 1990.

⁷⁸⁷ Promulgado pela Portaria 488/87, de 8 de junho.

⁷⁸⁸ Nessa década surgiu outra instituição com vista ao contributo noutras áreas, como a do desenvolvimento de técnicas e tecnologias. O CTCP foi fundado em 1986 pela APICCAPS e dois Institutos do Ministério da Economia, a saber, o IAPMEI e o INETI, a partir do Laboratório de Controlo da Qualidade, criado em 1981. Tem contribuído para o desenvolvimento tecnológico e no impulso à inovação tecnológica, de produtos e de novos materiais. Ver Portugal, CTCP, 2017.

⁷⁸⁹ Foram desenhados novos cursos nas áreas do fabrico e da manutenção dos equipamentos, no controlo de qualidade, métodos e tempos, informática de apoio técnico à produção e à gestão das empresas, adaptados às necessidades das empresas em geral, mas também a casos particulares (Orientações, 1991, n.º 0, p. 20-24).

⁷⁹⁰ A instituição defendeu o seguinte princípio: "O centro não concebe que um indivíduo possa ser estilista-modelista sem conhecer especificidades e problemas básicos da indústria", sendo esse o modo que possibilita "criar e idealizar para uma realidade" (CFPIC, 1991, Orientações, n.º 0, p. 22).

⁷⁹¹ Como foi possível verificar com a análise à Revista portuguesa de calçado (1956/1957).



sua existência. Progressivamente, no quadro dos contextos económicos, sociais, políticos e culturais ocorreu uma aproximação natural ao design: de início com a formação em modelação, de seguida na área de estilismo e, a partir da primeira década do século XXI com o surgimento de cursos de especialização tecnológica em design de calçado⁷⁹².

O CFPIC foi responsável também pela publicação de nove números de uma revista ao longo da década de 90 (fig. 316-325). Nesse conjunto foram explorados aspetos sobre a compreensão do design de calçado, apresentados designers de calçado, coleções, tendências de calçado, registos de certames do setor e entrevistas a empresários. Manifestou-se como a primeira publicação portuguesa de especialidade, encontrada no quadro do IV momento da investigação, que visou a difusão do design de calçado português.

Fig. 316-325 Capas da revista Orientações, N.º 0 – 9, 1991-1998. Fonte: CFPIC.



⁷⁹² Ver Despacho n.º 2527/20, de 8 de fevereiro.

⁷⁹³ Do vasto conjunto de formandos que se formaram no CFPIC na área da Modelação, do estilismo ou no design de calçado, salientam-se os seguintes pelo facto de terem desenvolvidos marcas próprias: Ana Amorim, Daniela Sá, Dário Madeira, Egídio Alves, Filipe Mato, Filipe Júlio, Hugo Melo, João Pedro Filipe, Luís Onofre, Maurício Guimarães, Paulo Renato, Paulo Sérgio, Ricardo Conceição, Gisela Marinho e Xavier de Melo.



Fig. 326 Botim do designer de calçado Luís Onofre. Fonte: Orientações, 1991, N.º 1, p. 54.

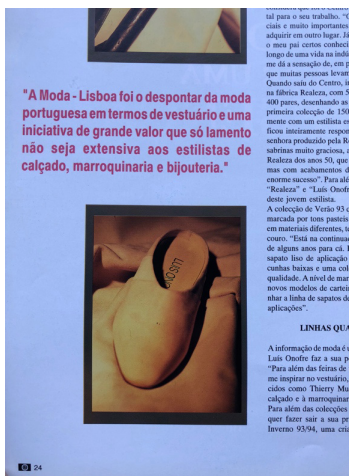


Fig. 327 Calçado do designer de calçado Luís Onofre. Fonte: Orientações, 1993, N.º 3, p. 24.

Procedeu-se a uma breve análise aos seus conteúdos tendo-se evidenciado como fio condutor ao longo das publicações o sentido identitário e projetual do design(er) de calçado: linguagem individual, interpretação de tendências, desenho, modelação, execução das diferentes peças do corte, acompanhamento da produção e das vendas (Orientações, 1991, N.º 0, p. 23). A revista pretendeu alcançar os empresários e demais profissionais do setor, ambicionando difundir uma ligação estreita do calçado com a moda e, paralelamente, apresentar jovens designers de calçado com capacidade de introduzir valor acrescentado nos artefactos (p. 15).

Foram dados a conhecer dois ateliers de design de calçado fundados por formandos dos cursos de estilismo-modelismo: 'Única-Único' e 'Paula Salgado e Maurício Guimarães' e um vasto conjunto de designers de calçado e respetivas coleções ou modelos de calçado e marroquinaria (fig. 328-340). Desse conjunto destacaram-se os designers de calçado formados no CFPIC entrevistados a cada publicação: Luís Onofre, Pedro Madeira, Isabel Teixeira da Silva, Renato Rosadas, Filipe Ribeiro e Pedro Moraes.

A revista passou a incluir além das coleções de designers e da antecipação das tendências, modelos de calçado que representaram tipologias produzidas em empresas portuguesas, tendo, entretanto, adquirido uma conotação publicitária. Encontrou-se um grupo de marcas-empresas de Felgueiras⁷⁹⁴ os quais se considerou relevante mencionar: Bolflex, Calçado Regilde, Exporfel, Felfia, Jeffar's, Killas, Lirifel, Magistral, Marina, Morris, Pelcorte, Pinfel, Pinto Fonseca e Shoes Gomes.

O panorama favorável no decorrer da segunda década do século XXI, sobretudo no que respeitou à internacionalização do calçado português, em muito se deveu ao desempenho e esforços da APICCAPS⁷⁹⁵, a qual com um modelo de organização e instrumentos distintos das estruturas homónimas do passado associativo português tem continuado a contribuir fortemente para o desenvolvimento do setor. Se por um lado se verificaram inovações dentro dos seus modos de atuação adequadas às mutações contextuais nacionais e internacionais, estendidas assim além das preocupações centradas nas áreas de atuação que tem representado, como os eixos direcionados para a qualificação de recursos humanos, inovação e tecnologia, internacionalização e cooperação, por outro lado, perante a constatação de um alargamento progressivo dos eixos estratégicos, consecutivamente redefinidos ou ampliados, como se poderá verificar na análise adiante a propósito dos 'planos estratégicos',

⁷⁹⁴ A Kyaia, Gioconda, Ginita e Evereste figuraram pela primeira vez no número três da publicação. A partir dessa publicação passaram a figurar empresas de Felgueiras.

⁷⁹⁵ No ano de 2013 a APICCAPS foi reconhecida internacionalmente com o 'Prémio Europeu de Promoção Empresarial 2013', na categoria de 'Apoio à Internacionalização das Empresas', legitimando assim o seu percurso e contributo ao setor. Ver entrevista a Paulo Gonçalves (Portugal, Portugal global, 2015). Os esforços de promoção externa contribuíram para que as empresas tenham aumentado o seu volume de vendas e alcançado o posicionamento do setor mais internacionalizado da economia portuguesa motivando uma cerimónia de homenagem em 2014 à indústria do calçado por parte do Estado. Ver discurso de Aníbal Cavaco Silva por ocasião à homenagem à indústria do calçado português (Portugal, Presidência da República, 2014).



Fig. 328 Detalhe de saltos para calçado apresentados em artigo intitulado como "Pormenores de design". Fonte: Orientações, 1992, N.º 2, p. 68, 69.



Fig. 329 Detalhes de acabamentos, formas e materiais aplicados no calcanhar, apresentados em artigo intitulado como "Pormenores de design". Fonte: Orientações, 1992, N.º 2, p. 70; N.º 7, p. 91.



Fig. 330 Sapato para o género feminino com cosidos manuais da designer de calçado Ana Maria Santos. Fonte: Orientações, 1995, N.º 5, p. 74.



Fig. 331 Botim para o género feminino aberto no calcanhar, com plataforma, da designer de calçado Odete Almeida. Fonte: Orientações, 1995, N.º 5, p. 80.



Fig. 332 Sandália ou chinela customizável, da designer de calçado Felicidade Sousa. Possui biqueira alongada, com vazados e vira com acabamento pespontado. O solado é desportivo com entresola forrada no mesmo material do corte, nubuck. Fonte: Orientações, 1995, N.º 5, p. 14.

percebeu-se o desenho de um projeto em construção elaborado para a 'indústria do calçado', no qual o design passou efetivamente a integrar esse projeto a partir de 2007.

Num sentido generalizado, foi notório o estímulo trazido pelas perspetivas da APICCAPS na procura de novas linhas de desenvolvimento que evidenciaram acompanhar as mutações do contexto. Atualmente, as perspetivas da APICCAPS são centradas em três eixos principais de atuação, a saber: internacionalização, inovação e cooperação, articulados com a Agência para o investimento e comércio externo de Portugal (AICEP), o CTCP, o CFPIC⁷⁹⁶ e com as políticas públicas. O design figura presente como elemento essencial para concretizar o propósito de sofisticação e criatividade desejada para o 'calçado' português. Trata-se de projetar novos produtos onde os conceitos 'segmentos específicos de mercado', 'saúde', 'bem-estar', 'segurança', 'sustentabilidade', 'materiais' e 'componentes' são expressões que figuram como indicadores de outros caminhos possíveis de trilhar.

⁷⁹⁶ Desses eixos, importará mencionar a principal linha de pensamento e as fragilidades do setor encontrados nos discursos da APICCAPS, relativamente, ao projeto delineado até 2020: no âmbito da 'internacionalização' verificou-se a continuidade do incentivo à presença portuguesa em eventos internacionais do setor do calçado, à prospeção comercial e às campanhas de promoção do produto português, como os principais elementos onde se poderá contribuir para uma maior abrangência e manutenção do reconhecimento internacional. No eixo da 'inovação' encontraram-se vários temas, tais como, a associação ter prosseguido com o reconhecimento da interdisciplinaridade como um benefício para o setor, manifestando-se um impulso através da cooperação no desenvolvimento de projetos com o CTCP, empresas, entidades do sistema científico e tecnológico e com universidades; ter levado a cabo a realização de estudos, com a cooperação com o CTCP e ao nível de diagnóstico, gestão e estratégias, estatística, técnica e tecnologia, ambiente, consultoria e projetos de investimento; incentivar à formação, através da promoção e divulgação de ações de formação desenvolvidas pelo CFPIC; um estreitamento de relações com os sindicatos, como no caso da contratação coletiva, através da representação nas negociações das "Convenções Coletivas de Trabalho"; o 'desenvolvimento' sustentado, através da aliança entre competitividade e responsabilidade social; assistência técnica, através do apoio jurídico gratuito às empresas, informação relevante jurídica e de bases de dados, incentivos ao investimento e emprego, ambiente, saúde, higiene e segurança no trabalho e propriedade industrial (APICCAPS, Brochura institucional, [s.d], 16p.).



Fig. 333 Sandália para o género feminino, com tira amovível, do designer de calçado Paulo Lima. Trata-se de um programa customizável, onde a tira ao ser retirada transforma a sandália em chinela.
Fonte: Orientações, 1997, N.º 7, p. 98.

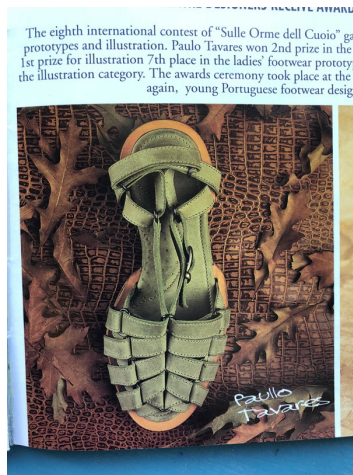


Fig. 334 Sandália premiada com o sétimo lugar no concurso "Sulle Orme dell'Cuio", do designer de calçado Paulo Tavares.
Fonte: Orientações, 1997, N.º 8, p. 113.



Fig. 335 Bota da designer de calçado Carla Martins, inspirada em calçado de montanha, com detalhes em verniz metalizado e nubuck azul e laranja.
Fonte: Orientações, 1998, N.º 9, p. 31.



Fig. 336 Botim do designer de calçado Paulo Bento, com sola compensada em nubuck branco gravado e pelo sintético.
Fonte: Orientações, 1998, N.º 9, p. 11.



Fig. 337 Botim do designer de calçado Paulo Bento, masculino de biqueira redonda em nubuck azul e pelo sintético, com solado em micro.
Fonte: Orientações, 1998, N.º 9, p. 16.

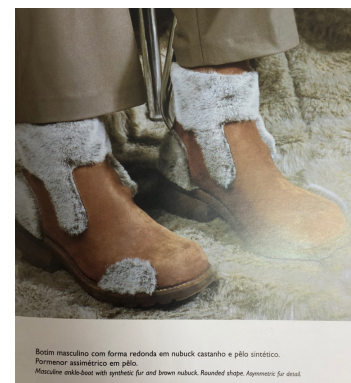


Fig. 338 Botim do designer de calçado Paulo Bento, masculino de biqueira redonda em nubuck castanho e pelo sintético.
Fonte: Orientações, 1998, N.º 9, p. 17.



Fig. 339 Botim da designer de calçado Carla Martins onde foram explorados os conceitos 'doce', 'dura', 'frágil' e 'forte', feminino, de biqueira redonda em nubuck laranja encerado e gravado. Vivos em verniz cinza metalizado. Cano em meia de lã tricostada. Solado multicolor em microespuma.
Fonte: Orientações, 1998, N.º 9, p. 30.



Fig. 340 Botim do designer de calçado Pedro Alves, feminino, desportivo, bicudo em crute, pele, verniz e sintético. Solado em micro espuma.
Fonte: Orientações, 1998, N.º 9, p. 36.

4.3.1 O PROJETO PARA A INDÚSTRIA DO CALÇADO NA III REPÚBLICA

A partir do final da década de 70 a APICCAPS levou a cabo a construção de um projeto para a indústria do calçado, o qual poderá ser caracterizado enquanto um conjunto de planos envoltos em ações na indústria do calçado, com uma duração definida de aplicação, fundamentados a partir de um leque de diagnósticos paralelos à aplicação de estratégias junto dos atores da indústria do calçado. Como mencionado, compreendeu-se um projeto em constante construção, o qual a partir das fragilidades encontradas se tem redefinido. Encontrou-se um conjunto de documentos que traduzem o projeto e as diversas fases, designados por “Plano Estratégico”, publicados em intervalos de cinco anos, com base numa orientação metodológica investigação-ação, onde através da auscultação às empresas e perante os resultados alcançados com as estratégias definidas, se redefiniram ou afinaram outros aspetos para colmatar outras fragilidades. Esse conjunto de seis documentos corresponderam aos períodos definidos na investigação no momento IV enquadrados em duas fases:

I fase:

- 1º período – 1978-1983;
- 2º período – 1983-1994;
- 3º período – 1994-2001;
- 4º período – 2001-2007;

II fase:

- 5º período – 2007-2013;
- 6º período – 2013- .

À luz do design compreendeu-se um conjunto de ações essenciais na correção das carências e para impulsionar e aperfeiçoar de um modo geral o crescimento da indústria do calçado, o seu desenvolvimento e posicionamento nos mercados nacional e internacional e na competitividade, entendendo-a assim como um todo. O projeto para a indústria portuguesa de calçado refletiu uma capacidade de antecipação a novos contextos relacionados com o sentido produtivo que, fruto do progresso, se alterou. Deixou revelar três orientações principais redefinidas e aperfeiçoadas que, simultaneamente, reiteraram o desenho de um projeto gradual e faseado para o setor:

- a) Incidiu-se numa primeira etapa em estratégias no âmbito da profusão da tecnologia, no que respeitou à modernização dos equipamentos de modo a que se reunissem condições para a evolução da produção e das exportações (Plano 2007, p. 21);
- b) Seguiu-se um alargamento à intervenção no campo organizacional das estruturas, como a organização dos modelos de negócio ou o entendimento de uma “atividade económica que se estendia da concepção e design até à comercialização” (p. 21) e não o sentido desprovido de conceitos, estratégias e planeamento;

- c) Abrangeram-se outras áreas como a internacionalização, cooperação, qualificação dos recursos humanos e inovação (Jornal APICCAPS, abril 2003, p. 2), mas mantendo-se a continuidade na aposta no desenvolvimento e consolidação das iniciativas precedentes em a) e b).

As perspetivas difundidas no conjunto dos Planos Estratégicos resultaram de reflexões que ditaram o planeamento de ações para o setor e nos quais emergiu o sentido do design no enquadramento da indústria do calçado. As publicações permitiram além de uma análise ao sentido associativo que marcou efetivamente o IV momento da história do design de calçado em Portugal, a caracterização do setor através de um discurso perspetivado pelos seus agentes. O facto de se tratar de documentos publicados a cada década que o momento em estudo abrange permitiu uma interpretação cronológica dos dados. Foram reveladores do papel interventivo e preventivo de uma associação que recuperou o diálogo com os agentes e com o estado, os quais consequentemente também se manifestaram como os veículos condutores, sobretudo ao nível de financiamento. Os documentos mostraram pressupostos de continuidade entre si, sendo que as ações planeadas se complementaram a cada publicação/estratégia, reiterando o sentido de projeto definido pela associação.

4.3.1.1 AS ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS CENTRADAS NA TECNOLOGIA E PROGRAMAS: ENTRE 1978 E 2007

O primeiro documento que traduziu o desenho do projeto para a indústria do calçado foi o Plano Estratégico (1978) publicado em fins da década de 70, elaborado em conjunto com dois economistas⁷⁹⁷, inaugurando a primeira fase de orientação e desenvolvimento da atividade do setor do calçado em Portugal, no âmbito do IV momento em análise, complementadas com o papel desempenhado pelo Estado, na figura do Ministério da Economia (Portuguese Footwear Industry, 1999, p. 4) e das ações dos empresários portugueses. A abertura trazida com outros contributos à indústria do calçado manifestou-se com a elaboração desse documento, a qual contou com a área de estudos da economia para a definição de um conjunto de estratégias para as empresas. A publicação traduziu o primeiro documento orientador para a indústria do calçado, onde o conjunto de ações e articulações se manifestaram como as condições necessárias para se colocar em marcha uma transformação no setor.

O panorama que se fez sentir na indústria do calçado no final da década de 70 foi marcado por problemas de fundo apresentados em vários domínios, os quais se entenderam perante um enquadramento em torno de 'eixos de atuação'. Foram assinaladas fragilidades ao nível da produção no âmbito

⁷⁹⁷ A saber, Miguel Cadilhe e Manuel Baganha. Miguel Cadilhe (1944-) além de economista exerceu também cargos políticos no VI, X e XI Governo Constitucional, designadamente como Secretário de Estado do Planeamento e Ministro das Finanças. Manuel Baganha (1922-2004) foi também professor de economia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo prestado serviços a instituições privadas e do estado.

da qualidade e da quantidade; ao nível da economia pela fragmentação do mercado interno; ao nível das estruturas infra dimensionadas; ao nível da tecnologia vivia-se um panorama ainda marcado por um ‘regime pré industrial’ e por isso de baixa produtividade; e ao nível da gestão com falta de métodos modernos⁷⁹⁸. Perante esse contexto, as expectativas para os anos seguintes foram ambiciosas e manifestou-se substancial um auxílio vindo do exterior do setor, no qual o papel do Estado se manifestou fundamental.

A constatação do real estado da indústria do calçado e a elaboração e difusão do primeiro plano estratégico manifestou-se de facto como o primeiro passo para os auspícios do crescimento, desenvolvimento e evolução da indústria do calçado. O ‘calçado’ extravasou o seu setor e a atividade artesanal e de lógica local ou nacional deixou de fazer sentido, tornando-se assim a uma atividade industrial que se direcionou para o exterior, onde a capacidade de resposta se haveria, entretanto, de tornar rápida e a qualidade ao nível do design do produto, dos processos de fabrico, da imagem e do custo viriam a ser adicionadas (Portuguese Footwear Industry, 1999, p. 4).

A década de 80 ficaria marcada pela reorganização dos discursos e pelo destaque a outros de aspetos relacionados com a organização do setor do calçado. A ação do primeiro plano fez-se sentir, de modo a que no decorrer da década de 80 os resultados foram, progressivamente, alcançados no âmbito da produtividade, das novas tecnologias e da gestão. O conjunto de estratégias impulsionadas pela associação, como a presença em feiras internacionais de marcas portuguesas; a realização da MOCAP; a promoção da imagem do calçado português e da campanha *Shoes from Portugal*; o desenvolvimento do processo produtivo e a formação profissional, através do CTCP e do CFPIC contribuíram para o posicionamento do setor em novos mercados. Igualmente, o papel do Estado pelo apoio fornecido com o Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP I)⁷⁹⁹ contribuiu para a materialização das estratégias (Plano Estratégico, 1994, p. 6-32).

A estrutura da indústria do calçado revelou-se heterogénea, sendo constituída sobretudo por pequenas e médias empresas determinadas por dois panoramas antagónicos: fortes vulnerabilidades ou capacidade tecnológica e competitiva. O contexto político e social, marcado pela estabilização política e económica do país, pela adesão à Comunidade Económica Europeia, e pela integração no mercado europeu, trouxeram alterações no quadro do crescimento, da atividade económica, da

⁷⁹⁸ Ver Indústria Portuguesa de Calçado – Principais medidas e problemas a curto prazo, novembro 1978. Cit in Manuel Carlos, 4 de fevereiro de 2010, Centro de Congressos de Lisboa, PRIME - Uma Retrospectiva, 2000-2009 - Internacionalização do Calçado. APICCAPS; e Jornal APICCAPS, abril 2003.

⁷⁹⁹ O PEDIP I foi um programa com vista ao desenvolvimento da indústria em geral para os anos de 1988-1992. Teve como objetivo modernizar a indústria portuguesa e reforçar a competitividade, tendo em vista o mercado único europeu. O programa definiu os princípios orientadores da política indústria: incentivo às empresas a fundamentar decisões de investimento a médio e longo prazo; apoio a investimentos de investigação com vista ao desenvolvimento de novos produtos, processos tecnológicos e também para atuação em nichos de mercado (Plano Estratégico, 1994, p. 27-29).

modernização de estruturas produtivas face aos avanços tecnológicos e na especialização internacional que se manifestaram relevantes para o desenvolvimento da indústria do calçado em Portugal em amplos sentidos. De facto, a indústria do calçado foi entre todos os setores da indústria transformadora a que registou a maior taxa de crescimento entre 1982 a 1992 (Monografia Portuguese Industry Footwear, 1994, p. 14), deixando assim perceber que a abertura ao exterior desejada e difundida, amplamente, nos discursos de análise ao setor a partir da década de 50 foi consumado.



Fig. 341 Simulador de marcha para medição de força e pressão, para realização de testes no CTCP. Fonte: CDAB.



Fig. 342 Pé térmico com sudação e aquecimento parametrizáveis para avaliação do conforto térmico, para realização de testes no CTCP. Fonte: CDAB.

A publicação do segundo “Plano Estratégico” (1983)⁸⁰⁰ voltou a ocorrer através da orientação da orientação de um economista⁸⁰¹, no qual, perante a sua caracterização se perspetivaram três objetivos principais: o aumento da eficácia, a melhoria da qualidade e diferenciação (Jornal APICCAPS, abril 2003, p. 2), justificados face à ampliação e reorientação das ideias veiculadas no Plano Estratégico de 1978. O documento de 1983, cronologicamente, próximo do anterior, trouxe consigo um entendimento que em certa medida se centrou no artefacto, anotando uma caracterização do setor não só pela necessidade de aumento dos níveis de produtividade, da gestão empresarial, dos processos tecnológicos, mas também da qualidade das matérias-primas, dos componentes e do produto final. Foi nesse âmbito onde se percebeu a presença de uma relação com aspetos relevantes aos programas tipológicos de calçado assentes em ideias que recordaram um sentido relacionado com o contexto oficinal anterior ao incremento da indústria, pelo destaque dado à relação com os materiais e com o reconhecimento e a valorização do domínio técnico na procura da qualidade e da diferenciação.

Nesse sentido, poderá depreender-se uma proximidade aos domínios do design de calçado, na medida em que a perspetiva centrada na racionalidade do uso dos materiais, na minimização de desperdícios e em conformidade com o corte e com a costura veiculada nas perspetivas trazidas com esse documento, se manifestam como uma das preocupações e metodologias da prática do design de calçado. A relação evidenciada entre a matéria prima e o produto final, bem como o fator determinante relacionado com as tecnologias e com os processos de fabrico, por sua vez associados à matéria prima deixaram refletir uma nova direção e, conseqüentemente articulação entre os setores. Ao comparar o plano estratégico de 1983 com o documento precedente percebeu-se a introdução dessa reflexão em torno de metodologias e técnicas de produção, encaradas naquele período como uma fragilidade que comprometia os objetivos definidos, sendo por isso sidos explanadas num sentido solucionado. Particularizaram-se assim sob o ponto de vista da produção dos artefactos no que respeitou aos seus programas, à necessidade da produção de tipologias com o uso racional das peles e com a redução de desperdícios, articulados com as tecnologias

⁸⁰⁰ Consultado a partir de Jornal APICCAPS, abril 2003.

⁸⁰¹ A saber, Carlos Costa (1949-). É economista e exerce atualmente o cargo de Governador do Banco de Portugal.

de produção, designadamente, com a racionalização das operações de corte (Jornal APICCAPS, abril 2003, p. 2). A qualidade e a diferenciação ocorreriam dessa articulação entre os programas e as tecnologias, sendo essas últimas o caminho para uma profunda transformação das condições tecnológicas de produção, “com a aplicação dos sistemas CAD, do computador às operações de corte e costura e a automação da produção através da introdução da micro-electrónica” (Manuel Carlos, 2010, p. 7, APICCAPS). Essa diferenciação da indústria do calçado portuguesa aliada à procura de mercados mais valorizados, ambas incentivadas nas perspetivas difundidas no documento, manifestaram-se como a alavanca principal para o crescimento e desenvolvimento da mesma.

Dessas orientações difundidas pela APICCAPS e levadas a cabo pelos seus principais agentes de mudança, os empresários, resultou um desempenho positivo para o impulso de uma nova década que se avizinhava. Contudo, não poderá deixar de se mencionar a articulação desempenhada com o Estado, tendo o contributo desse sido fundamental para a veiculação de outras perspetivas. Foi nesse sentido que se percebeu uma aproximação ao aspeto da qualificação dos recursos humanos na indústria do calçado, uma vez que foram difundidas no decorrer da aplicação de estratégias definidas, no fim da década de 80, onde ocorreu o estímulo à formação profissional através da publicação do despacho normativo n.º 101/88, de 31 de dezembro, no contexto do PEDIP II⁸⁰², com vista a regulamentar a formação profissional enquadrada nesse programa. Esse incentivo trouxe repercussões para a indústria do calçado, para a qual o objetivo passou por facultar às empresas os instrumentos para a formação qualificada dos seus recursos humanos e para o design industrial como potenciador da qualidade⁸⁰³. Na década seguinte o mesmo incentivo fornecido pelo Estado integraria os discursos da APICCAPS e os efeitos dos mesmos iriam efetivamente emergir.

Se por um lado ao longo da década de 90 surtiram os efeitos dos preceitos inaugurados com o projeto para a indústria do calçado, por outro evidenciaram-se fragilidades que motivaram a redefinição das estratégias. Do princípio da década resultou a elaboração e difusão do terceiro “Plano Estratégico” (1994) desenhado em parceria com o Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada da Universidade do Porto (CEGEA)⁸⁰⁴.

A caracterização da indústria do calçado evidenciou uma descrição das empresas envolta nas suas fragilidades e simultaneamente em soluções: carência de desenvolvimento a vários níveis como na capacidade de

⁸⁰² O PEDIP II foi o Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa (PEDIP II): 1994-1999. Pretendeu modernizar as empresas industriais e promover o aparecimento de novas indústrias de potencial tecnológico. Compreendeu sete programas operacionais: ‘Infra-estruturas de base e tecnológicas’, ‘Formação profissional’, ‘Incentivo ao investimento produtivo’, ‘Engenharia financeira’, ‘Missões de produtividade’, ‘Missões de qualidade e design industrial’ e ‘Divulgação, implementação e controlo’ (Despacho Normativo n.º 101/88, de 31 de dezembro).

⁸⁰³ Aliados a essas áreas acresce os domínios do enquadramento infra-estrutural, apoio ao investimento, na organização da produção, gestão da qualidade e prospeção de mercados (Despacho Normativo n.º 101/88, de 31 de dezembro).

⁸⁰⁴ Foi liderado pelo economista Alberto de Castro (Jornal APICCAPS, abril 2003, p. 2). O mesmo está ligado à Associação Empresarial de Portugal, Associação Comercial do Porto e APICCAPS.



Fig. 343 Avaliação de calçado de segurança com resistência ao corte por motosserra, para realização de testes no CTCP. Fonte: CDAB.



Fig. 344 Sistema para medir a resistência ao esmagamento por impacto da biqueira, para realização de testes no CTCP. Fonte: CDAB.

organização e gestão das estratégias ao nível de fornecedores⁸⁰⁵ e clientes⁸⁰⁶; necessidade de aumento da produtividade física, sendo que cada funcionário faria em média 2136 pares por ano⁸⁰⁷; assimilação de novas tecnologias; e aposta na internacionalização e adaptação das qualificações dos recursos humanos (Jornal APICCAPS, abril 2003, p. 2). Essas constatações, na verdade, anteciparam a ameaça trazida pela manutenção e intensificação da concorrência internacional de baixo custo.

Verificou-se na análise ao documento a presença de informações provenientes de outras fontes, tais como o levantamento de dados não só a partir da auscultação de empresários, mas também de instituições públicas, como os casos do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal. As linhas orientadoras do plano revelaram um conjunto de estratégias para as empresas com vista a ampliar a sua capacidade de resposta perante o panorama que se avizinhou, elucidando para tal os modos de atuação mais adequados. Essas estratégias manifestaram um ponto de partida fundamentado na interdisciplinaridade na medida em que se pretendeu uma articulação entre CEGEA, o CTCP e as empresas, verificando-se com isso uma maior abertura ao conhecimento trazido por especialistas da área não só da gestão e da economia, mas também do desenvolvimento tecnológico. Proporcionou-se uma interação entre a 'universidade' e o 'calçado', a partir da qual se reconheceram outras perspetivas paralelas. Igualmente se destacou a sintonia nos discursos do Ministério da Indústria e Energia (Plano Estratégico, 1994, p. 6), podendo ser comprovada não só no prefácio do documento elaborado pelo Ministro da indústria à época - Mira Amaral, mas também ao longo do plano onde se firmaram linhas de atuação em conformidade com as diretrizes desse ministério e ainda diretivas europeias para a política industrial nacional.

A indústria do calçado foi motivada para a intensificação dos seus níveis de produtividade e, conseqüentemente, estimulada para a sua capacidade competitiva. A década de 90 correspondeu, de facto, ao período onde os níveis de produção mais se intensificaram e com eles ocorreu a quantificação de recursos humanos ou de empresas, como se verificou nos quadros 38 e 39⁸⁰⁸. Apesar do incentivo à capacidade produtiva, o auspício de uma mudança eminente nos padrões de comportamento da procura foi evidenciado no documento, sendo que parte da solução

⁸⁰⁵ A relação com os fornecedores foi apontada como débil, sendo que a maior consequência daí advinda foi o cumprimento de prazos. Igualmente se referiu a elevada dependência da importação de peles, deixando perceber a falta de resposta ao nível dos curtumes para o setor do calçado (Plano Estratégico, 1994, p. 15)

⁸⁰⁶ Reconheceu-se um domínio insuficiente dos canais de distribuição, tendo sido com isso necessário recorrer a agentes distribuidores e subcontratações, provocando assim uma distância entre os fabricantes e os clientes e, por conseguinte, dificuldades ao nível de informações de tendências de moda e dos mercados (Plano Estratégico, 1994, p. 16).

⁸⁰⁷ A média europeia terá sido de 3514 pares anuais (Plano Estratégico, 1994, p. 14). A baixa produtividade foi justificada pela falta de capacidade de organização, gestão e cooperação entre as empresas, o predomínio de certa resistência à mudança e a falta de qualificações profissionais (Plano Estratégico, 1994).

⁸⁰⁸ Ver p. 371 e p. 377.

para esse panorama que viria a emergir, poderia centrar-se numa oferta direcionada para segmentos nos quais a vantagem de custo fosse menos relevante e antes marcados pela qualidade, pelo design de produto e pela capacidade de resposta em tempo útil (1994, p. 20). Perante essa constatação verificou-se no plano os primeiros enunciados que ligaram o design e a moda aos discursos da indústria do calçado, os quais apesar de não se enquadrarem como objetivos em eixos de intervenção foram entendidos numa perspectiva onde se difundiram as fraquezas da indústria do calçado e como um recurso (1994, p. 23). A consciência de um panorama internacional que, gradualmente, adotou uma nova tendência de estrutura, organização e ritmo relacionada com os ciclos de moda cada vez mais curtos reconduzindo, por isso, a frequência e os volumes de encomendas, terá trazido consigo o reconhecimento da necessidade do incremento do design ao serviço da indústria do calçado, como elemento diferenciador da mesma. Essa mudança no panorama da produção exigiu a definição de sentidos complementares em torno dos discursos de base proferidos estabelecendo-se assim mais prioridades e uma necessidade de articulação entre os vários setores: acompanhamento das tendências de moda e dos mercados; desenvolvimento de novos estilos e novos produtos⁸⁰⁹; na cooperação com fornecedores de matérias primas e componentes; na capacidade de produzir pequenas séries nas quais o produto muda com outra frequência; e na comercialização do produto; o que se viria a traduzir num novo modelo de gestão. Nesse sentido, tentou implementar-se metodologias nas quais o sistema “encomenda, processamento, produção e distribuição” (1994, p. 20) se manifestaram como o meio para alcançar a qualidade total. Esses, evidenciaram ter sido um dos maiores desafios no setor e, na verdade, no que respeitou ao sentido do ‘desenvolvimento de novos estilos e novos produtos’ poderá considerar-se ainda, ao momento da investigação, um desafio. A aposta no design de calçado pelo designer de calçado ainda se manifesta uma prática em franca expansão e ainda uma realidade distante para a maioria das empresas posicionadas no setor dos componentes ou das peles.

Da aplicabilidade desse plano emergiu uma nova estratégia para o setor do calçado – o programa “A Fábrica de Calçado do Futuro” (FATEC)⁸¹⁰. Foi centrada em discursos relacionados com a tecnologia, nos quais a APICCAPS com o CTCP estabeleceram um pólo onde levaram a cabo vários projetos que viriam a contribuir para o cumprimento de preceitos

⁸⁰⁹ Foi sugestionada a aposta no design de calçado com vista à abertura a novos segmentos através da colaboração com o CTCP e do Centro Português de Design e no ‘calçado de verão’, uma vez que terá sido no âmbito da produção de tipologias enquadradas nesse calçado que a indústria foi menos forte (Plano, 1994, p. 39).

⁸¹⁰ O programa FATEC permitiu entre a década de 90 até à primeira década do século XXI concretizar projetos na área de novos materiais, componentes e produtos; na área de produção equipamentos; na área das TIC; na área de recursos humanos; na área de publicações e produção de materiais multimédia, conteúdos em sobre sistemas de fabrico e manuais técnicos; na área da cooperação e modelos de negócios; no apoio à criação de novas empresas de base tecnológica e à criação de novas áreas de negócio em empresas já existentes. Ver FOOTure, 2008, p. 13-14. Valerá mencionar a forte interdisciplinaridade implementada através da articulação entre instituições do sistema científico e tecnológico, com empresas de base tecnológica, de desenvolvimento de software, comerciais de sistemas e novas tecnologias e com empresas demonstradoras de novos produtos, processos e sistemas nos quais deveria veicular uma perspectiva de investigação, desenvolvimento e inovação (FOOTure, 2008, p. 14).

anteriores, bem como para a transformação, modernização e inovação tecnológica da indústria do calçado portuguesa. Pode, com efeito, perceber-se que ao longo da década de 90 as perspetivas encontradas no terceiro plano estratégico conduziram a intervenções que inauguraram um novo período na história do design de calçado em Portugal, o qual apesar das fragilidades, foi marcado pelo aumento progressivo da produtividade, pela inovação técnica e dos equipamentos, pela qualidade e, pelo fomento ao incremento do design, num contexto onde os artefactos portugueses foram apresentados em certames nacionais e internacionais de mostra de calçado, contribuindo amplamente na conquista de novos mercados.



Fig. 345 Sistema para medir a resistência ao impacto na zona do tornozelo, para realização de testes no CTCP.
Fonte: CDAB.

O “Plano Estratégico” (2001) definido para o período entre 2001 e 2006 foi organizado pela APICCAPS e justificado pela alteração trazida com o panorama institucional europeu e, conseqüentemente, perante as repercussões ocorridas ao nível do “Programa Operacional da Economia”⁸¹¹. Apresentado a partir do mote ‘a indústria portuguesa de calçado do século XXI’ compreendeu o resultado de efeitos que surtiram do curso das perspetivas anteriores, mas também enquanto prenúncio de um novo período. Como mencionado, as mudanças ocorridas no contexto do período anterior contribuíram para um posicionamento da indústria do calçado numa etapa onde o design se aproximou cada vez aos discursos. Essa, caracterizada na sua generalidade pelo registo de um desempenho positivo ao nível da produção, da cultura empresarial, da gestão de clientes e da modernização, foi assinalada nas suas especificidades pelo alcance da adaptação da estrutura produtiva à concorrência internacional e à sazonalidade, onde os picos dos volumes de produção se alargaram para o ano inteiro. Foi necessário lidar com a diminuição dos volumes das encomendas médias; pelo cumprimento dos prazos; pela intensificação da qualidade; pelo recurso a novas tecnologias no âmbito da produção; e também ao nível dos programas dos artefactos dada à profusão do uso de novos materiais em articulação com as tecnologias desenvolvidas (Plano Estratégico, 2001, p. 9). O legado dos anos 90 permitiu um panorama vincado pela fixação de uma cultura de produção e do processo motivadas pelo contexto de inovação tecnológica que se fez sentir, tendo sido nesses domínios onde residiu um investimento relevante levado a cabo pelas empresas ao longo desse período. Verificou-se também nesse âmbito os resultados perante os esforços centrados nas qualificações dos seus recursos humanos⁸¹², na melhoria de condições de trabalho e ao nível da higiene e segurança no trabalho, tendo sido evidente que esses aspetos foram os motores

⁸¹¹ O Programa Operacional de Economia foi aprovado pela Comissão Europeia, em 28 de julho de 2000. Teve com objetivo favorecer o aumento da produtividade e competitividade das empresas portuguesas no mercado global, contemplando os setores industrial, energético, turístico, comercial e dos serviços (Programa Operacional de Economia 2000-2006, União Europeia, p. 5).

⁸¹² De acordo com dados estatísticos do setor do calçado, em 1994, num universo de cinquenta e sete mil duzentos e trinta e três trabalhadores, a taxa de profissionais qualificados era de 29%, 46% profissionais semi-qualificados, e 22% de não qualificados e aprendizes (Monografia Portuguese Industry Footwear, 1994, p. 18). Pode verificar-se no “Plano Estratégico” (2001) a referência às profissões não qualificadas passaram na década de 90 de 41% para 15% (2001, p. 12), de resto analisadas nos quadros 38 e 39.

principais para que a produtividade aumentasse quantitativa e qualitativamente (2001, p. 12).

Nesse enquadramento, o objetivo principal traçado no documento em análise foi centrado na ambição de Portugal liderar o setor europeu do calçado, estruturado em modelos de empresas modernas, na procura e nos clientes e nas vantagens competitivas das PME's (Jornal APICCAPS, abril 2003, p. 2). Apesar do ponto de partida do período em análise ter traduzido um contexto positivo, reconheceu-se por um lado um sentido de continuidade de preceitos alcançado com as diretrizes difundidas no período antecedente, mas também do reconhecimento de novas fragilidades, uma vez que apenas a aposta na flexibilidade ou rapidez de resposta para a diferenciação não se manifestaram suficientes. Surgiu assim uma estratégia delineada em oito eixos de intervenção: o estímulo à 'inteligência económica', à dotação de 'tecnologias de informação', à 'inovação', o fomento do 'empreendedorismo', o reforço da 'articulação com outros setores' ou a 'cooperação interempresarial', a 'promoção de imagem', 'qualidade e moda', e o reforço das 'estruturas de suporte', nomeadamente a própria associação e o CTCP (Plano Estratégico, 2001, p. 31). A esses eixos, acrescentou-se ainda a necessidade do acompanhamento da modernização tecnológica e com ela a constatação das competências inexistentes face aos recursos disponíveis. Num cenário que aliou a capacidade adaptativa das PME's e a criatividade, considerou-se "criação de um conjunto de uma elite de empresas das mais modernas do mundo", com vista a impor ritmo às restantes empresas, articuladas entre si e entre as empresas centradas na atividade dos equipamentos, componentes, materiais e serviços avançados, juntamente com o CTCP (Plano Estratégico, 2001, p. 19).

O panorama do final da primeira fase da indústria do calçado do Pós 25 de abril poderá ser interpretado pela mudança de paradigma de modos de operar na indústria do calçado, no qual a produção de pequenas encomendas se tornou a sua principal característica. O design foi enquadrado nos discursos ajustados em torno de uma estratégia delineada incidente na aposta na investigação e no desenvolvimento, a qual pretendeu associar artefactos inscritos no quadro da moda e do design, com tecnologias de produção e, por conseguinte, na venda direta a pontos de venda independentes e ao pequeno retalho⁸¹³. O ciclo de desenvolvimento, produção e escoamento entrelaçou-se, sendo que em vista disso o foco de atenção foi cada vez mais aproximando do artefacto em si enquanto elemento diferenciador.

⁸¹³ Ver Newsletter CTCP, n.º 3 de 2016, 22 de dezembro, "30 anos de inovação na fileira do calçado...a história".

4.3.1.2 AS ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS CENTRADAS NA TECNOLOGIA, PROGRAMAS E AUTORES: A PARTIR DE 2007

Com a publicação do V Plano Estratégico (2007), no qual se firmou em discursos próprios uma relação estreita e indissociável com o design, não só ao nível das tecnologias e programas, mas também com os autores. O documento orientador para o período entre 2007 a 2013 ocorreu em parceria com o CEGEA⁸¹⁴ e assentou em pressupostos antecedentes, tendo sido também fruto de uma reflexão em torno dos órgãos de gestão, das empresas e dos agentes do setor, onde a associação assumiu novamente o papel de um dos principais agentes de mudança em conjunto com o apoio fornecido pelo Estado e com o CTCP (2007, p. 41-43).

As repercussões trazidas com os acontecimentos ocorridos na primeira metade da década, como o crescimento decorrente da mudança estrutural na indústria do calçado e com a conseqüente alteração de modelos competitivos devido à influência dos mercados internacionais, marcaram o princípio da segunda fase de crescimento da indústria do calçado ao nível do design. Os eixos estratégicos para o V período foram assim redefinidos e a metodologia compreendeu a redefinição de pontos primordiais, a partir dos quais se estabeleceu os seguintes eixos de intervenção: ‘inovação’, ‘qualificação dos recursos humanos’, ‘internacionalização’, ‘cooperação e redes’, ‘cooperação intrasectorial’, ‘cooperação intersectorial’ e ‘cooperação interinstitucional’ (2007, p. 25-39), no âmbito dos quais se enquadraram aspetos particulares requerentes de intervenção⁸¹⁵.

Tendo em conta a redefinição das estratégias encontraram-se expressões relevantes sob o ponto de vista da presente investigação as quais motivaram uma divisão, na medida onde se percebeu um sentido cada vez mais estreito com o design, deixando evidenciar que se tratou do primeiro período onde a sua profusão mais se fez sentir, assim como aquele que assistiu também à tendência da atividade do designer nas empresas. Foi nesse contexto onde o design, efetivamente, se fez sentir presente nos discursos da indústria do calçado portuguesa. Após o seu prenúncio e aparição com o III e IV Planos Estratégicos (1994 e 2011), poderá considerar-se que o V Plano Estratégico (2007) compreendeu a sua integração e um vínculo nos seus discursos.

⁸¹⁴ Pela direção de Alberto de Castro e com o apoio do “Programa de Incentivos à Modernização da Economia” (PRIME) no âmbito de um projeto de reforço do associativismo coordenado pela “IAPMEI – Agência para a competitividade e para a inovação, I. P.”, e pela “Direção Geral da Educação” (Plano Estratégico, 2007, p. 5).

⁸¹⁵ A pesquisa a outras fontes publicadas pela APICCAPS deixou perceber que no seguimento do Plano Estratégico (2007) os eixos estratégicos por si definidos foram materializados mediante o desenho de projetos específicos aplicados nos anos seguintes à data da sua edição. Esses projetos serão abordados no ponto seguinte designado ‘Outras Estratégias’ e foram analisadas a partir da análise aos dados apresentados na publicação FOOTure (2008).

O design foi entendido em sentido amplo em matéria de inovação nos seguintes desígnios para a indústria de calçado:

“ (...) desde o desenvolvimento de novos materiais, componentes e acessórios, ao de novos tipos de calçado orientados para nichos e mercados especiais, desde o desenvolvimento de novos processos de fabricação e logística com elevada automatização ao de conteúdos multimédia, tudo ao serviço da consolidação de modelos de negócio inovadores“

(FOOTURE, 2008, p. 13).

Dessa constatação, para tornar possível a manutenção da competitividade, a ‘inovação’ requereu-se a três níveis distintos: do produto, da tecnologia e do modelo de negócio. O elemento central ou o denominador comum nessas categorias foi o artefacto. Apesar de no período antecedente a compreensão tecida à indústria do calçado ter evidenciado uma aproximação ao artefacto em si e às suas qualidades físicas relacionadas com a produção seriada, enquanto um foco relevante para a sua caracterização, as perspetivas tecidas no V período evidenciaram uma aproximação ao sentido de programa. O entendimento do artefacto como um elemento de destaque na compreensão da indústria do calçado trouxe consigo as primeiras ideias de uma tentativa de uniformidade do calçado português no IV momento da investigação, sob um ponto de vista que associou às tecnologias a noção de programa. Aos artefactos atribuiu-se o cariz de ‘valor acrescentado’ e fator de diferenciação da oferta portuguesa, de identidade coletiva que se firmou perante os mercados internacionais, paralelamente, à manifestação de uma resposta programática direcionada para o seu utilizador, de acordo com preocupações com o ‘design’ e a ‘moda’. Percebeu-se por isso que foi compreendido no centro da teia que estrutura a indústria do calçado e com responsabilidades acrescidas para o contributo da inovação de toda a teia, mas também como tradutor de um produto inovador que caracterizasse a identidade do calçado português. Subjacente a essa perspetiva verificou-se uma reflexão em torno de conceitos como a criatividade e o desenvolvimento do produto ao longo do documento, evidenciando-se uma chamada de atenção para uma caracterização de uma fasquia da teia industrial que necessita de evolução perante um modelo de funcionamento no qual a autoria do artefacto foi controlada pelo comprador ou então foi resultado da imitação das tendências de mercado. Face a essas constatações, o design e a moda foram compreendidos como um dos domínios que precisaram ser fortalecidos. Uma das direções foi a compreensão dos programas através do potencial trazido pelo desenvolvimento tecnológico, com vista a reforçar as suas funcionalidades do calçado. Essa relação entre programas e tecnologias de produção no setor de calçado implicou por sua vez o setor dos componentes, no sentido do desenvolvimento de novos materiais. Por conseguinte, os materiais disponibilizados implicaram também uma relação com os programas e com as tecnologias de produção. Assim, nesse quadro particularizaram-se materiais passíveis de desenvolvimento, os quais contribuiriam para a valorização dos artefactos e ocuparam um papel fundamental nos programas, tendo-se destacado o desenvolvimento de



Fig. 346-347 Processo de construção de moldes para solas. Fonte: CDAB.



Fig. 348 Moldes para produção de solas. Fonte: CDAB.

materiais 'biodegradáveis', os quais poderiam também contribuir para as preocupações ambientais, tais como 'polímeros', 'adesivos' e 'compósitos termoplásticos' ou ainda os 'nanomateriais' (Plano Estratégico, 2007, p. 26) por se adequarem a preocupações de conforto e saúde. Também se difundiram materiais inovadores em circulação e que deveriam ser considerados, como o 'tratamento de superfícies por plasma', 'laser' ou 'revestimento' dadas as propriedades particulares relacionadas com a proteção como a resistência ao fogo, ou materiais utilizados para a produção dos componentes, como o caso das solas, para as quais a indústria do calçado tinha aquele momento ao dispor igualmente materiais com propriedades inovadoras que permitiram programas de solas multifuncionais onde se destacaram, novamente, aspetos relacionados com as finalidades do uso do artefacto, como propriedades de 'regulação térmica', da 'humidade', a 'distribuição de pressão' e de 'absorção de impactos', com a integração de 'nano partículas' trazendo consigo funções 'anti microbianas' e 'anti estáticas', ou ainda com a 'libertação de substâncias e agentes ativos' (2007, p. 26). As propriedades dos materiais multiplicaram-se através da sua própria inovação e desenvolvimento e, por sua vez, aumentaram as funções e a finalidade do uso passíveis de incluir nos programas de calçado portugueses. Sob o ponto de vista da inovação, pode considerar-se que os atributos caracterizadores dos artefactos ao nível dos programas posicionaram-se sobretudo em torno dos materiais para o corte e para as solas e compreenderam àquele momento especificidades as quais traduziram o respetivo conceito de inovação. Valerá mencionar que se evidenciou um sentido paralelo na inovação em termos dos equipamentos ao serviço da indústria do calçado e, com ela, a possibilidade de abrangência ao nível dos programas. Também outras perspectivas em torno da ideia da 'reengenharia da produção' (2007, p. 27) deixaram entender outros contributos trazidos pelas técnicas ou sistema de fabrico de calçado para o desenvolvimento dos produtos, designadamente, no sentido da possibilidade de produção de programas onde as fases do fabrico - a saber costura, montagem ou acabamento, possam não ser contempladas no produto, assim como os componentes fôrmas ou moldes possam de igual modo não integrar o processo de desenvolvimento/construção dos artefactos.⁸¹⁶

⁸¹⁶ O eixo da inovação compreendeu ainda aspetos relacionadas com o nível comercial ou controlo da distribuição e comercialização dos artefactos; bem como ao nível de organização interna da empresa, nomeadamente, "soluções em matéria de concepção do produto ou subcontratação e eventual deslocalização das tarefas" (Plano Estratégico, 2007, p. 27) os quais permitem perceber a relação com o designer ao nível da estrutura das empresas. Esse eixo em análise foi viabilizado através do Programa de Acção da Rede de Inovação ShoeInov, o qual reiterou o entendimento da inovação centrada nos artefactos e com o princípio do "desenvolvimento de novos materiais, componentes e acessórios, de novos tipos de calçado orientados para nichos e mercados especiais, novos processos de fabrico e logística com elevada automatização, bem como conteúdos multimédia" (FOOTure, 2008, p. 13), com base no desenvolvimento de projetos em articulação com o quadro comunitário, que atuaram nesse eixo como o EFPT - Plataforma Tecnológica de Processos e Produtos de Calçado; Manufacture; EUMat; Projecto CEC-Made-Shoe, "Custom, Environment and Comfort made shoe"; Projecto Flexifunbar, "Multifunctional Barriers for flexible structures: Textile, Leather and paper"; e Projecto F2F, "Fashion to Future" (FOOTure, 2008, p. 63).



Fig. 349 Sapato da marca Dkode, apresentado no Portugal Fashion, em outubro 2012. A coleção em que se enquadrou propôs a exploração de culturas contemporâneas com detalhes tradicionais, peles naturais e diferentes texturas. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 192, outubro 2012.



Fig. 350 Sapato da marca Nobrand, apresentado no Portugal Fashion, outubro 2012. A coleção em que se enquadrou inspirou-se no Harlem Renaissance e apresentou uma versão contemporânea do movimento, explorando texturas, padrões e cores. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 192, outubro 2012.

Tendo em conta a evolução histórica da indústria portuguesa do calçado até à elaboração do documento em análise, verificou-se nos dados do quadro 39⁸¹⁷ no que respeitou à qualificação dos seus recursos humanos onde predominaram fragilidades. Nesse sentido, o desenvolvimento de competências de grande abrangência, como sendo ao nível cultural ou interpessoal, mas também da técnica, as quais deveriam ocorrer primeiro não na base hierárquica da pirâmide de uma empresa, mas antes no seu topo, manifestaram-se como imprescindíveis para colmatar as fraquezas existentes.

Apesar de a abordagem ao eixo da qualificação no plano não ter expressado a qualificação na área do design, pode perceber-se o seu prenúncio através das referências e da valorização da criatividade, bem como da consciencialização do seu papel fundamental e também na alusão às competências tecnológicas necessárias para a conceção do artefacto ou na interação com clientes no desenvolvimento dos protótipos. Dessa constatação, vislumbrou-se a descrição do designer de calçado, designado como ‘o criativo’, caracterizado como ‘culto’ e ‘ilustrado’, conhecedor das tendências em sentido amplo, das tradições, dos hábitos e costumes do público-alvo; e ainda com conhecimentos ao nível dos materiais, das suas condicionantes e potencialidades. Esses elementos descritivos foram ainda reiterados enquanto os vetores que traduziram o conceito de diferenciação, deixando traduzir o “design como sendo isso mesmo, não apenas conceber, mas antecipar a forma como o imaginado se concretizará” (2007, p. 29).

Perante o reconhecimento da necessidade de outras competências e qualificações para aqueles que integraram as estruturas dos quadros médios e superiores empresariais de calçado, a estratégia delineada para o setor compreendeu primeiro a qualificação dos empresários e gestores de topo, aproximando-se essa qualificação com a própria estratégia da empresa e de seguida a qualificação dos restantes quadros⁸¹⁸. A abertura da indústria do calçado a outras atividades profissionais verificou-se com a pretensão da atração de jovens qualificados e com capacidades para contribuir com a “vitalidade, o dinamismo, a criatividade, a inovação e o cosmopolitismo” (2007, p. 32) e, paralelamente, para contribuírem na alteração da imagem portuguesa uma vez que poderão ajudar a revelar um panorama de interatividade internacional, de saberes e aptidões distintos.

Por si só, a indústria portuguesa de calçado poderia ser caracterizada através de um ponto de vista onde a internacionalização se manifestou como um

⁸¹⁷ Ver quadro 39, p. 373.

⁸¹⁸ Na qualificação dos restantes quadros sugeriu-se a realização de inventariação, avaliação e certificação de competências e, na prática, formação na área das novas tecnologias. No desenho de formações deveriam ser tidos em consideração aspetos como o facto de os trabalhadores já qualificados, mas que necessitavam de outras competências, bem como aqueles que foram dotados de um saber técnico e oficial de topo, mas sem qualificação escolar ou formativa. Esses aspetos indicaram uma planificação das qualificações nos vários patamares que estruturam a indústria do calçado efetuada pela associação, retomando de modo vincado as preocupações de um modo de atuação associativo secular. O eixo da ‘qualificação’ foi entendido num plano subjacente aos eixos da ‘inovação’, ‘internacionalização do setor’ e ‘cooperação e redes’, manifestando uma perspetiva na qual se pronunciou uma articulação entre todos os eixos. A estratégia proposta assentou em três aspetos principais: na mudança da imagem que rotulava a indústria portuguesa, associada à mão-de-obra pouco ou nada qualificada, constituída sobretudo pelo género feminino e por vezes ligada ainda ao trabalho infantil; na atração de jovens qualificados de outras áreas para a indústria do calçado; e nas empresas em si, ou seja, na qualificação dos seus recursos humanos através de formações profissionais. Ver Plano Estratégico, 2007, p. 29-32.

dos sentidos de procura incessante. O seu posicionamento foi de grande relevo no decorrer do quinto período em análise e a importância atribuída ao design foi, também, direcionada para um sentido de internacionalização da indústria portuguesa e para uma afirmação portuguesa em contexto internacional. Ainda que essas perspetivas possam não ter ocorrido em sentido expresso, subentenderam-se mediante pressupostos objetivadores de modos de atuação das empresas ao nível do acompanhamento, adaptação e competição nos novos contextos⁸¹⁹ onde a ideia da “conceção e desenvolvimento do produto ou o marketing e a gestão da marca” (2007, p. 35) foram tradutoras enquanto caminho a percorrer.



Fig. 351 Botim aberto na biqueira de Luís Onofre, apresentado no Portugal Fashion, em outubro 2012. A coleção em que se enquadrou propôs a cor como principal elemento, modelos compensados e modelos rasos. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 192, outubro 2012.

Por fim, na temática da cooperação refletiram-se determinações que envolveram os programas e as tecnologias inerentes aos artefactos. A relevância do sentido de qualidade do produto, como a sua garantia e a necessidade de esse aspeto se manifestar como um desígnio da própria indústria do calçado, residiram na compreensão de um sistema de valor ‘intrasectorial’ da indústria do calçado e na definição de relações de partilha entre empresas da mesma fase do processo produtivo ou entre fases distintas relacionadas com o próprio percurso dos artefactos⁸²⁰. Verificou-se que a noção de qualidade foi relacionada com aspetos inerentes aos artefactos em si, mas também a elementos relativos ao foro de atuação da empresa. No contexto da presente investigação importará mencionar o sentido da qualidade atribuída aos artefactos mediante a articulação de elementos dos programas relacionados com as tecnologias de produção, como os materiais usados, a durabilidade dos artefactos garantida pelo processo de fabrico e a manutenção das características dos produtos, tais como ao nível da função – o conforto e, ao nível da forma – o estilo, design e moda⁸²¹. Também a ideia da compreensão da indústria do calçado enquanto um sistema ‘intersectorial’, ou seja, um setor que poderia enquadrar-se num cruzamento interdisciplinar com outros setores da indústria portuguesa, como da cortiça ou dos têxteis e vestuário⁸²² se manifestou uma maior possibilidade de abertura ao nível

⁸¹⁹ A esse propósito, a partir de 2005 se percorreu uma direção relacionada com a procura e com o enquadramento noutros contextos. Foi assim concluída a MOCAP, a saber, a feira de calçado portuguesa, com vista à promoção da participação portuguesa em feiras de calçado internacionais, contribuindo assim para a internacionalização da ‘marca Portugal’.

⁸²⁰ O documento especifica as relações de proximidade que devem ocorrer na indústria do calçado, sendo elas entre os ‘criadores de modelos’, os ‘fornecedores de matérias-primas’ e ‘acessórios’, a ‘produção’, o ‘planeamento’, a ‘logística’ e as ‘ações de marketing’ (Plano 2007, p. 37).

⁸²¹ Complementa-se que no sentido atribuído ao conceito de qualidade pela indústria do calçado são tidos em conta ao nível da logística de produção e escoamento de produtos, a resposta rápida e flexível ou cumprimento de prazos e especificações, encerrando assim o ciclo. Ver Plano Estratégico, 2007, p. 37.

⁸²² Essa abertura a outros setores manifestou uma nova abrangência dos discursos da indústria do calçado e uma ampliação à compreensão dos artefactos trazida com a profusão de uma ligação entre esses setores e em conjunto com o sistema da moda. A importância da cooperação o vestuário e com os têxteis residiu no denominador comum com a área da moda (Plano 2007, p. 38). Essa ligação formalizou primeiramente em 2003, aquando da aplicação do “Programa Dinamo - Dinamização da Moda”, enquadrado no PRIME onde se disponibilizaram trinta e dois milhões de euros para apoios aos empresários mediante candidaturas enquadradas em diversas áreas, da imagem e da internacionalização, inovação e desenvolvimento e qualificação dos seus recursos humanos (Programa dinamo, 2003, p. 6-7). Um dos seus objetivos principais foi o investimento ao nível do design e na criação de marcas, dotando as empresas em competências estratégicas nas áreas da imagem e do design (Estudo de atualização da Avaliação Intercalar do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 – Relatório Final Direção Regional do Desenvolvimento Regional, 28 Dez. 2005). Fortunado Frederico, presidente nesse momento da APICCAPS, numa entrevista em 28/02/2004 ao “Jornal Público” referiu: “É primeira vez na história das políticas públicas em Portugal que é criada uma



Fig. 352 Página divulgada pela APICCAPS de estímulo ao registo das marcas e à promoção do sentido de autoria. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 174, 2011.



Fig. 353 Botins da designer de calçado, Sónia Oliveira. Fonte: CFPIC, Hot New Talents, 2010.

do uso de outros materiais nos programas⁸²³.

O último Plano Estratégico (2013) desenhado teve como objetivo abranger o período de 2014 a 2020 e foi novamente coordenado pelo CEGEA. Intitulou-se “Footure 2020 Plano Estratégico Cluster do Calçado” (2013). O documento contextualizou o impulso de um período onde o desempenho tem sido elevado, dando mostras de um saber secular que sempre pretendeu destacar-se e afirmar-se perante as outras atividades económicas e, sobretudo, reconhecer-se enquanto tal. Apesar de as fragilidades conjunturais ocorridas no período antecedente, onde se haviam destacado mediante a inscrição do calçado português no panorama europeu no requisito da exigência e, onde se experienciou um panorama nacional, economicamente, debilitado, foi possível persistir nos mercados internacionais com um sentido de identidade coletiva, a qual, por sua vez, poderá permitir caracterizar Portugal como um ponto de origem do design e da moda, já demarcado de ‘concorrentes’ dedicados exclusivamente à produção⁸²⁴. Numa análise ao seu tecido constituinte, poderá caracterizar-se na inauguração do sexto período uma teia de relações em articulação entre a produção do calçado, a indústria de equipamentos, dos componentes e dos acessórios de moda, das empresas de distribuição de calçado e entre instituições ligadas ao design e à moda, sustentadas pelo contexto associativo, através do apoio do estado e, pelo CTCP e pelo CFPIC. As novas perspetivas foram difundidas relativamente às estratégias para o período que ainda decorre na atualidade da investigação e deixaram perceber a consolidação de um entendimento da estrutura sustentada primeiro na sua proteção e valorização e de seguida centrado simultaneamente nos artefactos e nos modelos e negócio, sendo esses assentes em parâmetros concernentes à criatividade e à sofisticação.

Com base nessa compreensão e num enquadramento histórico da atividade industrial, ligada ao saber-fazer, ao carácter de autenticidade e legitimidade, evidenciou-se novamente no cerne dessa teia a prática da produção de calçado de tradição com o uso do couro⁸²⁵, de forte

iniciativa dirigida aos sectores têxtil, de vestuário e calçado” (Portugal, Público, 2004). Um ano após a reavaliação do “Dinamo” o presidente da APICCAPS constatou o potencial do cruzamento de sinergias entre o têxtil e o calçado, onde através do qual a indústria portuguesa de calçado iria registar nesse ano e no seguinte – 2004 e 2005, “as maiores participações de sempre em certames profissionais nos mercados internacionais e que o programa havia permitido dar impulsos muito significativos, como antes nunca se tinha verificado” (Portugal, Portugal têxtil, 2005).

⁸²³ Importará referir que se estabeleceu ainda um entendimento mediante uma perspetiva que compreendeu a cooperação na indústria do calçado num ‘interinstitucional’, onde para tal se privilegiou a articulação entre os principais instrumentos da APICCAPS – o CTCP e o CFPIC (Plano 2007, p. 39), como contributo para os programas, para as técnicas e tecnologias e da qualificação dos recursos humanos nas diversas áreas inerentes ao funcionamento das empresas.

⁸²⁴ O panorama europeu foi marcado por um cenário macroeconómico pouco dinâmico, enquanto o contexto nacional atravessou uma crise económica. Contudo, os dados foram perentórios no peso internacional através do aumento do valor do calçado português – passou de cerca de dezoito euros, em 2006, para aproximadamente vinte e três euros em 2012 – e no panorama nacional o “saldo comercial da ordem dos 1.200 milhões de euros”, indicou a indústria do calçado como sendo “o principal contribuinte industrial para combater o desequilíbrio das contas externas portuguesas” (FOOTure, 2013, p. 21).

⁸²⁵ O couro foi descrito como ‘versátil’, ‘nobre’ e o elemento mais relevante para a estratégia de diferenciação, focada em segmentos de elevado valor acrescentado (Monografia Estatística 2014, p. 18), reiterando assim a prevalência da importância do material nos artefactos, em específico, do couro.

presença em dois polos geográficos. A atividade em si assumiu um papel de relevo na nova compreensão da indústria do calçado tendo-se usado para a sua distinção a expressão *cluster* (2013, p. 10). A abrangência trazida com o ‘percurso’ da indústria do calçado efetuado nas duas fases determinou que o *cluster* abarcasse todo o conjunto de sistemas de produção de programas de calçado, geograficamente concentrados em Felgueiras e em São João da Madeira podendo corresponder não só ao calçado de couro, mas também de outros materiais, onde igualmente se compreenderam programas com funções específicas, como os casos do ‘calçado de segurança’ ou ‘calçado desportivo’.



Fig. 354 Botins do designer de calçado, Pedro Resende. Fonte: CFPIC, Hot New Talents, 2010.

Partindo desse entendimento da indústria do calçado e do sentido de necessidade permanente de atuação no *cluster* foram definidos três desafios - qualificação, inovação e domínio da imagem⁸²⁶, a partir dos quais e mediante a redefinição e aprofundamento dos eixos antecedentes se evidenciou desenhar a estratégia para a indústria do calçado. Os objetivos traçados para o sexto período traduziram um critério assente no produto perante a ambição de um ‘estatuto coletivo’ dos artefactos portugueses posicionados como referência mundial no âmbito da ‘sofisticação’ e ‘criatividade’. O artefacto evidenciou ter sido entendido como o elemento principal do *cluster*, inscrito de acordo o modelo de negócio da empresa, sendo mencionados o segmento da moda, do luxo e também da performance e propriedades técnicas (FOOTure, 2013, p. 40), foi compreendido numa direção em torno da valorização do produto português, a qual incluiu os designers como sendo aqueles que poderiam fornecer o suporte, um meio através do qual se poderia reforçar a capacidade criativa da indústria e o design como um elemento fundamental em cada uma das estratégias definidas.



Fig. 355 Notícia sobre o lançamento da marca Lemon Jelly, da Procalçado. Fonte: Jornal da APICCPAS, N.º 196, 2013.

A transversalidade e interdependência entre os conceitos correspondentes a cada eixo deixou verificar a afirmação e a valorização do design, explicitamente, nos discursos da indústria do calçado, bem como a noção das metodologias estratégicas para o seu incremento. O período em análise deixou subentender uma perspetiva alocada ao sentido atribuído ao design na presente investigação, assente nas premissas onde se reconheceu o autor, os programas e as tecnologias e compreendido como uma “alavanca essencial para a sofisticação e criatividade que se pretende que caracterize o calçado português” (Footure, 2013, p. 60), mostrando, claramente, uma abertura e um estímulo para o seu incremento no setor.

A compreensão da atividade do designer ao serviço da indústria do calçado e os objetivos pretendidos com o incremento do design, sobretudo ao nível do desenvolvimento do produto e da criação de marcas próprias foram ligados à ideia de ‘rejuvenescimento’ e de reforço para

⁸²⁶ Em linhas gerais esses desafios foram para o domínio da qualificação, no sentido de competências para a criação de produtos, na sua promoção, produção e na gestão; a inovação correspondeu ao sentido de tecnologias de produção, nos materiais e nos produtos; e por fim quanto ao desafio do domínio da imagem, considerou-se o reforço do valor acrescentado do calçado português por via da elevação da sua imagem coletiva, mas também individual. Ver FOOTure (2013, p. 37).

o *cluster*, pela primeira vez sob uma perspetiva centrada em torno da qualificação do designer de calçado. O designer caracterizou-se através da compreensão de uma relação estreita entre a “criatividade, a emoção e o olhar diferente sobre o mundo” (FOOTure, 2013, p. 40), capaz de contribuir para uma caracterização do calçado português enquanto um conjunto de produtos de valor acrescentado, sofisticado e dotado de criatividade e qualidade técnica⁸²⁷. A esse profissional foi atribuído não só o papel de conferir valor aos artefactos em si, mas também com uma ligação à indústria do calçado em si e à continuidade da sua abertura ao exterior, na medida em que lhe poderá trazer o entusiasmo necessário para prosseguir.

À sua função principal acresceu no seguimento da promoção de diferentes modalidades de cooperação o seu contributo no tecido industrial onde a sua qualificação foi difundida como um requisito fundamental. Ao designer deveria para tal além da sua formação base, proporcionar-se aprendizagens e experiências no enquadramento nacional e internacional do setor (FOOTure, 2013, p. 60). Entendido como um elo fundamental para o tecido industrial português o designer foi defendido e valorizado como um novo profissional ao serviço da indústria do calçado, capaz de lhe proporcionar respostas, ajudar a superar as eventuais fragilidades e acompanhar a concorrência internacional, reconhecendo-se que o seu incremento nas empresas passará por efetuar uma prática determinada que nos seus quadros, mas também num enquadramento externo às empresas, como prestadores de serviços ou, particularmente, como empresários⁸²⁸. A sua representação ao longo do documento figurou com as expressões ‘designer’, ‘jovens designers’ e ‘novos talentos’ (FOOTure, 2013, p. 50-60).

Tendo-se delineado uma estratégia para os autores, desenhou-se também uma estratégia direcionada para os programas fundamentada no eixo relativo à inovação, através de uma perspetiva onde o design correspondeu ao principal contributo para a ‘inovação do produto’, alicerçado nas premissas da ‘inovação tecnológica’, sobretudo no recurso a materiais e componentes que primaram pela inscrição no quadro da inovação, entendida no contexto como ao nível de cor ou texturas em segmentos de mercado orientados para a moda; ou ao nível de melhores performances técnicas para segmentos relacionados com a finalidade do uso de programas de segurança, conforto ou saúde (FOOTure, 2013, p. 37-67).

⁸²⁷ Foi reconhecido ao longo do documento que a imagem internacional do calçado português era àquele período conotada com a criatividade, com o design, com a moda e aliada à reputação do saber-fazer. Nesse sentido, verificou-se que se tratou da publicação onde o design manifestou fazer parte dos discursos próprios da indústria do calçado e o designer efetivamente se destacou.

⁸²⁸ Esse entendimento da intervenção do designer direcionou-se para vários segmentos de mercado, tendo, contudo, em conta que a indústria do calçado foi também composta na sua estrutura por empresas enquadradas num sistema meramente produtivo a qual não recorreu, necessariamente, ao designer. Valerá ainda referir que tendo também em consideração o facto de não ser possível o recurso financeiro de todas as empresas para a integração do designer, foram sugeridas modalidades contratuais diversas para essa integração.

Restará mencionar a importância do design, onde perante o reconhecimento do desfasamento entre o tipo de produto e a imagem individual da empresa e por sua vez com a indústria do calçado em si, se pretendeu a construção e afirmação de marcas próprias, nas quais o design contribuiria como contributo para o “upgrade e reforço de imagem” (FOOTure, 2013, p. 48). O principal sentido foi ligado ao estímulo às empresas de modo a que fosse possível explorar ainda mais os mecanismos que levassem aos mercados internacionais, como o caso das feiras, mantendo essas o estatuto de veículo condutor para a imagem coletiva do calçado português.

4.3.1.3 OUTRAS ESTRATÉGIAS PARALELAS

Como referido, além das estratégias centradas ao nível da tecnologia, dos programas e dos autores, foram desenvolvidos outros projetos de modo a que essas, igualmente, se efetivassem. O contributo para o crescimento da indústria do calçado portuguesa, designadamente, para o internacionalizar, para lhe conferir uma identidade e imagem coletiva, para inovar produtos, técnicas e tecnologias de produção, para qualificar os seus recursos humanos, para promover a união e unificação do setor e para incrementar a prática do design pelos designers. Das fontes consultadas destacaram-se os seguintes projetos assentes nos eixos estratégicos veiculados nos planos estratégicos para o calçado:

- Entre 1978 e 2005 promoveu-se uma estratégia de valorização e afirmação do calçado português materializada com a realização de cinquenta e cinco edições da Mostra Portuguesa de Calçado – MOCAP⁸²⁹ (fig. 356-361). O isolamento sentido no Estado Novo trouxe consigo a determinação de abertura ao exterior, sendo a MOCAP uma das primeiras tentativas para mostrar o calçado português no pós 25 de abril⁸³⁰, perante as necessidades dessa fase enquadradas na promoção de imagem e do estímulo da produção com qualidade dos artefactos portugueses. A MOCAP iniciou a sua primeira edição com cinquenta e nove empresas e certa de trinta compradores internacionais onde com ela confluíram as condições necessárias para o tipo de abordagem pretendida com o exterior. Os dados das suas repercussões foram reveladores da sua influência: se em 1978 o calçado português produzido a partir das cerca de seiscentas empresas não ultrapassou os treze milhões de pares, tendo sido exportados cerca de três milhões de euros anuais, após três edições da mostra, a produção passou para vinte e quatro milhões de pares por ano; em 1985 encontraram-se registadas novecentas e setenta e uma empresas; e no final da década de 90, Portugal havia já alcançado o estatuto do segundo exportador europeu em calçado de couro e o nono a nível mundial (Jornal Têxtil, 13 e 15 janeiro de 2003). Apesar de a MOCAP ter estimulado a emergência

⁸²⁹ Ver Portugal, PORTUGAL TÊXTIL, 2016.

⁸³⁰ A MOCAP realizou-se ao ritmo de duas feiras por ano e foi considerada como a principal manifestação da força da indústria portuguesa do calçado, tendo funcionado como um 'trampolim' para as exportações e um meio que aglutinou a indústria. Foi um caso raro de longevidade no âmbito de certames dessa natureza no país. Ver Portugal, PORTUGAL TÊXTIL, 2003.

de marcas e de artefactos inscritos no quadro do calçado português, a estratégia da aposta no design *avant la lettre* acentuou-se e abrangeu o seu sentido efetivo. Assim, o seu incremento gradual nas marcas, conferiu-lhes valor e colocou-as por sua vez nos mais altos segmentos de mercado, ambicionando-se como nunca uma posição perante a concorrência. Foi considerado nesse sentido que Portugal deveria mostrar-se ao exterior no exterior, marcando amplamente presença em certames de natureza similar à MOCAP, mas ao nível internacional, com vista a alcançar a posição desejada centrando-se para tal diretamente no exterior a veiculação das restantes estratégias de internacionalização do setor.

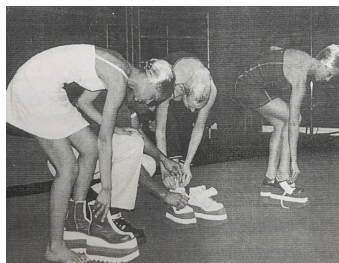


Fig. 356-361
Programas de calçado
apresentados na Mocap.

Fonte: Semanário de Felgueiras,
23 janeiro 1998; 15 janeiro 1999;
22 janeiro 1999.



— Com vista à institucionalização de uma imagem tradutora do calçado português, surgiu a par da MOCAP a difusão e aplicação do logótipo “Shoes from Portugal”. Poderia concluir-se que se tratou da continuidade de um esforço levado a cabo já no período do Estado Novo, quando se impôs a obrigatoriedade da aplicação de um timbre para revelar que a proveniência do calçado seria nacional. No caso em análise, tratou-se de uma afirmação do ponto de origem, todavia, acrescentando-se o sentido da (re)construção de uma identidade coletiva, da conformidade de um todo e, novamente, de uma efetiva abertura para o exterior⁸³¹. Na

⁸³¹ Note-se que a expressão figurou na língua inglesa com vista a proporcionar um maior alcance em termos internacionais. Portugal manifestou-se assim como o primeiro país europeu a definir com uma imagem coletiva setorial de calçado.

década de 90, surgiu o logótipo “Portugal Quality Shoes”, associado à emergência de novos agentes no panorama internacional e à aposta na qualidade, face aos concorrentes asiáticos e do leste da Europa. A designação manteve-se na língua inglesa, no entanto, adicionou-se a expressão ‘qualidade’ como elemento diferenciador do calçado português, recuperando assim a tradição e a valorização da técnica que acompanhou a história do design de calçado português. Em 2009 surgiu a terceira imagem institucional com base num logótipo “Portuguese Shoes: Design by the Future”⁸³², inspirado na “iconografia típica portuguesa” e revelou acompanhar as estratégias com vista a uma campanha de afirmação internacional do posicionamento do setor. Essa campanha manifestou a evolução da indústria portuguesa numa ligação à sofisticação e à inovação, justificando-se a mudança das designações ‘qualidade’ por ‘design’. Pela primeira vez a expressão figurou associada ao sentido coletivo do calçado português enquanto sua caracterização institucional com vista a traduzir um momento de viragem no setor. Viragem essa direcionada para a internacionalização do calçado português em certames internacionais, contactos com clientes e revistas de especialidade, deixando perceber-se a vontade de assumir uma identidade caracteriza por “uma indústria jovem, moderna e voltada para o futuro, que alia a tradição às tecnologias de ponta, o «saber fazer» ao melhor design de sempre”⁸³³.



Fig. 362

Campanhas “Portuguese Shoes”, entre 2013 e 2017. Fonte: Portugal, Portuguese Shoes, 2018.

⁸³² Ver Portugal, APICCAPS, 2009.

⁸³³ Ver Portugal, APICCAPS, 2009b. Manifestou-se relevante na análise efetuada aos slogans que acompanharam a internacionalização do calçado português estabelecer um paralelismo com as interpretações tecidas no terceiro capítulo da presente investigação. Percebeu-se que a expressão footwear -traduzida pelo termo ‘calçado’ na língua portuguesa, não foi utilizada, optando-se antes vocábulo ‘shoes’ – traduzido pelo termo ‘sapato’. O uso dessa designação confirmou a manutenção da ligação da produção de ‘calçado’ e da associação ao conceito de ‘calçado’ à tipologia do ‘sapato’, remetendo assim para um sentido de tradição, mas também de inovação ao figurar com o ‘design’.

— Dessas circunstâncias valerá mencionar o Projeto FACAP⁸³⁴, implementado entre os anos de 1995 e 2000 em articulação entre o CTCP, a APICCAPS e o Estado, no âmbito do PEDIP II, através dos quais se viabilizou o contributo para a inovação do setor no que respeitou aos novos materiais, componentes, produtos e aos equipamentos de produção dos artefactos; os projetos FATEC – Fábrica de alta tecnologia⁸³⁵ realizado entre 2002-2005 e o SHOEMAT⁸³⁶ entre 2003-2006. Na publicação “FOOTure - Programa de Acção para a Fileira do Calçado” (2008) encontrou-se a sistematização dos projetos inscritos no quadro dos eixos definidos no “Plano Estratégico” (2007), tendo sido: o “ShoeInov – Programa Operacional para a Inovação da Fileira do Calçado”⁸³⁷; o “ShoeSkills

⁸³⁴ Como mencionado o Projeto FACAP foi o principal projeto do PEDIP II para o setor do calçado e manifestou-se inovador a nível internacional por prever a construção de equipamentos e sistemas ainda inexistentes no setor do calçado. Foi responsável pelo posicionamento de empresas portuguesas de calçado entre a elite internacional, pela determinação de laços entre a indústria e instituições científicas e tecnológicas e surgiu no contexto do reconhecimento das estratégias delineadas necessitarem de ações planeadas e complementares entre si, onde a APICCAPS, juntamente, com o CTCP estabeleceram um polo de inovação entre instituições e empresas. Foram desenvolvido sob sua alçada cerca de quarenta novos equipamentos. Ver Portugal, CTCP, 2014.

⁸³⁵ O Projeto FATEC - Fábrica de Alta Tecnologia para Calçado, foi aplicado entre 2002-2005 e consistiu no desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras e competitivas, desenhadas e direcionadas para as necessidades das empresas portuguesas do setor. Foi responsável pela produção de cerca de sessenta e cinco novos equipamentos. Ver Portugal, CTCP, 2014.

⁸³⁶ O Projeto SHOEMAT foi realizado entre 2003-2006 e centrou-se no desenvolvimento de novos materiais e componentes para suportar a inovação e a diferenciação do setor do calçado com vista ao contributo para a competitividade, internacionalização e visibilidade das empresas produtoras de materiais, componentes e acessórios para calçado. O projeto foi responsável por gerar cerca de trinta e cinco novos materiais e produtos. Ver Portugal, CTCP, 2014.

⁸³⁷ O Programa SHOEINOV pretendeu implementar projetos no âmbito do eixo da inovação com o objetivo de transformar a fileira do calçado na mais moderna e competitiva do mundo, ao nível do fabrico de calçado de moda, de gama alta e de elevado desempenho. Para tal e sob o mesmo ponto de vista, foram consideradas as articulações necessárias no seio da estrutura da indústria do calçado ao nível da inovação, tais como essa ocorrer no modelo de negócio, no marketing, na produção, na integração na cadeia de valor, no design, na inovação tecnológica e na qualificação do capital humano das empresas. Fundamentado na conjugação do sentido de inovação em torno dos artefactos e, em vista disso, na estrutura empresarial, no setor onde se enquadra e nos outros setores dependentes, os projetos traduziram a introdução de outros discursos na indústria do calçado, designadamente, no que respeitou às novas possibilidades dos programas de tipologias de calçado trazidas com o avanço da tecnologia. O programa SHOEINOV compreendeu assim um projeto específico para o desenvolvimento de novos materiais e componentes – o SHOEMAT, onde se privilegiou o desenvolvimento de polímeros, compósitos e solas multifuncionais, nanomateriais e materiais inteligentes; um projeto para o desenvolvimento de novos produtos – o ShoeProd, tendo-se baseado no desenvolvimento dos materiais com vista ao surgimento de outras tipologias de calçado associadas às propriedades ou funções que esses podem corresponder, enquadrando-se nas seguintes áreas: SmartShoe; TechShoe; GreenShoe; e MedShoe. Na área do SmartShoe designaram-se tipologias de calçado caracterizadas pela inserção de elementos enquadrados nas novas tecnologias com elevada funcionalidade e desempenho, como o ‘calçado para crianças com sensores’, ‘calçado com inserts multifuncionais ao nível dos componentes’, ‘calçado casual pro ativo’ e ‘calçado geração de energia’. Na área do TechShoe designaram-se tipologias de calçado caracterizadas não só pelas propriedades dos materiais utilizados, mas também de acordo com a especificidade do uso no sentido do calçado técnico de elevada performance, como o ‘calçado de segurança avançado’, ‘calçado confortável de segurança para uso doméstico’, ‘calçado anti-odor e anti-estático’, ‘calçado para desportos específicos’, ‘calçado com auto-limpeza, antimicrobicos e hidrofóbico’, ‘calçado com extrema absorção e impacto’ e desenvolvimento de processos construtivos com vista a otimizar o conforto. Na área do GreenShoe designaram-se tipologias de calçado caracterizadas pela presença de elementos que traduzem preocupações ambientais e redução dos impactos, como o ‘calçado biodegradável e biobased’, ‘calçado multimaterial biodegradável’, ‘calçado em materiais reciclados’, ‘calçado com materiais de origem natural e renovável’, ‘calçado com componentes separáveis por material’. Por fim, na área do MedShoe foram apresentadas as tipologias relacionadas com a saúde, tais como o ‘calçado para grávidas e obesos’, ‘calçado para cardíacos’, ‘calçado para pessoas em sobrecarga temporária’, ‘calçado para pessoas alérgicas e calçado para pé de atleta’, ‘calçado para pés lesionados e com pequenas deficiências’, ‘calçado de uso hospitalar e calçado para todo ano’ e ‘calçado para diabéticos’; um projeto para o desenvolvimento de equipamentos de laboratório, quer para o tratamento de superfícies, modelação e produção – o ShoeTech; para o desenvolvimento de novas aplicações baseadas em TIC – o ShoeTIC; e o ShoeAmbi para o ambiente e de desenvolvimento sustentável (FOOTure 2008, p. 20-60). Valerá mencionar que ao momento da publicação onde se apresentaram os programas mencionado se deu nota dos programas em curso, em articulação com o quadro comunitário, como o EFPT – Plataforma Tecnológica de Processos e Produtos de Calçado; Manufacture; EUMat; Projecto CEC-Made-Shoe, “Custom, Environment and Comfort made shoe”; Projecto Flexifunbar, “Multifunctional Barriers for flexible structures: Textile, Leather and paper”; e Projecto F2F, “Fashion to Future” (FOOTure, 2008, p. 64). O projeto SHOEINOV foi responsável pelo lançamento de mais de cem novos materiais à escala mundial, nomeadamente, peles ecológicas, biodegradáveis ou livres de crómio, solas termoplásticas transparentes, anti deslizamento, anti estáticas ou resistentes ao fogo, materiais flexíveis com revestimento a cortiça únicos no mundo, materiais policromáticos que mudam de cor com a temperatura ou radiação luminosa, elastómeros vulcanizáveis para processamento por injeção e colas e produtos de acabamento de base aquosa. Ver Portugal, CTCP, 2014b.



Fig. 363 Página de campanha promocional do calçado português. Fonte: APICCAPS, Estudo Estatístico, 2009.



Fig. 364 Página de campanha promocional do calçado português. Fonte: APICCAPS, Estudo Estatístico, 2009.

- Programa Operacional de Qualificação do Potencial Humano e das Empresas da Fileira do Calçado”⁸³⁸, e o “ShoeBizz – Programa operacional para a Internacionalização da fileira do calçado”⁸³⁹, deixando de partida perceber uma atuação, novamente, com base no cruzamento de áreas interdisciplinares com a indústria do calçado. No contexto da investigação manifestou-se relevante tecer algumas considerações perante os três últimos projetos mencionados, na medida em que: a) FATEC contemplou não só a intervenção no setor da produção de calçado, mas também dos componentes, designadamente, no setor das solas, cortantes, formas ou embalagens. Assente na cooperação entre fornecedores traduzindo uma perspetiva que visou a direção para outros segmentos reforçados pelo estilismo e pela qualidade e para o desenvolvimento da capacidade da rentabilização e produção de pequenas séries⁸⁴⁰; b) o SHOEMAT traduziu a recuperação do entendimento dos materiais, ao que acresceu também dos componentes como áreas de referência em torno da caracterização e valorização dos artefactos. Pretendeu-se a utilização eficiente da pele natural, o estudo de novos materiais e o desenvolvimento de ‘calçado verde’ e ‘calçado de conforto’ (FOOTure 2008, p. 23). A indústria do calçado com os resultados do projeto viu surgir peles naturais biodegradáveis, telas revestidas a cortiça ou solas reforçadas por fibras, materiais compósitos termoplásticos e elásticos avançados⁸⁴¹; e c) o SHOEINOV deu continuidade aos objetivos existentes no âmbito do desenvolvimento de novos materiais, componentes e acessórios, mas também ao impulso para o desenvolvimento de tipologias de calçado orientadas para nichos e mercados, juntamente com novos processos de fabrico e logística automatizada ou conteúdos multimédia. A incorporação de materiais inovadores possibilitou o fabrico de calçado de elevado desempenho, satisfazendo critérios de qualidade, conforto, segurança e proteção ambiental, no sentido dos parâmetros definidos para a indústria do calçado portuguesa.
- O mesmo sentido estratégico paralelo verificou-se com a articulação institucional entre a APICCAPS e o CFPIC com vista à qualificação

⁸³⁸ O Programa SHOESKILLS correspondeu a um programa de qualificação de recursos humanos com vista a que as empresas desenvolvessem competências que lhes garantissem o sucesso, a internacionalização, diferenciação e criatividade, aumento do seu valor acrescentado e domínio dos canais de distribuição (FOOTure 2008, p. 72). Esse programa teve como objetivo específico, entre outros aspetos Posicionar Portugal no topo das competências do design e desenvolvimento do produto a nível mundial. Foi estruturado em oito eixos de intervenção, sendo que o eixo da ‘formação para o desenvolvimento de competências operacionais’ compreendeu o design/engenharia do produto, através da intervenção na área dos estágios de mobilidade orientados para o design e desenvolvimento do produto, de acordo com o público alvo: estágios de mobilidade internacional, intercâmbios de empresas gabinetes de design, ciclos de workshops técnicos; e o eixo referente ao ‘apoio à integração de quadros e apoio ao emprego científico’ compreendeu a formação e os estágios, posicionando o design juntamente com outras áreas como as novas tecnologias, materiais, marketing, TIC ou organização e gestão (FOOTure 2008, p. 83-89).

⁸³⁹ O ShoeBizz visou responder às necessidades em matéria de internacionalização apontadas no âmbito do Plano Estratégico (2007), sendo que essa foi entendida como um requisito e uma consequência do processo de reconfiguração do modelo de negócio das empresas (FOOTure, 2008, p. 106).

⁸⁴⁰ Com esse projeto foram integradas novas tecnologias e equipamentos ao serviço da produção de calçado com vista a otimizar ou eliminar operações manuais, automatizando assim o máximo possível não só a produção, mas também a logística ou a gestão operacional das empresas. Ver Portugal, CTCP, 2014c.

⁸⁴¹ Ver Portugal, CTCP, 2016.



Fig. 365 Fotografia de campanha promocional do calçado português. Fonte: APICCAPS, Estudo Estatístico, 2011.



Fig. 368 Fotografia de campanha promocional do calçado português. Fonte: APICCAPS, Estudo Estatístico, 2011.



Fig. 366 Página publicitária da campanha "The sexiest industry in Europe" promovida pela APICCAPS. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 133, janeiro 2011.

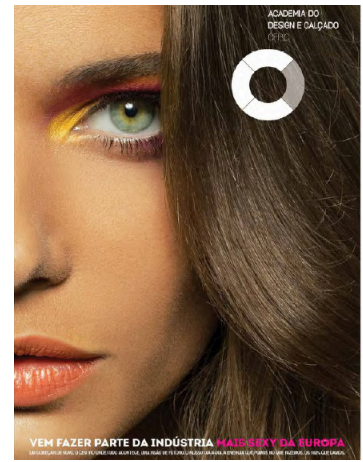


Fig. 367 Página publicitária de divulgação da Academia de Design e Calçado. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 198, abril 2013.



Fig. 369 Campanha promocional do calçado português. Fonte: APICCAPS, FOOTure 2020, 2013.



Fig. 370 Página publicitária da campanha "The sexiest industry in Europe" promovida pela APICCAPS. Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 195, janeiro 2013.



Fig. 371 Campanha promocional do calçado português. Fonte: APICCAPS, FOOTure 2020, 2013.



Fig. 372 Divulgação de formação profissional.
Fonte: Jornal da APICCAPS, N.º 194, dezembro 2012.

de profissionais para as diversas áreas do setor, ao nível do design, da modelação e das áreas relacionadas com a produção.

- Das atuações mencionadas reuniram-se as condições para que no final de 2010 tivesse início a maior promoção internacional e nacional do calçado português, ao nível da comunicação com a participação de empresas portuguesas em certames da especialidade internacionais e na presença reforçada no ciberespaço⁸⁴². A campanha ambicionou a profusão da afirmação de uma identidade portuguesa no exterior a qual, progressivamente, foi aumentando com o crescimento do número de participantes (fig. 362-372). Percebeu-se que após essa abertura ao exterior e o consequente alcance do reconhecimento da indústria portuguesa, surgiu o momento de se colocar em prática estratégias que contribuíssem para a valorização do setor em Portugal, quer no seio da própria teia da indústria do calçado, mas também para o público português em geral. Foram amplamente divulgadas informações provenientes de dados estatísticos veiculadas em meios distintos, como o programa de televisão “What’s Up - Olhar a Moda” e em diversas publicações, o “Jornal da APICCAPS”, a “Revista Portuguesa Soul”, o “Boletim trimestral de conjuntura”, a “Monografia Estatística” e o “WorldFootwear” (Brochura institucional, APICCAPS, p. 12) contribuindo para validar o panorama projetos de atuação relevantes ao âmbito da presente investigação pelo facto de terem manifestado a possibilidade da aplicação das estratégias definidas ao longo dos planos analisados, relacionadas com o contributo progressivo que ocorreu na evolução tecnológica da produção de calçado e dos novos materiais, fornecido através do CTCP. A partir dessa instituição, a indústria portuguesa do calçado usufruiu dos seus métodos de atuação moldáveis à realidade e à ambição de cada empresa em áreas de investigação aplicada nas áreas da tecnologia e gestão industrial; na qualidade; na metrologia⁸⁴³; ambiente e propriedade industrial; e nos serviços de consultoria (Brochura institucional, APICCAPS, p. 13).

4.4 O PAPEL DO ESTADO

Apesar da continuidade da função de normalização das suas instituições ao longo do momento em estudo, no que respeitou aos programas de calçado relativos aos uniformes ou fardamentos (fig. 391-410), o exercício do papel do Estado revelou-se de natureza distinta daquele que se verificou no III momento da investigação. O Estado levou a cabo na indústria do calçado uma prática de incentivo à modernização, à inovação e ao nível financeiro, sendo que paralelamente contribuiu para a sua regulação. Ve-

⁸⁴² A campanha foi perspectivada como “ousada, irreverente e provocadora” e, de acordo com a APICCAPS, foram investidos dez milhões de euros para ser posta em prática (Portugal, APICCAPS, 2010).

⁸⁴³ A normalização permitiu que as empresas portuguesas acompanhassem os trabalhos normativos do Comité Europeu de Normalização (CEN) e da Organização Internacional para a Normalização (ISO), no âmbito da normalização aplicável aos materiais e componentes para calçado, assim como ao calçado em si incluindo a terminologia e definições, testes, ensaios e especificações. Em 2003 estabeleceu-se um protocolo de cooperação com o Instituto Português da Qualidade (IPQ) e CTCP com vista a acompanhar essa normalização.



Fig. 373 Sandália da designer de calçado de Sara Boa, vencedora da 2ª edição do Prémio Nacional de Design.
Fonte: Orientações, N.º 4, 1994, p. 101.



Fig. 374 Sandália da designer de calçado Rute Relvas, vencedora da 4ª edição do Prémio Nacional de Design.
Fonte: Orientações, N.º 7, 1997, p. 105.

rificou-se sobretudo um conjunto de medidas com vista a apoiar o desenvolvimento da indústria do calçado portuguesa, o design e a formação profissional especializada nessa área. Paralelamente, o seu registo ocorreu também perante a normalização das atividades profissionais relacionadas com o desenvolvimento e com a produção dos artefactos, ou seja, como leque de autores e co-autores do ‘calçado’ português.

Nas fontes encontradas sobre a influência e o contributo do Estado ao longo do quarto momento verificou-se um conjunto de documentos provenientes da legislação alusivos à temática do calçado e do design relacionados com o desenvolvimento da indústria do calçado, onde se compreendeu a natureza da sua intervenção sob a forma de incentivos veiculados em diversos modelos, como os orçamentos do Estado, onde se destacaram um conjunto de normativos:

- Lei n.º 101/89, de 29 de dezembro, designada de “Grandes Opções do Plano para 1990” tendo relevado o apoio técnico e tecnológico a alguns ramos industriais, contemplando o calçado;
- Lei n.º 75/93, de 20 de dezembro, “Grandes Opções do Plano para 1994” e a Lei 1994-12-27 “Grandes Opções do Plano para 1995”, as quais pretendem a divulgação e promoção da imagem global do país através da afirmação da imagem de setores específicos de bens de consumo, havendo lugar para o calçado, tendo também pretendido reforçar os bens de equipamento na indústria transformadora em geral, na qual se incluiu o calçado, bem como a dinamização de estratégias de produtividade, qualidade e internacionalização das empresas;
- Lei n.º 30-C/92, de 28 de dezembro, “Grandes Opções do Plano Nacional para 1993”, através da qual se pretendeu a sensibilização de práticas de gestão em que o design fosse assumido como fator decisivo para o aumento de competitividade e qualidade, a formação de recursos humanos em cursos de design, designadamente, para designers, empresários, gestores e quadros técnicos de PME’s, atribuição de prémios de design⁸⁴⁴ e de etiquetas “design” a empresas cujos produtos e processos de gestão satisfizessem requisitos pré-regulamentados e uma campanha de motivação para o design industrial para sensibilizar o grande público (fig. 373-374);
- Lei n.º 87-B/98, de 31 de dezembro, “Grandes Opções do Plano Nacional para 1999”, através do apoio à potenciação de setores emergentes ou com novas dinâmicas de crescimento, considerando-se o calçado nesse quadro;
- Lei n.º 30-B/00, de 29 de dezembro, “Grandes Opções do Plano para

⁸⁴⁴ Nesse seguimento, o primeiro concurso ocorreu em 1993, tendo assentado na promoção e valorização do design de calçado nacional, onde se destacaram Isabel Silva; Paulo Madeira; e Leonor Carlos. Os protótipos foram apresentados na MOCAP e o concurso considerado um sucesso (Orientações, n.º. 4, 1994, p. 89). Encontrou-se um artigo em 1995 e por fim outro de 1997 os quais apresentaram os programas e os designers premiados relativos a esses anos. Realizaram-se um total de quatro edições, onde se destacaram Sara Boa; Dulce Castro; Ana Brandão e Rute Relvas. Ver Revista Orientações, n.º. 4, 1994; n.º 5, 1995; n.º 7, 1997. Valerá mencionar que se encontraram dois documentos legislativos da década anterior sobre prémios de design, onde o calçado figurou no ‘Design de têxteis e moda’. Em ambos os documentos aos designers foi atribuída a caracterização de “elementos fundamentais ao desenvolvimento económico nacional e como operadores representativos da identidade portuguesa no campo industrial, desempenham uma importante função no processo cultural do País” (Decreto-Lei n.º 353/84, de 29 de outubro e Portaria n.º 622/85, de 20 de agosto). Encontraram-se informações relativamente aos prémios da área do calçado na Revista Orientações. Foi da responsabilidade do Cento de Arte de São João da Madeira, tendo-se realizado quatro edições.

2001”, onde através do novo modelo de crescimento o calçado foi considerado, juntamente, com o têxtil e vestuário uma das bases para o aumento da produtividade da economia, tendo-se pretendido a sua modernização;

- Lei n.º 109-B/01, de 27 de dezembro, “Grandes Opções do Plano para 2002”, através da aposta na ascensão na cadeia de valor dos principais *clusters* onde o calçado também figurou. Foi ainda nesse documento onde se verificou as menções à sua valorização e à evolução da melhoria da qualidade, da inovação dos produtos e à modernização dos processos produtivos do cluster do calçado, bem como ao desenvolvimento do design, de marcas próprias, de redes para a comercialização na Europa e do ‘design da criação’ com grande potencial de sinergia com a indústria do calçado;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/03, de 26 de março, a Lei n.º 107-B/03, de 31 de dezembro, “Grandes Opções do Plano para 2004” e a Lei n.º 55-B/04, de 30 de dezembro, “Grandes Opções do Plano para 2005”, onde se abordou a prossecução do Projecto Dínamo - Dinamização da Moda destinado ao reposicionamento e à revitalização do têxtil, vestuário e calçado, com a aposta em áreas de maior valor acrescentado e no design;
- Lei n.º 52/05, de 31 de agosto, “Grandes Opções do Plano para 2005-2009” relativamente às parcerias para a inovação e o emprego através da combinação das indústrias dos têxteis, confeções e calçado com o design e a distribuição, para desenvolver o cluster da moda, bem como a afirmação do conceito de ‘Design Universal’ enquanto reforço de modelo de desenvolvimento, promovendo a sua adoção nos currícula escolares;
- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, “Grandes Opções do Plano para 2017”, onde se enquadróu o calçado na indústria da moda, determinada por fortes necessidades de conhecimento dinâmico e intangível em matéria de design de moda, requerendo uma necessidade de definição da Estratégia do Design em Portugal.

Além desse contributo foram encontrados outros alusivos à regulamentação dos incentivos nos quais se percebeu uma antecipação e viabilização dos discursos efetivamente praticados pela APICCAPS. No enquadramento do Pós 25 de abril, onde a indústria do calçado foi entendida pelos órgãos do Estado perante o seu relevo no contexto da economia nacional, como a quantidade significativa de postos de trabalho a seu cargo, caracterizada por um grande número de empresas de pequena e média dimensão, com uma estrutura deficiente dos quadros empresariais e de abastecimento de matérias primas e acessórios, acrescentando-se a baixa produtividade⁸⁴⁵, emergiram as motivações para a realização do primeiro estudo efetuado pelo Estado com vista a aferir as reais necessidades e fragilidades da

⁸⁴⁵ No Despacho n.º 58/75, de 10 de março, foram mencionadas cerca de mil e cem fábricas ligadas à produção de ‘calçado’, muitas delas funcionando em moldes artesanais, onde os quadros empresariais foram, praticamente, inexistentes, com grande falta de mão-de-obra especializada, designadamente modelistas e técnicos de produção com formação adequada e falta das mais elementares técnicas de gestão.

indústria do calçado. Através do Despacho n.º 58/75, de 10 de março, previu-se a constituição de um grupo de trabalho com vista a efetuar essa análise com o objetivo de posterior formulação de um plano de estratégia, tendo-se seguido na década seguinte a Resolução n.º 60-B/83, de 30 de dezembro, que aprovaria o “Plano de Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Transformadora Portuguesa” para setores prioritários, no qual se incluiu a indústria do calçado. De facto, o contributo trazido no quadro do financiamento para a implementação de vários projetos no âmbito do PEDIP⁸⁴⁶, como o caso do programa a “Fábrica de Calçado do Futuro”, com vista a promover o desenvolvimento e a inovação na indústria do calçado, deu, por sua vez origem à emergência de um conjunto mais vasto de projetos independentes, mas simultaneamente ligados entre si⁸⁴⁷.

Igualmente no sentido de interferência do Estado encontraram-se documentos normativos quanto à regulação do ensino, os quais manifestaram a estruturação da formação e a normalização das aprendizagens no âmbito das atividades associadas à indústria do calçado, ao mesmo tempo que pareceram revelar a sua intervenção mais direta, uma vez que foram detalhados as especificidades da formação para as diversas profissões, os objetivos das mesmas e as entidades de formação, veiculando assim um perfil de profissional e a normalização de práticas.

Apesar de se terem encontrado documentos que manifestaram relevância no âmbito da análise à aprendizagem das atividades profissionais da indústria do calçado, como o documento que homologou o CFPIC em 1987 (Portaria n.º 488/87, 8 de junho) traduzindo a ampliação da própria instituição e, conseqüentemente, da formação na área do calçado em si, ou o reconhecimento da Escola Superior de Artes e Design e a autorização do funcionamento do curso superior de design, onde o vestuário e o calçado foram contemplados enquanto ‘opções’ (Portaria n.º 807/89, de 12 de setembro), foi ao nível dos cursos profissionais onde se encontrou uma maior relevância do papel exercido pelo Estado, através do incremento dessa modalidade de ensino, na sua difusão e aplicabilidade.⁸⁴⁸ Essa regulação da formação direcionada para as diversas atividades associadas à indústria do calçado ocorreu primeiramente em 1992 e correspondeu à Portaria n.º 210/92, de 19 de março, tendo sido criados os cursos na

⁸⁴⁶ Ver Despacho n.º 31/89 de 31 de março, Despacho n.º 98/90, de 5 de setembro e a Lei n.º 69/93, de 24 de setembro, onde se contemplou o apoio às estratégias de qualidade e ao design industrial.

⁸⁴⁷ O programa a FATEC obteve resultados muito positivos para a indústria do calçado em si, contribuiu para a densificação do setor do calçado, bem como, influenciou de forma decisiva para que Portugal se afirmasse também como produtor de equipamentos para a indústria de calçado. O programa foi responsável por investimentos em inovação de cerca de trinta milhões de euros entre 1996 e 2006 (FOOTure 2008, p. 14-15).

⁸⁴⁸ Adicionalmente, o panorama do ensino superior foi centrado na formação em vestuário. Os cursos onde o design e a moda se fundiram emergiram no século XXI. Em 2002 surgiu o curso bietápico de licenciatura em Design de Moda e Têxtil da Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco (Portaria n.º 709/02, de 25 de junho); em 2005 o curso Design e Marketing da moda começou a ser ministrado na UM; em 2007 foi aprovada a adequação do curso de Arquitetura de Design de Moda pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (Despacho n.º 16470/07, de 27 de julho) e no ano subsequente a mesma instituição ministrou o mestrado em Design de Moda (Despacho N.º 7569/2008, de 13 de março); em 2009 surgiu o curso de mestrado em Branding e Design de Moda, pela UBI (Despacho n.º 25889/09, de 25 de novembro) e em 2012 foi ministrado também pelo IADE (Despacho n.º 15226/12, de 27 de novembro); em 2014 a UBI e a UM criam o Programa Doutoral em Design de moda (Despacho n.º 10253/14, de 8 de agosto).



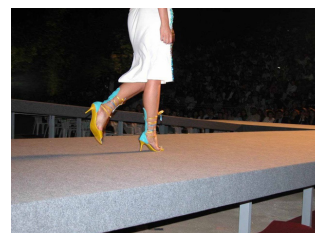
DESCALÇO 2004



DESCALÇO 2004



DESCALÇO 2005



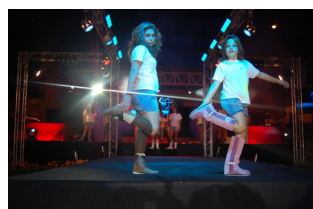
DESCALÇO 2005



DESCALÇO 2007



DESCALÇO 2009



DESCALÇO 2010



DESCALÇO 2011



DESCALÇO 2013



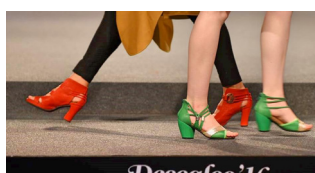
DESCALÇO 2013



DESCALÇO 2014



DESCALÇO 2014



DESCALÇO 2016



DESCALÇO 2017

Fig. 375-388 Gala anual de design de calçado, entre 2004 e 2017, organizada pela escola profissional de Felgueiras e pela câmara municipal. A gala pretendeu apresentar propostas de calçado para senhora, homem e criança, de alunos dessa instituição e de empresas locais. Fonte: Arquivo Semanário de Felgueiras.

Escola Profissional de Felgueiras⁸⁴⁹ de Técnico projectista de desenho industrial/calçado e têxtil e de Técnico de controlo de qualidade/calçado e têxtil, ambos de nível 3 de qualificação profissional e equivalente ao 12.º ano⁸⁵⁰. No sentido da investigação, foi na publicação do curso Técnico projectista de desenho industrial/calçado e têxtil⁸⁵¹ onde se verificou um percurso de aprendizagem aproximado à formação para o exercício da atividade de designer. O percurso formativo incidiu na componente ‘técnica, tecnológica e prática’ onde o desenho se manifestou como a disciplina onde a carga horária foi a mais elevada, mesmo que comparado às restantes disciplinas que integraram cada componente do curso – quatrocentos e sessenta horas, seguindo-se as ‘oficinas’ onde a formação se direcionava para a modelação; o ‘desenho assistido por computador’; e os ‘materiais e tecnologias’; com durações entre 360 e 320 horas cada uma. A organização do curso deixou perceber um sentido de formação no último ano com incidência no projeto, onde se cruzaram os conceitos de tecnologias, autores e programas, evidenciados através do ‘desenho’, dos ‘materiais’ e do ‘atelier de produção’ para o desenvolvimento de modelos de calçado.

Posteriormente à regulamentação dessas formações o Estado definiu as normas regulamentares associadas à pré-aprendizagem e aprendizagem das restantes profissões da área do calçado e subáreas complementares. Caracterizaram-se como atividades que se ligaram às técnicas e tecnologias dos artefactos: ‘cortador de calçado’, ‘preparador de calçado’, ‘controlador de operações unitárias de calçado’ e ‘técnico de calçado’; aos autores: ‘estilista de calçado’; aos autores e tecnologias: ‘modelista (operador de CAD-CAM) de calçado’. Da análise ao documento, onde se definiram e perspetivaram essas atividades, verificou-se pela primeira vez no espectro dos documentos analisados no presente estudo o esclarecimento de conteúdos acerca do percurso formativo inerente a cada atividade e conseqüentemente, a definição de objetivos e funções ambicionadas para cada aprendiz e a adoção da estrutura comunitária para o estabelecimento de hierarquias entre os níveis de qualificação possíveis para cada atividade⁸⁵². Foi nesse âmbito onde se traçou o

⁸⁴⁹ Esclarece-se que as escolas profissionais foram criadas em Portugal em 1989 através do decreto-lei n.º 26/89, de 21 de janeiro. A Escola Profissional de Felgueiras foi criada por contrato-programa outorgado entre o GETAP - Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional e a Câmara Municipal de Felgueiras, em 1991.

⁸⁵⁰ Ambos os cursos foram desenhados com uma carga horária total de três mil e quinhentas horas, distribuídos pelas componentes sociocultural, científica e técnica, tecnológica e prática, ocorrendo especificidades ao nível da natureza das disciplinas em cada uma dessas componentes. Ver Portaria n.º 210/92, de 19 de março.

⁸⁵¹ No desenho do curso em epígrafe, a componente sociocultural correspondeu a seiscentas horas de ‘português’, ‘língua estrangeira’ e ‘área de integração’; a componente científica ajustou oitocentas horas contemplando as áreas de ‘história do traje’, ‘ergonomia’, ‘geometria e projeção’ e ‘organização da produção, gestão e marketing’; e a componente técnica, tecnológica e prática correspondeu a mil e oitocentas horas integrando o ‘desenho’, ‘oficinas’, ‘desenho assistido por computador’, ‘materiais e tecnologias’ e ‘atelier produção’. Ver Portaria n.º 210/92, de 19 de março.

⁸⁵² Foram consideradas as seguintes profissões, segundo a estrutura comunitária dos níveis de formação: Nível I - cortador de calçado; Nível II - preparador de calçado, controlador de operações unitárias de calçado; Nível III - estilista de calçado, técnico de calçado, gente de métodos e tempos de calçado, modelista (operador de CAD-CAM) de calçado e afinador de máquinas de calçado. Ver Portaria n.º 495/92, de 16 de junho.

perfil formativo do estilista⁸⁵³, tendo-se pretendido as seguintes tarefas principais inerentes ao seu desempenho

“(...) criação, reprodução, planificação e execução de modelos tendo em conta os aspetos de anatomia, moda, design, consumo, técnico e industrial, podendo socorrer-se de processos tradicionais ou novas tecnologias”

(PORTARIA N.º 495/92, DE 16 DE JUNHO).

O curso Estilista de calçado requereu como habilitação de acesso o 9º ano de escolaridade, sendo que a duração cinco mil e quatrocentas horas conferiu a equivalência ao 12º ano. Na sua estrutura verificou-se uma planificação onde o sentido de atividade do estilista se evidenciou confundir com o papel do designer. Foi na componente das ‘tecnologias específicas’ onde se encontraram as especificidades inerentes à vocação principal da formação, tendo sido mencionado pela primeira vez no conjunto de documentos analisados ao longo do presente estudo a expressão design de calçado. Nesse enquadramento, revelou um sentido de proximidade com o desenho, a ilustração, a modelação, a fotografia e serigrafia, a informática aplicada, tecnologias de fabrico, história da moda e a organização e gestão da empresa, manifestando-se pertinente uma consideração acerca dos conteúdos programáticos inerentes à disciplina de design no quadro das ‘tecnologias específicas’: o facto de se centrarem no entendimento do design enquanto uma atividade que estuda, concebe e concretiza formas funcionais, assente também na criatividade deixaram esclarecer que o papel do estilista na criação de coleções compreende a presença ‘formal’ do design enquanto ligado ao momento criativo do desenvolvimento do artefacto. A continuidade do desenho das áreas de atividade do calçado, a partir da portaria n.º 495/92, de 16 de junho, ocorreu com o alargamento a outras formações pós-secundárias, não superiores, de especialização tecnológica que conferem o nível 4 e diploma de especialização tecnológica, difundidos na portaria n.º 1232/03, de 22 de outubro⁸⁵⁴. O curso Estilista/designer de calçado e marroquinaria requereu como habilitação de acesso o 12º ano de escolaridade, sendo que a duração mil e quinhentas horas conferiu o nível de certificação IV. Do seu programa passaria a integrar não domínio das ‘tecnologias específicas’ a história da arte, do calçado e da marroquinaria; a anatomia e o calçado; fotografia; serigrafia; design de moda; marketing e vendas e projeto final. Foi através do Despacho n.º 2527/10, de 8 de fevereiro, onde a formação profissional se direccionou

⁸⁵³ A propósito da reorganização da Classificação Nacional de Áreas de Formação encontrou-se a seguinte definição: o design (igualmente designado por estilismo, conceção ou criação, dependendo do sector de atividade) tem que ver com a utilização combinada de linhas, formas, tecidos ou outros materiais a fim de produzir peças de vestuário, produtos industriais, artigos e outros elementos de decoração interior. Ver Portaria n.º 316/01, de 2 de abril.

⁸⁵⁴ Foram aprovados nesse documento os seguintes itinerários de formação a) Operações Básicas de Fabrico de Calçado; b) Produção de Calçado 1; c) Produção de Calçado 2; d) Planeamento e Gestão da Produção de Calçado 1; e) Planeamento e Gestão da Produção de Calçado 2; f) Manutenção na Indústria de Calçado 1; g) Manutenção na Indústria de Calçado 2; h) Modelação de Calçado e Marroquinaria 1; i) Modelação de Calçado e Marroquinaria 2; j) Concepção e Projecto de Calçado e Marroquinaria. Foram consideradas as seguintes profissões, segundo a estrutura comunitária dos níveis de formação: Nível II - Operador de fabrico de calçado; Nível III - Técnico de métodos e tempos de calçado; Técnico de gestão da produção de calçado, Técnico da manutenção de máquinas de calçado, Modelista de calçado e marroquinaria; e Nível IV - Estilista/designer de calçado e marroquinaria. Ver Portaria n.º 1232/03, de 22 de outubro.

para o design de calçado propriamente dito, tendo figurado enquanto curso de especialização tecnológica, ministrado pelo CFPIC com início no ano de 2009⁸⁵⁵. No âmbito da publicação dessa homologação percebeu-se o perfil traçado para o designer de calçado, bem como as competências que lhe foram requeridas com o percurso formativo, as quais permitiram tecer uma caracterização da atividade desse profissional. O designer de calçado foi apresentado como um ‘técnico/a especialista’ tendo-lhe sido conferidas as responsabilidades de “conceber e desenvolver produtos de calçado tendo em conta as tendências de moda, a qualidade, a estratégia comercial da empresa e os constrangimentos técnicos da produção” (Despacho n.º 2527/10, de 8 de fevereiro). Apesar desses pressupostos enunciados representarem a qualificação do designer de calçado, foi através do desenho das competências pretendidas com o curso para o exercício da sua atividade onde se encontraram outras referências que igualmente deixaram compreender a definição do seu perfil. Da análise às aptidões requeridas verificou-se também uma relação com a veiculação de metodologias inerentes à efetiva prática do design de calçado, nas quais se articularam momentos relacionados com o desenvolvimento dos artefactos. Assim, o elencar das competências do designer de calçado – o autor, evidenciou um sentido de prática metodológica projetual para a prossecução dos programas.

No desenho do curso, a natureza dos conteúdos programáticos foi dividida em três componentes: geral e científica; tecnológica; e em contexto de trabalho, tendo correspondido a um volume total de mil quatrocentas e cinquenta horas, das quais novecentas horas representaram a componente tecnológica, quatrocentas horas enquadraram a formação em contexto de trabalho e cento e cinquenta horas a componente geral e científica. Foi ainda aberta a possibilidade de formação adicional no âmbito da componente tecnológica, nomeadamente, nas áreas dos materiais, processos de fabrico de calçado e modelação, podendo corresponder ao acréscimo de um volume de trezentas horas. Ao analisar as disciplinas do programa curricular do percurso formativo do designer de calçado constatou-se o sentido de projeto veiculando uma forte presença relativamente a métodos e técnicas associadas à criatividade e aos meios para a traduzir, ao mesmo tempo que se percebeu uma vertente de cariz técnico e tecnológico inerente ao desenvolvimento dos artefactos, deixando revelar o papel do designer de calçado com uma abrangência de conhecimento relativamente à sua produção efetiva.

⁸⁵⁵ O documento vigorou durante três anos, tendo sido renovado em 2013 através do Despacho n.º 7822/13, de 17 de junho, o qual vigorou por um período de três ciclos de formação consecutivos e por fim através do Despacho n.º 128/17, de 3 de janeiro, renovando para mais um período de cinco anos.

	Processo	Metodologia
Autor: conceber e desenvolver programas	Investigação	Acompanhamento das tendências de moda, ao nível nacional e internacional, quanto aos produtos, materiais - matérias-primas e acessórios, cores, inovações e tendências de mercado.
	Interpretação e estratégia	Relação das tendências com o mix de produtos e mercados da empresa; Estruturar e planificar a estratégia de desenvolvimento de uma coleção.
	Desenho	Executar manualmente ou utilizando sistemas informáticos (nomeadamente o CAD) a partir de uma ideia original ou de um modelo já existente, esboços, croquis ou desenhos de calçado com o objetivo de desenvolver novas coleções.
	Tecnologias	Colaborar na construção e industrialização de protótipos; Participar no desenvolvimento e industrialização de produtos.

Quadro 41 Análise sob o ponto de vista da investigação da estrutura do curso de especialização tecnológica em Design de Calçado (Despacho n.º 2527/10 de 8 de fevereiro). Fonte: Aurora Brochado.

Ainda no âmbito do ensino restará referir que se encontrou regulamentado, igualmente pelo Estado, o curso técnico superior profissional de Design de Calçado, ministrado na Escola Superior de Design do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, a partir de 2016⁸⁵⁶. Na descrição geral do curso foram traçadas as responsabilidades do designer, sendo idênticas ao perfil traçado ao designer de calçado no curso de especialização tecnológica ministrado pelo CFPIC. Com a distinção verificou-se, contudo, na definição dos objetivos pretendidos os quais deixaram revelar uma descrição sumária daquela que é a prática do design de calçado, assumindo-se o sentido de projeto e o direcionamento para a empresa: a gestão de projetos de conceção e de desenvolvimento de novos modelos de calçado, através de metodologias, técnicas e ferramentas que facilitem esse desenvolvimento; e a promoção da inovação e desenvolvimento da empresa através da valorização do produto e a introdução de outras características nos artefactos (Aviso n.º 13405/2016 de 2016-10-31). A principal responsabilidade do designer de calçado poderia remeter-se à expressão ‘conceber e desenvolver calçado’, a qual se ramifica num emaranhado de competências que organizam um processo metodológico para o desenvolvimento de novos programas, não só no que respeita ao processo criativo do artefacto, da sua consequente construção e avaliação de custos, mas também quanto aos métodos e às técnicas de lançamento e de promoção das coleções de calçado.

Na análise ao desenho do curso, a natureza dos conteúdos programáticos poderá ser dividida em três componentes: geral e científica; tecnológica; e em contexto de trabalho, tendo correspondido a um volume total de mil quatrocentas e cinquenta horas, das quais seiscentas e cinquenta e nove horas representaram a componente tecnológica, oitocentas e quarenta horas enquadraram a formação em contexto de trabalho e cento e dez

⁸⁵⁶ Os cursos técnicos superiores profissionais representaram um novo tipo de formação superior curta não conferente de grau, ministrados no âmbito do ensino superior politécnico com uma componente de formação geral e científica, de formação técnica e uma componente de formação em contexto de trabalho que se concretiza através de um estágio. Ver Decreto-Lei n.º 43/14, de 18 de março.

a componente geral e científica. No caso da formação relacionada com as técnicas de produção de calçado, no caso do curso em análise essa formação figurou de partida enquadrada, correspondendo aos domínios da modelação, do CAD, tecnologias e processo de fabrico, num total de cento e cinquenta e sete horas.

Ao estudar as disciplinas do programa curricular do percurso do designer de calçado enquanto técnico superior profissional constatou-se o sentido de projeto similar ao técnico especialista em design de calçado veiculando a presença relativamente a métodos e técnicas associadas à criatividade e aos meios para a traduzir.

	Processo	Metodologia
Autor: conceber e desenvolver programas	Investigação	Acompanhar as tendências de moda nacional e internacional, ao nível dos produtos, das matérias-primas, das cores, das inovações e das tendências de mercado; Gerir a pesquisa e a recolha de informação relevante para o desempenho da sua atividade, nomeadamente sobre a relação entre a empresa e o mercado.
	Interpretação e estratégia	Aplicar as tendências ao mix de produtos e de mercados da empresa; Planear e organizar as coleções sazonais; Promover atividades de inovação e de desenvolvimento, de forma a apoiar a direção da empresa nestas atividades de valorização do produto, através da indução de novas características e ou propriedades proporcionadas pela utilização de materiais técnicos e funcionais.
	Desenho	Executar manualmente ou utilizando sistemas informáticos (como sistemas Computer Aided Design) a partir de uma ideia original ou de um modelo já existente, de esboços, de croquis ou de desenhos de calçado, com o objetivo de desenvolver novas coleções.
	Tecnologias	Colaborar na construção e na avaliação de protótipos; Acompanhar e controlar a qualidade das amostras para produção.

Quadro 42 Análise sob o ponto de vista da investigação da estrutura do curso técnico superior profissional de Design de Calçado (Aviso n.º 13405/2016 de 2016-10-31). Fonte: Aurora Brochado.

Quanto a outras normalizações onde se implicam diretrizes aos programas importará referir a publicação de dois documentos aprovados na década de 90: o primeiro foi relativo à transposição para a regulamentação interna de matéria respeitante à rotulagem do calçado contida em diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho e o segundo documento correspondeu à normalização da definição de calçado ortopédico:

A regulamentação referente à rotulagem do calçado publicada no decreto-lei n.º 26/96, de 23 de março, justificou-se perante a constatação do largo consumo do ‘calçado’ (fig. 389-390). A rotulagem pode ser entendida sob o ponto de vista da proteção do consumidor e o acesso à informação sobre os produtos. No entanto, poderá também perceber-se através do sentido de contributo à evidência da qualidade dos produtos, nomeadamente, ao esclarecimento dos materiais constituintes. Tendo em conta a abrangência do termo e a especificidade da matéria a regulamentar, como perceber que objetos são passíveis de rotular, foi esclarecida a significação da expressão ‘calçado’, na qual se destacou o sentido da relevância da função

do artefacto, mas também da sua composição formal, sendo atribuído à sola a característica principal para distinguir o artefacto. Além desses aspectos, verificou-se no conceito enquanto produtos que se enquadraram no espectro do 'calçado' uma extensão do próprio artefacto, ou seja, aos três componentes que o constituem, a saber, o 'corte', o 'forro', 'palmilha de acabamento e a sola'. O 'calçado' foi assim caracterizado como um universo que compreendeu todos os produtos dotados de solas, destinados a proteger ou a cobrir o pé, bem como pelos seus componentes passíveis de comercializar separadamente (Decreto-Lei n.º 26/96, de 23 de março).

Perante a amplitude de artefactos inscritos no quadro do 'calçado', foram enunciados os programas abrangidos no âmbito do documento⁸⁵⁷, nos quais se destacaram particularidades relativas ao aspeto formal, quanto ao tipo de cobertura que exerceu no pé e na perna⁸⁵⁸ informações sobre funções associadas ou materiais, como o couro e o têxtil, nas três partes que constituem o artefacto: o corte, o forro e palmilha de acabamento e a sola mediante as quais se descreveu e ilustrou os respetivos pictogramas para a rotulagem dos artefactos⁸⁵⁹.




	Pictograma	Indicação Escrita
<p>1.1 Corte (parte superior): É a face exterior do elemento estrutural ligado à sola</p>		Parte Superior
<p>1.2 Forro e palmilha de acabamento (parte interior): É o forro da parte superior e a palmilha de acabamento, que constituem o interior do calçado</p>		Forro e palmilha de acabamento
<p>1.3 Sola: É a face inferior do calçado, sujeita a desgaste por atrito e ligada à parte superior</p>		

Fig. 389 Definição dos componentes a identificar e correspondentes pictogramas e indicações escritas. Fonte: Decreto-Lei n.º 26/96, de 23 de março.

⁸⁵⁷ Foram os seguintes: 'Alpercatas', 'botas de esqui', 'botas de patinagem', 'botas para luta', 'botas para pugilismo', 'botim', 'meias botas', 'botas de cano alto', 'botas de mosqueteiro', 'calçado descartável', 'calçado especial de desporto', 'calçado fixado em patins de rodas ou para gelo', 'calçado ortopédico', 'galochas', 'sandália', 'sapato', 'sapato de ténis', 'sapato para banho e outro calçado de lazer', 'sapatos', 'sapatos para ciclismo' e 'sapatilhas de dança'. Ver Decreto-Lei n.º 26/96, de 23 de março.

⁸⁵⁸ Os programas abrangem as opções formais desde as "sandálias, cuja parte superior consista simplesmente em cordões ou tiras ajustáveis, às botas de mosqueteiro, cujo cano cobre a perna e a coxa" (Decreto-Lei n.º 26/96, de 23 de março). Ver quadro 17 em anexo.

⁸⁵⁹ O documento esclarece que a aplicação do pictograma pode ocorrer através de impressão, colagem, gofragem ou em etiqueta presa ao calçado, sendo que relativamente à informação do material, esse é considerado na respetiva componente a que correspondeu ao valor igual ou superior de 80%. Foi ainda esclarecido que os acessórios do corte ou reforços, designadamente orlas, protetores de tornozelos, adornos, fivelas, presilhas, ilhoses ou dispositivos semelhantes não fazem parte da informação da rotulagem. Ver Decreto-Lei n.º 26/96, de 23 de março. Ver quadro 17 em anexo.





Pictograma	Indicação Escrita	Pictograma	Indicação Escrita
	Couros e peles curtidas		Outros materiais
	Couro revestido		Têxtil

Fig. 390 Materiais e correspondentes pictogramas e indicações escritas. Fonte: Decreto-Lei n.º 26/96, de 23 de março.

A regulamentação referente à normalização da definição de calçado ortopédico, apesar de inscrita no âmbito da delimitação dos artefactos tributados taxa reduzida, suscitou a sua referência na sua investigação. Na portaria n.º 185/99, de 20 de março, o ‘calçado ortopédico’ foi caracterizado pelos os artefactos “concebidos ou adaptados para correção ou compensação de deficiências, deformações ou limitações de funcionalidade do pé ou parte do pé, de natureza congénita ou adquirida por doença ou traumatismo” (1999). Percebeu-se uma tentativa de circunscrição desses artefactos ao nível do sistema produtivo, ou seja, passível de produzir em série, mas também por medida e acordo com requisitos individuais; ao nível da forma e dos componentes, na medida em que se especifica a inclusão de altura extra para os dedos, palmilha almofadada e abertura anterior longa (1999) e, por fim, ao nível dos programas onde se contemplou o redesign de calçado ao assumir a transformação de calçado estandardizado em calçado ortopédico.



Fig. 391 Sapatos de calfe liso de cor preta, com biqueira e tira de reforço sobre a costura do calcanhar, fechando com atacadores pretos em cinco pares de furos, para a Força Aérea (Decreto n.º 270/78, de 1 de setembro; Portaria n.º 922/91, de 4 de setembro; Portaria n.º 1054/97, de 16 de outubro); para alunos da Escola Superior de Polícia (Portaria n.º 794/84, de 11 de outubro); para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 810/89, de 13 de setembro); para a Polícia Florestal (Portaria n.º 1269/93, de 15 de dezembro); para o Corpo Nacional da Guarda Florestal (Portaria n.º 1026/98, de 12 de dezembro); para a Polícia Municipal (Portaria n.º 533/2000, de 1 de agosto); e para os Bombeiros (Portaria n.º 1314/01, de 24 de novembro; 2001-11-24; Portaria n.º 845/08, de 12 de agosto). Fonte: DRE.

Por fim, restará mencionar o papel do Estado relativamente à estrutura e regulação das profissões nas quais se inscreveu um vasto conjunto de atividades relacionadas com o desenvolvimento e produção dos artefactos. As mudanças ocorridas em Portugal ao nível social, do emprego, do desenvolvimento industrial ou o próprio enquadramento internacional, conduziram à adoção de um modelo de organização do conjunto de profissões existentes. No que respeitou à indústria do calçado, a partir das alterações na atividade profissional ou estatutária do ‘sapateiro’ decorrentes da mecanização da produção dos seus artefactos, foram harmonizadas um conjunto de atividades. Em conformidade com as fases diversas relativas aos processos de desenvolvimento e da construção do ‘calçado’ emergiram outros profissionais que deram continuidade ao exercício da sua atividade. O Estado português, baseado no panorama internacional e na correspondência com o sistema industrial, elaborou vários diplomas nos quais organizou e classificou as profissões relativas à indústria do calçado e fixou as tabelas salariais relativas às mesmas.



Fig. 392 Sapatos altos de calfe, liso, de cor preta:, de gáspea fechada no calcanhar e à frente, decotados até três quartos do comprimento total, para a Força Aérea (Decreto n.º 270/78, de 1 de setembro; Portaria n.º 922/91, de 4 de setembro); para alunas da Escola Superior de Polícia (Portaria n.º 794/84, de 11 de outubro); para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 810/89, de 13 de setembro); para a Polícia Florestal (Portaria n.º 1269/93, de 15 de dezembro); para Força Aérea (Portaria, n.º 1054/97, de 16 de outubro); para o Corpo Nacional da Guarda Florestal (Portaria n.º 1026/98, de 12 de dezembro); e para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 634/10, de 9 de agosto).
Fonte: DRE.



Fig. 393 Sapatos de salto alto de calfe preto liso com revestimento de verniz; de gáspea fechada no calcanhar e à frente, decotados até três quartos do comprimento total, com salto de 4,5 cm, para os Bombeiros (Portaria 1314/01, de 24 de novembro); para a Guarda Nacional Republicana (Portaria n.º 169/13, de 2 de maio; Portaria n.º 317/16, de 14 de dezembro); e para Pessoal da carreira florestal (Portaria n.º 67/15, de 9 de março).
Fonte: DRE.



Fig. 394 Sapato de meio salto calfe preto, liso, com gáspea fechada à frente e no calcanhar, reforçados sobre o peito do pé e no calcanhar sobre a costura, para alunas da Escola Superior de Polícia (Portaria n.º 794/84, de 11 de outubro). Fonte: DRE.

A primeira classificação de profissões do Pós 25 de abril ocorreu em 1980⁸⁶⁰ com a publicação da “Classificação nacional das profissões” (CNP/80), tendo-se seguido na década seguinte a CNP/94, ambas pelo IIEFP e, por fim, a versão em vigor na atualidade da investigação, a “Classificação Portuguesa das Profissões” (CPP/10) elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) (2010, p. 11). Esses documentos traduziram o conjunto de profissões num sentido generalizado, nos quais foram integradas as atividades relacionadas com o espectro da indústria do calçado. Complementarmente, o primeiro “Contrato coletivo de trabalho” (CCT) (2006)⁸⁶¹ debruçou-se na indústria do calçado, onde além de definidas as atividades no quadro da estrutura empresarial do setor do calçado foram associadas as tabelas salariais respetivas. Esses conjuntos de diplomas manifestaram-se fundamentais para a compreensão da atividade do designer de calçado, como permitiram esclarecimentos acerca da sua prática e das denominações que tem adquirido desde 1980. Ao analisar numa perspetiva cronológica as atividades inscritas, destacou-se a simplificação dos conceitos, tendo-se reduzindo o número de profissões ao serviço da indústria do calçado e com elas suprimidas funções alusivas a processos da construção do calçado, alteradas designações e introduzido o designer. Consequentemente, os procedimentos inerentes às fases da produção e à atividade em si, generalizaram-se.

De facto, a designação e a definição do ‘designer de calçado’ propriamente dito não foi contemplada nos documentos analisados. No entanto, poderá compreender-se a presença dos seus antecedentes, os quais deixaram verificar o papel de relevo e o posicionamento de destaque face às demais atividades no setor: na CNP/80 e na CNP/94 foi associado a duas atividades com designações distintas em cada classificação, a saber, ‘modelador de calçado’ (CNP, 1980) e ‘desenhador criador industrial’ (CNP, 1994); no conjunto de CCT (2006-2017) relacionou-se com o ‘estilista’ e, novamente, com o ‘modelador’; e na CPP/10 pôde ser associado ao ‘designer de têxteis e moda’ e ao do ‘designer de produto industrial ou de equipamento’ (CPP, 2010). As designações encontradas e as caracterizações correspondentes parecem evidenciar o sentido da sua presença, mas verificou-se que as mesmas analisadas, isoladamente, necessitam ser complementadas com outros aspetos de modo a que o papel do ‘designer de calçado’ efetivamente se esclareça e defina. No confronto documental, alguns sentidos deixaram evidenciar aspetos contraditórios quanto ao entendimento de conceitos nos discursos institucionais. A evolução do entendimento da atividade do designer de calçado, bem como os seus sentidos imprecisos poderão verificar-se através da análise assente na compreensão dos conceitos perante o alinhamento histórico

⁸⁶⁰ A classificação com maior antiguidade foi publicada em 1966 e fundamentou-se na Classificação Internacional Tipo das Profissões de 1958.

⁸⁶¹ Celebrados entre a APICCAPS e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal – FESETE. Ver Boletim do Trabalho e Emprego, I Série, n.º 19, 22/5/2006. Seguiram-se outras versões em 2007, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2017.



Fig. 395 Sapatos de meio salto de calfe preto, liso, com gáspea fechada no calcanhar e à frente decotados até 3/4 do comprimento total, com salto entre 3,5 cm a 4 cm de altura, para a Força Aérea (Portaria 1054/97, de 16 de outubro); com salto de 4,5 cm de altura para os Bombeiros (Portaria n.º 1314/01, de 24 de novembro; 2001-11-24; Portaria n.º 845/08, de 12 de agosto); com salto de 2,5 cm de altura, para a Guarda Nacional Republicana (Portaria n.º 169/13, de 2 de maio). Fonte: DRE.



Fig. 396 Sapato de salto raso, de calfe preto liso, com gáspeas fechadas à frente e no calcanhar sobre a costura, para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 810/89, de 13 de setembro); para os Guardas Florestais 1269/93, de 15 de dezembro); para o Corpo Nacional da Guarda Florestal (Portaria n.º 1026/98, de 12 de dezembro); e para a Polícia Municipal (Portaria, n.º 533/2000, de 1 de agosto). Fonte: DRE.

Sapatos de salto raso



Fig. 397 Sapato de salto raso, de calfe liso de cor preta, de gáspea fechada no calcanhar e à frente, decotados até três quartos do comprimento total, com salto de 1,5 cm a 3 cm de altura, para a Força Aérea (Portaria n.º 1054/97, de 16 de outubro). Fonte: DRE.

das descrições a cada uma das designações onde se percebeu a maior proximidade com a sua prática. A evidência da construção da identidade do ‘designer de calçado’ foi percebida através da procura de conceitos, da caracterização de métodos e tarefas específicas relacionados com a prática do design de calçado.

Os sentidos encontrados em todas as décadas do Pós 25 de abril revelaram a integração de atividades profissionais na indústria do calçado com o desempenho de práticas alusivas quer ao momento criativo e de desenvolvimento, ao nível da industrialização dos artefactos. Contudo, apenas na figura do ‘modelador’ se encontrou a junção de ambas as práticas num mesmo profissional. O ‘modelador de calçado’ manifestou-se como a primeira designação encontrada de maior similaridade com o designer de calçado e foi caracterizado no conjunto de documentos analisados de modo distinto. Da análise efetuada verificou-se na primeira descrição a especificação de uma atividade para a área do calçado, o sentido do autor, dos programas e das tecnologias, sendo que poderia traduzir-se com a seguinte definição: o autor que desenvolve e industrializa os programas de calçado. No contexto onde Portugal começou a industrializar o calçado, o ‘modelador de calçado’ figurou com relevância estatutária, distanciado por isso dos grupos das restantes atividades dos quadros do setor do calçado⁸⁶² e nesse enquadramento, foi caracterizado pelas funções “concepção e o desenho de modelos e moldes para diversos tipos de calçado, atendendo à moda e à época do ano e a possibilidade de elaborar especificações de fabrico” (CNP, 1980). A relação com a ‘concepção’ e com o registo através do ‘desenho’ de programas de ‘calçado’ evidenciou uma ligação com o sentido autoral da concretização dos programas, enquadrado no setor do calçado pela implicação dos fatores ‘moda’ e da ‘estação do ano’, aludindo a todos os compromettimentos para a articulação da produção e do consumo trazidos com esses fatores; mas também com o desenho técnico e a industrialização dos programas através da modelação e competências alusivas ao conhecimento do fabrico dos artefactos.

Na década seguinte, o ‘modelador de calçado’ adquiriu outros sentidos e a designação alterou-se, suprimindo-se a expressão ‘calçado’. A sua atividade dividiu-se em duas vertentes: ‘modelador’ e ‘desenhador criador industrial’. O ‘modelador’ passou a integrar-se no quadro dos “sapateiros, trabalhadores de calçado e do couro” (CNP, 1994, p. 33) e nesse contexto, a sua caracterização relacionou-se com o exercício da modelação em si⁸⁶³, deixando em evidência apenas a relação com aspetos da fase da industrialização dos artefactos. Dessa mudança no estatuto e no desempenho da atividade, emergiram funções associadas a outro

⁸⁶² O ‘modelador de calçado’ foi enquadrado num grupo de classificação dos “escultores, pintores e artistas criadores similares” e no sub-grupo dos “decoradores, expositores, desenhadores criadores de modelos e trabalhadores similares” (CNP, 1994, p. 32-33).

⁸⁶³ A atividade foi descrita do seguinte modo: “revestimento da forma padrão com papel autocolante, à extracção do papel, separando-o da forma, a fim de obter um plano de fabrico e à elaboração de uma ficha técnica com base no plano obtido, descrevendo os dados referentes ao modelo e respectivos materiais a empregar” (CNP, 1994, p. 34).



Fig. 398 Sapato de salto raso, em pele lisa, de cor preta e decotados à frente para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 634/10, de 9 de agosto); e para o Pessoal da Carreira Florestal (Portaria n.º 67/15, de 9 de março). Fonte: DRE.



Fig. 399 Sapatos de lona e atividades desportivas para a Força Aérea (Decreto n.º 270/78, de 1 de setembro; Portaria n.º 922/91, de 4 de setembro); para a Escola Superior de Polícia (Portaria n.º 794/84, de 11 de outubro); para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 810/89, de 13 de setembro); e para os Militares da Marinha (Portaria n.º 145-A/95, de 30 de novembro). Fonte: DRE.



Fig. 400 Botas de lona para atividades desportivas da Guarda Fiscal (Portaria n.º 21/85, de 10 de julho). Fonte: DRE.

profissional já classificado na década anterior, permitindo assim a inclusão de uma nova atividade para o setor do calçado, mas que se relacionou apenas com o sentido de autoria na ‘criação’ dos programas, deixando em aberto o paralelismo com as questões técnicas. O ‘desenhador criador industrial’, definido desde a CNP/80 como um especialista de áreas do design⁸⁶⁴ foi o profissional que recebeu as funções relacionadas com a criatividade e desenvolvimento dos artefactos, ou ainda a ligação à moda, suprimidas ao ‘modelador de calçado’⁸⁶⁵. Dessa separação, poderá conotar-se o sentido de autoria individual reforçada ao criativo, na medida em que na descrição da sua atividade não se sobressaem aspetos alusivos à própria estrutura industrial, tal como ocorreu com o ‘modelador de calçado’, deixando assim a evidência do sentido de individualidade.

Em 2010, apesar das atividades difundidas no CCT explicadas a jusante, foi introduzida na CPP (2010) a designação das atividades de ‘designer de têxteis e moda’ e ‘designer de produto industrial ou de equipamento’ (2010, p. 36), suprimindo assim o ‘desenhador criador industrial’ (CNN, 1994) e assumindo as suas funções. Quando ao ‘modelador’, manteve o seu enquadramento no grupo do ‘sapateiro’ (2010, p. 369) e o seu papel foi novamente redefinido.

O designer de calçado encontrou no ‘designer de têxteis e moda’ outro sentido de aproximação à sua atividade. A relação entre ambos foi encontrada no envolvimento do ‘designer de têxteis e moda’ com o conceito que poderá entender o ‘calçado’ como um “acessório de moda” e com o desempenho de funções específicas relativas também à prática do design de calçado como “projectar e orientar a execução (...) desenho final do produto, definição de estilo, forma, dimensões, cores, padrões, variantes de cada peça, pormenores de confeção, linguagem visual de apresentação”⁸⁶⁶ (2010, p. 139). Da sua análise, pôde compreender-se que o sentido autoral de atividade não evidenciou uma estreita relação que previu o enquadramento empresarial, evidenciando-se antes um sentido individual. Dessa constatação, encontrou-se na atividade do ‘designer de produto industrial ou de equipamento’ esse sentido de atuação posicionado no quadro da indústria, onde a prática foi direcionada em torno dos artefactos, mas também em torno do contexto da empresa. Foram destacados “nomeadamente, a sua concepção formal e funcional, matérias-primas, processo produtivo (...)” (2010, p. 139)⁸⁶⁷.

⁸⁶⁴ A atividade do ‘desenhador criador industrial’ na CNP/80 foi relacionada com especializações, tais como na área dos “móveis, tecidos, bordados, cerâmica, joalheria e electrodomésticos” (CNP, 1994, 35).

⁸⁶⁵ O ‘desenhador criador industrial’ foi definido como profissional de “criação de desenhos e/ou modelos para novos tipos de equipamentos industriais, a criações para fins comerciais e de decoração de interiores, assim como a criações de moda, à iniciação de outros trabalhadores na execução de modelos e à selecção e aconselhamento de materiais para a construção de interiores” (CNP, 1994, p. 34).

⁸⁶⁶ A essas funções acresce a elaboração de documentos escritos, ficheiros digitais, planos, desenhos e maquetas; a supervisão da produção de amostras e protótipos; e a harmonização dos aspetos estéticos com requisitos técnicos, funcionais, ecológicos e de produção (CPP, 2010, p. 139).

⁸⁶⁷ A essas funções acresce a análise das condicionantes existentes (prazos, recursos, mercados, legislação, sustentabilidade, etc.); elaboração de documentos escritos, ficheiros digitais, planos, desenhos e maquetas; supervisão da produção de amostras e protótipos; e harmonização dos aspetos estéticos com requisitos técnicos, funcionais, ecológicos e de produção.



Fig. 401 Sapatos de educação física e sapatos de lona, para a Força Aérea (Portaria n.º 1054/97, de 16 de outubro). Fonte: DRE.



Fig. 402 Sapatos de lona, para os Bombeiros (Portaria n.º 1314/01, de 24 de novembro; 2001-11-24; Portaria n.º 845/08, de 12 de agosto). Fonte: DRE.



Fig. 403 Sapatos de educação física e ciclo patrulha, para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 634/10, de 9 de agosto). Fonte: DRE.

A redefinição do papel do ‘modelador’ incidiu na inclusão de novo sentido, no momento que antecede o processo efetivo da modelação de calçado. Apesar de se ter mantido o sentido de enquadramento empresarial relativo à industrialização de programas, designadamente com as funções alusivas à técnica de modelação e, nesse contexto, entendido como aquele que “reproduz modelos para calçado e efectua os respectivos moldes” destacou-se a possibilidade de “efetuar sugestões apresentadas por clientes ou revistas da especialidade” (2010, p. 180) nos programas, assumindo assim um papel distinto onde se evidencia a ideia de co-autor e de outras metodologias processuais na sua atividade.

Porém, no espaço que entremeou a publicação CNP/94 e a CPP/10, a regulamentação trazida com o CCT (2006-2017)⁸⁶⁸ trouxe uma interpretação distinta das atividades analisadas na investigação e o papel do designer de calçado foi também encontrado em duas vertentes distintas. A caracterização da atividade do ‘modelador de calçado’ (CNP, 1980) foi recuperada e aprofundada ao ser entendido como aquele que “cria, reproduz e industrializa os modelos a produzir” (CCT, 2006, p. 1832), reunindo assim sentidos de autoria, programa, técnica e tecnologias no âmbito do desenvolvimento de artefactos de calçado, manifestando-se, de resto, como a caracterização em vigor que mais se aproxima à prática do design de calçado no enquadramento da indústria do calçado. De facto, ao julgar o entendimento do ‘modelador’ apresentado no CPP/10 verificou-se um distanciamento de sentidos, sendo que a co-autoria pareceu ser no CCT (2006) substituída pela autoria. No sentido da investigação, a atividade do ‘modelador’ parece assim evidenciar o sentido mais próximo à definição do papel do designer de calçado onde se articulam os aspetos não só da autoria dos programas, mas também as questões técnicas e tecnológicas de industrialização dos programas, indispensáveis e inerentes ao próprio processo criativo.

Por fim, a industrialização do calçado proporcionou também a introdução do ‘estilista’ (2006, p. 1832) e com a sua presença encontraram-se outros elementos de proximidade ao entendimento do papel do designer. Na verdade, trata-se de outra atividade que o setor do calçado fez emergir e a sua inclusão implicou outras significações e metodologias processuais. Sendo que se assemelhou ao ‘desenhador criador industrial’ (CNP, 1994) no sentido de complementar a sua caracterização e enquadramento na indústria do calçado, o ‘estilista’ destacou-se no leque de profissões integradas nos quadros superiores das empresas do setor do calçado, posicionado no segundo nível das tabelas remuneratórias e sem lugar a mudança de categoria profissional, num total de dez níveis⁸⁶⁹,

(2010, p. 139).

⁸⁶⁸ As definições das atividades profissionais e os níveis/categorias presentes no conjunto de publicações do CCT (2006, 2007, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2017) foram similares ao longo de todos os documentos, sendo que se utilizou a referência da primeira publicação (CCT, 2006).

⁸⁶⁹ Adicionalmente, no primeiro nível posiciona-se o ‘engenheiro’ com mais de três anos de experiência e com estágio. Ver Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.º19, 22/5/2006, p. 1832-1833.



Fig. 404 Sapatos de educação física, para os Militares do Exército. Fonte: Portaria n.º 254/11, de 30 de junho.



Fig. 405 Sapatos de ciclista, para a Guarda Nacional Republicana (Portaria n.º 169/13, de 2 de maio; Portaria n.º 317/16, de 14 de dezembro). Fonte: DRE.



Fig. 406 Sapatos de educação física, para a Guarda Nacional Republicana (Portaria n.º 169/13, de 2 de maio; Portaria n.º 317/16, de 14 de dezembro). Fonte: DRE.



Fig. 407 Sapato, para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 294/16, de 22 de novembro). Fonte: DRE.

ultrapassando assim o ‘modelador’. Pela primeira vez desde o sistema oficial se verificou a referência à habilitação profissional como requisito para ingresso na atividade, a saber, mediante “curso superior da especialidade” (2006, p 1832); se evidenciaram metodologias relacionadas com o processo criativo do design de calçado, destacando-se a “interpretação a moda”; bem como se compreendeu a ligação entre os programas e o seu enquadramento com a empresa.

Da análise das atividades abordadas, apesar de se perceberem inúmeros aspetos relacionados com a prática do design de calçado e, conseqüentemente, com o designer de calçado, não se verificou a sua menção expressa, podendo por isso, questionar-se efetivamente qual o seu papel. A procura dos seus antecedentes e, dentro desses, quais aqueles que de facto puderam traduzir o seu papel na íntegra ou parcialmente fez emergir a atividade de ‘modelador’ (CCT, 2006) como a mais próxima ao designer de calçado. À luz da metodologia seguida na investigação, a sua atividade foi compreendida nas três vertentes do design no enquadramento do setor do calçado.

A troca de papéis entre as restantes atividades profissionais deixou evidenciar que se tratou da re-atribuição de aspetos relativos aos discursos do design de calçado, designadamente o domínio da ‘criatividade’ a outros profissionais que podem ser distanciados de um enquadramento na indústria do calçado, possibilitando assim a ‘criação’ de modelos de calçado por profissionais de outras áreas de especialidade.

Do conjunto de atividades percebeu-se também um desfasamento entre as significações das mesmas ao longo do tempo nos demais diplomas publicados. As distinções, semelhanças de papéis, mudanças de designação e de reorganização de funções associadas, poderão manifestar um contributo para a dificuldade do esclarecimento de cada um desses profissionais, bem como do próprio designer de calçado. Se por um lado se percebeu ao longo do quarto momento da investigação, relativamente, à integração do designer e a sua alocação na estratégia de diferenciação e inovação das empresas, por outro lado, a sua valorização ou reconhecimento não significou a sua inclusão no conjunto de profissões. A definição do designer de calçado através dos seus antecedentes evidenciou, no limite, um momento de construção de identidade, de procura de conceitos ou de uma caracterização de métodos e tarefas específicas da sua atividade.

Além da análise às atividades que antecedem a produção do ‘calçado’, encontrou-se um conjunto de profissões nos documentos em epígrafe que traduziram a desambiguação da atividade do ‘sapateiro’ num sistema caracterizado pela mecanização da produção do ‘calçado’. Desse contexto em constante evolução, ocorreram alterações significativas em equipamentos e métodos, suprimindo-se assim progressivamente atividades profissionais. Essas exclusões, traduziram gradualmente uma aproximação à efetiva prática profissional, bem como evidenciaram alterações relativas às metodologias de construção dos artefactos. O conjunto de atividades inerentes à produção do calçado foram entendidos do seguinte modo:



Fig. 408 Sapato para o Pessoal da Carreira Florestal (Portaria n.º 67/15, de 9 de março); e para 2015-03-09; Guarda Nacional Republicana (Portaria n.º 169/13, de 2 de maio; Portaria n.º 317/16, de 14 de dezembro). Fonte: DRE.



Fig. 409 Sapato para a Proteção Civil. Fonte: Portaria n.º 73/14, de 19 de março.



Fig. 410 Sapato para os Militares do Exército (Portaria n.º 254/11, de 30 de junho); para a Polícia de Segurança Pública (Portaria n.º 64/10, de 9 de agosto); e para a Guarda Nacional Republicana (Portaria n.º 317/16, de 14 de dezembro). Fonte: DRE.

A classificação da CNP (1980) manifestou uma relação estreita com o processo de produção dos artefactos e a ordem das atividades apresentadas respeitou as fases relacionadas com a construção do calçado no âmbito do sistema industrial. O ‘grupo base’ dos “sapateiros” (CNP/80) abrangeu um conjunto de profissões relacionadas com a especialização da atividade em programas específicos e com a produção industrial dos artefactos, integrando no quadro do ‘sapateiro’: sapateiro, em geral; sapateiro – calçado coreográfico; sapateiro calçado ortopédico; sapateiro consertador; outros sapateiros. E também no âmbito da produção e fabrico em si do ‘calçado’, designando o cortador de peles à máquina; cortador manual de peles; cortador de sola à máquina; cortador manual de sola; operador de pré-fresagem de sola; fresador de sola; operador de máquina de facear; orlador à máquina; orlador manual; ajuntador; gaspeador de calçado de pele; vazador à máquina; preparador de palmilhas internas; sapateiro – trabalho em série; montador de palmilhas; apontador de calçado; montador mecânico de bicos; montador de enfranques à máquina; preparador de saltos de madeira; operador de máquina de lixar rastos; operador de máquina de rebater; aviador de sola; cravador de saltos; operador de máquina de colocar viras; brunidor de sola; formador de saltos; lixador de capas; acabador de calçado; e outros trabalhadores do fabrico de calçado (1980, p. 255-258).

As atividades mencionadas na CNP/94 deram continuidade à relação estreita com o processo de produção dos artefactos, assim como a ordem pela qual as atividades foram apresentadas na classificação correspondeu às fases da construção do ‘calçado’ no âmbito do sistema industrial: desenvolvimento, corte, costura e montagem. Verificou-se a simplificação das designações e, conseqüentemente, de processos, vislumbrando-se o desempenho efetivo de cada atividade. O ‘grupo base’ foi designado de “sapateiros, trabalhadores de calçado e do couro” e abrangeu apenas as profissões relacionadas com a atividade especializada veiculada anteriormente, excluindo-se a vertente de ‘sapateiro – calçado coreográfico’ e compreendendo as atividades relacionadas com o fabrico do ‘calçado’ com algumas alterações, designadamente no caso do ‘cortador’ que passou a abranger todas as especializações de corte, bem como o ‘orlador’⁸⁷⁰ e o ‘modelador’ que transitou para esse grupo⁸⁷¹. A classificação em vigor, CPP/10, compreendeu uma reorganização das profissões do setor do calçado e procedeu ao uso da designação de ‘sapateiro’ como significação de um conjunto particular de atividades, as quais apesar de dependentes da mecanização, poderão ser entendidas num sentido de cariz artesanal, com a presença do sapateiro, em geral’, ‘sapateiro – calçado ortopédico’ ‘sapateiro consertador’; relacionou a fase da industrialização, com a

⁸⁷⁰ O ‘operador de máquina de facear’, ‘vazador à máquina’, ‘gaspeador (cravador) – calçado’, ‘arrematador’, ‘preparador de palmilhas internas’, ‘preparador de montagem – calçado’, ‘montador – calçado’, ‘fresador de sola – calçado’, ‘lixador – calçado’, ‘encarregado – fabrico de calçado e artigos em couro’, ‘outros sapateiros, trabalhadores de calçado e do couro’ (1994, p. 176) mantiveram-se face à classificação antecedente

⁸⁷¹ O ‘modelador’ foi posicionado no CNP/80 num ‘grupo base’ distinto do grupo na publicação em análise, a saber, decoradores, expositores, desenhadores criadores de modelos e trabalhadores similares (CNP, 1980, p. 33).

presença do ‘modelador’; e a fase do corte, da montagem e do acabamento com o ‘cortador de peles’; ‘arrematador’; ‘preparador de palmilhas internas’; ‘preparador de montagem’; ‘montador’; ‘fresador de sola’; e ‘lixador’ (CPP, 2010, p. 369), excluindo-se assim a costura. Essa fase, foi incluída no grupo do ‘operador de máquinas de fabrico de calçado e similares’ (2010, p. 394).

No âmbito CCT (2006), como mencionado, o ‘modelador’ não foi compreendido a par do sentido estatutário dos profissionais integrados na esfera das tecnologias de produção. Por conseguinte, esses profissionais foram agrupados em quatro vertentes ligadas à construção do artefacto: ‘operador de corte’, ‘operador de costura’, ‘operador de montagem’ e ‘operador de acabamento’ (2006, p. 1148), às quais corresponderam categorias hierárquicas distintas no seu seio⁸⁷².

⁸⁷² Esse diploma deixou verificar a seguinte estrutura relativa às atividades profissionais no quadro do ‘pessoal da produção’ e que traduzem o panorama das estruturas das empresas do setor do calçado em Portugal: engenheiro, estilista, técnico, modelador, encarregado, encarregado de armazém, chefe de linha, agente de programação, controlador de qualidade, operador de corte, operador de costura, operador de montagem, operador auxiliar de montagem e operador de acabamento (2006, p. 1148).

CAPÍTULO IV

BREVE RETRATO DA PRODUÇÃO DE CALÇADO EM FELGUEIRAS

— parte II

INTRODUÇÃO

A indústria do calçado em Portugal centra-se em dois focos principais da região norte, sendo que um compreende os concelhos de Felgueiras e Guimarães, estendendo-se até Barcelos; e outro, os concelhos de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e São João da Madeira.

Felgueiras tem vindo a destacar-se como o “núcleo de um dos polos geográficos em que se organiza a indústria” (Monografia estatística, 2011, p. 56), sendo que a concentração na região norte impulsionou, por conseguinte, o crescimento do número de empresas em Felgueiras, tendo sido o concelho onde esse crescimento foi mais acentuado⁸⁷³. A aglomeração geográfica parece revelar-se como um dos principais atributos e forças da estrutura empresarial da indústria do calçado portuguesa, na qual Felgueiras se posiciona como um dos concelhos mais relevantes dessa aglomeração, assim como um dos que mais se tem desenvolvido, quer ao nível da produção de calçado e dos componentes, quer ao nível da profusão de marcas próprias⁸⁷⁴.

A segunda parte do presente capítulo pretendeu relacionar o design de calçado com a indústria do calçado em Felgueiras. Com base no conhecimento empírico da investigadora, a pesquisa documental foi complementada com a realização de entrevistas aos seguintes especialistas: Carlos Castro (1926-), fundador da fábrica de calçado *Marina*⁸⁷⁵ na década de 40 ; Alberto da Cunha (1936-), fundou a fábrica de calçado *Dura* em 1962 e adquiriu a fábrica de calçado *Tulipa Negra* em 1974⁸⁷⁶; Arnaldo Gomes

⁸⁷³ Dados estatísticos de 2007 revelaram uma acentuação pela comparação com as cidades de Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e São João da Madeira, as quais assistiram à diminuição do número de empresas, enquanto Felgueiras teve um crescimento de 30% Ver Plano Estratégico (2007, p. 12).

⁸⁷⁴ Ver Monografia estatística (2014, p. 67).

⁸⁷⁵ Carlos Castro começou a trabalhar com calçado por volta dos treze anos, em 1939, na sequência da profissão do seu pai que já “dava a fazer pares para fora” (Brochado, 2018a). Além do trabalho na banca aprendeu a palmilhar e a pontear calçado. A empresa e marca *Marina* surgem na década de 40, sendo que a marca foi registada ao abrigo da legislação difundida pela JNPP (Portaria n.º 12005/47, de 29 de agosto e Portaria n.º 16274/57, de 1 de maio) com o número “400 e tal” (Brochado, 2018a). A *Marina* atuou numa primeira fase para o mercado interno, seguindo-se as ex-colónias e depois o mercado internacional. Atualmente exporta 95% da sua produção para o Reino Unido, Estados Unidos, França, Japão, Alemanha ou Escandinávia, como os principais destinos. Caracteriza-se na atualidade da investigação como uma empresa especializada no desenvolvimento e na conceção de projetos direcionados a cada cliente, com uma produção de cerca de mil pares por dia, onde se inclui calçado para os géneros feminino e masculino, abrangentes aos seguintes tipos de montagem: ‘cosido lateral’, ‘cosido e virado’, ‘Mocassin’, ‘montados’ e ‘Strobel’. Apesar de a *Marina* ser atualmente gerida pela segunda geração de Carlos Castro, o empresário marca presença diária na empresa. O especialista foi ainda diretor do Grémio Nacional da Indústria do Calçado e na década de 70 foi o grande impulsionador para a introdução do Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado, em Felgueiras, tendo sido responsável pela aquisição das instalações e, juntamente, com o “Sr. Joaquim, da Combate, o Sr. Gonçalves, da Continental e com o Sr. Cunha, da Dura” (Brochado, 2018a), suportou despesas de renda, luz e fornecimento de máquinas para o seu funcionamento.

⁸⁷⁶ Alberto da Cunha iniciou o percurso no calçado com dezassete anos, em 1952, na produção de calçado em madeira, designado por “paus” (Brochado, 2018b) com o pai e depois com o irmão. Em 1953 fundou a primeira oficina tendo começado a produzir “chancas”, seguindo-se as “botas com sola de pneu” e posteriormente “sapatos” (Brochado, 2018b). Três anos depois já contava com seis operários e havia adquirido as primeiras máquinas à empresa portuguesa Lima & Resende. O calçado produzido era vendido diretamente pelo próprio “na Aparecida, em Arouca, Braga, Castelo de Paiva e no Porto” (Brochado, 2018b). Em 1958, juntamente com o “Sr. Castro, da Marina, o Sr. Alexandre Freitas, o Sr. Fernando Coelho e o Sr. Joaquim Freitas” participou em Alicante e Vigevano nas primeiras feiras de máquinas para a produção de calçado (Brochado, 2018b). Além do trabalho na banca de sapateiro, aprendeu modelação, corte, costura e montagem de calçado que marcou o início da sua atividade, na década de 60 enveredou também pelo negócio de compra e venda de máquinas. Em 1958 adquiriu a marca *Dura*, tendo em 1962 fundado a empresa *Cunha Irmão e Companhia*, posteriormente designada *Fábrica de Calçado Dura*, a qual se manteve como sócio até 1999. Foi o fabricante “número 661 pela J.N.P.P.” e produziu calçado ‘Palmilhado a grampo’, ‘Goodyear’ e ‘Pratik’; progressivamente, abandonou a produção de ‘palmilhado a grampo’, mantendo os outros dois tipos de

(1946-), fundador da fábrica de calçado *Gomes e Leite – calçado S. Martinho* em 1976⁸⁷⁷; Joaquim Moreira (1950-), fundador da empresa *Felmini* em 1973⁸⁷⁸; Joaquim Carvalho (1950-), estabelecido na década de 80 e fundador das marcas *Eject Shoes* e *Prophecy Shoes*⁸⁷⁹; Mário Pinto (1960-), sócio da empresa de produção de ‘fôrmas’ para calçado *A Industrial dos Carvalhinhos*, fundada em 1974⁸⁸⁰; e Jorge Fernandes (1965-), fundador

montagem, até que manteve apenas o ‘Pratik’ e deu início aos ‘montados’ (Brochado, 2018b). O calçado com a marca Dura começou por ser vendido para o mercado interno, onde se incluíram as ilhas, seguindo-se as ex-colónias e, no final da década de 70, alcançou o mercado externo com a venda para os países nórdicos. Entre as décadas de 80/90 desenvolveu a marca Exceed que coexistiu com a Dura havendo igualmente lugar para a produção de calçado com a marca do cliente. Em 1974 adquiriu a empresa Tulipa Negra de produção de calçado de criança que se encontrava em dificuldades financeiras. O calçado foi produzido com a marca Tulipa Negra, a par do desenvolvimento de calçado para marcas de clientes. Mais tarde, substituiu esses programas tendo passado a desenvolver calçado para homem e unissexo. Em 2011, pela gestão da segunda geração, a empresa desenvolveu a marca Milton Ricardo, a qual propõe ‘botas’, ‘botins’, ‘mocassins’, ‘sapatos’ e ‘sapatos de barco’. Recentemente Alberto da Cunha doou um conjunto de trinta e quatro máquinas de produção de calçado à Escola Secundária de Felgueiras, as quais se encontram em exposição permanente nessas instalações, com vista a perpetuar a memória histórica das tecnologias de produção da indústria do calçado em Felgueiras. Atualmente desenvolve a atividade de gestão de uma empresa agrícola.

⁸⁷⁷ Arnaldo Gomes iniciou o seu percurso na atividade do calçado “muito jovem”, com o seu pai na banca (Brochado, 2018c). No início da década de 60 trabalhou em contexto de fábrica e em 1976 fundou a empresa Gomes e Leite – calçado S. Martinho. Possui o domínio da componente técnica dos processos de fabrico, designadamente dos vários tipos de montagem praticados pela empresa: ‘Mocassin’, ‘montados’, ‘Pratik’ e ‘São Crispim’. Caracteriza-se na atualidade da investigação como uma empresa especializada no desenvolvimento e na conceção de projetos direcionados a cada cliente, com uma produção de cerca de quinhentos pares por dia, onde se inclui calçado para os géneros feminino e masculino. Apesar de a empresa ser atualmente gerida pela segunda geração de Arnaldo Gomes, o mesmo marca presença diária na empresa.

⁸⁷⁸ Joaquim Moreira não possui um passado de ligação ao calçado à semelhança dos restantes especialistas. A convite de um familiar, em 1973, estruturou a empresa Felmini para desenvolver calçado de criança. Em 1975 passaria a produzir calçado para o género feminino. A mudança de instalações em 1990 viria a influenciar o desempenho produtivo, dando lugar a novos processos. Em 2001 foi lançada a marca com a mesma designação e, conseqüentemente, as tipologias desenvolvidas na empresa são exclusivamente dessa marca. Do levantamento efetuado, manifesta-se como a única empresa do concelho onde a produção diz respeito unicamente à sua marca. Apresenta cerca de vinte e cinco linhas por cada coleção. Atualmente, a marca está presente em trinta e cinco países, conta com mais de dois mil pontos de venda em todo o mundo, com forte presença em países como Itália, França, Alemanha e Espanha. Ao nível de tipologias, a empresa é especializada no desenvolvimento de cores, lavagens e acabamentos inovadores próprios, assumindo que não é possível produzir dois pares inteiramente iguais dado ao tratamento que é dado em cada par e ao conceito ‘hand-made’ que caracteriza a marca. Produz ‘botas’, ‘botins’, ‘sandálias’, ‘sapatilhas’ e ‘sapatos’. A segunda geração integrou os quadros da empresa na década de 90, contudo, Joaquim Moreira permanece como responsável na sua gestão e exerce um papel fundamental no coletivo de trabalho responsável pelas coleções desenvolvidas.

⁸⁷⁹ Joaquim Carvalho iniciou o seu percurso na área do calçado aos catorze anos, em 1969, na área da produção, primeiramente ligado ao corte e depois à costura. Formou-se na área da modelação e exerceu essa atividade, possuindo assim conhecimentos na área do desenvolvimento e da produção. Estabeleceu-se aos trinta anos, no início da década de 80. Em 2001 foi o mentor das marcas Eject Shoes e Prophecy Shoes. A Eject Shoes caracteriza-se por calçado para os géneros feminino e masculino, contemplando ‘botas’, ‘botins’, ‘sandálias’, ‘sapatilhas’ e ‘sapatos’ e assume-se pelo uso de materiais, padrões e texturas diferenciados e solas próprias. A marca está presente na Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Japão, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suíça e Taiwan; a Prophecy Shoes desenvolve programas igualmente para os géneros feminino e masculino e destaca-se na sinergia entre materiais de qualidade, forros ecológicos, solas próprias, acabamentos distintos, clássicos intemporais e estilo glamouroso. A marca está presente na Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Japão, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suíça e Taiwan. Joaquim Carvalho é o responsável na gestão da empresa e das marcas, exercendo um papel fundamental nas coleções desenvolvidas.

⁸⁸⁰ Mário Pinto ingressou na empresa em 1974 onde aprendeu a produzir ‘fôrmas’ para calçado em madeira, sendo que a substituição para o plástico ocorreu no final da década de 80. Sob o impulso de Paul Dohmen formou-se na área da modelação de calçado, tendo transposto esse conhecimento para o desenvolvimento de ‘fôrmas’. Na atualidade da investigação é sócio da empresa A Industrial dos Carvalhinhos, continuando com a responsabilidade do desenvolvimento desses artefactos, lidando diariamente com modeladores, empresários e designers, possuindo assim uma ligação muito estreita com os criativos ao mesmo tempo que exerce um papel fundamental nos programas, uma vez que, é a partir da ‘fôrma’ que o calçado emerge. A empresa destaca-se no concelho, sendo que possui quarenta e cinco funcionários, uma produção de mil pares por dia e dá resposta não só ao calçado produzido em Felgueiras, mas também para Inglaterra, França e Alemanha, correspondendo a 5% da produção total. Da empresa não emergem propostas novas de formeiros para os clientes, sendo que as mesmas só são realizadas mediante encomendas.

da fábrica de calçado *Savana* em 1988^{881, 882}.

Do levantamento bibliográfico e, fundamentalmente, com base na interpretação do conjunto de entrevistas realizadas, estabeleceu-se uma divisão cronológica, a qual se associou a principal especificidade:

- a) Década de 40: produção em madeira;
- b) Década de 50: produção semi-mecânica;
- c) Década de 60: vocação para a indústria do calçado;
- d) Década de 70: modernização da indústria do calçado;
- e) Década de 80: representatividade da indústria de calçado — o estilista
- f) Disseminação cultural sobre a indústria de calçado;
- g) Século XXI.

Pretendeu-se uma reflexão perante as circunstâncias onde também o design de calçado português se foi construindo e implementando.

O levantamento efetuado na perspetiva da história da indústria do calçado em Felgueiras e, conseqüentemente, a atividade do design de calçado, permitiu recuar até ao contexto do Estado Novo, a par do momento em que a construção de uma identidade portuguesa no calçado se tentava homogeneizar. Dessa constatação evidenciou-se que terá evoluído a partir de um sistema artesanal e oficinal, seguindo-se a pré-indústria e a indústria plena no sentido de mecanização da produção de calçado. Os sistemas oficinal e pré-industrial foram, eventualmente, paralelos, bem como os sistemas pré-industrial e industrial. O concelho terá assistido a um percurso lento e progressivo de uma estrutura assente numa base económica

⁸⁸¹ Jorge Fernandes formou-se na área do corte de calçado, tendo trabalhado em várias empresas nessa área, assim como foi formador no CFPIC. Estruturou a *Savana* em 1987 com dois amigos, abrindo portas em 1988, para produzir calçado para criança. Mais tarde com objetivo de satisfazer o mercado deu início à produção de programas para os géneros feminino e masculino, sendo que “a tecnologia utilizada para as linhas conforto e casual é a mesma da que se usa para o calçado de criança” (Brochado, 2018g). A partir de 2003, fruto do estabelecimento de uma nova relação comercial com um cliente britânico, a empresa voltou às premissas originais e especializou-se na produção de programas para criança. Pontualmente, desenvolve programas nas áreas conforto e casual feminino destinados a adultos. Em 2007 fundou a marca *Telmee & Telyoh* em parceria com um designer holandês, a qual corresponde a cerca de 7% das vendas da empresa. O especialista, na atualidade da investigação, é o responsável pelos quadros de gestão da empresa. A *Savana* desenvolve ainda calçado especificamente para clientes, os quais produz em regime de *private label*, sendo esse regime de produção que suporta a empresa. Possui duas unidades de produção: em Felgueiras, sede da empresa, com cerca de cento e cinquenta colaboradores; e em Baião, com trinta e dois colaboradores, distribuídos pelo corte e pela costura. Exporta 98% da sua produção para o mercado europeu.

⁸⁸² No âmbito do trabalho de campo, consultaram-se ainda dois especialistas, não mencionados no principal conjunto de entrevistados na investigação, mas que forneceram um contributo para o desenho da narrativa, sobretudo no quadro na compreensão das tecnologias e dos registos visuais: tratou-se de José Rodrigues (1948-), filho de Francisco Rodrigues, fundador da empresa e marca de calçado *A Portuguesa*, em 1960, marcada por um volume de produção de “trezentos e cinquenta pares por dia, entre botas e sapatos; e quarenta e três operários” (Brochado, 2018h). Na atualidade da investigação, José Rodrigues é o único funcionário da empresa; e Silvério Félix (1953-), o qual iniciou o seu percurso como sapateiro de banca com o pai, tendo em 1965 dado início à aprendizagem de produção mecânica de calçado numa unidade industrial em Felgueiras, onde exerceu atividades nas várias secções da empresa, no controlo de qualidade, assim como mecânico de máquinas. A partir de 1982 foi encarregado geral nessa empresa. Entre 1994 e 2010 trabalhou noutra unidade industrial onde assumiu a responsabilidade de encarregado geral. Sob o impulso de Alberto da Cunha, doou para a Escola Secundária de Felgueiras um conjunto de instrumentos de produção manual de calçado e a sua banca de aprendiz de sapateiro, com vista à exposição permanente dos mesmos. Na atualidade da investigação, Silvério Félix exerce funções no âmbito da adaptação de máquinas para calçado, nas quais intervém de modo a “alterar métodos, tempos e qualidade” dos artefactos (Brochado, 2018i). José Rodrigues e Silvério Félix produzem atualmente calçado em regime semi-mecânico, com uma produção diária bastante reduzida, uma vez que trabalham sozinhos. São detentores de um vasto conhecimento técnico, bem como de um espólio pessoal rico no quadro das tecnologias de produção. Por fim, foi entrevistada Beatriz Morais (1934-), filha de José Leite Sampaio Morais (1893-1944), o qual, de acordo com o se conseguiu apurar, se pôde concluir ter sido o primeiro empresário de calçado em Felgueiras, designadamente, *Torrados*, num sentido aproximado ao conceito atual. O testemunho de Beatriz Morais permitiu recuar e desvendar elementos de interesse à investigação.

agrícola para uma estrutura que se tem sustentado amplamente na atividade industrial do setor do calçado⁸⁸³.

A indústria no concelho terá tido início no contexto pós Segunda Guerra Mundial e a sua profusão entre as décadas de 60 e 70, importando referir que a evolução poderá ser justificada com base na pretensão de ampliação dos volumes de produção e da diversificação dos programas, por ambição dos seus empresários. A vontade terá provocado a procura de métodos e meios relativos à massificação da produção, sendo que Espanha e Alemanha terão sido os principais locais onde os industriais se foram educar⁸⁸⁴. Ao nível da pluralidade dos programas, Itália tem-se manifestado como local onde ocorre(u) a procura da inspiração. O contacto com o exterior fez, portanto, emergir os vértices da tecnologia, dos programas e os autores na indústria do calçado em Felgueiras, aumentando assim as possibilidades de produzir outras tipologias, outros programas, outras quantidades e qualidade e estruturas organizacionais inovadoras de produção de calçado. Nesse seguimento ter-se-á proporcionado primeiramente o escoamento dos artefactos não só no continente, mas também para as ilhas, seguindo-se a exportação para as ex-colónias, as quais devido ao abrandamento dos resultados financeiros dessa estratégia de negócio, bem como a evolução tecnológica e novos programas, tenha levado no pós 25 de abril à procura do mercado europeu e posteriormente, mundial.

Considera-se que o momento de viragem ocorreu com o pós 25 de abril e a década de 80 foi tradutora da profusão de unidades de produção de modo que nos anos 90 o concelho assumiu a inscrição de 'capital do calçado'. Nessa década, assistiu à notoriedade de uma marca desenvolvida numa empresa do concelho, a *Swear*, onde o design de calçado foi o motor principal para a sua internacionalização e sucesso. De acordo com o levantamento efetuado na investigação tratou-se da primeira marca de calçado com grande projeção e onde o design de calçado foi assumidamente um recurso. Na atualidade da investigação, o setor do calçado em Felgueiras agrega inúmeras marcas, continuando a refletir o desenvolvimento, a industrialização e evolução tecnológica e a internacionalização de calçado português.

⁸⁸³ Valerá mencionar que na atualidade da investigação, Felgueiras se continua a manifestar-se ainda no âmbito do cultivo e produção agrícola, sendo o concelho com a maior área de plantação de kiwis do país, bem como garante a produção de um terço do Vinho Verde da região. A par dessas atividades coexiste a especialização profissional de cerca de dois terços das bordadeiras nacionais, sendo uma tradição profissional do concelho. Ver Portugal, Câmara Municipal de Felgueiras, 2015.

⁸⁸⁴ Ver "Indústria de calçado em Felgueiras" (1991); Brochado, 2018a,b.

1.1 NARRATIVAS DO DESIGN DE CALÇADO DO CONCELHO DE FELGUEIRAS

A indústria do calçado de Felgueiras⁸⁸⁵ emergiu no contexto de uma população rural em torno de si própria, mas com a consciência da expansão para o exterior, a qual, na verdade, se tem manifestado como um aspeto fundamental para o seu desenvolvimento (gráfico 1). A facilidade de implementação da prática de produzir calçado a partir do princípio do século XX; a forte componente de mão de obra igualmente disponível fruto da ruralidade que marcou o concelho e, conseqüentemente, do crescimento dos modelos de negócio no ramo da produção de calçado; a polivalência de funções que tem caracterizado a mão de obra; a utilização de tecnologias ajustadas; e as ligações e relações de partilha de conhecimentos assente numa cultura de tradição de saber-fazer e de permanente atualização; indiciam uma forte aglomeração geográfica do setor da produção de calçado e dos componentes no concelho. A partir da década de 90 do século XX evidenciou-se a introdução do design de calçado, num sentido de maior proximidade à sua compreensão enquanto conceito, com a emergência de marcas próprias.

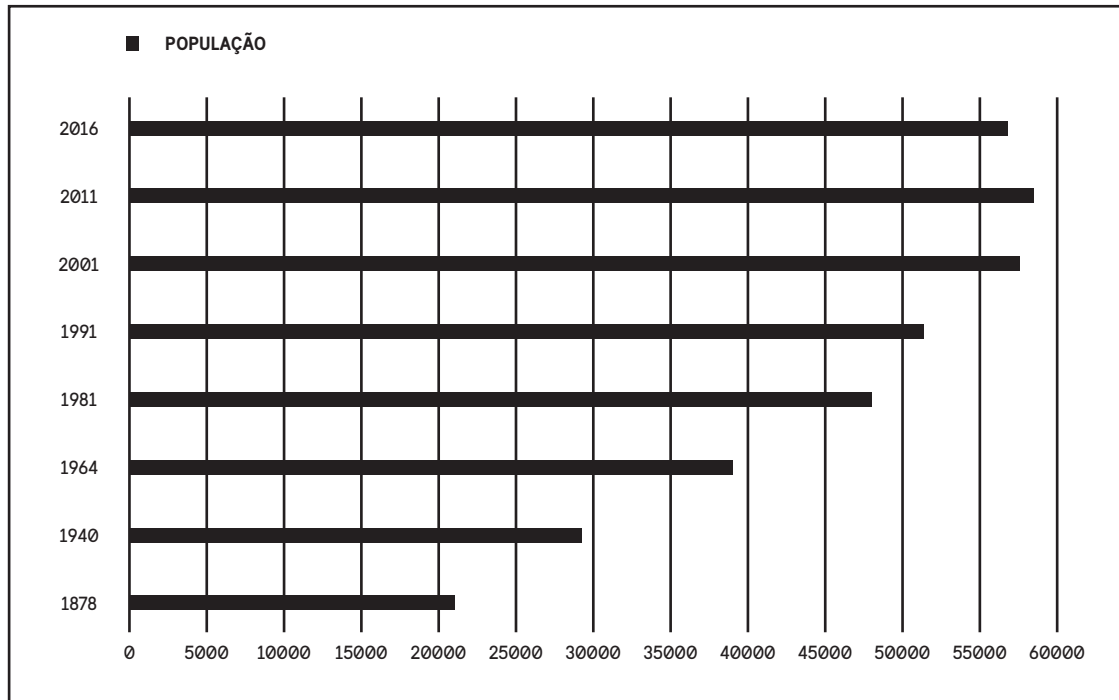


Gráfico 1 Evolução da população no concelho de Felgueiras de acordo com os inquéritos de 1881, 1940 e 1964, os censos de 1981, 1991, 2001 e 2011 e a base de dados por data 2016. Os dados de 2016 correspondem ao número de residentes. Fonte: Aurora Brochado.

⁸⁸⁵ O concelho de Felgueiras localiza-se na parte superior do Vale do Sousa e possui uma área de cerca de 116 km². É um dos municípios do distrito do Porto, elevado a cidade em 1990, composto por vinte freguesias e quatro centros urbanos, sendo Margaride a sede do concelho e principal núcleo urbano, segue-se a cidade da Lixa e as vilas de Barrosas e Longra. Os maiores níveis de concentração populacional e desenvolvimento ocorrem na freguesia de Margaride e os restantes correspondem a focos de concentração industrial. Ver Estudo prospetivo (2007, p. 29). Geograficamente, é limitado a norte por Fafe e Guimarães, a sul por Lousada e Amarante, a poente por Vizela e a nascente por Celorico de Basto (Portugal, Câmara Municipal de Felgueiras, 2015). Em dezembro de 2011 o concelho registou cinquenta e oito mil e sessenta e cinco habitantes (Portugal, Pordata, 2015), posicionando-o no patamar dos concelhos com a população mais jovem do país.

O documento com maior longevidade encontrado e pertinente ao quadro da investigação foi o “Inquérito industrial de 1881” (1883) onde se verificaram dados que permitiram uma primeira caracterização de Felgueiras, revelando ter-se tratado de um concelho marcadamente rural, como se evidenciou com a construção do quadro seguinte:

Quadro 43 Estabelecimentos ligados a atividades rurais (Inquérito Industrial, 1883, p. 18-24). Fonte: Aurora Brochado.

ATIVIDADES RURAIS	ESTABELECIMENTOS	PERCENTAGEM
MOINHOS DE ÁGUA	105, COM 100 PESSOAS	47%
TEARES DOMÉSTICOS	100	45%
DESTILAÇÃO	12	5%
PADARIAS	4	2%
TEARES DE OURELOS	2	1%
TOTAL	223	100%

No âmbito dos dados sobre os estabelecimentos existentes no concelho, em paralelo com as atividades profissionais relevadas no documento, sobressaíram-se a ‘construção’, os ‘sapateiros⁸⁸⁶ e os alfaiates’. Apesar de não se quantificar o número exato dos estabelecimentos dos sapateiros, com base no panorama subsequente poderá estimar-se a presença de uma correspondência na ordem dos 70%, que perfaz setenta e oito estabelecimentos. Igualmente tendo como base a presença de um sapateiro por estabelecimento, a atividade revelou a proporção de setenta e oito sapateiros para vinte e oito mil oitocentas e vinte e sete pessoas, sendo que cada estabelecimento fabricava calçado para trezentas e setenta pessoas. A média poderá ainda traduzir a possibilidade de cada estabelecimento fabricar um a dois pares de calçado por dia, se cada habitante comprasse um par por ano.

Quadro 44 Estabelecimentos ligados a atividades artesanais (Inquérito Industrial, 1883, p. 18-24). Fonte: Aurora Brochado.

ATIVIDADES ARTESANAIS	ESTABELECIMENTOS	PERCENTAGEM
CONSTRUÇÃO	200	58%
ALFAIATES E SAPATEIROS	111	32%
FERRARIA	22, COM 26 PESSOAS	6%
CESTEIROS	5	1%
LATOEIROS	5	1%
ARMARIA	2	1%
TOTAL	345	100%

⁸⁸⁶ Na publicação a atividade de ‘sapateiro’ foi relacionada com a indústria de ‘tamancos’ e ‘calçado para homem e senhora’ (1883, p. XXXIII).

1.1.1 OS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX

No princípio do século XX emergiu em Felgueiras a indústria da metalúrgica através da inauguração de uma unidade industrial no concelho, a *Metalúrgica da Longra*. Essa unidade, surgida entre 1919-1920 foi pioneira na aplicação e desenvolvimento do design industrial em Portugal⁸⁸⁷. Apesar do peso e da relevância da *Metalúrgica*, aquela que se poderá designar de ‘pré-indústria’ do calçado no concelho permaneceu domiciliária, ou seja, praticada na sua generalidade numa parte física das residências de habitação e marcada pelo predomínio de modos de produção inteiramente artesanais.

Como deu nota o artigo com maior longevidade encontrado sobre a indústria do calçado em Felgueiras, resultado de uma entrevista ao industrial Carlos Castro, a data de 1934 foi apontada como o princípio da indústria do calçado (Felmostra, 1989) (Actividades regionais, 1991)⁸⁸⁸. De acordo com o industrial, além do calçado de madeira já se produzia em Felgueiras ‘chancas’ feitas de couro no corte e de madeira nas solas. Eventualmente, surgiram as ‘botas’ constituídas por couro no corte e solas a partir da reutilização dos pneus (fig. 429-431); só mais tarde se começaram a fabricar os ‘sapatos’. O regime de trabalho anotado foi o ‘trabalho à tarefa’; a atividade foi caracterizada como mal paga e sem horário de trabalho; e os artefactos eram produzidos em contexto de estabelecimento em domicílio, sendo que cada unidade terá sido constituída entre dois e três funcionários que fabricavam um par por dia (Felmostra, 1989).

De acordo com o que se conseguiu apurar, José Morais (1893-1944) terá sido o primeiro empresário de calçado que se conheceu em Felgueiras. Entre as décadas de 20 e 30 terá fundado em Torrados uma oficina com cerca de seis operários a trabalhar de modo inteiramente artesanal em calçado de couro (Brochado, 2018j). Beatriz Morais, sua filha, recorda a presença das sovelas, uma ferramenta utilizada para fazer furos no corte e de trabalhadores que exerciam funções de cortadores manuais de pele a trabalhar na oficina de José Morais (fig. 411). A distância no tempo e, conseqüentemente a longevidade das memórias não permitiram recolher um vasto conjunto de informações sobre esse ‘industrial’ e sobre os modos de operar. Contudo, auferiu-se que José Morais não tinha antecedentes familiares de tradição no calçado, nem experiência profissional em modos de produção, contrariamente ao que viria a marcar o desenrolar da indústria do calçado em Felgueiras, onde a atividade tem como precedente a tradição familiar. A oficina foi implementada em edifício próximo à sua habitação, na freguesia de Torrados. Foi um homem “à frente do seu tempo no concelho”, no quadro do princípio da produção do calçado em

⁸⁸⁷ De acordo com Otilia Lage (1993), as ‘linhas’ lançadas em 1962 e 1963 refletiram a compreensão sobre o design como um instrumento no processo industrial, tendo sido considerado como um dos vetores estratégicos fundamentais da empresa (1993, p. 22).

⁸⁸⁸ O mesmo artigo foi publicado em dois momentos e em duas publicações distintas.



Fig. 411 José Morais (1893-1944) terá sido o primeiro empresário a fundar e gerir uma oficina em Felgueiras que produzia programas em couro, onde diretamente ao seu serviço se encontrava um conjunto de operários e um vendedor e, indiretamente, um conjunto de sapateiros que operavam em domicílio por conta própria espalhados pelas freguesias do concelho. Fonte: CDAB.

couro, limitando-se à gestão do seu negócio e não ao exercício da atividade de sapateiro propriamente dita (Brochado, 2018j). Além do conjunto de operários a trabalhar nesse espaço, José Morais terá igualmente tido outros sapateiros em freguesias do concelho a trabalhar para si, os quais terão exercido a costura dos programas e ou a montagem do calçado que vendia. Após o seu falecimento prematuro, o negócio terá encerrado sem continuidade nas gerações subsequentes. No entanto, apesar de o negócio não ter prosseguido no seio familiar, Alberto da Cunha deu nota de João Batista Coelho, um vendedor ao serviço de José Morais, que mais tarde se terá estabelecido por conta própria a produzir calçado, também em Torrados (Brochado, 2018b), revelando assim também uma prática que tem vindo a caracterizar a propagação da atividade da produção de calçado: o ‘funcionário’ que se tornará ‘empresário’.

No decorrer da investigação surgiu a referência a outro empresário que valerá a menção: João da Cunha e Silva, natural de Lagares (1918-2012), o qual iniciou a aprendizagem com um mestre sapateiro – Carvalho Dias, na produção de ‘botas’ de trabalho feitas com sola de pneu. Aos dezassete anos terá dado início à produção e venda desses programas no Porto, numa sapataria do mercado do Bolhão, sendo que em 1935 fundou uma oficina com três operários, à semelhança de José Morais. A unidade industrial e edifício para o efeito foi fundada em 1950, na Pedreira, com quinze operários, em que a produção era sobretudo manual, apesar da presença de máquinas de costura. Com o aumento das vendas, passou a abranger outras zonas do país, sendo Lisboa o principal foco. As exportações ocorreram na década de 60, já com a presença da segunda geração na empresa, sendo a partir do 25 de abril quando ocorreu uma maior expansão. Contrariamente ao negócio de José Morais, a segunda geração de João da Cunha e Silva fundou duas empresas de calçado – a *Fábrica de Calçado Baía* que possui as marcas *Sleek* e *Adventure Boots* e a empresa *No-brand*, em 1988, que possui a marca com a mesma designação da empresa. Atualmente a ‘empresa mãe’ ainda labora com cerca de cem funcionários, designando-se por *Calçado Pedreira*, deixando revelar-se como uma das mais antigas do concelho em laboração, a par da *Marina*.⁸⁸⁹

1.1.1 DÉCADA DE 40: PRODUÇÃO EM MADEIRA

A densidade populacional evoluiu lentamente e na década de 40 o concelho contou com vinte o nove mil e quinhentos habitantes, como se pôde verificar no “Recenseamento Geral da População” (1945, p. 30). Tratou-se de um momento cronológico onde se destacaram dois elementos fundamentais à produção dos artefactos: o difícil acesso aos materiais, designadamente, o couro, dado os efeitos da Segunda Guerra Mundial e a emancipação do mercado paralelo das peles (Felmostra, 1989).

⁸⁸⁹ Ver entrevista de João da Cunha e Silva ao Semanário de Felgueiras, 26 de abril de 2008.



Fig. 412-413 Vista de cima e vista lateral de soco. Sem palmilha, com sola de madeira e corte em couro castanho. Possui um vivo de tom mais claro a toda a volta do corte e um revirão do mesmo tom, fixo com tachas. Propriedade de Silvério Félix. Fonte: CDAB.

Da entrevista realizada a Alberto da Cunha foi possível obter uma compreensão sobre os principais programas produzidos em Felgueiras, resultado do início de atividade do seu percurso profissional na década de 40: o calçado feito de madeira, designando-se por “paus” (Brochado, 2018b). Nesse contexto de Segunda Guerra Mundial, fruto não só da escassez de materiais, onde o acesso foi sobretudo através de “senhas de racionamento”, também a ruralidade do concelho ou a prática de andar descalço perpetuou a produção de calçado nesse material. Tratou-se de uma atividade familiar, que passou geracionalmente de pais para filhos e que além das atividades agrícolas, marcou o concelho de tal modo de modo a ter sido possível abastecer as proximidades geográficas. Frequentemente, “riscava-se o pé numa tábua e depois colocava-se uma tira de couro na frente: eram as soletas”, mas também se faziam outros programas, apesar da pouca variedade tipológica: foram sobretudo “socos, chinelas de verniz com sola de couro por vezes decoradas e chancas, produzidos um a um”, nos quais a madeira de amieiro predominava ao nível do material, pelas características de leveza e suavidade (Brochado, 2018b). O escoamento desses programas terá ocorrido nas feiras ou na própria oficina, produzindo-se especificamente para um cliente ou para um público mais vasto (fig. 412-417).

Alberto da Cunha possui um conjunto de instrumentos que reportam à época, utilizados para a produção desses programas, como o machado, o formão, o cercador, a enchó, as serras (serra aos roletos, serrão e serra pequenas) que permitiam construir as curvaturas corretas e dar a forma do corte ou das solas; e as goivas que permitiam efetuar padrões decorativos no corte ou tões das senhoras, inspirados nos desenhos dos jugos de bois (fig. 418-419).



Fig. 414-417 Vista de cima, vista lateral, vista de frente e vista de baixo de soco. Sem palmilha, com sola de madeira e corte em couro castanho. Possui elementos decorativos gravados no corte, um vivo de tom mais claro a toda a volta do corte e um revirão do mesmo tom, fixo com tachas na sola. Propriedade de Silvério Félix. Fonte: CDAB.



Fig. 418 (à esquerda) Serra, cercador e enchó utilizados por Alberto da Cunha na produção de 'paus'. Fonte: CDAB.



Fig. 419 (à direita) Pormenor de decoração em jugo de bois, utilizado como elemento decorativo em tacões, na produção de 'paus'. Propriedade de Alberto da Cunha. Fonte: CDAB.



Fig. 420-423 Vista de frente, vista lateral fora, vista lateral dentro e vista de baixo de 'fôrmas' em madeira chapeadas. Foram produzidas pela empresa Raposeira, a primeira empresa de 'fôrmas' do concelho, sediada em Vila Fria. Eram utilizadas para calçado palmilhado a grampo. Doadas por Silvério Félix à Escola Secundária de Felgueiras. Fonte: CDAB.



Fig. 424 Instrumentos de construção do calçado manual.

Da esquerda para a direita e de cima para baixo: 1. candeia; 2. sedas para fazer linhas, preto e bege; 3. fio norte para encerar; 4. seixo; 5. pastilhas para brunir, castanha e preta; 6. compasso de gaspeadeira; 7. marca de sapateiro "Alvorada"; 8. martelo de sapateiro; 9. reco; 10. sovela para coser de fora para dentro; 11. sovela de coser borracha; 12. rascanho; 13. sovela para coser de fora para dentro; 14. sovela de palmilhar; 15. ferro de brunir; 16. vazador; 17. alicate; 18. ferro de patas; 19. pica ponto duplo; 20. pica ponto; 21. afiador de faca de sapateiro. Doadas por Silvério Félix à Escola Secundária de Felgueiras. Fonte: CDAB.



Fig. 425 Pé de ferro. Doado por Silvério Félix à Escola Secundária de Felgueiras. Fonte: CDAB.

Do mesmo modo que uma das características da produção de calçado na atualidade da investigação se traduz no aproveitamento dos materiais, também o aproveitamento da madeira na produção dos ‘paus’ foi uma realidade, assim como a escolha dos restantes materiais, sendo aplicados os “couros velhos para a solas e os atanados novos que vinham de Guimarães para o corte” (Brochado, 2018b). Mais tarde, esses couros terão sido substituídos por pneu. De acordo com Alberto Cunha na década de 40 ter-se-á dado início ao uso desse material no calçado, ainda que tenha coexistido com a aplicação do couro. Contudo, os pneus não seriam ainda abundantes no concelho.

O especialista assinalou três momentos de evolução ao nível dos programas, os quais se interligam a mudanças no quadro das tecnologias, a saber: “dos paus às chancas; das chancas às botas com sola de pneu; e das botas aos sapatos” (Brochado, 2018, b). Foi possível perceber que os ‘paus’, as ‘chancas’ e as ‘botas’ com solas de pneu, coexistiram, assim como coincidiu a produção de ‘botas’ com sola de pneu e os ‘sapatos’. Paralelamente, coexistiram a produção artesanal, semi-mecânica e mecânica. Terá sido Torrados a primeira freguesia a dar início ao trabalho mecânico.

Sobre a questão relativa aquele que terá sido o primeiro industrial em Felgueiras, de acordo com o testemunho de Carlos Castro, manifesta-se difícil perceber ao certo quem terá sido, justificando a sua resposta com a seguinte descrição sobre o panorama inicial:

“(…) eram chancas e tamancos, toda a gente fazia ‘paus’ e uma grande parte andava descalço. Isto começou a nascer com os industriais a trabalhar nos sapatos. Muito raro foram aqueles que nunca trabalharam em casa. Era um trabalho muito difícil: não havia horários, férias ou fins de semana; trabalhava-se de manhã cedo até à noite. A 8 de setembro começava-se o serão: jantava-se e trabalhava-se até à meia noite. Toda a gente trabalhava assim. No fim da escola toda a gente ia trabalhar. O começo é esse, foi assim. Não era um, eram vários habilidosos que tiravam moldes, faziam um par rudimentar na ‘fôrma’ e depois sonhavam: ponham uma taloeira, uma biqueira, um ponto” .

(BROCHADO, 2018A)

Terá sido em fins da década de 40 e princípio dos anos 50 que se aponta o nascimento da indústria no concelho, surgindo assim a *Marina*⁸⁹⁰, registada como marca ainda ao abrigo da JNPP, no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, evidenciando ser, a par da fábrica *Calçado Pedreira*, a empresa com maior longevidade existente no concelho. Produziu primeiramente ‘botas’ seguindo o modelo de negócio onde a montagem foi efetuada por outras oficinas, de modo ainda artesanal, com recurso a pregos colocados entre o corte e a ‘fôrma’.

Deverá considerar-se uma parte da população que se calçou com os programas desenvolvidos no concelho, mas também um panorama de forte ruralidade marcado por uma parte da população que persistia em andar descalça. Nas publicações consultadas encontraram-se informações que poderão

⁸⁹⁰ O especialista explicou o princípio da atividade e conseqüente evolução com base no sentido de continuidade à atividade do seu pai: “produzia botas em couro e dava o corte gaspeado a pequenas oficinas em domicílio que trabalhavam para ele. Eu apenas dei continuidade” (Brochado, 2018a).

explicar a profusão da produção de calçado perante esse panorama: no decorrer da década de 40 e 50, os pequenos industriais terão beneficiado do sentido de oportunidade de mercado existente no Porto, onde a proibição no Porto do “pé descalço” já havia ocorrido em 1928. Nesse sentido, a ampliação da produção do calçado terá sido marcada para abastecer essa cidade. Alberto da Cunha testemunhou sobre as viagens de bicicleta semanais que fazia para o Mercado do Bolhão onde levava remessas de calçado feito por si⁸⁹¹, assim como referiu também aqueles que já iam de camioneta para vender as ‘botas’ de sola de pneu (Brochado, 2018b).

Esse sentido de procura de mercado e, conseqüentemente, de aumento de volumes de produção terá contribuído também para o aumento do número de operários por unidade de produção, tendo-se desenvolvido sobretudo entre 1948-1950, apesar de ainda marcado pela produção artesanal.



Fig. 426 Pormenor do ofício. Doado por Silvério Félix à Escola Secundária de Felgueiras. Fonte: CDAB.



Fig. 427-428 Banco de sapateiro. Propriedade de Silvério Félix. Fonte: CDAB.

⁸⁹¹ Sobre as remessas que levava para o Porto o especialista referiu que a numeração que produzia era a partir do tamanho 34, sendo que: “do 32 ao 37 eram chamados de chiquitos, a partir do 38 era considerado calçado de homem” (Brochado, 2018b). Referiu também o controlo de qualidade que aquela época era efetuado pelo dono da sapataria, sendo que examinava cada par detalhadamente, acabando sempre por nunca conseguir vender todos aqueles que levava consigo.

1.1.1 DÉCADA DE 50: PRODUÇÃO SEMI-MECÂNICA



Fig. 429-431 Vista de frente, vista lateral e vista de baixo de chanca. O corte é em couro preto com elásticos nas laterais, costuras decorativas e revirão preso com tachas, pretos. A sola é de madeira e o rasto em pneu preto. Foram construídas recentemente pelo Sr. Costa Leite, em Lagares. De acordo com o próprio, obedece ao programa original, mas com alterações ao nível das costuras. O rasto terá sido num primeiro momento de couro velho, sendo mais tarde substituído por pneu. Fonte: CDAB.

Na década de 50 ter-se-á dado início à designada produção semi-mecânica do calçado, sendo que se tratou de uma maior escala de produção e de outro modelo de negócio. Seria em Guimarães onde se procurava o abastecimento dos atanados para os cortes, findo o racionamento das peles, assim como solas de couro e de pneu; no Porto e em S. João da Madeira procurava-se os armazéns de componentes.

O corte dava-se gaspeado aos sapateiros espalhados pelas freguesias do concelho, sendo que “Jugueiros e Sendim eram locais onde havia bons artistas com oficinas de montar; e a Longra já tinha muitos sapateiros por conta própria” (Brochado, 2018a,b). O calçado era depois embalado para ser vendido e esse terá permanecido como o principal modelo de negócio por onde todos começaram e por aqueles que lhe foram dando continuidade. Posteriormente, deu-se início a outro modo de operar, no qual dentro de portas ocorreriam todos os processos de construção.

Ao nível dos programas e características do calçado, fruto do contexto, o calçado “era de desenho fácil”: ‘botas’ constituídas por uma gáspea e dois talões; destinadas ao género masculino; monocromáticas, sendo usadas as cores preto, castanho claro ou castanho escuro; e dado um acabamento feito com base numa pasta de farinha triga aplicado com um pano enrugado em forma de bola (Brochado, 2018b). As testeiras e contrafortes foram feitas de ‘sola de couro’⁸⁹², as solas poderiam ser de pneu ou couro, os faceados foram ainda manuais e a montagem já se poderia efetuar através da máquina de palmilhar a grampo (fig. 432-437).

De acordo com Carlos Castro e Alberto da Cunha “o primeiro calçado que se fez não era confortável”, não havendo ainda modeladores ou fortes conhecimentos dessa área, sendo que cada par de ‘botas’ começava por ser desenhado na ‘fôrma’ e para ficar pronto demorava em média entre 12h a 14h, o que continuava a corresponder a um par por dia (Brochado, 2018a,b). No entanto, já se designavam os sapateiros de primeira e de segunda, sendo que os de segunda conseguiam trabalhar mais rápido, mas com menos qualidade.

Sendo esses os programas mais comuns, os especialistas mencionaram outros programas, menos frequentes, como as ‘botas’ de couro para o exército português, produzidas na unidade industrial de António Freitas, sediada em Varziela, que entre as décadas de 40 e 50, já possuía os setores de corte, costura e montagem, com um conjunto de operários ao seu serviço (Brochado, 2018a,b).

⁸⁹² De acordo com Alberto da Cunha designa-se por “courpons de atanados: a barriga, a cabeça e o rabo, usados para sola, testeiras e contrafortes. Dos crutes faziam-se palmilhas e enchimentos para palmilhas” (Brochado, 2018b).



Fig. 432-434 Vista de frente, vista de trás e vista de baixo de botas com sola de pneu. O corte é em couro castanho, sendo que o cano é em fole, ajustando com recurso a fivela. A sola é em pneu preto, costurada à palmilha. São atualmente utilizadas e foram construídas pelo Sr. Mário, em Lagares. De acordo com o próprio, obedece ao programa original. Fonte: CDAB.



Fig. 435-437 Vista de frente, vista de cima e vista de baixo de botas com sola de pneu. O corte é em couro preto, constituídas por gáspea e dois talões. O sistema de aperto é cordão, preto. A sola é em pneu preto, costurada à palmilha. Foram construídas pelo Sr. Joaquim, em Lagares. De acordo com o próprio, obedece ao programa original. Fonte: CDAB.



Fig. 438-439 Máquina de lixar sola de pneu, detalhe. Adquirida por António da Cunha, na década de 60, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. Fonte: CDAB.

Da análise ao Inquérito de 1959 pode verificar-se um elevado número de ‘estabelecimentos’ de fabricação de calçado, cento e quarenta e quatro, num universo de duzentos e setenta e nove (1959, p. 29). Comparativamente às restantes atividades industriais de representação significativa, a atividade relacionada com o calçado destacou-se isolada, podendo também verificar-se a mesma situação em relação ao número de trabalhadores ao seu serviço. Foi possível analisar que desse universo, mil cento e sessenta e quatro pessoas, mil e nove correspondem ao género masculino, reiterando a continuidade de uma prática marcadamente masculina. Carlos Castro e Alberto da Cunha referiram que o género feminino se ligou a costura mecânica (Brochado, 2018a,b). O quadro seguinte apresenta as quatro atividades mais relevantes no concelho e o número de profissionais ao seu serviço:

ATIVIDADES	ESTABELECIMENTOS	EMPREGADOS	OPERÁRIOS NÃO À TAREFA	OPERÁRIOS À TAREFA	DIRIGENTES
FABRICAÇÃO DE CALÇADO	144	9 H	785 HM (726 H - 59 M)	148 HM (144 H - 4 M)	130, SEM REMUNERAÇÃO
CONSTRUÇÃO	34	—	227 H	—	34
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS METÁLICOS	22	8 HM 1 M	210 H	—	21
INDÚSTRIAS TÊXTEIS: TECIDOS	17	12 H	564 HM (363 H - 201 M)	---	14

Quadro 45 Principais atividades industriais e pessoas ao serviço do concelho de Felgueiras, de acordo com o Inquérito de 1959 (p. 29). H – homem; M – mulher. Fonte: Aurora Brochado.

1.1.1 DÉCADA DE 60: VOCAÇÃO PARA A INDÚSTRIA DO CALÇADO

O documento homónimo de 1964 permitiu outro sentido de análise em relação à década anterior relativamente aos dados sobre a atividade da produção do calçado. O inquérito de 1964 dividiu a indústria do calçado em ‘fabricação’ e ‘reparação’ de calçado e, conseqüentemente, repartiu os dados, verificando-se assim sessenta e oito unidades de reparação e noventa e seis funcionários; um estabelecimento de produção de calçado com um funcionário. A população do concelho foi de trinta e oito mil oitocentos e noventa e cinco habitantes (INE), tendo existido, comparativamente ao final da década de 50, uma diminuição do número de estabelecimentos significativa, descendo para cento e sessenta e cinco, bem como uma descida considerável do número de profissionais. Ainda assim, o setor do calçado manifestou-se como o segundo mais relevante, sendo que as atividades agrícolas lideraram a principal atividade do concelho. O quadro seguinte apresenta as quatro atividades mais presentes e a quantificação de estabelecimentos por número de profissionais.

ATIVIDADES	ESTABELECIMENTOS COM UMA PESSOA	ESTABELECIMENTOS COM DUAS PESSOAS	PESSOAL AO SERVIÇO
MOAGEM, DESCASQUE, TRITURAÇÃO E PREPARAÇÃO DE CEREAIS LEGUMINOSOS	47	12	71
REPARAÇÃO DE CALÇADO	40	28	96
DESTILAÇÃO, RECTIFICAÇÃO E MISTURA DE BEBIDAS ESPIRITUOSAS	19	7	33
CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	17	4	25
FABRICAÇÃO DE CALÇADO	1	—	1

Quadro 46 Principais atividades industriais e pessoas ao serviço do concelho de Felgueiras, de acordo com o Inquérito industrial (1964, p. 59). Fonte: Aurora Brochado.

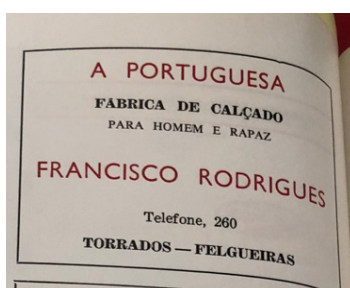


Fig. 440-443 Levantamento de publicidade de empresas de produção de calçado, componentes e solas de Felgueiras. Terras da Nossa Terra (1965). Dessas empresas laboram na atualidade A Portuguesa, Rolando da Cunha Melo e a Dura. Fonte: CDAB.

Felgueiras já se manifestava no princípio da década de 60 como um concelho de grande tradição e forte vocação para a indústria do calçado, mas onde as ‘fábricas’ funcionavam igualmente em espaços pequenos, nos fundos das habitações. A localização era dispersa, sendo anotadas por Carlos Castro, Alberto da Cunha e Arnaldo Gomes as freguesias de Torrados, Penacova, Regilde, Pombeiro, Barrosas e Lagares como aquelas onde mais se produzia calçado, das quais essa última foi especializada no fabrico de ‘botas’ de trabalho com sola de pneu e atados (Brochado, 2018a,b,c). Por comparação, S. João da Madeira estava mais avançado: já produzia ‘sapatos’ há mais tempo, tinha uma escola, tinha modeladores, forneciam



Fig. 444-445 Máquina de puxar o corte, demonstração. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Adquirida por António da Cunha, na década de 50, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. Fonte: CDAB.



Fig. 446 Máquina de abrir o rasgo na vira. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Adquirida por António da Cunha, na década de 50, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. Fonte: CDAB.



acessórios e componentes, mas também os mecânicos para a reparação das máquinas, ou para ensinar a trabalhar nas mesmas. Como referiram os especialistas “chegou tudo mais cedo a S. João. Enquanto cá se faziam ‘pneus’ ou simplesmente ‘buracos para os pés’, S. João já era beneficiado por Salazar” (Brochado, 2018a,b,c,d). O especialista Joaquim Moreira, tendo iniciado a atividade na década de 70, mencionou que trabalhou desde sempre com modelador, mas o primeiro ao serviço da sua empresa teve que ser recrutado daquela localidade “pois cá não havia! E só se começaram a ‘fazer’ cá modeladores depois de virem de S. João. Refiro-me aos anos de 73 a 75. Julgo que Rolando da Cunha Melo foi o primeiro a ter cá um modelador de S. João e eu o segundo” (Brochado, 2018d). A justificação dada pelos especialistas sobre o facto de S. João ter já ao seu serviço conjunto de modeladores terá sido relacionada com a concorrência. O facto de existir àquele momento bastante concorrência nessa localidade, mais do que em Felgueiras, terá proporcionado uma maior evolução e atualização nesse sentido.

Contudo, a procura de inovação relativamente aos processos de construção incentivara - e incentiva na atualidade da investigação, as viagens pela Europa. Carlos Castro e Alberto da Cunha deram nota de uma viagem realizada a Itália à feira de máquinas em Vigevano, em 1958, onde participaram oito empresários de Felgueiras com vista a perceber qual a mais recente tecnologia disponível passível de adquirir, quais as novas potencialidades para produzir calçado e, conseqüentemente, que tipos de programas se poderiam fazer. Os destaques foram dados essencialmente a máquinas de costura, de facear, cortar e montar, tendo Carlos Castro destacado o deslumbre pelo protótipo da primeira máquina de montar que visualizou nessa feira.

As viagens que realizavam, frequentemente serviriam também para perceber sistemas de organização fabril, métodos, qualidade e produtividade, com vista à implementação para evolução das suas unidades industriais: Noruega, Suécia, Finlândia e Inglaterra terão sido os principais modelos de inspiração. O mesmo especialista destacou uma visita que fez a uma empresa em Bordeux que possuía três pisos onde funcionava uma linha de produção em cada piso, como sendo “um mundo novo” por comparação aos espaços reduzidos das unidades de produção em Felgueiras (Brochado, 2018a).

No decorrer da década de 60 os programas sofreram algumas alterações e, além de constituídos pela gáspea e pelos dois talões já se acrescentava um vivo para diferenciar e a biqueira já poderia ser “mais redonda ou mais direita” (Brochado 2018b). As costuras eram mecânicas e os primeiros sistemas de montagem que se seguiram ao manual foram o ‘Goodyear’ e o ‘Pratik’, uma vez que não haviam ainda colas que assegurassem a fixação da sola ao corte devidamente. No entanto, foram mencionadas as dificuldades em formar os operários, sobretudo para o setor da costura. Nesse seguimento, Carlos Castro terá sido o impulsionador para trazer o centro de formação para Felgueiras, através do Grémio dos Industriais, o antecedente da APICCAPS, no sentido de ser ministrada formação para colmatar essas dificuldades.



Fig. 447-448 Máquina de igualizar viras. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Adquirida por António da Cunha, entre as décadas de 50 e 60, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. Fonte: CDAB.



Fig. 449-450 Máquina de abrir o refendido na palmita em celeiro. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Adquirida por António da Cunha, na década de 50, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. Fonte: CDAB.



Fig. 451 Máquina de timbrar florões no corte. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Adquirida por António da Cunha, na década de 50, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. Fonte: CDAB.



Fig. 452 Máquina de palmitar a grampo. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Exigia que as 'fôrmas' fossem chapeadas para ser possível vergar o grampo. Adquirida por António da Cunha, na década de 50, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. De acordo com Alberto da Cunha, a origem da máquina é datada da década de 40. Fonte: CDAB.



Fig. 453-454 Máquina de palmitar a grampo. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Permitiu obter custos de produção menores comparativamente ao palmitado a fio. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 60. Fonte: CDAB.



Fig. 455 Máquina de palmilhar a fio. Considerada como máquina da primeira geração, ou seja, a primeira que se seguiu à montagem manual. Adquirida por António da Cunha, na década de 50, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. De acordo com Alberto da Cunha, num primeiro momento da construção mecânica de calçado foi usado o grampo, posteriormente, o fio. Fonte: CDAB.



Fig. 456 Máquina de palmilhar a fio na década de 60. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 60. Fonte: CDAB.

Ao nível de especializações de programas, as unidades de produção na freguesia de Lagares foram caracterizadas ainda manuais, marcadas pela produção de ‘botas’ com sola de pneu ou atanados; e em Torrados, mais mecanizadas, produzindo-se ‘sapatos’ de couro, ou seja, “artigo mais fino” (Brochado, 2018a).

O calçado produzido foi destinado ao mercado interno - continente e ilhas, sendo que as primeiras exportações ocorreram através do acordo com a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) para as ex-colónias. A *Marina*, a *Continental* e a *Sic* terão sido as primeiras unidades a exportar (Brochado, 2018a).

De acordo com Carlos Castro e Alberto da Cunha a expansão ocorrida na década de 60 foi muito elevada, sendo esse período que marcou a profusão das máquinas de produzir calçado. Com base no conjunto de visitas realizadas no decorrer da investigação a unidades industriais do concelho, foi possível esclarecer a tecnologia utilizada para a construção do calçado semi-mecânico e mecânico entre as décadas de 50 e 60. Trataram-se das primeiras máquinas utilizadas em Felgueiras para o efeito, importadas da Alemanha, de Inglaterra e Itália. Terá sido na Alemanha onde a evolução da tecnologia foi mais acentuada e, por isso, mais desejável. Independentemente do país de origem, a língua e a distância foram mencionadas com um grave problema pois não havia quem dominasse o inglês ou o alemão, assim como a manutenção era necessária e no concelho ainda não existiam mecânicos especializados⁸⁹³. Apesar dessa desvantagem, os especialistas anotaram que ainda assim terá existido desde sempre um grande investimento por parte dos empresários ao nível da tecnologia, sendo eventualmente nesse campo onde mais se apostou e se tem apostado no presente da investigação.

Como enunciado, o uso de novas tecnologias coexistiu com a produção manual, tendo-se verificado três situações a destacar: surgiram mais cedo, mas chegaram a Portugal posteriormente⁸⁹⁴; é possível ao momento da investigação ainda se utilizarem certas máquinas para construções específicas ou pequenos detalhes; e foram passíveis de adaptações e alterações, quer para acrescentar novas funções, ou com vista a melhorar o seu desempenho e qualidade do produto. Na verdade, essa última será a principal característica a salientar, uma vez que apesar das técnicas de produção de calçado assentarem num princípio geral, foram e são ainda redirecionadas em modos de produção individualizados de acordo com cada empresa.

Destacaram-se num primeiro momento instrumentos e máquinas para o tipo de montagem ‘Goodyear’. De acordo com Alberto da Cunha terão sido utilizadas pelas unidades industriais a laborar na atualidade e com

⁸⁹³ Carlos Castro referiu que assim que começou a exportar, na década de 60, teve que contratar funcionários que falassem inglês e que ao mesmo tempo tivessem conhecimentos de calçado, o que se revelou complicado (Brochado, 2018a).

⁸⁹⁴ As imagens apresentadas na investigação relativas às máquinas de produção de calçado foram referenciadas de acordo com a cronologia da sua chegada/uso nas unidades industriais em Felgueiras, em detrimento do ano do seu surgimento, uma vez que também não se revelou possível essa datação.



Fig. 457-458 Modelo de calçado palmilhado a fio. Levaria cortiça para o enchimento na palmilha e enfranques, sendo posteriormente colocada a sola, na qual se abriam frisos para a costura. Reconstrução atual do processo de montagem 'Goodyear' na década de 60. Fonte: CDAB.

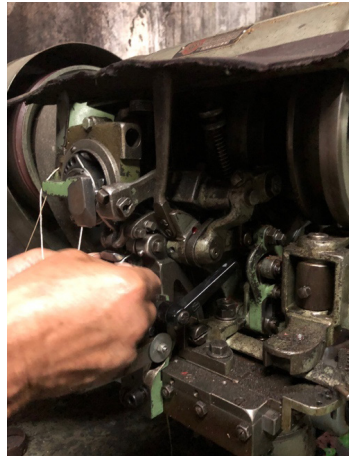


Fig. 459-460 Máquina de pontear para montagem em sistema 'Goodyear' ou 'Pratik'. Adquirida por António da Cunha, entre as décadas de 50 e 60, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. De acordo com Alberto da Cunha, todos os fabricantes detinham essa máquina, que além de pontear, daria para colocar a vira. Fonte: CDAB.



Fig. 461-462 Máquina de pontear para montagem em sistema Pratik. Adquirida por António da Cunha, na década de 60, para a empresa Macaliba, atual Cualvo. De acordo com Alberto da Cunha, todos os fabricantes detinham essa máquina, que além de pontear, daria para colocar a vira. Fonte: CDAB.



Fig. 463 Máquina de agrafar tacões. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 60. Fonte: CDAB



Fig. 464 Máquina de pregar à semilha. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 60. Fonte: CDAB.



Fig. 465 Máquina de aparar palmilhas à 'fôrma'. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 60. Fonte: CDAB.

maior longevidade de existência do concelho, a saber, a *Marina*, a *Dura* e *Rolando da Cunha Melo*, bem como por unidades que já encerraram, mas que nesse momento eram empresas de dimensões consideráveis, como os casos da *SIC* e da *Continental*, (Brochado, 2018b). Segue-se a ilustração do primeiro conjunto, no qual as máquinas apresentadas entre as figuras 445 a 451 correspondem à preparação do corte para a dar seguimento à fase seguinte, palmilhar e pontear, apresentadas nas figuras 452 a 460. As figuras seguintes correspondem ao sistema de montagem 'Pratik', sendo máquinas de pontear, pregar, agrafar e aparar. Do levantamento efetuado encontrou-se aquela que se designa como a primeira máquina portuguesa, a 'máquina dos sete instrumentos'. Terá sido inspirada no modelo italiano e produzida pela empresa Lima e Resende, em 1961.



Fig. 466 Máquina dos sete instrumentos, adquirida por Francisco Rodrigues na década de 60 para a empresa A Portuguesa. A Alemanha foi o primeiro país a construir a máquina, sendo que Itália se inspirou nela e por sua vez, Portugal inspirou-se na versão italiana da mesma. A máquina efetuava as seguintes operações: lixava, fresava e escova, proporcionando vários acabamentos no calçado. Fonte: CDAB.



Fig. 467 Máquina de polir, alterada por Silvério Félix. Fonte: CDAB.



Fig. 468-469 Máquina de cravar a sola ao corte, alterada por Silvério Félix. Fonte: CDAB.

De acordo com o Mário Pinto⁸⁹⁵, foi a partir da década de 60 que se fez sentir a presença de Paul Dohmen, sendo-lhe atribuído desde o seu aparecimento na indústria do concelho o título de “grande revolucionário no mundo do calçado” (Brochado, 2018f). Tratou-se de um “grande técnico de calçado e de ‘fôrmas’ que veio para cá (Portugal) ensinar o que sabia. Esteve por cá muitos anos e ajudou muito na evolução do calçado. Era um excelente professor. Aprendi muito com ele. Trabalhava na *Campeão Português*⁸⁹⁶ e a sua ligação a Felgueiras ocorreu porque vinha aos *Carvalhinhos* fazer ‘fôrmas’. Chegou a ser nosso consultor” (Brochado, 2018f).



Fig. 470-471 Vista lateral e frontal do esqueleto de um pé oferecido por Paul Dohmen à empresa A Industrial dos Carvalhinhos, como elemento de estudo para a aprendizagem da modelação e do desenvolvimento de ‘fôrmas’. Fonte: CDAB.



Fig. 472-475 Sapato desenvolvido e modelado por Paul Dohmen. Propriedade da empresa A Industrial dos Carvalhinhos. Fonte: CDAB.

⁸⁹⁵ O especialista aprendeu modelação de calçado com Paul Dohmen, com vista a aplicar esse conhecimento no desenvolvimento das ‘fôrmas’.

⁸⁹⁶ A *Campeão Português* surgiu em Guimarães em 1955, sendo detentora da marca Campport, uma marca portuguesa de calçado para os géneros feminino e masculino, caracterizada pelo calçado de qualidade e conforto.



Fig. 476 Stand de Portugal, Paris, 1960. N. S. D. corresponde à marca atribuída pelo Gabinete português de podolização ao calçado podolizado. Propriedade da empresa A Industrial dos Carvalinhos. Fonte: CDAB.



Fig. 477 Stand de Portugal, Paris, 1965. Paul Dohmen está posicionado à direita na fotografia. Propriedade da empresa A Industrial dos Carvalinhos. Fonte: CDAB.



Fig. 478 Paul Dohmen, à direita. 1975. Propriedade da empresa A Industrial dos Carvalinhos. Fonte: CDAB.

1.1.1 DÉCADA DE 70: MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DO CALÇADO

Na década seguinte verificou-se um aumento de profissionais no setor. Do Inquérito de 1971, constam setenta e um estabelecimentos de fabricação de calçado, “com exceção de calçado vulcanizado, borracha moldada ou de plástico ou feito inteiramente de madeira” e mil novecentos e cinquenta e três pessoas ao seu serviço (1971, p. 383). O universo total de estabelecimentos foi de trezentos e setenta e um. Em 1976, Felgueiras contava com 70 000 m² de área industrial licenciada (CMF, 1998), mas considerado ainda um contexto de uma população rural.

ATIVIDADES	TOTAL ESTABELECIMENTOS	ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE CINCO PESSOAS	ESTABELECIMENTOS COM CINCO OU MAIS PESSOAS	PESSOAL AO SERVIÇO
FABRICAÇÃO DE CALÇADO COM EXCEÇÃO DO CALÇADO VULCANIZADO, DE BORRACHA MOLDADA OU DE PLÁSTICO E FEITO INTEIRAMENTE DE MADEIRA	71	33	38	1953
INDÚSTRIA TÊXTIL	52	37	15	1203
CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	59	32	27	479
VESTUÁRIO	25	21	4	287

Quadro 47 Principais atividades industriais e pessoas ao serviço do concelho de Felgueiras, de acordo com o Inquérito industrial (1971, p. 383).
Fonte: Aurora Brochado.

Os anos 70 em Portugal ficaram indubitavelmente marcados pelo 25 de abril, tendo-se na indústria do calçado traduzido na aceleração da sua evolução em todos os níveis. Foi igualmente um momento onde foram fornecidos apoios financeiros, tornando possível a modernização e a presença assídua nos certames internacionais do setor, contribuindo para o alargamento de portas ao exterior no quadro das exportações e, conseqüentemente, de outros programas, de outros modelos de negócio. Em Felgueiras surgiram especialistas estrangeiros que visitavam as empresas com vista a ensinar sobretudo aspetos relativos a métodos e tempos. Paralelamente, o industrial ao insistir na procura no exterior outros ‘modos de ver’, adquiriu outras competências.

As alterações nos programas foram fruto não só das mudanças ao nível das tecnologias, mas também devido à evolução da área da modelação de calçado. De acordo com os especialistas Carlos Castro, Alberto da Cunha e Arnaldo Gomes, poderá iniciar-se uma narrativa mais complexa sobre o modelador a partir dessa década (Brochado, 2018a,b,c). Eram procurados em Guimarães ou em S. João da Madeira que estavam já mais avançados a esse nível. A figura do estilista ainda não se havia evidenciado em Felgueiras, contudo, poderá encontrar-se uma relação entre o que poderia ser descrito como o seu desempenho profissional, com o novo papel exercido pelo empresário: fornecia as ideias e em articulação com o modelador procediam à concretização das mesmas para dar origem a novos programas.

Os programas foram inicialmente desenvolvidos por cada unidade industrial e, conseqüentemente, com marca própria, bem como a garantia pela mostra em feiras e pelo seu escoamento, diretamente para sapatarias no

quadro nacional. Posteriormente, terão dado início à produção de calçado mediante encomendas, não inviabilizando com isso o processo anterior, mas sendo essencialmente atribuído desse modo a responsabilidade e a intervenção nos programas e o número de pares a produzir ao cliente. Na sua generalidade, o calçado que ficava em Portugal era aquele que tinha a marca da empresa portuguesa, o que era destinado às exportações seria aquele que levaria a marca do cliente, bem como as especificidades por ele definidas.



Fig. 479-480 Programas de calçado propostos para o inverno de 1970 pela fábrica de calçado Regilde. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70.



Fig. 481-482 Programas de calçado propostos para o inverno de 1970 das marcas Ninpha e Mandarin de Amadeu Gonçalves. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70.



Fig. 483-484 Programas de calçado propostos para o inverno de 1970 pela fábrica de calçado Magistral. Fonte: O calçado podolizado GPP: pré-selecção inverno 70.

O desenvolvimento do calçado ocorreu na década de 70 sobretudo de quatro modos distintos, os quais são igualmente mencionados como métodos que têm marcado os modos de operar da indústria do calçado:

- a) De Itália vinham as maiores inspirações, onde as feiras europeias tiveram sempre um papel fundamental para os industriais poderem trazer as informações para Portugal;
- b) A partir de programas de calçado físico já existente e que tinham acesso, procediam a alterações, como ao nível de materiais, elementos do corte, 'fôrma' ou solados, originando assim outros programas;
- c) Através da recolha de imagens de programas em revistas atuais àquele momento, a partir do qual se procediam a alterações ou se tentava reproduzir;
- d) Os clientes traziam consigo ideias ou mesmo calçado para o modelador desenvolver, alterar elementos e modelar.

Resultante da influência de Paul Dohmen na indústria do calçado portuguesa, circulou em Felgueiras uma publicação de tendências de calçado designada Travox, procedente de França, da autoria de Guy Dohmen, para o inverno de 1973/1974. O conjunto de imagens que se segue resultou de uma seleção de programas de calçado para os géneros feminino, masculino e calçado para criança, 'formas', acessórios e aplicações para solas apresentadas nessa publicação e que se terão manifestado como inspiração para o desenvolvimento de programas tipológicos produzidos:



Fig. 485-486 Tendências de botas e sapatos para o género feminino. Fonte: Travox: inver 73-74.



Fig. 487-488 Tendências de botas e sapatos para crianças. Fonte: Travox: inver 73-74.



Fig. 492-493 Tendências de botas e sapatos unisexo. Fonte: Travox: inver 73-74.



Fig. 494 Tendências para 'fôrmas'. Fonte: Travox: inver 73-74.

Fig. 489-491 Tendências de botas e sapatos para o gênero masculino. Fonte: Travox: inver 73-74.

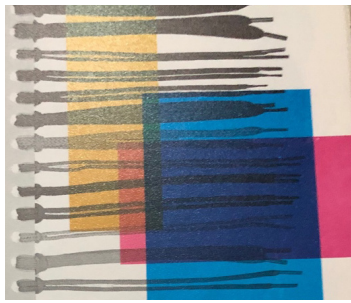


Fig. 495-496 Tendências de atacadores.
Fonte: Travox: inver 73-74.



Fig. 497 Tendências de viras para solas.
Fonte: Travox: inver 73-74.

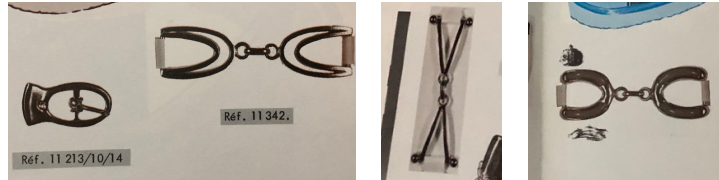
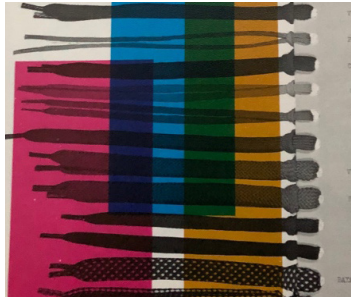


Fig. 498-500 Tendências de fivelas. Fonte: Travox: inver 73-74.

Alberto da Cunha recordou que entre as décadas de 60 e 70 ao visitar feiras em Itália aproveitava para contactar com estilistas nesse país e percorrer montras. Esse contacto ocorria com ingressos nos gabinetes desses criativos e, por norma, mediante o pagamento de “cinquenta contos trazia uma ‘fôrma’ e um modelo de calçado, os quais eram vendidos como produtos únicos, apesar de mais tarde o especialista verificar que o mesmo produto havia sido vendido a outro empresário, por vezes de Felgueiras” (Brochado, 2018b). A partir dos programas que comprava e do calçado visualizado junto das montras, sozinho ou acompanhado com o modelador, quando regressava desenvolvia outros modelos de calçado. Havia-se instaurado o hábito viajar mais cedo para as feiras de modo a ser possível observar montras para perceber qual a moda, onde num “livro de desenho”, além de desenhar o que lhe agradava e lhe parecia adequado ao seu leque de clientes, procedia também a anotações relativamente a ‘fôrmas’, materiais, solas, detalhes, acessórios e cores. Além do

“(…) livro de desenho, a determinada altura passei a usar uma máquina fotográfica e muitos rolos de 36 na mala que revelava quando chegava a Felgueiras; depois escolhia o que interessava, mudava a cor, mudava materiais e apresentava aos clientes. No calçado houve sempre muita escolha e muita coisa que se deitava para fora. Eu fui sempre responsável por decidir tudo nos modelos que a minha fábrica produzia, apesar do modelador ajudar e me fazer muitas amostras”.

(BROCHADO, 2018B)

Se numa fase inicial foi o especialista a propor os programas para abastecer o mercado interno, levando assim a sua marca, cedo passaria a produzir calçado definido pelos seus clientes.

O registo fotográfico é ainda uma prática corrente no quadro das pesquisas, fontes de inspiração e do re-design de calçado, à qual acresce o recurso da *world wide web* como meio facilitador das empresas que não têm possibilidade de participar nas feiras.



Fig. 501-509 Programas de calçado recolhidos em feiras realizadas em Itália, entre finais da década de 80 e década de 90, como inspirações. Fonte: Alberto da Cunha.

Também Carlos Castro mencionou as viagens a Itália e a outras feiras para recolha de ideias e informações e a compra de revistas para o mesmo efeito nessa época. No entanto, o seu papel distinguiu-se de Alberto da Cunha, já que deixava sobretudo à responsabilidade do modelador o desenvolvimento dos programas, fornecendo-lhe assim apenas a informação.

Arnaldo Gomes referiu que partilhava as suas ideias com o modelador, tentando acompanhar a moda através de revistas, recordando produzir nessa década as designadas “botas beatles com tacão grosso” (Brochado, 2018c); e na alteração do calçado trazido pelos clientes, fazendo assim novas propostas.



Fig. 510-513 Programas de calçado da Gomes e Leite produzidos na atualidade da investigação. Fonte: Gomes e Leite.

Joaquim Moreira interveio nos programas no imediato à fundação da sua empresa, essencialmente, no quadro das alterações a calçado existente. As feiras e as revistas foram igualmente o ponto de partida. A empresa *Felmini* surgiu com vista ao desenvolvimento de calçado de criança, destinado ao mercado nacional e aproximadamente um ano depois deu início à especialização em calçado para o género feminino, tornando-se pioneira num concelho que sempre se centrou na produção de calçado para o género masculino ou de criança. Na atualidade da investigação, a empresa mantém ainda essa característica de apenas produzir programas para o género feminino, destacando-se assim no setor onde se enquadra geograficamente. A mudança nos programas deveu-se sobretudo à vontade de se diferenciar e destacar com produtos distintos: “produzir calçado para senhora era uma novidade, não havia quem fizesse e por isso não estava ainda explorado. Esse aspeto despertou-me e fui assim o primeiro fabricante de botas de senhora em Felgueiras. Atualmente faço tudo o que há para fazer de calçado de senhora” (Brochado, 2018d). Se a empresa num primeiro momento trabalhava para o mercado nacional, a realização de novos programas abriu portas às exportações, sendo para França que escoou primeiramente os seus produtos. O especialista deu nota do procedimento ocorrido na sua empresa, mas comum às outras unidades industriais, no qual se pode perceber o início da atividade dos agentes de calçado e, conseqüentemente, de uma nova intervenção que emergiu nos programas: o fabrico do calçado em França era elevado, sendo que Portugal e Espanha eram uma boa alternativa, pois os preços eram menores. Felgueiras terá passado a ser visita por fabricantes franceses que cedo abandonariam as suas empresas para se tornarem agentes. Representando assim várias marcas de calçado deixavam as encomendas em unidades industriais do concelho que seguiam depois para França. Nesse quadro, a empresa de Joaquim Moreira deu início a dois modos de operar: a) a proposta de programas com base na inspiração e recolha de informações em fotografias recolhidas nas viagens pela Europa às principais sapatarias, sobretudo em Itália, pois “tudo o que era italiano vendia, ou seja, interessava-nos procurar aquilo que não tínhamos e, Itália tinha coisas diferentes”, a partir das quais o especialista selecionava o que interessava à produção, os modeladores da empresa desenhavam adaptando materiais, cores ‘fôrmas’, solas, montagens, linhas e de seguida procediam à modelação para realizarem os protótipos (Brochado, 2018d). Apesar de reconhecer que o fator moda foi sempre uma preocupação, igualmente mencionou que houve a necessidade de adaptação às suas ‘fôrmas’, mas também à compra de programas italianos para tentar compreender e interpretar as ‘fôrmas’ dos mesmos, aspeto esse considera ser ainda prática de certas empresas na atualidade; b) ou a elaboração do programa trazido pelo cliente, geralmente a partir de um modelo físico já existente que a empresa replicava.



Fig. 514-516 Detalhes das taloeiras.
Fonte: CDAB.



Fig. 519 Detalhe do interior. Fonte: CDAB.



Fig. 520-521 Vista das solas. Fonte: CDAB.



Fig. 522 Máquina de repuxar e rebater para aperfeiçoar as laterais. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada entre as décadas de 60 e 70. Fonte: CDAB.



Fig. 524-525 Máquina de pregar saltos, detalhe. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada entre as décadas de 60 e 70. Fonte: CDAB.



Fig. 523 Máquina de frezar. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada entre as décadas de 60 e 70. Fonte: CDAB.



Fig. 526 Camborea para montar as laterais do calçado. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 70. Fonte: CDAB.



Fig. 527 Máquina de vazar. Adquirida por Alberto da Cunha, entre as décadas de 60 e 70, atualmente usada na empresa Tulipa Negra. Fonte: CDAB.



Fig. 528 Máquina de aplicar ilhós. Adquirida por António da Cunha para a empresa Macaliba, atual Cualvo, entre as décadas de 60 e 70. Fonte: CDAB.



Fig. 529 Máquina de timbrar a quente. Adquirida por Alberto da Cunha atualmente usada na empresa Tulipa Negra, década de 70. Fonte: CDAB.



Fig. 530 Máquina de colar. Adquirida por António da Cunha para a empresa Macaliba, atual Cualvo, em uso, década de 70. Fonte: CDAB.



Fig. 531 Máquina de colar testeiras, uma a uma. Adquirida por António da Cunha para a empresa Macaliba, atual Cualvo, década de 70. Fonte: CDAB.



Fig. 532 Máquina de injetar que permitia fazer apenas um par de cada vez. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 70. Fonte: CDAB.



Fig. 533 Máquina de brunir. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 70. Fonte: CDAB.



Fig. 534 Máquina de aplicar viras. Adquirida em leilão e doada por Alberto da Cunha à Escola Secundária de Felgueiras, enquadrada na década de 70. Fonte: CDAB.



Fig. 535 Máquina de vazar, sendo que permite fazer cinco furos de cada vez. Adquirida por Alberto da Cunha, atualmente usada na empresa Tulipa Negra, década de 70. Trata-se de uma máquina portuguesa, da marca Lirel. Fonte: CDAB.



Fig. 536-537 Máquina de coser 'Pratik'; demonstração da costura do corte à sola. Adquirida por António da Cunha para a empresa Macaliba, atual Cualvo, em uso, década de 70, adaptada posteriormente. Fonte: CDAB.



1.1.1 DÉCADA DE 80: REPRESENTATIVIDADE DA INDÚSTRIA DO CALÇADO — O ESTILISTA

Dados de 1988 refletem as primeiras abordagens publicadas específicas sobre empresas do setor no concelho. Percebeu-se um enquadramento de convivência entre pequenas e médias empresas de produção ainda semi-mecânica, mas também empresas tecnologicamente dotadas e com uma grande quantidade de recursos humanos, por forma a produzir uma média de mil e quinhentos pares de calçado por dia⁸⁹⁷.

De acordo com Fernandes (1989), no princípio da década de foram “mais de 150 pequenas e médias empresas” nas quais trabalhavam “40% da população”, na produção de “cerca de 200 000 pares de sapatos por dia, colocando Felgueiras no topo desta indústria no País” (Fernandes, 1989, p. 20-21). Otilia Lage (1996) com base nos dados do *Boletins de Contribuição Industrial*, apurou que em 1989 foram “321 unidades industriais de calçado e curtumes” (Lage, 1996, p. 25). Paralelamente, os dados de outros discursos institucionais referiram a existência de “acima do meio milhar de fábricas de calçado (...) que exportou cerca de 40 milhões de contos no ano transacto” (Felmotra, 1989, p. 3), ocupando 250 000 m² de área industrial licenciada. No final da década parece ter estado configurado um tecido industrial onde predominaram pequenas indústrias de tipo familiar, firmando-se desde logo como “um dos concelhos mais ricos do Norte do país” (Felmotra, 1989, p. 3).

Arnaldo Gomes referiu que terá sido na década de 80 que a sua empresa se expandiu no quadro das exportações a produzir calçado unissexo em montagem Pratik, fruto das encomendas que recebia de unidades industriais de maiores dimensões sediadas no concelho (Brochado, 2018c). Nessa década já era comum as unidades industriais de menores dimensões efetuarem encomendas para as empresas maiores quando essas não conseguiam dar resposta a volumes maiores de produção.

Também Jorge Fernandes mencionou que após um ano de a sua empresa ter aberto portas, deu início às exportações dos seus produtos. De acordo com o especialista, o mercado das exportações já estava instalado nas grandes empresas do concelho, como os casos da *Continental*, *Jóia* ou *Marina*. No entanto, o mesmo não ocorria com as empresas de menor dimensão. Essas unidades industriais ou trabalhavam para o mercado interno, ou seja, para lojas, com todas as dificuldades que isso já acarretava, como o caso dos atrasos de pagamentos, ou então trabalhavam para as unidades de maiores dimensões, que por sua vez iriam exportar esses produtos (Brochado, 2018g).

⁸⁹⁷ Encontraram-se três artigos que apresentam a história e caracterizam empresas de produção de calçado de grandes dimensões e tecnologicamente avançadas: a Nobel, a Cilita e a Killas. Traduzem o seu percurso evolutivo, sendo que a Nobel, fundada em 1986 foi destacada pela tecnologia utilizada e pela qualidade e acabamento dos artefactos; e a Cilita, fundada em 1987, foi também apresentada pelos programas que produziu: calçado de couro para ambos os géneros e também para criança, destinados ao público alemão, francês, inglês e sueco. Ver *Atualidades Regionais*, 1988, nº 88, ano III, nº88, p. 11-40.

Carlos Castro referiu que Felgueiras já começava a dar resposta ao nível dos componentes e das peles “por arrastamento do desenvolvimento do setor da produção”, apesar de ser comum procurar também esse fornecimento fora do concelho (Brochado, 2018a). No caso das ‘fôrmas’ a resposta ocorreu mais cedo que os restantes componentes: Mário Pinto mencionou que a empresa *Formas Carvalhinhos* foi um dos casos que acompanhou a emergência e o desenvolvimento da indústria do calçado em Felgueiras, manifestando-se como a segunda empresa mais antiga ao nível da produção de ‘fôrmas’ no concelho, fornecendo assim uma resposta no mesmo quadro geográfico das necessidades dos produtores de calçado⁸⁹⁸ (Brochado, 2018e).

Igualmente já estavam instalados os “comissionistas que mediante comissão levavam os modelos para vender” facilitando assim o contacto com os clientes, não obstante os empresários procederem eles próprios a esse contacto ou os clientes contactarem diretamente as unidades industriais (Brochado, 2018a).



Fig. 538-539 Programas de calçado para o género masculino da Eject Shoes, apresentados na atualidade da investigação como *bestsellers* da marca. Fonte: Eject.

No quadro das encomendas, o mais comum continuava a ser o trabalho direto para os clientes, sendo que os produtos exportados eram da marca do cliente e para o mercado interno era a marca da empresa. Na sua generalidade, os clientes ordenavam o que queriam e o modelador executava segundo as diretrizes por eles fornecidas. O especialista referiu que teve sempre ao seu serviço “modeladores muito habilitados que davam as respostas necessárias” não carecendo por isso de um estilista, juntando o facto de que quem o procurava já tinha marca lançada e nesse sentido já trazia quase tudo definido (Brochado, 2018a).

Por seu turno, Joaquim Carvalho apesar de trabalhar em regime de subcontratação fazia também propostas de novos programas, exercendo um papel preponderante nas coleções que apresentou. O processo de desenvolvimento dos programas se centrou por um lado na sua experiência como modelador, procurando assim inspirar-se em alguma temática com vista a desenvolver programas originais e, por outro, no recurso à compra de coleções comerciais a modeladores italianos. O especialista mencionou que exerceu sempre uma forte influência e intervenção nos programas que a sua empresa produziu. A sua experiência como modelador articulava-se em pleno com os modeladores italianos, sendo a comunicação facilitada, dado o facto de ambos compreenderem a mesma linguagem. Nesse sentido, as propostas eram suas e, os modeladores colocavam as suas ideias em prática. Na década de 80 tinha ao seu serviço um estilista italiano, que na verdade “era um modelador”⁸⁹⁹ (Brochado,

⁸⁹⁸ Apesar da empresa assumir a data de 1974 como ano de fundação, de acordo com o que se conseguiu apurar, em 1974 a empresa *Formas Carvalhinhos* teria já cerca de quarenta anos; sendo que a empresa com mais antiguidade fora a *Raposeira*, sediada em Vila Fria, que já não se encontra a laborar na atualidade (Brochado, 2018f). Ao momento da investigação, além dos *Carvalhinhos*, verificou-se a existência de mais três empresas do mesmo ramo de atividade: a *Cifac*, *Forisa* e *Farias*.

⁸⁹⁹ Mostra-se relevante mencionar que o especialista o considerava um estilista, sendo inclusivamente esse profissional que contribuiu para o desenvolvimento da marca que mais tarde Joaquim Carvalho lançou – a *Eject*; no entanto, “esse estilista não gostava de ser tratado como tal (...) pois se agora quase não existem [os estilistas] então naquela altura muito menos e, por isso, queria ser tratado por modelador” (Brochado, 2018e).



Fig. 540-541 Programas de calçado para o género feminino da Eject Shoes, apresentados na atualidade da investigação como *bestsellers* da marca. Fonte: Eject.

2018e). Recorreu a esse profissional para o desenvolvimento de coleções comerciais, onde ainda assim definia solas e acessórios que vinham de Itália. Contudo, o papel principal foi exercido pelo especialista. Em 2001 recorreu a esse modelador com vista a desenvolver a própria marca, sendo que as diretrizes foram igualmente fornecidas pelo próprio.



Fig. 542-543 Programas de calçado da Eject Shoes para o género feminino da coleção Primavera-Verão 2018. Fonte: Eject.



Fig. 544-545 Programas de calçado da Eject Shoes para o género masculino da coleção Primavera-Verão 2018. Fonte: Eject.



Fig. 546 Programas de calçado da Prophecy Shoes para o género feminino da coleção Outono-Inverno 2018/2019. Fonte: Eject.

Fig. 547 Programas de calçado da Prophecy Shoes para o género masculino da coleção Outono-Inverno 2018/2019. Fonte: Eject.

De acordo com o Arnaldo Gomes, foi nos anos 80 quando se começou a ouvir falar do estilista. Esse, apenas vendia alguns desenhos, sendo o empresário junto do modelador, ou ainda em acordo com os clientes que procediam ao desenvolvimento e escolha. Mas ainda assim, era sobretudo

“o patrão e o modelador que definiam tudo e quando o cliente pedia soluções, regra geral, eram esses que davam as ideias que sugeriam tudo” (Brochado, 2018c).

Manifesta-se relevante abordar a temática do estilista relativamente ao desenvolvimento das ‘fôrmas’ no contexto em análise. Valerá primeiramente referir que foi na década de 80, designadamente em 1988, quando a produção das mesmas sofreu uma alteração fundamental: da construção em madeira⁹⁰⁰ deu-se a passagem para o plástico e, com ela, a mudança do artesanal para o mecânico e, conseqüentemente, todas as mudanças ao nível tecnológico e de programas que esse aspeto trouxe. Acresce também as intervenções de outros profissionais, bem como o desenvolvimento da modelação em si enquanto área, que por sua vez exerceu uma forte influência no desenvolvimento formal desse artefacto.

Paralelamente, foi nessa década quando o papel de Paul Dohmen⁹⁰¹ se terá sentido de modo mais vincado no quadro da modelação, do seu desenvolvimento e implementação na indústria do calçado portuguesa, tendo acrescentado novas perspetivas na compreensão da ‘fôrma’ e, por conseguinte, no seu desenvolvimento e evolução. Foi também um contributo na formação de profissionais ao serviço quer da modelação, com vista ao desenvolvimento de calçado, mas também com vista a que esses conhecimentos fossem aplicados nos processos de desenvolvimento das ‘fôrmas’. Nesse sentido, o papel do modelador tal como era compreendido àquele momento terá sofrido alterações. De acordo com Mário Pinto, muito se deveu a Paul Dohmen.

Se num primeiro momento eram os empresários que visitavam a empresa que produzia as ‘fôrmas’ para encomendar as mesmas, ao mesmo tempo que escolhiam e acertavam os programas de calçado, já que “os modeladores praticamente não existiam”, entre as décadas de 70 e 80 a figura desse profissional começou a fazer-se sentir para as encomendas das ‘fôrmas’, “havendo já modeladores muito bons” (Brochado, 2018f). O processo de trabalho inaugurado nesse momento viria a dar origem aos processos e métodos atuais: traziam calçado consigo de modo a que se extraísse a ‘fôrma’; ou a sola; ou então a ideia de um programa; a partir dos quais a empresa desenvolvia a ‘fôrma’ correspondente.

⁹⁰⁰ De acordo com Mário Pinto primeiramente utilizou-se a madeira de freixo, seca em estufa durante vários dias, para fazer as ‘fôrmas’ e trabalhava-se com uma enxó, sendo a sua construção marcadamente artesanal, apesar da existência de algumas máquinas (Brochado, 2018f). Apesar da empresa utilizar essa madeira em particular, o especialista referiu a possibilidade do uso do eucalipto, ainda que não manifestasse tanta qualidade como o freixo. Tendo em conta a matéria prima utilizada, a empresa realizava também programas de calçado que utilizavam esse material, como o caso das socas. Nesses casos, usavam madeira de choupo, amieiro e limoeiro. A produção desse programa foi abandonada com a introdução do plástico na produção das ‘fôrmas’.

⁹⁰¹ Ver segundo momento do presente capítulo.

Quanto a estilistas, o especialista recorda o primeiro a visitar a empresa: “Franco Sarto, um italiano que apareceu por cá ainda na década de 80” (Brochado, 2018f). A empresa tem vindo a ser marcada pela visita de estilistas ingleses e italianos, sendo que portugueses só a partir do século XXI é que se começaram a fazer sentir (Brochado, 2018f). Mário Pinto referiu que na atualidade a empresa é frequentada diariamente na sua generalidade por modeladores, sendo os estilistas em número muito reduzido.



Fig. 548 Máquina de colar testeiras, contrafortes ou panos. Terá sido a primeira máquina giratória que surgiu. Adquirida por António da Cunha para a empresa Macaliba, atual Cualvo, década de 80. Fonte: CDAB.



Fig. 549 Máquina de cardar laterais. Adquirida por Alberto da Cunha, na década de 80, para a empresa Tulipa Negra. Fonte: CDAB.



Fig. 550-551 Máquina de frezar. Demonstração em montagem 'Pratik'. Adquirida por António da Cunha para a empresa Macaliba, atual Cualvo, década de 80. Fonte: CDAB.

1.1.1 DÉCADA DE 90: DISSEMINAÇÃO CULTURAL SOBRE A INDÚSTRIA DO CALÇADO

Das décadas já analisadas, foi a década de 90 que refletiu as primeiras publicações editadas pela autarquia, sobre a temática do calçado fornecendo informações mais específicas relativamente às empresas, como localizações geográficas, dados sobre o emprego, a aposta na publicidade e, com ela, a divulgação de programas.

Apesar de os dados na sua generalidade refletirem um momento positivo para o setor, também se verificaram informações sobre o princípio e o final da década que permitiram por comparação verificar a permanência de algumas fragilidades: um artigo de 1992, deu conta de uma reflexão que caracterizou o setor com fraquezas face à recessão e à qualidade dos artefactos apenas em algumas empresas⁹⁰²; e três notícias do final da década deram nota da concorrência internacional de mão de obra barata, a crise russa, o trabalho infantil na pequena indústria e indústria familiar e episódios de contrafação⁹⁰³.

Em 1990, a *Felmostra* (1990), uma publicação resultante da mostra anual que o concelho realizou entre 1989 e 1991 para a promoção das suas atividades económicas, deu nota que o setor do calçado correspondeu, àquela data, a 42,7% num universo de duzentas e sessenta e três empresas, com uma absorção de 69,5% trabalhadores em dez mil e vinte e sete trabalhadores⁹⁰⁴, concentrados geograficamente em Lagares, Torrados, Idães, Caramos, Airães, Várzea e Varziela. Essas freguesias manifestaram-se como os principais focos industriais da indústria do calçado no concelho.

A consulta aos censos de 1991 não revelou dados sobre a indústria do calçado, sendo que as informações não particularizaram a atividade profissional, mas antes as categorias profissionais. Poderão estimar-se alguns valores pela premissa do domínio dessa indústria e pela relação entre as atividades profissionais do setor da produção do calçado e a sua correspondência com os “Trabalhadores de produção industrial e artesãos”, “Operadores de instalações industriais e máquinas fixas” e “Trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços”. Nesse sentido, foi possível quantificar 74% dessas categorias perante o total de atividades no concelho.

A indústria do calçado apelidada de ‘centenária’ pela CMF na década de 90 alcançou em 1996, 440 000 m² de área licenciada, maioritariamente dispersa pelo território, mas também com casos de agrupamentos que

⁹⁰² Ver Semanário de Felgueiras (1992/01/24).

⁹⁰³ Ver Jornal O Independente, Suplemento Comercial (14/11/97, p. 10; Repórter do Vale do Sousa (1999/01/22, p. 2); e Jornal Vale do Sousa (1999/05/07, p. 3).

⁹⁰⁴ A caracterização geral das empresas do concelho assentou em unidades industriais onde predominaram menos de cinquenta trabalhadores. No entanto, os dados particularizaram a existência de 20 empresas que possuíram entre 50 e 100 trabalhadores, 17 empresas com 100 a 200 trabalhadores, 10 entre 200 a 500 e 1 empresa com mais de 500. Ver *Felmostra*, 1990.

surgiram de modo espontâneo dado a proximidade física entre empresas (CMF, 1997). A consciência da relevância do setor do calçado como motor socioeconómico do concelho, juntamente com a constatação da geografia de produção caracterizada pela difusão e dispersão, motivou o planeamento do reordenamento territorial e ambicionou melhores práticas de acolhimento industrial. Nesse sentido, foi desenhado pela primeira vez um projeto para a criação de zonas industriais inovadoras, com vista não só a reordenar, mas também a valorizar e consolidar a indústria já implementada no concelho. Foi realizado através de parcerias entre a CMF, o CTCP, o CFPIC, a EPF e a APICCAPS, pretendeu a criação de zonas compostas pela concentração de infraestruturas convencionais em conjunto com serviços de apoio nas áreas ambiental, tecnológica, energética e de formação profissional (24 maio de 1996, O jornal da Lixa, p. 4)⁹⁰⁵.

Fig. 552 Calçado da década de 90, de Alberto da Cunha, pela empresa Dura. Fonte: CDAB



Fig. 553 Calçado da década de 90, de Alberto da Cunha, pela empresa Dura. Fonte: CDAB



Fig. 554 Calçado da década de 90, de Alberto da Cunha, pela empresa Dura. Fonte: CDAB.



⁹⁰⁵ Tratou-se de um projeto co-financiado pela CE através do sub-programa C da PRONORTE. Ver CMF, Dez. 2000.



Fig. 555-570 Levantamento de publicidade de empresas de produção de calçado, componentes e solas de Felgueiras. Fonte: Revista Felmostra, 1990-1991; Revista Orientações, N.º 7; Semanário de Felgueiras, 18 janeiro 1991, 15 junho 1998, 19 junho 1998, 15 janeiro 1999.



Fig. 571-579 Levantamento de publicidade de empresas de produção de calçado, componentes e solas de Felgueiras. Fonte: Revista Felmostra, 1990-1991; Revista Orientações, N.º 7; Semanário de Felgueiras, 18 janeiro 1991, 15 junho 1998, 19 junho 1998, 15 janeiro 1999.

Encontrou-se um conjunto de quinze artigos sobre o projeto mencionado em epígrafe, a partir dos quais se reconstituiu as suas diversas fases: a 30 de janeiro de 1997 a candidatura foi aprovada e iria dar-se seguimento à auscultação dos empresários, agendando-se uma sessão de apresentação do projeto aos mesmos (1997, Notícias de Felgueiras, p. 1). A zona a ser definida foi a parte florestal de S. Jorge de Várzea⁹⁰⁶, considerando-se a sua viabilização nos dez meses seguintes para abranger cerca de mil empresas (Semanário de Felgueiras, 1997, 7 de fevereiro, p. 9).⁹⁰⁷ No ano seguinte foi criada a Associação para o ordenamento territorial de Felgueiras, com os parceiros já mencionados e com a Associação Comercial e Industrial e a Academia Superior Politécnica (Felgueiras: consolidação da vocação industrial. Câmara Municipal de Felgueiras, 1998). O projeto não se materializou.

Paralelamente à constatação da necessidade de reorganização do território industrial, também se incidiu nas questões ambientais. Entre 1997 e 1998, o setor produziu em média cerca de cento e sessenta toneladas de resíduos industriais por semana (CMF, 1997), tendo sido construída uma infraestrutura vocacionada para a recolha dos mesmos (CMF, 2000).

Em 1997 o número de unidades industriais aumentou, sendo que de acordo com dados da Câmara Municipal (1998), no artigo “Felgueiras 20 anos de poder local”, o setor representou 65% das empresas de Felgueiras, as quais num contexto de quatrocentas e quarenta e oito empresas da indústria transformadora, duzentas e noventa e dois corresponderam à fabricação de calçado, absorvendo um total de 75% de trabalhadores do concelho e correspondendo a um volume de negócios anual que se traduziu em cento e dezasseis milhões de contos. Margaride e Lagares destacaram-se nesse momento como as freguesias com mais empresas do setor do calçado, a média de cinquenta empresas em casa freguesia, seguindo-se Torrados e Idães (1998, p. 105). No seu conjunto, segundo um outro artigo “Felgueiras: consolidação da vocação industrial”, o concelho foi responsável pela produção de duzentos e cinquenta mil pares diários, dos quais 85% se destinaram a exportações (1998).

De acordo com Carlos Castro, Alberto da Cunha, Arnaldo Gomes e Joaquim Moreira terá sido a partir dos anos 90 que Felgueiras começou a trabalhar em pleno, no sentido de ter à sua disposição todos os recursos necessários. Mas essa década ficou marcada sobretudo pelo crescimento das empresas, fruto da repetição dos programas que produziam, na sua generalidade, para os países nórdicos, onde procediam a pequenas alterações, como materiais ou costuras, mantendo assim ‘fôrmas’ e cortantes⁹⁰⁸ (Brochado,

⁹⁰⁶ Na publicação “Felgueiras: consolidação da vocação industrial do concelho” (1998) deu-se nota da definição de outras zonas de concentração industrial, a saber, Pinhal Basto, Cabeça de Porca e Barrosas. Felgueiras: consolidação da vocação industrial. Câmara Municipal de Felgueiras, 1998. No Boletim Municipal sobre o ordenamento industrial verificou-se dois espaços apenas: zona de acolhimento industrial do Alto das Barrancas em Revinhade e, a zona de acolhimento empresarial e de serviços de Várzea (Ordenamento industrial: perspetivas estratégicas, dezembro, 2000).

⁹⁰⁷ O último artigo em periódicos encontrado sobre esta matéria datou de 14 de fevereiro de 1997 (O jornal da Lixa, p. 5).

⁹⁰⁸ Carlos Castro exemplificou que entre as décadas de 80 e 90 chegou a vender quarenta mil pares de um mesmo programa,

2018a,b). Nesse momento eram as marcas que procuravam as empresas do concelho para produzir as encomendas “tornando tudo mais fácil, comprando o suficiente para não haver dores de cabeça” (Brochado, 2018a). No entanto, foi também o momento de repensar modelos de negócio. De acordo com Jorge Fernandes, se no início da sua atividade, na década de 80, importava “vender preço e ter um bom agente a acompanhar a empresa”, pois só assim terá sido possível crescer, na década seguinte terá deixado de fazer sentido depender “80 ou 90%” de um agente ou cliente (Brochado, 2018g). O risco era cada vez maior, pois se esse cliente falhasse, as empresas iriam certamente falhar. Esse modo de encarar o sistema de trabalho levou à procura de novos clientes e, com eles, de crescimento, sendo que de acordo com o especialista, mostra-se relevante para as empresas a presença de clientes de peso elevado no que respeita aos volumes de produção, mas também de peso residual de modo a não existirem falhas no quadro da produção.

Esse modelo de trabalho, a subcontratação, justificou-se e justifica-se na atualidade da investigação, pela dificuldade que se reconhece a uma “fábrica nacional” impor a sua marca ao nível internacional e nacional. Carlos Castro, Alberto da Cunha, Arnaldo Gomes e Jorge Fernandes referem duas principais desvantagens: a necessidade de apostar em sapatarias no exterior, como ocorre com grandes marcas internacionais para a afirmação das suas marcas e, conseqüentemente, um investimento elevado; e a dificuldade de não conseguir vender no mercado interno pela complexidade existente em mentalizar os clientes que o fator da qualidade de manufatura é uma mais valia, assim como dos materiais utilizados nos programas⁹⁰⁹ (Brochado, 2018a,b,c,g). Foi unânime a consternação de todos os especialistas entrevistados perante a complicação em mostrar e escoar em Portugal as suas marcas. Jorge Fernandes especificou com base na sua experiência a dificuldade de trabalhar para Portugal: não sente respeito enquanto vendedor relativamente aos preços dos produtos; apesar da subida na cadeira de valor o produto português é caro para o poder de compra existente; o público português corresponde a um mercado pequeno e prefere marcas internacionais, as quais por sua vez conseguem ser mais competitivas, além das estratégias que aplicam para produtos em fim de vida, complicando assim a introdução de produtos de outras marcas; os pagamentos ocorrem em média a cento e noventa dias, ou seja, quando se entregam as coleções de verão, habitualmente procede-se aos pagamentos da coleção anterior de inverno; sendo que a esses aspetos ainda se acrescenta a recessão e crise financeira a partir de 2008, perante as quais as lojas perderam negócio, começando assim a vender menos e a ter menos rentabilidade com os saldos a decorrer quase todo

sendo que atualmente, se obtiver uma encomenda de quatro mil, já se considera muito (Brochado, 2018a). Joaquim Moreira mencionou que quando apresentava as suas coleções na Mocap trazia consigo encomendas que o ocupavam durante sete meses (Brochado, 2018d).

⁹⁰⁹ Carlos Castro especificou: “a minha marca quase mal existe, porque o mercado interno está parado; e exportar com marca própria é muito difícil, porque nas exportações exige-se marcas reconhecidas para se ter sucesso. Quem tentou, faliu” (Brochado, 2018a).

o ano (Brochado, 2018g). Nesse quadro, o caminho possível tem sido manter o sistema de subcontratação e, só quando possível, a exportação da marca própria.



Fig. 580 Conjunto de programas definidos pela Savana. Fonte: Savana.

Com essa evolução dos modos de operar da indústria do calçado emergiu a figura do vendedor. Arnaldo Gomes referiu que o seu primeiro vendedor da sua empresa foi contratado nos anos 90. Nesse caso em particular, o vendedor foi considerado uma “peça-chave”: contactava diretamente com as sapatarias, mostrando na maioria das vezes as duas coleções anuais em hotéis, aos quais acorriam os proprietários das lojas e procediam às encomendas (Brochado, 2018c). O sistema parece revelar alguma semelhança com o que marcava as feiras de calçado. O vendedor

“(...) cobrava setenta contos por dia para ir a Lisboa e a Coimbra mostrar os modelos. Era prática comum levar o famoso pão de ló e as cavacas de Margaride, assim como o vinho do Porto para bem receber os clientes. Trazia consigo muitas encomendas e recebia por elas uma comissão. Num espaço de quinze dias garantia oito ou nove mil pares, sendo que eu produzia duzentos e cinquenta por dia. Quando o artigo esgotava, aí já eram os clientes que procediam diretamente à encomenda na empresa”.

(BROCHADO, 2018C)

De acordo com o especialista, existiram “alguns vendedores em Felgueiras”, mas o encerramento de muitas sapatarias levaria a que esses se voltassem para outras direções, sendo que mencionou casos de vendedores que se tornaram fabricantes (Brochado, 2018c).

Joaquim Moreira tem ao seu serviço “há muitos anos” um conjunto de vendedores/diretores comerciais que atuam ao nível internacional (Brochado, 2018d). O modelo de negócio pelo qual enveredou, a venda do

seu produto em sapatarias, trouxe a necessidade de contactar com esses profissionais que estabelecem os contactos entre a empresa e os clientes. De acordo com o especialista, essa necessidade foi sentida a partir do momento em que ao participar nas feiras percebeu que precisaria de ter consigo parceiros para darem continuidade ao momento subsequente à participação nesses certames.

Sobre essa temática, Jorge Fernandes encara o vendedor/agente⁹¹⁰ como um profissional que se posiciona entre a empresa e o cliente, onde a mais valia se encontra no domínio da língua. De acordo com o especialista, a indústria terá crescido sustentada na premissa do agente que tem uma comissão elevada e negocia diretamente com os clientes, podendo assim implicar os preços. Nesse sentido, a atividade desse profissional poderá ser considerada um problema, já que não contribui para que a indústria seja rentável. Numa fase mais recente tem-se assistido a métodos de trabalho desses profissionais menos favoráveis para as empresas que produzem o calçado, sendo possível que o agente usufrua de comissões também nos componentes⁹¹¹, levando as empresas a enveredar por outro tipo de estratégias para não depender em larga escala desses profissionais. Essa linha de pensamento instigou a que o especialista optasse por contratar colaboradores para os seus quadros com domínio das línguas: “há vinte e nove anos que temos na empresa uma pessoa que fala inglês e há vinte um, uma pessoa que fala francês. Foi e é um investimento que tem resultados nas relações que são necessárias estabelecer” (Brochado, 2018g), o que se traduz de uma não dependência generalizada desses profissionais. Jorge Fernandes considera que se trata apenas de um problema cultural e de formação: “arrisco dizer que a maioria dos empresários não fala inglês (a segunda geração já começa a suprimir essa lacuna) e encontrou sempre no agente uma grande ajuda” para ultrapassar a barreira da língua (Brochado, 2018g).

⁹¹⁰ Os vendedores são considerados pelos especialistas entrevistados como sendo os profissionais que operam com sapatarias ou armazéns; os agentes como aqueles que trabalham com as marcas (Brochado, 2018a,b,c,d,e,g).

⁹¹¹ Alberto da Cunha e Mário Pinto também mencionaram que o agente tem-se tornado um comissionista em solas, nos materiais e por fim na empresa que produz os programas, o que contribui para a baixa rentabilidade da indústria, além de inflacionar os preços (Brochado, 2018b,f). A esses fatores acresce que o panorama é muitas vezes marcado pela procura de amostras por parte nos agentes em determinada empresa, sendo que a produção irá posteriormente ocorrer noutra empresa. O especialista Joaquim Moreira atribuiu esse panorama menos consciencioso para as tradings, empresas que se dedicam a estabelecer igualmente a relação entre cliente e empresa (Brochado, 2018d).



Fig. 581-587 Conjunto de cartazes promocionais de participação em feiras de calçado, nas quais a Savana esteve presente. Fonte: Savana.

A indústria do calçado na década de 90 passou a constituir um ex-libris do concelho onde se denotou a tentativa da sua valorização no próprio contexto. Esse momento ficou marcado não só pelo crescimento do setor em si, mas também pela emergência de marcas próprias nas quais o design de calçado assumiu um papel fundamental, como foi o caso da Swear. Ainda que a expressão não tenha sido divulgada na sua generalidade e que o papel do designer de calçado tenha sido essencialmente procurado no modelador português ou no estilista estrangeiro no quadro das restantes marcas, foi relativamente a essa marca que se encontraram os primeiros artigos sobre uma marca de calçado de Felgueiras, onde o design foi abordado como parte integrante da mesma. O crescimento do setor ao nível financeiro e de estruturas, a aposta na tecnologia e nos materiais e uma nova visão que emergia para a indústria terá permitido essa veiculação.



Fig. 588 José Neves, Swear. Fonte: Ideias & negócios, nº 18, dezembro 1999, p. 14.

A Swear surgiu em 1994 e foi direcionada num primeiro momento para o mercado internacional, com uma equipa de designers de calçado internacionais ao seu serviço (fig. 588). Numa fase inicial as coleções foram destinadas para o público masculino e no verão de 2000 incluíram o público feminino, correspondendo a um direcionamento também para o mercado nacional. A marca foi responsável pelo calçado utilizado no filme “Star Wars – The Phantom Menace” e de celebridades como as “Spice Girls”, os “REM”, “Radiohead” ou “Marilyn Manson” (Ideias e Negócios, dezembro 1999. Nº 18. Lisboa, p. 13-16). Estava representada em vinte países e terá sido a única a ter alcançado um reconhecimento internacional de relevo. Afirmou-se pelo conceito irreverente e estilo próprio destinado a um público que pretendesse “coleções para o século XXI”, apresentadas nas “melhores revistas internacionais de moda” (Semanário de Felgueiras, José Neves entrevista, 6 de junho de 1997, p. 8). Os programas possuíam elementos particulares que traduziram a sua identidade: sapatilhas com palas de grandes dimensões, “solas altas, linhas gordas, cores vivas e formas inesperadas” (Ideias e Negócios, 1999, p. 13-14). Estratégica e pontualmente, a marca produziu apenas dois mil pares de um determinado programa com a etiqueta “Swear tribe” que permitiu ao utilizador comunicar com os restantes 1999 utilizadores do mesmo programa. Na atualidade da investigação a marca opera essencialmente com calçado customizado pelo consumidor.

Acerca dos processos criativos no desenvolvimento de programas esclarecidos para a década de 90, o especialista Jorge Fernandes teceu algumas considerações, uma vez que esse momento marcou uma viragem na sua empresa. Contudo, apesar de ter mencionado que nesse contexto seguia os procedimentos similares aos mencionados no quadro de estudos da década de 70, reiterou que, na verdade, esses continuam a permanecer como os modos de operar na atualidade da investigação. O especialista deu início ao desenvolvimento dos programas de calçado para a sua empresa a partir da recolha de informação em lojas que visitou em viagens pela Europa, sendo as feiras de calçado ou de componentes um dos elementos fundamentais para a inspiração. No entanto, se primeiramente a sua intervenção nos programas foi mais vincada, no contexto em análise sentiu que a atividade propriamente dita da materialização das coleções teria que ser entregue aos seus colaboradores. Essa motivação foi justificada pelo facto de o preço ser um dos aspetos que colocava em primeira instância e se ter consciencializado que esse elemento se manifestava como um constrangimento e limitação, apesar da noção que em certos casos optava por elementos que não valorizam os artefactos e, por sua vez, inflacionavam os preços. Nesse sentido, o receio de apresentar produtos básicos incitou para que delegasse a função do desenvolvimento dos programas nos comerciais da empresa, os quais por sua vez passavam diretamente a informação para os modeladores. Foi duas décadas depois, em 2014, quando contratou um designer de calçado a tempo inteiro.

De acordo com o que se conseguiu apurar, numa outra dimensão de análise ao panorama dos anos 90, a preocupação dos empresários terá recaído sempre em ter bons modeladores ao serviço das empresas, bons materiais,

tecnologia recente e bons operários, sendo que “a técnica foi sempre mais importante que o sapato ser bonito ou feio e os modeladores foram dando resposta às necessidades e aos modos de ver” (Brochado, 2018a).



Fig. 589 Programas de calçado produzidos pela empresa Regilde. Fonte: Revista Orientações, 1992, N.º 2, p. 121.



Fig. 590-591 Programas de calçado produzidos pela empresa Kilas. Fonte: Revista Orientações, 1994, N.º 4, p. 12-13.



Fig. 592 Programas de calçado produzidos pela empresa Jefar's. Fonte: Revista Orientações, 1994, N.º 4, p. 16.



Fig. 593-594 Programas de calçado produzidos pela empresa Marina. Fonte: Revista Orientações, 1995, N.º 5, p. 12-13.



Fig. 595-596 Programas de calçado produzidos pela empresa Pelcorte. Fonte: Revista Orientações, 1995, N.º 5, p. 26-27.



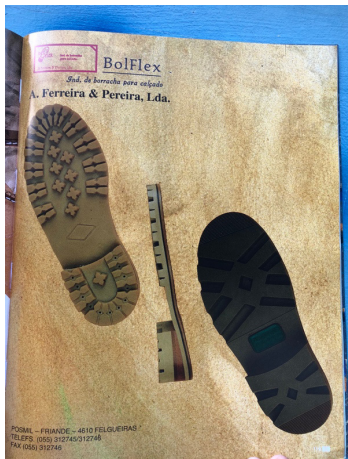


Fig. 597 Programas de solas produzidos pela empresa Bolflex. Fonte: Revista Orientações, 1995, N.º 5, p. 119.



Fig. 598 Programas de calçado produzidos pela empresa Exporfel. Fonte: Revista Orientações, 1996, N.º 6, p. 120.



Fig. 599 Programas de calçado produzidos pela empresa Lirifel. Fonte: Revista Orientações, 1996, N.º 6, p. 125.



Fig. 600 Programas de calçado produzidos pela empresa Felfia. Fonte: Revista Orientações, 1996, N.º 6, p. 126.



Fig. 601 Programas de calçado produzidos pela empresa Pinfel. Fonte: Revista Orientações, 1996, N.º 6, p. 127.



Fig. 602 Programas de calçado produzidos pela empresa Shoes Gomes. Fonte: Revista Orientações, 1997, N.º 7, p. 128.



Fig. 603 Programas de calçado produzidos pela empresa Calçado Morris. Fonte: Revista Orientações, 1997, N.º 7, p. 130.



Fig. 604 Programas de calçado produzidos pela empresa Pinto, Fonseca e C.ª Lda. Fonte: Revista Orientações, 1997, N.º 7, p. 135.

1.1.1 SÉCULO XXI

O princípio do século XXI refletiu a profusão de discursos institucionais locais sob a forma de estudos sociais realizados ao concelho, onde o setor do calçado se voltou a evidenciar. Salientaram-se três monografias abrangentes aos anos de 2003, 2004 e 2007, a partir das quais e juntamente com dos dados do INE foi possível traçar uma caracterização sob os aspetos sociais e profissionais do concelho, uma vez que cruzaram essas variáveis e destacando as principais necessidades àquele momento. No quadro da presente investigação, o estudo realizado em 2007, intitulado “Felgueiras: que futuro? Estudo prospectivo da economia municipal no contexto do emprego e da formação”, manifestou-se não só como o mais recente, mas também como o mais abrangente sobre o concelho, relevando a economia municipal, o emprego e a formação da população

e fornecendo informações de cariz distinto que podem permitir justificar algumas das dificuldades existentes no setor do calçado. Paralelamente, tornou possível uma explicação para a dificuldade da integração do designer nas empresas. Procurou-se seguir o alinhamento cronológico e o contexto a que se reportaram. Contribuiu para a construção de uma caracterização a esse nível com considerações sobre o design de calçado, refletindo-se numa necessidade do setor.

A análise do período de 2003 a 2007 ao panorama social do concelho permitiu constatar um tecido social com problemas de integração social, escolar, profissional e familiar. Verificou-se que a caracterização dos níveis de habilitações académica no concelho foi baixa, sendo que 8,5% da população com mais de dez anos não tinha qualquer nível de instrução, acentuando-se essa situação no género feminino (2004, p. 12-29). Dados de 2011 revelaram que essa taxa desceu, mas marcada ainda por 5,1%, assim como mais de 50% da população não tinha completado qualquer nível de escolaridade ou possuía apenas o 1º ciclo do ensino básico (1ª Revisão da Carta Educativa do Município de Felgueiras, 2016, p. 41-85). Consequentemente, os níveis de qualificação refletiram o panorama de baixos salários (2007, p. 48) e reiterou-se a especialização industrial intensa de mão-de-obra pouco qualificada⁹¹², dando origem a uma taxa de atividade alta e desemprego baixo, onde a tradição de uma atividade ligada ao género masculino predominou⁹¹³.

A prevalência do trabalho em domicílio tem sido marcada pelo género feminino, designadamente, de costura manual de calçado, justificado como uma mais valia ao rendimento familiar (Programa Rede Social, 2004, p. 12-29). Essa situação foi reiterada pelos especialistas entrevistados na atualidade da investigação, ao que acresce a menção à vantagem a esse tipo de recursos por parte das empresas, uma vez que não se manifesta rentável a contratação de profissionais para essas tarefas devido ao volume de trabalho ou até mesmo às condições de espaço físico necessárias.

Comparada com as taxas de desemprego da região e ao nível nacional, o concelho tem garantido uma situação de quase pleno emprego (2007, p. 49-50). Os anos subsequentes corresponderam a um sentido de continuidade, tendo-se verificado nos dados de 2009, 2014 e 2017 que Felgueiras continuou a contribuir para mais de um terço da mão-de-obra da produção de calçado português – 37% e, quase 30% no setor dos componentes (Monografias estatísticas, 2009, p. 47; 2014, p. 67; 2017,

⁹¹² No que respeita à qualificação dos profissionais ao serviço no concelho encontraram-se dados relativos ao ano 2000, onde se constatou que predominou uma baixa qualificação: 50% da população a trabalhar nas empresas tinha o 1º ciclo do ensino básico, 6% o ensino secundário e 1% o ensino superior. De facto, o abandono escolar, a elevada taxa de retenção escolar, assim como o número reduzido de alunos a frequentar o ensino profissional direcionado para o setor do calçado refletiram efetivamente fragilidades custosas que o concelho possuiu. Ver Estudo prospetivo (2007, p. 45-54). Note-se que em 2003 surgiu o alerta através dos dados da situação e caracterização do emprego sobre debilidade ao nível da formação tecnológica e profissional do setor do calçado no concelho, sendo encarado com preocupação em 2007. Ver Felgueiras: tradição com futuro (1998) e Estudo prospetivo (2007).

⁹¹³ Em 2017 ocorreu um “acordo histórico” na indústria do calçado, onde pela primeira vez se veiculou a igualdade remuneratória para trabalhadores que desempenham funções do mesmo nível de classificação, independentemente do género. Ver <http://fesete.pt/portal/index.php/negociacao-colectiva/cct-calcado> consultado em setembro 2017

p. 80).⁹¹⁴ Sobre essa temática manifesta-se interessante mencionar que na opinião dos especialistas o concelho irá sofrer a médio ou longo prazo de falta de mão de obra, acreditando que as novas gerações não terão vontade de ingressar em profissões no quadro da produção. Carlos Castro exemplificou a sua ideia: “Noutros tempos, uma cravadeira era feliz numa máquina. Hoje não. Vamos passar por dificuldades” (Brochado, 2018a).

ANO	TOTAL EMPRESAS	EMPRESAS DA INDÚSTRIA DO COURO	OUTRAS EMPRESAS INCLUINDO CALÇADO	% DE OUTRAS EMPRESAS INCLUINDO CALÇADO	% DE EMPRESAS DA INDÚSTRIA DO COURO
2008	5403	729	4674	86,5	13,5
2009	5210	696	4514	86,6	13,4
2010	5067	665	4402	86,9	13,1
2011	5181	793	4388	84,7	15,3
2012	5206	848	4358	83,7	16,3
2013	5668	907	4761	84,0	16,0
2014	5825	988	4837	83,0	17,0
2015	5982	1016	4966	83,0	17,0
2016	6081	1037	5044	82,9	17,1

Quadro 48 Total de empresas existentes em Felgueiras e empresas do setor do calçado entre 2008 e 2016, de acordo com o INE. Com o decorrer dos anos o total das empresas aumentou devido em parte ao aumento das empresas relacionadas com o couro. Fonte: Aurora Brochado.

ANO	CALÇADO	COMPONENTES	TOTAL	TOTAL NACIONAL	% FELGUEIRAS
1990	218 553	875	219 428	827 311	26,5
1995	369 683	1 098	370 781	1 226 294	30,2
2000	422 261	2 820	425 081	1 455 570	29,2
2004	408 229	32 425	440 654	1 398 880	31,5
2005	341 108	6 738	347 846	1 223 569	28,4
2006	378 960	7 990	386 950	1 166 116	33,2
2007	391 918	7 611	399 529	1 268 401	31,5
2008	402 507	2 314	404 821	1 290 991	31,4
2009	362 209	7 598	369 807	1 232 027	30,0
2010	431 163	9 305	440 468	1 296 919	34,0
2011	577 569	11 172	588 741	1 486 120	39,6
2012	575 838	12 649	588 487	1 600 458	36,8
2013	670 761	13 306	684 067	1 734 527	39,4
2014	714 227	14 920	729 147	1 845 568	39,5
2015	682 981	12 988	695 969	1 862 737	37,4
2016	712 917	12 958	725 875	1 923 101	37,7

Quadro 49 Dados das exportações da produção de calçado em Felgueiras relativamente ao valor total ao nível nacional, entre 1990 e 2016. Valor em milhões de euros das exportações, com base nos dados das Monografias Estatísticas (2009, p. 52; 2011, p. 62; 2013, p. 70-71; 2014, p. 73; 2016, p. 77; 2017, p. 95). Fonte: Aurora Brochado.

⁹¹⁴ Ver quadro 18 em anexo.

Relativamente aos anos subsequentes quanto à evolução do tecido empresarial e ao volume de negócios, desenharam-se dois quadros onde se pode verificar a evolução das empresas do setor do calçado entre 2008 e 2016 e, o correspondente às exportações no panorama nacional do setor. Da análise ao quadro 7 pode concluir-se um decréscimo até 2011, seguindo-se de um aumento a cada ano; no quadro 8 verificou-se que ao concelho de Felgueiras correspondeu, desde 2009, mais de um terço das exportações, ou seja, 37% do calçado nacional. Em conjunto com os concelhos de Guimarães e Barcelos, pela proximidade geográfica, o seu valor supera os 50% (Monografia estatística, 2009, p. 47; 2011, p. 56; 2013, p. 63-64; 2014, p. 67; 2015, p. 71; 2016, p. 72).

A temática da qualificação foi igualmente abordada nas entrevistas realizadas aos especialistas, sendo que os discursos incidiram, por um lado, na formação ou aprendizagem imperfeita daqueles que estão a chegar ao setor, onde se incluem os designers de calçado e, por outro, no auspício de ausência de mão de obra futura. Foi igualmente comum aos entrevistados a ideia de que na sua grande maioria, os trabalhadores inseridos na generalidade da área do calçado continuam com pouca sensibilidade para frequentar formação, para evoluir em termos de qualificação e desenvolvimento de competências.

Arnaldo Gomes, relativamente à aprendizagem, considerou que a indústria do calçado atravessa um problema, sendo que a escolha da área do calçado como formação ocorre por exclusão de todas as partes. No caso dos designers de calçado, o problema é agravado, uma vez que ao design de calçado tem sido uma solução procurada por indivíduos de praticamente todas as idades, sem qualquer ligação antecedente ao design ou ao calçado, encarando-o como uma solução ou um escape à falta de emprego na sua área de formação de base. Igualmente Jorge Fernandes mencionou que o facto de num passado recente ser frequente a comunicação social noticiar o momento alto atravessado pela indústria do calçado, tem revelado uma forte procura por parte desempregados que provêm de áreas adversas ao setor. Esse aspeto poderia manifestar-se como uma mais valia, sendo inclusivamente um dos eixos defendidos pela própria associação do setor, como se pôde já verificar, no entanto, o facto de essa procura incidir quase em exclusividade na área do design de calçado, tem-se revelado insatisfatória.

De acordo com o especialista, o designer de calçado deve privilegiar novos programas e não as cópias de calçado existente ou o re-design, assim como encarar o desenho como uma ferramenta ao dispor. Esses aspetos manifestam-se como sendo o maior problema. Nesse sentido, através do recurso a uma pequena formação qualquer indivíduo se pode afirmar como designer de calçado. No entanto, no seu entender, “nem qualquer um pode ser designer” (Brochado, 2018g), devendo esse fator ser ultrapassado eventualmente através de um processo de filtragem para o ingresso em formação na área, onde a criatividade e as competências ao nível do desenho possam ser os principais critérios, assim como a formação incidir em conhecimentos alusivos à técnica, uma vez que existe a necessidade de proporcionar respostas à indústria do calçado, ao seu modo de operar nos mercados.

Outro aspeto relevante mencionado foi a constatação que “a indústria não consegue ter lugar para todos” (Brochado, 2018g). Por um lado, nem todas as empresas têm a possibilidade de ter ao seu serviço um designer de calçado residente, por outro, quando essa situação é viável ocorre por norma pouca diversificação entre coleções. Apesar da necessidade da manutenção da identidade das marcas, importa às mesmas a variação dos programas, aspeto esse que se tem revelado menos satisfatório. A solução a essa problemática tem incidido na contratação de designers de calçado distintos a cada coleção. Esse aspeto tem beneficiado as empresas, no entanto, poderá manifestar-se menos vantajoso para os designers de calçado: o especialista anotou a possibilidade de esses poderem trabalhar com avenças em várias empresas, tal como se sucede ao nível internacional. No entanto, tendo em conta as dificuldades ao nível da criatividade não proporcionam essa prática.

Relativamente à formação ministrada, Mário Pinto mencionou lacunas ao nível do ensino, sendo que a teoria tem sido colocada em primeira instância, ao invés da prática e que esse aspeto tem provocado falhas na especialização, uma vez que a técnica é um dos principais elementos para qualquer atividade no quadro do desenvolvimento de calçado. Também Joaquim Carvalho referiu, com base no contacto que estabelece com designers de calçado, não conceber a existência de formação na área ou em estilismo, nas quais o calçado não é objeto de estudo e a sua gramática não é abordada. O especialista considerou que “não há verdadeiros cursos de calçado e a formação em desenho técnico é muito fraca. Isto faz com que existam muitos habilidosos e não profissionais com reais conhecimentos”, defendendo por isso o rigor no ensino e a existência de cursos ao nível superior como, de resto, ocorre com as outras áreas do saber (Brochado, 2018e).

Os especialistas entrevistados partilham da ideia que ao nível internacional a formação é muito superior ao nível da qualidade e da abrangência de conhecimentos, sendo que um designer é capaz de dar respostas com eficácia, verificando-se nos desenhos dos programas e nas respetivas fichas técnicas o domínio no quadro da modelação, dos materiais, das ‘fôrmas’, dos solados, das costuras e dos processos de montagem, não sendo necessária a intervenção do modelador para a viabilização dos mesmos.

Sobre o design, nos estudos nacionais consultados encontrou-se pontualmente relações paralelas quanto à caracterização industrial de Felgueiras, dos quais se concluiu: os auspícios de uma situação de crise, anunciada em 2004, com reflexos a nível económico e social no concelho contribuíram para que em 2007 o design integrasse reflexões e se reconhecesse a sua pertinência no quadro industrial de Felgueiras. No entanto, nos estudos incidentes na realidade do concelho em 2007, os dados revelaram outras conclusões: apesar do número de empresas ter aumentado face à década anterior - 2%, sendo que num universo de setecentas e setenta e oito empresas, 67% correspondeu ao setor do calçado (2007, p. 76), as evidências traduziram um setor marcado por uma grande parte de empresas que não possuiu designers a trabalhar com elas diretamente ou

sazonalmente, uma vez que o modelo de trabalho seguido foi marcado pela subcontratação e por empresas que não operaram com segmentos e gamas de mercado sensíveis ao design (2007, p. 96). A situação mais comum relativa às funções do ‘modelador’ nas empresas foi a de acumular as funções do ‘estilista’, podendo assim justificar a ausência do designer de calçado. Consequentemente, prevaleceu em Felgueiras a produção de programas de calçado definidos pelos clientes.

O estudo realizado em 2007 partilhou a ideia generalizada da necessidade de fazer evoluir gradualmente a indústria do calçado em Portugal e, com isso concluir-se que o setor em Felgueiras deveria apostar em produtos de maior valor acrescentado, qualidade e design. No mesmo seguimento, assumiu-se que apesar do setor estar bem organizado padecia de uma lacuna quando comparado com o caso italiano. Com base na premissa defendida por Moreno (2001) a propósito da caracterização do contexto nacional, o estudo concluiu que “apesar de existir um design português, não é conhecido no mundo, contrariamente ao italiano” (2007, p. 89).

Salientou-se um elemento relevante, no qual o sentido remeteu expressamente para discursos sobre design, na medida em que pretendeu caracterizar o sucesso do calçado italiano justificado pelo design, ao mesmo tempo que o fomentou como modelo de inspiração a seguir, espelhando particularidades que permitiram uma interpretação no quadro da investigação relativa aos aspetos que relacionaram o design com os programas, designadamente com a forma, com o sentido de autoria individual e também de acordo com metodologias processuais e projetuais bem definidas. O setor italiano foi apresentado como uma referência, ressalvando-se que a aplicabilidade das suas especificidades se adequaria sobretudo a empresas mais pequenas com vocação exportadora e mercados exigentes. Salientaram-se assim as seguintes características do modelo italiano, como solução e como reflexo da integração do design:

- especialização em calçado de gama alta;
- séries curtas;
- valorizados pelo design;
- nome do designer como marca.

Foram ainda destacados três aspetos alusivos a esse sucesso e que podem ser interpretados num sentido de proximidade ao pensamento em design no setor do calçado, a saber, a) articulação entre os intervenientes que operaram na fileira do calçado; b) o destaque das competências e know-how característicos da região; c) proximidade entre produtores de equipamentos, curtumes e fabricantes de calçado (2007, p. 89-90).

A abordagem tecida ao setor do calçado sobre o design deixou perceber uma análise ao calçado que é desenvolvido pelas próprias empresas que “segue um design”. Por si só, as considerações evidenciaram refletir a compreensão do design no calçado com incidência nas questões formais dos artefactos. Os programas foram caracterizados em dois grupos associados e influenciados por estilos referentes a outros países. De um lado a associação a ‘linhas’ espanholas ou italianas, dando origem a uma ‘linha latina’ e de outro as ‘linhas’ nórdicas. Essas últimas traduzem o

designado ‘calçado de conforto’ ao qual se reconheceu um segmento específico que requeria a intervenção do design, considerando-se que a estética desse calçado estava ainda pouco apurada (2007, p. 96).

Foi nesse âmbito que se reconheceu a ausência de designers de calçado devido a dois fatores fundamentais: o desajuste entre as necessidades das empresas e as competências dos designers, justificado também ausência de uma escola de design de calçado portuguesa com formação ao nível de uma identidade estético-formal portuguesa e ao nível técnico; e a mentalidade empresarial que não reconhece a mais valia “de um design apurado” e direciona o modelador também para a atividade do “estilista” (2007, p. 96). Nesse sentido, aos designers foram consideradas três principais diretrizes: a compreensão da segmentação dos mercados; a aplicação de “sinergias entre concepção/design, engenharia de produto e definição do layout”; e desenvolvimento produtos com “potencial comercial fáceis de fabricar e poupadores de meios” (2007, p. 101).

Apesar de se ter centrado numa compreensão do design encerrado na forma para a resolução de problemas particulares, evidenciou-se também o seu entendimento como meio para alcançar outros segmentos e circuitos de comercialização, bem como o contributo na imagem do calçado produzido face à concorrência, aos quais os empresários deveriam ser sensíveis. Considerou-se a necessidade de formar designers e, conseqüentemente, potenciar os artefactos através do design. As conclusões do estudo apresentaram o design de calçado como uma ‘oportunidade’ para as empresas afirmarem a sua competitividade no mercado internacional, ao qual lhe associou a produção de pequenas séries, execução rápida e de resposta ao mercado, bem como a existência de personalidade na empresa e nos produtos como aspetos inerentes à prática do design de calçado (2007, p. 181-182).

A temática do designer de calçado no quadro das entrevistas realizadas foi a que se revelou mais sensível, uma vez que exprimiu uma compreensão que transportou certa indeterminação. Ao longo das entrevistas, os conceitos de designer de calçado e estilista foram-se mesclando, sendo que prevaleceu no decorrer dos discursos a expressão ‘estilista’ para designar ambos os conceitos ou atividade profissional, assumindo-se que no quadro da indústria do calçado essa é a designação que habitualmente se tem aplicado. Contudo, em momentos das entrevistas também ocorreram distinções, sendo que o estilista foi distinguido o papel do criativo e o designer como o copiadador.

Carlos Castro mencionou não conseguir distinguir o estilista do designer de calçado, considerando que se tratam de duas designações para uma mesma atividade que traduz como “fundamental para qualquer empresa” (Brochado, 2018a). Ao longo da entrevista, quando necessário o uso da designação, mencionou sempre a expressão ‘estilista’. Ao definir as características principais inerentes à atividade praticada, o especialista considerou que são necessários conhecimentos ao nível da modelação de calçado de modo a atuar como o “braço direito dos modeladores”, além das competências ao nível da criatividade (Brochado, 2018a). Apesar da distinção desse profissional relativamente à atividade do modelador,

apontou que esse, por si só, além da atividade exercida a modelar o calçado é também um profissional criativo, sendo que o papel do estilista, apesar de elementar, parece ocupar no seu entender uma posição secundária marcada por fornecer ideias para o modelador desenvolver (Brochado, 2018a). Essa situação poderá ocorrer também nos casos onde os clientes possuem algumas noções, mas sem ideia concreta dos programas ou das coleções. Contudo, a posição desse profissional, poderá ocorrer em segundo plano em casos onde a estrutura do modelo de negócio é marcada pela realização de encomendas inteiramente definidas pelos clientes. Nessas situações, o cliente traz um programa concreto e o modelador limita a sua atividade a modelar. Eventualmente, poderá haver lugar a uma intervenção com vista a viabilizar a produção dos programas na empresa em questão, uma vez que nem todas as empresas realizam todos os processos construtivos conhecidos. Na sua empresa em particular, a contratação do estilista é recente, sendo que a contratação desse profissional tem sido a tempo parcial. Carlos Castro mencionou: “criei um hábito ao trabalhar desde sempre sem necessitar desse recurso e, nesse sentido, tem-se mantido esse mesmo hábito” (Brochado, 2018a). Assim, tal como na grande parte das empresas do concelho, o principal recurso no quadro do desenvolvimento do calçado tem sido marcado pela figura do modelador, o qual se pretende que siga as seguintes diretrizes: qualidade, moda, conforto e preço.

Das principais considerações tecidas pelo especialista pôde concluir-se uma estratégia de lançamento de novos produtos na atualidade da investigação que têm traduzido o crescimento das mesmas, assim como reestruturações. O aumento da competitividade, o acompanhamento das novas tendências e dinamismo dos mercados tem sido encarados como fator de impulso ao desenvolvimento de coleções com vista a atrair a sua venda e respetiva produção para outros clientes, não limitando assim as empresas a um leque reduzido ou apenas à produção de artefactos já definidos. Nesse sentido, os modeladores têm tido um papel fundamental.

Para Arnaldo Gomes, estilista e designer de calçado referem-se ao mesmo profissional, sendo definidos como “aquele que desenha” (Brochado, 2018c). O especialista partilhou de uma opinião semelhante a Carlos Castro no que respeita às competências profissionais: conhecer e perceber a modelação de calçado. Ao abordar esse assunto, teceu um paralelismo com características alusivas às tecnologias, defendendo que tal como um encarregado de uma unidade industrial deverá conhecer, ainda que não aprofundado, todas as máquinas existentes no setor da produção e perceber todos os processos de construção do calçado inerentes a determinada empresa para o desempenho eficaz da sua função, também o estilista tem necessidades similares para cumprir o seu desígnio: a modelação, os processos e técnicas de produção. O especialista reiterou a ideia que não considera necessário que consiga fazê-lo ou o faça, mas sim, “saber como se faz um sapato” (Brochado, 2018c).

Mário Pinto teceu considerações mais alargadas sobre a temática em evidência e uma forte perspetiva crítica sobre o desempenho efetivo dos designers ao serviço da indústria do calçado em Felgueiras. Na verdade,

tratou-se do especialista que, fruto da sua atividade profissional na materialização daquele que é o princípio da concretização de programas de calçado - o desenvolvimento de 'fôrmas', tem estabelecido "contactos diários com modeladores, empresários, estilistas e, raramente, designers de calçado" (Brochado, 2018f). Com uma opinião distinta de Carlos Castro e Arnaldo Gomes, considerou que estilista e designer de calçado são, na compreensão do setor industrial, o mesmo profissional; no entanto, no seu entender poderá existir uma distinção clara entre ambos: o estilista define um estilo formal, com início na 'fôrma', perante o qual o modelador vai interpretar e proceder à industrialização dos artefactos, sendo nesse caso necessário que esse profissional decida todos os aspetos alusivos à técnica tais como a adaptação ao tipo de produção e montagem realizado pela empresa, às costuras a aplicar, aos materiais, solados, palmilhas, acessórios e questões relativas à ergonomia, conforto e custos, realizando assim a 'ficha técnica'. Para tal, ao estilista bastará ter competências ao nível do desenho e, nesses casos, trata-se apenas de alguém que "faz desenhos, que desenha por desenhar e que na verdade, vai resultar um sapato totalmente diferente daquele que foi desenhado"; por sua vez, o designer de calçado, apesar de não realizar a modelação, uma vez que deverá possuir esses conhecimentos sobre a técnica, além de realizar os desenhos dos programas com especificações e detalhes, define toda a 'ficha técnica', a qual esclarece com mais pormenor o programa que foi desenvolvido (Brochado, 2018f).

De acordo com experiência adquirida ao longo da sua atividade o especialista referiu que "são muito poucos aqueles que efetivamente fazem design de calçado a entrar nesta empresa para eu lhes desenvolver uma 'fôrma'" (Brochado, 2018f). Essa situação tem sido constatada por perante as questões que levanta quando recebe encomendas por parte desses profissionais e dificilmente obtém respostas esclarecedoras para a realização de um artefacto com a qualidade e ergonomia desejável. O especialista exemplificou algumas particularidades que deverá ter em consideração sobre os programas quando procede ao desenvolvimento das 'fôrmas', diante das quais percebe que só os modeladores habitualmente lhe conseguem dar respostas. Tratam-se de especificidades como: o caso das palmilhas que irão ser aplicadas; o tipo e a altura de sola pretendida; a montagem a efetuar; ou a numeração que o programa terá; uma vez que esses elementos influenciam as dimensões, volume e proporções da 'fôrma'. A consciência que é da sua responsabilidade seguir normas no desenvolvimento desses artefactos, conduz à necessidade de conhecer esses aspetos, os quais na maioria das vezes "os designers de calçado não têm noção quando procedem à encomenda" (Brochado, 2018f).

Foi, essencialmente, perante essa perceção que o especialista justificou o facto de se tratar de uma atividade que não é ainda muito profusa nas empresas no concelho:

“(…) os empresários têm plena noção destes aspetos, da falta de conhecimentos técnicos dos designers de calçado e, por isso mesmo, não justifica os encargos financeiros da sua contratação. Efetivamente, na sua maioria têm conhecimentos sobretudo ao nível do desenho, o que os torna estilistas. Isto resulta numa enorme quantidade de desenhos onde o calçado não é viável. Acredito que é por isso que o ‘estilismo’ ainda não encaixou na nossa indústria. Falta a técnica”.

(BROCHADO, 2018F)

Por questões éticas profissionais, o especialista optou por não identificar casos particulares, mas mencionou conhecer empresas que contrataram designers de calçado, os quais levaram a cabo o desenvolvimento de amostras para a realização de coleções onde os programas não calçavam, não eram confortáveis e técnica e industrialmente não eram viáveis. Nesse seguimento, o especialista encontra nesses casos uma possível justificação para que sejam os modeladores ou os próprios empresários, numa estreita ligação com o desempenho dos modeladores, os responsáveis pelo lançamento de novas propostas de programas. Por seu turno, a consciencialização desse modo de atuação do designer de calçado tem fomentado que os clientes não procurem as empresas para o desenvolvimento de programas, mas essencialmente apenas a atividade da modelação nas mesmas com vista à industrialização dos programas, trazendo-os assim já definidos por designers de calçado internacionais. Nesse sentido, as empresas permanecem cada vez mais organizadas em estruturas de subcontratação relativamente aos aspetos da produção dos artefactos.

Dessas constatações Mário Pinto aludiu ainda à ideia de que se tem também assistido a uma postura menos favorável dos modeladores face aos programas propostos pelos designers de calçado nacionais, por um lado pela complexidade na interpretação dos mesmos, não compreendendo as especificidades e não conseguindo com isso fornecer respostas satisfatórias a essas propostas; e, por outro, o aspeto de receber indicações de profissionais que não têm conhecimentos ao nível da genealogia do calçado tem provocado algum desconforto e até conflitos entre ambos, uma vez que os modeladores de calçado também consideram que a sua atividade compreende a componente da criatividade.

Na atualidade da investigação, ao nível dos programas pôde perceber-se que as ‘fôrmas’ tem sido desenvolvidas para todas as tipologias conhecidas, sendo que é a estação do ano que dita a profusão das mesmas. De acordo com o especialista, foi num passado recente a difusão de calçado para o género feminino com salto alto, sendo que as tipologias com essas características têm permanecido relacionadas com a produção de S. João da Madeira, onde subsiste o detalhe, o pormenor, as especificidades de produção e a tradição de oficina de trabalho com pequenas encomendas. Assim, no concelho de Felgueiras predomina o calçado para o género



Fig. 605-606 Programas de calçado da Felmini para a coleção Outono-Inverno 2018/2019. Fonte: Felmini.

masculino com solas monobloco, onde os programas italianos são o ponto de partida.

Comum aos especialistas entrevistados foi a fundamentação encontrada para a lacuna da compreensão da técnica por parte do designer de calçado, sendo remetida para a sua formação de base. Na sua generalidade, os designers de calçado emergentes na indústria do calçado são jovens licenciados ou com outra formação em áreas sem proximidade ao setor, sem ligação à criatividade ou a tecnologias de produção, os quais não tendo emprego no seu campo de atuação têm procurado o design de calçado como uma solução profissional. Dentro do setor, é eventualmente essa área aquela que tem sido compreendida como a mais aliciante e, por isso, a que atrai mais público. Os especialistas reconhecem que a partir da realização de uma formação de curta duração se formam designers de calçado e, consequentemente, a cópia tem sido uma solução, assim como a adaptação de processos de 're-design inconsciente', que na sua generalidade não correspondem às necessidades dos mercados. Mário Pinto foi igualmente quem teceu críticas mais profundas sobre essa situação, mencionando que tem verificado a falta de humildade desses profissionais em assumir cópias e re-design dos programas que concretizam.

A compreensão de Joaquim Moreira sobre o designer de calçado e o estilista diferiu de Carlos Castro e Arnaldo Gomes, aproximando-se das ideias apresentadas por Mário Pinto. Centrado na análise aos programas individuais ou coleções que habitualmente lhe são apresentadas, referiu que as propostas dos designers de calçado têm assentado numa base de cópia ou no re-design de programas já existentes e, os estilistas têm-se manifestado como aqueles com contributos em novas tendências, conceitos, ideias e no 'look'. Desse modo, o seu discurso foi direcionado para o estilista, sendo com esse profissional que colabora. No caso da sua marca, o especialista considera vantajoso a participação de vários estilistas a cada coleção, no sentido de alcançar uma maior diversidade de ideias, procedimento esse que tem marcado as coleções apresentadas pela Felmini. O designer de calçado será, no seu entender, desperdiçado ao colaborar apenas com uma empresa, já que um ano laboral, tem correspondência com o máximo de quatro coleções. Por seu turno, também considera a existência de dificuldades em um só designer de calçado desenvolver coleções para várias empresas, sem perigo de contaminação de programas.



Fig. 607 Campanha promocional da Felmini para a coleção Outono-Inverno 2018/2019. Fonte: Felmini.



Fig. 608 Campanha promocional da Felmini para a coleção Primavera-Verão 2018. Fonte: Felmini.

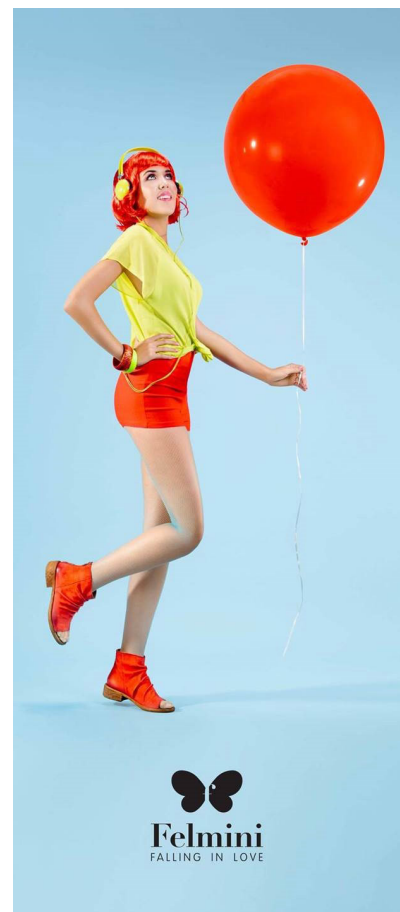


Fig. 609-610 Campanha promocional da Felmini para a coleção Primavera-Verão 2019. Fonte: Felmini.

Nessa sequência e sobre as competências desse profissional, admite que o fator emoção tem provocado que a técnica seja desconsiderada por parte do estilista, apesar de amplamente desejável e uma mais valia que poderia contribuir para agilizar processos. Contudo, a consciência e a resignação que a realidade é a ausência dos conhecimentos técnicos, o especialista pareceu tentar justificar essa lacuna com o seguinte paralelismo: “do mesmo modo que o arquiteto precisa do engenheiro, o estilista precisa do modelador” (Brochado, 2018d). Dessa perspectiva e no caso da sua marca em particular, tem procurado ultrapassar essa falha junto de outros profissionais, tendo ao seu serviço uma equipa que parte das propostas dos estilistas, essencialmente, no que respeita ao ‘look’, procede à sua interpretação no quadro da identidade da marca e adequação aos mercados.

Joaquim Carvalho enunciou a dificuldade que tem sentido em encontrar criativos e partilhou da ideia de Joaquim Moreira relativamente à distinção de designers de calçado e estilistas, assim como da opinião dos restantes especialistas sobre a falta de conhecimentos ao nível técnico e de esse aspeto se manifestar um problema para as empresas. Para o especialista, fruto também das propostas que lhe são apresentadas quando esses profissionais o procuram, considerou que o designer de calçado apenas desenha, seguindo métodos de “copiar de um lado para o outro”, enquanto o estilista “trabalha com a imaginação” (Brochado, 2018e). Foi acerca do conceito da criatividade, mais propriamente, da ausência da mesma, que o especialista se debruçou nos comentários que teceu, mencionando com frequência que profissionais criativos e com abertura para tal têm sido raros de encontrar. Nesse seguimento, aludiu não partilhar da crença que desenvolver um programa de calçado seja sinónimo de se estar perante um estilista ou de um designer de calçado, estabelecendo esse paralelismo com a sua própria atividade, sendo que no caso ampliou mais ainda essa ideia: “já criei duas marcas, sou o responsável pelas mesmas, possuo conhecimentos aprofundados ao nível técnico, mas não me considero um estilista. Sei também curar feridas, igualmente não sou médico” (Brochado, 2018e).

Jorge Fernandes direcionou o seu discurso para as definições de designer de calçado e do estilista, defendendo que o primeiro se trata do profissional ao serviço de empresas que produzem calçado, não necessariamente integrados nos quadros das mesmas, no sentido de desenvolverem programas variados para determinado leque de clientes, os quais procuram nessas estruturas complementos para marcas que representam ou detêm. Posteriormente, o modelador procederá à realização de protótipos e, mediante aprovação de amostra, a empresa procederá à produção dos mesmos. Ainda que com menor frequência, poderá existir lugar ao desenvolvimento de coleções, ao invés de propostas para programas isolados. O designer de calçado ao propor programas para os vários clientes da empresa para a qual colabora deverá ter em consideração os seguintes aspetos principais: conhecer, acompanhar e não prejudicar esse cliente, uma vez que desenvolve propostas não só para ele e, não entrar em conflito com os objetivos e identidade do produto pretendida.

Consequentemente, o estilista distingue-se do designer de calçado, habitualmente não integrado nos quadros das empresas, manifestando-se como o profissional que projeta marcas de raiz conforme diretrizes sugeridas pelas empresas, definindo assim a sua identidade e possuindo a responsabilidade no desenvolvimento de coleções para as mesmas. Por sua vez, contam com a colaboração dos modeladores para a industrialização dos programas, os quais são posteriormente produzidos e inseridos no mercado pela empresa. Regra geral, essa procura por parte das empresas tem ocorrido quando essas pretendem inserir no mercado marcas próprias.

Sobre as competências de ambos, o especialista considerou que o fator mais relevante se manifesta, além dos conhecimentos técnicos, os quais viabilizam a produção e, da criatividade, é o conhecimento do mercado o aspecto mais relevante para qualquer um dos profissionais. As tendências e as diferentes culturas são também elementos necessários e imprescindíveis.

Relativamente ao panorama desses profissionais ao serviço na indústria do calçado, igualmente partilhou da ideia defendida pelos restantes especialistas, considerando a dificuldade de encontrar criativos. Jorge Fernandes referiu: “encontro cópias, encontro re-design inconsciente. (...) O designer de calçado precisa de técnica e da criatividade e, os poucos criativos que encontro têm o problema de não saberem fazer coisas viáveis ao nível produtivo ou ergonómicas, nem conhecerem os mercados” (Brochado, 2018g).

O conhecimento empírico do tema permitiu um ponto de partida consciente sobre as narrativas do design de calçado serem, essencialmente, provenientes de uma compreensão inscrita no discursos do próprio setor industrial, onde ecoam aspetos sobre o reconhecimento da sua necessidade e, com ele, o leque de contributos que a sua implementação pode proporcionar às empresas, sobretudo, a premência de formação de profissionais dessa área. Destacaram-se assim, na esfera do designer de calçado, soluções para a sua integração na indústria do calçado por via da colaboração integral ou parcial com e para as empresas para a realização das coleções ou contributo na gestão das estruturas. A questão de fundo é relacionada com as competências nessa área do conhecimento, designadamente, com o desenvolvimento e construção dos artefactos, sendo que esse panorama implica uma relação cada vez mais estreita e uma maior proximidade entre a indústria do calçado e o designer. A profusão de um perfil profissional em articulação com a estrutura empresarial do desenvolvimento e da produção de calçado ou dos componentes tem espelhado uma das principais caracterizações do designer de calçado, deslocando-o do quadro do designer de moda, onde o vestuário predomina.

Nesse seguimento, constatou-se que a expressão design de calçado prevalece na sua oralidade: a atividade focada e especializada no desenvolvimento do calçado adquiriu uma designação própria que os discursos do design ainda não reclamaram para si. O design de moda entende o calçado conotado com o acessório, não correspondendo tal sentido aos propósitos da indústria do calçado na medida em que não existe essa especialização, nem a colaboração tem correspondido às necessidades desejadas. Ao ter adquirido uma designação própria permitiu verificar, por um lado, uma rutura e perspectivas dissemelhantes e, por outro, o sintoma da emergência de uma área disciplinar em Portugal, com espaço para possibilidade de dualidade de pertença da compreensão do calçado como uma sub-área do design de moda. Os discursos evidenciam esse predomínio, ao mesmo tempo que mostram uma fronteira entre o design e a temática do calçado.

Referente à produção dos programas de calçado portugueses, constatou-se que a estratégia parece ter emergido com preocupações relacionadas com o domínio da técnica e, só após esse sentido ser incrementado remeteu para o sentido do 'autor' enquanto 'criador'. Ainda que, concetualmente, o sentido do reconhecimento da autoria se tenha encontrado implícito desde início, uma vez que pressupôs todo um complexo e moroso processo de aprendizagem no desempenho de uma atividade onde os programas foram definidos, padronizados e estabelecidos, influenciou a compreensão da autoria e sua relação com a criatividade como um aspeto pouco valorado. A mecanização do calçado em Portugal traduziu uma continuidade dessa compreensão, mantendo o sentido identitário português do entendimento do calçado e traduzindo a aquisição e o desenvolvimento das competências técnicas, tecnológicas, logísticas, organizacionais e de gestão adquiridas pelo sentido de repetição de processos, como um método fundamental para a evolução da indústria do calçado. A qualidade técnica dos produtos e a capacidade de resposta

em modelos de subcontratação ou de marcas próprias, aliada à identidade secular dos 'sapateiros' deixou perceber à partida a relevância da área da tecnologia na compreensão do calçado em Portugal. Igualmente, as fábricas tornaram-se o principal local de aprendizagem da técnica da produção de calçado e os seus gestores cruzaram a identidade e a experiência portuguesa do setor do calçado com marcas internacionais, incrementando assim o desenvolvimento de programas e refletindo um processo histórico que tem evoluído, cronologicamente, associados aos contextos, culturas e mentalidades.

A história do design de calçado português deixou revelar que o design de calçado corresponde ao delinear de um conjunto de oportunidades para as empresas do setor do calçado, tendo como base o design integrado nas diferentes fases de toda a cadeia de valor, desde o desenvolvimento do produto, onde além do momento criativo se enquadram os sistemas e meios de produção até ao ponto de venda. Esses aspetos manifestam-se como um dos fundamentos basilares do design de calçado no quadro da sua indústria, sempre de acordo e em articulação com cada estrutura e identidade empresarial. Do designer de calçado espera-se um potencial contributo para a evolução do setor do calçado e dos componentes, o qual poderá contribuir para o desenvolvimento do produto, mas também ao nível da imagem, de estratégias de valorização de todo um conjunto setorial e de internacionalização. Expressa-se, assim, o sentido de atuação do designer de calçado na indústria, no contributo generalizado que lhe pode proporcionar ao ser incluído nos quadros ou nos meios empresariais, ou em regime de colaboração, no qual não só as empresas possam recorrer para adquirir coleções, mas também para que esse profissional a elas possa aceder para a produção dos seus artefactos.

Apresentam-se de seguida as hipóteses de investigação, tendo-se estruturado as mesmas de acordo com os capítulos correspondentes: nos casos da H1 e H6, respetivamente, capítulo II e capítulo IV, parte II. A complexidade de informação recolhida e o sentido transversal das H2, H3, H4 e H5, dificultou a divisão das mesmas para a construção do texto conclusivo, sendo abordadas em conjunto e espelhando os quatro momentos definidos para o estudo do design de calçado em Portugal.

Para uma definição de calçado, incluindo todas as tipologias estudadas

H1 — A expressão 'calçado' compreendida à luz do design materializa uma narrativa sobre diferentes representações dos programas, relacionando o registo formal, com a função, o género e o material dos artefactos.

As significações do termo 'calçado' permitiram o desenho de uma narrativa das diferentes representações que o têm materializado em Portugal, desde o século XVIII até à atualidade, onde além do conjunto de tipologias de calçado que integram o âmbito dessa significação diacrónica, um vasto conjunto de artefactos integrou também a compreensão do calçado em cada momento. Procurou-se entender esses significados e entendimentos para dar resposta às questões: o que é o calçado? Como tem sido caracterizado? Que evolução formal se foi associando à sua definição? Que outras tipologias de calçado surgiram e quais romperam com o passado?

Que tipologias existiram e entraram em desuso ou desapareceram? Como têm vindo a ser constituídas?

Concluiu-se com a investigação que o ‘calçado’ foi confinado sobretudo a configurações que traduzem ‘botas’, ‘sandálias’ e ‘sapatos’:

- No século XVIII outras formas elucidativas de ‘calçado’ foram consideradas, sendo que além de ‘botas’ e ‘sapatos’, os ‘borzeguins’, ‘pantufos’, ‘sapatas’ e ‘tamancos’ constituíram os artefactos para o caracterizar. Numa análise generalizada, as tipologias enunciadas distinguem-se sob o ponto de vista do tipo de cobertura, na qual o ‘sapato’ representou a génese de qualquer opção formal, a partir do qual o corte se prolonga em altura, ou então suprime alguns elementos chave, mantendo sempre uma configuração formal semelhante. A distinção mais evidente ocorre entre ‘bota’ e ‘borzeguim’, designadamente, quanto ao sistema de aperto, quanto à sua função generalizada de calçar o pé e também à particularidade implícita de se destinarem ao género masculino e feminino, respetivamente. A inclusão do ‘tamanco’, num quadro onde o couro foi o material determinante, deixa assumir também a madeira como outro material predominante.
- O século XIX, mantendo as significações anteriores, adicionou a ‘galocha’ como outro programa para descrever o ‘calçado’.
- O século XX foi reflexo de uma vasta evolução formal, material ou funcional das tipologias de calçado, tendo a compreensão do calçado sido tradutora de diferentes opções: no princípio do século destacaram-se ‘botas’ e ‘sapatos’; na década de 40 a conotação de peça de vestuário com a função expressa de ‘cobertura do pé’; na década de 60 recuperou o programa formal de ‘botas’ e ‘sapatos’ com a finalidade de ‘calçar’ os pés; na III República outros artefactos, novas funcionalidades, novas formas e novos materiais. Os programas manifestaram-se como um reflexo das vastas possibilidades de combinação, tratando-se de elementos passíveis de integrar a linguagem do calçado, podendo ser analisados sob a perspetiva do tipo de cobertura que fornecem; os materiais utilizados, como o couro, o têxtil, a madeira, a borracha e o metal; de sistemas de aperto, além de atacadores como tiras e fivelas; de solados finos, grossos, duros, maleáveis e tacões de alturas distintas; ou ainda sob o ponto de vista da função que se enunciou na própria designação do artefacto, como se verificou nos vocábulos ‘neve’, ‘futebol’, ‘criança’, ‘ciclista’, ‘baile’, ‘caça’, ‘esqui’ e ‘aviador’ para designar tipologias que se destinam a essas finalidades de uso.
- A definição mais recente de calçado parece traduzir uma súpula daqueles que foram os pontos evidenciados nos momentos anteriores, sendo explicada através de aspetos do programa, ao qual sob o ponto de vista da função genérica corresponde aquilo que serve para vestir, cobrir ou proteger os pés, assumindo a forma de ‘sapatos’, ‘sandálias’ e ‘botas’.

Nas definições de ‘calçado’ não se encontraram referências ao sentido de autoria ou a tecnologias, permitindo reiterar a presença de perspetivas direcionadas para o(s) programa(s), manifestando-se assim como o aspeto que, eventualmente, traduz de modo mais completo um significado e, paralelamente, vários artefactos. O calçado e o seu sentido

de tridimensionalidade obedecem a requisitos e parâmetros específicos, abrangentes, distintos e são, essencialmente, fruto de determinado momento, o qual com efeito, resultou do contexto histórico, cultural e social correspondente. Esse entendimento permitiu perceber que a sua compreensão se relacionou sempre pelo destaque dado à revelação da sua função. Os discursos atuais consideram os adjetivos ‘cobrir’ e ‘proteger’ o pé e a perna, enquanto sinónimo de ‘calçado’. Contudo, revelam também tratar-se de uma significação incompleta que se centra apenas na função. Assim, acrescentaram-se outros sentidos traduzidos em características que lhe conferiram a atribuição de valor acrescentado, sobretudo através da inclusão do fator ‘moda’. Esse aspeto revelou-se de maior relevância pois enquadra-se no momento criativo, entendendo-se esse como definição do programa, mas também da tecnologia que o vai sustentar.

Da análise ao vasto conjunto de artefactos encontrados ao longo da cronologia em estudo, concluiu-se que o século XVIII refletiu as principais entradas no léxico português, as quais foram variando ao nível do programa e das tecnologias de construção. A partir da década de 80 do século XX encontrou-se um leque mais exaustivo de termos para refletir a generalidade do calçado, trazendo ainda consigo um discurso visual e revelando uma vasta evolução formal, material, ao nível das funções e, conseqüentemente, de outras tecnologias ao nível das construções. O princípio do século XXI resgatou tipologias omissas em momentos anteriores, bem como foi inaugurador de artefactos até então desconhecidos. A atualidade da investigação é marcada por um conjunto de seis artefactos designados por tipologias clássicas – ‘bota alta’, ‘Carlos IX’, ‘decotado’, ‘derby’, ‘mocassim’ e ‘Richelieu ou Oxford’, construídas em qualquer uma das montagens – ‘Blake ou Mckay’, ‘California’, ‘cosido norueguês’, ‘injeção’, ‘Goodyear’, ‘mocassim ou tubular’, ‘plana’, ‘Pratik’, ‘São Crispim’, ‘Strobel’ ou ‘vulcanização’, a partir das quais se desenvolvem inúmeras variantes. Dessa constatação, o ‘calçado’ poderá ser compreendido como um conjunto de artefactos de resposta a programas formais, funcionais materiais e de género, inscrito num quadro de tecnologias de construção que lhe são próprias, desenvolvido por uma autoria partilhada – o designer de calçado e o modelador de calçado. Alicerçado em ferramentas comuns a outras áreas, como ao design de moda, mas que pelos seus discursos se afirma e desliga da conotação de ‘acessório’. Se particularizarmos essa ideia enunciada, os artefactos traduzem um programa onde a base é um solado e o corte, onde se especificam peças, sistemas de aperto e montagem com base numa forma ergonómica, reflexo de determinada cultura, momento ou tradição, dotado da função generalizada de proteger o pé ou o pé e a perna, construído com materiais naturais e ou industriais que não devem comprometer requisitos inerentes de conforto e durabilidade, usados por todos e em momentos gerais ou específicos do quotidiano. Cabe aos designers de calçado em conjunto com o modelador de calçado estabelecer e definir todo esse processo.

Para a compreensão do designer de calçado: do ofício artesanal à atividade mecânica

H2 — A história portuguesa do design de calçado representa um desenho de um projeto secular, no qual os contextos sociais, económicos e políticos que marcaram a história do país traduziram momentos particulares aos discursos do calçado.

H3 — O design de calçado assenta na capacidade de recondução gradual da transformação de um ofício que acompanhou a tecnologia, na resposta ao consumo através de novos programas, na emergência de autores e também de um conjunto de co-autores.

H4 — O calçado (re)produzido por via da mecanização compreende em si o designer de calçado enquanto autor, mas acompanhado por um leque de outros profissionais em sentido de co-autoria, os quais num sentido progressivo dão origem à concretização física de um programa.

H5 — O design de calçado fundamenta-se no princípio onde a autoria compreende sempre a ligação com a tecnologia e o programa.

DO OFÍCIO E SUA UNIFORMIZAÇÃO (PRIMEIRO MOMENTO)

Associados ao culto católico de S. Crispim ou S. Crispiniano emergiram as confrarias dos mestres sapateiros, as quais diante do poder régio e uniformização do reino se transformaram em corporações de ofício. A necessidade da padronização da prática e atividade profissional ocorreu por via da publicação do *Regimento de 1489*, manifestando-se como o princípio da regulamentação do ofício em Portugal. Se no primeiro sistema o ‘sapateiro’ se associou voluntariamente no segundo foi obrigado a fazê-lo; e se a sua atividade foi, primeiramente, regulada pelos municípios, ao nível dos preços praticados com os artefactos e ao nível dos seus salários, a mesma situação se verificou com as corporações, acrescentando-se as imposições régias que, efetivamente, normalizaram a sua prática.

Do Porto disseminaram-se até outras localidades portuguesas, como Lisboa e Guimarães, articulando-se com outros profissionais ligados ao comércio dos couros e das peles, mas também com atividades similares como as praticadas pelos ‘borzegueiros’, ‘tamanqueiros’, ‘soqueiros’ e ‘correiros’, demonstrando uma relação entre autores de artefactos formal ou funcionalmente similares entre programas e tecnologias. A par da normalização interna da profissão de sapateiro, se por um lado pareceu evidenciar-se a regulamentação das especializações na construção de artefactos singulares, uniformizando assim programas, por outro lado percebeu-se que poderá ter sido pelo sentido da especialização em programas distintos assente num longo processo de aprendizagem que se manifestaram outras perspetivas de afirmação de autoria fundamentada na forma, na função, no género e no material, para se poder distinguir.

O Estado inaugurou o princípio da sua intervenção nos discursos do ‘calçado’ ao interferir nos regimentos publicados por cada corporação, sendo que essa regulação foi fundamental enquanto contributo para o estatuto do ofício dos sapateiros perante os demais, mas também para a valorização, proteção e consolidação internas. Assim, a prática profissional foi regulada e exigente, onde o ‘aprendiz’ após o cumprimento do tempo necessário à aquisição e validação de conhecimentos elementares ao

exercício da atividade persistia no envolvimento com uma experiência longa para a aquisição de um título. Desse percurso e da realização do exame com sucesso surgiria um ‘mestre’, o qual viria a empregar ‘oficiais’ e receber ‘aprendizes’, aproximando-se o sentido oficial à ideia de escola para a continuidade do ofício, com a responsabilidade de dignificação da profissão através da qualidade e perfeição dos artefactos.

Dos elementos de avaliação aplicados aos aprendizes poderá encontrar-se objeto de estudo para uma investigação aos programas e tecnologias, manifestando-se assim uma possibilidade de ampliação de estudos sobre design de calçado. Também uma investigação a regimentos e preços veiculados pelas câmaras municipais pode traduzir uma investigação relevante permitindo uma comparação geográfica de programas e cronologias.

O PRIMEIRO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO CALÇADO (SEGUNDO MOMENTO)

Com a publicação do decreto de 7 de Maio de 1834 terminou um ciclo no ‘calçado’ português e deu-se início a outro – o ciclo industrial. Emergiram e alteraram-se técnicas de produção devido a uma partilha entre máquina e trabalho manual na concretização dos programas. Mudaram-se relações sociais, tentou valorar-se o ‘ofício’, divulgar a sua utilidade, introduzir a modernização e a inovação técnica de modo a que, progressivamente, os discursos persistentes a partir de perspectivas arcaicas ao sentido do primeiro momento se foram dissipando em princípios do século XX. O contexto trazido pela libertação dada à indústria começou a definir-se com a perspectiva da concorrência e do lucro e, por isso, a aprendizagem antes regulamentada na loja do mestre do ofício passaria a não fazer sentido no âmbito do trabalho em máquina. As novas condições de ingresso na profissão quebrariam uma tradição de séculos entre mestres e aprendizes na transmissão do saber e, mediante isso, na aplicação desse conhecimento. A anterior ‘mão de obra especializada’ foi gradualmente substituída pela utilização da máquina, levando por sua vez a outras configurações e necessidades de espaço físico – a fábrica, que se ampliou, integrou a malha urbana de modo a articular os novos princípios funcionais, organizacionais e energéticos dos tempos modernos. O peso do título de ‘mestre’, ‘obreiro’ ou ‘aprendiz’ decaiu e promoveu-se a igualdade entre todos: uma das designações que marcaria o segundo momento da história do design de calçado passaria a ser o ‘operário’. Assim, o ingresso antes desejado na profissão, regulamentada, rigorosa, exigente, morosa e supervisionada para alcançar uma posição deu lugar ao ‘operário’ sem preocupações relacionadas com o acesso à atividade ou reconhecimento estatutário no seio da profissão.

A passagem para a fábrica foi gradativa e lenta se a análise incidir no sentido de polos industriais de fábricas e enquanto mecanização total no fabrico de calçado tendo coexistido, assim, com a ‘indústria a domicílio’ – as pequenas e grandes oficinas e o trabalho em pátios ou vãos de escada, onde se produziu o artefacto completo ou pelo menos uma parte dele,

por encomenda do industrial, do lojista ou ainda do obreiro. Recebiam o material e as instruções acerca dos programas pretendidos limitando-se a cumprir a parte técnica. Ligaram-se também ao calçado de luxo, para exportação. O ‘sapateiro’ passou a ser entendido com a agregação a estruturas de maiores dimensões que adquiriam a sua mão de obra, tendo sido inevitável enquadrar-se nesse novo contexto. No novo quadro, as tentativas de resistência perduraram com a manutenção de certos aspetos, como a qualidade técnica dos artefactos, a dignificação do autor e o voto devocional à religião. Além dessa continuidade de premissas que haviam caracterizado a profissão, tentaram aperfeiçoar-se com a adaptação à máquina e, em vista disso, a novos processos de construção, na aquisição de materiais de qualidade superior, mas de preços mais baixos.

O novo contexto manifestou-se assim de grande complexidade e fragilidade para o espectro dos operários: naqueles que trabalhavam em fábricas e por isso apenas se especializavam em processos e funções singulares; nos que detinham a qualificação de operários aprendizes em regime de trabalho em domicílio, onde apesar de receberem uma aprendizagem mais generalista, no contexto social marcado pelo desemprego trabalhavam a baixo custo; e nos operários proprietários de pequenas oficinas em domicílio, onde o panorama competitivo e de disputa pela aquisição de encomendas, ou o não acompanhamento da mecanização dos processos condicionou os processos de fabrico nos quais a máquina ainda não dava a resposta necessária, levando assim à reorganização de processos e métodos. Com o aumento dos volumes de produção, bem como com a organização do trabalho o ‘calçado’ passou a compreender um outro campo no seu território – o escoamento do produto por parte de outros que não os seus produtores.

Entre meados do século XIX até ao Estado Novo as máquinas existentes em Portugal foram de mecânica simples para a costura do corte e das solas; para pregar solas e tacões; cortar solas, palmilhas e contrafortes; e apertar, tornear e pregar salto. Com elas ampliaram-se modos de produção e modos de atuação numa lógica comercial.

As mudanças ocorridas poderão ser interpretadas com um sentido negativo perante os aspetos que foram valorizados no primeiro momento da profissão. De facto, o contexto proporcionado pela introdução da mecanização no calçado ao trazer consigo novos processos, trouxe também a consciência da falta de competências técnicas ou dificuldades na sua aplicação, juntando-se uma aprendizagem normalizada que não contemplava a oportunidade de aprender além de processos singulares, tendo sido, essencialmente, esse o sentido que as perspetivas arreigadas ao sistema oficinal difundiram. No entanto, poderá ser tecida uma interpretação distinta onde se percebe a necessidade do acompanhamento internacional em matéria de industrialização e que nesse âmbito a libertação dos privilégios dos ‘mestres’ em detrimento dos ‘fabricantes’ teria que ocorrer. Foi, contudo, esse constante retorno ideológico do passado que terá contribuído para que fossem mantidos aspetos relativos à identidade dos discursos do ‘calçado’ – a qualidade da técnica e dos materiais.

O facto de o Estado ter deixado de intervir nos programas de calçado a partir das Leis Pragmáticas, mas tendo-se envolvido sobretudo no que respeitou à classificação e consequente tributação dos artefactos e aos materiais terá incitado a que essa interferência se tenha refletido na linguagem visual, técnica e social. A condução da moda e dos costumes por via as publicações periódicas fez-se sentir em Portugal e tratou-se de um modo distinto de adoção de regras para o calçar, onde se difundiram tendências para tipologias de calçado, descrevendo a sua designação, cor e função. Paralelamente, tratou-se da inscrição do 'calçado' nos discursos da moda e nos quais se associaram outras características ao calçado como a valorização da sua relação com a restante indumentária e respetiva função, ao nível formal, material ou cromático, ou ainda o sentido dos ciclos de moda associados às estações do ano. Foi à luz da metamorfose, do espírito de mudança, da transformação e da imposição de ritmos que um repertório de fantasias estéticas dos estilos do vestir e calçar fez emergir a moda e, conseqüentemente, a sua conceção histórica. A mudança constante, os ciclos de 'vida' e a plenitude emparelharam-se a um sentido de extravagância, onde essa combinação se manifestaria como aquela que traria resultados construtivos e de vanguarda. O espírito de liberdade, mas também de culto, ligou-se à moda e seria assim que a partir desses pressupostos se deveriam encontrar inspirações para em vista disso, difundir os artefactos. Progressivamente, as narrativas sobre calçado inscritas nesse quadro deixaram perceber uma ligação cada vez mais forte à alta-costura, manifestando assim uma introdução para uma história que se começou a escrever a partir daquele que foi o presente português.

Poderá considerar-se que após o fim do sistema corporativo, a uniformização continuou a existir, mas com um sentimento de adesão livre que, no entanto, todos acabariam ou ambicionariam seguir, influenciando assim o direcionamento da moda em Portugal no século XIX, pelo menos nos locais onde os periódicos atuavam. Os discursos sobre a moda traduziram um sentido de afeto a preceitos anteriores, mas também a curiosidade das direções futuras, tendo-se assim evidenciado questões perante o reconhecimento da dificuldade de descrever a história da moda, de alcançar fontes que originaram os 'enfeites' e os 'adornos' e perceber a origem das fontes que ditaram os novos programas. Pôde deduzir-se que também o calçado seguiu esse percurso ao longo do século XIX.

A moda portuguesa, apesar de enquadrada noutra contexto cronológico e cultural deu continuidade a um percurso que foi caracterizado sempre por tentativas de uniformização. Se no passado essa uniformização do quadro dos costumes do vestuário português estava a cabo das corporações e do Estado, de cariz obrigatório, percebeu-se que logo após o fim do sistema corporativo, a uniformização continuou a existir, mas com um sentimento de adesão livre com o qual todos ambicionariam, ou acabariam por seguir, influenciando assim o direcionamento da moda em Portugal no século XIX.

Verificou-se que as tendências eram divulgadas cada vez com mais detalhes, abordando-se cores, acessórios, combinações, contrastes, aplicação do material, penteados, chapéus, luvas, padrões, rendas, lenços e nomenclaturas. O paralelismo entre a periodicidade das publicações e a diversidade da moda divulgada foi perceptível no vestuário, onde o calçado também acompanhou. A análise às representações visuais dos figurinos revelou que prevaleceu o calçado que cobriu inteiramente o pé, com formas justas e fôrma bastante alongada com biqueira quadrada, tendo dado uma configuração ao pé distante da sua morfologia e ergonomia. Não se verificaram padrões decorativos nos materiais em si, que foram lisos e não deixaram revelar texturas, podendo o artefacto receber fivelas, laços, rosetas ou botões que funcionaram como elementos decorativos. Ao nível da tecnologia e dos autores não foi possível reter conclusões. No entanto, a julgar pela natureza comparativa possível de observar nos figurinos, entre calçado e roupas, denota-se uma aproximação de linguagens entre ambos, posicionado assim o calçado num sentido de rigor técnico e qualidade de materiais, quase como um prolongamento das roupas. Destinaram-se ‘sapatos’ e ‘chinelas’ para ambientes de baile, mas também para o interior de espaços de habitação ou exterior. As botas foram enquadradas enquanto calçado adequado a todas as ocasiões, exceto para baile.

A juntar a esses fatores difundiu-se uma mentalidade assente no princípio de que a moda se ramificava em sentidos distintos, mas sempre baseada em juízos ligados a um ‘tato delicado, e certa habilidade’ que deveriam permitir o resultado de uma ‘elegante toilette’, compreendida enquanto conjunto de artefactos que se integraram num palco social que exigia inovações formais cada vez mais exigentes e caprichosas. A análise das publicações periódicas do século XIX deixou perceber as raízes da atual presença de produção de calçado e relação existente com Lisboa e Porto, contribuindo assim para o entendimento da generalização de uma profissão em Portugal. Foi possível verificar a expressão de outros aspetos do processo de aprendizagem e das competências necessárias para o ‘sapateiro’ alcançar um estatuto de superioridade, destaque e forte presença na sociedade, tendo permitido a continuidade de uma atividade artesanal, que também ambicionou a qualidade técnica e formal dos artefactos que produziu.

Uma análise aprofundada ao conjunto de periódicos da cronologia em evidência existentes na BNP poderá manifestar uma ampliação de estudos em história do design de calçado, sobretudo ao nível de programas permitindo uma investigação onde se cruza informação entre moda e calçado.

A NORMALIZAÇÃO DO CALÇADO PORTUGUÊS (TERCEIRO MOMENTO)

O período do Estado Novo foi marcado pela intervenção política, sobretudo por via da publicação de documentos legais, a par dos principais agentes da indústria portuguesa. O panorama do setor era problemático para ambas as partes. Para o Estado os problemas incidiam na permanência de unidades muito pequenas, onde as máquinas não alcançaram o rendimento desejável; na existência de uma vasta indústria caseira; na atuação na clandestinidade com vista à fuga de encargos ou fiscalizações; na dificuldade de concorrência em mercados externos; nos fatores inerentes à tecnologia, designadamente, a falta dela ou a solução da semi-mecanização que comprometia o rendimento da produção e na falta de qualificação técnica dos seus trabalhadores. Para os industriais as dificuldades advinham da mecanização da produção de calçado, da dificuldade da exportação dos produtos e de aquisições de materiais, desejando assim a reorganização da indústria do calçado portuguesa.

Em articulação com sindicatos, grémios, imprensa, feiras e congressos o setor normalizou-se ao nível da evolução estrutural, dos volumes de produção, dos programas tipológicos, das tecnologias, da qualidade dos artefactos, do seu escoamento ou de melhores condições de vida àqueles que operavam na área. Foi assim, redefinida uma linguagem e termos próprios acerca do calçado, bem como redefinidos aspetos legais relativos ao licenciamento para a sua produção poder acontecer. Foram criados procedimentos para a aquisição de materiais, como quantidade e tipos passíveis de usar nos programas, definidos os programas e os volumes de produção obrigatórios por unidades de exploração, o escoamento e preço dos artefactos, as estruturas, meios e técnicas. A normalização de tipologias de calçado da sociedade civil foi marcada por constrangimentos ao nível de programas, tecnologias e, conseqüentemente, do sentido de autoria. Através da regulação da produção de ‘calçado utilitário’ e ‘calçado corrente’ para homem, senhora e criança – menina e menino – foram assim formalizados os princípios de uma coleção de calçado com dez tipologias base que puderam ser replicadas e alteradas de acordo com um padrão particular de normas. O Estado definiu ‘botas’, ‘botins’, ‘sapatos’ e ‘sapato rural’ no quadro das tipologias ‘utilitárias’ e ‘botas’ e ‘sapatos’ enquanto tipologias de calçado ‘corrente’, onde a cada uma correspondeu opções formais, ao nível de materiais, cores e tecnologias de fabrico que poderiam ser mecanizadas. Esse conjunto de tipologias poderiam ser alterados ao nível do corte, desde que não se utilizasse mais material por tipologia do que aquele que foi definido. Percebeu-se que os programas masculinos foram de maior amplitude ao nível tipológico e com mais variedade de material, assim como o calçado mais dispendioso. O calçado do género feminino foi de certa simplicidade, bem como o mais acessível.

Complementarmente, o Estado incentivou a produção de calçado de luxo, através do qual a atividade ofical, inteiramente manual, foi persistindo. Um serviço personalizado, a garantia e qualidade de um produto feito por medida e o acesso à sua aquisição diretamente na

oficina contribuíram para o sentido de autoria procurado no carácter autêntico e único dos artefactos.

Num contexto onde nem mecanização da produção do calçado, nem as exportações ocorreram como o desejável, os casos de sucesso europeu – Inglaterra, Alemanha e Itália –, foram divulgados sob a égide da inovação, do ensino da técnica, da evolução e desenvolvimento do setor e da profusão das tendências de moda e dos processos criativos. Portugal seguiu os modelos ingleses, no sentido da capacidade tecnológica e volumes de produção avultados e, o modelo italiano pelo sentido da criatividade

Novas classificações tipológicas para distinguir programas associados a funções distintas – caseiros, cerimónia, desporto, passeio e trabalho, de inspiração italiana, feitos com materiais de qualidade e ao nível de soluções técnicas para processos de fabrico trazidas pelo emprego dos novos materiais ou componentes foram também difundidos.

Uma análise exhaustiva aos documentos legislativos pode ampliar o estudo dos programas e das tecnologias, permitindo o desenho de uma história do design de calçado das instituições do Estado.

PERSPETIVAS DE BASE A UM PENSAMENTO EM DESIGN PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DO CALÇADO (QUARTO MOMENTO — PARTE I)

Se na década de 30 do século XX a indústria portuguesa se caracterizou, analogamente, na ‘pré-história’, a indústria do calçado na década de 70 poderá ser assim caracterizada. Esse enquadramento ‘pré-industrial’ da década de 70, na qual os agentes tentaram perceber como poderiam posicionar-se e os tipos de soluções passíveis de adotar, terá sido condição fundamental para a própria construção da linha de pensamento estratégico da indústria do calçado. Essa foi redesenhada perante as transformações contextuais sentidas ao longo dos seis períodos do IV momento – 1975, 1983, 1994, 2001, 2007 e 2013.

A indústria portuguesa de calçado evidenciou ter seguido primeiramente o modelo inglês até à década de 90, ligada à (re)produção massiva dos artefactos. A sua distinção ocorreu com a alteração desse paradigma, com o retomar dos alicerces de uma tradição secular da procura e da valorização da qualidade, quer ao nível da técnica quer também dos materiais, rumando de seguida para a segunda etapa onde se evidenciou a aproximação ao modelo italiano encontrado nos discursos institucionais do ‘calçado’, assumindo a profusão do design e do designer.

O tecido do setor do calçado português (re)construiu-se a partir de 1974 e desde esse período tem vindo a estruturar-se e organizar-se movido pela ambição de um posicionamento num enquadramento de liderança face à concorrência internacional. Se no passado o estímulo ao uso de matéria prima de origem portuguesa foi uma condição para o exercício da atividade, no contexto do Pós 25 de Abril assistiu-se a uma abertura de portas e à possibilidade de ampliação do uso de componentes importados com uma maior facilidade. Esse aspeto da internacionalização do calçado português tem sido o foco central da indústria do calçado portuguesa.

Ao ser caracterizada a partir da quantificação da sua estrutura física e do volume de produção pela construção de tipologias de calçado, onde a continuidade da tradição do uso do couro se destacou, a indústria alcançou o estatuto de ‘especialista e ‘caso de sucesso’ nesse panorama externo, apenas num percurso temporal de aproximadamente quatro décadas. Consequentemente, também a tradição produtiva aliada à tenacidade do uso do couro incitou a procura de padrões de qualidade elevados na construção dos artefactos. Tornou-se assim possível encontrar um fio condutor, um elemento comum nos programas de calçado produzidos em Portugal – o material. Esse elemento tem, de resto, vindo a manifestar-se como um dos fatores principais nos discursos do ‘calçado’ onde o costume de caracterizar os programas pela natureza física, visual e tátil do material que o constitui prevaleceu também para definir os parâmetros alusivos à qualidade dos artefactos portugueses. Paralelamente, os aspetos relacionados com a técnica e com as tecnologias inerentes ao sistema de fabrico do calçado, a introdução do design, da moda e a inovação integraram os padrões de qualidade necessários para a emergência de um sentido coletivo identitário português.

O final do século XX revelou que os três primeiros períodos de industrialização da produção de calçado em Portugal permitiram o desenvolvimento de competências e capacidades necessárias para o design e a moda se implementarem, veiculando-se aspetos como a qualidade, modernização, capacidade técnica e tecnológica e competitividade. A primeira década do século XXI, apesar de conter aspetos menos favoráveis na conjuntura europeia e nacional, caracterizou-se por uma conotação positiva e a par de países como Itália e Espanha, onde a tradição, a imagem em termos de design e moda e o valor acrescentado predominam nas suas descrições,. Refletiu por isso o posicionamento da indústria do calçado português entre os maiores exportadores mundiais de programas tipológicos onde o couro predominou.

O panorama associativo tem sido fundamental para o crescimento e (re) condução do setor do calçado. Através de metodologias onde a investigação ditou a ação e vice versa, adaptadas às diversas áreas da indústria do calçado, a APICCAPS contribuiu indubitavelmente para o crescimento da indústria do calçado nacional, para a sua proteção, valorização e impulso. O novo quadro associativo foi reflexo da evolução estrutural da própria associação que se adaptou aos contextos e às especificidades do setor, trazendo repercussões no desempenho da indústria do calçado através da promoção de uma relação estreita entre instituições nacionais e internacionais juntamente com as empresas.

A indústria do calçado portuguesa poderá caracterizar-se, genericamente, entre o Pós 25 de Abril e o ano de 2017 como uma estrutura norteada nos três primeiros períodos pela valorização da tecnologia como fator determinante para a capacidade competitiva, marcada pelas grandes quantidades de produção a baixo custo e pela rapidez na resposta e, a partir do IV período, pelo abrandamento dessas quantidades produtivas, reinventando-se e redirecionando-se para a valorização de programas e características centradas no artefacto, como a qualidade e a inovação.

A indústria do calçado evidenciou outro princípio de autonomia e ritmo e esse panorama contribuiu para as empresas se centrarem no desenvolvimento do artefacto. A libertação da carga produtiva permitiu o incremento dos discursos do design e, com ele, sobretudo a partir do V período, da sua prática nas empresas com mais preponderância. Paralelamente, ocorreu a compreensão sobre a indústria do calçado que a passaria a associar não apenas a uma atividade que transforma matérias primas, mas que poderá também percorrer a conceção, o design e a comercialização dos produtos. Essa compreensão veio a corporizar novos modelos de negócio, outros recursos e outras qualificações, num contexto onde a competitividade foi uma das forças dominantes e uma das chaves para o sucesso. Nesse seguimento perceberam-se sentidos inerentes ao design, a sua valorização e a consciencialização do seu contributo para a indústria do calçado portuguesa mediante metodologias onde se associaram a tradição industrial portuguesa, a criatividade, a moda, o planeamento, as atividades de logística e o escoamento do produto. A indústria portuguesa de calçado, caracterizada como uma opção no panorama internacional fundamentada no ‘bom gosto’, na ‘flexibilidade’, ‘rapidez de resposta’ e na ‘qualidade do produto’, alicerçada no ‘conhecimento’ e na ‘inovação’, assistiu no início da segunda década do século XXI a uma estratégia para a sua recondução que se centrou no design como um dos seus principais impulsionadores, como o elemento fundamental para reforçar a própria criatividade da indústria do calçado. Foi no VI período, a par de perspectivas que associaram tecnologias e programas, que se completou o sentido do design com a abertura oficial do designer à indústria do calçado. Com ele, o sentido da criatividade e da sofisticação foram entendidos como fatores fundamentais para o desenvolvimento de novos programas, materiais ou equipamentos, materializando uma relação muito estreita com o sentido do design na indústria do calçado e da solidificação de três eixos: os programas, as tecnologias e os autores.

Uma caracterização mais particularizada da indústria do calçado deixou compreender uma estrutura multifacetada dada a sua diversidade: por um lado o incremento do design na criação de coleções e marcas próprias, a criatividade, a inovação, a excelência produtiva e a flexibilidade e rapidez de resposta; e por outro um modelo de negócio assente na subcontratação, a existência de atividades focadas em gamas de produto pouco valorizadas, com necessidades ao nível de recursos financeiros, de organização, gestão e qualificações dos recursos humanos. Contudo, essa antinomia encarou-se positivamente no seio da própria indústria do calçado pois permitiu que as empresas se estruturassem em redes e assumissem funções e responsabilidades distintas. Na verdade, evidenciou-se uma estratégia para a indústria do calçado nesse sentido generalizado e progressivamente particularizada à medida que os períodos foram ocorrendo, defendendo-se o princípio onde cada empresa se deveria adaptar às estratégias, mas ao seu próprio ritmo e de acordo com os seus meios e disponibilidade de atuação no setor.

(QUARTO MOMENTO — PARTE II)

H6 — A indústria de calçado em Felgueiras tem dificuldades em recorrer a designers de calçado, muito se devendo ao facto de estes não serem portugueses, tendo como consequência um investimento que as empresas não tem possibilidades de o fazer. Essa procura ao exterior permanece dada à existência de designers de calçado qualificados com as competências necessárias e intrínsecas à própria indústria.

Da análise aos dados estatísticos pôde constatar-se a evolução demográfica da população e a sua relação proporcional com a implementação e evolução da indústria do calçado em Felgueiras quanto ao crescimento do número de empresas, de profissionais ao seu serviço e do volume financeiro correspondente às exportações, sendo mais representativa a partir dos anos 90.

A estrutura da produção de calçado poderá ser caracterizada numa primeira fase pelo regime de subcontratação, no contexto onde as empresas multinacionais procuraram implementar a sua produção, até aos primeiros anos do século XXI e, paralelamente, pela emergência de marcas próprias. Numa segunda fase poderá caracterizar-se o setor pelas quebras da produção trazidas com a deslocalização dessas multinacionais e, conseqüentemente, pela profusão de novas marcas e manutenção de modos de operar em subcontratação, optando-se pela evidência da aposta na qualidade em detrimento da quantidade.

A experiência acumulada, a articulação entre empresas, o acompanhamento das tecnologias e equipamentos, bem como a adaptação dos processos produtivos para pequenas quantidades, como a qualidade e excelência da fabricação e cumprimento de prazos, são algumas das premissas reconhecidas ao setor do calçado em Felgueiras.

Muitos dos empresários atuais com trinta anos de experiência iniciaram a aprendizagem em ambiente real de trabalho e mais tarde instalaram-se por conta própria. Trata-se de um universo empresarial constituído por empresas detentoras de marca própria; em regime de *private label*; empresas que abrangem ambas as estratégias; empresas especializadas em determinadas fases da cadeia de valor, como os casos do corte, costura e montagem; e empresas de componentes para calçado, como de solas, palmilhas ou cordões.

Do conjunto de entrevistas realizadas pôde constatar-se que tem sido a subcontratação a permitir o financiamento e a sobrevivência das marcas próprias existentes no concelho, excetuando-se o caso da *Felmini*, uma vez que ao momento da investigação opera, exclusivamente, com a sua marca. Nesse quadro, o lançamento e manutenção de marcas próprias tem sido complexo, representando uma pequena parte dos volumes de negócio das empresas. De acordo com os especialistas, as feiras de calçado ou de componentes e os negócios virtuais têm sido favoráveis para o crescimento das suas marcas, contribuindo para o contacto com outras existentes no mercado, com novos acessórios e materiais, ajudando assim a globalizar os próprios produtos. A customização dos programas foi referida como uma estratégia implementada e com sucesso para as marcas, sendo uma alternativa a estruturas marcadas, inteiramente, pela subcontratação

revelando uma capacidade de resposta para serviços rápidos de pequenas encomendas. Sobre a qualidade e o conforto dos produtos, as respostas a pequenas séries e o aspeto das marcas existentes no concelho seguiram a moda foram aspetos referidos e valorizados. Percebeu-se ainda que as empresas do concelho têm tido cada vez mais preocupações ambientais, sendo que a posição geográfica de Portugal, próxima dos locais de consumo, se tem manifestado como vantajosa.

Ao nível dos programas, não tem sido compensatório produzir calçado clássico ou básico, sendo que esses já não têm sido o espelho da estrutura de modelo de negócio dominante. De acordo com os especialistas, tratam-se de programas que “não passam de moda (...) vendem sempre (...) e nunca serão ‘monos’” (Brochado, 2018a, b,c,d,e,f,g). Apesar da elevada procura, os clientes não estão dispostos a pagar os valores praticados, sendo que a produção dos mesmos deverá ocorrer onde são mais económicos, como os casos da China, Índia ou Camboja, uma vez que o custo de mão de obra em Portugal é elevado, correspondendo a cerca de 30% a 40% do valor do produto produzido em pele, ou 60% a 70% nos casos de materiais mais baratos, como o têxtil. Consideraram, por isso, que as empresas deverão investir noutros modelos de negócio, sobretudo no que respeita aos materiais utilizados, sendo esse um aspeto de bastante preocupação. As tendências do mercado têm tido crescimento ao nível do calçado produzido em materiais alternativos ao couro, como os têxteis, mas as estruturas produtivas têm sido direcionadas para produtos de couro. Nesse âmbito, o setor do calçado em Portugal poderá fragilizar-se.

Na sua generalidade, o aparecimento do designer de calçado foi mencionado como ocorrido na década de 80, tendo sido frequente que a proposta de coleções tenha acontecido a partir desses profissionais ao invés de uma procura por parte das empresas. Os primeiros designers de calçado foram mencionados como sendo italianos, franceses e espanhóis. Quanto a profissionais portugueses, os especialistas referiram-se a um passado recente, mencionando o espaço de há uma década a esta parte. Na verdade, tem permanecido igualmente esse modo de operar, sendo assim o designer de calçado a procurar as empresas para apresentar coleções.

Foi consensual a convicção do papel fundamental do design de calçado na indústria portuguesa. Esse, manifesta-se como um contributo imenso na criação de valor. Valor esse não apenas comercial, mas também social, cultural, político, ambiental e simbólico, que deverá ser ajustado às alterações das práticas quotidianas e de novas realidades. Ao correlacionar produtos no sistema cultural onde se enquadra, o designer interpreta contextos complexos e fornece soluções necessárias, podendo facultar continuidades ou ruturas, outros significados, práticas, processos ou conteúdos. Desse enunciado, o designer de calçado deve propor produtos novos, sem cópias ou referências alocadas noutras marcas, mas compreendidos num sentido ajustado ao cliente, fornecendo as ideias e revelando aquilo que é passível de ser produzido.

O designer de calçado escolhe materiais, concebe padrões e propõe programas inovadores, fazendo uso de habilidades técnicas e da sensibilidade estética para o desenvolvimento de estilos de calçado e configurações

de tendências. Presta atenção ao detalhe, a formas, cores, elementos, padrões e à moda para a emergência de calçado funcional e técnica/construção viável. O desenho é uma das principais ferramentas, assim como conhecimento de modelação e aspetos de construção com vista a viabilizar ideias e conceitos.

Às empresas não mais interessa apenas o setor produtivo, mas também a capacidade de novas propostas, de contribuir com novos produtos, não sendo assim do cliente a responsabilidade total de cada programa. Nesse sentido, não significará que os produtos devam surgir, exclusivamente, para os clientes, mas antes da informação recolhida junto dos mesmos, da capacidade de leitura daquilo que ambicionam, da identidade das marcas que representam ou dos produtos que pretendem.

Reconhece-se a necessidade de os designers de calçado ao serviço da indústria operarem em sentido colaborativo, desenvolvendo ideias pouco definidas pelos clientes, ou seja, produtos com os clientes, para clientes. Consequentemente, existe o aspeto latente da colaboração no desenvolvimento das 'fôrmas'.

A distinção dos produtos é também um dos aspetos que deverá caracterizar o designer de calçado. O modelo de negócio de determinada empresa marcado pela produção de calçado com marca própria e, simultaneamente, operar em regime de subcontratação requereu um sentido de alerta, na medida em que os produtos não poderão entrar em choque o promover a concorrência entre o leque de clientes, mas também entre clientes e a marca da empresa.

De acordo com os entrevistados, cerca de 90% de um programa proposto tem sido ajustado pelo cliente, provocando assim a multiplicação de programas. Esse aspeto não é considerado vantajoso. O designer de calçado poderá fornecer um grande contributo nesse quadro se conseguir expressar a pré-visualização dos programas próxima do produto real em suporte de desenho, evitando assim a profusão de amostras. O cliente ao aprovar desenhos em detrimento de amostras, permitirá um caminho mais curto para os protótipos e, consequentemente, mais económico.

Relativamente ao desempenho desse profissional, o panorama revelou-se delicado, como de resto se teve oportunidade de referenciar. Foram mencionados adjetivos como 'cópia', 'fotocópia', 'plágio' ou 'colagem' para referir programas propostos por designers de calçado, assumidos por esses como produtos originais. Esse aspeto, justificado pelas dificuldades criativas e a falta de conhecimentos técnicos e de materiais foram mencionados ao longo de todos os discursos e manifestam-se como a situação mais frágil.

Outra chamada de atenção foi direcionada para a necessidade de auscultar o público, conhecer o mercado que se pretende alcançar e a relação entre a qualidade e o preço. Considera-se a necessidade de o designer de calçado viajar, inspirar-se em diversas culturas, procurar pormenores e desenvolver processos criativos próprios. Deverá primeiramente, desenvolver 'fôrmas' e não copiá-las. Segue-se a mesma situação com os solados e com o corte, sem esquecer que os programas deverão ser comerciais.

De acordo com os especialistas os aspetos que deverão ser familiares ao designer de calçado, no quadro da indústria do calçado, traduzem-se em: 'ergonomia geral ou específica', 'anatomia', 'antropometria', 'amortecimento', 'tração', 'estabilidade', 'peso', 'volume', 'durabilidade', 'conforto', 'qualidade', 'moda', 'modelação', 'corte', 'costura', 'montagem' e 'acabamento', aliados a processos criativos e à identidade inerente a marcas ou clientes. O calçado não se trata apenas de um artefacto que fornece equilíbrio, segurança e estabilidade e permite posicionar e movimentar o pé e a perna de forma natural, mas também de uma metáfora da expressão ou linguagem humana. Se no passado predominaram os normativos para legislar os padrões de qualidade inerentes ao sentido de autoria presente nos artefactos, na atualidade a qualidade mede-se, eventualmente, em termos de desejo, afirmação de identidade ou comunicação ao invés das opções de necessidade e do perfeccionismo técnico.

O modelo de investigação realizado com a presente tese poderia ser aplicado a outras cidades portuguesas onde a produção de calçado é representativa. Igualmente nos locais onde a produção das peles é profusa poderá manifestar-se interessante uma análise aos mesmos em sentido estreito com o estudo dos programas. A realização de estudos sobre design de calçado é indubitavelmente a melhor opção para o crescimento e afirmação dessa área, sobretudo para o abandono da sua condição como 'acessório' do design de moda.

O contacto com as fontes documentais e a estruturação da investigação deixou perceber que a história da indústria em Felgueiras, seja ela pela perspetiva económica, antropológica ou etnográfica, manifesta um contributo ao design de calçado enquanto disciplina, podendo assim esclarecer o papel do designer e as suas competências para o desenvolvimento de calçados. A formação em design de calçado com base nas necessidades da indústria do calçado, a partir do estudo de caso de Felgueiras, poderia permitir que a médio/longo prazo se potenciasse o design de calçado português, com a criação de marcas, com a afirmação das existentes, com novos modos de atuação e com programas inovadores sob o ponto de vista do sentido estético e técnico.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia contém obras que não foram diretamente citadas e são identificadas pelo símbolo •.

A bibliografia referente à legislação apresenta-se por ordem de data de publicação, sendo organizada em dois grupos: legislação régia e legislação republicana. No caso da legislação régia são referenciadas primeiramente o conjunto das Leis Pragmáticas, seguindo-se a restante legislação.

PUBLICAÇÕES

ACT Autoridade para as Condições do Trabalho (2016) - *100 Anos da Inspeção do Trabalho em Portugal*. Lisboa: Autoridade para as Condições do Trabalho, 2016. 45 p.

- ADAMSON, Glenn; RIELLO, Giorgio; TEASLEY, Sarah (2011) – *Global Design History*. New York: Routledge, 2011. 240 p. ISBN 0203831977.

AGUIAR, Álvaro; MARTINS, Manuel – *O crescimento da produtividade da indústria portuguesa no século XX*. Porto: CEMPRE – Faculdade de Economia, 2004. 59 p.

- AIGA EDUCATORS CONFERENCE: NEW CONTEXTS NEW PRACTICES, Raleigh, 2010 - *Design Research: Building a Culture from Scratch*. Raleigh: North Carolina State University, 2010.

ALEXANDRE, Paulo Morais (s/d) - *A moda e o traje militar: a génese do uniforme no século XVII*. Boletim da Academia Portuguesa de Ex-líbris. p. 30-33.

ALBERTI, Verena (2007) - *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 236 p. ISBN: 9788522504732.

AMARAL, Ferreira do (1966) - *A industrialização em Portugal*. Lisboa: Anuário Comercial de Portugal, 1966.

- ANESPO (2011) - *Análise prospetiva da evolução sectorial em Portugal*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação. 139 p.

APICCAPS (1978) - *Plano estratégico para a indústria do calçado*. Porto: APICCAPS, 1978.

– (1983) - *Plano estratégico para a indústria do calçado*. Porto: APICCAPS, 1983.

– (1994) - *Plano estratégico para a indústria do calçado*. Porto: APICCAPS, 1994. 47 p.

– (1997) - *The portuguese footwear industry*. Porto: APICCAPS, 1997. 50 p.

– (1999) - *Plano estratégico para a indústria do calçado*. Porto: APICCAPS, 1999.

– (1999) - *The portuguese footwear industry*. Porto: APICCAPS, 1999. 49 p.

– (2001) - *Plano estratégico 2001-2006*. Porto: APICCAPS, 2001. 33 p.

– (2003) - *Monografia estatística: calçado, componentes e artigos de pele*. Porto: APICCAPS, 2003.

– (2003) - *Plano estratégico para a indústria do calçado*. Porto: APICCAPS, 2003.

– (2003) - *Report Portugal 2003 indústria portuguesa de calçado e artigos em pele*. Porto: APICCAPS, 2003. 94 p.

– (2005) - *2004 calçado: um sector em transformação*. Porto: APICCAPS, 2005. 64 p.

– (2007) - *Indústria do calçado: plano estratégico 2007-2013*. Porto: APICCAPS, 2007. 46 p.

– (2009) - *Monografia estatística: calçado, componentes e artigos de pele*. Porto: APICCAPS, 2009. 72 p.

– (2010) - *Monografia estatística: calçado, componentes e artigos de pele 2009*. Porto: CEGEA (coord.), 2009. 72 p. ISBN9789899647718.

– (2011) - *Monografia estatística: calçado, componentes e artigos de pele*. Porto: CEGEA (coord.), 2011. 84 p.

- (2012-2017) - *World Footwear Yearbook*. Porto: APICCAPS, 2012-2017.
- (2013) - *Monografia estatística: calçado, componentes e artigos de pele*. Porto: CEGEA (coord.), 2013. 92 p. ISBN 9789899647756.
- (2013) - *2020 Future: plano estratégico cluster do calçado*. Porto: CEGEA (coord.), 2013. ISBN 9789899647749. 78 p.
- (2014) - *Facts and numbers*. Porto: APICCAPS, 2014. 10 p.
- (2014) - *Monografia estatística: calçado, componentes e artigos de pele*. Porto: CEGEA (coord.), 2014. 96 p.
- (2015) - *Facts and numbers*. Porto: APICCAPS, 2015. 16 p.
- (2015) - *Future 2015: programa de ação para a fileira do calçado. Um contributo para a competitividade da economia portuguesa*. CEGEA (coord.), 2015. 140 p. ISBN 9789892012254.
- (2015) - *Monografia estatística: calçado, componentes e artigos de pele*. Porto: CEGEA (coord.), 2015. 100 p.
- (2016) - *Facts and numbers*. Porto: APICCAPS, 2016. 16 p.
- (2016) - *Monografia estatística: calçado, componentes e artigos de pele*. Porto: CEGEA (coord.), 2016. 98 p.
- (2017) - *Monografia estatística: calçado, componentes e artigos de pele*. Porto: CEGEA (coord.), 2017. 124 p.
- (2017) - *Facts and numbers*. Porto: APICCAPS, 2017. 16 p.
- ARNOLD, Janet (1980) - *A handbook of costume*. Basingstoke: Macmillan Publishers, 1980. 336 p. ISBN 9780333124819.
- ASH, Juliet (1993) - *Chic Thrills: A Fashion Reader*. California: University of California Press, 1993. 250 p. ISBN 0520083393.
- ASSOCIAÇÃO DOS SAPATEIROS LISBONENSES (1880) - *Estatutos da associação dos sapateiros lisbonenses*. Lisboa: Typographia Universal, 1883.
- AULETE, Caldas (1925) - *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 2^a. ed. 2 volumes. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1925. 2 v.
- BALDINI, M. (2006) – *A invenção da moda – as teorias, os estilistas, a história*. Lisboa: Edições 70, 2006. 142 p. ISBN 9789724412603
- BARÃO DE SANT'ANNA (1876) - *Notes on Portugal*. Philadelphia: Philadelphia Catholic publishing company, 1876. 159 p.
- BARRETO, A.; MÓNICA, Maria Filomena (2000) - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1979-2000. vol. IX. ISBN: 9726611652
- BARTHES, Roland (1985) - *The Fashion System*. California: University of California Press, 1985. 351 p. ISBN 520071778.
- (2004) - *The Language of Fashion*. Oxford: Berg Publishers, 2004. 208 p. ISBN 9781845203801.
- BECK, Ulrike [et. al.] – The invention of trousers and its likely affiliation with horseback riding and mobility: A case study of late 2nd millennium BC finds from Turfan in eastern Central Asia. *Quaternary International*. Boston: Elsevier. Vol. 348 (20 October 2014), p. 224–235.
- BIVAR, Artur (1948) - *Dicionário geral e analogico da língua portuguesa*. 2 volumes. Porto: Edições Ouro, 1948.
- BLUTEAU, Rafael (1712) - *Vocabulário português e latino*. Vol. I a VII e suplemento I e II. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1725.
- BLOCK, Marc (1993) – *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2001. 159 p. ISBN 978857106093.

- BLUMENTHAL, Emily (2011) - *Handbag Designer 101*. London: Voyageur Press, 2011. 160 p. ISBN 0760339732.
Boletim do Grémio dos Industriais de Calçado, 1965.
- BOSSAN, Marie Josephe (2004) *The Art of the Shoe*. New York: Parkstone Press, 2004. 272 p. ISBN101859958036.
- BOUCHER, François (2009) - *Historia del traje en occidente: desde los orígenes hasta la actualidad*. Barcelona: Gustavo Gili, 2009. 480 p. ISBN 8425223385.
- BOURHIS, Katelle (1989) - *The age of napoleon costume from revolution to empire 1789-1815*. New York: MET, 1989. 289 p. ISBN 0300201397.
- BRÁS, Rui Manuel (2004) – *Formas institucionais e sistemas de valores: as associações de sapateiros de Lisboa da segunda metade do século XIX ao Estado Novo*. Oeiras: Celta Editora, 2004. 132 p. ISBN 9727741916.
- BRAUDEL, Fernand (1978) - *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978. 324 p. ISBN: 8527303345.
- BRAVO, António (1957) - *Indústria de calçado de cabedal: subsídios para a sua organização*. Lisboa: [s.n.]. 10 p.
- BREWARD, Christopher (1995) - *The Culture of Fashion*. Manchester: Manchester University Press, 1995. 244 p. ISBN 0719041252.
- BREWARD, Christopher, CONEKIN, Becky, COX, Caroline (2002) - *The Englishness of English Dress*, 236 p. ISBN 9781845209155.
- BURDEK, Bernhard (2005) – *Design history, theory and practice of product Design*. Basel: Publishers for Architecture, 2005. 479 p. ISBN 3764370297.
- BURKE, Peter (1990) - *A escola dos Annales 1929-1989: A revolução francesa da historiografia*. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1990. 116 p. ISBN 85713900134.
- BUSH, Otton von (2008) – *Fashion-able: hacktivism and engaged fashion design*. Gothenburg: Intellecta Docusys, 2008. ISBN: 9789197775724. 278 p.
- CAETANO, Marcelo (1942) A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa. [prefácio de LANGHANS F. P. A, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua História*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943-46.
- (1943) *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua História*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943. vol. 1. 789p.
- (1943) *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua História*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1946, vol. 2, 866p.
- CALDAS, António (1881) - *Guimarães, Apontamentos para a sua História*. Porto: Typographia A. J. da Silva Teixeira, 1881. Vol. 1, 402 p.
- CALDEVILLA, Raul de (1917) - *Alda: pomada para calçado, brilho incomparável: à venda nas boas sapatarias e armazens de cabedais*. [Visual gráfico]. [S.l. : s.n., ca 1917]. 1 cartaz: color. 106x76 cm.
- CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS (1998) – *Felgueiras, consolidação da vocação industrial*. Felgueiras: Tipografia de Guimarães, 1998.
- (1997) - *Felgueiras, 20 anos de poder local*. Paços de Ferreira: Anégia Editores, 1997. ISBN 9728266022.
- (2004) - *Programa rede social: diagnóstico social*. Felgueiras: CMF, 2004. 41 p.
- (2007) - *Felgueiras: que futuro? Estudo prospetivo da economia municipal no contexto do emprego e da formação*. Edição Município de Felgueiras. Felgueiras: Gráfica da Lixa, 2007. 392 p. ISBN 9789729767463.

- CAMUFFO, Arnaldo et al. *Breathing Shoes and Complementarities: How Geox has rejuvenated the footwear industry*. Massachusetts: MIT – Industrial Performance Center. 2005. 40 p.
- CANABARRO, Ivo (2008) - *Teoria e métodos da história: coleção Educação à distância*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. 98 p. ISBN 9788574297194.
- CANTO, António Maria (1842) - *Dicionário da maior parte dos termos homónimos e equívocos*. 1º Vol. Lisboa: Tip. de António José da Rocha, 1842. 432 p.
- CARDIM, Valter (2011) - *A moda em Portugal: 1807 a 1914*. Lisboa: Edições IADE, 2011. 279 p. ISBN 9789898473011
- – (2014) - *A moda em Portugal: 1914 a 1959*. Lisboa: Edições IADE, 2013. 349 p. ISBN 9789898473066.
- – (2014) - *A moda em Portugal: 1960 a 1999*. Lisboa: Edições IADE, 2013. 315 p. ISBN 978989204799.
- CARDOSO, Jerónimo (1677) - *Dictionarium latino lusitanicum et lusitanico latinum*. Ulyssipone: officina & sumptibus Antonij Craesbeeck à Mello, 1677.
- CARDOSO, Rafael (1996) – *Uma introdução à história do design*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 2004. 240 p.
- CARLOS, Manuel (2010) Indústria Portuguesa de Calçado – *Principais medidas e problemas a curto prazo*. Centro de Congressos de Lisboa, PRIME - Uma Retrospectiva, 2000-2009 - Internacionalização do Calçado, 4 de fevereiro de 2010.
- CARTER, Michael (2003) - *Fashion Classics from Carlyle to Barthes*. Oxford: Berg Publishers, 2003. 192 p. ISBN 9781859736067.
- CARVALHO A. L. (1942) - *Os Mesteres de Guimarães III*. Barcelos: Instituto Nacional do Trabalho, 1942.
- CENTRO PORTUGUÊS DE DESIGN (2000) – *Anuário 2000*. Lisboa: CPD, 2000. 184 p. ISBN 972 9445 10 9.
- CHALLAMEL, Augustin (1882) - *The history of fashion in france - the dress of women from the gallo-roman period to the present time*. New York: Scribner and Welford, 1882. 366 p.
- CHOKLAT, Aki (2012) - *Footwear Design*. London: Laurence King Publishing, 2012. 192 p. ISBN 9781856697453.
- CLARK, Hazel; BRODY, David (2009) – *Design studies: a reader*. Oxford: Berg Publishers, 2009. 572 p. ISBN 978-1847882363.
- CLELAND, Liza; DAVIES, Glenys; LEWELLYN-JONES (2007) - *Greek and Roman dress, from A to Z*. London: Routledge. 2007. 240 p. ISBN 0415226619.
- COELHO, Tereza; AVILLEZ, Maria Assunção (1987) - *A moda em Portugal nos últimos 30 anos*. Lisboa: Ed. Rolim, 1987. 182 p. ISBN 9789726870807.
- COELHO, Sérgio (1998) Uniformologia: O jogo da aparência e da realidade. *População e Sociedade*, nº 4. CEPESE / Edições Afrontamento, 1998, p. 229-250.
- COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUÉRITO INDUSTRIAL (1881) - *Inquérito industrial 1881: visita às fábricas do districto administrativo do Porto*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. 314 p.
- CORREIA, Virgílio (1926) - *Livro dos Regimentos dos oficiais mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa (1572)*. Subsídios para a História da Arte Portuguesa, nº 22. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926. 255 p.
- COSGRAVE, Bronwyn (2012) - *História da indumentária e da moda: da Antiguidade aos dias atuais*. Barcelona: Gustavo Gili, 2012. 256 p. ISBN 9788425224591.

- COUTINHO, Bárbara (2016) – *Designers portugueses: Ana Salazar*. Coleção designers portugueses. Matosinhos: Cardume Editores. ISBN 9789898829177
- COUTO, António (1842) – *Dicionário da maior parte dos termos homónimos e equívocos*. Lisboa: Tipografia de António José da Rocha, 1842. 432 p.
- Crítica às modas escusáveis, e aos costumes reprehensíveis feita por hum filosofo moral no anno de 1805: dedicada á mocidade portugueza*. Lisboa: Impressão régia, 1806. 11p.
- CRUZ, António (1943) - *Os Mesteres do Porto no século XV. Aspectos da sua actividade e taxas de ofícios mecânicos*. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto: Porto. vol. III nº 1 (1943).
- CRUZ, António (1943), *Os Mesteres do Porto no século XV. Aspectos da sua actividade e taxas de ofícios mecânicos*. Porto: Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, 1943. 1 Vol., 322 p.
- CTCP (2005) – *Novos rumos: reconversão de activos do sector do calçado para novas profissões*. S. João da Madeira: Centro Tecnológico do Calçado de Portugal. 82 p.
- – (2010) - *Definição das principais áreas de inovação sectoriais - Bens de equipamento para o calçado*. S. João da Madeira: Centro Tecnológico do Calçado de Portugal. 27 p.
- (2010) - *Novos Perfis do Calçado - Guia do Empresário*. S. João da Madeira: Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, Orgal Impressores, 2010. 33 p.
- – (2011) - *A nanociência, a nanotecnologia e o calçado*. S. João da Madeira: Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, 2011. 26 p.
- (2012) - *Guia de boas práticas ambientais na fileira do calçado*. Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, 2012. 37 p.
- (2012) - *Evolução dos materiais termoplásticos na indústria do calçado*. S. João da Madeira: Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, 2012. 13 p.
- (2012) - *Estudo das Tendências de Calçado Técnico / Profissional*. S. João da Madeira: Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, 2012. 20 p.
- (2014) - *Newwalk: materiais, componentes, tecnologias para calçado do futuro – resultados 2011-2014*. João da Madeira: Orgal Impressores, 2014. 64 p.
- (2017) - *A curtimenta do couro*. S. João da Madeira: Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, 2017. 8 p.
- (2016) - *A revolução vegan*. S. João da Madeira: Orgal Impressores, 2016. 33p.
- (2015) - *Laboratory Tests for Materials, Components and Footwear*. S. João da Madeira: Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, 2015. 70p.
- (2012a) - *Novos Materiais para Calçado Vegan e Calçado Biodegradável*. S. João da Madeira: Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, 2012. 30 p.
- (2012b) - *Novos Perfis de Calçado de Segurança, Proteção e Ocupacional*. S. João da Madeira: Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, 2012. 29 p.
- DANTO, Arthur (1981) – *A transfiguração do lugar comum*. 2ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2005. 312p. ISBN-108575034197.
- DELIU, Peter ed. (2001) - *História da moda do século XX*. Koneman: Germany, 2001. 120 p. ISBN 3829082665.
- DIAS, Geraldo Coelho (2006) - *A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano: uma relíquia da Idade Média no Porto moderno: Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 2, 2006, p. 147-160.
- DILNOT, Clive - *The State of Design History, part II Problems and Possibilities*. *Design Issues*. Boston, MIT Press. Vol. 1 N° 2 (1984) p. 3–20.

- The State of Design History: part I: Mapping the field. In MARGOLIN, Victor. *Design discourse: history, theory, criticism*. University of Chicago Press, Chicago, 1989, p. 213-250.
- (1984) - The State of Design History: part I: Mapping the field. In LEES-MAFFEI, Grace; HOUZE, Rebecca Houze (2010) - *The design history reader*. Nova Iorque: Berg Publishers, 2010. p. 273-278. ISBN 9781847882363.
- DOHMEN, Jean-Gérard (1946) - *Syllabus des cours: patronnage géométrique – résumé de la méthode de J. Gérard Dohmen*. Bruxelles: Les Editions Travox (1946). 58 p.
- DOHMEN, Guy (1973) – *Travox: Art et chaussure de France - hiver 73.74*. Bordeaux: Éditions Travox, 1973.
- DOHMEN, Paul [s.d.] - *O calçante podológico: pé, forma, calçado. O pé e o seu alojamento*. Paul Dohmen, [s.d.]. 80 p.
- (1965) - *O que é a normalização*. Porto: Grémio Nac. dos Ind. de Calçado, 1965.
- (1966) - *Curso de Modelagem: método básico de Jean-Gérard Dohmen*. Porto: Grémio Nac. dos Ind. de Calçado, 1966. 200 p.
- DORFLES, Gillo (1988) – *A moda da moda*. Lisboa: Edições 70, 1988. 121 p.
 - DUARTE, Cristina L. (2004) - *O que é Moda*. Lisboa: Quimera, 2004. ISBN 9789725891247.
 - (2007) - *Trajes regionais: gosto popular, cores e formas*. Lisboa: Edição do Clube do Colecionador dos Correios, 2007. ISBN 9728968038. 163 p.
 - ELEAN, Ho (2013) - *Handmade leather bags & accessories*. Petersburg: Design originals, 2013. 111 p. ISBN 9781574217162.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (1963-). Vol. IV. Lisboa: Edição Verbo, 1966. 1850p.
- Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers – Recueil de planches, sur les sciences, les arts libéraux, et les arts mécaniques, avec leur explication*. Secnde partie. Paris, 1763.
- ENGLISH, Bonnie (2007) - *A cultural history of fashion in the 20th century*. Oxford: Berg Publishers, 2007. 192 p. ISBN 9781845203429
- ETP - Empresa Técnica Publicitária Film Gráfica Caldevilla (1917) - *Sapataria Operaria: a unica que vende calçado barato para todas as classes sociais*. [Visual gráfico]. Lisboa: S.O., [ca 1917]. 1 cartaz: color. 106x76 cm.
- FÁBRICA DE CALÇADO LUSO-BELGA (1939) – *Catálogo 1640-1940, Calçado época de inverno*. Lisboa: Soc. Tipográfica, 1939. 6 f.
- FALLAN, Kjetil (2010) - *Design History: Understanding Theory and Method*. Oxford: Berg Publishers, 2010, 224 p. ISBN 9781847885371.
- FARIAS, M. N.; FONSECA, A. D.; ROIZ, D. S. - A escola metódica e o movimento dos Annales: contribuições teórico-metodológicas à história. *Akrópolis*. Brasil: Universidade Paranaense, 2006. Vol. 14, nº 3 e 4. ISSN 15175367. p. 121-126.
- FERREIRA, Luís (1988) - *As funções de corte e de costura na indústria de calçado: discriminação com base no sexo*. Lisboa: Inst. de Emprego e Formação Profissional, 1988. 60 p.
- FERREIRA DOS SANTOS, Serafim (1957) – *Soluções para as dificuldades da indústria do calçado*. Comunicação 5. Lisboa: Coleção comunicação congresso da indústria portuguesa, 1957, 7p.
- FESETE (2010) - *Contrato colectivo de trabalho para o sector do calçado*. Porto: Fesete, 2010. 85 p.

- *Construção de Sistema de Avaliação de Funções e Remunerações no Calçado CCT-FESETE-APICCAPS* (coord. Francisca Vidal). Porto: Fesete, 2012. 129 p.
- FLUSSER, Vilém (2010) – *Uma filosofia do design: a forma das coisas*. Lisboa: Relógio d'Água, 2010. 144 p. ISBN 9789896410360
 - FOLQMAN, Carlos (1755) *Diccionario Portuguez, e Latino*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1755.
 - FORTY, Adrian (1986) - *Objects of desire: design and society since 1750*. New York: Thames & Hudson, 2000. 256 p. ISBN 9780500274125.
 - FOUCAULT, Michel (2008) - *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 236 p. ISBN 9788521803447.
 - FRAILING, Christopher (1993) – *Research in art and design*. London: Royal College of Art, 1993. 12 p. ISBN 187417555.
 - FRANKEL, Lois; RACINE, Martin [s.d.] - *The Complex Field of Research: for Design, through Design, and about Design*. Montreal: Concordia University, [s.d.]. 12 p.
 - FREITAS, Judite (2004) – *Ser historiador e cidadão hoje*. Porto: CEPESE, 2004. 28 p.
 - FREITAS, Sónia (2006) – *História oral: procedimentos e possibilidades*. São Paulo: Humanitas, 2006. 143 p. ISBN 8598292931.
 - GABINETE PORTUGUÊS DE PODOLIZAÇÃO (1970) – *O calçado podolizado: pré-selecção inverno 70*. Porto: Gabinete português de podolização, 1970.
 - GENOVA, Aneta (2011) - *Accessory Design*. London: Fairchild Books, 2011. 300 p. ISBN 9781563679261.
 - GEORGE, S. (2008) – *Essentiels: anatomie des essentiels de la mode*. Paris: Falbalas, 2008. 351 p. ISBN 9782953024012.
 - GILLE, Xavier (2011) - *François Pinet, Tourangeau La Rose d'Amour, bottier des élégantes (1817-1897)*. Chemillé sur-Indrois: Éditions Hugues de Chivré, 2011. 152 p. ISBN 978291604342.
 - GINZBURG, Carlo (1989) - *A Micro-História da Arte e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. 260 p. ISBN 9789722902564.
 - GOMES, Paulino coord. (1998) – *Felgueiras, tradição com futuro*. Porto: Anégia Editores, 1998. ISBN 9728266022
 - GOONETILLEKE, Ravindra – Designing footwear: back to basics in an effort to design for people. In KHALID, H.M.; LIM, T.Y.; LEE, N.K. (Ed.). *Proceedings of SEA-MEC*. Kuching: Universiti Malaysia, 2003.
 - HANNAH, Fra, PUTMAN, Tim (1980) – Taking stock in design history. In LEES-MAFFEI, Grace; HOUZE, Rebecca Houze (2010) - *The design history reader*. Nova Iorque: Berg Publishers, 2010. p. 267-278. ISBN 9781847882363.
 - HARRIS, P. (2007) – *The visual dictionary of fashion design*. Londres: Thames and Hudson, 2007. 296 p. ISBN 9780500203996.
 - HEBDIGE, Dick - Object as Image: the Italian Motor Scooter. In *Hiding in the Light*. London: Routledge, 1988. ISBN 0415007364. p. 77-115.
 - HERMSEN, Sarah (2004) - *Fashion, Costume, and Culture: Clothing, Headwear, Body Decorations, and Footwear through the Ages*. Gale: UXL, 2004. 1040 p. ISBN 0787654175.
 - HIBBERT, Adam; HIBBERT, Clare (2005) - *A History of Fashion and Costume The Twentieth Century*. New York: Facts on File, 2005. 64 p. ISBN 0816059519.
 - HOMEM, Armando Luís Carvalho (2004) - *O traje dos lentes memória para a história da veste universitária portuguesas séculos XIX – XX*. Porto: Greca artes gráficas, 2006. 285 p. ISBN 9729350965.

- INSTITUTO ANTÓNIO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA PORTUGAL (2003) – *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2003. Tomo I a XVIII, 8316 p. ISBN 9727596614.
- INE (1959) – *Inquérito industrial: XVII Distrito do Porto*. Lisboa: Bertrand (irmãos), Lda., 1959. p. 29-35.
- (1971) - *Estatísticas industriais: Continente e ilhas adjacentes*. Lisboa. 1971.
 - (1972) - *Estatísticas industriais: Continente e ilhas adjacentes*. Lisboa. 1972.
 - (1975) - *Estatísticas industriais: Continente e ilhas adjacentes*. Lisboa. 1975.
 - (1980) - *Classificação nacional das profissões*. Lisboa: INE, 1980.
 - (1982) - *Estatísticas industriais: Continente e ilhas adjacentes*. Lisboa. 1982.
 - (1983) - *Estatísticas industriais: Continente e ilhas adjacentes*. Lisboa. 1983.
 - (1987) - *Estatísticas industriais: Continente e ilhas adjacentes*. Lisboa. 1987.
 - (1988) - *Estatísticas industriais: Continente e ilhas adjacentes*. Lisboa. 1988.
 - (1994) - *Classificação portuguesa das actividades económicas*. Lisboa: IEFEP, 1994. ISBN 9727321461.
 - – (2001) - *Estatísticas históricas portuguesas*, coord. Nuno Valério. Lisboa, INE, 846 p.
 - (2007) - *CAE Classificação Portuguesa das Actividades Económicas Rev.3*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2007. 311 p. ISBN 9789726739197.
 - (2010) - *Classificação portuguesa das profissões 2010*. Lisboa: INE, 2010. 485 p. ISBN 9789892500102.
 - (2011) - *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal*. Lisboa: INE, 2011. 560 p. ISBN 9789892501819.
 - (2012) - *Estatísticas da produção industrial 2010*. Lisboa: INE, 2012. 114 p. ISBN 9789892501284.
- IRURZUN, Baltasar; SANZ, Gregorio (1971) - *Encyclopedia metodica. Artes académicos, traducidos del francés al castellano: El Arte de la Equitacion*. Madrid: Sancha, 1791. 546 p.
- JOHNSTON, Lucy (2006) – *La moda del signo XX en detalle*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, Sl., 2006. 224 p. ISBN 9788425221149.
 - JOHNSTON, Lucy; WOOLEY, Linda (2017) - *Shoes*. London: Thames & Hudson; V&A. ISBN 9780500519387. 160 p.
- KINSEY, William Morgan (1829) - *Portugal illustrated: in a series of letters / by the Rev. W. M. Kinsey*. 2ª ed. London: Teuttel and Würtz, Treuttel Jun. [et al.]: A. J. Valpy, 1829.
- LAGE, Otilia (1993) – *A metalúrgica da Longra: elementos para análise de uma fábrica quase centenária*. Porto, 1993.
- LANGHANS, Franz-Paul (1948) *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa. Subsídios para a sua História*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1948, 418p.
- LAU, John (2012) – *Designing accessories: exploring the design and construction of bags, shoes, hats and jewellery*. London: AVA Publishing, 2012. 200 p. ISBN 9782940411313.
- LAYER, James (1967) - *Costume through the ages*. London: Tames and Hudson, 1967. 144 p. ISBN 0671165216.
- LE GOFF, Jacques – História e memória. In *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. Vol.1, p. 44-46.
- (1990) - *A nova história*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 166 p. ISBN: 852680180520.

- (1998) - *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 318 p. ISBN 8533601395.
- (2008) – *Uma breve historia da Europa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008. 166 p. ISBN 9788532637383.
- LEES-MAFFEI, Grace; HOUZE, Rebecca Houze (2010) - *The design history reader*. Nova Iorque: Berg Publishers, 2010. 608 p. ISBN 9781847882363.
- LEES-MAFFEI, Grace; HUPPATZ, D.J. (2012) Design History: From Service Subject to Discrete Discipline. In *Design Frontiers: Territories, Concepts, Technologies, ICDHS 2012 8th Conference of the International Committee for Design History & Design Studies*. Design Frontiers: Territories, Concepts, Technologies, The 8th International Committee for Design History and Design Studies Conference, São Paulo, Brasil, 3-6 September 2012.
- LELLO UNIVERSAL (1988) – *Dicionário enciclopédico luso-brasileiro*. 2 vols. Porto: Lello & Irmão, 1988.
- LEMOS, Alberto Moreira (1934) – *Relatório da associação de classe dos industriais e comerciantes de calçado do Porto*. Porto: Associação de Classe dos Industriais e Comerciantes de Calçado do Porto, 1934.
- LIPOVETSKY, Gilles (1989) - *O império do efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 347 p. ISBN: 9788535915129.
- LOPES, Miguel; MARTINS, Sónia (2015) – *Manual de boas práticas ambientais na indústria do calçado*. Felgueiras: CIICESI, 2015. 137 p. ISBN 9789899844735.
- LOUBOUTIN, Christian (2011) - *Christian Louboutin*. Milano: Rizzoli, 2011. 304 p. ISBN 0847836517.
- LUCENA, Manuel de, 1976 – *A Evolução do Sistema Corporativo Português. I – O Salazarismo*. Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976. 416 p.
- LUXIMON, A. (2013) - *Handbook of Footwear Design and Manufacture*. Cambridge: Woodhead Publishing, 2013. 416 p. ISBN 082479673X
- LYNN, Judith; BONFANTE, Larissa (1994) - *The World of Roman Costume*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2006. 320 p. ISBN 0299138542.
- MACHADO, José Pedro (1981) – *Grande dicionário da língua portuguesa*. Diversos: [s.l.], 1981. vol. III. 640 p. ISBN: 0043000211165
- MADUREIRA, Nuno - O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957). *Análise social*. ISSN 00032573. Vol. 33 N° 148 (1998) p. 777-882.
- MARGOLIN, Victor (1992) - Design history or design studies: subject matter and methods. LEES-MAFFEI, Grace; HOUZE, Rebecca Houze - *The design history reader*. Nova Iorque: Berg Publishers, 2010. p. 286-290 p. ISBN 9781847882363.
- MARQUES, José (2012) - A confraria e o hospital dos sapateiros de Guimarães: património e inserção social, em 1499. In *Boletim de trabalhos históricos*. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. ISSN 21829217. Vol. II, série III, 2012/2013. 54 p.
- MARTIN, Richard (1996) - *Haute Couture*. New York: MET, 1996. 128 p. ISBN 0300199910
- (1997) - *Versace*. New York: MET, 1997. 192 p. ISBN 0300086148.
- (1997) - *Wordrobe*. New York: MET, 1997. 24 p. ISBN 0300203292.
- MARTIN, Richard; KODA, Harold (1996) - *Bare Witness*. New York: MET, 1996. 32 p. ISBN 0300200528.
- MARTIN, Richard; BENBOW-PFALZGRAF, Taryn (2002) - *Contemporary fashion*. Farmington Hills: St. James Press, 2002. 732 p. ISBN 1558623485.

- MCDONNELL, Nancy (2014) - *The shoe book*. New York: Assouline Publishing, 2014. ISBN 161428153X. 359 p.
- McNEIL, Peter (2009) - *Fashion: critical and primary sources*. Oxford: Berg, 2009. 4 vols. 1473 p. ISBN 9781847882929.
- MELO, Margarida; DUARTE, Teresinha (2001) – *O calçado em Portugal, uma análise da competitividade*. Lisboa: GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, 2001. 48 p. ISBN 972-817070X
- METROPOLITAN MUSEUM OF ART (1980) - *The Imperial Style: Fashions of the Hapsburg Era*. Yale: Yale University, 1980. 168 p. ISBN 0300201559.
- MESQUITA, António (1995) - *Onde nasceu a indústria do calçado: subsídios para o estudo da arqueologia industrial do calçado no triângulo de Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis*. [S.l.: s.n.]. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 1995. 50 p.
- (2003) - *Os sapateiros no contexto económico político e religioso do reino*. S. João da Madeira: Câmara Municipal. 2003, 303 p. ISBN 9729148139.
- MICHAEL, Valerie (2006) - *The leatherworking handbook: a practical illustrated sourcebook of techniques and projects*. London: Cassell, 2006. 128 p. ISBN 9781844034741.
- MÓNICA, Filomena (1982) – *A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. ISBN 0066000106333. 552 p.
- (1986) - *Artesãos e operários. Indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*. Lisboa: ICS, 1986. ISBN 0530000000001. 229 p.
- MORAES SILVA, António de (1789) *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre d. rafael bluteau / reformado, e acrescentado por antonio de Moraes silva natural do rio de janeiro*. 2 vols. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- MUSEU NACIONAL DO TRAJE (2000) – *A moda do século: 1900-2000*. Lisboa: Museu Nacional do Traje – Ministério da Cultura, 2000.
- NIELSEN-GRIMM, G. (2011) – *History of the Utah Museum of Natural History's Anthropological Collections*. In YODER, D.; WATKINS, C. (ed.) - *Utah's Journal of Archaeology Research*. Provo: Brigham Young University. ISSN 10406449. Vol. 24 N°1 (2011) p. 1-13.
- NUNES, Graça (1996) - *História Regional e Local – Contributos Para o Estudo das Identidades Locais*. In *Cadernos de Sociomuseologia*. [s.l.]. ISSN 16463714. Vol.8 N° 8 (junho 2009) p. 71-81.
- OLIVEIRA, Aurélio (1998) – *As indústrias no Porto no final do século XVIII*. In *A Indústria portuense em perspectiva histórica: atas do Colóquio*. Lisboa: CLC – FLUP, 1998, p. 285-302.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires (1999) - *A arte da çapataria em Braga e na Sapataria Ideal (breve bosquejo histórico)*. Braga: Associação Comercial de Braga, 1999. 53 p.
- PACHECO, João (1957) - *Problemas da indústria do calçado comunicação*. Comunicação 115. Lisboa: Coleção comunicação congresso da indústria portuguesa, 1957.
- PALHARES, João (1850) – *Costumes portugueses*. Lisboa: Ed. João Palhares, 1850. 60 p.
- PATTISON, Angela; CAWTHORNE, Nigel (1998) – *Shoes a century of style*. London: Apple Press, 1998. ISBN 1840920769. 160 p.
- PEREIRA, A. Santos (1965) – *Terras da nossa terra: distrito do Porto*. Porto: Tipografia do Carvalhido, 1965.
- PEREIRA, Benjamim [196-] – *Calçado de pau em Portugal*. Porto: Junta Distrital, [196-].

- PEREIRA, Gaspar [s.d.] – Aprender a arte: sobre o aprendizado nas fábricas e oficinas 1866. In *Estudos de história contemporânea portuguesa*. Porto: Centro de História UP, [s.d.]. p. 329-358.
- PERKS, Robert; THOMPSON, Alistar (2003) - *The oral history reader*. London: Routledge, 2003. 494 p. ISBN 0415133513.
- PERSOON, HELEN (2015) – *Pleasure and pain*. London: V & A Publishing, 2015. 176 p. ISBN 9781851778324.
- PEVSNER, Nikolaus (2005) - *Pionners of modern movement from William Morris to William Ruskin*. London: Yale University Press, 2005. 192 p. ISBN 0300105711.
- PICKEN, Mary (1998) - *A Dictionary of Costume and Fashion: Historic and Modern*. New York: Dover Publications, 1998. 446 p. ISBN 9780486402949.
- PINHASI, R. [at al.] - First Direct Evidence of Chalcolithic Footwear from the Near Eastern Highlands. In PETRAGLIA, D. *PLoS One*. Oxford: University of Oxford, 2010. Vol. 5 N° 6.
- PINTO, Armando (1997) - *Memorial histórico de Rande e Alfozes de Felgueiras*. Felgueiras: Semanário de Felgueiras, 1997.
- PINTO, Elisabete (2012) - *Curtidores e surradores de S. Sebastião – Guimarães (1865-1923): a difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no meio urbano*. Guimarães: Elisabete Pinto, ed. 210 p.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (1964) *Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967*. Imprensa Nacional de Lisboa: Lisboa, 1964, volume I, 518 p.
- PROENÇA, Margarida; CARDOSO, José (coord.) - *Felgueiras: Que futuro? Estudo prospectivo da economia municipal no contexto do emprego e da formação*. Felgueiras: Município de Felgueiras, 2007. 396 p. ISBN 9789729767463.
- PROVIDÊNCIA, Francisco (2003) – Algo más que una hélice. In CALVERA, Anna (ed.) - *Arte? Diseño*. Barcelona: Gustavo Gili, 2003. ISBN 84-252-1543-9. p. 195-213.
- RAPOSO, Eduardo (1974) - *A indústria portuguesa de calçado*. Lisboa: Banco de Fomento Nacional, 1974. 65 p.
- REINALDO, João (1957) – *Problemas da indústria do calçado*. Lisboa: Coleção comunicação congresso da indústria portuguesa, 1957. 7p.
- RENFREW, Elinor; RENFREW, Colin (2010) - *Creación de una colección de moda*. Singapore: Gustavo Gili, 2010. 176 p. ISBN 9788425223730.
- RIBEIRO, António (1957) - *A mecanização total da indústria do calçado*. Comunicação 6. Lisboa: Coleção comunicação congresso da indústria portuguesa, 1957.
- RIBEIRO, António (1972) - *Manual de modelação de calçado*. Porto: A. Ribeiro, 1972. 862 p.
- RIBEIRO, Rita (2012) - Globalização, diferenciação e nation branding: dos conceitos às etiquetas no calçado português. In *Proceedings CIMODE 2012 – International Fashion and Design Congress*, UM/ABEPEM, Guimarães, p. 3193-3210. ISBN 9789728692728.
- RICCI, Stefania (1992) - *Salvatore Ferragamo: The Art of the Shoe 1898-196*. New York: Rizzoli International Publications, 1992. ISBN: 0847814963. 240 p.
- RICOEUR, Paul (2007) - *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2007. 536 p. ISBN: 9788526807778.
- ROCHELL, Hannah (2014) - *En brogue: love fashion, love hells, hate hells*. London: Salt Yard Books, 2014. 128 p. ISBN 9781473606517.
- RODRIGUES, Joaquim (2011) - *A vida, o trabalho e a luta dos sapateiros de Loulé (1890-1945)*. Loulé: Joaquim Rodrigues, ed. 2011. 40 p.

- SAMPAIO, A. Cabral; PAULO, A. Lopes (1969) - *Medidas directas de produtividade na indústria de calçado mecânico*. Lisboa: I.N.I.I., 1969, 156 p.
- SANTOS, Rui Afonso (1995) – O design e a decoração em Portugal: 1900-1994. In PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da arte portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. Vol. III. ISBN 972-42-1225-4. p. 437-505.
- SCHAFFER, Jane; SAUNDERS, Sue (2012) - *Fashion Design Course: Accessories*. New York: B.E.S. Publishing, 2012. 256 p. ISBN 9780764147548.
- SCHUMANN, Matt J. (2007) - *Wilhelm von Humboldt: On the Historian's Task (1821)*. Michigan: Eastern Michigan University, 2007. 5 p.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1977) - *História de Portugal, Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*. Vol. I. Lisboa: Editorial Verbo, 1977.
- SERRÃO, J. (1994) – O quadro económico: configuração estrutural e tendências de evolução. In HESPANHA, António (coord.); MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal. O Antigo Regime, 1620-1807*. Lisboa, Estampa, 1994, vol. 4, pp. 71-117.
- SILVA, António Morais (1961) - *Novo dicionário compacto da língua portuguesa*. 6ª ed. 5 vol. Lisboa: Editorial Confluência, 1990. ISBN 9722407503
- SILVA, Fernando; MENEZES, Marizilda (2009) - Design e metodologia nas indústrias de calçados. In *Design e planeamento: aspectos tecnológicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 277 p. ISBN 9788579830426.
- SILVA, Francisco – História Local: objetivos, métodos e fontes. In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. p. 383-395. ISBN 9729350320.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (2010) A 3ª Geração dos Annales: cultura histórica e memória. In CURY, Cláudia Engler [et. al.] (2010) - *Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século 20*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010. p. 37-68. ISBN 9788577455317.
- SOUTO, Maria Helena (2009) - *História do Design em Portugal I: reflexões*. Lisboa: Edições IADE, 2009. 94 p. ISBN 9899563927.
- SMITH, William (1859) - *Greek and Roman antiquities*. Boston: Little, Brown, and Company, 1859. 1319 p.
- SMITH, William, GATE, E. (1890) - *A Dictionary of Greek and Roman Antiquities*. London: J. Murray, 1890. 1090 p.
- SOUSA, Ivo (1993) - Introdução ao património da casa e da corte de D. Leonor. *Revista Línguas e literaturas*. Espiritualidade e corte em Portugal, sécs. XVI – XVIII. Porto: Faculdade de Letras, 1993. P. 23-52.
- SOUSA, Renato (1988) - *O calçado, el calzado, la chaussure, le calzature*. Colab. Estudio Internacional Sampere [et al.]; Lisboa: Lidel, cop. 1998
- SUOH, Tamami; FUKAI, Akiko (2004) - *Fashion from the 18th to the 20th century*. Italy: Taschen, 2004. 192 p. ISBN 3822838578.
- TASCHEN (2004) - *Fashion from the 18th to the 20th century*. The Kyoto Costume Institute. Italy: Taschen, 2004. 192 p. ISBN 3822838578.
- TAVARES, Pedro Vilas Boas, coord. (2015) – *Felgueiras: 500 anos de concelho*. Felgueiras: Rainho & Neves, 2015. ISBN 978989822117.
- TAVARES, Pedro Vilas Boas; CUNHA, Cristina (2014) – *Felgueiras: a terra e seu foral no cinzel da história*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 2014. 224 p. ISBN 9789898221094.
- TAYLOR, Lou (2002) - *The Study of Dress History*. Manchester: Manchester University Press, 2002. 284 p. ISBN 0719040655.

- THOMPSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Projeto História*. São Paulo. ISSN 21762767. N.º 15 (abril 1998), p. 51-84.
- THOMPSON, Eduard (1966) – *History from below*. In *Times Literary Supplement*. Vol. 65, s/n, (1966), p. 275-280.
- ULLMAN, David (1992) - *The Mechanical Design Process*. 4ª ed. Boston: MC Graw Hill, 2003. 433 p. ISBN 9780072975741.
- VERDILHO, Telmo (s/data) – *Dicionários portugueses, breve história*. In *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*, José Horta Nunes e Margarida Petter (Orgs.), São Paulo, Humanitas / FFLCH / USP: Pontes, 2002, p.15-64.
- VERDUM, Marcel (1938) - *Gomas e graxas: colas e betumes, cimentos e mastiques, lustrinas, cremes e pomadas para o calçado*. Trad. de Alcântara Severo. Lisboa: Empresa Literária Universal, 1938. 32 p.
- VERGANI, G. (2006) – *Fashion Dictionary*. New York: Baldini Castoldi Dalai Editore, 2006. 1356 p. ISBN 8860730155.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, O.F.M. 1744-1822, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam / Publicado em Benefício da Litteratura Portugueza Por Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo - 2ª ed. revista, correcta e copiosamente adicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo. 1 volume. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.*
- WALKER, John (1989) – *Design history and the history of design*. London: Pluto Press, 1989. 243 p. ISBN 0745302742.
- WILCOX, C., MENDES, V., BUSS, C. (2002) – *The art and craft of Gianni Versace*. London: V&A Publications, 2002. 160 p. ISBN 0810965976.
- WOLFGANG, Jonas (2006) - *Research through DESIGN through research - a problem statement and a conceptual sketch*. Design Research Society. International Conference in Lisbon, 2006.
- WOODHAM, Jonhathan (1995) – *Resisting Colonization*. LEES-MAFFEI, Grace; HOUZE, Rebecca Houze - *The design history reader*. Nova Iorque: Berg Publishers, 2010. p. 291-297. ISBN 9781847882363.
- WYCHE, Susan; SENGERS, Phoebe; GRINTER, Rebecca - *Historical Analysis: Using the Past to Design the Future*. In *Ubicomp 2006*. Berlin: P. Dourish and A. Friday, 2006. pp. 35 – 51.

TESES E DISSERTAÇÕES

- ABRANTES, Luís (2004) - *Estratégias de internacionalização de empresas portuguesas de calçado*. Porto: Universidade Católica, 2004. 298 f. Dissertação de mestrado em Gestão de Operações Comerciais.
- ALMEIDA, Pedro (2005) - *Identidade e marca: recursos estratégicos para a competitividade das organizações, na indústria portuguesa do calçado em particular*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2005. 170 f. Dissertação de mestrado em Design, Materiais e Gestão do Produto.
- (2012) - *Brand archives: The rescuing of locally specific brand imagery as a graphic design response to the globalization of visual identity*. London: Central Saint Martins College of Art & Design University of the Arts London, 2012. 400 f. Tese de doutoramento.

- ALMEIDA, João (2015) - *Estudo e desenvolvimento de um manequim de pé térmico com sudação para teste de calçado*. Braga: Universidade do Minho, 2015. Tese de doutoramento em Engenharia Mecânica.
- ALMEIDA, Victor (2009) – *O design em Portugal, um tempo e um modo*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes, 2009. 382 f. Tese de doutoramento.
- ALY, Sarah (2016) - *Portuguese shoes the sexiest industry in Europe: a repositioning strategy towards changing the perception of Portuguese footwear, a brand's perspective*. Porto: Universidade Católica, 2016. Dissertação de mestrado.
- BARBOSA, Helena (2011) - *História do cartaz em Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2011. 604 f. Tese de doutoramento em Design.
- BARBOSA, Maria (2013) – *A importância do design na indústria do calçado português*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, 2013. 162 f. Dissertação de mestrado em Design de Equipamento.
- BARROS, MARIA (2008) - *Revestimentos funcionais de base quitosano: desenvolvimento de aplicações para a indústria do calçado*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2008. 77 f. Dissertação de mestrado em Engenharia Química.
- BASTOS, Graça (2011) - *A informação empresarial no setor do calçado em Portugal: uma evidência*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2011. 155 f. Dissertação de mestrado em Contabilidade e Fiscalidade.
 - BENTO, Maria (2009) - *Concepção de estruturas de malha com elevadas capacidades de transferências térmica e fisiológica para aplicação em calçado desportivo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. 195 f. Dissertação de mestrado em Engenharia Têxtil.
- CARDAL, Maria (2017) - *Carlos Santos: developing a strategy for an own brand of Portuguese Handmade Shoes*. Lisboa: Universidade Católica, 2017. 45 f. Dissertação de mestrado em Management with Specialization in Strategy & Entrepreneurship.
- CARDEAL, NUNO (2010) - *PME's em "clusters": Desenvolvimento de vantagens competitivas em indústrias maduras, em mudança lenta. O caso da indústria portuguesa de calçado*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2010. 2 vol. Tese de doutoramento em Gestão, especialidade em Gestão Geral, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial. ISCTE-IUL.
- CARDIM, Valter Carlos Cardim (1998) - *Fashion, design, cultura e identidade: a costura social da moda em Portugal no século XX*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1998. 2 v. 359 f. Dissertação de mestrado em Antropologia social e cultural.
- CARDOSO, Ana (2016) - *Gestão estratégica do conhecimento, inovação e desempenho das empresas da indústria do calçado*. Vila Real: UTAD, 2016. 75 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais.
- CARVALHO, Susana (2012) - *A indústria do calçado em S. João da Madeira (1881-1953): estudo e mediação*. Porto: FLUP, 2012. 186 f. Dissertação de mestrado em História e Património – ramo Mediação Patrimonial.
- CARVALHO, Élia (2013) - *Armazenagem e gestão de stocks na indústria do calçado*. Braga: Universidade do Minho, 2013. 64 f. Dissertação de Mestrado em Engenharia Industrial.
- CARVALHO, Catarina (2014) - *Desenvolvimento de marcas coletivas internacionais no setor do calçado*. Braga: Universidade do Minho, 2014. Dissertação de mestrado em Marketing e Estratégia.
- CASTRO, Mariana (2016) - *Outsourcing na indústria portuguesa do calçado*. Vila Real: Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, 2016. Dissertação de mestrado em Ciências Económicas e Empresariais.

- CHALABARDO, Mariana (2013) - *Design de calçado e acessórios: estágio na marca Guava e realização de uma minicolecção de calçado*. Castelo Branco: Instituto Politécnico, 2013. 140 f. Dissertação de mestrado em Design Vestuário e Têxtil.
- COELHO, Carlos (2015) - *Os grandes desafios à internacionalização: o caso da NOBRAND*. Braga: Universidade do Minho, 2015. Relatório de estágio de mestrado em Negócios Internacionais.
- COHEN, Jennifer (2006) - *Making time: toward a historical materialist fashion*. Cornell: Cornell University, 2006. 154 p.
- COHEN, Pedro (2017) - *Conceição Rosa Pereira & C^a, Lda – Luis Onofre: strategic development for a Portuguese luxury brand*. Lisboa: Universidade Católica, 2017. 48 f. Dissertação de mestrado em Management with Specialization in Strategy & Entrepreneurship.
- DIAS, Helena (2009) - *Previsão de insolvência financeira: uma aplicação ao sector do calçado português*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. 41 f. Dissertação de mestrado em Economia.
- DUNLOP, Paula (2011) - *Unravelling Design: fashion, dressmaking, ethos*. Queensland: University of Technology, 2011. 131 f. Doctor of Philosophy.
- FERREIRA, Sérgio (2007) - *Preços e salários em Portugal na baixa idade média*. Porto: Faculdade de Letras, 2007. 324 f. Dissertação de mestrado em História Medieval e do Renascimento.
- FIALHO, Maria João (2011) - *O traje de corte feminino em Portugal da época de D. Manuel I a D. Pedro II*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011, 168 f. Dissertação de mestrado em História da Arte.
- FOLGADO, Deolinda (2009) - *A nova ordem industrial: da fábrica ao território de Lisboa 1933-1968*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2009. Tese de Doutoramento.
- FRAGOSO, Ana Margarida de Bastos Ambrósio Pessoa (2008) - *Formas e expressões da comunicação visual em Portugal: contributo para o estudo da cultura visual do século XX, através das publicações periódicas*. Orient. Fernando José Carneiro Moreira da Silva, José Pedro Roque Gameiro Martins Barata. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2008. 621 f. Tese de Doutoramento.
- FREITAS, Catarina (2014) - *Criação de uma marca de calçado de luxo: Catarina Cruz*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2014. 138 f. Dissertação de mestrado em Branding e Design de Moda.
- FREITAS, MANUEL (2009) - *As mutações entre 1996 e 2007 e as novas configurações das relações têxteis, vestuário e calçado*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009. 686 f. Dissertação de mestrado em Sociologia Sociedade Portuguesa Contemporânea, Estruturas e Dinâmicas.
- GARCIA, Ana Margarida (2011) - *A Moda feminina no Estado Novo: a relação da moda e da política nos anos sessenta em Portugal*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, 2011. 139 f. Dissertação de mestrado em Design de Moda.
- GONÇALVES, ANTÓNIO (1994) - *Um sistema de apoio à decisão para o planeamento da produção na indústria do calçado*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 1994. 78 f. Dissertação de mestrado em Engenharia electrotécnica e de computadores.
- GONÇALVES, Leticia (2017) - *Acessórios no design de moda: o culto do calçado feminino - moda versus saúde e conforto*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2014. 159 f. Dissertação de mestrado em Design de Moda.

- GOUVEIA, Gualter (2005) - *Cluster e Supply Chain na definição estratégica da indústria do calçado*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2005. 131 f. Dissertação de mestrado em Gestão de Operações.
- GRAVE, Graça (2015) - *Estigma no uso do calçado ortopédico: um estudo de caso em ambiente empresarial*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2015, 164 f. Dissertação de mestrado em Design.
- HERMANAVICIUTE, Gintare (2016) - *Impacto das redes sociais e website no desempenho competitivo das empresas portuguesas de calçado. Presença digital como vantagem competitiva*. Braga: Universidade do Minho, 2016. 254 f. Dissertação de mestrado em Design e Marketing.
- LEITE, Inês (2013) - *A internacionalização das empresas portuguesas da indústria do calçado e a relação com a volatilidade das vendas e resultados*. Porto: Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, 2013. 50 f. Dissertação de mestrado em Finanças Empresariais.
- MAIAS, Hélder (2013) - *Fatores determinantes na performance de exportação da indústria portuguesa de calçado*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2013. 121 f. Dissertação de mestrado em Marketing.
- MANAÇAS, Vitor Manuel Teixeira (2005) – *Percursos do Design em Portugal*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2005. 2 vol. Tese de doutoramento em Design de Equipamento. Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.
- MARCOS, Pedro (2010) - *Fatores determinantes para a internacionalização no sector do calçado português de luxo: um estudo exploratório*. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2010. 53 f. Dissertação de mestrado em Economia e Gestão Internacional.
- MARQUES, Juan (2001) - *Balanceamento, escalonamento, de linhas de produção: o caso de uma indústria do calçado*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2001. 140 f. Dissertação de mestrado em Engenharia electrotécnica e de computadores.
- MARQUES, António (2015) - *Inovação como fator de competitividade da cadeia de valor da moda*. Braga: Universidade do Minho, 2015. Tese de doutoramento em Engenharia Têxtil.
- MARTINS, Catarina (2014) - *Internacionalização de uma marca de calçado Made in Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 2014. Dissertação de mestrado em Negócios Internacionais.
- MARTINS, Tatiana (2008) - *Novas abordagens do processo criativo na aplicação da técnica do Laser*. Braga: Universidade do Minho, 2008. 194 f. Dissertação de mestrado em Design e Marketing (área de conhecimento têxtil).
- MATOS, Joaquim (2014) - *Desenvolvimento de materiais têxteis com propriedades antimicrobianas para revestimento de calçado*. Braga: Universidade do Minho, 2014. 103 f. Dissertação de mestrado em Design e Marketing.
- MELO Arnaldo (2009) - *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*. Orient. Maria da Conceição Falcão e Philippe Braunstein. Braga: Universidade do Minho, 2009, 2 vol. Tese de Doutoramento.
- MORIM, Maria (2012) - *O design como veiculador cultural no desenvolvimento de um produto de calçado*. Viana do Castelo: Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 2012. 131 f. Dissertação de mestrado em Design integrado.
- MOURA, BRUNO (2011) - *Projeto e desenvolvimento de estribo para calçado ortopédico*. Braga: Universidade do Minho, 2011. 103 f. Dissertação de mestrado em Engenharia Mecânica.

- NEVES, Pedro (2007) – *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal, da década de 1880 à 1ª guerra mundial*. Lisboa: Universidade Técnica, 2007. Tese de doutoramento em História Económica e Social.
- NICHELE, K. (2011) – *Design de moda: a cultura de projeto na moda com base nos conceitos do design estratégico*. Porto Alegre: UNISINOS, 2011. 134 f. Dissertação de mestrado em Design.
- NOGUEIRA, ANTÓNIO (2013) - *Estudo e desenvolvimento de um sistema versátil de conformação de palmilhas metálicas*. Braga: Universidade do Minho, 2013. 103 f. Dissertação de Mestrado em Engenharia Mecânica.
- OLIVEIRA, Helena (2001) - *A Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano e o seu Hospital na Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras, 2001. 120 f. Dissertação de mestrado em História Medieval.
- OLIVEIRA, Inês (2014) - *A estratégia de comunicação na construção de uma marca de moda: estudo de caso - projeto para a marca Nobrand*. Braga: Universidade do Minho, 2014. 105 f. Dissertação de mestrado em Design de Comunicação de Moda.
- OLIVEIRA, Sónia (2015) - *Aplicação da metodologia WID numa indústria de calçado*. Braga: Universidade do Minho, 2015. Dissertação de mestrado em Engenharia Industrial, ramo Gestão Industrial.
- ÖZKAN, Özgü Hafizoglu (2005) - *A research on footwear and foot interaction through anatomy and human engineering*. Izmir: Izmir Institute of Technology, 2005. Thesis submitted to Master of science in Industrial Product Design.
 - RAMALHO, Isabel (2013) - *RBV: Valor, raridade, vantagem competitiva e desempenho. Uma investigação empírica no sector do calçado português*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013. 62 f. Dissertação de mestrado em Gestão.
- RAMOS, Sandra (2015) - *Implementação de ferramentas Lean numa empresa de componentes para calçado*. Braga: Universidade do Minho, 2015. 83 f. Dissertação de mestrado em Engenharia Industrial.
- REBOCHO, Isabel (2016) - *O processo de internacionalização de uma marca de calçado Portuguesa: o caso Josefina*. Braga: Universidade do Minho, 2016. 99 f. Dissertação de mestrado em Negócios Internacionais.
- RIGHETTO, Mariana (2013) - *Conforto no calçado feminino com ênfase no conforto psico-social*. Braga: Universidade do Minho, 2013. 137 f. Dissertação de mestrado em Design e Marketing.
- ROCHA, Ana (2012) - *A internacionalização de uma recém-criada marca de calçado: O caso da Amiglu e a sua entrada nos mercados espanhol, alemão e dinamarquês*. Braga: Universidade do Minho, 2012. 109 f. Relatório de estágio de mestrado em Negócios Internacionais.
- SALGADO, Tânia (2013) - *Produção de espumas para calçado ortopédico*. Braga: Universidade do Minho, 2013. 106 f. Dissertação de mestrado em Engenharia de Materiais.
- SANTOS, Maria Cristina (1997) - *Concelho de Felgueiras: sistema produtivo local na base da indústria do calçado*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997. 125 f. Dissertação de mestrado em Geografia.
- SANTOS, JOÃO (2009) - *Um sistema semi-automático de acabamento de solas para a indústria do calçado*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2009. 112 f. Dissertação de mestrado em Engenharia Mecânica.
- SARAIVA, Sílvia (2012) – *Tucker's coleção de calçado conceptual: dos polímeros aos têxteis*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2012. 100 f. Dissertação de mestrado em Design de Moda.

- SILVA, Graça (2007) - *Design como estratégia de inovação no sector do calçado*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007. 137 f. Dissertação de mestrado em Design.
- SOARES, Bernardete (2015) - *Da moda ao resíduo e do resíduo à moda: - Um contributo sustentável no uso da pele residual na Indústria do calçado*. Braga: Universidade do Minho, 2015. 150 f. Dissertação de mestrado em Design e Marketing.
- SOARES, Roberto (2015) - *Simulação numérica do comportamento ao impacto de componentes para calçado de segurança*. Braga: Universidade do Minho, 2015. Dissertação de mestrado em Engenharia Mecânica.
- TAVARES, Ricardo (2013) - *Normalização no contexto multinacional: estudo de uma empresa de calçado*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2013. 53 f. Dissertação de mestrado em Engenharia e Gestão Industrial.
- TÔSCO, Mariana (2017) - *Criação do design de calçado para a Burberry "The Cape Reimagined"*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2014. 99 f. Dissertação de mestrado em Branding e Design de Moda.
- VAZ, Rolando (2014) - *Inovação na indústria portuguesa do calçado*. Vila Real: Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, 2014. Dissertação de mestrado em Economia.
- VICENTE, Catarina (2016) - *O design de calçado e a impressão 3D*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2014. 103 f. Dissertação de mestrado em Design de Moda.

LEGISLAÇÃO RÉGIA

a) Leis Pragmáticas

- Lei Pragmática de 1 de junho de 1340, Afonso IV
- Lei Pragmática de 22 de março de 1487, D. João II
- Lei Pragmática de 1491, D. João II
- Lei Pragmática de 27 de junho de 1504 e 1 de agosto de 1520, D. Manuel
- Lei Pragmática de 1 de agosto de 1520, D. Manuel
- Lei Pragmática de 25 de junho de 1560, D. Sebastião
- Lei Pragmática de 20 de novembro de 1565, D. Sebastião
- Lei Pragmática de 29 de outubro de 1609, vigência Filipe III de Espanha - alvará
- Lei Pragmática de 17 de julho de 1643, D. João IV
- Lei Pragmática de 3 de abril de 1668, D. Pedro II - alvará
- Lei Pragmática de 21 de janeiro de 1677, D. Pedro II
- Lei Pragmática de 9 de agosto de 1686, D. Pedro II
- Lei Pragmática de 14 de novembro de 1698, D. Pedro II. Livro 1683-1700
- Lei Pragmática de 6 de maio de 1708, D. Pedro II
- Lei Pragmática de 1749, D. João V
- Lei Pragmática de 21 de abril de 1751, D. José
- Lei Pragmática de 24 de março de 1764, D. José. Livro 1763-1774

b) Ordenações Afonsinas

- Ordenações Afonsinas, Livro I, Título XXVII.

c) Legislação século XVI

- ALVARÁ de 22 de novembro de 1566

d) Legislação século XVII

DESPACHO de 26 de agosto de 1620

DESPACHO de 16 de novembro de 1638

ALVARÁ de 9 de julho de 1643. D. João IV (1640-1656). Livro 1640-1647

ALVARÁ de 8 de junho de 1668. D. Pedro II (1667-1706). Livro 1657-1674

DECRETO de 17 de março de 1680

AVISO do Secretario de Estado dos negócios do Reino de 26 de junho 1739

e) Legislação século XVIII

LEI de 14 de novembro de 1751. D. José (1750-1777). Livro 1750-1760

Estatutos da Junta do Commercio, 12 de dezembro de 1756. D. José (1750-1777).

Livro 1750-1760

f) Legislação século XIX

DECRETO de 04 de agosto de 1824, D. João VI (1816-1826)

ALVARÁ de 4 de junho de 1825. D. João VI (1816-1826). Livro 1825 - 1º Semestre

DECRETO de 7 de maio de 1834. Ministério dos Negócios do Reino. Livro 1833-1834

DECRETO de 13 de julho 1842

DECRETO de 31 de dezembro de 1852.

Ministério das Obras Públicas — Diário do Governo n.º 2 de 1853

RESOLUÇÃO de 21 de março de 1854. D. G. I Série. n.º 88.

Comissão das pautas. Livro 1854

DECRETO de 6 de fevereiro de 1856. D. G. I Série. n.º 70.

Ministério da Guerra, Livro 1856

Ordem do Exército de 06 de maio de 1856

RESOLUÇÃO, 25 de julho de 1861. Conselho geral das alfândegas, Livro 1861

RESOLUÇÃO, 27 de agosto de 1863. Conselho geral das alfândegas, Livro 1863

RESOLUÇÃO, 5 de fevereiro de 1866. Conselho geral das alfândegas, Livro 1866

RESOLUÇÃO n.º 436, de 30 de dezembro de 1867.

Conselho Geral das Alfândegas — Diário de Lisboa n.º 297 de 1867

DECRETO de 26 de janeiro de 1869.

Ministério das Obras Públicas — Diário do governo n.º 25 de 1869

DECRETO de 01 de outubro de 1885

DECRETO de 21 de abril de 1886

RESOLUÇÃO de 30 de dezembro de 1867. Conselho geral das alfândegas. Livro 1867

DECRETO de 26 de janeiro de 1869. Ministério das Obras Públicas. Livro 1869

RESOLUÇÃO de 11 de agosto de 1870. Conselho geral das alfândegas. Livro 1870

DECRETO de 1 de outubro de 1870. Conselho geral das alfândegas. Livro 1870

DECRETO de 17 de fevereiro de 1887. Ministério da Fazenda. Diário do Governo n.º 63 de 21 de março)

DECRETO de 8 de maio de 1891. Ministério das Obras Públicas. Livro 1891

DECRETO de 10 de setembro de 1892. Livro 1892

DECRETO de 18 de maio de 1893. Ministério da Fazenda. Livro 1893

DECRETO de 5 de agosto de 1893. Ministério das Obras Públicas. Livro 1893

DECRETO de 10 de agosto de 1893. Livro 1893

DECRETO de 7 de julho de 1898. Ministério da Marinha e Ultramar. Livro 1898
ALVARÁ de 10 de maio de 1899. Ministério das Obras Públicas. Livro 1899
DECRETO de 4 de outubro de 1899. Ministério do Reino. Livro 1899
DECRETO de 7 de novembro de 1899. Ministério das Obras Públicas. Livro 1899

g) Legislação século XX

ALVARÁ de 29 de novembro de 1901. Ministério das Obras Públicas. Livro 1901
PORTARIA de 30 de janeiro de 1906. Ministério da Guerra. Livro 1906
PORTARIA de 21 de setembro de 1906. Ministério da Guerra. Livro 1906
PORTARIA de 13 de maio de 1908. Ministério das Obras Públicas. Livro 1908

LEGISLAÇÃO REPUBLICANA

a) 1910 a 1920

DECRETO. D.G. I Série. 21/1910 (10-10-29) 205-205
LEI n.º 494/16. D.G. I Série. 51, 3º Suplemento (1916-03-16)
DECRETO n.º 4136. D.G. I Série. 86 (18-04-24)
DECRETO n.º 5516. D.G. I Série. 95 (19-05-07)
DECRETO n.º 6373/20. D.G. I Série. 21 (20-01-27)
DECRETO n.º 6512/20. D.G. I Série. 69 (20-04-03) 554-554

b) 1930 a 1939

DECRETO n.º 19354/31. D.G. I Série. 38 (31-02-14) 311-312
DECRETO-LEI n.º 23 049/33. D.G. I Série. 217 (33-09-23)
DECRETO-LEI n.º 23 050/33. D.G. I Série. 217 (33-09-23)
DECRETO-LEI n.º 23051/33. D.G. I Série. 217 (33-09-23)
DECRETO-LEI n.º 23053/33. D.G. I Série. 217 (33-09-23)
DECRETO-LEI n.º 23408/33. D.G. I Série. 295 (33-12-27)
DECRETO n.º 24054/34. D.G. I Série. 145 (34-06-22) 118
LEI n.º 1914/35. D.G. I Série. 245 (35-05-24)
DECRETO 28410/38. D.G. I Série. 5 (38-01-07)
DECRETO 29929/39. D.G. I Série. 216 (39-09-14)

c) 1940 a 1949

PORTARIA n.º 9670/40. D.G. I Série. 245 (40-10-21)
PORTARIA n.º 10183/42. D.G. I Série. 204 (42-09-01) 1126
DECRETO n.º 31930/42. D.G. I Série. 64 (42-03-19)
PORTARIA n.º 10308/43. D.G. I Série. 3 (43-01-05) 6-9
LEI n.º 2005/45. D.G. I Série. 54 (45-03-14) 153-156
PORTARIA n.º 10908/45. D.G. I Série. 65 (45-03-27) 207-207
PORTARIA n.º 12005/47. D.G. I Série. 200 (47-08-29) 833-835
PORTARIA n.º 12008/47. D. G. I Série. 201 (47 -08-30) 838-838
DESPACHO. D. G. I Série. 212 (47-09-12) 872-872
DESPACHO. D. G. I Série. 239 (47-10-14) 1004-1004

DECRETO n.º 36591/47. D. G. I Série. 269 (47-11-19) 1140-1140
DESPACHO. D. G. I Série. 73 (49-04-08) 232-232
PORTARIA n.º 12858/49. D.G. I Série. 130 (49-06-17)

d) 1950 a 1959

DECRETO n.º 38783. D. G. I Série. (52-06-16) 647-648
LEI n.º 2058/52. D. G. I Série. 291 (52-12-29) 1361-1366
REGULAMENTO. D. G. I Série. 39 (56-02-22) 269-280
PORTARIA n.º 16274/57. D. G. I Série. 100 (57-05-01) 483-484
LEI n.º 2089/57. D. G. I Série. 133 (57-06-08)
DECRETO n.º 41798. D. G. I Série. 173 (58-08-08)
PORTARIA n.º 16824/58. D. G. I Série. 176 (58-08-12)
PORTARIA n.º 16825/58. D. G. I Série. 176 (58-08-12)
MODELO D. G. I Série. 201 (58-09-18)
LEI n.º 2094/58. D. G. I Série. 256/1958 (58-11-25) 1319-1322
DECRETO n.º 42683/59. D. G. I Série. (59-11-25)

e) 1960 a 1969

PORTARIA n.º 17880/60. D. G. I Série. 180 (60-08-04) 1384-1384
PORTARIA n.º 18219/61. D. G. I Série. 15 (61-01-18)
LEI 2123/64. D. G. I Série. 291 (64-12-14) 1773-1775
PORTARIA n.º 20982/94. D. G. I Série. 294 (64-12-17) 1790-1790
PORTARIA n.º 21954/66. D. G. I Série. 89 (66-04-15) 562-562
DESPACHO n.º 47348/66. D. G. I Série. 275 (66-11-26) 2093-2093
DECLARAÇÃO. D. G. I Série. 93 (67-04-19) 767-767
LEI n.º 2133/67. D. G. I Série. 294 (67-12-20)
DECRETO n.º 49303/69. D. G. I Série. 241 (69-10-14)

f) 1970 a 1979

PORTARIA n.º 35/71. D. G. I Série. 18 (71-01-22)
DECRETO-LEI n.º 260/73. D. G. I Série. 123 (73-05-25) 881-883
LEI n.º 8/73, D. G. I Série. 1.º Suplemento, 298 (73-12-26)
DESPACHO. D. G. I Série. 58 (75-03-10) 373-374
AVISO. D. R. I Série. 169 (76-07-21)
AVISO. D. R. I Série. 173 (76-07-26)
AVISO. D. R. I Série. 34 (77-02-10)
DECRETO n.º 35/77. D. R. I Série. 59 (77-03-11)
DECRETO-LEI n.º 270. D. R. I Série. 1.º Suplemento, 201 (78-09-01)
DECRETO n.º 27/79. D. R. I Série. 84 (79-04-10)

g) 1980 a 1989

PORTARIA n.º 191/81. D. R. I Série. 41 (81-02-18) 440-440
RESOLUÇÃO n.º 60-B/83. D. R. I Série.
1º Suplemento, 300 (83-12-30) 4164-(2) a 4164-(6)
DECRETO-LEI n.º 353/84. D. R. I Série. 251 (84-10-29) 3340-3340
PORTARIA n.º 794/84. D. R. I Série. 236 (84-10-11)
DECRETO DO GOVERNO n.º 21/85. D. R. I Série. 156 (85-07-20)
PORTARIA n.º 622/85. D. R. I Série. 190 (85-08-20) 2695-2696
PORTARIA n.º 488/87. D. R. I Série. 131 (87-06-08) 2264-2267
LEI n.º 114/88. D. R. I Série. 3º Suplemento, 301 (88-12-30) 5146-(204) a 5146-(468)
DESPACHO NORMATIVO n.º 101/88 1988. D. R. I Série.
2º Suplemento, 302 (88-12-31)
DECRETO-LEI n.º 26/89. D. R. I Série. 18 (89-01-21)
DESPACHO NORMATIVO n.º 31/89. D. R. I Série. 75 (89-03-31) 1358-1363
PORTARIA n.º 807/89. D. R. I Série. 210 (89-09-12) 3978 – 3979
PORTARIA n.º 810/89. D. R. I Série. 211 (89-09-13) 3978 – 3979
LEI n.º 101/89. D. R. I Série. 2º Suplemento, 298 (89-12-29) 5638-(255) a 5638-(511)

h) 1990 a 1999

DESPACHO NORMATIVO n.º 98/90. D. R. I Série. 205 (90-09-05) 3602-3605
PORTARIA n.º 922/91. D. R. I Série B. 1º Suplemento, 203 (91-09-04)
PORTARIA n.º 210/92. D. R. I Série B. 66 (92-03-19) 1380-1381
PORTARIA n.º 495/92. D. R. I Série. 137 (92-06-16) 2860-2883
LEI n.º 30-C/92 D. R. I Série A. 1º Suplemento, 298 (92-12-28) 5980-(43) a 5980-(302)
LEI n.º 69/93. D. R. I Série A. 225 (93-09-24) 5288 – 5333
PORTARIA n.º 1269/93. D. R. I Série B. 291 (93-12-15)
LEI n.º 75/93. D. R. I Série A. 1º Suplemento, 295 (93-12-20) 7080-(145) a 7080-(427)
LEI n.º 39-A/94. D. R. I Série A. 1º Suplemento, 298 (94-12-27) 7380-(2) a 7380-(149)
DESPACHO NORMATIVO n.º 61-G/95. D. R. I Série B.
3º Suplemento, 2401 (95-10-17) 6452 (27) a 6452-(28)
PORTARIA n.º 1445-A/95. D. R. I Série B. 1º Suplemento, 277 (95-11-30)
DECRETO-LEI n.º 26/96. D. R. I Série A. 71 (96-03-23) 581-584
LEI n.º 52-C/96. D. R. I Série A.
3º Suplemento, 299 (96-12-27) 4684-(204) a 4684-(557)
PORTARIA n.º 1054/97. D. R. I Série B. 240 (97-10-16)
PORTARIA n.º 1026/98. D. R. I Série B. 286 (98-12-12)
LEI n.º 87-B/98. D. R. I Série A. 5º Suplemento, 301 (98-12-31) 7384-(144) a 7384-(573)
PORTARIA n.º 185/99. D. R. I Série B. 69 (99-03-20) 1552-1553

i) 2000 a 2010

PORTARIA n.º 533/2000. D. R. I Série B. 176 (00-08-01)
LEI n.º 30-B/00. D. R. I Série A. 1º Suplemento, 299 (00-12-29) 7492-(2) a 7492-(138)
PORTARIA n.º 316/01. D. R. I Série B. 78 (01-04-02)
PORTARIA n.º 1314/01. D. R. I Série B. 273 (01-11-24)

LEI n.º 109-B/01. D. R. I Série A.

2º Suplemento, 298 (01-12-27) 8496-(280) a 8496-(781)

PORTARIA n.º 709/02. D. R. I Série B. 144 (02-06-25)

PORTARIA n.º 1314/01. D. R. I Série B. 273 (02-11-24)

RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 42. D. R. I Série B. 72 (03-03-26)

PORTARIA n.º 484/03. D. R. I Série B. 138 (03-06-17)

PORTARIA n.º 1232/03. D. R. I Série B. 245 (03-10-22) 7046-7054

LEI n.º 107-B/03. D. R. I Série A. 2º Suplemento, 301 (03-12-31) 8778-(160) a 8778-(685)

LEI n.º 55-B/04. D. R. I Série A. 2º Suplemento, 304 (04-12-30) 7412-(162) a 7412-(493)

PORTARIA n.º 256/05. D. R. I Série B. 53 (05-03-16) 2281-2313

LEI n.º 52/05. D. R. I Série A. 167 (05-08-31) 5186-5284

DESPACHO n.º 16470-AL/07. D. R. II Série. 2º Suplemento, 144 (07-02-27)

DESPACHO n.º 18435/07. D. R. II Série 158 (07-08-17)

DESPACHO n.º 7569/08. D. R. II Série. 52 (08-03-13)

DESPACHO (extracto) n.º 25889/09. D. R. II Série. 229 (09-11-25)

j) 2010 a 2017

DESPACHO n.º 2527/10. D. R. II Série. 26 (10-02-08)

PORTARIA n.º 634/10. D. R. I Série. 153 (10-08-08)

PORTARIA n.º 110/11. D. R. I Série. 53 (11-03-16)

PORTARIA n.º 254/11. D. R. I Série. 124 (11-06-30)

DESPACHO n.º 15226/12. D. R. II Série. 229 (12-11-27)

PORTARIA n.º 169/13. D. R. I Série. 84 (13-05-02)

DESPACHO n.º 7822/13. D. R. II Série. 114 (13-06-17)

DECRETO-LEI n.º 43/14. D. R. I Série. 54 (14-03-18)

PORTARIA n.º 73/14. D. R. I Série. 55 (14-03-19)

DESPACHO n.º 10253/14. D. R. II Série. 152 (14-08-08)

PORTARIA n.º 67/15. D. R. I Série. 47 (15-03-09)

PORTARIA n.º 317/16. D. R. I Série. 238 (16-12-14)

LEI n.º 42/2016. D. R. I Série A. 248 (16-12-28) 4875-5107

DESPACHO n.º 128/2017. D. R. II Série. 2 (17-01-03)

PUBLICAÇÕES EM SÉRIE

— REVISTAS E ARTIGOS

- *A moda: revista mensal*. Lisboa: Loja dos Figurinos, 1944.
- *A moda: revista ilustrada*. Estevão de Carvalho, dir. Lisboa: Estevão de Carvalho, 1923. Ano 1, N.º 1 (15 Set. 1923).
A Quinzena Literatura, modas e teatros. N. 1 (1 Dez. 1851). Lisboa: Typ. Social, 1851.
ALMEIDA, Eduardo de - Regimento de salários e preços de 1522 para Guimarães. *Revista de Guimarães*. ISSN 08710759. Vol. 40, n.º 1-2 (Jan.-Jun 1930), p. 57-58.
– Regimento de salários e preços de 1522 para Guimarães. *Revista de Guimarães*. ISSN 08710759. Volume 40, n.º 3-4 (Jul.-Dez. 1930), p. 149-170.
BANCO DE PORTUGAL - Análise Setorial da indústria do calçado. In *Estudos da Central de Balanços*. N.º 10. Lisboa: Banco de Portugal, 2012. 35 p. ISSN 1647967X.
- *Boletim da moda: revista dos Armazens Grandella*. Lisboa: J. Garcia de Lima, 1894. N.º 1 (15 Dez. 1894).

- Boletim de Conjuntura: Análise trimestral de conjuntura à indústria de calçado.* 1995 - . Coord. Cegea, Universidade Católica. Porto: Cegea.
- BURKE, Peter – The annales in global context. In *International review of social history*. Cambridge: Cambridge University Press. ISSN 00208590. vol. 35, Issue 3 (Dez. 1990) p. 421-432.
- CABRAL, Manuel - Situação do operariado nas vésperas da implantação da República. *Análise social*. ISSN 00032573. Vol. XIII N° 50 (1977), p. 419-448.
- CAEIRO, José – Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no Pós Guerra. *Intervenção social*, N° 31 (2005) p. 193-219.
- CAETANO, Lucília – A classificação estatística das indústrias. *Finisterra*. Vol XXI N° 42. Lisboa, 1986. P. 311-381.
- CARDOSO, J. (2004) - Resultados das escavações arqueológicas realizadas no claustro do antigo Convento de Jesus (Academia das Ciências de Lisboa) entre junho e dezembro de 2004. *Revista portuguesa de arqueologia*. Lisboa: DGPC, 2008. Vol. 11, n° 2, p. 259-284.
- CARVALHO A. L. - Os Mesteres na Antiguidade de Guimarães. I Sapateiros e artes correlativas. *Revista de Guimarães*: ISSN 0871-0759. vol. 47, n° 3-4 (Jul.-Dez. 1937), p. 266-280.
- CORDEIRO, José Lopes – Empresas e empresários portuenses na segunda metade do século XIX. *Análise Social*. ISSN 00032573. Vol. XXXI N° 136-137 (1996). p. 313-342
- COSTA, Rui (2006) – Estruturas triangulares na investigação em design: convergência na dispersão. *Monodisperso*. Porto: FBAUP. ISSN 164-7388. junho 2006, p. 167-179.
 - EIRIZ, Vasco; Barbosa, Natália () – Interação entre redes organizacionais locais. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*. ISSN 1645-586X. Vol. 16, 3°. Quadrimestre, p. 23-42.
- Estação de Paris: revista de modas, litteratura, elegancia e bom tom / dir. Guiomar Torrezão.* Lisboa: Typ. e Stereotypia Moderna, 1895.
- FALLAN, Kjetil (2008) - De-scribing design: appropriating script analysis to design history. *Design Issues*. Cambridge: MIT – Massachusetts Institute of Technology Press Journals. ISSN 07479360. Volume XXIV, number 4, Autumn (2008). p. 61-75.
- Academe and Design Writing De-tooling Design History: To What Purpose and for Whom Do We Write? *Design and Culture*. UK: Bloomsbury Publishing. ISSN: 17547075. Vol. V, Issue 1 (2013) p. 13-20.
- ESTANQUE, Elísio (1989) - Identidades culturais e práticas sociais na indústria do calçado - Felgueiras e S. João da Madeira: elemento para um estudo comparativo. *Revista crítica de ciências sociais*. Coimbra: Centro de estudos sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1989. N°. 11, p. 257-281.
- Felmostra: Mostra das potencialidades do concelho.* Câmara Municipal de Felgueiras ed. (1989). Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras.
- Felmostra: Mostra das potencialidades do concelho.* Câmara Municipal de Felgueiras ed. (1990). Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras.
- Felmostra: Mostra das potencialidades do concelho.* Câmara Municipal de Felgueiras ed. (1991). Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras.
- FERNANDES, Isabel; OLIVEIRA, A. José - Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos XV e XVI. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 2004. ISSN 1646-1762. N.º 113/114 (2004), p. 43-209.

- Fotografia: dinâmica do sector do calçado*. 1º trim. 2011- . Coord. gabinete de estudos da apiccaps. Porto: APICCAPS.
- Gazeta das damas*. Nº. 1 (29 Nov. 1822) – Nº. 3 (6 Dez. 1822). Lisboa: Regia Typografia Silviana, 1822.
- GRANATA, Francesca - Fashion studies in-between: A methodological case study and an inquiry into the state of fashion studies. *Fashion Theory*. [s.l.]. ISSN: 1362704X. Vol. 16, Issue 1 (2012), p. 67 – 82.
- Grémio Nacional dos Industriais de Calçado, ed. com.; Ribeiro, António Alberto, dir. N. 1 (Jan./Fev. 1965) - n. 66 (Nov./Dez. 1975).
- *Guia-mor indústria do calçado*. Lisboa: Guião Divulgação Promocional de Indústria e Comércio, 1970.
- GUIMARÃES, Avelino da Silva - Subsídio para a história das indústrias vimaranenses. Título I. Estatutos dos mestres sapateiros e mais ofícios anexos à sua bandeira desta vila de Guimarães. *Revista de Guimarães*. ISSN 08710759. Vol. 4, Nº 3 e 4 (Jul.-Set. e Out.-Dez.1887), p. 139-146 e 195-211.
- Subsídio para a história das indústrias vimaranenses. Título II. Regimento dos mestres surradores anexos à nossa bandeira. Título III. Regimento dos mestres tamanqueiros que fazem paus de socos anexo à nossa bandeira. *Revista de Guimarães*. ISSN 08710759. vol. 5, nº 1 (Jan.-Mar. 1888), p. 24-38.
- Indústria de calçado em Felgueiras. *Revista Atividades Regionais*. Vila do Conde: Publiemes publicações. Ano IV (1991), p. 11.
- LAINS, Pedro – O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990. *Análise social*. ISSN 00032573. Vol. 29 Nº 128 (1994) p. 923-958.
- LUÍS, Alexandre - Notas soltas sobre a história regional e local e o património cultural. *Revista Ubimuseum*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Nº 2 (2013). 8 p.
 - McPOIL, T. G. - Athletic footwear: design, performance and selection issues. *Journal of Science and Medicine in sport*. Australia. ISSN 14402440. Vol. 3 Issue 3 (2000), p. 260-267.
- MADALENO, Rui (1993) – A indústria portuguesa: principais características e vulnerabilidades. *Revista Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. Ano XVIII, Nº 65 (Jan. a março 1993), p. 93-105. ISSN 0870757X.
- MARGOLIN, Victor - Design History or Design Studies: Subject Matter and Methods. In *Design Issues*. MIT – Massachusetts Institute of Technology Press Journals. ISSN 07479360. Vol. 11 Nº 1 (Spring, 1995), p. 4-15.
- Teaching Design History. *Statements: American center for design*. Vol. 11 Issue 2 (1996), 5 p.
- MARTINS, Conceição – Trabalho e condições de vida em Portugal 1850-1913. *Análise Social*. ISSN 00032573. Vol. XXXII Nº 142 (1997) p. 483-535.
- MATEUS, Augusto - 25 de abril, transição política e crise económica: que desafios dez anos depois? *Revista Critica de Ciências Sociais* n.º 15/16/17 (maio 1985). p. 281-300.
- MENDES, J. Amado - Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX. *Análise social*. ISSN 00032573. Vol. XVI Nº 61-62 (1980) p. 31-52.
- História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. ISSN: 08704147. t. XXXIV (2000). p. 349-368.
- MENDES, J. Amado; AMARO, António; RODRIGUES, Manuel – A indústria transformadora na região norte: efeitos da integração europeia 1986-1995. *Gestão e Desenvolvimento*. Viseu. ISSN 0872556X. Nº 10 (2001), p. 163-218.

- MIHAI, Aura et al. - Simsano project-developing new principles for designing customized footwear. *Revista de Inventica*. ISSN 23932813. Vol XIII. Nº 70 AN 20 (2010), p. 1-6.
- MÓNICA, Maria Filomena (1987) – Capitalistas e industriais (1870-1914). *Análise Social*. ISSN 00032573. Vol. XXIII, Nº 99: 5 (1987), p. 819-863.
- O carteiro: órgão defensor da classe de carteiros*. Ferreira, Manuel Gomes, dir. Porto: Mário Azevedo Leite, 1929. A. 1, n. 1 (Fev. 1929)
- O mundo a seus pés: Empresa de Felgueiras conquista mercado mundial. In *Revista Ideias & negócios*, nº 18, dezembro 1999, p. 12- 16.
- O Mundo Elegante: periódico semanal de modas, literatura, teatros, belas artes*. Camilo Castelo Branco, 1825-1890. Ed. Lit. Vila Nova e Emidio (firma), ed. com. A. 1, n. 1 (24 Nov. 1858) 2, a. 1, n. 17 (Fev. 1860). Porto: V.N.E., 1858-1860.
- O Toucador: Periodico sem politica dedicada às senhoras portuguezas* / [Red. Almeida Garrett, Luís Francisco Midosi]. 2ª ed. / pref. Fernando de Castro Pires de Lima. Lisboa: Imprensa Liberal. Nº. 1 (1822) – nº. 7 (1822).
- OLIVEIRA, Luísa – A história oral em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 63 (2010). p. 139-156
- Orientações: Tendências de Moda Inverno 91/92*. Oliveira Duarte (dir); Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (ed.) Nº 0 (1991). S. João da Madeira: Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado. ISSN 0871-9330.
- Orientações*. Oliveira Duarte (dir); Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (ed.) Nº 1 (1992). S. João da Madeira: Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado. ISSN 0871-9330.
- Orientações: Antevisão Verão 93*. Oliveira Duarte (dir); Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (ed.) Nº 2 (1992). S. João da Madeira: Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado. ISSN 0871-9330.
- Orientações: Moda Outono Inverno 93/94*. Oliveira Duarte (dir); Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (ed.) Nº 3 (1993). S. João da Madeira: Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado. ISSN 0871-9330.
- Orientações: Moda Outono Inverno 94/95*. Oliveira Duarte (dir); Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (ed.) Nº 4 (1994). S. João da Madeira: Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado. ISSN 0871-9330.
- Orientações: Moda Outono Inverno 95/96*. Oliveira Duarte (dir); Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (ed.) Nº 5 (1995). S. João da Madeira: Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado. ISSN 0871-9330.
- Orientações: Moda Verão 96*. Oliveira Duarte (dir); Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (ed.) Nº 6 (1996). S. João da Madeira: Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado. ISSN 0871-9330.
- Orientações: Moda Verão 97*. Oliveira Duarte (dir); Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (ed.) Nº 7 (1997). S. João da Madeira: Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado. ISSN 0871-9330.
- Orientações: Moda Outono Inverno 97/98*. Oliveira Duarte (dir); Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (ed.) Nº 8 (1998). S. João da Madeira: Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado. ISSN 0871-9330.
- Orientações: Moda Inverno 99*. Oliveira Duarte (dir); Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (ed.) Nº 9 (1999). S. João da Madeira: Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado. ISSN 0871-9330.

- PARADISO, Joseph et al. -Design and Implementation of Expressive Footwear. *IBM Systems Journal*. New Jersey: IBM Corp. Riverton. ISSN: 00188670. Vol 39 Issue 3.4 (2000), p. 511-529.
- PEARCE, Stella Mary - The Study of Costume in Painting. *Studies in Conservation*. Vol. 4 Nº 4 (Nov., 1959), p. 127-139.
- PEDREIRA, Jorge - Indústria e atraso económico em Portugal (1800-25): uma perspectiva estrutural. *Análise Social*. ISSN 00032573 Vol. XXIII Nº 97 (1987), p. 563-596.
- PEREIRA, Franklim - O comércio de “couro dourado”/guadameci entre Córdova e Lisboa: um contrato de venda de 1525. *Medievalista*. Lisboa: IEM. ISSN: 1646740X. Nº 13 (junho 2013), p. 1-30.
- *Portuguese Soul Magazine*. Nº 1 (junho 2011) a Nº 11 (2017). Porto: Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele, 2011- . ISSN 21822298.
- REIS, Jaime (1984) O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*. ISSN 00032573 Vol. XX Nº 80 (1984), p. 7-28.
- *Revista actividades regionais*. Vila do Conde: Publiemes publicações. Ano III (1988), 88p.
- *Revista Portuguesa de Calçado*. João Manuel Cota Dias, dir.; José da Conceição Rodrigues, ed.; Alberto Cardoso, dir. artístico. Lisboa: J. C. Rodrigues. N. 1 (Inverno 1956) - N. 2 (1957).
- RIELLO, Giorgio - The object of fashion: methodological approaches to the history of fashion. *Journal of Aesthetics & Culture*. [s.l.] Routledge. ISSN: 20004214. Vol. 3 (2011).
- ROLLO, Fernanda - Crise, Nacionalismo e Ditadura: memória da Grande Depressão em Portugal I. *Ingenium Revista da Ordem dos Engenheiros*. ISSN 08705968. II Série, Nº 108, (novembro/ dezembro 2008), p. 90-91.
- ROSAS, Fernando (1994) Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social*, vol. XXIX(128),1994(4.º), 871-887.
- ROSSI, William – Footwear: The Primary Cause of Foot Disorders. *Podiatry Management*. New York: Podium Press. ISSN 0744-3528. (Fev. 2001), p. 128-139.
- SILVA, Alberto Júlio - Modelos e modas – traje de corte em Portugal nos séculos XVII e XVIII. In *Revista da faculdade de letras línguas e literaturas*. – Espiritualidade e corte em Portugal, séculos XVI – XVIII. Porto. ISSN. 08723419. (1993). Anexo V, p. 171-185.
- SILVA, Ângela; SOUTO, Pedro (2014) - *Estudo da substituição do couro pela pele de cortiça para aplicação em calçado - vestuário*. Guimarães: Departamento de Engenharia Têxtil da Universidade do Minho, 2014. 9 p.
- *Tecnomoda: técnica e moda de calçado e marroquinaria*. José Rodrigues, dir. Porto : Arnaldo Rodrigues, 1986. Nº. 1 (Nov. 1986).
- WOODHAM, Jonhathan - Designing Design History: from Pevsner to Postmodernism. *Working Papers in Communication Research Archive*. Brighton. ISSN 11773707. Vol. I Nº I (2006).

— JORNAIS E ARTIGOS

- *A chave da moda: órgão informador da Casa A. H. Chaves*. Casa A. H. Chaves, ed. com. Lisboa, Ano 1, Nº. 1 (Inverno 1936/37).
- *A moda: jornal para senhoras*. Estevão de Carvalho, dir. Lisboa: Estevão de Carvalho, 1925. Ano 1, Nº. 1 (7 Jan. 1925)-a. 1, Nº. 1 (4 Jul. 1925)

- *A moda: publicação trimensal ilustrada com figurinos em phototipia oferecida aos consumidores-revendedores da Real e Imperial Chapelaria a Vapor de Costa Braga & Filhos.* Costa Braga e Filhos, ed. com.; Emílio Biel & Companhia, ed. com.; Martins, Oliveira, 1845-1894, colab. Porto, Ano 1, N.º 1 (Inverno 1882) - Ano 8, N.º 19 (Inverno 1888/89).
 - *A moda d' hoje: jornal das famílias.* Arthur Guimarães, dir.; Eduardo Pinto d' Almeida, ed. com. Porto : Lith. Portuguesa, 1897-1899. Ano 1, N.º 1 (15 Jul.1897) - Ano 2, N.º 36 (1 Jan.1899).
 - *A moda elegante.* Guillard, Ailland & Ca., dir. Paris: G. A. Ano 1, N.º 1 (15 Nov. 1897).
 - *A moda ilustrada: jornal das famílias.* David Corazzi, dir. Lisboa: D. Corazzi, 1879-1909. Ano 1, N.º 1 (1 Jan. 1879) - Ano 31, N.º 1090 (27 Dez. 1909).
 - *A moda portuguesa.* Porto. N.º 6 (15 Out.1894) – N.º 10 (15 Dez.1894)
 - *Adonis - a moda do homem.* Alberto Correia e Carlos Carneiro, dir. Porto: Nobilis, 1941. Primavera/Verão 1941.
- A Sapataria Portuguesa: jornal profissional interessando a indústria do calçado, e as outras que lhe são relativas.* Ed. Manoel Gomes da Silva. Lisboa, 12 de janeiro de 1891, N.º 1, ano II.
- A Sapataria portuguesa: jornal profissional interessando a industria do calçado, e as outras que lhe são relativas.* Ed. Manoel Gomes da Silva. Lisboa, Ano IV, N.º 44, 17 agosto 1893.
- A Sapataria Portuguesa: jornal profissional interessando a indústria do calçado, e as outras que lhe são relativas.* Ed. Manoel Gomes da Silva. Lisboa, Ano IV, N.º 48, 17 dezembro 1893.
- *A Sapataria Portuguesa: jornal profissional interessando a indústria do calçado, e as outras que lhe são relativas.* Ed. Manoel Gomes da Silva. Lisboa, Ano V, N.º 54, 17 junho 1894
- APICCAPS (2009-2017) - The shoes must go one. Porto: APICCAPS. *Suplemento do Jornal da APICCAPS*, 2009-2017.
- Biblioteca Municipal de Felgueiras - Coleção recortes de jornais (1995-2000) - A indústria do calçado é uma aposta. *Jornal O Soveia*. (22 janeiro 1999), p. 6.
- A indústria de calçado de Felgueiras, contada por Carlos Castro industrial de calçado ([s.d]). Biblioteca Municipal de Felgueiras: Coleção recortes de jornais 1995-2000. Felgueiras: BMF, 1995-2000.
 - Calçado de Felgueiras Resiste à crise? *Jornal Vale do Sousa*. (7 de maio 1999), p. 3.
 - Calçado Made in Portugal. *Vilas e Cidades*, 1998. 3 p.
 - Câmara de Felgueiras quer criar zonas industriais inovadoras. *Jornal O Soveia*. (21 junho 1996), p. VIII.
 - Câmara de Felgueiras quer ordenar instalações fabris. *Jornal Repórter do Marão*. (7 de fevereiro 1997), p. 3.
 - Câmara quer criar zonas industriais inovadoras. *Notícias de Felgueiras*. (23 maio 1996), p. 3.
 - Câmara quer criar zonas industriais inovadoras. *Jornal da Lixa*. (24 maio de 1996), p. 4.
 - Câmara quer criar zonas industriais inovadoras. *Semanário Novas Vale do Sousa*. (24 de maio 1996), p. 7.
 - Capital do calçado. *Jornal Lusitano*. Suplemento. (27 de fevereiro de 1995).
 - Com financiamento da CEE Felgueiras desenvolve projecto-piloto para instalação de indústrias. *Jornal da Lixa*. (31 janeiro 1997), p. 1.
 - Felgueiras: Barros Moura defende combate à contrafacção de calçado. *Jornal Repórter do Vale do Sousa*. (22 janeiro 1999), p. 2.

- Felgueiras: indústria do calçado mostra-se na Mocap. *Comércio do Porto*. (18 junho 1999), p. 10.
 - Felgueiras é. *Semanário de Felgueiras*. (24 janeiro de 1992).
 - Felgueiras: consolidação da vocação industrial do concelho. *Semanário Novas Vale do Sousa*. (26 maio 1998), p. 14.
 - Felgueiras desenvolve projecto-piloto para instalação de indústria. *Jornal Notícias de Felgueiras*. (30 janeiro 1997), p. 1.
 - Felgueiras quer criar zonas industriais inovadoras. *Repórter Vale do Sousa*. (31 maio 1996), p. 5.
 - Formação e calçado debate-se nas jornadas em Felgueiras. *Correio do Minho*. (21 janeiro 2000).
 - Indústria do calçado no bom caminho. *Semanário de Felgueiras*. (31 janeiro 1997), p. 1.
 - Ministro Pina Moura tranquilo quanto ao futuro da indústria do calçado. *Semanário de Felgueiras*. (22 janeiro 1999), p. 8.
 - Mocap: o mais importante certame do sector. *Jornal Labor*. (19 junho 1997), p. 7.
 - Mocap 43 decorreu sob o signo da esperança. *Jornal O Soveia*. (25 junho 1999), p. 12.
 - Muito tempo depois de estar a funcionar o Centro de Formação Profissional foi finalmente inaugurado. *Jornal O Soveia*. (15 setembro 1995), p. 1.
 - Município vai ter zonas industriais inovadoras. *Notícias de Felgueiras*. (13 fevereiro 1997).
 - Município vai ter zonas industriais inovadoras. *Jornal da Lixa*. (14 fevereiro 1997), p. 5.
 - O certame foi-se afirmando como uma mostra do nosso trabalho. *Semanário de Felgueiras*. (18 junho 1999), p.17.
 - Pina Moura inaugura a Mocap 42. *Jornal O Soveia*. (15 janeiro 1999), p. 8.
 - Pina Moura desdramatiza “pequeníssima divergência” na inflação. *O Primeiro de janeiro*. (16 janeiro 1999), p. 26.
 - Projecto piloto dará origem a zonas industriais inovadoras. *Jornal O Soveia*. (24 maio 1996), p. 5.
 - Projecto-piloto está já em pleno desenvolvimento: Zona industrial “inovadora” pode “nascer” em Felgueiras. *Semanário de Felgueiras*. (7 de fevereiro 1997).
 - Qualidade marcou Mocap 42. *Semanário de Felgueiras*. (22 janeiro 1999), p. 6.
 - Sapatos de Felgueiras calçam artistas da Guerra das Estrelas. *Jornal de Notícias*. (6 de junho de 1997), p. 8-9.
- Correio das modas* (1807) - Lisboa: [s.n.], 1807.
- *Jornal curtumes e calçado*. Fernando Ribeiro Guimarães, dir. Porto: Tip. Of. Gráficas, 1941. Número único.
 - Jornal da APICCAPS*. N° 1 (julho 1990) a N° 250 (jan. 2018). Porto: APICCAPS, 1990-2017.
 - Jornal das senhoras: semanario illustrado collaborado por damas* / dir. Irene de Oliveira. - A. 1, n° 1 (10 jan. 1896) - a. 1, n° 3 (23 fev. 1896). - Lisboa: [s.n.], 1896.
 - Jornal indústria do calçado*. Fernando Ribeiro Guimarães, ed. – (30 nov. 1940).
 - *Journal Footwear Science*. Edward C. Frederick, ed. (2009-2018). ISSN 19424280. LEES-MAFFEI, Grace – Introduction studying advice: historiography, methodology, commentary, bibliography. *Journal of Design History*. Vol. 16 N°1 (2013), p. 1-14.
 - *Moda ilustrada*. Lallement Frères, ed. Lisboa : Lallement Frères, 1875. outubro 1875.
 - O correio das damas: jornal de litteratura e de modas* / ed. Jacinto da Silva Mengo. - T. 1, n° 1 (1 Jan. 1836)-t. 14, a. 16, n° 24 (31 Dez. 1852). - Lisboa: Typ. Lisbonense, 1836-1852.

- O elegante: jornal de modas para homens, senhoras e crianças. Dedicado particularmente aos alfaiates e costureiras.* David Corazzi. A. 1 (maio 1883)-n. 1 (Jul. 1883). Lisboa: David Corazzi, 1883.
- O judeu errante: jornal de modas e de literatura amena dedicado às senhoras.* Lisboa: Typ. de Lucas Evangelista, [1850]-1851.
- O mensageiro das damas: jornal de modas.* Ed. Deniz Morais, N° 1 (Jan. 1853) 10, n° 117 (Set. 1862). Lisboa: D. Moraes, 1853-1862.
- *O sapateiro.* Manoel Joaquim de Souza, dir. Porto: Associação de Classe dos Operarios Fabricantes de Calçado do Porto. N° 1. 18 março 1908.
- Recomendação da Comissão Europeia, 6 de maio de 2003 [notificada com o número C(2003) 1422], Anexo, Título I, Artigo 2°. In *Jornal Oficial da União Europeia*, 124 de 20.05.2003, p. 39.
- Recreio das damas: periódico semanal de recreação / ed. J. F. de Gouveya.* - A. 1, n° 1 (9 maio 1863) - a. 1, n° 16 (8 Out. 1863) - Nova Goa: na Imprensa Nacional, 1863.
- Redenção: jornal do sindicato nacional dos empregados no comércio / dir. e ed. Alfredo Angelo Pereira, dir.; sindicato nacional dos empregados no comércio, ed. com. n° único (28 maio 1938),* Porto: A.A. Pereira, 1938.
- Voz do trabalho: órgão dos fabricantes de calçado da classe operária em geral / ed. Paulo da Fonseca.* - A. 1, n. 1 (1 maio 1896)- s. 2, a. 3, n. 31 (8 Jan. 1899). - Lisboa: P. da Fonseca, 1896-1899.

ENTREVISTAS

- BROCHADO, Aurora (2016a) - *Entrevista à designer Maria Lemos.* [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2016. Ficheiro (wav) (1h28 min).
- (2016b) - *Entrevista à formadora e modeladora Fernanda Martins.* [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2016. Ficheiro (wav) (1h12 min).
- (2016c) - *Entrevista à formadora e modeladora Salomé Encarnação.* [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2016. Ficheiro (wav) (31 min).
- (2016d) - *Entrevista ao modelador José Teixeira.* [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2016. Ficheiro (wav) (26 min).
- (2016e) - *Entrevista à encarregada de costura Fátima Faria.* [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2016. Ficheiro (wav) (27 min).
- (2016f) - *Entrevista ao montador António Sousa.* [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2016. Ficheiro (wav) (1h03 min).
- (2018a) - *Entrevista ao especialista Carlos Castro.* [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2018. Ficheiro (wav) (3h29 min).
- (2018b) - *Entrevista ao especialista Alberto da Cunha.* [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2018. Ficheiro (wav) (6h50 min).
- (2018c) - *Entrevista ao especialista Arnaldo Gomes.* [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2018. Ficheiro (wav) (1h49 min).
- (2018d) - *Entrevista ao especialista Joaquim Moreira.* [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2018. Ficheiro (wav) (2h04 min).
- (2018e) - *Entrevista ao especialista Joaquim Carvalho.* [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2018. Ficheiro (wav) (1h56 min).
- (2018f) - *Entrevista ao especialista Mário Pinto.* [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2018. Ficheiro (wav) (1h48 min).
- (2018g) - *Entrevista ao especialista Jorge Fernandes.* [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2018. Ficheiro (wav) (2h9 min).

- (2018h) – *Entrevista a José Rodrigues*. [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2018. Ficheiro (wav) (30 min).
- (2018i) – *Entrevista a Silvério Félix*. [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2018. Ficheiro (wav) (2h05 min).
- (2018j) – *Entrevista a Beatriz Morais*. [Registo sonoro]. Felgueiras: [s.n.], 2018. Ficheiro (wav) (1h02 min).

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

- ALEMANHA. Deutsches Ledermuseum – *Geschichte* [Em linha]. Offenbach am Main: Deutsches Ledermuseum, 2017. [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ledermuseum.de/geschichte/>>.
- ALEMANHA. Deutsches Ledermuseum – *Sammlungen* [Em linha]. Offenbach am Main: Deutsches Ledermuseum, 2017. [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ledermuseum.de/sammlungen/>>.
- ALEMANHA. Deutsches Ledermuseum – *Archiv* [Em linha]. Offenbach am Main: Deutsches Ledermuseum, 2017. [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ledermuseum.de/archiv/>>.
- ARMÉNIA, History Museum of Armenia - *The unique find of a 5500-year-old leather shoe* [Em linha]. Yerevan: History Museum of Armenia, 2016- . [Consult. 7 Nov. 2016]. Disponível em WWW: <URL: http://www.historymuseum.am/en/collections__type/5500-year-old-leather-shoe/>.
- BÉLGICA, Shoes or no shoes – *Collections* [Em linha]. Kruishoutem: Shoes or no shoes, 2009- . [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.shoesornoshoes.com/index.php>>.
- CANADÁ, Bata Shoe Museum - *Fashion victims: the pleasures & perils of dress in the 19th century* [Em linha]. Toronto, Bata Shoe Museum, 2015- . [Consult. 15 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.batashoemuseum.ca/fashion-victims/>>.
- CANADÁ, Bata Shoe Museum – *French shoes at Bata Shoe Museum* [Em linha]. Toronto, Bata Shoe Museum, 2015- . [Consult. 28 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://astepintothebatashoemuseum.blogspot.pt/2015/10/20-french-shoes-at-bsm.html>> .
- CANADÁ, Bata Shoe Museum – *A step into the Bata Shoe Museum* [Em linha]. Toronto: Bata Shoe Museum, 2015- . [Consult. 15 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://astepintothebatashoemuseum.blogspot.pt/2015/10/20-french-shoes-at-bsm.html>>.
- CANADÁ, Bata Shoe Museum – *Designers list* [Em linha]. Toronto: Bata Shoe Museum, 2015- . [Consult. 15 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://www.shoesornoshoes.com/?page=designers__list#>.
- CANADÁ, Bata Shoe Museum – *The BSM collection* [Em linha]. Toronto: Bata Shoe Museum, 2015- . [Consult. 22 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.batashoemuseum.ca/the-bsm-collection/>>.
- CAETANO, Mário (2008) - *Sistema de construção: Cosidos* [Em linha]. [s/l], 2010-2014 [Consult. 2017-01-14]. Disponível em WWW: <URL: http://ctborracha.com/?page_id=2008>).
- CAETANO, Mário (2011) - *Sistema de construção: calçado vulcanizado moldado* [Em linha]. [s/l], 2010-2014 [Consult. 2017-01-14]. Disponível em WWW: <URL: http://ctborracha.com/?page_id=2011>).

- CAETANO, Mário (2011) *Materiais: couro sintético*. [Em linha]. s/l, 2010-2014 [Consult. 2017-01-14]. Disponível em WWW: <URL (http://ctborracha.com/?page_id=857)>.
- CURRY, Andrew (2012) - *World's Oldest Purse Found—Studded With a Hundred Dog Teeth?* [Em linha]. Washington: National Geographic News, 1996- , atualização diária. [Consult. 18 Dez. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.news.nationalgeographic.com/news/2012/06/120627-worlds-oldest-purse-dog-teeth-science-handbag-friederich/>>.
- ESLOVÉNIA. Shoe learn - *Your way to better footwear knowledge* [Em linha]. Žiri: Shoe learn, 2009- . [Consult. 22 Dez. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://http://www.shoe-learn.com/index.php?page=3&lang=2>>.
- ESPAÑA. Museu de la Moda – *Catálogo* [Em linha]. Catalunya: Museu Virtual de la Moda de Catalunya, 2017 [Consult. 21 novembro 2017]. Disponível em WWW: < <http://www.museudelamoda.cat/es>>.
- ESPAÑA. Museo del Traje – *Colecciones* [Em linha]. Madrid: Museo del Traje, [s.d.]. [Consult. 18 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.mecd.gob.es/mtraje/coleccion/moda-indumentaria.html>>.
- ESPAÑA. Museo del Calzado – *Historia del museo* [Em linha]. Elda: Museo del Calzado, 2013- . [Consult. 17 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.museocalzado.com/index.php/es/el-museo/historia-del-museo>>.
- ESPAÑA. Cristóbal Balenciaga Museoa – *Collection* [Em linha]. Gataria: Cristóbal Balenciaga Museo, 2015- . [Consult. 22 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cristobalbalenciagamuseoa.com/en/>>.
- ESTADOS UNIDOS. Footwear Plus Magazine [Em linha]. New York: Footwear Plus, 2016- . [Consult. 10 Out. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://footwear-plusmagazine.com>>.
- ESTADOS UNIDOS. New York Times - *This Shoe Had Prada Beat by 5500 Years* [Em linha]. New York: New York Times, 2010- . [Consult. 11 março. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://www.nytimes.com/2010/06/10/science/10shoe.html?_r=0>.
- ESTADOS UNIDOS. Metropolitan Museum of Art - *The Costume Institute* [Em linha]. New York: MET Museum, 2000- . [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.metmuseum.org/about-the-met/curatorial-departments/the-costume-institute>>.
- ESTADOS UNIDOS. Metropolitan Museum of Art – *Salavatore Ferragamo* [Em linha]. New York: MET Museum, 2000- . [Consult. 20 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.metmuseum.org/art/collection/search/82443> >.
- ESTADOS UNIDOS. Metropolitan Museum of Art – *Work of art* [Em linha]. New York: MET Museum, 2000- . [Consult. 19 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://http://www.metmuseum.org/toah/works-of-art/29.23.11/>>.
- ESTADOS UNIDOS. Museum of Fine Artes (2017) – *Collection*. [Em linha]. Boston: Museum of Fine Artes, 2016- . [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.mfa.org/collections/>>
- ESTADOS UNIDOS. Perseus Digital Library Project - LEWIS, Charlton T., SHORT (1890) *An Elementary Latin Dictionary* [Em linha]. Boston: Perseus Digital Library Project, 1987- . [Consult. 10 Nov. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/>>.
- ESTADOS UNIDOS. The Museum at fit – *The history of museum* [Em linha]. New York: The Museum at fit, 2017- . [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.fitnyc.edu/museum/about/history.php>>.

- ESTADOS UNIDOS. WGSN [Em linha]. Dover: WGSN, 1998- . [Consult. 10 Out. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://wgsn.com/en/wgsn/>>.
- FRANÇA. *Le musée de la mode de la ville de Paris - La naissance de musée de la mode* [Em linha]. Paris: Palais Galliera Musée de la Mode, [s.d.]. [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.palaisgalliera.paris.fr/fr/mentions-legales>>.
- FRANÇA. Musée des Métiers de la Chaussure - *Histoire du musée des métiers de la chaussure* [Em linha]. Sèvremoine: Musée des Métiers de la Chaussure, [s.d.]. [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.museechaussure.fr/fr/histoire/histoire-du-musee>>.
- FRANÇA. Des usines à Paris - *Les chaussures Pinet, l'industrie rue de Paradis* [Em linha]. Paris: Des usines à Paris, 2015 - . [Consult. 3 Fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://lafabriquedeparis.blogspot.pt/2015/06/les-chaussures-pinet-lindustrie-rue-du.html>>.
- FRANÇA. Les Arts Décoratifs – *Mode/Textile* [Em linha]. Paris: Les Arts Décoratifs, [s. d.]. [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.lesartsdecoratifs.fr/francais/musees/musee-des-arts-decoratifs/collections/departements/mode-textile>>.
- FRANÇA. Musée de la Chaussure – *Le musée de la chaussure* [Em linha]. Romans: Musée de la Chaussure, [s.d.]. [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ville-romans.fr/decouvrir/le-musee-de-la-chaussure>>.
- FRANÇA. Musée du Louvre – *Collection* [Em linha]. Paris: Musée du Louvre, 2016 - . [Consult. 11 março. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.louvre.fr/sites/default/files/imagecache/940x76>>.
- FRANÇA. Musée Yves Saint Laurent - *Le Musée Yves Saint Laurent Paris* [Em linha]. Paris: Musée Yves Saint Laurent, 2017- . [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://museeyslparis.com/musee>>.
- FRANÇA. Roger Vivier – *La maison Vivier* [Em linha]. Paris: Roger Vivier, 2015- . [Consult. 05 Jan. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.rogervivier.com/en-us/maison-vivier/timeline-roger-vivier/>>.
- HOLANDA. Virtual Shoe Museum – *Virtual shoe museum* [Em linha]. Holanda: Virtual Shoe Museum, 2005-2016. [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.virtualshoemuseum.com/#>>.
- INGLATERRA. The Design Museum - *Christian Louboutin* [Em linha]. London: Design Museum, 2017- . [Consult. 17 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://designmuseum.org/designers/christian-louboutin>>.
- INGLATERRA. Design Museum – *Exhibitions* [Em linha]. Londres: Design Museum, [s. d.]. [Consult. 20 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://designmuseum.org/#>>.
- INGLATERRA. Fashion Space Gallery – *Exhibitions 2010-2017* [Em linha]. Londres: Fashion Space Gallery, 2017- . [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.fashionspacegallery.com/exhibitions/>>.
- INGLATERRA. Fashion Museum – *Discover* [Em linha]. Bath: Fashion Museum, 2017- . [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.fashionmuseum.co.uk/discover>>.
- INGLATERRA. Footwear today [Em linha]. London: Datateam Business Media Limited, 2016- . [Consult. 10 Out. 2016]. Disponível em WWW: <footweartoday.co.uk>.

- INGLATERRA. Northampton Museum and Art Gallery – *Museum collections* [Em linha]. Northampton: Northampton Museum and Art Gallery, 2017- . [Consult. 16 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.northampton.gov.uk/museumcollections>>.
- INGLATERRA. Northampton Museum and Art Gallery – *Museum collections* [Em linha]. Northampton: Northampton Museum and Art Gallery, 2017- . [Consult. 16 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL: http://www.northampton.gov.uk/homepage/274/highlights_of_the_footwear_collection>.
- INGLATERRA. The Shoe Museum – *Our museum* [Em linha]. Street: The Shoe Museum, 2016- . [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.the-shoe-museum.org/our-museum>>.
- INGLATERRA. Victoria & Albert Museum – *Fashion* [Em linha]. Londres: Victoria & Albert Museum, 2017- . [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.vam.ac.uk/collections/fashion#intro>>.
- INGLATERRA. Victoria & Albert Museum – *Fashion design book* [Em linha]. Londres: Victoria & Albert, 2017- . [Consult. 10 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://collections.vam.ac.uk/item/O1105393/fashion-design-book-worth-charles-frederick/>>.
- INGLATERRA. WWD [Em linha]. London: Penske Media Corporation, 2016. [Consult. 10 Out. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://wwd.com/>>.
- ITÁLIA. Museo Internazionale della Calzatura Pietro Bertolini - *il museo* [Em linha]. Vigevano: Museo Internazionale della Calzatura Pietro Bertolini, 2016- . [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.museocalzaturavigevano.it/it/>>.
- ITÁLIA. Museo Internazionale della Calzatura Pietro Bertolini - *collezione* [Em linha]. Vigevano: Museo Internazionale della Calzatura Pietro Bertolini, 2016- . [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.museocalzaturavigevano.it/it/la-collezione>>.
- ITÁLIA. Gucci Museo – *Gucci garden* [Em linha]. Florença: Gucci Museo, 2016 [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: http://www.gucci.com/us/en/stories/visions/article/gucci_garden>.
- ITÁLIA. Ferragamo Museo – *Collection: patents* [Em linha]. Florença: Ferragamo Museo, 2017 [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: http://www.ferragamo.com/museo/en/usa/discover/shoe_collection/patents>.
- ITÁLIA. South Tyrol Museum of Archaeology – *The Iceman: clothing* [Em linha]. Itália: South Tyrol Museum of Archaeology, 2015- . [Consult. 11 março. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.iceman.it/en/clothing/>>.
- JAPÃO. Kyoto Costume Institute – *Collection and conservation* [Em linha]. Kyoto: Kyoto Costume Institute, [s. d.]. [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: http://www.kci.or.jp/collection/index_e.html>.
- KRICK, Jessa (2004) - *Charles Frederick Worth (1825–1895) and the House of Worth* [Em linha]. New York: Metropolitan Museum, 2000- . [Consult. 22 Dez. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://www.metmuseum.org/toah/hd/Wrth/hd_wrth.htm>.
- PORTUGAL. APICCAPS - *Portugal cria 25 novas marcas de calçado* [Em linha]. Porto: APICCAPS, 2009b - . [Consult. 15 Fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://portugueseshoes.pt/News/?id=37&Portugal_cria>.

- PORTUGAL. APICCAPS - *Calçado português com nova imagem* [Em linha]. Porto: APICCAPS, 2009 -. [Consult. 15 Fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://portugueseshoes.pt/News/?id=34&Calçado__portugues__com__nova__imagem>.
- PORTUGAL. APICCAPS - *Calçado lança campanha mais «sexy» de sempre* [Em linha]. Porto: APICCAPS, 2010 -. [Consult. 10 Fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://portugueseshoes.pt/news/?id=68&Industria__portuguesa__lanca__campanha__mais__%C2%A Bsexy%C2%BB__de__sempre>.
- PORTUGAL. APICCAPS – *Portuguese Shoes* [Em linha]. Porto: APICCAPS, 2013- . [Consult. 10 Fev. 2018]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.portuguese-shoes.pt/campaigns/2013/785.html>>.
- PORTUGAL. Arquivo da Muralha [Em linha]. Guimarães: Arquivo da Muralha. [Consult. 16 maio 2018]. Disponível em WWW: <URL: <http://muralha.org>>.
- PORTUGAL. Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. [Consult. 8 agosto 2018]. Disponível em WWW: <URL: <http://http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/>>.
- PORTUGAL. Arquivo Histórico, Biblioteca e Museu da Divisão História e Cultura da Guarda Nacional Republicana [Em linha]. Lisboa: AHBMGNR. [Consult. 5 Fev. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://arquivomuseugnr.pt/entrada.aspx?IDMenu=6&P=Arquivo%20Digital>>.
- PORTUGAL. Biblioteca de Arte – Fundação Calouste Gulbenkian [Em linha]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em WWW: <URL: [http:// https://www.flickr.com/photos/biblarte/](http://https://www.flickr.com/photos/biblarte/)>.
- PORTUGAL. Câmara Municipal de Felgueiras - *Município* [Em linha]. Felgueiras: CMF. [Consult. 20 julho 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cm-felgueiras.pt/pt/municipio>>.
- PORTUGAL. Centro Português de Fotografia. [Em linha]. Porto: CPF, s/d. [consult. 12 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://cpf.pt>>.
- PORTUGAL. CTCP – *Projeto FACAP* [Em linha]. Porto: CTCP, 2014 -. [Consult. 15 abril. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://ctcp.pt/inovacao/inovacao.asp?op=3&id=20&idmp=N g==&idms=NDU=>>>.
- PORTUGAL. CTCP – *Projeto FATEC* [Em linha]. Porto: CTCP, 2014c -. [Consult. 15 abril. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://ctcp.pt/inovacao/inovacao.asp?op=3&id=27&idmp= Ng==&idms=NDU=>>.
- PORTUGAL. CTCP – *Projeto SHOEINOV* [Em linha]. Porto: CTCP, 2014b -. [Consult. 15 abril. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://ctcp.pt/info/email/index.asp?v2=NHwxNnwyMDE2fDM2NjI=>>>.
- PORTUGAL. CTCP – *30 anos de inovação na fileira do calçado: a história* [Em linha]. Porto: CTCP, 2016 -. [Consult. 12 maio 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ctcp.pt/info/email/index.asp?v2=NHwxNnwyMDE2fDM2NjU=>>>.
- PORTUGAL. Diário da República Eletrónico [Em linha]. Lisboa: DRE, atualização diária. [Consult. 10 Nov. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://dre.pt>>.
- PORTUGAL. Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. [Em linha]. DGARQ, 2008- . [Consult. 10 Nov. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://digitarq.arquivos.pt>>.
- PORTUGAL. Espólio Fotográfico Português [Em linha]. Guimarães: EFP, 2010- . [Consult. 10 Jan. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://espoliofotograficopor-tugues.pt>>.
- PORTUGAL. Fundação Mário Soares. [Em linha]. Lisboa: FMS, s/d. [consult. 12 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://fmsoares.pt>>.

- PORTUGAL. Hemeroteca. *Efemérides / Exposição do Mundo Português* (1940) [Em linha]. Lisboa: Hemeroteca de Lisboa, 2016- . [consult. 21 maio 2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/Restauracao/Exposicaodomundoportugues.htm>>.
- PORTUGAL. Infopédia - *Duarte Nunes de Leão* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 10 Dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$duarte-nunes-de-leao](http://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$duarte-nunes-de-leao)>.
- PORTUGAL. Infopédia - *Ideias Mercantilistas em Portugal* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-05-20]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$ideias-mercantilistas-em-portugal](http://www.infopedia.pt/$ideias-mercantilistas-em-portugal)>.
- PORTUGAL. Infopédia - *Marquês de Pombal* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014b. [Consult. 2014-05-20]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$marques-de-pombal](http://www.infopedia.pt/$marques-de-pombal)>.
- PORTUGAL. Infopédia - *Mocidade Portuguesa* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017b. [Consult. 2017-05-10]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$mocidade-portuguesa](http://www.infopedia.pt/$mocidade-portuguesa)>.
- PORTUGAL. Jornal Público - *A igreja que foi fábrica de sapatos é uma casa de heróis mal amada* [Em linha]. Lisboa: Público, 2014. [Consult. 2015-04-7]. Disponível em WWW: <URL: <http://publico.pt/2014/01/12/culturaipsilon/noticia/a-igreja-que-foi-fabrica-de-sapatos-e-uma-casa-de-herois-ainda-pouco-amada-1619307>>
- PORTUGAL. Legislação Régia: digitalização da colecção de legislação portuguesa desde 1603 a 1910 [Em linha]. Lisboa: Legislação Régia, 2010- . [Consult. 12 Dez. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/>>.
- PORTUGAL. Liga portuguesa de profilaxia social, [s.d]. [Em linha]. Porto: LPPS, 2017- . [consult. 25 maio 2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://lpps.pt>>.
- PORTUGAL. MatrizPIX, 2008- . [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2008- . [consult. 15 Fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://matrizpix.dgpc.pt>>.
- PORTUGAL. Mude – *Acervo* [Em linha]. Lisboa: Mude, 2014- . [Consult. 7 Dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.mude.pt>>.
- PORTUGAL. Parlamento - *Constituição de 1933* [Em linha]. Lisboa: Assembleia da República, 2016- . [Consult. 3 Out. 2016]. Disponível em WWW: < <http://parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>>.
- PORTUGAL. Pordata - *Municípios* [Em linha]. Lisboa: Pordata, atualização diária. [Consult. 20 Jan. 2016]. Disponível em WWW:< URL:<http://pordata.pt/Municipios>>.
- PORTUGAL. Porbase [Em linha]. Lisboa: BN, 1988- , atualização diária. [Consult. 17 Jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.bn.pt>>.
- PORTUGAL. Portugal global – *Entrevista a Paulo Gonçalves* [Em linha]. [s.l.], 2015. [consult. 22 maio. 2015]. Disponível em WWW:<URL: <http://portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId={8DEE2738-3D80-49C4-B7B-5-BD32AD9358EE}>>>.
- PORTUGAL. Portugal têxtil – *Ponto final na mocap* [Em linha]. [s.l.], 2016- . [consult. 6 julho 2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://portugaltexil.com/ponto-final-na-mocap/>>.
- PORTUGAL. Portugal têxtil – *Entrevista a Fortunato Frederico* [Em linha]. [s.l.], 2005- . [consult. 17 março 2015]. Disponível em WWW:<URL:<http://portugaltexil.com/programa-dinamo-reavaliado/>>.

- PORTUGAL. Público – *Entrevista a Fortunato Frederico* [Em linha]. Lisboa, 2004. [consult. 17 março 2015]. Disponível em WWW:<URL: <http://publico.pt/economia/jornal/programa-dinamo-aposta-na-moda-portuguesa-184811>>.
- PORTUGAL. Presidência da República – *1ª Jornada entre Douro e Vouga: bons exemplos a visitar*. [Em linha]. Lisboa, 2014. [consult. 12 novembro. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=24&idi=32931&idt=37>>
- PORTUGAL. Turismo Industrial - *Museu do Calçado* [Em linha]. S. João da Madeira, 2016- . [Consult. 2 Dez. 2016]. Disponível em WWW: <http://turismoindustrial.cm-sjm.pt>.
- PORTUGAL. Museu do Calçado – *História* [Em linha]. S. João da Madeira: Museu do Calçado, 2017. [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://museu-do-calcado.pt>>
- PORTUGAL. Museu do Traje – *O museu e as suas coleções* [Em linha]. Lisboa: Museu do Traje, 2017, atualização 21 nov. 2017. [Consult. 7 dezembro. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.museudotraje.gov.pt/pt-PT/O%20Museu/MNTCol/ContentList.aspx>>.
- PORTUGAL. UNIDCOM-IADE. *Design em Portugal (1960-1974): ações, intervenientes e repercussões do Núcleo de Arte e Arquitectura Industrial e do Núcleo de Design Industrial do Instituto Nacional de Investigação Industrial (I.N.I.I.)*. [Em linha]. Lisboa: IADE. [Consult. 2017-08-20]. Disponível em WWW: <URL:<http://unidcom.iade.pt/designportugal/index.html>>.
- SUIÇA. Haute école d'Art et de design - *Fashion in Words: a Theoretical Approach to Fashion Design* [Em linha]. Genève: Head Genève, 2012 - . [Consult. 12 Fev. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.hesge.ch/head/evenement/2014/symposium-fashion-words>>.
- SUIÇA. Bally Shoe Museum - *Bally Shoe Museum* [Em linha]. Schönenwerd: Bally Shoe Museum, 2015 - . [Consult. 22 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.bally.eu/en/blog/design/blog-bally-shoe-museum.html>>.
- TEIXEIRA, Madalena Bráz - *O traje regional português e o folclore* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], [s.d.]. [Consult. 21 janeiro 2015]. Disponível em WWW: <http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/1__PI__Cap7.pdf/803cd114-b7e8-448a-8dea-aeacb67866fe>.

ANEXOS

p. 557

CAPÍTULO II

p. 557

1. Precedentes para o estudo do design de calçado

p. 557

1.1 Estudos académicos da área disciplinar do design

p. 560

1.2 Estudos académicos de áreas disciplinares externas ao design

p. 563

CAPÍTULO III

p. 563

1. Tipologias de calçado, programas e sua relação com as tendências de moda entre 1837 e 1850

p. 566

2. Exceções de forma, função, género e material, entre os séculos XVI e XX

p. 573

3. Para uma definição de calçado incluindo todas as tipologias estudadas

p. 580

4. Uma história do design de calçado comparada

p. 581

4.1 O conceito de calçado: definição entre os séculos XVI e XXI

p. 583

4.2 Programa e autoria entre os séculos XVI e XXI

p. 592

CAPÍTULO IV

p. 592

1. Programas de calçado e preços praticados em Portugal

p. 596

2. O panorama de Guimarães no quadro dos autores, programas e tecnologias enquadrado no sistema corporativo

p. 598

2.1 O percurso dos autores, a relação com a técnica e o desenvolvimento de programas

p. 610

3. Programas tipológicos inscritos no âmbito documento decreto-lei n.º 26/96 de 1996-03-23, sobre a rotulagem do calçado

p. 611

4. Felgueiras: dados do emprego

p. 612

5. Marcas de máquinas de produção de calçado

p. 617

GLOSSÁRIO

Principais programas de calçado portugueses

p. 631

GLOSSÁRIO

Elementos constituintes do calçado português

LISTA DE FIGURAS

- Fig. 1 Ormac, Itália. Fonte: CDAB.
- Fig. 2 Comelz, Itália. Fonte: CDAB.
- Fig. 3 Ficem, Itália. Fonte: CDAB.
- Fig. 4 Coldesina & Valsecchi, Itália. Fonte: CDAB.
- Fig. 5 Silpar, Itália. Fonte: CDAB.
- Fig. 6 Reces, Itália. Fonte: CDAB.
- Fig. 7 Union de maquinaria para calzado, Espanha. Fonte: CDAB.
- Fig. 8-9 Dania, Dinamarca. Fonte: CDAB.
- Fig. 10-12 Vilh pedersen, três modelos distintos, Dinamarca. Fonte: CDAB.
- Fig. 16 Spang & Brands, Alemanha. (revendedor). Fonte: CDAB.
- Fig. 13 Solemasters, Inglaterra. Fonte: CDAB.
- Fig. 14-15 Standard, Inglaterra. Fonte: CDAB.
- Fig. 17-18 Standard, Inglaterra. Fonte: CDAB.
- Fig. 19 Hang, Alemanha. Fonte: CDAB.
- Fig. 20 Atlas Werk, Alemanha. Fonte: CDAB.
- Fig. 21 Protos, Alemanha. Fonte: CDAB.
- Fig. 22 Rafflenbeul, Alemanha. Fonte: CDAB.
- Fig. 23 H. Walther & C., Alemanha. Fonte: CDAB.
- Fig. 24 Lirel, Portugal. Fonte: CDAB.
- Fig. 25 Armino Soares Teixeira, Felgueiras, Portugal. Fonte: CDAB.
- Fig. 26 J. C. Rodrigues, Lisboa, Porto, S. J. Madeira e Felgueiras, Portugal. Fonte: CDAB.
- Fig. 27 Lirel, Arrifana, Portugal. Fonte: CDAB.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Levantamento bibliográfico de estudos académicos da área do design, organizados por data de publicação, incidência do estudo, título, autor e resumo. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 2 Levantamento bibliográfico de estudos académicos das áreas disciplinares de engenharia, sociologia, economia, gestão e negócios internacionais, organizados por data de publicação, natureza do estudo, título, autor e resumo. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 3 Levantamento de tipologias de calçado difundidas por estação do ano, organizadas por cronologia e estação do ano (O correio das damas: jornal de litteratura e de modas [1837-1850]). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 4 Levantamento de tipologias de calçado difundidas por cronologia entre 1837 e 1851 e dos elementos do programa correspondentes: material, cor e função (O correio das damas: jornal de litteratura e de modas [1837-1850]). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 5 Tipologias de calçado de cronologias indefinidas, situadas a partir da civilização egípcia até ao século XX. O termo 'alcorque' foi encontrado na publicação de Aulete (1925); o termo 'soco' em Bivar (1945); os restantes na publicação de Lello (1988). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 6 Registo de entradas de termos nas publicações de Bluteau (1712-1728), Moraes Silva (1789), Couto (1842), Viterbo (1865), Aulete (1925), Bivar (1948), Morais da Silva (1961), Lello (1988), Houaiss (2003) e de entrevistas aos especialistas. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 7 Significação do termo 'calçado' sob o ponto de vista do programa, entre os séculos XVIII a XXI de acordo com os autores: Bluteau (1712), Moraes da Silva (1789), Couto (1842), Aulete (1925), Bivar (1948), Morais da Silva (1961), Lello (1988) e Houaiss (2003). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 8 Evolução do programa formal da bota entre o século XVI e XX. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 9 Evolução do programa formal do sapato entre o século XVI e XXI. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 10 Relação entre preço e programa nas cidades de Arraiolos, Entre Tejo e Guadiana, Évora, Guimarães, Loulé Lisboa e Porto, entre 1379 – 1719 (Correia (1926), Almeida (1930) Ferreira (2007)). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 11 Taxas aplicadas pelos sapateiros de Guimarães, aprovadas em 1522 para calçado ‘novo’ do género masculino (Almeida, Eduardo de (1930, 40 (1-2) Jan.-Jun. 1930, p. 57-58). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 12 Taxas aplicadas pelos sapateiros de Guimarães, aprovadas em 1522 para consertar calçado do género masculino (Almeida, Eduardo de (1930, 40 (1-2) Jan.-Jun. 1930, p. 57-58). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 13 Taxas aplicadas pelos sapateiros de Guimarães, aprovadas em 1522 para calçado ‘novo’ do género feminino (Almeida, Eduardo de (1930, 40 (1-2) Jan.-Jun. 1930, p. 57-58). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 14 Taxas aplicadas pelos sapateiros de Guimarães, aprovadas em 1522 para consertar calçado do género feminino (Almeida, Eduardo de (1930, 40 (1-2) Jan.-Jun. 1930, p. 57-58). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 15 Taxas aplicadas pelos sapateiros de Guimarães, aprovadas em 1719 para calçado do género masculino e feminino (Caldas, 1881, p.137-141). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 16 Taxas aplicadas pelos sapateiros de Guimarães, aprovadas em 1719 para consertos em botas e sapatos do género masculino e feminino (Caldas, 1881, p.137-141). Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 17 Levantamento dos elementos dos programas do calçado e respetivas normas de rotulagem, sob o ponto de vista da forma, função e material, inscritos no âmbito do Decreto-Lei n.º 26/96 de 1996-03-23 sobre os elementos a integrar a rotulagem do calçado. Fonte: Aurora Brochado.

Quadro 18 Dados do emprego no concelho de Felgueiras ao nível da produção de calçado, com base nos dados das “Monografias Estatísticas” (2009, p. 52; 2011, p. 62; 2013, p. 70-71; 2014, p. 73; 2016, p. 27; 2017, p. 93) publicadas pela APICCPAPS. P.de verificar-se, comparativamente ao peso de outros concelhos - Feira e Oliveira de Azeméis – que tem sido em Felgueiras onde se concentram o maior número de profissionais no âmbito da produção do calçado e nos componentes, pelo menos desde 2005, ao serviço na indústria portuguesa de calçado. Desde os anos 90 que os dados consultados relativamente ao emprego revelaram a sua quase plenitude. O setor do calçado teve falta de mão de obra e aqueles que nele operaram eram facilmente aliciados para trocar de empresa. Ter. iniciado nesse momento a procura de profissionais noutras localidades (Jornal O Independente, Suplemento Comercial, 14 novembro de 1997, p. 9). Duas décadas depois, face à mesma falta de recursos humanos, as empresas continuaram na procura de mão-de-obra fora de Felgueiras, tendo inclusivamente inaugurado novas unidades de produção em concelhos vizinhos. Ver Portugal, Sic notícias, 2013. Fonte: Aurora Brochado.

CAPÍTULO II

1. PRECEDENTES PARA O ESTUDO DO DESIGN DE CALÇADO 1.1 ESTUDOS ACADÉMICOS DA ÁREA DISCIPLINAR DO DESIGN

ANO	ÁREA DE ESTUDO E EDIÇÃO	TÍTULO, AUTOR	TEMA
2005	Dissertação de mestrado Design, Materiais e Gestão do Produto, UA.	Identidade e marca: recursos estratégicos para a competitividade das organizações, na indústria portuguesa do calçado em particular. Pedro Almeida.	<p>Procurou perceber os motivos do distanciamento entre design e indústria, considerado na origem do défice da imagem de marcas e produtos portugueses. Igualmente abordou os contributos do design à indústria do calçado “no sentido de aproximar e articular competências em design e a produção de calçado, enquanto contributos para a competitividade das organizações ao nível da imagem dos produtos portugueses” (p. 12).</p> <p>Assentou em perspetivas do branding em direção à imagem das marcas, relevando o calçado desportivo - sapatilhas, pelo facto de essas representarem a tipologia presente nas marcas que mais evoluíram em termos de visibilidade nos pontos de venda (p. 74).</p> <p>Explicou relações entre as organizações com o design, com as marcas e com o mercado por via da imagem.</p> <p>Constatou o panorama das empresas do setor do calçado: a qualidade da vertente técnica e tecnológica e um crescimento com base na oferta de produção industrial, explicada com base nos grandes volumes de produção que marcaram as décadas de 80 e 90.</p> <p>Partilha a ideia da evolução do setor no sentido de resposta à produção subcontratada, deixando para outro plano o controlo de canais de distribuição e de pontos de venda dirigidos ao consumidor final (p. 138). Consequentemente, a formação especializada é predominantemente direcionada para produção.</p> <p>O autor considerou a intervenção da gestão do design nas empresas ao nível estratégico e operacional (p. 21).</p> <p>Analisou fatores de competitividade de marcas de referência internacional com vista à abordagem nacional: o predomínio da imagem sobre o produto. A análise do setor na III República conduziu a respostas no défice de imagem do calçado português, onde prevalece a vertente técnica e tecnológica. Esse défice de imagem em muito se deve à formação em níveis e competências adequadas (p. 138).</p> <p>Pretendeu estabelecer prioridades em matéria de imagem. Identificou marcas com identidade e discurso próprios, ao lado das marcas de referência no seu segmento. O design como fator diferenciador para a indústria do calçado e a marca de calçado “Sanjo” como estudo de caso.</p> <p>O contributo do design para a competitividade da indústria do calçado ao nível das marcas e das imagens assentou em cinco tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tirar partido dos recursos técnicos e tecnológicos existentes, estabelecendo parcerias; — validade das ideias como mais valias do negócio, objetivando o ‘core-business’; — materialização de ideias em produto e comunicação no sentido da continuidade; — desenvolvimento e exploração de canais de distribuição; — identidade e marca são recursos estratégicos que podem ser incorporados em ações do design dirigidas ou integradas pelas organizações (p. 144).
2007	Dissertação de mestrado em Design, UA.	Design como estratégia de inovação no sector do calçado. Graça Silva.	<p>Design estratégico para a melhoria da competitividade das empresas do setor do calçado. Caracteriza marcas nacionais, tais como: Fly London, Helsar e Aerosoles. Apresenta uma proposta para a aproximação do design à gestão - Átomo de Design Total, gerador e dinamizador de estratégias inovadoras, assentes em três eixos: estratégico, tático e operacional. O modelo designou os recursos das empresas, a cadeia de valor, ou seja, o seu funcionamento e a administração como os princípios orientadores do mesmo. O objetivo foi o contributo para a mudança do comportamento e visão corporativa.</p> <p>A metodologia da investigação seguiu duas fases: revisão da literatura sobre o design, conceitos de gestão do design e a ligação entre design e inovação; e sobre o estado do setor do calçado ao nível nacional e internacional. Recorreu também a entrevistas.</p> <p>Da entrevista destacou-se o testemunho do Dr. Alberto Costa (tem definido as estratégias para o setor do calçado traçadas pela APICCAPS) no qual defendeu que: “a maioria dos designers não conhece o funcionamento empresarial e quando passam pelas empresas, o design que realizam não é coerente com as necessidades da empresa, pois desenvolvem coleções demasiado caras e pouco exequíveis industrialmente (...) e também é verdade que muitos empresários não conhecem devidamente as verdadeiras potencialidades do design” (p. 97); e a entrevista do Dr. Alfredo Costa (Presidente da APICCAPS) onde referiu “a ligação do CPD e a APICCAPS tem sido muito pontual. Existem designers contratados para integrar algumas empresas, no entanto não tem correspondido às expectativas. A falta de conhecimento empresarial é grande, por isso devem ser pensadas estratégias de aproximação dos designers às empresas e vice-versa” (p. 98). As constatações dos entrevistados traduzem a visão da indústria do calçado sobre o designer.</p>

Quadro 1 Levantamento bibliográfico de estudos académicos da área do design, organizados por data de publicação, incidência do estudo, título, autor e resumo. O quadro continua até à página 560. Fonte: Aurora Brochado.

ANO	ÁREA DE ESTUDO E EDIÇÃO	TÍTULO, AUTOR	TEMA
2008	Dissertação de mestrado em Design e Marketing, UM.	Novas abordagens do processo criativo na aplicação da técnica do laser. Tatiana Martins.	Demonstrou o processo de desenvolvimento de dois produtos, umas calças e um par de sapatos onde inseriu um gráfico (desenho) realizado com laser. Foi incluído num dos elementos do corte do sapato. Realizou protótipo. Os métodos projetuais do design gráfico foram a metodologia e estratégia aplicadas: problema, definição de problema, componentes do problema, recolha e análise de dados, criatividade, materiais e tecnologia, experimentação, modelo, verificação, desenho construtivo e solução (2008, p. 18).
2012	Central Saint Martins College of Art & Design University of the Arts London.	Brand archives: The rescuing of locally specific brand imagery as a graphic design response to the globalization of visual identity. Pedro Almeida.	Compreendeu como as marcas se relacionam com a memória cultural, a relevância da mesma e a sua autenticidade: os elementos visuais principais da sua identidade, a sua evolução e relação contextual social, cultural, política e económica. O estudo de caso é a marca Sanjo. Traduziu na sua caracterização os aspetos inerentes ao Estado Novo, à queda do regime e à abertura da economia. Com ela, à queda e a perda da sua riqueza cultural. Encontrou semelhanças com marcas internacionais, as quais predominaram sob regimes autoritários e não resistiram ou se fragmentaram com a queda desse. Verificou que essas marcas têm estado sujeitas a um reavivamento mediante os padrões contemporâneos de abordagens de design, apesar de reconhecer a perda de elementos da própria história (p. 223). Apresentou exemplos paralelos de outras marcas independentes, mas com passado similar à Sanjo; perspetiva o sentido de 'arquivo de marca' como um instrumento para o designer de resgate de identidades culturalmente específicas que tendem a desaparecer rapidamente (p. 76). A abordagem metodológica para interpretação e análise da memória histórica nas imagens da marca compreendeu metodologias visuais, métodos de estudo de caso e a combinação de pesquisa etnográfica, design gráfico e análise visual. A tese assumiu assim uma resposta ao campo da história do design, considerando que a identidade visual das marcas dessa época traduzem um assunto que não é claro (p. 170).
2012	Dissertação de mestrado em Design de Moda, UBI.	Tucker's – Coleção de calçado conceptual: dos polímeros aos têxteis. Sílvia Saraiva.	Aborda a história do surgimento do calçado, necessidades e exigências, até às tendências atuais. Procurou materiais poliméricos com vista ao desenvolvimento do produto final. Criou uma coleção de calçado conceptual, com a aplicação de materiais não utilizados normalmente pela indústria do calçado, assim como a imagem da marca / produto, para sua divulgação e comercialização.
2013	Dissertação de mestrado em Design e Marketing, UM.	Conforto no calçado feminino com ênfase no conforto psico-social. Mariana Righetto.	Analizou o calçado feminino, designadamente, o sapato de salto alto. Procurou compreender a relação afetiva por esse 'acessório' e também a dualidade do conforto em prol da estética. Contemplou pesquisa sobre a anatomia, antropometria e biomecânica do pé, bem como o levantamento de informações sobre os problemas causados pelo uso de salto alto. Recorreu a método do questionário onde foram auscultados ambos os géneros.
2013	Dissertação de mestrado integrado em Engenharia Têxtil, UM.	Estudo da substituição do couro pela pele de cortiça para aplicação em calçado – vestuário. Ângela Silva.	Estudou a possibilidade de desenvolver uma tipologia com base num novo material constituído por três camadas: pele de cortiça, membrana respirável e têxtil, em substituição do couro dada a associação aos problemas ambientais. Desenvolveu um protótipo onde se evidenciaram as características expectáveis do material aplicado no artefacto: ventilação no interior do calçado, redução da sudação do pé e de microrganismos, manutenção das propriedades inerentes ao calçado.
2014	Dissertação de mestrado em Design de Comunicação de Moda, UM.	A estratégia de comunicação na construção de uma marca de moda: estudo de caso - projeto para a marca NOBRAND. Inês Oliveira.	Analisa a importância da comunicação na construção de uma marca através do estudo de caso sobre a marca 'Nobrand', em Felgueiras. A partir do recurso à observação direta propôs um novo plano de comunicação e desenvolveu um manual da marca.
2014	Dissertação de mestrado em Design e Marketing, UM.	Desenvolvimento de materiais têxteis com propriedades antimicrobianas para revestimento de calçado. Joaquim Matos.	Com base em conceitos de bem-estar, conforto e baixo impacto ambiental como fatores que agregam valor e motivam a aquisição do produto, desenvolveu amostras de materiais (com base na manipulação de quantidades de poliéster, poliéster bioativo, algodão e bambu) para o aplicar no forro do corte e nas palmilhas. Apresentou resultados de testes onde verificou características como permeabilidade ao ar e ao vapor de água, condutividade térmica e coeficiente de atrito.
2014	Dissertação de mestrado em Design de Equipamento, UL.	A importância do design na indústria do calçado português. Manuela Barbosa.	Tece uma breve contextualização à história do calçado, analisa a indústria portuguesa do calçado referindo empresas de Felgueiras. Realizou entrevistas ao CTCP, APICCAPS e a uma designer. O design de calçado é mencionado como surgido no quadro do design de moda e pertencente também ao design de produto.

ANO	ÁREA DE ESTUDO E EDIÇÃO	TÍTULO, AUTOR	TEMA
2014	Dissertação de mestrado em Branding e Design de Moda, UBI.	Criação de uma Marca de Calçado de Luxo "Catarina Cruz". Catarina Freitas.	A dissertação analisa a marca Luís Onofre: o percurso de calçado de luxo do designer, a estrutura do negócio, mercado, público-alvo, produto e marketing, com vista a apresentar uma marca assente nos mesmos pressupostos. A investigação assume que a marca "Catarina Cruz", estando na fase dos desenhos, se inspira em "outros designs já existentes, de linhas e de jóias" (2014, p. 89).
2015	Dissertação de mestrado em Design e Marketing, UM.	Sustentabilidade no Design: uma abordagem aos resíduos limpos das indústrias do calçado. Meire Santos.	Analizou e identificou o processo de descarte de resíduos com vista ao seu reprocessamento para aplicação em objetos de decoração de interiores, vestuário e acessórios de moda. Explorou o conceito de design sustentável e princípios do upcycling aliados ao método do design modular resíduos limpos.
2015	Dissertação de mestrado em Design, UA.	Estigma no uso do calçado ortopédico: um estudo de caso em ambiente empresarial. Graça Grave.	Analizou o calçado ortopédico no espectro do produto e pretendeu contribuir para a desconstrução do estigma no uso desse produto numa perspetiva de design social. O estudo relacionou-se com a prática profissional da autora numa empresa de calçado ortopédico, a partir do qual reconheceu: "Com o intuito de sustentar tecnicamente o projeto, foi requerida formação técnica na área de modelação de calçado lecionada por técnicos profissionais da área. Esta formação (...) foi apenas lecionada após o lançamento da coleção. Este facto condicionou todo o desenvolvimento do projeto, já que se considera que o bom exercício de design de calçado requer o conhecimento de técnicas e regras que permitem compreender o limiar entre o conhecimento técnico e as possibilidades estéticas. Isto é, o desenho de calçado, sobretudo o calçado ortopédico, necessita de compreensão da dimensão de desenho técnico para que se cumpram normas da área, essenciais ao bom desempenho do sapato. (...) Só após compreensão dos procedimentos (...) é que o designer está totalmente capacitado para o desenho estilístico". Propôs a criação de produto para dois segmentos inexistentes na empresa e traduziu os processos criativos para o desenvolvimento de calçado ortopédico.
2015	Dissertação de mestrado em Design e Marketing, UM.	Estudo da influência cultural no Design de Calçado. Marine Coelho.	Com base nas seis dimensões culturais identificadas no modelo cultural desenvolvido pelo psicólogo Geert Hofstede, o estudo pretendeu relacionar esse modelo cultural na área do design de calçado. Identificou os conceitos de cultura, calçado e o conceito de cultura de Hofstede e analisou dados da indústria do calçado dos países avaliados por esse autor. Não identificou relações significativas e conclusivas, deduzindo que o modelo cultural de Hofstede embora apresente algumas relações com os aspetos estéticos do design de calçado dos países selecionados, não é totalmente explicativo, não tendo sido possível validar o modelo.
2015	Artigo sobre design de moda	A inovação, as marcas próprias e o private label no setor do calçado em Portugal. António Marques.	Analizou o tipo de inovação de sete empresas consideradas inovadoras dentro do setor, de acordo com o manual de Oslo. Contemplou o estudo das empresas que passaram do regime private label para o desenvolvimento de produtos, coleções e marcas. Fundamentou-se em métodos qualitativos e estudos de caso.
2015	Dissertação de mestrado em Design de Comunicação de Moda, UM.	O impacto do ponto de venda da marca de calçado nacional Eureka no comportamento do consumidor. Sofia Martins.	O estudo adotou a metodologia do estudo de caso centrando-se na análise do projeto de 'Visual Merchandising' das lojas 'Eureka'. Verificou que o atendimento é o fator que mais influencia na experiência do consumidor quando visita a loja, seguindo-se o ambiente e a montra.
2016	Dissertação de mestrado 2º Ciclo de Estudos em Design e marketing, UM.	Impacto das redes sociais e website no desempenho competitivo das empresas portuguesas de calçado. Presença digital como vantagem competitiva. Gintare Hermanaviciute.	Demonstrou que a presença digital pode aumentar a vantagem competitiva das marcas, reconhecendo que o maior foco deveria ocorrer na criação de conteúdos digitais focados no público-alvo da marca e no envolvimento da mesma nas redes sociais. Socorreu-se da metodologia qualitativa.
2016	CIMODE 2016: 3.º Congresso Internacional de Moda e Design: proceedings.	Sustainable design applied to residual animal leather from the footwear industry. Meire Oliveira, Bernardete Soares, A. Broega.	O artigo relacionou o conceito de design no âmbito do ecodesign, focando se na questão dos resíduos gerados pela indústria do calçado. Propôs o reaproveitamento da pele de uma empresa de calçado em produtos de moda e objetos de decoração de interiores.

ANO	ÁREA DE ESTUDO E EDIÇÃO	TÍTULO, AUTOR	TEMA
2017	Dissertação de mestrado em Design de moda, UBI.	Criação do Design de Calçado para a Burberry "The Cape Reimagined". Mariana Tôsco.	<p>Pretendeu o desenvolvimento de uma coleção inspirada na marca Burberry. Analisou o mercado de luxo e a marca em questão; faz referência "à evolução no que diz respeito ao design, à anatomia e à confecção" (2017, p. 19). Foram propostos oito modelos de calçado, com variantes cromáticas. A elaboração de uma coleção de calçado foi explicada do seguinte modo:</p> <p>1-Pesquisa de tendências; 2-Realização de mood board com imagens inspiradoras e a paleta de cores; 3-Desenvolvimento de modelos e definição de conceito; 4-Fichas técnicas e definição de nome dos modelos; 5-Materiais e cores; 6-Processo de interação com as fábricas para iniciar o processo de prototipagem; 7-Desenvolvimento das amostras; 8-Quando as encomendas são feitas, a fábrica produz e em seguida é feito o controlo de qualidade; 9-Comercialização (2017, p. 35-36).</p> <p>Definiu para a elaboração da coleção a necessidade de elaborar três vistas distintas para a representação dos modelos, a referência ao tipo de materiais para o corte, cor das costuras e pequenos detalhes. Considerou não tecer "referências ao processo de produção porque essas são da responsabilidade dos fabricantes. O único cuidado por parte do designer é apresentar as fichas técnicas com uma breve explicação dos materiais" (2017, p. 50).</p>
2017	Dissertação de mestrado em Design de moda, UBI.	O design de calçado e a impressão 3D. Catarina Vicente.	<p>Demonstrou o recurso à impressão 3D para criar calçado "na base da tradição, mas produzido com inovação" (2017, p. 7). A elaboração da coleção de calçado foi explicada do seguinte modo: pesquisa de tendências, criação de painéis, memória descritiva, ilustrações, fichas técnicas, aprendizagem de softwares e modelação 3D, SketchUp, Blender e a impressão 3D. Concluiu que é possível criar mais pares de sapatos num espaço de tempo mais reduzido, com valor estético melhorado e com acabamentos perfeitos, sendo possível criar uma marca e lança-los para o mercado" (2017, p. 77). No estudo foram prototipados um par de sandálias, tendo sido necessárias aproximadamente 26h para a sua concretização.</p> <p>Os objetivos específicos pretenderam revelar "as diferenças entre as técnicas inovadoras da impressão 3D e a técnica tradicional de produção de calçado em termos de design, mas também ao nível do conforto que a pessoa sente quando calça o sapato" (2017, p. 48).</p>

1.2 ESTUDOS ACADÉMICOS DE ÁREAS DISCIPLINARES EXTERNAS AO DESIGN

ANO	ÁREA DE ESTUDO E EDIÇÃO	TÍTULO, AUTOR	TEMA
1989	Centro de estudos sociais, UC.	Identities culturais e práticas sociais na indústria do calçado - Felgueiras e S. João da Madeira: elemento para um estudo comparativo. Elísio Estanque.	Estudo comparativo entre S. João da Madeira e Felgueiras. A partir das formas de identidade coletiva no espaço organizacional das empresas e de relações de poder, analisa o meio operário na indústria do calçado em articulação com o modelo cultural que a rodeia.
1994	Dissertação de mestrado em Engenharia electrotécnica e de computadores, FEUP.	Um sistema de apoio à decisão para o planeamento da produção na indústria do calçado. António Gonçalves.	O estudo propõe um sistema informático para o planeamento das linhas de produção do calçado.
2001	Dissertação de mestrado em Engenharia electrotécnica e de computadores, FEUP.	Balaceamento, escalonamento, de linhas de produção: o caso de uma indústria do calçado. Juan Marques.	Pretendeu a criação de um sistema capaz de automatizar a linha de produção.
2004	Dissertação de mestrado em Gestão de Operações Comerciais, UCP.	Estratégias de internacionalização de empresas portuguesas de calçado. Em busca de estratégias metanacionais num sector tradicional: estudo de caso. Luís Abrantes.	O estudo visou identificar empresas portuguesas como exemplos da adoção de estratégias de internacionalização, percebendo as diferenças dos modelos de negócio relativamente ao seu posicionamento competitivo e estratégico. Utilizou a metodologia estudo de caso e foram analisadas empresas de Felgueiras.
2005	Dissertação de mestrado em Gestão de Operações, UA.	Cluster e Supply Chain na definição estratégica da indústria do calçado. Gualter Gouveia.	O estudo apresentou uma análise ao setor procurando identificar como podem as novas formas organizacionais, baseadas na cooperação, posicionar-se em vantagem nessa indústria.

Quadro 2 Levantamento bibliográfico de estudos académicos das áreas disciplinares de engenharia, sociologia, economia, gestão e negócios internacionais, organizados por data de publicação, natureza do estudo, título, autor e resumo. O quadro continua até à página 563.
Fonte: Aurora Brochado.

ANO	ÁREA DE ESTUDO E EDIÇÃO	TÍTULO, AUTOR	TEMA
2008	Dissertação de mestrado em Engenharia Química, IPB.	Revestimentos funcionais de base quitosano: desenvolvimento de aplicações para a indústria do calçado. Maria Barros.	Enquadrou-se no estudo dos materiais, analisando a viabilidade do uso desse polímero como revestimento de couro para aplicar no calçado.
2009	Dissertação de mestrado em Sociologia Sociedade Portuguesa Contemporânea, Estruturas e Dinâmicas, FLUP.	As mutações entre 1996 e 2007 e as novas configurações das relações têxteis, vestuário e calçado. Manuel Freitas.	Descreveu as mudanças e as diferentes configurações das convenções coletivas de trabalho e das práticas laborais na indústria.
2009	Dissertação de mestrado em Engenharia Mecânica, FEUP.	Um sistema semi-automático de acabamento de solas para a indústria do calçado. João Santos.	Apresentou o estudo de um sistema semi-automático para o acabamento de solas, com vista a reduzir a dependência da qualificação do operário. Caracterizou o processo de acabamento de solas.
2009	Dissertação de mestrado em Engenharia Têxtil, UBI.	Concepção de estruturas de malha com elevadas capacidades de transferências térmica e fisiológica para aplicação em calçado desportivo. Maria Bento.	Teve com objetivo conceber e otimizar estruturas de malha para responder a problemas de transporte de humidade e manutenção de temperatura do pé. Aborda o calçado desportivo sob o ponto de vista do design funcional, conforto, componentes e propriedades.
2009	Dissertação de mestrado em Economia, UBI.	Previsão de insolvência financeira: uma aplicação ao sector do calçado português	Analisa as principais características do processo de insolvência empresarial, com o objectivo de identificar e quantificar variáveis contabilísticas relevantes na previsão e análise da insolvência empresarial.
2010	Tese de doutoramento em Gestão, ISCTE.	PME's em "clusters": Desenvolvimento de vantagens competitivas em indústrias maduras, em mudança lenta. O caso da indústria portuguesa de calçado. Nuno Cardeal.	O estudo pretendeu entender como as capacidades na origem da vantagem competitiva foram criadas ao longo do tempo. Apesar do enfoque se distanciar do assunto da investigação, pode manifestar-se um contributo relevante em estudos sobre o design de calçado por se centrar no caso de Felgueiras, mais propriamente na caracterização de uma parte do seu tecido empresarial, ajudando assim à compreensão organizacional e estrutural do setor do calçado nesse contexto geográfico.
2010	Dissertação de mestrado em Economia e Gestão Internacional, FEPUP.	Factores determinantes para a internacionalização no sector do calçado português de luxo: um estudo exploratório. Pedro Marcos.	O estudo pretendeu fornecer um contributo no crescimento do setor do calçado de luxo, manifestando-se pertinente no quadro de estudos em design de calçado por esclarecer as principais características desse setor. Utilizou a metodologia estudo de caso e analisou as empresas 'Fernando J. Henriques, Lda.' fundada em 1942 e a 'Fábrica de Calçados Zarco (Carlos Santos)', fundada em 1935, ambas de forte presença no mercado externo. Analisou as principais motivações que incentivaram as empresas a internacionalizar-se.
2011	Dissertação de mestrado em Engenharia Mecânica, UM.	Projeto e desenvolvimento de estribo para calçado ortopédico. Bruno Moura.	Tratou calçado específico – ortopédico - e apresentou propostas para estribos metálicos nesses programas, refletindo também sob a articulação entre o desenvolvimento dos mesmos e o processos de industrialização.
2012	Relatório de estágio de mestrado em Negócios Internacionais, UM.	A internacionalização de uma recém-criada marca de calçado: O caso da Amigluv e a sua entrada nos mercados espanhol, alemão e dinamarquês. Ana Rocha.	O relatório revelou-se interessante por tratar a experiência decorrente num estágio na empresa detentora da marca 'Amigluv'. Abordou aspetos relativos ao branding no que respeitou aos estudos estratégicos para a marca, da seleção dos mercados internacionais e a maximização do potencial de atração da marca; como também aspetos relacionados com a identidade dos programas de calçado próprios da marca, designadamente a premissa da "aliança entre o conforto e o design como vantagem diferenciadora" (2012, p. 58).
2012	Artigo, Departamento de Sociologia, UM.	Globalização, diferenciação e nation branding: dos conceitos às etiquetas no calçado português. Rita Ribeiro.	O artigo evidenciou o 'produto português' como fator chave para a indústria de calçado concorrer a nível mundial. Defendeu que a 'marca Portugal' poderá acrescentar valor aos produtos de calçado e à produção do mesmo, sendo que a longo prazo, a articulação entre APICCAPS, os produtos de moda e o design de elevada qualidade reverterão a favor de uma imagem-reputação integrada.

ANO	ÁREA DE ESTUDO E EDIÇÃO	TÍTULO, AUTOR	TEMA
2013	Dissertação de mestrado em Gestão. UBI.	RBV: Valor, raridade, vantagem competitiva e desempenho. Uma investigação empírica no sector do calçado português. Isabel Ramalho.	Teve como finalidade evidenciar uma abordagem quantitativa com base na combinação de recursos e capacidades, para alcançar vantagem competitiva e desempenho da empresa. Concluiu que o valor e a raridade da combinação recurso/capacidade das empresas não estão relacionados com a sua vantagem competitivas, sendo que essa se relaciona antes com o desempenho.
2013	Dissertação de mestrado em Finanças Empresariais, ESEIG.	A internacionalização das empresas portuguesas da indústria do calçado e a relação com a volatilidade das vendas e resultados. Inês Leite.	Analizou a relação entre a internacionalização das empresas portuguesas, vendas e resultados entre 1996 e 2006.
2013	Dissertação de Mestrado em Marketing, FEUC.	Fatores determinantes na performance de exportação da indústria portuguesa de calçado. Hélder Maias.	Compreendeu os determinantes para a performance de exportação da indústria do calçado, onde incluiu a inovação do produto a par da estratégia internacional de marketing. O conceito foi explicado a partir das seguintes premissas "necessidades e desejos dos clientes (...) design e industrialização dos produtos", ao nível da complexidade/novidade e também do aperfeiçoamento (2013, p. 23-24).
2013	Dissertação de Mestrado em Engenharia Mecânica, UM.	Produção de espumas para calçado ortopédico. Tânia Salgado.	Tratou o estudo de calçado específico – ortopédico - e apresentou propostas de componentes, designadamente, de palmilhas em espuma destinados a esse calçado. Refletindo também sob a articulação entre o desenvolvimento dos mesmos e os processos de industrialização.
2013	Dissertação de Mestrado em Engenharia Industrial, UM	Armazenagem e gestão de stocks na indústria do calçado. Élia Carvalho.	A dissertação abordou a temática da gestão de armazenagem através do estudo dos possíveis tipos de armazém e layouts. Propôs a elaboração de um projeto para um novo armazém na indústria do calçado. Pretendeu auxiliar na melhoria da competitividade de uma empresa.
2013	Dissertação de Mestrado em Engenharia Mecânica, UM.	Estudo e desenvolvimento de um sistema versátil de conformação de palmilhas metálicas. António Nogueira.	O autor estudou o calçado de segurança, sob o ponto de vista da tecnologia de produção de componentes. Em parceria da empresa 'António Abreu Metalomecânica' desenvolveu um mecanismo que simultaneamente efetua a conformação do componente e das palmilhas metálicas utilizadas no calçado de segurança.
2013	Dissertação de Mestrado em Engenharia e Gestão Industrial, UA.	Normalização no contexto multinacional: estudo duma empresa de calçado. Ricardo Tavares.	A dissertação abordou os métodos para melhorar a transição do desenvolvimento de produto para a produção em massa, a partir do estudo de caso de uma empresa de produção de calçado. Demonstrou que os processos de normalização contribuem para o posicionamento nos mercados internacionais e vantagem competitiva.
2014	Dissertação de mestrado em Economia, UTAD.	Inovação na indústria portuguesa do calçado. Rolando Vaz.	Abordou a questão da inovação na indústria portuguesa do calçado e a necessidade das empresas colocarem no mercado produtos e serviços de qualidade e valor acrescentado. Procurou demonstrar e perceber os tipos de inovação na indústria portuguesa do calçado, objetivos e principais obstáculos. Analisou os determinantes da inovação de produto, de processo, organizacional, marketing e tecnológica.
2014	Dissertação de mestrado em Negócios Internacionais, UM.	Internacionalização de uma marca de calçado Made in Portugal. Carina Martins.	Analizou a marca 'António de Faria', acompanhando o primeiro ano do lançamento da marca no mercado internacional.
2014	Dissertação de mestrado em Marketing e Estratégia, UM.	Desenvolvimento de marcas coletivas internacionais no setor do calçado. Catarina Carvalho.	O estudo incidiu na temática da cooperação procurando compreender o seu contributo entre empresas para o desenvolvimento de marcas coletivas.
2015	Relatório de estágio de mestrado em Negócios Internacionais, UM.	Os grandes desafios à internacionalização: o caso da NOBRAND. Carlos Coelho.	Retratou o processo de internacionalização da marca de calçado 'Nobrand', situada em Felgueiras.
2015	Dissertação de mestrado em Engenharia Mecânica, UM.	Simulação numérica do comportamento ao impacto de componentes para calçado de segurança. Roberto Soares.	O estudo refletiu sobre o calçado de segurança, designadamente, sobre a biqueira desses artefactos e sob o ponto de vista da avaliação do seu desempenho na absorção de energia na finalidade que lhe é destinada.
2015	Tese de doutoramento em Engenharia Mecânica, UM.	Estudo e desenvolvimento de um manequim de pé térmico com sudação para teste de calçado. João Almeida.	Incidiu no contributo da tecnologia para a resolução de problemáticas nos artefactos relacionadas com a transpiração do pé. Concretizou a construção de um pé artificial multifuncional que permitiu calcular valores de isolamento térmico e, consequentemente desenvolver calçado com melhor conforto térmico.

ANO	ÁREA DE ESTUDO E EDIÇÃO	TÍTULO, AUTOR	TEMA
2015	Dissertação de mestrado em Engenharia Industrial, ramo Gestão Industrial, UM.	Aplicação da metodologia WID numa indústria de calçado. Sónia Oliveira.	Através de metodologia Waste Identification Diagrams, a autora identificou os principais problemas da indústria, avaliou o seu desempenho e definiu soluções para melhorar o seu desempenho produtivo.
2015	Dissertação de mestrado em Engenharia Industrial, UM.	Implementação de ferramentas Lean numa empresa de componentes para calçado. Sandra Ramos.	A dissertação traduziu a implementação de ferramentas de Lean Manufacturing numa empresa de componentes para calçado – 'Flexospuma, Lda.'. Através desse estudo de caso foram propostas melhorias ao nível da gestão dos espaços, sinalética e de implementação de software, tendo contribuído para a resolução da redução considerável do número de erros e de desperdícios na produção dos componentes.
2015	Tese de doutoramento em Engenharia Têxtil, UM.	Inovação como fator de competitividade da cadeia de valor da moda. António Marques.	Analisou o tipo de inovação realizada pelas empresas consideradas inovadoras dentro do setor do calçado em Portugal e a relação entre o regime de produção e os indicadores económicos das mesmas. Considerou que a inovação pode ocorrer com um 'novo design de produto' a par de um 'novo processo de produção', 'uma nova abordagem ao marketing' ou numa 'nova via de treino ou organização' (2015, p. 22).
2016	Dissertação de mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, UTAD.	Outsourcing na indústria portuguesa do calçado. Maria Rainho.	Explorou o conceito e as estratégias de outsourcing no âmbito da indústria do calçado, relacionando-o com a vantagem competitiva e redução de custos. Através de questionário a um conjunto de empresas portuguesas, concluiu as vantagens da aplicação da estratégia de outsourcing como um dos caminhos possíveis para melhorar o desempenho e a vantagem competitiva das empresas.
2016	Dissertação de mestrado, Negócios Internacionais, UCP.	Portuguese shoes: the sexiest industry in Europe: a repositioning strategy towards changing the perception of Portuguese footwear: a brand's perspective. Sarah Aly.	Incidiu no estudo da estratégia de reposicionamento da imagem portuguesa de calçado, entendendo-a como uma "emergente marca de luxo (...) competitiva entre a elite internacional através de uma esclarecida estratégia de posicionamento" (2016, p. 5). Concluiu que a perceção de valor do "Made in Portugal" como marca ainda não está identificado entre os consumidores como uma característica de valor acrescentado para sapatos portugueses.
2017	Dissertação de mestrado em Management with Specialization in Strategy & Entrepreneurship.	Conceição Rosa Pereira & Cª., Lda – Luis Onofre: strategic development for a Portuguese luxury brand. Pedro Cohen.	Incidiu no estudo do setor do calçado de luxo e apresentou a história da empresa 'Conceição Rosa Pereira & Cª., Lda' - reconhecida por fabricar e comercializar a sua marca 'Luis Onofre'. Relacionou os momentos decisivos no sucesso, os fatores diferenciadores, os recursos e as capacidades da empresa, sob uma perspetiva histórica.
2017	Dissertação de mestrado em Management with Specialization in Strategy & Entrepreneurship, UCP.	Carlos Santos: developing a strategy for an own brand of Portuguese Handmade Shoes. Maria Cardal.	Apresentou a evolução da empresa 'Carlos Santos' desde a mudança do regime private label para a construção de uma marca própria especializada no processo de montagem Goodyear e do uso de materiais requintados e detalhes exclusivos no calçado produzido. Manifestou-se relevante por traduzir que a relação das tecnologias de produção de calçado e dos materiais e detalhes aplicados nos programas está na génese da construção de uma marca.

CAPÍTULO III

1. TIPOLOGIAS DE CALÇADO, PROGRAMAS E SUA RELAÇÃO COM AS TENDÊNCIAS DE MODA ENTRE 1837 E 1850

Da análise ao conjunto de periódicos publicados entre 1837-1850 foi possível perceber a ligação entre as tipologias difundidas associadas às tendências moda. Apesar de não se manifestar objeto de análise na investigação, considerou-se relevante a apresentação dos quadros seguintes, desenhados com base no posicionamento cronológico das publicações. No quadro número 3 procedeu-se ao levantamento tipológico apresentado em cada publicação e à relação com a estação do ano. O quadro número 4 apresenta cronologicamente as tipologias difundidas, bem como os aspetos relacionados com os programas, como o material, a cor e a função, sendo esse último o elemento menos explorado.

Do estudo aos mesmos, verificou-se o predomínio de sapatos e botinhas, não parecendo evidenciar alguma relação entre a cobertura do pé fornecida pelos artefactos e a estação do ano. Quanto às cores, o preto

e o branco foram destacadas independentemente às estações do ano correspondentes, tendo sido a partir de 1849 onde o espectro das cores se alargou.

ANO	PRIMAVERA	VERÃO	OUTONO	INVERNO
1837	Sapato preto.	—	—	—
1838	—	—	Pantufos.	Sapato preto; Sapato branco.
1839	Sapato couro preto; Sapato cetim preto; Sapato preto.	Botinhas polimento; Botinhas de cotim; Sapato cetim;	Sapato cetim preto; Sapato branco; Sapato preto.	Sapato cetim branco.
1840	Sapato preto; Botinha preta.	Sapato preto; Sapato castanho; Sapato cetim branco.	Sapato branco; Sapato preto.	Sapato branco; Sapato cetim branco; Sapato preto.
1841	Sapato preto.	Sapato preto; Sapato cetim branco; Botinha cotim; Botinhas de duraque; Botinhas cinza; Botinhas pretas.	Botinhas pretas;	Sapato cetim branco; Botinhas pretas; Sapato cetim azul claro; Sapato branco.
1843	Sapato cetim branco; Botinhas pretas; Botinhas pretas de polimento;	Botinhas pretas; Sapato cetim branco; Sapato preto; Sapato cetim preto.	—	Sapato cetim branco; Botinhas pretas; Botinhas pretas de polimento; Sapato preto.
1844	Sapato preto; Sapato cetim branco.	Sapato branco; Sapato preto; Botinhas pretas;	Botinhas pretas; Sapato cetim branco.	Sapato cetim branco; Botinhas pretas; Botinhas cinza.
1845	Sapato cetim branco; Sapato preto; Botinhas pretas.	Sapato cetim branco; Sapato preto; Botinhas pretas.	Botinhas pretas;	Sapato branco; Sapato preto; Botinhas pretas.
1849	Sapato preto.	Sapato preto; Sapato branco; Sapato verde-	Sapato preto; Botinhas pretas; Sapato cor do vestido; Sapato cetim verde.	Sapato preto; Sapato rosa; Sapato azul claro; Botinhas pretas.
1850	—	—	Sapato preto; Sapato branco; Sapato azul claro; Botinhas pretas.	—
1851	Sapato preto; Sapato branco; Botinha.	Sapato branco; Sapato preto; Sapato cinza; Sapato verde; Sapato castanho.	Sapato preto; Sapato branco; Sapato da cor do vestido; Sapato verde.	Sapato branco; Sapato preto; Sapato cinza; Sapato rosa; Sapato azul.

Quadro 3 Levantamento de tipologias de calçado difundidas por estação do ano, organizadas por cronologia e estação do ano (O correio das damas: jornal de litteratura e de modas [1837-1850]). Fonte: Aurora Brochado.

ANO	TIPOLOGIA	PROGRAMA-MATERIAL	PROGRAMA-COR	PROGRAMA-FUNÇÃO
1837	Sapato	Pelica inglesa	—	—
1837	Sapato	Cetim	Preto	—
1838	Sapato	—	Preto	—
1838	Sapato	Cetim	Branco	—
1838	Sapato	Cetim	—	Toilete de visita
1838	Pantufos	Veludo; Bordados, sola em pele	—	—
1839	Sapato	Cetim	Branco	—
1839	Sapato	—	Preto	—
1839	Sapato	Couro envernizado	Preto	—
1839	Sapato	Cetim	Preto	—
1839	Sapato	Cetim	—	—
1839	Botinhas	Polimento	—	—
1839	Botinhas	Cetim	—	—
1840	Sapato	—	Branco	—
1840	Sapato	Cetim	Branco	—
1840	Sapato	—	Preto	—
1840	Bota	—	Preta	—
1840	Sapato	—	Castanho	—
1841	Sapato	Cetim	Branco	—
1841	Sapato	—	Branco	—
1841	Sapato	—	Preto	—
1841	Botinhas	—	Pretas	—
1841	Botinhas	Casimira	—	—
1841	Pantufos	Veludo; Solas de pele branca	Preto; Branco	—
1841	Botinhas	Cotim	Cru	—
1841	Botinhas	Duraque	Cor de cinza	—
1841	Botinhas	—	Preta	—
1841	Sapato	Cetim	Azul claro	—
1843	Sapato	Cetim	Branco	—
1843	Botinhas	—	Preta	—
1843	Botinhas	—	Cor de cinza	—
1843	Botinhas	Polimento	Preta	—
1843	Sapato	—	Preto	—
1843	Sapato	—	Branco	—
1845	Sapato	—	Preto	—
1845	Sapato	—	Branco	—
1845	Botinhas	—	Preta	—
1845	Sapato	Cetim	Branco	—
1849/50	Sapato de baile	—	Rosa	—
1849/50	Sapato	—	Mesma cor do vestido; Azul; Preto; Branco; Verde; Azul claro	—
1849/50	Sapato	Cetim	Branco; Verde	—
1849/50	Botinha	—	Preta	—
1851	Botinha	—	Preta; Mesma cor do vestido	—
1851	Sapato	—	Rosa; Branco; Verde	—
1851	Sapato	Cetim	—	—
1851	Botinha	Cetim	Preta	—
1851	Sapato	Cetim	Branco	—

Quadro 4 Levantamento de tipologias de calçado difundidas por cronologia entre 1837 e 1851 e dos elementos do programa correspondentes: material, cor e função (O correio das damas: jornal de litteratura e de modas [1837-1850]). Fonte: Aurora Brochado.

2. EXCEÇÕES DE FORMA, FUNÇÃO, GÊNERO E MATERIAL, ENTRE OS SÉCULOS XVI E XX

Apesar de a cronologia do presente estudo abranger o estudo dos séculos XVI a XXI, tendo em conta a mais valia de conhecimento proveniente de cronologias anteriores observadas como antecedentes da temática de investigação, optou-se por não omitir nem aprofundar as tipologias de calçado encontradas ao longo da investigação, sobretudo no estudo às publicações de Aulete (1925) e de Lello (1988). Desse modo, realizou-se o quadro 4¹ que seguiu as estruturas anteriores. Incluíram-se três artefactos que correspondem ao século XVII, não aprofundado na investigação por se tratar de uma cronologia representada por apenas de três tipologias. O século XX apenas figura, pois, o período correspondente do artefacto designado ‘sapato da Regência’ traduz-se entre 1143 com a formação do Reino e 1910 com a instituição da I República. No entanto, por uma questão de rigor foi enquadrado no mesmo quadro.

Os termos ‘antigo’ ou ‘passado’; ‘atores cómicos’, ‘comediantes e ‘trágicos’ da Grécia e Roma clássica; a menção de séculos como o ‘XI’, ‘XIII’, ‘XV’ e ‘XVII’ em caracterizações de ‘botas’, ‘sapatos’, ‘sandálias’, ‘chinela’ e ‘pá-tim’; ou ainda momentos políticos como o da regência para se ilustrar um sapato de mulher. Estão presentes no quadro seguinte e traduzem vinte tipologias de calçado caracterizadas com adjetivos, marcos ou situações concretas que permitiram assim posicioná-los e organizá-los cronologicamente.

Se por um lado se percebem reminiscências internacionais quanto à génese de tipos de calçado, denota-se também reflexos de identidade, estilo e até moda que origina tipologias, como o caso do ‘sapato Luís XIV’ ou da ‘bota à inglesa’.

Algumas tipologias além da alusão expressa a épocas do passado referem civilizações históricas como a ‘egípcia’, ‘grega’, ‘romana’ ou ‘gaulesa’. Essa menção permite perceber a génese desses artefactos bem como a sua evolução formal ou material.

¹ Ver quadro 4 em anexo.

Os termos apresentados pelos autores consultados (Aulete, 1925; Lello, 1988) posicionam também tipologias de calçado em cronologias passadas, mas que manifestam caracterizações distintas entre si. Apresentam-se, exce- tuando o 'alcorque' e o 'soco', caracterizações tecidas resultam da aná- lise efetuada às ilustrações. Assim, a construção do quadro pretendeu a continuidade de categorização da informação recolhida, evidenciando-se sobretudo as caracterizações formais e de género, sendo que se encontra- ram percebeu a fragilidade do recurso à imagem para a correta descrição da função e dos materiais e consequentemente ausência de informação acerca da autoria. A caracterização das tipologias foi tecida com base na interpretação das definições e das ilustrações apresentadas na publicação de Lello (1988). O quadro analisou vinte termos, sendo que:

- dois termos são posicionados num período indefinido, uma vez que não foi possível esclarecer com certeza a cronologia de pertença;
- três correspondem a tipologias da civilização egípcia;
- três correspondem a tipologias da civilização grega;
- dois correspondem a tipologias da civilização romana;
- dois correspondem ao século IX;
- um corresponde ao século XI;
- um corresponde ao século XII;
- dois correspondem ao século XV;
- três correspondem ao século XVII;
- e por fim um posiciona-se entre o século XII a XX.

Dos termos analisados verificou-se com a análise ao programa, sob o ponto de vista da forma dos artefactos que existe um maior registo de artefactos em que a fôrma é bicuda² ou alongada³.

A quantificação de peças constituintes do corte do conjunto de tipologias de calçado em análise revela que são quatro as que possuem uma peça; uma com duas; uma com três e uma com cinco elementos.

No que diz respeito aos solados das tipologias presentes no quadro 4 evi- dencia-se a presença solados sem tacão⁴ em artefactos que abrangem os principais registos formais: sandália, chinela, sapato e bota. Verificam-se também tacões rasos⁵, meio tacão⁶ e salto alto⁷, onde se incluem o salto Luís XV, mas mais alto e mais fino e o salto em cone.

² Como no 'sapato' da regência' e 'sapatos' dos séculos XIII e XVII.

³ Verifica-se nos 'sapatos' dos séculos IX e XII.

⁴ Os casos do 'borzequim gaulês', 'borzequim grego', 'borzequim romano', do 'sapato' do século IX e do 'sapato' do século XIII e todas as 'sandálias'.

⁵ A sua presença encontra-se na 'bota' do século XVII e 'bota de aviador'.

⁶ No 'sapato Luís XIV'.

⁷ No 'sapato' da regência.

No que respeita aos sistemas de aperto do conjunto de artefactos apresentados no quadro anterior verifica-se que prevalecem artefactos sem esse sistema, no âmbito de formas que remetem para ‘chinelas’, ‘sapatos’, ‘sandálias’ ou ‘botas’ com cano de altura a partir do meio da perna⁸. Apesar de presença menos vincada, confirmam-se também tipologias em que os sistemas de aperto são cordões, fivelas e tiras⁹.

Os elementos decorativos¹⁰ estão presentes sobretudo nos artefactos para o género masculino, em que o destaque é proveniente de elementos do corte, como o caso da ampliação ao nível de tamanho da pala, os das golas, nos séculos XVII e XVIII em botas. Esse destaque dado pela pala aparecerá associado ao sapato de passeio de mulher da 3ª República.

No que respeita ao género, verificam-se artefactos direccionados sobretudo para o uso masculino evidenciados essencialmente pelo seu registo formal, nomenclatura e função¹¹.

Por fim, particularizando os artefactos mais relevantes deste conjunto:

- valerá mencionar que acerca daqueles que têm em vista proteger a perna verificam-se botas de cano alto e botas de cano baixo, em que canos mais baixos abrangem um maior número de tipologias revelando assim um predomínio dos mesmo em relação a botas que cobrem toda a perna¹². Podem ser construídas com um mesmo material e evidenciam uma constituição entre duas ou três peças¹³. Destacam-se pela aplicação de uma tira larga na extremidade do cano onde se denota o uso de outro material e cor. Foi entre os séculos XVII e XVIII que adquiriram um maior impacto visual com a aplicação de largas golas, palas, frosos e símbolos visuais.
- quanto aos ‘sapatos’ ou seja tipologias que se destinam a proteger o pé e caracterizados pelo tipo de cobertura, para uso quotidiano e de exterior importa mencionar que se encontraram cinco artefactos¹⁴ que deixam aneter um vínculo formal às formas justas ao pé. Contudo, abre-se uma exceção no século XVI no qual perde lugar o formato ovalado do pé para se desenhar uma biqueira quadrada e larga. Tendeu para fôrmas justas ao pé e alongadas tendo sido o auge dessa feição o período da regência. No que respeita aos sistemas de aperto prevalecem sapatos sem qualquer sis-

⁸ São eles: ‘botas de montar à postilhão’, ‘bota’ do século XV, ‘bota’ do século XVII, ‘sandália grega’, ‘sandália egípcia’, ‘sandália’ do século IX, ‘sapato da regência’, ‘sapato’ do século IX e ‘sapato’ do século XVII.

⁹ Com cordões são a ‘bota de aviador’ e o ‘borzequim’ gaulês; com fivelas encontram-se o ‘sapato’ do século XIII; e com tiras o ‘sapato’ do século XIII, ‘sapato’ do século XVII

¹⁰ Verifica-se no sapato dos séculos IX, XVI.

¹¹ São elas a bota de aviador, dos séculos XV, XVI e XVII; borzequim grego, gaulês e romano.

¹² No que respeita às botas encontram-se alturas de cano variáveis, encontrando-se artefactos com o cano até ao tornozelo, como no ‘borzequim gaulês’; até meio da perna, como no ‘borzequim grego’ e borzequim romano; até ao joelho, com a ‘bota de aviador’ e a ‘bota’ do século XVII; cano que cobre o joelho, que figura nas ‘botas’ do século XVII; e por fim até à coxa, como a ‘bota’ do século XV.

¹³ Conhecem-se quatro constituídos por uma peça, o mesmo número igualmente com duas e com três peças.

¹⁴ Tratam-se dos ‘sapatos’ dos séculos XII, XIII, XIV, XVII e do período da regência.

tema¹⁵ sobretudo em calçado feminino e no qual continua a destacar-se a presença do tacão, verificando-se também artefactos com sistema de aperto com tiras e fivelas¹⁶. A elevação dos sapatos merece igual análise sendo que se encontrou um artefacto com tacão raso¹⁷, um com tacão alto¹⁸, três sem tacão¹⁹ e um com tacão baixo²⁰.

¹⁵ São eles a 'sapato da regência' e 'sapato do século IX' e de 1820.







¹⁶ Sapatos dos séculos 13, XIV, XVII.

¹⁷ Sendo 'sapato' de 1820.







¹⁸ Trata-se do sapato da regência.





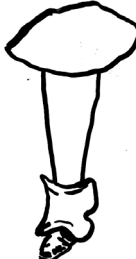
¹⁹ São eles 'sapatos' dos séculos IX, XIII e XVI.


²⁰ 'Sapatos' do século XVII.

PERÍODO	TIPOLOGIA	PROGRAMA (FORMA)	PROGRAMA (FUNÇÃO)	PROGRAMA (GÉNERO)	PROGRAMA (MATERIAL)	OUTRAS OBSERVAÇÕES	ILUSTRAÇÃO
Indefinido	Alcorque	Calçado com sola de cortiça.	—	—	Cortiça.	Calçado usado no passado.	—
Indefinido	Bota de aviador	Bota de altura até ao joelho, de forma justa ao pé, alongada e redonda. Constituída por gáspea e talões. Os talões são fixos à gáspea e ao solado na zona das laterais, partir de meio do peito do pé. O sistema de aperto é ao centro, com atacadores em vazados até ao fim do peito do pé e com rebites a partir dele e em toda a extensão vertical dos talões. Solado e tacão baixo.	—	Evidencia-se como sendo masculina.	Evidencia couro; Rebites; Atacadores.	Antiga.	
Civilização egípcia	Sandália egípcia	Sandália constituída por uma sola em que se evidencia a forma do pé, com vira aparentemente de corda. Possui duas tiras onde se posiciona o polegar, percorrem o peito do pé onde se unem e direcionam para cada uma das laterais na zona do calcanhar.	—	—	Corda.	Antiguidade egípcia.	
Civilização egípcia	Sandália egípcia	Sandália constituída por uma sola com duas viras sobrepostas aparentemente de corda. A forma da sola é alongada e bicuda, sendo que a parte da frente da mesma se levanta e é acompanhada pelas viras que se tornam mais finas até alcançar o meio do peito do pé. Por sua vez é presa a uma das tiras que parte lateralmente do calcanhar e abraça ao pé, e se prolonga pelo peito do mesmo até à zona onde se posiciona o polegar.	—	—	Corda.	Antiguidade egípcia.	
Civilização egípcia	Sandália egípcia	Sandália constituída por uma biqueira e uma gáspea fixa a uma tira que envolve o peito do pé. Possui vivo aparentemente de corda em toda a extensão da biqueira e gáspea. A tira aparenta ser de corda. A biqueira prolonga-se até ao peito do pé e fica progressivamente mais fina. É fixa à sola e à gáspea. O seu limite é fixa a uma tira que se prende às laterais a partir da sola passando pelo peito do pé, junto à perna. Possui palmilha de outro material.	—	—	Corda.	Antiguidade egípcia.	
Civilização grega	Borzegum grego	Bota de altura que se aproxima do meio da perna, de forma justa, bicuda e moldada ao pé e à perna. Constituída por um cano, com uma abertura ao centro, a partir do peito do pé até ao topo, onde se posiciona o sistema de aperto com atacadores longos que apertam com voltas no topo do cano, de semelhança formal com tiras justapostas. Solado raso e fino.	—	Evidencia-se como sendo masculina.	—	Grécia clássica.	
Civilização grega	Sandália grega	Sapato de forma redonda e que cobre o peito do pé. Constituído por uma gáspea feita de tiras intervaladas. A zona da taloeira é mais baixa. As tiras são dispostas paralelamente e perpendiculares em toda a sua extensão, montadas como se envolvessem o pé. São colocadas entre si com distância, ficando o pé visível. Solado fino e raso.	—	—	—	Grécia clássica.	

Quadro 5 Tipologias de calçado de cronologias indefinidas, situadas a partir da civilização egípcia até ao século XX. O termo 'alcorque' foi encontrado na publicação de Aulete (1925); o termo 'soco' em Bivar (1945); os restantes na publicação de Lello (1988). O quadro continua até à página 573. Fonte: Aurora Brochado.

PERÍODO	TIPOLOGIA	PROGRAMA (FORMA)	PROGRAMA (FUNÇÃO)	PROGRAMA (GÊNERO)	PROGRAMA (MATERIAL)	OUTRAS OBSERVAÇÕES	ILUSTRAÇÃO
Civilização grega	Soco	Chinela; Tamanco.	Usado pelos comediantes gregos.	—	—	Calçado grego usado pelos comediantes, ao passo que os trágicos usavam coturnos.	—
Civilização romana	Borzegum romano	Bota de altura até meio da perna, de forma justa e moldada ao pé e à perna, constituída por cano, tira decorativa e gola estreita. A tira é fixa à gola e cai sobre o cano. Solado raso e fino.	—	Evidencia-se como sendo masculina.	—	Roma clássica.	
Civilização romana	Borzegum gaulês	Bota de altura até acima do tornozelo, de forma larga com biqueira redonda, constituída por um cano. Tem abertura retangular ao centro a partir do limite do peito do pé até ao topo, onde se posiciona o sistema de aperto com atacadores. Possui vivos em toda a extensão do cano. Solado raso e fino.	—	Evidencia-se como sendo masculina.	—	Gália romana.	
Século IX	Sandália	Calçado de forma justa ao pé e bicuda. Constituído por gáspea e palmilha. gáspea termina em forma de "v" com uma pequena peça ovalada ao centro. Cobre o peito do pé e fica o calcanhar a descoberto. Possui vivo na palmilha.	—	—	—	Século IX.	
Século IX	Sapato	Sapato de forma larga e biqueira redonda. Constituído por gáspea que cobre todo o pé, sendo mais alta a partir dos tornozelos e atrás. Possui vivo em toda a sua extensão, prolongando-se pelo centro da gáspea e destacando as laterais. Possui elementos decorativos padronizados nesses espaços do peito do pé. Na parte da frente. Solado fino e raso.	—	—	—	Século IX.	
Século XI	Sapato	Sapato de forma justa ao pé, alongada e bicuda. Constituído por gáspea e taloeira que termina em tira. A gáspea possui vivo em toda a sua extensão e é fixa à taloeira. Na zona dos tornozelos da taloeira surge uma tira que passa pelo peito do pé e se ajusta com fivela. Aparenta costuras na taloeira. Solado fino.	—	—	—	Século XIII.	
Século XII	Sandália eclesiástica	Sandália de biqueira redonda. Constituída por tiras e uma sola em que se evidencia a forma do pé. Possui duas tiras onde se posiciona o polegar e o mindinho e percorrem o peito do pé até alcançarem a tira que está à volta do mesmo e passa pelo tornozelo, funcionando como sistema de aperto com nó. No topo da mesma une-se até à sola uma tira em cada lateral do calcanhar.	—	—	—	Século XII.	

PERÍODO	TIPOLOGIA	PROGRAMA (FORMA)	PROGRAMA (FUNÇÃO)	PROGRAMA (GÊNERO)	PROGRAMA (MATERIAL)	OUTRAS OBSERVAÇÕES	ILUSTRAÇÃO
Regência: Entre os séculos XII a XX	Sapato	Sapato justo ao pé, alto de forma bicuda. Possui biqueira, gáspea e pala. A biqueira cobre a zona dos dedos do pé, na qual se fixa a gáspea. Da parte de dentro surge uma pala retangular mais alta que o corte, maleável e dobrada de modo a cair sobre ele. Possui solado mais fino na zona da biqueira e salto alto em forma de vírgula, sendo mais largo na zona onde assenta o pé, afinilando até ao meio e alargando até à ponta que assenta no chão. Remete para o tacão Luís XV, mas mais fino e mais alto.	—	Mulher.	Evidencia couro.	Regência.	
Século XV	Bota	Bota de altura até à coxa, de forma justa ao pé e à perna, e bicuda. Constituída por cano, gola e esporins. Denota-se a forma da perna e do pé como se de uma meia fina se tratasse. A gola é fixa ao cano e posiciona-se acima do joelho, de material com mais espessura. Possui esporins compostos por tira e estrela. Envolvem o calcanhar nas laterais e no topo do peito do pé com elementos circulares decorativos. Na parte de trás do calcanhar terminam com uma estrela provavelmente de metal.	—	Evidencia-se como sendo masculina.	Metal.	Usadas no século XV.	
Século XV	Sapato patim	Calçado constituído por tira decorada nas extremidades, posicionada no meio do peito do pé até às laterais, fixo por baixo da sola. Solado bicudo e fino com três elevações por baixo da sola, na zona da biqueira, centro e calcanhar.	—	Evidencia-se como sendo para homem e mulher.	—	Século XV.	
Século XVII	Bota	Bota de altura que cobre o joelho, de forma alongada, justa ao pé e bicuda. Constituída por cano muito largo no topo, gola fixa ao cano que afinila até ao joelho e pala. O cano é justo até meio da perna, mas em fole, aparentando maleabilidade. Assume uma forma muito larga abaixo do joelho a partir do qual surge a gola que progressivamente diminui a largura até ficar ajustada à perna. É decorada com um rendilhado de outro material entre o cano e a gola. Possui uma pala maleável solta e grande, de forma ondulada, fixa ao cano na parte da frente do peito do pé e solta nas laterais. Na parte de trás do calcanhar possui um esporim. Solado e tacão baixo.	—	Evidencia-se como sendo masculina.	Evidencia couro.	Usadas no século XVII.	
Século XVII	Bota	Bota de altura até ao joelho, de forma alongada, justa ao pé e biqueira quadrada. É constituída por cano, gola e pala. O cano alarga progressivamente e no topo é fixa uma gola larga e circular que fica solta. A pala é também solta e grande, de forma ondulada, fixa ao cano na parte da frente do peito do pé e solta nas laterais. Aparenta maleabilidade na pala e na gola. Solado e evidencia tacão raso.	—	Evidencia-se como sendo masculina.	Evidencia couro.	Usadas no século XVII.	

PERÍODO	TIPOLOGIA	PROGRAMA (FORMA)	PROGRAMA (FUNÇÃO)	PROGRAMA (GÉNERO)	PROGRAMA (MATERIAL)	OUTRAS OBSERVAÇÕES	ILUSTRAÇÃO
Século XVII	Sapato Luís XIV	Sapato justo ao pé, de forma alongada e bicudo. Constituído por gáspea, pala e tira. A gáspea cobre todo o peito do pé e a pala, fixa no interior é em fole e mais alta. A tira larga e centrada no peito do pé é sobreposta à gáspea e à pala. Solado e tacão intermédio que acompanha a largura do calcanhar.	—	Homem.	Evidencia couro.	Luís XIV, século XVII.	

3. PARA UMA DEFINIÇÃO DE CALÇADO INCLUINDO TODAS AS TIPOLOGIAS ESTUDADAS

Pretendeu-se tecer considerações sobre a história dos artefactos que traduzem o calçado a partir do entendimento dos seus programas entre os séculos XVI a XXI, que, tendo o design como lente nos significados desses artefactos ambicionou uma narrativa concisa, detalhada e abrangente. Nesse sentido, construiu-se o quadro 5 para apoio à narrativa, desenhado com vista a evidenciar cronologicamente as opções formais que Portugal refletiu conheceu por via do seu léxico desde o século XVI até à atualidade, quando estiveram em evidência, bem como quando se tornaram omissas. Os termos apresentados no quadro 5 assumiram um papel ilustrativo dos principais artefactos que compreendem o espectro do calçado conhecido e firmado no léxico português, tornando assim possível extrair as principais reflexões ao nível do programa sob o ponto de vista dos seus principais elementos caracterizadores – a forma, a função, os materiais e o género, uma vez que são esses fatores aqueles que melhor traduzem o imaginário do calçado português.

Os termos que se encontram a **bold** referem-se às tipologias presentes ao longo de todos os séculos em análise (XVI; XVIII - princípio e fim; XIX; XX – I República, Estado Novo e III República; e século XXI – I e II parte). Tendo em linha de conta que o século XIX e XXI – II parte, correspondem à cronologia onde se verifica uma menor presença de artefactos comparativamente à abrangência de tipologias referidas no presente estudo, apresenta-se a **bold e sublinhado** os artefactos que apesar de não mencionados nessas cronologias, são caracterizados em todas as restantes analisadas. Esses conjuntos de termos, manifestam-se de resto como aqueles que traduzem as principais formas do calçado tendo-se, no entanto, igualmente verificado artefactos que, apesar de não figurarem no século XIX dão entrada em algum momento dos séculos seguintes, validando igualmente essa interpretação. Optou-se por agrupar alguns conjuntos de artefactos²¹ numa só menção - que se posicionam na década de 80 do século XX. Apesar de se tratar de variações do programa

²¹ Trata-se de duas 'botas de montar à inglesa ou de postilhão' e duas 'chinelas' no século XVIII; dois 'sapatos' do século XIX; duas 'botinas de botões', dois 'carapins', dois 'chapins', quatro 'chinelas', duas 'sandálias', dois 'sapatos', dois 'sapatos de baile', dois 'sapatos de criança', três 'sapatos de passeio', quatro 'patins', três 'patins de rodízios' e dois 'socos', correspondentes à década de 80 do século XX.

ou correspondência em determinado tempo cronológico de tipologias já mencionadas, as modificações são pontuais e os artefactos ajustam-se à tipologia que derivam, sendo apenas referidas nesse momento.

O estudo dos termos que compreendem o espectro do calçado a partir de meados do século XVI e até ao princípio do século XVIII revela uma estreita ligação com os antecedentes dos programas referentes a esse momento. Traduzem o princípio do presente estudo de modo a se entender que termos integram o vocabulário das publicações enquanto reflexo do léxico correspondente ao domínio do calçado em determinados momentos. Inaugurou-se assim um modo de descrever o calçado português com uma tentativa de estreita ligação com a tradição do período clássico. Igualmente se encetaram caracterizações que aludiram ao programa, nomeadamente à forma, à função, aos materiais e ao género.

Com a consciencialização de que fica, contudo, em aberto a possibilidade da existência de termos que não são mencionados nas publicações consultadas, não significando que não existissem ou fossem do conhecimento público nos momentos a que as publicações se referem, pode verificar-se que a palavra calçado foi definida a partir do século XVI pela compreensão de significações que remontam à antiguidade clássica, eventualmente pelo processo de romanização que Portugal percorreu, mas também por novos sentidos, fruto sobretudo de um mesmo sentido formal. A partir do sapato surgiram novas tipologias e em vista disso novos conceitos e atributos que aperfeiçoaram a definição do calçado. De facto, numa perspetiva baseada na análise ao programa das várias tipologias de calçado existentes percebeu-se que essas têm origem no princípio construtivo e funcional agregado ao 'sapato'. O espectro circunscrito numa fase inicial a essa tipologia base ampliou-se para confinar em si um leque de tipologias apresentadas na investigação que, de resto, espelharam o calçado conhecido, em uso ou desuso no país, como manifestação da forma enquanto resposta às funções e eventualmente relacionado com o contexto social e geográfico da época.

Da análise a cada século constatou-se as seguintes relações da antecedência dos artefactos:

- Foram conhecidos no século XVI sete termos em que apenas um não mais se verifica presente nas cronologias subsequentes – as 'botas de caminho';
- O estudo do século XVIII reflete vinte e duas tipologias de calçado, das quais cinco já haviam sido conhecidas no século XVI – 'botas', 'borzeguim', 'botina', 'chapim', 'pantufo' e 'sapato'. Encontram-se tipologias que não irão mais figurar nas cronologias seguintes, como os casos das 'botas polainas', 'bota atacada' e 'sapatos de malhão'; ou outras que perdurariam nos momentos seguintes, como a 'alabarca', 'alparca', 'chispo', 'escarpim', 'galocha', 'sandália', 'sapata', 'sapato', 'servilha', 'soco' e 'tamanco', correspondentes, de resto, aos principais programas do calçado português.
- No século XIX figuraram nove artefactos – 'alabarca', 'bota', 'chapim', 'chispo', 'sandália', 'sapata', 'sapato', 'soco' e 'tamanco', conhecidos já do século anterior.

- O século XX traduziu o total de sessenta e quatro tipologias de calçado distintas, às quais acrescem programas alternativos, correspondendo ao conjunto que compreende ‘borzeguins’, ‘botas’, ‘botas de montar’, ‘botinas’, ‘chapins’, ‘chinelos’, ‘patins’, ‘sandálias’, ‘sapatos’ e ‘tamancos’, presentes no final do século, mas também variações que ocorreram de um modo geral em cada tipologia ao longo de todo o século. Da totalidade dos termos analisados verificaram-se que são dezoito aqueles que se conhecem em todas as décadas analisadas no século XX, a saber, décadas de 20, 40, 60 e 80 – ‘abarca’, ‘alparca’, ‘borzeguim’, ‘bota’, ‘botim’, ‘botina’, ‘carapim’, ‘chapim’, ‘chinelas’, ‘escarpim’, ‘galocha’, ‘patim’, ‘sandália’, ‘sapata’, ‘sapato’ e ‘tamanca’. Encontraram-se dois termos que figuram apenas na primeira década – “alcorque” e botas de água, não sendo mais introduzidos nas décadas subsequentes com essa designação. Também se verificou que as ‘botas de montar’ apenas figuram na primeira e na última década do século XX, tendo sido omissa a sua menção durante o Estado Novo.

Tendo em conta a abrangência do estudo do século XX, particulariza-se o seguinte:

- na I República verificou-se um princípio de abrangência e alargamento dos programas com origem em cronologias anteriores e que se interpretaram como suas manifestações formais. Evidenciou-se ‘calçado’ que não prevê o uso do couro como matéria prima de excelência, dando antes lugar ao têxtil; e enunciaram-se duas possibilidades para as opções formais de ‘botas’ que se destacam por duas alturas particulares: pelo tornozelo e até ao joelho. Este período introduziu seis artefactos – ‘alcorque’²², ‘botas de montar’, ‘botim’, ‘carapim’, ‘chalocas’ e ‘patim’ que traduziram a introdução de materiais particulares como a cortiça e os têxteis, funções e formas consequentes dessa aplicação.
- o Estado Novo manifestou-se como o menos rico do século XX no que respeitou à introdução de novos entendimentos aos discursos do calçado. Contudo, foi nesse período, na década de 40 onde se introduziu a ‘sapatilha’ que se refletiu numa variação da ‘sandália’. Na década de 60 manteve-se a generalidade dos termos mencionados nas décadas anteriores, apenas a particularidade da menção do ‘soco’, mas na designação feminina.
- A III República, até ao final do século XX, manifestou-se como a mais ampla dos séculos em estudo trazendo consigo noventa e três entradas no léxico português sobre calçado incluindo noventa e quatro ilustrações;

Quanto ao século XXI analisaram-se trinta e quatro tipologias que traduzem os principais conjuntos formais de calçado conhecidos, essencialmente, a partir do século XVIII. Verificou-se que os artefactos designados na sua denominação pelos sufixos “cata” e “gata” se agruparam dando origem a um só que passou igualmente a compreender em si as caracterizações

²² O ‘alcorque’ foi mencionado nesse momento pela primeira vez, mas refere-se ao “calçado usado no passado” (Aulete, 1925, vol. I, p. 336).

independentes que detinham desde o século XVIII. O mesmo se sucedeu com o conceito de autoria. Se a produção do artefacto se ligou à designação da prática profissional, a produção de vários artefactos distintos foi atribuída ao mesmo autor – ‘alpercateiro’.

No que respeitou ao estudo das tipologias ‘clássicas’ que marcaram o discurso dos especialistas entrevistados, percebeu-se a necessidade de um ‘resumo’ das demais tipologias de calçado enunciadas ao longo dos séculos transcorridos para simplificar os discursos da própria indústria do calçado. Trata-se de um tipo de organização base de seis tipologias de calçado agrupadas essencialmente em ‘calçado’ para o género feminino e para o masculino, passíveis de se transmutar mediante o cruzamento de variáveis programa, tecnologia e autoria, dando origem a uma desmultiplicação de cada uma das seis tipologias. Desse conjunto fazem parte: o ‘mocassim’; o ‘decotado’, ‘derby’, ‘Carlos IX’ e ‘Richelieu ou Oxford’ -possuem correspondência em programas conhecidos na década de 80 do século XX; e a ‘bota alta’.

O conjunto total de termos sintetizados no quadro 5²³ verificou-se que a ‘alabarca’, ‘alparca’, ‘borzeguim’, ‘bota’, ‘botinas’, ‘chapim’, ‘chinela’, ‘chispo’, ‘escarpim’, ‘galocha’, ‘pantufo’, ‘sandália’, ‘sapata’, ‘sapato’, ‘soco’ e ‘tamanco’ se traduziram como os artefactos que se manifestaram com maior presença ao longo da cronologia em estudo na presente investigação.

Importará referir que sob uma perspectiva que versou a compreensão do programa encontrou-se nesse conjunto o predomínio das expressões ‘calçado’, ‘sapato’, ‘botas’, ‘chinela’ e ‘sandália’, respetivamente, enquanto designações e conseqüentemente principal caracterização desses artefactos, tradutores de resto, dos tipos formais existentes de cobertura do pé e da perna. Igualmente quanto à abrangência de informação recolhida com as tipologias de calçado, a ‘bota’ e o ‘chapim’ destacaram-se na investigação e por conseguinte no conjunto acima referido, como os únicos artefactos passíveis de análise em todos os momentos contemplados no estudo nas fontes impressas consultadas.

²³ O quadro 5, traduziu o registo de entradas de termos nas publicações de Bluteau (1712-1728), Moraes Silva (1789), Couto (1842), Viterbo (1865), Aulete (1925), Bivar (1948), Morais da Silva (1961), Lello (1988), Houaiss (2003) e de entrevistas aos especialistas.

SÉCULO XVI	SÉCULO XVIII	SÉCULO XVIII	SÉCULO XIX	SÉCULO XX	SÉCULO XX	SÉCULO XX	SÉCULO XX	SÉCULO XXI – I PARTE	SÉCULO XXI – II PARTE
1569	1712	1789	1842	1925	1945	1961	1988	2003	2016
—	—	Alabarca ou abarca	Alabarca	Abarca	Abarca	Abarca	Abarca ou alabarca	Abarca	—
—	—	—	—	Alcorque	—	—	—	Alcorque	—
—	Alparca	Alparca	—	Alparca, alparcata ou alpargata	Alparca, alparcata ou alpargata	Alparca	Alparca	Alparca, alparcata, alpercata, alpargata, alpargate	—
—	—	—	—	—	—	Alpargata	Alpargata	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Alpercata	—	—
Botas	Bota	Bota	Bota	Bota	Bota	Bota	Bota	Bota	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	Bota alta
Borzequim	Borzequim	Borzequim	—	Borzequim	Borzequim	Borzequim	Borzequim moderno	Borzequim	—
—	—	Bota atacada	—	—	—	—	—	—	—
—	Botas polainas	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota à Amazona	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota à Soworov	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota de bombeiro	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota de borracha	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota de caça	—	—
Botas de caminho	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota grande de cano flexível	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota de cano rígido	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota de esqui	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota de futebol	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota de marinheiro	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota de neve	—	—
—	—	—	—	Botas de montar	—	—	Bota de montar	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota de montar à Chantilly	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota de montar à Frederico	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota de montar à Marialva	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Botas de montar de água	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Bota de montar de jóquei	—	—

Quadro 6 Registo de entradas de termos nas publicações de Bluteau (1712-1728), Moraes Silva (1789), Couto (1842), Viterbo (1865), Aulete (1925), Bivar (1948), Morais da Silva (1961), Lello (1988), Houaiss (2003) e de entrevistas aos especialistas. O quadro continua até à página 579.
Fonte: Aurora Brochado.

SÉCULO XVI	SÉCULO XVIII	SÉCULO XVIII	SÉCULO XIX	SÉCULO XX	SÉCULO XX	SÉCULO XX	SÉCULO XX	SÉCULO XXI – I PARTE	SÉCULO XXI – II PARTE
—	Botas de montar à inglesa ou de postilhão ²⁵ (2)	—	—	—	—	—	Botas de montar à postilhão	—	—
—	—	Bota de água	—	Botas de água	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	Bota de cano curto	—
—	—	—	—	—	—	—	—	Bota de cano longo	—
—	—	—	—	—	—	—	—	Bota ortopédica	—
—	—	—	—	Botim ou bute	Botim	Botim	Botim	Botim	—
Botina	Botinas	Botinas	—	Botina	Botina	Botina	Botina	Botina	—
—	—	—	—	—	—	—	Botina de botões (2)	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Botina de cordão	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Botina de elástico	—	—
—	—	—	—	Carapim	Carapim	Carapim	Carapim (2)	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	Carlos IX
—	—	—	—	Chalocas	Chalocas	Chalocas	Chalocas	Chaloca	—
Chapim	Chapim	Chapim	Chapins	Chapim	Chapim	Chapim	Chapim (2)	Chapim	—
—	Chinela (2)	Chinela	—	Chinela, chinelo ou sapateta	Chinela	Chinela, chinelo ou tamanquinha	Chinela ou chinelo	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Chinela (4)	Chinela	—
—	—	—	—	—	—	—	Chinela de sola de feltro	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Chinelo	Chinelo	—
—	—	—	—	—	—	—	Chinelo de quarto	—	—
—	Chispo	Chispo	Chispo	—	Chispo	Chispo	Chispo	Chispe	—
—	—	—	—	—	—	—	—	Chuteira	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	Decotado
—	—	—	—	—	—	—	—	—	Derby
—	Escarpim	Escarpim	—	Escarpim	Escarpim	Escarpim	Escarpim (2)	Escarpim	—
—	Galocha	Galocha	—	Galocha	Galocha	Galocha	Galocha (2)	Galocha	—
—	—	—	—	—	—	—	—	Mocassim	Mocassim
Pantufo	Pantufo	Pantufo	—	Pantufa ou pantufo	Pantufo	Pantufa ou pantufo	Pantufa ou pantufo	Pantufa ou pantufo	—
—	—	—	—	Patim	Patim	Patim	Patim (4)	Patim	—
—	—	—	—	—	—	—	Patim de rodízios (3)	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Patim para gelo	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	Richelieu ou Oxford
—	Sandália	Sandália	Sandália	Sandália	Sandália	Sandália ou sandalha	Sandália	Sandália	—
—	—	—	—	—	—	—	Sandália atual (2)	—	—
—	—	—	—	—	Sapatilha	Sapatilha	Sapatilha	Sapatilha	—
—	Sapata	Sapatas	Sapata	Sapata	Sapata	Sapata	Sapata	Sapata	—

SÉCULO XVI	SÉCULO XVIII	SÉCULO XVIII	SÉCULO XIX	SÉCULO XX	SÉCULO XX	SÉCULO XX	SÉCULO XX	SÉCULO XXI – I PARTE	SÉCULO XXI – II PARTE
Sapato	Sapato	Sapato	Sapato ²⁵ (2)	Sapato	Sapato	Sapato	Sapato (2)	Sapato	—
—	—	—	—	—	—	—	Sapato baixo	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Sapato de baile (2)	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Sapato de ciclista	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Sapato de criança (2)	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Sapato de passeio (3)	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	Sapato abotinado	—
—	—	—	—	—	—	—	—	Sapato Anabela	—
—	—	—	—	—	—	—	—	Sapato cara-de-gato	—
—	Sapato de malhão	Sapato de malhão	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	Sapato de quarto	—
—	—	—	—	—	—	—	—	Sapato raso	—
—	Servilha	Servilha	—	Servilha	—	Servilha	Servilha	Servilha	—
—	—	—	—	—	—	Soca	Soca	—	—
—	Socco	Soco	Socco ou tamanco	Soco	—	—	Soco (2)	Soco	—
—	—	—	—	Tamanca (o)	—	—	Tamanca	—	—
—	Tamanco	Tamancos	Tamanco	Tamanco (a)	Tamanco ou taroca	Tamanco ou taroca	Tamanco	Tamanco	—
—	—	—	—	—	—	—	Tamanco de couro	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Tamanco de madeira	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Tamanco de meia ponta	—	—
—	—	—	—	—	—	—	Tamanco de ponta inteira	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	Ténis	—

²⁴ (Lello, 1988, volume I, p. 369).

²⁵ (Lello, 1988, volume I, p. 369).

4. UMA HISTÓRIA DO DESIGN DE CALÇADO COMPARADA

A história comparada em estudos de história do design pode contribuir para uma perspectiva histórica mais ampla uma vez, no contexto da presente investigação, ao abordar as diferentes tipologias de calçado no quadro português nas cronologias em estudo, traz consigo a possibilidade de permitir um afastamento do foco de investigação no sentido de transpor o carácter individual de cada artefacto em determinado momento, bem como permitir uma narrativa que se fundamenta em processos históricos para organizar conhecimentos.

Com base na análise ao conjunto de termos apresentados nos quadros nº 19²⁶, 22, 25, 27 e 28 fundamentados nas publicações dos autores Cardoso (1569), Bluteau (1712 – 1728), Moraes da Silva (1789), Couto (1842), Viterbo (1865), Aulete (1925), Bivar (1948), Morais Silva (1961), Lello (1989) e nas entrevistas realizadas, pretendeu-se tecer uma narrativa comparada perante a definição de calçado ao longo da cronologia em evidência no presente capítulo, bem como a evolução do programa e da autoria das tipologias que se encontraram no decorrer da investigação. No estudo do século XXI pretendeu-se perceber em que medida a tecnologia compromete os programas, uma vez que os sistemas de construção de calçado igualmente são dotados de programas próprios e acrescentam assim elementos às tipologias. Desse modo, não se ambicionou uma narrativa exaustiva, mas antes encontrar outras respostas ao nível das opções formais mais comuns em Portugal e sobretudo acerca da evolução individualizada dos artefactos, essencialmente entre os séculos XVIII²⁷ e XXI.

Considera-se que um entendimento da evolução dos programas de cada artefacto entre momentos cronológicos distintos, ou seja, o desenho de uma proposta que ambiciona a comparação de tipologias de calçado num mesmo espaço, mas em cronologias distintas que podem ser simultaneamente próximas entre si, poderá facultar unidades de comparação. A relação entre artefactos de natureza similar e ainda a ligação num só território dos demais artefactos, independentemente da sua similaridade formal, pode assim possibilitar confirmações de hipóteses ou até conceitos gerais, com o confronto de múltiplos focos de análise trazendo assim contributos enriquecedores e difíceis de alcançar numa narrativa que tem apenas um foco. A história comparada em estudos de design poderá permitir assim ampliar conhecimentos dos artefactos à luz de uma perspectiva que os considera de partida mutáveis através da linha do tempo.

²⁶ Ver capítulo III, p. (quadros: Tipologias de calçado do século XVI; tipologias de calçado dos séculos XVIII e XIX; Tipologias de calçado do século XX e tipologias de calçado 'clássicas' do século XXI – II)

²⁷ Privilegiar-se-á uma comparação de tipologias de calçado a partir do século XVIII por razões que se prendem com a informação disponível com vista a tecer uma análise o mais fiel possível.

O presente tópico abordará a definição de calçado e as tipologias de calçado caracterizadas anteriormente perante esse sentido comparativo, procurando assim eliminar fronteiras e desenhar um universo de análise a partir das singularidades, mas também dos traços comuns das definições ou tipologias comparadas.

Para isso principiou-se a análise às significações do calçado fundamentada no destaque à presença de aspetos no seu entendimento que se direcionam para o programa. Tendo em linha de conta a importância acrescida que as tipologias ‘botas’ e ‘sapatos’ possuem realizaram-se duas barras cronológicas que pretenderam traduzir um breve glossário visual onde se salientam os programas dessas tipologias com correspondência cronológica.

Observar as tipologias no decorrer do tempo comparando aspetos inerentes que se romperam ou que permaneceram permite aludir às dinâmicas correspondentes e deixar perceber outras interpretações no que respeita à compreensão dos artefactos no espaço diversificado de produção que também ele não foi nem é fechado. Objetivou-se esclarecer a multiplicidade, a singularidade e a redefinição das formas e significações do calçado em Portugal, entre os séculos XVIII e XXI.

4.1 O CONCEITO DE CALÇADO: DEFINIÇÃO ENTRE OS SÉCULOS XVI E XXI

O ‘calçado’ tem vindo a ser definido de formas distintas ao longo da cronologia em estudo, revelando que a sua redefinição parte de ruturas, mas também de continuidades. Traduz um processo histórico singular, com especificidades estruturais, diferenças, dinamismo e mutação passível de se encontrar mediante uma leitura oblíqua dos conceitos.

O termo ‘calçado’, mencionado a partir do século XVI e caracterizado a partir do século XVIII com a sua tradução essencialmente no ‘sapato’ enquanto um “género” (Bluteau, 1712, vol. II, p. 50) seria no final desse século associado a “toda a sorte de tamancos, botas e botins, etc” (Moraes da Silva, 1789, Vol. I, p. 324) que passariam a também a integrar o conceito de ‘calçado’. O século XIX testemunharia “toda a qualidade de botas, botins, brozeguins, tãmanços, galochas e sapatos” (Couto, 1842, p. 36), ampliando e destacando assim o leque das tipologias que ilustram o significado do ‘calçado’. Se essa cronologia refletiu um conjunto alargado de artefactos com registos formais, funcionais e de natureza distintos, a I República trouxe consigo uma simplificação de conceitos na medida em que o ‘calçado’ se exprimiu pelas “diferentes espécies de botas e sapatos” (Aulete, 1925, Vol. I, p. 379), mas também conduziria a continuidade da possibilidade da agregação de demais artefactos a esses dois conjuntos tipológicos de ‘botas’ e ‘sapatos’. Por outro lado, durante o Estado Novo ao entendimento do calçado se anunciou uma ligação ao vestuário (Bivar, 1948, p. 369) e ao pé “(...) como sapatos, botas, etc.” (Morais, 1961, vol. I, p. 440) e na III República essa associação havia de se omitir, para seguir a “designação genérica de tudo o que serve para calçar os pés” (Lello & Irmão, 1988, vol. I, 427). Essa referência voltaria

a integrar a compreensão do calçado no século XXI ao ser traduzindo pelos “pés vestidos, cobertos ou protegidos por sapatos, sandálias, botas, etc” (Houaiss, 2003, Tomo IV, p. 1633), ao mesmo tempo que referiu a outros atributos e, conseqüentemente, funcionalidades como cobertura e proteção ligados diretamente ao ‘calçado’.

O desenho do quadro 6 pretendeu sintetizar a definição do termo ao longo dos momentos estudados, privilegiando a incidência no programa, uma vez que associado à definição de ‘calçado’ se ligam tipologias de calçado particulares e se verificam evidências de funções inerentes à definição de ‘calçado’ em si.

Como se pôde verificar a forma e a função do ‘calçado’ são os aspetos salientados no momento de o definir. Enumeram-se tipologias que por sua vez são dotadas de programas próprios para o caracterizar e designam-se funções ao ‘calçado’ que se direccionam para a generalização, ou seja, para a ideia de esses artefactos vestirem e protegerem o pé e a perna.

Ao analisar o conjunto de tipologias utilizadas para definir o calçado ao longo dos momentos em análise, conotam-se assim aspetos fundamentais que permitem a construção de um imaginário vasto a partir do estabelecimento de uma articulação entre os elementos que se conhecem dos seus programas. Poderá então perceber-se o ‘calçado’ como um conjunto de artefactos caracterizados pelo tipo de cobertura que fornecem ao pé e à perna; pela combinação de peças possível no corte de qualquer tipologia enunciada; pela presença ou não de sistemas de aperto; de cromatismo variado; de elementos decorativos sob a forma de padrões, impressões, gravados, costuras, rebicados, vazados, bordados ou acessórios tridimensionais; de solados como formas e materiais díspares; ou técnicas de construção e de acabamentos.

CRONOLOGIA	PROGRAMA FORMA	PROGRAMA FUNÇÃO
SÉCULO XVIII (Bluteau, 1712, vol. II, p. 51).	Sapatos e outros géneros de sapatos, como borzequins, sapatas, pantufos e botas, etc.	Calçar o pé de cada um.
SÉCULO XVIII (Moraes da Silva, 1789, vol. I, p. 324)	Sapatos, tamancos, botas, botins, etc.	—
SÉCULO XIX (Couto, 1842, p. 36)	Botas, botins, borzequins, tamancos, galochas, sapatos.	—
I REPÚBLICA (Aulete, 1925, vol. I, p. 379)	Botas e sapatos.	—
ESTADO NOVO (Bivar, 1948)	—	Cobre os pés por todos os lados.
ESTADO NOVO (Morais Silva, 1961, vol. I, p. 440)	Sapatos, botas, etc.	Calçar os pés, exceto meias.
III REPÚBLICA - 1988 (Lello, 1988, vol. I, p. 427)	Carapim, sapato de criança, bota de futebol, bota de neve, sapato de ciclista, sapato de baile, bota de borracha, bota de caça, bota de esquí, chinelo, chinelo de quarto, o tamanco de couro, bota de aviador, alpercata, o chinelo, a galocha, o tamanco de madeira, a chinela, o sapato e o soco.	Tudo o que serve para calçar os pés.
III REPÚBLICA - SÉCULO XXI (Houaiss, 2003, Tomo, IV, p. 566)	Sapatos, sandálias, botas, etc.	Vestir, cobrir ou proteger os pés.

Quadro 7 Significação do termo ‘calçado’ sob o ponto de vista do programa, entre os séculos XVIII a XXI de acordo com os autores: Bluteau (1712), Moraes da Silva (1789), Couto (1842), Aulete (1925), Bivar (1948), Morais Silva (1961), Lello (1988) e Houaiss (2003). Fonte: Aurora Brochado.

4.2 PROGRAMA E AUTORIA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XXI

Ao longo das publicações consultadas mencionaram-se os marcos ou situações concretas que enquadraram cronologicamente as tipologias de calçado, através de expressões como ‘antigo’, ‘atores cómicos’ e ‘tragédias gregas’. Foram também referidos momentos históricos como a ‘antiguidade’, ‘idade média’ ou mesmo particularização de séculos como ‘IX’, ‘XI’, ‘XII’, ‘XV’, ‘XVI’, ‘XVII’, ‘XVIII’ e ‘XIX’ para o posicionamento de artefactos nessas cronologias. Essas menções permitiram esclarecer a génese de artefactos bem como também ajudaram no entendimento da evolução dos seus programas. Valerá referir que foram ainda utilizados os termos ‘regional’ e ‘rústico’ para, igualmente, posicionar e caracterizar tipologias de calçado.

Os séculos XVIII e XIX, comparativamente ao século XVI, trouxeram consigo a descontinuidade de um artefacto, as ‘botas de caminho. Todos os restantes²⁸ possuíram um sentido de continuidade, tendo-se até alargado o espectro das tipologias de calçado ao se introduzirem treze artefactos²⁹ distintos. Por sua vez, o século XX, por comparação aos séculos XVIII e XIX, revelou a descontinuidade do ‘chapim’, bem como o apontamento da suspensão de outros em determinados momentos, como o caso do ‘borzeguim’ na I República e no Estado Novo, que curiosamente se recuperou na III República e passaria a designar-se como uma ‘bota’ para o género masculino pelo tornozelo, em uso nesse momento (Lello, 1988, vol. I, p. 368). Foram mencionadas quarenta e oito tipologias³⁰ pela primeira vez enquadradas nas opções formais de ‘bota e ‘sapato’ e se manifestaram sobretudo como variantes que se alteram para dar resposta a novas funções.

Os artefactos com origem referenciada anterior ao século XX mantêm as suas características principais no século XX no que respeita à sua fôrma principal permanecer aberta ou fechada, à exceção da ‘chinela’ e do ‘escarpim’ que se tratavam apenas de um solado e uma gáspea e vêm assim surgir variantes suas em que a gáspea percorre e envolve todo o pé. Das novas tipologias prevalecem as fôrmas fechadas. Pode concluir-se que o calçado com aberturas é associado ao uso doméstico ou a ambientes que remetem para a rusticidade. Quanto ao calçado fechado, verificam-se relações com proteção do clima, momentos do quotidiano distinto quer em público, quer em privado, ou para a prática do desporto. Encontraram-se aberturas na biqueira apenas na ‘sandália’, apesar de também se apurar

²⁸ São eles, ‘botas’, ‘botina de mulher’, ‘borzeguim’, ‘chapim’, ‘pantufos’ e ‘sapatos’.

²⁹ São elas: ‘alabarca’, ‘alparca’, ‘bota atacada’, ‘bota de água’, ‘chinela’, ‘chispo’, ‘escarrim’, ‘galocha’, ‘sapata’, ‘sapato de malhão’, ‘tamanco’, ‘servilha’ e ‘soco’.

³⁰ São introduzidas as seguintes entradas e que refletem novos termos: ‘abarca’, ‘alpargata’, ‘alpercata’, ‘bota à amazona’, ‘bota à marinheiro’, ‘bota à Sowarov’, ‘bota de bombeiro’, ‘bota de borracha’, ‘bota de caça’, ‘bota de cano flexível’, ‘bota de cano rígido’, ‘bota de esqui’, ‘bota de futebol’, ‘bota de montar’ (cinco variantes), ‘bota de neve’, ‘botina’ (quatro variantes), ‘chaloca’, ‘chinelo’, ‘chinelo de quarto’, ‘sapatilha’, ‘sapato’ (dez variantes) e ‘tamanco’ (quatro variantes). Ou traduzem especificidades a termos conhecidos, tais como: ‘chinela’, ‘patim’ (quatro variantes), ‘sandália’ e ‘soco’.

a biqueira fechada nessas tipologias, permitindo concluir a coexistência desses artefactos com os dedos a descoberto ou tapados. Eventualmente, o calçado constituído por solados e tiras, como a 'alparca' ou 'abarca' deixariam a biqueira e o calcanhar a descoberto.

Encontraram-se dezanove tipologias que se revelaram em uso em todas as décadas em estudo dos três períodos analisados no século XX - I República, Estado Novo e III República³¹, sendo que a 'bota de água' e a 'tamanca', na I e III República; a 'soca' nas décadas de 60 e 80; o 'chispo', 'servilha' e 'sapatilha' nas décadas de 40, 60 e 80; e o 'soco', na década de 20, 60 e 80. Será na década de 80 que se introduzem novas tipologias ou variantes de artefactos conhecidos, bem como se revelou o conhecimento de outros artefactos pertencentes ao passado até então por referir³².

Na primeira parte do século XXI, comparativamente ao século XX, permaneceram vinte e duas tipologias³³ e acrescentaram-se onze artefactos³⁴, que à exceção da 'bota ortopédica' pareceram evidenciar uma multiplicação de respostas a necessidades conhecidas e anteriormente colmatadas. Trataram-se de artefactos que se posicionam como variantes de 'botas' e 'sapatos' nos quais esse último se destacou. A segunda parte do século XXI traduz apenas seis tipologias de calçado, três para o género feminino e três para o género masculino, que pretendem representar todas as demais existentes e sobre as quais a indústria opera. A génese do programa das designadas 'tipologias clássicas' para o género feminino pode ser encontrada no 'chispo', 'escarpim' ou 'sapato de baile' para o 'decotado'; no 'sapato de passeio' para o desenho do modelo 'Carlos IX'; e nas 'botas de montar' para a 'bota alta'. Para o género masculino, encontra-se a transição do 'mocassim' incluindo a designação da terminologia, manifestando-se de resto como o único caso; o 'Richelieu ou Oxford' é a nomenclatura para o programa do 'sapato de passeio de homem', conhecido na década de 80 do século anterior; e o 'derby' masculino tem origem no programa do 'sapato baixo' do género feminino, da mesma cronologia.

Tendo em conta a presença de informações visuais significativas em tipologias de calçado considerou-se pertinente apresentar uma barra cronológica que ilustrasse o conjunto de artefactos com as designações 'bota' e 'sapato', considerados como tipologias fundamentais para o estudo do calçado e reveladores de programas que evoluíram ao longo do tempo. No caso da ausência de ilustrações apresentam-se apenas as designações.

³¹ São elas: 'abarca', 'alparca', 'borzeguim', 'bota', 'botim', 'botina', 'carapim', 'chalocas', 'chapim', 'chinela', 'escarpim', 'galocha', 'pantufa', 'patim', 'sandália', 'sapata', 'sapato' e 'tamanco'.

³² Essas tipologias foram abordadas no ponto 1.2.5 do presente capítulo.

³³ São elas a abarca, alcorque, borzeguim, bota, botim, botina, chaloca, chapim, chinela, chinelo, chispe, escarpim, galocha, pantufa, patim, sandália, sapata, sapatilha, sapato, servilha, soco e tamanco. Apesar de o termo chispe ser transcrito de modo distinto do inicial, a saber, chispo, verifica-se que se trata do mesmo artefacto.

³⁴ São eles a bota de cano curto ou longo, bota ortopédica, chuteira, mocassim, sapato abotinado, Anabela, cara de gato, de quarto e raso e ténis.

a) Bota

A análise ao quadro 7 permitiu uma visualização do panorama formal das botas cronologias abordadas no presente capítulo, deixando concluir que:

- as ‘botas’ usadas entre o século XVI e XVIII foram caracterizadas por canos elevados que chegaram a ultrapassar o joelho. Também no século XX se verificaram ‘botas’ de cano elevado, no entanto, coexistiram com ‘botas’ de cano pelo meio da perna, aproximadamente, bem como pelo tornozelo.
- no percurso cronológico verificaram-se assim alterações quanto à altura do cano, tendo passado a ser caracterizada no século XXI pelo estabelecimento fixo de um limite - até à coxa. Tendo assumido a partir do século XVIII uma altura variável entre o joelho ou acima dele, foram caracterizadas na I República com uma altura única, mais baixa e que cobre apenas parte da perna, sendo utilizada por ambos os géneros. Na III República passariam a ser nomeadas com altura variável, entre o tornozelo e a coxa e as próprias nomenclaturas dizem respeito a essas questões formais, mas também a aspetos funcionais, como o caso da ortopédica (não representada com imagem no quadro).
- Prevaleram fôrmas bicudas que se associaram a canos altos e largos; mas também fôrmas de biqueiras redondas ou alongadas verificadas igualmente em calçado de proteção do frio, da água ou para prática de atividades desportivas, tratando-se assim de tipologias que não ultrapassaram metade da perna na altura do cano.
- No que respeita aos sistemas de aperto, tal como nos sapatos, prevaleceram botas sem sistema de aperto. A presença dos atacadores revelou tratar-se do sistema de aperto encontrado, principalmente, no calçado do século XX para ambos os géneros, ao que acresceram artefactos com cordões e fivelas em simultâneo ou uma tira ajustável no cano. As ‘botas’ sem sistema de aperto foram, naturalmente, de canos largos, com aparente rigidez ou maleabilidade e acompanharam o desenho da perna em fole ou moldado e prevaleceu para o género masculino nos quais se destacou também a presença de tacão raso que também prevaleceu em relação ao tacão alto.
- Pôde de resto perceber-se que a única menção que se havia encontrado no século XVIII ao modo que caracteriza o ato de calçar com algum tipo de associação a níveis formais ou funcionais, se particularizou nas ‘botas’, sendo associadas à facilidade com que calçam e descalçam, não mais se verificou.

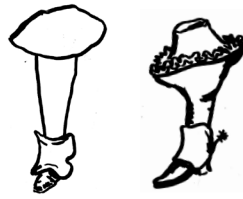
SÉCULO XVI

Bota



SÉCULO XVII

Bota



SÉCULO XVIII

Bota de montar à postilhão



SÉCULO XX (3ª REP.)

Bota grande de cano flexível



Bota de cano rígido



Bota de marinheiro



Bota de montar à chantilly



Bota de montar à postilhão



Bota à amazona



Bota de montar de jóquei



Bota à soworov



Bota de bombeiro



Bota de borracha



Bota de esqui



Bota de futebol



Bota de neve



Bota de caça



SÉCULO XXI (2ª PARTE)

Bota alta



Quadro 8 Evolução do programa formal da bota entre o século XVI e XX. Fonte: Aurora Brochado.

b) Sapato

A análise ao quadro 8 permite uma visualização do panorama formal dos sapatos nas cronologias abordadas no capítulo III, deixando concluir:

- Todos os ‘sapatos’ possuíram uma altura no corte que não ultrapassou o calcanhar, variando assim na cobertura do pé, nos sistemas de aperto e nos solados.
- Coexistiram fôrmas redondas, bicudas e alongadas sobretudo nos séculos XX e XXI em sapatos similares, os quais principiaram formalmente com solados rasos e finos, passando a receber tacões de alturas distintas e também saltos que permitiram elevar consideravelmente a altura.
- Quanto aos sistemas de aperto verificou-se as possibilidades de tiras, fivelas e cordões, mas também a sua ausência.
- Comparativamente ao século XVIII, encontraram-se algumas alterações na I República, salientando-se o desaparecimento do ‘rosto’ e das ‘orelhas’ e a inclusão da palmilha. O ‘rosto’ e as ‘orelhas’ reapareceriam na III República e com esses elementos se acrescentaram novas variantes de sapatos e, conseqüentemente, outras peças, sistemas de aperto ou elementos decorativos, como a taloeira, atacadores, tiras sobrepostas, ‘vivos’ e vazados. Por seu turno, o século XXI traduziu o ‘sapato’ pela descrição genérica da referência ao tipo de solado (Houaiss, 203, Tomo XVI, p. 7193), deixando antever uma descrição que se traduziu na absorção de elementos que constituem um sapato, designando assim a totalidade de uma forma. De facto, pareceu tratar-se de uma abrangência do conceito de sapato em que todas as possibilidades são viáveis desde que cumpram um solado particular e um corte que cubra o pé ou uma parte dele.
- As nomenclaturas no século XXI dizem respeito a questões formais, como o ‘sapato abotinado’, ‘sapato-cara-de-gato’ ou ‘sapato raso’, como com questões ligadas à função evidenciada no ‘sapato de quarto’.
- Os ‘sapatos’ para o género feminino traduziram funcionalidades que não tem correspondência com o caso masculino como comprovaram as tipologias com ‘salto alto’ e os ‘decotados’, por se distinguirem dos demais pela natureza do solado e pelos tipos de decote que essas tipologias possuem.
- Por fim, o ‘sapato’ com a função de cobrir o pé continuou a figurar no rol das tipologias explanadas.

Valerá ainda mencionar quanto à informação que remete para as peças constituintes de cada artefacto: permanece a caracterização apenas do ‘sapato’ associado à sua definição na publicação de Aulete (1925), não mais se enunciando essa enumeração dos elementos base que o constituem. Contudo, as gravuras publicadas por Lello (1988) permitiram a esse nível complementar um entendimento mais detalhado dos artefactos e dos elementos que os constituem.

SÉCULO XVI

Sapato



SÉCULO XIX

Sapato



SÉCULO XX
(3ª REP.)

Sapato de ciclista



Sapato de baile



Sapato de baile



Sapato de passeio



Sapato de passeio



Sapato de homem



Sapato de homem



Sapato de criança



Sapato de criança



Sapato baixo



SÉCULO XXI
(3ª REP. — 2ª PARTE)

Derby



Derby com biqueira



Richelieu ou Oxford



Richelieu ou Oxford com biqueira



Mocassim luva



Carlos IX



Decotado



Quadro 9 Evolução do programa formal do sapato entre o século XVI e XXI. Fonte: Aurora Brochado.

Quanto aos restantes artefactos do conjunto total, percebeu-se que houve lugar para a sua alteração a par da evolução histórica de algumas tipologias na cronologia em análise, como também para se manterem associadas à sua natureza tipológica não padecendo assim de alterações:

- No que respeita a essas transformações encontrou-se um conjunto de artefactos – ‘alparca’, ‘alpercata’, ‘alpargata’ e ‘alpergate’, foram entendidos no século XX de modo distinto remetendo para semelhanças formais a sandálias e sapatos. Assumiram no século XXI o registo de uma única tipologia que se ligou à sandália e possuiu a mesma particularidade de receber o têxtil. Tratou-se de um conjunto que face ao atributo da presença do têxtil e solado entrançado de cordão, perderam a sua individualidade, para dar lugar à caracterização genérica de uma “sandália que se prende ao pé tiras de couro ou pano” (Houaiss, 2003, Tomo II, p. 477-478), ou seja, um só artefacto para refletir um conjunto.
- As ‘botinas’, conhecidas desde o século XVIII, foram sofrendo alterações formais. Passariam no século XX a referir-se a botas pequenas que cobrem até acima do tornozelo e não o joelho como no século XVIII. A esse aspeto acresceu a perda da sua aplicação ao género masculino para montar a cavalo e a sua utilização por mulheres, crianças e homens com sistemas de aperto de cordões ou botões. O século XXI, parece assimilar as tipologias de natureza similar conhecidas do século anterior na medida em que se definiu como uma ‘bota de cano baixo’ em que o sistema de aperto foram atacadores ou botões. Se no século XX se particularizaram variantes formais que se traduziram sobretudo no que respeita ao sistema de aperto, tação, elementos constituintes e género, no século XXI a ‘botina’ é apenas assim enunciada, mas assumindo as mesmas possibilidades anteriores. Foi nesse sentido que pareceu assimilar as principais caracterizações enunciadas no século XX passando assim a uma denominação genérica de uma qualquer bota de cano baixo com sistemas de aperto distintos. Haviam sido atribuídas no século XVI ao género feminino, no século XVIII ao género masculino e feminino e posteriormente apenas para homem durante o século XVIII, passaria no início do século XX a classificar-se para mulher e criança. Manteve-se assim até à década de 80 do século XX, momento que retomou a classificação inicial e no século XXI passou a recuperar a atribuição de calçado feminino e de criança;
- As ‘chinelas’, patenteadas no século XVIII como um sapato sem calcanhar, continuaram formalmente a partir desse artefacto, mas sem contraforte e com opção de serem também fechadas no calcanhar. Refletiram o uso doméstico até ao século XX, sendo que no século XXI essa referência desaparece.
- O caso da ‘chuteira’, com origem na bota de futebol do século XX revelou no século XXI a possibilidade de se assumir formalmente também como um ‘sapato’.
- Particularizando também a ‘galocha’, tendo em conta que se trata de um artefacto conhecido desde o século XVIII, como sendo um calçado de madeira e couro, salienta-se que a sua função se ampliou. Além da proteção de sapatos e botas e conseqüentemente à sua associação a um material

que oferece uma maior impermeabilidade, a ‘gutta percha’, evidencia ter permitido outra eficácia na resposta a necessidades funcionais que se relacionaram com esse tipo de calçado, de semelhança formal ao ‘tamanco’, à ‘chinela’ e ao ‘sapato’. Na I República, manteve-se a semelhança formal à ‘chinela’, ao uso da madeira para as solas e o couro continuou a ser uma possibilidade para o corte. Na III República esse artefacto deu lugar a uma variante que já não se usaria por cima do calçado, manifestando assim ser justa ao pé e feito igualmente de borracha. Valerá a referência que Bluteau (1727) exprimiu acerca da sua descrição algumas dúvidas, solicitando mesmo aos minhotos e beirões que as definissem, pelo facto de supor que esse calçado seria usado nessas regiões e em ambientes de rusticidade francesa³⁵. No século XX a julgar pela definição de Aulete (1925) e pela ilustração de Lello (1988), as galochas pareceram refletir um uso generalizado no país. No século XXI foi caracterizada como ‘bota’, evidenciando assim uma evolução formal mais complexa e abrangente ao nível de possibilidades formais e materiais ligados também à sua função.

- O ‘pantufo’, associado no século XVIII a uma tipologia para o género feminino usar em casa, com elevação no solado e bordados no corte, de semelhança formal ao ‘chapim’, traduziu-se no século XX como ‘chinelas’ e ‘sapatos’. No século XX, os ‘pantufos’ adquiriram opções formais bastante distintas das que se conheceram no século XVIII, passando de um ‘sapato alto’ com várias solas sobrepostas de cortiça, para um ‘sapato raso’. Tiveram igualmente funções distinta das iniciais a partir do século XX com a procura do conforto, nesse momento traduzido pela não aplicação do contraforte para o tornar maleável. Voltando a redefinir-se no século XXI, associou-se ao ‘chinelos’ e à natureza doméstica do seu uso, contudo, com a especificidade do conforto ser proporcionado pelo ‘acolchoado’ e assumir uma ligação ao inverno, pela particularidade de ‘agasalho’ que igualmente o caracteriza. Passaria também a ser esclarecido nesse momento o seu uso por ambos os géneros.
- As ‘sandálias’ divulgadas na antiguidade clássica, parecem ter sido descontinuadas pelo menos até ao século XVIII, julgando pela definição de Bluteau (1712, vol. II, p. 276) ao posicionar esse modelo na Grécia clássica. Voltaram a ser mencionadas no princípio do século XX, como “calçado de religiosas” (Aulete, 1925, vol. II, p. 827), eventualmente, pela simplicidade com que são descritas, sendo constituídas por sola e tiras de couro para prender ao pé. Passaram a figurar nas décadas seguintes como calçado em uso. Contudo, aparentaram ainda uma tímida presença sendo que se conheceram mais artefactos dessa natureza de períodos passados do que propriamente do século XX. Foi apenas no século XVIII que as suas tiras foram mencionadas enquanto posicionadas numa determinada parte do pé – sobre o peito, evidenciando que os calcanhares ficariam por isso totalmente descobertos. No século XX associaram-se ao calçado com o calcanhar a descoberto continuando a manifestar essa relação no século

³⁵ Ver Bluteau, 1727, suplemento I, p. 447.

XXI. Encontrou-se esse termo enquanto caracterizador de artefactos nos casos da ‘chinela’ em si, ‘chinelos’, ‘pantufa’, ‘sapata’ e ‘sapato de quarto’; possuindo a particularidade de se associarem ao uso doméstico. Foi mencionada pela primeira vez no século XVIII como sendo classificada para ambos os géneros e perderia essa menção no princípio do século XX para ser apenas de mulher, tendo ficado a partir desse momento sem mais referências.

- A ‘servilha’ mencionada no século XVIII (Bluteau, 1712, vol. II, p. 616) como “sapatos usados por anjos”, figura no século XXI como sendo “calçado de couro e calçado de ourelo” (Houaiss, tomo XVI, p. 7319).
- O ‘soco’ que foi referido como sendo associado a partes do pé descobertas e por isso à ‘chinela’ ou à ‘sandália’, passou a figurar com o registo formal de ‘borzeguim’ que nesse caso tem uma caracterização distinta das anteriores. Apenas havia sido mencionado na década de 80 como feminino, perdendo no século XXI essa classificação.
- Os ‘tamancos’ assemelharam-se inicialmente ao tipo de construção que se verificou nas ‘sandálias’ passando a adquirir a forma de um ‘sapato’ aberto no calcanhar e a receber couro como material de corte no século XX. A cortiça perdeu a referência nessa tipologia uma vez que na I República são posicionados como calçado adequado a pavimentos lamacentos. No século XXI, mantêm essa ligação associada à descrição de “calçado grosseiro” (Houaiss, 2003, Tomo XVI, p. 7615).
- A ‘abarca’, o ‘alcorque’, ‘borzeguim’, ‘chapim’, ‘chispe’, ‘escarpim’, ‘mocassim’³⁶, ‘patim’, ‘sandália’, ‘sapata’, a ‘sapatilha’³⁷, ‘sapata’ e ‘tamanco’, revelaram-se no século XXI como os artefactos que mantiveram os seus programas generalizados conhecidos de momentos anteriores³⁸.

De um modo geral os elementos decorativos presentes na totalidade dos artefactos analisados deixaram perceber que se relacionaram, essencialmente, com calçado de séculos anteriores ao XX, tratando-se de palas, vazados e peças em que as extremidades possuem linhas onduladas. No calçado da III República, encontram-se referências a tiras e vivos, sobretudo em ‘sapatos’. Acrescentam-se as costuras enquanto elemento simultaneamente funcional e decorativo.

Verificou-se que o couro perdeu o estatuto de matéria prima em destaque revelando, no entanto, a sua presença em tipologias que já não eram mencionadas a esse nível desde o século XVIII, como nos casos da ‘sapata’ e ‘botina’, respetivamente. Por analogia, perdeu-se a referência do século XX no ‘soco’ e no ‘tamanco’, voltando de resto à sua génese – a madeira; ou manteve-se ainda a sua aplicação nos casos da ‘alparca’, ‘abarca’,

³⁶ Apesar do ‘mocassim’ se tratar de um artefacto mencionado pela primeira vez no século XXI, remete na sua caracterização para uma origem anterior que conseqüentemente evoluiu para registos formais semelhantes na forma.

³⁷ Apesar de não se perceber o material, conhecido no século anterior e traduzido na corda ou borracha, a ‘sapatilha’ é descrita como um sapato flexível e macio, ou seja, com características que são fornecidas por esse material.

³⁸ Desse conjunto, os casos da ‘abarca’, ‘chapim’, ‘chispe’, ‘escarpim’ ou ‘sandália’ manifestam-se como aqueles que têm vindo a manter o mesmo registo formal do programa ao longo dos períodos em análise na investigação.

‘borzeguim’ e ‘servilha’. Verificou-se no caso da ‘chuteira’ a possibilidade do emprego do couro nas travas mas em alternância com borracha, alumínio ou plástico deixando-se perceber assim novas alternativas a esse material. De facto, se estabelecermos uma comparação entre cronologias analisadas a menção ao couro tem uma presença muito tímida, eventualmente, pelo leque de possibilidades ao dispôr no presente.

Teoricamente, mantêm-se os mesmos ‘autores’ analisados até à primeira parte do século XXI, não se introduzem termos novos com esse sentido e elimina-se o ‘borzequieiro’. A segunda parte do século XXI, rompe assim com esses pressupostos e assume como autores o designer de calçado e o modelador de calçado. No entanto, se ao ‘sapateiro’ cabia o desenvolvimento dos programas e as tecnologias de fabrico, cabe aos designers e modeladores de calçado, o conhecimento dos processos, materiais e de toda uma teia relacional, entre mecânica e processos transformadores.

CAPÍTULO IV

1. PROGRAMAS DE CALÇADO E PREÇOS PRATICADOS EM PORTUGAL

O quadro que se segue foi realizado com base no levantamento de dados nas seguintes obras: *Regimento de salários e preços de 1522 para Guimarães*, transcrito por Eduardo de Almeida (1930); nas transcrições dos regimentos compilados em 1572 e publicados por Vergílio Correia (1926); e no levantamento realizado por Sérgio Ferreira (2007) aos *Livros de Vereações sobre preços e salários na Baixa Idade Média*. Os dados revelaram os preços praticados nos artefactos em território nacional e foram distribuídos pelas categorias de análise relacionadas com os programas, ao nível da cronologia, localização geográfica, formas existentes, materiais aplicados, género e preços. Permitiram complementar a investigação na compreensão dos artefactos. A cronologia estudada abrange os anos de 1379 a 1719.

CRONOLOGIA	PROGRAMA LOCAL	TIPOLOGIA	PROGRAMA FORMA	PROGRAMA MATERIAL	PROGRAMA GÉNERO	PROGRAMA CUSTO (Varia com tamanho)	AUTORIA
1379-81	Évora	Sapatos	Com sola.	Vaca	—	9 ou 10 s	Sapateiro
1379-81	Évora	Botas	—	Gamo	—	35 s	Sapateiro
1379-81	Évora	Botas	Solas de festo.	Cervo	—	33 e 40 r	Sapateiro
1379-81	Évora	Botas	Compridas de dois lombos de cabra.	Cabra	—	30 s	Sapateiro
1379-81	Évora	Botas	Compridas.	Cabra Carneiro	—	30 s	Sapateiro
1379-81	Évora	Sapatos e sapatas	—	Cordovão macho	Mulher	20 s	Sapateiro
1379-81	Évora	Socos	—	Cordovão	—	25 ou 30 s	Sapateiro
1379-81	Évora	Socos	—	Cabra	—	30 s	Sapateiro
1379-81	Évora	Socos	Vermelhos ou pretos.	Carneiro	—	15 s	Sapateiro
1379-81	Évora	Sapatos de calça ou sapatos de ponta	—		—	10 s	Sapateiro
1379-81	Évora	Botas	—	Cordovão macho	—	28 s	Sapateiro
—	—	—	—		—	—	—
1401	Porto	Sapatos	—	Vaca	—	10 r	Sapateiro
1401	Porto	Sapatos	Altos ou baixo.	Cordovão	—	12 e 14 r	Sapateiro
1402	Loulé	Botinas	—		—	12 r	Sapateiro
1402	Loulé	Botinas	—	Cordovão	—	15 r	Sapateiro
1402	Loulé	Sapatos	—	Carneiro	—	16 r	Sapateiro
1402	Loulé	Sapatos	Correias; Solas de festo.	Veado	—	20 ou 22 rs	Sapateiro
1402	Loulé	Sapatas	—	Cordovão	Mulher	25 r	Sapateiro
1402	Loulé	Botas	—	Carneiro	—	57 r	Sapateiro
1402	Loulé	Botas	Sola de festo.	Veado	—	60 r	Sapateiro
1402	Loulé	Botas	Duas albas soladas.	Cordovão	—	100 r	Sapateiro
1402	Loulé	Borzeguins	—	Cordovão	—	42 r	Sapateiro
1413	Porto	Sapatos bons	—	—	—	14 r	Sapateiro
1413	Porto	Sapatos comuns	—	—	—	12 r	Sapateiro
1413	Porto	Botas comuns	—	Cordovão	—	85 r	Sapateiro
1413	Porto	Botas boas	—	Cordovão	—	100 r	Sapateiro
1413	Porto	Socos	Vermelhos.	Cordovão	—	35 r	Sapateiro
1413	Porto	Socos	—	Cordovão	—	30 r	Sapateiro
1413	Porto	Sapatos	—	Vaca	Homem	10 r	Sapateiro
1420	Arraiolos	Botas	Solas boas.	Cordovão fêmea ou macho Solas de lom-beiro	—	60 ou 80 r	Sapateiro
1420	Arraiolos	Borzeguins	—	Cordovão fêmea ou macho	—	35 ou 50 r	Sapateiro
1420	Arraiolos	Sapatos	—	Cordovão macho	—	18 r	Sapateiro
1450-51	Porto	Sapatos	—	—	Mulher	16 r	Sapateiro
1461-62	Porto	Sapatos	—	—	Homem	24 r	Sapateiro
1474-75	Porto	Botinas	—	—	Mulher	30 r	Sapateiro
1474-75	Porto	Botinas	—	—	Mulher	30 r	Sapateiro
1480	Entre Tejo e Guadiana	Borzeguim	Branco ou preto e de cores.	Cordovão	—	68 a 80 r	Sapateiro
1480	Entre Tejo e Guadiana	Borzeguim	Preto ou cores.	Cordovão	—	51 r	Sapateiro
1480	Entre Tejo e Guadiana	Botinas	Preto ou de cor.	Cordovão	Moça Ate 15 Anos; Mulher	22 ou 33 r	Sapateiro
1480	Entre Tejo e Guadiana	Sapatos	Ate ao joelho.	Cordovão	Mulher	45 r	Sapateiro

Quadro 10 Relação entre preço e programa nas cidades de Arraiolos, Entre Tejo e Guadiana, Évora, Guimarães, Loulé Lisboa e Porto, entre 1379 – 1719 (Correia (1926), Almeida (1930) Ferreira (2007)). O quadro continua até à página 596. Fonte: Aurora Brochado.

CRONOLOGIA	PROGRAMA LOCAL	TIPOLOGIA	PROGRAMA FORMA	PROGRAMA MATERIAL	PROGRAMA GÉNERO	PROGRAMA CUSTO (Varia com tamanho)	AUTORIA
1480	Entre Tejo e Guadiana	Sapatos	Pretos ou outras cores.	Cordovão	—	25 r	Sapateiro
1480	Entre Tejo e Guadiana	Sapatos	Branco ou pretos e de cores.	Cordovão	—	30 ou 33 r	Sapateiro
1480	Entre Tejo e Guadiana	Sapatos	Preto ou outras cores.	Carneiro	—	18 a 24 r	Sapateiro
1480	Entre Tejo e Guadiana	Sapatos	Branco.	Carneiro	—	22 r	Sapateiro
1480	Entre Tejo e Guadiana	Borzeguins	—	Carneiro	—	45 r	Sapateiro
1480	Entre Tejo e Guadiana	Borzeguins	Branco.	Carneiro Sola De Palmilha	—	55 r	Sapateiro
1480	Entre Tejo e Guadiana	Servilhas	—	Carneiro	—	19 r	Sapateiro
—	—	Servilhas	—	Cordovão	—	—	—
1480	Entre Tejo e Guadiana	Sapatatas	—	—	Moça	25 r	Sapateiro
1480	Entre Tejo e Guadiana	Pantufos	—	—	—	55 r	Sapateiro
1480	Entre Tejo e Guadiana	Chapins	—	—	Homem	45 r	Sapateiro
1482	Porto	Sapatos	—	—	—	12 a 32 reis	Sapateiro
1493-94	Porto	Borzeguins	—	—	—	100 r	Sapateiro
1498	Lisboa	Borzeguins	Pretos ou de cor "das pelles da jlha ou de ca do Regno".	"Pelles da jlha ou de ca do regno"	—	130 ou 140r	Sapateiro
1498	Lisboa	Borzeguins	Pretos ou de cor.	Cordovão	—	110 ou 120r	Sapateiro
1498	Lisboa	Borzeguins	Branco.	Carneiro	—	90 r.	Sapateiro
1498	Lisboa	Sapatos	Pretos ou de cor.	Couro das ilhas	—	45 ou 50 r.	Sapateiro
1498	Lisboa	Sapatos	—	Cordovão ou de vaca	—	40 r.	Sapateiro
1498	Lisboa	Servilhas	—	Carneiro ou cordovão	—	15 ou 20r.	Sapateiro
1552	Guimarães	Botas	Meia coxa.	Cordovão	Homem	20 a 180 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Botas	De ilhargas da terra, de duas solas, que dêem por meia coxa.	Vaca	Homem	200 a 220 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Borzeguins	—	Cordovão	Homem	80 a 150 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Borzeguins	—	Carneira	Homem	80 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Chapins	—	Couro	Mulher	30 a 60 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Chapins	—	Cordovão	Mulher	50 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Chapins	—	De cores	Mulher	80 a 120 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Sapatatas	—	—	Meninas pequenas	20 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Botinas	Sola e vira pretas.	—	Mulher	60 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Botinas	De cores.	—	Mulher	80 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Botins empantufados	—	—	Mulher	70 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Sapatos	—	Cordovão	Homem	20 a 50 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Sapatos	—	Vaca	Homem	20 a 45 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Cervilhas	—	Cordovão	Homem	20 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Cervilhas	—	Carneira, de cores	Homem	16 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Pantufos	—	De solas boas	Homem	80 a 90 reis	Sapateiro
1552	Guimarães	Pantufos	—	De cortiça	Homem	70 a 80 reis	Sapateiro

CRONOLOGIA	PROGRAMA LOCAL	TIPOLOGIA	PROGRAMA FORMA	PROGRAMA MATERIAL	PROGRAMA GÉNERO	PROGRAMA CUSTO (Varia com tamanho)	AUTORIA
1552	Guimarães	Pantufos	—	Sarrados, pretos	Mulher	70 réis	Sapateiro
1572	Lisboa	Borzeguins	—	—	—	—	Borzegueiro
1572	Lisboa	Alcorques	Feitio português.	Cortiça	—	—	Sapateiro
1572	Lisboa	Chapins	—	—	—	—	Chapineiros
1572	Lisboa	Pantufadas	—	—	—	—	Sapateiro
1572	Lisboa	Pantufos	—	Cortiça	Homem	—	Sapateiro
1572	Lisboa	Pantufos	—	De cortiça	Mulher	—	Sapateiro
1572	Lisboa	Sapatas	—	—	Mulher	—	Sapateiro
1572	Lisboa	Sapatos	—	De quartel	—	—	Sapateiro
1572	Lisboa	Sapatos	—	Vaca, abrochado, solados de correia	—	—	Sapateiro
1572	Lisboa	Sapatos	—	Vaca, chãos, solados à mourisca	—	—	Sapateiro
1572	Lisboa	Solas	—	De correia	—	—	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos	Duas solas e salto de sola, engraxados e bem feitos; Oito até onze pontos.	Bezerro de flandes.	—	750 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos	Duas solas, salto de pau pregado ou coberto.	Bezerro de flandes; Pau.	—	650 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos	Sola, de taco coberto ou pregado.	Bezerro de flandes; Taco.	—	600 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos	Duas solas, salto de taco; Três até sete pontos.	Bezerro de flandes; Taco.	—	560 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos	Uma sola, e taco pregado ou coberto, e engraxados; Três até sete pontos.	Bezerro de flandes;	—	500 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos de Cordovão	Sapatos de faca, de duas solas e salto da mesma; Oito até onze pontos.	Cordovão	—	660 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos de Cordovão	Sapatos de faca, de duas solas, salto de pau coberto ou pregado; Oito até onze pontos.	Cordovão; Pau.	—	600 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos de cordovão	Uma sola e taco coberto ou pregado de faca, escovados ou engraxados; Oito até onze pontos.	Cordovão; Taco.	—	600 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos de cordovão	Duas solas e taco coberto ou pregado de faca, escovados ou engraxados; Oito até onze pontos.	Cordovão; Taco.	—	650 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos cordovão	Sapatos de faca, de duas solas e salto de sola; Três até sete pontos.	Cordovão.	—	500 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos cordovão	Uma sola e taco coberto ou pregado; Três até sete pontos.	Cordovão.	—	400 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos de cordovão	Branco e pela mesma moda.	Cordovão branco.	—	Não levarão mais que pelos de faca.	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos	Duas solas e salto de sola; Oito até onze pontos.	Vaca.	—	720 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos	Duas solas e salto de sola; Oito até onze pontos.	Bezerro da terra	—	650 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos	Quatro até sete pontos.	Vaca.	—	600 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos	Duas solas e salto de sola; Cinco até sete pontos.	—	Mulher	400 réis	Sapateiro

CRONOLOGIA	PROGRAMA LOCAL	TIPOLOGIA	PROGRAMA FORMA	PROGRAMA MATERIAL	PROGRAMA GÉNERO	PROGRAMA CUSTO (Varia com tamanho)	AUTORIA
1719	Guimarães	Sapatos	Um até quatro pontos.	—	Mulher	350 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos	Salto de pau; Cobertos; Cinco até sete pontos.	Pelicas de cores; Pau.	Mulher	460	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos	Salto de pau; Cobertos; Picados; Cinco até sete pontos.	Pelicas de cores; Pau.	Mulher	500 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos	Salto de pau; Cobertos; Um até quatro pontos.	Pelicas de cores; Pau.	Mulher	400 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Sapatos	Salto de pau; Cobertos; Picados; Um até quatro pontos.	Pelicas de cores; Pau.	Mulher	440 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Botas	Duas solas e salto de sola, com cartões de baqueta.	Bezerro de flandes.	Homem	2\$500 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Botas	Com cartões de mais asseio.	Bezerro de flandes.	Homem	2\$600 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Botas	Uma sola só, com cartões de baqueta e salto coberto de sola.	Bezerro de flandes.	Homem	2\$250 réis	Sapateiro
1719	Guimarães	Botas	De malhão e duas solas.	Bezerro da terra.	Homem	2\$000 réis	Sapateiro

2. O PANORAMA DE GUIMARÃES NO QUADRO DOS AUTORES, PROGRAMAS E TECNOLOGIAS ENQUADRADO NO SISTEMA CORPORATIVO

Apesar dos documentos consultados na investigação fornecerem informações ao nível do panorama nacional, incidiram sobretudo nos contextos geográficos das cidades de Lisboa e Porto. O facto de a historiografia ter revelado que em ambas as cidades a estrutura e atividade do ofício do sapateiro foi equivalente, considerou-se que seria pertinente perceber se essas premissas também foram mantidas ao nível dos programas, tecnologias e autores noutra ponto geográfico. Por conveniência da investigação optou-se pelo estudo dos ofícios na cidade de Guimarães. O facto de se tratar de uma localização geográfica da qual se sabe a existência dos ofícios de ‘sapateiro’ e de ‘curtumes’ no passado do contexto nacional, mas diferenciada de Lisboa e Porto na atualidade, uma vez que na atualidade da investigação existe uma forte presença da indústria do calçado e, por conseguinte, se pratica amplamente a atividade do design de calçado, manifestou-se um aspeto relevante na escolha da análise da prática dos ‘sapateiros’ de Guimarães. A proximidade geográfica com Felgueiras, ainda que não se tendo verificado essa relação com o mesmo passado histórico e a natureza das fontes disponibilizadas pelo Arquivo Alfredo Pimenta, igualmente, se manifestaram como fatores importantes para a opção do estudo dos ofícios nessa cidade.

A análise do levantamento de bibliografia sobre a atividade em Guimarães recaiu, fundamentalmente, em dois aspetos: a) na disponibilização da documentação que foi sendo preservada ao longo de oito séculos e divulgada pelo Arquivo Alfredo Pimenta, que poderá permitir a reconstrução histórica do ofício dos sapateiros e, em vista disso, revelar o

acompanhamento ou distanciamento das demais confrarias portuguesas; b) pela natureza da documentação uma vez que particulariza aspetos alusivos ao processo de aprendizagem, aos programas de calçado e aos preços praticados, podendo assim fornecer outras pistas para o desenho da narrativa sobre o design de calçado em Portugal.

Consultaram-se as seguintes publicações para essa temática: Guimarães, Apontamentos para a sua História (1881) de António Caldas; Estatutos dos mestres sapateiros e mais ofícios anexos à sua bandeira desta vila de Guimarães (1887); Regimento dos mestres surradores anexos à nossa bandeira e o Regimento dos mestres tamanqueiros que fazem paus de socos anexo à nossa bandeira (1888) de Avelino Guimarães; Os Mesteres na Antiguidade de Guimarães. I Sapateiros e artes correlativas (1937) e Os Mesteres de Guimarães III (1942) de A.L. Carvalho.

Os autores mencionados fundamentaram-se sobretudo no recurso a metodologias incidentes na história local. Reproduzem documentos do arquivo da Irmandade dos Sapateiros de Guimarães e das Vereações de Câmara da cidade, centrando-se por isso no caso dos sapateiros e traduziram estatutos, regimentos, a atividade, a estrutura do ofício, os ‘mesteres’, os preços, materiais e outros elementos dos programas, bem como as tecnologias que se aplicavam na produção do calçado. Forneceram dados que permitiram estabelecer comparações e paralelamente esclarecimentos sobre o ofício, sobre sapateiro e os programas que se executaram em Portugal até à promulgação do decreto de 7 de maio de 1834.

A premissa da presença de ecos paralelos de estruturas homólogas no país, relativamente a Lisboa e Porto, da relação com a atividade do desenvolvimento do calçado, o estatuto do autor e o domínio da técnica, manifestou-se também em Guimarães. Verificou-se a expressão de outros elementos do processo de aprendizagem e das competências necessárias para o ‘sapateiro’ alcançar essa designação, o destaque e a forte presença social, dando continuidade a uma atividade artesanal, onde prevaleceu a qualidade técnica e formal dos artefactos que produziu. A natureza dos documentos analisados deixou evidenciar uma abrangência à cronologia em estudo e permitiu a constatação que o ofício dos sapateiros em Guimarães foi uma organização que seguiu as interferências régias, mas também religiosas e concelhias, tal como se verificou com os sapateiros lisboenses ou portuenses, disseminando a sua atividade profissional na cidade ao longo dos séculos. Surgiram indissociáveis dos curtumes e na alçada de uma irmandade de dependência eclesiástica, com a componente sociológica entre os membros, mas também com os fatores de solidariedade económica e profissional. Evoluiu para confraria e enquadrou-se no panorama da época, seguindo também a tendência de uma organização sob o sistema de corporações de ofícios, registando-se, apenas, em 1719 a aprovação do seu regimento. Segue-se uma abordagem à documentação e publicações consultadas com base numa perspetiva centrada na história do design.

2.1 O PERCURSO DOS AUTORES, A RELAÇÃO COM A TÉCNICA E O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS

Apesar de se ter dado conta da existência da ‘Rua da Zapateira’ em Guimarães, em 1167 como se dá nota em 1929 (Revista Monumenta histórica, volume II, p. 90), a história ‘oficial’ dos sapateiros naquela cidade terá tido início com a ‘Confraria de Sapataris’, constituída, em 1269, dando origem, em 1315, à formação da ‘Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano’, por dois mestres sapateiros, como concluiu Carvalho (1938, p. 65) na explicação da implementação do ofício na cidade. No seu percurso no tempo, a confraria dos sapateiros terá tido designações distintas destacando-se no burgo das demais atividades artesanais pela grande quantidade de mesteres sapateiros a praticar o ofício, a juntar a particularidade de estarem fortemente associados ao setor dos couros (Carvalho, 1937, p. 268). Esses aspetos reiteram por um lado a forte presença habitual desse ofício nas cidades e por outro, a influência da tradição marcante dos curtumes para o incremento da profissão de sapateiro.

Um dado relevante foi encontrado na constatação do acompanhamento do panorama nacional, até pelas designações e consequentes significados que a agremiação de sapateiros foi recebendo ao longo do tempo, fundamentalmente, irmandade, confraria e corporação no sentido estrutural e de significado, contudo, sem a publicação de documentos que lhe são intrínsecos como estatutos associativos ou regimentos, tal como se verificou nos casos de Lisboa ou Porto³⁹. De acordo com Carvalho (1937, p. 266-280) a confraria dos sapateiros manifestou-se como uma estrutura definida e estruturada que ilustrou a valorização da profissão, exigência e regras adstritas à sua atividade.

Da prática da sua atividade, os sapateiros alcançariam as especializações distintas perante os programas, por sua vez, devidamente regulamentados ao nível de preços e matérias primas. Essa constatação retirou-se da análise efetuada ao documento régio *Taxas para a villa de Guimarães de 1522*⁴⁰, anterior à publicação da compleição de regimentos por Duarte de Leão, em 1572. Nesse documento encontrou-se informações que deixaram perceber os programas praticados, mas também qual a articulação com os preços, com os materiais e, pela primeira vez com as dimensões / tamanhos dos artefactos. Igualmente tornou possível analisar os elementos que habitualmente se consertavam ou substituíam no calçado, de modo a esse continuar a ser utilizado, uma vez que também os custos dessa atividade eram fixados e foram publicados no documento. Da sua análise, à luz das perspetivas do design, percebeu-se que os sapateiros

³⁹ As conclusões do estudo de Avelino Guimarães (1888) revelaram a existência da corporação paralelamente à existência da irmandade, com base na publicação das atas de vereações municipais, uma vez que os estatutos da irmandade apenas se publicaram em 1719.

⁴⁰ Consultada transcrição de Eduardo de Almeida (1930). Desenhou-se os quadros 10, 11, 12 e 13 os quais apresentam as informações detalhadas recolhidas na análise a esse documento. Foram desenhados de acordo com as metodologias seguidas no capítulo III. Contemplou-se sob o ponto de vista do programa as tipologias, os materiais, género, tamanho e os preços passíveis de praticar por tipologia. Igualmente se acrescentou o parâmetro ‘outras considerações’ onde se revelaram aspetos complementares à restante informação.

realizavam em Guimarães as seguintes tipologias de calçado para o género feminino: 'borzeguins', 'botas', 'botinas', 'botins empantufados', 'chapins', 'pantufos', 'sapatas'⁴¹ e 'sapatas para meninas pequenas'; e para o género masculino: "borzeguins", 'botas', 'cervilhas', 'pantufos' e 'sapatos' (Almeida, 1930). A variedade de tipologias encontrou-se em ambos os casos, mas sendo que o género feminino prevaleceu com mais possibilidades tipológicas e ao nível da cor⁴², do que os programas masculinos. O documento deixou em evidência que os artefactos possuíam elementos particulares em cada programa, como a altura, o material ou a cor.

Os enfoques dados num discurso de índole política deixaram perceber uma avaliação aos artefactos fundamentada numa estreita relação entre materiais aplicados e, pontualmente, com a qualidade dos mesmos, entre as dimensões e os programas:

- no que respeita aos preços que os sapateiros deveriam praticar, o calçado para o género masculino manifestou-se o mais dispendioso, com destaque para as 'botas'⁴³. Com efeito, no caso dos consertos, os preços praticados eram menos dispendiosos no calçado para o género masculino.
- Sob o ponto de vista dos materiais, predominaram nos programas vinculados em 1522, o 'couro', 'cordovão' e 'carneira' e para os consertos a 'vaca' e o 'cordovão'. A sua qualidade, conseqüentemente, determinaria o preço dos artefactos e identificou-se em elementos inerentes aos programas⁴⁴;
- Verificou-se que nem todas as tipologias receberam os mesmos tamanhos, tendo-se distinguido um máximo e um mínimo para cada género⁴⁵.

Numa relação entre programas e preços de calçado em ambos os géneros, pode concluir-se que os valores foram definidos consoante o tamanho a realizar ou, perante a quantidade de material necessário para a construção de cada tipologia. Essa situação também se verificou no calçado consertado⁴⁶. Esse

⁴¹ Como foi possível constatar no capítulo III da presente investigação, essa tipologia foi caracterizada com uma forma distinta do sapato. No contexto em que foi publicada no documento em análise e pelo facto de não se mencionarem mais programas dessa natureza tipológica no conjunto de calçado para o género feminino, o uso da designação 'sapata' evidenciou ter sido aplicado no sentido de correspondência da expressão 'sapato' com o género feminino.

⁴² A cor preta foi definida para 'botinas' e 'pantufos'. Nas 'cervilhas', bem como para os 'chapins', não são mencionadas as designações das cores em particular e antes a expressão 'cores' deixando antever uma possibilidade mais ampla de aplicações.

⁴³ Verificou-se que as 'botas' poderiam custar 220 reis, feitas de 'vaca' e 'ilhargas da terra' e uns 'borzeguins' custar 150 reis. No caso do género feminino a tipologia que tem um valor mais elevado foram os 'chapins' podendo custar 120 reis. Uma comparação entre as tipologias distribuídas por género poderá mostrar as discrepâncias existentes: os 'sapatos' género masculino custam entre 20 a 50 reis e as 'sapatas' entre 30 a 60 reis; os 'borzeguins' femininos entre 80 a 100 reis e os masculinos entre 80 a 150; e também os 'pantufos' apresentavam um custo mais elevado para o género masculino, sendo que, no entanto, a diversidade de tamanhos e material era maior.

⁴⁴ No documento utilizaram-se expressões para a aplicação solas 'boas' nos 'pantufos'; o uso de 'bom cordovão' na realização da 'bota' e dos 'sapatos' e a 'boa vaca' para a realização de borzeguins'.

⁴⁵ Acerca dos tamanhos valerá referir que não se encontrou o valor da correspondência das unidades de medida utilizadas - em 'pontos' para todas as tipologias e 'dedos' para o caso dos 'chapins'. No caso masculino os tamanhos oscilam entre 9 e 4 pontos e no caso do calçado feminino entre 6 e 1 pontos.

⁴⁶ Os preços dos consertos foram variáveis mediante os elementos a substituir. Eram passíveis de ser substituídas apenas três

entendimento e avaliação dos artefactos deixou revelar os três vértices do design na medida em que se verificou a existência de uma relação muito estreita entre material e forma, ou seja, entre o programa, no qual se encontra implícito as tecnologias que o autor recorreria para realizar ou consertar calçado.

Os sapateiros que operavam em Guimarães assistiram mais tarde, em 1719⁴⁷, à publicação do *Regimento dos oficiais dos ofícios*, vindo a formalizar uma regulamentação que na prática, já existiria. Esse documento distanciou-se dos regimentos analisados anteriormente no contexto lisbonense por se tratar de um documento análogo às *Taxas de 1522*, mas contendo informação não só acerca dos programas das tipologias de calçado a esse momento, ou da relação com os materiais, género, tamanho, preços, mas também com as tecnologias.

Da sua análise percebeu-se que aos 'oficiais' se ligaram duas tipologias de calçado: 'botas' e 'sapatos' (Caldas, 1881). A variedade de tipologias encontrou-se nos 'sapatos', com uma maior variedade ao nível dos programas, nomeadamente de materiais e nas solas aplicadas, mas também ao nível das tecnologias, sobretudo no que respeitou ao modo de fixação das solas ao corte. O 'sapato' foi a única tipologia que correspondeu a ambos os géneros, onde num conjunto de dezassete programas distintos, apenas quatro se destinavam ao género feminino, deixando revelar assim, por um lado, a constatação de uma grande multiplicidade de programas de uma mesma tipologia e, por outro, uma discrepância considerável que não se havia verificado na análise do documento anterior. Foi também no 'sapato' do género feminino que se verificou a possibilidade de inclusão de elementos decorativos, como 'picados', bem como o emprego de 'pelicas de cores'. As 'botas' ligaram-se ao género masculino e distinguiram-se no conjunto essencialmente pelos materiais empregues e pelos solados.

Os enfoques dados no discurso do documento em análise deixaram transparecer características mais detalhadas dos programas, por comparação ao documento antecedente. No entanto, deixou de igual modo perceber uma avaliação aos artefactos fundamentada numa estreita relação sobretudo com os materiais, havendo, no entanto, também destaque para a cor ou elementos decorativos, para as dimensões, para os solados e a técnica associada:

— no que respeita aos preços que os sapateiros deveriam praticar, o calçado para o género masculino manifestou-se o mais dispendioso, com destaque para as 'botas'⁴⁸, permanecendo os preços menos dispendiosos no caso dos consertos;

elementos que constituíam qualquer programa de calçado: 'cabeças', 'solas' e entressolas.

⁴⁷ Consultada a transcrição publicada por Caldas (1881).

⁴⁸ As botas podiam alcançar o preço de 2\$600 reis. Não apresentaram descrição dos tamanhos e foram caracterizados pelo uso de materiais como o 'bezerro da flandres' e 'cartões de baqueta', que lhes conferiu um preço mais elevado, ou também com 'bezerro da terra' e 'malhão'. Subentende-se por 'malhão' calçado em que se usou madeira e couro natural, sendo que os 'sapatos de malhão' foram definidos enquanto função para proteger da lama e usados pelos rústicos (Moraes da Silva, p. 1789, Vol. II, p. 376). A tipologia menos dispendiosa foram os 'sapatos' do género feminino, atingindo entre 350 a 500 reis.

- Sob o ponto de vista dos materiais, predominaram nos programas para o género feminino ‘pelicas de cores’ e madeira e no calçado masculino o ‘bezerro de flandres’, ‘cordovão’, ‘vaca’ e ‘bezerro da terra’ para ‘sapatos’. A inclusão da madeira pode ser encontrada nos saltos de ‘sapatos’, combinando-se para o género feminino com ‘pelicas de cor’ e no caso masculino com ‘bezerro da flandres’ e ‘cordovão’;
- Verificou-se que as tipologias receberam dimensões distintas, tendo-se distinguido um máximo e um mínimo para cada género⁴⁹;
- Os programas foram particularizados ao nível dos solados, sendo que quer em ‘botas’, quer em ‘sapatos podiam ser aplicadas uma ou duas solas, salto de sola ou ainda salto coberto de sola, revelando assim várias possibilidades ao nível do programa em cada tipologia. Nos ‘sapatos’ os saltos poderiam ser de madeira, cobertos e pregados;
- Por fim, quando a determinações nos preços trazidas pelo emprego da técnica, aludiu-se aos ‘sapatos’ para o género masculino realizados à ‘faca’, ‘bem feitos’ e com acabamentos de ‘engraxado’ ou ‘escovado’, assim como ao salto coberto ou pregado. O calçado mencionado sem as especificações técnicas e sem acabamentos manifestou-se menos dispendioso⁵⁰.

Numa relação entre programas e preços de calçado em ambos os géneros, pode concluir-se que os valores foram definidos sobretudo consoante os materiais previstos nos programas, mas mediante a técnica e acabamentos utilizados. Por fim, valerá a citação: “as mais obras, que não vão neste Regimento ficam ao arbítrio de quem as mandar fazer e dos oficiais” (Caldas, 1881, p. 141), deixando antever a possibilidade de trabalhar mediante encomendas que se distinguem dos programas principais.

Essa situação também se verificou no calçado consertado⁵¹. Esse entendimento e avaliação dos artefactos deixou revelar novamente os três vértices do design na medida em que se verificou a relação estreita entre programas, tecnologias e autores. A articulação entre programas e preços alterou-se entre o século XVI e o século XVIII, denotando-se a necessidade de particularizar outros elementos formais, materiais e componentes que constituem o calçado, bem como evidências técnicas. A elaboração do documento e de especificidades nesse sentido mostrou a necessidade da aplicação de regulamentação perante prática da atividade de sapateiro, contribuindo assim para a uniformização e normalização da profissão, de

⁴⁹ Quanto ao tamanho o valor máximo verificado é entre 8 a 11 pontos e o mínimo entre 1 a 4 pontos para o género masculino; e para o género feminino entre 1 a 4 pontos de valores mínimos e o máximo de 5 a 7 pontos. Igualmente vão seguir lógica a anterior, quanto maior o tamanho, mais elevado seria o preço.

⁵⁰ A discrepância de preços perante o documento publicado em 1522 nas variações dos programas poderia ser justificada pela inflação, mantendo-se, no entanto, a prática de preços mais elevados para ‘botas’ em relação aos ‘sapatos’. O preço mais elevado foi evidenciado nos ‘sapatos de bezerro da flandres’, constituído com um programa formal de duas solas e salto de sola, engraxados e bem feitos tinham um custo de 750 reis, os ‘sapatos de cordovão’ com o mesmo programa formal, mas realizados ‘à faca’ teriam um custo de 660 réis e o ‘sapato de vaca’ com acabamento custaria 720 reis. Também no caso dos ‘sapatos’ com uma sola e ‘taco pregado ou coberto’ se manifestam mais caros feitos de ‘bezerro da flandres’ – 600 reis, do que feitos de ‘cordovão’ – 400 reis.

⁵¹ Os preços dos consertos foram variáveis mediante os elementos a substituir. Eram passíveis de ser substituídos mais elementos dos que se verificaram no documento anterior, como cabeças’, ‘meias solas’, ‘rostos’, ‘solas’, ‘tacões’ e ‘tacos’ e aplicação do ‘lustro’ enquanto técnica de acabamento.

resto, já verificado com o panorama que se evidenciou no caso de Lisboa. Foi no século XIX, perto da extinção dos ofícios em Portugal que se publicou o *Regimento da corporação de ofícios dos sapateiros de Guimarães* (1824)⁵². Esse documento foi uma fonte fundamental para um melhor e mais detalhado entendimento quer da estrutura profissional, mas quer também de outros esclarecimentos dos programas e processos técnicos, naquela que foi a década anterior ao fim do sistema corporativo em Portugal, refletindo assim um panorama mais abrangente acerca do estado do ofício enquadrado nos auspícios da introdução da máquina na construção do calçado. Da análise a esse regimento, publicado por Avelino Guimarães (1887) foi possível denotar que o ofício se encontrava bem estruturado, hierarquizado e de grande solidez, podendo revelar que na prática o regimento apenas formalizava os aspetos que já eram tidos em conta. À presente investigação importou destacar os processos de aprendizagem inerentes à prática do ofício, a partir dos quais foi possível perceber a linha temporal necessária e o percurso para um profissional atingir a máxima qualidade no desempenho da técnica. Esse aspeto demonstrou a seriedade que a profissão era encarada, sendo todo o processo de aprendizagem um fator elementar para a sua prática. De facto, para alcançar o topo dessa hierarquia era implicado um percurso estruturado, lento, contínuo e num sentido progressivo, evidenciando-se que o percurso mais pausado se justificou por uma prática necessária exigida num momento em que era fulcral produzir artefactos perfeitos e de qualidade⁵³. Eventualmente, pelos ecos que se avizinhavam pela introdução da máquina nos modos de produção.

O percurso do 'sapateiro' no ingresso na 'carreira' passaria por assumir primeiramente a figura de 'aprendiz' através da frequência de uma prática em contexto oficial no mínimo três anos. Seguiam-se seis anos a trabalhar em oficina para poder receber o título de 'oficial' e quando se achasse preparado, seria submetido a uma prova que consistia na construção de um artefacto designado pelos examinadores, juntamente com questionário verbal. Caso fosse aprovado, obteria o título de 'mestre', poderia abrir a própria oficina e obedeceria a um novo conjunto de regras⁵⁴,

⁵² Consultada a transcrição de Avelino da Silva Guimarães (1887, vol. 4, nº 3, 4 e 5). O documento foi estruturado em 'III títulos' e um 'título único', dizendo respeito aos Estatutos dos Mestres Çapateiros, e mai Offícios anexos á sua Bandeira d' esta villa de Guimaraens e seu Termo; Regimento dos Mestres Surradores anexos à nossa Bandeira; Regimento dos Mestres Tamanqueiros, que fazem paus de Soccos anexos á nossa Bandeira, e a irrevocabilidade de todos estes estatutos, respetivamente. Valerá referir que os conteúdos dos títulos esclareceram a estrutura corporativa, bem como os aspetos que se valorizaram sobretudo no que respeitou à prática profissional. À presente investigação importou analisar o título I referente aos 'sapateiros', tendo-se percebido de partida a existência de uma divisão clara no ofício, entre aqueles que possuíam o domínio técnico do trabalho do couro ou da madeira. O facto de os 'tamanqueiros' elaborarem um artefacto da mesma natureza que os sapateiros, mas através de outro material, não os colocou no mesmo patamar. Verificaram-se então XIX capítulos que abrangeram os seguintes assuntos: processos de eleição, deveres dos órgãos eleitos, economia e administração do ofício; deveres e condenações aos profissionais que praticavam a atividade; aprendizagem em contexto de trabalho, "exames de todos os artífices do nosso officio de çapateiros, tachadores e de soccos e formeiros", cartas de examinados, processos formais de abertura de 'logea'; e sobre a venda do calçado e dos salários.

⁵³ A perfeição e a qualidade tratam-se de requisitos para alcançar aprovação no exame, tal como consta nos estatutos (Guimarães, Avelino da Silva, 1987, vol. 4, nº 4, p. 205-207).

⁵⁴ De entre o conjunto de normas (Guimarães, Avelino da Silva, 1887, vol. 4, nº 4, p.199-204) destaca-se para esta investigação a formação aprendizes limitada a um e após esse atingir metade do tempo de contrato, poderia admitir um segundo, mediante

caso não o fosse, teria que pagar uma multa. Os aspetos enunciados deixaram compreender que todo o processo de aprendizagem foi centrado na aquisição de competências técnicas estreitamente associadas a períodos temporais, que por sua permitiam o seu aprendiz alcançar um estatuto de autor reconhecido. A análise ao documento deixou ainda revelar que não pareceu tratar-se de um percurso acessível a todos pelos requisitos que compreendeu, deixando perceber uma filtragem no decorrer do processo, até porque, entre ‘mestre’ e ‘aprendiz’ celebrava-se um contrato de deveres e obrigações, nos quais os mestres, com possibilidade para negociar, poderiam contribuir para que o percurso do aprendiz se prolongasse no tempo. Nesse sentido, as normas pareceram direcionadas para um conjunto de aspetos relacionados o percurso temporal, com a responsabilidade dos mestres em preparar aprendizes, futuros oficiais e também eles futuros mestres de modo a dar continuidade a um ofício sendo “capaz de fazer obra em segurança e perfeição de modo a não enganar o público”⁵⁵.

O carácter da avaliação da perfeição das ‘obras’ residiu, não só no momento de verificação de competências através da realização do exame para ingresso na profissão, mas também durante a carreira profissional, quer na prática da atividade, quer também em torno do processo de ensino-aprendizagem no qual o mestre deveria ensinar ‘perfeição’ de modo a que o aprendiz e o oficial realizassem ‘perfeição’⁵⁶. A perfeição que era averiguada remete para o sentido do cumprimento dos programas e da execução técnica, refletindo os elementos que eram considerados na avaliação, julgamento ou apreciação do calçado. Arrisca-se também, ainda que numa dimensão paralela à evidência desses dois fatores, à presença do autor como responsável pelo sucesso ou insucesso dos artefactos: de acordo com a regulamentação “o mestre seria repreendido e a obra descosida” (1887, vol. 4, nº 4, p. 204). Esse sancionado – o mestre – assumia a autoria dos artefactos realizados na sua loja ou oficina, ainda que o calçado pudesse ter sido executado por oficiais ou aprendizes, revelando que o trabalho colaborativo e eventualmente em co-autoria, uma vez que o aprendiz não dominaria todos os processos técnicos para a construção do calçado, não era na verdade reconhecido e a figura do mestre destacava-se na oficina e no artefacto. Esse reconhecimento e valorização do mestre poderá atualmente reconhecer-se ao designer de calçado.

O ofício de sapateiro em Guimarães evidenciou a prática de discursos que foram de encontro ao panorama nacional, contribuindo assim para a constatação de uma homogeneidade no primeiro momento da história do

aprovação dos juizes; participação na elaboração periódica do Regimento dos Salários e Preços; vender calçado de modo ambulante e ter uma oficina. Perante os aprendizes, o mestre estabelecia o contrato perante a alimentação a fornecer ao aprendiz, podendo assim negociar a duração do período de aprendizagem.

⁵⁵ (Capítulo XV dos Estatutos da Irmandade de São Crispim, in Carvalho, 1937, p. 271).

⁵⁶ Note-se que se regulou que “as lojas eram fiscalizadas duas vezes por ano quanto à segurança e à perfeição das obras” (Guimarães, Avelino da Silva, 1887, vol. 4, nº 4, p. 204), o que permitiria assim a manutenção da qualidade, uma vez que se praticavam sanções em casos de incumprimentos.

design de calçado em Portugal. Num sentido comparativo entre a análise tecidas ao sistema corporativo relativo a Lisboa, Porto ou Guimarães, constatou-se que até o processo de extinção das corporações se ter oficializado, no seio das corporações as preocupações centraram-se na hierarquização profissional dos ofícios, ou seja, na afirmação do poder e da figura do ‘mestre’ enquanto o elemento que se encontrava posicionado no topo da pirâmide. A necessidade de esclarecer essa hierarquia deu-se por via da regulamentação e até bem perto da publicação do decreto de 1834, tendo-se clarificado designações e respetivas correspondências associadas ao processo de aprendizagem⁵⁷. Assim, os últimos estatutos hierárquicos dos autores no seio do ofício foram o ‘aprendiz’, ‘obreiro’ e o ‘mestre’, registando de partida as diferenças entre aqueles que ainda procuravam a aquisição de competências, os que não tinham obtido ainda a sua validação e aqueles que haviam alcançado um padrão de elevado nível no ‘processo de construção do autor’.

Manifestou-se interessante perceber como Bluteau (1716) e Morais da Silva (1789) - pela importância que possuíram no âmbito dos contextos do estudo do léxico português, oportunamente abordado no terceiro capítulo da presente investigação, assim como pelo facto de se tratarem de publicações que se posicionaram cronologicamente próximas da promulgação do decreto de 1834 - refletiram acerca do conceito do ‘mestre’. Verificou-se que a significação dada pelos autores correspondeu à linha de pensamento que veiculou em torno do sistema de ofício, no entanto, sem particularizar os aspetos, fornecendo assim um carácter geral das definições e, dessa forma permitiu uma ligação com o sentido que as próprias corporações lhe atribuíram:

O ‘mestre’ foi então definido como “aquele que sabe bem, e ensina qualquer arte, ou ciência. Não pode ser bom mestre, quem primeiro não foi discípulo” (Bluteau, 1716, vol. V, p. 455; Morais da Silva, 1789, Vol. II, p. 294). Note-se a referência implícita à aprendizagem com o uso da expressão ‘discípulo’, mas também uma associação à perfeição, à qualidade e ao conhecimento ao mencionar o termo ‘bom’ para qualificar o ‘mestre’, destacado assim pelas várias capacidades e funções. Implicitamente e num sentido comparativo com as restantes definições dos estatutos dos autores no âmbito da atividade de produzir calçado, a caracterização do ‘mestre’ ligou-se sobretudo ao ensino, a uma verdade absoluta ligada à figura do professor, ‘aquele que sabe e ensina’. Na prática, essa não era uma realidade acessível a todos. A juntar ao grau de exigência técnica para a realização do exame que lhe daria acesso, o facto de esse ser pago pelo próprio examinando, não era uma realidade acessível a todos e por isso as corporações veiculavam o seu caminho para uma valorização acrescida aos que alcançavam o estatuto de ‘mestre’. Esse ‘autor’ viu, ao longo do

⁵⁷ No aditamento de 1812 ao regimento dos sapateiros, publicado por Mesquita (1996, p. 179), definiu-se os conceitos de ‘aprendiz’ - como sendo aquele que iniciava o processo de aprendizagem; o habitualmente designado ‘oficial’, possuía o processo de aprendizagem, mas sem ter realizado o exame, deveria passar a ser denominado por ‘obreiro’; e o ‘oficial examinado’ designar-se-ia de ‘mestre’.

seu percurso 'institucional', o seu estatuto afirmado e terá sido a figura mais relevante. Os artefactos produzidos na sua oficina assumiam a sua autoria e os seus aprendizes ou oficiais gozariam da presença dele no seu 'currículo'. Momentos antes do rompimento com mais de quatro séculos de tradições e habitus, a figura do 'mestre' antecipou-se à própria fragmentação e afirmou-se, demonstrou o peso do seu estatuto, o destaque, a valorização, a seriedade e a responsabilidade no panorama da profissão;

Noutro sentido, o 'oficial' definiu-se pelo relevo da evidência de uma técnica, mas também de um artefacto. No caso do enquadramento em discursos do âmbito do calçado, poderia falar-se em programas, diante disso, em tipologias de calçado. O autor usou a expressão "qualquer obra de mãos" (Bluteau, 1720, vol. VI, p. 47), deixando assim perceber uma significação que tendeu para uma relação menos estreita no âmbito do conceito de 'autoria', na medida em que deixou essencialmente evidenciar a ligação entre artefacto e técnica. O 'oficial' era, no entanto, um 'autor' enquadrado num contexto marcado por um longo percurso de aprendizagem e de prática constante de uma técnica. Findo o processo de aprendizagem, seria aquele que se 'contrapunha ao mestre' (Morais da Silva, 1789, volume II, p. 360).

O caso do 'obreiro', correspondendo ao sentido atribuído no seio das corporações em 1812, significou a nova designação para o estatuto de 'oficial' (Mesquita, 1995, p. 179). Verificou-se que esse entendimento não foi vincado nas publicações de Bluteau e Morais da Silva, uma vez a sua caracterização ocorreu num momento anterior ao novo léxico que se pretendeu inserir na designação de um estatuto da hierarquia profissional, tendo representado uma compreensão que não se ligou aos artefactos ou à evidência da técnica. Bluteau definiu o 'obreiro' como aquele que "trabalha para ganhar a vida" (1720, vol. VI, p. 18), Morais da Silva como aquele que "trabalha em obras" (1789, volume II, vol. p. 355), não deixando evidenciar uma relação de tanta proximidade com o sentido atribuído pelo sistema corporativo – direcionada para os atributos do 'oficial'. Percebeu-se apenas a ligação com o aspeto que um 'oficial' apesar de se enquadrar num sistema de aprendizagem, era remunerado e exercia o papel de produção de calçado nas oficinas dos mestres e nesse sentido 'trabalhava em obras'.

Com base nas premissas tradicionais alusivas ao cumprimento do exercício da profissão advindas de gerações anteriores, a atividade do sapateiro português ampliou-se e definiu-se enquadrando uma organização corporativa regulamentada interna e externamente. Terá sido nesse contexto que a autoria passou a integrar-se formalmente no calçado e impossível de se dissociar dele. Foi, no entanto, certo que na primeira fase da sua narrativa que ela terá dado evidências da sua emergência, já que essa tem precisamente origem no momento em que os sapateiros se afirmaram enquanto um grupo que se uniu por via de um elemento em comum - a prática especializada de transformar o couro em artefactos que integravam os costumes das populações. Foi igualmente evidente que esses profissionais sofreram uma necessidade de organização na sua

estrutura, mediante os contextos e, conseqüentemente, de especialização noutros programas, mas que promoveu uma articulação e relação entre todos.

Se por um lado pareceu evidenciar-se que a regulamentação das especializações na construção de artefactos singulares trouxe consigo, a par da normalização da profissão, a uniformização dos programas⁵⁸, por outro percebeu-se que foi também com a emergência de especializações em programas distintos, que se manifestaram outras perspectivas de afirmação de autoria fundamentada na forma, na função, no género e no material, para se poderem distinguir. Pode assim concluir-se que no desenvolvimento da profissão o conceito de autoria compreendeu sempre a ligação com a tecnologia e o programa do calçado.

Os discursos portugueses sobre o calçado deixaram revelar todo o conjunto de relações que efetivamente se ligou numa prática profissional, verificando-se na sua génese uma agremiação voluntária que mais tarde inspirou outra de agremiação obrigatória. Ambas sustentaram essas relações e permitiram a existência durante aproximadamente quatro centúrias de desempenho de uma atividade, da produção, da aprendizagem, da avaliação, tendo desse modo protegido a técnica, os programas e os autores. Com a afirmação de posições estatutárias distintas 'a arte dos sapateiros' tornou-se cada vez mais sólida, relevante, reconhecida e, diante disso, regulamentada.

Os quadros que se seguem apresentam as tipologias conhecidas em Guimarães distribuídas perante os campos de análise: tipologia de calçado e seu programa ao nível da forma, material e tamanho, assim como o custo máximo dos artefactos perante o programa, tecnologia e estatuto do seu autor; e as partes do calçado que se substituíam no âmbito dos consertos efetuados pelos sapateiros, sob os mesmos parâmetros de análise; entre 1522 e 1719. O seu desenho permitiu perceber os materiais utilizados, os géneros correspondentes, os tamanhos, os valores limites passíveis de aplicar e 'outras considerações' complementares aos programas, onde se destacam informações aos atributos fornecidos aos materiais. O quadro referente às tipologias conhecidas no século XVII apresenta elementos relativos às tecnologias.

⁵⁸ Veja-se os quadros 10-13 desenhados com base nas fontes "Regimento de salários e preços de 1522 para Guimarães", transcrito por Almeida, Eduardo de (1930, 40 (1-2) Jan.-Jun. 1930, p. 57-58; as transcrições dos regimentos compilados em 1572 e publicados por Vergílio Correia - Livro dos Regimêtos dos Officiaes mecanicos da mui nobre e sêpre leal cidade de Lixboa: 1572. Coimbra: Imprensa da Universidade,1926; e o levantamento realizado por Ferreira (2007) acerca dos preços e salários na baixa idade média.

TIPOLOGIA	PROGRAMA - FORMA	PROGRAMA - MATERIAL	PROGRAMA - TAMANHO	PROGRAMA, TECNOLOGIA AUTORIA – PREÇO MÁXIMO	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
Sapatos	—	Cordovão	9 pontos para cima 6 pontos até 8 4 até 5 pontos 4 pontos para baixo	50 40 30 20	Bom cordovão
—	—	Vaca	9 para 10 pontos 6 pontos até 8 4 até 5 pontos 4 pontos para baixo	45 40 30 20	Boa vaca
Borzeguins	Um ponto acima do joelho.	Cordovão	9 pontos para cima 6 pontos até 8 4 até 5 pontos	150 120 80	Outros sendo mais pequenos valerão os preços e medidas atrás.
Cervilhas	—	Cordovão	—	20	Bom cordovão
	Cores	Carneira	—	16	—
Pantufos	—	—	9 pontos para cima 6 pontos até 8	90 80	Solas boas
—	—	Cortiça	9 pontos para cima 6 pontos até 8	80 70	—
Botas	Uma sola; Até meio da coxa.	Cordovão	9 pontos para cima 6 pontos até 8 4 pontos até 5 2 para trás daqui para baixo	180 140 90 30 20	Bom cordovão.
—	Duas solas; Meio da coxa.	Vaca; De ilhargas da terra (zona lateral do corpo do animal.	9 pontos para cima 6 pontos até 8	220 200	—

Quadro 11 Taxas aplicadas pelos sapateiros de Guimarães, aprovadas em 1522 para calçado 'novo' do género masculino (Almeida, Eduardo de (1930, 40 (1-2) Jan.-Jun. 1930, p. 57-58). Fonte: Aurora Brochado.

PROGRAMA - FORMA	PROGRAMA - MATERIAL	PROGRAMA - TAMANHO	PROGRAMA, TECNOLOGIA AUTORIA – PREÇO MÁXIMO	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
Cabeças de botas	Cordovão e vaca	—	—	Valerão pelo preço dos sapatos segundo os pontos.
Cabeças	Com duas solas	9 pontos para cima	65	—
Solas lançadas	—	9 pontos para cima 9 pontos para baixo	25 20	—
Solas na mão	—	9 pontos para cima 9 pontos para baixo	20 16	—

Quadro 12 Taxas aplicadas pelos sapateiros de Guimarães, aprovadas em 1522 para consertar calçado do género masculino (Almeida, Eduardo de (1930, 40 (1-2) Jan.-Jun. 1930, p. 57-58). Fonte: Aurora Brochado.

TIPOLOGIA	PROGRAMA - FORMA	PROGRAMA - MATERIAL	PROGRAMA - TAMANHO	PROGRAMA, TECNOLOGIA AUTORIA - PREÇO MÁXIMO	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
Borzeguim	—	Carneira	—	100 80	—
Sapatas	—	Couro	6 pontos para cima 3 pontos até 6 1 ponto até 3	60 50 30	Sendo para chapins; 20 rs sendo para meninas pequenas.
—	—	Cordovão	3 ate 4 pontos	50	—
Sapatas para meninas pequenas	—	—	—	20	—
Botinas	Sola e vira; Pretas.	—	5 pontos para cima	60	—
—	Sola e vira; Cores.	—	—	70	—
Chapins	Cores.	—	Altura de um ponto para cima	120	—
—	—	—	De quatro dedos até um ponto	100	—
—	—	—	Quatro dedos para baixo	80	—
Pantufos	Pretos	Sarrados	Até quatro dedos	70	—
Botins empantufados	—	—	—	80	—

Quadro 13 Taxas aplicadas pelos sapateiros de Guimarães, aprovadas em 1522 para calçado 'novo' do género feminino (Almeida, Eduardo de (1930, 40 (1-2) Jan.-Jun. 1930, p. 57-58). Fonte: Aurora Brochado.

PROGRAMA - FORMA	PROGRAMA - MATERIAL	PROGRAMA - TAMANHO	PROGRAMA, TECNOLOGIA AUTORIA - PREÇO MÁXIMO	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
Cabeças para as ditas sapatas	Cordovão	—	30	—
	Vaca	—	25	—
De lançar umas sobressolas		—	16	—
Cabeças das ditas botinas	De sola e vira	—	35	—
—	De vaca	—	30	—
De lançar umas sobressolas	—	—	20	—

Quadro 14 Taxas aplicadas pelos sapateiros de Guimarães, aprovadas em 1522 para consertar calçado do género feminino (Almeida, Eduardo de (1930, 40 (1-2) Jan.-Jun. 1930, p. 57-58). Fonte: Aurora Brochado.

TIPOLOGIA	PROGRAMA - FORMA	PROGRAMA - MATERIAL	PROGRAMA- GÉNERO	PROGRAMA - TAMANHO	PROGRAMA- PREÇOS	TECNOLOGIAS
Botas	Duas solas; Salto de sola; Cartões de baqueta.	Bezerro de flandres.	Homem.	—	2\$500 reis	—
Botas	Com cartões de mais asseio.	Bezerro de flandres.	Homem.	—	2\$600 reis	—
Botas	Uma sola; Cartões de baqueta; Salto coberto de sola.	Bezerro de flandres.	Homem.	—	2\$250 reis	—
Botas	De malhão; Duas solas.	Bezerro da terra.	Homem.	—	2\$000 reis	—
Sapatos	Duas solas; Salto de sola.	Bezerro de flandres.	Homem.	8 a 11 pontos	750 reis	Engraxados e bem feitos.
Sapatos	Salto de madeira.	Bezerro de flandres; Madeira.	Homem.	8 a 11 pontos	650 reis	Salto pregado ou coberto.
Sapatos	Uma sola; Taco.	Bezerro de flandres.	Homem.	8 a 11 pontos 3 a 7 pontos	600 reis 500 reis	Taco coberto ou pregado.
Sapatos	Duas solas; Salto da mesma sola.	Bezerro de flandres.	Homem.	3 a 7 pontos	560 reis	—
Sapatos	Duas solas; Salto de sola;	Cordovão.	Homem.	8 a 11 pontos 3 a 7 pontos	660 réis 500 réis	Sapato de faca.
Sapatos	Duas solas, Salto de madeira.	Cordovão.	Homem.	8 a 11 pontos	600 réis	Salto coberto ou pregado.
Sapatos	Uma ou duas solas; Taco.	Cordovão.	Homem.	8 a 11 pontos	600 a 650 réis	Taco coberto ou pregado de faca; Escodados ou engraxados.
Sapatos	Uma sola; Taco.	Cordovão.	Homem.	3 a 7 pontos	400 réis	Taco coberto ou pregado.
Sapatos	Uma sola; Taco.	Cordovão branco.	Homem.	3 a 7 pontos	600 réis	Taco coberto ou pregado.
Sapatos	Duas solas; Salto de sola.	Vaca.	Homem.	8 a 11 pontos 4 a 7 pontos	720 réis 600 reis	—
Sapatos	Duas solas; Salto de sola.	Bezerro da terra.	Homem.	8 a 11 pontos	650 reis	—
Sapatos	Duas solas; Salto de sola.	—	Mulher.	5 a 7 pontos 1 a 4 pontos	400 réis 350 reis	—
Sapatos	Salto de madeira.	Pelicas de cores; Madeira.	Mulher.	5 a 7 pontos 1 a 4 pontos	460 reis 400 reis	Salto coberto.
Sapatos	Picados.	Pelicas de cores; Madeira.	Mulher.	5 a 7 pontos 1 a 4 pontos	500 reis 440 reis	—

Quadro 15 Taxas aplicadas pelos sapateiros de Guimarães, aprovadas em 1719 para calçado do género masculino e feminino (Caldas, 1881, p.137-141).
Fonte: Aurora Brochado.

PROGRAMA	PROGRAMA - MATERIAL	PROGRAMA- ELEMENTOS A SUBSTITUIR	PROGRAMA – PREÇO MÁXIMO
Botas de malhão	—	cabeças	750 reis
Botas	—	Sola e tacão coberto	620 reis
	—	Solas, lustros e tacões	200 reis
Sapatos	—	solas inteiras até ao salto, com tacão	170 reis
Sapatos	Bezerro da flandres	Solas rostro	300 reis
Sapatos	—	Solas Taco coberto de faca	240 reis
Sapatos	—	solas inteiras e tacos	180 réis
Sapatos	—	Meias solas e tacões	150 reis
Sapatos	Bezerro da flandres	Tacões, lustros De faca	50 reis
Sapatos mulher	—	Solas e rostos	150 reis
Sapatos mulher	—	Solas e saltos	120 reis

Quadro 16 Taxas aplicadas pelos sapateiros de Guimarães, aprovadas em 1719 para consertos em botas e sapatos do género masculino e feminino (Caldas, 1881, p.137-141). Fonte: Aurora Brochado.

3. PROGRAMAS TIPOLÓGICOS INSCRITOS NO ÂMBITO DOCUMENTO DECRETO-LEI N.º 26/96 DE 1996-03-23, SOBRE A ROTULAGEM DO CALÇADO

Em 1996 foi publicado um diploma normativo com vista a esclarecer os materiais aplicados nos artefactos. Foram definidas regras para a rotulagem relativa à natureza dos materiais utilizados no seu fabrico que permitam garantir, simultaneamente, a defesa dos interesses dos consumidores e da indústria do calçado.

O quadro seguinte foi desenhado com base na análise a esse documento, pretendo apresentar o conjunto de tipologias de calçado designadas como as mais profusas. Foi possível proceder ao levantamento de informações sobre as mesmas ao nível dos programas, sobretudo no que respeitou à forma, função e materiais.

PROGRAMA - TIPOLOGIA	PROGRAMA - FORMA	PROGRAMA - FUNÇÃO	PROGRAMA - MATERIAL
Alpercatas	Sapatos.	—	Parte superior de lona e solas de matérias vegetais entrançadas.
Botas de esqui	—	—	—
Botas de patinagem	—	—	—
Botas para luta	—	—	—
Botas para pugilismo	—	—	—
Botim, meias botas, botas de cano alto e botas de mosqueteiro	—	—	—
Calçado descartável	Solas aplicadas.	Geralmente destinado a ser utilizado uma única vez.	—
Calçado especial de desporto	—	—	Pitões, pregos batentes, presilhas, barras ou dispositivos afins.
Calçado fixado em patins de rodas ou para gelo	—	—	—
Calçado ortopédico	—	—	—
Galochas	Não dispõe de tacões.	Para usar sobre outro calçado.	—
Sandália	Tipos diversos.	—	—
Sapato	Raso; Tacão baixo; Tacão alto.	Para interior ou exterior.	—
Sapato de ténis	—	Sapatos para corrida pedestre e outros desportos.	—
Sapato para banho e outro calçado de lazer	—	—	—
Sapatos	Peça única, feito sem solas aplicadas.	—	Por moldação de borracha ou materiais plásticos, com exclusão dos artigos descartáveis de material pouco consistente (papel, películas de material plástico, etc.).
Sapatos para ciclismo	—	—	—
Sapatilhas de dança	—	—	—

Quadro 17 Levantamento dos elementos dos programas do calçado e respetivas normas de rotulagem, sob o ponto de vista da forma, função e material, inscritos no âmbito do Decreto-Lei n.º 26/96 de 1996-03-23 sobre os elementos a integrar a rotulagem do calçado. Fonte: Aurora Brochado.

4. FELGUEIRAS: DADOS DO EMPREGO

ANO	EMPREGADOS	AUMENTO EM %	POPULAÇÃO	% DA POPULAÇÃO EMPREGADA
2004	11 486	—	—	—
2005	11 102	-3,3	—	—
2006	11 438	3,0	—	—
2007	11 274	-1,4	—	—
2008	11 303	0,3	—	—
2009	10 881	-3,7	—	—
2010	11 022	1,3	—	—
2011	12 104	9,8	58 065,0	20,8
2012	12 325	1,8	—	—
2013	13 306	8,0	—	—
2014	14 152	6,4	—	—
2015	14 399	1,7	56 950,0	25,3

Quadro 18 Dados do emprego no concelho de Felgueiras ao nível da produção de calçado, com base nos dados das “Monografias Estatísticas” (2009, p. 52; 2011, p. 62; 2013, p. 70-71; 2014, p. 73; 2016, p. 27; 2017, p. 93) publicadas pela APICCPAPS. Pôde verificar-se, comparativamente ao peso de outros concelhos - Feira e Oliveira de Azeméis - que tem sido em Felgueiras onde se concentram o maior número de profissionais no âmbito da produção do calçado e nos componentes, pelo menos desde 2005, ao serviço na indústria portuguesa de calçado. Desde os anos 90 que os dados consultados relativamente ao emprego revelaram a sua quase plenitude. O setor do calçado teve falta de mão de obra e aqueles que nele operaram eram facilmente aliciados para trocar de empresa. Terá iniciado nesse momento a procura de profissionais noutras localidades (Jornal O Independente, Suplemento Comercial, 14 novembro de 1997, p. 9). Duas décadas depois, face à mesma falta de recursos humanos, as empresas continuaram na procura de mão-de-obra fora de Felgueiras, tendo inclusivamente inaugurado novas unidades de produção em concelhos vizinhos. Ver Portugal, SIC Notícias, 2013. Fonte: Aurora Brochado.

5. MARCAS DE MÁQUINAS DE PRODUÇÃO DE CALÇADO

Apesar do estudo não se centrar na temática da origem da maquinaria de produção de calçado, considerou-se interessante apresentar o registo visual de marcas. Fruto da recolha visual das visitas efetuadas ao longo da investigação a empresas, apresenta-se esse levantamento, referindo-se a proveniência das máquinas usadas pela indústria do calçado em Felgueiras, a partir dos anos 50 até à atualidade da investigação.



Fig. 1 Ormac, Itália. Fonte: CDAB.



Fig. 2 Comelz, Italia. Fonte: CDAB.



Fig. 3 Ficem, Itália. Fonte: CDAB.



Fig. 4 Coldesina & Valsecchi, Itália. Fonte: CDAB.



Fig. 5 Silpar, Itália. Fonte: CDAB.



Fig. 6 Reces, Itália. Fonte: CDAB.



Fig. 7 Union de maquinaria para calzado, Espanha. Fonte: CDAB.



Fig. 8-9 Dania, Dinamarca. Fonte: CDAB.



Fig. 13 Solemasters, Inglaterra. Fonte: CDAB.



Fig. 14-15 Standard, Inglaterra. Fonte: CDAB.

Fig. 10-12 Vilh pedersen, três modelos distintos, Dinamarca. Fonte: CDAB.



Fig. 16 Spang & Brands, Alemanha. (revendedor). Fonte: CDAB.



Fig. 17-18 Standard, Inglaterra. Fonte: CDAB.



Fig. 19 Hang, Alemanha. Fonte: CDAB.



Fig. 20 Atlas Werk, Alemanha. Fonte: CDAB.



Fig. 21 Protos, Alemanha. Fonte: CDAB.



Fig. 22 Rafflenbeul, Alemanha. Fonte: CDAB.



Fig. 23 H. Walther & Co, Alemanha. Fonte: CDAB.



Fig. 24 Lirel, Portugal. Fonte: CDAB.



Fig. 25 Armindo Soares Teixeira, Felgueiras, Portugal. Fonte: CDAB.



Fig. 26 J. C. Rodrigues, Lisboa, Porto, S. J. Madeira e Felgueiras, Portugal. Fonte: CDAB.



Fig. 27 Lirel, Arrifana, Portugal. Fonte: CDAB.

Ao longo da investigação analisaram-se ao nível do programa, tecnologia e autoria um conjunto de tipologias de calçado. Desse conjunto destacaram-se: ‘alabarca’, ‘alparca’, ‘borzeguim’, ‘bota’, ‘botinas’, ‘chapim’, ‘chinela’, ‘chispo’, ‘escarpim’, ‘galocha’, ‘pantufo’, ‘sandália’, ‘sapata’, ‘sapato’, ‘soco’ e ‘tamanco’, pelo facto de traduzirem as tipologias que se manifestaram com maior destaque ao longo da cronologia abrangida na investigação. Nesse sentido, considerou-se pertinente tecer algumas considerações acerca das mesmas, com base em conclusões tecidas essencialmente sobre os seus programas. Privilegiou-se um entendimento dos programas de cada artefacto assente no respetivo alinhamento histórico. Apresentam-se as explicações mais relevantes dos programas e das tecnologias que caracterizaram o calçado português entre 1712 e 2016, organizadas sob a forma de glossário.

A constatação da existência de informação para se esclarecer que elementos constituíram o ‘sapato’ trouxe consigo a necessidade de revelar esses elementos com vista ao esclarecimento dos termos que integraram a análise aos programas efetuada entre os séculos XVIII e XXI. A possibilidade de recuo no tempo motivou que se ambicionasse compreender que alterações decorreram nesses elementos, ao longo dos momentos em análise. Consequentemente, o conhecimento empírico da investigadora levou a que se ampliasse a pesquisa a outros termos relativos à constituição do calçado em geral, como os componentes; ou a termos relacionados com a industrialização do calçado, de modo a que a investigação pudesse ficar mais completa. Foi possível entender de modo mais profundo os artefactos apresentados, bem como a nomenclatura particular que tem vindo a acompanhar o calçado. Essa organização da informação permitiu estabelecer um paralelismo para a contemporaneidade, como de resto se poderá perceber no glossário. As definições fundamentaram-se nos dicionários consultados ao longo da investigação para cada cronologia analisada, sendo que as significações relativas ao ano de 2016 ocorreram com base no conhecimento empírico do investigador e através do contributo dos especialistas do design, modelação, costura e montagem (Brochado, 2016a,b,f,e).

Descrição e análise dos programas (tipologia, forma, função, material e género) mais relevantes de calçado português ao longo da cronologia abordada na investigação.

PRINCIPAIS PROGRAMAS DE CALÇADO PORTUGUESES

ALABARCA e ALPARCA

A ‘alabarca’, a ‘alparca’ e a ‘sandália’ figuram no conjunto em análise mencionados a partir do século XVIII e tratam-se de artefactos que poderão de certo modo ser caracterizados pela simplicidade construtiva proveniente da combinação de solados com tiras.

Assim, sob uma perspetiva de evolução ao nível do programa verifica-se que a ‘alabarca’ manteve a sua caracterização formal e ao nível de materiais principais ao longo da cronologia em análise, figurando nesse conjunto como calçado de simplicidade formal e construtiva, na medida em que se traduziu na constituição de um solado e tiras com a particularidade de se associar à rusticidade. A mesma situação é verificável com a ‘alparca’, notando-se, contudo, algumas diferenças pontuais nas cronologias

analizadas: assim, começou por ser mencionada no início século XVIII como ‘calçado antigo’, não mais sendo mencionada nesse aspeto e nesse momento foi igualmente associada a ‘calçado’ que visava ser usado por duas faixas sociais distintas: frades e por pastores. No final do século subentende-se a existência também de ‘alparcas’ rústicas, no século XX assumiram essencialmente um programa formal que se ligou à sandália sob o princípio de sola em que o rasto poderia variar ao nível do material, como borracha, cânhamo ou esparto e tiras de couro ou têxtil e por fim no século XXI englobou na sua caracterização quatro designações: ‘alparcata’, ‘alpercata’, ‘alpargata’ e ‘alpargate’ que pretenderam a mesma significação, ou seja, traduzir uma ‘sandália’ de couro ou têxtil.

BOTA

Ao particularizarmos o caso da bota no sentido como se revelou ao longo dos períodos em análise e tendo em linha de conta a sua caracterização formal global, pode perceber-se que se tem manifestado como um artefacto que manteve uma caracterização similar ao longo do tempo. Verificou-se a preocupação da sua representação ao nível da altura do cano até ao século XVIII, sendo que a partir do século XX essa delimitação deixou de figurar, posicionando-se assim em qualquer parte da perna e abrindo espaço para várias possibilidades de altura que apenas se balizam no século XXI - na coxa. Por seu turno, esse artefacto foi sendo referido no sentido de cobrir, envolver e proteger a perna, o que o associou diretamente a uma função clara de proteção sob o modo de cobrir e envolver a perna, seja na sua totalidade ou parcialmente. Verificou-se, apenas no início do século XX uma clarificação quanto ao seu uso por ambos os géneros e na atualidade uma atribuição particular ao género feminino, quanto espelho de tipologia ‘clássica’. Acerca dos materiais apenas o registo do couro no princípio do século XVIII e de XX figurou, não se encontrando mais a reiteração da sua presença ou de outros materiais. Ao analisar as possibilidades ao nível do programa de ‘botas’ que respondem a situações próprias nos vários momentos estudados percebeu-se que aos princípios gerais que acompanharam a sua narrativa se podem enunciar aspetos de maior complexidade, reflexo de especificidades intrínsecas e demais possibilidades para o seu uso. Assim, o programa da ‘bota’ traduziu questões que privilegiaram a funcionalidade, mas também formas distintas, volume, alturas, materiais, solados ou elementos decorativos.

Analisaram-se quarenta tipologias que correspondem à designação de ‘bota’ ou das suas variações ao nível do programa, sendo que se encontraram artefactos dessa natureza desde o século XV até ao século XXI. Acrescem ‘botins’ e ‘botinas’, que se igualmente se entenderam com programas similares ao nível formal, designadas também a partir do mesmo prefixo, mas dando origem a um novo vocábulo. Podem agrupar-se os seguintes conjuntos sob um ponto de vista que os entende pelo aspeto do programa que mais se destacou nas análises tecidas - as funções:

- a) ‘botas de montar’ sobre as quais se encontraram seis artefactos – ‘jóquei’, ‘água’, ‘postilhão’, ‘Frederico’, ‘Marialva’ e ‘Chantilly’ - com essa designação e que possuem em comum as particularidades de terem

o cano largo e até ao joelho, serem usadas pelo género masculino, por cima de calças ou com calções. Apesar de não mencionada enquanto ‘bota de montar’, conclui-se que a ‘bota à Amazona’ se trata de um espécime dessa natureza e que correspondeu a uma versão para uso feminino, aumentando assim para sete os artefactos que se associam a montarias. Essa constatação advém do facto de a Amazona ser a designação comum de uma mulher que monta a cavalo, sendo que a sua origem estará, possivelmente, consagrada ao século XIX uma vez que terá sido esse momento que veicula a possibilidade das mulheres montarem a cavalo acrescentando-se que a essa atividade se tem associado trajes particulares desde então.

- b) ‘botas’ correspondentes a épocas passadas como dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII ou simplesmente designadas por ‘antiga’ representadas formalmente com um cano muito justo que chegava à coxa e que com o decorrer do tempo passaram progressivamente a diminuir na altura, mas também a alargar e a receber certos elementos decorativos;
- c) ‘botas’ para a prática do desporto, onde se enquadra o esqui e o futebol, caracterizadas por um cano pelo tornozelo, mas com solados distintos entre si bem como sistemas de aperto e forma adequados às modalidades;
- d) ‘botas’ para proteção em terrenos, clima ou atividades profissionais que requeiram um calçado com maior resistência – neve, caça, água, marinheiro e bombeiro, nas quais é possível verificar semelhanças entre a ‘bota de caça’ e ‘bota de neve’ na altura do cano, sistema de aperto e ao nível das peças que compreendem os cortes. Distinguem-se na evidência de um forro têxtil na ‘bota de neve’ com vista a conferir o aquecimento do pé, bem como a ‘bota de marinheiro’ e a ‘bota de água’ se manifestam pela cobertura da coxa e por características de impermeabilidade. A ‘bota de bombeiro’ revela-se com um programa distinto ao nível da altura do cano e da aparente maleabilidade do material, de modo a poder ser usado com as calças por dentro e a não dificultar os movimentos do pé e da perna;
- e) ‘botas’ relacionados com a saúde do pé, como a ‘bota ortopédica’ indicada para responder a diferentes tipos de forças, movimentos e equilíbrios inerentes ao pé de modo a poder corrigi-lo anatomicamente;
- f) e ‘botas’ designadas pelas particularidades no cano, como ‘botinas’, ‘botim’, ‘bota à Sowarov’, ‘bota de cano rígido’, ‘bota de cano flexível’, ‘bota de cano curto’ e ‘bota de cano longo’. Como os nomes indicam, exceto os três primeiros casos, os programas são caracterizados com a altura, maleabilidade ou rigidez inerentes aos materiais e forma dos canos. O caso das ‘botinas’ e ‘botins’ caracterizam-se por botas em que o cano é baixo contemplando essencialmente a cobertura do tornozelo. Perante a análise a outros elementos que constituem o programa desse conjunto de tipologias encontra-se alguma dificuldade na sua distinção, uma vez que ao longo dos períodos em estudo adquirem conotações distintas, sendo abordadas de seguida e de modo mais detalhado. Também o caso da ‘bota à Sowarov’, que parece ilustrar a polaina aplicada na ‘bota’ mais ajustada e em fole na zona do tornozelo e progressivamente mais larga até ao joelho, de modo que a parte de trás é mais baixa para acompanhar o movimento da perna, remete para um cano muito específico e que se

encontra igualmente presente nas 'botas de cano flexível' e 'bota de cano rígido';

- g) por fim, o caso das 'botas de caminho', 'bota atacada' e 'botas polainas', apenas designadas nos séculos XVI e XVIII, apesar de não se terem caracterizado nos momentos subsequentes se pode deduzir que o seu programa correspondeu ao das 'botas' na sua designação geral, mas pelas particularidades evidenciadas na sua designação. As 'botas de caminho' parecem remeter para um uso normalizado e as atacadas para a presença de um sistema de aperto com atacadores ao invés do comum cano inteiro. As 'botas polainas' merecem outras considerações uma vez que a análise ao termo complementar permitiu outro tipo de constatações, revelando sobretudo a possibilidade de transformação de um sapato numa 'bota' pelos utilizadores. A polaina tratou-se assim de uma aplicação têxtil ou couro semelhante a uma meia que se colocava por fora dos sapatos sobre o peito do pé, com um sistema de aperto por botões ou fivelas, de altura variável até ao joelho. A partir da década de 40 do século XX designa-se como uma peça de vestuário que protege a parte superior do pé e a parte inferior da perna. Apesar de se verificar informação restrita ao nível do programa, poderá afirmar-se que o seu programa na atualidade continua a veicular pressupostos anteriores, ao que acrescem dois pontos distintos: podem ser aplicadas sobre 'botins' e não apenas só 'sapatos' e são frequentemente utilizadas na prática equestre, em que o sistema de aperto mais comum é o fecho. Tendo em linha de conta a possibilidade de sistemas de aperto, materiais, espessura, rigidez e, conseqüentemente, elementos decorativos as polainas permitem opções formais variáveis que ao aplicadas no calçado permitem que esse se assemelhe a 'botas'.

BOTINA

A 'botina' refletiu de partida um artefacto que correspondeu a um programa que não mais se verificou nos séculos subsequentes. Assim, traduziram-se numas 'botas' leves em que o material foi o couro, construídas com 'sapato' e salto na sua base, ao qual acresce um cano e uma joelheira de modo a que se cobrisse o joelho. Atribuíram-se ao género masculino e eram destinadas a que esse montasse a cavalo. Além dessa caracterização ao nível dos pontos explorados no programa, percebem-se também outras opções do programa desse artefacto num passado cronologicamente não definido, tendo-se tratado de calçado que recorda uma semelhança formal com as meias, feito particularmente em pele de carneira e sem solados, usado pelo género feminino com 'chapins' ou 'pantufos'. Verificou-se assim uma diferenciação formal no tempo do artefacto, não se ficando, contudo, apenas por essa distinção. Logo no final do século XVIII as 'botinas' retomariam a ligação com o género feminino mantendo apenas o atributo da leveza. O século XX trouxe consigo diferenças em relação ao passado, mas entendimentos similares dentro desse momento: mantem-se assim a referência ao género feminino, passam a abranger também as crianças e define-se uma nova dimensão para o cano, dessa vez, acima do tornozelo. Igualmente a possibilidade de introdução de sistemas de aperto como cordões e botões, ou elementos como o elástico que

permitem a entrada do pé na bota sem sistemas de aperto, são indicados nesse momento e irão, de resto, manter-se no momento seguinte. Apenas deixam de ser designadas consoante o sistema de aperto ou género no final do século XX, assumindo assim a designação genérica de ‘botinas’ independentemente dos materiais ou corte empregue. Diante disso, de uma ‘meia’ aproximadamente pelo meio da perna, a ‘botina’ designou uma bota que cobriu o joelho e servia para montar, para finalmente se assumir numa bota de cano baixo, ou seja que pode alcançar um pouco acima do tornozelo, usada por mulheres e crianças. Por conseguinte, evidencia-se que esses elementos do programa definem essencialmente esse artefacto.

BORZEGUIM

O ‘borzeguim’, a ‘botina’ e o ‘pantufo’ refletem igualmente artefactos conhecidos desde o século XVI e analisados em todos os contextos, com exceção ao século XIX.

Quanto ao ‘borzeguim’, a sua caracterização narrou-se anacronicamente uma vez que é no século XXI se revelou tratar-se do artefacto que precedeu as ‘botas’, ou seja, que esteve na sua génese formal. No entanto, não só se percebeu com esse aspeto a origem da ‘bota’, mas também que a origem do ‘borzeguim’ remete para um passado longínquo (o dos assírios, generalizada a data de 2500 a.C.) e associou-se em Portugal num primeiro momento aos ‘cothurnos’ latinos. Se por um lado nas cronologias anteriores ao século XXI era aceite como um espécime antigo que se ligou às ‘tragédias gregas’ e aos ‘mouros’, foi no século XXI que se esclareceu o seu término cronológico na Idade Média. Sobre esse aspeto, manifestou-se, contudo, interessante que o estudo desse artefacto no final do século XX havia ilustrado, entre ‘borzeguins’ de programas particulares em cronologias do passado, tais como referentes aos ‘gregos’, ‘romanos’ e ‘gauleses’, o programa de um ‘borzeguim moderno’, deixando assim em aberto a possibilidade da continuidade do seu uso. Sob o ponto de vista da análise ao programa denotou-se que o ‘borzeguim’, independentemente de ligações específicas a povos ou tempos históricos, se tratou de uma ‘bota’ em que o cano varia entre acima do tornozelo e a meio da perna, com cordões no sistema de aperto, feita de couro ou têxtil e com a possibilidade de elementos decorativos, como bordados e pedrarias. Se o século XVIII foi reflexo de informações que incidiram e revelaram a sua forma através da altura do cano e do sistema de aperto, o século XX e XXI reiterou o mesmo sistema de aperto e traduziu os materiais.

CHAPIM

Quanto ao caso do ‘chapim’, que deriva de uma ‘chinela’ com a biqueira aberta para uso doméstico também designado por ‘crepida’ ou ‘cothurno’, foi num primeiro momento associado ao género masculino, juntamente com a possibilidade de designação de pantufo abrangendo com isso outras evidências formais. Os soldados foram a sua principal característica, com altura variável e opção ao nível do material, destacados essencialmente a partir do século XVIII pela finalidade associada – a elevação da estatura.

Decorrente desse aspeto, esse calçado é mencionado a partir desse momento como calçado feminino, feito de cortiça, madeira ou couro que pode receber elementos decorativos de excelência, reiteradamente distinto de chinelas ou pantufos. A partir do século XX o ‘chapim’ passou a significar um ‘sapato’ elegante com solas sobrepostas ou saltos e que pertenceu ao passado. Esse artefacto que possui a particularidade de permitir a elevação da estatura evidenciou tratar-se de uma das principais tipologias de calçado que se poderia conotar o sentido de ornamento feminino e consequentemente de posição social.

CHINELA

O caso da ‘chinela’ do século XVIII, ou se preferimos, o ‘chineló’ a partir do século XX, sofreu poucas alterações na caracterização geral do seu programa e também poderá considerar-se por uma maior simplicidade formal na medida em que igualmente apenas pareceu combinar solados com gáspeas. Traduziu-se na globalidade como um calçado sem tacão, ou seja, com sola rasa, que deixou o calcanhar a descoberto e destinou-se ao uso doméstico. No entanto, o século XX trouxe consigo novos conceitos e consequentemente outras opções formais que particularizariam a ‘chinela’. Assim, assumiu a forma e a função de ‘chinela’ um qualquer ‘sapato’ acalcanhado, ou seja, de modo a que o calcanhar não se cubra. Consequentemente, mantendo a função que lhe é inerente, uma ‘chinela’ poderá assumir também a forma de um ‘sapato’, ainda que o calcanhar permaneça coberto. Verificaram-se então novos artefactos que variam sobretudo ao nível do decote, ou seja, da cobertura do pé, dos materiais e solados, mantendo-se a semelhança formal nas biqueiras. Apesar de evidenciadas nas ilustrações encontradas, foi apenas no século XXI que adquiriu atributos na sua caracterização como conforto ou suavidade, a possibilidade de aplicação do tacão e a clarificação de um uso por ambos os géneros.

GALOCHA

O caso de análise da ‘galocha’ manifestou-se como um dos elementos mais interessantes neste ponto de vista da investigação, pelo facto de ter assumido em si ao longo dos momentos históricos estudados alterações vincadas ao nível do programa. Trata-se assim de um artefacto que ao nível formal se associou já a ‘tamancos’, ‘chinelas’, ‘sapatos’ e ‘botas’, em que cada uma das designações correspondeu a momentos distintos: no século XVIII, pelo emprego da madeira e do couro no corte e consequente associação a ‘calçado rústico’ usado em França, mas também no Minho e na Beira. As designações associaram-se aos ‘tamancos’ e ainda às ‘chinelas’ pela semelhança formal no aspeto em que o calcanhar se descobre e a ‘galocha’ transitaria para o século XX sendo caracterizada como um ‘chineló’ que apesar da continuidade de materiais que se associaram anteriormente, acresceu a possibilidade da gutta-percha; no final do século abrangeria uma nova possibilidade formal ao que se aliou a outra forma e outro material – ‘sapato de borracha’; o século XXI fecharia esse ciclo trazendo consigo outra opção - a ‘bota de borracha’.

Decorrente das várias designações que recebeu, a ‘galocha’ percorreu várias possibilidades formais – desde um artefacto que cobriu uma parte do pé, até alcançar uma forma que cobria também a perna, inicialmente feita de materiais duros e naturais e posteriormente maleáveis e industriais. Contudo, apesar da sua evolução nunca perdeu a evidência às propriedades de impermeabilidade e ao facto de ser calçado por cima de calçado, com vista à sua própria proteção. Refletiu assim o único calçado que visa proteger o próprio calçado.

SANDÁLIA

A ‘sandália’ manteve uma caracterização formal similar ao longo da cronologia analisada, tratando-se de um artefacto constituído por um solado e tiras que o prendem ao pé e que se evidenciou num primeiro momento com a correspondência ao mesmo solado utilizado nos ‘sapatos’ e ao uso do couro como material. A partir do século XX verificou-se uma maior abrangência nos solados ao não se especificar a natureza do solado. Quanto ao couro, prevaleceu até ao final desse século como material de excelência nas tiras, tendo deixado de se mencionar apenas no século XXI. Revelou-se por um lado que o couro não se entendeu como o material que caracterizou o calçado por excelência e por outro que as possibilidades poderão ter sido (ser) inúmeras. Apesar de uma manutenção formal da ‘sandália’ denotou-se também que assistiu a especificidades ao longo da sua narrativa e que ajudaram a uma maior compreensão. Assim, correspondeu no princípio do século XVIII a um uso associado à religião numa situação específica – a da celebração e por conseguinte, pelo género masculino. Eventualmente, a sua construção simples bem como quantidades menores de material possam ter associado esse artefacto à religião. De facto, apesar da tradução da expressão latina ‘sandalium’ - que indica um artefacto do passado clássico que correspondeu ao ‘chapim’, a sua caracterização foi similar ao programa da sandália. O surgimento do cristianismo no contexto latino, o consequente contacto com artefactos correspondentes e os conceitos fundamentais que se alicerçam nos votos de pobreza, poderá explicar a ligação entre a ‘sandália’ e a religião. Curiosamente, no final do século XVIII a ‘sandália’ designou-se como artefacto em uso pelo género feminino e com um enquadramento que as posicionou apenas no passado, apesar de essa informação não mais se ter verificado. Pelo contrário, o século XX viria assim complementar com ilustrações outras opções do programa de ‘sandálias’ que corresponderam a momentos muito particulares – como a ‘sandália egípcia’, ‘sandália grega’, ‘sandálias’ do século IX, XI e a atual. Trata-se assim na presente investigação do artefacto que se conhece representação formal expressa com mais antiguidade.

A análise a esse grupo de artefactos permitiu corroborar entendimentos anteriores, bem como revelou outras formas, como redondas e bicudas com solados sobreposto; outros materiais como a cortiça ou a corda; e acrescentou a possibilidade do sistema de aperto através de fivelas e não apenas por sistema de tiras que se apertam em si.

PANTUFO

O 'pantufo', ligado como mencionado num primeiro momento ao 'chapim', tem uma evolução ao longo da cronologia em estudo interessante. Esse artefacto evidencia assim tratar-se no século XVIII de um 'sapato' de biqueira comprida, bordado e fechado em toda a extensão do pé, com uma altura entre quatro a cinco solas de cortiça. De um artefacto caracterizado pela elevação, passará a partir do século XX a um 'sapato' raso. Igualmente nesse momento adquire uma conotação para o uso doméstico, não carecendo assim de contraforte de modo a proporcionar maior conforto para responder à nova função – a de agasalho dos pés. Pode ainda ser designado por chinela (o), construído com material acolchoado e receber bordados. Será o século XXI que designa ambos os géneros para o seu uso.

SAPATO

Quanto ao 'sapato', tal como já oportunamente mencionado define-se como um dos casos de estudo fundamentais da investigação. Apesar de referido no léxico do século XVI⁵⁹, apenas se definiu no século XVIII, traduzindo-se como o único artefacto que recebeu menção expressa acerca das peças que o compõem. Assim, o sapato pode ser entendido pela sua caracterização geral, mas também por um programa vasto ao nível formal, funcional, de materiais aplicados ou género. A história do seu programa iniciou com seis elementos, em que o rosto, a pala as orelhas e o talão correspondem ao corte e a sola e o salto aos solados, seguindo-se possibilidades de inclusão de fivelas e atacadores, bem como palmilhas e tacões. O 'sapato' em geral manifestou-se então com um artefacto que manteve uma caracterização formal similar o longo dos séculos em estudo. Verificou-se, contudo, que recentemente se salientou na sua designação genérica a preocupação da sua representação enquanto um artefacto que se destaca perante o tipo de cobertura que proporciona - cobre o pé parcial ou completamente – e perante o solado – sola dura, deixando assim antever uma simplificação ao nível da linguagem, mas também uma amplitude ao nível da forma, do corte e mesmo dos solados.

Ao longo das publicações analisadas verificaram-se vinte e seis artefactos que são designados por 'sapatos' e se traduzem essencialmente por artefactos muito peculiares. Encontraram-se termos que naturalmente posicionam artefactos no passado, bem como se verificou que ao longo dos momentos estudados foram surgindo alterações ao programa, relacionadas com a função, estilo ou género. Foi possível agrupar conjuntos de 'sapatos' encontrados em:

- a) 'sapatos' correspondentes a épocas passadas como dos séculos IX, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, 1820 e regência que se representaram formalmente como artefactos que principiaram com solados rasos e finos, sobretudo

⁵⁹ Note-se que o 'sapato' no século XVI apenas se caracterizou face à ilustração proveniente de Lello (1988, vol. II, p. XXX).

até ao século XVI, passando de seguida a receber tacões de alturas distintas e também saltos que permitiram elevar consideravelmente a altura. Esse conjunto refletiu sistemas de aperto com tiras ou fivelas ou então formas que permitiram a sua ausência. Igualmente se verificaram elementos decorativos e padrões, mas também peças que evidenciaram apenas as costuras, que no caso pareceram funcionar apenas como reflexo da técnica de ligação das peças e não como elemento decorativo. É assim nos ‘sapatos’ que foram usados no passado onde a presença de materiais distintos numa mesma tipologia foi mais acentuada, bem como a biqueira mais exagerada em termos de dimensão mais se verificou;

- b) ‘sapatos’ para desporto que apesar de se verificar a presença de apenas um artefacto – o ‘sapato de ciclista’, reflete o desenvolvimento do programa ‘tradicional’ do ‘sapato’ para um uso particular, traduzindo-se sobretudo no sistema de aperto através de uma tira com fivela e de atacadores de modo a que o sapato possa ajustar-se ao pé na zona do peito e no tornozelo;
- c) ‘sapatos’ para criança, sendo que apenas se conhecia para elas o uso de ‘botinas’ e desse modo surgiu a variação formal de um sapato adequado, sobretudo pela inclusão do tipo de sistema de aperto – tira e fivela, bem como tipo de cobertura de pé que com o sistema de aperto posicionado no tornozelo facilita a sua entrada;
- d) ‘sapatos’ para ocasiões distintas do quotidiano, como o ‘sapato de passeio’ para ambos os géneros, ‘sapato baixo’ e ‘sapato de baile’ para o género feminino, ‘sapato’ para o género masculino, ‘sapato de quarto’, ‘sapato raso’, ‘sapato cara-de-gato’, ‘sapato abotinado’ e ‘sapato Anabela’. Foi nesse conjunto de artefactos que se verificaram aspetos inovadores ao nível do programa, associando-se novamente, conforme se tem vindo a defender, ligações entre função, formas e materiais. Verifica-se assim que se trataram primeiramente de distinções evidentes entre o género firmadas sobretudo no caso de calçado feminino pelos tacões de alturas várias, ausências de sistema de aperto, mas também possibilidade de fivelas, cordões e elementos decorativos como padrões nos materiais ou inclusão de vivos; o caso do calçado masculino apresenta-se apenas com a presença de sistema de aperto, particularmente cordões, tacões rasos e vazados enquanto elementos decorativos. Verificou-se uma correspondência entre o ‘sapato’ do género masculino e o ‘sapato baixo’ do género feminino, ambos caracterizados por cobrir todo o pé, possuir talões para receberem o sistema de aperto por cordões e peças que omitem qualquer elemento decorativo, além do efeito proporcionado pelas costuras de junção; e uma diferenciação essencialmente na altura do tacão - mais alto na mulher - e pela presença da biqueira delimitada no ‘sapato’ do género masculino e gáspea inteira no caso feminino; bem como entre os ‘sapatos de passeio’ de ambos os géneros se traduziram, de resto, como aqueles que apresentaram um programa formal mais elaborado, seja ao nível de peças, padrões decorativos ou materiais que os constituem. É no caso do calçado feminino que se verificam também funcionalidades que não tem correspondência com o caso masculino como comprova o ‘sapato Anabela’ e o ‘sapato de baile’ que se distinguem dos demais pela natureza do solado, no primeiro caso através da aplicação de uma plataforma que

pode ser ainda revestida de um qualquer material e no 'sapato de baile' pelas partes do pé que se revelam com o tipo de decote desse artefacto.

- e) valerá também a menção ao 'chispo' e ao 'escarpim' que apesar de assim denominados correspondem na verdade a 'sapatos' igualmente com programas específicos. Possuem a particularidade de se situarem cronologicamente no princípio do século XVIII, revelando-se assim como as primeiras distinções conhecidas no programa 'tradicional' do sapato, mantendo, de resto, as suas caracterizações enquanto sapatos: o 'chispo' manifestou-se como um artefacto formalmente similar ao longo da cronologia em estudo - um 'sapato' para o género feminino, alto, bicudo e polido, apontando-se apenas que no final do século XVIII foi enquadrado no passado, não se tecendo, contudo, mais menções. As conotações que adquiriu revelaram-se de resto curiosas por uma associação à condição e ao julgamento do comportamento social da mulher deixando perceber-se uma associação a um sistema de valores morais. Acresceu ainda que esse artefacto figurou no conjunto total dos termos como aquele que no século XXI passaria a receber outra designação, a saber, 'chispe';
- f) quanto ao 'escarpim' ao longo da cronologia em análise foi caracterizado de modo similar, mas simultaneamente distinto, em que pareceu revelar-se a cada momento particularidades ligadas ao programa. Analisado a partir da caracterização mais recente, verificou-se que esse artefacto se traduziu pelo seu (re) posicionamento cronológico - como um artefacto usado no século XVIII, enquadrado no traje de baile masculino apesar de se tratar essencialmente de um calçado para o género feminino, decotado, de entrada baixa e solado fino. Não deixa de se revelar interessante que o 'escarpim' tenha figurado nesse primeiro momento como um 'calçado de linho' que cobria o pé e se usava por baixo da 'meia', evoluindo para um programa que veicula a morfologia de um sapato ou de uma 'chinela' que, independentemente dessa opção, deixará o calcanhar a descoberto. Como se pode denotar, do 'escarpim' compreendem-se duas formas distintas, sendo que de um artefacto desenhado para cobrir apenas uma parte do pé surgirá outro artefacto que o cobre em toda a sua extensão, com a particularidade entre todo o conjunto de 'sapatos' de o corte ser baixo. Igualmente interessante é o facto de novamente se revelar que se tratou de um artefacto que remeteu para um passado secular ao momento e que ainda na década de 80 do século anterior se evidenciava usar.
- g) A 'sapata' revela-se igualmente como um caso de destaque, pois, apesar de se tratar de partida de um termo que expressa a designação ou expressão feminina do 'sapato', manifestou assim um distanciamento dessa tipologia ao longo dos momentos estudados e denota a ausência de uma associação neutra no sentido de qualificar o artefacto. Foi, contudo, ampla ao nível da forma, tendo sido designada e entendida como uma 'bota sem canhão', um 'sapato' ou uma 'chinela'. Primeiramente, essa 'bota sem canhão' deixou antever a forma de um 'sapato' com uma altura mais elevada do corte habitual desse artefacto do passado, usado pelos padres de São Vicente ou habitualmente pelas saloyas, permitindo associar a essa caracterização uma leitura de rusticidade, para de seguida se destinar ao uso feminino e por fim deixar de se associar a qualquer

género ou a qualquer correspondência ao passado, caracterizando-se com um programa que compreende apenas um ‘sapato’ largo, raso e grosseiro ou uma ‘chinela de couro’.

Por fim, a esta análise restará uma abordagem diferenciada ao ‘sapato’ nos discursos atuais do calçado. Nesse âmbito, é traduzido em cinco tipologias ‘clássicas’ que se conheceram a partir das entrevistas realizadas. Num conjunto total de seis tipologias ‘clássicas’, cinco correspondem a ‘sapatos’, levando a concluir nesse conjunto o predomínio dessa opção formal. Na verdade, esse predomínio acontece uma vez que o seu corte poderá sempre ser prolongado e dar origem a ‘botas’, justificando-se assim a sua predominância.

Desse grupo de ‘sapatos’ é possível uma desmultiplicação (quase) infinita de programas e tecnologias, onde figura ainda a presença de uma autoria partilhada. Essa multiplicação parte essencialmente das opções formais dos ‘clássicos’ bem como dos seus sistemas de construção e designam-se por isso ‘variantes de tipologias clássicas’. É nesse sentido que se consideram os ‘clássicos’ como tipologias de base nos discursos atuais do design de calçado. Observa-se então que sempre que se cumprem os princípios enunciados para cada uma das tipologias ‘clássicas’ sobre os aspetos do programa pré-estabelecidos - designadamente os elementos/peças que constituem a forma, sistemas de aperto, o género a que se destina, bem como o sistema de construção assinalado para cada tipologia, está-se perante os denominados ‘modelos clássicos’.

No entanto, nos casos em que as alterações levadas a cabo em relação à tipologia de base são demasiado vincadas, traduzem uma designação distinta, seguindo normalmente outras nomenclaturas – como os casos de ‘chinelo’, ‘sandália’, ‘sapatilha’ ou ‘tamanco’.

O ‘sapato’, sentido lato, é entendido como uma tipologia constituída por corte e solado, em que o corte cobre o pé em toda a sua extensão, variando no tipo de cobertura que possui na zona do peito. Nesse sentido, a sua altura ao nível do corte não necessita alcançar o tornozelo e cobrir todo o peito do pé para se estar perante um ‘sapato’. Contudo, podem existir abertura entre o solado e as zonas da biqueira, enfranques ou taloeira e a designação formal de ‘sapato’ mantém-se. Poderá ao nível formal ser constituído apenas por uma peça só e sem qualquer sistema de aperto – uma gáspea, mas também com mais elementos - como biqueira, gáspea, talões, taloeira, pala e sistema de aperto sob modo de cordões ou fivelas. No seu interior recebe na maioria das vezes forro e também palmilha. Acresce ainda a possibilidade de receber elementos decorativos, bi ou tridimensionais e em baixo relevo. Como função generalizada possui as características de cobertura e proteção do pé, adequar-se à estação do ano e devendo acompanhar a moda. Suportará materiais de origem natural ou industrial, preferencialmente maleáveis e adaptáveis ao pé de modo a permitir o conforto e correta ergonomia; e ser usado por ambos os géneros. Quanto aos solados, podem ser incluídas apenas solas rasas; solas e tacões com alturas variáveis; ou plataforma, sendo que igualmente podem receber qualquer material no seu fabrico, ou ainda serem cobertos com um material distinto. Nesse sentido, o entendimento do ‘sapato’

enquanto um artefacto que “cobre o pé parcial ou completamente, de sola dura” (Houaiss, 2003, Tomo XVI, p. 7194) manifesta-se imperfeito, na medida em que é possível a sua construção com solados maleáveis, sem que a designação de ‘sapato’ se comprometa.

Particularizando o conjunto de ‘sapatos’ atuais, podem agrupar-se pelas distinções em sistemas de aperto, elevação do salto e consequentemente pelo género: duas tipologias destinam-se ao género feminino e três ao masculino. De facto, é essencialmente perante a diferenciação do género que as tipologias ‘clássicas’ se distinguem, sendo que nas femininas se inclui o tacão com elevação, o sistema de aperto por tiras e o peito do pé a descoberto e nas masculinas o tacão raso ou sola sem tacão, sistema de aperto por cordões e maior número de peças que constituem cada tipologia, manifestando-se esses como os elementos que mais de evidenciam na distinção de ambos.

Encontrou-se a origem dessas opções formais em tipologias conhecidas na última década dos anos 80 do século XX:

a) género feminino

- o ‘decotado’ - consideram-se ‘sapatos decotados’ as tipologias em que o peito de pé se destapa e não são necessários sistemas de aperto - possui uma gáspea enquanto elemento constitutivo, tal como o ‘sapato de baile’, bem como o decote acentuado que desvenda o peito do pé, sem sistema de aperto e o tacão com elevação;
- o ‘Carlos IX’ também se considera ‘sapato decotado’ as tipologias que possuem tiras, sejam elas simples, cruzadas ou entrelaçadas sobre o peito do pé ou perna – possui uma gáspea enquanto elemento constitutivo, tal como o ‘sapato de passeio’, decote que desvenda o peito do pé, mas com uma tira posicionada sobre ele e que funciona como sistema de aperto, bem como o tacão com elevação.

b) género masculino

- o ‘derby’ - consideram-se as tipologias onde os talões são fixos lateralmente à gáspea de modo a que as partes da frente (orelhas e talões) fiquem livres e abrem na totalidade sobre o peito do pé – encontra a sua origem formal na tipologia ‘sapato baixo’ para o género feminino, no entanto, com outras particularidades. O ‘sapato baixo’ caracterizou-se pela presença de gáspea, talões, taloeira, atacadores e meio tacão; o ‘derby’ designa-se pela presença dos mesmos elementos, acrescentando-se as orelhas e podendo receber ou não a biqueira, no entanto o tacão aplicado é raso;
- o ‘Richelieu ou Oxford’ – é uma tipologia em que a gáspea se sobrepõe ou faz parte dos talões e lhas é fixa em toda a sua extensão - encontra a sua origem formal na tipologia ‘sapato de passeio’ do género masculino. Caracterizou-se o ‘sapato de passeio’ pela presença da biqueira, gáspea, talões, taloeira, orelhas, atacadores e tacão raso, bem como se tece a mesma descrição ao ‘Richelieu ou Oxford’, podendo igualmente receber ou não a biqueira;
- o ‘mocassim-luva’ – apresenta um corte é em forma de ‘saco’ e envolve totalmente o pé, possui um espelho real ou fingido, pala, gáspea e

travessão. Tem a particularidade de a ligação entre a gáspea e o espelho ser feita através de cosido manual e dispensar a utilização de palmilha de montagem. Não possui qualquer sistema de aperto e a expressão ‘luva’ refere-se ao paralelismo de esse ‘sapato’ calçar o pé tal como uma ‘luva’ calça a mão. O ‘mocassim’ foi mencionado por Houaiss (2003, Tomo XIII, p. 5554) definindo-se como um calçado baixo, maleável e confortável. De facto, pelo modo como é estruturado o corte, essa tipologia é também caracterizada no âmbito das ‘clássicas’ como sendo a que manifesta mais conforto e maleabilidade.

O ‘sapato clássico’ traduz-se como um artefacto que possui um registo formal diversificado com possibilidades distintas ao nível de elementos que o constituem ao nível do corte ou ao nível dos solados. A partir da sua forma estrutural base pode ser combinado com outros componentes do rol dos elementos que compõem as ‘tipologias clássicas’, mas também com o recurso a outras particularidades. Igualmente pode qualquer ‘sapato’ clássico’ masculino ser utilizado pelo género feminino. Os ‘sapatos do género feminino, ainda que lhes possa ser retirado o tacão com elevação e colocar qualquer tipo de solado, continuarão eventualmente a permanecer associados ao género feminino, uma vez que ambos possuem decote no peito do pé e, regra geral, os ‘sapatos’ para o género masculino habitualmente cobrem pelo menos uma meia parte do peito do pé.

Acerca dos ‘clássicos’ importará mencionar a sua relação com a tecnologia. Foi no âmbito do estudo dos discursos atuais do calçado que se tornou possível recolher informação sobre essa matéria.

Concluiu-se que a tecnologia representa um fator de extrema relevância no calçado, sendo que além de traduzir o modo como o calçado se materializa tridimensionalmente, também lhe confere uma identidade programática distinta uma vez que a resulta por si só num programa formal, acrescentando assim elementos ao corte.

Percebeu-se assim que qualquer tipologia pode ser construída por qualquer um dos sistemas de montagem ‘Montagem Blake ou McKay’, ‘Montagem California’, ‘Montagem com cosido norueguês’, ‘Montagem Goodyear’, ‘Montagem Pratik’, ‘Montagem plana’, ‘Montagem por injeção’, ‘Montagem por vulcanização’, ‘Montagem São Crispim’, ‘Montagem Strobel’ e ‘Montagem tipo mocassim ou tubular’.

A diferença, sob o ponto de vista da tecnologia, reside essencialmente no modo como a sola é fixa ao corte: cola e/ou costura; e quanto ao programa manifesta-se nas evidências trazidas pela aplicação da costura e dos elementos inerentes que essa aplicação traz consigo em cada montagem, como o caso dos tipos de costuras ou das palmilhas de montagem e viras.

Também as costuras: ‘cosido e virado’, ‘costura a cavalo’, ‘costura aberta’, ‘costura aberta com cravados a ladear’, ‘costura avivada’, ‘costura com vivo intercalado’, ‘costura de crista’, ‘costura de crista recoberta’, ‘costura de junção simples’, ‘costura de junção simples com cravados a ladear’, ‘costura de sobreposição com costura dupla’. ‘costura de verdugo ou golfo’, ‘costura de zi-zag topo a topo’, ‘costura fingida’, ‘costura invisível’ e ‘costura manual’ se percebem que podem figurar em qualquer tipologia,

tendo-se apenas em conta que o ‘mocassim-luva’ exige a presença da ‘costura manual’. Podem ser usadas enquanto método de fixar as peças que constituem o corte, o corte com a palmilha, o corte com a sola, mas também enquanto elemento decorativo, simulando a presença de peças ou de padrões. Possuem espessuras, resistências e cromatismos distintos, sendo que a espessura traz consigo comprometimentos ao nível da tecnologia, levando assim que a técnica a possa determinar.

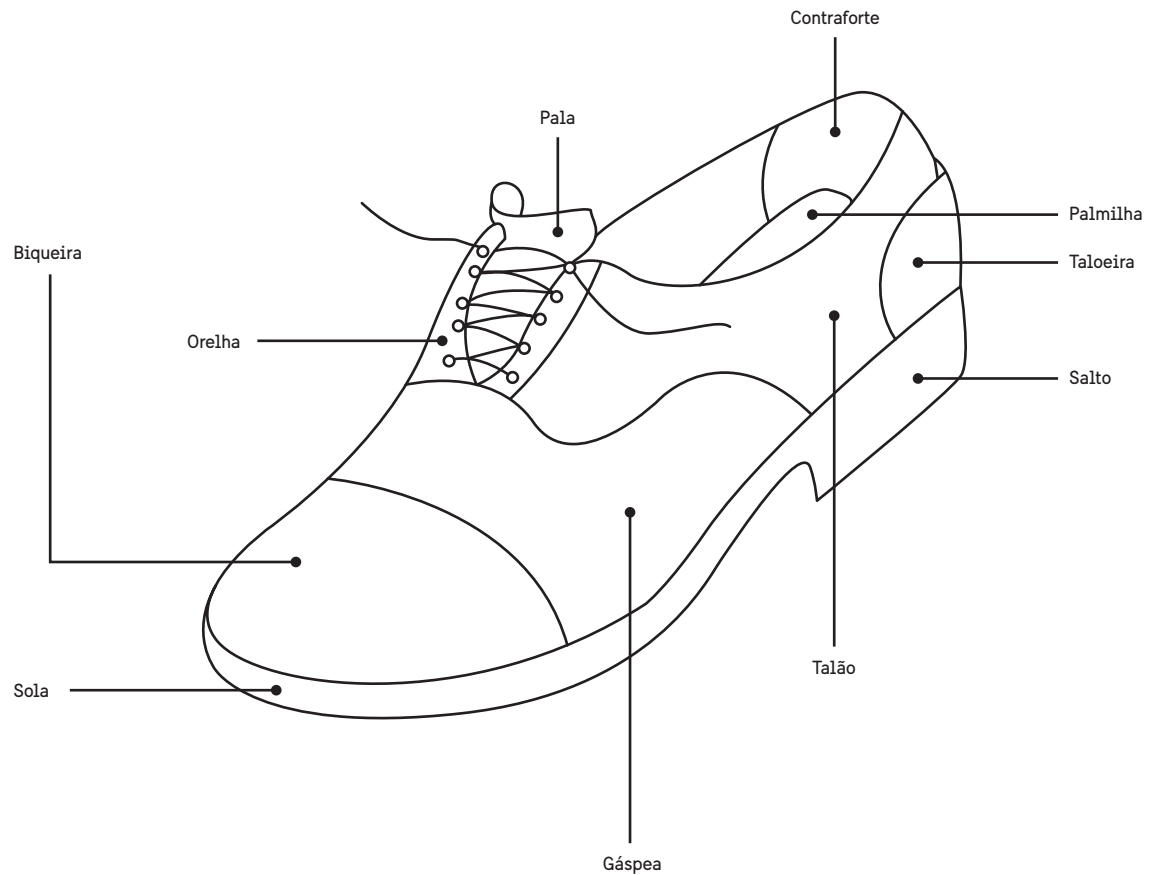
A esse universo de ‘sapatos’ que permitem a fusão de programas, conclui-se que é também possível a combinação de mais que um sistema de construção em cada tipologia, traduzindo-se noutras designações para o ‘calçado’.

O pano de fundo de todo esse imaginário é o designer de calçado que através de um determinado processo criativo introduz novas ‘variantes’.

TAMANCO e SOCO

Cortiça nos solados. Os ‘tamancos’ responderam num primeiro momento a um sentido de proteção do pé para se caminhar na lama, não se mantendo, contudo, essa caracterização do longo do tempo. Ao nível da forma tratou-se de um solado que recebeu tiras ou gáspeas de couro, mas que devido à presença da madeira remeteu para uma eventual aparência rústica e grosseira. O século XX revelaria possibilidades de programas distintos desse artefacto, mostrando-se assim ‘tamancos’ em que a sola de madeira inteira com tacho baixo, em que o corte geralmente de couro pode revelar partes distintas do pé - cobrindo assim até sensivelmente metade do peito do pé ou completo. Iguualmente pode cobrir uma pequena parte do calcanhar ou quase a sua totalidade, ou ainda deixá-lo totalmente a descoberto. Trata-se do único artefacto que se representou construído inteiramente de madeira e que assumiu igualmente as mesmas significações que possui quando esse material diz respeito apenas ao solado. De qualquer modo, são destacados por uma forma que possui uma entrada baixa e larga, não carecendo de qualquer sistema de aperto. Quanto ao ‘soco’, distinguiu-se do ‘tamanco’ essencialmente pela sua relação com calçado do passado, nomeadamente para distinguir o calçado associado às comédias do período clássico. Manifestou-se como um artefacto que privilegiou igualmente a sua caracterização com as chinelas - constituídas por uma gáspea que cobre, essencialmente, parte dos dedos e uma palmilha de madeira baixa, que conferiu uma aparência grosseira e vulgar.

ELEMENTOS CONSTITUINTES DO CALÇADO PORTUGUÊS



AJUNTADEIRA

Século XX — Aulete (1925)

Mulher que cose umas às outras as peças cortadas pelo sapateiro para formar uma bota ou sapato, e que voltam depois para ele lhes coser a sola e dar mais acabamento (Vol. I, p. 70).

Século XX — Bivar (1948)

Mulher que cose umas às outras as peças cortadas pelo sapateiro (Vol. I, p. 121).

Século XX — Morais (1960)

Mulher que ajunta e cose as peças de cabedal do calçado (Vol. I, p. 122).

Século XX — Lello (1988)

Mulher que junta e cose as peças superiores do calçado, gaspeadeira (Vol. I, p. 81).

Século XXI — Brochado (2016)

O mesmo que gaspeadeira (2016, a, b, e, f).

ALÇA

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Peça de sola com que se dá ao sapato mais altura no peito do pé, além da que tem a forma; A parte superior das botas rústicas (Vol. I, p. 84).

Século XIX — Couto (1842)

Bocados de sola à feição do peito do pé e do talão para dar mais altura à forma (p. 5).

Século XX — Aulete (1925)

Pedaço de sola que os sapateiros põem sobre a forma para a tornar mais alta (Vol. I, p. 76).

Século XX — Bivar (1948)

Pedaço de sola que os sapateiros adaptam às formas para as tornar mais altas (Vol. I, p. 130).

Século XXI — Houaiss (2003)

Peça de sola que os sapateiros ajustam às formas dos sapatos para torná-las mais altas (Tomo II, p. 402).

ALPERCATE

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Buraco entre a orelha e a pala do sapato (Vol. I, p. 76).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Buraco entre a orelha e a pala do sapato (Vol. I, p. 104).

Século XX — Lello (1988)

Buraco entre a orelha e a pala do sapato (Vol. I, p. 101).

Século XXI — Houaiss (2003)

Buraco entre a orelha e a pala do sapato (Tomo II, p. 478).

ATACADOR

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Que usam mais particularmente as mulheres, o qual passa por ilhóz com agulheta (Vol. I, p. 623).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Cordão de atacar enfiado por ilhozes (Vol. I, p. 218).

Século XIX — Couto (1842)

Atacar as vestias com atacadores (p. 16).

Século XX — Aulete (1925)

Cordão de enfiar por ilhozes, para apertar ou atacar colete ou outra peça de vestuário (Vol. I, p. 237).

Século XX — Bivar (1948)

Aquilo que ataca (Vol. I, p. 359).

Século XX — Morais (1960)

Cordão ou fita de atacar enfiando por ilhoses (Vol. I, p. 289).

Século XX — Lello (1988)

Cordão ou correia com que se ataca uma peça de vestuário (Vol. I, p. 239).

Século XXI — Brochado (2016)

O mesmo que cordão, sendo esse o termo mais comum (2016, a, b, e, f).

ARRUNHAR

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Cortar as solas dos sapatos à roda (Vol. I, p. 572).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Aparar a sola em redor (Vol. I, p. 198).

Século XX — Aulete (1925)

Aparar em redor as solas do sapato (Vol. I, p. 217).

Século XX — Bivar (1948)

Aparar em redor as solas de calçado. (Vol. I, p. 332).

Século XX — Lello (1988)

Aparar em redor as solas dos sapatos (Vol. I, p. 223).

BIQUEIRA

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

O que as mulheres trazem no sapato para trazer no sapato para cobrir o bico deles, por adorno (Vol. I, p. 282).

Século XIX — Couto (1842)

Reparo ou concerto que se deita no sapato ou na meia para formar novamente o bico destruído (p. 26).

Século XX — Aulete (1925)

Peça de metal que garante o bico da bota. Antigamente as senhoras usavam biqueiras de ouro e de prata para adorno. Hoje põe-se latão no calçado das crianças para que não se rompa o bico (Vol. I, p. 326).

Século XX — Bivar (1948)

Extremidade na frente do calçado (Vol. I, p. 481).

Século XX — Morais (1960)

Extremidade do calçado; Peça de metal, borracha, etc. que se acrescenta à extremidade do calçado para que este não se gaste (Vol. I, p. 374).

Século XX — Lello (1988)

Peça de metal na ponta do calçado (Vol. I, p. 343).

Século XXI — Houaiss (2003)

Bico ou ponta de sapato ou de calçado em geral; Reforço de metal, borracha couro, etc. que se põe na ponta do calçado (Tomo IV, p. 1311).

Século XXI — Brochado (2016)

Zona entre a sola e a parte de cima do pé, na da frente do calçado (2016, a, b, e, f).

BORRACHA

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Couro cozido ao meio e com boca de madeira na ponta (Vol. II, p. 262).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Vaso de couro ou goma elástica com bojo e gargalo estreito para deitar mezinhas, água ou outro líquido (Vol. I, p. 293).

Século XIX — Couto (1842)

Espécie de saco de couro ou goma elástica para conter líquidos, com a cabaca, mas artificial à imitação desta natural (p. 28).

Século XX — Aulete (1925)

Goma elástica ou cautchu: galochas de borracha (Vol. I, p. 345).

Século XX — Bivar (1948)

Pequena bola oca de cauchu com bico que se enche com líquido para dar injeções ou clisteres (Vol. I, p. 503).

Século XX — Morais (1960)

Vaso de couro ou goma elástica com bojo e gargalo estreito para água ou líquidos (Vol. I, p. 393).

Século XX — Lello (1988)

Substância elástica que se obtém por meio de incisões em certas árvores dos trópicos; cauchu: galochas de borrachas (Vol. I, p. 366).

BOTINOS

Século XX — Morais (1960)

Polaina grosseira de couro (Vol. I, p. 395).

Século XX — Lello (1988)

Polaina grosseira (Vol. I, p. 371).

CABEDAL

Século XX — Aulete (1925)

Pele preparada para fazer calçado. Sola (Vol. I, p. 362).

Século XX — Bivar (1948)

Coiro próprio para se manufaturar calçado. Sola (Vol. I, p. 540).

Século XX — Morais (1960)

Couro para calçado (Vol. I, p. 420).

Século XX — Lello (1988)

Couro próprio para se manufaturar calçado. Sola (Vol. I, p. 407).

Século XXI — Brochado (2016)

O mesmo que couro (2016, a, b, e, f).

CALCANHEIRA

Século XXI — Brochado (2016)

Trata-se de um elemento da palmilha de montagem. É colocado na parte traseira da palmilha, onde assenta o calcanhar e o meio do pé. Tem como objetivo reforçar a palmilha e permitir fixar o enfuste e o salto. (2016, a, b, e, f).

CANHÃO DA BOTA

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Parte mais larga da bota, que toma da curva da perna até acima (Vol. II, p. 105).

Século XIX — Couto (1842)

Joelheira nas botas (p. 35).

Século XX — Aulete (1925)

Parte superior do cano que é ou parece revirada ou sobreposta, e que ordinariamente se faz de polimento ou de coiro de outra cor (Vol. I, p. 398).

Século XX — Bivar (1948)

Extremidade superior do cano da bota (Vol. I, p. 599).

Século XX — Morais (1960)

Cano alto de bota (Vol. I, p. 464).

Século XX — Lello (1988)

Extremidade superior do cano da bota (Vol. I, p. 451).

Século XXI — Houaiss (2003)

Parte superior e extrema da bota (Tomo IV, p. 1716).

CANO DA BOTA

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Da curva ate ao tornozelo (Vol. II, p. 105).

Século XX — Aulete (1925)

Parte da bota que reveste a perna (Vol. I, p. 400).

Século XX — Morais (1960)

Parte tubular da bota (Vol. I, p. 466).

Século XX — Lello (1988)

Objeto de forma tubular (Vol. I, p. 453).

Século XXI — Houaiss (2003)

Parte da bota que envolve a perna acima do tornozelo (Tomo IV, p. 1721).

Século XXI — Brochado (2016)

Parte da bota a partir do tornozelo e se prolonga na perna (2016, a, b, e, f).

CIRCO

Século XIX — Couto (1842)

Coiro com que se forra tacões de pau dos sapatos ou botinas (p. 499).

Século XX — Aulete (1925)

Couro com que se forra os saltos ou tacões de madeira dos sapatos ou botinas (Vol. I, p. 489).

Século XX — Bivar (1948)

Coiro com que se forra os saltos ou tacões de pau dos sapatos ou botinas (Vol. I, p. 734).

CONTRAFORTE

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Couro que forra o sapato até meio pé e ajuda a sustentar o couro (Vol. II, p. 506).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Ferro sobre costura para a segurar (Vol. I, p. 461).

Século XX — Aulete (1925)

Ferro de cabedal com que se reforça a parte da bota ou do sapato que ajusta sobre o calcanhar (Vol. I, p. 561).

Século XX — Bivar (1948)

Sola que reforça o calçado na parte em que assenta o calcanhar (Vol. I, p. 836).

Século XX — Morais (1960)

Forro de cabedal reforça a parte do calçado que ajusta sobre o calcanhar (Vol. II, p. 125).

Século XX — Lello (1988)

Forro que reforça a parte posterior do calçado (Vol. I, p. 621).

Século XXI — Houaiss (2003)

Pedaço de couro que recobre o calcanhar dos calçados para o reforçar (Tomo VI, p. 2360).

Século XXI — Brochado (2016)

Componente em tela que se posiciona no calcanhar entre o forro e o corte, para manter o calcanhar bem posicionado, para não deformar o artefacto. Nem todas os programas possuem o contraforte, como o caso das 'sabinas', no entanto a maioria dos programas usam esse reforço. Pode ser constituído por couro, tela, aglomerado de couro, aglomerado de cartão, ou PVC. Pode ser plano, onde o bordo de montagem é voltado para o interior; pratik, ou seja, com o bordo voltado para o exterior; e ortopédico, ou seja, com os lados de dentro e fora assimétricos (2016, a, b, e, f).

CORDÃO

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Corde pequena e delgada, particularmente se for de seda ou ouro (Vol. II, p. 546).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Corde delgadinha de seda, algodão, fio de oiro; corde trançada de apertar a alva, de cingir a túnica de frades e terceiros franciscanos (Vol. I, p. 471).

Século XIX — Couto (1842)

Ajuntamento de fios torcidos para atar e puxar vários objetos (p. 50).

Século XX — Aulete (1925)

Pequena porção de fios torcidos, de linho, algodão, seda ou outras materiais têxteis (Vol. I, p. 572).

Século XX — Bivar (1948)

Pequena porção de fios torcidos, de linho, algodão, seda ou outras materiais têxteis (Vol. I, p. 852).

Século XX — Morais (1960)

Pequena porção de fios torcidos, de linho, algodão, seda ou outras matérias têxteis (Vol. II, p. 138).

Século XX — Lello (1988)

Corde delgada (Vol. I, p. 629).

Século XXI — Brochado (2016)

O mesmo que atacador. O cordão serve para ajustar e fixar o calçado ao pé. Pode ter também uma função decorativa. Pode ser em têxtil, couro ou materiais sintéticos. Nas extremidades poderá ser aplicado um material distinto que permite manter a sua forma. (2016, a, b, e, f).

CORREIA

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Tira de couro (Vol. II, p. 561).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Tira de couro para atar ou prender (Vol. I, p. 574).

Século XX — Aulete (1925)

Tira de couro para atar, prender ou cingir (Vol. I, p. 579).

Século XX — Bivar (1948)

Tira de couro para atar, cingir ou prender (Vol. I, p. 864).

Século XX — Morais (1960)

Tira de couro para atar, prender ou cingir (Vol. I, p. 149).

Século XX — Lello (1988)

Tira de couro (Vol. I, p. 636).

Século XXI — Houaiss (2003)

Tira geralmente de couro usada por sapateiros para prender o sapato à forma (Tomo VI, p. 2430).

Século XXI — Brochado (2016)

Tira com função decorativa ou funcional relativa ao corte, colocada com ou sem sistema de aperto, podendo ser colada, costurada ou fixa com elementos metálicos. Pode ser de couro, material têxtil ou outro material sintético (2016, a, b, e, f).

CORTE

Século XXI — Brochado (2016)

Parte superior e exterior de qualquer tipologia de calçado (2016, a, b, e, f).

COURO

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Pele tirada do couro do animal (Vol. II, p. 545).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Pele dos animais como cavalo, boi, vaca, etc (Vol. I, p. 488).

Século XX — Aulete (1925)

Pele espessa de certos animais depois surrada (Vol. I, p. 506).

Século XX — Bivar (1948)

Pele espessa de certos animais (Vol. I, p. 770).

Século XX — Morais (1960)

Pele de alguns animais depois de surrada (Vol. II, p. 163).

Século XX — Lello (1988)

Pele espessa e dura de alguns animais, curtida para usos industriais. Os couros são as peles dos grandes animais e passam por vários processos como surramento ou curtume. Dá-se o nome genérico de peles às de carneiro, cabra e cordeiro que tenham sofrido esse processo. Quando saem dos matadouros, são couros brutos ou verdes (Vol. I, p. 582).

Século XXI — Brochado (2016)

Pele (2016, a, b, e, f).

EMPENHA

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Remendo que toma todo o lado do sapato (Vol. I, p. 668).

Século XX — Aulete (1925)

Couro necessário para o rosto e lados de um sapato (Vol. I, p. 800).

Século XX — Bivar (1948)

Remendo lateral de um sapato; o couro necessário para isso (Vol. I, p. 1773).

Século XX — Morais (1960)

O couro necessário para o rosto e lados de um sapato (Vol. I, p. 375).

Século XX — Lello (1988)

Couro para um sapato; remendo lateral para um sapato (Vol. I, p. 818).

ENCHIMENTO

Século XX — Aulete (1925)

Bocado de couro colocado no calçado para lhe dar a forma arqueada entre a planta e o salto ou tacão; ou no peito do pé para o alargar (Vol. I, p. 817).

Século XX — Bivar (1948)

Pequenos pedaços de couro que os sapateiros põem no calçado para lhe dar a forma arqueada entre a planta e o salto ou tacão, ou no peito do pé para o alargar (Vol. I, p. 1192).

Século XX — Morais (1960)

Pequenos bocados de couro que os sapateiros põem no calçado para lhe dar a forma arqueada entre a planta e o tacão, ou no peito do pé para o alargar (Vol. II, p. 387-388).

Século XX — Lello (1988)

Pequenos bocados de couro que os sapateiros põem no calçado para lhe dar a forma arqueada entre a planta e o salto ou tacão, ou no peito do pé para o alargar (Vol. I, p. 824).

Século XXI — Houaiss (2003)

Coisa própria para encher ou rechear (Tomo VIII, p. 3260).

Século XXI — Brochado (2016)

Tem como função dar volume aos programas, sobretudo em tipologias desportivas. Pode ser colocado só na gola ou na lingueta, ou em ambos. Poderá igualmente integrar todos os elementos do corte. O enchimento varia na espessura e na densidade (2016, a, b, e, f).

ENCOSPIAS

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Encospa: Peças de forma de sapato ou botas, com que eles a alargam, metendo à força no sapato (Vol. I, p. 687).

Século XX — Aulete (1925)

Peças que os sapateiros metem nas boas para as alargarem que lhe põem a sala (Vol. I, p. 821).

Século XX — Bivar (1948)

Encóspias: alargadeiras, peça que os sapateiros metem nas botas para as alargar que lhe põe a sola (Vol. I, p. 1196-1197).

Século XX — Morais (1960)

Forma que os sapateiros metem no calçado para o alargar (Vol. II, p. 391).

Século XX — Lello (1988)

Encóspias: forma de sapato com que os sapateiros alargam o calçado ou lhes conservam a forma (Vol. I, p. 826).

Século XXI — Houaiss (2003)

Formas de madeira usadas pelos sapateiros para alargar o calçado (Tomo VIII, p. 3268).

ENFRANQUE

Século XX — Aulete (1925)

Parte concava do calçado correspondente aos dois selados laterais do pé (enfranche de fora ou dentro conforme o lado do sapato (Vol. I, p. 830).

Século XX — Bivar (1948)

Curva do calçado correspondente ao selado do pé (Vol. I, p. 1209).

Século XX — Morais (1960)

Curva do calçado correspondente os dois selados laterais do pé (Vol. II, p. 398).

Século XX — Lello (1988)

Curva do calçado correspondente ao selado do pé (Vol. I, p. 830).

Século XXI — Houaiss (2003)

Parte do calçado correspondente a cada uma das curvaturas laterais do pé (Tomo VIII, p. 3290).

Século XXI — Brochado (2016)

Parte do calçado correspondente a cada uma das curvaturas laterais do pé (2016, a, b, e, f).

ENFUSTE

Século XXI — Brochado (2016)

Designa-se também de 'alma'. Trata-se de um elemento da palmilha e montagem. Poderá ser produzido em aço, arame, plástico ou madeira. Tem como objetivo fornecer firmeza no caminhar e sustentar assim a planta do pé (2016, a, b, e, f).

ENTRANHADO

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Salto entranhado: está metida uma vira entre sola e palmilha (Vol. III, p. 147).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

O que tem uma vira entre a sola e a palmilha (Vol. I, p. 713).

ENTRESOLA

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Peça de calçado que vai entre a sola e a palmilha na obra grossa (Vol. I, p. 716).

Século XX — Aulete (1925)

Peça que se intercala entre a sola e a palmilha do calçado (Vol. I, p. 838).

Século XX — Bivar (1948)

Peça entre a sola e a palmilha (Vol. I, p. 1242).

Século XX — Morais (1960)

Peça entre a sola e a palmilha do calçado (Vol. I, p. 420).

Século XX — Lello (1988)

Peça entre a sola e a palmilha do calçado (Vol. I, p. 842).

Século XXI — Houaiss (2003)

Peça que entremeia a sola e a palmilha de um calçado (Tomo VIII, p. 3354).

Século XXI — Brochado (2016)

Elemento posicionado entre a sola e a palmilha (2016, a, b, e, f).

FIVELA

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Ferrinho agudo que prende na correia e serve de apertar (Vol. IV, p. 134).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Peça usua para apertar o sapato (Vol. II, p. 37).

Século XX — Aulete (1925)

Peça de metal geralmente retangular com um ou mais fuzilhões enfiada e presa em presilhas de algumas peças de vestuário e arreios. Há também objetos de ornato semelhante à fivela para sapato como fivelas de ouro (Vol. I, p. 1062).

Século XX — Bivar (1948)

Peça de metal geralmente retangular com um ou mais fuzilhões enfiada e presa em presilhas de algumas peças de vestuário e arreios (Vol. I, p. 1508).

Século XX — Morais (1960)

Peça de metal com um ou mais fuzilhões enfiada e presa em peças de vestuário, cintos, calçado e arreios (Vol. I, p. 54).

Século XX — Lello (1988)

Anel ou retângulo de metal com uma travessa ligado a fita ou correia. Há também objetos de ornato semelhante à fivela para sapato como fivelas de prata (Vol. I, p. 1012).

Século XXI — Brochado (2016)

Serve para sistema de aperto ou como elemento decorativo. Poderá ser de metal, borracha ou outros materiais com dureza e resistência necessários à finalidade (2016, a, b, e, f).

FÔRMA

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Pela qual o sapateiro corta e cose o sapato (Vol. IV, p. 172).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Peça de madeira à roda da qual o sapateiro coze, e junta as peças, de que faz o sapato para lhe dar a figura que tem (Vol. II, p. 48).

Século XIX — Couto (1842)

Tômão figura dos objetos que se querem fazer como forma de sapato (p. 160).

Século XX — Aulete (1925)

Peça de madeira de feitio proximamente a um pé, e que serve para sobre ela se fazerem sapatos ou botas (Vol. I, p. 1078).

Século XX — Bivar (1948)

Molde para a indústria do calçado ou de chapelaria, ou para formação de qualquer corpo com feitio preestabelecido (Vol. I, p. 1528).

Século XX — Morais (1960)

Molde em que se forma qualquer coisa (Vol. III, p. 71).

Século XX — Lello (1988)

Peça de madeira com o feitio de um pé que serve para sobre ele o sapateiro fazer o calçado (Vol. I, p. 1036).

Século XXI — Houaiss (2003)

Molde de madeira semelhante ao pé, usado na fabricação de calçados (Tomo IX, p. 3942).

Século XXI — Brochado (2016)

Molde de plástico com o objetivo traduzir o volume do pé de modo a que o dimensionamento das peças do corte mantenha a uniformidade de medidas perante a sua reprodução, não comprometendo assim o conforto. É a partir da fôrma que o artefacto é desenvolvido e também a partir dela que se finaliza. O aspeto formal das tipologias, mas também as questões de conforto dependem da proporcionalidade e das medidas da forma (bico, flancos, enfranques, calcanheira) (2016, a, b, e, f).

FORRO

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Com o que se reveste o interior da peça (Vol. II, p. 51).

Século XIX — Couto (1842)

Defesa que se põe em qualquer peça (p. 162).

Século XX — Aulete (1925)

Do calçado (Vol. I, p. 1120).

Século XX — Bivar (1948)

Estofa com que interiormente se forra o calçado (Vol. I, p. 1524).

Século XX — Morais (1960)

Revestimento interior do calçado (Vol. II, p. 72).

Século XX — Lello (1988)

Tudo o que serve para encher ou reforçar interiormente um artefacto (Vol. I, p. 1040).

Século XXI — Houaiss (2003)

Estofa com que se revestem interiormente itens do vestuário, como vestidos, sapatos, etc (Tomo IX, p. 3956).

Século XXI — Brochado (2016)

Corte interior que reveste o calçado. Proporciona conforto e contribui para o acabamento do calçado em termos técnicos e estéticos. Encobre também sobreposições e reforços. Poderá também ajudar na impermeabilização, sobretudo em calçado de inverno. Nem todas os programas possuem forro, como o caso das 'sabrinas' ou o 'mocassim' de verão, no entanto a maioria dos programas usam esse elemento. Pode ser em pele, têxtil ou outro material sintético, moldável e maleável (2016, a, b, e, f).

GASPA

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Em algumas partes é remedo à volta do rosto do sapato (Vol. IV, p. 36).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Remendo ao redor do rosto do sapato (Vol. II, p. 81).

Século XIX — Couto (1842)

Remonte pequeno no calçado, tomando de novo só as extremidades (p. 173);
O remonte é pôr rosto e sapato novo em botas (p. 335).

Século XX — Aulete (1925)

Gáspea: Parte do rosto do calçado que o garante em redondo quando ele não é inteiriço e não cobre o peito do pé, podendo ser de cabedal diferente. Aparece a gaspeadeira, a mulher que faz: pontear e pegar as gáspeas no calçado; "gaspear : pôr gáspeas ao calçado" (Vol. I, p. 1131).

Século XX — Bivar (1948)

Gáspea: Peça do rosto do calçado que o garante em redondo quando ele não é inteiriço e não cobre o peito do pé, podendo ser de cabedal diferente do resto do sapato (Vol. I, p. 1599).

Século XX — Morais (1960)

Gáspea: Parte dianteira do cabedal do calçado (Vol. III, p. 122).

Século XX — Lello (1988)

Gáspea: Parte dianteira do cabedal do calçado, cosida à parte posterior;
Gaspeadeira: mulher que gaspeia (Vol. I, p. 1103).

Século XXI — Houaiss (2003)

Gáspea: parte de cima da frente do calçado que vai do início do peito do pé até ao bico (Tomo IX, p. 4113).

Século XXI — Brochado (2016)

O mesmo que gáspea. Elemento que assenta na parte da frente do pé cobrindo-a. Poderá ser aplicado juntamente com biqueira, mas também sem ela, nesse caso, tendo início no mesmo local da biqueira (2016, a, b, e, f).

GUTTAPERCHA

Século XX — Bivar (1948)

Matéria resinosa extraída de uma planta (Vol. I, p. 1675).

Século XX — Morais (1960)

Substancia gomosa ministrada por uma planta, semelhante à borracha mas que amolece com o calor (Vol. III, p. 175).

Século XX — Lello (1988)

Substância gomosa que se extrai de uma árvore e tem analogia com a borracha (Vol. I, p. 1183).

ILHÓ

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Pequeno buraco no vestido rodeado de fios de seda torcido ou de linhas (Vol. VII, p. 310).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Furo redondo no vestido, guarnecido de pontos de fio para que não desfie. Por ele se enfia a agulheta com atacador (Vol. II, p. 129).

Século XX — Aulete (1925)

Furo redondo aberto com furador em pano, couro ou cartão por onde se enfia atacador ou cordão. Aro ou virola de metal com que se debrua a ilhó (Vol. II, p. 6).

Século XX — Bivar (1948)

Orifício circular que serve de passadeira a fitas ou atacadores. Aro de metal que debrua aquele orifício (Vol. II, p. 95).

Século XX — Morais (1960)

Orifício circular por onde se enfia o atacador ou fita. Aro de metal para debruar esse orifício (Vol. III, p. 227).

Século XX — Lello (1988)

Orifício circular por onde se enfia o atacador ou fita. Aro de metal para debruar esse orifício (Vol. I, p. 1262).

Século XXI — Houaiss (2003)

Orifício geralmente circular por onde se enfia uma fita ou um cordão (Tomo X, p. 4507).

Século XXI — Brochado (2016)

Elemento de metal ou outro material resistente, de formato circular, com abertura onde se insere o cordão ou outro elemento similar (2016, a, b, e, f).

JOELHEIRA

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

A parte mais alta da bota que cobre o joelho (Vol. IV, p. 215).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Peças de panos que se metem por baixo do canhão da bota e cobrem o calção sobre o joelho (Vol. II, p. 192).

Século XX — Aulete (1925)

A parte da bota de montar que cobre o joelho ou botas joelheiras (Vol. II, p. 115).

Século XX — Bivar (1948)

Parte da bota que cobre o joelho (Vol. II, p. 1141).

Século XX — Lello (1988)

Parte da bota que cobre o joelho (Vol. I, p. 1353).

REBITE

Século XX — Aulete (1925)

Dobra ou volta na ponta de um prego para que não saia da madeira; pequeno cilindro de ferro com cabeça circular para unir solidamente duas chapas (Vol. II, p. 694).

Século XX — Bivar (1948)

Dobra ou volta na ponta de um prego sobre a madeira em que se cravou para se não soltar (Vol. II, p. 891).

Século XX — Morais (1960)

Peça metálica formanda por uma espiga e uma cabeça que serve para ligar por cravação duas peças (Vol. IV, p. 469).

Século XX — Lello (1988)

Dobra ou volta na ponta de um prego sobre amadeira em que se cravou para se não soltar (Vol. II, p. 709).

Século XXI — Houaiss (2003)

Pequena haste cilíndrica de metal, com cabeça cônica ou fendida numa das extremidades, destinada a ser introduzida num furo, de tal modo que a outra extremidade sobressaia e possa ser rebatida para formar nova cabeça (Tomo XV, p. 6849).

Século XXI — Brochado (2016)

Duas peças com formato geralmente circular, de metal ou outro material resistente, sendo uma com abertura no centro e a outra sem abertura, utilizados como reforço ou como elemento decorativo no corte (2016, a, b, e, f).

ORELHA

Século XIX — Couto (1842)

Do sapato (p. 280).

Século XX — Aulete (1925)

A ponta de cabedal que num sapato fica sobre o peito do pé e pela qual se puxa ao calça-lo (Vol. II, p. 428).

Século XX — Morais (1960)

A ponta de cabedal que num sapato fica sobre o peito do pé e pela qual se puxa ao calça-lo (Vol. IV, p. 128).

Século XXI — Brochado (2016)

Elemento onde se colocam os ilhós e cordões, ou apenas os vazados e os cordões. Poderá ser junto ao talão ou à parte (2016, a, b, e, f).

OURELO

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Extremidade de pano de seda e lã (Vol. VI, p. 145).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Tecido de lã grosseira à borda do pano, para não se desfiar (Vol. II, p. 375).

Século XX — Aulete (1925)

Extremidade de fazendas grosseiras da qual se fazem sapatos próprios para o inverno (Vol. II, p. 437).

Século XX — Bivar (1948)

Tira, fita de pano grosso (Vol. II, p. 599).

Século XX — Morais (1960)

Extremidade de certos tecidos grosseiros de que se faz calçado próprio para o inverno (Vol. IV, p. 142).

Século XX — Lello (1988)

Fita de pano grosso (Vol. II, p. 418).

Século XXI — Houaiss (2003)

Fita ou tira de pano grosso (Tomo XIV, p. 5987).

Século XXI — Brochado (2016)

Relativo aos têxteis, à sua extremidade. Geralmente não se aplica ao calçado (2016, a, b, e, f).

PALA

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Parte do rosto do sapato, posicionado no peito do pé, e onde se ata para cima (Vol. VI, p. 189).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Porção de couro pegada ao rosto, sob a qual assenta a fivela (Vol. II, p. 384).

Século XIX — Couto (1842)

Do sapato (p. 286).

Século XX — Aulete (1925)

Parte do couro, pegada ao rosto, onde assenta a fivela (Vol. II, p. 448).

Século XX — Bivar (1948)

Parte do sapato em que assenta a fivela (Vol. II, p. 609).

Século XX — Morais (1960)

Parte do sapato em que assenta a fivela, ou da polaina que cobre o pé (Vol. IV, p. 156).

Século XX — Lello (1988)

Parte do sapato onde assenta a fivela (Vol. II, p. 435).

Século XXI — Houaiss (2003)

Parte do sapato onde assenta a fivela;

Parte da polaina que cobre o pé (Tomo XIV, p. 6024).

Século XXI — Brochado (2016)

Poderá designar-se também de 'língua' ou 'lingueta'. Elemento que assenta no peito do pé. Proporciona conforto pois protege o pé do contacto como o cordão. Poderá possuir forro, enchimento ou nenhum desses elementos (2016, a, b, e, f).

PALMILHA

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Pano ou couro costurado na parte das meias e fica por baixo da planta dos pés (Vol. VI, p. 209).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Palmilhas: Pés que se deitam às meias (Vol. II, p. 388).

Século XX — Aulete (1925)

Pedaço de couro, pano ou *pellica* (pequena pele), do feitio da sola do sapato ou da bota, e que a reveste interiormente; (parte inferior da meia onde o pé assenta) (p. 453); Soleta: palmilha ou sola cortada por molde para cobrir sapatos ou botas (Vol. II, p. 909).

Século XX — Bivar (1948)

Revestimento interior da sola do calçado (Vol. II, p. 616).

Século XX — Morais (1960)

Primeira sola do calçado que ocupa a sua parte externa (Vol. IV, p. 164).

Século XX — Lello (1988)

Peça que reveste interiormente a parte do calçado onde o pé assenta (Vol. II, p. 443).

Século XXI — Houaiss (2003)

Peça de couro, pelica, tecido, plástico, etc que reveste internamente a sola do sapato (Tomo XIV, p. 6043).

Século XXI — Brochado (2016)

Elemento do corte onde o pé assenta. Poderá ser de couro, têxtil ou outro material sintético, maleável e confortável. Faz parte do acabamento. Proporciona conforto e contribui para o acabamento do calçado em termos técnicos e estéticos. A 'palmilha' poderá ser também elemento da montagem, sendo nesse caso em contacto diretamente com a sola. Representa a base plantar do pé, assente na sola, funcionando como um reforço da mesma, assim como suporte para o bordo de montagem do corte. Poderá ser produzida em couro, tela, têxtil, aglomerado de cartão, carbono ou aço. É constituída por três elementos: plantar, enfuste e calcanheira (2016, a, b, e, f).

PLANTAR

Século XXI — Brochado (2016)

Trata-se de um elemento da palmilha de montagem Representa a base plantar do pé e pode ser constituído por uma combinação de materiais adequados às necessidades das palmilhas de montagem para determinanda tipologia de calçado (2016, a, b, e, f).

POLAINA

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Meias de pano de linho encerado que se abotoam por um lado e chegam até ao peito do pé. Calçam-se sobre as meias e por fora do sapato. Usam-nas os soldados (Vol. II, p. 463).

Século XX — Aulete (1925)

Peça que cobre a parte da perna, entre o pé e o joelho. Vestir por cima das meias e dos sapatos. Couro; Botões; Fivelas; Pano. (Vol. II, p. 558).

Século XX — Bivar (1948)

Peça de vestuário que protege a parte inferior da perna e a parte superior do pé, por fora e por cima do sapato. Proteger a perna e parte do pé (Vol. II, p. 757).

Século XX — Morais (1960)

Peça de vestuário que protege a parte inferior da perna e a parte superior do pé, ou só por este, por fora ou dentro das calças e por cima do calçado. Proteger a perna e parte do pé (Vol. IV, p. 313).

Século XX — Lello (1988)

Peça de vestuário que cobre a parte inferior da perna e superior do pé e que se usa por cima do calçado (Vol. II, p. 576).

Século XXI — Brochado (2016)

Elemento usado habitualmente em calçado para a prática da equitação, nomeadamente às botas. Similar ao cano da bota, podendo ter por isso alturas variáveis, fixa-se ao corte e pode ser removido consoante a finalidade (2016, a, b, e, f).

TALOEIRA

Século XX — Bivar (1948)

Termo de sapateiro, o mesmo que talão (Vol. II, p. 1147).

Século XX — Morais (1960)

O mesmo que talão (Vol. V, p. 236).

Século XXI — Brochado (2016)

Elemento posicionado no corte, na parte posterior do calçado, assenta no calcanhar, moldando-o. Poderá não ser aplicado (2016, a, b, e, f).

REFORÇOS DE MONTAGEM

Século XXI — Brochado (2016)

Refere-se às peças de diversos materiais, sem distensão, destinadas a suportar os esforços sofridos pelo modelo durante o seu fabrico e uso (2016, a, b, e, f).

REVIRÃO

Século XX — Aulete (1925)

Vira de trás no calçado, ou vira de entranhar. Fica por baixo da primeira sola, no sitio do talão. A meia vira é a tira de couro entre a palmilha e a sola (Vol. II, p. 773 e 1160).

Século XX — Bivar (1948)

Vira dupla do calçado (Vol. II, p. 955).

Século XX — Morais (1960)

A vira de trás do calçado ou vira de entranhar; Virola (Vol. V, p. 22).

Século XX — Lello (1988)

Vira traseira do calçado ou vira de entranhar (Vol. II, p. 755).

Século XXI — Houaiss (2003)

Vira, tira estreita posterior dos calçados; virola (Tomo XVI, p. 7018).

Século XXI — Brochado (2016)

Tira colocada no exterior do corte, mas partes inferiores. Poderá ser em toda a extensão ou em alguma parte. É fixada entre o corte e a sola (2016, a, b, e, f).

ROCADA

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Sapatos rocados, com um golpe na zona da biqueira, ao comprido, ficando uma tira fininha entre os golpes (Vol. VII, p. 350).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Golpes nas pontas (Vol. II, p. 636).

Século XX — Aulete (1925)

Tira estreita usada nos vestidos deixando perceber-se o estofo (Vol. II, p. 786).

ROSTO

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Rosto (botas ou sapato, peça da parte da frente) (Vol. VII, p. 381).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Parte dianteira que cobre o peito do pé (Vol. II, p. 645).

Século XXI — Brochado (2016)

Remete para o espelho. Esse elemento assenta sobre o peito do pé, no exterior do corte. Distinto da pala (2016, a, b, e, f).

SALTO

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Parte posterior do sapato; Confere elevação ao sapato (Vol. VII, p. 455).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

A peça que fica por baixo do talão e que o faz erguer do chão por essa banda (Vol. II, p. 662).

Século XIX — Couto (1842)

Cunha que noutro tempo se colocava no fim do sapato das mulheres para altear a parte posterior. Bem tirado o costume (p. 71).

Século XX — Aulete (1925)

Peça composta por sobreposição de cabedal, pregada posteriormente no tacão, para elevação do calcanhar (Vol. II, p. 824).

Século XX — Bivar (1948)

Peça de madeira, couro, cabedal, cortiça para altear o calçado, na parte correspondente ao calcanhar (Vol. II, p. 1006).

Século XX — Morais (1960)

Peça de calçado formado de bocados de cabedal sobreposto e pregada pela parte de fora do tacão para altear o calcanhar (Vol. V, p. 80).

Século XX — Lello (1988)

Peça na parte exterior do calçado que serve para altear o calcanhar (Vol. II, p. 821).

Século XXI — Houaiss (2003)

Tacão de calçado (Vol. XVI, p. 7158).

Século XXI — Brochado (2016)

O mesmo que tacão. Aplicado na sola, em contacto com o solo e no calcanhar. Confere a altura do calçado (2016, a, b, e, f).

SOLA

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Couro inteiro; Para calçado (Vol. VII, p. 697).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Couro de boi curtido e preparado; Sola do pé (Vol. II, p. 715).

Século XIX — Couto (1842)

Couro de boi curtido para calçado; Parte que assenta no chão; Vários usos (p. 360).

Século XX — Aulete (1925)

Couro de boi curtido e preparado para manufacturar; Face inferior e mais dura do calçado e que assenta no chão (Vol. II, p. 907).

Século XX — Bivar (1948)

Couro curtido de boi próprio para manufacturar calçado; A parte mais dura do calçado, correspondente à planta do pé (Vol. II, p. 1097).

Século XX — Morais (1960)

Conjunto das peças de couro curtido que formam a parte inferior do calçado; correspondente à planta do pé (Vol. V, p. 173).

Século XX — Lello (1988)

Couro curtido e preparado para a indústria; Conjunto das peças de couro curtido, preparado que formam a parte inferior do calçado; Peça da mesma forma que se adapta ao calçado para preservar os pés da humidade: sola de cortiça (Vol. II, p. 926).

Século XXI — Houaiss (2003)

Parte mais dura e resistente do calçado correspondente à planta do pé e feita geralmente de couro ou borracha.; Couro grosso curtido preparado para uso industrial (Tomo XVI, p. 7432).

Século XXI — Brochado (2016)

Componente que entra em contacto com o solo e assenta na palmilha de montagem. Geralmente a parte mais dura e resistente do calçado. Correspondente à planta do pé, poderá ser feita de borracha, couro ou outro material sintético, durável e resistente. Poderá ser 'pré-fabricada', ou seja, composta por diferentes materiais, construídos isoladamente e depois fixados entre si; 'pré-moldada', sendo constituída por várias matérias primas, como borracha vulcanizada (VR), borracha termoplástica (TR), cloreto de polivinilo (PVC), poliuretano (PU), poliuretano termoplástico (TPU); e mediante processos de fabrico distintos, como compressão, injeção ou vazamento. A sola poderá possuir rasto (elemento que suporta o salto e a palmilha); entressola (elemento intermédio colocado entre a palmilha de montagem e a sola, destinado a proporcionar conforto); o salto (possui entre capas, destinadas ao apoio correto da tipologia ao solo e capas, destinadas a proteger o salto); e a vira (elemen-

to decorativo que circunda toda a sola, posicionada na parte superior em contacto com o corte (2016, a, b, e, f).

TACÃO

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Remendo; Fragmento da mesma sola colocado no sapato ou bota (Vol. VIII, p. 13).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Sola do salto do sapato (Vol. II, p. 748).

Século XIX — Couto (1842)

Da bota ou so sapato; Do mesmo feitio da sola ou salto; Mais elevado sobre a sola (p. 367).

Século XX — Aulete (1925)

Parte talhada em semicírculo na sola, na zona do calcanhar, e sobre o qual assenta o salto (Vol. II, p. 966).

Século XX — Bivar (1948)

Pedaço ou pedaços de sola semicirculares em que assenta a parte posterior do calçado. O salto do sapato ou da bota (Vol. II, p. 1141).

Século XX — Morais (1960)

Pedaço ou pedaços de sola, talhados semicircularmente em que assenta a parte posterior do calçado. Também chamado capa e salto (Vol. V, p. 228).

Século XX — Lello (1988)

Parte saliente que se ajunta à sola do calçado, na parte correspondente ao calcanhar (Vol. II, p. 968).

Século XXI — Houaiss (2003)

Salto do calçado; Parte da sola do calçado a que se prende o salto, na altura do calcanhar (Tomo XVII, p. 7594).

Século XXI — Brochado (2016)

O mesmo que 'salto' (2016, a, b, e, f).

TALÃO

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Peça posterior cosida ao salto (Vol. VIII, p. 19).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Parte do couro do sapato que se levanta para cobrir o calcanhar (Vol. II, p. 750).

Século XIX — Couto (1842)

Parte de couro; Cobre o calcanhar (p. 367).

Século XX — Aulete (1925)

Parte do sapato ou da bota que cobre o calcanhar (Vol. I, p. 966).

Século XX — Bivar (1948)

Parte do calçado correspondente ao calcanhar (Vol. II, p. 1144).

Século XX — Morais (1960)

Parte do sapato ou da bota que cobre o calcanhar (Vol. V, p. 232).

Século XX — Lello (1988)

A parte do calçado ou meias que cobre o calcanhar (Vol. II, p. 971).

Século XXI — Houaiss (2003)

Parte do calçado que cobre o calcanhar (Tomo XVII, p. 7606).

Século XXI — Brochado (2016)

Dois elementos laterais do corte. São geralmente simétricos e cobrem o pé lateralmente. Podem ser de pele, têxtil ou outro material sintético, maleável e confortável (2016, a, b, e, f).

TESTEIRA

Século XXI — Brochado (2016)

Reforço da montagem. Colocado entre o forro e o corte, fornecendo firmeza à biqueira. Protege os dedos do pé e depois de aplicada mantém a fôrma ao modelo, ajudando assim a conferir estrutura. Poderá ser constituída de couro, tela, metal, PVC ou carbono (2016, a, b, e, f).

VIRA

Século XVIII — Bluteau (1712-1728)

Tira estreita de couro que se cose com trincafió no lugar onde rebentou o couro do sapato (Vol. VIII, p. 513). (Trincafió é um fio branco mais delgado, que os sapateiros chamam fio negro e cosem os sapatos. Depois de encerado serve de ajuntar o couro no talão do sapato (Vol. VIII, p. 287-288).

Século XVIII — Moraes Silva (1789)

Tira de couro que forra a borda do rosto do sapato (Vol. II, p. 856).

Século XIX — Couto (1842)

Peças de sola, que se metem de volta entre a sola e a palmilha (p. 402).

Século XX — Aulete (1925)

Tira estreita de couro, que se cose ou prega entre as solas e junto às bordas destas (Vol. II, p. 1160).

Século XX — Bivar (1948)

Tira de couro que se cose entre as solas do calçado junto à borda destas (Vol. II, p. 1337).

Século XX — Morais (1960)

Tira de couro que se cose entre as solas do calçado junto à borda destas (Vol. V, p. 480).

Século XX — Lello (1988)

Tira de couro que se cose entre as solas do calçado junto à borda destas. A vira de trás ou revirão ou vira de entranhar fica por baixo da primeira sola, no sítio do talão (Vol. XI, p. 76).

Século XXI — Houaiss (2003)

Tira estreita de couro que se prega entre as solas do sapato, junto às bordas destas (Tomo XVIII, p. 8197).

Século XXI — Brochado (2016)

Tira estreita aplicada nas extremidades e em toda a extensão da sola, em contacto com o corte. Poderá ser plana e lisa ou com elementos decorativos. Geralmente são de couro ou de outro material sintético resistente (2016, b, e, f).

VIROLA

Século XX — Bivar (1948)

Peça do salto do calçado (Vol. II, p. 1338).

Século XX — Morais (1960)

A primeira peça do salto do calçado, também chamada em algumas oficinas de revirão (Vol. V, p. 483).

VIVO

Século XXI — Brochado (2016)

Tira colocada nas extremidades de algum qualquer elemento do corte. Poderá ser em couro, têxtil ou outro material sintético, maleável e moldável. (2016, b, e, f).